



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO - PDTU
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

GILSON DA SILVA COSTA

A ALTA MODERNIDADE E A REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia

Amazônia – Pará - Belém
2009

GILSON DA SILVA COSTA

A ALTA MODERNIDADE E A REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia

Tese elaborada como exigência parcial para o recebimento do grau de Doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental, conferido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA.
Orientador: Dr. Thomas Hurtienne.

Amazônia – Pará - Belém
2009

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Costa, Gilson da Silva

A Alta modernidade e a revolução socioambiental: indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia / Gilson da Silva Costa; Orientador, Thomas Hurtienne – 2009.

605 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém - PA, 2009.

1. Socialismo. 2. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 3. Indivíduo. 4. Coletividade. 5. Materialismo histórico. 6. Trabalhadores – América Latina. 7. Revolução socioambiental. I. Hurtienne, Thomas, orientador. II. Título.

GILSON DA SILVA COSTA

A ALTA MODERNIDADE E A REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia

Tese elaborada como exigência parcial para o recebimento do grau de Doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental, conferido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA.
Orientador: Dr. Thomas Hurtienne.

Aprovado em: 18/12/2009

Banca Examinadora:

Profº. Dr. Thomas Hurtienne
Orientador – NAEA/UFPA

Profª. Dra. Edna Castro
Examinador – NAEA/UFPA

Profº. Dr. Francisco Costa
Examinador – NAEA/UFPA

Profº. Dr. Valério Arcary
Examinador Externo – IFSP

Profº. Dr. Heribert Shimtz
Examinador Externo – IFCH/UFPA

Inicialmente, compreender a ação do homem em seu meio como uma realidade viva pressupõe a adoção de um enfoque sistêmico. Isto significa reconhecer na complexidade, na globalidade e na interatividade do meio natural e humano a existência de “sistemas”, ou seja, de “conjuntos de elementos em interação formando entre eles uma totalidade, e isto de um ponto de vista dado”. Isto significa dizer que, para o próprio observador, para os olhares universalistas, e para os atores, o que está em jogo são sistemas. Deste ponto de vista, não seria possível deixar de colocar no cerne do procedimento a interrogação sobre as relações entre “elementos” (elementos físicos e seres vivos, atores e decisões elementares) e “totalidade” (ecossistemas, sistema de ação). Esta interrogação nos permite fazer emergir as relações e as interações, isto é, “a organização” e sua dinâmica, ao mesmo tempo fonte de problemas para os atores e contexto de ações empreendidas para solucioná-los.

(H. Ollagnon).

Tudo quanto vejo é com olhos desenganados. Talvez por isso vejo as coisas como são e não como se mostram. Porque o desengano tem virtude e força para arrancar da formosura o véu cadente e mentiroso de que o teatro da vida se compõe.

(M. Aires)

Outros homens, não despertos como Heráclito, dormem no sono e na vigília. Afundados no sono, escapam-lhes as experiências cotidianas e suas urgências. Não vivem adormecidos os que buscam em agentes míticos explicações para os eventos? Acordados, agem como se nada vissem. Com que motivo considerar desperto o homem que cuida apenas dos seus interesses sem procurar compreender o mundo como um todo, sem prestar atenção à relação entre as inumeráveis experiências cotidianas? Não contentes com palavras, os despertos perguntam pela gramática. A gramática só se desvela a vigilantes. Só eles podem avaliar, julgar, dizer.

(D. Schüller).

HOMENAGENS

Às trabalhadoras e trabalhadores do mundo, esses bilhões que sustentam a ostentação da burguesia, na esperança de que um dia conduzam suas vidas rumo ao poder da maioria, socialista, depois comunista. Construam a sociedade desenvolvida, sustentável, justa, culta, livre, fraterna, igualitária, mesmo. Não se deixem comandar, sim tenham o poder consigo!

Aos povos originários da América Latina e Grande Amazônia, por resistirem a mais de 500 anos de exploração, opressão, saque e espoliação por parte dos invasores. Por se enfrentarem com os dominadores e demonstrarem por centenas e centenas de vezes a importância da luta pela liberdade e pelo direito de convivência saudável com a natureza. Acima de tudo, por serem o exemplo vivo para um mundo livre e sustentável – por serem a própria natureza.

À Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Chê Guevara, Rosa Luxemburgo e Chico Mendes, e, através destes, a todos os revolucionários e revolucionárias do mundo, que por acreditarem sincera, honesta e profundamente na Revolução Socialista, a ela dedicaram e muitos milhares ainda dedicam o melhor de si, de suas vidas e forças. A história mostra que muitos pagaram com a própria vida, mas não desistiram da luta de construir a Sociedade Socialista/Comunista.

A Heráclito e Sócrates, gênios da antiguidade; a Marx, Darwin, Nietzsche e Einstein, gênios da modernidade; à Drummond e Neruda, mestres das letras da América Latina. Juntos libertaram as mentes da escravidão, do “compromisso covarde”, das “verdades absolutas”. Ensinaaram a “indagar pela razão”, “por que o socialismo?”. A “derrubar ídolos” e a “duvidar de tudo”: da filosofia contemplativa, da ciência passiva e da poesia cega - que não dão notícias da “rosa do povo” e muito menos produzem “elegia crepitante”. Cabe agora às classes trabalhadoras e aos povos do mundo mudar a história, usar a sabedoria desses aliados filósofos, cientistas e literatos, verter esse vinho tinto da razão, ir além do pão, da terra, inaugurar nova poesia e primavera. Na esperança, no trabalho concreto da luta política, de semeio e trato social do tempo extraordinário, para que “no jardim triunfe a rosa” e nas mãos vingue “a paz da ave de fogo”. E assim se possa viver “a verdadeira humanidade” com o “desenvolver em um sentido de responsabilidade por seu próximo”, a sociedade comunista.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará (UFPA) por me acolher como discente por oito anos nesta casa e ter me proporcionado uma rica formação intelectual e interdisciplinar; ao meu orientador Dr. Thomas Hurtienne pela paciência, sugestões, sabedoria e abertura para que pudéssemos juntos fazer acontecer essa tese; a todas e todos que contribuíram de diversas maneiras material, intelectual e espiritualmente para que se chegasse até os resultados aqui apresentados, particularmente aos professores do NAEA entre outros Chiquito, Edna, David, Fenzl, Maurílio, Rosa e Armin, mestre que socializaram seus saberes; aos professores Dr. Francisco Costa, Dra. Edna Castro, Dr. Valério Arcary, Dr. Gilberto Marques e Dr. Heribert Shimtzt, que aceitaram o desafio de estudar essa “tesona” e contribuir para seu refinamento; *in memoriam* dos que amei em vida e continuam comigo em milhares de lembranças de afeto, amor e respeito: Gilda, Epaminondas, Zuelide, João Maria, Anézia, Termute e Eneida; aos amigos e amigas Gilmar, João, Adriana, Socorro, Carol, Alda, Marley, Ruth, Marcos, por toda a solidariedade, carinho e leveza; aos colegas de doutorado Wander, Wanda, Milena, Alexandre, Adalberto, Ricardo, Jacqueline e Andréa pelas inúmeras vezes em que fomos além dos muitos e importantíssimos debates teóricos e saudamos a beleza da vida; aos que me são muito caro - de uma forma que só a natureza e a poesia explicam: Kalley, Kevynn, Kaly, Misú, Selma, Angel, Sabino, Dádima, Vavá, Gilvane, Glailson, Gibson, Glebson, Gilfreson, Stélio, Linda, Aberlardo, Catarina, Janes, Ana, Nezita e João; aos camaradas Hilaíres, Silvio, Willian, Hiloua, Eduardo, Paulo Braga, Rose, Fabíola, Camila, Lélia, Flávia, Norma, Ângela, Wanderlei, Simone, Márcio, Zeca, Fafá e os Armandos, que em distintos graus e momentos acompanharam internamente vitórias e derrotas, risos e dores que vivemos e que juntos aos demais camaradas da Liga Internacional dos Trabalhadores – LIT se doam na luta pelo socialismo e construção do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) através do trabalho cotidiano no interior de um movimento geral pela IV Internacional Comunista. Obrigado pelo aprendizado que tivemos, dividimos risos e dores na convivência e forças múltiplas – enche-me de satisfação saber que há outros seres humanos que constroem comigo a mesma utopia que faz a vida ter pleno sentido, beleza e honra. Agradeço a todos e todas, mesmo não citados nominalmente, mas sabem exatamente o que fizeram para ajudar a termos a oportunidade de dividir essa vitória. A tese é o resultado dessa energia coletiva, trabalho e solidariedade. Eu não poderia jamais chegar onde estou sem que todos e todas participassem dessa construção, tivessem algum tipo de doação, gentileza, fraternidade, carinho, amor, zelo, amizade e camaradagem. Obrigado!

RESUMO

Essa tese é um estudo de sociologia marxista contemporânea sobre a Alta Modernidade, entorno da relação indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade – com recorte para a Grande Amazônia, o período Pós-Segunda Guerra, com o surgimento da Sociedade Informacional Global. Trata-se particularmente dos fenômenos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais correntes na América Latina, Caribe e Grande Amazônia, desde seu mundo urbano e sua co-relação com o campo e a floresta. Desenvolve reflexões sobre a perspectiva da Revolução Socialista com base na Revolução Social e Ambiental, que caracterizam politicamente a etapa histórica da alta modernidade quanto à participação ou não-participação do indivíduo e da coletividade (povos e classes trabalhadoras); quais seus reflexos na relação capital, trabalho, estado e natureza - desde a práxis cotidiana na busca da sustentabilidade (social, econômica, política, cultural e ambiental). O estudo analisa como o processo de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista atual aprofunda a alienação, a ideologia e o ceticismo entre as classes trabalhadoras e povos da América Latina - que se evidenciam na contradição dialética entre indivíduo e coletividade via participação ou apatia política. Filtrada pela perspectiva de construção sociometabólica do desenvolvimento racional e da sustentabilidade efetiva via Revolução Socialista, Socioambiental ou Ecosocialista. No decorrer dos capítulos se trata da emergência da Ação Coletiva e do Capital Social na América Latina e se estes podem ou não influenciar na ruptura e construção dessa nova formação societal, desde o mecanismo de mobilização, envolvimento e participação política e crítica das comunidades, dos sujeitos sociais e políticos da revolução na macrorregião. Promovem-se algumas contribuições teóricas e metodológicas ao campo do Materialismo Histórico Dialético e da Teoria Geral dos Sistemas. As contribuições teóricas são articuladas entorno de interpretações e formulações como: desenvolvimento racional e sustentabilidade efetiva; intra e inter dialeticidade permanente; socialismo ou extermínio; hecatombestagflação; revolução socioambiental; hiperalienação; superideologia; ultraceticismo; capital social revolucionário, entre outras. As contribuições metodológicas surgem a partir da articulação do método de estudo, análise e interpretação do Materialismo Histórico Dialético (MHD) e da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), contidas nas formulações: Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC); Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS), que permitem obter maior poder analítico e explicativo nas observações, leituras e interpretações dos fatos, fenômenos e realidades tratadas nesta pesquisa. Tecendo um fio de ligação entre os elementos que tratam do desenvolvimento capitalista na alta modernidade - desde o indivíduo e a coletividade frente à radicalização da alienação, da ideologia e do ceticismo na Sociedade Informacional Global - situando o fenômeno do desenvolvimento a partir de matriz teórica marxista. Discute a atualidade da Revolução Socialista e a perspectiva da Revolução Socioambiental, assim como as potencialidades, limites e oportunidades de um Programa de Transição ao Socialismo Ecológico, Socioambiental ou Ecosocialista, dado o processo de reprodução sociometabólica do desenvolvimento societário atual e as tensões entorno da perspectiva real de sustentabilidade, particularmente aqui em termos da Grande Amazônia - com base a uma nova visão sociocultural, socioeconômica, socioambiental e político-institucional que começa a surgir e tende a se avolumar nas próximas décadas do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Alta Modernidade. Desenvolvimento Sustentável. Racionalidade Capitalista. América Latina. Grande Amazônia. Revolução Socialista. Revolução Socioambiental.

ABSTRACT

This thesis is a study of contemporary marxism sociology on the High Modernity around the relationship between individual and collectivity in the sociometabolic reproduction of the development and the sustainability - with cutout for Great Amazon, Post-War, from emergence of the Information Society Global. This is particularly the socio-economic phenomena, and socio-political currents in Latin America, the Caribbean and Great Amazon, from its urban world and its correlation with the field. It runs thoughts on the prospect of socialist revolution based on Social and Environmental Revolution, featuring the politically historic stage of high modernity when there is participation or non-participation of the individual and community (peoples, working class) and what are its effects on for capital, labor, state and nature - from the daily practice in the pursuit of sustainability (social, economic, political, cultural and environmental). It examines how the process of sociometabolic reproduction of current capitalist society deepens the alienation, ideology, and skepticism among the working classes and peoples of Latin America - which is manifested in the dialectical contradiction between individual and community via participation or political apathy. Filtered through the perspective of sociometabolic building of the rational development and effective sustainability through Socialist, Environmental or Ecosocialist Revolution. Throughout the chapters, the thesis discusses the emergence of collective action and social capital in Latin America and these may or may not influence the disruption and construction of this new societal formation, since the mechanism of mobilization, involvement and political and critical participation of the communities, and of social and political subject of the revolution in the macro region. Some theoretical and methodological contributions to the field of Historical and Dialectical Materialism and General Systems Theory are promoted in the work. The theoretical contributions are articulated around interpretations and formulations such as the rational and effective sustainability, within and between dialectical permanent; socialism or extermination; “hecatombstagflation”; environmental revolution, hyper-alienation; super-ideology; ultra-skepticism; revolutionary social capital, among others. The methodological contributions arise from the junction of the method of study, analysis and interpretation of Historical Dialectic Materialism (HDM) and General Systems Theory (GST), articulated in the formulations: Historical Ecological Cybernated System (HECS); Dialectical Materialism and Historical Systemic (DMHS), which allow for greater analytical power and explanatory observations, readings and interpretations of facts, phenomena and situations addressed in this research. Weaving a wireless connection between the elements that deal with the capitalist development in high modernity - from the individual and the collectivity forward to the radicalization of alienation, ideology, and skepticism in the Global Informational Society - setting the phenomenon of development from a Marxist theoretical framework. The work discusses the relevance of the Socialist Revolution and the perspective of the Environmental Revolution, and the potential, limitations and opportunities of a Program of Transition to Socialism Ecological, Environmental or Ecosocialist, because the process of sociometabolic reproduction of the current corporate development and the tensions surrounding the real prospect of sustainability - precisely between Great Amazon building a new vision of cultural, socioeconomic, environmental and political-institutional which begins to emerge and tends to swell in coming decades of the century.

Keywords: High Modernity. Sustainable Development. Rational Capitalism. Latin America. Amazon Big. Socialist Revolution. Environmental Revolution.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Grande Amazônia, a floresta, as áreas desmatadas e o rio Amazonas.....	241
Fotografia 2 - Caracas – Venezuela rica, prédios modernos e propaganda de marcas.....	246
Fotografia 3 - Morro na cidade de Caracas, péssimas condições de vida e segurança.....	246
Fotografia 4 - Vista do centro de Lima – Peru.....	250
Fotografia 5 - Pobreza em Lima, sem diferença com outros países da Amazônia.....	250
Fotografia 6 - A grande Bogotá se espalhando sobre o horizonte.....	258
Fotografia 7 - Bogotá, modernos prédios, riqueza da burguesia traficante.....	258
Fotografia 8- La Paz, no inverno ao anoitecer, ao fundo as montanhas.....	263
Fotografia 9 - La Paz, ao amanhecer, ao fundo montanhas descobertas – verão.....	264
Fotografia 10 - Quito, urbano encosta no rural e invade as montanhas.....	275
Fotografia 11 - Quito histórica, plana, ao fundo a moderna arquitetura vertical.....	276
Fotografia 12 - Manaus, rio Negro e Solimões: encontro das águas.....	318
Fotografia 13 - Manaus vista do rio do Solimões em confluência com o Negro.....	319
Fotografia 14- Manaus industrial e rica, uma cidade que cresceu a partir da ZF.....	319
Fotografia 15 - Periferia de Manaus, palafitaização urbana, a cidade dos pobres.....	321
Fotografia 16- Periferia de Manaus, palafitaização urbana, a cidade dos pobres.....	322
Fotografia 17 - A península de Belém, margeada pelos rios Guamá, Pará e Guajará.....	326
Fotografia 18- Prédios modernos, desaparecendo a antiga cidade e porto.....	329
Fotografia 19- O conhecido mercado Ver-o-Peso.....	329
Fotografia 20- Belém, lixão do Aurá, lugar da reprodução da miséria absoluta.....	331

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 e 2- América Latina e Caribe em relação ao mundo e América do Sul.....	212
Mapa 3 - Divisão político-administrativa da Grande Amazônia.....	232
Mapa 4 - Área total da Bacia Hidrográfica Amazônica.....	234
Mapa 5 - Floresta Tropical.....	235
Mapa 6 - Grande Amazônia (bacia e floresta, em verde)	236
Mapa 7 - Área total da Grande Amazônia: floresta tropical e a bacia hidrográfica.....	237
Mapa 8 - Anel de povoamento da Amazônia.....	238
Mapa 9 - Amazônia <i>Sensu Latíssimo</i> e sub-regiões.....	239
Mapa 10 e 11 - Bacia do rio Amazonas em relação à América do Sul.....	244
Mapas 12 e 13 - Venezuela, Caracas e os parques de conservação.....	245
Mapas 14 e 15 - Peru, Lima, capital, cidades importantes e fronteiras.....	249
Mapas 16 e 17 - Colômbia, Bogotá e a fronteira do país com o Panamá.....	257
Mapa 18 e 19 - Bolívia, La Paz, a capital e suas fronteiras: sem mar.....	262
Mapa 20 e 21 - Equador, Quito cravada entre as montanhas andinas.....	273
Mapa 22 - Brasil, o gigante da América Latina.....	282
Mapa 23 - Regiões madeireiras na Grande Amazônia, concentração da exploração.....	287
Mapa 24 - Demonstração das ocupações e reservas da Grande Amazônia com projeções..	288
Mapa 25 - Distribuição geográfica e intensidade (“hotspots”) desmatamento.....	296
Mapa 26 - Rodovias, hidrovias e barragens existentes e planejadas, na Amazônia.....	297
Mapa 27 e 28 - Distribuição do desmatamento e de queimadas (focos de calor).....	299
Mapa 29 - Amazônia, divisão política, rios, bacias e sub-regiões hidrográficas.....	301
Mapa 30 - Áreas de inundação na bacia Amazônica.....	301
Mapa 31 - Corredor duplo formado pelo Eixo Andino.....	307
Mapa 32 - Eixo Central do Amazonas.....	308
Mapa 33 - Eixo Interoceânico Central.....	308
Mapa 34 - Eixo Interoceânico de Capricórnio.....	309
Mapa 35 - Eixo do Escudo Guayanés.....	310
Mapa 36: Eixo Mercosul-Chile (Brasil-Uruguai-Argentina-Chile).....	310
Mapa 37 - Eixo Interoceânico Meridional.....	311
Mapa 38 - Eixo Amazônico do Sul.....	311
Mapa 39 - Eixo da Bacia do Prata (Hidrovia Paraná-Paraguai).....	312
Mapa 40 - Interconexão Orinoco - Amazonas – Prata.....	313

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projeções do crescimento da população da América Latina e Caribe	210
Tabela 2 - Porcentagem e projeções da população urbana total na América Latina	217
Tabela 3 - População da área metropolitana principal dos países da América Latina.....	218
Tabela 4 - Taxa anual de desemprego entre os países da América Latina e Caribe	346
Tabela 5 - Estrutura da população ocupada por setor econômico na América Latina.....	349
Tabela 6- Estrutura da população ocupada total por setor de atividade econômica.....	500
Tabela 7 - População jovem analfabeta na América Latina e Caribe	501
Tabela 8 - Gasto público em Educação na América Latina e Caribe.....	502
Tabela 9 - Gasto público em Saúde na América Latina e Caribe.....	503
Tabela 10 - PIB dos países da América Latina (preços constantes de 2000).....	504
Tabela 11 - Superfície agrícola (milhões de hectares) na América Latina (2000-2005).....	505
Tabela 12 - Superfície protegida e proporção na América Latina e Caribe (2000-2006).....	506
Tabela 13 - Capacidade instalada de energia (MW) na América Latina (2001-2006).....	507
Tabela 14 - Consumo de energia elétrica/habitantes na América Latina (2001-2006).....	508
Tabela 15 - Oferta total de energia (barris/petróleo) na América Latina (2000-2006).....	509
Tabela 16 - Consumo de hidrocarbonetos/habitante na América Latina (2001-2006).....	510

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

ANA - Agência Nacional de Águas - Brasil

BRAMS - Brazilian Regional Atmospheric Model

CBH - Comitê Bacia Hidrográfica

CCMAD - Centro de Computação Meteorológica de Alto Desempenho - Brasil

CENAPH - Centro Nacional de Alerta e Pronósticos Hidrometeorológico – Venezuela

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CER - Comissão Executiva Regional

CIFOR - Center for International Forest Research

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais

CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - Brasil

CRRH - Caderno Regional Recursos Hídricos

CT - Câmara Técnica

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo - Brasil

DEMA - Departamento Estadual de Meio Ambiente de Roraima

EDELCA - Empresa de Energia de Venezuela

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

FEMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Fundo para o Meio Ambiente Global

GEO4 - Global Environment Outlook

GIWA - Global International Water Assessment

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

GTCE/PNRH - Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano

GTZ - Agência de Cooperação da Alemanha

HIBAM - Hidrologia e Geodinâmica da Bacia Amazônica
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEAM - Instituto de Hidrologia, Meteorologia y Estudios Ambientales - Colômbia
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IMAC - Instituto do Meio Ambiente do Acre
INAMEH - Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia - Brasil
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INRENA - Instituto Nacional de Recursos Naturais - Peru
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
IPH - Instituto de Pesquisas Hidráulicas
ISP - Estratégia Interamericana para a Promoção da Participação Pública
LBA - Experimento de Larga Escala na Biosfera e Atmosfera da Bacia Amazônica
MBAR - Modelo Brasileiro de Alta Resolução
MMA - Ministério do Meio Ambiente Naturais Renováveis
NAEA/UFPA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OEA - Organização dos Estados Americanos
OEMA - Organismos Estaduais de Meio Ambiente
OMM - Organização Meteorológica Mundial
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PDA - Subprograma Projetos Demonstrativos
PEP - Plano de Envolvimento Público
PHI - Programa Hidrológico Internacional
PIB - Produto Interno Bruto
PNRH - Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL - Proteção às Populações e às Terras Indígenas da Amazônia Legal

PRODES - Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por satélite

PROMANEJO - Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia

PROVÁRZEA - Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade (Brasil)

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (Brasil)

PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)

PV – Partido Verde (Brasil)

RADAM - Projeto Radar na Amazônia

RESEX - Projeto Reservas Extrativistas

RFT - Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais

RH - Região Hidrográfica

SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia

SEARH-AM - Secretaria Executiva Adjunta de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (RO)

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SIAGAS - Sistema de Informações em Águas Subterrâneas

SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOTER/LAC - Soil and Terrain Database/Latin America and Caribbean

SPC&T - Produção de Conhecimento Científico e Tecnológico

SPRN - Subprograma de Política de Recursos Naturais

SPVA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SRH - Secretaria de Recursos Hídricos

SUFRAMA - Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (AM)

UHE - Usina Hidrelétrica

UnB - Universidade de Brasília

UNEP - United Nations Environment Program

UNESCO - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization

WHRC - Woods Hole Research Center

WWF - Fundo Mundial para a Conservação da Natureza

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 ESCOPO GERAL.....	17
1.2 ALTA MODERNIDADE.....	45
1.3 REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	46
1.4 QUESTÃO ECOSSOCIALISTA	50
 2 NOÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS A ESTA PESQUISA.....	58
2.1 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO (MHD).....	61
2.2 TEORIA GERAL DOS SISTEMAS E DOS SISTEMAS SOCIAIS (TGS).....	78
2.3 SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	114
2.4 SOBRE O CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA.....	134
 3 SOCIEDADE, CULTURA, POLÍTICA, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE.....	150
3.1 MODERNIDADE, RACIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA...155	
3.2 MODERNIDADE, RACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE CAPITALISTA...167	
3.3 GLOBALIZAÇÃO INFORMACIONAL E REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA..185	
3.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS.....194	
 4 MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA AMÉRICA LATINA E PAN-AMAZÔNIA.....	204
4.1 PADRÃO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.....216	
4.2 ESPAÇOS E FLUXOS: CIDADES, CAMPOS E FLORESTAS NA AMAZÔNIA.....230	
4.3 REALIDADES SÓCIOECONÔMICAS-ECOLÓGICAS EM MANAUS E BELÉM ..315	
4.4 MODERNIDADE, ESTRUTURAS SOCIOTÉCNICAS E SOCIOMETABÓLICAS...346	
 5 ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA, CETICISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE INFORMACIONAL GLOBAL	356
5.1 INDIVÍDUO E COLETIVIDADE NA ERA INFORMACIONAL GLOBAL.....363	
5.2 ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA, CETICISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....384	
5.3 A HIPERALIENAÇÃO, A SUPERIDEOLOGIA E O ULTRACETICISMO	413
5.4 AFIRMAÇÃO CENTRAL DO TRABALHO NA ERA INFORMACIONAL.....	436

6 AINDA HÁ LUGAR PARA ESPERANÇAS, HÁ LUGAR, INCLUSIVE, PARA AS GRANDES ESPERANÇAS.....	460
6.1 CAPITAL SOCIAL, AÇÃO COLETIVA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	476
6.2 REVOLUÇÃO SOCIALISTA E REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	496
6.3 REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL: OPORTUNIDADES, DESAFIOS, LIMITES..	513
6.4 DESENVOLVIMENTO RACIONAL E SUSTENTABILIDADE EFETIVA.....	532
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 543
7.1 ELEMENTOS PARA EVITAR CONFUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS.....	546
7.2 CONTRIBUIÇÕES PARA MELHORAR O ENTENDIMENTO DO PROBLEMA.....	554
7.3 RISCOS, LACUNAS E DESAFIOS – UMA TEORIA EM CONSTRUÇÃO.....	561
7.4 RESERVA MATERIAL, TEÓRICA E MORAL REVOLUCIONÁRIA.....	566
 REFERÊNCIAS.....	 577

1 INTRODUÇÃO

A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias - o de Feuerbach incluído - é que as coisas [der Gegenstand], a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do objeto [dês Objekts] ou da contemplação [Anschauung]; mas não [são tomados] como atividade sensível humana, como prática, não subjetivamente. Por isso aconteceu que o lado ativo foi desenvolvido, em oposição ao materialismo, pelo idealismo - mas apenas abstratamente, pois que o idealismo naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos [Objekte] sensíveis realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva [Gegenständliche Tätigkeit]. Ele considera, por isso, na *Essência do Cristianismo*, apenas a atitude teórica como a genuinamente humana, ao passo que a prática é tomada e fixada apenas na sua forma de manifestação sórdida e judaica. Não compreende, por isso, o significado da atividade "revolucionária", "prático-crítica".

(Marx - Primeira tese sobre Feuerbach)

A questão de saber se ao pensamento humano pertence à verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica.

(Marx - Segunda tese sobre Feuerbach)

O super-homem é o sentido da terra.

(Nietzsche)

1.1 ESCOPO GERAL

Este é um estudo, pesquisa e reflexão sobre as principais relações socioambientais, socioeconômicas e sociopolíticas que se processam na América Latina, Caribe e muito particularmente na Grande Amazônia. Parte da etapa histórica inaugurada pela Alta Modernidade, desde as últimas quatro décadas do século XX e a primeira do século XXI. Aqui estão presentes elementos da estrutura, infraestrutura e superestrutura que envolvem as principais relações, movimentos, complexidades, dialeticidades e historicidades entre indivíduos e coletividades no processo de reprodução sociometabólica do capitalismo na Grande Amazônia.

No sentido clássico do grego *skopós*, aqui se observa, examina panoramicamente o todo, na tentativa de absorver ao máximo possível, mas evidente que não totalmente, as distintas realidades da totalidade. Assim, como busca do latim *scopu*, sinônimo de alvo, mira, intuito a se alcançar: uma caracterização, reflexão crítica e teórica sobre a **Alta Modernidade e a Revolução Socioambiental**. Em base à teoria marxiana e marxista sobre as dinâmicas da modernidade, do desenvolvimento, da racionalidade e da sustentabilidade num período histórico marcado por grandes crises da sociedade capitalista e possíveis alternativas a estas no horizonte da Revolução Socialista. A tese discute a relação indivíduo e coletividade, face à

alienação, a ideologia, o ceticismo e a participação política dos sujeitos sociais e políticos da revolução – fenômenos inscritos no âmbito geral da sociedade de classes, mirando as realidades presentes entre as sociedades e povos da América Latina e Grande Amazônia.

Percorre-se um campo amplo de reflexões críticas e interdisciplinares a partir do cabedal teórico e contributo de autores clássicos e contemporâneos, das diversas áreas ou ramos de saberes, revelando aspectos da modernidade que têm ocupado teóricos como Habermas (1987), Giddens (1991), Castells, (2001a), Santos, B. (2003) e Löwy (2005), entre tantos. Tratam da modernidade recente - e afirmam que a modernidade trouxe à luz novos sujeitos capazes e dispostos de racionalidade, linguagem e ação comunicativa. Exteriorizam isso sob a forma de comportamentos e manifestações práticas e simbólicas, ao mesmo tempo em que apontam para um desenvolvimento portador de nova era de possibilidades, oportunidades de grandes aberturas, mas também indefinições e bifurcações - cujas transformações futuras são imprevisíveis e imperscrutáveis. Por outro lado, aqui se indica que também se vivifica uma nova era que desafia, tenciona, fertiliza e oxigena ainda mais os grandes debates teóricos marxistas, especialmente frente às crises e interações entre as questões sociais, econômicas, culturais e ecológicas nesta primeira década do século.

Entende-se que **modernidade** e **desenvolvimento** são partes de um mesmo processo histórico (KRISHAN KUMAR, 1988 apud SZTOMPKA, 1998), seus aspectos gerais e repercussões se fazem sentir tanto em áreas amplas como mais restritas da vida social, enquanto sistema - como na economia, estratificação política, cultura, vida cotidiana e relações com o meio ambiente. Pois sua abrangência temporal e espacial são cada vez maiores, intensas e radicalizadas em todo o mundo. Na tentativa desesperada de crescimento o sistema do capital busca dominar todos os espaços, dimensões e esferas da vida social, da economia, da cultura, globalmente, como já o expressava Marx (2007, p. 265) em décadas iniciais da afirmação da burguesia e seu sistema: “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo”. Esgarça o tempo e o lugar, o local, subsume pelo movimento global, submetendo tudo à sua lógica, possui vocação globalista.

O capital *como fator* é uma definição neoclássica, para o marxismo é, antes de tudo, *uma relação entre proprietários e não proprietários* e o que deriva das relações de produção e reprodução no interior da sociedade, entre as classes. “A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar de estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas” (MARX, 2007, p. 282). Portanto, aqui, quando se tratar de “capital”, “sistema do capital”, estará se reportando ao conceito marxiano,

“de relações entre pessoas” e “entre classes”, crítica do sistema dominador e opressor burguês.

Essa noção é importante para as análises atuais do desenvolvimento capitalista, onde muitos autores interpretam como uma fase que combina universalização e particularismo de *identidades global e local*, conforme Santos, M. (2003). Era conflitante como enfatiza Giddens (1991), onde a modernidade, ainda que alguns insistam em falar de “pós-modernidade”, se apresenta apenas em sua fase avançada, um estágio mais agudo de desenvolvimento capitalista, que alcançou um alto padrão de tecnificação, produção e produtividade. Aqui há acordo com esta caracterização de Giddens (1991), pois continuam vigentes as mesmas instituições e modos de reprodução básicos de outrora e, portanto, não se pode dizer, fundamentalmente, que mudou a organização social e o padrão de reprodução capitalista, superando suas crises ou que as classes sociais não existem mais, etc.

Giddens (1991) afirma que em vez de entrar num período de *pós-modernidade*, se vive num ambiente em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais *radicalizadas e universalizadas*. Entretanto, Giddens (1991) admite os contornos de uma nova e diferente ordem, que até pode ser interpretada como “pós-moderna”, mas isso é bem diferente do que vem se considerando como “pós-modernidade” – porque, segundo o autor, não basta inventar novos termos, como “pós-modernidade” e “o resto”. Giddens diz que sim olhar novamente para a natureza da própria modernidade e buscar respostas aos intrigantes problemas do desenvolvimento social moderno, que tem ocupado novamente o debate acadêmico recente. Por isso se trabalha com a categorização de *Alta Modernidade*, compartilhando da visão de Anthony Giddens, fundamentada na *Modernidade Radicalizada*. Vive-se na modernidade - onde o imperialismo também se radicaliza, se tornou ainda mais extenso, poderoso e planetário com o advento da *Sociedade Informacional* ou da *Revolução Informacional* da qual falam, respectivamente, Castells (2001a) e Lojkine (2002).

Giddens em sua obra como um todo credita grande importância aos *sistemas e estruturas* na análise da teoria social, assim como aos *indivíduos* como *agentes reflexivos*. Aqui também há outra convergência com esse autor, entretanto, elas param por aí, se busca diferenciar das formulações desse autor e de outros como Pierre Bourdieu, Eleonor Ostron e James Coleman ao incidir na brecha em suas teorias em termos de conceitos como: *Ação Coletiva*, *Capital Social* e principalmente, a categorização de *Classes Sociais* – interpretações onde se recompõe esse debate teórico em tons críticos, no sentido da tradição do pensamento de Karl Marx, uma vez que estão presentes, tanto como antes, as classes sociais distinguindo e segmentando a *Sociedade Informacional Global* na *Alta Modernidade*.

Nesta tese se opõem a Economia Política e a Sociologia Econômica marxista às noções de Economia Institucionalista e Economia Solidária – pois estas últimas não têm resolvido os problemas da coletividade, das classes trabalhadoras e povos explorados, ao contrário, criam ilusões em reformas para a superação de crises por dentro do sistema. Podem servir, no máximo, como elemento de medição transitório, tático e não estratégico. Essas diferenças aparecem entre esse estudo e os de Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Eleonor Ostron e James Coleman, etc., sobretudo, no trato da Teoria Social Contemporânea e seu significado e interpretação dado ao Capital Social e ou Ação Coletiva – aqui nunca dissociando essas noções das de Classes Sociais. Portanto, se trás estas elaborações econômicas, sociológicas e políticas para o campo teórico de interpretação marxista, classista e revolucionária – sob o prisma da ruptura, muito distinta de sua interpretação comum, do sentido dado pela Economia Institucionalista: *sem-classes, evolucionária e reformista*. Que busca promover uma relação direta entre Capital Social e Mercado, incorporando-o enquanto o *quinto fator de produção*, junto aos tradicionais (terra, trabalho e tecnologia), o capital humano (educação e saúde) e agora, segundo estes, o capital social (sociabilidade e civismo).

Trabalha-se com a noção de *Capital Social* e *Ação Coletiva* enquanto sinônimos e ligados transversalmente à teoria geral da Sociologia, da Política e da Economia. Entretanto, o “capital” do social aqui reportado não tem nada a ver com a noção neoclássica de “capital como fator de produção”, do “mercado”, portanto com o “capital” no sentido que Karl Marx combate - enquanto sistema de dominação social e econômica. Sim, **Capital Social** enquanto *recurso cultural revolucionário e institucionalização política revolucionária* ou *cultura de práticas comunitárias radicais*. *Culturas coletivistas*: solidárias, altruístas, críticas, no espírito de cooperação e compromisso com objetivos sociais, econômicos e políticos comuns entre as pessoas, grupos sociais e segmentos das classes trabalhadoras e ou povos subalternizados que se opõem ao capitalismo, ao imperialismo e apontam para uma Revolução Socialista. Portanto, aqui, Capital Social tem relação direta com Ação Coletiva Revolucionária, nunca com Capital no sentido capitalista, como fator de produção de mercadorias, bens ou fatores. Não se intenta, como na Economia Institucionalista diluir conflitos, buscar a cooperação entre classes distintas, no sentido de evitar ou diminuir custos adicionais de investimento (em tempo, capital e esforço), os chamados “custos de transação” - em hipótese alguma se acoberta as disputas, diferenças e conflitos existentes entre burguesia e proletariado.

A América Latina entra como fundo, lócus empírico de caracterização, análise, espaço de exercício teórico e material dos fenômenos estudados. Isso exige, portanto, que se abarquem noções mais gerais das relações sociais, econômicas e políticas travadas

historicamente no mundo e especialmente na Amazônia. Priorizou-se as últimas quatro décadas do século passado e a primeira deste – curto período, com inflexões desde suas muitas transformações, radicalizações, e reestruturações no mundo da economia, do trabalho, da política, da cultura e da relação humana com a natureza. Este é o conjunto-ambiente, espaço-tempo, teórico-empírico, analítico-reflexivo do trabalho, o escopo geral onde se busca elaborar uma sistematização teórica, interpretação-síntese, político-sociológica, ainda muito rudimentar, entorno de uma tese central: *um movimento ao socialismo, na alta modernidade, tem a emergência - pela força de novas realidades sociais e ambientais - de apontar para estágios de elaboração teórica e lutas práticas revolucionárias que combinem a necessidade histórica de uma revolução social e ambiental ao mesmo tempo - **Revolução Socioambiental**.*

Há um processo marcando uma etapa revolucionária em aberto, onde ocorrem transformações sociais e ambientais em diferentes graus e intensidades, num contexto diverso e complexo de participação política em distintas partes do mundo e em particular na América Latina. Essa Revolução Socioambiental em curso se gesta muito embrionariamente no interior da atual sociedade insustentável, frente às diversidades de realidades da história recente, um período de fortes tensionamentos e **clivagens de crises** que pulsam, incomodam e sacodem a sociedade presente e desfiam o futuro da vida planetária, da civilização humana. Conjunto de crises que preocupa organizações revolucionárias marxistas como a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), e reacionárias como Organização das Nações Unidas/PNUD (2007, p. 2, grifo nosso), órgão reconhecidamente imperialista, que alerta para os problemas socioambientais:

No mundo de hoje, são os pobres que suportam o maior fardo causado pelas alterações climáticas. Amanhã será a humanidade no seu todo que enfrentará os riscos inerentes ao aquecimento global. A rápida acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera terrestre está a alterar significativamente a previsão meteorológica para as gerações futuras. **Aproximamo-nos da beira do abismo, o que se traduz em eventos imprevisíveis e não lineares, que podem abrir a porta a catástrofes ecológicas** – como sendo, nomeadamente, o acelerado degelo das calotas glaciares – que irão transformar os padrões de colonização humana e minar a viabilidade das economias nacionais. **Talvez a nossa geração não viva para ver as consequências. Mas os nossos filhos e os seus netos não terão alternativa se não viver com elas.** O combate à pobreza e à desigualdade nos dias de hoje, bem como aos riscos catastróficos do futuro, constituem um forte fundamento racional para uma ação urgente.

Nos dois pontos grifados no fragmento do Relatório da ONU/PNUD (2007) se pode – em comparação com a realidade mais recente - verificar que esta já se encontra claramente defasado, ainda que tenha se passado pouquíssimo tempo, os efeitos da crise socioambiental são patentes e pioraram muito. O problema do aquecimento global, da perda de

biodiversidade e da destruição dos ecossistemas são patentes em todo o mundo - mais adiante se mostrará fartamente os dados sobre estas problemáticas. Assim como a grande crise econômica de 2008 evidencia - tão gravemente quanto a ecológica - os limites do capital e do sistema do capital e do processo de desenvolvimento em curso.

Parte-se dessa materialidade, de uma macrorregião onde somente em sua porção amazônica, vivem 30 milhões de habitantes em diferentes países, com extensa, complexa e singular sociobiodiversidade, onde co-habitam e co-existem culturalidades em tensões, sociedades em diferentes graus de relações e interações com o mundo contemporâneo. Envolvida pelas crises econômicas e ecológicas global, pelo imperialismo, particularmente o estadunidense, que tenta a todo custo submetê-la, hegemônica, re-colonizando-a e homogeneizando-a social, econômica, cultural, política e ambientalmente, inclusive à força militar, quando o sistema político, econômico e ideológico não barram seus povos, rebeliões e utopias. As ditaduras militares, Operação Colômbia e Ocupação do Haiti, são exemplos atuais, não indo muito atrás à história de subjugação da América Latina, Caribe e Amazônia.

Para além do histórico de 500 anos de opressão e exploração da América Latina, nova etapa revolucionária está surgindo, um espaço social e político de disputa hegemônica com o capital também quanto à temática ecológica. Há na realidade dos países da região um movimento inicial de luta ecossocialista, socioambiental, ecopolítico que tende a tomar força. Portanto, nesta tese se compreende que na América Latina, Caribe e Amazônia, está em curso, ainda que inicial, lento e desigual, um processo de tensões sociais e ecológicas entorno de mudanças socioambientais. O que pode ser visto no marco de uma perspectiva socialista de longo prazo - há um século a região se encontra entre crises, levantes e resistências populares.

Neste contexto os escritos marxianos e marxistas oferecem análise e interpretação histórico-materialista dos acontecimentos mais recentes da reprodução destrutiva do capitalismo sobre o planeta e em particular da América Latina, da Pan-Amazônia – e são importantes para o desenvolvimento da ecopolítica revolucionária. Na região não há uma “destruição criativa” como nos termos de Shumperter, sim um capitalismo de “forças produtivas” que se transfigurou em “forças destrutivas”. Essas tão violentas que reduzem sua complexidade socioambiental e ecossistêmica num sentido, noutro produz desigualdades socioeconômicas nefastas para milhões de habitantes, tão pouco o resultado de seu crescimento é sustentável no tempo e no espaço. Sob o sistema do capital os projetos históricos em andamento reduzem, exaurem, dilapidam a vida na América Latina - o avanço

do imperialismo e a máquina capitalista vêm destruindo a Grande Amazônia como nunca antes.

Diante desse fato, o presente estudo caracteriza, analisa, reflete e problematiza as interações que existem entre as dinâmicas e problemas que historicamente envolvem as questões socioeconômicas, socioambientais e sociopolíticas na América Latina. Faz relações críticas e políticas entre causas, efeitos e reprodução da *alienação*, da *ideologia*, do *ceticismo* e da *participação* na vida dos indivíduos e da coletividade na contemporaneidade. A idéia geral é estudar estes fenômenos, com base à expressão da consciência social e ação política das classes trabalhadoras, dos povos originários e subordinados da *modernidade global*¹. Relacionando os problemas e crises enfrentados, uma vez que a *alienação* e a *ideologia* são inerentes às relações sociais de produção capitalista com determinações socioeconômicas globais e locais, rebatimentos socioculturais e socioambientais enquanto *universais abstratos*². Verificando como todo esse processo complexo, político, histórico, incide direta e indiretamente nos problemas sociais, econômicos, culturais, ambientais, éticos e estéticos – buscando explicação para o desafio da vida e a morte da e na Grande Amazônia e seus povos.

Trabalha-se com a **problemática**: as crises sociais, econômicas, políticas e ambientais, historicamente, têm a ver por um lado, com a forma e o conteúdo do processo de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista, que nesta etapa da alta modernidade evidencia sua radicalidade, promovendo, entre outras situações; avança sem precedentes a destruição da organização internacional, social, econômica, cultural e política dos trabalhadores e povos ao redor do mundo e assim como os ataques severos aos ecossistemas e usos predatórios dos recursos naturais. Por outro lado, cada vez mais, se aprofunda a alienação, a ideologia e o ceticismo no âmbito da sociedade desde a reestruturação produtiva do capital, do neoliberalismo e da globalização. Evidencia-se a relativa apatia do indivíduo e da coletividade em relação às lutas sociais e ou ambientais contemporâneas. Aprofunda ainda mais a clivagem de crises social, econômica, política e ambiental entre os subalternizados, levando à

¹ Segundo Giddens (1991) a modernidade está relacionada ao estilo, ritmo, costume de vida ou organização social em seu escopo de mudança que emergiu a partir do século XVII e ulteriormente influenciou e se tornou mais ou menos mundialmente espalhada, tanto em sua intensionalidade como na extensionalidade. A *Alta Modernidade*, sociedade *pós-industrial*, segundo Bell (1991), em sua obra *El advenimiento de la sociedad post-industrial*, nasce a partir de cinco dimensões da nova realidade: concentração da força de trabalho em serviços; predominância de ocupações técnicas; primazia do conhecimento teórico; orientação futura pelo planejamento de base tecnológica e tomada de decisões por nova tecnologia intelectual.

² Isto é, a transformação das idéias particulares da classe dominante (burguesia) em *idéias universais* de todos e para todos os membros da sociedade com ênfase em Marx e Gramsci, sistemas de pensamentos que geralmente são tomados, incorporados e reproduzidos pelos subalternizados quase sempre sem o perceberem, sem crítica, alheios, alienados.

radicalização da alienação, perda do sentimento de pertença de classe, avanço da ideologia burguesa e do ceticismo socialista. São ainda, estes fenômenos, produtos históricos do acúmulo de grandes derrotas do campo socialista revolucionário, da clássica crise de direções; do conseqüente esmaecimento das lutas revolucionárias e das manifestações e reflexos negativos desses elementos reunidos no interior e conjunto das classes trabalhadoras e povos oprimidos e explorados da América Latina que, agora, entram em grande contradição.

Assim, na etapa histórica da alta modernidade a tese trabalha como ***problemas-síntese***:

1) Como se caracteriza a participação e ou a não-participação política do indivíduo (pertencente ao proletariado genérico ou povos originários e ou produzidos pela colonização) e da coletividade (conjunto da classe trabalhadora ou humanidade trabalhadora, os povos) na alta modernidade e seus reflexos na relação capital, trabalho e natureza, desde sua práxis em busca da perspectiva de sustentabilidade efetiva (social, econômica, política e ambiental)?

2) Como o processo mais geral de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista na alta modernidade aprofunda a alienação, a ideologia e o ceticismo que se evidenciam no âmbito coletivo, pela ação, reação e relação dialética entre o indivíduo e coletividade via participação ou apatia política dos sujeitos sociais na América Latina e na Grande Amazônia?

3) O que é a Revolução Socioambiental e como na etapa histórica da Alta Modernidade é possível estabelecer diálogos entre indivíduos e coletividades na perspectiva de construção sociometabólica da revolução, do desenvolvimento e da sustentabilidade efetiva pela via socialista, ou melhor, da Revolução Socialista, Socioambiental ou Ecosocialista?

4) A emergência do Capital Social ou Ação Coletiva pode ou não influenciar na ruptura e construção da Revolução Socialista, da Revolução Socioambiental e ou Ecosocialista pelo mecanismo de mobilização, envolvimento e participação política e crítica das comunidades, dos sujeitos sociais e políticos da revolução na América Latina, Amazônia?

Todas essas questões estão co-relacionadas, são partes constituintes de realidades econômicas, sociais, políticas, culturais, ecológicas multivariadas, complexas, desiguais e combinadas no espaço e no tempo, se expressam global e localmente. Uma vez que se vive em uma era de realidades atravessadas por agudas crises, contradições e conflitos, que são ao mesmo tempo totalizantes, densas, fluídas, abertas, fragmentadas, incertas, caóticas, portanto, radicalmente geral, com algum grau de determinações específicas e locais, mas com fortes tendências homogeneizadoras, globalizantes e hegemônicas, presentes na modernidade.

Neste sentido, a formulação do problema (*explanandum*) da pesquisa, as hipóteses e suas explicações são interdisciplinares, fundamentalmente porque envolvem abordagens complexas, que vão desde o cultural-eco-biológico ao político-sócio-econômico, portanto, se

trabalha com disciplinas co-relacionadas, no sentido da inter-poli-transdisciplinaridade. A revolução do método de abordagem do objeto na ciência moderna se manifesta principalmente por tratar com dados quantitativos e qualitativos, com dados, fatos e fenômenos correlacionados. Profundamente vinculados à relação causa-efeito, assim, nas ciências hermenêuticas ou interpretativas - como as sociais - essa unidade entre dados, fatos, fenômenos estudados e conseqüente teoria, leva necessariamente à formulação de **hipóteses**.

As hipóteses estão orientadas pela metodologia adotada (sistemas sociais e interações sistêmicas, lógica dialética materialista), ou seja, por um itinerário teórico-metodológico que *parte da matéria* (os fenômenos presentes na sociedade), *indo à idéia* (hipóteses e reflexões teóricas sobre os fenômenos), *retomando a matéria* (fenômenos reais da contemporaneidade). As **hipóteses-síntese** da tese são as seguintes:

1) A reprodução sociometabólica do capital na alta modernidade, desde sua relação indivíduo e coletividade, sob o comando da burguesia vem aprofundando radicalmente a ideologia, a alienação e o ceticismo entre as massas e diminuindo sua participação política. A resultante desse processo de alienação e apatia da sociedade dificulta os processos de reorganização das classes trabalhadoras, dos povos, afasta os indivíduos proletários e massas subalternizadas das lutas sociais e ambientais, e conseqüentemente, da revolução socialista;

2) Este processo de movimento circular, vicioso e negativo da radicalização da alienação, da exacerbação da ideologia conservadora ou reformista e o aprofundamento do ceticismo revolucionário, têm em conjunto, produzido um intenso bombardeio político e cultural submetendo os indivíduos e as massas à *hiper-alienação*, à *superideologia* e ao *ultraceticismo*. Tem a ver com as causas primárias da não participação política dos indivíduos na vida pública, a não responsabilidade coletiva pelo presente e devir histórico da sociedade. Pelas perdas de esperanças nas utopias radicais, no socialismo, devido em muito às traições das antigas direções dos movimentos sociais, partidos de esquerda e governos social-democratas e stalinistas e que se adaptaram ao regime, ao sistema burguês e traíram as lutas sociais do proletariado;

3) A morbidez política das massas ocorre porque também não vêm soluções para as *grandes crises* ou *crise total* da sociedade moderna (econômica, social, política, ambiental, cultural, ética e estética), porque a burguesia e a burocracia juntas aprofundaram a exploração, opressão e subordinação econômica, política e militar sobre as massas do mundo - tão poderosa e sufocante com o advento do imperialismo, do stalinismo, do nazismo, da globalização, do neoliberalismo, da guerra fulminante, da sociedade informacional, da restauração capitalista e da recolonização imperialista. Em nível microsocial e macrosocial

restringiu o espaço, o tempo e o escopo de participação política do proletariado na vida civil, na *polis global*, o *homo politicus* das classes trabalhadoras e povos do mundo. Na alta modernidade, está subsumido pelo *homo economicus* desesperado na luta diária pela sobrevivência, cada vez com maiores medos e sem esperanças;

4) O indivíduo e a coletividade são cada vez mais e intensamente massacrados, dilacerados, prostrados, lançados, abatidos, derribados, enfraquecidos e fragilizados política e moralmente pela pressão material cotidiana, incessante, nervosa e desesperada. Em um mundo cada vez mais inseguro, competitivo, veloz, frenético, virtual, caótico, desumano, frio, fugaz, insano, estúpido, medíocre e insuportável que promove o distanciamento crescente das relações sociais diretas, pessoais, quentes, vivas. Ao mesmo tempo, dialeticamente, cria um mundo virtual que liga, religa e desliga pessoas, espaços, lugares, territórios e relações (pessoais, sociais, políticas, econômicas, etc.) via rede mundial de comunicação e informação;

5) Estas relações vão se processando intensamente pelas vias instrumentais, cibernéticas, mais localizadas no âmbito imediato, indireto e objetivo de reprodução do indivíduo e do sistema do capital a partir da ambivalência do ser, da pressão, do medo, do risco, da perda, do estilhaçamento, como produto do movimento das relações sociais (da economia, da política e da cultura na alta modernidade). Produzindo um ser vazio, dominado pela radicalização da incerteza, ansiedade exacerbada, da perda crescente de referência política, do poder da vida diante da insegurança e sua banalização pela incontrollabilidade dos efeitos da clivagem das crises, da fluidez do espaço-tempo na rotatividade do sistema que acumula destrutividade crescente, veloz, incessante e espalha esses fenômenos globalmente;

6) Essas realidades presentes na dinâmica da alta modernidade não motiva as pessoas das classes trabalhadoras para se engajarem em movimentos sociais e políticos como em décadas anteriores, nem pela proteção e ou sobrevivência dos ecossistemas e menos ainda do mais importante: das populações humanas mais miseráveis e vulneráveis, colocando-as em maior risco social e ambiental. O que pode levar o sistema a avançar para um grau de destruição que ultrapasse a linha do poder de resiliência socioambiental e pela lei dialética da transformação da quantidade em qualidade, passar de seu atual estágio de barbárie crescente para o extermínio, caso o metabolismo do capital continue operando esse nível de destruição;

7) Sob o domínio do capitalismo, da burguesia e do imperialismo a vida no planeta corre risco, ainda maiores que antes, de entrar em colapso tendo como base os atuais problemas, em função dos processos históricos, socioeconômicos e socioambientais acumulados e das propostas e perspectivas de soluções conservadoras ou reformistas apresentadas, gestadas e defendidas hegemonicamente - que vão desde a “direita progressista”

a “esquerda pragmática”, dos novos movimentos sociais e aos setores neoconservadores - indicando saídas de desenvolvimento e sustentabilidade por dentro do capitalismo/imperialismo, o que evidentemente tende acumular-agravar a clivagem das crises;

8) O indivíduo da classe trabalhadora urbana, dos povos originários ou subalternizados históricos dos campos e florestas da América Latina e Grande Amazônia, por não participarem de forma efetiva, ativa e diretamente, ou participarem passiva e ou indiretamente da vida política e das organizações políticas e econômicas de sua classe, povo, seguem à margem dos organismos e sujeitos políticos coletivos da transformação social (diversas organizações sociais combativas, sindicatos progressistas e partidos revolucionários), com isso, entre outros fatores, geralmente, mantém posturas mais individualistas, visões mais céticas, “naturalmente” mais conservadoras e ou no máximo reformistas da sociedade e do sistema socioeconômico. Essas posturas refletem em suas atitudes cotidianas, demonstram impotência diante da tarefa, da luta pela transformação da realidade de subordinação, opressão e exploração social e econômica imposta hierárquica e verticalmente pela burguesia. Assim, os proletários e os povos empobrecidos (e cada indivíduo pertencente a esses estratos sociais), a massa como um todo (incluindo operários, camponeses, indígenas, caboclos, quilombolas, empregados, desempregados, estudantes, etc.), afastadas, distantes e ou isoladas dos organismos e organizações coletivas de sua classe e agrupamento ou segmento social, vêm como quase impossível ou mesmo impossível, alternativas societais ou revoluções socialistas na contemporaneidade, como algo que está morto e pertence somente ao passado;

9) Como resultado, os indivíduos e as coletividades, ao participarem passivamente, indiretamente, sem protagonismo revolucionário, manifestam um grau mais elevado de indiferentismo, conformismo, resignação e apatia, permanecendo absorvidos por seus problemas pessoais, em detrimento da coletividade, a despeito das necessidades históricas da transformação da sociedade. E por isso, estão e ou ficam ainda mais alienados e submetidos à ideologia burguesa, agora exacerbada, que toma a forma de uma ideologização calcada no “fim da história”, “fim das esperanças”, “fim da razão”, “fim do político”, “fim do social”, “fim do mundo”, etc., o que, concorre, subjetivamente, para a manutenção do *status quo* do sistema social, político e econômico burguês, do domínio do imperialismo e suas mazelas e recolonização sobre a América Latina, o Caribe, e naturalmente a Grande Amazônia;

10) Entretanto, contraditoriamente, se evidencia em quantidade e qualidade insuficientes, interpenetrando-se desigual e combinadamente, uma modificação da realidade em diversas partes do mundo através da emergência da *Ação Coletiva* e do *Capital Social*. Indicando um movimento inicial de um processo de retomada e fortalecimento da perspectiva

de construção comunitária, apoio mútuo e solidariedade para enfrentar os problemas no interior da alta modernidade. O que poderá ser um elemento importante, um fermento social, um catalítico na perspectiva de elevação da consciência social, política e ecológica contribuindo para a construção da Revolução Socialista, da Revolução Social e Ambiental. Essa emergência da Ação Coletiva e Capital Social, pode se associar cada vez mais aos levantes, revoltas, protestos e revoluções dos povos como visto na América Latina e Caribe.

Apresentado problemas e hipóteses, à frente se busca tratá-los e testá-las diante da realidade, do movimento concreto da história recente através da caracterização, reflexão e percepção do Materialismo Histórico Dialético (MHD) e da Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Juntos, formarão o referencial teórico-metodológico, na compreensão de que são mais adequados para tratar a pesquisa e atingir os objetivos do estudo, bem como para a observação dos movimentos mais gerais e específicos da sociedade, sempre permanentes, desiguais e combinados no tempo³ e no espaço⁴ formando uma universalidade, a “dialética da totalidade”.

Ainda que a tese se configure em boa medida entorno de formulações teóricas e abstrações, para garantir a materialidade destas interpretações, estão presentes os elementos e exemplos concretos da realidade utilizados no processo de caracterização, análise e entendimento do problema que podem ser resumidos em dois pontos centrais de elaboração:

a) O fenômeno da reestruturação produtiva do mundo do capital frente à política, a economia e a ecologia global e regional: a América Latina, o Caribe e a Grande Amazônia.

A forma como o capitalismo se organiza mundialmente e se reproduz nas diversas regiões do planeta – desigual e combinadamente – guarda grandes semelhanças e sutis diferenças ao mesmo tempo, assim, é importante perceber quais são essas semelhanças e diferenças, como elas se processam, se articulam e se reproduzem e quais seus efeitos sobre as

³ Cada formação material particular, enquanto parte do mundo material, possui certa extensão e está em correlação, de uma maneira ou de outra, com outros objetos e formações materiais particulares que a rodeiam. A extensão das formações materiais particulares e a relação entre cada uma delas com as outras formações materiais que a rodeiam é *o espaço* (CHEPTULIN, 1982).

⁴ Pelo fato de que a matéria possui como próprio um movimento e um repouso relativo, cada formação material particular não é eterna, mas aparece em decorrência da negação de formações materiais determinadas que lhe são anteriores, transpõe certos estágios de desenvolvimento e desaparece, transformando-se em outras formações materiais, isto é, ela possui uma duração determinada de existência e está em relação determinada com as formações materiais que a precedem e com as que a seguem. A duração da existência das formações materiais e a relação de cada uma delas com as formações anteriores e posteriores é *o tempo*. Segundo o materialismo dialético, o espaço e o tempo são propriedades fundamentais da matéria, formas determinadas de sua existência, formas objetivamente reais do ser. O materialismo dialético rompeu definitivamente com a metafísica na interpretação da correlação do espaço e da matéria. Ele considera que o espaço não está apenas organicamente ligado à matéria, às coisas materiais, mas também depende igualmente da matéria, de suas formas de existência e não é, em consequência, o mesmo para todos os corpos, mas muda de uma forma de existência da matéria a outra (MARX; ENGELS, 1977; CHEPTULIN, 1982).

trabalhadoras e trabalhadores, os povos, a população em geral marginalizada, oprimida e explorada. O sistema capitalista em sua fase imperialista-globalizada aprofunda sua dominação, colonizando e recolonizando países, regiões e continentes inteiros, abrindo e fechando mercados, espaços de fluxos econômicos e financeiros de riqueza e poder.

Na alta modernidade, a dinâmica de reestruturação produtiva envolve homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, florestas, rios, solos, atmosfera e o conjunto da vida, como nunca antes. Uma modernidade-mundo, radicalmente destrutiva tanto dos povos como dos ecossistemas assentada na incessante “destruição criativa” e na desesperada corrida por mais e ávidos consumidores, mercados, espaços e territórios reais e ou virtuais para realizar a mercadoria, ofertar e receber serviços. Uma modernidade acelerada que solapa todos os últimos valores tradicionais, econômicos, políticos, ético-morais e de relações interpessoais deixados cambaleantes com o fim do feudalismo e a entrada em cena da **tripla revolução: política-econômica-filosófica** (Política Francesa, Econômica Inglesa e Filosófica Alemã) dos três últimos séculos. Tripla revolução que hoje se manifesta sob bases materiais e imateriais (mercadorias, informações e culturas), muito superiores que as identificadas e anunciadas em de 1848 no *Manifesto Comunista* Marx e Engels (2000, p. 47-48), onde, à época registravam:

A grande indústria criou o mercado mundial [...]. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria [...]. Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca. Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente [...].

A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu todas as relações [...], e não deixou subsistir de homem para homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível “pagamento em dinheiro”. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despidorada e árida.

Mais a diante Marx e Engels (2000, p. 48) dizem que:

A burguesia rasgou o véu de comovente sentimentalismo que envolvia as relações familiares e as reduziu a meras relações monetárias. [...] Foi a primeira a mostrar o que pode realizar a atividade humana [...]. Criou maravilhas [...].

E completam Marx e Engels (2000, p. 48-49), afirmando categoricamente que:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. [...] A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seus séquitos de

crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.

A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países [...].

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações imensamente facilitadas, a burguesia arrasta para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. [...] obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

Em uma observação mais geral, a era da alta modernidade e da reestruturação produtiva do mundo do capital radicalizou tudo isso que Marx e Engels registraram nas páginas do *Manifesto Comunista*. Assim, a história não somente se encarregou de comprovar cabal e empiricamente o que eles anunciavam, ainda em seus primórdios, como hoje, está mais que nunca visível que a economia e a política global imperialista burguesa aprofundou mais velozmente, via meios informacionais, seu domínio sobre os mercados e povos do mundo. Dominação esta que se processa através das grandes redes de corporações multinacionais, no controle dos mega-mercados e da aplicação da política dos Estados Imperialistas Hegemônicos (G8 ou G20), particularmente dos Estados Unidos, que juntos dominam, subordinam e promovem a riqueza e a pobreza, os fluxos e as dinâmicas mundiais de produção e distribuição de mercadoria, rigidamente ajustados às demandas da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e da Reprodução Ampliada do Capital. Em consequência dessa reorganização do capitalismo, para sair de suas crises cíclicas, especialmente a partir do pós-guerra e particularmente na década de 1970, surge a reestruturação, quando era necessária a inclusão das economias periféricas a uma industrialização retardatária (capitalismo tardio), cujo objetivo era manter a agilidade da acumulação do sistema, sem quebrar a subordinação dos países subdesenvolvidos ao imperialismo, ao mesmo tempo em que buscava recuperar a taxa média de lucros e garantir o avanço tecnológico que desse suporte, sustentação e mais estabilidade para o crescimento acelerado da economia em escala global, esse foi seu intento.

Diante da mais nova crise do sistema do capital, “a contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação” também se amplificam - dada a realidade de superprodução, do endividamento de empresas e Estados, a inflação e ou bolha financeira que estourou em 2008, da terceira onda mundial da revolução tecnológica (telemática, robótica, nano, biogenética, etc.) e dos graves problemas ambientais globais

(crise da água, desflorestamentos, perda de biodiversidade, bioriqueza, mudanças climáticas, etc.), e - juntos tomam novos significados, desafios e relevâncias. Inclusive porque essa nova etapa histórica impõe, como nunca, a resolução de graves conflitos socioeconômicos, socioambientais e ético-morais que foram se acumulando e formam agora um mosaico de crises que se sobrepõem, são complexas e de difícil solução por dentro do sistema capitalista. Clivagem de crises que tendem a se aprofundar e complexificar ainda mais - isso tudo em um tempo relativamente curto, de três séculos, efetivamente, quando a burguesia se encarregou de dirigir política, econômica, cultural e historicamente o “mundo à sua imagem e semelhança”.

A outra **tripla revolução**, surgida no bojo da anterior, a **energético-urbano-industrial**, que constitui até então uma **civilização fóssil-urbana** dirigida pela burguesia, compõe-se: 1) na base material fundada na utilização dos fósseis (petróleo cru, gás natural, carvão mineral); 2) na virada demográfica urbana com o processo de descamponização (expulsão dos camponeses, transformando o campesinato arruinado em milhões de proletários amontoados em subúrbios), para formar o que Marx chamou de “exército industrial de reserva”, fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista, o rebaixamento dos salários e o desenvolvimento da industrialização, desde seu nascedouro na Europa Ocidental, que se espalhou para o resto do mundo⁵; 3) na constituição, formação e desenvolvimento do complexo padrão industrialista de produção e financeirização em escala mundial que produziu o imperialismo, etc. Estas condições, entre outras, possibilitaram a formação, arranjo e organização da atual civilização fóssil-urbana. Logo as revoluções burguesas (*política-econômica-filosófica* e a *energético-urbano-industrial*) são, hoje, de conjunto, as principais responsáveis pelo reflexo da crise mundial socioeconômica e socioambiental que eclodiu no final do século passado e atinge brutalmente o século XXI, e impõe novos desafios à humanidade, particularmente, à classe trabalhadora, aos povos pobres e às suas organizações coletivas, revolucionárias, em todo o mundo e na América Latina, Caribe e Grande Amazônia.

Os principais dados que a tese traz estão fundamentados no *Anuário Estatístico da América Latina e Caribe* (CEPAL, 2007), que aponta os principais indicadores demográficos, sociais, econômicos e ambientais sobre a região; no *Relatório de Desenvolvimento Humano*

⁵ Uma prova desse processo histórico-geográfico está nos trabalhos de Hugill (1993), que estudando as características do comércio mundial desde 1431, ressalta a importância da geografia (das condições geográficas) e da tecnologia (das inovações instrumentais efetuadas desde a gênese do capitalismo, sistema que nasce originalmente no século XII), destacando o papel da *tecnologia e da geografia na elaboração do capitalismo* desde as origens da *economia orgânica* no noroeste da Europa, quando a expansão da colheita da agricultura no mediterrâneo, durante o neolítico e suas tecnologias, eram fortemente contraídas pela geografia. Mostrando que, o desenvolvimento da civilização, em última análise, é dependente das condições objetivas dadas pela natureza e das criadas pela cultura.

publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU/PNUD, 2007), que trata desde os principais indicadores de desenvolvimento social e econômico até o fundamental desafio climático do século XXI; e no documento *Perspectivas do Meio Ambiente Global - Global Environment Outlook* (ONU/PNUD, 2007), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que descreve o estado global do meio ambiente mais especificamente. E os vários *Relatórios da Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA* (2000-2008). Os dados apresentados vão desde a década de 1950 até projeções e cenários para 2050, concentrados particularmente entre os anos de 1970 a 2010, em que se avaliam as mudanças social, econômico e ecológico ocorridas: ambientais (da atmosfera, da terra, da água, da diversidade biológica animal e vegetal); as condições sociais, econômicas e culturais entre os meios urbanos, rurais e florestais - abrangendo desde a educação, a saúde, à agricultura, indústria e a balança comercial da América Latina e Caribe, identificando as prioridades de ações para a mitigação ou superação desses problemas.

Situado neste marco geral atual de desenvolvimento do capitalismo e das grandes crises e desafios de sua superação, a idéia é estudar a Economia e a Ecologia macrorregional: mostrando as ligações que existem entre o fenômeno mundial da reestruturação produtiva do capital e sua penetração irresistível nos países e economias periféricas; as políticas internacionais materializada nacionalmente, em programas de ajustes econômicos e políticos às demandas da burguesia - programas, ajustes e políticas, fundamentalmente, visando garantir as condições administrativas, sociopolíticas, socioeconômicas, infra-estruturas física e financeira. Assim como a adequação das instituições sociais e culturais para que haja maior garantia de estabilidade-sustentabilidade política e econômica aos seus projetos e investimentos, no sentido de garantir a competitividade dos setores produtivos e financeiros.

Em termos gerais, as políticas de reformas e blindagens promovidas pelos Estados, são a possibilidade de impulsionar e proteger ao mesmo tempo os grandes grupos econômicos com investimentos na América Latina e Caribe, dando ainda mais impulso, segurança e sustentação para o capital produtivo e financeiro de conjunto. Por outro lado, essas políticas têm seus revezes, sociais, econômicos e ambientais, onde, mais uma vez, o ônus é da classe trabalhadora e da juventude, servidores públicos, operários, camponeses, trabalhadores autônomos, estudantes, etc. Estes sofreram historicamente intenso arrocho salarial, com poucos financiamentos educacionais, incentivo à pequena produção, restrições e ou acesso às tecnologias de ponta, etc. São agora novamente e duramente atingidos com um novo

desmonte da previdência, da seguridade social, dos direitos trabalhistas e do ensino público, enquanto a burguesia é premiada com uma reforma fiscal que lhe traz competitividade frente a outros grupos concorrentes. Esse conjunto de políticas e medidas visam estancar a crise econômica, aprofundar a política neoliberal e restabelecer a rota de crescimento e taxa de lucro do capital. Com esse fenômeno político-econômico se pretende demonstrar como a radicalização da ideologia neoliberal e da alienação promovida pelo capital se materializam e se incrustam na alta modernidade em âmbito macrorregional e são responsáveis pelo caos.

Verifica-se ainda: como se processa e eleva a alienação, a ideologia e o ceticismo, entre os indivíduos e a coletividade no seio da classe trabalhadora, a partir da aplicação dessas políticas; como emergem dialeticamente as novas forças sociais e a participação coletiva dessa mesma classe trabalhadora em um contra fluxo de combate; como ocorre a reorganização do movimento social de massas, à medida que o projeto neoliberal está em crise e as antigas organizações e direções (partidos, centrais, sindicatos e movimentos) foram cooptadas pela burguesia e entram em contradição com os interesses das massas, não conseguem dar respostas às demandas socioeconômicas e socioambientais. Possivelmente aí está a necessidade de se estudar, analisar e refletir sobre a relação indivíduo e coletividade frente esses novos desafios políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais na América Latina, Caribe e Grande Amazônia contemporânea. Aqui se conecta à segunda parte central:

b) O indivíduo e a coletividade sob o capitalismo em sua fase neoliberal-informacional-global, o Capital Social e a atualidade da Revolução Socialista - Revolução Socioambiental.

Como seguimento do debate sobre a Alta Modernidade e a Revolução Socioambiental, se coloca em foco a relação indivíduo e coletividade na construção dos processos políticos, econômicos e culturais que apontem para um novo padrão de reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade. Projetos que sejam contra hegemônicos, diametralmente oposto ao modelo atual, se assente em valores de uso e não de troca, portanto diverso do mercado. Então, interessa estudar e refletir em especial os sujeitos sociais e políticos que ainda tentam se contrapor radicalmente ao modelo capitalista, e produzir outras sociedades e relações, os *sujeitos revolucionários*. Aqueles indivíduos e coletividades, socialmente mediados, que desenvolvem laços de solidariedades e que poderão lutar pelo socialismo, pois fazem parte do presente e do futuro de “um todo engendrados por uma condição de reciprocidades”, como na afirmação de Adorno e Horkheimer (1985). Uma vez que a vida humana, não por acaso é essencialmente convivência, participação e comunicação, necessárias e intermediadas por laços de alteridades, fraternidade e esperanças.

Assim, da mesma forma como no ponto “a”, após uma explanação de cunho mais global, se prioriza como *locus* de caracterização do fenômeno, o subcontinente americano, onde se apresenta e articula um breve debate sobre as questões levantadas desde a problemática geral. Relaciona-se os mais importantes e expressivos processos e movimentos de ação das massas, que se ligam aos problemas, crises e reflexos gerais da alta modernidade, face à cultura-mundo, à economia-mundo e à ecologia-mundo, observados a partir do primado teórico-metodológico das noções, categorias e leis fundamentais da lógica dialética: a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a interpenetrabilidade dos contrários; a negação da negação; o desenvolvimento desigual e combinado e; a intra e interdialeiticidade permanente. Promovendo análise global e regional dos fenômenos e processos históricos recentes, que particularmente eclodiram na primeira década do novo século e são objetos empíricos de sustentação das análises e reflexões da tese central exposta.

A simples existência das organizações e movimentos sociais contra-hegemônicos na América Latina mostra o poder de resistência, re-organização e resiliência político-social das classes trabalhadoras e seus povos em lutas. Assim como, cada vez mais, se evidenciam as participações de indivíduos e vanguardas na formação do Capital Social e Ação Coletiva no subcontinente, que podem levar a um movimento geral de massas, necessário às rupturas e construções de alternativas: entre elas da perspectiva da Revolução Socialista - Revolução Socioambiental, desde uma das zonas de maiores conflitos, efervescências políticas e levantes sociais que questionam o sistema do capital, o domínio regional e mundial da burguesia, do imperialismo estadunidense e tem demonstrado, historicamente, promover grandes embates.

Mostrando que apesar de tudo, “ainda há lugar para esperanças, há lugar, inclusive, para as grandes esperanças”, como diz Hobsbawm (1988, p. 468), derrubando a falácia do “fim da história”, “fim do social”, etc. Naturalmente a história segue seu curso, demonstrado pelo desenvolvimento desigual e combinado de distintas realidades políticas e sociais em diversas partes do mundo, onde seu movimento tem produzido lutas, rebeliões e revoluções ao longo do século XX e início do século XXI, como expõem fartamente Moreno (1989; 2004), Hobsbawm (2001, 2002) e Arcary (2004; 2006), entre outros. A luta socialista segue, e “pela primeira vez em 500 anos há movimentos [*na América Latina*] rumo a uma verdadeira independência e separação do mundo imperial [...]. Historicamente os EUA derrubaram um governo após o outro; agora já não podem fazê-lo” enfatiza Chomsky (2009, p. 06). Além, estão cada vez mais evidentes as impossibilidades do desenvolvimento e da sustentabilidade se realizarem plenamente por dentro do capitalismo, posto que são estreitas e limitadas as

margens e graus de realizações individuais e coletivas, por sua própria fórmula de reprodução, onde as várias propostas reformadoras se chocaram com a realidade.

Ao mesmo tempo em que o fenômeno do desenvolvimento capitalista, a partir de matrizes energético-materiais declinantes, como os hidrocarbonetos, a cada ano se aproxima de seu final e possuem efeitos colaterais devastadores para o meio ambiente, a própria burguesia mundial se vê obrigada pela força da realidade mudar o seu padrão energético historicamente estabelecido. Tenta fazer uma revolução na sua revolução, ecologizando em parte sua produção, mas dentro dos limites de sua Revolução Industrial. Por outro lado, setores do movimento mundial marxista, começam a se abrir para incorporar em suas formulações, análises, teorias, elementos, dimensões e tendências, onde cada vez mais ganha força a perspectiva ecológica e ou socioambiental. Rompendo, lenta e parcialmente sua ortodoxia, historicamente baseada na análise socioeconômica, abandonando os problemas ecológico-ambientais. Marx e Engels fizeram consideráveis registros da importância dos fatores como solos, água e florestas e o modo predatório como esses eram utilizados pelo capitalismo, causando destruição, poluição e desgastes dos elementos da natureza total, incluindo aí os trabalhadores. Na alta modernidade há um retorno marxista ao ecológico.

Em meio ao macro movimento da realidade, em que ocorre o a crise ambiental e o impasse neoliberal e a brutal crise econômica que se instalou e seus nefastos desdobramentos tendendo avolumar-se em longo prazo (recessão, inflação, estagflação), “re-surge a atualidade” do marxismo, da Revolução Socialista, o debate político estratégico no seio dos movimentos sociais e setores da classe trabalhadora; depois de duas décadas da queda do aparato mundial contra-revolucionário, o stalinismo, a partir de sua crise e Queda do Muro de Berlim em 1989, que avançou sobre o Leste Europeu levando ao esfacelamento completo do antigo regime na URSS, profundamente burocratizado e degenerado. É possível verificar, ainda que inicial, titubeante e timidamente a volta do debate entorno do marxismo, do socialismo e da revolução no ambiente acadêmico. Isso após três décadas da implantação do modelo neoliberal e sua evidente crise e ou dificuldades em dar respostas às demandas socioeconômicas, sociopolíticas e socioambientais aos dilemas da sociedade.

No bojo de sua mais recente crise (de superprodução de mercadorias e crise financeira global), o capitalismo em sua fase neoliberal segue crescentemente questionado, sofrendo resistência de diversos povos ao redor do mundo, particularmente na América Latina. Além, depois da grande crise econômica é visível “a importância vital do trabalho produtivo no nosso estágio de desenvolvimento histórico [...], não importa o quanto as personificações do

capital e seus mercenários intelectuais tentem negá-la em nome do *capitalismo avançado*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 7), ou “*pós-industrial*”.

Pela clivagem desses fatos já tratados nos pontos “a” e “b” reunidos, não se pode ter em mente a necessidade da revolução social, sem o fundamental elemento ambiental. São desafios novos para os sujeitos sociais e políticos da Revolução Socialista, seu programa de transição ao socialismo, que começa com a tomada do poder, o enfrentamento do capitalismo e do imperialismo. Um processo complexo que deve ter em sua marca fundamental a transição ao desenvolvimento realmente sustentável, a participação efetiva dos indivíduos na produção e usufruto desta, na construção de políticas públicas e sua gestão urbana, rural e florestal democrática. Sob este aspecto, toma nova dimensão à questão ambiental dentro de um programa político que tenha a pretensão de mobilizar as massas para um processo de ruptura e colocar na ordem do dia a construção da Revolução Socialista, Ecosocialista e ou Revolução Socioambiental; que tenha como estratégia um desenvolvimento com sustentabilidade baseado à nova visão socioeconômica, socioambiental e político-institucional que demanda a alta modernidade, uma renovação do movimento mundial marxista com a inclusão dessas novas agendas, necessidades. O que exige abertura de visão política mais holística, complexa, dialética. Investimento num grau maior de relativização de posições ortodoxas. Reflexão, comparação e verificação dos sinais concretos das realidades atuais, abrindo as vias e escoadouros da e para a Revolução Socialista, porém, sem abandonar os fundamentos, os pilares centrais da teoria marxista e da teoria da revolução social ainda vivos.

Assim, a partir dos pontos “a” e “b” em destaques, que tratam do fenômeno da reestruturação produtiva do mundo do capital frente à economia, a política e a ecologia global. Seu rebatimento regional, e da relação entre indivíduo e coletividade sob o sistema capitalista em sua fase neoliberal-informacional, a idéia da revolução socioambiental está associada ao *Capital Social Revolucionário*, que entra como elemento importante da atualidade na perspectiva de construção da *Revolução Socialista - Revolução Socioambiental*.

Movimentos que apontam também para possibilidades alternativas (políticas, sociais, culturais, ambientais, éticas, estética, etc.) ao modelo vigente. Especialmente porque estas interpretações são disputadas, diferenciadas e antagônicas do ponto de vista ideológico, teórico e político entre as classes, setores sociais, instituições, autores e escolas de pensamento podendo ser agrupados, em distintas gradações, mas basicamente em: *conservadores*, *reformistas* e *revolucionários*, ou seja, aqueles que querem *conservar* o modelo e as estruturas (não pretende mudar os fundamentos o *status quo* social, político, econômico, ambiental, cultural, ético, estético, como a escola liberal ou neoliberal), os que

querem *reformatar* (para não mudar muito, mas ajustando às demandas do capitalismo, são neoconservadoras como a escola keynesiana e neokeynesiana) e aqueles que querem *revolucionar* as relações na sociedade e desta com a natureza (romper, mudar profundamente as relações socioeconômicas e político-institucionais, como a escola marxista). Pois, como se sabe, a partir da interpretação materialista-marxista da história, as relações são tecidas e compostas por uma sociedade estratificada e hierarquizada social, política, econômica e culturalmente em classes sociais distintas (*burguesia*, *pequena-burguesia* e *proletariado*), como resultado das práticas sociais, objetivas e subjetivas das relações sociais de produção.

Colocada a problemática geral e seus correlatos, ainda que diante de agudas e intrigantes perguntas, formando o sistema de indagações levantadas, essas orientam e sistematizam o estudo por meio do aparelho conceitual utilizado. Pretende-se delinear rudimentos explicativos, tocar os contornos do cerne da problemática estruturante da tese - o que exige dada energia na intenção de desenvolver uma análise complexa que promova novas caracterizações, construções e diálogos no interior do marxismo. Cabe assumir os possíveis riscos, desafios e falhas analíticas, interpretativas e metodológicas destas construções, caracterizações e ousadias. Entendendo que, apesar de longa tradição da ciência e de alguns eventuais erros intelectuais trágicos, há que se observar, analisar e teorizar, pois, ainda é um modo de ajudar a construir um mundo diferente e melhor (CASTELLS, 2001a). Aqui, há uma explícita busca de respostas às questões contemporâneas que atingem as classes trabalhadoras, a **humanidade trabalhadora** ou ainda como expressa Antunes (2003), a **classe-que-vive-do-trabalho**. Classe que se distingue da burguesia e seu modo de vida, que se tornou para a *classe-que-vive-do-trabalho* ou a *humanidade trabalhadora* uma classe de *parasitas* ou para seguir a forma de Antunes (2003) a *classe-que-vive-do-parasitar*, pilhar os povos e o planeta.

Como **objetivo**, este trabalho pretende caracterizar, refletir, compreender e explicar o processo de aprofundamento da alienação, da ideologia e do ceticismo como fenômenos emergentes, acelerados e radicalizados da sociedade moderna, em especial de sua etapa informacional global. Seus resultados teórico-prático-concretos para a reprodução e manutenção do sistema do capital e as dificuldades do movimento marxista em encontrar eco junto à coletividade, às massas, aos subordinados, nesta etapa histórica (alta modernidade). Assim como se propõe identificar, caracterizar, compreender e explicar como, no processo de individuação, metabolização e contradição os sujeitos sociais e políticos da Revolução Socialista reagem ante esses fenômenos que os envolvem na contemporaneidade, fazendo relações com o processo de desenvolvimento e sustentabilidade da sociedade do século XXI.

Verificando não apenas a clássica relação capital *versus* trabalho, mas também fazer esse debate fundado nas relações complexas entre a natureza e a sociedade, desde o indivíduo, a coletividade, a cultura, a economia, a política e a ecologia em um todo complexo, inter-relacionado e indissociável. Promovendo uma reflexão em torno das possíveis saídas estratégicas via Revolução Socioambiental, um processo ao mesmo tempo de ruptura e de transição evolutiva nos campos social, político, cultural, econômico, ambiental, ético e estético da macrorrelação sociedade-natureza, em um planeta com sete bilhões de habitantes.

Assim como, de fundo, se busca também fazer uma reflexão sociológica, um balanço e uma crítica dos fundamentos políticos, econômicos, ecológicos e culturais da civilização e ou progresso capitalista promovendo um questionamento, crítica ao campo conservador ou ortodoxo no seio do próprio marxismo. Indagando sobre novas possibilidades, pensamentos, perspectivas e alternativas ao modelo histórico vigente por dentro da corrente política e científica materialista histórica dialética, mais particularmente a de inspiração leninista-trotskyista, que procurou e procura corresponder às demandas e desafios históricos de construir a IV Internacional Socialista, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Tudo isso tendo como fundo a América Latina e especialmente a Pan-Amazônia.

A **justificativa** deste trabalho se manifesta pela atualidade visceral do tema que liga o desenvolvimento capitalista na alta modernidade à radicalização da *alienação*, da *ideologia* e do *ceticismo* na sociedade informacional-global e por outro lado a baixa *participação política*. Visto a *necessidade histórica, social e ecológica* de superação do sistema do capital - diante das extensas, graves e evidentes crises produzidas.

A *alienação*, a *ideologia* e o *ceticismo* permaneçam como objeto de estudos mais restritos aos campos de trabalhos que cruzam, interpolam e analisam estes fenômenos com base no suporte crítico do pensamento marxista. Dentro do próprio marxismo, estas categorias e conceitos aparecem pouco desenvolvidos, ao se fazer relações, ao mesmo tempo, que reflitam sobre a *alienação*, a *ideologia*, o *ceticismo* e inclua a *participação política* - na *análise e crítica da alta modernidade e seus efeitos político-sociais, socioeconômicos e socioambientais multivariados* para a sociedade, a natureza e a vida.

Entre outros problemas, pode se perceber que historicamente a academia quase sempre estabeleceu estudos e pesquisas conservadoras. Assim como mais no âmbito disciplinar e particularmente no século XX, época de guerras e revoluções, se tornou uma prolífera maternidade, o próprio lugar onde se fecundou, gestou, amamentou, acalentou e reproduziu

profundas ideologias burguesas⁶. Obviamente, uma das explicações de fundo é o fato da própria academia se constituir parte do aparato da superestrutura que mantém, sustenta e reproduz essa ideologia, a estrutura, o regime e o sistema *Capitalista Imperialista Global*.

Por todos esses aspectos se escolheu de forma consciente articular categorias centrais à análise, caracterização, reflexão e crítica da sociedade e tempo histórico presente. O estudo da *alienação, ideologia, ceticismo e participação política*, ajuda a entender o fenômeno geral da *modernidade, racionalidade e desenvolvimento* do sistema do capital enraizado na contemporaneidade. Foi preciso ir *além da superfície visível das formas* de interpretação e organização social, econômica e política para explicitar a substância das relações sociais de produção intumescidas pela alienação, impregnadas pela ideologia burguesa, banhada pelo ceticismo à alternativa socialista e submersa pela baixa participação política dos indivíduos e massas trabalhadoras.

Entretanto, isso não constitui indicação de que as *formas* sejam menos importantes, onde as *substâncias* e os *conteúdos* são imperativos. As formas, pelo contrário, são da maior importância, pois a realidade é percebida em termos de forma pelos sujeitos, como explica Sweezy (1986). Quando há uma brecha entre a *forma*, a *substância* e o *conteúdo*, podendo ser ultrapassada pela análise crítica e dialética da realidade com base na *complexidade sistêmica, saber histórico, materialista, concreto e dialético*⁷ do mundo.

Oposto à compreensão primeira da lógica formal, que, por exemplo, na economia, não incorporou a complexidade sistêmica das interações entre capital, trabalho e natureza, comum na lógica e no cálculo neoliberal e tem levado a erros, distorções e fantasias: *produção de verdades* tais como o “livre mercado”, a “teoria do equilíbrio”, e “a mão invisível”, que são apenas as mais saturadas e evidentes das ideologias econômicas burguesas. O mercado não é *livre*, é controlado pelas gigantes corporações, conglomerados econômico-financeiros, por poderosos interesses políticos e estratégicos no jogo mundial do poder, portanto é um engodo.

⁶ Aprendamos a desconfiar, portanto, dessas sentenças definitivas que nos aprisionam no tempo histórico da burguesia. Essas representações sobre a eternidade das relações sociais burguesas não são inocentes. Foi Marx, justamente, que nos educou a olhar para que pudéssemos *ver o processo contraditório que atravessa essas relações e a possibilidade de sua destruição*. E foi ele também que nos fez ver a *complexa trama ideológica, isto é, o conjunto de representações imaginárias que recobrem e obscurecem as relações reais, no interior da qual se exerce a dominação de classe burguesa* (NAVES, 2000, p. 9, grifo nosso).

⁷ O significado profundo da teoria marxista entorno do materialismo dialético é condicionada pelo campo ao qual está inserida, o conjunto de problemas que a constitui determina as respostas que ela é capaz de oferecer. Assim, se a problemática filosófica (hegeliana) é ‘mistificada’, qualquer resposta que se der as suas questões será igualmente mistificada’. É preciso, então, romper com o campo de ideologia filosófica, recusar as suas questões, e não apenas oferecer outras respostas igualmente ideológicas, e nisso consiste a mudança de terreno que Marx reclama: a passagem da ‘mistificação’ ideológica para o conhecimento científico do real. “O limite da crítica filosófica repousa na sua incapacidade de ir além da esfera das representações, das idéias, dos conceitos. Assim, tudo se passa como se tratasse apenas de encontrar uma interpretação da realidade, opondo uma fraseologia à outra, sem combater o ‘mundo real existente’ (NAVES, 2000, p. 30-31).

Nada pode ser ou estar mais longe do *equilíbrio* que o sistema capitalista e ou qualquer possibilidade de teoria econômica que seja observado no mundo real sob essa base, assim como há muito tempo já não se encontra ninguém, em estado lúcido, que acredite na *mão-invisível* reguladora do mercado. A prova material está na realidade recente da atual e grave crise econômica que derrubou todos esses mitos da economia conservadora ou neoclássica⁸.

Transversalmente, na tese, ainda se pretende esboçar noções que possam caracterizar e construir relações recíprocas em termos conceituais e categorias, interpretações do modo de vida da contemporaneidade, a partir de um dos conceitos-chave em ciências sociais: **Cultura**. E fazer uma breve relação com a questão do chamado *progresso social* ou *civilizacional*. Mais incisivamente se pretende construir uma análise crítica, sociológica, política, econômica, ecológica, em torno dessa noção, particularmente das relações socioeconômicas e socioambientais estabelecidas pela civilização urbano-industrial. Problematicar a explosão da modernidade e como este *processo civilizatório*, ou *progresso social* contribuiu, se processa e ou re-processa como avanço do fenômeno da *modernidade radicalizada* ou *alta modernidade*, do final do século XX e início do XXI, vendo suas conseqüências e perspectivas mais plausíveis em termos de indivíduos e coletivos.

Entendendo os limites deste laborioso intento, que não é nada fácil a apreensão da construção social e decodificação da realidade, sendo sempre um processo complexo, correlacionado, multivariado, contraditório, ideologizado, de difícil interpretação. Exigindo um *olhar* e um *ouvir*, um *observar* e um *refletir*, um *escrever* e um *reescrever* atento, lúcido e profundo por parte do cientista social (OLIVEIRA, 1996). A fim de evitar o primado da ilusão, que é o encanto provocado pela superfície, o imediato. O olhar rupestre, grosseiro e formal. Afinal, a primavera da ciência é a pergunta perturbadora, o questionamento incisivo e a busca permanente da essência, da aproximação da verdade, ainda que esta seja difícil de captar-alcançar-apalpar pela própria dimensão da realidade, ou melhor, diversidades de realidades e ainda de sua intrínseca complexidade, movimento, dialeticidade.

⁸ Os efeitos da crise levaram a OIT a apontar um aumento de 20 milhões de desempregados no mundo no ano de 2009, ultrapassando o já alarmante índice anterior de 190 milhões de sem empregos. É a primeira vez na história que o número de desempregados ultrapassou os 200 milhões, particularmente isso atingiu os países mais pobres. Ainda que tenha se seguido um efêmero período de recuperação pela injeção de dinheiro público para salvar a bancarrota do sistema, para as macrorregiões como a América Latina, o FMI aponta uma queda de 4,6% para 3,6% no crescimento da economia. A China reduziu de 11% para 5% e os países europeus de 3% para 1% sua expectativa de crescimento segundo dados do FMI. Para além desses problemas, há uma gigantesca pirâmide de *capital fictício*, se fala entre 300 a 500 trilhões de dólares, ou seja, algo em torno de seis vezes o PIB mundial (hoje cerca de 50 trilhões de dólares) é essa montanha que agora está se derretendo por não ter correspondência na produção real. [...] Analistas são unânimes em classificar essa crise como a mais profunda desde a grande crise de 1929 (ALMEIDA, 2008). Assim, com toda essa avalanche de dados da realidade concreta, toda forma metafísica, mística ou ideológica da superioridade da economia de mercado, do neoliberalismo, esvaiu, ruiu-se.

Metodologicamente, o presente estudo buscou afundar a observação detida e atentamente sobre a cotidianidade dos trabalhadores organizados e não organizados em alguma estrutura social coletiva (sindicato, associação, partido) e particularmente dialogar com a literatura, autores clássicos e contemporâneos que estão no debate da temática, observando sistemática e cientificamente as relações de poder e as disputas sociais e ideológicas em torno dele. Através da observação participante, o autor ao longo de cinco anos de pesquisa se dedicou ao campo, juntando elementos e dados. Estudou os movimentos sociais, sindicais e partidários do proletariado, registrando a participação política do e entre o indivíduo e as massas na construção social da realidade, na luta histórica do tempo atual. Centrou na análise da economia, da cultura e formação política do indivíduo e da coletividade em ação. Em como os agentes sociais e políticos interagem, processam e re-processam a produção da história a partir de suas atividades construtoras e ou destruidoras de signos, significados, significantes e re-significantes, tudo filtrado pela via teórica da *sociologia marxista*, da *psicologia sócio-histórica*. Observando o modo de organização e lutas políticas e sociais individuais e coletivas dos subalternizados em confronto objetivo e subjetivo, direto e indireto, aberto e velado, total e parcial com a classe inimiga. Assim como, e muito particularmente, entre si, por meio de conflitos, mediações, relações e interações políticas, pessoais, sociais, culturais, psíquico, institucionais e históricas.

O **protocolo científico, metodologia** e ou **procedimentos teórico-metodológicos** da pesquisa transita no limbo da sociologia política, da sociologia econômica e da sociologia do trabalho, como também as caracterizações, formulações e interpretações levantadas estão relacionadas intrinsecamente à **economia política marxista** buscando articular uma **economia-ecologia política marxista**. Aparecem elementos associados às ciências sociais, econômicas e naturais que, dialeticamente, a partir da integralidade do texto se colocam em caminhos confluentes, se comunicam e interagem com as questões políticas, através de diversas disciplinas e epistemologias. Ligam novos campos teóricos das ciências sociais e das ciências naturais, tais como a sociobiologia, a sociologia ambiental, a economia ecológica, a antroposociologia do meio ambiente e a agroecologia. Uma tentativa de reunir diversos elementos comunicantes do conjunto desses saberes para a reflexão holológica dos processos e fenômenos que estão materializando-se na alta modernidade e atravessarão desafiadores o século XXI. Portanto, o conjunto metodológico forma um *corpus teóricus* inter-poli-transdisciplinar, complexo, dialético, em construção, onde autor e pesquisa se colocam diante do objeto com serena flexibilidade, abertura e responsabilidade teórica, científica e filosófica.

Sabe-se que esta não é do ponto de vista teórico-metodológico uma tarefa fácil. Exatamente por se ter ciência desta problemática que se optou por uma ampla análise geral e seu afunilamento em exemplos mais particulares, buscando tatear realidades mais líquidas, singulares e correlacionando-as com as mais gerais. Que permitissem estabelecer maiores: coerência interna, harmonia analítica, consistência teórica, poder explicativo, materialidade argumentativa, etc. Assim como garantindo estofos às hipóteses levantadas, o escopo geral da pesquisa e seus objetivos. Pois, se sabe que elaborar análises, interpretação da sociedade e comportamento de suas classes - desde a construção de espaços sociais concretos até os simbólicos, a partir das relações de produção estruturadas pelo padrão urbano-industrialista⁹, estão presentes pesadas disputas políticas, econômicas e ideológicas entre classes antagônicas e conflitivas. São evidentes várias interpretações teóricas, políticas, econômicas e filosóficas em torno dessas disputas. Disputas essas que, fundamentalmente, estão baseadas na relação social de produção e reprodução do capital *versus* trabalho no processo de apropriação da natureza, da riqueza e suas repercussões tanto sociais e culturais, como econômicas, políticas e ambientais advindas do processo sócio-histórico-cultural como todo.

Por isso, analisar as realidades implica saber: enquanto sujeito do conhecimento, o homem não tem acesso direto aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, pedaços da realidade como fotografias; opera sistemas simbólicos que dispõe enquanto construção do conhecimento, abstrações, como uma interação mediada por várias relações, ou seja, o conhecimento da realidade não está sendo visto como uma ação do sujeito sobre a realidade e sim, pela mediação feita por outros sujeitos, o *outro social*; esta se apresenta por meio de objetos, de “coisas”, da organização do ambiente, do mundo cultural que rodeia o indivíduo; que se trata da relação homem-mundo, mediada pelo problema do conhecimento e do ato de teorizar, partindo da metodologia fundamentada na dialética, onde não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto, sim a transformação permanente de todas as coisas (VYGOTSKY, 1987, 1988; LÖWY, 2008).

⁹ O espaço urbano, como acumulação de tempos e de técnicas diferentes (TRINDADE JÚNIOR, 2002) perpassa por estreita relação, que de algum modo se estabelece entre o geral e o particular, com sentidos, interações, fluxos e determinações específicas. Assim, funciona também enquanto papel econômico ligado aos movimentos que os articulam com a sociedade global da alta modernidade, onde estão presentes as diversas formas de estruturas sociotécnicas, que envolve os espaços agrários e florestais. O espaço em constante transformação, tenciona e organiza o tempo na sociedade em rede (CASTELLS, 2001b) e no ambiente de globalização acaba por estimular e ou forçar a regionalização, uma vez que as regiões sob o impulso das elites locais e seus governos, vêm cada vez mais se estruturando para competir na economia global, estabelecendo redes de cooperação entre as instituições regionais e as atividades produtivas desenvolvidas (COSTA G., 2006b).

Assim, ao se pretender estudar, refletir e explicar a problemática apresentada, há um esforço de síntese-interpretação sobre uma temática tão densa e ampla como a reprodução sociometabólica do capitalismo com base na relação indivíduo e coletividade desde América Latina e a Grande Amazônia. Sabe-se também que se corre o risco de não alcançar a materialidade, a concretude, captar os mais gerais e centrais movimentos das realidades, ou ainda perder, deixar escapar suas especificidades e ou particularidades. Para se afastar desses perigos, foi necessário seguir um método de ir ao chão, à raiz dos fenômenos - abastecendo fartamente a tese com dados, fatos, operações racionais (questões, termos, proposições e argumentos) - tratando a matéria a partir do problema, do concreto pensado e das realidades existentes na região estudada.

Daí a necessidade de se tratar metodologicamente o mais geral em estreita associação com processos particulares, relacionando-os permanentemente, visto que podem se complementar no processo de análise, reflexão, entendimento e síntese (reunião) do fenômeno geral estudado, qual seja: o problema da radicalização da alienação, da ideologia e do ceticismo na alta modernidade informacional-global e seus reflexos no processo de participação política do indivíduo e da coletividade frente os desafios históricos que fundamentam a relação Capital, Trabalho, Estado e Natureza. Uma possível alternativa de transição socialista, via organização social e mobilização política da classe trabalhadora. Onde se inscrevem a Revolução Socioambiental (ruptura), o Capital Social (revolucionário) e o Desenvolvimento Sustentável (de fato), como mediadores desse processo, que ao mesmo tempo precedem, intercedem e permanecem necessários enquanto sociometabolismo, mesmo depois de uma possível sociedade comunista.

Posto isso, há que registrar ainda, sobre a metodologia, a tentativa de desenvolver uma abordagem sistêmica, crítica-dialética, buscando avaliar o conjunto de elementos entre os quais se pudesse encontrar ou definir alguma relação, afastando do escopo do trabalho o pensamento próprio da lógica formal - oscilante entre o dogmatismo, que afirma a verdade absoluta e a negação igualmente absoluta dessa verdade, sob o nome de “relativismo”. Está ancorada em um universo estático e que eleva as barreiras entre as coisas reais que pretende explicar cabalmente (LEFEBVRE, 1975, NOVACK, 2005). Portanto, se constrói abordagens a partir das análises da lógica dialética, materialista, histórica, com base na matriz teórica marxiana. Usando a dialética como sistema de leis gerais (contradição, unidade e luta dos contrários e negação da negação, etc.), correlacionando categorias (matéria e consciência, particular e geral, a qualidade e a quantidade, a causa e o efeito, o necessário e o contingente, o conteúdo e a forma, a essência e a aparência), permitindo análises mais complexas.

Observando a transformação das relações sociais, dos processos que se dão no espaço e no tempo. Condicionados e condicionantes da vida social, política, e econômica e refletem as ações sociais dos homens, suas lutas e contradições, suas relações com a natureza e as instituições que cria, está centrada no movimento, na mudança, na evolução, na contradição (MARX, ENGELS, 1977; BOURDIEU, 1989; NOVACK, 2005).

Por tudo que se indicou, parece ser plausível e coerente, que, para responder aos questionamentos levantados nesta introdução, será preciso articular sínteses integradoras. Utilizar o cabedal de formulações das ciências sociais, naturais e econômicas e relacioná-los à problemática, em um todo possível¹⁰. Visto que estão presentes em diversas vertentes teóricas existentes na modernidade, incluindo analiticamente as relações estabelecidas entre os homens (estrutura), destes com o ambiente natural a partir de suas atividades materiais-econômicas (infra-estrutura), e suas bases institucionais (superestrutura), cultura em um todo.

No entanto, se chama atenção para a questão das incertezas, da teleologia e das contradições no processo de interpretação da realidade e do movimento da sociedade. Relacionando as especificidades locais, regionais, nacionais e suas interações globais, onde a simplificação é necessária, mas deve ser relativizada, aceitando as reduções conscientemente e não as reduções arrogantes, que crêem possuir a verdade simples por detrás da aparente multiplicidade e complexidade das coisas e fenômenos da realidade (MORIN, 1990; COSTA F., 1998), tão pouco se deixa seduzir pela relativização ampla, que leva a perder o sentido e o poder explicativo, assim, tudo se fará para ao mesmo tempo escapar da alternativa entre o pensamento redutor, que vê apenas os elementos e ou do pensamento globalista, que vê apenas o todo. Na compreensão de que a análise complexa comporta o âmago da relação entre o simples e o complexo, reside o antagonismo e a complementaridade (MORIN, 1990; COSTA F., 1998). Esta a orientação seguida, tomando os devidos cuidados metodológicos e epistemológicos relativos ao trato do problema com base ao Materialismo Histórico Dialético, à Teoria Geral dos Sistemas (TGS) e interdisciplinaridade. Pois, como bem lembra Latuca (2001), as dimensões da realidade e da interdisciplinaridade são processos interdependentes que podem diferir através de contexto, e contextos podem influenciar a favor desses;

¹⁰ Enquanto mais complexo, mais diverso, mais interações. Pois a ordem, a desordem e a organização são interdependentes e nenhuma é prioritária, pois não se pode reduzir a explicação de um fenômeno nem a um princípio de ordem pura nem de desordem pura, nem um princípio de organização última, sendo preciso misturar e combinar esses princípios para se poder aproximar da essência de dada realidade. Sendo a complexidade por isso, uma correlação progressiva da ordem, desordem e organização, uma mudança das qualidades da ordem e da desordem, onde *a informação deve ser definida de maneira bio-física-antropológica*, onde *a teoria da informação* surge como um instrumento teórico-heurístico, uma vez que as informações não existem na natureza, extraímos-las da natureza, transformando os elementos e acontecimentos em signos, arrancamos a informação daquilo que captamos ou capturamos da realidade do universo, do todo (MORIN, 1990).

processos diferentes podem produzir resultados diferentes, como contextos diferentes; e reciprocamente, resultados podem influenciar contextos e processos posteriores. É preciso examinar processos, contextos, e resultados juntos, em relação, co-relação uns com outros, em movimentos complexos, contraditórios, dinâmicos, desiguais, permanentes, e intradialéticos.

A partir da perspectiva teórico-metodológica apresentada, onde nesta introdução se adiantou algumas noções teóricas e categorias mais gerais, utilizadas enquanto métodos e metodologias de análises e interpretações dos fenômenos sociais, partindo do pressuposto de que estes e estas têm uma natureza ao mesmo tempo material, simbólica e comunicacional. Procura-se entendê-los como estruturados em sistemas de relações lógicas, que vigoram num nível inconsciente nos diversos aspectos da vida coletiva, construída através de processos de interação, de tal modo que, pela elaboração de modelos conceituais abstratos, e operando permutações entre seus elementos, se possa alcançar um grau crescente de generalização do conhecimento sobre as sociedades humanas. No pensamento econômico marxista, aparece enquanto método que enfatiza a importância de características estruturais de uma economia, como o regime de propriedade, nível de industrialização, etc., por oposição a características consideradas conjunturais, na explicação de fenômenos que, de alguma forma, ao final refletem noções políticas, de classes e ideológicas. Quer se concorde ou não com elas, lá estão, porque fazem parte das distintas disputas e mecanismos reprodutivos das mais diversas sociedades e culturas (COSTA G., 2006b).

1.2 ALTA MODERNIDADE

Em *História e consciência social*, Basbaum (1982, p. 12) nos relembra que em nenhum outro campo das ciências encontramos tantas palavras ou conceitos ambíguos, de significados incertos, duvidosos ou confusos como nas Ciências Sociais. Por isso aqui se deixa o mais nítido possível o que se compreende e trabalha como **Alta Modernidade**. Primeiro não se deve nunca confundi-la com expressões, termos ou conceitos como “pós-modernidade”, “pós-industrialismo”, “pós-estruturalismo”, “pós-marxismo” ou até “pós-humano” ou coisa do gênero. “Alta Modernidade”, quer dizer que se vive na “Modernidade” – um período histórico que se inaugura com o fim do Antigo Regime – Feudalismo, com o advento do capitalismo, principalmente quando esse se estabelece e surgem as classes antagônicas principais, a burguesia e o proletariado; avança velozmente a urbanização, a descamponização, a proletarianização, o industrialismo, o maquinismo, a formação dos Estados-Nação. Portanto, aqui se trata de período moderno, obviamente, dominado pela modernidade.

A modernidade se inaugura na Europa Ocidental e se erradia para o mundo todo. Pode-se dividi-la em *Baixa Modernidade*, marcada pelo período histórico que se inicia ainda no século XVI, tem seu auge na Revolução Francesa de 1789 e vai até meados da era industrial inglesa ou Revolução Industrial situando um marco final aproximado em 1840. A *Média Modernidade* pode ser datada do período de consolidação da Revolução Industrial Inglesa de 1840 até o período da era atômica, da Segunda Guerra, com o fim do conflito bélico em 1945 e dois fatos importantes surgidos: guerras e revoluções que provocaram a emergência e consolidação de duas novas potências hegemônicas, atômicas e antagônicas, os Estados Unidos e a União Soviética. A *Alta Modernidade* pode ser considerada a partir de 1945 aos dias atuais, quando houve a radicalização das principais tendências, processos, acontecimentos e movimentos nascidos com a modernidade: revolução, industrialização, urbanização, tecnologização e globalização. Era marcada profundamente pelas revoluções: científica; verde; informacional; social; política; sexual; cultural e *Revolução Socioambiental*.

1.3 REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

As teorias sociais não são absolutamente imutáveis, são sempre relativas, simplesmente porque tudo está em movimento, em evolução, movimentando tudo. A natureza e a sociedade estão em movimentos constantes – assim a ***Revolução Socioambiental*** é um conceito novo no processo de caracterização do mundo, uma necessidade histórica e natural da evolução teórica do nosso tempo, um elemento categorial do século XXI. Não se trata de revisionismo ou coisa parecida. Trata-se, isto sim, de um processo evolutivo no campo da teoria social revolucionária, no corpus teórico do materialismo histórico dialético. Uma contribuição à teoria socialista-comunista que o proletariado ou neoproletariado precisa para abastecer seu motor de luta conseqüente, racionalmente congruente, com eficiência e eficácia político-cultural junto às massas para aderirem às suas propostas e programas, onde se inscrevem as questões: políticas, sociais, econômicas, culturais, ambientais, éticas e estéticas.

Conceitos são ferramentas teóricas que se materializam na luta histórica cotidiana, na ação dos indivíduos, coletividades, massas. Na *práxis* da Revolução Socialista. A categoria conceitual de ***Revolução Socioambiental*** é superior a ***Revolução Social***, porque forma uma reunião/totalidade que vai além da proposta/programa social e ambiental pensadas sozinhas. Inscreve-se no social e biológico, entre o escopo das ciências sociais e naturais, na construção, interpretação da materialidade histórica presente, na responsabilidade da condução da vida (social, econômica, cultural, biológica, ecológica da sociedade) e sustentabilidade do planeta.

A *Revolução Socioambiental* enquanto práxis se coloca como desafio teórico, histórico e prático aberto às novas reflexões, potencialidades, oportunidades e também, obviamente, esbarra em limites para sua construção, especialmente, efetivação em termos de saídas de curto e médio prazo. Há elementos problemáticos, no que tange à sua consecução, particularmente em longo prazo, como por exemplo: o desafio das limitações biofísicas do planeta, demografia global inflada e o problema de como lidar com essas condições em termos de complexidade social, cultural, acesso, conservação e valoração do patrimônio ambiental (enquanto valor-de-uso democrático entre os povos), não é nada fácil de resolver.

Neste sentido, a *Revolução Socioambiental* está diretamente associada a uma *revolução social* que rompa com a tradição comum de segmentar o social do ambiental. Por quê? Porque ela mobiliza elementos, extrapola e incorpora a dimensão social clássica da defesa marxista de revolução, vai além, ela exige que seja uma Revolução Total: social, econômica, política, cultural, ambiental, ética e estética, que começa antes, estará durante e deve se aprofundar depois da Revolução Socialista, quando “o proletariado, como classe, deverá ser ainda mais revolucionário depois da conquista do poder e da derrota final da burguesia” (FERNANDES, 1984, p. 17). Sendo essa a condição histórica para a transição e consolidação do socialismo ou ao chamado socialismo avançado ou comunismo.

Portanto, a *Revolução Socioambiental* impulsiona novo conteúdo à Revolução Socialista, avança no debate da *Questão Ecosocialista*. Essa revolução, em nossa época, exige novo sistema de produção, nova postura política e filosófica diante da vida, e desde cedo sua reprodução sociometabólica. Deve envolver, evidentemente, do *indivíduo* ao *coletivo* na construção do “novo homem e nova mulher” da qual falava Guevara, do “super-humano” nietzschiano, ou da “verdadeira humanidade”, que Marx pensou, lutou e deixou seu legado. Precisamente a diferença fundamental tem a ver com incorporar de forma decisiva, os elementos ecológicos no conteúdo da proposição/programa do movimento socialista. Este coloque em um lugar privilegiado a questão ambiental/ecológica, tão importante quanto o social em suas formulações, dadas as necessidades históricas e ecológicas que se vive na alta modernidade – onde não há mais tempo a perder, pois a crise ecológica global é gravíssima.

Pretende-se ir aos desafios de construir esse novo conceito, da possível polêmica, por entender que nos últimos anos os cientistas sociais foram motivados a adotar tipos novos de competências, alargarem suas perspectivas, visões de escopos em base à experiências interdisciplinares. A análise das realidades imbricadas na complexidade não é um fundamento, mas sim o princípio regulador que não perde de vista as realidades nas quais se encontram e constitui concretamente o mundo real (MARX, 2007; COSTA, G. 2006b;

KLEIN, 1990). Este conceito central na tese tem aqui sua primeira elaboração concreta. Nascido de observação das distintas realidades, em base à metodologia proposta e teorias subjacentes, donde se espera alcançar os objetivos e a partir deste exercício teórico, contribuir com algumas lacunas presentes e fundamentadas na análise da Alta Modernidade.

A *Revolução Socioambiental* está associada ao conjunto dos sistemas, aparece como determinante nas novas relações humanas com a natureza total, a vida planetária. As realidades e complexidades tornam necessárias abordagens ou *enfoques sistêmicos* dos problemas atuais. Identificar soluções possíveis que intentam obter a máxima eficiência energético-material com mínimos custos socioambientais, numa rede tremendamente complexa de relações e interações entre os elementos constituintes da sociedade, da economia e da natureza, devendo ser avaliados e considerados interdependentemente (BERTALANFFY, 1972; COSTA, G. 2006b).

Sabendo que o conjunto das propriedades indicam o que uma coisa dada representa e o que ela é, constitui sua qualidade e a qualidade de toda coisa representa a unidade do singular e do geral, do geral e do particular. Portanto, aqui a *Revolução Socioambiental* (singular) nunca está dissociada da *Revolução Socialista* (geral). Tão pouco a substitui, somente se defende que esta última deve combinar ao mesmo tempo, de um lado o caráter social e econômico e de outro o ecológico e ambiental, indissociavelmente. Sob pena de se intentar promover uma revolução social (geral), quando ecológica-ambientalmente (particular) não se terá mais chances de reverter os danos globais, viver, sobreviver na Terra.

Neste caso, a questão socioambiental a desafiar o marxismo ainda é mais complexa. Porque a categoria “qualidade”, assim como a categoria “quantidade”, fixam não somente o geral (a semelhança), mas igualmente o particular, a diferença (CHEPTULIN, 1982). A questão ecológica e ou ambiental nos tempos de Marx e Engels eram problemáticas (e eles fizeram registros sobre isso, Marx em *O capital* e Engels em *A condição da classe operária na Inglaterra*), mas em qualidade e quantidade muito diferente, obviamente, das atuais. O aparecimento de uma nova qualidade (aprofundamento da crise ambiental na alta modernidade) está necessariamente ligado a uma mudança de quantidade, ou em outros termos, toda mudança qualitativa atual da crise ambiental é o resultado de mudanças quantitativas e vice-versa e ou por elas são provocadas. Essa lei caracteriza um dos aspectos essenciais do processo de movimento e de desenvolvimento da matéria, que é concreto-visível, por isso ela foi formulada como uma das leis fundamentais da dialética, das quais Engels (2000) definiu que toda *mudança qualitativa é o resultado de certas mudanças quantitativas*. A questão ambiental/ecológica é essa nova qualidade que se transfigurou em

nova quantidade e vive-versa - que por sua agudez e urgência - transforma-se em nova qualidade com poder destrutivo sem precedentes. Uma qualidade nova, surgida em decorrência de mudanças quantitativas determinadas, não se comporta de maneira passiva com relação a essas últimas, mas, pelo contrário, exerce uma influência de volta, acarretando também mudanças características quantitativas rigorosamente determinadas (CHEPTULIN, 1982) em um todo sistêmico-dialético. Olhando para essa lei se pode levantar a consequência lógica, dialética e fundamental para levar a sério a hipótese de um novo caráter da Revolução Socialista - atingido pelo deslocamento quantitativo e qualitativo da problemática ecológica global e, portanto se considerar a questão da Revolução Socioambiental.

Tal posição será determinada pelos tipos de componentes e as relações entre os componentes que constituem o sistema social e ecológico global, ou seja, o que quer que aconteça ao sistema será determinado pela sua estrutura (MATURANA, 2000), portanto, nos sistemas determinados pela estrutura, nos mecanismos ou sistemas que são definidos e constituídos estruturalmente, o que acontece ao sistema depende da forma como ele é construído. O planeta Terra e o conjunto da biota é um sistema fechado, logo, estruturalmente determinado. As interações que o sistema é submetido conseguem apenas acionar mudanças e o que vier acontecer será determinado no seu interior pela estrutura. Se a estrutura ameaça a entrar em colapso, então, é necessário que a estrutura de um sistema seja mudada para que ele altere a dinâmica de sua condição. E, então, mude aquilo que faz ou gera seu funcionamento (MATURANA, 2000) e ou aquilo que é fundamental em seu processo metabólico, uma vez que, por exemplo, determinado comportamento não muda se não houver mudança estrutural.

O problema é explicar, mostrar, por exemplo, porque e como o meio seleciona a mudança estrutural da organização e como o organismo e ou a organização, através de sua atividade, seleciona a mudança estrutural do meio: *que tipo de mudança estrutural se dá no organismo? Aquela que for determinado pela estrutura. Que tipo de mudança estrutural se dá no meio? Aquela que for determinada pela estrutura* - mas as seqüências destas mudanças são determinadas pelas seqüências das interações, o *meio*, o *conteúdo*, que seleciona o curso da transformação estrutural (MATURANA, 2000). Tudo isso tem que ser levado em conta pela nova teoria marxista ligada à questão socioambiental, em tensa dialética, em inter e intra dialeticidade permanente, próprias dos movimentos da natureza e da sociedade em sua totalidade e complexidade. Havendo transformações estruturais que resultam da própria dinâmica do sistema - por exemplo, não cabe mais apenas a revolução social, ou primeiro fazer a revolução social e depois, a partir dessa, se promover a revolução ambiental. Por quê? Porque a história ecológica-ambiental do planeta, atualmente, impõe, materialmente, a

mudança estrutural do modo de agir e, portanto, de pensar a sociedade e sobrevivência humana – logo, para os marxistas, a própria natureza da Revolução Socialista. As mudanças estruturais relacionadas com o seu meio são selecionadas através da interação com o meio, portanto com resultado necessário do histórico das relações que se estabelecem ao longo do tempo e do espaço. Estas se manifestam de forma complexa, contraditória, dinâmica, permanente, desigual, combinada e multivariada, total, entre a nova realidade social e ambiental (MATURANA, 2000, NOVACK, 1988; COSTA, 2006b).

1.4 QUESTÃO ECOSSOCIALISTA

Inicialmente é necessário indicar as noções e conceitos entorno da perspectiva que este autor trata como **Revolução Socioambiental** e sua diferença no interior do **Ecosocialismo**. Essa é uma das condições que se impõe nessa tese, avançar a partir de cada capítulo neste marco importante: questionar a princípio se é possível uma *Revolução Socioambiental* (ruptura), porque se percebe com nitidez que é cada vez mais necessário pensar e efetivar uma *Deep Ecology* (*Ecologia Profunda*), aproveitando as indicações iniciais proposta por Carson (1969) em *Primavera silenciosa*. Indo mais a fundo, se tenciona a perspectiva da *Revolução Socioambiental*, mobilizando referenciais marxistas e neomarxistas, onde se discute criticamente as propostas do Ecosocialismo, afinadas com o debate contemporâneo dos limites da sustentabilidade na *Alta Modernidade*. Nesse sentido são mobilizados autores clássicos como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, assim como contemporâneos como Eduardo Viola, Michel Löwy, James O'Connor, Alain Lipietz, André Gorz, Bellamy Foster, entre outros. A **Transição ao Desenvolvimento Sustentável**¹¹ aparece como uma evidente necessidade, e somente possível via mobilização e luta política das massas operárias, camponesas, indígenas, estudantil e popular. Especialmente quando se vive diante das tragédias atuais e piores que a burguesia e o capitalismo preparam para a humanidade, sintetizadas na formulação da **Hecatombestaglifação** (caos social-econômico, somado a um pior mundo ecológico-ambiental) já em curso – uma formulação central que se desenvolve mais adiante nesta tese.

Compreende-se que o grande e fundamental desafio estratégico da *Revolução Socialista, Revolução Ecosocialista ou Revolução Socioambiental* mundial é efetivar antes

¹¹ O autor entende o ideário do *desenvolvimento sustentável* como sendo sempre relativo no espaço-tempo. Por isso dialético, movediço, um estágio. É mais que um conceito, toma forma de um momento-tempo, um lugar-espaço-território, depende das condições objetivas e subjetivas das relações humanas materiais e culturais com o meio em si, os demais elementos e seres da natureza, no trato conjunto e metabólico da economia-ecologia.

desse limite irreversível as políticas de ruptura necessárias para conter o que vai além de “Socialismo ou barbárie” - a consínea que Luxemburgo (1999) já se referia ao final do século XIX em sua obra *Reforma ou Revolução?* E Mészáros (2007) retoma essa problemática em *Socialismo ou barbárie*, e a coloca no limite. Mas os limites sociais, econômicos e ecológicos encontram a contradição do grande retrocesso da consciência política, social e de classe entre as massas do mundo e a necessidade histórica e ecológica de ruptura com o sistema capitalista. Assim como as lutas sociais necessárias à própria compreensão política e teórica marxista padece com o bloqueio da alienação, da ideologia e do ceticismo - inclusive atingindo o interior das organizações revolucionárias. Neste sentido, lembrando o que Lênin dizia: “*sem teoria revolucionária não há prática revolucionária*”. Esta tese se propõe desenvolver um tratamento e explicação holística da *Revolução Socialista Mundial* ligando a *Revolução Socioambiental* à *Revolução Permanente*, recuperando a teoria de Leon Trotsky - legado importante com o qual se dialoga, defende e articula nova relação.

A **Questão Ecosocialista** está presente no livro *O que é ecosocialismo?* de Löwy (2005, p. 76-78), onde, entre outras passagens interessantes, afirma que:

O ecosocialismo é uma *ética radical*, no sentido etimológico da palavra: uma ética que se propõe ir à raiz do mal. As meas medidas, as semi-reformas, as conferências do Rio, os mercados de direito de poluição são incapazes de dar uma solução. É necessária uma mudança radical de paradigma, um novo modelo de civilização, em resumo, uma transformação revolucionária. Essa revolução se refere às relações de produção - a propriedade privada, a divisão do trabalho - mas também as forças produtivas. Contra uma certa vulgata marxista - que pode apoiar-se em alguns textos do fundador - que concebe a mudança unicamente como superação - no sentido da *Aufhebung* hegeliana - de relações sociais capitalista, “obstáculos ao livre desenvolvimento das forças produtivas”, é preciso questionar a própria estrutura do processo de produção.

[...] É verdade que as utopias econômicas fundadas no Princípio Expansão - desenvolvimento ilimitado da produção, crescimento infinito do consumo - são, desse ponto de vista, eticamente “irresponsáveis”, porque contraditórios com o equilíbrio ecológico do planeta. Mas isso não se aplica ao “Princípio Esperança” em si, essa aspiração utópica milenar a uma sociedade livre e igualitária, que Ernest Bloch descreve tão bem em seu livro.

[...] Como imaginar uma solução verdadeira, isto é *radical*, para o problema da crise ecológica, sem mudar do vinho para água, o modo atual de reprodução e de consumo, gerador de desigualdades gritantes e de estragos catastróficos? Como impedir a degradação crescente do meio ambiente sem romper com uma lógica econômica que só conhece a lei do mercado, do lucro e da acumulação? Quer dizer, sem um projeto *utópico* de transformação social, que submeta a produção a critérios extra-econômicos, democraticamente escolhidos pela sociedade? O “Princípio Responsabilidade” é incompatível com o conservacionismo premente, que se recusa a questionar o sistema econômico atual, e que qualifica de “irrealista”, qualquer busca por uma alternativa. Contrariamente ao que parece sugerir Hans Jonas, não há necessariamente contradição entre o “Princípio Esperança”, tal como Bloch o formula, e o “Princípio Responsabilidade” no sentido de uma preservação do meio ambiente para gerações futuras. Longe de serem contraditórios, ambos os princípios

estão, portanto, estreitamente ligados, inseparáveis, são mutuamente dependentes, dialeticamente complementares. Sem o “Princípio Responsabilidade”, a utopia só pode ser destrutiva, e sem o “Princípio Esperança”, a responsabilidade não passa de uma ilusão conformista.

Mais que isso, buscar reformar o sistema capitalista é uma utopia reacionária, insana. Visto que tende a incutir a idéia do **Reformismo Permanente**, promovendo teorias e práticas que perduram as relações sociais capitalistas, não servem para os desafios presentes, como não serviram no passado e muito menos servirá para o que está adiante desafiando a **Humanidade Trabalhadora**. Essa que conforma classes e povos que vivem do trabalho, que a todo custo em cada canto do mundo tenta sobreviver ao caos, às crises, ao colapso imposto pela **Humanidade Parasita**, a **burguesia saprófita**¹². Elas não têm como se conciliarem - a história já se encarregou de mostrar cabalmente que a burguesia e o proletariado são classes completamente distintas, impossíveis de coincidirem política, econômica e ecologicamente.

Neste sentido, o pensamento e prática marxista ganha novo elemento, colocando em sua agenda a problemática ambiental e disputando com a burguesia e o reformismo essa nova política. Em um texto: *De Marx ao Ecosocialismo*, Löwy (1999, p. 9-11) diz que:

A questão ecológica é, em minha opinião, o grande desafio que, em vistas de sua renovação, o pensamento marxista deve enfrentar no limiar do século XXI. Ela exige dos marxistas uma profunda revisão crítica de sua concepção tradicional das “forças produtivas”, assim como uma ruptura radical com a ideologia do progresso e com o paradigma tecnológico da civilização industrial moderna. Walter Benjamim foi um dos primeiros marxistas do século XX que formulou a si mesmo esse tipo de questão: desde 1928, no livro *Sens unique*, denunciava a idéia de domínio da natureza como “um ensino capitalista” e propunha uma nova concepção da técnica como “controle da relação entre a natureza e a humanidade”. Alguns anos depois, em *Teses sobre o conceito de história*, propõe enriquecer o materialismo histórico com as idéias de Fourier, esse visionário utópico que tinha sonhado “com um trabalho que, bem longe de explorar a natureza, está em condições de fazer emergir dela as criações que estão adormecidas em seu seio”.

[...] Ainda hoje, o marxismo está longe de ter recuperado o atraso nesse terreno. Mas algumas reflexões começam a abordar essa tarefa. Uma pista fecunda foi aberta pelo ecologista e “marxista-polanyista” norte americano James O'Connor: “à primeira contradição do capitalismo – entre forças e relações de produção –, analisada por Marx, deve-se acrescentar uma segunda, ou seja, a contradição entre as forças produtivas e as condições de produção: os trabalhadores, o espaço urbano, a natureza. Pela sua dinâmica expansionista, o capital coloca em perigo ou destrói suas próprias condições, a começar pelo ambiente natural – uma possibilidade que Marx não tinha levado suficientemente em consideração”.

[...] Outra abordagem interessante é sugerida em um texto recente de um “ecomarxista” italiano [E. Bloch] que – partindo do trecho de *A ideologia Alemã* – observa o seguinte: “A fórmula a qual produz-se uma transformação das forças potencialmente produtivas em forças efetivamente destruidoras, sobretudo em relação ao meio ambiente, parece-nos mais apropriada e mais significativa do que o

¹² Em analogia à *saprófita*, parasita, estrutura vegetal ou fúngica heterotrófica que é letal, violenta e destruidora de organismos vivos, uma vez que se instala e se nutre matando lentamente seu hospedeiro – as expensas de serem animais ou plantas, toda sorte de espécies orgânicas que vão à decomposição - promovendo uma vasta e fatal desintegração do organismo. A burguesia mundial vem promovendo uma ação global devastadora sem precedentes em termos de civilização quando comparada com as classes dominantes anteriores.

esquema bem conhecido da contradição entre forças produtivas [dinâmicas] e relações de produção [que as aprisionam]. Além disso, ao permitir dar um fundamento crítico e não-apologético ao desenvolvimento econômico, tecnológico, científico, essa fórmula permite portanto, elaborar um conceito de progresso ‘diferenciado’ ”.

Seguindo essa indicação de Löwy (1999), se parte dessa questão ecossocialista, desde uma vasta área geográfica (América Latina, Caribe e Pan-Amazônia), onde se promove críticas e diferentes interpretações. Porque se entende que o desenvolvimento das sociedades conforma um feixe de condicionantes das relações sociais de produção que interagem, realidades histórico-sociais estruturadas e estruturantes em uma determinada época, que, entre outros fatores, envolvem a constituição, contradições e formação do pensamento (idéias e ideologias), da ação concreta (social, econômica, política, ambiental) sobre o espaço ocupado (território-territorialidade), na formação dos complexos tecnológicos que se julgam apropriados ao modo de produção, desenvolvimento e a cultura dominante de uma civilização particular (COSTA, G., 2006a). Envolve cultura, trabalho, capital, ambiente, produção, distribuição e apropriação de mercadorias derivadas do sistema organizacional econômico, político e institucional, todos relacionados com a complexidade da ação humana em sociedade, das dinâmicas passadas e contemporâneas dos homens entre si e destes com a natureza, com os processos ecológicos, a partir da diferenciação entre classes sociais, cultura, ideologia, etc.

Com a proposta da tese apresentada, se busca estabelecer inicialmente algumas *explicações de fatos e seus possíveis padrões*, a partir da sociologia, estudando a racionalidade, modernidade, desenvolvimento e sustentabilidade da sociedade capitalista e a perspectiva de sua superação. Mas do que achar fatos, como indica Bunge (2002), se deseja com esse saber como e por que eles estão acontecendo, estabelecer conjunções constantes e buscar descobrir os *mecanismos explicativos* e suas *correlações possíveis* em algum grau de *generalizações coerentes* e problematizá-los à luz do padrão civilizatório da sociedade moderna. Este é o propósito metodológico-científico, com base numa *conduta adequada* de análise da realidade, municiado de *arsenal teórico, escopo metodológico e protocolo científico*¹³ mais eficaz possível, para se encontrar os *mecanismos explicativos* dos quais fala

¹³ Uma vez que em raciocínio científico, são confrontadas teorias com fatos; e uma das condições centrais do raciocínio científico é que teorias devem ser apoiadas por fatos (LAKATOS, 1999). Pois entre fatos, ocorrem normalmente seguintes tipos: estado, evento, processo, fenômeno, e sistema. Um estado de uma coisa a um determinado momento é a lista das propriedades da coisa naquele momento. Um evento, acontecimento, ou ocorrência, é qualquer mudança de estado em cima de um intervalo de tempo (há eventos determinantes, i.e. fatos em torno dos quais todos os outros devem ser considerados). Um processo é uma sucessão, ordenada ao tempo, de eventos e tal que todo o conjunto da sucessão leva parte na determinação sucessiva (e não é nenhuma tarefa fácil localizar processos na confusão de eventos). Um processo é raramente determinado em experiência:

Maturana (2000): que devem descrever ou constituir as relações e mudanças de relações dos verdadeiros componentes que determinam o que acontece em uma dada realidade, num dado espaço e tempo histórico¹⁴, em termos de suas co-relações e variações gerais e particulares.

No que tange às *concepções teóricas para análise do objeto*, se extrai do pensamento marxista categorias e concepções como *modernidade, desenvolvimento, ideologia, alienação, capital e trabalho*, distribuídas em diversas obras vindas da estreita colaboração entre Marx e Engels, como *A sagrada Família, A Ideologia Alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*. E outras de Marx como *Manuscritos econômico-filosóficos, O capital, Crítica do Programa de Gotha e Contribuição à crítica da economia política*. Obras onde Marx e Engels confrontam

em ciência, pelo menos, processos são principalmente hipóteses. Um fenômeno é um evento ou um processo que aparece, se mostra a algum assunto humano: é um fato perceptível, uma ocorrência sensata ou cadeia de ocorrências. Fatos podem estar no mundo externo, mas são sempre fenômenos, como quem diz, na intercessão do mundo externo com um assunto cognitivo. Um e o mesmo evento (fato objetivo) pode aparecer diferentemente a observadores diferentes, e isto até mesmo se eles são equipados com os mesmos dispositivos de observação, esta é uma razão por que as leis fundamentais da ciência não recorrem a fenômenos, mas redes de fatos objetivos. Se só a aproximação estritamente empírica é permitida, então obviamente fenômenos só são pronunciados, dados como conhecíveis, isto é, fenomenológico. Portanto, eventos e processos são acontecimentos entre sistemas concretos (desconsidera a doutrina metafísica que coisas são só jogos de eventos, por não ter nenhum fundamento em ciência). Eventos, processos, fenômenos, e sistemas concretos são, então, fatos e fatos são, em troca, um tipo de objeto. Realmente, objeto é tudo que é ou pode se tornar um assunto de pensamento ou ação. Coisas e suas propriedades são objetos: novamente, conceitos e suas combinações (por exemplo, proposições) são objetos, mas de um tipo diferente: eles são chamados freqüentemente objeto ideal. Fatos, a preocupação de ciência efetiva, são objetos de um tipo diferente: eles podem ser objetos concretos. Em resumo: conceitos (por exemplo, observação); Fórmulas de idéias (por exemplo, declarações); Teorias (sistemas de fórmulas); Objeto concreto (materiais, coisas); Eventos (mudanças em sistemas concretos); Processos (fios de eventos encadeados); Fenômenos (eventos perceptíveis ou processos). O que pode ser observado é uma fração pequena dos fatos que constituem o objeto de investigação; os fatos observáveis ou fenômenos são só documentos sugerindo ou confirmando a existência de fatos mais interessantes atrás, por trás das aparências ou que as primeiras evidências apontam (BUNGE, 2002).

¹⁴ Possivelmente tal grau de aproximação só poderá vir a partir do treino constante da *vigilância epistemológica*, como Bourdieu *et al* (1999) salientam, que permite evitar transformar em obsessão a preocupação metodológica e ensina, que toda operação de pesquisa científica, mesmo que rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma, quanto em função do caso particular, não transformando a prudência profissional numa reverência sagrada. Bourdieu *et al* (1999), dizem que é possível descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com os erros, as condições nas quais se pode tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro para um mais verdadeiro, ao mesmo tempo em que se possa ir “*perdendo lentamente a ingenuidade*”. Neste sentido, Bourdieu *et al* (1999), defendem que *o fato científico é conquistado, construído e constatado*, recusando ao mesmo tempo, o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação, e o convencionalismo que lhe opõe somente as condições prévias da construção. Onde não se deve esquecer que existe uma hierarquia epistemológica dos atos científicos, que subordina a constatação à construção e a construção à ruptura, que visa ser acompanhada de uma explicação (seja ela dedutiva, indutiva, teleológica, histórica) dos pressupostos teóricos que servem de base a uma verdadeira experimentação, que não pode estar desprovida de virtude heurística. Sendo, portanto, *o fato conquistado contra a ilusão do saber imediato, das evidências ofuscantes*. Pois as noções primeiras dos fatos sociais apresentam-se como uma coletânea falsamente sistematizada de julgamentos e pré-noções. Assim, não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o *princípio e ou mecanismo explicativo do funcionamento* de uma organização, mas a *apreensão da lógica objetiva* da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar as atitudes, opiniões, aspirações, realizações, os fatos e ações concretas. O *fato é construído*, pois como afirmou Marx (2000), a totalidade concreta como *totalidade pensada, concreto pensado, é de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber*. No entendimento que, a pesquisa científica se organiza em torno de objetos construídos que não têm nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua (BOURDIEU *et al*, 1999). Ao contrário, tudo está intrinsecamente ligado.

teoricamente a metafísica e a antropologia; a filosofia da história, do direito e a economia política, que só possuem sentido em um contexto social da realidade. Estas obras do pensamento marxista formam um sistema de interpretação do mundo com base filosófica, teórica, econômica, política e cultural que, em sua totalidade, exploram bastante as noções em torno da alienação e da ideologia, particularmente os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, *A Ideologia Alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*, onde são discutidas realidades que podem contribuir para a compreensão do problema central entre *capital, trabalho e natureza*.

Estão presentes ainda obras e autores como *Mundos do trabalho* de Hobsbawm (2000), *Adeus ao trabalho?* e *Os sentidos do trabalho* de Antunes (2003), *A nova intransparência* de Habermas (1987), *Adeus ao proletariado* de Gorz (1982), *Trabalho como categoria sociológica fundamental?* de Offe (1989), *A teoria da alienação em Marx* de Mészáros (2006), entre outros que debatem a sociedade do trabalho. Assim como estão presentes, obras substantivas sobre o socialismo, como *Para além do capital* de Mészáros (2002), *Reforma ou revolução* de Luxemburgo (1999), *Socialismo e ceticismo* de Miliband (2000), *Marxismo modernidade e utopia* de Löwy e Bensaïd (2000), *O lugar do marxismo na história* de Mandel (2001), *O marxismo na América Latina* de Löwy (2006), *Marx, o intempestivo* de Bensaïd (1999), *Em busca do socialismo* de Fernandes (1995), *A revolução Permanente* (2007) e *O programa de transição* de Trotsky (1977), *O Estado e a revolução* de Lênin (2007), *O partido e a revolução* (2004) e *As revoluções do século XX* de Moreno (1989) entre outras. E obras mais gerais que tratam da modernidade, racionalidade e cultura como: *Modernidade líquida*, *Modernidade e ambivalência* e *O mal-estar da pós-modernidade* de Bauman (2001, 1999, 1998), *Ideologia* de Eagleton (1997), *A interpretação das culturas* de Geertz (1978), *A sociedade do espetáculo* de Debord (1997), *À sombra das maiorias silenciosas* de Baudrillard (1993), *A sociedade em rede* de Castells (1999b), *A mundialização do capital* de Chesnais (1996), *Ideologia e ciência social* de Löwy (2008), *O que é ideologia* de Chauí (1988), *Neoliberalismo ou crise do capital?* de Katz e Coggiola (1996), *As esquinas perigosas da história* (2004) e *O encontro da revolução com a história* de Arcary (2007).

No decorrer dos capítulos se promove algumas contribuições teóricas e metodológicas. As **contribuições teóricas** são articuladas entorno de interpretações e formulações como: *Desenvolvimento e Sustentabilidade Efetiva*; *Intra e inter dialeticidade permanente*; *Socialismo ou extermínio*; *Hecatombestagflação*; *Revolução Socioambiental*; *Hiperalienação*; *Superideologia*; *Ultraceticismo*; *Capital Social Revolucionário*; *Programa de Transição Socioambiental ao Socialismo Ecológico*, entre outras. Estas noções juntas formam o corpo teórico de contribuição que se pretende trabalhar inicialmente nesta tese e melhor desenvolvê-

las posteriormente, portanto ainda são enunciados em construção. As **contribuições metodológicas** surgem a partir da junção do método de leitura, análise e interpretação do Materialismo Histórico Dialético (MHD) e da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), articuladas nas formulações: *Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC)* e *Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)*, que permitem obter profundo e complexo poder investigativo, analítico e explicativo nas observações, leituras e interpretações dos fatos, fenômenos e realidades tratadas nesta pesquisa. Intenta-se juntar os fundamentos do Materialismo Histórico moderno com elementos teóricos importantes dos Sistemas Sociais em uma nova contribuição. A categoria **totalidade** está no centro desse elo – esta fundamental em ambas as teorias porque permite maior interação, reciprocidade e afinidade entre essas metodologias, que longe de se anularem se completam, complementam.

A tese apresenta cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. O *primeiro capítulo*, após a introdução, é dedicado às noções conceituais e categoriais fundamentais para a análise do objeto, que envolve uma breve apresentação e discussão do Materialismo Histórico Dialético (MHD); da Teoria Geral dos Sistemas e dos Sistemas Sociais (TGS) e; articula os elementos iniciais do debate a cerca do Desenvolvimento Sustentável; além, de uma discussão sobre Capital Social. Juntos, estes fundamentos teóricos e metodológicos abastecem e sustentam a tessitura da tese.

No *segundo capítulo* aparece uma análise da sociedade, cultura, política, economia e meio ambiente na Alta Modernidade. A ordem de reprodução sociometabólica do capital sob o signo da racionalidade, da modernidade e do desenvolvimento contemporâneo em que se detalha as relações entre modernidade, racionalidade e desenvolvimento capitalista; os aspectos da modernidade, do desenvolvimento e da sustentabilidade; da sociedade informacional-global e a reprodução sociometabólica do capital; o fenômeno da reestruturação produtiva do mundo do capital e seus reflexos ambientais. Este capítulo inaugura o debate de fundo da tese, contribui para indicar os caminhos por onde se movem as análises e reflexões que desembocam nas contribuições teóricas mais substantivas da pesquisa.

O *terceiro capítulo* avança na discussão da modernidade, racionalidade, desenvolvimento e sustentabilidade na era global. Nele aparecem os principais elementos que caracterizam a modernidade radicalizada, as estruturas sociotécnicas e sociometabólicas do capital na América Latina; articula-se o cerne das racionalidades internas ao padrão histórico de desenvolvimento capitalista agrário e urbano. Analisa-se o desenvolvimento, as funções e espaços de fluxos das cidades, dos campos e florestas na nova era, evidenciando os desafios

da construção da sustentabilidade na era do capitalismo informacional global; observa-se o fenômeno produtivo do capital e reflexos sócio-econômico-ecológicos na Amazônia. Este capítulo funciona como zona de transição teórico-analítica que ligará os próximos debates.

O *quarto capítulo* trata da relação entre alienação, ideologia, ceticismo e participação na contemporaneidade, onde se destrincha o imbricado debate do indivíduo e da coletividade sob o sistema capitalista informacional-global em estreita associação às categorias fundamentais das ciências sociais como alienação, ideologia, ceticismo e participação face ao mundo do trabalho; ao mesmo tempo em que se fundamenta a afirmação da centralidade do trabalho na Alta Modernidade e ainda se ocupa da análise da crise da sociedade global (social, econômica, política, cultural, ambiental, ética e estética). Neste capítulo se apresentam exemplos concretos da alienação, ideologia e ceticismo na alta modernidade, o uso tecnológico e midiático como elementos reificantes das relações sociais; o fenômeno da reestruturação produtiva, reformas neoliberais, arranjos e ajustes econômico-político-institucionais; e uma reflexão sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade do modelo capitalista global. Surgem contribuições, identificação, caracterização e fundamentação do conteúdo-substância que evidenciam a *hiperalienação*, a *superideologia* e o *ultraceticismo*.

O *quinto capítulo* afirma que ainda há lugar para esperanças, há lugar, inclusive, para as grandes esperanças, desde as falências econômicas, políticas e ideológicas do neoliberalismo, e as possibilidades da reorganização social e política das classes e povos da América Latina; articula as possíveis respostas para o sistema de hipóteses levantado e suas relações com o conjunto permeado de perguntas apresentadas no percurso da tese, tecendo um fio de ligação dos elementos que tratam do desenvolvimento capitalista na alta modernidade, desde o indivíduo e a coletividade frente à radicalização da alienação, da ideologia e do ceticismo na sociedade informacional global; reflete sobre o desenvolvimento racional e a sustentabilidade efetiva, situa o fenômeno do desenvolvimento a partir de matrizes teóricas presentes e as apostas futuras; discute a atualidade da Revolução Socialista e articula a perspectiva da Revolução Socioambiental e a transição ao desenvolvimento sustentável de fato, via políticas públicas de gestão rural e urbana dirigida coletivamente. Trata da atualidade da Revolução Socialista e a proposição da Revolução Socioambiental, assim como das potencialidades, limites e oportunidades de um *Programa de Transição Socioambiental ao Socialismo Ecológico ou Ecosocialismo* no processo de reprodução sociometabólica do desenvolvimento societário atual. Ocorre a discussão da perspectiva da Revolução Socialista – Socioambiental, enquanto estratégia de *Sustentabilidade Efetiva* com base a uma nova visão

sociocultural, socioeconômica, socioambiental e político-institucional da alta modernidade. Neste capítulo em especial, há uma tentativa de contribuição à atualização do *Programa de Transição ao Socialismo*: ou do “Socialismo ou barbárie” ao *Ecossocialismo ou extermínio*.

Por último, se apresenta algumas considerações finais: como o estudo contribui para melhorar o entendimento do problema; as lacunas e os desafios que ficarão em aberto, na compreensão de que não se sabe muito, apenas se ousa articular uma reflexão teórica, um pequeno esforço sociológico de encontrar elementos, fagulhas na escuridão do século XXI; evidencia a reserva teórica e material revolucionária e suas possibilidades, algum horizonte alternativo, com base na realidade da América Latina, Caribe e da Grande Amazônia.

2 NOÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS A ESTA PESQUISA

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem, ele próprio, de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade. A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante.

(Marx- Terceira tese sobre Feuerbach)

Se o pensamento é poder — causa ou efeito, ou ambos ao mesmo tempo, do poder do homem sobre a natureza — deve-se tentar definir esse poder.

(Lefebvre)

Como dito antes, este estudo se orientará segundo uma abordagem complexa, sistêmica, interdisciplinar, buscando avaliar o conjunto dos elementos das realidades. Aqui os *fatos sociais*, não são tratados simplesmente como *coisa*, conforme preconiza *As regras do método sociológico* de Durkheim (2002), como objeto positivo e lógico-formal. Sim como acontecimentos políticos concretos, objetivos, também os subjetivos, posto que dialéticos, contraditórios, advindos das relações sociais dos homens em sociedade, suas diversidades culturais e conflitos políticos, socioeconômicos, socioambientais. Oriundos da permanente luta de classes através da história, na produção, apropriação e distribuição das riquezas, além das relações dos homens entre si, destes com a natureza da qual fazem parte indissociável. Intenta-se localizar alguns dos principais elementos da diversidade das realidades e dos pensamentos que se liguem ao todo teórico, ao *corpus teórico* da tradição marxista e entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação dialética, avançar em seu entendimento e debate, buscando, assim, fazer alguma contribuição teórico-metodológica a essa corrente do pensamento sociológico, pois como salienta Kopnin (1978), em sua obra *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*: o homem apreende o objeto à medida que atua sobre ele, as descobertas científicas exigem aperfeiçoamento das categorias, o lançamento de novas categorias que generalizem a prática do conhecimento e a transformação do mundo, no caso do marxismo, a *práxis*, onde a teoria, as categorias e as leis do materialismo histórico são indissociáveis da vida real, e nisso, ao evoluir e desenvolver, possa servir de referência teórica e política.

Por saber, como ensina Lefebvre (1975), que nas discussões em torno das relações sociais estas são sempre dialéticas, onde o mais importante, antes de tudo é encontrar estas relações, as transições, as ligações internas e necessárias de todos os elementos teóricos que

as compõem, de todas as partes do pensamento, e da realidade em desenvolvimento analisada, lhe dá materialidade, toma-se cuidado para não atribuir caráter eterno a uma verdade cuja natureza precisa estar sempre em discussão (LEFEBVRE, 1975). Aqui se é bastante cauteloso, rigoroso na observação e análise dos fenômenos e mudanças permanentes, pois se sabe que vivemos ao mesmo tempo as incertezas e a complexidade da era moderna, da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2001a). Também de “um mundo em pedaços” (GEERTZ, 2001a), onde as mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformações tecnológicas e econômicas no tempo e no espaço, nas mais variadas regiões do globo, entre classes sociais distintas, fragmentam-se e recompõem-se incessantemente e desafia a ciência.

Por isso se usa um arcabouço teórico e metodológico multidimensional (materialismo, sistemismo e complexidade), que possa operar na interpretação das conexões aceleradas do capitalismo informacional, onde diferentes espaços sociais são organizados, apresentando variados níveis de inter-relações, refletindo o sistema de funcionamento político, econômico e social¹⁵. Condicionando e sendo condicionado pelas várias dimensões das crises. Tendo ciência desta organização e reorganização da contemporaneidade, como um componente do espaço, oferecendo, maiores ou menores facilidades às mudanças, às alternativas, numa perspectiva espaço-temporal de desenvolvimento das tramas humanas (MAYER, 1998). A depender dos atores sociais, das correlações de forças em jogo e das dinâmicas que vão se desenvolvendo como causa e efeito, ao mesmo tempo, processam novos presentes e futuros, produzindo alternativas como filhas das crises, reproduzindo significados, significantes e re-significantes¹⁶. Numa palavra, a crise pode ser o lugar onde se pode ver pulsar e nascer as possibilidades alternativas, o novo e seus desafios.

Geertz (2001a), ao trabalhar o enigmático mundo da “pós-modernidade”, trata de forma contundente a complexidade da sociedade, dizendo que se vive em um mundo “em pedaços”, de culturas, economias e políticas de fusões e fragmentações. Em um mundo em que o século XXI será decisivo, entre outras questões, em vista das crescentes crises sociais, políticas, econômicas e ambientais, em que a teoria social intenta a todo custo compreendê-lo (COSTA G., 2006b). Um mundo de fusões, também de divisões e re-divisões, de posturas confluentes, conflitantes, multiculturalizadas e contraditórias (GEERTZ, 2001a). Em profusão dialética, preche de contradições, constituindo uma “modernidade líquida” onde tudo está

¹⁵ Os estudos sobre o impacto social de grandes obras de infra-estrutura ou de bem-estar social têm invariavelmente como eixo de referencia um jogo contraditório de interesses sociais (SANTOYO, 1992, p. 77).

¹⁶ Tem-se que compreender, de uma vez por todas, que todas as significações que constituem o mundo são simplesmente uma estrutura historicamente determinada e em contínuo desenvolvimento, e na qual o homem se desenvolve, e essas significações de nenhuma maneira são absolutas (MANNHEIM, 1986). Elas são íntimas, estão reciprocamente interligadas e fundamentalmente mudam, se transvalorizam.

“aberto”, “fluindo”, “escorre”, “esvai-se” como afirma Bauman (2001, p. 9), ‘derretendo os sólidos’ então vale “considerar a ‘fluidez’ e a ‘liquidez’ como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da modernidade”. O que isso tudo mostra? Que nada está imune à força movediça da História, tão pouco ao poder avassalador e corrosivo da dialética.

O que promove, necessariamente, um pensamento que seja ao mesmo tempo histórico-dialético e georreferenciado, também complexo, metodologicamente sistêmico, exigindo ao mesmo tempo uma reflexão e ligação entre o geral e o particular¹⁷. Geral que, aliás, o antropólogo Geertz (2001b, p. 192) enfatiza ser “radicalmente não geral, que provém de um desejo, até de uma aflição de compreender o jogo do poder e aspiração que se encontra girando ao redor, num dado lugar perturbado, num dado momento desarticulado”. Indicando que talvez esteja havendo o *esgarçamento generalizado do mundo com que de repente nos vemos defrontados*. Incluindo nesta análise os elementos surpresas, os fenômenos da natureza (para além dos já identificados, monitorados e previsíveis atualmente) às relações e dinâmicas sociais e econômicas do mundo globalizado é fácil admitir: tudo está, ao mesmo tempo, em grande tensão, pedaços, fragmentado, mas também decisivamente interligado em redes, relações e sistemas. Demonstrando claramente os altos riscos sociais, econômicos e ambientais da atual civilização planetária. Bem como a imensa fragilidade (o calcanhar de Aquiles) onde se firma o sistema capitalista, no elevado nível de contradição, incertezas, instabilidade e insustentabilidade da realidade socioeconômica e socioambiental.

Este fato, segundo Geertz (2001b), tornou em algum grau mais difícil relacionar as dinâmicas das realidades locais e regionais às globais. Para apreender o geral é necessário descobrir novas unidades, pois parece não ser possível apreendê-lo diretamente, de uma só vez, mas através de exemplos, diferenças, variações, particularidades, *aos poucos, caso a caso*. Tem-se acordo parcial com Geertz (2001b), nesse sentido, aqui se processa a discussão e análise por parte, incorporando novas unidades para melhor interpretar o vasto mundo da *relação capital, trabalho e natureza na alta modernidade* em sua *totalidade*¹⁸. Encerrado nas categorias fundamentais de análise, assim, cada seção de capítulo e mesmo capítulo inteiro da

¹⁷ “O conjunto das propriedades que indicam o que uma coisa dada representa e o que ela é, constitui sua qualidade. A qualidade de toda coisa representa a unidade do singular e do geral, do geral e do particular. As categorias de ‘qualidade’, assim como a categoria de ‘quantidade’, fixam não somente o geral (a semelhança), mas igualmente o particular, a diferença” (CHEPTULIN, 1982, p. 205).

¹⁸ Na ciência de que nunca a atingiremos, uma vez que esta é muito superior ao domínio da realidade que podemos captar e analisar, mas obviamente aqui há uma tensão e intenção de maior aproximação possível desta, ainda que se saiba ser impossível alcançá-la. Pois esta é a premissa original do pensamento sistêmico-holológico.

tese, como se viu alguma indicação na introdução, seguirá incorporando novos elementos ao próximo, acrescentando, encorpando e ossificando teórico-metodologicamente o conjunto do estudo, calcado em dados qualitativos e quantitativos, em exemplos, diferenças, variações, particularidades. Entretanto, se pode contestar Geertz (2001b), observando que nas realidades locais e regionais se encontram importantes partes do geral, e fundamentalmente, o geral continua determinando o local.

São escalas onde estão presentes questões culturais, sociais, econômicas, políticas, ambientais, etc., no contexto de uma sociedade informacional, globalizada, em rede, eivada de ideologias, tensionada pela alienação, e recrudescida pelo ceticismo, particularmente após as experiências do chamado “Socialismo real” no Leste Europeu e ou de “Governos populares” na América Latina. Ainda que mova, envolva e ou incorpore os indivíduos e parcela de grupos, classes sociais em ações coletivas, o conjunto da sociedade, está, fundamentalmente, tanto fragmentado, *em pedaços*, quanto *em blocos* hegemônicos com concepções, idéias e valores em que estes, são, regra geral, os do mercado, burgueses. Materializados através da reestruturação produtiva do mundo do capital e sua reprodução sociometabólica que atinge direta ou indiretamente a vida cotidiana de bilhões de pessoas e variados biomas e ecossistemas em diferentes regiões do planeta, com reflexos tanto na vida dos indivíduos¹⁹ ricamente conectados, como também das comunidades mais “isoladas-afastadas”.

Diante deste quadro geral é lógico e necessário questionar: *Quais* são as alternativas às crises sociais, econômicas, políticas e ambientais? São factíveis as alternativas propostas até então? Das alternativas operadas, colocadas em práticas, quais são os elementos que valeram à pena e devem permanecer, mudar, replicar, re-processar? Talvez entendendo que o mundo de hoje e o devir do mundo é um pestanejar descontínuo de fenômenos que se esgotam em suas manifestações? Ou uma sucessão de qualidades sem ligações? Não. Se ele é descontínuo, é também contínuo. Se for qualitativo, é também quantitativo, pois o passado se prolonga, dura no presente, conserva-se “mais ou menos” no presente (LEFEBVRE, 1975). Tal a natureza das “coisas”, como Marx (2002) ensina: há apenas uma história, *a história da natureza* e ou como Heráclito: *o mundo é um fluxo perpétuo, somente a mudança é eterna*.

¹⁹ Marx, em seu escrito *Teses sobre Feuerbach*, diz que *a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais*. Portanto, a ideologia dominante impregna as mentes, “quase naturalmente”.

2.1 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO (MHD)

Tal como tem sido através dos tempos, a ciência se faz de forma coletiva, histórica. O materialismo, a dialética, são construções milenares, desde a Grécia antiga, desde Sócrates e Heráclito²⁰. Mas foi na era moderna que tomaram a forma e o conteúdo, via evolução da teoria do conhecimento, e chegaram ao nosso tempo, contando com significativas contribuições de Hegel, Marx e Engels²¹. As categorias e os conceitos teóricos se modificam,

²⁰Dialética significava, na Grécia antiga, a arte do diálogo e depois passou a ser arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir os conceitos envolvidos na discussão. A dialética consistia no método empregado por Sócrates, pelo qual ele demonstrava as verdades que se propunha investigar. Pelo método de perguntas sobre perguntas, extraía a separação das noções primeiras do senso comum, e fazia seu interlocutor superar, pela razão, em busca da essência, a sua noção primeira. Aristóteles considerava Zênão de Eléia (490-430 a.C.) o fundador da dialética, outros consideram Sócrates (469-399 a.C.). Platão empregou-a largamente em seus diálogos, nos quais, pela exposição e contra-argumentação com discípulos, usava o método de seu mestre Sócrates, extraía do dado primeiro, da aparência, a essência. *Na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa, é o modo de pensar as contradições da realidade, o modo de compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, movimento, assim, no sentido moderno da palavra, o pensador dialético mais radical da Grécia antiga foi Heráclito de Efeso (540-480 a.C.).* Em fragmentos deixados por este filósofo pode-se ler que *tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas*. Isso trazia certa perplexidade em relação ao problema do movimento, da mudança, à visão de mundo. O que explicava que os seres se transformassem, deixassem de ser aquilo que eram e passassem a ser algo que antes não eram? Heráclito respondia a essa pergunta de maneira muito contundente e perturbadora, negando a existência de qualquer estabilidade no ser (KONDER, 2006, p. 7-9). Os gregos preferiram a resposta que era dada por outro pensador da mesma época, Parmênides que ensinava que a essência profunda do ser era imutável e dizia que o movimento (a mudança) era um fenômeno de superfície. Essa linha de pensamento – metafísica – acabou prevalecendo sobre a dialética de Heráclito. A metafísica não impediu que se desenvolvesse o conhecimento científico dos aspectos mais estáveis da realidade (embora dificultasse bastante o aprofundamento do conhecimento científico dos aspectos mais dinâmicos e mais instáveis da realidade). De maneira geral, independentemente das intenções dos filósofos, a concepção metafísica prevaleceu, ao longo da história, porque correspondia, nas sociedades divididas em classe, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que estava funcionando ao seu favor, sempre interessadas em “amarrar” bem, tanto os valores e conceitos como as instituições existentes, para impedir que os homens cedam à tentação de querer mudar o regime social vigente. A concepção dialética foi reprimida, historicamente, empurrada para posições secundárias, condenada a exercer uma influência limitada. A metafísica se tornou hegemônica. Mas a dialética não desapareceu, Aristóteles (384-322 a.C.) foi um pensador a quem se deve, em boa parte, a sobrevivência da dialética. Aristóteles observou que se dá o mesmo nome de *movimento* a processos muito diferentes [...]. Para explicar cada movimento, se precisa verificar qual era a natureza dele. Segundo Aristóteles, todas as coisas possuem determinadas potencialidades; os movimentos das coisas são *potencialidades* que estão se *atualizando*, isto é, são possibilidades que estão se transformando em realidades efetivas. Com seus conceitos de *ato* e *potência*, Aristóteles conseguiu impedir que o movimento fosse considerado apenas uma ilusão desprezível, um aspecto superficial da realidade; graças a ele, os filósofos não abandonaram completamente o estudo do lado dinâmico e mutável do real. Nas sociedades feudais, entretanto, durante os séculos da Idade Média, a dialética sofreu novas derrotas e ficou bastante enfraquecida. No regime feudal, a vida social era estratificada, as pessoas cresciam, viviam e morriam fazendo as mesmas coisas, pertencendo à classe social em que tinham nascido; quase não aconteciam alterações significativas. A ideologia dominante era monopólio da igreja, elaborada dentro dos mosteiros por padres que levavam uma vida muito parada. Por isso, a dialética foi sendo cada vez mais expulsa da filosofia. A própria palavra *dialética* se tornou uma espécie de sinônimo de lógica (ou então passou a ser empregada, em alguns casos, com o significado pejorativo de lógica das “aparências”) (KONDER, 2006, p. 9-10, grifo nosso).

²¹ Vale lembrar que durante a ascensão da Escolástica medieval, a dialética se distinguiu em *retórica* e *gramática*, entendendo a primeira como os princípios da lógica formal. Bem mais tarde Hegel empregou a dialética em seu sentido mais transcendental no campo da filosofia, denotando o processo que eleva o espírito para o conhecimento do mundo, conhecida como *dialética hegeliana*, que consiste em reconhecer a inseparabilidade dos contraditórios e em descobrir o princípio de sua união em uma categoria superior. Onde

conforme evoluem também as sociedades, os modos de produção, as realidades e o desenvolvimento da filosofia e da ciência. Esse movimento é permanente, a própria dialética não escapa à dialética, possui uma *intra e interdialeticidade permanente*. Esta então poderia ser a quinta lei geral da dialética, demonstrando que a própria dialética está submetida a si, sofre os efeitos de seu movimento, constrói uma síntese aberta, recíproca e se posiciona ao lado das quatro leis gerais anteriores (a primeira: *transformação da quantidade em qualidade e vice-versa*; a segunda: *interpenetrabilidade dos contrários*; a terceira: *negação da negação*; quarta: *desenvolvimento desigual e combinado*), complementando-as, consolidando-as e contribuindo para compor uma totalidade em expansão permanente; esta quinta lei atinge-afeta-age sobre as tentativas de qualquer rigidez, prisão, parcialidade ou falseamento da realidade, do movimento da história humana e da natureza, da mecanização e ou mumificação da filosofia e ciência materialista.

Com a formulação e enunciado desta quinta lei se promove uma das contribuições da tese ao materialismo dialético, portanto, será desenvolvida, explicada e explicitada mais adiante, aqui aparecendo apenas inicialmente, colocada ainda em seus rudimentos iniciais. Pois até hoje o materialismo e a dialética são produtos da contribuição científica e filosófica de muitos autores ao longo do tempo. E como salienta Kopnin (1978, p. 36, grifo nosso):

A história mostra que seria profundamente errôneo conceber à dialética materialista, suas leis e categorias como algo acabado e se assim o fosse, elas não seriam leis e categorias da ciência, mas certos instrumentos mágicos de alguma força sobrenatural, então, *as descobertas atuais da ciência exigem o aperfeiçoamento das categorias, o lançamento de novas categorias, a dialética materialista deve continuar se desenvolvendo, mudar incessantemente o seu conteúdo, donde surgem as questões: será que o dispositivo categorial do materialismo dialético corresponde ao nível atual do conhecimento científico? Será ele suficiente para interpretar as teorias científicas?*

Ainda Kopnin (1978, p. 36), segue dizendo: *a resposta aqui, evidentemente, não será unívoca. Mas, a experiência mostra que o processo do pensamento científico moderno ocorre*

toda tese corresponde uma *antítese*, completando-se ambas, em uma etapa superior, chamada *síntese*. A dialética hegeliana parte da idéia, em que se vai à matéria e retorna à idéia. Foi Marx que empregou a dialética no sentido que aqui utilizamos. Marx deu um presente à ciência universal quando, usou a dialética hegeliana, porém, como ele mesmo disse, ao contrário, pois dizia que em Hegel ela estava de cabeça para baixo. Marx inverte a dialética, *partindo da matéria, indo à idéia e retomando à matéria*. Portanto diferentemente de Hegel. Em outras palavras, *é a matéria que determina a consciência, a idéia e não o contrário*. Assim como não é mais a parte (o indivíduo) que explica o todo, mas é o todo (as relações sociais históricas, e particularmente de produção) que deve explicar a parte. *Portanto, o que os indivíduos são confunde-se com o que produzem e com o modo como produzem: 'o que os indivíduos são [...] depende das condições materiais de sua produção'*. Marx estabelece com essas passagens o princípio fundamental de sua concepção teórica – o princípio da determinação material da vida social – de sorte que os processos sociais e políticos passam a ter o princípio de sua inteligência enraizado nas condições materiais da produção. São essas condições materiais da produção que condicionam o conjunto de elementos da estrutura social (NAVES, 2000 p. 31, grifo nosso).

justamente dentro das categorias do materialismo dialético e não de outro sistema filosófico qualquer. Kopnin (1978) tem razão, dada as últimas descobertas da cosmologia e da astrofísica, que apontam para a *Teoria do Universo Eterno*²², que se contrai e expande incessantemente. O Big Bang seria apenas a mais recente expansão, daí a prova do movimento eterno da matéria, da dialeticidade da história universal da natureza em sua totalidade, indicando a materialidade da lei da *intra e interdialeticidade permanente*²³.

²² Assim, se imaginarmos retroceder a expansão do Universo no tempo, as galáxias que vemos hoje parecem todas convergir para um único ponto infinitesimal: a singularidade do Big Bang. A partir desse ponto a atual teoria da gravidade – a *Teoria Geral da Relatividade* de Albert Einstein – prevê que o Universo teve densidade e temperatura infinitas. Esse estágio, com frequência, é explicado com o início do Universo, o nascimento da matéria, espaço e tempo. Mas essa interpretação vai longe demais, porque os valores infinitos indicam que a própria relatividade geral sofre um colapso. Então, para explicar o que realmente aconteceu no Big Bang, os físicos devem transcender a relatividade, precisam desenvolver uma teoria de gravidade quântica, que *capturaria a fina estrutura de espaço-tempo* que a teoria da relatividade é incapaz de representar. Pois a idéia do Big Bang vem de um simples fato detectado: *as galáxias no Universo estão se distanciando*, assim, se retrocedermos essa tendência no tempo, as galáxias (ou suas precursoras) deviam estar todas comprimidas há 13,7 bilhões de anos. Na realidade, segundo a *Teoria Geral da Relatividade* de Einstein, elas estavam concentradas num ponto único de densidade infinita – a singularidade do Big Bang. Mas a densidade infinita é algo irrealista: o fato de a teoria da relatividade prever isso é um sinal de que *a teoria é ou está incompleta*. Não significa que esteja errada, apenas que a teoria da relatividade tem problemas porque leva em conta que o espaço é contínuo. Como a ciência, está em contínuo desenvolvimento, segundo uma teoria mais sofisticada, como a *Teoria da Gravidade de Loop Quântico*, o espaço é uma trama de minúsculos “átomos” (esferas), onde o diâmetro desses átomos (linhas), é o denominado *Comprimento de Planck*, distância em que os efeitos gravitacional e quântico exibem forças equivalentes. A partir daí é possível pensar uma história do Universo para além no passado que os cosmólogos antes julgavam conhecer e ou ser possível. A *Teoria do Loop Gravitacional*, por enquanto não é capaz de determinar o que aconteceu na singularidade. Cenários baseados em loops, embora reconhecidamente simplificados, baseiam-se em princípios gerais e evitam introduzir premissas casuísticas. Empregando as equações de diferenças os físicos e cosmólogos tentam reconstruir o passado profundo. Um cenário possível é que o estado inicial de alta densidade emergiu quando um universo preexistente sofreu um colapso devido à atração da força de gravidade. A densidade ficou tão elevada que a gravidade passou a ser repulsiva, e o *Universo começou a se expandir novamente*. Os cosmólogos referem-se a esse processo como um *Universo Oscilante*, portanto em movimento eterno. Então, em geral, os físicos concluem que as ondas se alastram e que os efeitos quânticos são suficientemente fortes para terem de ser levados em conta, de modo que a oscilação não foi um breve empurrão exercido por uma força repulsiva. Em vez disso a oscilação pode ter sido o surgimento de nosso Universo a partir de um estado quântico quase insondável – *um mundo em turbulência extremamente variável*. Mesmo que o universo preexistente tenha sido, em algum momento, muito semelhante ao nosso, ele passou por um período prolongado quando a densidade da matéria e da energia flutuou intensa e aleatoriamente, bem

aralhando tudo (BOJOWALD, 2008, p. 31-35).

²³ A *Teoria das Cordas*, por exemplo, é muito útil para uma visão unificada das interações de partículas. O poder explicativo da teoria está em sua capacidade de capturar fluidez do espaço-tempo. *A grande percepção de Albert Einstein foi que esse espaço-tempo não é mero palco onde se desenrola o drama do Universo, é, sim, ele próprio um ator. Ele não apenas determina o movimento dos corpos no Universo, mas também evolui. Segue-se uma complicada interação envolvendo matéria e espaço-tempo. O espaço pode crescer e encolher. O loop gravitacional estende essa concepção para o terreno quântico. Na teoria quântica da gravidade, um vácuo é a ausência de espaço-tempo – um vazio tão absoluto que mal podemos imaginá-lo. A teoria do loop gravitacional descreve como cada incremento de energia a esse vácuo gera um novo átomo de espaço-tempo. Os átomos de espaço-tempo formam uma trama densa, sempre em mutação, em movimento.* Mas quando o espaço-tempo está repleto de energia, a finíssima estrutura do espaço-tempo se faz sentir, e as previsões da *Teoria do Loop Gravitacional* divergem daquelas oferecidas pela *Teoria da Relatividade Geral*. Assim os físicos tiveram de adaptar muitas das ferramentas matemáticas, padrão da física e da cosmologia até então, para continuar o desenvolvimento das mais recentes teorias quânticas. Por exemplo, físicos teóricos comumente descrevem o mundo empregando equações diferenciais, que especificam a taxa de mudança de variáveis físicas, como a densidade, em cada ponto contínuo de espaço-tempo. Mas quando o espaço-tempo é granuloso, passam a usar as

Apesar do avanço no conhecimento da dialética materialista, a definição de **matéria** ainda não havia sido formulada a contento até o início do século XX, Cheptulin (1982), registra que foi Vladimir Lênin, em sua obra *Materialismo e empiriocriticismo*, quem deu uma definição do conceito de matéria que se tornou clássico: a **matéria é uma categoria filosófica que serve para designar a realidade objetiva dada ao homem por meio de suas sensações, que a copiam, a refletem e que existem independentemente das sensações**. Portanto, a teoria marxista concebe a matéria, enquanto realidade objetiva, existente independentemente da consciência, refletindo-se nesta, o mundo exterior, na qualidade do todo, como o conjunto de todas as formas do seres, com todas suas propriedades, características, com todas as relações que lhes são próprias. A referência ao fato de que a matéria existe fora da consciência do homem, mostra incontestavelmente o que representa a matéria, mas apenas o que ela representa com relação à consciência. Sua relação com a consciência só pode existir quando a consciência existe e esta não é eterna, ela aparece somente em condições muito precisas e existe apenas enquanto são reunidas essas condições favoráveis, quando a realidade pressiona a consciência a existir. A matéria, por sua vez, existe eternamente. Ela existe antes do aparecimento da consciência, existe em sua presença e existirá depois do seu desaparecimento se isso vier a acontecer. O objeto a partir do qual é abstraído o conceito de matéria é todo o mundo exterior, toda a realidade que rodeia o homem, incluindo o universo, isto é, o mundo em sua totalidade. O materialismo dialético não reduz e jamais reduziu a matéria em elementos imutáveis, a nenhuma essência imutável, mas sim o materialismo considera o infinito em construção, em um eterno devir (MARX & ENGELS, 1977; CHEPTULIN, 1982; COSTA G., 2006a).

Portanto, cada formação material particular não é eterna, está em permanente movimento, sua existência tem um começo e um fim. Ela aparece, existe num certo tempo e depois desaparece, transforma-se em outra formação material. Nenhuma formação material é

denominadas equações de diferença, que fracionam o contínuo em intervalos discretos. Mas a *Teoria do Loop Gravitacional* sugere que a estrutura atômica do espaço-tempo modifica a natureza da gravidade sob condições de densidades energéticas muito elevadas, tornando-a repulsiva. Analogamente um espaço quântico atômico é poroso, com uma quantidade finita de espaço de armazenagem de energia. Devido à mudança quântico-gravitacional no equilíbrio de forças, nenhuma singularidade - nenhum estado de densidade infinita - pode, jamais, resultar. Segundo esse modelo nos primórdios do Universo, a matéria tinha uma densidade elevadíssima, mas ainda finita, equivalente a 1 trilhão de sóis em cada região da dimensão de um próton. Na realidade, a gravidade repulsiva fez com que o espaço expandisse a uma taxa acelerada. Os resultados de observações cosmológicas parecem exigir, segundo os mais recentes estudos cosmológicos e físicos, um período primordial de aceleração, denominado *inflação cósmica*. À medida que o Universo expande, a força responsável pela inflação lentamente diminui, depois que a aceleração termina, o superávit de energia é transferido para a matéria comum, que começa a preencher o Universo, num processo denominado reaquecimento. Atualmente, a inflação é introduzida, para que os modelos se ajustem às observações – mas na Teoria do Loop Quântico Cosmológico, é uma consequência natural da natureza atômica do espaço-tempo em movimento (BOJOWALD, 2008, p. 31-33).

ilimitada, mas, pelo contrário, ocupa um lugar determinado e limitado no espaço e no tempo. Assim o capitalismo, por exemplo, não é eterno, como seus ideólogos propagam²⁴, ele surgiu, se desenvolveu e um dia terá fim. Simplesmente é produto do movimento e desenvolvimento da sociedade, é apenas o universo em sua totalidade que é eterno e infinito (MARX & ENGELS, 1977; CHEPTULIN, 1982, COSTA G., 2006a). Ainda que algumas formações materiais conservem alguns elementos como resquícios dentro da nova, pois o desenvolvimento não se dá de forma linear, sim heterogênea e complexa, em saltos, que em algum momento, cria nova hegemonia. Isso tanto pelo processo da interpenetrabilidade dos contrários e a negação da negação, quanto pelo desenvolvimento desigual e combinado e a inter e intra dialeticidade permanente. Assim, a análise da realidade com base teórica substantiada pela lógica dialética, permite uma maior compreensão das formações materiais tanto passadas como presentes. Por isso, metodologicamente ela é central nesta pesquisa – porque se discute uma etapa histórica da formação capitalista, o movimento da sociedade atual, a alta modernidade, caracterizada como revolucionária, por excelência.

Tentar compreender o movimento do real é antes de tudo entender que na realidade objetiva, não há ações puras, orientadas unilateralmente. Cada ação está necessariamente ligada a uma reação, é uma lei geral da própria natureza, da qual o homem, como uma espécie desta não pode escapar. Ainda que este tenha a capacidade de modificar elementos da natureza, movimentando a matéria e os materiais, não pode dominar, subjugar e gerenciar absolutamente a natureza como o pretende. É uma pretensão insana. Impossível. Além do que, cada formação material representa apenas um sistema de movimento “relativamente estável”, as próprias instituições possuem rigidez, tradição, uma relativa dificuldade de movimento, certa inércia social e ou resistência. Isso não quer dizer que não mudam. Mudam. É ativa por sua natureza e, por isso, ela é não apenas um objeto submetido à ação de outras formações materiais que lhe estão ligadas, mas é igualmente própria, um agente sobre estas últimas.

²⁴ Ver FUKUYAMA, F. e sua obra *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; ANDERSON, P. *O fim da história - de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. Fukuyama (1992) se notabilizou por publicar ao mundo o *Fim da história*, quando da queda do stalinismo no Leste Europeu em 1989. Anderson (1992), busca demonstrar que a visão de Hegel e Fukuyama é anti-dialética, monolítica e que ao contrário, a história segue. No caminho de tentar perpetuar ideologicamente o capitalismo e com uma matriz ecologizada, portanto adaptada às exigências da sustentabilidade ambiental, há ainda a obra de Hawken et al (2000), *Capitalismo natural – criando a próxima Revolução Industrial*, onde os autores articulam uma festejada saída de produção industrial e à crise do esgotamento e destruição dos ecossistemas, eloquentemente elogiada desde Fritjof Capra à Bill Clinton (quando era presidente dos Estados Unidos), este último chegou mesmo a declarar em 05 de outubro de 1999: “Há um novo livro, o qual eu recomendo, de Paul Hawken e Amory e Hunter Lovins, intitulado *Capitalismo Natural*; quem o ler, seja qual for a sua atividade e independentemente de como a desenvolva, vai se convencer de que pode ganhar muito dinheiro utilizando fontes alternativas de energia e sua conservação. É um grande negócio”.

Assim, não é uma ação orientada unilateralmente, mas a interação que é a ligação geral, universal, das coisas e conseqüentemente das formações materiais através da história (CHEPTULIN, 1982), pois o processo histórico tem mostrado que novas possibilidades são gestadas dentro das formações existentes. Ao longo de seu desenvolvimento, uma nova formação material está interna à velha, vai crescendo dentro desta, é preciso, no entanto, compreender que processos não significam apenas olhar o mundo a partir do lugar e do horizonte do continuísmo, do evolucionismo linear. No processo histórico está viva a ruptura.

Processos podem compreender muito além, produzir saltos, dialeticamente, podem induzir a rupturas, movimentos históricos, dado que se interpreta como sendo, a quarta lei fundamental da dialética, a do ***desenvolvimento desigual e combinado da história***. Esta se apresenta em relação íntima com a quinta lei geral aqui em processo de formulação, a da existência de uma ***intra e interdialeticidade permanente***, demonstrando que a própria dialética está submetida a si, sofre os efeitos de seus movimentos se relacionando interna e externamente, dentro e entre si. Em um processo eterno, aberto, desigual e combinado, daí sua mais estreita conexão-relação com a lei do *desenvolvimento desigual e combinado da história*. Isso tanto da história da natureza - como no exemplo anterior da formação, inflação, contração e nova expansão total do universo e assim sucessivamente nesse eterno movimento – de *universo oscilante*, quanto da história humana, que, aliás, tem vários exemplos, para citar apenas um, de conhecimento irrefutável, a Revolução Russa de 1917.

Dadas as condições em que ocorreu a Revolução Russa, os sujeitos sociais e políticos protagonistas, mostra cristalinamente como o movimento real, pelo desenvolvimento inter, intra, desigual e combinado permite que povos ou regiões inteiras tidas como “atrasadas”, devido à reunião de forças sociais e condições políticas estrategicamente construídas se combinam, interagem e constroem rupturas e novas formações sociais, Estados, economias e culturas. Confirmando o que Marx (2007, p. 46) dizia: os problemas surgem quando “as condições materiais de sua solução existem ou estão em vias de existir”. Inclusive, com mais precisão, dão saltos e nestes deixam para trás não apenas a antiga formação, mas queimam etapas gigantescas, quando a antiga formação chega ao limite. Trotsky, em sua obra: *História da revolução russa* (2007, p. 15-16) exemplifica esta questão (do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade e dos saltos na formação social) muito concretamente, mostrando que a sociedade daquele país salta de um sistema feudal, de um inicial e incipiente capitalismo, para a construção do socialismo:

Precisamente a impossibilidade de sobrevivência da sociedade capitalista, num país historicamente atrasado, que explica o fato do levantamento camponês não empurrar

para frente as classes burguesas da Rússia, mas pelo contrário as lançar, definitivamente, no campo da reação. Ao campesinato, para não fracassar, não lhe restava outro caminho senão o da aliança com o proletariado industrial. Essa aliança revolucionária das duas classes oprimidas foi genialmente prevista e preparada de longa data por Lênin. Se a questão agrária tivesse sido resolvida corajosamente pela burguesia, certamente o proletariado russo não teria podido chegar ao poder em 1917. Chegando demasiado tarde, mergulhada precocemente na decrepitude, a burguesia russa, ávida e covarde, não teve a ousadia de levantar a mão contra a propriedade feudal. Assim, entregou o poder ao proletariado e, ao mesmo tempo, o direito de dispor da sorte da sociedade burguesa. Bastava que o urso camponês se levantasse sobre as patas traseiras para mostrar a sua terrível fúria. Contudo não tinha capacidade para dar à sua revolta séria expressão consciente; tinha necessidade de um guia. Pela primeira vez na história do mundo, o campesinato sublevado encontrou um dirigente leal: o proletariado.

A Rússia, um país que vivia profunda miséria social, a partir da aliança camponesa e operária, através da Revolução Socialista de outubro de 1917, em poucos anos se tornou uma potência rivalizando com o maior e mais poderoso império de todos os tempos, o estadunidense e em muitos aspectos o superava. A despeito do rumo que a revolução seguiu sob o stalinismo – podendo ser explicada pela própria ação da quarta e quinta lei da dialética, *movimento desigual e combinado da história* e a *intra e interdialeticidade permanente* – se desdobrando em uma realidade extremamente perversa, degenerativa e contra-revolucionária. Por outro lado, ao se pensar que estas mesmas leis podem no futuro apresentar novos movimentos e processos de ruptura, inclusive superiores, mais intensos e extensos que a Revolução Russa, também prova deste fato em diante, ser possível afirmar: os movimentos organizados das massas oprimidas e explorados tanto em países centrais como em periféricos podem triunfar²⁵ e as rupturas são possíveis, reais.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado estava claramente testada pela realidade histórica, possuía uma validade concreta, como também provou que a partir do momento em que se considera o conjunto dos fenômenos sociais, econômicos e históricos, o conteúdo, a forma, as condições objetivas e subjetivas, numa palavra, o concreto, uma disjunção formal torna-se raramente possível, a lógica de fato é dialética. E mais, movimenta-

²⁵ A concepção de Trotsky da *Revolução Permanente* resultou de seu estudo das peculiaridades do desenvolvimento histórico russo, à luz dos novos problemas que se apresentaram ao socialismo mundial na época do imperialismo. Esses problemas eram particularmente agudos e complexos em países atrasados, onde a revolução democrático-burguesa não tinha ocorrido, e exigia a solução de suas tarefas mais elementares em um momento em que estava colocada a revolução proletária. Os frutos de suas idéias sobre esta questão, confirmados pelo desenvolvimento real da Revolução Russa, prepararam e estimularam sua subsequente elaboração da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Certamente, a teoria de Trotsky da *Revolução Permanente* é a aplicação mais frutífera desta verdadeira lei aos problemas cruciais da luta de classes internacional de nosso tempo - *época de transição da dominação capitalista rumo ao mundo socialista* - e oferece o mais alto exemplo de seu penetrante poder. Contudo, a lei é aplicável não apenas aos acontecimentos revolucionários da época presente como também, a toda evolução social e a própria natureza, possui amplas aplicações (NOVACK, 1988, grifo nosso).

se sobre si e interna a si, em *inter e intra dialeticidade permanente*, em uma dinâmica implacável da história. Pois, o real nem sempre se deixa encerrar num dilema, e se os dilemas e disjunções são levados além dos limites estreitos que, precisamente, são aqueles da lógica formal comumente, então se verifica uma concepção coagulada, estática - metafísica - da verdade, do erro e de suas relações (LEFEBVRE, 1975). A prova dos fatos, da realidade concreta, da confluência, da junção das gigantes forças do campesinato com a potência do proletariado mostrou-se muito mais rica e dialeticamente expôs que o poder está no real, nas massas sublevadas, onde o conteúdo apresenta inúmeras e imprevisíveis matizes, possibilidades, combinações, mudanças e transições, de tal modo que só raramente ele se deixa “encerrar num dilema” - para seguir a expressão clássica usada também por Lefebvre (1975). A forma, a maneira, o caminho que seguiu o poder naqueles “Dez dias que abalaram o mundo”, tão decisivos para a sorte da Revolução Russa, como Reed (2002) brilhantemente narrou: foi uma arte política, uma engenharia, que encontrou no partido bolchevique e em seus principais dirigentes Vladimir Lênin e Leon Trotsky, toda a realidade da potência revolucionária dos subalternizados pela burguesia e o czarismo. Estes, dirigindo as massas derrubaram heróica e exemplarmente o regime e a vacilante burguesia.

Então, com esses dois exemplos, um da história da natureza contido na *Teoria do Universo Eterno*, ou *Universo Oscilante* e outro da história humana, da *Revolução Russa*, pensando a história humana como *História Total da Natureza*, se demonstrou a ligação e a aplicação prática das duas leis gerais da dialética: do *movimento desigual e combinado da história* e da *intra e interdialeticidade permanente*. Uma vez que os fatos sociais não podem ser estudados individualmente, como fenômenos isolados, sim partir de uma totalidade, como sistemas e vistos em suas relações e co-relações²⁶ com outros fatos econômicos, políticos,

²⁶ A ciência e a filosofia marxista é a única a dar uma concepção global e a prosseguir na elaboração com uma base materialista e científica da lei da *negação dialética e o movimento do abstrato ao concreto*, que é estudada com aplicação à natureza, à sociedade e ao conhecimento. A partir de Marx e Engels, foi estabelecido que o movimento (no processo da evolução), indo das formações de um conteúdo menos rico às formações de um conteúdo mais rico, isto é, do abstrato ao concreto, é uma lei universal. Ela manifesta-se em qualquer lugar, na natureza, na sociedade, no conhecimento (CHEPTULIN, 1982, p. 320). Tirando dessa lei uma conclusão relativa à atividade mental do sujeito conhecedor, Karl Marx elaborou um método de ascensão do abstrato ao concreto, no processo do conhecimento, da inteligência da essência do objeto, de sua expressão em um sistema de imagens, de conceitos ideais. Antes de Marx, os homens de ciências que estudavam esse ou aquele domínio dos fenômenos aplicavam, em geral, o método da ascensão do concreto sensível ao abstrato. Segundo esse método, o estudo de um domínio dado dos fenômenos devia começar pelo todo concreto. Para estudar esse todo, era necessário isolar os aspectos, as propriedades e estudá-los enquanto tais, fora de sua ligação com outros aspectos, e chegar, dessa maneira, aos conceitos mais simples que refletiam algumas propriedades gerais ou particulares. A elucidação das propriedades ou relações gerais ou universais, mesmo das mais simples, era considerada como suficiente para conhecer o todo estudado, para dele se fazer certa idéia (CHEPTULIN, 1982, p. 320). Depois das propriedades e dos aspectos particulares do todo serem conhecidos e traduzidos em noções gerais as mais simples (“abstrações elaboradas”), só era preciso, de acordo com esse método, reunir de forma mecânica esses conceitos e abstrações mais simples, para conhecer a essência desse todo (CHEPTULIN, 1982 p.

culturais, ambientais, etc. Estão invariavelmente presentes no campo da atividade prática, como nos apresenta na oitava tese Marx (2007, p. 613) em seus argumentos contra Feuerbach: “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e no ato de compreender essa práxis”.

A expressão **materialismo dialético** foi primeiramente empregada por Engels, entanto, a idéia já havia sido esboçada por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*, em 1845 e depois por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (escrito em 1846, mas publicado somente em 1932). Novamente surge em *Miséria da Filosofia*, de 1847, quando Marx responde à P. J. Proudhon que antes havia escrito *A filosofia da miséria*, criticando as formulações marxianas. A idéia em torno do materialismo dialético avança e se consolida no prefácio da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, escrita por Marx em 1859. Em todos estes textos, para Marx e Engels, *a matéria é eterna e infinita* - isso significa que não foi criada por quem quer que seja. No seu livro *A Sagrada Família*, Marx afirma que entre os problemas inerentes à matéria, o **movimento** é o principal e maior, não somente como movimento mecânico e matemático, mas ainda mais, como instinto, espírito vital, tendência inerente da matéria. As formas primitivas da matéria são forças naturais vivas, individualizantes, próprias, e são elas que produzem as diferenças específicas. Portanto, o movimento da matéria é a base de todo o fenômeno da Natureza e da Sociedade como já o dissera Heráclito (540-480 a.C.): *nada existe em caráter permanente, a não ser a mudança*. Marx e Engels seguem esta tradição. Segue-se e se conserva esta linha, analisando, não somente o domínio dos fenômenos, mas principalmente, os aspectos internos e necessários a estes, para a compreensão da essência e da correlação entre as causas resultantes da interação de dois ou mais elementos e aspectos da realidade. Relacionam uns com os outros, de forma desigual e combinada, contraditória, em reciprocidade inter e intradialética, verificando como convergem e reagem os elementos com o todo da realidade que envolve a vida, as relações e os processos socioeconômicos, sociopolíticos, socioambientais, ético e morais no seio da sociedade de classes.

Aqui os *efeitos* são concretos, vistos como *mudanças*, movimentos do mundo real, pois [...] *precisa apoiar-se em exemplos históricos, manter-se em constante contato com a*

321). É óbvio que não se chega a nenhum conhecimento da essência orientando-se por esse princípio, porque a essência não é uma totalidade mecânica, nem tampouco é a simples associação das propriedades e dos aspectos do objeto, mas sua unidade dialética, um todo dialético, cujos aspectos se encontram em correlação e interdependência necessárias e naturais (CHEPTULIN, 1982, p. 321). É por isso que, embora sendo necessário no estágio inicial do desenvolvimento do conhecimento, no estágio da distinção e da fixação das propriedades, dos aspectos e das ligações mais simples do todo estudado, esse método não é absolutamente aplicável ao conhecimento da essência desse todo, nem à reprodução, na consciência, do conjunto de seus aspectos e ligações necessários (leis), em sua interação, em sua interdependência natural (CHEPTULIN, 1982, p. 321).

realidade (MARX, 2007, p. 283). Surgidos em decorrência da interação entre os elementos da essência, “da ação recíproca da *causa finalis* das coisas”, como definia Engels (2000, p. 128), pois “as diferentes formas e variedades da matéria só podem ser reconhecidas por meio do movimento [...] de um corpo que não se move, nada se pode dizer”. Sendo pelo movimento que se compreende a contradição. Quando não há contradição não há movimento. O conceito de contradição vem de Hegel, que significa todo o movimento e toda manifestação de vida. Constitui, também, aquilo que condiciona a passagem de um ser a um ser superior, de uma formação a outra formação superior. A contradição representa o negativo, isto é, aquilo que se inclina à superação de um ser. Colocando em evidência a *contradição* própria do fundamento e seguindo seu desenvolvimento e sua resolução, assim como a transformação do objeto, o sujeito descobre que a passagem do objeto de um estado qualitativo a outro, efetua-se mediante a *negação dialética* de certas formas do ser por outros, a manutenção do que é positivo no negativo e a repetição do que já passou sobre uma nova base superior²⁷ - os conceitos de *negação dialética* e de *negação da negação* surgiram para refletir essa lei (CHEPTULIN, 1982, p. 128). Dessa forma, como Hegel exemplifica, a partir da semente nasce uma planta, do adolescente surge enfim um adulto, sendo que há algo interno a esses seres que os supera, os modifica, transformando-os em novos seres. Aceitando o princípio de contradição de Hegel, Marx e Engels tomam-no como lei fundamental da dialética ao aplicá-lo à realidade social, sobre os movimentos dinâmicos da história humana e da natureza total.

No ***Materialismo Histórico Dialético (MHD)*** de Marx e Engels, as classes sociais fundamentais constituem os pólos opostos da contradição, de um lado estão, os proprietários do meio de produção, do outro, os operários, proprietários de sua força muscular e intelectual. A classe dominada, o ***proletariado***, representa o pólo negativo dessa relação de contradição, é ela, para Marx, a classe que vai transformar a sociedade. Assim, Marx e Engels (2000), escrevem no Manifesto Comunista que “a história da humanidade é a história da luta de classes”. Décadas depois, em uma das muitas re-edições do *Manifesto Comunista*, Engels acrescentou uma nota no prefácio, onde define com precisão que: *por burguesia entende-se a*

²⁷ O conhecimento do objeto não termina com a reprodução da essência na consciência. Ele vai ainda mais longe: por um lado, da essência ao fenômeno (as propriedades e as ligações contingentes exteriores explicam-se a partir dos aspectos e das ligações interiores), por outro lado, da essência da ordem primeira à essência da ordem segunda e assim sucessivamente até o infinito (à medida que descobrimos novas propriedades e ligações necessárias do objeto, são produzidas a elucidação teórica de sua essência e a elaboração de um sistema de conceitos por seu reflexo, que é sempre mais preciso e completo) (CHEPTULIN, 1982, p. 128). Portanto, nesta tese, o próprio objeto se movimenta movimentando as categorias com que se trabalha, estas interagindo permanentemente com a essência da ordem primeira mergulha à essência da ordem segunda, e assim sucessivamente, em dialeticidade infinita, pois se trata de uma tese que embarcou no construto histórico do materialismo histórico dialético e no sistemismo dialético e segue seu caminhar pelo tempo de vida da ciência.

*classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por **proletários** entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho.*

Na sociedade capitalista, há os que trabalham em diversos setores produtivos, de circulação e de serviços, nas fábricas, nas usinas, nas minas, nos restaurantes, nos hotéis, nos supermercados, etc., são os operários da manufatura, indústria, serviços em geral. E há os que vivem à margem das classes, que se arranjam como podem para sobreviver, são os marginais ou **lumpen proletários**. No campo há os lavradores, os camponeses que trabalham a terra, e os latifundiários donos dos meios de produção (as terras, as máquinas, os equipamentos e os insumos). São os subalternizados pelo capital. Os latifundiários e empresários rurais do campo, vivem de explorar operários rurais, arrendar a terra e fagocitar ecossistemas e forma diversas camadas, seguimentos e atuam em vários setores (há o industrial ou agroindustrial que administra ou é dono da fábrica ou da agroindústria; o comerciante, que dirige a circulação e ou intercâmbio das mercadorias tanto no urbano como no campo; o financista ou banqueiro, que dirige o movimento do dinheiro e auferi juros por isso). Nas sociedades de classe existe, portanto, a propriedade privada dos meios de produção. A burguesia é dona dos meios de produção e de troca (as fábricas, as usinas, o dinheiro, os transportes, etc.), os latifundiários são donos das terras, os industriais do setor mineral, etc. burgueses, latifundiários e banqueiros, pelo direito de herança, passam suas propriedades a seus descendentes. Os operários não têm propriedade, e são obrigados a trabalhar para os capitalistas, para obter um salário com que sobrevivem (MARX, 2002; MARX & ENGELS, 2000; SOARES, 2005a) Há duas referências no mesmo ano.

No entanto, para aprofundar o conhecimento acerca do movimento da matéria, é essencial também compreender a dialética da natureza. Marx explicou o que é dialética da natureza no posfácio da segunda edição de *O Capital* e Engels, por influência e incentivo deste, posteriormente escreveu um livro inteiramente dedicado à questão, *Dialética da natureza*. Em seu livro, Engels (2000), afirma que “as leis da dialética são extraídas da história da Natureza, bem como da sociedade humana e que não passam de leis mais gerais de ambas as fases do desenvolvimento histórico, assim como do pensamento”. Reduziam-se, principalmente, até sua época, em três: *a lei da transformação da quantidade em qualidade, e vice-versa; a lei da interpenetração dos contrários; a lei da negação da negação*. Ainda hoje, predominantemente estas leis são consideradas como as fundamentais da dialética, porém, aqui se defende que são cinco e não três as leis principais, incluindo: *a lei do desenvolvimento*

desigual e combinado da história; e a lei da intra e interdialeticidade permanente. Compreendendo que formam uma totalidade onde as leis fundamentais interagem, são recíprocas e complementares entre si: a transformação da quantidade em qualidade, e vice-versa mostra também que há uma interpenetração dos contrários; a lei da negação da negação aponta que há um movimento desigual e combinado em intra e interdialeticidade permanente, estas são íntimas às leis anteriores e juntas são fundamentais para a compreensão da história da sociedade e da natureza, portanto, indissociáveis umas das outras e demais leis da dialética.

Marx havia registrado em *O capital*, que seu método dialético, por seu fundamento, diferia do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Marx afirma que para Hegel, o processo do pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de *idéia* - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para Marx, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do homem e por ele interpretado, no entanto reconhece que a mistificação da dialética de Hegel, não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Marx diz que Hegel acreditava na *idéia* ou espírito como realidade. No entanto, Marx não pensava assim, para ele a originalidade fundamental das coisas é a **matéria**²⁸. A partir da nova formulação de Marx e Engels, a dialética ganha impulso novo e permite novas análises e teorizações.

²⁸ A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à **atividade material** e “ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. *A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real.* E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara escura, isto é, apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico.” (MARX; ENGELS, 1977, p. 6-7). Portanto, continuam os autores: contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. “Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital”. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa com bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.* Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à *vida real*, *parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos* e considera-se a consciência unicamente como sua consciência (MARX E ENGELS, 1977, p. 6-7, grifo nosso).

Nas mãos de Marx e Engels, o método e a análise do **materialismo histórico**, permitiram interpretar a realidade em torno dos grandes movimentos econômicos, políticos, sociais e culturais através da História, especialmente os relativos ao capitalismo. O **materialismo dialético** revela que todo o sistema econômico baseado na relação de produção e troca, pelo movimento da sociedade e da tecnologia evolui até atingir um máximo de eficiência, à qual se segue um período de decadência. Inicia-se um período de crise, o sistema oposto começa a surgir de dentro do que está em ruína e acaba por absorver o anterior, preservando, no entanto, o que de bom havia no sistema anterior. Mas essa evolução não é sem conflito, muito menos linear, sem contradições e graves dilemas. Marx (2007, p. 280) afirma que [...] *A história se desenvolve, frequentemente, em saltos e em ziguezagues*. Aqui se inscrevem todas as cinco leis fundamentais da dialética. Ao se olhar, por exemplo, para a Antigüidade, a luta era entre amos e escravos, patrícios e plebeus. Na Idade Média, o conflito era entre os mestres das corporações de ofícios e os aprendizes. Na Idade Moderna, o conflito é entre o capitalista e o proletário. Mas para entender todo o movimento da sociedade capitalista, Marx criou e utilizou três conceitos-chave em todo seu edifício teórico: a **estrutura**, a **infra-estrutura** e a **superestrutura** para melhor explicar sua análise, tornaram-a mais completa e complexa e garantiu um sistema interpretativo muito sólido, coerente e manejável, forjou uma ferramenta poderosa para a ciência.

Em obras marxianas como *Manifesto comunista* (2000), *Contribuição a crítica da economia política* (2007) e *Ideologia alemã* (2007), aparecem a discussão da **estrutura econômica** da sociedade, base real sobre a qual se elevam a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem as formas determinadas de consciência social coletiva. O modo de produção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos da vida social, política e espiritual da sociedade. Onde as idéias da classe dominante desta mesma sociedade são também as idéias predominantes em cada época, portanto a ideologia²⁹ coletiva, universal, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é também a força espiritual dominante. Onde a classe que dispõe dos meios da produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios da produção intelectual, sendo essa a razão, porque quase sempre as idéias daqueles que não possuem os meios de produção ficam sujeitas à classe dominante. As idéias predominantes então são apenas as expressões ideais das relações materiais predominantes,

²⁹ “ [...] O marxista não só constata que a ideologia é falsa, mas também analisa seu papel em cada momento histórico, para ver se, ainda quando seja falsa, não pode cumprir conjunturalmente um papel progressivo, ao estar alimentando uma luta justa. A partir do século passado, quando o proletariado começa a se organizar e surge o marxismo, todas as ideologias passam a ser, em geral, negativas, porque pela primeira vez uma corrente política e social passa a se apoiar, a se guiar pela ciência e pelo que ocorre na realidade. Desde então, as falsas consciências não passam de entraves para a interpretação científica da realidade” (MORENO, 1989, p. 03).

são as relações materiais predominantes apresentadas sob a forma de idéias. Portanto, a expressão de relações que fazem de uma classe a classe dominante, sua **ideologia**³⁰ (MARX, 2007; MARX, 2007; MARX, ENGELS, 2000; MORENO, 1989).

A **infraestrutura**, a relação que os homens estabelecem com a natureza para produzir, por exemplo, seu trabalho para o qual dispõe das mais diversas matérias-primas, e das diversas técnicas, ferramentas desenvolvidas permite o avanço das **forças produtivas**, processada por mudanças, fundamentalmente nas ferramentas, nas ciências, nas técnicas e nas tecnologias. Contudo essa expansão opera continuamente modificações nas relações de produção (MARX, 2007; MARX, 2007; MARX, ENGELS, 2000; MORENO, 1989).

Marx foi além, e desenvolveu outra categoria que representa os elementos econômicos organizados pela sociedade em torno da produção e da distribuição, existindo como fenômenos da vida social que são diferentes, mas não entram no escopo da infraestrutura nem da estrutura, então a denominou de **superestrutura**. Esta representa aquelas instituições, como: o Estado, a polícia, o exército, a igreja, a escola, o parlamento, os partidos políticos, os sindicatos, etc., constituintes do sistema organizativo da sociedade e que normalmente servem ao processo de dominação e reprodução do modelo ideológico da classe dirigente (MARX, 2002, 2007; MARX & ENGELS, 2007; MORENO, 1989).

Em síntese, enquanto a **estrutura**, interna à sociedade, diz respeito à relação dos homens entre si, para produzir e distribuir os produtos, bens e serviços (as mercadorias) no conjunto da economia e da sociedade, a **infra-estrutura** é a relação homem-natureza, externa à sociedade, que se estabelece através do trabalho, transformando-a. A **superestrutura** contribui para a manutenção do *status quo* dessa sociedade, para a reprodução ideológica do sistema. A um determinado nível de desenvolvimento das **forças produtivas** corresponde

³⁰ No *Manifesto Comunista* Marx e Engels dizem que: *As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes*. Essa encerra a reafirmação do princípio da determinação da superestrutura pela base econômica: se uma determinada classe é dominante economicamente, se ela é a ‘força material’ dominante, então ela será, necessariamente, também dominante no âmbito da superestrutura, isto é, será a ‘força espiritual’ dominante. Isso significa que o controle dos meios de produção materiais implica o controle dos ‘meios de produção espirituais’, acarretando assim a submissão da classe despojada desses meios à classe que possui esses meios à sua disposição. As idéias da classe dominante podem então surgir pelo que são, nas palavras dos autores: *a ‘expressão ideal das relações materiais dominantes’*, relações materiais transformadas em idéias, enfim, *‘as idéias de sua dominação’*. A dominação *‘espiritual’*, isto é, a *dominação ideológica*, aparece como uma extensão da *dominação exercida na esfera da circulação e da produção pela classe que dispõe dos meios de produção*. Do mesmo modo que essa classe controla esses meios materiais, ela igualmente controla os meios de produção e de difusão das idéias. Mas essas idéias dominantes não aparecem como sendo a expressão de interesses de classe determinados, e sim como *‘idéias puras’*, provindas de pensadores desvinculados daqueles interesses. Ademais, a base da dominação ideológica amplia-se sempre, isto é, *as idéias dominantes tornam-se cada vez mais universais, em cada época histórica*” (MARX & ENGELS, 1977; NAVES, 2000, grifo nosso).

determinadas relações de produção. Para a teoria marxista, *a mais importante força produtiva é o próprio homem*, já que é quem cria e move as ferramentas, desenvolve a técnica, a ciência, a economia, a política e trabalha as matérias-primas, etc. (MARX, 2000; MARX, 2007; MARX, ENGELS, 1977; MORENO, 1989).

Em resumo, o **Materialismo Histórico Dialético (MHD)**, estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens, ancorando sua visão em termos de processos sociais, materiais, econômicos, políticos e históricos. Estudando de forma crítica as formas essenciais da interpretação filosófica, do reflexo das propriedades e das conexões universais da realidade e das leis do funcionamento e do desenvolvimento do conhecimento com base à dialética. Neste sentido, como elementos necessários da teoria filosófica, têm uma função ideológica, gnosiológica e metodológica. O conhecimento das propriedades e das conexões universais da realidade, exprimidas nas categorias filosóficas, são absolutamente indispensáveis ao homem para sua orientação, determinação das vias que lhe permitirão resolver as tarefas práticas que surgem no processo de desenvolvimento da sociedade. Fornecendo um sistema global de idéias sobre a realidade. Essa filosofia ajuda a elaborar atitudes em relação à vida social, ao regime social, a *compreender a essência*³¹ da política adotada pelo Estado, etc., e, por isso mesmo, permite participar de forma consciente da vida política da sociedade, da luta pelo desenvolvimento social e da realização dos grandes ideais da humanidade. (MARX, 2002, 2007; MARX, ENGELS, 1977; CHEPTULIN, 1982; MORENO, 1989; COSTA, 2006a).

A partir dessas percepções teórico-metodológicas com base na dialética marxista, se trabalha as questões da tese, onde se pretende identificar, caracterizar, analisar, compreender e apreender o fenômeno da **alienação**, da **ideologia**, do **ceticismo** e da **participação** e suas

³¹ Utilizando as categorias da dialética enquanto graus do desenvolvimento do conhecimento e sua relação com as dinâmicas do real Cheptulin (1982), registra que o *movimento em direção à essência* começa com a definição do fundamento - do aspecto determinante, da relação - que desempenha o papel de célula original na tomada de consciência teórica da essência do todo estudado. A dedução (explicação), desde o princípio de partida, de todos os aspectos que constituem a essência do objeto supõe a análise do fundamento (do aspecto determinante, da relação) em seu movimento, seu aparecimento e seu desenvolvimento, porque é precisamente no curso de seu desenvolvimento que o fundamento faz nascer e transforma outros aspectos e relações do todo (do fundamentado) e assim forma sua essência. A representação da célula original (do fundamento) do todo estudado em movimento e em desenvolvimento presume a descoberta de tendências contraditórias que lhes são próprias, da luta dos contrários que condiciona sua passagem de um estado qualitativo a outro. Assim, o conhecimento, desenvolvendo-se, chega finalmente à necessidade da formação das categorias de “*contradição*”, de “*unidade*” e de “*luta dos contrários*”. Colocando em evidência a *contradição* própria do fundamento e seguindo seu desenvolvimento e sua resolução, assim como a transformação do objeto, o sujeito descobre que a passagem do objeto de um estado qualitativo a outro, efetua-se mediante a *negação dialética* de certas formas do ser por outros, a manutenção do que é positivo no negativo e a repetição do que já passou sobre uma nova base superior. Os conceitos de *negação dialética* e de *negação da negação* surgiram para refletir essa situação [(MARX, ENGELS, 1977; CHEPTULIN (1982)].

repercussões, representações e transfigurações no cotidiano dos subalternos na modernidade em desenvolvimento. Desenvolvendo análises a partir das noções em torno do universo do **indivíduo** e da **coletividade** – assentada na relação capital *versus* trabalho, na sociedade informacional globalizada. Pois como o sistema socioeconômico é organizado que se forma a base sobre a qual se assenta toda a reprodução sociometabólica desta sociedade. Aqui, de posse desse ferramental apresentado, sob articulação sistêmica, dialética, vendo o movimento permanente, desigual e combinado no tempo e no espaço, se pretende conduzir este estudo.

Tendo nas formulações de Trotsky (2007), em sua obra *História da revolução russa* (2007), importante fonte sobre o **desenvolvimento desigual e combinado**³² - uma das mais amplas aplicações, sendo uma fusão de duas leis científicas intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. Os aspectos fundamentais podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: o fator mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência do **desenvolvimento desigual** (NOVACK, 1988, 2005).

³² A que a descoberta e formulação desta lei é o resultado de mais de dois mil e quinhentos anos de investigações teóricas sobre as formas de desenvolvimento social e histórico. As primeiras observações sobre ela foram feitas pelos filósofos e historiadores gregos, mas a lei como tal foi levada a primeiro plano e efetivamente aplicada, pela primeira vez, pelos fundadores do materialismo histórico, Marx e Engels, há cerca de um século e meio, se tornou uma das maiores contribuições do marxismo à compreensão científica da história e um dos mais poderosos instrumentos de análise histórica. Marx e Engels, por sua vez, derivaram a essência desta lei da filosofia dialética de Hegel. Hegel utilizou a lei em suas obras sobre a história universal e a história da filosofia, porém sem lhe dar um nome especial nem reconhecimento explícito de fato. Da mesma maneira, muitos pensadores dialéticos, antes e depois de Hegel, utilizaram esta lei em seus estudos e aplicaram-na mais ou menos conscientemente, para a solução de complexos problemas histórico-sociais e políticos de seu tempo. Os mais destacados teóricos do marxismo, desde Kautsky e Luxemburgo até Plekhanov e Lênin, reconheceram a sua importância, observaram seu funcionamento e conseqüências e usaram-na para a solução de problemas que confundiam as outras escolas de pensamento. No entanto aqui se deve destacar que a **lei do desenvolvimento desigual e combinado da história** foi totalmente explicada por Leon Trotsky em sua obra a *História da revolução russa*, conforme trecho citado. A própria Revolução Russa foi o exemplo mais claro do desenvolvimento desigual e combinado na história moderna, donde pôde Trotsky tirar sua formulação. Em sua análise clássica deste acontecimento, Trotsky deu ao movimento marxista a primeira formulação explícita da lei. Trotsky, como teórico, é célebre, sobretudo, pela formulação da teoria da *Revolução permanente*. Contudo, sua exposição da lei do desenvolvimento desigual e combinado poderia ser comparada àquela em importância. Trotsky não só deu nome a essa lei, como também foi o primeiro que a expôs em seu pleno significado e lhe deu expressão acabada (TROTSKY, 2007; NOVACK, 1988, 2005).

Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior. Essas formações combinadas têm um caráter altamente contraditório e exibem acentuadas peculiaridades. Elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram “atrasados” a superar, durante certo tempo, os mais “avançados”. Esta é a essência do **desenvolvimento combinado**. É óbvio que estas duas “leis”, estes dois aspectos de uma só “lei”, não atuam ao mesmo nível. A desigualdade do desenvolvimento precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos. A segunda lei cresce sobre a primeira e depende desta e, por sua vez, esta atua, sobre aquela, afetando-a no seu posterior funcionamento (NOVACK, 1988, 2005).

Quanto à categoria **reprodução sociometabólica do capital**, oriunda de Mészáros (2002), atende à análise do capitalismo, ao mesmo tempo em que o antecede, e é a ele posterior, uma vez que existia antes da formação capitalista, que é apenas uma das formas possíveis de sua realização. A reprodução sociometabólica do capital está associada a um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais e manifesta externalidades deletérias ao meio ambiente. O sociometabolismo do capital é muito mais poderoso que outras formas sociais e econômicas anteriores (escravismo, feudalismo), por ser muito mais abrangente e não reconhecer limites para sua expansão devido sua própria natureza de *incontrolabilidade* em uma corrida autofágica de superação racionalista e autodestruição social, econômica, cultural e ambiental. Tem em seu núcleo o tripé formado pelo *Capital, Trabalho e Estado* – indissociáveis, correlacionados e interagindo em todos os espaços da modernidade via processo de globalização³³, com reflexos nas dimensões social, econômica, cultural, ambiental, etc., tendo suporte biogeofísico, a *Natureza*.

2.2 TEORIA GERAL DOS SISTEMAS E DOS SISTEMAS SOCIAIS (TGS)

A **Teoria Geral dos Sistemas (TGS)**, ganha neste subcapítulo um grau de detalhamento, uma vez que juntamente com o *Materialismo Histórico Dialético (MHD)* desenvolvido anteriormente, forma o eixo metodológico da pesquisa. Neste sentido, se

³³ A **globalização** pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço (GIDDENS, 1991, p. 60).

complementa uma parte das explicações já antecipadas na introdução e sintetizam-se as breves noções conceituais em torno da **Teoria Geral dos Sistemas (TGS)**³⁴ e particularmente dos **Sistemas Sociais**³⁵. Há um esforço teórico e um campo muito rico que trata das noções gerais dos sistemas e em particular dos Sistemas Naturais e Sistemas Sociais que se encontram em expansão no seio das ciências³⁶. O que demonstra sua vitalidade e validade investigativo-explicativa dos fenômenos, seu crescente poder metodológico.

Um **sistema** pode ser definido como um conjunto de elementos interagentes, interdependentes, relacionados cada um ao seu ambiente de modo a formar um todo organizado. A **teoria dos sistemas** é uma teoria da complexidade, das mudanças, das relações, das interações³⁷, indica que o sistema está em permanente perturbação, longe do equilíbrio. Para definir sistemas, é necessário distinguir entre **sistemas isolados, fechados e abertos**. Enquanto **sistemas isolados** fogem do acesso empírico, porque não trocam nem energia, nem matéria com seus ambientes, os **sistemas fechados** trocam somente energia com seu entorno.

³⁴ Basicamente se utiliza as noções entorno da Teoria da Informação, da Comunicação e da Cibernética, além do Metabolismo Energético Material (MEM), do Metabolismo Sócio-Econômico (MSE) e da Eficiência Energético-Material (EEM) para a delimitação teórica, metodológica, conceitual, temporal, espacial e material do estudo.

³⁵ Aqui se trabalha fundamentalmente com as formulações de Niklas Luhmann, que interpreta a sociedade como um sistema social: isto é, ela é observada através da distinção sistema/meio. Recorrendo aos instrumentos da teoria geral dos sistemas, sobretudo às mudanças paradigmáticas que ocorreram nos anos 1970 e 1980, em função de novas descobertas nas ciências exatas e biológicas que tiveram fortes influências no avanço da Teoria de Sistemas.

³⁶ A Teoria Geral dos Sistemas apresenta-se hoje como teoria de *sistemas auto-poiéticos, auto-referenciais*, que teve como marco de mudança paradigmática, a obra *On self-organizing systems and their environment* de Heinz von Foerster, publicado em 1960, ao mesmo tempo em que Ilya Prigogine, que trabalhava em processos da termodinâmica não-linear, formula pela primeira vez o conceito das estruturas dissipativas: descrevendo processos de auto-organização longe do equilíbrio termodinâmico, usando energia, e produzindo entropia. Além de Prigogine e Glansdorff, também em Berlim, Moscou e Kiev, trabalhavam químicos e físicos com fenômenos da auto-organização – registre-se nem sempre bem vistos pela ciência oficial dos antigos “regimes socialistas” (stalinistas). Também durante os anos 1960, Hermann Haken, físico, usou o conceito de auto-organização para elaborar uma teoria sobre o *laser*. Essa teoria, em seguida mais aprofundada, ficou conhecida como sinérgica, e logo foi ampliada para outros processos de formação espontânea de ordem na física, química ou biologia. Manfred Eigen, biólogo cujo interesse de pesquisa era uma teoria da seleção no nível molecular, publicou em 1971, *Molecular self-organization of matter and the evolution of biological macromolecules*, onde interpreta a origem da vida e a evolução como resultado de um processo de auto-organização, ou a transformação do caos molecular em vida ordenada. No campo da ecologia, Holling, através da introdução dos conceitos *stability* e *resilience*, tentou fornecer uma explicação nova sobre o processos dinâmicos de sistemas ecológicos frente a uma perturbação externa. Embora a maioria das teorias sobre auto-organização nas diversas disciplinas tenha nascido durante os anos 1960, somente na primeira metade dos anos 1970 foi dado o seu reconhecimento mútuo, o que levou a uma discussão mais profunda sobre as categorias e a tentativa de formalização. É nesse contexto que Niklas Luhmann assimila em sua teoria as mudanças que aconteceram no plano da teoria geral dos sistemas e dos sistemas sociais. Uma das mudanças principais foi a substituição do conceito sistema aberto/fechado pelo conceito de *autopoiesis* (MATHIS, 1999).

³⁷ Isto significa reconhecer na complexidade, na globalidade e na interatividade do meio natural e humano a existência de “sistemas”, ou seja, de “conjuntos de elementos em interação formando entre eles uma totalidade, e isto de “um ponto de vista dado”. Também para o próprio observador, para os olhares universalistas, e para os atores, o que está em jogo são sistemas. Então, não seria possível deixar de colocar no cerne do procedimento a *interrogação sobre as relações entre “elementos”* (elementos físicos e seres vivos, atores e decisões elementares) e “*totalidade*” (ecossistemas, sistema de ação coletiva). Isto permite fazer emergir as relações e as interações, isto é, “a organização” e sua *dinâmica*, ao mesmo tempo *fonte de problemas para os atores e contexto de ações empreendidas para solucioná-los* (OLLAGNON, 1997).

Entretanto, o interesse aqui se concentra basicamente na terceira categoria: os **sistemas abertos** que trocam energia e matéria com seus ambientes³⁸. Estes sistemas são os dominantes nos processos da evolução biológica e apresentam características que desafiam a visão newtoniana-mecanicista do universo: estão longe do equilíbrio, apresentam a capacidade de auto-organização e se desenvolvem de maneira irreversível, permanentemente, em outras palavras, o futuro de um sistema aberto somente pode ser uma probabilidade (FENZL, 1998).

No caso dos sistemas sociais este além de aberto é reflexivo, onde o observador se observa e observa o outro ao mesmo tempo. A realidade objetiva e subjetiva é dialética, ocorrendo a todo tempo processos de contradição, diversificação, modificação que se formam a partir das estruturas dos sistemas, dos complexos movimentos das sociedades, dos fenômenos internos a estas, onde interagem os indivíduos e as coletividades. Assim é preciso estar atento e perceber as possibilidades abertas, modificando o olhar e as ações sobre o mundo para gerar novas modificações dos indivíduos, das instituições e das coletividades para incidir e modificar as realidades num universo em que os homens e as sociedades se recriam.

A Teoria Geral dos Sistemas, do *desenvolvimento* e da *sustentabilidade* não resolvem tudo, obviamente, mas faz parte de um aparato ferramental que ajuda a ver, ler e interpretar a realidade ou realidades. Pois como diz o sociólogo alemão Niklas Luhmann (1927-1998), em obras como *Ecological communication* (1989) e *Sistemas sociales – delineamientos para una teoria general* (1998): tudo está em *interdependência biosociocultural*, formando uma *totalidade sistêmica, comunicativa, autopoietica*³⁹.

Os sistemas autopoieticos e ou **autopoiesis** reproduzem seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado com ajuda dos seus próprios elementos. Enquanto Maturana e Varela restringem o conceito da *autopoiesis* a sistemas vivos, Niklas Luhmann o amplia para todos os sistemas em que se pode observar um modo de

³⁸ Sistemas abertos, não-lineares e longe do equilíbrio, são estados estacionários, em permanente transformação, aparecem e desaparecem ao longo da evolução, de acordo com suas capacidades de adequar seu metabolismo energético-material às mudanças incessantes do seu ambiente relevante. Historicamente um sistema foi definido como o objeto da análise empírica, entendido no sentido que sistemas abertos possuem algumas características como ciclo de eventos: importação, transformação e exportação de energia e matéria (insumos humanos, recursos financeiros, materiais e equipamentos e produtos/serviços produzidos); entropia negativa: importam mais energia do que exportam, ligada a sua sobrevivência; processamento da informação: armazena e interpreta informações para decisão onde os sistemas devem ter processos de codificação para seleção das informações; crescimento e manutenção: forças de estabilidade e de crescimento em contínua interação com o ambiente, “estado estável” x “equilíbrio dinâmico”; equifinalidade: variedade de caminhos com flexibilidade dos meios para alcançar os fins. Onde a sobrevivência e evolução tornam-se pontos centrais e congruência com o ambiente torna-se chave, desafiam a visão mecanicista do universo, da vida (FENZL, 1998).

³⁹ Para o leitor interessado no assunto, na compreensão mais geral da Teoria de Sistemas e em particular dos Sistemas Naturais e ou Sociais, entre outros autores, é possível encontrar uma referência consistente em Bertalanffy (1972), Morin (1997), Fenzl (2005), Maturana (2000), Mathis (1999) e várias obras de Niklas Luhmann.

operação específico e exclusivo, que são, em sua opinião, os sistemas sociais e os sistemas psíquicos. As operações básicas dos sistemas sociais são **comunicações** e as operações básicas dos sistemas psíquicos são **pensamentos**. As comunicações dos sistemas sociais se reproduzem através de comunicações, e pensamentos se reproduzem através de pensamentos. Parece óbvio, mas na teoria de sistemas sociais de Luhmann fora dos sistemas sociais, não há comunicação e fora dos sistemas psíquicos não há pensamento - ambos os sistemas operam fechados, no sentido que as operações que produzem os novos elementos do sistema dependem das operações anteriores do mesmo sistema e são, ao mesmo tempo, as condições para futuras operações. Esse fechamento é a base da autonomia do sistema, ou em outras palavras, nenhum sistema pode atuar fora das suas fronteiras.

É válido ressaltar que o conceito da *autopoiesis* em nenhum momento vem negar a importância do meio para o sistema, pois, lembrando, sem meio não há sistema. Assim, **autopoiesis** refere-se à autonomia, o que não significa autarquia. Essa diferença se expressa na categoria **acoplamento estrutural**, que denomina a relação de dois sistemas autopoieticos, que precisam para seu funcionamento da presença de outros sistemas. Como exemplo, se pode citar a relação entre *sistemas sociais* e *sistemas psíquicos*; assim a comunicação não é possível sem a presença de sistemas psíquicos e vice-versa. A relação sistema-meio caracterizada por um acoplamento estrutural significa que sistemas *autopoieticos* - isto é, sistemas de estruturas determinadas e autorregulativas - não podem ser determinados através de acontecimentos do meio. Esses acontecimentos somente podem estimular operações internas próprias do sistema, cujo resultado, na maneira como ele se mostra para o meio, não é previsível, mas contingente. As estruturas semânticas internas organizam as operações comunicativas internas de maneira recursiva ou autoreferencial. Desta maneira, se pode chamar aquele sistema de autônomo - baseado em **regulação autopoietica** - que mantém relações com o seu meio guiado por sua diferenciação principal e por seu *modus operandi*. Um sistema autônomo é independente do seu meio - no que diz respeito à estrutura básica de sua orientação interna, e a forma de processar complexidade, mas dependente do seu meio no que diz respeito a dados e constelações que servem como base de informação para o sistema total (MATHIS (1999; MATURANA (2000). No caso aqui estudado, o indivíduo possui sua autonomia relativa, ou regulação autopoietica, por ter sua individuação e individualidade autônoma, mas ao mesmo tempo está submetido à coletividade e ou sociedade envolvente. Por esta razão se trabalha com a teoria de sistemas sociais para dar suporte às análises da tese.

Atualmente se verifica uma mudança profunda dos velhos paradigmas em todas as áreas do conhecimento humano, o *novo*, aparentemente frágil, já começa a demonstrar

vitalidade (FENZL, 2005), aos poucos as formas de pensar de *ordem, absoluto, determinado*, etc. tornam-se casos particulares, os sistemas complexos vão cada vez mais tomando lugar nas análises. A *teoria dos sistemas* mostra que a *sustentabilidade* é a força motriz fundamental do *desenvolvimento de todo sistema aberto, auto-organizado e capaz de evoluir*. Uma vez que todos os sistemas abertos precisam importar energia e matéria em quantidade e qualidade adequada e exportar energia e matéria desvalorizada para poder garantir sua sobrevivência. Levando em consideração o caso da sociedade atual, globalizada e em integração socioeconômica, esta questão toma relevo ainda maior. Porque está se chegando aos limites das tensões sociais, ao se resistir a tanta miséria, ao mesmo tempo, em que, os usos sistemáticos e corrosivos dos recursos naturais e dos ecossistemas dão sinais de exaustão⁴⁰.

Num contexto em que os princípios da globalização neoliberal, produzem concentração de renda e injustiça socioeconômica e socioambiental em todo mundo, então se faz oportuno diante da realidade perguntar: *nossa forma de se desenvolver tem futuro?* (FENZL, 2005). Na esperança de poder combinar crescimento e desenvolvimento econômico com justiça social e domínio dos problemas ambientais, tem surgido, nos últimos anos, tentativas cada vez mais promissoras em relação à necessidade de quantificar e qualificar os fluxos energético-materiais através dos sistemas sócio-econômicos. Algo que a visão exclusivamente monetarista do atual modo de produção, do padrão teórico neoclássico e da política neoliberal e da escola neoconservadora da economia são incapazes de fornecer (FENZL, 2005). Mesmo com alguns esforços teóricos para incorporar as dimensões ou externalidades ambientais em seu modelo histórico de produção, via *Economia Ambiental*, ainda nada representa de mudança efetiva. Ecologizar o capitalismo não resolve o problema da clivagem de crises socioeconômicas, sociopolíticas e socioambientais, uma vez que são internas ao próprio metabolismo do capital.

A ***Teoria de Sistemas Abertos***, por ser não-linear e se colocar longe do equilíbrio, apresenta características fundamentais para análises socioeconômicas, pois os sistemas abertos são obrigados a importar (assimilar) energia e matéria do seu ambiente relevante, utilizar *input* para manter e funcionar sua organização interna (FENZL, 2005). São obrigados a exportar as sobras ou rejeitos, pela ação de *output*, que não podem ser aproveitados. Este processo é chamado ***Metabolismo Energético Material (MEM)***, presente em todos os sistemas auto-organizados, capazes de evoluir, não estando estes em estados estacionários, ao

⁴⁰ Somente os Estados Unidos, consomem 25% da energia total do planeta, enquanto cento e noventa e nove países partilham os 75% restantes, ou seja, atualmente um país consome um quanto de todo poder energético acumulado em bilhões de anos pela natureza. Evidentemente que este modelo estadunidense é nitidamente insustentável e injusto.

contrário, estão em permanentes transformações (FENZL, 2005). Envolvem contextos, relações, organizações, instituições, níveis de diferentes complexidades e propriedades emergentes. A estrutura é vista como manifestação do processo – fundamental ao conjunto da abordagem sistêmica da sociedade e da natureza. Segue-se estes princípios científicos⁴¹, daí se depreende que no *pensamento sistêmico*⁴² se manifesta na **totalidade**, nas relações, nos estados dinâmicos em permanentes transformações, numa natureza total onde uma parte existe por meio da outra, em complexo movimento intra e interdependente, evidenciando a dialeticidade permanente dos fenômenos naturais e sociais.

Para Bertalanffy (1972), o problema metodológico da teoria dos sistemas consiste em se preparar para resolver problemas que, comparados aos modelos analíticos e somatórios da ciência clássica ou tradicional, são de natureza mais geral, como por exemplo: a **teoria “clássica” dos sistemas**, que aplica a matemática, isto é, a lógica e a estatística; a **teoria da computação e simulação** de conjuntos de equações diferenciais simultâneas como meio de modelar ou definir um sistema, que são muito utilizadas em economia; a **teoria dos compartimentos**, segundo a qual o sistema consiste de subunidades e subsistemas, com certas condições de fronteiras entre as quais podem ocorrer processos de transportes e ligações centrais e capilares ou periféricos com a utilização das redes; a **teoria dos conjuntos** em que as propriedades formais gerais dos sistemas abertos podem ser axiomatizadas, são mais elegantes, superiores matematicamente falando, em relação à *teoria “clássica dos sistemas”*; a **teoria dos jogos**, que diz respeito ao comportamento dos jogadores, supostamente racionais, para obter o máximo de ganhos e o mínimo de perdas mediante adequadas estratégias contra o outro jogador ou a natureza; a **teoria da cibernética**, de controle, baseada na comunicação, na transferência de informação entre sistemas, o meio e dentro do sistema, assim como no controle e retroação da função dos sistemas relativo ao ambiente, que descrevem os

⁴¹ Uma vez que um dos fundadores do pensamento sistêmico, o austríaco Bertalanffy (1901-1972), biólogo, psicólogo e filósofo, em sua obra *Teoria Geral dos Sistemas* (1972), afirma que essa teoria é uma nova disciplina científica cujo objetivo é a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, qualquer que seja a natureza dos seus elementos, as relações e forças que existam entre eles.

⁴² O pensamento “sistêmico” é uma forma de abordagem da realidade que surgiu no século XX, em contraposição ao pensamento “reducionista-mecanicista” herdado dos filósofos da Revolução Científica do século XVII, como Descartes, Bacon e Newton. O sistemismo não nega a racionalidade científica, mas acredita que ela não oferece parâmetros suficientes para o desenvolvimento humano, e por isso deve ser desenvolvida conjuntamente com a subjetividade das artes e das diversas tradições acumuladas pelos povos do mundo. É visto como componente do paradigma emergente, que tem como representantes cientistas, pesquisadores, filósofos e intelectuais de vários campos. Tem entre seus principais representantes e ou autores expoentes: Amit Goswami; Niels Bohr; Buckminster Fuller; C.G.Jung; David Bohm; Francisco Varela; Fritjof Capra; Gregory Bateson; Humberto Maturana; Jöel de Rosnay; James Lovelock; Masaru Emoto; Niklas Luhmann; Paul Watzlawick; Peter Senge; Stanislav Grof, entre outros.

mecanismos reguladores por meio de diagramas e fluxogramas (sociogramas); a **teoria da informação**⁴³, definida por uma expressão isomórfica à entropia negativa da termodinâmica como medida de organização; a **teoria da comunicação**, em que se utiliza a comunicação como modo de reprodução autopoietica, produzidas e reproduzidas em redes; além do **Metabolismo Energético Material (MEM)**, que utiliza a metodologia do *Metabolismo Sócio-econômico (MSE)* e da *Eficiência Energético-Material (EEM)*. Estas formam a base mais importante da **Teoria Geral dos Sistemas (TGS)**, sendo as três últimas, as teorias da **cibernética**, da **informação** e da **comunicação**, e as noções do **Metabolismo Energético Material (MEM)** as mais centrais a este estudo⁴⁴.

Neste sentido, se faz necessário detalhar essas três teorias e as noções do Metabolismo Energético Material (MEM), visto que estão relacionadas de uma forma geral aos sistemas sociais, que usam matéria, energia, informação, comunicação e pensamento com seu todo particular de **reprodução sociometabólica e autopoietica**⁴⁵. Seus elementos estão correlacionados e são comunicações produzidas e reproduzidas por uma rede de comunicações que não podem existir fora dessa rede (LUHMANN, 1989, 1996). Os sistemas e redes sociais de informação e comunicação estão cada vez mais ligados mundialmente, presentes na vida cotidiana das pessoas, das organizações, das comunidades e sociedades e foram especialmente evidenciados e acelerados na sociedade informacional global. São estruturas ativas e interativamente, que operam em novas e com outras estruturas que moldam e modificam as atividades e ações humanas com tanta velocidade nos mundos pessoal, público e privado

⁴³ Enquanto mais complexo, mais diverso, mais interações. Pois a ordem, a desordem e a organização são interdependentes e nenhuma é prioritária, pois não se pode reduzir a explicação de um fenômeno nem a um princípio de ordem pura nem de desordem pura, nem um princípio de organização última, sendo preciso misturar e combinar esses princípios para se poder aproximar da essência de dada realidade. Sendo a complexidade por isso, uma correlação progressiva da ordem, desordem e organização, uma mudança das qualidades da ordem e da desordem, onde *a informação deve ser definida de maneira bio-física-antropológica*, onde a *teoria da informação* surge como um recurso teórico-heurístico, uma vez que as informações não existem na natureza, extraímos-las da natureza, transformando os elementos e acontecimentos em signos, arrancamos a informação daquilo que captamos ou capturamos da realidade do universo (MORIN, 1990).

⁴⁴ Porque, juntas, ajudam a lidar, estudar e refletir sobre as problemáticas de uma sociedade que além de historicamente injusta, opressora e exploradora é formada por hiper complexidade, em rede, fluída, dinâmica, veloz, comunicacional, etc., onde o processo de usos extenuantes da força dos trabalhadores para arrancar mais-valia e taxa de retorno do capital incide, vorazmente, ao mesmo tempo, nos fluxos energético-materiais e no conjunto dos ecossistemas (edáficos, aquáticos, florestais, etc.), na biosfera, na atmosfera, e modifica suas funções e serviços ambientais vitais, evidenciando que essas alterações são cada vez mais profundas e intensas.

⁴⁵ **Autopoiesis**, trazida da biologia dos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela para designar a célula enquanto algo ‘auto-criado’ (*auto* que se refere ao próprio objeto e *poiese* que diz respeito à reprodução/criação, designa os elementos característicos de um *sistema vivo e sua estrutura*). A partir da origem biológica o termo, passou a ser usado em outras áreas como na filosofia, na neurobiologia, na sociologia, etc. Luhmann (1989, 1996); Maturana, (2000); Mathis (1999). Ver também: MATURANA R., Humberto; VARELA GARCIA, Francisco J; ACUÑA LLORENS, Juan. *De máquinas e seres vivos: autopoiese: a organização do vivo*. Porto Alegre – RG, Editora Artes Medicas, 1997.

(STOCKINGER, 2003), que funcionam como matrizes criadoras e destruidoras de culturas e hábitos. Esses sistemas estão ligados inseparavelmente ao desenvolvimento tecnológico de ambientes de informação e comunicação via mídia e multimídia que configuram novas formas de convívio social, na chamada “Sociedade Informacional” ou “Sociedade em Redes” (CASTELLS, 2001a). Conformando os *ciberespaços*, ou a *virtualização das comunicações*, que são dimensões ou domínios virtuais das realidades, constituídos por entidades e ações puramente informacionais; meio, conceitualmente análogos a um espaço físico, em que seres humanos, máquinas e programas computacionais interagem produzindo em escala global uma *cibercultura*, como se fosse uma única estrutura (LÉVY, 1999).

A extensão ferramental do homem da alta modernidade se faz hoje via robótica, telemática, informática e computação que viabilizou suas atividades produtivas materiais e imateriais em uma escala nunca antes vivida. Criou uma nova cultura, em diversos segmentos da sociedade, especialmente entre os estratos mais jovens e a partir da década de 1990, quando surge um ser constituído de estruturas nervosas e conexões eletrônicas que se liga via rede mundial de computadores: um homem-nervo-máquina-mundo. Que vive bombardeado em um todo de fluxos de informação e interações absurdamente conectadas. Um mundo que liga seres em comando e ações frenéticas - que ao mesmo tempo se manifesta veloz, muitas vezes fica lento, caótico - repercutindo tanto nos hábitos, instituições e tradições, como e principalmente ao nível da psique, da cultura, da economia e da política. Elevando o nível de complexidade para apreender, compreender, decodificar, entender e agir sobre as realidades, seus movimentos dialéticos, contraditórios e permanentes. Produzindo um poderoso meio de informação e comunicação com inúmeros pontos positivos e negativos.

Revisita-se o conceito de *realidade*, agora apresentada enquanto **realidades** - distinção entre *realidade de primeira ordem* e *realidade de segunda ordem*, onde uma *realidade de primeira ordem* “concentra os objetos e suas propriedades puramente físicas”. Por outro lado, estariam o sentido, o significado e o valor que se lhe atribuí *a realidade de segunda ordem* que seria a “resultante de processos de comunicação muito complexos” Watzlawick (1992, p. 60), ou seja, com a proposta do *construtivo radical*, se passa de um enfoque causal, linear e monódico, típico das abordagens objetivistas, positivista e formal da realidade, para um de tipo internacional, sistêmico (CURVELLO, 2001). Portanto, mais complexo, longe das noções de equilíbrio, pautado na dinâmica, no movimento, na dialética – onde dialética e sistemismo se acoplam.

A *Teoria da Cibernética* ou *Sistemas Cibernéticos*⁴⁶, do grego, *kybernetiké*, piloto, sentido utilizado por Platão, foi cunhada por Norbert Wiener (1894-1964) em 1948, uma nova ciência que visava à compreensão dos fenômenos naturais e artificiais através do estudo dos processos de comunicação e controle nos seres vivos, nas máquinas e nos processos sociais. Aos processos de desorganização, de caos, de ruptura e de morte que os sistemas podem desenvolver na relação com o meio se designa **entropia**. Procurando contrariar e inverter estes processos, os sistemas recorrem a medidas **negentrópicas** para readquirirem o equilíbrio *homeostático*, as quais consistem em processos de informação e de comunicação. Como se depreende, os processos de *informação* e de *comunicação* são de importância fundamental para a coesão dos sistemas, uma vez que lhes proporcionam o *ajustamento* das diferentes partes que os constituem. Mas são também fundamentais para as relações de *adaptação* do sistema ao meio envolvente, sem esquecer que é graças à comunicação e à informação que os sistemas delimitam as suas *fronteiras* (ou *identidades*), face aos outros sistemas. Todavia, tais processos são possíveis porque as fronteiras dos sistemas sociais e humanos são por natureza abertos e complexos, obedecem ao princípio da *permeabilidade*: predisposição para entrada e saída de informação. A permeabilidade, ao facilitar as trocas informacionais do sistema com seu meio, permite que este exerça influência sobre as suas estruturas internas, designada de *morfogênese* (WATZLAWICK et al., 1985).

Por tudo isto, a *homeostasia* procurada pelos sistemas nas relações de adaptação ao meio envolvente não pode ser sinônimo de *equilíbrio estático* - alguns autores consideram ser a perspectiva sistêmica, para não falar do funcional-estruturalismo de Talcott Parsons (1902-1979), uma visão estática. Não é essa a posição que se assume, ao contrário, se considera que a abordagem sistêmica e o próprio conceito de sistema são metáforas que remetem à *complexidade interativa e dinâmica*, dando aos conceitos novos significados e fluidez. E não

⁴⁶ Essas teorias foram concebidas na década de 1940, uma época extremamente fértil em novas idéias e descobertas que se somaram à grande evolução do conhecimento e das ciências depois de grandes guerras, grandes crises econômicas, políticas e militares, durante a qual diversos resultados fundamentais e avanços científicos e tecnológicos foram atingidos desde o início do século XX como parte da necessidade de mudança de *paradigma* e tem sua base nas idéias vigentes em nosso tempo e que são expressas pela *física moderna* (teoria corpuscular, teoria ondulatória, física de alta energia), na Teoria da Relatividade (Einstein), na Teoria Quântica (Max Planck) e no Princípio da Incerteza (Heisenberg e outros), conduzindo à postulação da idéia de um universo contingente e probabilístico (Boltzmann e Gibbs) e que impuseram uma revisão da *física clássica* que concebia um universo compacto, cerrado, programado e determinista, funcionando como um mecanismo de relógio (Newton), correspondendo ao alicerce do *paradigma cartesiano*, de cunho analítico, matemático, mecanicista e fragmentário (Descartes) que foram superados em grande medida. Ler PARSONS, T. *Sociedade, Perspectivas Evolutivas e Comparativas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969; WATZLAWICK, Paul et al. *Pragmática da comunicação humana*, São Paulo, Cultrix, 1985. DIAS, F. N. *Sistemas de Comunicação, de Cultura e de Conhecimento: um olhar sociológico*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

é pelo fato de a abordagem sistêmica fazer recurso aos termos *equilíbrio* e *adaptação* que se deve orientar pela idéias do *conservadorismo parsoniano*. Utiliza-se aqui, e em acordo com Watzlawick et al.(1985), como um padrão de *equilíbrio dinâmico, oscilante*, e não de um *estado cristalizado*. Pois, como se refere Le Moigne (1996), os sistemas abertos e complexos são constituídos por três pólos: *genético, ontológico e funcional*. O primeiro diz respeito à *história* do sistema; o segundo ao *ser* que o caracteriza; o terceiro à *atividade* que desenvolve na relação com o meio. Porque as relações do sistema com o meio, apesar de procurar pelo “equilíbrio” e “adaptação”, são sempre instáveis. Justifica-se assim afirmar que o comportamento dos sistemas sociais e humanos assim como da natureza serão sempre *probabilísticos, aleatórios*, e por isso mesmo, *não determinísticos*.

Portanto são históricos e dialéticos, daí que se intenta metodologicamente fazer dialogar e interagir as leis, conceitos e categorias fundamentais do Materialismo Histórico Dialético (apresentados anteriormente) com as leis, conceitos e categorias da Teoria Geral dos Sistemas ora percorridas. Ao serem introduzidos neste modelo metodológico o **Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)** os conceitos de *informação, autopoiesis e comunicação* parte-se do princípio de que a **comunicação facilitadora** das potencialidades humanas, por exemplo, proposta pelo psicopedagogo Carl Rogers (1902-1987), o completa. Uma vez que os três pólos indicados por Le Moigne (*genético, ontológico e funcional*) que constituem a modelação sistêmica não deixam de ser nele considerados (*história, ser e atividade*), ou seja, se evidencia um modelo de auto-referência comunicacional. Por outro lado, a perspectiva da abordagem histórico-sistêmica procura neste trabalho primar pela compatibilidade e integração não-totalitária do indivíduo, mas sim da pessoa humana em sua unicidade (*ser-individualização*), também ela vista como uma totalidade sistêmico-dialética, aberta. O *ser humano é também ele visto como um sistema*, sistema comunicacional, psíquico-social complexo e aberto ao meio que o rodeia. E graças à estrutura genética, bem como ao patrimônio cultural que dele fazem parte, o indivíduo é portador de um conjunto de potencialidades que lhe possibilita o relacionamento com os outros no processo de *tornar-se pessoa*, como sugeriu através da metáfora *zona proximal* Lev Vigotski em sua obra *Formação social da mente*. O desenvolvimento das características individuais e das suas potencialidades, quando facilitado pelo meio social, permite ao indivíduo fazer trocas adaptativas, as quais lhe facultam o ajustamento às mutações que se geram nesse mesmo meio ambiente social e cultural, entendido como meio de humanização, síntese da construção permanente e social das relações sociais e históricas. Daí se caracterizando um sistemismo social-histórico dialético.

Numa alusão à *Teoria geral da ação humana*, sobre a relação indivíduo e coletividade e o assunto em pauta, o sociólogo Parsons (1969, p. 52-53) propõe quatro subsistemas ciberneticamente hierarquizados, mas interativos, que concorrem para a adaptação do ser humano: *orgânico, psíquico, social e cultural* (ou *simbólico*). A cada subsistema corresponde uma função, que contribuirá para a integração do indivíduo e para o equilíbrio global do sistema de ação. Ao **subsistema orgânico** corresponde a função de adaptação do sujeito. Ao **subsistema personalidade** corresponde a função de prosseguimento de fins da pessoa. Ao **subsistema social** corresponde a função de integração do indivíduo. Ao **subsistema cultural** corresponde a função de estabilidade normativa. Estas contribuições de Parsons corroboram com a visão do *ser humano também visto como um sistema* submetido a uma estrutura social que se desenvolve por meio de *zona proximal, comunicação e relações sociais e histórias*, portanto, está associado à idéia do **Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)**.

Buscando tornar mais explicativa, complexa e interativa a noção de **Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)**, se pode relacionar esta à **Teoria da Cibernética**. Até o surgimento dessa ciência, os fenômenos naturais eram explicados a partir da noção de *energia*, central na física newtoniana. A **Teoria da Cibernética** representou uma mudança paradigmática, troca de tipo de explicação, adotando a noção de *informação* como base para a descrição dos fenômenos naturais, juntamente com a **Teoria da Informação**, proposta por Claude Shannon (1916 - 2001) e Warren Weaver (1894-1978), pais do bit e da biologia molecular, respectivamente, foram construídas sobre conceitos como *codificação*, um sistema de sinais utilizado para representar letras e números em uma mensagem; *armazenagem*, capacidade de manter a informação contida nos sinais por um determinado tempo; e *ruído*, perturbação capaz de alterar a qualidade de um sinal e, por conseguinte de uma mensagem.

A **Teoria da Informação** permite um tratamento mais adequado de *sistemas abertos* que, diferentemente dos *sistemas conservativos* da mecânica newtoniana, são acoplados a um meio ambiente do qual recebem impressões e sobre o qual podem agir. Pois bem, o Materialismo Histórico Dialético se fundamenta pela *matéria*, pelo *movimento*, e portanto, entende a informação armazenada, “*cristalizada*” na matéria, como elemento codificador e decodificador de comunicação, dialógica, ao mesmo tempo, capaz de causar *ruído*, *perturbação*, capaz de alterar rotinas sociais e imprimir nova qualidade de sinal ou “*poder simbólico*” e, por conseguinte alterar uma mensagem ou comunicação social ou socioambiental em processos comunicacionais, ecológicos e dialéticos, se aproximando das noções de Niklas Luhmann (*Ecological communication*) e também de Maturana e Varela

(*autopoiesis dos sistemas vivos*) se configurando enquanto *sistema social vivo em permanente dialeticidade - intra e inter estrutura, infra-estrutura e superestrutura*, no seio da sociedade.

Nesta perspectiva de verificação metodológica de integração do **Materialismo Histórico Dialético (MHD)** com a **Teoria Geral dos Sistemas (TGS)**, se toma que a **Teoria da Informação** é abarcada ou subsumida pela **Cibernética** e, esta por sua vez, está contida na **Teoria Geral dos Sistemas (TGS)** e como tal esta faz parte das Teorias Sociais da História, acentuando a possibilidade de vir se constituir dada originalidade e fecundidade ao se intentar simbioticamente integrá-las em um todo em **Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)**. Sobretudo ao se dialogar com (PAIM N., PAIM, 2004), que também atribuem caráter dinâmico, interativo e regulador ao processo que ocorre entre a sociedade e a natureza, enquanto integração do conjunto de três ciências – *Sistemismo, Ecologia e Cibernética* englobando o que eles classificam como **Sistemismo Ecológico Cibernético**, o qual incorpora, se incluirmos a *História* como a ciência fundamental, ou como nos termos de Karl Marx (“existe uma só ciência: a História”) todos os atributos científicos, teóricos e características destes quatro ramos ou áreas do conhecimento se complementam e assim se pode inaugurar o que chamo de **Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC)** que vai sustentar o modelo **Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)**. Assim, na visão deste autor se incluirmos a História nesta formulação se complementam os *fluxos de informações sociais e ecológicas* que integram o mecanismo de *retroalimentação* ou *retroação* ou *alça cibernética* (“*feedback*”), que falam Paim N. e Paim (2004), uma característica fundamental dos *sistemas cibernéticos*, indispensável à *regulação* dos processos de todos os *sistemas automáticos* ou *piloto* expressando o denominador comum e o vínculo entre a *Teoria Geral dos Sistemas*, a *Cibernética* e a *Teoria da Informação*, como indicam Paim N. e Paim (2004). Entretanto aqui indo muito além, se inclui nesta noção, desde a História, a compreensão dialética do desenvolvimento desigual e combinado da relação sociedade-natureza, muitas vezes desencontradas e em frontal contradição, podendo se interpretar, portanto, a história ecológica enquanto um processo de co-evolução da natureza com a sociedade humana, em um processo de interação conflituosa com os ecossistemas e a biosfera.

Como se observa recentemente é possível verificar que há uma visão *sistêmico-ecológica, cibernética* que consiste numa proposta metodológica que corresponde à percepção da realidade, através de uma perspectiva que utiliza, sobretudo, conceitos, idéias, fundamentos e princípios da Teoria Geral dos Sistemas e da Ecologia, acrescida dos postulados da Cibernética e da Teoria da Informação, formando um todo teórico-metodológico mais complexo e interdisciplinar. Mas que ainda não as liga à História, ao

Materialismo Dialético, ao menos não explicitamente como aqui se intenta fazer. O ***Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC)*** constitui, pois, uma metodologia de origem multirreferencial, de caráter abrangente, integrativo e holístico, portanto, que permite a visualização, através de diferentes ângulos, da totalidade dos sistemas existentes no Universo. Assim o ***Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC)***, não só torna possível, como exige o simultâneo exame do sistema e do ambiente em co-evolução, que se insere ao mesmo tempo em que envolve, também, as necessárias e obrigatórias relações de intercâmbio processadas entre ambos. Esta múltipla perspectiva, sociometabólica, resultante possibilita uma visualização mais complexa dos sistemas e ambientes em estudos científicos, o que resultará numa atuação mais consciente sobre os mesmos, na busca da promoção, conservação e manutenção de sua homeostasia, suas funções vitais, do estado de equilíbrio dinâmico, do poder de ***resiliência socioambiental*** ou de saúde dos sistemas sociais humanos e naturais dos ecossistemas, sua capacidade regenerativa, em consequência de sucessivos e constantes choques, ajustes, reajustes, processados em ambos - através da utilização de mecanismos cibernéticos, ou seja, do emprego do dispositivo de retroação ou retroalimentação, uma resposta histórico-ecológica da interação humana com a natureza total.

Assim, a abordagem sistêmica e o materialismo histórico permitem um melhor conhecimento do próprio sistema sociedade-natureza, uma vez que, além das características metodológicas de ambos isoladamente - que lhes são inerentes - inclui, na nova perspectiva metodológica - o MHDS no estudo das múltiplas influências que o ambiente exerce sobre o sistema sociedade-natureza, reciprocamente, leva em conta a maneira como as ações exercidas pelo sistema se refletem também nas condições do ambiente que o envolve. A metodologia⁴⁷ postula o reajuste contínuo e permanente, tanto do sistema como do ambiente. Por outro lado, como lembram Paim N.e Paim (2004), esta proposta mantém coerência com postulados da física moderna, relativista, contingente e estatística, se contrapondo ao caráter mecanicista e determinista da física clássica que percebia o universo como um sistema compacto, determinista, fechado. A *Cibernética* e a *Teoria da Informação* como se indicou, são absorvidas pela *Teoria Geral dos Sistemas*, tornando-as dotadas de maior amplitude e, de fecundidade muito maior que a do *estruturalismo clássico*, entretanto, este é, particularmente importante para o estudo dos *signos*, podendo, mesmo, ser considerado como uma ciência dos *signos*, o que lhe aproxima da *Linguagem*, da *Teoria da Informação* e do *Código Genético*,

⁴⁷ A inspiração e a base filosófica para a elaboração da metodologia *materialista-história-sistêmica-ecológica-cibernética*, vem dos estudos teóricos do materialismo histórico, da teoria dos sistemas e também da reflexão sobre os modelo dos ecossistemas naturais e dos seres vivos, ambos sistemas auto-organizadores, auto-reprodutores e auto-reajustáveis, portanto cibernéticos e homeostáticos longe do equilíbrio.

este escrito em *linguagem* química. O mapeamento do genoma humano, por exemplo, um código construído pela natureza, estruturado de maneira harmônica e sistêmica, não só confirma como amplia a concepção de um universo sistêmico, cujo alicerce foi construído o *Sistemismo Ecológico Cibernético* do qual falam Paim N. e Paim (2004). Assim como é possível observar que a partir da linguagem surge a *cultura*, caracterizada por uma nova maneira de evolução que possibilitou que fosse engendrado um mundo artificial de memórias e de processos de *auto-organização histórico-social*, isto é, de natureza *cibernética*. Por sua vez, o *pensamento cibernético* empresta ao *sistemismo* seus atributos de dinamismo - que o *estruturalismo* não possuía, - além de encerrar a idéia de “*feedback*”, que não constituía característica do *funcionalismo*. Assim, ao se juntar materialismo e sistemismo se obtêm uma metodologia poderosa, com maior possibilidade explicativa para os fenômenos estudados.

A partir da visão *Materialista Histórica Dialética*, acrescida à formulação inicial do *Sistemismo Ecológico Cibernético* de Paim N. e Paim (2004) se pode interpretar a ampliação do espaço corporal do *sistema humano* (da interação da pessoa, família, comunidade, sociedade) abrangendo seu *meio ambiente* imediato e, as condições socioeconômicas. Tornando-se um novo ponto de vista, de natureza mais ampla, integrativa, sistêmica, além de possuir um atributo dinâmico, regulador, orgânico e dialético, portanto, de natureza holística. Envolvendo todas as condições que contribuem ou não para o estado de saúde de uma pessoa, família, comunidade, sociedade como problema da civilização. E como o sistema do capital sob os interesses da burguesia a destrói - alijando bilhões de trabalhadores do mundo de poder contar com ambiente e saúde adequados.

Porque a tentativa de juntar Materialismo Histórico Dialético com Teoria Geral dos Sistemas? Uma ou outra já não dariam conta de explicar a realidade, o objeto da pesquisa? A ***Metodologia Sistêmica***, considerada por si só não explicitava - no entendimento deste autor - a necessária dialeticidade e correspondia, até bem pouco tempo a uma metodologia um tanto quanto reducionista, fragmentária, limitada, mecânica, não obstante seus propósitos de universalidade. Por conta destas restrições, houve a necessidade da justaposição dos atributos do ***Sistemismo - Teoria Geral dos Sistemas*** – considerando o reforço oferecido por suas ciências tributárias – *Cibernética*, *Teoria da Informação* e *Teoria da Comunicação e Ecologia*, resultando deste agregado o *Sistemismo Ecológico Cibernético* já discutido, que ao se introjetar em seu conteúdo o *Materialismo Histórico Dialético* se transforma em uma poderosa ferramenta de análise social, histórica, econômica, política e ecológica de

investigação interdisciplinar, particularmente servindo aos propósitos teórico-metodológico e necessidades específicas desta pesquisa, por isso o esforço de sua formulação por este autor⁴⁸.

Aqui se entende que a **Ecologia** é uma ciência e um componente fundamental para a análise, assimilada em sua compreensão-dimensão atual como **Ecologia Global**, permitindo também uma visão abrangente da disciplina, oferecendo contribuição para o estudo do *ambiente* de qualquer *sistema*, incluindo o *sistema humano*.

Neste sentido, se compreende que no estudo baseado no **sistemismo dialético** deve haver *princípios de interação, reciprocidade e dialeticidade* entre si, enquanto um conjunto de princípios gerais e específicos, para além do econômico, do social e do ecológico separadamente, conforme a tradição científica trabalhou por muito tempo e ainda hoje o faz.

A seguir, inspirado em diversas leituras, se construiu uma sistematização desses princípios ou variáveis gerais que se explora, em base às discussões de um conjunto de autores das ciências naturais e sociais tais como Darwin (2002); Fenzl (1998; 1999; 2005); Maturana (2000); Prigogine e Stengers (1984); Lhumann (1989; 1998); Mathis (1999), Marx e Engels (1977; 2000); Marx (2002); Engels (1979); Paim N. e Paim (2004); Cheptulin (1982); Trotsky (1977; 1989; 2007b); Löwy (1995; 2008); Odum (1988) e Costa (2006a; 2006b), entre outros que contribuem para a análise e entendimento da problemática teórico-metodológica da pesquisa:

Princípio do universo sistêmico - A Teoria Geral dos Sistemas, através de seu conceito de *organização sistêmica* desde os seres vivos (Sistema Biológico), dos seres brutos

⁴⁸ A **Dialética dos Sistemas Vivos** e a **Dialética Cibernética** integram o **Sistemismo Ecológico Cibernético**, emprestando características dialéticas à **Teoria Geral dos Sistemas**, com fundamento nesta idéia, se mostra as contradições entre o **homem** e o **ambiente**, considerando não só suas dimensões naturais (físicas, químicas e biológicas), mas também e, sobretudo, em seus aspectos sociais, políticos e tecnológicos na análise dos reflexos das crises vigentes. Em virtude da existência de tais relações, tanto o indivíduo, como seus metassistemas – família, classe, comunidade, sociedade, etc. - deve ser visualizados no contexto de suas *relações históricas dialéticas* com o *ambiente*, portanto através da visão ampliada pela contribuição da Dialética Materialista, pois o **Sistemismo Ecológico Cibernético** ao se incluir em seu âmbito a **Dialética dos Sistemas**, a **Dialética dos Sistemas Vivos** e a **Dialética Cibernética**, permite trabalhar uma metodologia e ou teoria *materialista-histórica-sistêmica-ecológica-cibernética*, com base num conjunto de reflexões, diálogos em diferentes campos do conhecimento, uma tentativa teórico-metodológica que se intenta alcançar minimamente a partir deste trabalho inicial. Lembrando que o enfoque MHDS é aqui desenvolvido a partir do estudo da realidade da América Latina e da Grande Amazônia e se evidencia na *consciência* da efetiva inter-relação e interdependência de todos os fenômenos físicos, biológicos, tecnológicos e sociais, que integram as quatro linhas de *sistema* tratadas na pesquisa: de natureza física, biológica, social e tecnológica. Portanto, uma tentativa ao mesmo tempo totalizante, globalística, abrangente, mas também sintetizadora, orgânica e dialética - focalizar a realidade, isto é, qualquer *sistema* físico, biológico, tecnológico e ou social, econômico e político, mas acrescentando, também, a todos eles, uma dimensão *ecológica, holística*, relacionando o global com o local na análise da clivagem das crises socioeconômicas, socioambientais e político-institucionais aqui estudadas.

(Sistema Físico), das associações humanas (Sistema Social) e dos instrumentos (Sistema Tecnológico) postula a idéia da existência de um universo sistêmico total, conectado, integral.

Princípio da universalidade ecológica - A abordagem de quaisquer sistemas - físicos, biológicos, sociais e tecnológicos - deverá, necessariamente, abranger seus metassistemas. Focar o ambiente em que se acham inseridos, incluindo relações de trocas de matéria, energia e informações entre o sistema e seus metassistemas e, de ambos com o ambiente global.

Princípio do paradigma cibernético – Diz respeito ao modelo dos organismos vivos e dos ecossistemas naturais - sistemas auto-organizadores, auto-reguladores e auto-reprodutores - destacando-se a estrutura do genoma e o funcionamento cibernético do cérebro humano, cujo ápice é a consciência. São dotados de mecanismos homeostáticos que objetivam assegurar a constância de composição e funcionamento do meio interno (homeostasia) e o equilíbrio de suas relações com o ambiente. Constitui-se referencial adequado para a abordagem do sistema humano e para orientar intervenções no seu corpo e/ou no respectivo ambiente. Além de servir de base para a construção, a organização, o funcionamento, a administração, a avaliação e os reajustes de sistemas tecnológicos e sociais em sua globalidade ou cada um dos seus subsistemas ou metassistemas.

Princípio do homem sistêmico-cibernético – Entende o homem como um sistema biológico aberto, tendo como dimensão espacial o corpo e, temporal, a existência e a historicidade, constituído por um conjunto integrado e interrelacionado de subsistemas, programado geneticamente para efetuar intercâmbios de matéria, energia e informações (intra-sistêmicas ou intersubsistemas e, do conjunto, com o ambiente), além de metabolizá-las; sendo dotado de mecanismos cibernéticos e homeostáticos, capazes de auto-organização, autorregulação, autocrescimento e autorreprodução; cujo processo evolutivo atingiu o nível da consciência e da linguagem; através de ações negentrópicas e utilização de sistemas signos, aprende, projeta, produz, armazena e transmite cultura (saber, técnica e arte), convive socialmente, idealiza, elabora e utiliza instrumentos (extensões do corpo), transformando a realidade e planejando ações futuras e; cuja teleonomia é a manutenção da saúde, o prolongamento da vida e a perpetuação da espécie, tudo em franca e contínua oposição às forças entrópicas. O ser humano (*sistema humano*) não deve ser visualizado senão em suas relações com o *ecossistema*, considerando-se ambos (*sociossistema*) como resultantes da integração dos seus respectivos *subsistemas*, formando, assim, um novo sistema - o *sistema homem-ambiente*.

Princípio das necessidades globais – As necessidades globais do sistema-homem podem ser referidas em termos de exigências de trocas de matéria, energia e informações entre este sistema e o ambiente, a fim de possibilitar a homeostasia de sua *estrutura* (física), da sua *composição* (química) e da sua *fisiologia* (físico-química) e de atingir o maior nível de integração no ecossistema, para consecução da sua teleonomia individual, da comunidade, da sociedade e, a da própria espécie humana. Na dependência de *fatores genéticos* e de *fatores ambientais* (socioculturais, familiares, nível de instrução, de percepção e outros), variam as *necessidades*, mas, nem sempre, o homem tem *consciência* de suas reais necessidades e, em consequência, se pode afirmar: *em razão do nível de diferenciação individual do sistema humano e das relações com o ambiente, varia a sua consciência quanto às necessidades próprias*. O conjunto de todas as *necessidades* humanas constitui as suas *necessidades globais*. As *necessidades* são satisfeitas pelas *utilidades*. Todas as *necessidades* podem ser sintetizadas sob o entendimento de *necessidades de trocas de matéria, energia e informações*. E *todas as utilidades* também podem ser referidas em termos de *matéria, energia e informações* - podem ser traduzidas como *necessidades* de natureza *bio-psico-sócio-culturais*.

Princípio das dependências – O sistema humano depende de outrem em relação à satisfação de suas necessidades de trocas de matéria, energia e informações com o ambiente. As dependências do homem, em relação às necessidades de *trocas de matéria, energia e informações* com o *ambiente*, podem ser parcial ou totalmente supridas pelos *subsistemas* (primário, secundário e terciário) do *sistema econômico*. As dependências do homem em relação às determinadas necessidades podem ser parcial ou totalmente satisfeitas por um determinado setor da economia (da indústria ou de prestação de serviços, por exemplo).

Princípio da homeostasia dos sistemas - A fim de se atingir o “telos” do sistema humano, dos seus metassistemas (comunidade, sociedade) e dos respectivos sistemas ambientais, há necessidade de se promover, manter ou restaurar o maior nível permissível de homeostasia de quaisquer sistemas físicos, biológicos, tecnológicos, econômicos, sociais e culturais através da ação de dispositivos e/ou agentes facilitadores, mediante a utilização contínua e permanente de mecanismos cibernéticos de retroalimentação (“feedback”). O nível de otimização da *homeostasia* do processo de intercâmbio de matéria, energia e informações entre o sistema homem ou qualquer sistema biológico e o *ecossistema* é diretamente proporcional às forças *antientrópicas* e inversamente às *entrópicas*, onde a *homeostasia dos sistemas* constitui o “ente” do *Sistemismo Ecológico Cibernético*. Todas as ações de sistema industrial global devem ser desenvolvidas no sentido de sua consecução. Nestas definições

estão implícitas a *homeostasia* do processo de trocas envolvendo não só os intercâmbios entre o *sistema* e o *ecossistema*, mas também as trocas intra-sistêmicas. Os intercâmbios entre si de todos os *subsistemas* componentes de um determinado *sistema* e decorrem da resultante dos níveis de interação das forças - da *entropia*⁴⁹ e da *negentropia*⁵⁰.

Princípio da auto-organização e auto-regulação - Os organismos vivos e os ecossistemas naturais são dotados de mecanismos de retroalimentação, constituindo sistemas auto-organizadores e auto-reguladores (auto-reajustáveis), portanto, cibernéticos ou homeostáticos. Por exemplo, a vida é um processo negentrópico e dialético da matéria, constituindo-se em sistemas que, em decorrência de programação genética, codificada em linguagem cromossômica - cuja potencialidade e ação são controladas por mecanismos homeostáticos ou cibernéticos (feedback). Corresponde a uma contracorrente à lei da entropia universal sob contínuas trocas de matéria, energia e informações entre o sistema vivente e ecossistema, em auto-organização, de auto-regulação, de autocrescimento e auto-reprodução.

Princípio genético-ambiental - O ser humano é, do ponto de vista biológico, em cada instante de sua trajetória existencial a resultante dos efeitos de dois componentes: um genético, representado pelo conteúdo informacional (instruções codificadas em linguagem cromossômica), correspondendo a um projeto inscrito no código genético e, outro ambiental, decorrente das conseqüências cumulativas (historicidade dos efeitos, acrescida dos resultados, presentes ou instantâneos) e, do vir-a-ser, oriundos das ações das pressões ambientais sobre o patrimônio genético. Pode ser expresso como o somatório cumulativo dos efeitos das trocas de matéria, energia e informações entre o sistema humano e o ambiente que aconteceram no decurso de todo o processo vida, influenciando seus projetos e seu devir.

Princípio das ações simultâneas - Todo operador de sistemas seja de natureza física, biológica, social ou tecnológica deve, sempre, ao atuar sobre a unidade administrada, fazê-lo simultaneamente, sobre o ambiente respectivo, a fim de facilitar o processo de trocas de matéria, energia e informações entre ambos, de facilitar o equilíbrio perturbado ou oscilante

⁴⁹ **Entropia** corresponde à tendência de todos os *sistemas* para o resfriamento, para o nivelamento energético, para a desorganização, para indiferenciação, para a catamorfose, para o caos, para a morte. Daí a necessidade de aplicação contínua e permanente de forças antientrópicos, *negentropia*, tanto com relação à vida como no que tange aos processos administrativos e às máquinas e ao próprio sistema social e econômico global.

⁵⁰ A **Negentropia** (*Anatropia*, *Antientropia* ou *Contra-Entropia*) significa o movimento da energia no sentido de mais informação, mais organização, mais vida, mais saúde, mais consciência, mais politização, mais conhecimento, mais complexificação de um determinado sistema.

das trocas de matéria, energia e informações entre o sistema administrado e o ambiente. As ações do respectivo operador devem ser exercidas, também, no sentido de ajustar o meio às necessidades e ou demandas aos propósitos da unidade que dirige em um processo total.

Princípio da evolução - As relações antagônicas (dialéticas) processadas no interior dos sistemas vivos e sociais, destes com o ecossistema, entre a negentropia (tese) que produz, reproduz e prolonga a existência do ser vivo e, a entropia (antítese). Resultando em doenças e envelhecimento, culminando com a completa anulação da negentropia (fenômeno morte) que, conjuntamente com os mecanismos de adaptação, mutação e seleção natural (síntese) constituem o motor do processo de diferenciação das espécies, da evolução biológica, da continuidade das espécies e perpetuação da vida na Terra.

Princípio da anulação negentrópica, a anulação absoluta das forças antientrópicas (negentrópicas) que atuam sobre um sistema biológico, em decorrência dos efeitos deletérios das ações entrópicas, constitui o fenômeno “morte”. Os princípios do *Antagonismo Entrópico* e da *Anulação Negentrópica* são extensivos a todos os sistemas físicos, biológicos, tecnológicos e sociais, políticos, econômicos e culturais. Vale ressaltar: mesmo ao se extinguir o “processo vida”, em termos biológicos, ainda após a morte, as *forças entrópicas* continuam a atuar sobre *sistemas biológicos*, promovendo a desorganização dos cadáveres, por outros seres vivos e o ambiente físico, objetivando o desdobramento (análise) da matéria, restituindo-a ao seu reservatório natural - a Terra. Sob a forma de substâncias simples e compostas, assegurando a perenidade do ciclo da matéria (da água, do carbono, do oxigênio, do nitrogênio e de outras substâncias). Resumindo: ao estado de indiferenciação, como constituintes do *sistema físico planetário* e que virão a integrar novamente o solo, as nuvens, o ar, os rios, os mares e os corpos dos animais e plantas, restabelecendo-se novos processos de organização e síntese, sob a ação, outra vez, de forças *antientrópicas ou negentrópicas*.

Princípio tanatoteleonomia - Diz respeito à morte resultante da predominância absoluta das ações entrópicas sobre as negentrópicas nos sistemas auto-organizadores e autorreguladores e representa um dispositivo de retroação dos sistemas vivos, cuja teleonomia é possibilitar o processo de evolução e de diversificação das espécies, manutenção da cadeia alimentar, do “equilíbrio” ecológico e o desenvolvimento do ciclo da matéria, restituindo-a ao estado de indiferenciação, como constituinte do sistema físico. Em termos políticos, sociais e econômicos da morte dos sistemas que já não cumprem suas funções e fundamentos necessários ao bem-estar da coletividade. Vale lembrar que, no entanto, os sistemas sociais não se formam e ou se decompõe seguindo uma lógica linear, sem lutas sociais e históricas.

Princípio da dialética cibernética - Em razão do antagonismo existente entre os sistemas e seu ambiente (ecossistema), os processos de oxidação e o de redução na bioquímica celular, a excitação e a inibição na célula nervosa, a atração e repulsão da matéria, o calor e o frio, a saúde e a doença, a vida e a morte, a entropia e a negentropia (entropia negativa) e, em função do caráter dialético da Cibernética. Compartilhando com o sistemismo os atributos de movimento, de mudança e de transformações, expressa pelo fluxo: “input” - “processo” - “output” - “feedback” ou alça cibernética, permitiu a elaboração de uma Dialética dos Sistemas, Dialética dos Sistemas Vivos e, sobretudo, uma Dialética Cibernética, onde entram os fundamentos da dialética materialista evidenciada pela natureza da natureza, ou seja, sua perpétua dialeticidade, piloto.

Princípio da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa - Fundamentada na propriedade, na correlação entre os diferentes aspectos da qualidade. Entre as características quantitativas e as passagens recíprocas da quantidade e da qualidade, onde, por exemplo, o homem consegue tomar consciência de que a transformação de um aspecto, de uma propriedade, de um fenômeno é condicionada por certa modificação de outro aspecto, outra propriedade, outro fenômeno. Engendra outro e condiciona seu aparecimento refletindo no conceito de *causa*; o que é engendrado e condicionado reflete-se no conceito de *efeito*. Sempre, causa e efeito, existem e existirão em relações recíprocas, permanentes, uma tensionando a outra.

Princípio da interpenetração dos contrários - Unidade e da “luta” dos contrários, segunda lei da dialética, que reflete e fixa o fato de que há luta entre os contrários (característicos dessa formação material: capitalistas e proletariados, por exemplo) que se excluem e, ao mesmo tempo, estão unidos em relações recíprocas pelo sistema de produção capitalista, e que essa luta, em última análise, leva à solução da contradição e à passagem da coisa de um estado qualitativo a outro, transformação pela luta dos contrários. A categoria de “contradição” contém todos esses momentos e ainda vários outros, que entram no conteúdo da lei da unidade e da “luta” dos contrários. A contradição é uma interação entre aspectos opostos ou uma luta dos contrários. Além disso, inclui igualmente a necessidade de distinguir as contradições: interiores e exteriores, essenciais e não-essenciais, fundamentais e não-fundamentais, principais e acessórias; e fixa também os momentos concernentes a seu papel e à sua importância no desenvolvimento das formações materiais e, em particular, o fato de que elas são a origem do movimento e do desenvolvimento da luta de classes na história.

Princípio da negação da negação - Evidência a contradição própria de um sistema, seu desenvolvimento, assim como a transformação do objeto, o sujeito descobre que a

passagem do objeto de um estado qualitativo a outro, efetua-se mediante a *negação dialética* de certas formas do ser por outros, a manutenção do que é positivo no negativo e a repetição do que já passou sobre uma nova base superior. Os conceitos de *negação dialética* e de *negação da negação* refletem essa lei, princípio. Tem, por causa, a interação dos corpos ou dos elementos que constituem um único e mesmo corpo, e por efeito, entendemos as mudanças que se produzem nos corpos ou nos elementos, em decorrência de sua interação, o reconhecimento do laço necessário de causa e efeito não conduz à negação da contingência. Com efeito, os corpos ou os elementos que os constituem podem entrar em interação, mas eles podem igualmente não o fazer; se eles entram em interação, essa acarretará necessariamente, neles, as mudanças correspondentes. A esfera de existência da contingência não é a correlação de causa e efeito, mas a dos elementos que causam a interação dos corpos e dos elementos que os constituem.

Princípio do desenvolvimento desigual e combinado - Indica que o desenvolvimento desigual e combinado da história rompe com a idéia do evolucionismo social, cultural, econômico, a ideologia do progresso linear. No caso de uma análise política e econômica do sistema capitalista, dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais vividas pelos países da periferia desse sistema. Evidencia que há um processo de desenvolvimento desigual e combinadamente no tempo e no espaço em diferentes sociedades/regiões produzindo as assimetrias sociais e econômicas.

Princípio da intra e interdialeticidade permanente - Proposta como quinta lei da dialética, diz que há na própria dialética uma lógica que a afeta diretamente, em si. Existe interna e na relação com ela e ao todo material permanentemente. Esta lei e ou princípio compreende e concebe a natureza enquanto dialética total, que se manifesta sobre si, enquanto universo em contínuo movimento, interpretado como natureza total em permanente mudança: movimento que ao se modificar, modifica a si mesmo e tudo em seu campo, em função de sua interação intra e interdialética. Não cessa, se fazendo e refazendo infinitamente, afetando e sendo afetado interna e externamente, constituindo, destruindo e reconstituindo os sistemas.

Princípio da revolução permanente - Indica que é necessária uma revolução dentro da revolução. A revolução burguesa não pode cumprir as demandas e tarefas históricas. Ela demonstra que, para de fato serem cumpridas as tarefas democráticas, por exemplo, como a Reforma Agrária e a Reforma Urbana, é preciso que se conduza diretamente pelo proletariado porque implica em mudar o regime de propriedade. A teoria da revolução permanente afirma que para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado, torna-se permanente o desenvolvimento revolucionário que vai da revolução

democrática à transformação socialista da sociedade. A teoria da revolução permanente caracteriza a própria revolução socialista, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua onde cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. Assim ocorre profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se culturalmente, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. A revolução permanente implica no caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. Compreendendo que o internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, deve representar um processo permanente, incessante e indispensável para a vitória mundial do proletariado.

Depois de apresentado a síntese geral, os princípios fundamentais da teoria da cibernética, segue a **Teoria da Informação** e da **Teoria da Comunicação** baseadas significativamente nas obras das ciências sociais, e em especial nas de Niklas Luhmann. A epistemologia da complexidade traduzida na formulação da **teoria da comunicação** de Niklas Luhmann, aparece sob um construtivismo *sistêmico-comunicacional*, onde *sistema*, *ambiente*, *complexidade*, *comunicação*, *diferença*, *observação*, *sentido*, *autopoiese*, *paradoxo* e *redução de complexidade*, são conceitos-chave. E se opõe aos clássicos paradigmas da simplicidade, historicamente ancorados nos preceitos de causalidade linear, externa, homogeneidade, ordem, etc. Assim, o elemento central da teoria de Luhmann é a *comunicação*. Sistemas sociais são sistemas de comunicação e a sociedade é o sistema social mais abrangente.

Um sistema é definido pela fronteira entre ele mesmo e o ambiente, separando-o de um exterior infinitamente complexo⁵¹. O interior do sistema é uma zona de redução de

⁵¹ Todo sistema é composto de elementos, que estão em relação entre si formando uma complexidade, onde há uma grande quantidade de elementos de relações, chegando-se num limiar de incrementos de elementos, no qual

complexidade: a comunicação no interior do sistema opera selecionando apenas uma quantidade limitada de informação disponível no exterior. O critério pelo qual a informação é selecionada e processada é o sentido (LUHMANN, 1996, 1998; CURVELLO, 2001). A sociedade é composta por organizações e interações, mas não se resume à soma destas e nunca pode se restringir a elas. Pode ser definida como espaço em que há comunicações, sendo um conjunto abrangente de comunicações, de interações, que não estão veiculadas ao modelo de organização. É esta diferenciação radical entre *sociedade*, *interação* e *organização*, segundo Luhmann (1983; 2002), o que caracteriza a modernidade. Para ele a evolução social, dentro da teoria sistêmica, é a *transformação do improvável, do implausível, em provável ou plausível*. Esta transformação está ligada ao aumento da complexidade e, conseqüentemente, ao aumento da pressão seletiva. Em Luhmann (1983; 2002), a sociedade é mais evoluída quanto mais complexidade estruturada ela tiver, havendo um incremento da capacidade sistêmica de criar complexidade estruturada. Aqui se avalia enquanto algo relacionado ao aumento do Capital Social e a maximização da Ação Coletiva e da interação entre o Poder Local e o Poder Internacional na busca por transformações radicais no atual *status* socioeconômico, socioambiental, político-institucional e ético-cultural da sociedade.

As noções da Teoria dos Sistemas Sociais contribuem para a compreensão da Alta Modernidade, diante das organizações e fenômenos como de um “capitalismo flexível”, quando se reinventou o tempo, ao “extinguir” a noção de longo prazo e se “rompeu” com toda a forma de narrativa contínua, que se estrutura a partir de três aspectos: *reinvenção descontínua*, *produção flexível* e *concentração de poder*. Onde, para refletir, analisar e entender os movimentos e as diversidades de realidades não há mais lugar para uma abordagem “objetiva” “da realidade”, “independente” do observador, que da vez mais parece

estes não conseguem mais ter relações com todos os outros elementos do sistema, ao mesmo tempo. Portanto é preciso analisar as possibilidades de relação e escolher entre elas as quais são mais diretas, fortes, importantes. Assim o sistema será menos complexo, ou mais simples, quando houver uma total conexão entre os elementos deste sistema. Há situações, em que há um grau menor de complexidade, deste modo, a complexidade implica sempre informação que falta (para fazer a seleção). A redução de complexidade não implica em transformar o sistema em simples. Na verdade, aumenta-se a *complexidade estruturada*, diminuindo a *complexidade desestruturada*, que leva ao caos. O sistema só surge quando consegue estruturar sua complexidade e se diferenciar do meio-ambiente. Algo não pode estar no sistema e também no meio-ambiente. Esta é uma distinção feita pelo próprio sistema, sendo inerente da sua existência. Para Luhmann (1983; 2002), esta distinção é a quebra do paradigma, com a formulação de um novo: *sistema e meio-ambiente*. Pode-se distinguir sistema de meio-ambiente pela complexidade. O *sistema* é composto de complexidade estruturada, enquanto o *meio-ambiente* é formado por complexidade desestruturada. Como se o sistema racionalizasse a complexidade. É o próprio sistema que cria sua distinção com o meio-ambiente. Há relações entre sistema e meio-ambiente, que são ambivalentemente dependentes e independentes. Isto porque não é possível que haja sistema sem meio-ambiente, mas ambos são independentes entre si porque são sistemas autopoieticos. O meio-ambiente é a base do sistema, é a sua estrutura material (LUHMANN, 1983, 2002; ANDAKU, 2006).

mais desprovida de nexos, então a sociologia contemporânea deve recorrer a uma teoria complexa, transversal e intersubjetiva do sentido, se é que realmente pretende captar, alcançar uma concepção da complexidade social, do problema relativo das suas análises funcionais (LUHMANN, 1996, 1998; CURVELLO, 2001).

Em sua obra, *Ecological communication*, Luhmann (1989), vê a complexa evolução humana no contexto mais geral da natureza enquanto uma *relação social-natural* e a profunda influência do homem sobre a natureza, que se processa de forma diferenciada pela *comunicação*. Onde economia, leis, ciência, política, religião, etc. são internas, funcionais e diferenciais ao sistema. A comunicação gera sistemas funcionais e operacionais diferentes⁵². Indica que se deve olhar os sistemas dentro do ambiente, na correlação com o externo, observando como se estabelecem as relações, comunicações, caracterizando as interações, as operações, as informações e a comunicação total. Assim se verifica que é muito importante o diálogo com Niklas Luhmann, pois suas elaborações se ligam ao mesmo tempo ao debate socioambiental, socioeconômico e político-institucional da Alta Modernidade, desde a formação de estruturas sociotécnicas que tendem associar economia, política, ciência, tecnologia, cultura, religião, etc., indicando por um lado que há um dado desaparecimento do centro, numa visão de que o poder está em todo lugar, e por outro que há uma recentralização do poder, particularmente na esfera do Estado e das gigantes corporações internacionais, estruturas políticas-econômicas-sociotécnicas globais que se movimentam velozmente (como se pode observar na atual crise econômico-financeira da era global) tendo então que a ciência e o cientista observar as diferenças, contradições, operações, relações, e correlações entre a sociedade e seu ambiente⁵³ de maneira mais atenta, complexa, sistêmica, dialética.

Verifica-se que em tal complexidade social, não se pode estudar a relação Capital *versus* Trabalho, com base à teoria dos sistemas sociais sem abordar a dimensão poder e a ideologia entorno e ou subjacente, a este, sendo, portanto, necessário olhar e analisar o poder dos fluxos e os fluxos de poder, bem como sua afinidade inescapável entre economia, política

⁵² Diante das necessidades dos sistemas, dos subsistemas, e até das relações intra-sistêmicas, aparece a pressão seletiva. Pode-se afirmar que a complexidade implica contingência, que, por sua vez, implica pressão seletiva. Quanto maior a complexidade, maior a pressão seletiva (LUHMANN, 1983, 2002).

⁵³ Luhmann absorve o conceito de *autopoiesis* desenvolvido por Maturana et al (1997) para afirmar que os subsistemas funcionais da sociedade são sempre auto-referenciais, *i. e.*, eles produzem e reproduzem a si próprios. Eles constituem os seus componentes pelo arranjo próprio de seus componentes, o que constitui a sua unidade e, portanto, o seu fechamento *autopoietico*. A extensão do conceito de autorreferência do nível agregado da estrutura para o nível dos elementos do sistema constitui, segundo Luhmann, a mais importante contribuição da teoria de Maturana e Varela para o entendimento de todo esse processo (LUHMANN, 1995).

e relações de mando, dominação. Poder que significa coisa diversa para diferentes autores, que divergem, mas, mantém alguma relação conceitual em linha geral. Assim, para Luhmann (1995), **poder** é comunicação orientada por códigos, um médium no sentido de elementos complementares da linguagem, símbolos generalizados que orientam a transmissão e comunicação.

O **poder** está nas relações sociais, por toda parte, desde a arte, a ciência, a religião, o mito, a língua, que são universos simbólicos que tomam formas através dos instrumentos de conhecimentos e educação através de construções sistemáticas, históricas das gerações mais antigas sob as mais novas. Assim, segundo Bourdieu (1989) e Durkheim (1978), as formas de classificação simbólicas deixam de ser transcendentais, universais e se tornam *formas sociais, arbitrárias e socialmente determinadas*. Ultrapassam a dimensão e o interesse do indivíduo, portanto ganham a dimensão social da coletividade.

Os *sistemas simbólicos* como instrumentos de conhecimento, **poder** e **dominação** estão assim associados a uma comunicação, e só podem exercer um poder estruturante, porque são estruturados também (BOURDIEU, 1989). Um **poder simbólico** que constrói realidades, novas ordens e tradições (BOURDIEU, 1989), através de concepções homogêneas, carregadas de valores morais impregnados nas mentes e inteligências que visam garantir um *conformismo lógico* do qual fala Durkheim (1978), pois com os símbolos representamos dada “realidade”. As produções simbólicas são, para Bourdieu (1989), instrumentos de dominação, portanto de poder, através das quais os efeitos ideológicos são transmitidos, ligando a vida social. Assim, a cultura dominante contribui para sustentação real da própria classe dominante, perpetuando a “domesticação dos dominados” - onde as diferentes classes e frações das classes sociais estão permanentemente envolvidas em lutas propriamente simbólicas para impor sua definição do mundo social dominante.

Para Weber (2002), **poder** é a possibilidade de impor o controle numa relação social, mesmo contra a resistência. O Estado é uma relação de homens dominando homens porque o Estado tem o monopólio do poder, o monopólio legítimo do uso da violência, onde os dominados obedientes se submetem à alegada autoridade dos detentores do poder, seja pelo medo ou pela esperança. Max Weber diz o poder sempre esteve presente na estrutura burocrática das sociedades, como processo de dominação, portanto é intrínseco à *racionalidade*, à *ação racional* entre os seres humanos. Para Weber (1999, p. 4), a *ação racional* que é *aquela em que os indivíduos procuram explicitar as conexões de sentido entre*

*os seus desempenhos racionais e os seus objetivos assumidos como tal*⁵⁴, seja essa dominação assentada em modelos ou formas tradicional, carismático ou racional legal (moderno). Os fundamentos do poder da burocracia na modernidade obedecem a acordos formais, imposições e fins utilitários ou valor legal (todo o Direito é um sistema integrado de normas abstratas, impessoais, positivas), onde o desenvolvimento se manifesta desde os primórdios enquanto:

Direito de obrigações uniformes, que tem sua origem na queixa de delito da responsabilidade do clã por um delito, partiu de um desenvolvimento da responsabilidade solidária de todos os membros do clã ou da comunidade doméstica pelo contrato fechado por um deles (WEBER, 1999, p. 23).

O **poder** para Marx e Engels (2000), *é exercido em favor de uma classe, quem detém o poder econômico, também detém o poder político*. Marx e Engels (2000), afirmam no *Manifesto comunista* que a burguesia monopoliza o poder através do Estado, pois este é o *comitê político da burguesia* que promove seus interesses econômicos capitalistas. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia colocou aos pés todas as relações (feudais, patriarcais e idílicas), assim como todas as classes que no passado conquistaram o poder. Submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação que era próprio da burguesia, conseqüentemente, todo modo de apropriação em vigor. Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias tirando proveito de majorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria que pode inverter, agir em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da sociedade atual, não pode erguer-se, sem fazer saltar sob seu poder todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial (MARX e ENGELS, 2000).

Portanto, *a partir do poder, das relações de poder*, se desdobram as caracterizações, reflexões e análises da sociedade (socioeconômicas, socioambientais, socioculturais, etc.), a íntima conexão que há entre: *necessidade, contingência, matéria, forças produtivas, estrutura, infra-estrutura e superestrutura*, se ligando às categorias sistêmicas como: *ambiente, complexidade, comunicação, diferença, observação, sentido, autopoiese, paradoxo*. Conceitos-chave em diálogos coerentes, explicativo, na intenção de juntar as categorias do

⁵⁴ Weber desenvolve esta noção em sua Sociologia do Direito em sinergia com sua Sociologia da Dominação, em interações entre o direito, economia e poder político organizado (dominação), muitas vezes velados, onde: “[...] o surgimento do dinheiro na vida econômica consolidou o conceito jurídico do contrato” (WEBER, 1999, p. 23).

Materialismo Histórico Dialético com a da Teoria Geral dos Sistemas, produzindo um ferramental analítico, teórico e metodológico que possa dar conta do problema estudado, que devem ser avaliados e considerados *interdependentemente*⁵⁵, como *sistema total e seus possíveis desdobramentos*.

O **enfoque sistêmico** lembra uma conhecida passagem de Marx & Engels em *Ideologia Alemã* (1977), quando dizem que *existe uma só ciência: a História da natureza e dentro desta, a história humana*. Seguindo essa afirmativa se adotou o *sistemismo* dentro de um caráter *dinâmico, dialético, materialista, transformador*, incluindo fundamentos de várias ciências. Da Cibernética, através dos atributos de “regulação e de controle” que são próprios desta ciência, expressos pelo dispositivo de retroalimentação, aos quais se acrescenta os conhecimentos da Biologia e da Ecologia. Possibilitando a adoção do *modelo* dos *ecossistemas naturais*, e *organismos vivos* que são sistemas cibernéticos (auto-organizadores, auto-reguladores e auto-reprodutores). Incluem-se ainda os atributos do *cérebro humano*, os conhecimentos recentes da Neurobiologia e da Psicologia, em busca das tramas da própria *consciência* (individual e ou coletiva), formulando *questões, análises e reflexões como fluxos*, desde *informações-relações* que estão na base de todos os mecanismos de controle. Portanto, da totalidade dos processos cibernéticos, tornando compreensível a Teoria da Informação - considerada integrante da Cibernética - buscando juntar às análises e interpretações em um todo complexo que vão das Ciências Naturais às Ciências Sociais, resvalando em elementos ético-morais, próprias da Filosofia. Assim, a metodologia sistêmica, histórica, dialética se sustenta nos constituintes das várias ciências: *Sistema, Cibernética, Economia, Ecologia, Política e Informação*. Não apenas disciplinares, mas atributos interdisciplinares, destinados a perceber, apreender, estudar e operar sobre a realidade ou complexos de realidades inteiras.

Então, *História, Sociologia, Economia, Política, Física, Biologia e Ecologia*, formam o núcleo disciplinar mais tensionado, incorporado à abordagem sistêmica, permitindo ao estudo um construto dialético. Materialismo histórico voltado particularmente para os processos e relações da vida dos ecossistemas, da biota terrestre, uma **biologia-ecologia** que

⁵⁵ Bertalanffy (1972), diz que se trata agora de uma transformação nas categorias básicas de pensamento, matrizes paradigmáticas, das quais as complexidades da modernidade forçam, de uma maneira ou de outra, a se tratar das questões de forma relacional, sistêmica, em todos os campos do conhecimento, o que implica na reorientação do conhecimento científico. Bertalanffy (1972), ainda no início da segunda metade do século passado, citando Bernal (1957) enfatiza que já se estava forjando uma nova compreensão do mundo, que deveria ter dimensões diferentes de todas as anteriores concepções do mundo e também das formas anteriores de se proceder pesquisas científicas, alinhando-se às tendências convergentes das ciências naturais e sociais em busca de variáveis mutuamente dependentes - aqui também há essa pretensão: relacionar e promover convergências, o máximo de diálogo interdisciplinar possível.

interage intimamente com a vida social. Uma **economia-ecologia** oriunda da construção de relações entre os conceitos e fundamentos destas ciências. Ao mesmo tempo, possibilita se contrapor ao *mecanicismo*, mesmo ao *materialismo mecanicista*, ainda persistente em muitos quadros de referência teórico-metodológico de interpretação da realidade ou realidades. Resgata um método e fundamento característico dos clássicos como Marx (2002), que desde sua monumental obra, *O Capital* e Engels (1979), *Dialética da Natureza*, mostraram o poder desta metodologia - tratar cientificamente as relações recíprocas entre os problemas sociais e naturais, guardando atributos e fundamentos *histórico-dialéticos* - evidenciando que há um conjunto de contradições presente tanto na sociedade como na natureza, expresso pela permanente agressão, ação-reação recíproca entre o *homem* e o *ambiente* em um todo de **sociopoder** (poder da sociedade humana e suas relações de classes, grupos, etc.). Bem como de **biopoder** (poder da natureza total, incluindo a espécie humana), onde a última ação sempre será da natureza, que se manifesta na crise de resiliência. Por seu caráter antagônico entre os processos de reprodução sociometabólicos, a oxidação e redução, a oposição entre a saúde e a doença da sociedade e dos ecossistemas, culminando com a morte - caso não mude radical e efetivamente o modelo histórico de desenvolvimento em curso - pela *hecataombestagflação*.⁵⁶

Isto indica, no caso da história humana, há fatos concretos, sistemas históricos, onde estes desencadearam e desencadeiam acontecimentos e dinâmicas que, para Bertalanffy (1972), parecem implicar mais do que decisões e ações individuais, sendo determinados mais por sistemas socioculturais, mais complexos e muito maiores, que envolve escalas e metassistemas. No entanto, Bertalanffy (1972), registra que o problema dos sistemas é o das limitações dos *procedimentos analíticos* na ciência clássica, enunciados por Galileu e Descartes e que tiveram e ainda têm grande sucesso em amplos domínios explicativos de fenômenos, nos mais diversos ramos científicos e filosóficos. Proclamando que uma entidade pode ser constituída ou reconstituída pela reunião das partes, tanto no sentido material como conceitual, onde processos parciais podem ser sobrepostos para obter o processo total em funções lineares e de baixas interações. Enquanto em sistemas, como salienta Bertalanffy

⁵⁶ Uma vez que as características dialéticas da natureza são reforçadas pela existência de oposição permanente e contínua entre a *entropia* e a *negentropia*. A *entropia*, expressa uma tendência universal para o resfriamento, para o nivelamento energético, para o caos, para a morte, forma antagonismo dialético com a *negentropia* ou *entropia negativa*, uma contra corrente à lei geral da *entropia*, que atuando sobre a matéria inerte provocou o surgimento da *vida* e, agindo sobre os seres vivos, direcionou o processo da evolução biológica (FENZL, 2005; PAIM & PAIM, 2008). Qual o problema? O modo de produção capitalista acelera a dinâmica entrópica, há uma **hipertrofia do metabolismo**, rebatendo sobre o tecido social e as funções vitais dos ecossistemas, instalando um câncer degenerativo-destrutivo na sociedade que entra em contradição com os tempos e ritmos da natureza, os processos ecológicos da biota, tendendo para a **hecataombestagflação** – um pior mundo econômico e ecológico.

(1972), estas condições não são satisfeitas, porque estes processos parciais são “complexidades organizadas”, são definidos pela existência de fortes interações não lineares.

Portanto, para Bertalanffy (1972), o problema metodológico da teoria dos sistemas consiste em preparar-se para resolver problemas que, comparados aos modelos analíticos e somatórios da ciência clássica, são de natureza mais geral como já referido⁵⁷. A **teoria da cibernética**, baseada na comunicação, na transferência de informação entre sistemas, o meio e dentro do sistema, no controle e retroação da função dos sistemas relativos ao ambiente. A **teoria da informação**, definida por uma expressão isomórfica à entropia negativa da termodinâmica como *medida de organização*⁵⁸. E a **teoria da comunicação**, que utiliza a comunicação como modo de *reprodução autopoietica*, produzidas e reproduzidas em redes, são meta-enfoques sistêmicos, meios de observações e análises em relação ao sistema social e as relações humanas com o meio ambiente, portanto, sócio-ecológica. Onde a análise que deve ser entendida como reflexão sobre o objeto, que se manifesta, materializa socialmente por meio de **decisões**, sejam *individuais* ou *coletivas*. Daí a centralidade do estudo da relação entre o *indivíduo* e a *coletividade* ligados aos processos de *desenvolvimento* e *sustentabilidade*. Essa é uma importante compreensão da rotação, de complexidade desta tese.

⁵⁷ A consequência disso é que devido à alta complexidade ou hipercomplexidade da realidade, da dinamicidade, diante do observador - que na teoria de sistemas participa reflexivamente - mesmo da evidente impossibilidade de abarcar o todo, sempre exigindo um forte recorte, assim, qualquer análise tenderá, forçosamente a ser parcial, temporal-espacialmente limitada, em nosso caso o sistema-ambiente, incluindo desde a fronteira estrutural e a fronteira do sistema é a sociedade da alta modernidade e muito particularmente no escopo dos últimos 50 anos (1960-2010), mais voltada para a América Latina, fundamentalmente para a Amazônia e para a realidade de seus povos empobrecidos, da vida do proletariado e de suas lutas, dilemas e desafios. Mas contra esta problemática da hipercomplexidade da realidade não se pode lutar por sua inevitabilidade, apenas se conviver, não há solução.

⁵⁸ Segundo Trevithick (1771 - 1833), um dos pais das teorias e leis da termodinâmica enuncia que: o primeiro princípio da termodinâmica pode assim ser resumido: *a diferença entre o calor recebido e o trabalho realizado é igual ao aumento da energia interna*. Algebricamente podemos escrever: $DU = Q - W$. Sendo Q o calor recebido pelo sistema numa transformação, W o trabalho realizado por ele e DU a variação da energia interna. A variação de energia interna é positiva quando a temperatura aumenta e negativa quando a temperatura diminui. A segunda lei da termodinâmica formulada por Rudolf J. Clausius (1822 - 1888), diz: o segundo princípio da termodinâmica estabelece que uma parte do calor que um sistema produz ou recebe haverá de ser jogada fora: *não é possível construir uma máquina térmica que transforme integralmente calor em trabalho*. Por exemplo, o motor de um automóvel pode ser considerado uma máquina térmica que troca calor com duas fontes a temperaturas diferentes. Ele recebe calor da fonte a alta temperatura, constituída pelo cilindro no qual ocorre a combustão da mistura ar-gasolina. Uma parte desse calor é cedida ao ar (a fonte de calor com temperatura mais baixa), em que são despejados o gás de descarga e o calor do radiador. O restante da energia liberada pela combustão da gasolina serve para movimentar o automóvel. O calor descarregado no ar não é utilizado, tendo apenas o efeito de aquecer o ambiente. O rendimento de qualquer máquina térmica é inferior a 100%. Na realidade, os rendimentos das máquinas térmicas estão situados muito abaixo desse limite (nas locomotivas a vapor esse rendimento é cerca de 10%, nos motores a gasolina nunca ultrapassa 30% e nos motores diesel, que estão entre as máquinas mais eficientes, o rendimento situa-se em 40%). Desde Ludwig E. Boltzmann (1844 - 1906) se conhece a extensão do estado de desordem em que a energia se encontra e é medida por uma quantidade conhecida por *entropia*. *Quanto maior é o estado de desorganização, tanto maior é a entropia, quanto menos extensa for a desorganização, menor é a entropia*. De fato, como estabelece a termodinâmica, à temperatura de zero absoluto quando todas as vibrações atômicas e movimento param, a entropia é nula, porque não há movimento desordenado.

Então é preciso definir a categoria decisão. Na concepção de Luhmann (1995, 1996; 1998;), **decisão** é para um sistema social o que o sistema define como decisão e nem sempre esta é percebida por um observador externo. Isso explicaria aqueles casos de sistemas fechados, que orientam suas decisões apenas pela lógica de um sistema (pode-se pensar e relacionar aqui ao mercado sob a ótica neoliberal, ou da teoria neoclássica), independentemente das manifestações do ambiente externo, sendo por isso abordagens problemáticas. Neste ponto introduz-se um dos conceitos mais polêmicos de Luhmann (1995), o de que *as decisões se realizam por eventos, sempre passageiros e contingentes* [(LUHMANN, 1996, 1998; CURVELLO, 2001)], isso provaria que *um sistema não é uma entidade estável, mas processual, que se organiza a partir de eventos*. Eventos que se sobrepõe, de tal forma que seria impreciso dizer que se pode mudar uma decisão. Nesse caso, sempre se estará decidindo de uma maneira nova sobre um mesmo tema. Ainda que se decida sobre determinado momento, evento, sempre haverá abertura para a contingência, para o indeterminado. Ela leva a um novo espaço de liberdade, de capacidade de projetar novas possibilidades para o futuro. *O sistema, assim, opera a base de uma perpétua e contínua seleção*. As seleções que geram decisões vão gerar novas seleções para novas decisões, num fluxo contínuo e auto-referencial [(LUHMANN, 1995, 1996, 1998; CURVELLO, 2001)], portanto esse processo é extremamente dialético e sistêmico.

Assim, Niklas Luhmann indica a superação do paradigma do todo e da parte em favor de um novo modelo, estruturado a partir da clivagem *sistema-ambiente*, onde, ao invés da dicotomia *todo* e *parte*, haveria a idéia de **diferenciação sistêmica** (*system differentiation*), que nada mais seria que a repetição da diferença *sistema-ambiente*, dentro do sistema - um sistema diferenciado não é aquele composto por um número extenso de partes e pelas relações entre elas, *mas aquele que encerra um número significativo de diferenciações sistema-ambiente nas suas operações*. Cada uma dessas diferenciações, em cada corte considerado, reproduz a integridade da clivagem *sistema-ambiente* (LUHMANN, 1995, 1996, 1998). Para Luhmann a *diferenciação sistêmica* nada mais é que a repetição do código do sistema dentro do sistema, onde, no caso dos sistemas sociais, os *elementos importantes*, a *seleção da decisão* e o *tempo* se constituem fundamentais.

Ainda sobre a dimensão **decisão**, é importante lembrar que a organização do sistema social se caracteriza por três componentes: *elementos*, *seletividade* (de complexidade) e *temporalidade*, mas sob uma exigência de *sentido*. Essa exigência de entender-se como idêntico a si mesmo, busca manter uma unidade profunda e ajuda a demarcar as diferenças

entre o sistema e o ambiente. A concepção sistêmica, segundo a proposta de Luhmann (1996; 1998; 1995) pretende explicar os padrões recursivos das interações entre os atores sociais, os quais formam sistemas de comunicação que, na realidade, constituem a própria natureza das sociedades. Luhmann propõe uma mudança no foco da análise sociológica contemporânea, que considera estar sustentada no que ele denomina *corpus mysticum* do sujeito. O autor critica, ainda, o fato de que todas as perspectivas sociológicas contemporâneas tomaram a ação social como um objeto em si da análise da sociedade. Dessa maneira, pretende *desconstruir* o pilar central da Sociologia contemporânea de inspiração weberiana: *a idéia de que a unidade elementar da análise sociológica são as ações sociais como construção de sujeitos, entendidos como atores sociais*. Luhmann (1995, p. 18) acena com o seguinte paradoxo para problematizar essa concepção *tradicional*, onde:

Pode-se ainda dizer, naturalmente, que os seres humanos agem. Mas desde que isso sempre ocorre em situações, a questão que permanece é se e em que extensão a ação deve ser atribuída ao ser humano individual ou à situação e qual sentido tem a ação.

Assim, para Luhmann (1983; 2002), o *sentido não é a busca de um fim*. O fenômeno do sentido surge como um excesso de virtualização de possibilidades, na qual se tomou uma decisão. O sistema consegue se auto-observar e retirar a decisão daquelas possibilidades e com a opção, deixou potencializada as outras possibilidades que não foram escolhidas ainda. A forma do sentido, assim, é a diferença entre *atualidade* e *potencialidade*. O que está sendo e o que pode ser além de seu sentido. Assim se abre um maior grau de liberdade para tomada de decisões, a partir da seleção dos elementos importantes envolvidos e levando em consideração a variável tempo. Luhmann (1983; 1995; 1996; 2002) não chega a problematizar detidamente sobre a variável *espaço*, mas ela deve ser entendida como implícita em suas análises, pois seria impossível pensar em uma teoria de sistema social em interconexão e comunicação ecológica sem levar em conta a questão fundamental do espaço, do lugar e sobre o lugar onde se toma decisões. Também onde ocorre a comunicação, se processa a auto-organização, a autopoiese dos sistemas vivos.

Aqui entra com força o conceito de **auto-organização**, que surge da interação não previsível de elementos do sistema que, apesar de não ter ocorrido de forma planejada, apresenta uma “ordem” mais eficaz do que se tivesse planejado deliberadamente (LUHMANN, 1996, 1998; CURVELLO, 2001). O conceito de auto-organização ganhou outros contornos desde que Maturana e Varela (1995) em *A árvore do conhecimento* e Varela (1987), na obra *De máquinas e seres vivos*, desenvolveram a noção de *autopoiese* para descrever a teia da vida e como seres vivos mantêm a identidade de suas espécies. Para

Maturana e Varela os seres vivos seriam **sistemas autopoieticos** porque reproduzem todas as unidades elementares de que se compõe e com isso delimitam as fronteiras com o ambiente. Originária das ciências naturais, Luhmann se apropria dessa definição, ampliando-a aos sistemas sociais, vislumbrando no conceito de **autopoiese** a chave para explicar a auto-referencialidade dos sistemas sociais. E descreve o processo de autopoiese como algo que pode ocorrer de três diferentes maneiras: **autopoiese dos sistemas vivos** (vida e sistemas vitais), **autopoiese dos sistemas psíquicos** (que se traduz via consciência) e **autopoiese dos sistemas sociais** (que se opera via comunicação). Cada um desses grandes sistemas se diferencia em relação ao ambiente e constrói seu modo próprio de atuação, bem como suas leis de investigação, reduzindo a complexidade do ambiente que o cerca. Realizando algumas seleções que são típicas de seu modo de atuar e constituindo-se como sistema fechado sobre si mesmo. Só se mesclam mediante interpenetração, mas que nesse processo não venham perder a identidade. A partir desse referencial, Niklas Luhmann centra suas análises nos sistemas sociais. Para ele, *a sociedade é um sistema auto-referente e autopoietico que se compõe de comunicações* (LUHMANN, 1996, 1998; CURVELLO, 2001).

Para Luhmann (LUHMANN, 1996, 1998), a **comunicação** é o dispositivo fundamental da dinâmica evolutiva dos sistemas sociais, uma vez que é um processo de seleções e é pela seleção, bem estruturada, que opera o processo de redução de complexidade na relação com o ambiente. Luhmann levanta a tese de que a comunicação é o dispositivo fundamental da dinâmica evolutiva dos sistemas sociais de forma que torna possível a regularização da vida social sob a forma de uma organização sistêmica e, ao mesmo tempo, cria condições de estabilidade favoráveis à organização social e ao seu *desenvolvimento*. Sua tese central é de que a comunicação é mesmo improvável, apesar de se experimentar e a praticar diariamente. Na produção autopoietica, contudo, os sistemas para serem autônomos, precisam recorrer a recursos do meio ambiente (CURVELLO, 2001). Isso pode ser paradoxal, uma vez que trata ao mesmo tempo de autonomia e de dependência. Mas no fundo não é paradoxal, sim dialética, ainda que Luhmann (1996; 1998), não o explicita isso. Sua tese afirma que, antes de tudo a comunicação é processada e formada por pessoas em relações - envolvendo individualidades e individuações, mas que ganha vida própria e reforça a autopoiese e a construção de sentido e de identidade organizacional no conjunto das relações sociais, no seio das coletividades.

A teoria das organizações como **sistemas autopoieticos de comunicação** levanta algumas constatações: que o pensamento sistêmico e complexo, via método como *construtivismo radical*, aparece como o mais adequado para dar conta de observações de

processos de mudança contínuos (como no campo da política e da economia global); que as abordagens cognitivistas podem e devem ser mais aplicadas aos estudos de comunicação (para tentar entender as mudanças no padrão cultural da sociedade informacional); o conceito de *autopoiese*, de Maturana, Varela e, sobretudo, em Luhmann, pode contribuir para a compreensão dos processos de construções de sentidos e de identidade, não só nos sistemas vivos e psíquicos, mas também nos sistemas sociais e organizacionais (que se manifestam a partir das relações interpessoais, das relações de poder, etc.); que a tese de Luhmann de que os sistemas sociais são constituídos de **redes autopoieticas de comunicação** amplia, em muito, as opções de análise no campo da comunicação e análise da sociedade informacional (CURVELLO, 2001). Por tudo isso, essas formulações são muito importantes, pelo nível de abstração teórico das macroestruturas, metassistemas aqui tratados. Os casos relacionados e reciprocidades particulares e integradas entre si, no processo de entendimento das relações sociometabólicas entre os indivíduos e coletividades, no curso do desenvolvimento e da sustentabilidade da vida societal e dos ecossistemas enquanto totalidade, global.

Segue uma breve apresentação do **Metabolismo Energético Material (MEM)**. Necessariamente os sistemas abertos, longes do equilíbrio, apresentam uma característica fundamental: a capacidade de auto-organização. Eles são obrigados a importar energia e matéria do seu ambiente relevante, transformá-la internamente para manter em funcionamento sua organização interna, e exportar energia e matéria “desvalorizada” em um processo, chamado de *Metabolismo Energético Material*, que é uma característica essencial de todos os sistemas complexos auto-organizados, capazes de evoluir. Essa noção é fundamental porque mostra que o problema da sustentabilidade não trata ou pode tratar de “sistemas em equilíbrio”, senão de **estados dinâmicos** e ou **equilíbrio dinâmico** em permanente transformação - que aparecem e desaparecem ao longo da evolução e da história. Assim, podemos dizer, desde já, e mais a frente isso será aprofundado, que *Desenvolvimento Sustentável* é a capacidade de um sistema complexo adequar seu Metabolismo Energético Material às mudanças incessantes do seu ambiente relevante (FENZL, 2005).

Em *Sistemas complexos: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável*, Norbert Fenzl (2005), diz que: o **campo de interação** é a parte do ambiente externo à fronteira estrutural do sistema, e que esta é relevante para a reprodução energético-material do sistema como um todo. É o espaço de onde o sistema retira a energia e matéria necessária para a manutenção do seu estado de coerência estrutural e desta maneira o transforma. Assim através da atividade metabólica o sistema “formata” (ou informa) constantemente seu ambiente, criando seu próprio **campo de interação** de acordo com o seu

padrão específico de organização estrutural. O campo de interação forma, junto com a **estrutura do sistema**, uma unidade em permanente interação e transformação. As dimensões macroscópicas e microscópicas interagem, desta maneira através das **fronteiras estruturais** (a dimensão mesoscópica) e possibilitam ao sistema reagir internamente a mudanças que ocorrem ao exterior de sua fronteira estrutural buscando manter sua coerência⁵⁹. No entanto os conceitos de *sistema*, *estrutura*, *elemento*, etc., somente têm sentido se a dimensão mesoscópica, o limite estrutural do sistema, for definido. Em nosso caso, do *ponto de vista geográfico*, a **dimensão mesoscópica** do sistema é a América Latina, e do *ponto de vista sociológico*, é formado pelo proletariado e os povos pobres. A dimensão mesoscópica tanto tem relação **macroscópica** como **microscópica**, assim, a Pan-Amazônia, suas regiões internas e seus diversos povos funcionam como *intrasistemas do sistema* e da dimensão mesoscópica.

Todo *sistema* comporta subdivisões, **subssistemas** (seus componentes), com propósitos, conteúdos e processos próprios ou comuns ao *sistema inteiro* e cujos resultados são considerados essenciais para o *propósito global do sistema*. Na Grande Amazônia estão contidas as várias Amazonas dos países e dentro destes, os estados ou departamento, como no caso brasileiro, a Amazônia paraense e nesta as mesorregiões e microrregiões do estado e nestas os municípios e ainda nestes os distritos, vilas, bairros, comunidades. Assim como há semelhante forma, a definição de **supra-sistema** ou **meta-sistema** (representa um *sistema* mais amplo e da mesma natureza do *sistema*), como por exemplo, a Pan-Amazônica fazendo parte da América Latina, por sua vez faz parte do continente americano e este do conjunto dos continentes terrestre, engloba, também, propósitos comuns e interdependentes de *múltiplos sistemas*, sociais, econômicos, políticos, culturais, ecológicos, etc., que são semelhantes e diferentes⁶⁰. Assim os componentes internos (*subssistemas*) são interligados e inter-

⁵⁹ Porém se deve ressaltar que a coerência é dinâmica: os elementos estão em movimentos permanentes e o sistema transforma-se continuamente, por exemplo, as formigas ocupam não somente o formigueiro, senão também um certo ambiente relevante para sua reprodução. Esta região sofre a influencia da atividade das formigas, mas ao mesmo tempo impõe a sistema determinados limites e condições de sobrevivência. Esta região é o chamado de **campo de interação**. O espaço além das fronteiras desse campo é o **espaço externo** do sistema (FENZL, 2005). No caso da América Latina, essa se transformou por pelo menos dois séculos, para os Estados Unidos, em seu *campo de interação*, necessário para a manutenção de seu *padrão de reprodução*, seu *ambiente relevante*, econômico-político e militar estratégico, daí sua vigilância e atuação permanente sobre o continente.

⁶⁰ Pode-se ver um caso: A América Latina é composta por 21 países: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, além de mais 11 territórios que não são independentes e, portanto, não podem ser considerados países. A *macrorregião* compreende ao *macrossistema*: todos os países do continente americano que falam predominantemente espanhol, português ou francês, bem como outros idiomas derivados do latim - a quase totalidade da América do Sul, exceto as Guianas e o Suriname, que são departamentos da Inglaterra e da França. Assim, a América Latina comporta todos os países da América Central e alguns do Caribe como Cuba, Haiti e República Dominicana. Da América do Norte, apenas o México é considerado como parte da América Latina. Os demais países americanos tiveram colonização majoritariamente

relacionados, interagindo com os macrossistemas, permanentemente e, a totalidade (o *sistema* inteiro), por sua vez, se relaciona e interage com o seu exterior, seu *ambiente*, (seu ecossistema, sociossistema, etc.). Os *sistemas* estão contidos em outros *sistemas* maiores, da mesma natureza, os seus **metassistemas**. Os *metassistemas* integram o *ambiente* dos seus *sistemas* menores (*subsistemas*) sempre dialeticamente. Assim como há ainda uma totalidade das relações internas ou **intra-sistêmicas** (*intersubsistemas*), bem como as relações externas (entre o *sistema* e o *ambiente*, por exemplo, fora da América Latina, ambiente social, econômico, político e ecológico global ou mundial). Entre o *sistema* em estudo e outros *sistemas* similares ou não, (contidos no *ambiente* do *sistema* em causa, digo da América Latina às microrregiões no interior da Amazônia). São traduzidas, sintetizadas como *relações de trocas de matéria, energia e informações* entre o *sistema* considerado e o seu exterior (*ambiente*) em um processo tremendamente complexo de relações recíprocas e totais⁶¹.

A partir de Fenzl (2005), se pode articular outro conceito importante que é o **campo de emergência**. Este designa determinada “região” do universo (neste estudo é a América Latina e Caribe), reúne um conjunto de condições necessárias para o surgimento de uma nova forma de interação entre diferentes partes presentes (sistemas, objetos, estruturas, organização social, cultural, política, etc.). Posteriormente constituem os elementos do sistema emergente (formas de organização e luta política dos povos da região). Assim, se pode distinguir entre o campo de emergência que é pré-estabelecido (América Latina, Caribe e a Pan-Amazônia, seus povos e proletários) e campo de interação (o espaço global e o conjunto dos povos e proletários do mundo). Produto de interação entre a estrutura emergente e seu entorno relevante (Estados Unidos e suas alianças imperialista européia e nipônica e a classe

anglo-saxônica, com exceção da região de Québec, no Canadá que é de colonização francesa (portanto, latina) e dos estados do sudoeste dos Estados Unidos, de colonização espanhola, além da Luisiana, que tem colonização francesa. Portanto, como se percebe mesmo essas regiões que não fazem parte oficial da América Latina, são fortemente originária dessa cultura desde a colonização. Além do que, tanto nos Estados Unidos como no Canadá, há uma grande comunidade latina de migrantes que se refugiaram em busca de melhores condições de vida, mesmo de sobrevivência, dado o grau da destruição de sua economia e a da baixa possibilidade de ascensão social em seus países originários e formam um multidão de migrantes latinos com múltiplos *sistemas e modos de vida*: sociais, econômicos, políticos, culturais, etc., próprios, mas que guardam grandes relações e semelhanças.

⁶¹ A designação de *sistema*, *metassistema* ou *subsistema* corresponde a conceitos relativos, tendo utilidade para situá-los em relação aos seus *sistemas* maiores ou menores que o de nosso objeto de estudo. A designação de *metassistema* ou *subsistema* é relativa à sua posição hierárquica, no âmbito dos demais *sistemas* da mesma natureza, tornando-se útil para situá-los em relação ao *sistema* que está sendo estudado no momento (*sistema* maior ou menor que este). Os *sistemas* de maior amplitude em relação a este, são seus *metassistemas*, enquanto os de menor dimensão são seus *subsistemas*. É referida como *sistema* à unidade em estudo no momento e na qual se situa o observador ou o administrador. Qualquer *subsistema* ou *metassistema* de um determinado *sistema*, quando constitua nosso objeto de estudo, ele passa ser designado simplesmente como *sistema*. Assim, a família, a classe, a comunidade e a sociedade (*metassistemas do sistema humano*) podem ser designadas simplesmente como *sistema* quando, de per si, constituam o objeto de determinado estudo.

dominante, a burguesia). Onde o campo de interação é a expressão da liberdade de um sistema, ou seja, o seu grau de capacidade de transformar seu ambiente relevante de acordo com a sua própria necessidade energético-material (e ou política, econômica, etc.) de acordo com a sua própria organização estrutural. Assim, nossos parâmetros de descrição empírica podem ser relacionados a uma dimensão espaço-temporal definida a dimensão mesoscópica, enquanto as dimensões complementares (micro-macroscópicos) se tornam mais difusas. O fundamental é que os conceitos “elemento” e “campo de interação” somente tem sentido se forem relacionados a uma estrutura concreta de um sistema concreto.

Em síntese, sistemas abertos devem se diferenciar entre **fronteira estrutural** e **fronteira de sistema**. A primeira é a fronteira ou espaço físico da estrutura, enquanto a fronteira do sistema corresponde aos limites do **campo de interação** e é desta maneira mais ampla que a fronteira estrutural e seus limites são mais difusos. Por exemplo, as fronteiras de sistema - políticas, econômicas, culturais e militares - dos Estados Unidos é global. Assim, a interação entre vários sistemas abertos somente pode ocorrer através de dimensões compatíveis e exige que haja uma superposição dos campos de interação em dimensões de espaço e tempo equivalentes.

Sistemas fazem parte de uma rede de sistemas diversos, em última instância se estende até as fronteiras do universo (a América Latina se relaciona com a totalidade do planeta, ainda que guarde especificidades). O campo de interação, entretanto, somente ocupa o espaço diretamente relevante para reprodução do sistema. O **campo de interação** é parte integral de todos os sistemas abertos e fechados e fonte dos recursos materiais e energéticos primários necessários para a manutenção de seu **Metabolismo Energético Material**. A **estrutura do sistema**, processando a importação e exportação de matéria e energia interage permanentemente com o campo de interação, se modificando mutuamente. Isso significa que uma mudança nos Estados Unidos pode afetar a América Latina e vice-versa, daí o pavor do imperialismo estadunidense diante do poder dos movimentos revolucionários latentes ou em curso no interior da América Latina.

O Materialismo Histórico pode se articular com a Teoria Geral dos Sistemas por meio de suas leis e categorias, por exemplos práticos, sua complexidade de análise e tendência de percepção holológica, merológica, dialética e fundamentalmente, pelo conjunto de princípios. Está, justamente nessa condição, *a de inter-relação e reaproximação com a natureza*, a possibilidade de redenção da opção limitadora que separa a sociedade da natureza. Onde se articula do ponto de vista teórico-metodológico, a condição de se empreender uma possibilidade de se relacionar os conceitos e categorias do Materialismo Histórico Dialético

como os da Teoria Geral dos Sistemas e assim construir uma nova síntese teórico-metodológica, o **Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)**.

Por isso houve um esforço no sentido de promover *dialeiticidade no sistemismo* e um *sistemismo na dialética*; bem como da *intra e interdialeiticidade permanente* – ainda que essas formulações sejam incipientes ganham força ao serem relacionada ao uso das noções conceituais e categorias da teoria dos sistemas sociais e do metabolismo energético material. Contribuindo para a interpretação introdutória de uma discussão dialética no interior da Teoria dos Sistemas Sociais, a partir da íntima conexão que há entre as categorias do Materialismo Histórico Dialético como: *necessidade, contingência, matéria, forças produtivas, estrutura, infraestrutura e superestrutura*, entre outras e; as categorias sistêmicas sociais como: *ambiente, complexidade, comunicação, diferença, observação, sentido, autopoiese, paradoxo*, enquanto conceitos-chave que podem integrar as metodologias.

2.3 SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A despeito dos problemas e contradições em torno das questões que envolvem as noções e perspectivas do **Desenvolvimento Sustentável**, da apropriação e uso que se faça dele, o enunciado propositivo do ideário da sustentabilidade corresponde a necessidades estratégias delineadas por manifestações concretas da crescente insustentabilidade do desenvolvimento prometido pelo industrialismo capitalista. Cada vez mais às voltas com os riscos da volatilidade econômico-financeira, com o desemprego estrutural, com a ampliação das massas miseráveis em todo o mundo e com a crise ecológica-ambiental. Expressando riscos reais de destruição e ou cerceamento da vida no planeta, logo, estudar, descrever e refletir sobre tais manifestações, compreender seus fundamentos para averiguar os mecanismos de dirimi-las, é uma das tarefas urgentes das ciências sociais (COSTA, F.,1996).

A questão do *Desenvolvimento Sustentável* nesta tese aparece como um de seus vieses mais estruturante, explorado ao longo do estudo, daí a importância aferir um debate inicial em torno de sua concepção, conceituação e contradição. Uma caracterização comum presente nas elaborações teóricas sobre *Desenvolvimento Sustentável* é aquela que o remete a condição de portador de um novo projeto para a sociedade, como também construtor de uma nova sociedade conforme articulam alguns teóricos como Sachs, I (2007) em sua obra *Rumo à ecossocioeconomia* e Veiga (2005) em *Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI*, entre outros. Entretanto é preciso considerar de que “novo projeto” e ou “nova sociedade” esses autores falam. Aqui se faz a diferenciação das noções teóricas correntes e se propõe

novas interpretações, elaborações e bases para essa, que é uma das categorias mais problemáticas e criticadas nas ciências sociais contemporâneas, ao mesmo tempo das mais fundamentais – o Desenvolvimento Sustentável.

A visão corrente do ***Desenvolvimento Sustentável***⁶² trás a promessa de conciliar equidade social, crescimento econômico, mercado e preservação do meio ambiente por dentro do sistema. Esta noção de sustentabilidade permeia o debate da atualidade, vem sendo utilizado com diversas formas de entendimento, sendo um deles, segundo Simonian (2000), o que diz respeito aos padrões de uso e sustentabilidade dos recursos naturais e a promoção da sociedade. O que remete à problemática da proteção à biodiversidade e critérios no processo de distribuição do excedente produtivo, que no mais das vezes vem sendo inviabilizados por conflitos, tensões e problemas de toda ordem.

Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção, distribuição e intercâmbio cultural e econômico, onde um sistema social de *segunda ordem* (do capital), sobredeterminou as mediações primárias básicas da *primeira ordem* (da natureza) através da emergência histórica humana. O que acabou afetando profundamente a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir a constituição do sistema do capital - esse articulado econômico, político e institucionalmente, subordinando estritamente todas as demais funções reprodutivas sociais (MESZÁROS, 1995, apud ANTUNES, 2003).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável está intimamente associado a um processo visto de forma positiva e geralmente aceito sem grandes problemas por diversos segmentos (BRÜSEKE, 1996). Assim, muitos autores tratam a questão como o desafio mais importante para a sociedade caminhar na direção da sustentabilidade, mas no âmbito das reformas institucionais, sem tocar na necessidade de ruptura com o padrão histórico civilizacional do capital. Sheng (2001, p.178, grifo nosso), por exemplo, afirma que:

⁶² Carvalho (1992) chama atenção para o fato de que o adjetivo “sustentável” muitas vezes remete à compreensão daquilo que está em “perfeito equilíbrio”, que se conserva sem desgaste e se mantém no tempo. Quando aplicado a desenvolvimento transfere essas qualidades a um modo de organizar a vida social, criando a expectativa de uma “sociedade sustentável”, em plena consonância com a natureza, sem conflitos sociais que possam pôr em risco a sua reprodução. Assim, o desenvolvimento sustentável aparece como a “boa nova”, que pode dar a todos um futuro estável. Contudo, esse ideal de estabilidade se apóia, muitas vezes, em noções estáticas tanto de sociedade quanto de mundo natural. Nem às relações sociais nem aos ciclos naturais pode-se atribuir tal característica, tanto mais quando se trata de buscar o ponto ótimo de encontro entre essas duas dinâmicas e transformá-las numa engrenagem sincrônica, que nenhum tipo de interferência externa pode desregular. Se considerar que o mundo natural, o trabalho humano, e a ordem social historicamente constituída formam um conjunto que determinam-se mutuamente, configurando sistemas de relações pouco harmoniosos, movido pela tensão e pelo conflito, sempre aberto a mudanças imprevistas, a idéia de sustentabilidade torna-se sujeita a um tratamento mais rigoroso. Por último cabe perguntar, afinal, de que lugar é enunciada esta proposta? Quem são seus protagonistas? Trata-se de sustentar o quê? O “futuro comum de quem?”.

Na maioria das sociedades, há fortes valores sociais colocados na sustentabilidade em termos sociais, ambientais e econômicos. Um número cada vez maior de informações está se tornando disponível para expressar tais valores. Entretanto, as informações sociais são constrangidas por interesses constituídos e lentas em mudar e responder a valores da sociedade recém-identificados. Em qualquer esforço para construir-se uma sociedade sustentável, portanto, a batalha final maior deve ser enfrentada no campo das **reformas institucionais**.

Entretanto, os problemas impostos pelo modelo civilizacional burguês não parece comportar “reformas institucionais”, uma vez que são nitidamente deletérios, tanto nas dimensões socioeconômicas quanto nas socioambientais. Os próprios autores que defendem o campo das reformas por dentro o reconhecem – e tendem a colocar tudo enquanto problemas advindos das ações da “humanidade”, dos “seres humanos”, das “atividades humanas”, etc., retirando o caráter ideológico, de classe dirigente do modelo capitalista, responsável direto pela destruição planetária. Novamente Sheng (2001, p. 167, grifo nosso):

As **atividades humanas** parecem ser as causas mais comuns e imediatas dos problemas que nos estão confrontando. Na esfera ecológica, por exemplo, a excessiva produção de madeira e de mineração e a expansão agrícola têm levado ao desflorestamento, à alteração de habitats e à perda da biodiversidade. Muitos desastres “naturais” são atualmente considerados como tendo sido induzidos pelos **seres humanos**. Por exemplo: a erosão do solo, a inundação e o deslizamento de terra são freqüentemente consequência da exploração excessiva de madeira.

Aparece a “humanidade”, indistintamente, sem classes, como produtora da destruição. Quando se sabe que a classe detentora dos meios de produção, a burguesia, também é a principal responsável pelo mundo como está. A diversidade de interpretações desse conceito se deriva da tensão introduzida pela ética no campo da economia e da política (LEIS, 1999). Entretanto é preciso recordar que o movimento mundial do capitalismo em busca de saídas para sua grande crise ecológica começou a acontecer, principalmente em fins da década de 1960, portanto muito recentemente em termos históricos, quando tomou o rumo mais consistente e consciente o debate mundial sobre o problema ambiental. Somente em 1972, em Estocolmo, que Maurice Strong, então Secretário Geral da Conferência Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano/ONU, usou pela primeira vez a palavra *ecodesenvolvimento* para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, capaz de impulsionar os trabalhos do recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Mas os princípios básicos do conceito foram formulados por Ignacy Sachs, pouco tempo depois. Inicialmente, o conceito foi pensado para as zonas rurais dos países pobres, a partir de uma estratégia antitecnocrática que valorizava os conhecimentos das comunidades locais para produzir uma gestão mais ecológica de recursos naturais e das potencialidades humanas (LEIS, 1999; BRUSEKE, 2001). O conceito de *ecodesenvolvimento*, posteriormente foi

rebatizado, mantendo o sentido original, com a expressão **desenvolvimento sustentável** e se tornou corrente no discurso tecnocrata - hoje no chamado *desenvolvimento sustentável* se incluem múltiplas dimensões de complexa articulação científica, natural, social, econômica, etc. Essas dimensões encontram-se permeadas por diferentes valores ético-sociais⁶³, igualmente difícil aproximação mútua (VIOLA, 1991), nas quais a intervenção nos ecossistemas via processo produtivo reveste-se de especial atenção, pressupõe garantir a biodiversidade o máximo possível e a sustentabilidade social e econômica deve ser meta a se alcançar (COSTA, 2006a).

Neste sentido, em última instância, o desenvolvimento e a sustentabilidade da vida e das sociedades depende da cultura, na medida em que o desenvolvimento sustentável implica na invenção de um novo projeto social, político, econômico e ambiental. Assim se tem acordo parcial com Sachs (2005, p. 09-10, grifo nosso), quando afirma que o novo projeto:

Não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender de sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em **socialmente** incluyente, **ambientalmente** sustentável e **economicamente** sustentado no tempo.

Esta compreensão precisa ir além, pois a própria noção de **desenvolvimento sustentável** remete a profundas contradições, por isso há apenas um acordo parcial com Sachs. O mais fundamental Sachs (2005) não toca, que é o **problema político**. Em sua definição de *desenvolvimento sustentável* ele não evidencia a **dimensão política**, que é a estruturante de tudo mais, do social, do ambiental, do econômico. Mas falar da questão política é tratar do problema do poder e do regime da “democracia” burguesa e com ele todo seu corolário de quem detém a propriedade, etc. Para além do discurso, o que aparece nessa

⁶³ Por exemplo, há grandes tensões e ambigüidades do conceito de desenvolvimento sustentável, derivadas de seu posicionamento ético, são multiplicadas pelas diversas atribuições dadas ao papel do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado em função das diversas preferências institucionais para conduzir o processo de transição em direção a uma sociedade sustentável por dentro do sistema. São três as preferências básicas: a primeira considera que a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser resguardado eficientemente através de uma intervenção normativa e reguladora do *Estado*. A segunda prioriza a *Sociedade Civil* por considerar que as organizações de base, grupos comunitários, movimentos sociais e ONGs ambientalistas devem ter um papel predominante na transição para uma sociedade sustentável. Este enfoque valoriza as possibilidades de avanços em nível local e regional, priorizando claramente o princípio de equidade social por sobre a eficiência alocativa. [...] A terceira preferência escolhe o *Mercado*, afirmando que através da lógica intrínseca do mesmo, acompanhada de uma significativa apropriação privada dos recursos naturais e da expansão dos consumidores verdes, avança-se eficientemente na direção de uma sociedade sustentável. Em contraste com os anteriores, este enfoque considera legítima a propriedade privada dos bens ambientais (LEIS, 1999).

perspectiva de desenvolvimento sustentável defendida por setores burgueses, dentro e fora da academia, é a hegemonia do discurso econômico, instaurando lugar de produção de verdades e fórmulas tecno-científicas que geralmente incidem na organização da vida social. Tentam escamotear a tensão derivada da sociedade de classes sociais distintas.

A expansão desmesurada da esfera econômica, para além de sua aplicação instrumental, leva a uma visão restrita da qual o conceito em questão padece. Enquanto a questão do desenvolvimento sustentável se estabelecia ao longo da década de 1970, os movimentos ambientais continuaram agindo e garantindo novos avanços na luta contra a destruição do planeta. Em 1987, com a publicação do relatório “Nosso futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a questão ambiental entra definitivamente na agenda e adquire maior repercussão política internacional. Mas apesar dos avanços contidos no relatório sobre “Nosso futuro comum”, Carvalho (1992) salienta que esse documento está longe de ser conseqüente com seu próprio diagnóstico, no que há acordo com esse autor. Uma vez que avança em muitos aspectos se comparado, por exemplo, ao discurso de Estocolmo, uma vez que situa a questão ambiental dentro do marco mais amplo das relações desiguais entre os países, do aumento da pobreza, e considera o desenvolvimento como uma meta que não se restringe ao crescimento econômico.

Entretanto, Carvalho (1992) diz que, mesmo que se apresente com ares de uma “nova utopia”, prometendo revolucionar as relações entre os homens (estrutura) e destes com a natureza (infra-estrutura), o *desenvolvimento sustentável* é um conceito gestado dentro da esfera da economia capitalista, e é com esta referência que pensa o social. A novidade que traz é a incorporação da natureza dentro da cadeia de produção. Enquanto na teoria econômica clássica a natureza não transformada pelo trabalho humano é sem valor, o desenvolvimento sustentável incorpora o que era considerado um ‘bem livre’, atribuindo-lhe um custo que passa a ser contabilizado na produção. A natureza passa a ser um bem de capital, e nasce aí a chamada Economia Ambiental, instituída por dentro da economia conservadora, neoclássica.

Porém isso ainda é claramente insuficiente, pois esta não tem a menor intenção de trabalhar a questão ambiental no marco da ruptura do sistema capitalista, muito ao contrário. Neste sentido torna-se importante questionar então se é possível uma **Revolução Ambiental** (ruptura ambiental interna) dada a hegemonia do capitalismo, que intenta buscar uma forma sustentável (desenvolvimento sustentável)? Uma indicação inicial, de impossibilidade dessa revolução, dado a realidade de crises, é que esta Revolução Ambiental deveria ultrapassar a noção de sustentabilidade por dentro do sistema. Talvez pudesse surgir a oportunidade histórica para o desenvolvimento em base a uma ecologia humana que encarasse a atividade

econômica, não da perspectiva dos desejos, da “maximização das satisfações dos indivíduos”, mas do interesse do bem comum, da coletividade, da esmagadora maioria da população mundial - que vai além da racionalidade mercadológica. Bem como, deveria ser fundada em uma Ecologia Política que questionasse e propusesse alternativas ao modelo hegemônico, construísse saídas viáveis, outras relações sociais, econômicas, culturais, políticas, éticas, etc.

No caso particular do campo, por exemplo, nas reflexões recentes em torno das estratégias de produção com desenvolvimento sustentável, Kitamura (1994) apontam para a necessidade de se considerar, além do quesito produtividade, enfatizado no passado, outros indicadores, como a sustentabilidade da produção com equidade social na avaliação dos processos de desenvolvimento agrícola. O problema reside, segundo ele, em como operacionalizar metodologias capazes de dimensionar estes aspectos, especialmente quanto à equidade social⁶⁴. Costa (2000) lembra que uma estratégia de desenvolvimento não se faz, todavia, apenas pela superação das limitações, nem só pela correção dos fatores negativos a ela associados, mas também pela maximização das oportunidades associadas a disponibilidades efetivas, às bases locais que diferenciam cada região, podendo fundamentar, em cada uma, vantagens competitivas. Nesse sentido, a diversidade cultural e ecológica tem que ser tratada de outro modo (CARVALHO, 1995), o local ou regional deve ser valorizado em suas especificidades, riqueza e interação com os processos e dinâmicas mais gerais da sociedade global.

No caso mais particular do campo, do agrário, o ***desenvolvimento sustentável*** localmente estabelecido, deve primar pela manutenção dos ecossistemas, agroecossistemas e as culturas tradicionais. Sendo fundamental estabelecer sua ligação, interação e relação com o todo, mas que este desenvolvimento começa pela conservação das práticas imediatas e as vivências dos povos dos campos, das florestas, das águas, etc., e toda a sua riquezas e diversidades socioculturais e etnoculturais. Envolvem ecossistemas naturais e artificiais, os chamados *agroecossistemas sustentáveis*, orientado sob os fundamentos *agroecológicos* ou

⁶⁴ Como no caso de equidade entre gerações, é improvável que os valores ambientais que calculamos atualmente nos conduzam a um futuro sustentável, uma vez que a natureza do sistema capitalista inviabiliza a equidade social e ambiental. O modelo econômico e as técnicas que estão sendo usadas perpetuam as desigualdades intrageração, na medida em que conferem um “valor” demasiadamente baixo às vidas das pessoas mais pobres, daí perpetuando-se nesse estado, mediante justificação de enviar-lhes, por exemplo, a poluição do mundo “civilizado” aos países da periferia. Quando se sabe que as desigualdades socioeconômicas agravam a sustentabilidade de varias maneiras. Quando os pobres são tão pobres que se vêem obrigados a pensar apenas em suas necessidades imediatas, não podem preocupar-se com a conservação dos recursos com que trabalham, a fim de transferir ativos ambientais para a geração seguinte. Do mesmo modo, muitos ricos são tão ricos, que mesmo quando transferem só a metade de seus ativos para seus filhos, estes ainda serão muitos ricos. Se a desigualdade intrageração trabalha contra a equidade entre as gerações, e se as atuais técnicas em uso perpetuam aquela desigualdade, então evidentemente as técnicas em uso perpetuam a insustentabilidade (NORGAARD, 2001).

agrossistêmicos. Não podem ser implementados eficientemente sem mudança determinantes, socioeconômicas e políticas controlados pelas dinâmicas do capital desde as grandes cidades.

O modelo burguês de desenvolvimento governa *o que é produzido, para quem é produzido e quem pode ou não ter acesso ao que se produziu*. Para se tornarem eficazes, as estratégias de **desenvolvimento rural sustentável** devem incorporar não somente dimensões tecnológicas (*agroecológica* no caso da produção rural e ou para uma vida com *sustentabilidade urbana*), mas também questões sociais, econômicas e principalmente políticas. Deve haver um questionamento radical das estruturas da sociedade.

Somente políticas concretas promovendo a inversão dos processos econômicos de produção e distribuição de bens materiais, a transformação do regime de propriedade atualmente existente e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais socioeconômicos determinantes da crise extrativa-agrícola-ambiental e a miséria rural, assim como a urbana nas mais diversas regiões da América Latina, Caribe, África, Ásia. Pois os fundamentos rígidos e a natureza do capitalismo não permitem grau de liberdade para proposições de “desenvolvimento econômico e social com conservação da natureza” em base às reformas graduais. É preciso ir muito além, romper com a lógica da destruição e das crises⁶⁵, seja em termos de curtas ou longas durações, pois são crises quase sempre

⁶⁵ Toussaint (2008), analisando a **interligação das crises** da sociedade burguesa afirma que a explosão das crises *alimentar, econômica e financeira* em 2007-2008, em conjunto, mostra o quão interligadas estão as economias do planeta na alta modernidade. Exigindo soluções favoráveis aos povos e à natureza, e estas devem ser tratadas de forma global, pois são crises internacionais e sistêmicas. Quanto à **crise alimentar** Toussaint (2008), afirma que a humanidade não poderá contentar-se com meias medidas, pois em 2007-2008, mais de metade da população viu suas condições de vida degradarem-se gravemente, confrontada pelo forte aumento do preço dos alimentos. O número de pessoas afetadas pela fome agravou-se, milhões em todo o mundo viram o acesso aos alimentos restringir-se (e, conseqüentemente, a outros bens e serviços vitais, principalmente em países pobres). Tudo isto seguido das decisões tomadas por um punhado de empresas do setor “agrobusiness” e financeiro (investidores institucionais que contribuem para a manipulação do processo de produção agrícola via bolsa de valores), que se beneficiaram do apoio de Washigton e da Comissão Européia. Toussaint (2008) segue sua análise registrando que os preços dos mercados de exportação determinam os preços nos mercados locais. Os preços de exportação são fixados nos EUA, em três bolsas (Chicago, Minneapolis, Kansas City) e conseqüentemente, os preços do arroz, do trigo e do milho sofrem abalos desde os rincões como Timbuctu, Nairobi, Islamabad, etc., pois são diretamente influenciados pela evolução do curso desses grãos nos mercados bolsistas americanos. Em 2008, por exemplo, perante a urgência, e sob pena de serem derrubadas pelos motins nos quatro cantos do planeta (ao menos quinze países protestaram com as massas nas ruas), as autoridades dos países em desenvolvimento tomaram minimamente algumas medidas para mitigar o acesso da população aos alimentos básicos. Chegou-se a esta situação, porque durante três décadas, os governos renunciaram progressivamente o apoio aos pequenos e ao local - que são majoritariamente os produtores de grãos - e adotaram as receitas neoliberais ditadas por instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, no âmbito dos programas de ajustamento estrutural, isso ficou patente nas negociações da Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio em 2008, que trouxeram igualmente conseqüências nefastas às comunidades (TOUSSAINT, 2008). Pois os países em desenvolvimento renunciaram à proteção aduaneira que lhes permitia colocar os camponeses locais ao abrigo da concorrência dos produtores externos, principalmente das grandes firmas de agro-exportação norte-americanas e européias. Estas invadiram os mercados locais com produtos agrícolas vendidos abaixo do custo de produção dos agricultores e criadores locais, o que os conduz à falência. O milho exportado para o México pelo EUA é um caso emblemático. Por causa do tratado de livre

permanentes que tencionam a economia e a ecologia global. As saídas reformistas não resolvem os problemas. Hoje, essas crises são nitidamente muito mais graves e arriscadas do que noutro tempos (COSTA, 2006a), ao se juntarem, enquanto **crise total**, as crises sociais, econômicas e ambientais poderão levar a um colapso planetário. Somente a crise socioambiental já é e ou seria extremamente complicada para ser debelada. Lendo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008* da ONU (2008, p. 4), por exemplo, se tem um quadro muito concreto dessa questão:

O modo como atuamos hoje relativamente às alterações climáticas acarreta conseqüências que perdurarão um século ou mais. Num futuro próximo, o resultado das emissões de gases do efeito estufa não será reversível. Os gases retentores de calor emitidos em 2008 irão permanecer na atmosfera até 2108, e até para além disso. Por isso, as escolhas que atualmente fazemos não afetam apenas as nossas vidas, mas mais ainda as dos nossos filhos e netos. Isto faz das alterações climáticas um problema único, e mais difícil do que outros desafios políticos. As alterações climáticas são um fato científico incontestável. Não é fácil de prever com precisão o impacto inerente às emissões de gases com efeito estufa, e há muita incerteza científica no que diz respeito à capacidade de previsão. Mas sabemos o suficiente para reconhecer que estão em jogo sérios riscos, potencialmente catastróficos, incluindo o degelo das calotas glaciares na Groenlândia e na Antártida Ocidental (o que deixaria muitos países submersos) e as alterações no curso da Corrente do Golfo, significando alterações climáticas dramáticas. A prudência e a preocupação com o futuro dos nossos filhos exigem que atuemos agora, como forma de assegurar contra possíveis e significativas perdas. O fato de não conhecermos as probabilidades de tais perdas, ou quando terão lugar, não é um argumento válido para não tornarmos medidas de precaução. Sabemos que o perigo existe. Sabemos que os danos causados pela emissão dos gases com efeito estufa serão irreversíveis

comércio entre os EUA, o Canadá e o México, este abandonou a sua proteção aduaneira face aos vizinhos do Norte, assim as exportações americanas de milho para o México cresceram nove vezes entre 1993 (último ano antes da celebração do tratado) e 2006. Centenas de milhares de famílias mexicanas tiveram de renunciar à produção de milho, pois este passou a custar mais do que aquele importado dos EUA (produzido com tecnologia industrial subsidiada). Isto constitui não apenas um drama econômico, mas também uma perda de identidade, pois o milho é símbolo de vida na cultura mexicana, principalmente, entre povos de origem maia. Uma grande parte dos produtores do milho abandonou os campos e partiu para as grandes cidades industriais mexicanas ou norte-americanas à procura de trabalho (mas o império não os quer em excesso e ergueu um gigante e vergonhoso muro na fronteira) e o México doravante dependerá cada vez mais dos EUA para nutrir a sua população, confronta-se com um aumento brutal dos preços, provocado, por um lado, pela especulação nas bolsas de Chicago, Minneapolis e Kansas City e, por outro, pela produção de etanol no vizinho do Norte; a **crise econômica e financeira** de 2007-2008 estourou como a principal crise econômica e financeira internacional desde 1929. Se não fosse a intervenção estatal massiva esta crise teria proporções muito mais amplas. Mostrando a interligação impressionante das crises, onde, entre dezembro de 2007 e fins de setembro de 2008, todas as bolsas do mundo sofreram baixas muito significativas, entre 25 a 35% - por vezes mais - para as bolsas dos países mais industrializados, até 60% para a China, passando por 50% para a Rússia e a Turquia. A montagem colossal de dívidas privadas, criação de capital fictício, acabou por explodir de país em país industrializado, começando pelos EUA, a economia mais endividada do mundo (suas dívidas públicas e privadas elevou-se, em 2008, a 50 trilhões de dólares, 350% de seu PIB). Esta crise econômica e financeira que afetou todo o planeta, afetará ainda mais os países em desenvolvimento a médio e longo prazos, uma vez que a mundialização capitalista não se desligou dessas economias, pelo contrário, países como China, Brasil, Índia ou Rússia possivelmente ainda serão duramente afetados; a **crise climática** e ou **crise ambiental** mostra que também aqui a interligação é evidente. Determinadas populações de países “pobres” serão mais fortemente afetadas do que as dos países “ricos”, mas ninguém sairá incólume. A conjugação destas três crises mostra aos povos a necessidade de se libertarem da sociedade capitalista e do seu modelo produtivo. A ligação entre as crises capitalistas põe em evidência a necessidade de um programa anticapitalista e revolucionário em escala planetária. As soluções para que elas sejam favoráveis aos povos e à natureza serão internacionais e sistêmicas (TOUSSAINT, 2008).

por muito tempo. Sabemos que os danos aumentarão por cada dia em que não atuarmos.

Por mais que os mecanismos do *desenvolvimento sustentável* por dentro do sistema do capital possam minimizar o impacto da produção e do consumo sobre os recursos naturais, e conseqüentemente a emissão dos gases do efeito estufa, são apenas dispositivos construídos dentro de uma racionalidade econômica. Deveriam, antes de tudo, estar submetidos às decisões políticas da sociedade, dos povos e trabalhadores que formam a imensa maioria da população do planeta. Portanto, é necessário inverter a premissa que está na base do pensamento economicista, onde se trava a discussão sobre o *desenvolvimento*. A economia não deve ser tomada como instituinte do campo social, mas instituída por este, deve estar a serviço da sociedade (CARVALHO, 1992). As alternativas para o futuro são escolhas que devem se dar fundamentalmente no campo da política. Onde, quer se queira ou não, as questões econômicas e ideológicas estarão sempre presentes, pois estão em jogo o regime de propriedade e as diferenças de classes entre a burguesia, o proletariado e os povos originários.

Desenvolvimento sustentável, com se observa, ainda e verdadeiramente, se constitui apenas em uma perspectiva teórica, uma meta a alcançar, que, dependendo das bases políticas, éticas e filosóficas - será de fundamental interesse para os desdobramentos da vida no planeta. O *Desenvolvimento Sustentável* é um desafio complexo, muito maior que o defendido pelas posições burguesas, sendo necessário para alcançá-lo outros padrões de relações humanas e com a natureza. E, ainda assim, sua operacionalização não será nada fácil, uma vez que envolve mudanças culturais arraigadas, padrões diversos de reprodução social, etc., e ainda se sabe que é impossível cessar o uso de energia e dos recursos naturais, estes últimos tendentes a finitude. Assim, para alcançar o desenvolvimento sustentável, deve haver grandes e profundas mudanças estruturais: no consumo, nos hábitos e relações entre as pessoas e o meio ambiente, além, obviamente, no sistema de funcionamento, regime e modelo político, de propriedade e base econômica - como se pode imaginar, a questão não é nada simples, pois isso envolve alcançá-lo desde as comunidades locais à grande “comunidade global”.

Impõem-se reflexões para além de investigações, tecnologias e políticas que venham superar as atuais e conservadoras práticas, precisam pela urgência e gravidade dos problemas e crises evidentes, ultrapassar as visões reformadoras, comuns às análises políticas no meio acadêmico em geral. Torna-se imperativo incluir nas investigações científicas, para além do econômico, os fenômenos relativos aos processos culturais e as relações socioambientais que os agricultores, os povos e populações rurais, florestais e urbanas vivenciam. Que se manifestam de diversos modos, em diferentes escalas, tempos e territórios. Na compreensão e

em acordo com o que Sawyer (1995) sugere: os problemas sociais e ambientais não seguem, necessariamente caminhos antagônicos, os objetivos sociais, culturais e ambientais podem e devem ser compatíveis e indissociáveis dos políticos. Até porque como salienta Pádua (2000), pelo simples fato do ser humano estar vivo, ativo e sempre impactando, isso implica que em longo prazo, a sustentabilidade é relativa, deve ser constituídas em uma escala de tempo e espaço, estes, definidos para cada grupo sociais nas mais diversas regiões do planeta. Seguir um movimento dinâmico sustentabilista - consciente ainda, que tudo isso envolve a dimensão política, o agir na esfera pública, pressupõe a participação e envolvimento social dos indivíduos e coletividades responsáveis pelas mudanças, aponte para rupturas com o modelo societal vigente – o problema está em ganhar e movê-los para essas propostas.

Contudo, no contexto dessa tese, se trabalha com a noção de **desenvolvimento sustentável** enquanto *modelo desenvolvimentista* baseado na obtenção de uma taxa global de desenvolvimento econômico entre as nações. Envolvendo profunda reparação nas distorções e desigualdades de acesso material, tecnológico e bem estar em geral entre os países e povos do mundo, onde os recursos econômicos, financeiros e tecnológicos devem estar combinados com a aplicação de estratégias para proteção e conservação ambiental. Além de garantias de qualidades sociais fundamentais de saúde, educação, habitação, alimentação, cultura e lazer. Sendo que todo planejamento de desenvolvimento precisaria levar em conta, simultaneamente, todas as dimensões que envolvem a sustentabilidade, o meio ambiente e a sociedade – local e globalmente, atingindo as esferas: *social, econômica, ecológica, cultural e política* (COSTA, 2006a). Seria necessário construir um programa de transição político, social e econômico global, que buscasse a curto, médio e longo prazos alcançar o conjunto da Terra:

Sustentabilidade social - pautada num processo de desenvolvimento que fosse orientado por outras relações sociais entre indivíduos e coletividades em distintas regiões do mundo. Noutro modelo de desenvolvimento e distribuição econômica e demográfica, distancionando as pressões por recursos, o problema da violência, da competição, etc., Subsidiado por outra visão do que seja uma sociedade boa, distinta do modelo societal instituído atualmente. A meta seria construir uma sociedade com maior equidade na distribuição de renda, bens e riqueza, de modo a suprimir o abismo entre os padrões de vida hoje existentes entre os ricos e os pobres; outro crescimento, subsidiado por outra forma de organizar a vida, a política e a economia, respeitando as especificidades de cada sociedade regional e ou local, entretanto conectadas à global, inscrita então, na *perspectiva socialista*.

Sustentabilidade econômica – Esta comportaria, no caso do campo, a avaliação da produção local de alimentos a partir de técnicas agroecológicas, serviços que criariam

diversidades e iniciativas de produções coletivas através de cooperativas e associações, visando alcançar a qualidade e quantidade de alimentos necessários para a população mundial. O financiamento agrícola deveria se fundamentar na perspectiva de cooperação, planejamento, criação de condições e sinergias integradas com outros setores da economia. Possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes e eficazes dos recursos e de fluxos constantes de investimentos conforme as necessidades das nações, povos e comunidades. Em todos os setores da economia, além da agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços em geral, a “eficiência econômica” neste projeto societal deveria ser alcançada e avaliada em termos macrosociais. Através do critério da rentabilidade de “caráter microeconômico”, porém muito distinto do modelo econômico da escola neoclássica - que privilegia a empresa individual e a competitividade entre os setores. Para isso deveria envolver o capital social instalado, individual e coletivo em determinada região, comunidade.

Sustentabilidade ecológica – Definida enquanto a capacidade de um ecossistema manter mais ou menos constante seu estado, função e vitalidade no tempo, levando em consideração evolução natural, volumes, taxas de mudanças e fluxos invariáveis ou flutuantes em torno de uma média com baixa oscilação energética total, desequilíbrio oscilante muito baixo. Na natureza, a sustentabilidade é alcançada de forma espontânea, quando um ecossistema atinge o estado maduro (ou clímax). Em condições de intervenção antrópica é alcançado a partir do *manejo de situações artificializadas* (ou de disclímax), em que se recompõe a arquitetura do sistema e se introduzem informações, matéria e energia para a manutenção de um *estado de permanência no tempo* que, no entanto, foge à noção de equilíbrio estático. A sustentabilidade ecológica, então deveria ser tratada como um todo, planetário, onde interagem a diversidade dos ecossistemas e elementos que compõem o conjunto da biota terrestre que sustenta a funcionalidade dos processos produtivos e reprodutivos do balanço energético total do globo, garantindo a manutenção da biorriqueza e biodiversidade, para as atuais e futuras formas de vida, populações, gerações, civilizações.

Sustentabilidade cultural – Incluiria alcançar, desenvolver e consolidar a conservação de raízes endógenas, locais, regionais e ou global de processos culturais tradicionais e ou modernos - conforme o caso, interesse e ou necessidade singular de cada local, região, país, e ou comunidade ou população em particular, respeitando suas demandas – em termos de tecnologia e inovação de seus sistemas e modos de vidas em distintas situações ou processos produtivos - agrícolas, extrativos e ou industriais. Estes poderiam ou deveriam ser integrados, em macroprocessos que buscassem mudanças, evolução dentro de uma continuidade cultural que se traduzisse no conceito normativo de *ecosociodesenvolvimento global* – gerando um

conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura, a sociedade particular e ao mesmo tempo para as áreas e ou regiões muito maiores - em um todo de processos dinâmicos de interculturalidades, desenvolvimento e solidariedade entre os povos do mundo.

Sustentabilidade política - Esta seria a experiência comunal e ou comunitária por excelência, verificada a partir das condições gerais da organização social das diversas sociedades ao redor do mundo, da participação política ativa dos indivíduos e coletividades, da supressão da sociedade de classes, das relações de poder opressiva e ou exploradora existentes na atualidade. Deveria acontecer em distintos locais, regiões, países e continentes. No centro estaria a verdadeira solidariedade humana, respeito mútuo, responsabilidade e participação efetiva na solução e resolução dos problemas uns dos outros - como ideário da busca de solução para os problemas surgidos, no sentido de atender de fato todos ou o máximo possível destes, em discussões e mútuos acordos entre as comunidades, regiões, países, continentes, o mundo como um todo. Observando o sentido e ou princípio da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça – todas condicionadas desde as relações entre indivíduos e coletividades, de uma população e ou povo em relação com outro/outros.

Evidentemente que esse programa esboçado anteriormente se encontra inscrito na necessidade de construí-lo no presente, mirando o futuro, em perspectiva socialista/comunista. Assim como é preciso chamar atenção mais uma vez para outro fato: num sentido profundo, não se pode falar a rigor em sustentabilidade, meio ambiente e sociedade, seja em termos globalista ou localista sem levar em consideração a diversidade dos espaços rurais, os campos, porque a sustentabilidade está intrinsecamente associada à totalidade, portanto é impossível alcançar a sustentabilidade efetiva e integral sem que esta esteja ligada e referenciada aos espaços urbanos, às cidades, que são no fundo os grandes sumidouros ou buracos de atração dos espaços rurais, dos campos e ou florestas do mundo. Pois é o urbano que constri os espaços florestais e agrários e onde a forma como a urbe se desenvolve movimenta seu entorno – então a sustentabilidade deve ser pensada, projetada, efetivada e consolidada em espaços múltiplos, complexos e interligados: nas cidades, nos campos e nas florestas.

Olhando para a realidade da América Latina, apenas com um exemplo, o problema habitacional, uma política coerente neste sentido, deve, imprescindivelmente, primar por mudanças efetivas na realidade dos assentamentos humanos dos países, onde favelas, palafitas, mocambos e cortiços fazem parte integrante da paisagem urbana e rural com muita evidência. Aliás, é produto generalizado no mundo depois desses trinta anos de políticas neoliberais, evidentemente radicalizado nos países e continentes mais pobres e dependentes como a África, a Ásia e a América Latina. No Fórum Internacional sobre Cidades, vinte anos

após a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, ou *Conferência de Vancouver* de 1975 (*Habitat I*) – onde se tratou essencialmente do tema habitação – que ocorreu, em 1996, a *Conferência de Istambul (Habitat II)*, estava imbuída de um processo de conscientização para a crescente problemática urbana e tinha ambições muito mais vastas de “negociação da própria sobrevivência da espécie humana”, mostrando muito incisivamente que há uma necessidade extrema de políticas que atendam as demandas urbanas das populações empobrecidas em todo o mundo⁶⁶. Que há uma necessidade imediata de envolver os sujeitos citadinos e camponeses entorno dessa problemática, e mais, sem que os sujeitos diretamente atingidos se apropriem desses conceitos sustentabilísticos e os operacionalizem em práticas correspondentes e liguem esses conhecimentos locais com as dinâmicas mais gerais da sociedade, da região, dos países e do mundo como um todo, é pouco provável que haja alguma alteração significativa nos rumos do desenvolvimento no quadro habitacional.

Saber é o primado, promove o fazer, o político. Sem que os sujeitos possam ser educados revolucionariamente para viver e compreender essas relações complexas do homem com a natureza total, reflitam e redimensionem, vejam suas relações e interações micro-macro e que devem superar sua condição de indivíduo e se entregar ao trabalho coletivo em busca da ***Sustentabilidade Efetiva***, é pouco provável que se possa superar as crises instaladas. Por isso aqui se prima pela visão complexa, globalista, estendendo a análise e interpretação das realidades desde a escala local até a global e centrada na questão política. Porque no mundo da alta modernidade o local e o global estão interconectados conforme já mencionado, pois são estes os espaços de fluxos, que ligam política, economia, sociedade, cultura, tecnologia e vida em diferentes velocidades, que aproximam e afastam pessoas, territórios, culturas, etc. onde é possível ver os saberes tradicionais dos povos originários da América Latina, acumulados por séculos, por exemplo, da agricultura camponesa e ou indígena, com base agroecológica associados a modernos processadores de informação conectados em rede mundial de computadores em um mesmo espaço-tempo. Essa é a essência da visão que se

⁶⁶ Sabe-se que ao subscrever normas em instrumentos internacionais e avaliar, em Declarações Intergovernamentais, princípios, diretrizes, metas e objetivos gerais, os países assumem compromissos internos éticos, políticos e jurídicos com sua população. Na ocasião da Habitat II, o Brasil engajou-se no sentido de prover e assegurar aos brasileiros mais carentes o direito básico à morada digna, condição indispensável para o progresso social e econômico e a salvaguarda ambiental de nossas cidades. O desafio maior consiste na concretização dessas recomendações e regras procedentes das Conferências ocorridas no âmbito da Organização das Nações Unidas e suas instituições especializadas, incorporando-as não só às legislações nacionais sob a forma de princípios norteadores e normas jurídicas, mas, sobretudo, aos hábitos e práticas sociais na forma de ações e decisões, de atitudes e comportamentos (WOLFF, 2004). O que se vê é um franco descumprimento desses acordos. Poderia ser diferente, levando em consideração as premissas básicas que sustenta a atual sociedade?

pretende desenvolver com o uso teórico-metodológico do conceito de ***Desenvolvimento Sustentável*** ou ***Sustentabilidade Efetiva***.

Tudo o que se tratou acima, tem relação objetiva com a política e as decisões políticas. Como se afirmou, ainda na introdução, o desenvolvimento das sociedades conforma um feixe de condicionantes das relações sociais de produção, realidades histórico-social derivados do sistema organizacional econômico, político e institucional, a partir da diferenciação de classes sociais e culturas distintas. E é em base nessa noção que se trava as disputas científico-teóricas, político-ideológicas com os autores, escolas de pensamento e setores conservadores e ou reformistas que estão no debate teórico e programático entorno dessa questão do desenvolvimento e da sustentabilidade civilizacional. Debate que se materializa no território, que é fundamentalmente espaços de conflitos sociais, políticos e ideológicos das diferentes abordagens sobre o desenvolvimento. Onde a ***abordagem territorial*** corrente na academia se assenta em três grandes pilares: *desenvolvimento produtivo*, *formação humana (redes sócio-produtivas)* e *governança (gestão participativa)*, quase sempre tratadas no campo do reformismo. Onde os formuladores dessas abordagens dizem que isso não significa que há uma hierarquização ou contradição da visão territorial. O que importa na definição de tomada de decisões das políticas públicas de um determinado Estado é considerar todas as visões a partir das variadas dimensões da sustentabilidade, visto que uma decisão tem impacto em todas as outras. Neste sentido o papel da economia, da política e da educação é estratégico no processo de construção do desenvolvimento sustentável. A pergunta é: *que isso tudo tem a ver com o poder, a manutenção do status quo da sociedade?* Sabe-se que tem tudo, e portanto, tem relação direta com o problema da propriedade materializada no território, da questão da política, da ideologia, da alienação e da participação ou não dos indivíduos e da coletividade, dos sujeitos políticos e sociais entorno da questão do poder, da percepção e luta radical revolucionária. É com esse espírito que se trata da questão, sem rodeios ou fugas cabalísticas.

Toda essa discussão inicial em torno do desenvolvimento sustentável se articulará no transcurso da tese às noções de ***Capital Social*** e ***Ação Coletiva***, como elemento importante no processo de construção de alternativas e ainda pelo entendimento de que não é possível alcançar uma sociedade sustentável sem que se tenha um elevado acúmulo, estoque de capital social revolucionário. Daí a importância de se promover aqui a articulação das noções fundamentais entre *desenvolvimento sustentável*, *capital social* e *ação coletiva*, para mais adiante poder se desenvolver e inter-relacionar formas mais completas e complexas desta proposição, em uma tentativa de trabalhar a integração das categorias e dimensões teórico-conceituais fundamentais à análise do objeto em questão. Pois se tem nitidez do escopo e

espaço de disputa teórica a se empreender, uma vez que se tem ciência que as saídas até agora propostas apenas e no máximo podem retardar a **crise total**, se isto continuar sendo possível. Pois os débeis avanços tecnológicos no sentido de garantir com que a economia e ecologia possam harmonizar-se, não eliminaram como se sabe, as principais contradições econômicas, sociais e ecológicas do sistema do capital e ainda não conseguiu e pouco provavelmente conseguirá dinamizar uma produção que incorpore de forma adequada as variáveis econômicas, ecológicas e sociais que sejam politicamente corretas, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Pois, como evidencia lucidamente Carvalho (1992, p.99):

Para uma economia que se baseou na expansão de fronteiras, onde sempre havia um novo território para explorar quando o antigo se esgotava, os limites são cada vez mais drásticos. Porém é sempre bom lembrar que a chamada “escassez” dos recursos não é um fato natural, resultado de ciclos biológicos inevitáveis. Ao contrário, decorre de um modelo de produção e organização social que se baseou no uso intensivo e predatório dos recursos naturais, acompanhado da concentração dos benefícios e distribuição dos prejuízos ambientais decorrentes desse tipo de exploração do meio ambiente. O que se abala é a crença na infinitude destes recursos. Face à possibilidade de seu esgotamento e das conseqüências desastrosas que isso pode acarretar, trata-se de estabelecer novas regras para a apropriação deste bem precioso. Mais do que conciliar dinâmicas diferentes como a economia das sociedades com os ciclos próprios da natureza e o desenvolvimento sustentável submete a natureza a lógica econômica. As regulações do mercado se expandem para uma nova “fronteira” antes não considerada como um valor, que é o meio chamado natural, cuja propriedade não era passível de apropriação privada: rios, mares, ar, florestas, etc. Ainda que dispositivos como a conversão da dívida dos países pobres em natureza, a penalização dos poluidores, a transferência de tecnologia limpas, o investimento na biotecnologia, entre outros, possam efetivamente contribuir para uma redução da degradação ambiental: é mais a proteção do mercado do que a conservação da natureza que move esta virada ecológica.

Portanto a disputa teórica, ideológica e programática avança no horizonte do século XXI, onde parece que os campos, as florestas, os mares e os oceanos guardam várias incógnitas, entre elas a seguinte: conseguirão resistir aos severos ataques à sua vida, seus ecossistemas e biomas, onde se encerram, em última instância toda a complexidade da vida e da produção de alimentos, base da sustentação do modelo e da civilização industrial? Ou então chegaremos a uma situação à qual chamo de **hecatombestagflação**? Ou seja, um momento em que haverá a *destruição ecológica em grandes proporções, acompanhada de uma gravíssima crise econômica geral*, com perdas para os ecossistemas e as sociedades, particularmente para as massas trabalhadoras⁶⁷. Com resultados graves, levando ao

⁶⁷ Na atual crise econômica e financeira mundial, em uma única semana de setembro de 2008, o FED (Banco Central dos Estados Unidos) liberou mais de US\$ 180 bilhões de dólares de linha de financiamentos, o Banco da Inglaterra liberou US\$ 45 bilhões e o Banco Central Europeu, mais US\$ 55 bilhões, assim como, também fizeram os Bancos Asiáticos e inclusive o BACEN do Brasil para salvar os capitalistas do sistema financeiro. As ações estatizantes do FED e demais bancos salvou temporariamente o sistema. Além, o FED, por exemplo, comprou 80% das ações da maior seguradora do mundo, a AIG, estadunidense, por nada menos que US\$ 85

descontrole ambiental, climático e inflacionário, com o aumento da já alarmante recessão e inflação (vide a alta mundial do preço dos alimentos), que *atingirá fortemente o poder aquisitivo e causará desemprego em altos níveis, ou seja, a pior situação imaginável do ponto de vista ecológico e econômico-social*. Onde se tem e se verá ainda mais acelerado a destruição ecológica, em um movimento progressivo com tendência à dilapidação mais veloz do conjunto da natureza e das relações socioeconômicas - um estado de crise muito profunda.

O movimento da realidade recente da sociedade capitalista e suas crises econômicas e ambientais, mostra nitidamente, um sinal de pisca-alerta para tal situação. Isso em um cenário em que a crise econômica de 2008 deve se arrastar por alguns anos, à semelhança da grande crise de 1929, que teve um efeito que se prolongou por quase duas décadas, até o final da Segunda Guerra Mundial. Às crises cíclicas do capitalismo pouco se pode dizer ou articular de novidades, em uma passagem de *O Capital*, Marx (1973) no vol. III, p. 248 exprime uma conclusão completa, cortante, de insuperável lucidez, quanto analisa os limites da reprodução do capital:

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital; é o fato de que, nela, são o capital e a sua própria valorização que constituem o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção é só produção para o capital e, inversamente, não são os meios de produção simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais tem de mover-se a conservação e a valorização do valor-capital, a qual descansa na expropriação e na depauperação das grandes massas de produtores, choquem constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir os seus fins e que tendem para o aumento ilimitado da produção, para a produção pela própria produção, para o desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho. O meio empregado - desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas - choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante, entre esta missão histórica e as condições sociais de produção próprias deste regime.

Quando a essas crises econômicas cíclicas se juntarem com a de cunho ecológico-ambiental, que não é cíclica, obviamente, por não ser socialmente controlada além de um

bilhões de dólares, pois consta que esta possui 74 milhões de clientes e está presentes em 103 países, que juntamente com os grandes bancos, e demais empresas imobiliárias e automobilísticas ao entrarem em falência poderiam levar a uma gravíssima depressão mundial. Somando tudo, a conta de uma única semana, só nos Estados Unidos e na Europa chegou a US\$ 514,5 bilhões de dólares. Mas não parou por aí, em três semanas a conta chegou em US\$ 1 trilhão, quanto o governo americano gastou na recuperação da seguradora AIG, do Banco Bear Stearns, entre outros. O Brasil entrou na corrida mundial para salvar da bancarrota o sistema, 300 bilhões de reais foi o que lhe tocou desde investimentos diretos à renúncia fiscal por parte do governo. No total, a crise torrou dos cofres públicos das nações, em apenas um ano, nada menos do que 25 trilhões de dólares. Estes foram os prejuízos que vão pesar, por longos anos, na vida de milhões de trabalhadores em todo o mundo, sobre os quais os resultados de mais uma crise capitalista recaiu e se arrastará, mas fizeram a alegria de alguns dos maiores banqueiros globais e dos empresários dos setores imobiliário e automobilístico - que estão nas mãos de duas ou três dezenas de burgueses bilionários.

limite mínimo, pois segue os padrões e processos das interações ecológicas da sociedade com a natureza e os efeitos ambientais-climáticos correspondentes, que em última instância é decidida pelas interações ecológicas-climáticas-ecossistêmicas, o problema se tornará infinitamente mais grave. O *Relatório de desenvolvimento humano* 2007/2008 PNUD/ONU, *O Relatórios sobre mudanças climáticas* do IPCC/ONU (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas Globais, 2008), juntamente com os dados mais recentes da grande crise econômica de 2008, quando relacionados evidenciam a completa insustentabilidade do modo de produção, o regime e o sistema capitalista imposto pela burguesia. Somados aos resultados da crescente crise ecológica aumenta o nível de destruição da natureza, dos estoques e dos ecossistemas, etc. Assim, a crise econômica, faz entrar em colapso o espaço de reprodução da força de trabalho que junto com a crise ecológica eleva o grau co-relacionado da clivagem das crises, podendo sim no futuro levar à *hecatombestagflação*.

Mas esta condição de *hecatombestagflação* - a princípio um neologismo que este autor constrói aqui, adiante será mais bem tratado – não quer dizer que aparentemente faz alusão à realidades possíveis, mas ainda distantes. Hoje, ainda se pode duvidar, mas não parece irreal quando se detém um olhar mais atento sobre a alta modernidade, sua caracterização, análise e reflexão e se acompanha, filtra criticamente, os fenômenos, os exemplos concretos do mundo. Então se poderia interrogar se já não vem ocorrendo ou se manifestando em algum grau, esta situação? Pois como lembra Capra (1995, p. 21-22, grifo nosso), a par das patologias sociais, econômicas e ambientais desta era histórica que se vive:

Temos presenciado anomalias econômicas que parecem confundir nossos principais economistas e políticos. Inflação galopante, desemprego maciço e uma distribuição grosseiramente desigual da renda e da riqueza passou a ser características estruturais da maioria das economias nacionais. A consternação e o desalento resultantes disso são agravados pela percepção de que a energia e nossos recursos naturais - os ingredientes básicos de toda atividade industrial - estão sendo rapidamente esgotados. Em face dessa tríplice ameaça de **esgotamento energético, inflação e desemprego**, os políticos já não sabem para onde se voltar a fim de minimizar o perigo. Eles, e os meios de comunicação de massa argumentam a respeito de prioridades - devemos tratar primeiro a crise energética ou combater a inflação? – sem se perceberem que ambos os problemas, assim como todos os outros, são apenas facetas diferentes de uma só crise.

Não é propriamente uma novidade a constatação de que há em curso uma crise global sem precedentes na história da civilização, que atinge todos os continente e sociedades envolvidas pelo padrão civilizatório que a burguesia impôs através de seu sistema econômico e regime político (das quais as guerras do Iraque e do Afeganistão e as constantes vigilâncias sobre o Oriente Médio e a América Latina, por parte do imperialismo estadunidense, são apenas uma das formas de intervenção e controle, entre outras, das reservas fósseis e demais recursos). Reduzindo a margem de escape, diminuindo claramente o grau de liberdade para

que saídas sustentáveis, efetivas, concretas, que poderiam ser implementadas por dentro do sistema - como é o caso da *agroecologia nos campos* ou das *cidades sustentáveis* ou do *desenvolvimento sustentável global* – não passam de alternativas irreais, “blindadas” pelo sistema hegemônico do próprio capital. Mészáros (2002, p. 95), diz que o passado, até algumas décadas, foi possível extrair concessões aparentemente significativas, onde o capital teve condições de conceder algum ganho aos trabalhadores, mas que ao final serviu mesmo ao próprio capital e foram assimilados pelo conjunto do sistema e integrados a ele, resultando em autovantagem produtiva (período da política Keynesiana). Portanto não foi uma saída para os oprimidos e explorados, o proletariado. Ainda Mészáros (2002, p. 95, grifo nosso), complementa:

Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais, com alguma esperança de êxito implica a necessidade de **desafiar o sistema do capital como tal**, pois em nossa época histórica, quando a auto - expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco da dívida ‘crescendo para fora dele’) o sistema de capital global **é obrigado** a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais.

Daí se vê pertinência na afirmação de Antunes (2002, p. 18, grifo nosso) quando diz que o capital vive às voltas com seu próprio dilema:

Expansionista, destrutivo e **no limite incontrollável** o capital assume cada vez mais a forma de **uma crise endêmica, como um depressed continuum**, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma ‘crise estrutural cada vez mais profunda’, ao contrário de sua conformação anterior, cíclica, que alterna fases de desenvolvimento produtivo com momentos de ‘tempestades’.

Aliado à crise econômica, estão as sociais e ambientais como se tem evidenciado. No mundo inteiro crescem velozmente os efeitos negativos associados ao padrão civilizatório do capitalismo. Neste sentido o relatório da ONU ainda do ano de 2002, divulgado como subsídio para a reunião de Johannesburg (a chamada Rio + 10 ocorrida em agosto daquele ano), trazia alguns itens relativos ao “desenvolvimento da economia” na última década do milênio passado.⁶⁸ Teich (2002, p. 82-87) apresenta um resumo deste relatório mostrando os efeitos deletérios do sistema capitalista sobre a vida do planeta:

A escassez de água potável atinge 2 bilhões de pessoas. Nesse ritmo dentro de 25 anos serão 4 bilhões; além do que água contaminada pelo descaso ambiental mata

⁶⁸No *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial* do BIRD (2003), consta que 2,8 bilhões de pessoas no mundo, há quase uma década ganhavam menos de dois dólares por dia. Isto representava quase a metade da população mundial à época, hoje estimada em 6,8 bilhões de habitantes. Por mais ultrapassados que os dados referentes sejam (2003), ao serem comparados aos do ano de 1993 atestam que 1% das pessoas mais ricas do mundo tem hoje o mesmo rendimento dos 57% mais pobres. No país mais poderoso do mundo, os EUA, os 10% mais ricos ganham igual aos 43% mais pobres do mundo. Ou seja, o rendimento dos 25 milhões de americanos mais ricos é igual ao dos 2 bilhões mais pobres do planeta.

2,2 milhões de pessoas por ano. Uma pressão desabusada é exercida sobre os ecossistemas de água doce, que tem sido destruídos pela poluição e pelo uso descontrolado [...]. Estima-se que 30% das bacias hidrográficas perderam mais da metade de cobertura vegetal, reduzindo a qualidade de água e aumentando os riscos de enchentes. Cerca de 40% da população do planeta vive em regiões com escassez de água potável, o que limita o desenvolvimento econômico, a agricultura e os cuidados sanitários [...].

Segue o relatório da ONU (ONU apud TEICH, 2002, p. 82-87), ainda sobre dez anos atrás:

O efeito mais terrificante por suas implicações no cotidiano das pessoas, talvez seja o aumento da temperatura e a década de 90 foi a mais quente desde que se fizeram as primeiras mediações, no fim do século XIX e em decorrência do aquecimento global houve um notável derretimento nos pólos e o aumento de 10 centímetros do nível do mar e isso em apenas um século e a espessura do gelo no Oceano Ártico ficou 40% menor nos últimos 40 anos [...]. Assim como aumentou o volume das chuvas no hemisfério Norte, com mais tempestades e enchentes, as secas tornaram-se mais freqüentes e intensas na África e na Ásia [...] onde 3 milhões de mortes são causadas anualmente pela poluição através das emissões de carbono, o principal poluidor do ar, que aumentou em 10% desde 1991 [...]. Assim como 30 bilhões de toneladas de lixo são despejadas anualmente no meio ambiente [...]. São produzidos por ano 80 milhões de toneladas de plástico, material que não se decompõe na natureza (há cinquenta anos não chegava a 5 milhões de toneladas [...]. Bem como 90 milhões de hectares de floresta foram destruídos nos anos 90 em todo o mundo (onde um em cada 4 hectares desmatados estava na Amazônia brasileira) [...] E cerca de pelo menos 20% por cento das 10. 000 espécies conhecidas de organismos aquáticos já foram ou estão sob ameaça de extinção [...]. E 10% das espécies de árvores conhecidas correm risco de extinção, assim como 34% das espécies de peixes, 25% dos mamíferos e 11% de pássaros e dos grandes primatas. Nossos primos na cadeia de evolução, estão em extinção...

A World Water Week de junho de 2007 aponta que daqui a cem anos, a temperatura da Terra deverá estar entre 2°C e 4,5°C mais alta. Com base nesses dados, as previsões mostram que, até 2100, os níveis dos oceanos devem subir de 110 a 770 mm, o que trará repercussões drásticas na produção de alimentos e afetará as reservas de água potável. Além disso, a camada de ozônio virá certamente a se reduzir ainda mais. Haverá furacões e catástrofes climáticas em numero bem maior, e surtos de doenças como malária e dengue (BLANC, 2007, p. 58). Estes dados e os que mais adiante serão fartamente apresentados - registrando que são muito mais atuais e contundentes - como os dos *Relatórios sobre Mudanças Climáticas* do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas Globais) e *Planeta Vivo* (Relatório bianual do - Fundo Mundial para a Conservação da Natureza - WWF), ambos são de 2008, mais os da crise econômica desde setembro de 2008,

juntos, compõem elementos fundamentais que, diante da crise ecológica e econômica⁶⁹ global levam a refletir sobre a possibilidade real de uma *hecatombestagflação*, ao se avançar ainda mais conforme o padrão civilizatório imposto pela burguesia. Ainda se voltará recursivamente nesta questão. Apenas aqui é preciso registrar que, quando a problemática do desenvolvimento não passava de moda e tudo era dado como certo, as ideologias do “fim” pareciam triunfar, o debate do desenvolvimento perdia seu status acadêmico, agora é cada vez explícita a necessidade de sua retomada e não mais deixá-lo marginal, como pouco tempo atrás se reclamava pelas múltiplas razões de seu arrefecimento, como evidenciava Sachs (2005, p.10-11):

A teologia do mercado, que faz hoje a cabeça de muito economistas, torna redundante o conceito de desenvolvimento; por sua vez, os adeptos da teologia profunda teimam em considerar o crescimento econômico como um mau absoluto, quaisquer que sejam as suas modalidades e os usos sociais do seu produto; por fim existem os desencantos do desenvolvimento, que apontam o fracasso bastante geral das políticas que se reclamavam do desenvolvimento para justificar o abandono puro e simples do conceito do desenvolvimento, visto por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países periféricos. Esse fracasso é indiscutível, mas como avaliá-lo sem lançar mão do conceito normativo de desenvolvimento ou, ainda melhor, sem recorrer ao par desenvolvimento/mau-desenvolvimento que configura um contínuo de situações possíveis? Sobretudo, como definir políticas de saída do mau-desenvolvimento reinante na ausência de um projeto de desenvolvimento visionário e exequível?

É preciso observar que Sachs (2005) falava há apenas alguns anos atrás, agora com a nova grande crise mundial do capital, a de 2008 que levou os Estados Unidos e os principais países do centro do sistema imperialista a graves problemas de ordem sociais, financeiras e econômicas, portanto estrutural, que promoveu uma gigante destruição de forças produtivas e ainda vai muito além nos próximos anos. Recoloca-se a dimensão e importância da discussão do desenvolvimento, e não só, mas de desenvolvimento que seja de fato sustentável e ou da *Sustentabilidade Efetiva*.

⁶⁹ Segundo o *Relatório mundial sobre salários 2008/2009 da OIT/ONU*, divulgado em novembro em Genebra, o salário real de milhões de trabalhadores foi reduzido em 2009 depois de uma década na qual ficaram atrás do crescimento econômico mundial. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que a crise econômica mundial ocasionará dolorosas reduções no salário real dos trabalhadores do mundo nos próximos anos: “Para 1,5 bilhões de trabalhadores assalariados no mundo, avizinham-se momentos difíceis”, disse o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia. “O crescimento econômico lento ou negativo, junto com os preços muito instáveis dos alimentos e da energia, erodiram o salário real de muitos trabalhadores, em particulares nos lares pobres e de baixa renda. As classes médias também serão gravemente afetadas”. O estudo adverte que provavelmente se intensificarão as tensões relacionadas com salários. Depois de considerar as mais recentes estimativas de crescimento do FMI, a OIT estima que os salários reais cresceriam no máximo 1,1% em todo o ano de 2009, comparado com 1,7% de 2008, mas é possível que os salários diminuam em um vasto número de países, incluindo as maiores economias.

2.4 SOBRE O CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA

Esta secção tem o propósito de sinteticamente apresentar alguns elementos introdutórios acerca do **Capital Social**⁷⁰ e da **Ação Coletiva**. Pretende-se ainda fazer algumas contribuições ao seu acúmulo teórico. Inicialmente é preciso registrar que Capital Social não é um conceito propriamente novo, a idéia que *envolvimento* e *participação* em grupos podem trazer conseqüências positivas individuais e coletivas já estava presente em autores clássicos como David Hume (1711-1776), em sua obra *Tratado da natureza humana* de 1739, e em *Investigação sobre o entendimento humano* de 1748; Émile Durkheim (1858-1917), trata de ações coletivas em *Da divisão do trabalho social*, de 1893 e em *A educação moral*, de 1902; Alexis Tocqueville (1805-1859), em sua obra *Democracia na América* de 1835, e em *De La démocratie* de 1840, chama atenção para a importância dos princípios motivadores coletivos para o bom funcionamento da *Democracia na América*, entre outros. Para Tocqueville, a sociedade funcionava bem, porque estava presente a alta capacidade dos cidadãos norte-americanos de se envolverem, participarem de associações diversas (TOCQUEVILLE, 1977). Mas o conceito tomou a forma e relevância atual graças aos trabalhos de autores da década de 1960 em diante, como George Homans (1910-1989), que em *Social Behaviour: its elementary forms* de 1961 ; assim como Peter Blau (1918-2002), em *A theory of social integration* de 1960 e *Exchange and Power in Social Life* de 1964; James Coleman (1926-1995), em *The Mathematics of Collective Action*, 1973 e *Foundations of Social Theory* de 1990; Pierre Bourdieu (1930-2002), em *La Distinction* de 1979 e *Le Sens Pratique* de 1980, e mais recentemente Robert Putnam em *Comunidade e Democracia*, de 1994 entre outros contribuíram para sua popularização. Daí em diante, Capital Social ganhou estatuto de primeira grandeza nas ciências sociais, muito em função do que Santos, B. (1989, p. 139) afirma: *as condições teóricas do trabalho científico (modelos teóricos, metodológicos e conceituais) não só evoluem historicamente, como a sua aceitação e modo de aplicação num certo momento depende do grupo de cientistas com mais autoridade no seio da comunidade*

⁷⁰ A primeira utilização conhecida e ou reconhecida do conceito é L. J. Hanifan dos EUA quando em 1916 usou o termo para evidenciar a importância do envolvimento da comunidade no sucesso escolar. Hanifan precisou que o “capital social” seria a razão positiva por trás do desempenho dos educandos e das escolas melhor conceituadas. No entanto, John Dewey (1859 - 1952), pode ter feito a primeira indicação mais direta desde a visão do *mainstream* da utilização de Capital Social em obras como *Escola e Sociedade* (1899), *Como Pensamos* (1910), *Democracia e Educação* (1916), *Experiência e Natureza* (1925), embora ele não ofereça exatamente uma definição mais completa e complexa, de Capital Social, a idéia estava presente em suas formulações: *crescimento*, *capacidade* e *potencialidade* eram elementos fundamentais em sua pedagogia e para o sucesso pessoal. Conceituando educação, por exemplo ele diz que esta é um “processo de reconstrução, de reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras”(DEWEY, 1959, p. 8).

científica. Que promovem o debate e afinam estes conceitos, teorias, discussões mais amplamente. Neste sentido aqui também se quer entrar no debate e atualizar sua interpretação.

A análise de fundo que se quer estabelecer e o seu entendimento geral que se ligam ao problema da reprodução sociometabólica do *Desenvolvimento Sustentável*, da *Sustentabilidade Efetiva*, da *Revolução Socioambiental* e da *Revolução Socialista*, em nossa visão, passa pela condição de garantir a produção e o aumento de *Capital Social* e *Ação Coletiva* entre os sujeitos revolucionários, os proletários e os povos subalternizados, em favor de seus interesses coletivos. Por isso aqui as noções e ou conceitos de Capital Social e Ação Coletiva, são classificados, caracterizados e relativizados, em nova interpretação, porque para este autor se distinguem em capital social *conservador*, *reformista* e *revolucionário*, por estarem associados e representarem distintos interesses políticos numa sociedade de classes.

Araújo (2006) salienta que a Ação Coletiva, por exemplo, implica enfrentamento e defesa de interesses com direcionamento para ampliá-los do nível individual ao coletivo, portanto do *self reator* ao sujeito como ator, que guardam distintos interesses. Isso se expressa, no que Olson (1999, p. 158), registra como sendo “alto grau de organização dos interesses empresariais”, evidenciando o poder dos interesses da “comunidade empresarial”, um “grupo restrito” com “interesses especiais”, enquanto por outro lado há uma extensa comunidade do “grupo ocupacional” envolvendo bilhões de trabalhadores em todo mundo. As classes sobrepõem os indivíduos, que são a unidade dos grupos. A assimetria de forças sociais caracteriza padrões da ação coletiva diferenciada ao proceder a inversão dos interesses individuais e/ou sociais em movimentos de grande amplitude (por exemplo, o interesse global do imperialismo). Portanto, a ação coletiva pode dispor de natureza agregacional contestatória; criar um espaço político propriamente dito, dada a conjunção de forças sociais e políticas, geralmente em conflito, em disputa entre as distintas classes e seus interesses. Essa breve conceituação de ação coletiva remete à sua existência polêmica na importância das relações sociais nos processos de desenvolvimento, conferindo habilidades que os atores e ou sujeitos individuais e coletivos desenvolvem para garantir benefícios através de associação em redes de relações sociais ou outras estruturas sociais (COLEMAN, 1998 falta referencia; PUTNAM, 1993; PORTES, 1998; ARAÚJO, 2006).

Ao longo dos últimos anos, o conceito se tornou muito difundido entre sociólogos, cientistas sociais e profissionais ligados às áreas de desenvolvimento, impulsionado pelos escritos de James Samuel Coleman (1926-1995) entre outros teóricos. Estes conceitos podem ser agrupados em duas grandes correntes, uma focada nas relações que um ator mantém com outro(s) ator(es) e outra focada nas relações internas e externas de uma organização (ADLER,

1999). A primeira categoria, mais comum entre sociólogos, salienta a idéia de que as ações dos indivíduos podem ser fortemente acrescida através da sua participação em redes sociais, especificamente através das interações diretas e indiretas com os outros atores desta rede que atuam em um mesmo propósito (ADLER, 1999). Nesta concepção, Capital Social está relacionado aos recursos e benefícios potenciais que um ator tem, por possuir ou participar de uma rede sólida e durável de relações pessoais (BOURDIEU, 1985; COLEMAN 1988, PORTES 1998).

Em contraste com essa visão mais individualizada sobre Capital Social, outros autores entendem o conceito como parte significativa das relações e laços internos que caracterizam as bases da **Ação Coletiva** e lhe garante a coesão necessária para atingir os resultados esperados (FUKUYAMA, 1995; PUTNAM, 1993; LOCKE, 1995; WOOLCOCK 1998). Esta se trata da formulação teórica mais adequada para a análise de grupos sociais, que tem em sua ação recursos naturais coletivos e ou políticas coletivistas, como é o caso de organismos gestores de recursos hídricos, florestais, extrativismo em áreas coletivas, organizações sindicais e partidárias, etc. A idéia por trás desta concepção supõe que estar articulado por meio de redes sociais representa um ganho não somente ao indivíduo, mas ao grupo social como um todo. Nessa perspectiva, o Capital Social é visto como um bem social, resultante das conexões e acesso dos atores sociais aos recursos existentes nas redes ou grupos dos quais fazem parte seus membros (LIN, 2001).

Entretanto, Capital Social e Ação Coletiva são conceitos que envolvem o problema da ideologização e, da divisão da sociedade de classes, portanto de seus usos direcionados para a manutenção, reprodução e conservação por um lado, do que se chama aqui de *Capital Social e ou Ação Coletiva Conservadora*, visando prolongar o *status quo* da sociedade e do modelo liberal e ou neoliberal, mais adotado pelas associações e redes patronais (econômicas, políticas, culturais, etc. refletindo o “alto grau de organização dos interesses empresariais”); o *Capital Social e ou Ação Coletiva Reformista*, que no máximo busca reformular as instituições e o modelo político e econômico vigente, através de processos políticos, culturais e medidas sociais e econômicas “humanizadoras”, “civilizadoras”, “democratizantes”, abraçadas pelas agências, ONG’S, sindicatos, associações e partidos reformadores através de políticas que implementam ações coletivas de “economia solidária”, “banco do povo”, “orçamento participativo”, etc.; o *Capital Social e ou Ação Coletiva Revolucionária*, intenta alcançar a derrubada geral do sistema do capital, o domínio burguês da sociedade via políticas de organizações classistas, movimentos populares, partidos revolucionários, etc., em ação

coletiva de mobilização e luta contra os seus exploradores e opressores, tendo a consciência da necessidade de ruptura com o capitalismo e construção do socialismo, da revolução social.

Aqui se tem a intenção de contribuir com este último, discutindo-os enquanto *Capital Social Revolucionário* e *Ação Coletiva Revolucionária*, formulações deste autor - que caracteriza empiricamente enquanto ***Capital Social Revolucionário*** e ***Ação Coletiva Revolucionária*** o surgimento, ressurgimento e ou constituição de ações materializadas em *Conselhos Populares*, *Cordões de Operários*, *Ligas Camponesas*, *Coordenações de Lutas*, etc., ou outros órgãos unitários das massas operárias, camponesas e populares em luta social. Expressam ainda a democracia direita construída pela mobilização, e em muitos lugares do mundo não nasceram da vontade ou projeto político dos socialistas, mas da necessidade de mobilização social das próprias massas como lembra Valério Arcary (2004, p. 108), que desde a experiência pioneira da *Comuna de Paris*, em 1871, passando pelo *Soviete de São Petersburgo em 1905*, o que definiu as experiências de poder popular foi a emergência das necessidades colocadas pela luta de classes, pela força espontânea das próprias massas.

Neste marco se compreende que há uma tendência espontânea à formação do poder popular, isto pode ser interpretado como uma forma radical de *Ação Coletiva Revolucionária* e *Capital Social Revolucionário*, que aparece mais recentemente como uma tendência verificada na América Latina nos últimos anos, ou décadas⁷¹. Por exemplo, o Movimento Zapatista, do México, que literalmente possui o domínio e promove a auto-gestão de um território próprio, particularmente das províncias de Oaxaca e Chiapas; a CONAIE,

⁷¹ A América Latina contemporânea tem sido o cenário para a emergência e multiplicação de movimentos sociais cidadãos e camponeses ao longo das últimas décadas. Por vezes eles parecem tomar um cunho quase insurrecional, em alguns países, em outros momentos tal processo se conecta a mudanças mais amplas no sistema político, nas correlações de forças, etc., contudo são muitos e complexos, que vão desde os movimentos democráticos e por direitos humanos que possuem força, sobretudo, na Argentina e no Chile – onde o peso das sanguinárias ditaduras dos anos 1970-80 ainda se faz sentir, inclusive com inúmeros seqüestros de testemunhas em processos contra assassinos e torturadores como indica Garretón (2003) até o movimento ambientalista – especialmente no Brasil e no México – mas declinou após a institucionalização formal do tema e a substituição do movimento enquanto tal, por grupos profissionais, de pressão e por organizações não governamentais (ONGs) (DOMINGUES e PONTUAL, 2007) no entanto um novo ambientalismo, parece estar surgindo, seja nesses países, motivado pela crise ambiental global que desaba sobre o planeta e a humanidade, seja em outros, como na Argentina, onde nunca chegou a ter maior expressão (SVAMPA, 2005) ; movimento indígena, onde o mais surpreendente no entanto é o que se poderia considerar uma “reterritorialização” da América Latina – Movimento de índios ressurgidos, etc. Isso é verdade particularmente na região andina e na América Central (na Guatemala e no México), mas também ocorre por toda parte, inclusive no Brasil. Quéchuas, aymaras, mapuches, indígenas de Chiapas, Sonora e Yucatán, Caiapós, Mundurucus, Terenas, Gaviões, etc., estes parecem haver redescoberto serem “índios” – ou “povos originários”, como preferem muitos; além de movimentos camponeses como o MST no Brasil e no Paraguai; e ainda dos conhecidos na Argentina como Movimento dos Piqueteros, e também as marchas de coccaleros na Bolívia e de greves recentes em vários países da América Latina que incluem em particular o bloqueio de estradas (DOMINGUES, 2007). As ações desses movimentos são cada vez mais radicalizadas e tendem a se enfrentar mais cedo ou mais tarde com os governos “democráticos” que ajudaram a eleger, em um fenômeno que Arcary (2004), observou: estes são inéditos na história, pois geralmente se enfrentavam com governos de extrema direita, militares, etc, não com governos eleitos por partidos de esquerda.

Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, órgão unificador das massas indígenas e camponesas andinas, que durante a insurreição de janeiro de 2000, se mostrou como um campo fértil de *Capital Social Revolucionário*. Pode-se citar o caso da “Guerra da Água”, como foi chamado pela mídia o caso do surgimento de uma forte luta coletiva em abril de 2000, por parte dos habitantes de Cochabamba na Bolívia, que reunidos na *Coordenação da Água*, órgão deliberador espontâneo coletivo, se organizaram e rebelaram-se contra a empresa Águas del Tunari (filial da transnacional Betchel), que gerava a água potável de Cochabamba e aplicava uma tarifa usurária sobre o povo. Ali o *Capital Social Revolucionário* cresceu e venceu. as *Assembléias Populares* e nos *Movimentos Piqueteiros* durante a Revolução Argentina de 2001, onde se evidenciou elementos de *Capital Social e Ação Coletiva Revolucionárias*. O mesmo se pode dizer do resurgimento da Central Operária Boliviana (COB), que durante a greve geral, de conteúdo revolucionário, em outubro de 2003, ameaçou os interesses da burguesia naquele país andino.

Muitos são os exemplos de organizações e organismos de lutas revolucionárias, que embrionariamente passam a assumir novas funções políticas e adquirem cada vez novos conteúdos sociais na América Latina, e podem em um momento ou outro no presente e ou no futuro vir constituir organismos nacionais e ou internacionais de duplo poder, entidades pluriétnicas, classistas, populares como as surgidas no subcontinente - um exemplo é a - Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), entidade que se formou no Brasil⁷² tem se mobilizado e enfrentado o governo e as políticas neoliberais que implementam as reformas (trabalhista, sindical, educacional, previdenciária, etc.), bem em campanhas salariais de várias categorias de trabalhadores privados e públicos, assim como contra as privatizações (de bacias petrolíferas e estatais), são exemplos de surgimento e aglutinação de entidades que formam

⁷² Em 2004 foi o ano de nascimento da CONLUTAS, em 2005 o período em que ela ganhou corpo e começou a ser vista pelos trabalhadores brasileiros como uma alternativa de central sindical mais concreta. Muitos sindicatos começaram a romper com a CUT e aderiram à CONLUTAS, justo porque a CUT transformou-se em uma colateral ou ministério do governo Lula, desgastando-se ainda mais e aumentando o grau de ruptura nas bases. Nesse período, as oposições e sindicatos que passaram por rupturas também discutiram (e ainda estão discutindo) uma nova organização de massas e de lutas contra a burguesia e o governo. A greve do funcionalismo público contra a reforma da Previdência em 2003 foi o ingrediente inicial para um processo de rupturas e reorganização que desencadearia o surgimento da CONLUTAS. O passo seguinte foi a luta contra a reforma Sindical e Trabalhista, que em 2004 aglutinou entidades e ativistas de todo o país no Encontro Nacional Sindical, em Luziânia (GO). O encontro ocorreu em março e reuniu cerca de 1.800 pessoas de 181 entidades e oposições. Depois de um movimento que uniu os elementos necessários para se construir essa alternativa, a CONLUTAS cresceu e se fortalece em 2005. No Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Coordenação realiza seu I Encontro Nacional, com a participação de 1.500 ativistas. O encontro debateu a necessidade da Conlutas se transformar numa organização nacional que aglutinasse os vários segmentos dos movimentos sociais como o sindical, popular, camponês e estudantil. Um segundo encontro, em 2006, atravessado pela campanha contra a reforma Sindical e Trabalhista se intensificou desde então e o governo e a CUT perderam força sobre o tema. Está em curso um processo de reunificação do movimento sindical, entre a CONLUTAS e a INTERSINDICAL.

Ações Coletivas Revolucionárias e lutam contra governos de Frente Popular na América Latina - que caracterizam o surgimento do *Capital Social Revolucionário* e vêm ganhando mais força, tendendo esses movimentos e lutas sociais a crescer e se radicalizar ainda mais.

Recentemente, há uma crescente disposição em incorporar a noção de capital social entre autores materialistas, pois estes vêm reconhecendo que fatores de origem social, cultural ou mesmo psicológica contribuem para resultados maiores e melhores do que a soma das suas partes, e que causas não-materiais exercem efeitos materiais significativos em processos políticos e sociais (UPHOFF, 2000). O que demonstra que o Capital Social e a Ação Coletiva podem contribuir para a luta revolucionária, uma vez que são fundamentalmente o sentido de auto-gestão, apoio e solidariedade intra-classe, comunidades e povos oprimidos e explorados local e globalmente, em “auxílio mútuo”, por meio de redes, que estes podem lidar melhor com os problemas e lutar mais unidos contra os inimigos - assim, se pode vislumbrar por esse movimento o crescimento da idéia de ruptura, de novas lutas sociais e aglutinação de setores do proletariado junto com outros movimentos, em nova dinâmica que possa contribuir para elevar a consciência social, classista, e estimular o projeto estratégico da revolução socialista.

Mas se pode perguntar, mesmo assim: de fato que importância tem Capital Social e Ação Coletiva para a Revolução Socialista e ou a Revolução Socioambiental? Pode-se dizer que inúmeras experiências práticas em todo o mundo já demonstraram que não considerar a dimensão social nos processos de desenvolvimento, como normas, costumes, cultura, valores, participação, mobilização, motivação ou solidariedade e especificidades culturais de toda ordem que ocorrem entre povos, levaram a resultados pouco desejáveis ou até mesmo a enormes fracassos sociais, políticos, econômicos, ambientais. Desta forma, é importante para a análise da Alta Modernidade, desde a perspectiva socialista, aprofundar a compreensão sobre o que é Capital Social e a Ação Coletiva, uma vez que a maioria das formulações sobre esse conceito têm se restringido mais a exemplificações aos seus efeitos do que à construção de um aparato conceitual consistente (UPHOFF, 2000). E muito menos ainda isso ocorre em abundância entre autores marxista, portanto, o estudo da Ação Coletiva e do Capital Social no âmbito deste trabalho, tem o claro objetivo de torná-lo mais próximo do campo teórico da tradição socialista, resgatando e ou lembrando inclusive que esse debate que hoje se dá o nome de Capital Social e ou Ação Coletiva já estava muito antes presente nos clássicos do movimento revolucionário marxista e anarquista, como se pode verificar nos escritos desde seus fundadores Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895) no *Manifesto Comunista*, de 1848, quando surge a famosa consígnia: “*Proletários do mundo, uni-vos!*”, como nas obras dos mutualistas, entre eles Pierre-Joseph Proudhon (1809 - 1865), em *Qu'est-*

ce que la propriété?, de 1840, obra onde já afirmava que “*la propriété c'est le vol*” (a propriedade é o roubo) e que portanto os trabalhadores deveriam em conjunto retomá-la para si, e usufruí-la por serem os reais produtores.

Ainda se pode ver elementos de Ação Coletiva e Capital Social nitidamente em Piotr Kropotkin (1842 - 1921), que se debruçou no estudo e debate do mutualismo, particularmente em *Auxílio mútuo: fator de evolução*, de 1907, onde demonstra a tendência de cooperação e de solidariedade que existem tanto entre os animais, quanto entre os diversos grupos humanos e na obra *O Protesto* de 1899, onde afirma: “*A expropriação é uma necessidade*” que as classes trabalhadoras têm de empreender contra a burguesia para de fato viverem sem a sua exploração. Todos esses clássicos tinham em comum o pensamento revolucionário-comunista, que Kropotkin sintetizou em sua obra “auxílio mútuo”, inspirado por observações do mundo real, e em especial tiradas de suas experiências na Sibéria, e em outras regiões do mundo onde verificou, como geógrafo atento, que grupos tribais viviam de acordo com os princípios comuns de cooperação, reciprocidade e solidariedade, onde o princípio da hierarquia era um desenvolvimento patológico recente da história do homem. Não sendo, portanto, a competição e o individualismo, fatores responsáveis pelo desenvolvimento da humanidade em relação às questões sociais, culturais, científicas e ou tecnológicas. Na realidade, estes fatores foram determinados pela cooperação, solidariedade e mutualismo, que sempre estiveram presentes nos momentos onde se evidenciaram estes processos de desenvolvimento⁷³.

Neste marco se pode entender que todas as formas de Capital Social podem ser compreendidas como bens coletivos de diversas naturezas que exercem a função de produzir benefícios materiais e imateriais. Esses benefícios tornarão o processo produtivo futuro mais eficiente, efetivo, inovador, ou simplesmente maior e melhor, caso sejam mutualmente concebidos, realizados e gerenciados. Podemos então definir **Capital Social** como o conjunto

⁷³ No campo científico e tecnológico há, por exemplo, o *Projeto Genoma Humano* e o *Projeto de Aceleração de Partículas*, o LHC (Grande Colisor de Hádrons, na sigla inglesa) os quais envolveram a cooperação institucional de vários países e cientistas do mundo. O *Projeto Genoma Humano* é um empreendimento internacional, iniciado formalmente em 1990 foi projetado para durar 15 anos, com os seguintes objetivos: identificar e fazer o mapeamento dos cerca de 80 mil genes que se calculava existirem no DNA das células do corpo humano; determinar as seqüências dos 3 bilhões de bases químicas que compõem o DNA humano; armazenar essa informação em bancos de dados, desenvolver ferramentas eficientes para analisar esses dados e torná-los acessíveis para novas pesquisas biológicas. Basicamente, 18 países iniciaram programas de pesquisas sobre o genoma humano. Um dos maiores programas de cooperação que envolveu Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia, Dinamarca, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Suécia e a União Européia; O *projeto LHC - Grande Colisor de Hádrons*, ativou o primeiro feixe de prótons em 10 de setembro de 2008, tendo consumido 20 anos de trabalho coletivo de muitos países e cientistas e mais de 3 bilhões de euros para ser construído. São dois exemplos de que o auxílio mútuo é fundamental para o desenvolvimento da humanidade.

de bens sociais, culturais, psicológicos, cognitivos e institucionais que possibilitam a produção de comportamento cooperativo, mutuamente benéfico (KROPOTKIN, S/D; UPHOFF, 2000; KRISHNA, 2000). Apesar de a interpretação sobre o que efetivamente é o capital social ainda ser um espaço aberto para intensos debates, essa diversidade conceitual começa a convergir para uma formulação que o delinea em três grandes categorias (GROOTAERT, 1998). A primeira categoria, também chamada de **comunitária**, associa capital social a organizações locais, grupos cívicos, e redes informais que nutrem as normas de confiança e reciprocidade, necessárias para o comportamento cooperativo. Neste sentido, a coesão interna do grupo é sinal de um maior capital social. A terminologia comumente utilizada para este tipo de capital social é *bonding social capital*, ou seja, a capacidade aglutinadora dos membros de um grupo social. A dimensão quantitativa adotada por essa categoria baseia-se na simples densidade associativa, como clubes de serviço, grupos comunitários, associações de bairro e outros grupos sociais (WOOLCOCK, 1999). A segunda categoria agrega à primeira a importância das ligações tanto verticais quanto horizontais dentre pessoas de um mesmo grupo quanto com outros grupos. A idéia aqui implícita é a capacidade dos grupos em **estabelecer pontes**, ou na terminologia, *bridging social capital*. As pontes com outros grupos configuram a capacidade de interlocução com realidades diferentes, permitindo que um determinado grupo acesse fontes de recursos externas a sua composição (WOOLCOCK, 1999). Já a terceira categoria, chamada de **institucional**, agrega às duas primeiras os aspectos políticos e sociais que vão moldar a estrutura social e permitir que as normas de cooperação e reciprocidade se desenvolvam. Diz respeito especificamente ao acesso e interferência que os grupos sociais têm sobre *organizações formais* como os governos, os sindicatos, os partidos, as centrais sindicais, etc. Esta categoria assume que, além de coesão interna e da capacidade de interagir para além das suas fronteiras, o engajamento com instituições formais é crucial para aumentar a capacidade do grupo social de agir em prol de seus interesses coletivos (WOOLCOCK, 1999).

Buscando um maior aprimoramento analítico, se pode desmembrar ainda o conceito de Capital Social em duas categorias distintas e complementares: uma **estrutural** e outra **cognitiva**. A **categoria estrutural** está associada às diversas formas de organização social e de instituições locais, tanto formais quanto informais, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como por exemplo, papéis, regras e procedimentos, assim como as redes de relações sociais que favorecem a cooperação, ou mais especificamente, o comportamento cooperativo. O **Capital Social Estrutural** é construído através de associações horizontais e redes sociais que mantenham processos de tomada de decisão transparentes e

coletivos, lideranças responsáveis e práticas coletivas (UPHOFF, 2000). A **categoria cognitiva** é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores incluem-se a *confiança*, *solidariedade* e *reciprocidade*, que compartilhadas entre os membros do grupo criam as condições para que os indivíduos trabalhem para o bem comum (UPHOFF, 2000). Os elementos constitutivos da primeira categoria favorecem o *comportamento cooperativo*, pois *reduzem os custos de transação*, ao estabelecerem padrões de comportamento e de interações que tornam mais prováveis e desejáveis os resultados da Ação Coletiva. As componentes do **Capital Social Cognitivo** tornam os indivíduos mais predispostos ao comportamento cooperativo, pois, na medida em que são amplamente compartilhados, a cooperação aparece como mais provável – normas, valores, atitudes e crenças, que constituem a dimensão cognitiva do capital social, dão racionalidade à ação coletiva (UPHOFF, 2000).

“Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível mas pode ser específico para certas atividades” (COLEMAN, 1999, p. 20). Capital social se refere à “capacidade de constituir comunidades” porque comunidades são “usinas” de Capital Social. Quanto mais comunidades existirem numa sociedade, mais Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente. Mas, para mostrar isso, é preciso dizer o que se entende por comunidade. Uma conceituação possível, que pode ser tomada como ponto de partida, é a seguinte. **Comunidade**, *stricto sensu*, vêm sendo genérica e tradicionalmente definida como unidade onde existe: valores compartilhados; sentido de identidade e pertencimento; cultura e atividades econômicas e políticas comuns; coordenação de atividades voltadas para propósitos coletivos; e algum grau de auto-governo, auto-gestão.

Mas é interessante mostrar ainda que as comunidades em uma sociedade industrial, são, obviamente, realidades muito diferentes das comunidades de uma sociedade pré-industrial. Nas sociedades contemporâneas comunidades são subconjuntos, regiões onde o tecido social apresenta um padrão diferenciado de organização (FRANCO, 2001). Assim as comunidades atuais são coletivos conformados da interação em redes pessoas, conectadas por laços de interdependência, que encarnam, muitas vezes com diversidade e flexibilidade, normas e instituições que consolidam e reproduzem e atitudes de parceria⁷⁴. Mas a sociedade

⁷⁴ O conceito de redes é tributário de conflitos permanentes entre diferentes correntes nas ciências sociais, que criam os pares dicotômicos - indivíduo/sociedade; ator/estrutura; abordagens subjetivas/objetivas; enfoques micro ou macro da realidade social - colocando cada qual a ênfase analítica em uma das partes. Por exemplo, a antropologia estrutural entende as redes como descritivas, servindo para identificar o caráter perene das organizações e dos comportamentos sociais. Já a linha do individualismo metodológico desconstrói essa

atual em grande medida não é constituída por comunidades em seu sentido tradicional, e cada vez mais por conta da ideologia e da vida imposta pela sociedade burguesa, não formam um conjunto de unidades comunais. Ao contrário, todo o período industrial significou uma permanente impossibilidade de se viver socialmente em comunidades reais. Entretanto, é possível argumentar para mostrar que no período da “sociedade do conhecimento” – que está emergindo, essa possibilidade volta de outra forma, uma vez que este tipo de sociedade permite o aparecimento de redes comunicacionais nas quais a interdependência e, muitas vezes, a diversidade e a flexibilidade, podem ser características de um novo padrão de organização societal. E que este novo padrão não se estabelece, pelo menos inicialmente, no conjunto da sociedade emergente, porém em parte desse conjunto, criando contextos sociais nos quais pode surgir ou ressurgir o *ethos* de comunidade (FRANCO, 2001). Mas, fundamentalmente, é preciso mostrar que, as comunidades que podem se constituir na contemporaneidade são, como se disse, muito diferentes das comunidades tradicionais, isso não quer dizer que não sejam comunidades, apenas que são novas instituições que se materializam em organizações, com *ethos* comunitário diferente, como organizações em rede.

Registra-se ainda em nesta análise de Capital Social e Ação Coletiva, uma aproximação com a qual Giddens (1991) trabalha, centrada nos “ambientes de confiança e risco” característicos da sociedade contemporânea, o que o leva a concluir que “a confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)” (GIDDENS, 1991, p. 41). Portanto, o Capital Social e a Ação Coletiva envolvem alto grau de confiabilidade, valor, seriedade e responsabilidade recíproca entre indivíduos e coletivos. Pois de outra forma o que poderia ser de uma organização em que seus membros deliberadamente

concepção, privilegiando o ponto de vista do agente que produz sentido, e as relações sociais na formulação do seu agir. As redes surgem como um novo instrumento face aos determinismos institucionais (MARTELETO, 2001, p. 71). Por outro lado o trabalho pessoal em redes de conexões, é tão antigo quanto a história da humanidade, mas, apenas nas últimas décadas, as pessoas passaram a percebê-lo como uma ferramenta organizacional. O que é novo no trabalho em redes de conexão é sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apóia a interdependência. O trabalho em redes de conexão pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal (LIPNACK; STAMPS, 1992 apud MARTELETO, 2001, p. 71). O estudo das redes coloca assim em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes. Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária (MARTELETO, 2001).

mentissem, enganassem, omitissem, traíssem, fossem desleais entre si? Ou de um sistema técnico-operacional no qual não se tivesse a menor confiança e segurança quanto ao seu bom funcionamento, na esperança positiva de um “sistema perito”, como na expressão de Giddens (1991), manter suas funções em estado capaz de satisfazer a necessidade que dele se espera obter? Logo a formação de Capital Social não se dá no abstrato total, tem uma necessidade de materialidade, de existência real. Por exemplo, em um avião no ar espera-se que o piloto e sua equipe sejam competentes e todo o avião com seus controles e equipamentos funcionem adequadamente. Assim como em relação à direção de um partido revolucionário, seus membros de base, por exemplo, esperam que sua direção seja inteligente, lúcida, capaz, organizada, coerente, responsável e objetiva o suficiente para comandar os processos, lutas e desafios da organização em seu intento. Isso não quer dizer que não possa haver falhas, errar, o risco está implícito a tudo, à vida, mas que se deve trabalhar para se diminuir ao máximo as possibilidades de erros, tomadas de decisões equivocadas, confusões, atitudes desesperadas e ou irracionalidades.

Vale registrar ainda, que a tarefa de desvendar os pressupostos de conceito de Capital Social não é trivial, porque envolve elementos teóricos de procedências distintas e status diversos: assertivas tomadas axiomáticamente por sistemas (ou discursos) filosóficos, do tipo “o homem é um animal político” (Aristóteles), assim como conclusões deslizadas da biologia para a antropologia social, como: “os seres humanos cooperam para competir” (ALEXANDER, 1990) que especula com as teorias da evolução – por exemplo, sobre a existência de uma “Natureza Humana” – que supostamente indicariam que o Capital Social, “tente a ser gerado de forma instintiva pelos seres humanos” (FUKUYAMA, 1999); além, é claro, de todas as crenças morais e éticas subsumidas em teorias econômicas, como a de que não é possível explicar o comportamento de grupos a não ser em termos dos interesses dos indivíduos, sua racionalidade e de que estes interesses são basicamente egoístas (FRANCO, 2001). Ou ainda de explicações advindas da sociologia das religiões com o estudo de Max Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* sobre a ascensão do capitalismo nos Estados Unidos. Entre outros elementos que tornam ainda mais complexos os desafios do estudo do capital social e suas perspectivas. Mas uma assertiva é concreta, não é possível constituir Capital Social em um ambiente de baixa politização e fracos laços de solidariedade individual e coletiva.

Outro registro importante a considerar, os discursos axiológico-normativos dos economistas conservadores, não são os melhores exemplos de ocultamento de pressupostos, uma vez que sua ideologia é evidente e confunde-se com seus discursos e escritos - quando

comparados com a realidade, na verdade não se sustentam. Isso fica claro, por exemplo, nas críticas ao socialismo, de Ludwig Von Mises (1871 – 1973), em sua obra *Ação Humana* (1990, p. 1139), quando diz:

A extensa e enfadonha literatura em favor do chamado Estado provedor não conseguiu apresentar até hoje um só argumento que invalidasse as nossas conclusões. Só nos falta agora examinar a crítica que os defensores do Estado provedor fazem à economia de mercado [...].

Não é preciso ir longe, basta olhar para a última grande crise do capitalismo, a de setembro de 2008, e ver como o “todo poderoso Mercado” vergou diante do Estado, pedindo socorro, abrigo, desesperado, mostrando que toda a teoria, prepotência e falácia de Ludwig Von Mises viraram pó. Outro economista-mor neoclássico, Friedrich Von Hayek (1899 - 1992), em *O caminho para a servidão* (1990), discutindo sobre o individualismo e coletivismo, o significado do socialismo e do planejamento socialista da economia, deixa absolutamente claro sua posição ideológica conservadora, dizendo: “quase todos os pontos de divergência entre socialistas e liberais referem-se aos métodos comuns a todas as formas de coletivismo e não aos fins específicos para os quais os socialistas desejam empregá-los[...]”. O interessante que à época em que viveu Adam Smith (1723 – 1793), não existia o socialismo científico, muito menos a teoria e prática da planificação da economia, tão pouco ele se considerava um economista liberal⁷⁵. Que fazer com Hayek (1990)?!

Mas além se pode ir, como no caso da *Teoria Econômica dos Jogos* e outras teorias baseadas na *Rational Choice*, que constituem os melhores exemplos de transposições mecânicas de noção de um âmbito teórico para outro, sem muita consideração epistemológica pelos estatutos próprios dos diversos campos de conhecimento (ou pela natureza dos conhecimentos sobre o objeto) em questão: o ser humano ou os conjuntos de seres humanos (FRANCO, 2001), onde o ser humano é tratado, por exemplo, na teoria econômica dos jogos, como um ser *puramente racional e não um ser emocional e racional*⁷⁶ - o que esclarece os

⁷⁵ Ver artigo eletrônico de Antoni Domènech – publicado em *Sin Permiso*, e em *Carta Maior* em 30/11/2008: *Adam Smith e Marx dialogam sobre o desmonte do capitalismo financeiro*. Neste artigo, muito interessante, sarcástico e bem humorado, que remete o leitor a um possível diálogo entre Marx e Smith, o autor registra que, para Adam Smith: “o ‘socialismo real’ que se construiu em teu nome [Marx] e não tinha nada a ver contigo. Pelo menos tu, sim, te identificaste como ‘socialista’. Eu, por outro lado, nem sequer jamais chamei a mim mesmo de ‘liberal’! Isso de “liberalismo” é uma coisa do século XIX (a palavra, como tu sabes, foi inventada pelos espanhóis em 1812), e vão a atribuem a mim, um cara que morreu oportunamente em 1793. É ridículo! Como isso foi me acontecer?”

⁷⁶ Desde Pascal, sabemos que a Razão tem suas razões que a Razão desconhece: as Razões do Coração. Da Paixão. Mesmo assim, precisamos da Razão para a construção de uma ponte entre as “coisas” da Paixão e as “coisas” da Razão. Precisamos também dela para demonstrar que a Razão não existe, que possui limites, não é onipotente e pode delirar. Se não podemos escapar da Razão, compete ao filósofo⁷⁶ definir as regras de seu bom uso. Porque contrariamente à Inteligência, a Razão não é um dado natural, mas um conjunto historicamente construído de procedimentos, regras e coerções socialmente estabelecidos. Corresponde a uma vontade de possuir uma visão coerente dos fenômenos e do mundo (JAPIASSU, 2000). Nela estão intrínsecos processos culturais acumulados desde nossa ancestralidade. A Razão, portanto, é produto de construção, da cultura. E

limites das explicações que alguns economistas fornecem para a solução dos chamados dilemas da Ação Coletiva. Com efeito, como diante do famoso *Dilema do Prisioneiro*⁷⁷, os seres humanos, em geral, quer dizer, majoritariamente na maioria das culturas, não escolhem, com tanta frequência, a opção que seria racionalmente a mais vantajosa para si como indivíduos, como trapacear não é uma opção emocionalmente confortável e constitui um processo de internalização e conseqüências⁷⁸ para o indivíduo, diferente em grande medida de como se argumenta na teoria dos jogos (FRANCO, 2001). Tão simples e complexo ao mesmo tempo, mas os economistas neoclássicos freqüentemente expressam surpresa pelo fato de haver tanta cooperação⁷⁹ no mundo, uma vez a *Teoria dos Jogos* sugere que as soluções cooperativas são, muitas vezes, difíceis de obter. E continuam tendo grandes dificuldades para explicar por que tantas pessoas votam, fazem doações a entidades caritativas ou permanecem leais porque seus modelos egoístas sugerem que é irracional fazer isso (FUKUYAMA, 1999). Porque - deve-se perguntar - se “todo mundo sabe”, inclusive os economistas, que os seres humanos são sociáveis e são recompensados emocionalmente pelo reconhecimento social que advém do exercício da colaboração? Fica patente que essas “dificuldades” provenham de outro campo, não da teoria científica, mas da *ideologia embutida na teoria neoclássica*, na visão que precisa ser impingida para aumentar a verossimilhança do discurso, uma vez que o *pressuposto básico da competição* tem que estar presente para o esquema explicativo da

também de desconstrução. Porque, ao estar centrada na cultura é expressão coletiva de uma determinada época, socialmente constituída e estabelecida através das relações sociais, que são tensionadas por conflitos individuais e coletivos.

⁷⁷ O *dilema do prisioneiro* foi elaborado por volta de 1950 por Merrill Flood e Melvin Dresher e formalizado pouco tempo depois por A.W. Tucker. Mais sobre o tema veja Rapoport; Chammah (1965). Veja também o excelente livro de Axelrod (1984). Entre outros.

⁷⁸ **O processo de internalização** de processos psíquicos é fundamental para o desenvolvimento do funcionamento psicológico humano. A internalização envolve uma atividade externa que deve ser modificada para tornar-se uma atividade interna, é *interpessoal e se torna intrapessoal* segundo Vygotsky (1997). Que se manifesta no indivíduo e se estende nas relações sociais, no seio da coletividade. Onde a **função mental** individual refere-se aos processos de: pensamento, memória, percepção e atenção. Sendo que o pensamento e as atitudes têm origem na: motivação, interesse, necessidade, impulso, afeto e emoção (VYGOTSKY, 1987). Ou seja, na racionalidade e na emocionalidade. Inseparavelmente. E mais, estão ligados, segundo as neurociências, fundamentalmente, com base às reações bioquímicas ocorridas no cérebro, devido a estresses detonados por estímulos externos, que levam os indivíduos a tomarem atitudes, agir em muitos casos por instinto de sobrevivência (VYGOTSKY, 1987). Portanto o problema da teoria dos jogos em questão, tem a um tempo base social-cultural-histórica-bio-psíquica muito superior e complexo do qual é dado como explicativo normalmente.

⁷⁹ “Pois as ações de cooperação podem ser partes da resolução de problemas objetivos da realidade, no plano micro, de produção e de transação; no plano macro, de formação de capital social tangível e intangível. Elas são, ao mesmo tempo, oportunidades aproveitadas de aprendizado. Na primeira condição, a cooperação cessa com o alcance do seu objetivo imediato; na segunda condição, a oportunidade da cooperação é um ponto, uma conexão, numa malha extensa do conhecimento ativo que forma um espaço cognitivo. Os resultados já referidos devem permitir, duas leituras: a) a relativa ao nível da disposição à cooperação em cada ponto de observação e b) a relativa a um aprendizado acumulado (estocado ou sistematizado) ao longo de todo o período. De modo que, os níveis de disposição à ação coletiva manifestam-se a.1) na produção e a.2) na organização social. Por seu turno, o aprendizado acumulado resulta da dinâmica b.1) de cooperação produtiva e b.2) de organização social” (COSTA; ANDRADE 2006, p. 94).

economia neoclássica poder funcionar. Legitimando (e contribuindo para reproduzir) um mundo de competição onde a explicação, funcione, garantindo o status sacerdotal e de dominação por parte daqueles que explicam, dirigem a política, a economia, a vida de bilhões.

Mas, tal comportamento ideológico não é privilégio dos economistas conservadores - vale lembrar a sociologia conservadora de Garrett Hardin, em obras como *A ciência social em um mundo em crise* de 1973 e *A natureza e o destino do homem* de 1969; e particularmente do artigo *A tragédia dos comuns* de 1968, em que o autor defende idéias conservadoras sobre o uso de bens comuns. Para Hardin as comunidades que partilham recursos inevitavelmente preparam o caminho para a sua própria destruição; ou lembrar ainda da sociobiologia de Edward Wilson, que em 1975 escreveu *Sociobiologia: a nova síntese*, em que apresenta a teoria sobre a base biológica do comportamento social e *Sobre a natureza humana*, escrita em 1978. Nesta obras, Wilson discute a relação da sociobiologia com certas reações do comportamento humano como agressão, sexualidade e ética, por exemplo, onde acredita que a maior parte do comportamento humano é consequência da ação do meio ambiente e que apenas uma décima parte seja geneticamente induzida, induzindo a uma análise privilegiada dos fatores ambientais e naturais sobre os culturais⁸⁰. Isso para ficar nestes, entre outros autores, que discutem desde uma visão mecânico-conservadora os problemas da sociedade, da relação dos seres humanos com a totalidade natural.

Ainda que em parte válida, a *Teoria dos Jogos*, oriunda da ciência política, guarda problemas de natureza mecanicista também, particularmente quando voltada para a teoria econômica dos jogos, não por ser uma teoria matemática ou indevidamente transposta para o campo das ciências humanas - mas por não se aplicar aos seres humanos reais e sim a seres humanos idealizados, que agem algebricamente, cujo cérebros funcionam como computadores⁸¹. Responder “por que os seres humanos podem ter “capacidade de

⁸⁰ Porque, como se indicou as concepções de Vygotsky (1987), que remetem à questão cultural, o processo de construção de significados e representação pelos indivíduos, envolve o processo de internalização sócio-histórica-cultural, mas também a filtragem e assimilação por parte do indivíduo desses processos em nível de sua psique, são muito particulares. Portanto, a Razão, socialmente construída, ao final e íntimo é ou será codificada e decodificada ao nível particular, individual, para além do *corpus coletivus* - fazem parte de uma individualidade-indivuação que está intimamente ligada às questões da psique, da genética e da cultura de cada um. Entretanto a individualidade-indivuação não é monolítica, dissociada do *corpus coletivus*, o conjunto das individualidades-indivuações são totalidades e complexidades que devem ser observadas, tomadas como indissociáveis, quando da análise científica, porém observando as particularidades da formação individual.

⁸¹ A Razão possui oculta em seu cerne, uma irracionalidade. Quando esta se manifesta, a Razão enlouquece. Quando há uma derrocada do humanismo e da virtude crítica, desencadeia-se uma força implacável de ordem e homogeneização. A Razão começa a se enlouquecer quando passa a instaurar e a justificar uma ordem racionalizadora, numa lógica binária, formalista, dura, como salienta Edgar Morin: “... não somente se produz um objeto para o sujeito, mas se produz um sujeito para o objeto” (JAPIASSU, 2000). Agindo dessa forma cria-se, se interpreta, se impregna e se rotula ou reproduz imagens estereotipadas, falseamento do real, fórmulas maniqueístas e profundidades aparentes, agudamente destrutivas porque se cria e associa um sujeito para o

comunidade?” nos obriga a desvelar os pressupostos do conceito de Capital Social. A “capacidade de comunidade” a que se refere o conceito de Capital Social é constituída, fundamentalmente, pela capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com outros seres humanos em processo de desenvolvimento⁸². Este ultimo termo é melhor por ser mais abrangente: “co-laborar” evoca a noção de trabalho conjunto, enquanto “co-operar” se refere a quaisquer (oper)ação conjunta, algumas delas fundamentais porquanto constitutivas do humano como é o caso, por exemplo, na visão de Maturana (1988), compartilhada aqui, na noção do “co-versar” (FRANCO, 2001). Portanto, de construção, trabalho, promover juntos.

Os movimentos sociais em geral designam um tipo de Ação Coletiva orientada para a mudança, em que uma coletividade de pessoas é dirigida, de modo não-hierárquico, por um ator social. Os movimentos logram maior duração e interpretação e são eles em geral que originam as organizações, os partidos, as associações, a partir de uma consciência de grupo e das afinidades percebidas por indivíduos submetidos às mesma pressões sociais ou que enfrentam idênticas dificuldades e obstáculos. Numerosos estudos, nas ultimas décadas, tem mostrado as mudanças no perfil e na dinâmica dos movimentos sociais. A mudança básica relacionada a alteração do seu foco mobilizador e reivindicatório da esfera da produção e do trabalho para as “condições de vida da população” (MARTELETO, 2001, p.73).

Essa nova face dos movimentos os caracteriza como ação de existência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como lutas pela ampliação de acessos aos espaços públicos e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Os novos movimentos sociais surgem como consequência das contradições geradas na desigualdade na propriedade, na apropriação do produto social e no planejamento produtivo, entre outros elementos. Embora sejam universais tais contradições, é a partir do seu contexto social específico que os povos e movimentos as enfrentam, estão associados às carências mais básicas da população - num processo que aponta para a liberdade, a igualdade, a autonomia, a autogestão, o respeito

objeto. Enquanto o sujeito é muito mais complexo do que o objeto. E o objeto é apenas um dado das realidades. Então quando se “racionaliza” apressada e superficialmente um problema, se busca sua origem e raiz, os fundamentos inscritos não apenas no fato aparente em si, corre-se grande risco de cair na loucura da Razão. Pois como diz Japiassu (2000), a loucura se instala quando esses processos bárbaros de racionalização irracional se converte em processos que conduzem à morte, à falência e por isso, se deve lutar contra toda deificação da Razão. Mas também se deve fazer dela o mais confiável instrumento de conhecimento, contanto que crítica e autocrítica (JAPIASSU, 2000).

⁸² Existem pelo menos *dois níveis de desenvolvimento* humano identificados por Vygotsky (1987; 1988) que o indivíduo alcança: *um real*, já adquirido ou formado ao longo do processo de desenvolvimento do ser, que determina o que é capaz de fazer por si próprio, e *um potencial*, ou seja, a capacidade de aprender com outra pessoa. A aprendizagem interage com o desenvolvimento, produzindo abertura nas *zonas de desenvolvimento proximal* (*potencialidade para aprender, que não é a mesma para todas as pessoas*; ou seja, *distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial*) nas quais as interações sociais são centrais, estando então, ambos os processos, aprendizagem e desenvolvimento, inter-relacionados (VYGOTSKY, 1987; 1988).

à vida, a representação política alternativa (SENNA FILHO, 1994 apud MARTELETO, 2001, p.73). E onde pode estar inscrito centralmente a criação, acúmulo e reprodução do capital social revolucionário, no desenvolvimento do espírito coletivo no seio do proletariado, portanto, numa luta contra o roldão do individualismo atual.

Registre-se ainda que o desenvolvimento de comunidades, sejam urbanas ou rurais, envolve o desafio de mobilizar recursos em duas esferas: o acesso a recursos fora das comunidades (programas governamentais, fontes de financiamento, informação), o que alguns autores chamam de *linkages* verticais, e desenvolver a capacidade das pessoas dentro das comunidades a partir do sentimento de trabalhar juntas para alcançar objetivos comuns, os *linkages* horizontais. A criação de *linkages* horizontais relaciona-se com a capacidade das lideranças locais em facilitar a comunicação e o trabalho coletivo (O' Brien *et al.*, 1998 apud Henrique, 1998). Para O' Brien *et al* (1998), comunidades rurais, por exemplo, com maiores estoques de capital social, refletidos na capacidade de estabelecer maior quantidade de *linkages* horizontais, tem vantagens sobre outras comunidades em termos de desenvolvimento local (estando em contextos econômicos e ecológicos similares). O mesmo vale para as comunidades urbanas organizadas em critérios mais coletivos, com o registro de que em áreas urbanas o projeto societal e institucional da burguesia, assentado nas atitudes individualistas e nos indivíduos egoístas e na reprodução social em regime de propriedade privada, etc., estão muito mais social e solidamente enraizado, desde as relações interpessoais, onde cada um comumente está envolvido basicamente com seus próprios problemas e questões pessoais, profissionais, em detrimento da solidariedade, em competição frenética por espaço, oportunidades, diferente do meio rural, onde ainda é mais possível encontrar elementos de solidariedade interpessoal e comunitária.

3 SOCIEDADE, CULTURA, POLÍTICA, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Feuerbach parte do fato da auto-alienação religiosa, da duplicação do mundo no mundo religioso, representado, e num real. O seu trabalho consiste em resolver o mundo religioso na sua base mundana. Ele perde de vista que depois de completado este trabalho ainda fica por fazer o principal. É que o fato de esta base mundana se destacar de si própria e se fixar, um reino autônomo, nas nuvens, só se pode explicar precisamente pela autodivisão e pelo contradizer-se a si mesma desta base mundana. É esta mesma, portanto, que tem de ser primeiramente entendida na sua contradição e depois praticamente revolucionada por meio da eliminação da contradição. Portanto, depois de, por exemplo, a família terrena estar descoberta como o segredo da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser ela mesma teoricamente criticada e praticamente revolucionada.

(Marx - Quarta tese sobre Feuerbach)

Entender e explicar um mundo em processo de transformação revolucionária, localizar as raízes de nosso presente no solo do passado é, talvez, sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não (como a especialização histórica tantas vezes nos força a vê-lo) como uma montagem de tópicos isolados.

(Hobsbawm).

Pretende-se avançar em conceituais, categoriais e postulados apresentados no capítulo anterior, articulando outros fundamentos teóricos no decorrer das próximas análises e capítulos – a fim de compreender e interpretar as propriedades, as conexões universais das realidades e fenômenos em curso na alta modernidade com base nas categorias e métodos do Materialismo Histórico Dialético (MHD) e da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), manejadas enquanto Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS). Neste capítulo se coloca em relevo as principais contribuições teóricas e críticas sobre a *modernidade*, *racionalidade*, *desenvolvimento* e *sustentabilidade* com base à globalização informacional, a reprodução sociometabólica do capital, a reestruturação produtiva e seus reflexos socioambientais.

As categorias se articulam reciprocamente, em uma dinâmica em que, cada capítulo abastece teórica e conceitualmente a si, ao próximo e o conjunto da tese, dentro dos quais se vai realizando as novas contribuições teóricas. Segue-se este enlace, engenharia teórico-metodológica até o fim, na expectativa de assim distribuir e amarrar melhor cada categoria analítica imediata ao problema que se pretende discutir, cada conceito às especificidades em debate, bem como a cada nova contribuição teórica - não tornando a apresentação das categorias como estanques, num capítulo específico, facilitando a compreensão geral e particular de cada etapa e sua seqüência de construção, discussão, análise e explicação. Construindo as pontes, as relações entre *modernidade*, *racionalidade* e *desenvolvimento* aos aspectos ligados à *alienação*, à *ideologia*, ao *ceticismo* e a *participação*, bem como os relativos ao *indivíduo* e a *coletividade* no movimento geral da sociedade informacional global.

Existem duas maneiras de definir conceitualmente a **modernidade**: a **histórica** e a **analítica**. O **conceito histórico** de modernidade refere-se há um *tempo* e *lugar* determinados; é *datado* e *situado*. Define-se pela *indicação de exemplos* e não pela *enumeração de características* (KUMAR, 1988 apud SZTOMPKA, 1998). Seguindo esta linha de interpretação, entre outros autores relevantes que refletem o debate da racionalidade, modernidade e desenvolvimento capitalista, estão Giddens (1991) e Touraine (1998), que fazem uma importante interpretação histórica da modernidade. Giddens (1991; 2002), discute a *análise institucional* da modernidade com ênfase *cultural* e *epistemológica*. Em obras como *As conseqüências da modernidade* (1991), e *Identidade e modernidade* (2002), por exemplo, pergunta: *o que é a modernidade?* E busca entendê-la criticamente, com base à *definição histórica*, tanto da *natureza*, quanto da *ordem* dita “pós-moderna” que emergiu da e na era moderna e promove sua articulação desde o local, o global e a transformação do cotidiano.

Segundo Giddens (1991; 2002) a **modernidade** está relacionada ao estilo, ao ritmo e ao costume de vida ou organização social, seu escopo de mudança emergiu a partir do século XVII e ulteriormente influenciou todo o mundo, se tornou mais ou menos mundial, tanto em sua *intencionalidade* como em sua *intencionalidade*. Para Giddens (1991), o processo de modernização influenciou em quatro grandes grupos de “complexos institucionais a modernidade” que formam sua base: *poder administrativo*, *poder militar*, *capitalismo* e *industrialização*. O *poder administrativo* se refere ao crescimento e ao desenvolvimento do Estado-Nação secular, esta nova forma de Estado é baseada em formas burocráticas e racionais de administração, via lei e ordem. Vale lembrar que esta compreensão já estava presente em clássicos como Max Weber (1864 - 1920), em obras como *Sociedade e Economia*, e em *Sociologia, Economia e Sociedade*, entre outras, quando Max Weber trata de tipos de sociedade e formas de dominação, *caracteriza a moderna sociedade e sua forma administrativa racional legal, burocrática, que se orienta através de normas impessoais*⁸³.

⁸³ Onde estão presentes fatores que interferem no desenvolvimento da *burocracia*, segundo Max Werber, como: a *economia monetária*, moeda racionalizando as transações econômicas; *superioridade técnica* da burocracia, mais que qualquer outro tipo de organização. Sendo as características da burocracia: caráter legal das normas e regulamentos, organização ligada por normas e regulamentos; caráter formal das comunicações, registradas por escrito; divisão racional do trabalho; impessoalidade das relações em nível de cargos, e não de pessoas; hierarquia, cada cargo inferior deve estar sob supervisão do cargo automaticamente superior; rotina, o funcionário deve fazer o que a burocracia mandar, não tem autonomia; meritocracia, a escolha das pessoas é baseada no mérito e na competência técnica; especialização da administração, separação entre propriedade e administração; profissionalização; previsibilidade, prever as ações, planificação, entre outras.

Para Giddens (1991), tal “racionalização administrativa” permitiu o desenvolvimento de um Estado envolvido em sua sobrevivência e na formação do Sistema de Estados; o *capitalismo* e a *industrialização* representam as novas formas de produção centradas no sistema fábri-co-industrial, assim como nas novas formas de cálculo econômico como o lucro, o sistema de mercadoria, que se tornaram dominantes na economia moderna, substituindo as formas tradicionais de produção baseadas primariamente na agricultura, no sistema artesanal. Aqui também se vê claramente a influência de Karl Marx, desde *O Capital*, nesta elaboração de Giddens. E por fim Giddens (1991), salienta a questão do *militarismo*, sustentado em tecnologia e exércitos profissionais, poder das sociedades modernas e da indústria bélica que permitiram aos Estados modernos derrotar as sociedades tribais e impérios absolutistas.

Para Touraine (1998), a **modernidade** forma um conjunto de *aspectos sociais, políticos e econômicos* construídos desde o final da idade média, inaugurada pela força crítica e intelectual dos pensamentos e expoentes como Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau. Baseada sobre a lei, o direito, como expressão da *igualdade*, a *propriedade privada*, as idéias de *liberalização econômica e política*, que visavam construir as pontes para uma *civilização* da humanidade, sua *racionalização*. Libertando-a das “amarras do atraso”, da “tradição” e do “misticismo” e construindo um mundo de “progresso técnico e científico”, onde a partir de então há lugar para os “direitos humanos”. Como se viu posteriormente, sob um capitalismo triunfante e uma burguesia vaidosa de seus feitos, o que se produziu - afora, obviamente os progressos materiais importantes como aumento da expectativa ou esperança de vida, conforto e bem estar (para segmentos e determinadas minorias da sociedade) - fundamentalmente foi um mundo caotizado, miserável, violento, poluído, desigual, tosco, farto de exploração e opressão, contrastando bruscamente com a ideologia pregada pela burguesia: de *liberdade, igualdade e fraternidade* em sua revolução pensada e ou preconizada desde Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau, entre outros teóricos da sociedade que nascia.

Antes de tudo, para Touraine (1998), a modernidade se define pela separação crescente entre *racionalização* e *subjetivação* - onde modernidade e desenvolvimento são vistos como parte de um mesmo processo histórico (KUMAR, 1988), os aspectos gerais da modernidade, e suas repercussões em áreas mais restritas da vida social como na economia, na estratificação política, na cultura, e na vida cotidiana. Sendo que alguns dos principais fundamentos que definem a estrutura da modernidade são: (1) *individualismo*, o ‘triunfo do indivíduo’ no lugar da comunidade, tribo, grupo ou nação. O indivíduo passa a ser livre, independente e responsável por suas próprias ações, sucessos e fracassos; (2) *diferenciação*,

que é mais significativo na esfera do trabalho, com grande número de ocupações e profissões definidas e especializadas que exigem habilidade, competência e treinamento; (3) *racionalidade*, o cálculo e a despersonalização do trabalho em organizações e instituições burocráticas onde ocorre a crescente importância da ciência como a forma de conhecimento privilegiada, reverenciada e confiável; (4) *economismo*, que é o domínio de toda a vida pela atividade econômica, orientada por objetivos econômicos e critérios econômicos de realização, produção, distribuição e aquisição de bens, dinheiro; (5) *expansão*, a modernidade possui a tendência de estender sua abrangência espacial na tentativa de dominar todo o globo (NAISBITT; ABURDENE, 1990 apud SZTOMPKA, 1998 p. 139).

Desta forma, tanto para os clássicos Karl Marx e Max Weber, como para a maioria dos sociólogos, economistas e historiadores contemporâneos a modernidade surgiu das grandes revoluções (Inglesa, Americana e Francesa). A Revolução Americana e a Revolução Francesa forneceram o quadro político-institucional da modernidade (*democracia constitucional* ou *burguesa*, o *governo da lei* e o *princípio da soberania dos Estados*) e a Revolução Industrial Inglesa contribuiu para formar a base econômica da produção industrial através da *força de trabalho livre* e urbana, engendrando o *industrialismo* e o *urbanismo*, como novos modos de vida e o capitalismo como uma *nova forma de apropriação e distribuição das riquezas* (SZTOMPKA, 1998).

No entanto, as *caracterizações e definições históricas*, ainda que muito úteis, não são suficientes, é preciso construir uma **definição analítica** da modernidade (SZTOMPKA, 1998). Assim, se busca apoio nas caracterizações da modernidade em outro clássico, como Augusto Comte (1798-1857), um precursor da argumentação analítica das características da **modernidade**: *a concentração da força de trabalho nos centros urbanos; a organização do trabalho guiada pela eficácia e pelo lucro; a aplicação da ciência e da tecnologia à produção; o surgimento de um antagonismo latente ou manifesto entre patrões e empregados; contrastes e desigualdades sociais crescentes; e um sistema econômico com base na livre empresa e na competição aberta*. Entre outros aspectos analíticos, estes são os mais visíveis com o advento da modernidade. E que em sua fase mais recente, particularmente no último quartel do século XX e na primeira década do XXI, tendeu a esgarçar ainda mais as relações entre Trabalho, Capital, Estado e Natureza, via projeto neoliberal-imperialista-global. Subordinando, alienando e subtraindo a classe trabalhadora, suas forças e esperanças. Tornando sua sobrevivência ainda mais animalasca, a despeito de todo o avanço científico, tecnológico e civilizacional que alcançou a sociedade burguesa no início deste novo século.

Nas definições e caracterizações da modernidade Sztompka (1998), indica ainda que, a maioria dos sociólogos adota o caminho negativo, do contraste entre as imagens da modernidade e da sociedade tradicional pré-moderna. Produzem modelos polares, dicotomias, conceitos contrastantes. As descrições divergem acentuadamente, dependendo do ponto de vista teórico⁸⁴ (também ideológicos ou éticos), específico. Seguindo esta lógica de polaridade Sztompka (1998), afirma que para Max Weber, a *sociedade tradicional* e a *sociedade capitalista* podem ser contrastadas em seis dimensões: forma da propriedade; tecnologia dominante; caráter da força de trabalho; meios de distribuição econômica; natureza do direito e; motivações disseminadas nestas sociedades. Weber, M. (1994) considera a modernidade como um processo de *desencantamento* do mundo, de perda das referências mítico-religiosas que, para o homem ou sociedade da tradição, davam sentido e coerência à experiência e ao destino. Para Nietzsche (2008), o homem moderno se dedica a dirigir muitas coisas e mesmo a dirigir quase tudo, essa é sua vaidade típica.

Marx (2002) faz caracterizações tanto *histórica* como *analítica* da modernidade, observa, entre outros aspectos: a reificação; o domínio e o poder ideológico, político e econômico da burguesia; marcado pela intensa produção e circulação de mercadorias; a expansão dos mercados; e o esgarçamento entre as classes fundamentais; assim como a formação de uma classe operária universal. A modernidade se firma com a ascensão da burguesia, o processo industrial. Marx e Engels (2000) percebem positivamente o crescimento e desenvolvimento da sociedade capitalista, pois seu curso tende a reforçar as disputas por parte do proletariado, enfrentando o poder da burguesia, o que poderá elevar a consciência de classe e a luta pelo poder por parte do proletariado. Vale registrar que os autores do *Manifesto comunista* estão longe da ingenuidade, de pensar que a modernidade é um contínuo “progresso”. Lövy (2000, p. 77), lembra exatamente isso na passagem a seguir:

Apresentam freqüentemente Marx como um pensador prisioneiro da ideologia do progresso do século XIX. Esta acusação, sob esta forma geral, é inexata. Existe em Marx uma concepção dialética do progresso, que leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista – que a distingue radicalmente das visões ingênuas (Condorcet) ou apologéticas (Spencer) da gradual e irresistível melhoria da vida social graças à civilização moderna.

Mais adiante Lövy (2000, p. 79-80), indica uma forma coerente e dialética de refletir o desenvolvimento da sociedade moderna:

⁸⁴ Para maior compreensão, aqui, se trabalha com as duas definições de modernidade, tanto a *histórica* como a *analítica*, pois se entende como complementares e por isso mesmo, podem permitir maior complexidade e visibilidade do problema estudado. Portanto não há separação conceitual entre as duas. São co-relacionadas.

Trata-se de pensar a história simultaneamente como progresso e como catástrofe, sem privilegiar um dos aspectos, pois a saída do processo histórico não está pré-determinada. Um comentário de Frederic Jameson sobre o Manifesto Comunista, capta bem este procedimento. “Marx exige, com força, que façamos o impossível, isto é, pensemos este desenvolvimento (do capitalismo) ao mesmo tempo positiva e negativamente. Trata-se de uma forma de pensar que seria capaz de captar os traços demonstravelmente sinistros do capitalismo, bem como o seu dinamismo extraordinário e libertador simultaneamente, em um só pensamento, e sem atenuar a força de nenhum destes dois julgamentos. Somos conduzidos a elevar nosso espírito a um ponto a partir do qual seria possível compreender que o capitalismo é ao mesmo tempo a melhor coisa que aconteceu à espécie humana e a pior”.

Pensar dialeticamente, o sinistro e a saída. Ver desde os clássicos o problema da sociedade. Aqui se poderia recorrer à percepção já consagrada, mas não precisa, que contrapõe Marx como um pensador otimista a Weber como um intérprete pessimista da modernidade: de um lado a crença na emancipação humana pela revolução comunista, com a libertação do proletariado culminando na ruptura com o “reino da necessidade” e na instauração do “reino da liberdade” como em Marx; de outro, o vaticínio de um futuro de impessoalidade mecânica e impotência criadora, em que a liberdade individual definha na “jaula de ferro” da burocracia como em Weber. A história do século XX é o suficiente para responder que há mais complexidade e dialética por trás dessa fórmula fácil, do que se poderia imaginar, além, é claro, que estas contraposições simplificam as diferenças entre ambos teóricos e suas visões até o nível da caricatura, portanto se tornaria insuficiente, mecânica e anti-dialética. Mas aqui não se vai entrar nos detalhamentos desses aspectos, das diferenças marxistas e weberianas sobre a modernidade e o desenvolvimento - mesmo porque não são, necessariamente excludentes, antes seu contrário - e até porque mais adiante se terá oportunidade de melhor discutir alguns outros aspectos da modernidade onde suas interpretação estarão evidentes, ancoradas nos exemplos da realidade, das dimensões observadas desde as transformação ocorrias nas últimas quatro décadas na América Latina e na Grande Amazônia.

3.1 MODERNIDADE, RACIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Há extensa literatura que trata da discussão da *modernidade*, *racionalidade* e *desenvolvimento* da sociedade capitalista, portanto não exige que se faça aqui, além de um quadro panorâmico de referências teóricas do que vêm se processando historicamente. A idéia é apresentar alguns elementos balizadores da discussão para as atuais e futuras análises, a partir de sua caracterização, teorização e reflexão desde os autores pioneiros. O debate sobre *modernidade*, *racionalidade* e *desenvolvimento* capitalista remonta à sua origem a Adam

Smith, e sua obra clássica *Um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, publicada em 1776. Adam Smith foi o primeiro ícone a afirmar ser o setor industrial emergente, a máquina dinâmica do crescimento agregado, quem iria dominar o processo de desenvolvimento capitalista (NURKSE, 1956; SMITH, 1996; MARTINUSSEN, 1997). Smith teve razão por pelo menos dois séculos, quando vigorava o chamado “capitalismo pesado”, produtivo, onde desde cedo ficou claro para os principais intérpretes do desenvolvimento que o sistema capitalista não poderia expandir indefinidamente enquanto uma economia fechada, seria necessário gerar inovações tecnológicas e incrementar cada vez mais o comércio internacional para evitar a inanição, o colapso do desenvolvimento do capital (RICARDO, 1996; MARTINUSSEN, 1997). Daí sua natureza sempre expansionista, fundamental para a reprodução do sistema, fenômeno bem esclarecido por outro teórico, Marx (2002), em *O capital*, quando afirma que os lucros derivados do capital variável retornam ao sistema produtivo como capital constante, o sistema se expande como resultado da reprodução ampliada do capital - este fluxo de exploração do proletariado através do mecanismo da mais-valia representa o principal mecanismo de acumulação e **desenvolvimento capitalista**.

Como se sabe, o capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de esquemas institucionais e comportamentais: *produção de mercadorias*, orientada obviamente pelo mercado; *propriedade privada* dos meios de produção, que sustenta e hierarquiza todo o sistema; maior parcela da população que não pode existir, a não ser que venda sua *força de trabalho* no mercado; e *comportamento individualista*, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico⁸⁵ (MARX, 2000, 2002; HUNT, 1981).

Todo modelo tem uma teoria explicativa que o sustenta, e mesmo uma ideologia. A *economia utilitarista*, por exemplo, atingiu seu estágio mais elevado na *defesa ideológica neoclássica* do capitalismo *laissez-faire*. Os três principais elementos ideológicos do utilitarismo neoclássico eram e são: a teoria da distribuição baseada na *produtividade marginal*, que retratava no período do capitalismo concorrencial, um ideal de *justiça distributiva*; o argumento da “*mão invisível*” conferia ao capitalismo um ideal de **racionalidade**, entendida como maior grau de eficiência, eficácia e efetividade sob as leis e o *signo do mercado* e; a fé na *natureza automática e auto-regulável do mercado* demonstrava

⁸⁵ Este esquema socioeconômico e cultural tem sido, via de regra, responsável em grande parte pela reprodução sociometabólica do capitalismo e sua permanência na história, somado ao processo de alienação dos indivíduos, das massas trabalhadoras, aliado a uma sistemática propaganda ideológica, cuidadosamente orientada (em um crescente bombardeio midiático-informacional-global) que ofusca, confunde e paralisa em algum grau, esmagadoramente a população, todos os dias, frenética e incessantemente cada vez mais em todos os cantos, desde que o mundo se tornou globalizado. Isso, não há muito tempo, como lembra Heller (1999), até o despertar da modernidade, uma parte considerável do planeta era simplesmente desconhecida das culturas contemporâneas. Hoje elas estão integradas direta ou indiretamente ao sistema global.

que as principais funções do governo deveriam ser: fazer cumprir os contratos e defender os poderes e os privilégios da propriedade privada (HUNT, 1981). Onde cada um destes pilares do conservadorismo utilitarista representava um disfarce das realidades do capitalismo, que promovia a aceitação geral da busca incontida do lucro. Pura ideologia burguesa, pois obscurecia a realidade de tal modo que estimulava a fé de todos em suas vantagens, em seu funcionamento e se dizia que não prejudicaria de forma alguma a sociedade (HUNT, 1981).

O sistema capitalista de mercado nunca se ajustou “tranqüilamente” e “automaticamente” ao “equilíbrio” com “pleno emprego”, ao contrário. Além do mais, desde os fins do século XIX, o desenvolvimento de mercados de capitais mundiais e os progressos na produção e nos transportes provocaram imensas concentrações de poder industrial em empresas gigantescas, trustes e cartéis ao redor do mundo e houve pelo menos duas conseqüências importantes desta maior concentração industrial naquele momento inicial do capitalismo industrial: *primeiro*, a concorrência não regulamentada tornou-se extremamente cara e aleatória para estas empresas gigantescas; *segundo*, a anarquia do mercado ficou mais grave, porque as empresas gigantescas reduziram significativamente qualquer grau de flexibilidade e capacidade de ajuste que o mercado intentava. Além, as depressões que eram mais longas e graves, passaram a ocorrer com mais freqüência e intensidade (HUNT, 1981).

Mas nunca se deve subestimar a burguesia, seus ideólogos e teóricos, a história mostrou como estes construíram as alternativas para minimizar os efeitos colaterais socioeconômicos após a *grande depressão de 1929*⁸⁶, ou ao menos o adiamento destas graves crises. Naqueles anos decisivos de crise do capital caiu com grande impacto e salvadora a *Teoria geral do emprego, juro e moeda*, obra de John Maynard Keynes, que indicava o papel decisivo e regulatório do Estado na economia, através de fortes medidas de política monetária e fiscal que pudesse mitigar os efeitos negativos dos ciclos econômicos capitalistas por via da

⁸⁶ A grande depressão dos anos 30 foi um fenômeno mundial, que afetou todas as grandes economias capitalistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 24 de outubro de 1929 (um dia que ficou conhecido como ‘quinta-feira negra’), a bolsa de valores de Nova Iorque teve uma quebra brusca nas cotações dos títulos, fenômeno que acabou destruindo toda confiança na economia. Com isso, os empresários reduziram a produção e os investimentos, o que causou a diminuição da renda nacional e do número de empregos, diminuindo mais ainda a confiança na economia. Antes de encerrado o processo, milhares de empresas tinham ido à falência, milhões de pessoas tinham ficando sem emprego e estava sendo preparada uma das maiores catástrofes da História. Entre 1929 e 1932, houve mais de 85.000 falências de empresas; mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações; os valores das ações das Bolsas de Nova Iorque caíram de 87 bilhões para 19 bilhões de dólares: o desemprego aumentou para 12 milhões, com quase um quarto da população sem meios de se sustentar; a renda agrícola caiu a menos da metade e o produto industrial caiu quase 50%. Os Estados Unidos tinham passado do mais próspero país do mundo a um país onde dezenas de milhões de pessoas viviam em estado de pobreza desesperada e abjeta. Os negros e outros grupos minoritários foram os mais atingidos. A proporção de negros desempregados era de 60 a 400% maior que a proporção de negros na população total (HUNT, 1981. p. 428).

recessão, da depressão, da crise geral que se abatia. Esta teoria e sua aplicação salvou por um longo período a economia capitalista da bancarrota total, até meados da década de 1970.

Assim, ao longo da história do século XX e depois de sucessivas crises econômicas, especialmente pós Segunda Guerra Mundial, o capitalismo enquanto sistema social-econômico buscou rumos que pudessem desviá-lo do colapso. Recriou alternativas por dentro da ordem, contrário e em disputa com o modelo socialista, assim nasceu o acordo de Bretton Woods, que preconizava então a *Nova Ordem Econômica Internacional*, de onde resultaram as agências internacionais - que ainda hoje dominam imperialmente o mundo, colonizando e ou recolonizando países e regiões inteiras - como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O acordo visava, entre outras macropolíticas, o estabelecimento de regras internacionais de “cooperação”, a “remoção de restrições comerciais”, o estabelecimento de taxas de câmbio e as transações de pagamentos entre os países membros, que resultou na intenção de criação da Organização Internacional do Comércio (ITO), que há época não conseguiu ser fundada (dadas as polêmicas), ficando em seu lugar apenas o Acordo de Tarifas e Comércio (GATT), depois se criou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esta nova configuração ou re-configuração institucional garantiria, segundo seus ideólogos, as condições de expansão do capital entre os signatários do acordo de Bretton Woods e a possibilidade de “desenvolver” as regiões “atrasadas” do mundo (MARTINUSSEN, 1997). Durante a década de 1950, ressurgiu com força a noção de **desenvolvimento** como algo muito positivo e amplamente aceito pelos países de Terceiro Mundo (MARTINUSSEN, 1997), onde a abordagem do crescimento era feita preponderantemente pelos economistas neoclássicos deste período e podia ser entendida a partir dos modelos de Solow (1956) e Swan (1956)⁸⁷. Estes modelos econômicos neoclássicos representaram um esforço teórico de racionalização das forças produtivas que, para a burguesia, contribuía para os processos de *crescimento econômico e o desenvolvimento econômico*⁸⁸ em uma estrutura de equilíbrio geral de todo o sistema (SOLOW, 1956, 1957; SWAN, 1956).

⁸⁷ Em 1956, Solow e Swan trabalharam em um *Modelo de Crescimento Neoclássico*: função de produção neoclássica; retornos crescentes de escala; concorrência imperfeita; poupança e tecnologia exógena, etc., na tentativa de explicar o crescimento econômico capitalista, desenvolvê-lo ao máximo e evitar suas crises.

⁸⁸ O **desenvolvimento econômico** pode ser identificado com o crescimento do produto nacional bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. *Crescimento econômico* representa apenas o aumento quantitativo da riqueza. **Desenvolvimento econômico** é um conceito mais amplo, trazendo um sentido de aperfeiçoamento da economia, “através de melhor divisão social do trabalho, do emprego de melhor tecnologia e da melhor utilização dos recursos naturais e do capital” (Jaguaribe, 1961). Para Sen (2000) diz que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Essas liberdades segundo Sen, seriam: *liberdades instrumentais*;

Um pouco depois desse período pós-Segunda Guerra, Rosenstein-Rodan (1961), desenvolveu a teoria do *big push*, que preconizava a condição de êxito de uma estratégia de desenvolvimento fundamentada na convergência de um determinado volume de recursos na realização de um conjunto de projetos coordenados entre si, formando um sistema de relações que permitiria a construção de redes de trocas densas em uma economia particular. Como a criação de um sistema de empresas complementares, cujos produtos (mercadoria) poderiam ser adquiridos pelos trabalhadores, com isso se reduziria os riscos e, em última análise, resultaria em um caso especial de economias externas. As economias externas advindas destas relações intercapitalistas seriam assim chaves para a promoção do desenvolvimento capitalista. Hirschman (1958) amplia esta noção de Rosenstein-Rodan (1961), com sua definição de *encadeamentos para frente e para trás* ou *linkage*, no sistema produtivo, explicando, assim, como se formavam as economias externas e como elas poderiam crescer.

A proposta de Hirschman (1958) indicava que a melhor estratégia de desenvolvimento seria aquela que levasse à mobilização dos recursos disponíveis, mediante mecanismos como os encadeamentos de atividades produtivas a partir de diversos setores e ou ramos de uma economia, que ao ser instalada em uma determinada área e ou região pudesse se desenvolver *para frente e para trás* no sistema produtivo, que estimulasse o investimento e canalizasse novas energias permitindo romper os círculos viciosos do desenvolvimento, onde os recursos escassos fossem investidos principalmente em setores capazes de dinamizar a economia, dar resposta rápida ou impactar todo o sistema produtivo de forma mais eficiente e produtiva possível. No caso das economias subdesenvolvidas, países pobres segundo Hirschman (1958), deveriam aplicar todo o seu capital disponível em setores da economia capazes de impulsionar os demais ao desenvolvimento, como por exemplo, o automobilístico. Que alimentaria uma cadeia diversificada e seus elos internos, como transportes, metalurgia, auto-peças, gomífera e ou borracharia, auto-estradas, petroquímica, assistência técnica, etc. todas interligadas e inter-relacionados em um processo total. No entanto, mais tarde, Hirschman, em sua obra autobiográfica, *Auto-subversão* reviu parte do seu legado teórico, observando que suas idéias sobre o desenvolvimento eram muito mecânicas e esquemáticas.

Em outra visão Nurkse (1956), diz que o baixo nível de renda e a escassa capacidade de poupança resultavam em uma acumulação de capital insuficiente e uma baixa produtividade nos países pobres, dificultando o seu desenvolvimento. Uma linha de raciocínio também seguida por Lewis (1962), que chamava atenção para outra característica marcante

das economias subdesenvolvidas, a presença de um grande setor de subsistência. Para esses autores, seria necessário então, buscar um patamar mínimo de acumulação e à medida que o excedente social da produção fosse alcançado, este deveria ser canalizado para atividades produtivas. Estas poderiam ser as vias para o crescimento: o setor capitalista se expandiria a cada ciclo, se o excedente fosse reinvestido criando novo capital, transferindo maior número de indivíduos do setor de subsistência para o setor dinâmico da economia. O excedente tornar-se-ia cada vez maior e a formação de capital se ampliaria consideravelmente até esta economia alcançar um nível de desenvolvimento superior. Assim, para Lewis (1962), a única força dinâmica do crescimento do sistema é a *acumulação de capital*, e a *mudança tecnológica* seria elemento secundário, dependente da acumulação de capital.

Nesse período efervescente do debate sobre desenvolvimento, surgiu no final da década de 1960, a chamada “Teoria da Dependência”, uma crítica desde os países do dito *terceiro mundo*, sobre as condições da periferia no contexto global, que concebia o sistema econômico internacional como sendo o resultado de um processo histórico em que as economias e os grupos sociais foram se formando e integrando à medida que se dava o processo de acumulação de capital (GERMANI, 1974). Os países, regiões e cidades foram se incorporando a esse processo de forma hierárquica, formando os centros e as periferias do sistema. A característica central das economias periféricas é a sua estrutura de subordinação, estas se tornariam cada vez mais incapazes de crescer de forma autônoma e auto-sustentada. Onde o desenvolvimento industrial dependeria sempre da importação e da adaptação da tecnologia criada e controlada pelas grandes empresas multinacionais, razão pela qual se poderia concluir, ser a *dependência tecnológica*, a forma dominante entre países da periferia (CARDOSO & FALETTTO, 1970). Mostrando aí que havia uma disputa teórico-ideológica em processo, que ultrapassava o campo econômico, mas que fundamentalmente era reformadora.

Na relação entre *modernidade, racionalidade e desenvolvimento capitalista* não surpreende a disputa econômica-social-ideológica de uma ordem simulada, porque os valores que simulam: *progresso, lucro e produção* – luzes enaltecidas pela *história e racionalidade burguesa*, se reduzem na pretensão insolente à realidade: “mas não os abolimos como simulacros, como espectros de segunda mão: estes não podem ser dissecados, sendo transparentes e insubstanciais” (BAUDRILLARD, 1993, p. 81). Assim *progresso, lucro e produção*, ainda que a ideologia burguesa queira sustentar que são a ordem universal invariável, são em conjunto, o evidente contrário para a maioria dos países, regiões e habitantes do globo, que estão muito distantes de alcançar as benezes deste desenvolvimento.

A burguesia e seu modelo são adaptativos. O capitalismo industrial moderno - ameaçado de sofrer mais um colapso - ganhou nova margem de sobrevivência e retomou o curso de crescimento econômico a partir do pós-guerra até metade da década de 1970, quando entrou em novo ciclo de crise. Com o declínio do keynesianismo há espaço para o protagonismo econômico, político e ideológico neoliberal. Quando é importante observar nitidamente uma situação bastante particular: todas as idéias neoliberais são concebidas para reverter a crise do capitalismo industrial e sua taxa de lucro declinante – era necessidade para uma sociedade que se acostumou por um período de elevado patamar de desenvolvimento no campo tecnológico, econômico (tanto produtivo quanto financeiro) e organizacional (BRITO, 2001). Pois era verdade também que a ordem econômica construída após Bretton Woods, com mecanismos de regulação estatal preventivos, não tinha sido capaz de impedir, contudo, que o capitalismo continuasse a mergulhar a sociedade em crises regulares, isso ficou mais claro depois de 1973-74, quando se abriu a grande depressão do último quartel do século XX e a fase de crescimento em base à economia keynesiana se esgotou (ARCARY, 2004). Quando então entra em cena a *reestruturação produtiva do mundo do capital* e suas “novas” relações com o Trabalho, o Estado e a Natureza, via neoliberalismo, que sustentou por quase três décadas, ainda que sob convulsões econômicas fortes, o relativo crescimento do capitalismo.

Porém, um pouco antes da entrada em cena do neoliberalismo, em fins de 1960 - em se falando do desenvolvimento global do sistema do capital - os países não-industrializados (da América Latina entre outros) dedicaram-se à busca de um novo caminho de integração à economia mundial, no qual pretendiam participar ativamente do desenvolvimento em todas as suas dimensões. O problema não dizia respeito a uma reestruturação da sociedade industrial moderna, mas de sua tentativa histórica de inclusão, implantação e consolidação. Uma tentativa de colocação, inserção da periferia no sistema. As políticas públicas e o desenvolvimento econômico tinham por objetivo o estabelecimento desse ordenamento econômico e social (BRITO, 2001). Em mira a estes objetivos as idéias sobre o nível de complexidade sócio-econômica e institucional entre o centro e a periferia buscavam mostrar o descompasso estrutural entre esses pólos, ao mesmo tempo em que intencionavam propor alternativas, uma vez que o diagnóstico da CEPAL, sobre a macrorregião, em síntese, mostrava o seguinte: a estrutura da periferia era ao mesmo tempo *heterogênea* e *especializada*, possuindo algumas atividades com elevada produtividade do trabalho ao lado de outras bastante reduzidas; estava primordialmente concentrada na produção e exportação de reduzido número de bens primários (*commodities*), possuindo incipiente complementaridade intersetorial (diversificação horizontal e integração vertical), o que

implicava na necessidade de importar uma grande soma de bens intensivo-tecnológicos (RODRIGUEZ, 1986).

Essas características, quando comparadas com as estruturais das economias centrais, como uma estrutura homogênea e diversificada, indicando a função de cada pólo no esquema tradicional da divisão internacional do trabalho e como este se encontrava, segundo a constatação da CEPAL, deixavam claro que, da forma como a economia periférica estava se relacionando com a economia mundial, ela tinha o seu desenvolvimento condicionado às vicissitudes do mercado externo. Assim, para reverter esse quadro, o processo de desenvolvimento deveria ser dinamizado internamente (a chamada teoria do desenvolvimento *para dentro*), pondo fim à estratégia de desenvolvimento voltado *para fora*, tendo no setor exportador o elemento dinâmico da economia (BRITO, 2001). Portanto estava presente uma racionalidade econômica resultante da ordem comandada pelo grande capital, desde o externo – onde a periferia intentava incluir-se. Mas a América Latina não se encontrou a tempo com a economia keynesiana, apenas pode usufruir de seus restolhos - e isso somente em alguns países como Brasil, Argentina, Chile - do que fora o sistema de ganhos e conquistas sociais oriundo das lutas dos trabalhadores e das políticas intervencionistas do Estado no centro:

Ao final dos anos 1970, o neoliberalismo passou a ser o programa reacionário das facções dirigentes da burguesia no centro do sistema. Reagan e Thatcher chegaram ao poder para começar o desmonte das conquistas sociais dos trabalhadores nos países centrais. Essa obra ainda é perseguida com perseverança pelos governos no poder em Paris e Berlim, que precisam destruir as redes de segurança social para diminuir os riscos do Estado e permitir uma rentabilidade mais alta do capital e menos impostos. (ARCARY, 2006, p. 42-43).

O diagnóstico da economia latino-americana elaborado pela CEPAL, entre outras consequências, serviu para reforçar a necessidade de intervenção do Estado na economia até o governo Pinochet, quando o Chile foi o pioneiro na aplicação do modelo neoliberal ainda em 1978, acompanhando Inglaterra e Estados Unidos. Perry Anderson em seu *Balanço do neoliberalismo* (1995, p. 9, grifo nosso), sintetiza:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros: estavam localizadas no *poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário*, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua

capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma *disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos*. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, *uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas*, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

Com esse programa, o neoliberalismo marchou sobre o mundo, quando desde então a economia da nova modernidade passou a fundamentalmente ser ligada ao processo de aprofundamento da globalização e da política conservadora, que se tornou um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos privados e entre grupos sociais, Estados e interesses subalternos coletivos, públicos. Onde os atores centrais da globalização são as corporações, transnacionais, gigantes empresas que atuam em diversos pontos do mundo, geralmente pertencentes a um dos três blocos hegemônicos (EUA, Europa, Japão) e agora, em menor escala, entram em cena empresas da China, Índia, Brasil e Rússia. Sendo os principais traços da globalização em que se sustenta toda sua dinâmica: a economia dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos à escala global; os processos de produção flexíveis; a revolução da tecnologia de informação e de comunicação; a desregulamentação das economias nacionais e; as proeminências das agências financeiras multilaterais (SANTOS, 2003).

Sabe-se que nos últimos trinta anos a política econômica com base nos cânones neoliberais foi aplicada ao mundo, obteve sucesso em seu intento de aumentar a desigualdade, a tal “nova e saudável desigualdade” que segundo os neoclássicos “iria voltar a dinamizar as economias avançadas” e particularmente expandir a economia global depois da queda do Leste Europeu, da URSS e do sistema de economia estatal stalinista, já em elevada e crescente decomposição do modelo socialista originário. Fato que radicalizou a implantação global do modelo de crescimento segundo a teoria e a política neoliberal e deixou seu resultado destruidor em todo o planeta – “em 1960 os países do Norte eram 20 vezes mais ricos que os do Sul; em 1980, essa proporção já havia aumentado para 46 vezes” (SACHS, 2000, p. 14).

Na América Latina, por exemplo, o Chile foi o país pioneiro, menina dos olhos por muitos anos dos propagandistas da globalização que o apresentaram como vitrine do neoliberalismo, fazendo dos resultados da sua economia a prova incontestável do sucesso deste modelo, ocultaram,

entretanto, as suas bases de sustentação: a indiscriminada e brutal exploração da classe trabalhadora combinada com a dos recursos naturais do país (especialmente do cobre) pelas multinacionais, que tem legislação protecionista de seus interesses trabalhistas e social, o acesso livre e gratuito ao cobre, aos subsídios e a existência de direções sindicais operárias traidoras de sua classe. Neste cenário, em que os trabalhadores sofrem pela ausência de proteção trabalhista e tem seu direito à greve extremamente limitado, se mantendo as velhas leis dos tempos da ditadura, para reprimir o movimento sindical, etc. cresceu a riqueza da burguesia. O aumento brutal da pobreza e da concentração das riquezas nas mãos de uma ínfima minoria de privilegiados foi a consequência natural depois de anos de neoliberalismo. Segundo o cientista político Guillermo Holzman, da Universidade do Chile, os 5% mais ricos do país concentram cerca de 80% da renda nacional. No ano de 2001, a população na situação de pobreza correspondia a 20,6% do total do país. Já a população em pobreza extrema ou indigência correspondia a 5,7% e o trabalho sem proteção trabalhista reina no país. O atual sistema previdenciário chileno (privatizado em 1983) exclui cerca de 50% da força de trabalho ativa - pessoas subcontratadas ou com contratos temporários são a maioria. Claramente o quadro geral do Chile não é o único, a América Latina é um campo aberto destes exemplos como se mostrará mais adiante.

Paralelo a esse movimento, nos anos 1990, se desenvolve a noção de Arranjos Produtivos Locais (APL) ou Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL), que segundo seus ideólogos permitiriam saídas estratégicas para vencer atrasos e ganhar espaços competitivos no mercado, em busca do desenvolvimento endógeno. Costa & Andrade (2006. p.113) evidenciam que esses Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL), podem oferecer:

À razão possibilidades de visualizar a existência e reprodução social nas relações que integram a sua esfera “propriamente” econômica, com as esferas social e política (capital humano: nível de cultura e de habilidade dos cidadãos; capital social: nível das organizações da sociedade civil e sua capacidade de gerar e aplicar novos conhecimentos), expressas em totalidades referidas necessariamente a localidades concretas. Articulada a perspectivas do desenvolvimento endógeno, assegura que a reprodução do conjunto torna-se mais eficiente com o estreitamento dos laços que integram os componentes de cada esfera e as diversas esferas entre si por processos cooperativos que agilizam a produção e a circulação do conhecimento, sua transformação, a partir de qualquer das suas formas disponíveis, em habilidades dos agentes e fonte de eficiência dos aparatos produtivos.

Ainda segundo Costa; Andrade (2006. p.113):

Às perspectivas que associam tais arranjos a níveis de sistematicidade (reprodução virtuosa nos termos do capitalismo) próprios das condições das realidades industriais mais avançadas (Porter, 1989), Cassiolato e Lastres (1999 e 2003) oferecem a visão mais geral de que, em qualquer realidade social do capitalismo, submetida a tensões para mudar, a dinâmica de ajustamento produtivo e reprodutivo no uso das disponibilidades (repita-se, sempre locais) de trabalho, de capital físico e natural implica, isto é, requer criar fundamentos institucionais de cooperação entre as unidades mais irredutíveis (unidades produtivas e de consumo), canais de acesso dessas unidades ao saber codificado ou tácito necessário à inovação, tecnológica ou

social, e de elementos de governança (nódulos estratégicos de coordenação), sejam eles formais ou informais, maduros ou insipientes. Essa necessária estruturação constituiria os Arranjos (podendo ser ou vir ser Sistemas) Produtivos (podendo ser ou vir a ser Inovativos) Locais.

Desde Adam Smith, passando por John Keynes, até os economistas neoclássicos e as novas propostas reformistas da economia institucionalista como a dos APLs, parece não resistirem às grandes provas da história, as crises econômicas e financeiras do capitalismo, desde a de 1974 até a recente de 2008, a realidade compromete em grande parte essas teorias. Assim, a última crise indica que também leva consigo as esperanças dos economistas institucionalistas, essa frágil noção de APLs, que foi arrastada pelo vendaval que atingiu a economia mundial e particularmente a da América Latina, que se fundamenta na lógica reprodutiva sociometabólica do capital regional ou local em alto grau de subalternidade aos interesses imperialista estadunidense, que por sua vez se mostrou insustentável em seu próprio território. Portanto, todas essas teorias buscam reforçar um modelo social e econômico que colabora para a manutenção da destruição das forças produtivas, não passa de respostas socioeconômicas ora conservadoras abertamente liberal, ora uma tentativa inglória reformista que avança na mesma direção dos interesses da burguesia e se mostra infrutífera da mesma forma para os trabalhadores. Assim, tanto a antiga resposta da CEPAL de *crescimento para dentro*, quanto as “novas” noções entorno de APLs, articuladas desde *a perspectivas do desenvolvimento endógeno* se mostraram incoerentes, ineficazes, diante do turbilhão da economia em crise.

Tentar propor saídas por dentro do capitalismo (visto que é um sistema completamente nefasto ao conjunto da vida, tanto da sociedade como da natureza), que não se enfrentam ou rompem com o capitalismo é apenas adiar e tornar a *crise total* e ou *crise global* (social, econômica, ecológica, política, etc.), provocada pela burguesia e seu falido sistema sócio-econômico-político-institucional, ainda mais grave e diminuir as chances de construir ao lado dos que querem lutar pela construção de uma real alternativa de solução mais coerente e responsável com a presente e as futuras gerações humanas e a manutenção das condições saudáveis da vida na Terra⁸⁹ - mas esta questão será problematizada e melhor discutida no transcurso da tese, aqui somente surge inicialmente como marco delimitante teórico-programático para um debate mais profundo como estes interlocutores e outros sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade de suas propostas.

⁸⁹ Mas como diz Nietzsche (2008, p. 274), em *Aurora: até o presente, os erros foram as forças mais ricas em consolação. Agora se espera os mesmos serviços das verdades reconhecidas, mas estas se fazem esperar um pouco demais. Às vezes tarde demais, principalmente se os que podem fazer avançar as consciências pela visão das verdades indicadas pela realidade, ao contrário, a retardam conscientemente.*

Muito ainda faltou e se poderia acrescentar, mas dada as limitações de espaço, aqui foram apresentadas partes das mais relevantes considerações teóricas a respeito do desenvolvimento da sociedade capitalista e sua economia. Claro deve estar que se mostrou apenas uma síntese panorâmica dessa rica e vasta discussão teórica - apenas para ajudar na compreensão geral das questões centrais ora em debate: *o desenvolvimento capitalista na alta modernidade, sua racionalidade, desdobramento e radicalização nas últimas décadas; e como isso tudo contribui social e culturalmente para o aprofundamento da alienação, da ideologia, do ceticismo e a participação política; bem como para a primazia e disputa dos indivíduos entre si e conseqüentemente, seus efeitos em detrimento da coletividade, a sociedade em geral.*

O que segue, deve complexificar um pouco as noções em torno da modernidade e desenvolvimento até então abordadas e que serão fundamentais para as relações que se pretende encadear daqui para frente, quando aumenta o grau de complexidade da análise, em uma tentativa de buscar abarcar um todo possível de caracterização, análise e reflexão sobre *as dinâmicas da modernidade, face à alienação, a ideologia e o mundo do trabalho na contemporaneidade globalizada, informacional, sob a ordem da reprodução sociometabólica do capital* que submete economias, povos, regiões e ecossistemas em todos os continentes. Fagocitando-os. Fragmentando-os. Dilacerando-os. Isso tudo em um cenário, que ao se seguir a linha do processo de desenvolvimento atual, do fundamento estrutural da modernidade: *individualismo, diferenciação, racionalidade, economismo e expansão...* percebe-se que haverá maior radicalização do *projeto individual*, através do consumo e da diferenciação, do “espetáculo”, do culto à “celebridade” instantânea, uma construção artificial, raza e pueril de conteúdos e formas das e nas relações sociais entre indivíduos e coletividades.

A teoria sociológica contemporânea evidencia o maior grau de alienação, como é possível inferir a partir do que Baudrillard (1986, p. 88-93, grifo nosso) manifesta abertamente:

O fato é que todas as nossas análises em termos de *alienação*, de *conformismo*, de *uniformidade* e de *desumanização* caem por si mesmas: *aos olhos da América, elas é que se tornam vulgares [...].* Esse consenso de simulação é muito menos frágil do que se pensa, porquanto está muitíssimo menos exposto à prova da verdade política. Todos os nossos governos modernos devem à orientação publicitária da opinião pública uma espécie de metaestabilidade política. *As falhas, os escândalos, os fracassos, já não acarretam catástrofe. O essencial é que de tudo isso tenham adquirido um ar de credibilidade e que o público tenha se tornado sensível ao esforço que se fez nesse sentido [...].* Roteiro sem risco, encenação calculada, evento artificial, *êxito garantido*. Correspondiam-se no vazio, o que hoje define a cena política.

Assim, se vive uma *Era do vazio*, de marasmo, como evidencia Lipovetsky (1983), onde se inscrevem a política, a economia, a ideologia, a vida social, e suas forças: os desertos encontram-se diante de nós. Aí está uma nova e gigante crise econômica, onde foi e ainda é muito baixa a resposta política dos subalternizados diante dela, para a qual o proletariado está sendo passivo e sofrendo de paralisia. Assim como se pode ter outro exemplo diante desse vazio olhando para o fenômeno de um passado relativamente recente, da queda do sistema estatal e o modelo stalinista da antiga União Soviética, quando se evidenciou que as empresas arrematadas pelo mercado, o lugar de crescimento do capital, que precisava se expandir e recuperar a taxa média de lucro, mas isso não ocorreu ou foi suficiente para estancar a crise de reprodução do capital, como aponta Arcary (2006, p. 43-44):

A restauração capitalista no Leste e na União Soviética não trouxe crescimento econômico, mas uma trágica regressão durante quase uma década. Uma valorização de capitais especulativos, sem correspondência com a capacidade de realização de lucros no mundo material de venda de bens e serviços, parecia cada vez mais perigoso, e uma grande “quebradeira” – moratória de Estados mais frágeis – começou a ser seriamente considerada. Uma especulação febril em mercados de derivativos, alavancagem de empréstimos para mercados – a China e a Índia – que tem limites sociais (a resistência dos trabalhadores) e políticos (como o contencioso da China com Taiwan e da Índia com o Paquistão). Em suma, estaríamos diante de uma superacumulação de capitais de tal dimensão que seria inevitável a queda da taxa média de lucro.

Por estas e outras situações, como a especulação imobiliária, a crise de 2008 chegou, dela poderão surgir novos elementos sociais, econômicos e políticos. Ela está apenas no começo. Ainda sem a entrada em cena dos trabalhadores, dos povos, das massas em lutas. Tudo poderá acontecer, melhorar e ou piorar. Deve-se trabalhar sem a ilusão que pela crise econômica está garantida mais uma etapa de crise final do capital e sua derrubada se fará mais fácil diante das lutas dos oprimidos e explorados. A burguesia mundial está mais preparada e em alerta máximo para enfrentar suas crises cíclicas e os processos de revoltas dos subalternos.

3.2 MODERNIDADE, RACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE CAPITALISTA

As principais interpretações sobre o desenvolvimento estão relacionadas às *descontinuidades históricas*, à *natureza intrínseca das instituições* (GIDDENS, 1991). Na forma como o sistema econômico se organiza sob a modernidade, houve aceleração econômica e transformações sociais e políticas que abalaram as estruturas da sociedade (TOURAINÉ, 1998), causando maiores modificações ambientais e ecológicas nunca antes

promovidas pelo homem, onde há uma brutalidade dos processos econômico-produtivos na apropriação da natureza, que, causou maior visibilidade pelo contraste entre a velocidade de destruição do ambiente natural⁹⁰ nas décadas mais recentes (PÁDUA, 2002). Uma situação extrema se relaciona à produção de alimentos, sua base biofísica:

Os solos em que os homens tentam fundar novas civilizações estão desaparecendo, levados pela água e varridos pelos ventos. Atualmente, a destruição da finíssima camada viva do planeta aumenta numa proporção não igualada na História. E, quando essa delgada camada – o solo – desaparecer, as regiões férteis que existiram serão desertos inabitáveis (BERTONI; NETO, 1990, p.13).

Esse processo foi tão explosivo que se tornou objeto de intensos estudos de diversos autores e instituições nacionais e internacionais de pesquisas, tanto no campo das ciências naturais, quanto sociais e econômicas. Todas as pesquisas são unânimes em apontar que a contabilidade socioambiental é nefasta em todo o mundo - em apenas dois séculos desde que a burguesia tomou o poder e dirigiu a vida social, particularmente nas últimas cinco décadas, uma massiva destruição *social, econômica, cultural e ambiental* se implantou por todos os continentes. Somente um dado, da problemática de água, é estarrecedor (BLANC, 2007, p. 7):

A conferência mundial sobre água, a World Water Week (Semana Mundial da Água), que reuniu em junho de 2007, em Estocolmo, Suécia, representantes de 140 países e organizações internacionais, mostrou um quadro pessimista em relação a esse recurso limitado. As mudanças climáticas apresentadas pela ONU durante a conferência revelam que grande parte dos países menos desenvolvidos já enfrenta períodos incertos e irregulares de chuvas, e as previsões para o futuro indicam que as mudanças climáticas irão tornar a oferta de água cada vez menos previsível e confortável. Outra constatação preocupante demonstrada na Semana Mundial de Água é de que apenas no decorrer do ano de 2007, 117 milhões de pessoas em todo mundo foram vítimas de cerca de 300 desastres naturais, incluindo secas devastadoras na China e na África. O prejuízo global foi calculado em 15 bilhões de dólares.

Não coincidentemente este quadro ocorre no mesmo período histórico do avanço do capitalismo sobre as últimas reservas, as fronteiras e confins que estavam em estoques, orientado por uma razão instrumental de uso da natureza, da lógica que estrutura o modelo. Isso está associado à evolução do pensamento moderno burguês, de um modo de reprodução sociometabólico de desenvolvimento que se mostrou no transcorrer dos séculos,

⁹⁰ A elevação do nível do mar, migração forçada, tempestades mais intensas, secas, enchentes, perda de nutrientes, extinções, incêndios florestais, epidemias, destruição de lavouras e a fome: quando os pesquisadores estudam o quadro futuro causado pelas mudanças climáticas, a situação se mostra ameaçadora. Apesar das controvérsias e incertezas, há um consenso de que o clima da Terra está realmente se tornando mais quente. Um aumento de 3°C na média global de temperatura, conforme previsões, cairá como uma bomba no delicado equilíbrio planetário. Os regimes das correntes oceânicas e de chuva, todas as formas de vida, enfim, serão afetados (BLANC, 2007, p. 56). Só para ficar nestes “poucos” exemplos, esse é o resultado que a burguesia deixou ao mundo, as classes trabalhadoras e povos pobres.

extremamente destruidor e insustentável. Touraine (1998), diz que a confiança exclusiva colocada na razão instrumental e na integração social do indivíduo está carregada de perigos. As sociedades industriais avançadas estão hoje em dia bem distantes da libertação que tanto aspiraram e se vêem mais prisioneiras de seus produtos (do Estado moderno, do mercado, do dinheiro e da própria razão e o sistema do capital em si) do que as privações tradicionais que tentaram destruir. Touraine (1998), afirma ainda que as luzes da razão e a ideologia ocidental produziram a racionalidade instrumental, a formação de um novo pensamento político hegemônico (liberalismo-democrático), o progresso técnico e científico, a secularização, o desencanto. Formulou a concepção de ser humano natural, o “cidadão” que ampara sua relação sob as leis construídas sob o manto dos “direitos humanos”, da “igualdade”, “fraternidade” e “liberdade” que vigorava na filosofia iluminista e burguesa (ao menos conceitualmente), já que a prática se mostra claramente antagônica a esses. A realidade atravessa os olhos e mostra que antes de se alcançar o desenvolvimento social e econômico esfuziantemente propalado pela burguesia, longe, muito longe disso, se vê a concentração contínua de riquezas, a miséria e a destruição dos ecossistemas e biomas ao redor do mundo⁹¹.

Parafraseando Rousseau na obra *Contrato Social*, Touraine (1998), reafirma que, por todo lado, *por onde se vê a modernidade fracassou em seu projeto ou idealização, a humanidade se escravizou*. A fórmula da modernidade que visava jogar luzes sobre o obscurantismo, libertar os homens e promover sua igualdade não se concretizou. A anunciada ordem social que viria construir um progresso harmonioso e trazer felicidade e prazer aos indivíduos e à sociedade civil não resiste a uma análise séria e coerente da realidade produzida pela ascensão e predominância racionalista, liberal e as práticas correspondentes da sociedade capitalista. A utilidade social da “cidadania” parece que patina na fragilidade dos fatos concretos observáveis - só existe “cidadania” para quem tem dinheiro, poder e *status* social. O “contrato social” sob o capital criou uma sociedade opressiva e exploradora como afirma enfático Touraine (1998, p. 25-26):

A concepção da modernidade elaborada pelos filósofos da ilustração [...] não define nem uma cultura, nem uma sociedade [...] ela colocou no centro a oposição entre o tradicional e o moderno. Mas seu desdobramento trouxe à luz o capitalismo e

⁹¹ O Banco Mundial projeta um aumento da população do mundo, que vai dos presentes 6,5 bilhões a 8,5 bilhões até o ano de 2030 – um incremento em torno de 30%. Desses 2,8 bilhões de pessoas “excedentes” no planeta, 2 bilhões terão nascido em países onde o salário médio diário é inferior a US\$ 2,00. Enquanto isso as empresas lucram à cifra de bilhões, veja o caso da Arcelor Mittal Brasil, braço brasileiro da maior siderúrgica do mundo, onde a palavra de ordem é produzir mais gastando menos recursos. Em 2006 – a empresa foi formada em dezembro de 2005, da integração da Belgo Mineira, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Vega do Sul –, a ArcelorMittal produziu 10,1 milhões de toneladas de aço bruto, 7% mais que no ano anterior, e obteve uma receita líquida de 14,1 bilhões de reais, crescimento de 5% em relação a 2005 (VÍEGAS, 2007 p. 32).

dominação de classe, uma ordem burguesa que se tornou opressiva e exploradora, se alastrou por todo o mundo econômico e político, definido por um ator dirigente, o capitalista.

Não é preciso muito esforço para concordar com esta citação de Touraine (1998), por mais impertinente, reformador ou conservador que se queira ser, não se pode negar a vertigem da realidade aplastadora das condições sociais, econômicas, políticas e ambientais que vive a humanidade neste momento de sua história e onde as mazelas, a opressão e a exploração despudorada estão aí, frato-expostas.

A economia política internacional, na ortodoxia neoliberal, significou o “ajustamento” econômico e imposições sobre as outras nações e povos de uma política nefasta para a maioria esmagadora da população, especialmente naquelas zonas, regiões e países onde havia poucas provisões sociais, organização política das classes subjugadas e baixo acúmulo de lutas de classes em termos de enfrentamento, de capital social instalado (REDCLIFT, 2003; COSTA, 2006a). Fracas, especialmente em termos de luta e organização social revolucionária. Por isso as grandes empresas, corporações e grupos industriais se instalam preferencialmente em países, áreas ou zonas, com escassa organização social-política-sindical e abundante mão-de-obra, o principal insumo produtivo do capital.

Reforçando de conjunto um mundo que caminha para o abismo, pela dimensão da crise atual e os interesses econômicos e políticos em disputas, caso não se encontrem alternativas, ainda no século XXI, para uma crescente insustentabilidade. É grande a chance de um provável *ecocídio coletivo*, caso se continue a trilhar pelo atual caminho e ou modelo civilizacional hegemônico. Basta um colapso do mais elementar, *d'água*, e isso se mostra muito preocupante. Blanc (2007, p. 7), com base no Relatório da ONU, salienta que:

A ONU estima que 20% da população mundial em 30 países já sofrem com a escassez de água. O crescimento explosivo das populações é uma das principais causas da ameaça global de falta de água. Neste ano [2007], a porcentagem da população mundial que vive em centros urbanos irá pela primeira vez na história ultrapassar os 50%, provocando uma enorme pressão sobre a demanda de água. Segundo previsões da UNESCO, 1,8 bilhão de pessoas podem enfrentar falta crítica de água em 2025, e dois terços da população mundial podem ser afetados pelo problema [...]. A crise é maior do que o empenho. Apesar de uma das ‘metas do milênio da ONU’ ser a redução à metade do número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico até 2015, a apenas oito anos do cumprimento do prazo, isso dificilmente será alcançado. Os organizadores da conferência mundial da água alertam que um bilhão de pessoas ainda são afetadas pela falta de água potável, e mais 2,4 bilhões não possuem saneamento básico.

Esses dados mostram que além da séria problemática socioambiental por conta do uso da água, há um viés discriminatório e conservador da ONU, ancorado no velho problema de

origem Malthusiana: o crescimento exponencial da população e o uso dos recursos naturais. Sabe-se que o problema da explosão demográfica se situa nos estratos sociais empobrecidos, logo a conclusão da ONU: culpa os pobres por terem muitos filhos. Essa explicação não convence, apenas reforça a ideologia burguesa, que se esforça por homogeneizar e distribuir o problema ambiental entre as classes, quando não diretamente aponta os pobres e miseráveis como os culpados, quando se observa que com todo o progresso material da sociedade capitalista, é nítida a persistência da desigualdade social, econômica, o aumento da fome⁹², da miséria, do crescente desemprego⁹³, da erosão genética, da perda de biodiversidade, da destruição dos solos, das florestas e dos recursos hídricos, além do recente fenômeno do aquecimento global, e da água já referida, que, de conjunto, mostra indícios concretos da falsa acusação e culpa daqueles que a burguesia empobreceu e continua empobrecendo aos bilhões.

Como se sabe, há uma crescente insustentabilidade do sistema e por outro lado uma urgente necessidade de mudança do atual estilo de desenvolvimento da economia-mundo

⁹² O relatório 2008 da FAO - *O Estado de Insegurança Alimentar no Mundo*, afirma que a alta no preço dos alimentos *reverteu dez anos de trabalho para a redução da fome na América Latina* (51 milhões de pessoas foram afetadas pela fome na América Latina e no Caribe em 2007 - quase o mesmo nível de 1997, quando havia 51,8 milhões nessa condição). Em todo o mundo, a recente crise global dos alimentos incluiu mais 40 milhões de pessoas, segundo a FAO (2008), no número de pessoas desnutridas, que passou de 923 milhões em 2007 para 963 milhões em 2008 e a atual crise econômica e financeira poderá levar mais pessoas a conhecer o desastre da fome e os flagelos da pobreza nos próximos anos. O diretor-geral adjunto da FAO, Hafez Ghanem disse em entrevista no final de 2008 que “para milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, comer a quantidade mínima de comida todos os dias para ter uma vida saudável e ativa é um sonho distante. Os problemas estruturais como fome, falta de acesso à terra, crédito e emprego, junto com os altos preços dos alimentos, permanecem uma terrível realidade.” Ainda Ghanen diz que o desafio da FAO de reduzir o número de pessoas com fome pela metade até 2015 requer um forte compromisso político e investimentos nos países pobres. Seriam necessários pelo menos *US\$ 30 bilhões por ano*, até 2015, de acordo com Ghanen, para garantir a segurança alimentar e reativar o setor agrícola - por muito tempo negligenciado - dos países mais afetados. Portanto uma bagatela de 210 bilhões de dólares. O representante da FAO continua: “A crise tem afetado principalmente os mais pobres, os sem-terra e as famílias chefiadas por mulheres”, e “vai requerer um esforço global enorme e dedicado e ações concretas para reduzir em menos 500 milhões o número de pessoas com fome até 2015.” Atualmente, a grande maioria dos famintos do mundo, 907 milhões de pessoas, vivem em países em desenvolvimento e ou muito pobres: 65% estão na Índia, China, Congo, Bangladesh, Indonésia, Paquistão e Etiópia. Os próprios dirigentes da FAO reconhecem que alcançar a meta fixada na *Cúpula Mundial sobre Alimentos*, ocorrida em 1996, de *reduzir o número de pessoas com fome em 500 milhões nos anos que faltam para 2015, é uma possibilidade praticamente remota*. No entanto para salvar os grandes bancos, o sistema financeiro mundial e as gigantes empresas dos setores automobilístico e imobiliário, que pertencem a três dezenas de burgueses, em apenas um ano se assaltou US\$ 24 trilhões dos cofres públicos.

⁹³ Somente na região metropolitana de São Paulo, a zona industrial por excelência do Brasil, com aproximadamente 22 milhões de habitantes, a evolução da taxa de desemprego anual média entre 1985 e 2001, tanto o **desemprego aberto** (desemprego mesmo, clássico) como o **desemprego oculto** (trabalho precário), apresentam uma considerável elevação na década de 1990. A taxa de *desemprego aberto* vai de 7,4% em 1990 para 11,2% em 2001, enquanto a taxa de *desemprego oculto* pelo trabalho precário cresce de 2,9% para 4,5% no mesmo período. Isso faz com que a taxa de desemprego total se eleve de 10,3% em 1990 para 17,5% em 2001. Imagine o nível de desemprego nas regiões mais periféricas do país e depois de 2008 em diante. Só em dezembro do ano da crise o desemprego bateu recorde, segundo os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) houve o corte de 654.946 empregos com carteira assinada em plena euforia do fim de ano - a maior queda mensal desde maio de 1999 e superior ao corte de 352.093 postos de trabalho em dezembro de 2004.

baseada nas premissas capitalistas, uma vez que a realidade demonstra a gravidade das manifestações de distúrbios e crises socioeconômicas, socioambientais, político-institucionais e culturais em função da concentração da riqueza, da propriedade privada, da retirada de investimentos de capital produtivo em favor e primazia do mercado financeiro globalizado, das crescentes simplificações dos ecossistemas, da indiscutível destruição dos recursos naturais, das tentativas de homogeneização cultural em detrimento da diversidade, etc. Assim, uma parte da intelectualidade contemporânea, após três décadas de aplicação das políticas neoliberais e sua crise, argumenta que o Estado deve continuar a ser um ator fundamental na regulação das relações sociais que se estabelecem na alta modernidade, especialmente na busca de critérios políticos para alcançar a transição ao *Desenvolvimento Sustentável*. E que é preciso e necessário sair da retórica e ir à prática e formulação de políticas públicas que atendam a necessidade do novo paradigma de desenvolvimento, conserve a vida e os ecossistemas rumo a um real progresso socioeconômico e socioambiental, que seja sustentável, vivo e justo (GUIMARÃES, 1998; COSTA, 2006).

Neste sentido, também vale a pena observar outros elementos, além do econômico, no processo de desenvolvimento e evolução social, como o problema cultural. Em *A idéia de cultura*, Eagleton (2005, p. 9), diz que a **cultura** é uma das duas ou três palavras ou conceitos mais complexos, e ao termo que é por vezes considerado o seu oposto – *natureza* – é comumente conferida a honraria de ser o mais complexo de todos. Aqui se desenvolve uma abordagem menos ortodoxa, mais dialética e reflexiva entre *cultura*, *trabalho* e *natureza*, não como opostos, separados, mas como pontes - em que cultura, trabalho e natureza são interacionais, no processo de *identidade cultural*, *relações biofísicas* e *produção material e imaterial* dos indivíduos e coletividades com o meio onde vivem, produzem e reproduzem⁹⁴.

⁹⁴ Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2001, p.51) diz que é a *identidade cultural* que faz com que cada *indivíduo* se sinta participando de uma *coletividade* cultural particular. É, assim, a identidade cultural que dá às pessoas a sensação de pertença e agasalho no espaço geográfico e temporal, como se os indivíduos tivessem uma espécie de casa no mundo. Esse compartilhar, inclusive, de uma mesma teia de relações sociais particulares tem uma força tão intensa. A identidade cultural se relaciona aos aspectos socioculturais e a capacidade de resistência dos segmentos populacionais, que em determinado momento buscam se constituir enquanto grupo social e posteriormente se contrapor à destruição cultural imposta pelo tempo e ou pela opressão racial, étnica e ou de classe social. A identidade cultural se aproxima e se ajusta aos complexos padrões de comportamentos e crenças definindo culturalmente um povo e que são transmitidas às gerações seguintes. Neste sentido, por exemplo, as raízes culturais do carimbo, ritmo musical e dança amazônico, foram herdadas do período colonial, como reflexo surgido a partir da constituição do próprio “caboclo”- palavra tupi “caa-boc” que significa “tirado do mato”. Realmente o povo “tirado do mato” apresentava-se, sobretudo depois da Cabanagem, como um povo que tinha renegado o mato e vinha perdendo sua própria identidade, para entrar no mundo “civilizado” da cultura hegemônica de origem européia. A cultura excludente, absolutista e autoritária dos brancos e letrados do período colonial e pós-colonial, não impediu, no entanto, que os “tirados do mato”, em contraposição cultural construíssem e preservassem sua identidade cultural, ainda que tenham incorporado alguns elementos de origem européia. Os indígenas e negros e particularmente, a população nativa resultante da miscigenação das raças, que originaram o caboclo amazônico mantiveram em grande parte sua identidade

Johnson e Earle (1987) enfatizam que não apenas as questões econômicas, mas os elementos culturalistas estão envolvidos no processo de *evolução* ou *progresso social*. E os resultados advindos deles têm conseqüências muito importantes, onde a evolução social e o crescimento espacial são explicados pela cultura, não sendo a evolução social um evento progressivo, mecânico, e sim dialético, que contém diferentes dinâmicas, complexas relações sociais e permitem, por exemplo, em um dado espaço e tempo, lidar com problemas da pressão populacional muito diferente do modelo malthusiano. Johnson e Earle (1987) estão em acordo com Boserup (1987) e Wilkinson (1974), quanto à tese do aumento populacional enquanto motor primário do desenvolvimento - em que, cada vez mais as sociedades precisam e vão evoluindo, e com isso vão se tornando mais complexas, mas também podem ir a crises⁹⁵.

Para Johnson e Earle (1987), com o desenvolvimento e domínio do homem sobre a natureza, a cultura acabou por vencer a biologia, ou seja, houve o triunfo da cultura sobre a natureza. Em especial da cultura ocidental - passados todos os séculos, em particular os sob o domínio do capitalismo, estão aí todas as conseqüências da modernidade. Seus dilemas, limites e conflitos em uma sociedade em que o risco global deixou de ser algo do futuro, das gerações vindouras. Vive-se sua radicalização no presente como é evidenciado por Beck (1992), quando discute em *Risk Society* o problema da sobrevivência da humanidade, que, fundamentalmente, tem a ver com os atuais conflitos sociais, econômicos e ecológicos.

Beck (1992) argumenta que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada pela sociedade de risco, no que se tem discordância, uma vez que esta continua produtora de mercadorias, é evidente o padrão industrialista, e ao

própria, materializada na leitura do cotidiano, no trabalho, nas relações com a natureza, a paisagem e os ecossistemas da região amazônica, especialmente os povos ribeirinhos – ainda, obviamente, que tenham sofrido nos processos de interculturalidades perdas e ganhos em sua identidade e que neste momento, como resultante se aproxime muito do modo de vida e sociabilidade da sociedade ocidental.

⁹⁵ Sendo preciso compreender que as crises ecológicas e a evolução da sociedade são parte de um mesmo processo, que levam a uma maior interligação política entre os fenômenos e dimensões da crise, ao mesmo tempo em que ocorre também maior estratificação social no seio das sociedades em geral. Sendo a guerra um dos fatores de “evolução social”, tem sido essa a dinâmica histórica de resolução de gravíssimos conflitos desde os tempos remotos até as disputas atuais no Oriente Médio, na Ásia, e entre vários grupos e grupelhos na África, na América Latina e mesmo, de forma velada e ou semi-aberta nos espaços urbanos e subúrbios dos ditos, países “civilizados”, no interior da Europa, dos Estados Unidos e Japão e os espaços globais por esses imperialismos hegemônicos, que envolvem intensas disputas por espaços, mercados e poder entre setores legais e ou ilegais, como os grandes grupos industriais, bancários e as máfias e o tráfico. Mesmo se pensarmos em termos de Estados nacionais e as intensas e encarniçadas disputas entre eles, através de suas mega-empresas e via organismos multilaterais como a OMC e o FMI, lá existem as guerras. A Primeira e a Segunda Grande Guerra foram por conta de que, afinal? No entanto, em se tratando de desenvolvimento capitalista isso é normal, necessário e permanente. Pois, apenas um exemplo, quem domina a pauta de negociação agrícola e pecuária na Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas principais bolsas e mercados do setor, assim como nas instituições governamentais, o que inclui além do mercado o montante de financiamento da agricultura, a incorporação dos avanços tecnológicos, são os latifundiários, os grandes empresários rurais, as corporações agropecuárias e agroindustriais, através de seus representantes diretos nos governos, nos postos do Estado.

mesmo tempo carrega consigo os riscos, nunca de dissociou dele. No entanto a análise de Beck (2002) sobre os riscos terem aumentado a uma gravidade histórica é correta, na qual a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas da típica primeira modernidade, de fato agora são bem superiores. O desenvolvimento das ciências e das técnicas não poderiam, segundo esse autor, dar conta da predição e controle dos riscos que criou e que geram consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, muitas desconhecidas em longo prazo - quando determinadas descobertas, tendem a ser irreversíveis, como os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos (produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente), além dos riscos econômicos, como as quedas nos mercados financeiros internacionais. Este conjunto de riscos geraria “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” (BECK, 1999, p. 2-7).

Assim o conceito de *sociedade de risco* se cruza diretamente com o fenômeno de globalização, onde os riscos são “democráticos”, afetando nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo (coexistindo maior pobreza em massa, crescimento de nacionalismo, fundamentalismos religiosos, crises econômicas, guerras abertas ou veladas e catástrofes ecológicas e tecnológicas). A proposta de construir não apenas um novo conceito dentro da teoria social, mas uma teoria da *sociedade global de risco* é apresentada por Beck de forma mais explícita em quatro livros: *The reinvention of politics – Rethinking modernity in the global social order* (1997); *Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización* (1998); *World risk society* (1999) e *The brave new world of work* (2000). Nessas obras, o autor situa sua teoria no contexto de outras análises sobre riscos e globalização. Beck pretende construir uma teoria social que estabeleça um *paradigm-shift* dentro da sociologia, para poder “reinventar a sociedade e a política” (GUIVANT, 2001). Entretanto, identificar a “Sociedade de Riscos”, de fato não leva além de uma caracterização da radicalidade dos problemas criados no interior da modernidade, o que evidentemente não comporta um novo paradigma, que possa “reinventar a sociedade e a política”, a não ser que se pense a ruptura total com o sistema do capital, a burguesia e projete a revolução socialista – as proposições de Beck se encontram muito longe de defender concretamente essa posição.

Entretanto há crescente importância em estudar e agir sobre a *Sociedade de Riscos* e os impasses desde os *conflitos sociais* que agravam os riscos tensionados pela sociedade burguesa. Nesse sentido vale buscar as definições clássicas da questão dos *conflitos sociais*.

Para Durkheim (2002), os conflitos, por exemplo, dizem respeito às *anomalias, desequilíbrios, disfunções da e ou na sociedade*. E os concebe de três maneiras: *conflitos como tensões normativas; controle de interesses entre grupos e; ausência de normas sociais (anomia)*. No entanto, para Marx (2000), conflito representa superação positiva da ordem social, econômica e política: *luta de classes; classes antagônicas e irreconciliáveis; relação capital x trabalho em permanente guerra*. Para Georg Simmel (1858 - 1918), em sua obra *Questões fundamentais da sociologia* (2006), conflito faz parte natural da vida em sociedade, sendo que os elementos que caracterizam os conflitos são: *quanto à natureza* (econômica, política, social, cultural, religiosa, ambiental, geracional, sexo, etc.); *quanto aos atores sociais envolvidos*, seu campo específico de disputa e objeto em disputa; assim como *a dinâmica de evolução dessas disputas*. Portanto, para os dois últimos autores os conflitos sociais, são antes de tudo disputas em torno de alcance de condições materiais, objetivas e subjetivas por distintos grupos e classes sociais durante o processo histórico-evolutivo da humanidade.

Assim, conflitos na *Sociedade de Riscos, Sociedade em Redes, Sociedade Global* na alta modernidade encontram-se estruturadas e em tensão com o avanço da informação, da tecnologia e do conhecimento. O curso histórico contemporâneo segue velozmente conectando regiões distintas, diminuindo e diluindo espaços e tempo em um fenômeno global gerando maior divisão internacional do trabalho (CASTELLS, 2000), mas também, desconectando grandes regiões e milhões de pessoas. Ao mesmo tempo que modernidade distribui sociometabolidamente o risco da escala local à global, a partir do fenômeno da mundialização submete povos e regiões inteiras às condições de subalternidade, re-colonização, miséria e violência.

Vive-se em um período do sistema mundial de transição complexa que combina três grandes constelações de práticas (*interestatais, capitalistas globais e culturais transnacionais*) profundamente entrelaçadas segundo dinâmicas indeterminadas (SANTOS, M. 2003; SANTOS, B. 2005). Por exemplo, a análise de Santos, B. (2005, p. 2) aponta que:

[...] O modelo político da modernidade ocidental é um modelo de Estados-nação soberanos, coexistindo num sistema internacional de Estados igualmente soberanos - o sistema interestatal. A unidade e a escala privilegiadas, quer da regulação social quer da emancipação social, é o Estado-nação. O sistema interestatal foi sempre concebido como uma sociedade mais ou menos anárquica, regida por uma legalidade muito tênue, e mesmo o internacionalismo da classe operária sempre foi mais uma aspiração do que uma realidade. Hoje, a erosão seletiva do Estado-nação, imputável à intensificação da globalização, coloca a questão de saber se, quer a regulação social, quer a emancipação social, deverão ser deslocadas para o nível global. É neste sentido que já se começou a falar em sociedade civil global, governo global e equidade global.

Essa noção de *sistema interestatal* guarda alguma aproximação com a proposta por Wallerstein (1980), em sua obra *The Modern World-System*, uma trilogia sobre o mundo capitalista que trata desde o século XVI até o XIX, onde analisa o “sistemas-mundo”, na tentativa de ver o sistema capitalista como um todo, entendendo que não se trata de uma constelação solta de Estados nacionais autônomos, mas de um sistema unificado e altamente hierarquizado. Para Wallerstein, o Estado-nação e o sistema moderno interestatal está em crise terminal. No entanto é preciso ponderar que ainda é muito cedo para afirmações categóricas que indicam seu fim, uma crise terminal ou um momento crítico de transição do *sistema interestatais*. Uma vez que estes funcionam historicamente sob uma ordem complexa, sistêmica e dialética, enquanto racionalidade estruturada, ainda mais na modernidade atual – diante das grandes crises econômicas de 1929, 1974 e 2008 que provaram que os sistemas interestatais continuam necessários e vigentes para salvar o sistema capitalista da bancarrota.

Na relação entre racionalidade, modernidade e desenvolvimento, enquanto grandes ideologias liberais, aqui chamada de ***super ideologia neoliberal***, particularmente a partir da grande crise econômica de 2008, segue uma feroz disputa entre a burguesia e o campo de luta política do proletariado. Uma superideologia emergiu a partir do desenvolvimento de instituições sociais modernas que criaram gigantes oportunidades de acumulação financeira para a burguesia, e o massacre de povos e países que sofreram a destruição social e econômica. Muito para além do que Giddens (1991) enfatiza: ter sido bem maiores os benefícios para a humanidade gozar uma existência segura e gratificante, a racionalidade da modernidade trouxe também seu lado sombrio como o Holocausto, Fascismo, Stalinismo, Bomba Atômica, etc. Assim a avaliação das críticas da modernidade colocadas ao longo desta seção e por diversos autores visualizam a complexidade das relações sociais e dos indivíduos, que não podem ser enquadradas em racionalidades dedutíveis, prováveis e mecânicas. Os processos e fenômenos socioeconômicos, culturais e ambientais são de natureza local, mas também global e vice-versa - o processo evolutivo se move de forma diversa, variada, em tempos e espaços diferentes. Vive-se em *sociedades* e *mundos* altamente imprevisíveis e complexos, onde o local e o global são partes interpenetrantes, e cada vez mais indissociáveis. São gerais, mas também mantém suas especificidades, particularidades, idividuações. Além disso, as sociedades e grupos sociais estão em diferentes graus de progresso material e têm diferentes valores e padrões culturais, que nem sempre coincidem com os valores dominantes e nem a eles estão associados e ou referenciados. Muitas vezes, ao contrário, são opostos e desprezados, incidindo e coincidindo aí as leis da dialética: *a interpenetrabilidade dos contrários* e o *desenvolvimento desigual e combinado* no tempo e no espaço.

Uma prova desse processo histórico-geográfico está nos trabalhos de Hugill (1993), que estudando as características do comércio mundial desde 1431, ressalta a importância da geografia (das condições geográficas) e da tecnologia (das inovações instrumentais) para o advento do capitalismo, destacando o papel da “tecnologia e da geografia na elaboração do capitalismo” desde as origens da “economia orgânica” no noroeste da Europa, quando a expansão da colheita da agricultura no mediterrâneo, durante o neolítico e suas tecnologias, eram fortemente contraídos pela geografia. Mostrando que o desenvolvimento da civilização, em última análise, é dependente das condições objetivas dadas pela natureza e das criadas pela cultura. Portanto, a crise socioambiental sentida no século XX e que avança no século XXI, é resultante de processos que envolvem exatamente esta interação social, econômica, política, ecológica e cultural (no sentido mais profundo). Onde vale perguntar: quais são as crises ambientais mais relevantes no presente? Poluição, mudanças climáticas, perda parcial da camada de ozônio, perda crescente de biodiversidade e de bioriqueza, aquecimento global, problema da água, etc.? A resposta mais coerente seria: todas. Pois são indissociáveis e cumulativas, vêm de um processo histórico e ecológico desde o primeiro período do desenvolvimento do sistema do capital, nos últimos dez séculos, caracterizado como os três principais períodos histórico-evolutivos com base ao uso da energia, ou do que hoje se chama de Metabolismo Energético Material (MEM), definidos por Patrick Geddes (1854-1932) e resgatado por Lewis Mumford (1895-1990), em *Técnica e civilização* (1993), como sendo a *Eotécnica*, *Paleotécnica* e *Neotécnica*. Estes períodos constituem o último milênio, que foram decisivos para os atuais processos sociais, econômicos e ecológicos que a humanidade e o planeta enfrentam. E que resultaram em externalidades positivas e negativas com seus reflexos sentidos hoje e que serão sentidos ainda por muitos séculos. Entre eles as crises ambientais.

O primeiro período, segundo Patrick Geddes e Lewis Mumford, é a *Eotécnica*, que vai do feudalismo ao capitalismo mercantil, entre 1000 a 1750 aproximadamente. Que teve sua crise especialmente se concentrando no último século. Naquela época a crise era de proporção local; dependente dos fluxos orgânicos (madeira, lenha) e de energia fóssil em forma de carvão; estava limitado pela terra e os ciclos biológicos, que são lentamente renovados como, por exemplo, a regeneração e ou recuperação das florestas que eram o abastecedor natural de madeira e lenha na Europa, na Ásia e bem menos nas Américas, na África e na Oceania. A *Eotécnica* entrou em crise, pois os recursos naturais que eram transformados por sua tecnologia não estavam garantindo a subsistência de uma crescente população. A relação população, ambiente e tecnologia da *Eotécnica* estavam próximas do limite de capacidade de

suporte daquela estrutura produtiva. Assim, a escassez de madeira, lenha, que era o material universal da economia da Eotécnica gerou a crise desse período, muito em função do aumento e pressão populacional e suas crescentes necessidades.

Mumford (1993) afirma que a madeira alternava com a pedra, como uso universal em termos de material de construção entra em colapso na Europa e parte dos Estados Unidos e Japão. O que isso significou? Basta dizer que a quase totalidade das máquinas-chave e invenções da primeira era industrial foram feitas em madeira antes de ser em metal; a madeira proporcionou, portanto, o trampolim para o novo industrialismo. A solução para a crise da Eotécnica veio via mercado, com a possibilidade criada pelo avanço tecnológico a partir do uso energético do carvão mineral⁹⁶ e mais tarde a invenção da máquina a vapor e das ferrovias, criando custos de oportunidade de exploração das minas que permitiam substituir o recurso lenha pelo carvão mineral e que seriam fundamentais e floresceriam no período seguinte. Com a inclusão de outros fósseis como matéria prima energética que viria se desenvolver mais adiante e que impulsionou inicialmente o capitalismo mercantil da época, já em forte expansão, mais tarde seria decisivo para todo o desenvolvimento capitalista⁹⁷ ao redor do mundo. Esta segunda era, que substitui a Eotécnica, foi definida por Mumford como sendo a *Paleotécnica*, que vai de 1750 a 1900 e abriria uma era de grande e decisivo desenvolvimento industrial e expansão capitalista pelo globo. Assim permitiu o crescimento populacional, a intensificação do uso dos recursos naturais, da tecnologia e do sistema de organização social, econômico e institucional. Naturalmente todos envolvendo profundos processos de transformação social, econômica e política, com decisivas interações ecológicas e reflexos ambientais, como por exemplo, o aumento da população, da produção, do consumo e da entropia gerada pelo sistema.

A última era, a *Neotécnica*, a que caracteriza o capitalismo industrial, de serviços e financeiro, segundo Mumford, vai de 1900 aos dias atuais. Incorpora, substitui e avança em tecnologias, processos e uso de insumos energéticos os elementos de desenvolvimento das eras anteriores. Mas fundamentalmente, ainda assenta-se no uso de combustíveis fósseis

⁹⁶ A utilização do carvão mineral, abundante na Inglaterra, foi a chave da passagem da Eotécnica para a Paleotécnica, liberando a produção dos limites ecológicos impostos pela dependência da produção orgânica. O carvão não era desconhecido, mas passou a ser uma alternativa racional apenas quando a baixa disponibilidade de madeira impôs uma solução.

⁹⁷ O emprego crescente do carvão permitiu a expansão das máquinas a vapor a partir do final do século XVIII, principalmente pela indústria de ferro. A era Paleotécnica logo se organizou ao redor do engenho a vapor, liberando a produção de seus limites espaciais e temporais existentes na Eotécnica. A era Paleotécnica estava ligada à mina e à maquinaria, enquanto a Eotécnica estava ligada com o mundo orgânico. O mundo orgânico não desapareceu na nova era, mas sua produção foi descentralizada para as colônias periféricas, devido a uma melhor estrutura global de transporte e comunicações. Assim, houve um crescimento e concentração de fontes energéticas inanimadas advindas do mundo inorgânico na era Paleotécnica.

derivados do petróleo e gás natural. É um período em que se assiste vertiginoso crescimento populacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Em que aumenta o comércio, o crescimento industrial se acelera ainda mais, assim como as taxas de desmatamento e poluição, criando a maior crise ambiental e de civilização da história. A crise da Neotécnica é global, diferentemente das anteriores. Não é apenas uma crise de escassez de recursos naturais, mas sim pelas externalidades negativas que alteram os fluxos biogeoquímicos (poluição, agrotóxicos, efeito estufa, etc.) da biosfera que acabam por afetar a biodiversidade e os processos e fluxos naturais de reprodução da vida e dos ecossistemas do planeta. As causas da crise global são fundamentalmente a exploração dos fluxos fósseis de uso instantâneo (petróleo e gás) facilmente disponibilizado quando encontrado uma reserva; o fluxo orgânico (floresta) leva muito tempo para se recompor; assim como são causas do sistema produtivo e de consumo que se expandiu muito e de forma assimétrica socialmente; do modo de produção acelerado a partir do fordismo fossilítico que gera externalidades negativas crescentes e em uma escala muito superior ao período da Eotécnica, entre outros fatores. Pode-se concluir que a crise ambiental de hoje é fundamentalmente diferente da crise da Eotécnica porque tem proporções muito maiores, complexas, globais, acumuladas em eras.

Todo esse processo mais recente que começa com a Eotécnica tem sua primeira globalização por volta de 1100, rota do Mediterrâneo/Veneza; a segunda globalização em 1500, marítima Luso-espânica; a terceira globalização em 1850, com uso do processo de locomoção a vapor e; finalmente a quarta após a segunda guerra mundial em diante. Associadas à economia de guerra; à disseminação da indústria; poluição; uso dos fósseis; motor a explosão; fontes inanimadas de energia; energia hidroelétrica e nuclear; desconectando fluxos biológicos e limites impostos pela Terra; aumento e pressão do mercado; integração econômica; crescimento populacional exponencial - que desde 1700 foram se amalgamando na segunda metade do século XX, promoveram uma gigantesca externalidade negativa, particularmente via queima de combustíveis fósseis, bem como o consumo em massa que acabaram por constituir um feixe de problemas socioambientais e socioeconômicos terrivelmente complexos e de difícil solução. Pois, o que fazer com todo gigante parque industrial poluente, os milhões de automóveis, os bilhões de quilômetros de vias asfaltadas, os bilhões de toneladas de carbono emitidos na atmosfera, os trilhões de toneladas de lixo urbano e agrícola, doméstico e industrial produzido anualmente, todo o imenso arsenal químico, bélico e o conjunto de ogivas e usinas nucleares existentes, etc.?

Contando com o avanço inelutável dos anos e décadas tudo isso se acumula em níveis inimagináveis, assim, as crises socioambiental e socioeconômica se manifestam de

forma mais agudas, dramáticas e correlacionadas neste momento. Ainda que ocorram determinadas medidas mitigadoras e ou preventivas de controle ambiental e ou econômico como os tratados e acordos internacionais, as regulações, etc., estes são ainda muito tímidos e insuficientes. Por exemplo, na economia, o problema é visível. O Banco Mundial projeta um aumento da população mundial, que vai dos presentes 6,8 bilhões para 8,5 bilhões até o ano de 2030. Dessas 2,8 bilhões de pessoas “excedentes” no planeta, 2 bilhões terão nascido em países onde o salário médio diário é inferior a US\$ 2,00 (THUROW, 1997), o que evidentemente não pode sustentá-las. Na década de 1960, a economia mundial cresceu à taxa de 5,0% ao ano em média, depois de corrigida a inflação. Nos anos 1970, o crescimento caiu para 3,6% ao ano. Nos anos 1980 houve outra desaceleração para 2,8% ao ano e, na primeira metade dos anos 1990, o mundo conseguiu uma taxa de crescimento anual de apenas 2,0%. Em duas décadas, portanto o capitalismo perdeu 60% do seu impulso (THUROW, 1997; COSTA, 2006) e as verdades eternas do capitalismo – “crescimento”, “pleno emprego”, “estabilidade financeira”, “salários reais em ascensão” – estão desabando. E dificilmente se poderá levar a sério os políticos populista-demagogos, que prometem a criação de empregos aos milhões, sem olhar o quadro real mundial da economia e das forças técnico-sociais que a movimenta. “Alguma coisa dentro do capitalismo mudou para estar causando esses resultados. Alguma coisa tem de ser mudada para alterar esses resultados inaceitáveis, para que o capitalismo sobreviva”, desespera-se Thurow (1997, p. 13), que segue dizendo: “o capitalismo que hoje parece irresistível poderia ter desaparecido, bastando uns poucos passos errados no passado”. Talvez Thurow (1997), muito antes da crise econômica de 2008 estivesse pensando e glorificando o providencial sistema criado e presenteado pela social-democracia européia de convivência e adaptação pacífica com o capitalismo - em conjunto com o sistema econômico de Keynes que salvou a burguesia. Pois Thurow (1997) fala, em clara alusão ao darwinismo, que o capitalismo advém da “sobrevivência dos mais aptos”, está sozinho e não há alternativas, precisa novamente se redimensionar e se realocar em novos parâmetros para poder continuar seu caminho. Ou seja, a velha proposta de regulacionismo do sistema do capital, endossada pelo reformismo moderno, que vai desde os partidos social-democratas, social-liberal até organizações como o Fórum Social Mundial (FSM), inclusive coincidindo com alguns setores da própria burguesia.

O propalado “crescimento econômico” sob o neoliberalismo não significou o aumento de postos de trabalho, ao contrário, o “desenvolvimento” trouxe a destruição de postos de trabalho, portanto, o crescimento da produção e da produtividade em diversos setores industriais mostra que o capital pode crescer sem gerar empregos. A taxa mundial de

desemprego está em curso ascendente, acelerado e não pára, ainda mais depois da crise de 2008, isso é mais evidente. Basta citar o curso dos últimos anos, desde um estudo promovido pela *Alliance Capital Management* que em 2003, conforme salienta Weingberg (2003), já apontava a Suécia, um dos países que tenta ser o mais equânime possível em seu acesso e distribuição material da riqueza nacional, sustentava desde então, uma taxa de desemprego da ordem de 7% ao ano, de desemprego estrutural, que ao lado dos Estados Unidos com 11%, da Inglaterra com 12% e do Japão com 16% de sua força de trabalho desempregada, apresentam *as menores taxas do mundo*. Enquanto que países considerados em desenvolvimento como a China, a Índia e o Brasil possuem taxas de desemprego estrutural que oscilam entre 15% e 20%, ou mais, dado o falseamento dos dados, as maquiagens políticas, e as modificações “técnicas” nos índices por parte dos governos (WEINGBERG, 2003). Onde, nessas economias, se pode ver hoje, comparando a uma década atrás, com mesma quantidade de mão-de-obra empregada, por exemplo na *siderurgia*, se fazer *duas vezes mais aço*; no setor de *empresas aéreas* transportar *duas vezes mais passageiros*; na *construção civil* usar *três vezes mais metros quadrados* com a utilização da mesma quantidade de mão-de-obra; e na *indústria têxtil* se produzir *quatro vezes mais tecidos*; na *indústria automobilística* fabricar *seis vezes mais automóveis* e; nas *indústrias eletroeletrônicas* *sete vezes mais televisores* (*Alliance Capital Management*, 2003, apud WEINGBERG, 2003).

Neste período de *superideologia neoliberal*, que dura cerca de trinta anos, a economia mundial obteve um crescimento relativo, enquanto o desemprego estrutural se manteve a uma taxa média mundial de 10% ao ano, ou seja, há crescimento, porém não há desenvolvimento com geração de emprego, postos de trabalho, etc. No meio da década de 1990, Rifkin (1995), um importante economista da nova modernidade, afirmava em seu livro *O fim dos empregos*, que até 2010 haveria uma taxa mundial de 15% de desemprego. Os dados divulgados pela consultoria americana *Alliance Capital Management* (2003), revelaram que 22 milhões de vagas desapareceram só nas indústrias, entre 1995 e 2002 nas vinte principais economias do mundo. A *Alliance Capital Management* (2003) mostra ainda, segundo Weiberg (2003), que os cortes ocorreram numa fase em que o total de empresas abertas nesses países aumentou em 30%. Enquanto aumentaram o número de empresas e da produção, antes da crise econômica, os empregos seguiram o movimento inverso, diminuíram drasticamente, a uma razão média anual de 3,2 milhões para esse mesmo período. Se atentarmos para a situação da crise atual (segundo semestre de 2008) e contarmos desde o período do primeiro semestre de 2003, até o primeiro semestre de 2008, onde a OIT aponta para um aumento que ultrapassa 200 milhões de desempregados nestes dias correntes, o problema tende a uma grave epidemia de miséria

social. Ou seja, no mínimo, hoje [dezembro de 2009], somando os dois períodos, e sendo bastante conservador nestes números e análise, se tem 234 milhões de desempregados, sendo um terço nos países mais ricos do mundo (atenção, desemprego aqui, significa que, são os trabalhadores e as trabalhadoras que perderam seus postos de trabalho, não quem ainda está na faixa de trabalho, ou aqueles que procuram e não conseguem emprego). Não precisou, portanto, chegar 2010 para que Rifkin (1995) estivesse correto, pior, seus dados ainda foram naquela época, otimistas, pois o desemprego mundial já estava em 2007 em média a 15% ao ano e depois da crise de 2008 a tendência explodiu. Aonde esse processo vai parar? Em um entroncamento que pode levar tanto a um crescente desemprego estrutural, conjuntural, e aumento da precarização, da miséria, aprofundando o atual quadro - que pode desembocar num caminho que mais adiante leve a uma estagflação, ou seja, em um mundo econômico em que há paralelamente taxas elevadas de inflação e recessão econômica. Ou seja, um colapso da economia, uma vez que nesta situação econômica se mantém os preços altos e ou em elevação, ao mesmo tempo em que está ocorrendo um desemprego elevado entre as massas.

Além do mais, considerando que China e Índia possuem juntas quase a metade da população mundial, com as atuais taxas de desemprego, significa hoje que, no mínimo 600 milhões de pessoas, apenas naqueles dois países poderão ficar desempregadas, portanto na miséria. Que sistema é esse? Como é possível alcançar a sustentabilidade assim? Quando, por onde se vê, no próprio berço, sede e coração do capitalismo, em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, esta mesma crise está instalada. Nada garante, em espaço algum, que o modelo econômico neoliberal da alta modernidade, seja compatível com a **sustentabilidade** econômica, social e ambiental de fato. Ao contrário, tem no máximo gerado o que Faria (2005, p. 22), vem tratando como “**sustentabilidade excludente**”, um termo em si propositalmente contraditório, uma vez que se é sustentável não pode ser excludente. No entanto há um “desenvolvimento sustentável excludente”, segue o autor, pois “a economia se aproxima do ponto máximo de utilização, os países desenvolvidos devem criar estruturas para garantir uma *sustentabilidade excludente*”. Já o criaram de fato, garantindo, através do aparato policial-militar do Estado. Nas palavras de Faria (2005, p. 22), a sustentabilidade excludente é:

A manutenção dos estoques de recursos naturais e dos seus respectivos fluxos para a garantia da reprodução ampliada do capital e dos níveis superiores de consumo dos países com maiores poderes econômicos, políticos, tecnológicos e bélicos e dos espaços globalizados nos países subdesenvolvidos, excluindo o acesso aos recursos e a um desenvolvimento humano mínimo à maioria absoluta dos países e da população global, pela afirmação e ampliação das estruturas ideológicas dominantes da economia de mercado. O que se quer dizer é que os países com algum poder de dominação buscarão posições relativas que lhes garantam o acesso aos recursos

necessários à sua manutenção ou expansão do seu desenvolvimento, mesmo que sejam necessários movimentos que bloqueiem o desenvolvimento e o uso destes recursos por outras nações. A pilhagem do planeta vem ocorrendo a milhares de anos, mas a Revolução Industrial e a modernização geraram uma aceleração na taxa de uso dos recursos a um nível jamais visto. O planeta já conta com aproximadamente 6,2 bilhões de habitantes, onde pelo menos 4,0 bilhões são pobres ou muito pobres. A inclusão destas pessoas como consumidoras maximizando satisfação tensionaria todo o sistema produtivo. Assim, o desenvolvimento sustentável não é para todos, mas para uma parcela da sociedade que já se encontra em um nível superior de consumo e que aceita, no máximo, uma inclusão seletiva de espaços relevantes para o capital nos países subdesenvolvidos.

Ou seja, a **sustentabilidade** por dentro do sistema do capital é impossível para todos. Atendendo apenas uma parcela seletiva de países, regiões e consumidores. Que coincide com uma modernidade estruturada no avanço da informação, da tecnologia e do conhecimento que caminha progressiva e velozmente conectando regiões distintas, diminuindo e diluindo espaço e tempo em um fenômeno global, gerando maior divisão internacional do trabalho. E também desconectando grandes regiões e bilhões de pessoas ao mesmo tempo em todo o mundo. Que ao se ligar às dimensões sociais e econômicas às ambientais, como o efeito estufa, o aquecimento global, o derretimento das geleiras e glaciares, as erosões genéticas, as erosões dos solos, as desertificações, os desflorestamentos, as queimadas, as perdas de biodiversidade e bioriqueza e a poluição dos cursos d'água, dos aquíferos e lençóis subterrâneos, e um longo etc., fica mais óbvio que a modernidade da sociedade burguesa é insustentável. Que a partir do fenômeno do desenvolvimento do capitalismo mundial, especialmente da globalização econômica, que submeteu povos e regiões inteiras às condições de subalternidade, re-colonização e indigência, riscos sociais, econômicos e ambientais gravíssimos - fica demonstrado cabalmente a insustentabilidade desse modelo de sociedade criado pela burguesia. Assim, é importante ficar atento para o que Daly (2004, p. 197) salienta:

[...] Na ciência, muitas coisas são impossíveis: viajar mais rápido do que a velocidade da luz; criar ou destruir matéria-energia; construir uma máquina de movimento perpétuo, e assim por diante. Respeitando o teorema da impossibilidade, nós evitamos gastar recursos em projetos que estão sujeitos a falhar. Economistas deveriam, por conseguinte, estar muito interessados no teorema da impossibilidade, especialmente [...]: isto é, que é impossível sair da pobreza e da degradação ambiental através do crescimento econômico mundial. Em outras palavras, *crescimento sustentável é impossível*. Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito, não-crescente e materialmente fechado. À medida que o subsistema econômico cresce, ele incorpora uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve alcançar um limite a 100%, se não antes. Por isso, seu crescimento não é sustentável. O termo *crescimento sustentável* quando aplicado à economia é um mau oxímoro - contraditório como prosa e não evocativo como poesia. (Grifos de Herman Daly, 2004).

Portanto, definitivamente o modelo, o sistema capitalista é grotescamente inviável. Além do problema econômico histórico, da destruição social pela exploração e opressão dos trabalhadores e trabalhadoras, por si já intolerável, um dos principais problemas da insustentabilidade da sociedade capitalista é exatamente a emissão de carbono e o aquecimento global diretamente resultante. Somente os Estados Unidos, por exemplo, emitem cerca de 50 quilos de carbono/dia por habitante, a taxa mais alta do planeta e sem a redução das emissões dos países desenvolvidos não há solução para as mudanças climáticas globais. Mesmo as saídas como ecologização da produção, ou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), é apenas um mecanismo mitigador, mas jamais uma solução, sim uma propalada grande salvação de mercado para o problema. Primeiro a burguesia destrói, polui o meio ambiente, depois cria um “mercado para despoluir”. Parece brincadeira, de mau gosto!

O que o IPCC coloca é muito claro, que, em longo prazo, temos que estabilizar as concentrações de CO² na atmosfera em 550 partes por milhão, que hoje são 375 ppm. Isso vai trazer um aumento médio da temperatura do planeta em 2°C, que é o máximo, segundo os cientistas apontam, que o planeta pode tolerar antes de entrar num terreno das mudanças climáticas perigosas demais ou irreversíveis. Mas para fazer isso, é preciso reduzir a emissão em 70% até 2050. O relatório do IPCC (2007), demonstrou que “o modelo de desenvolvimento que o mundo vem adotando não é sustentável nem em curto prazo”, segundo alerta o físico Paulo Artaxo, um cientista brasileiro que compõe o grupo de especialistas do IPCC, e segue dizendo: “que pela primeira vez em muito tempo a humanidade se vê diante do desafio de atacar conjuntamente um problema que atinge todos sem exceção” (GLASS, 2007, p. 4-7). A posição da maioria dos cientistas do IPCC é de que “não há culpados e nem vilões”, conforme as palavras do próprio Artaxo (2009)⁹⁸:

Não há culpados nem vilões. Toda a humanidade, com diferentes responsabilidades, deve investir em reduzir as emissões. Mas, evidentemente, os países desenvolvidos têm a maior parcela de responsabilidade pelas suas emissões não controladas nos últimos 150 anos. No caso brasileiro, é essencial que as queimadas na Amazônia sejam reduzidas o mais rápido possível.

Porém, nunca é demais mais evidenciar que a classe dirigente e beneficiária da Revolução Industrial, e de todo o processo, foi a burguesia e para a maioria da população mundial restou o ônus - com maior e mais severidade as classes trabalhadoras, os pobres e miseráveis do mundo serão os atingidos diretamente por um modelo de desenvolvimento

⁹⁸ Paulo Artaxo - *IHU on line*, revista do Instituto Humanitas Unisino, edição 287, 19 de janeiro de 2009.

material que não usufruíram. Portanto o problema é de todos, mas a culpa e vilania, concretamente, é de quem criou e colocou a máquina industrial destrutiva em funcionamento.

3.3 GLOBALIZAÇÃO INFORMACIONAL E REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA

Castells (1998), em sua obra *A sociedade em rede*, trata da revolução da sociedade via tecnologia da informação. Em meio a uma aguda crise do capitalismo, este busca saídas via interações e reações pela nova estrutura social dominante com base à cultura da *Sociedade em Rede* – onde a nova economia informacional global, está ligada a telemática, a robótica e tecnologia fina e à nova cultura da “virtualidade real”. O que, de forma sintética, caracteriza este novo mundo na *esfera tecnológica* é a *revolução da tecnologia da informação*, que tem como base material o *informacionalismo*. Gera riqueza, poder e códigos culturais em diversas partes do mundo, em um fenômeno de tendência a globalização, que também deixa outro contingente de pessoas e espaços excluído, conforme se pode salientar anteriormente.

O elemento principal dessa nova configuração do sistema do capital é a tecnologia da informação, a ferramenta fundamental para *reestruturação socioeconômica* que possibilitou a formação de redes com *maior dinamismo e flexibilidade do tempo e do espaço*; as características da **globalização** deste “novo mundo do capital” - na *esfera econômica* - começou em meados de 1970, a partir da crise do capitalismo com base ao estatismo, do esgotamento do modelo keynesianismo, do *Estado do Bem Estar Social* e do fordismo em decomposição - emergiu da crise geral do antigo modelo do pós-guerra, surgindo como uma nova forma de capitalismo sob uma plataforma *informacional, globalizada, flexível*, com menor poder do mundo do trabalho, segundo alguns autores como Gorz (1982), Offe (1989), Kurz (1992), entre outros. Um modelo que está ancorado na dualidade de conexão *versus* desconexão, onde sociedades “mais avançadas” tenderiam à *conexão*, e as consideradas “mais atrasadas”, socioeconômica, à *desconexão* dos mercados e tecnologias (CASTELLS, 1998).

No entanto, as características e as contestações deste novo mundo na *esfera social*, também se processam inicialmente a partir do final de 1960, com a explosão de movimentos sociais em diversos países do mundo industrializado. Especialmente movimentos culturais com o “objetivo mudar a vida” mas “não assumir o poder”, de “crítica à cultura do consumismo”, que foram de curta duração, mas consistiram em fonte de idéias para várias transformações com “impactos sobre a economia, a tecnologia e os resultantes processos de reestruturação” em divisão das sociedades entre: “elites ativas” e “grupos sociais inseguros”.

Segundo Castells (1998) todos esses aspectos contribuíram para produzir uma nova sociedade a partir da revolução tecnológica, da reestruturação econômica, da crítica da cultura, da redefinição das relações de produção, poder e experiência, surgindo então o **capitalismo informacional** - fundado nos processos de produtividade, inovação, competitividade, flexibilidade, pautado um novo tipo de organização: a *empresa em rede*.

Com a flexibilização ocorreu a redefinição do uso da mão-de-obra, que se tornou genérica, autoprogramável, com base à diferenciação: *educação, capacidade de incorporar conhecimentos e informação*, produziu uma economia ainda mais complexa, que se diversificou em múltiplos ramos e segmentos, com apropriação dos lucros de vários setores. Uma empresa já não atua em apenas um segmento ou ramo econômico, formam *rolding, conglomerado de ativos*. Com base ao aumento de participação de acionistas, geridas por administradores profissionais e em rede financeira ligada ao global-instatâneo. Quebrou a barreira de espaço e tempo antes tidos como limitantes – basta pensar no tempo do capitalismo mercantil, da época das caravelas, do navio movido a vapor, das marias-fumaças, do dirigível, etc. e comparar com o trem bala ou TGV francês ou nipônico, os gigantes navios transoceânicos, ou aviões 747, os ônibus espaciais, os submarinos nucleares, a internet, etc.

Não é difícil constatar que houve um gigante desenvolvimento científico e tecnológico nos anos recentes, porém acompanhado de um aumento maior ainda de miseráveis, famintos, doentes, desempregados, etc., conforme já se expôs com dados concretos. Os impactos sobre as relações sociais advindas do atual modelo foram o aumento da desigualdade social, econômica, cultural e de polarização entre as classes sociais e a exclusão de bilhões, assim populações inteiras foram alijadas da sociedade de consumo (MENCONI, 2002, p. 91), onde hoje é possível constatar que seis em cada dez pessoas mais pobres do planeta são empurrados para as florestas, áreas áridas e íngremes ou então para as favelas dos grandes centros⁹⁹. Por outro lado, internamente às empresas se acelerou a

⁹⁹ Desde a implantação das políticas neoliberais, a participação do 1% mais rico da população no total da renda nacional voltou a aumentar a partir da década de 1980, após sete décadas de queda significativa. Nas duas últimas décadas, por exemplo, a apropriação do 1% mais rico praticamente dobrou nas economias neoliberais, conforme indicam as experiências das economias dos Estados Unidos e da Inglaterra. Entre os anos 1950 e os anos 1980, o 1% mais rico de Estados Unidos, Inglaterra, França e Suíça mantiveram uma fatia da renda nacional variando de 5% a 10%. Neste século, a concentração da renda do 1% mais rico americano e a concentração do 1% mais rico inglês saltou para quase 20% e 15%, respectivamente. Em outras palavras, o peso dos super-ricos na apropriação da renda total voltou ao patamar do primitivismo da desigualdade do início do século 20, quando o 1% mais rico ficava com mais de 15% de todo o rendimento nacional. Assim, o crescimento da renda vem sendo acompanhado pela maior participação dos ricos, cada vez mais liberados da tributação progressiva, enquanto os pobres precisam lutar absurdamente para sobreviver diante da revisão do papel do Estado orientado à focalização dos gastos sociais da fase que agora está em grande crise (POCHMANN, M. *O neoliberalismo aumentou as desigualdades*. Folha de São Paulo, 30 de Julho de 2008).

diferenciação da mão-de-obra, com a maior individualização do trabalhador e a redução da intervenção do Estado (Estado mínimo, neoliberal - para os trabalhadores, porque para a burguesia o Estado continuou protegendo diuturnamente seus interesses). O que gerou também separação dos fluxos financeiros e produtivos, da experiência humana, da vida do trabalhador (maior alienação), que separou ainda mais a produção, o produtor, o resultado da produção e a apropriação dos produtos no que aqui se classifica como um dos aspectos da *hiperalienação*.

O capitalismo informacional trouxe a inovação como fonte principal de produtividade, mais conhecimentos e informação como elementos novos do processo produtivo, exigindo do trabalhador maior qualificação, educação, especialização e maior multi-domínio de aparatos cognitivos, marcas que passaram a ser as características ou qualidade principal exigida do trabalhador ou trabalhadora (para sua empregabilidade). Que passam então a ser geradores de conhecimentos e processadores de informação, novos produtores, sendo deles exigido não apenas o esforço muscular, mas também e crescentemente o intelectual. Com a clássica fórmula do crescente número de “novos produtores”, mas com a “velha apropriação” por parte dos empregadores, surge uma forma de aumentar a *mais-valia total* (relativa e absoluta) possibilitando aos capitalistas acumularem ainda mais a massa de capital e transferir parte desses ativos para o mercado de capitais, o chamado mercado financeiro mundial (investindo em ações, na ciranda dos juros sobre juros).

Tais transformações, obviamente atingiriam as *relações de poder*. A principal mudança foi a crise do Estado-nação como entidade soberana. E a crise conexa da soberania política. Que já era precária radicalizou-se. Para Castells (1998), surge então o *Estado em Rede*. Dependente, segundo ele, ainda mais que antes, das estruturas internacionais e dos mercados financeiros, que movimentam diariamente um trilhão de dólares, nas principais bolsas de valores do mundo. No entanto a recente crise econômica demonstra que Castells (1999) e outros autores que assumem essa posição de crise do Estado-nação, como Santos, B. (2003), podem estar equivocados, pois foram exatamente os Estados-nação que estavam “perdendo sua soberania”, “estavam em crise”, que, precisamente, socorreram os mercados imobiliários, financeiros e produtivos com a injeção de pelo menos vinte e cinco trilhões de dólares entre a setembro de 2008 e dezembro de 2009 para salvar os capitalistas - esta situação desmonta toda ideologia sobre a retirada do Estado da economia e a minimalização de sua importância e ou perda de sua centralidade, soberania e ou crise em que se encontrava.

Além dessas transformações, surge segundo Castells (1998) o poder inserido nos *códigos culturais virtuais*. As batalhas culturais localizadas na mídia. Lutas pelo poder

situadas em *redes de trocas de informação e manipulação de símbolos*. Cultura (fonte de poder) e poder (fonte de capital), passam a formar então a nova base para a nova hierarquia social política e econômica, minando ainda mais as transformações das relações de experiência pela crise do patriarcalismo (crise da família tradicional) criando um novo “espaço da mulher” e “para a mulher” dentro e fora do lar. Porém, a mudança mais fundamental, foi a passagem para um padrão de interação social construído, sobretudo na experiência real da relação sob a constituição de uma cultura da “virtualidade real” (quebra da fronteira do espaço/tempo, do real/virtual), que condiciona a nova estrutura social da sociedade em rede (CASTELLS, 1998). Doravante constituída de redes de produção, poder e experiência, construindo a cultura da virtualidade nos fluxos globais, os quais, por sua vez, transcendem o tempo e o espaço, aumenta a complexidade do mundo, e agora requer a análise simultânea da sociedade em rede, da economia, da política, da cultura e da ecologia e de seus desafios conflituosos cada vez mais tensos, preocupantes e inescapáveis (CASTELLS, 1998).

Segundo Castells (1999), os novos caminhos da transformação social afetam os movimentos sociais. Tomam relevo aqueles movimentos baseados em caracteres de identidade. Sua força: independência frente às instituições do Estado, a lógica do capital e a sedução da tecnologia. Aqui, neste especial se tem acordos relativos como Castells (1999), uma vez que alguns movimentos sociais continuam a receber incentivos governamentais, especialmente na América Latina, vindos de Governos de Frente Popular e se apropriam muito eficientemente das novas tecnologias, contrariamente ao que sustenta aquele autor. Castells (1999), insiste que há um novo sistema de valores e crenças distinto do anterior que se enfrentam com o sistema do capital, criam comunas de identidade, de resistência. Assim como diz que crescem o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, o separatismo, nascem as comunas culturais, pequenos grupos de resistência e pulverizações, etc. Aqui novamente há acordo relativo, uma vez que está presente e com visibilidade a formação de grupos de resistência-enfrentamento político-cultural na alta modernidade, mas fundamentalmente os novos caminhos da transformação social evidenciam a forte reação conservadora pela dominação burguesa da mídia, por exemplo, via formação ideológica das sociedades a partir da interação entre a *rede* e o *ser*. Outra questão que toma relevo é perguntar para onde vão estes movimentos sociais? Ainda que alguns desses movimentos se auto-identifiquem como “anticapitalistas”, “antiglobalização” ou “anti-imperialistas” e venham construindo os espaços do Fórum Social Mundial (FSM) que aglutina várias entidades e movimentos, pode estar se avizinando e ou mesmo já entrando em relativa crise, uma vez que se esgotam e se

desgastam, em quase uma década de reuniões e de debates, e pouco ou nada se implementou de suas propostas de “Outro mundo é possível”. Haverá um fim melancólico para o FSM?

Castells (1999) identifica polaridades que surgem entre a sociedade em rede *versus* poder da identidade. Porém a reconstrução das instituições requer a evolução para identidades de novos projetos, como famílias novas e igualitárias; liberação sexual; conceito de desenvolvimento sustentado; mobilização para defesa dos direitos humanos; movimento ambiental global, etc. Mas toda essa transição requer nova política cultural. Aqui se tem total acordo com Castells (1999), para quem, depois deste milênio as tendências de acentuação do potencial transformativo da revolução tecnológica via informação e comunicação, bem como do padrão de uso da genética serão ainda mais acentuados. Há no ar uma maior liberação do potencial de produtividade e amadurecimento da ***economia informacional***. Assim como maior difusão da tecnologia da informação e substituição do esforço físico pelo trabalho mental, isso para algumas parcelas da população (CASTELLS, 1999). A minoritária, pois a imensa maioria da população está fora dessa nova ordem econômica informacional promovida pelo triplo movimento do capital-ciência-tecnologia, como nova onda civilizacional global.

Com o advento do terceiro milênio outras tendências presentes são: a expansão da economia global, das telecomunicações, e a acentuação de contrastes entre regiões, gerando maior segmentação entre países e continentes. Há duas reações possíveis, segundo Castells (1998): ocorrer uma *conexão perversa* ou uma *exclusão maior dos excluídos*. A realidade da América Latina, da África e de extensas áreas do Oriente mostra que está se consolidando essa caracterização de Castells (1998). O que tenciona ainda mais os fundamentalistas e o fundamentalismo - tanto em sua versão neoliberal-estadunidense, quanto do Oriente Médio e outras regiões do mundo. Surgem tendências, segundo Castells (1998, 1999) tais como: sobrevivência do Estado, mas não da soberania tal como se observara no passado recente; uma economia global conduzida por instituições multilaterais, ainda mais que antes, como o G7, FMI e o Banco Mundial; geopolítica global administrada pelo multilateralismo via OTAN, ONU, OEA, etc. Mas como se viu recentemente, este é um fenômeno complexo, não é bem assim, quando os Estados Unidos decidiram invadir o Afeganistão em 2001, e o Iraque em 2003 - passaram por cima das instituições multilaterais. Ainda que tenham utilizado das chamadas “forças multinacionais” ou “multilaterais”, com a criação de exércitos internacionais que tem um duplo papel, segundo Castells (1999), como o de garantir paz das redes globais e evitar genocídio.

Assim, discordando de Castells (1999), a realidade dos fatos no início do século XXI, mostrou, que na essência, não é exatamente o que se tem ou pode ser observado no mundo

real. Os Estados Unidos, como imperialismo hegemônico, ainda que com muitas contradições, dada a fragilidade de sua economia, particularmente no final dessa primeira década, subjuga econômico-política e militarmente países e continentes inteiros, mesmo outros imperialismos como a União Européia e o Japão. Pois, há uma profunda contradição fundamental: cria-se um falso multilateralismo do processo decisório com o mando na implementação militar unilateral dos USA, seja diretamente como no Iraque e no Afeganistão, ou indiretamente como no caso do Haiti (onde o Brasil lidera as forças de ocupação a partir de países latino-americanos em favor dos Estados Unidos e em nome da ONU), o país mais pobre do continente americano. Esta é a diferença entre a aparência e a essência. A essência é que os Estados Unidos controlam e ou dominam com relativa força todas as regiões do planeta e os demais imperialismos, a ONU, o G-20, onde estes de uma forma ou de outra estão sob sua influência, possibilitando assim, pela primeira vez na história, o surgimento de um *imperialismo planetário* muitíssimo superior aos impérios antigos como o Egípcio, Grego, Persa, Romano, etc.

Aqui se registra outra grande tendência da nova modernidade, agora num universo micro: as pessoas estão cada vez mais individualizadas. No século XXI, se instala a era da perplexidade consciente, da individualidade exacerbada, não do indivíduo-individação, este último que procura sua essência, sua particularidade. Cada um, cada vez mais, cuida de si. Prevalece o indivíduo egoísta. No máximo que cuida de sua família. Só. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se vive a era da comunicação e informação, mais e mais pessoas diminuem seus espaços de convivência e comunicação real, viva, direta com seus semelhantes. Não há tempo para passar tempo com o outro. Quase todas as relações se instrumentalizam, nascem os indivíduos e as relações desestabilizadas, efêmeras, inundada por uma socialibilidade em crescente privatização, que remodela e dimensiona e redimensiona a vida societal, radicaliza-se a desagregação da sociedade. Caiu-se na *Era do vazio*, conforme expressa a obra de Lipovetsky (1989, p. 08), onde se processa *uma mutação sociológica global*. Poderíamos então chamar de uma *era do vazio em rede*? Aonde, coexistem a promessa da *Era da Informação*, representada pelo desencadeamento de uma capacidade produtiva e racionalidade comunicativa jamais vista, mediante o poder de desenvolvimento da mente e o alcance do limite do corpo, ao mesmo tempo, contraditoriamente, até certo ponto, de um relativo aumento do capital social em redes informacionais em meio ao excesso de individualização. As redes sociais informacionais, caso se possa construí-las e fazê-las operativas em prol da coletividade são ou devem ser uma novidade positiva emergente desta alta modernidade, ou seriam de fato, um “fim do social”?

Castells (1998) afirma que o sonho do Iluminismo está ao nosso alcance, todavia, *há uma enorme defasagem entre nosso excesso de desenvolvimento tecnológico e o subdesenvolvimento social*. O que não é preciso ser um grande analista ou crítico para se chegar a esta constatação. Antes de Castells (1998; 1999; 2000), em *A condição pós-moderna*, Lyotard em 1978¹⁰⁰ já preconizava a nova sociedade. E continuou esta reflexão em *Lições sobre a analítica do sublime* (1991). Lyotard (1978; 1991) afirmava que na esfera econômica estava se gestando uma *sociedade do saber*. Que tinha como uma das principais forças de produção a configuração da mudança da população ativa. Movia-se um novo paradigma no mundo do trabalho. O que seria um agudo ponto de estrangulamento para países periféricos, com o aumento do distanciamento entre os países já desenvolvidos e os “em desenvolvimento”. Uma vez que os custos de pesquisa tecnológica e educação transformativa seriam mais elevados e requeriam financiamento do Estado ou do setor privado. Justo quando o Estado se retira da esfera desses investimentos. Então o critério de legitimação passaria a ser, ainda mais o *desempenho* e a *eficiência*, a despeito do crescente desemprego. Impactando o sistema educacional, com isso haveria maior produção e preocupação com o ensino técnico em substituição ao conteúdo, tudo para ensinar como acessar e organizar a informação conforme o desejo e necessidade do capitalismo. Haveria maior *mercantilização do saber*, onde as mensagens precisariam ser ricas em informação e de fáceis decodificações, conforme almeja o mundo do capital: simplificar, homogeneizar e agilizador do tempo sobre o tempo.

Lyotard há três décadas (1978), afirmava que, com o advento das novas tecnologias de informação ocorreria a transformação do *conhecimento* como *meios de pagamento*. Gerando uma pressão por liberalização e transparência. Separando e distanciando decisores (quem financia) e compradores (financiados). Na esfera política dominaria o saber gerando *desafio maior na competição pelo poder*, como forte potencial de conflito entre nações criando *novo campo para estratégias militares e políticas* e nova problemática nas relações entre Economia e Estado. Onde, nas relações com as multinacionais, cada vez mais os Estados deteriam menores controles sobre os investimentos e suas estratégias econômicas (desregulamentação). Tudo isso agora é fato. Um acerto previsto há três décadas. Com a diferença de que o que Lyotard (1978) percebia se tornou ainda mais radicalizado, a um ponto de explodir, como se vê agora na grande crise do capital, do modelo neoliberal, perante a força brutal da realidade.

Em *El advenimiento de la sociedad post-industrial*, Bell (1991), afirma que na nova sociedade há uma divisão em três partes centrais: *estrutura social* (economia, tecnologia, sistema de trabalho); *estrutura política* (distribuição do poder, reivindicações individuais e

¹⁰⁰ Mas a edição utilizada aqui é de 1998.

coletivas); *estrutura cultural* (simbolismo e significados). Sendo a tendência, o distanciamento crescente entre as três partes. Bell (1991) esboça o conceito de *Sociedade pós-industrial* e dá sua definição a partir de cinco dimensões: *concentração da força de trabalho em serviços; predominância de ocupações técnicas; primazia do conhecimento teórico*; onde a orientação futura seria *assentada no planejamento tecnológico*; na *tomada de decisão sob o signo da nova tecnologia intelectual*. Onde, ainda, se teria como principais características da “Sociedade pós-industrial” a *força de trabalho concentrada em serviços*. Mas também mesclando os três setores: primário, secundário e terciário ao mesmo tempo. Outras características da nova sociedade “pós-industrial”, além das já citadas, seriam: a *predominância da classe profissional técnica*. Com mudança tanto do local como do tipo de trabalho. Assim como esta estaria assentada na primazia do conhecimento técnico, na mudança na relação da ciência e tecnologia, antes limitadas, e que agora requereriam trabalho teórico prévio e uso de computadores e eletrônica cada vez mais tornando a vida impossível sem estes. Muito do que Bell (1991) articula de fato tem rebatimento na realidade concreta.

Mas dois reparos aqui podem ser feitos: a *predominância* e a *força de trabalho concentrada em serviços*, prevista por Bell (1991), não se sustentou enquanto poder e forma dominante, como se pôde verificar depois da crise de 2008, onde se viu que apesar de seu efetivo e evidente crescimento, esse setor não tomou o lugar e a importância do trabalho produtivo direto, industrial. A crise antes de ser financeira é de superprodução e subrealização da mercadoria, imóveis (construção civil) e móveis (automobilística), e deixou evidente que a economia real, industrial e a vida no mundo real existem e são mais fortes que a princípio se pode depreender da chamada *Economia informacional* de Castells (1999) ou da *Sociedade pós-industrial* de Bell (1991). Tão pouco a sociedade deixou de ser industrial e produtora de mercadoria como pensava Bell (1991), com sua definição de *Sociedade pós-industrial*. A crise de 2008 recoloca algumas questões para outro patamar, destruiu mitos, ideologias e falácias teóricas¹⁰¹. Mas que nunca se vive em uma sociedade industrial, industrialista. Tendo na indústria como setor determinante da economia globalizada, estruturante do capitalismo.

¹⁰¹ A crise de 2008 evidencia que se trata de uma crise cíclica de superprodução, mas não de qualquer crise cíclica. Combinada com a quebra financeira, a crise já se transformou na pior desde 1929, mesmo os economistas burgueses são unânimes a esse respeito. A possibilidade de que a recessão em curso se transforme em uma depressão igual ou ainda pior que a de 1929 está colocada e obviamente é um acontecimento histórico que terá profundas consequências econômicas, sociais e políticas. Existe recessão em praticamente todos os países imperialistas. O Escritório Nacional de Pesquisa Econômica dos Estados Unidos reconheceu que a recessão no país começou no final de 2007 e a previsão é de uma redução maior do crescimento nos próximos anos. Entraram em recessão os EUA, a União Européia e o Japão e um dos fatores centrais que tornam a situação comparável a 1929 foi a brutal crise financeira, agravando conseqüentemente o sistema de crédito e fortemente a demanda reprimida, gerando o acúmulo ou superprodução. No período da globalização uma parte importante dos lucros das empresas não foi reaplicada na produção, mas deslocada para a especulação financeira. A

Retomando a discussão, anterior em que se construía a relação entre as formulações de Bell (1991) com as de Castells (1999) e Lyotard (1998), de pode afirmar que é possível acompanhá-las em linhas gerais, no marco de relativos acordos e desacordos com suas caracterizações, conforme já se delimitou anteriormente. Para os três autores citados, na nova sociedade, toma maior relevo os Institutos de Pesquisa, Universidades e Instituições Intelectuais e os Institutos Privados como estruturas centrais de acúmulo e disseminação de saber e tecnologia, que desenvolvem novas formas de prognósticos científicos e tecnológicos, com base ao planejamento e controle do desenvolvimento. Uma antecipação consciente e planejada da mudança tecnológica com o intuito de promover a redução das incertezas sobre o futuro econômico, político, e aumentar sua rentabilidade, etc. E também de evitar os efeitos colaterais, perversos e danosos ao sistema, colapsos, e crises agudas, via mecanismos de controle pela avaliação prévia dos efeitos e de suas possíveis alternativas aos conflitos sociais eminentes (o que evidentemente não se evitou). Bem como intentar buscar freneticamente mecanismos políticos para a contínua simplificação do mundo, do manuseio de problemas sob duas variáveis, que para a existência do sistema são fundamentais: *força* e *distância*. Aumentando a força e diminuindo a distância. Portanto criando nova potência de poder concentrado sob o capital, o mercado. Com a intenção de criar no máximo um direcionamento tal como de uma “complexidade organizada” via sistemas de grande escala e facilidades de coordenação via computadores e sistemas amplos de bases e dados operacionais (o que se evidenciou na coordenação e sincronia da crise global de 2008). Todo este esforço no sentido de “definir uma ação racional e identificar os meios para realizá-la.” Com o objetivo de “realizar o sonho de organizar a sociedade de massas”, profundamente consumista, auto-reprodutora do sistema pela tomada de decisão técnica, fruto de cálculos instrumentais, próprios dos sistemas informacionais do mundo do capital (BELL, 1991; CASTELLS (2001a); LYOTARD, 1998). Produzindo uma lógica circular de interconexão inescapável, generalizada, de interdependência recíproca (CHESNEAUX, 1995), que se precipita sobre nosso uma modernidade invasora, uma modernidade-mundo dirigida por um *Homo*

característica parasitária, especulativa do capitalismo se ampliou fortemente. Em um mundo em que hoje se calcula que o PIB mundial esteja em torno de 50 trilhões de dólares. O montante investido na especulação (com ações, títulos, moedas etc.) chegou recentemente em 167 trilhões, ou seja, mais de três vezes tudo o que se produz no mundo. Caso se inclua nesse montante os derivativos passa para 596 trilhões, quase 11 vezes o valor do PIB mundial. Evidentemente que a quebra financeira atual leva ao derretimento dessa montanha de capital fictício, afetando todo o capital pela forte retração no crédito para a produção e para o consumo. Hoje a crise financeira empurra a recessão para se transformar em depressão. A indústria automobilística e a construção civil nos EUA, dois setores de ponta do principal país imperialista, do ponto de vista do mercado estão quebradas. A única forma de salvar as montadoras de automóveis foi ter a ajuda do Estado, com injeção bilhões de dólares (NETO, 2009).

mundiallis modernicus que despojou o humano do humano, que o faz perder e ou continuar a perder aceleradamente o hábito de se orientar segundo a lógica da coletividade e da natureza.

O planeta está completamente dominado e sendo asfixiado pelo capitalismo e sua classe dirigente, a burguesia. O projeto neoliberal, informacional e global, a face mais dura exposta da ação nefasta que a burguesia mostrou no terço final do século XX e início do século XXI, evidencia o quanto o sistema do capital é responsável pela destruição da vida da classe trabalhadora e da vida total dos biomas terrestres, aquáticos e florestais mundial. Demonstra ainda e claramente o quanto esse sistema já passou e muito do tempo de ser substituído por outra forma societal, possivelmente a sociedade socialista. Qual o feixe de problemas que emperra uma ruptura com o sistema do capital para a instauração do socialismo? São muitos. Mas fundamentalmente se pode resumir na fórmula: a crise está justamente em que se tem um momento em que “o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu”, como definia “crise”¹⁰², de forma simples e genial, Antonio Gramsci - em outras palavras: o problema da “crise histórica de direção revolucionária” que ronda o proletariado.

3.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS

Para além dos problemas socioambientais advindos do processo de reestruturação produtiva já tratados até então, ainda que espaçadamente no texto, nesta secção especificamente se pretende esboçar mais elementos em torno desta questão fundamental. Pois modernidade, desenvolvimento, racionalidade, sustentabilidade e revolução são questões que estão diretamente ligadas e atravessadas centralmente pela situação socioambiental. Portanto cumpre este momento evidenciar, explicitar e articular os elementos que permitam embasar e fortalecer o *conteúdo-sustância da hipótese central da tese*. Por isso ao longo deste trabalho sempre se procurou o sentido do *conteúdo-substancia*¹⁰³ *com base nos fatos, fenômenos e concretude do mundo real* - não esquecendo a dialeticidade permanente, situando

¹⁰² Ou como explícita enfaticamente Heller (1999), quanto ao problema do atual estágio da crise civilizacional global, comparando esta a um paciente gravemente acometido por um mau, que em face de uma doença, uma crise, ou recuperará sua saúde ou morrerá. Portanto, por analogia, se uma civilização encontra-se em crise, deve-se supor duas hipóteses, diz a autora: ou suas doenças serão curadas ou ela entrará em colapso, invariavelmente. As alternativas são: a solução dos problemas mais graves, de um lado, ou o caos político e social, a decomposição, talvez mesmo a auto-destruição de outro, pois não há outra escolha perante uma crise global da civilização.

¹⁰³ O conhecimento de uma substância absoluta e imutável caracteriza unicamente o materialismo metafísico. O materialismo dialético não reconhece, por sua vez, nenhuma substância absoluta. A substância de uma matéria, do ponto de vista do materialismo dialético, consiste no fato de que, modificando-se continuamente e passando de um estado qualitativo a outro, ela permanece sempre a mesma (CHEPTULIN, 1982). Na realidade objetiva, não há ações puras, orientadas unilateralmente. Cada ação está necessariamente ligada a uma reação.

as análises entre afirmações, dúvidas, mediações e a relatividade sintetizada na expressão: *sim, porém não*¹⁰⁴. No sentido de que a dúvida, a pergunta, é o primado da razão, da ciência.

Neste sentido uma rápida observação global sobre a modernidade se pode constatar o que Costa F. (2000, p. 276-277) exprime:

Vive-se às voltas com as manifestações de exaustão e instabilidade tanto na esfera econômico-social quanto na esfera ecológica. E no plano socioeconômico, assiste-se ao aprofundamento da volatilidade dos elementos constitutivos da relação capitalista: do trabalho, pelos novos estágios de automação, e do capital, pela sua crescente financeirização. No plano ecológico, vivencia-se um momento particular de difícil e contraditória relação entre a modernidade capitalista e a natureza. Momento particular, porque o esgotamento do fordismo expõe também os limites físicos do padrão de reprodução social que, do lado prático, associa desenvolvimento das forças produtivas com homogeneidade cultural e biológica; do lado ideológico, valoriza a independência do homem em relação aos fundamentos naturais de uma natureza para si, consoante com a crença, também estimulada pelas formas arrogantes do saber industrialista, na resiliência suficiente desses fundamentos frente à ação humana.

Assim ao se refletir sobre as questões ambientais, nitidamente indissociáveis às de cunhos sociais e econômicos, pode-se observar os resultados negativos espalhado por todos os continentes, dos países empobrecidos às regiões e zonas dos países ricos. Todo o estado de destruição ambiental e social, que se encontra – seja nas mais antigas áreas rurais de exploração agrícola ou industrial ou nas mais recentes em todo o mundo – é o resultado de um quadro advindo de vários processos evolutivos e históricos de crescimento do próprio capitalismo¹⁰⁵, inerente às suas especificidades, geradora de assimetrias e injustiças sociais, à sua incapacidade ou condições limitadas de auto-regulagem ambiental para a convivência ecológica. Por não garantir a **Sustentabilidade Efetiva**, capacidade de fato, concreta, de operacionalidade do desenvolvimento sustentável, a partir de uma autocrítica teórica e prática à sua economia e ecologia política, um modelo nitidamente gerador de insustentabilidade.

Ainda que setores da academia e organismos internacionais venham incorporando determinadas variáveis e conceitos no sentido de adequar-se à nova realidade ambiental e até

104 É preciso compreender, de uma vez por todas, que todas as significações que constituem nosso mundo são simplesmente estrutura historicamente determinada e em contínuo desenvolvimento, e na qual o homem se desenvolve, e essas significações de nenhuma maneira são absolutas (MANNHEIM, 1986).

105 O cientista Commoer, desde os anos de 1960 estava convencido de que a principal causa da degradação ambiental se devia ao impacto destrutivo da tecnologia, um dos pilares do movimento acelerado do crescimento capitalista. Em 1971 publicou *The Closing Circle*, onde afirmou que embora os índices do crescimento populacional e do consumo tivessem se incrementado fortemente, após a Segunda Guerra Mundial, esses aumentos eram notadamente pequenos quando comparados com os aumentos dos índices de poluição para o mesmo período. Sua conclusão apontava na direção das novas tecnologias introduzidas após 1946 (responsáveis pela produção de sintéticos, pesticidas, produtos descartáveis, detergentes, etc.), as quais produziam, segundo seus cálculos, 95% da emissão total de poluentes. O problema não estava, portanto, no crescimento populacional nem no desenvolvimento econômico, senão na forma em que este desenvolvimento era alcançado (LEIS, 1999).

social por dentro do sistema capitalista, estas são obviamente limitadas, uma vez que a burguesia não é uma classe suicida, mas sabe muito bem que seu modelo de desenvolvimento tem levado o mundo a sérios problemas socioambientais. Antes de tudo, como se sabe, as questões de sustentabilidade por dentro do sistema são problemas de natureza sociometabólica, da rigidez sócio-político-econômica visceralmente interna ao padrão no qual se assenta todo o capitalismo, com especial atenção ao regime de propriedade privada, concentração da riqueza e exigência sempre de maior taxa de retorno do capital investido.

O capital necessita de um movimento contínuo para sua própria reprodução e cada vez mais acelerado para poder se expandir. O problema é que existe um limite social-físico além do biológico-ecológico, tanto colocado pela natureza, como pela força de trabalho – alocada nos trabalhadores que geram riqueza através de sua força muscular e intelectual e a produção primária da natureza (COSTA, G., 2006a). Ocorre que o próprio trabalho humano não está dissociado da natureza, como há muito ensinava Marx (2002, p. 211, grifo nosso):

Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças.

Esta visão de Karl Marx é holística, pois concebe a relação homem-natureza como indissociável, onde o trabalho entra como meio, relação e intermediação, “intercâmbio material com a natureza”, um metabolismo envolvendo o conjunto dos homens e da vida (social, econômico, ecológico e culturalmente), em “um processo de que participam o homem e a natureza”, onde estão presentes uma infinidade de elementos integrativos e funcionais.

O processo que culminou na reestruturação produtiva do mundo do capital, por mais que tenha tentado separar, desvincular-se ao máximo da natureza, como se pode observar não foi possível e jamais o será. Na modernidade real, não virtual, tudo passa pelo controle dos recursos naturais sintonizados com o futuro, portanto em um todo estratégico, sem os quais o domínio das técnicas nada serve se não existirem os recursos. Mais ainda, onde cada técnica só faz sentido quando combinada a determinados recursos naturais. Assim como de nada servem todas as técnicas, por exemplo, a um país ou continente que não disponha de soberania¹⁰⁶ para utilizar seus recursos (BUARQUE, 1991). Isso tem a ver com todo um emaranhado de problemas, como por exemplo, no caso de equidade entre gerações, onde é improvável que os valores ambientais que se calcula atualmente conduzam a um futuro

¹⁰⁶ Com os enormes avanços tecnológicos conseguidos pelas sociedades modernas, particularmente na área da biotecnologia e da engenharia genética, a questão da soberania passa a adquirir uma nova conotação para os países em desenvolvimento (SOUZA, 2002, p. 48).

realmente sustentável. *As técnicas que estão sendo usadas perpetuam as desigualdades inter-geração, na medida em que conferem um “valor” demasiadamente baixo às vidas das pessoas pobres, daí perpetuando-se nesse estado, mediante justificação de enviar-lhes a poluição do mundo* (NORGAARD, 2001, p. 87). Assim a desigualdade socioeconômica¹⁰⁷ agrava ainda mais a insustentabilidade de várias maneiras:

Quando os pobres são tão pobres que se vêem obrigados a pensar apenas em suas necessidades imediatas, não podem preocupar-se com a conservação da terra em que trabalham, a fim de transferir ativos ambientais para a geração seguinte. Do mesmo modo, muitos ricos são tão ricos, que mesmo quando transferem só a metade de seus ativos para seus filhos, estes ainda serão muitos ricos. Se a desigualdade inter-geração trabalha contra a equidade entre as gerações, e se as atuais técnicas em uso perpetuam aquela desigualdade, então evidentemente as técnicas em uso perpetuam a insustentabilidade (NORGAARD, 2001, p. 87-88).

Há sempre outro grande problema: a questão da periodização - cada vez mais se deve voltar a atenção para preocupações tanto a curto quanto longo prazo frente ao problema socioambiental:

Se a preocupação for apenas com o prazo longo, as pessoas morrerão de fome enquanto isso. A tentação é, muito forte para que todo o esforço seja devotado à crise de sobrevivência cotidiana. Contudo, se o esforço de reflexão for dedicado apenas a estas preocupações imediatas, a sustentabilidade em longo prazo nunca será alcançada (FEARNSIDE, 2001, p. 317).

Outra face da questão da reestruturação porque passa o capitalismo e seus efeitos colaterais é a crescente assimetria entre países detentores de conhecimento, ciência e tecnologia e os subalternizados. E a nova colonização científica e tecnológica. Esta é uma questão central nas preocupações quanto à questão ambiental, pela clivagem que há entre a biodiversidade e ao domínio do conhecimento científico e tecnológico, como uma nova faceta do confronto norte-sul, em que os imperialismo hegemônicos, são até então, vencedores. É patente o contraste, entre países, segundo SOUZA (2002, p. 48):

De um lado encontram-se os países em desenvolvimento possuidoras do maior potencial biológico do planeta, mas carentes de recursos e de tecnologia para o

¹⁰⁷ Em uma sociedade alienante por natureza, registre-se: a banalidade é tanta que ainda hoje se repetem os velhos argumentos malthusianos. Aliás, é impressionante como a concepção malthusiana consegue resistir à crítica! Tem certas coisas que, parece, sobrevivem ao tempo exatamente em virtude de serem banais, porque oferecem o que se busca desde o início: uma explicação. E não passa disso; uma explicação. Isso nos lembra Carlos Drummond de Andrade: “Mundo, mundo/ Se eu me chamasse Raimundo/ Seria uma rima/ Não seria uma solução”. Tudo indica que a questão malthusiana é um pouco isso: Ah! A população cresce mais que os recursos. Logo, a pressão sobre os recursos naturais aumenta. Esse raciocínio serve para explicar a população de porcos, de coelhos e de gente, independentemente de serem alemães ou nigerianos. Todavia sabemos que um americano médio consome o equivalente a 173 etíopes e a 52 paquistaneses. Segundo Elmar Altvater. Nesse caso, devemos nos preocupar quando nasce um bebê nos EUA e não quando nasce um bebê na Etiópia. Porque esse americano médio demanda muito mais recursos naturais e energia e ameaça muito mais o planeta. O padrão civilizatório em que ele vive, já o vimos, não pode ser generalizado para a humanidade inteira. Enfim, é, rigorosamente, insustentável (GONÇALVES, 2001, p. 151-152).

aproveitamento desse potencial; de outro, as nações industrializadas, que não possuem uma grande biodiversidade, mas dominam o conhecimento científico e tecnológico, além de deterem os recursos necessários para garantir sua utilização¹⁰⁸

E nessa relação “os termos de trocas ou intercâmbios” são muito desiguais, ficando o sul nitidamente subalternizado, colonizado, em um momento tão crucial para a história da humanidade em que a necessidade da preservação da biodiversidade no planeta é indiscutível e não pode ficar a mercê do mercado, do imperialismo¹⁰⁹. Entretanto, a proteção da biodiversidade é apenas uma das faces desta disputa: “baseados no princípio de que a biodiversidade é patrimônio comum da humanidade, alguns grupos ou países têm defendido, nos fóruns internacionais, a tese do “livre acesso”, ainda que remunerado, aos bancos de germoplasma” (SOUZA, 2002, p. 49).

Somente com a comercialização para fins medicinais e farmacêuticos de produtos extraídos das florestas tropicais de países pobres da América Latina, da Ásia e África são movimentados atualmente cerca de 20 bilhões de dólares por ano, sem contar outros benefícios ligados à agricultura e à indústria; além disso, menos de 1% das plantas tropicais teve seus usos potenciais investigados até então – se pode imaginar o tamanho do interesse que o mercado nutre por trás da biodiversidade. Em grande parte dos países pobres e ou em desenvolvimento, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população se trata pela medicina tradicional, e 85% dessa medicina incluem extratos de plantas medicinais (CIMA, 1991; MANUAL GLOBAL DE ECOLOGIA, 1993; SANTOS, 1994 apud SOUZA, 2002, p. 49). A perda de acessos genéticos, usos e ou direitos sobre essa biodiversidade pode representar grande privações, doenças e mortes para milhões de pessoas pobres do mundo.

Outra face da questão da reestruturação produtiva do mundo do capital na *sociedade informacional* está indissociada ao desenvolvimento científico, tecnológico e o problema do desemprego estrutural¹¹⁰. A engenharia genética, enquanto aplicação da engenharia molecular

¹⁰⁸ Essa questão é particularmente importante para os países em desenvolvimento, uma vez que os avanços da biotecnologia e da engenharia genética aliam conhecimento científico, manipulação tecnológica de material genético e patentes, envolvendo direitos e nichos monopólicos no mercado internacional, questão crucial para os países em desenvolvimento. Basta verificar que somente nas regiões tropicais do planeta estão localizados cerca de dois terços de todas as espécies e mais de 50% da biodiversidade do globo (RIBEIRO, 1992; MANUAL GLOBAL DE ECOLOGIA, 1993; BROWN, 1994; SOUZA, 2002, p. 48-49).

¹⁰⁹ Assim na nova ordem reprodutiva do capital os avanços da biotecnologia e da engenharia genética têm ocorrido principalmente no sentido de submeter, de forma mais sofisticada, a biodiversidade à lei do mercado, estando aí envolvidos a manipulação de espécies, os direitos de patentes, de propriedade intelectual e de comercialização, no que se convencionou chamar de “guerra dos genes” (SANTOS, 1994 apud SOUZA, 2002).

¹¹⁰ O informacionismo dá origem a uma profunda divisão entre pessoas e locais considerados valiosos e não-valiosos. A globalização atua de forma seletiva, incluindo e excluindo segmentos de economias e sociedades das redes de informação, riqueza e poder que caracterizam o novo sistema dominante. A individualização do trabalho deixa os trabalhadores a mercê da própria sorte, tendo de negociar seu destino em vista de forças de mercado em mudanças constantes (CASTELLS, 2001a, p. 191).

na manipulação dos genes, por exemplo, está criando cada vez mais e novos bioprodutos. As patentes de criaturas fabricadas aumentaram nos últimos anos a um ponto em que a vida passou a ser um produto manufaturado:

Os pesquisadores isolaram e clonaram o gene que codifica a toxina da bactéria *Bacillus thuringiensis* (BT) e inocularam na constituição genética do fumo, tomate e algodão e outras plantas. As plantas transgênicas produzem toxinas BT que matam as pragas. Por outro lado, o aumento de produtividade que acompanha essas tecnologias, acentua o desemprego estrutural no mundo inteiro (CARVALHO, 1999, p. 61-62).

O que tende a perpetuar os problemas socioambientais, uma vez que a problemática ambiental, é antes de tudo, uma questão social. Além, tenciona a questão ecológica, uma vez que a tecnologia transgênica, por exemplo, não tem nenhuma garantia de segurança efetiva, nem por parte dos cientistas, das empresas e dos Estados nacionais – o que de fato há é uma gigante incerteza e baixo domínio de suas implicações ambientais, ecológicas, e para a saúde.

Em relação a toda a abordagem discutida até então: o problema divisor central da questão ambiental, o mais sério de todos é a estratificação e desigualdade social¹¹¹ entre as classes e a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza¹¹² que gera assimetrias. Como salienta Foladori (2001, p. 118):

Para qualquer espécie, a relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica. Com a espécie humana o mesmo não ocorre. Uma sociedade humana não estabelece relações com seu em torno na forma de bloco, e sim em grupos e classes sociais, e de maneira desigual. Nas demais espécies vivas as diferenças individuais não se acumulam para formar classes distintas. Cada geração deve começar do zero¹¹³. Pelo contrário, os seres humanos acumulam a informação extra-corporal em instrumentos, utensílios, espaços construídos, etc. Mas esta acumulação não é da sociedade como um todo, mas de cada classe social que transmite às gerações seguintes aquilo que não conseguiu. É uma diferença no acesso aos recursos naturais virgens ou àqueles transformados pelas gerações passadas. *Para a espécie humana, então, o ambiente não é só a inter-relação com o meio abiótico e os demais seres vivos, como acontece com as outras espécies. Existem ambientes diferentes para cada classe social, constituídos em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana: só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico.* (Grifo nosso).

¹¹¹ No Brasil há mais de 100 milhões de eleitores, apenas 19 milhões concentram em suas mãos 75,4% da riqueza nacional (IPEA, 2008).

¹¹² Entre aqueles burgueses defensores do meio ambiente graça a opulência, um merece destaque por sua projeção: [...] *Um instituto de pesquisa norte-americano revelou uma série contradição entre o que Al Gore (ganador de Nobel da Paz e do Oscar por seu filme “Uma verdade inconveniente”) prega e o que faz: O Tennessee Institute for Policy Research revelou que ele e os seus, gastam vinte vezes mais energia do que a média das famílias do País, na mansão de vinte quartos, oito banheiros, casa de hóspedes e piscina aquecida da propriedade onde vivem. Ao final do seu documentário premiado, ele dá conselhos, entre eles o de que as pessoas devem encurtar o tempo do banho diário... Quanta hipocrisia!* (Revista Caros Amigos, n. 34, 2007). Mandar os pobres economizarem parece ser muito fácil..., aplicar o discurso para um burguês: “Como assim?!”

¹¹³ Quando as diferenças individuais acumulam-se, fazem-no pela via biológica, o qual se traduz num momento determinado no surgimento de outra espécie.

Portanto, a relação entre as classes e o problema da luta de classes hierarquiza a problemática ambiental. A análise das implicações das relações sociais capitalistas com o meio ambiente na alta modernidade permite extrair algumas conclusões que mostram diferenças de grau e de essência a respeito de outras formas de organização social, que vão desde o grau de produção e apropriação dos recursos e patrimônios biogenéticos, a busca do lucro máxima e incessante via mais-valia, como lógica interna econômica, até a utilização absurda de energias do planeta, em uma tendência à exploração ilimitada até sua exaustão. Assim: diferente de muitas sociedades humanas através da história que apresentaram limites à produção em relação à satisfação de suas necessidades, pela primeira vez na história da humanidade, *o sistema capitalista gera desemprego de maneira crescente e estrutural*, mostrando com maior nitidez que em particular essas contradições no interior da sociedade humana são as mais candentes da crise ambiental (FOLADORI, 2001). Que ao lado dos problemas ligados aos *grandes processos de mudanças climáticas globais*¹¹⁴ se mostram os mais dramáticos e urgentes a reclamarem soluções, que vão desde a mais “simples” emissão de carbono e metano¹¹⁵, entre outros gases que influenciam no agravamento dos problemas

¹¹⁴ O clima do planeta é dominado por processos naturais e antrópicos. Entre os processos naturais relevantes estão penetrabilidade e alterações do nível de brilho do sol que chega à superfície, emissão de aerossóis vulcânicos e uma série de processos que alteram a biosfera do planeta. [...] Nos últimos 150 anos, a ação do homem começou a tomar conta não só da superfície do planeta, mas também da composição da atmosfera. Particularmente nos últimos trinta anos, isso fez com a concentração de gases de efeito estufa aumentasse de 280 partes por milhão para 375 partes por milhão, e a concentração de metano dobrasse, o que está causando o aquecimento global (GLASS, 2007, p. 04). [...] Na verdade existem três conceitos importantes diferentes nessa discussão: *mudanças globais*, *mudanças climáticas* e *aquecimento global*. Sobre as *mudanças globais*: o que está acontecendo com o nosso planeta é que o homem adquiriu tal predomínio, como espécie dominante, vários dos processos naturais biogeoquímicos que governam a composição da atmosfera e o funcionamento dos ecossistemas, ao longo dos últimos 4,5 bilhões de anos de evolução do nosso planeta, estão sendo profundamente alterados pelo homem. Particularmente nos últimos 150 anos. Por exemplo, a deposição de nitrogênio no solo por uso de fertilizantes na agricultura – amônia, uréia e fertilizantes nitrogenados – é muitas vezes maior que a decomposição de nitrogênio natural. A decomposição de enxofre nos ecossistemas, através de combustíveis fósseis, que causam o que a gente chama de chuva ácida, a mesma coisa. O conceito de *mudanças globais*, envolve muito mais do que clima, envolve perda de biodiversidade. Sobre as *mudanças climáticas*: o homem, através do aumento da concentração dos gases de efeito estufa, está alterando a composição da atmosfera, e com isso é alterado o balaço de radiação que mantém a vida de nosso planeta. Essa alteração tem uma série de conseqüências, uma delas é o *aquecimento global*, a elevação da temperatura global pelo aumento da radiação que a gente está armazenando no planeta, em conseqüência dos gases de efeito estufa (GLASS, 2007, p. 04).

¹¹⁵ Os Estados Unidos emitem cerca de 50 quilos de carbono/dia por habitante humano. Enquanto na pecuária, qualquer vaca do mundo, emite em média de 50 a 60 litros de metano por dia. Podemos dizer que isso não é nada, mas, quando pensarmos, só pra ficarmos nos exemplos das vacas, que só a Índia tem 04 bilhões de cabeças e multiplicarmos estes 04 bilhões pelos 50 litros de metano/dia, é uma emissão gigantesca! [...] Os cientistas do IPCC colocam que, em longo prazo, temos que estabilizar as concentrações de CO² na atmosfera em 550 partes por milhão. Hoje são 375 ppm (parte por milhão). Isso vai trazer um aumento médio da temperatura do planeta em 2°C, que é o máximo que o planeta pode tolerar antes de entrar no terreno das mudanças climáticas perigosas. Para fazer isso, tem que se reduzir a emissão em 70% até 2050 (GLASS, 2007, p. 06- 07). Que fazer?

climáticos, ao desemprego estrutural, destruição biológica, à fome e a seca que assolam e devastam grandes populações no mundo.

Contudo o que já se apresentou ainda se poderia questionar: mas o que tem a ver mesmo o problema da reestruturação produtiva da alta modernidade capitalista com o agravamento dos problemas ambientais? Os dados apresentados e os seguintes respondem:

Com a divulgação do Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC, na sigla em inglês) no primeiro semestre de 2007, já não restam dúvidas de que o dióxido de carbono (CO₂) é o gás de efeito estufa mais importante no processo do aquecimento global. Também ficou comprovado que a principal fonte de aumento da concentração atmosférica de CO₂, desde o período pré-industrial, são os combustíveis fósseis [...]. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a União Européia, cuja meta de substituição de gasolina por etanol é 10% até 2020, teria que utilizar 70% de sua área agricultável, o que está fora de cogitação. Já no Brasil, segundo maior produtor de etanol do mundo (os EUA ainda mantém a liderança), se planejasse atingir a marca de 110 bilhões de litros anuais [...] para todo o continente americano - os canaviais teriam que ocupar 75 milhões de hectares, o que ultrapassaria os cerca de 60 milhões que perfazem toda área usada hoje pela agricultura brasileira [...]. Segundo o documento, o problema da concorrência da energia com os alimentos se dará não apenas na disputa pelo solo, mas também por conta da conversão de parte dos grãos – principalmente milho e soja, até hoje utilizado na alimentação humana e animal - em combustíveis. A perspectiva é que os gastos mundiais com importações de comida subam 5%, atingindo US\$ 400 bilhões em 2007 – 13% acima dos gastos em 2006, o que pode se tornar um problema maior a soberania alimentar dos países em desenvolvimento (GLASS, 2007, p. 12-13).

Além, o fundamental que responde à pergunta inicial desde os dados acima apresentados é que: a reestruturação produtiva do capitalismo não pode prescindir, não prescindiu e jamais prescindirá do uso intensivo e frenético de energias humanas e de toda a natureza, contudo, não tem sido suficiente à sua voracidade. Por isso, entre outros fatores, como mercado e consumidores com dinheiro para aquisição de mercadorias, fundamentalmente, esse problema energético, do clima e do desemprego tangenciam e atingem todos os espaços e populações do mundo. Esses são os mais graves problemas advindos e radicalizados com a reestruturação produtiva do mundo do capital, dirigidos pela burguesia¹¹⁶. Com a crise econômica mundial que se instalou a partir de setembro de 2008 desde os Estados Unidos, e que deve ter seus efeitos globalmente por muitos anos, aliados aos problemas sociais, econômicos e ambientais já existentes provocados pela era neoliberal, a provável tendência, será: de um lado o decrescimento e ou retração da economia é evidente e

¹¹⁶ Nesse contexto, a China ganha *status* de personagem principal ao lado dos USA. Segundo dados da ONU, o país asiático tomou em 2007, dos EUA, o título de maior emissor mundial de gases causadores do aquecimento global. Movida pela gigantesca produção de cimento e pela intensa queima de carvão para a obtenção de energia, motores do acelerado crescimento que o país vinha conhecendo na última década, antes da grave crise econômica. *A China emitiu em 2006 cerca de 6,2 milhões de toneladas de CO₂, superando os 5,8 milhões de toneladas lançadas na atmosfera pelos EUA.* (THUSWOHL, 2007, p. 27).

como consequência gerará um possível menor uso de recursos e matérias-prima em estoque no planeta como um todo¹¹⁷, uma vez que a crise do capital particularmente da oferta de crédito e da baixa taxa de lucro de um lado, faz com que não acesse vorazmente os estoques da natureza como no período de crescimento. Entretanto, o revés dessa moeda é exatamente o problema social do desemprego e da miséria da população mundial. Esse é o dilema: quando o sistema cresce destrói os recursos naturais, quando entra em depressão destrói a vida social.

Vivemos em um *Planeta insustentável*? Essa é a pergunta de Drska (2009, p. 33), aliás, título de seu artigo. A resposta que se pode dar a Drska (2009, p. 33): na verdade não é o planeta que é insustentável, sim o sistema capitalista, a sociedade burguesa, o padrão industrialista-fossilítico-nuclear da modernidade. Na sétima edição do *Relatório Planeta Vivo* do WWF (2008), compilado pela Sociedade Zoológica de Londres (SZL), que entre outros levanta o *Índice Planeta Vivo (IPV)*, onde mede a bioriqueza/biodiversidade, o estado dos ecossistemas do planeta, etc. O relatório (WWF/SZL, 2008) sustenta que houve uma redução de quase 30% nos vertebrados em apenas 35 anos (1970-2005). O IPV das espécies Terrestres perdeu 33% no geral, o IPV da água doce caiu 35% e o de água marinha de 14% - o desmatamento, os impactos das barragens, a poluição, a sobre-pesca, a pesca predatória, perda de habitat, a erosão/assoreamento, etc., são os principais fatores que influenciaram (DRSKA (2009). Outro índice divulgado pelo WWF/SZL (2008) é o da *Pegada Ecológica Humana* - Indicadores de Pegada Ecológica, segundo Wackernagel e Rees (1996) é a área de terra necessária para produzir numa base continuada todos os bens consumidos e assimilar todos os resíduos produzidos por uma população. Esse índice é medido pela ONG Internacional Global Footprint Network (GFN) e analisa biocapacidade do planeta, a quantidade de área disponível/por habitante/hectare (zona de cultivo, pasto, floresta e pesca) que atenda às necessidades humanas e a capacidade de absorver os impactos produzidos. Segundo GFN/WWF/SZL (2008), a *Pegada Ecológica Humana Global* excede em cerca de 30% a capacidade de regeneração total do planeta e a média individual mundial já é de 2,7 hectares por ano, enquanto o índice médio sustentável seria de 2,1 hectares/ano/pessoa. Isso em um

¹¹⁷ Só no Brasil, por exemplo, a diminuição do volume de exportação dos recursos não-renováveis resultou em ganhos ambientais para o país. A conclusão é do coordenador de Meio Ambiente do Fórum Mudanças Climáticas, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Mota, responsável pela pesquisa *Trajeto da Governança Ambiental*, divulgada pelo Ipea durante o lançamento do Boletim Regional e Urbano do Ipea em dezembro de 2008. A indústria do aço, segundo ele, deixou de exportar 740 milhões de quilos de aço bruto: “Isso significa uma redução de mais de 1 bilhão de toneladas em emissões de carbono, o que para o processo climático no Brasil é extremamente positivo”, avaliou Mota: “Na indústria de veículos, o Brasil deixou de exportar em dezembro 62,1 mil carros, e isso também implica em redução do consumo de energia e de aço. Ainda estamos mensurando o quanto, mas é evidente – e isso pode ser afirmado tendo por base dados oficiais de 2008 – que o meio ambiente teve ganho substancial em função da não-exploração de recursos naturais, tanto renováveis quanto não-renováveis” (PEDUZZI, 2009).

cenário em que 75% da população mundial que exerce essa pegada excessiva se concentra nos países “devedores ecológicos”, cujos ecossistemas e biomas não são capazes de suprir e assimilar suas demandas diante da atual pegada. Isso tudo demonstra nitidamente a insustentabilidade de um sistema social baseado na exploração da natureza, das classes trabalhadoras e dos povos do mundo para sustentar a ostentação da minoria, a burguesia.

4 MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA AMÉRICA LATINA E PAN-AMAZÔNIA

Feuerbach, não contente com o pensamento abstrato, apela ao conhecimento sensível [sinnliche anschauung]; mas, não toma o mundo sensível como atividade humana sensível prática.

(Marx - Quinta tese sobre Feuerbach).

O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente tomado de ideologias.

(Lefebvre)

Apontou-se no referencial teórico-metodológico que a *dialética dos sistemas vivos* e a *dialética cibernética*, integram o *sistemismo ecológico cibernético*, implicando características dialéticas à *teoria geral dos sistemas*, evidenciando as contradições entre o *homem* e o *ambiente*, considerando não só suas dimensões naturais (físicas, químicas e biológicas), mas também e, sobretudo, sociais, políticas e tecnológicas. O Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC), desenvolvido a partir da análise da realidade global da modernidade revela a necessidade e consciência da efetiva inter-relação e interdependência de se estudar todos os fenômenos físicos, biológicos, tecnológicos e sociais que o integram via comunicação social-ecológica no curso do processo civilizatório. Há explícita uma tentativa abrangente, sintetizadora e dialética de trabalhar o *sistema*, acrescentando, uma dimensão *socioecológica*, *holística*, quando da análise da clivagem das crises socioeconômicas, socioambientais e político-institucionais que o mundo atravessa na alta modernidade.

A idéia geral deste capítulo é recuperar e promover as noções entorno de *Ecological communication*, onde Niklas Luhmann (1989) trata da complexa evolução humana no contexto mais geral da natureza enquanto uma *relação social-natural* em que o homem pela *comunicação*, interage através de diferentes sistemas (economia, leis, ciência, política, religião, etc.) sendo estes internos, funcionais, operacionais e diferenciais ao mesmo tempo. Onde se deve olhar os sistemas dentro do ambiente, na correlação com o externo, observando como se estabelecem as relações e comunicações, caracterizando as interações, as operações, as informações, portanto a *comunicação total da sociedade com o ambiente global e local*, buscando determinar, por exemplo as possíveis causas e conseqüências econômicas, sociais e ecológicas do desenvolvimento da alta modernidade sobre a América Latina e a Grande

Amazônia, ou ainda localizar melhor seu sub-desenvolvimento, as possíveis associações com categorias chaves como: *alienação, ideologia, ceticismo e participação*, transversais à tese.

Deste capítulo em diante está mais presente uma discussão - desde a América Latina e a Pan- Amazônia – sobre o debate socioambiental, socioeconômico e político-institucional da história recente da modernidade, da formação e interação das estruturas sociotécnicas e sociometabólicas e da fusão da antiga com a nova sociedade, indicando por um lado que há um dado desaparecimento do centro, numa visão de que o problema é generalizado, a questão do poder está em todo lugar, como se articulou anteriormente, e por outro que há uma recentralização do poder (de forma desigual e combinado): a) particularmente na esfera do Estado, que continua forte, ao contrário do que foi comum argumentar (como se verificou na maior e mais recente crise econômico-financeira da era global); b) nas gigantes corporações internacionais, estruturas políticas-econômicas-sociotécnicas globais que se movimentam velozmente (e exercem forte influência sobre os governos, populações e os espaços global-locais); c) na esfera do movimento social das massas (observar as ações, as diferenças, as contradições, as relações e correlações de forças na luta de classes, inclusive internamente às classes e suas organizações) em relação com as estruturas ou esferas estatais e as corporações, em um todo de **sociopoder**; d) assim como num sentido geral o poder está difuso entre a sociedade e seu ambiente, o conjunto e as funções vitais dos ecossistemas e o clima terrestre, cada vez mais detentor de um **biopoder** (capacidade ou poder da natureza de manter sua funcionalidade reprodutiva ou caminhar para a morte, num processo entrópico-negentrópico).

Esses dois últimos pontos, como são formulações apresentadas aqui por este autor, merecem maiores e melhores explorações e explicações conceituais: o **sociopoder** implica evidentemente no poder da sociedade humana, nas relações de poder construídas ou estabelecidas entre as classes, os grupos sociais entre si e com seus oponentes. O sociopoder aparece nas relações culturais, políticas e econômicas que os homens constroem ou entram - no processo social e dialético que desenvolvem - entre si ao formarem sociedades e ou agrupamentos sociais; o **biopoder** seria o poder instalado no conjunto da natureza, da sua potência cibernética, piloto-comando, na constituição e formação da vida natural, da produção primária de matéria e energia; se manifestando na resiliência da natureza, no balanço global entre o biopoder (poder da natureza) e o sociopoder (poder da sociedade), na tensão permanente da reprodução sociometabólica, intercâmbio material e energético entre a sociedade e a natureza (poder total da natureza), intercambiado pelo trabalho e pela cultura.

Esses poderes seriam exercidos por pressão e contrapressão entre o conjunto das ações materiais, a formação cultural e sua prática, particularmente evidentes nos sistemas produtivos

e de consumo humano e na relação: *capital, trabalho, cultura e natureza*. Ecologicamente estaria relacionado aos processos de homeostase geral planetária desde a captação da energia do sistema solar, às reservas ou reposições naturais de estoques de matéria e energia cristalizadas na crosta terrestre e os fluxos biogeoquímicos, ao conjunto dos biomas terrestres, às taxas de recomposição natural dos ecossistemas, ao poder de regeneração ou resiliências desses. Numa síntese: da intervenção humana, como elemento ao mesmo tempo natural e social (pelo processo da biologia, do trabalho e da cultura enquanto co-evolução), que está diretamente implicada à produção e uso de tecnologias, às formas como se organizam política e economicamente as sociedades, os processos produtivos e redistributivos e as relações ou intercâmbios ecológicos entre a espécie humana e desta com as demais da natureza – são o que de fato determinam as relações de sustentabilidade ou insustentabilidade, local ou global.

Assim, tanto o **sociopoder** como o **biopoder** estariam imbricados pelas esferas da produção e da circulação social-econômica e esfera da produção e circulação eco-natural, implicando num intercâmbio social-ecológico de produção, reprodução, circulação, depreciação ou manutenção da natureza e dos meios de produção e reprodução total (entropia e negentropia). Esta visão em termos de sustentabilidade aponta para a necessidade de construção de políticas e culturas baseadas em promoção de mudanças profundas de hábitos, visões de mundo, ações concretas ancoradas em levantamento, construção e gestão de *indicadores de sustentabilidade local e indicadores de sustentabilidade global*, interconectados em um todo de economia-mundo, ecologia-mundo, política-mundo e cultura-mundo. Que poderiam - mesmo sabendo que não são de fácil execução - ser observados em termos de princípios inter-relacionados, levando em consideração o estado do: desenvolvimento; da responsabilidade; da solidariedade; da alteridade; da liberdade; da democracia; da ética; coletivização; da racionalidade; da diversidade; da reflexividade; da resiliência; da irreversibilidade, entre outras variáveis ou marcadores de sustentabilidade que deveriam ser pactuados e acompanhados mundialmente entre as Sociedades, via Estados – Organismos Internacionais. Levando em conta os **princípios gerais** apresentados nos fundamentos teórico-metodológicos - Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC), enquanto método de análise baseado no Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS).

Essas noções e interpretações de *sociopoder* e *biopoder* que se desenvolve inicialmente nesta tese, são distintas dos conceitos de **biopoder** e **biopolítica** desenvolvidos pelo filósofo Michael Foucault em suas obras: *O nascimento da biopolítica* (2005); *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987); *Em defesa da sociedade* (2000); e *Microfísica do Poder* (2004), entre outras - principalmente a definição de *biopoder* são particularmente distintas.

Por exemplo, Foucault (2000; 2005) caracteriza o **biopoder**, comparando-o com o *poder disciplinar*, enquanto uma *tecnologia social de poder* que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se e incrustando-se efetivamente na vida social graças a essa técnica disciplinar previamente aceita enquanto verdade como efeito de poder, onde o poder se ampara em saberes considerados verdadeiros. Foucault no conjunto das obras citadas lança um olhar microscópio de múltiplas visões e relações de poderes, de modo geral evidencia o processo de transformação do capital desde sua fase monopolista (econômica) e imperialista (política), do século XIX, observa que ao poder disciplinar e biopoder passam a constituir unidade em meio à sociedade normalizadora, cujos mecanismos de regulação e correção produzem, avaliam e classificam as anomalias do corpo social, ao mesmo tempo em que as controlam e eliminam (FOUCAULT, 1987; 2000; 2005). Indica ainda que o mercado competitivo das sociedades empresariais se tornou a instância da produção exigindo as demandas variadas do próprio mercado, pulverizando o poder, produzindo *micro-poderes disciplinares*, que juntamente com o poder do Estado gerenciam e planificam a vida da população, ditam o que produzir e consumir, onde os indivíduos se tornariam empreendedores de si mesmos, tornando-se agentes econômicos cada vez mais competitivos, presas voluntárias de processos de subjetivações e compulsões controlados flexivelmente pelo mercado e suas leis, normas, formas e conteúdos. Logo a noção de *biopoder* e *biopolítica* de Micahel Foucault, conceitos importantes nesse autor, se diferenciam das noções que se trata em nosso conceito de *sociopoder* e *biopoder*, esses estão diretamente ligados aos processos e relações finas entre a sociedade, cultura, trabalho e natureza, modificada pela sociedade cibernética e dialeticamente combinados. Embora essas noções foucaultianas de biopoder possam ser também incorporadas e ou observadas em correlação com as desta pesquisa, enquanto conceitos-suportes complementares e muito importantes para o debate teórico aferido nesta empreitada científica e teórica geral, são definições e visões que guardam distinções uma vez que as noções de *biopoder* e *sociopoder* estão diretamente ligadas aos princípios gerais desenvolvidos no Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC), já apresentado – do universalismo sistêmico e da universalidade ecológica que compõem o paradigma cibernético assim como os baseados nas leis, fundamentos do materialismo histórico dialético cibernético.

Desde a compreensão desses conceitos e metodologias apresentadas se busca observar, analisar e refletir sobre a forma como o capitalismo se organiza mundialmente e se reproduz nas diversas regiões em sua fase imperialista-global, como aprofunda sua dominação, colonizando e recolonizando países, regiões e continentes inteiros, conforme anunciado na

introdução. O que toma grande relevância agora, diante da mais nova crise do sistema do capital, o que Marx e Engels (2002) assinalavam como “a contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação” também se amplificam ainda mais diante da realidade ecológica-global. Aqui e nos próximos capítulos se aprofundará ainda mais a caracterização da *tripla revolução*, surgida no bojo do desenvolvimento capitalista ancorado no padrão *energético-urbano-industrial*, que constitui até então uma *civilização fóssil-urbana* dirigida pela burguesia desde que implementou suas revoluções fundamentais (*política-econômica-filosófica* e a *energético-urbano-industrial*) que são as principais responsáveis pelo reflexo da crise mundial socioeconômica e socioambiental que eclodiu no final do século passado e atinge brutalmente o século XXI, e impõe novos desafios à humanidade, particularmente aos subalternos, às classes trabalhadoras, aos povos pobres e às suas organizações coletivas, especialmente às de pretensões revolucionárias, tanto na América Latina como em todo o mundo. Assim, desde a compreensão da política como dimensão universal determinantes das relações sociais, econômicas e ambientais, se traça um panorama político-institucional, socioeconômico e socioambiental da América Latina, Caribe e da Pan-Amazônia na correlação de forças mundial e macrorregional.

Aqui se busca desenvolver o “ponto a”, anunciado na introdução: ***a) O fenômeno da reestruturação produtiva do mundo do capital frente à política, a economia e a ecologia global e regional: a América Latina, o Caribe e a Grande Amazônia.*** Situado neste marco geral de desenvolvimento do capitalismo e das grandes crises e desafios de sua superação, a idéia é estudar o fenômeno da reestruturação produtiva do mundo do capital frente à economia e a ecologia global e seus reflexos regional, verificando como os arranjos e ajustes econômicos, políticos, institucionais se refletem nas crises socioeconômicas e socioambientais que se abatem sobre a América Latina, Caribe e a Pan-Amazônia, analisando-as no marco macro-regional. Uma forma ao mesmo tempo de mostrar as ligações que existem entre o fenômeno mundial da reestruturação produtiva do capital internacional e sua penetração irresistível nos países e economias periféricas. O propósito é agregar e articular à visão ampla apresentada nos capítulos anteriores, novos elementos e aspectos interpretativos, avançar nas caracterizações, análises e reflexões das propriedades, das conexões universais dos fenômenos sociais em curso na alta modernidade. Assim, objetiva construir relações entre *modernidade, racionalidade, desenvolvimento e sustentabilidade* que serão úteis na discussão sobre a *alienação*, a *ideologia*, o *ceticismo* e a *participação*, que virão adiante, bem como os relativos ao *indivíduo* e a *coletividade* em base aos acontecimentos da vida social a partir da visão histórica e analítica da modernidade desde seu metabolismo econômico ao cultural.

Lembrando que o conceito histórico de modernidade refere-se há um tempo e lugar determinado, é datado e situado, então aqui se promove a indicação de exemplos, análises e reflexões dos processos socioeconômicos e socioambientais mais recentes, das estruturas sociotécnicas e sociometabólicas do capital no mundo, avançando preliminarmente na aproximação dessa problemática para o contexto da América Latina e da Amazônia. Trata-se de discutir a modernidade radicalizada, as estruturas sociotécnicas e sociometabólicas do capital buscando evidenciar a racionalidade do padrão histórico de desenvolvimento agrário e urbano no subcontinente americano. Interessa espaço ressaltar o modelo de desenvolvimento histórico, função e espaços de fluxos das cidades e dos campos na era global e como se processam essas dinâmicas na macrorregião, indicando inicialmente seus desafios estratégicos entorno da sustentabilidade, da crescente urbanização, especialmente voltado para análise socioeconômica e socioambiental da reprodução social das classes trabalhadoras e dos povos empobrecidos do campo e da cidade, à luz do debate teórico que se promoveu até então sobre modernidade, racionalidade, desenvolvimento e sustentabilidade na era informacional global.

Há um olhar mais detido sobre o urbano regional, uma vez que muito tem se tratado da América Latina, Caribe e particularmente da Grande Amazônia com base mais exclusiva em seus complexos ecossistemas naturais e bem menos de seus sistemas artificiais, a ***diversidade urbana***, variedade de tamanhos, funções e emaranhados que constituem a formação, o crescimento e a explosão de aglomerações populacionais que interagem com os mais variados ecossistemas regionais onde estão inseridos. Assim, se faz necessário o aprofundamento do estudo das relações estabelecidas entre a sociedade e o espaço urbano em sua relação com o meio rural, fundamentada concretamente em dimensões socioculturais, socioambientais e socioeconômicas predominantes. Pois como salienta Aragon (2005), é importante destacar que, independentemente da definição de urbano, a maioria da população da Amazônia está concentrada em áreas urbanas, podendo se concluir que, hoje, a região fundamentalmente comporta aglomerados onde se destacam cidades de médio e grande porte, algumas ultrapassando 4 ou 5 milhões de habitantes, além de dezenas de centenas de cidades pequenas.

Assim, o capítulo imbrica caracterizações e análises co-relacionadas entre a América Latina, Caribe e a Pan-Amazônia desde o foco nas maiores aglomerações populacionais, as relações e funções econômicas mais importantes das maiores cidades, observando o que Singer (1987) chama atenção em relação às *funções econômicas*¹¹⁸ das redes urbanas que se formam a partir das estruturas internas e externas às suas economias.

¹¹⁸ As cidades exercem funções industriais, comerciais, de serviços, religiosos, militares, etc., conforme o seu tamanho. Cidades pequenas são geralmente centros de comercialização de produtos agrícolas produzidas na

Inicialmente é preciso registrar que nas últimas décadas a diversidade urbana se amplificou e surgiram cidades importantes demográfica e economicamente e maior migração entre países e intra-regional - a partir do fracasso de muitos projetos governamentais no agrário. Houve ainda um inchaço das cidades na América Latina, Caribe e Grande Amazônia, evidenciando um crescimento demográfico vertiginoso em 60 anos - a despeito de haver, quanto à taxa vegetativa, uma tendência mundial de projeção demográfica desacelerada, entretanto, sempre crescente em sua totalidade (Tabela 1).

Tabela 1- Projeções do crescimento da população para os países da América Latina e Caribe (em milhões).

Países	2010	2015	2020	2025	2030
Argentina	40519	42403	44163	15732	47074
Bolívia	10426	11411	12363	13268	14115
Brasil	199992	211284	221450	230516	238326
Chile	17094	17865	18549	19129	19587
Colômbia	47859	50666	53298	55696	57784
Cuba	11236	11226	11212	11166	11077
Equador	14200	15195	16189	17108	17941
Guatemala	14362	16176	18055	19962	21804
Haiti	10085	10912	11743	12557	13350
México	110056	115288	119808	123784	127211
Peru	28861	30526	32181	33765	35197
Venezuela	28807	30988	33038	34915	36595
América Latina e Caribe	593697	627958	659562	688030	721841
América Latina	582564	616537	648080	676856	702251
Caribe	42300	44025	45664	47144	48357

Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Assim, além da indiscutível importância da *dimensão econômica* na análise das cidades e da urbanização, um dos elementos sociológicos fundamentais destas aglomerações são as *relações sociais que estruturam o processo de urbanização* e em *termos ecológico seus rebatimentos nos ecossistemas* - desde os fenômenos externos que os enlaçam. Por exemplo, ainda que seja ponto pacífico - para o entendimento da complexidade urbana latino-

circunvizinhança (seu *hinterland*); cidades médias costumam ser “cabeça de zona”, mais especializadas, produzem o que as pequenas ofertam em quantidades e graus de incorporação tecnológico agregado, mais sofisticados, com prestação de serviços mais diversos e complexos; já as grandes cidades ou metrópoles são aquelas que em geral desempenham muitas das funções mencionadas anteriormente e mais a industrial, ainda que as médias e pequenas cidades possam ter indústrias, as grandes indústrias preferem ocupar as zonas metropolitanas, exceto a indústria extrativista e ou agroindustrial em função da rigidez do produto (SINGER, 1987).

caribenho-amazônida - o estudo das diferenciações urbanas que guardam entre si as cidades da macrorregião, e cada uma com suas configurações espaciais e demográficas apresentadas como produto de suas formações históricas e sociais (em decorrência de seu povoamento territorial; de serem capitais ou cidades industriais e ou culturais importantes, etc.), em termos regionais, sem dúvida se pode afirmar que formam nós urbanos médios e grandes importantes, assim como, geralmente, alguns outros núcleos urbanos menores - mas que vêm se especializando, em uma ou várias funções econômicas devido à sua localização geográfica, força de trabalho, potencial econômico, incentivos fiscais, ambiente natural, etc., interagindo com variados ecossistemas - florestas tropicais como o bioma amazônico, grandes áreas alagadas como o pantanal e ou os pampas sul-americanos, formações temperadas andina, etc.

O continente que tem aproximadamente 600 milhões de habitantes, distribuídos entre a América do Sul (67%), a América Central (26%) e o Caribe (7%), incluindo o México (apesar de pertencer à América do Norte), por suas características sociais, economias e culturais. A região forma um vasto território com 36 países (10 dos quais são ilhas no Caribe), mas possuem uma grande integração lingüística, a maior entre todos os continentes: a esmagadora maioria fala português ou espanhol, mas ainda resistem algumas dezenas de línguas indígenas que sobreviveram à primeira colonização¹¹⁹. Margeado pelos oceanos Atlântico e Pacífico (Mapas 1 e 2), onde estão presentes um denso e complexo conteúdo cultural, social e econômico que se aglomeram em regiões urbanas, onde as maiores cidades, em termos demográficos, são: Cidade do México (18.396.000), São Paulo (17.289.000), Buenos Aires (12.573.600), Rio de Janeiro (10.475.100), Lima (6.942.800), Bogotá (6.712.247), Santiago (5.689.600) com importantes funções econômicas regionais e - São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires e Rio de Janeiro - com o mundo, formando muitas redes econômicas e culturais, que se ligam com cidades-mundo como Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Berlim, Pequim, etc., mantendo relações econômicas e culturais importantes (CEPAL, 2007).

¹¹⁹ No Brasil, por exemplo, na época da colonização européia, estima-se que falavam-se mais de mil línguas indígenas. Atualmente, esses idiomas estão reduzidos a 180 línguas. Das 180 línguas, apenas 24, ou 13%, têm mais de mil falantes; 108 línguas, ou 60%, têm entre cem e mil falantes; enquanto que 50 línguas, ou 27%, têm menos de 100 falantes e metade destas, ou 13%, têm menos de 50 falantes, o que mostra que grande parte desses idiomas estão em sério risco de extinção (SECAD/MEC, 2008).



Mapa 1 e 2 - América Latina e Caribe em relação ao mundo e América do Sul, com destaque para relevos e rios.
Fonte: Guia Geográfico Mundial (2009).

Nesta pesquisa se trabalha como universo amostral com um terço dos países da América Latina e mais de dois terços de seus habitantes: Argentina (39.356.000), Bolívia (9.828.000), Brasil (192.645.000), Chile (16.604.00), Colômbia (46.116.000), Cuba (11.248.000), Equador (13.601.000), Guatemala (13.344.000), Haiti (9.602.000), México (106.448.000), Peru (27.894.000) e Venezuela (27.460.000), por serem os doze países com maior peso econômico, político e demográfico segundo os dados do Anuário Estatístico da CEPAL (2007). Observa-se que, em termos demográficos, por exemplo, em um total de 572.206.000 habitantes da América Latina e Caribe em 2007, os doze países selecionados neste estudo perfazem um total de 514.146.000 habitantes ou 89,97% da população do continente, sendo que os seis maiores, em ordem decrescente, são: Brasil (37%), México (19%), Colômbia (9%), Argentina (7%), Peru (6%) e Venezuela (6%), equivalem em termos populacionais a 84%, conforme os dados da CEPAL (2007) (Ver gráficos 1 e 2). Outro dado: Brasil, México e Colômbia somam 65% da população total do subcontinente. Neste contexto está a relevância demográfica dos países da Pan-Amazônia dentre os doze selecionados: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela abrigam, uma população de 317.544.000 de habitantes, representa 57% do total da América Latina em 2007, com destaque para o Brasil com 59% da população desses seis países, indicando sua importância e peso regional (Ver gráficos 3 e 4).

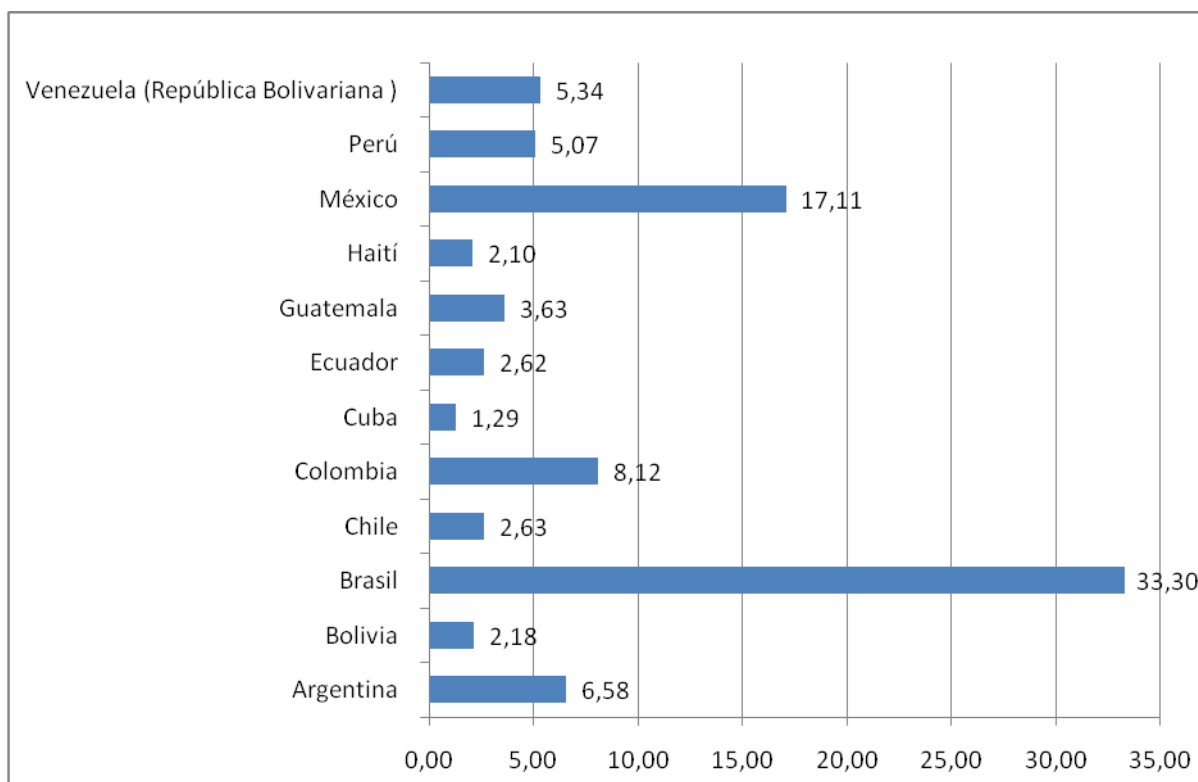


Gráfico1 - Distribuição demográfica entre os 12 países mais populosos da América Latina e Caribe (em %).
 Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

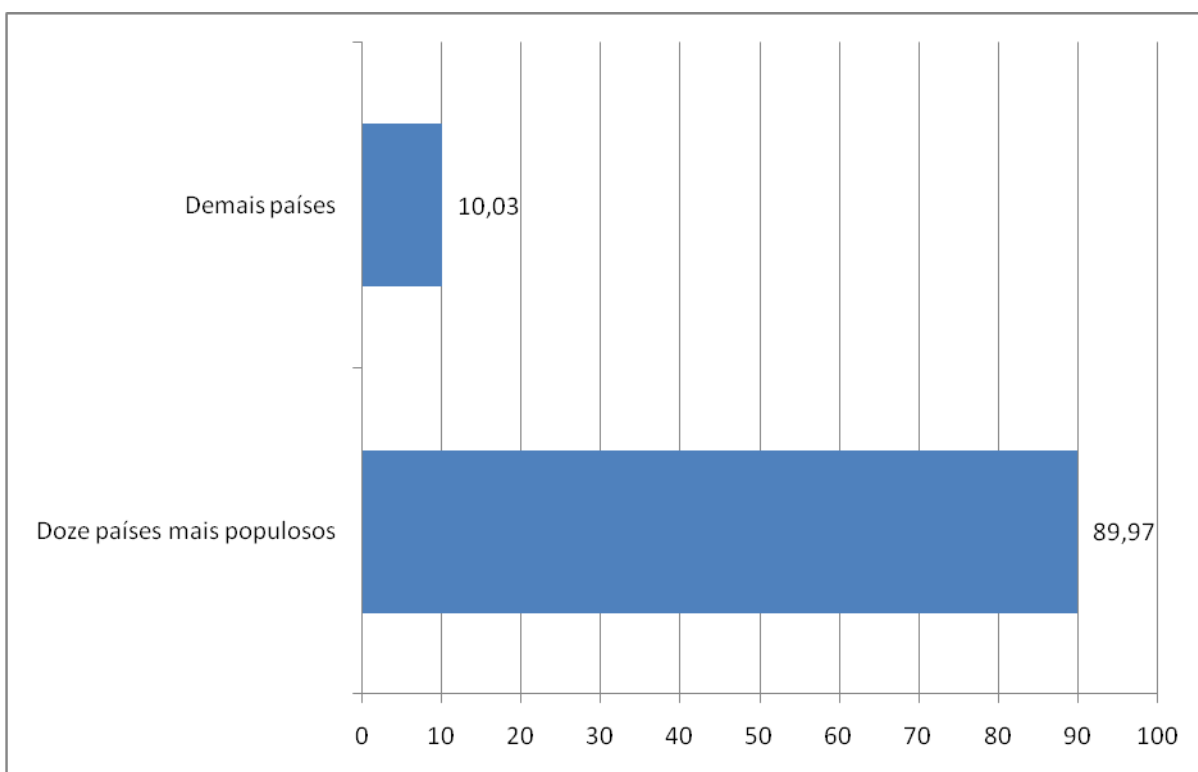


Gráfico 2 - Distribuição demográfica dos 12 países mais populosos da América Latina e Caribe em relação ao total do subcontinente (em %).
 Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

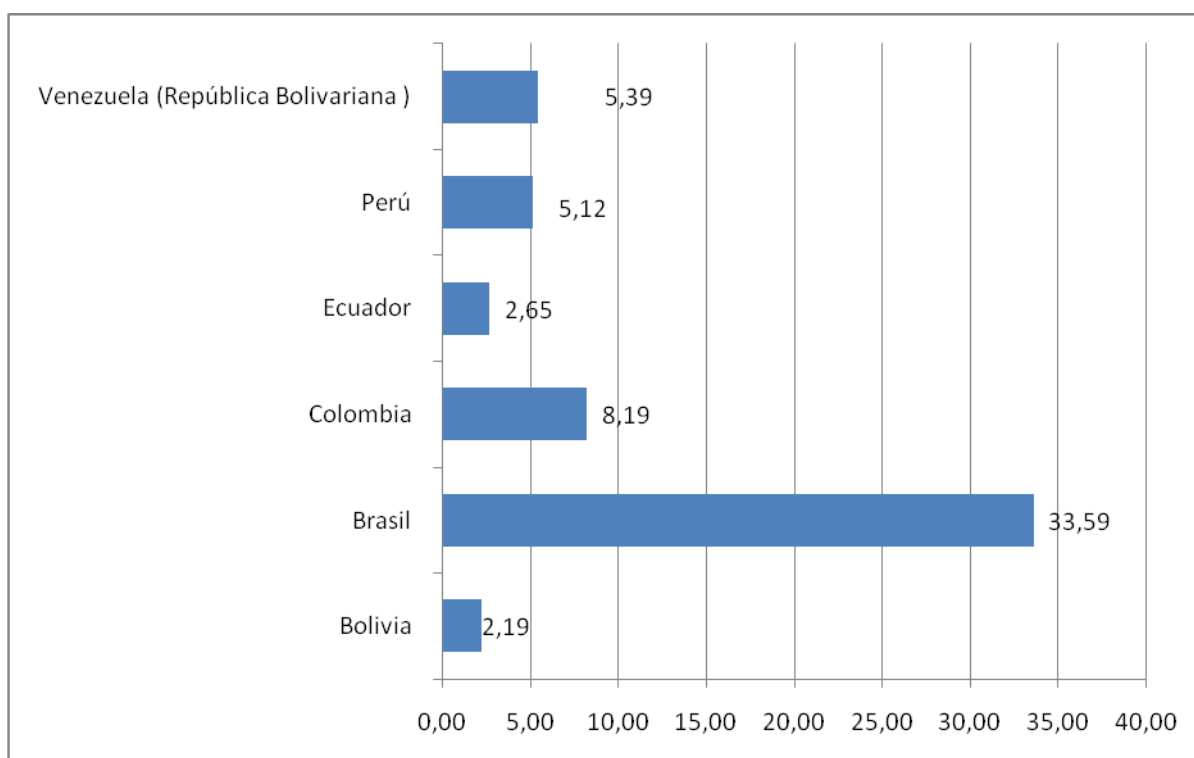


Gráfico 3 - Distribuição demográfica dos países da Pan-Amazônia em relação à América Latina (em %).
 Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

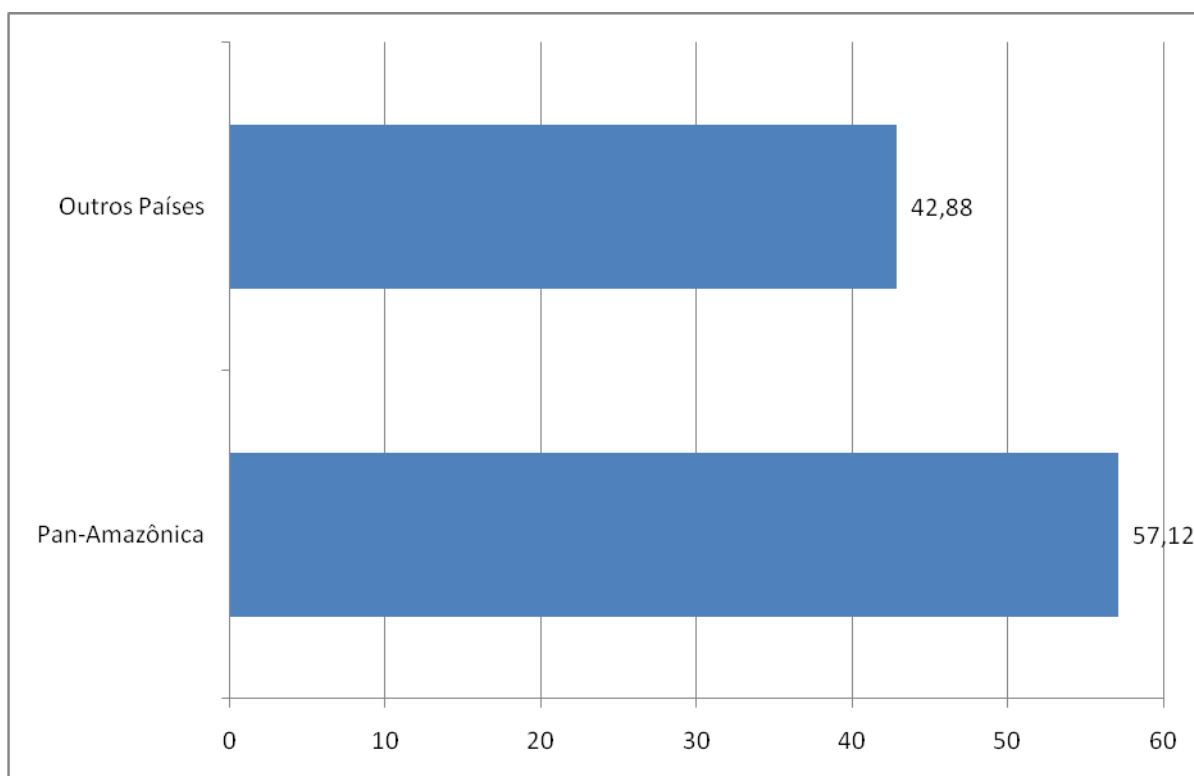


Gráfico 4 - Demografia dos países da Pan-Amazônia em relação ao total da América Latina (em %).
 Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Obviamente que a maior parte da população desses países, e em particular do Brasil, não está na região amazônica, sim quase sem exceção situam-se nas regiões litorâneas (no Brasil há pelo menos 120 milhões de pessoas vivendo nessas áreas), a não ser pela Bolívia que não possui mar e a população está localizada nos centros mais urbanizados internamente aos países, o que também geralmente coincide com áreas extra-mazônicas. A despeito desse fato, a Grande Amazônia representa uma vasta região com aproximadamente 30 milhões de habitantes, que se interconecta por questões naturais e sociais (hidrográficas, historiográficas, econômicas, culturais, políticas, etc.), e em sua grande maioria são de origem dessa mesma latitude equatorial-tropical – hoje não se pode jamais considerá-la um “vazio demográfico”.

O recorte geográfico-demográfico e florestal-hídrico que se optou trabalhar assim como a ênfase na Pan-Amazônia, além de necessário do ponto de vista metodológico¹²⁰, cumpre o papel de mostrar suas peculiaridades numa tentativa de aproximação, caracterização e análise de realidades e complexidades similares, de relações, condições e contradições socioambientais, socioeconômicas e sociopolíticas ligadas por uma dimensão ecológica ímpar composta por uma macrorregião de floresta equatorial irrigada por uma malha hidrográfica formando a maior extensão e o maior volume de floresta e de água doce do planeta - uma vastidão territorial de grande complexidade, internamente com uma população humana com distribuição muito variada e concentrada particularmente em dois países: Brasil (71,94%) e Peru (13,84%) perfazendo 85,78% da população total (ARAGÓN, 2005).

A idéia geral é analisar no período recente, como se comporta o poder dos fluxos e os fluxos de poder, a morfologia social e política da sociedade global informacional sobre a população, sua topologia e topografia social, econômica e ecológica - a arquitetura das relações de racionalidade do padrão histórico de desenvolvimento capitalista agrário e urbano atual. Verificar em que padrão ecológico e ambiental assenta-se à medida que as novas gerações vão tomando posse do mundo, conectadas às redes sociais, econômicas e culturais das sociedades nos diversos espaços da América Latina, Caribe e da Grande Amazônia e os fluxos e espaços mais velhos e gerações anteriores, com o novo mundo, vão desaparecendo.

¹²⁰ Conforme traçado na metodologia da *dialética dos sistemas vivos* e a *dialética cibernética*, o *sistemismo ecológico cibernético*, a *teoria geral dos sistemas*, evidenciando as contradições entre o *homem* e o *ambiente*, considerando suas dimensões naturais e sociais (físicas, químicas e biológicas, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas), em um todo de enfoque *sistêmico-dialético-ecológico-cibernético* e de sua efetiva inter-relação e interdependência que o integram via comunicação social-ecológica no curso do processo civilizatório, implicou escolher as vias geográfico-demográfico-florestal-hídrica que possibilitam essa comunicação dos sistemas vivos, cibernéticos naturais e sociais. Um caminho denso e complexo, mas que permite alcançar os resultados esperados.

4.1 PADRÃO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.

Um dos principais elementos da racionalidade do padrão de desenvolvimento da sociedade moderna é a urbanização. Na América Latina e Caribe se aprofunda o fenômeno urbano e com ele a metropolização ligada ao novo padrão histórico civilizacional. A estrutura sociodemográfica e espacial - em termos nominais e percentuais urbana cresce velozmente: em 1995 seus 483.860.000 milhões de habitantes viviam em média 73,2% no urbano, em 2005 representavam 557.979.000 milhões, sendo que 77,4% morando em cidades; as projeções indicam que serão 627.958.000 em 2015 e 721.841.000 milhões em 2030, a formar uma massa de 80,6% de população total vivendo no urbano, segundo os dados da CEPAL (2007). Isso implica que, a despeito das considerações teóricas que disputam o conceito de urbano, desde a geografia à sociologia, diante da realidade, a América Latina pode ser declarada como um continente urbano, com raras exceções internas como os países-ilhas: Antigua e Barbados, Mont Serrat e Trinidad e Tobago com populações que variam entre 15% a 40% no urbano. Possivelmente a dinâmica de urbanização apresenta-se irreversível, ao menos no quadro de curto e médio prazo (CEPAL, 2007). Isso mesmo em países que conservavam elevada taxa de urbanização como a Argentina que larga com uma população urbana de 87,5% em 1995, vai para 93,1% em 2010 e segue para 94,0% em 2015 e ou a Venezuela que em 1995 tinha 87,4% de seus habitantes no urbano vai também para 94,0% em apenas vinte anos (CEPAL, 2007). (Tabela 2).

Essa variação da urbanização da América Latina e Caribe segue um móvel ascendente. Entre os doze países da pesquisa, os com menores taxa de população urbana como a Guatemala e o Haiti, o fenômeno é mais contundente: em 1995 a Guatemala tinha apenas 36,5% de sua população nas cidades e em dez anos foi pra 50%, e as projeções indicam para 2010 um índice de 57,2% e para 2015 que será de 63,6%, portanto em duas décadas sai de uma posição de país eminentemente rural para outra de claramente urbano com uma diferença de 27,1% da população fugindo para as grandes cidades, apresentando a maior taxa de êxodo entre os países desse estudo; e o Haiti que tinha a menor taxa de urbanização com apenas 34,2% em 1995 vai para 41,7% em 2010 e 48,5% em 2015, portanto com 14,3% de sua população correndo para viver nas áreas urbanas. O Brasil que em 1990 tinha 74,7% de sua população no urbano, vinte anos depois terá 85%. Urbana é a nova face da América Latina e Caribe, segundo o Anuário Estatístico da CEPAL (2007). (Tabela 2).

Tabela 2 - Porcentagem e projeções da população urbana total na América Latina e Caribe entre 1990 e 2010.

Países	1990	1995	2000	2005	2010
Argentina	85,8	87,5	89,6	91,8	93,1
Bolívia	55,6	59,2	61,8	64,2	66,4
Brasil	74,7	77,9	81,2	83,4	85,0
Chile	82,8	83,8	85,3	86,6	87,5
Colômbia	69,3	72,1	74,5	76,6	78,5
Cuba	71,8	73,2	74,8	76,2	77,4
Equador	55,1	57,8	60,4	62,8	65,0
Guatemala	34,3	36,5	43,0	50,0	57,2
Haiti	30,5	34,2	38,0	41,7	45,3
México	70,6	72,7	74,8	76,5	78,0
Peru	68,8	71,0	71,9	72,7	73,4
Venezuela	84,0	87,4	90,9	92,8	93,6
América Latina e Caribe	70,9	73,2	75,4	77,4	79,1
América Latina	70,6	73,2	75,8	77,8	79,5
Caribe	56,4	59,4	62,1	64,0	65,5

Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Atenção para detalhes fundamentais: as populações se concentram majoritariamente nas capitais de seus países, com a exceção do Brasil e do Equador, cuja maior população urbana está em São Paulo (10,1%) e Guayaquil (17, 9%), respectivamente, nos demais países para o ano 2000, segundo os dados da CEPAL (2007), o quadro evidencia: Argentina (Buenos Aires, 32,3%), Bolívia (La Paz, 17, 6%), Chile (Santiago, 36,0%), Colômbia (Bogotá, 16,3%), Cuba (Havana, 20,2%), Guatemala (Cidade da Guatemala, 28,8%), Haiti (Porto Príncipe, 22,2%), México (Cidade do México, 18,2%), Peru (Lima, 29,1%) e Venezuela (Caracas, 12,9%); além, como se observa (Tabela 3) nas cidades como Santiago, Buenos Aires, Lima e Cidade da Guatemala se concentram mais ou menos 30% da população total de seus países (31,55%). Portanto, o fenômeno da urbanização regional segue o padrão civilizacional irresistível, a vertigem da sociedade capitalista com suas monumentais cidades, formando tsunamis de concentração humana nas zonas urbanas, em tempestuosa metropolização, formando imensos mares de favelas com impressionantes e crescentes cornubações, em meio a oceanos de miséria, violência, desemprego, etc.. Um dado mundial, num planeta em que seu ecúmeno, do final do século XX e início do XXI, se tornou urbanocêntrico, pobre, doente, insustentável e insuportável.

Tabela 3- População da área metropolitana principal e ou capital dos países da América Latina e Caribe.

Países - Área metropolitana principal	Porcentagem da população					
	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Argentina - Buenos Aires	29,1	33,7	35,6	35,7	34,5	32,3
Bolívia - La Paz	10,6	11,7	13,0	13,8	17,4	17,6
Brasil – São Paulo	4,5	5,7	8,4	10,2	10,2	10,1
Chile - Santiago	24,2	28,9	32,3	34,8	35,4	36,0
Colômbia - Bogotá	5,4	9,6	14,0	14,8	15,8	16,3
Cuba - Havana	18,8	21,0	20,8	19,8	20,0	20,2
Equador - Guayaquil	8,3	11,7	13,0	14,9	15,6	17,9
Guatemala - Cidade da Guatemala	13,5	17,2	19,6	19,9	19,6	28,8
Haiti - Porto Príncipe	4,7	7,1	11,5	14,3	16,1	22,2
México - Cidade do México	12,2	14,8	18,5	20,8	18,5	18,2
Peru - Lima	10,4	18,6	24,4	25,9	27,9	29,1
Venezuela - Caracas	13,6	17,9	20,3	18,1	15,3	12,9

Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

O fenômeno urbano mundial e em nossa região de estudo em particular, se explica para além das características registradas à época de Marx e Engels (1980; 2000), que já previam lúcida e incisivamente o padrão de civilizatório burguês, com crescente descamponização promovido pela sociedade industrial, assim como a importância da variável tempo nos negócios e interesses socioeconômico da burguesia que tendiam a concentrar suas atividades: o tempo da natureza e do capital, cada vez mais desconectados e irreconciliáveis. Em *Tempo e espaço na metrópole, breves reflexões sobre assincronias urbanas*, Vêras (2001, p. 3-4), estudando uma das maiores cidades da América Latina, São Paulo, diz:

[...] Pode-se falar da onipresença da metrópole, em todos os lugares e momentos. Através das metrópoles, todas as localizações tornam-se centrais, funcionalmente, porque são lugares centrais das metrópoles, e cada lugar está conectado à sociedade. Hoje há simultaneidade e instantaneidade. [...] A cidade contemporânea se explicita na metrópole. Se seus espaços são heterogêneos (zonas rurais, de habitação da pobreza, da indústria tradicional, da indústria moderna, de serviços sofisticados, de serviços de baixa qualificação, condomínios fechados de alta renda, shopping centers, zona de negócios, hotéis e parques de convenções, enfrentamento dos iguais e dos diferentes, etc.), [onde] o tempo materializado nesses lugares é extremamente dinâmico, pois a co-presença ensina aos homens, territorializa e (des)territorializa e (re)territorializa, trata-se, assim, [da produção] de tempo humanizado, não-natural.

Numa expressão: na alta modernidade se vive o ápice da artificialização do espaço, da vida no espaço e do esgarçamento do tempo no espaço, todos expressos na dinâmica do território (espaço ocupado). Esse tem sido o padrão de crescimento ou desenvolvimento social

e econômico estabelecido na sociedade capitalista moderna, acelerado em particular na fase de afirmação global e hegemônica das idéias e práticas neoliberais, desde as cidades globais dominadas pelas mega empresas capitalistas multinacionais - ainda que estas tenham origens nacionais e históricas bem distintas do passado¹²¹. É, antes de tudo, um padrão econômico que tem como referencial a concepção de mundo na qual a direção do desenvolvimento e do governo das sociedades nacionais deve ocorrer cada dia mais sob o império da burguesia internacional – os países centrais continuam hegemônicos econômico, militar e politicamente - portanto, impõem uma admissão subordinada aos demais países do chamado G-20. E na América Latina, particularmente, a produção e o comércio internacional estão nas mãos de um conjunto de poucas empresas¹²² de capital privado e ou misto, para as quais os governos subalternos do continente trabalham.

O capitalismo da alta modernidade trouxe aceleração dos ritmos sociais e econômicos, desde a jornada de trabalho, do tempo de reprodução (lazer e viver), buscando aumentar os ritmos da produtividade pelo processo da acumulação flexível, a terceirização e o controle eletrônico que aperfeiçoam a velocidade da produção e da comunicação acelerando o mercado financeiro, a produção de mercadorias e o consumo em massa, inaugurando uma sociedade do ritmo intenso, descartável, volátil, efêmero e transitório (incluindo imagens, símbolos e idéias, etc.) com as novas formas organizacionais e tecnológicas produtivas inovadoras, onde o poder do fluxo global domina tempo e espaço, encolhendo o mundo, trazendo a (des)territorialização da produção, da cultura. E dessa forma, através da comunicação e dos

¹²¹ Resultado do acúmulo e aprendizados relativo das crises, desde a primeira Grande Depressão singularizada por ensejar profundas mutações no desenvolvimento capitalista, que datam ainda da década de 1870 as primeiras manifestações da internacionalização do capital, a formação dos primeiros cartéis, os primeiros acordos de preços e a divisão dos mercados onde a livre-concorrência se aproximava do fim e era substituída pelo império dos monopólios: “na década de 1880 surgiram os primeiros trustes — o truste do petróleo, a Atandard Oil Company, em 1882; os trustes do óleo de algodão, em 1884, o do óleo da linhaça, em 1885; os trustes do álcool, do açúcar e do chumbo, em 1887” (GUIMARÃES, 1982, p. 41-42).

¹²² A Petrobrás e a Vale são as duas maiores empresas da América Latina em valor de mercado, entre as de capital aberto, segundo levantamento feito pela *Consultoria Econômica*. Em 2007, a estatal brasileira manteve em primeiro lugar, enquanto a Vale passou da terceira para a segunda posição, desbancando a mexicana America Movil, empresa de telecomunicações. Se forem consideradas também as empresas de capital aberto dos Estados Unidos, a Petrobras aparece na quinta posição, à frente de gigantes como Google, Johnson & Johnson, Apple Computer e Intel. Os líderes são Exxon Mobil, General Eletric e Microsoft. Na lista que inclui os EUA, a Petrobras e a Vale são as duas únicas empresas brasileiras. Todas as demais, entre as 25 maiores, são americanas. No ranking latino-americano, depois da companhia mexicana, que caiu do segundo lugar para o terceiro do ranking, aparecem outras quatro empresas brasileiras: Bradesco, Itaú, Ambev e Banco do Brasil, nessa ordem. Entre as 25 empresas maiores da América Latina, 13 são do Brasil, nove são do México, duas são da Argentina e uma é do Chile. O setor bancário em 2007 ultrapassou o de telecomunicações, que, em 2006, era o segmento com maior numero de empresas. O Brasil era representado por 12 companhias em 2006; o México, por oito; a Argentina, por duas. O Chile, que tinha três empresas na lista, foi o único que perdeu espaço no ranking em 2007. As empresas que entraram no ranking das 25 maiores latino-americanas em 2007 são as brasileiras Bovespa Holding, Santander Brasil e CSN, além da mexicana: Grupo México. As que deixaram o grupo em 2007 são as chilenas Endesa e Enersis e as brasileiras Telesp e Tim Participações (CONSULTORIA ECONOMÁTICA, 2007).

transportes comprimiu o espaço (anulação do espaço por meio do tempo), o mundo tornou-se a “aldeia global”, em uma nova geografia, como é o caso das cidades globais (HARVEY, 1992; IANNI, 1994; SASSEN, 1991; VÉRAS, 1997), onde as palavras de ordem são as da “competitividade, fusões e ou complementaridade entre as empresas” que se utilizam de estratégias multivariadas e cada vez mais agressivas - Criando um mundo das corporações: subordinando o local ao global, o público ao privado, a vida ao lucro incessante, à morte¹²³.

Neste contexto geral as metrópoles globais da América Latina (Cidade do México, São Paulo e Rio de Janeiro, Buenos Aires) contêm, no entanto, muitos *lugares* e igualmente muitos *não-lugares* conforme indicam Santos (1990) e Augé (1994), pois reúnem o *local* e o *global* dentro de si. Mas é preciso deter-se no significado do tempo, porquanto, apesar de toda a tecnologia e da mundialização, o tempo não é único para todos, é desigual e combinado, se vive diferentes temporalidades sociais, econômicas e políticas. Embora todo o meio técnico-científico-informacional, do tempo hegemônico do Estado e do tempo do Capital, dos grupos, dos indivíduos e das instituições não sejam os mesmos, as burguesias buscam técnicas para homogeneizar o tempo, imprimem uma dada velocidade que se estabelecem em duas direções: horizontal (relações entre pessoas da mesma localidade, entre conterrâneos) e vertical, representada pela globalização dominante (SANTOS, M., 1996). Tão pouco a sociedade como um todo, vive o mesmo mundo material, e sim uma temporalidade marcada por conflitos cotidianos entre diferentes estratos sociais, na encarnizada luta de classes e no interior das classes, no qual se exerce o poder, o tempo de cada lugar, de cada condição econômica e cultural e não só o espaço geográfico globalizado e o tempo histórico do capital, onde diversidade e homogeneidade tendem ao confronto.

Entretanto há diversos grupos urbanos que começam um movimento de resistência ao padrão hegemônico do capital, constituem o que Castells, (2001) chama de *grupos de identidade ou de resistência* que formam contra-poderes. Isso não é diferente no campo, onde

¹²³ Um exemplo é o da recente gripe suína, que chegou ameaçar virar pandemia global do vírus *influenza* H1N1. Depois de 30 anos de neoliberalismo que sucateou a saúde pública, particularmente na América Latina - onde desde o México, Brasil e Argentina já morreram mais de 2000 pessoas e a situação pode ser ainda mais catastrófica para os trabalhadores. Um detalhe importante, o epicentro da nova ameaça pública global da saúde vem das Granjas Carol, gigante subsidiária da multinacional Smithfield Foods dos Estados Unidos, que transferiu sua produção dos estados da Virgínia e Carolina do Norte, expulsa por ser altamente poluidora e ter causado sérios danos ambientais, através do NAFTA, acordo que ajudou a se instalar no México sua problemática produção industrial de carne suína, que abastece os Estados Unidos, mas deixa os problemas para o México: a um só tempo explora a mão de obra barata dos mexicanos, recebe subsídios fiscais e financeiros do governo e deixa uma gigante poluição e graves problemas de saúde pública para o México e o planeta. Por último, nunca é demais lembrar que em 1918, a gripe espanhola, atingiu quase a metade da população mundial e levou ao óbito 40 milhões, e não se tinha a população e o fluxo de pessoas existentes nos tempos atuais (Jornal Opinião Socialista, n. 362, 2009).

no mundo milhões de pequenos produtores, por exemplo, rejeitaram as espécies modernas de arroz, milho, etc., fabricadas em centros de pesquisa e controladas pela agroindústria. Em todo planeta, cidadãos em várias situações, rejeitam a medicina alopática moderna. Milhões de pessoas comuns rejeitam a idéia de viver de acordo com valores deturpados (e deturpadores) associados à ciência moderna (SACHS, W., 2000, p. 57) e ao mundo controlado pela hegemonia do pensamento conservador da burguesia.

No agrário o processo de luta e resistência dos povos é mais radicalizado, uma vez que tenta se contrapor ao duplo domínio, do capital e do urbano, que demandam a produção do campo e constroem o processo reprodutivo da vida camponesa e seus agroecossistemas. Na agricultura da América Latina e da Amazônia em geral, por exemplo, baseada milenarmente em cultivos tradicionais e na diversidade de um lado, esta se vê dominada pela força hegemônica do capital que a pressiona a desaparecer devido à influência exercida pela generalização do uso de variedades melhoradas geneticamente¹²⁴, quimificação, mecanização, etc., consequentemente, homogeneizando os ecossistemas e agroecossistemas. Por outro lado, há uma resistência crescente de populações nativas, indígenas, caboclas, criolas, quilombolas, entre outras, produzindo, colhendo, conservando e redistribuindo populações de espécies locais, que têm uma importância estratégica cada vez maior para organização da produção e reprodução dos camponeses e povos nativos, assim como para a conservação *ex situ* de acessos genéticos fundamentais para a própria sobrevivência das variedades modificadas pelo padrão industrial, como indica Costa, G. (2006a, p. 74):

[...] As plantas cultivadas e seus parentes silvestres estão desaparecendo velozmente e mesmo as tentativas de salvaguardá-los em bancos de germoplasma, seja em *pool* de genes *in situ* ou *ex situ*, utilizando as mais sofisticadas técnicas, como a criopreservação, não tem evitado sua progressiva extinção. Hoyt (1992) diz que a conservação dos recursos genéticos das plantas cultivadas – que são utilizadas na alimentação e seus parentes silvestres – é atualmente uma das questões mais importantes e controvertidas para a humanidade, uma vez que estão desaparecendo. E a perda da variabilidade genética pode representar um colapso à produção da agricultura moderna mundial.

Não deixa de ser necessário enfatizar que a tendência geral dessa luta entre movimentos camponês, indígenas e outros contra o agronegócio, ao menos no presente, tem sido a vitória do Capital contra os grupos de identidades e resistência na maioria das vezes.

¹²⁴ No Brasil, por exemplo, o maior produtor agrícola da América Latina, desde 2001 era o país que mais crescia nesta área (antes da crise, até 2008), ao mesmo tempo em que obtinha um ganho genético em sua produção de 3% ao ano, enquanto nos Estados Unidos esse ganho era de apenas 1%. No Brasil eram realizados cinco mil testes para melhoramento genético por ano, os investimentos e os trabalhos foram potencializados e o número saltou para 50 mil testes, multiplicando a possibilidade de se obter variedades melhoradas com a instalação no país da MDM – empresa destinada à produção de sementes de algodão criada a partir de um pool de empresas como as gigantes Monsanto, DeltaPiner e Maeda, a Syngenta Seeds, divisão de sementes da multinacional Syngenta – resultante da fusão da Zeneca Agrícola, Novartis Agribusiness e Novartis Seeds (VILELA; FRANCO, 2001, p. 72 – 78).

Durante a reunião do Convênio sobre Diversidade Biológica da ONU, na cidade alemã de Bonn, em 2008, organizações e movimentos sociais de diversas regiões do mundo bradaram por proteção da diversidade biológica florestal e agrícola¹²⁵, e o repúdio às medidas de combate à mudança climática focadas na mercantilização das florestas, no desmatamento indiscriminado, na implantação das monoculturas de árvores, no desenvolvimento dos transgênicos, no impulso aos agrocombustíveis, na privatização dos bens naturais e na defesa dos direitos das comunidades rurais, etc., dizem: “Percebemos que muitas das partes não estão implementando as decisões que foram tomadas anteriores à COP de Diversidade Biológica, e isso é dramático”, disse à Rádio Mundo Real, Belmond Tchoumba, coordenador do Programa de Florestas e Biodiversidade da ONG Amigos da Terra, lamentando o processo que tem seguido o Convênio de Diversidade Biológica da ONU. Tchoumba (2008) continua: “No começo pensamos que era um bom instrumento para preservar a rica biodiversidade ao redor do mundo, mas com o passar do tempo percebemos que não está atingindo seus objetivos, e ao invés disso estamos observando uma rápida e dramática destruição da biodiversidade, especialmente nos países tropicais, nos ecossistemas de florestas”. Tchoumba (2008) falou principalmente dos desmatamentos em algumas regiões da África, Ásia e América Latina, evidenciando a depredação das florestas para cultivos destinados à produção de agrocombustíveis, agropecuária e silvo-monocultivos.

Várias organizações sociais presentes em Bonn, dentre as quais o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais destacaram também que as empresas “não só estão colocando em risco a biodiversidade, como ainda estão se apoderando das terras das comunidades rurais sem consultá-las, sem compensá-las, e estão produzindo para os consumidores nos países desenvolvidos” como manifestou Tchoumba (2008), que disse ainda na mesma entrevista que

¹²⁵ As estatísticas sobre o número de espécies que habitam o planeta oscilam entre cinco e trinta milhões, com maiores concentrações nos países tropicais. Desse total, pouco mais de 1,5 milhão é conhecida pela ciência. Estima-se que a biodiversidade inclua 300 a 500 mil espécies vegetais superiores e, destas, cerca de 30 mil são comestíveis, entretanto o homem domesticou na sua existência, somente cerca de 100 a 200 mil espécies vegetais e, destas, menos de 15, atualmente, suprem a maior parte da dieta humana (CONWAY, BARBIER, 1990). De maneira geral, considera-se que, na América Latina, os países mais ricos em diversidade biológica são Brasil, Colômbia, Venezuela, México, Equador e Peru. Nos demais continentes destacam-se a África (Zaire e Madagascar), a Ásia (China, Índia, Malásia e Indonésia) e a Oceania (Austrália). O Brasil é o país onde se encontra a maior parte das florestas intactas do planeta. Somente de plantas superiores, o país conta com aproximadamente 22% do total de espécies existentes na Terra. Desse número, cerca de 7% são endêmicas. As florestas brasileiras ainda abrigam também 55 espécies de primatas (24% do total mundial); três mil espécies de peixes de água doce, o que significa o triplo da variedade de peixes de qualquer outro país; 3.010 espécies de vertebrados terrestres; 310 espécies de vertebrados em risco de extinção; 468 espécies de répteis, o que corresponde ao quarto lugar mundial, sendo 172 endêmicas; 1.622 espécies de pássaros, sendo 191 endêmicas; de 10 a 15 milhões de insetos, a maioria ainda por ser descrita, e número incalculável de microrganismos terrestres e marinhos. Estima-se que o Brasil tenha cerca de 2 milhões de espécies distintas de animais, vegetais e microorganismos. Assim no Brasil, México, China, Malásia e Austrália, considerados países portadores de megabiodiversidade se a destruição da biodiversidade continuar no ritmo atual. Acredita-se que até 2015, entre 4% e 8 % das espécies nas florestas tropicais podem desaparecer definitivamente (SILVA, 2001).

o desenvolvimento de transgênicos das grandes empresas, e os pacotes tecnológicos que vêm associados a eles, principalmente os agroquímicos¹²⁶, ameaçam gravemente e prejudicam em inúmeros casos a produção camponesa de alimentos: “O meio ambiente como um todo e a biodiversidade têm se tornado uma mercadoria, e para nós isto não é aceitável, nos opomos a todos os mecanismos de mercado relacionados à biodiversidade”. Tchoumba e outras lideranças sociais e ambientalistas rejeitam também a intromissão do Banco Mundial no combate à mudança climática, através do uso das florestas por dentro do chamado MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). “O Banco Mundial está promovendo as florestas como um meio para combater a mudança climática, através de créditos de carbono. Não podemos aceitar isso porque é uma forma de se apoderar das terras dos povos [...] e as florestas não são mercadorias” (TCHOUMBA, 2008).

No mesmo sentido segue o *Manifesto das Américas em Defesa da Natureza e da Diversidade Biológica e Cultural* lançado em 2006, que explicita:

Como habitantes do continente americano temos a consciência de nossa responsabilidade universal. O futuro da Terra passa também por nós. Os países amazônicos e andinos, por exemplo, como Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Venezuela e Brasil são territórios megadiversos. Não apenas pela presença de riquíssimos ecossistemas, mas também pela presença de muitos povos indígenas, camponeses, quilombolas e outras comunidades locais, que desde séculos e milênios souberam viver em co-habitação entre a biodiversidade e a sócio-diversidade. A floresta amazônica presente em nossos países representa um terço das florestas tropicais do mundo e abriga mais de 50% da biodiversidade. Nela existem pelo menos 45.000 espécies de plantas, 1.800 espécies de borboletas, 150 espécies de morcegos, 1.300 espécies de peixes de água doce, 163 espécies de anfíbios, 305 espécies de serpentes, 311 espécies de mamíferos e 1.000 espécies de aves. Por causa desta riqueza, a América Latina está sendo objeto da cobiça dos “neoliberais-globalcolonizadores” através da ação insana de dezenas de empresas transnacionais, principalmente dos países do norte global. Elas praticam vastamente a biopirataria. Outrora era a corrida ao ouro e à prata, hoje é a corrida aos recursos genéticos, farmacológicos e aos saberes tradicionais e locais, todos estratégicos para o futuro dos negócios do mercado mundial. E ainda querem nos impor leis de patentes e de proteção a seus lucros fantásticos.

¹²⁶ Em 2008, o Brasil assumiu a liderança no consumo mundial de agroquímicos, posição antes ocupada pelos Estados Unidos, segundo informou o presidente mundial do Instituto Internacional de Pesquisa em Agronegócios Kleffmann Group, Burkhard Kleffmann. Os dados indicam que os produtores brasileiros compraram entre US\$ 6,9 e US\$ 7 bilhões de dólares em agrotóxicos. Já as lavouras americanas, mesmo ocupando uma área consideravelmente maior, investiram US\$ 6,7 bilhões de dólares nos insumos agroquímicos. Contudo o ritmo de crescimento de quase 30% no mercado de insumos agrícola no ano passado, não deverá se repetir em 2009 em função da crise econômica, enquanto em 2008, o consumo global de defensivos foi 15% maior na comparação com o ano anterior. Ainda assim o presidente mundial da empresa ressalta que o potencial de crescimento avistado no Brasil é assegurado pelo clima tropical, sinônimo de mais pragas nas lavouras e pelo “efeito fisiológico” garantido com a “terceira aplicação” já adotado nas lavouras européias, e em desenvolvimento embrionário por aqui. “A dose extra de defensivos é capaz de aumentar a produtividade da lavoura” segundo Kleffmann, indicando ainda que no ano passado, o número de aplicações nas lavouras brasileiras de soja cresceu 5,3% e movimentou US\$ 2,38 bilhões, 33% mais que na safra anterior (BOTELHO, 2009).

O problema da conservação da diversidade socioambiental e biodiversidade se expressa cruamente na relação entre Capital *versus* Trabalho - como nos exemplos acima e a seguir. Conflito de longa data, que apenas se mostra ainda mais violento agora. No caso da agricultura, isso vai além do problema da diversidade biológica, envolve outros recursos fundamentais como solos e águas, juntos tem a ver com o histórico problema da concentração fundiária, da propriedade privada, etc., como explicita Guimarães, A. (1982, p. 43):

[...] a crise geral vai enredando a agricultura num movimento contraditório, do qual não pode escapar. Quanto mais declina sua lucratividade, tanto mais a agricultura precisa aumentar sua produtividade. E, ao fazê-lo, precisa de mais aplicações de capital, mais benfeitorias, mais insumos industriais aperfeiçoados, fertilizantes químicos, instrumentos e máquinas complexos, defensivos mais eficazes, sementes de variedades melhoradas, tudo que contribui para tornar seus custos por área explorada cada vez mais altos. Além disso, ao cumprir essas metas necessárias à sua sobrevivência e a sua expansão, a agricultura capitalista incorpora maiores extensões de terra e provoca, por um efeito inevitável, o crescimento da valorização fundiária. Portanto, todas ou quase todas as vantagens que a agricultura obtém das progressivas melhorias de produtividade ficam praticamente anuladas; de uma parte pela aquisição ou o arrendamento da terra supervalorizada e, de outra parte, pelo uso de uma diversidade cada vez maior de insumos tecnologicamente sofisticados. Daí que, ao aumentar sua produtividade por área, faz declinar, novamente, sua taxa de lucratividade. E continua, desse modo, a espiral contraditória.

Em outra parte de *A crise agrária*, Guimarães, A. (1982, p. 81-84) destaca que:

[...] a agricultura, sob o impulso das transformações desencadeadas pela crise geral, registrou significativa expansão no mundo inteiro, dilatando suas fronteiras por alguns espaços ainda vazios com tanta rapidez e amplitude que, nas áreas mais desenvolvidas, quase não restam mais reservas de terra economicamente exploráveis. As terras férteis e baratas que, em épocas anteriores, foram a base do crescimento agrícola, tornaram-se, por toda a parte, muito mais raras e muito mais caras. [...] À medida que os instrumentos ou meios de trabalho, os métodos de produção, os conhecimentos técnicos e científicos e as formas de gestão se renovaram, e se transformaram, por mínimo que tenha sido, em cada lugar ou em cada época, o grau de sua utilização, a agricultura deu passos à frente no sentido da melhoria de sua produtividade e do aumento de sua produção. Em todas as vezes que isso aconteceu, a agricultura abandonou uma parcela de suas características artesanais, substituindo-a por uma nova característica industrial. Desse modo, o progresso da indústria vem abrindo o caminho, comandando a evolução e estabelecendo a lei geral do progresso da agricultura. [...] No passado, foi a revolução agrícola que abriu caminho para a revolução industrial, formando mercados para o consumo das manufaturas, suprimindo parte dos capitais necessários às empresas que se constituíam nas cidades e deslocamentos para os novos centros urbanos, as reservas humanas que iriam integrar os contingentes de mão-de-obra industrial. No presente, é o desenvolvimento industrial que aciona o desenvolvimento agrícola, que dita à agricultura as regras segundo as quais ela poderá progredir, bem como os limites até onde ela poderá expandir-se.

Essa é a dinâmica do padrão de desenvolvimento do campo, subordinado ao processo e ritmo industrial, substituindo progressivamente o antigo modelo ou racionalidade camponesa. Esse processo de destruição da vida do antigo mundo rural ou camponês é

resultado da pressão urbano-industrial, da força e poder da burguesia ávida por criação de mais e novos produtos e mais e novos mercados - é o reflexo prático do ponto de vista teórico-ideológico de seu modelo histórico: baseado no constrangimento do agrário rumo com máxima efficientização produtiva.

Esse modelo histórico se acelera, pós Segunda Guerra Mundial conforme saliente Carvalho, I. (1992) e veio da sociologia, da economia e da política de desenvolvimento formuladas pelos cientistas e técnicos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), entre outros centros do poder tecnoburocrático da burguesia mundial que postulavam desde a década de 1960 induzir ao desenvolvimento ou a modernização as sociedades chamadas “tradicionais” ou “atrasadas”, tendo como paradigma de desenvolvimento a sociedade industrializada norte-americana, os objetivos políticos dessa estratégia eram principalmente: abrir espaços para a expansão capitalista em novo estágio de acumulação e de divisão internacional do trabalho; e manter a hegemonia norte-americana, ampliando sua esfera de influência, a fim de barrar eventuais avanços do então bloco soviético durante a guerra fria.

O padrão histórico do capitalismo impunha teórica, ideológica e politicamente, na ação prática seu modo de ver: às “sociedades tradicionais” ou “atrasadas”, caracterizava como aquelas de produção limitada, ciência e tecnologia pré-newtonianas, agrícolas, altamente hierarquizadas, sem instrução, sem classes médias, de baixa renda *per capita* e com altas taxas de mortalidade e fecundidade, sendo subdesenvolvidas e em sua contraposição deveriam nascer e avançar as sociedades modernas que tinham emprego de fontes de energia de alto potencial, permanente criação e inovação tecnológica, alta produtividade, urbanização, altas taxas de investimento em relação ao PNB, tecnologias poupadoras de mão-de-obra, baixas taxas de mortalidade e fecundidade, etc. (CARVALHO, I. 1992). Assim era oferecido às sociedades periféricas da América Latina, Caribe e da Grande Amazônia um projeto de futuro que apontava para o ingresso na sociedade de consumo, onde era preciso crescer economicamente, urbanizar-se, modernizar-se, mesmo que isso demandasse sacrifícios sociais e ambientais. Subjacente a este mito do desenvolvimento, que vinha redimir as sociedades do “atraso e da pobreza”, se estruturava uma rede de relações de dominação política e econômica entre os países periféricos e os países centrais - meio século de urbanização, ampliação de mercado e domínio político estadunidense se consolidou, como visto nos dados demográficos, sociais e ambientais apresentados da América Latina, Caribe e Grande Amazônia. Quais foram seus resultados para os povos tradicionais, para os que foram expulsos para as zonas urbanas? Não é preciso grande esforço de interpretação sociológica para verificar o caos total.

A demografia urbana cresceu entre os países do mundo em desenvolvimento. Entre 1987 e 2005 a população urbana passou de 69% para 77% do total de habitantes e para a América Latina e Caribe foi de 73,2% em 1995 para 77,4% em dez anos, sendo que este número chega a 87% no caso do Cone Sul (CEPAL, 2007). Em um quadro geral em que quase 40% das famílias urbanas estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivem com menos de US\$ 2 por dia e que a pandemia da pobreza em áreas urbanas cresce na América Latina, Caribe e na Pan-Amazônia, e sem planejamento, distribuição de renda e mudança da estrutura social e econômica do atual regime de propriedade, é evidente a calamidade social, econômica e ambiental que se instala. O modelo histórico de desenvolvimento aplicado pela burguesia coleciona perda crescente de biodiversidade, de degradação das florestas e de contaminação da água e do ar. Há problemas de contaminação e poluição nas principais cidades, dificuldade na disponibilidade de recursos hídricos, espécies ameaçadas, superexploração de recursos marinhos e aumento das doenças (especialmente do aparelho respiratório e câncer de pele) provocadas pela poluição e pelo desaparecimento da camada de ozônio, que afeta particularmente o extremo sul do continente, segundo o relatório sobre a Perspectiva do Meio Ambiente Global - GEO4/PNUD (2007). O Informe GEO4 (2007) enfatiza ainda que o problema transversal na América Latina e Caribe *é sem dúvida alguma a pobreza* em que se encontra a população majoritariamente urbana. A condição de pobreza implica pior acesso à saúde, a serviços sanitários (são coletados 81% dos resíduos sólidos, com apenas 23% de tratamento adequado e 14% para os esgotos).

O quarto relatório do PNUD sobre o estado do meio ambiente destaca que as ameaças às diversidades, com perdas de habitat, degradação da terra, mudança de uso desta, desmatamento e contaminação do mar se agravaram. Colocando em evidência apenas o desmatamento, se verifica que 66% da perda de cobertura florestal mundial entre 2000 e 2005 ocorreu na América Latina e Caribe. Assim como a degradação do solo afetou em 15% a América Latina, 26% da Mesoamérica e 14% da América do Sul no mesmo período. Como se isso não bastasse no Brasil os setores dominantes do agronegócio e do latifúndio pressionam o Congresso Nacional e o Executivo Federal, via bancadas ruralistas ligadas à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e as empresas nacionais e multinacionais, pela mudança do Código Florestal, para efetivar uma redução de 80% para 50% as áreas que não poderão ser desmatadas na Amazônia Legal. Caso a legislação seja aprovada, o Governo Federal, o Congresso Nacional e o Agronegócio transformarão a Amazônia numa vasta área de cultivos e criações para exportação de soja, dendê, algodão, cana, pasto e carne. Isso significa que se pode esperar mais violência, trabalho escravo, grilagem, queimadas, destruição de solos,

florestas e rios. Mais pobreza social e biológica. Mais poluição, envenenamento, erosão, assoreamento, etc., e concentração de renda, riqueza e poder entre os que já são ricos e poderosos. Esse é o fluxo do poder e o poder do fluxo elevado a sua mais aguda, nefasta e concreta realidade na América Latina e Amazônia.

Outro aspecto abordado no documento do PNUD/ONU é a vulnerabilidade regional diante da mudança climática. Segundo o relatório do GEO4 (2007) nos últimos anos foi constatado aumento de precipitações no sudeste do Brasil, no Paraguai, Uruguai e nos pampas argentinos, bem como aumento de inundações na Bolívia e menos chuvas no sul do Chile, sudoeste da Argentina, sul do Peru e oeste da América Central. Também há uma importante redução da superfície das geleiras andinas e da Patagônia chilena e argentina. A dimensão da geleira Antisan do Equador diminuiu oito vezes mais rápido nos anos 1990 do que em décadas anteriores, e na Bolívia a geleira Chacaltava perdeu mais da metade de sua área desde 1990, diz a o PNUD/ONU/GEO4 (2007). As previsões indicam mais redução de geleiras e reservas de água e degradação de solos e desertificação no centro do Chile e na Argentina e em outros países andinos. O aumento do nível do mar ameaça a bacia do rio da Prata, bem como há um possível aumento das inundações, inclusive das cidades que ficam nos vales, entre as montanhas que sofrerão degelos. No sul e sudeste do Brasil o problema já é evidente com o aumento de precipitações pluviométricas, o regime e intensidade das atividades dos ciclones, dos deslizamentos de terra, erosão, etc., como em Santa Catarina, por exemplo, que sofreu um forte impacto desses problemas em novembro de 2008 em que 1,5 milhão de pessoas foram atingidas em vários municípios (Brusque, Blumenau, Biguaçu, Florianópolis, Gaspar, Itajaí, Joinville, entre outros) e causou mais de 120 mortes e milhares de desabrigados. A mesma coisa se repetindo em 2009 em várias capitais e estados do sul e sudeste do Brasil, vitimando principalmente a população pobre que vivem nas periferias.

O relatório do GEO4 também prevê menor disponibilidade de água e perda entre 20% a 45% de espécies de árvores no Brasil até o fim do século XXI. A falta de gestão, capital humano e instituições dedicadas à problemática ambiental e particularmente à mudança climática dificulta a capacidade de minimização e adaptação a estes fenômenos em toda a América Latina, o que agrava ainda mais o quadro negativo. O informe também exorta a resgatar o conhecimento tradicional de mais de 400 povos indígenas que habitam a região que se destacam pelo manejo sustentável de seus recursos naturais.

A despeito de um quadro geral extremo o GEO4 (2007) identifica alguns progressos, como a crescente extensão de zonas protegidas que cobrem 10,5% de todo o território da América Latina e do Caribe, com maior proporção na América do Sul (10,6%). Assim como

melhorou a qualidade e uso de alguns combustíveis em termos de produzirem menor poluição e relativamente, segundo o relatório da ONU, avançou os sistemas de transporte, bem como existe nos tempos atuais maior conscientização quanto à agenda ambiental na opinião pública regional e por parte dos governos dos países. O Brasil não parece um bom exemplo nesta lista. Feita a contabilidade dos fluxos materiais-energéticos, as contas sociais e as contas ambientais desde a taxa de exploração dos trabalhadores e dos povos do Brasil e da América Latina, bem como dos recursos naturais, os indicadores sociais, econômicos e ecológico-ambientais, esses não deixam outra conclusão: nestes cinco séculos de dominação e espoliação, particularmente nos dois últimos e nas cinco décadas mais recentes, sob a política neoliberal, a macrorregião ao sul dos Estados Unidos sofreu um gigante assalto e destruição.

A experiência histórica evidenciou o fracasso da promessa desenvolvimentista na solução dos problemas. A grande concentração da riqueza e o aumento dos níveis de pobreza absoluta nos países além da generalizada degradação ambiental, não deixa dúvidas sobre a insustentabilidade desse modelo (CARVALHO, I. 1992). Agravados ainda mais com a recente crise econômica como evidenciam os indicadores socioeconômicos e socioambientais. Diversos países da região apontam para um novo momento de aprofundamento negativo desse processo em que a economia da América Latina tenderá ao esgarçamento e sua população a um novo ciclo de miséria, desde a brumas da racionalidade do padrão histórico de desenvolvimento capitalista agrário e urbano que se abateu sobre ela. No México, por exemplo, desde o desabamento do crédito interno (com altas porcentagens de inadimplência), perdas nas exportações e aumento do desemprego coloca esse país numa situação extremamente complicada por conta da íntima dependência que mantém com a economia dos EUA. A evidência histórica indica que qualquer queda no produto industrial estadunidense imediatamente arrasta todo o PIB mexicano e com a crise espera-se um crescimento de menos de 1% para o país asteca em 2009 (GUDYNAS, 2008)¹²⁷.

A crise internacional, ademais, pode se somar aos problemas domésticos de cada país. Esse processo segue na Colômbia, por exemplo, com a queda das chamadas pirâmides, empresas de especulação financeira que desembocaram em golpes e derrocadas no mercado em escalas massivas. Na Argentina, as contradições internas geraram medidas com muitos pontos de interrogação, enquanto o valor de seus principais produtos, como a soja, caiu e continua caindo dramaticamente e as exportações de produtos manufaturados se ressentem no

¹²⁷ A crise estadunidense deve seguir por um período maior que as pretensões de seus novos governantes e o México já recorreu ao FMI com empréstimos da ordem de 47 bilhões de dólares para evitar o *débâcle* econômico.

momento, as contas públicas estão seriamente ameaçadas, tampouco dispõe de acesso a créditos internacionais, em consequência do *default* (suspensão de pagamentos da dívida). As estimativas indicam que também a economia argentina crescerá menos de 1% em 2009 ou se estancará. A queda nos preços dos produtos de exportação e o fechamento de muitos mercados golpeiam em todos os países. Isso se observa em rubros, como na mineração da prata no Peru onde se suspendem empreendimentos e fecham-se pequenas cooperativas e empresas mineradoras, enquanto que na agricultura e pecuária se espera uma contração na Argentina e no Uruguai. A restrição ao crédito internacional é palpável e os papéis de países latino-americanos perdem valor nos mercados internacionais. Os bancos centrais do México, Chile e Argentina devem utilizar suas reservas para segurar a queda da cotação de suas moedas. Mesmo no Chile, onde o governo central conta com um fundo anticíclico de crise nutrido pelas exportações de cobre, são evidentes os problemas. O nível de endividamento interno é alto, os preços de sua principal exportação (cobre) despencaram e o déficit de conta corrente aumentará de 1% em 2008 para estimados 2,7% em 2009. O sistema de previdência social está quebrando devido ao fato dos investimentos dos fundos de pensão privados terem sofrido perdas de 27% ao ano, especialmente pelas aplicações realizadas no exterior (GUDYNAS, 2008).

Até nos chamados “governos de esquerda” outrora otimistas à idéia da propalada “blindagem” de suas economias hoje sofrem com esses problemas. A queda do preço do petróleo para menos de 50 dólares é um duro golpe nas reformas de Hugo Chávez na Venezuela, assim seu esquema de cooperação internacional sul-americana. As exportações do Equador de Rafael Corrêa, do Paraguai de Fernando Lugo, e da Bolívia de Evo Morales sofrem um problema similar, o que gera muitas restrições econômicas. No Brasil de Lula da Silva, que antes garantia que o país estaria preparado para enfrentar a crise, seguiram-se demissões em massa¹²⁸, atingindo vários setores privados como as gigantes empresas automobilísticas, eletroeletrônicas¹²⁹, mineradoras, construtoras, setor de comunicação, etc.

¹²⁸ Somente em janeiro de 2009 foram eliminados 101.748 empregos formais no País, no pior resultado apurado para o mês em toda série história do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. (GAZETA MERCANTIL, 2009). No campo desde o início da crise 300 mil empregos foram fechados, nos primeiros três meses de 2009 já ocorreu uma queda de 9,4% nas exportações do agronegócio segundo o Ministério da Agricultura o mesmo se viu na produção industrial do país, que despencou em 14, 9% no mesmo período, e em todos os setores desde a crise se somam quase 1 milhão de desempregados (ALMEIDA, 2009; CHOMA, 2009).

¹²⁹ Depois de um faturamento recorde do Pólo Industrial de Manaus que chegou em US\$ 30.128 bilhões em 2008, montante 17,25% superior aos US\$ 25.695 bilhões registrados em 2007, enfrenta em 2009 uma grave crise de retração da produção e vasta demissão entre suas cerca de 550 fábricas da Zona Franca. No último bimestre de 2008, as empresas da Zona Franca reduziram o número de funcionários diretos de 114 mil para 100,3 mil, tanto pela retração do consumo quanto pelas demissões de temporários. Apenas para ficar em um exemplo: a Royal Philips Electronics fechará em 2009 seis mil postos de trabalho e já deixou de recomprar novas ações. As

Essa breve revisão da situação econômica dos principais países latino-americanos desde a crise de setembro de 2008 mostra que a partir do ano de 2009 em diante poderá ser muito mais problemático em termos socioeconômicos e não existe uma “blindagem para a América Latina”, como anunciavam alguns de seus governantes, ao contrário, se encontra muito mais submersa na globalização econômica do que alguns estavam dispostos a admitir (Lula da Silva, Hugo Chaves, Evo Morales, Fernando Lugo, e outros). Os êxitos econômicos passados eram muito mais dependentes do *boom* das matérias primas como petróleo, cobre, ferro, madeira, soja, etc., que de suas velhas medidas econômicas neoliberais, assim como se beneficiavam de momentos de resultados positivos do crescimento econômico internacional. O cenário geral não deve ser dos melhores, mesmo com o anúncio mais recente e desesperado da leve recuperação econômica diante da crise, buscando responder aos anos, eleitoralmente.

O concreto é que se vive hoje sob e em função dos *espaços-fluxos*, dos *tempos fluídos* da era global, das relações materiais diretas e objetivas do capital, onde o ecúmeno e as vias de produção e escoamento de mercadorias são hipervelozes, conectados via redes reais e virtuais. Por isso se faz necessário tratar desse processo que envolve a modernidade na próxima seção, dos fatos, do real, dos movimentos das sociedades e povos da América Latina e da Grande Amazônia, onde se poderá verificar que as vias de fluxos de pessoas, mercadorias e ou culturas estão cada vez mais interconectadas, seja via terrestre, hidroviária, do mundo real, da infovia, da vida informacional global que busca ligar praticamente todas as regiões.

4.2 ESPAÇOS E FLUXOS: CIDADES, CAMPOS E FLORESTAS NA AMAZÔNIA

Nesta seção se pretende aprofundar um pouco mais o debate que vem se travando num quadro sociológico, econômico, histórico, geográfico e ambiental, promovendo uma síntese mais recente da macrorregião, num vôo e ou mergulho em seu mundo urbano em particular e em algum grau no espaço rural e florestal em busca das ligações dos espaços-fluxos. Em termos de urbano se destacam as capitais como Caracas na Venezuela, Lima no Peru, Bogotá na Colômbia, La Paz na Bolívia e Quito no Equador, por sua posição política, econômica e demográfica. Quanto à Amazônia brasileira, Belém e Manaus são as cidades escolhidas para análise, por serem importantes do ponto de vista econômico, demográfico, político, regional e

demissões vêm se somar às 3 mil vagas fechadas no último trimestre de 2008, disse o porta-voz Joon Knapen. As vendas recuaram 8,9 para 7,6 bilhões; no ano somaram 26,4 bilhões. A divisão de iluminação, que sofre com a queda da demanda por parte de montadoras e fabricantes de celular, será a mais afetada pelos cortes de postos de trabalho. A Philips emprega mais de 121 mil pessoas no mundo, segundo dados do final de 2008 (JORNAL VALOR, 2009).

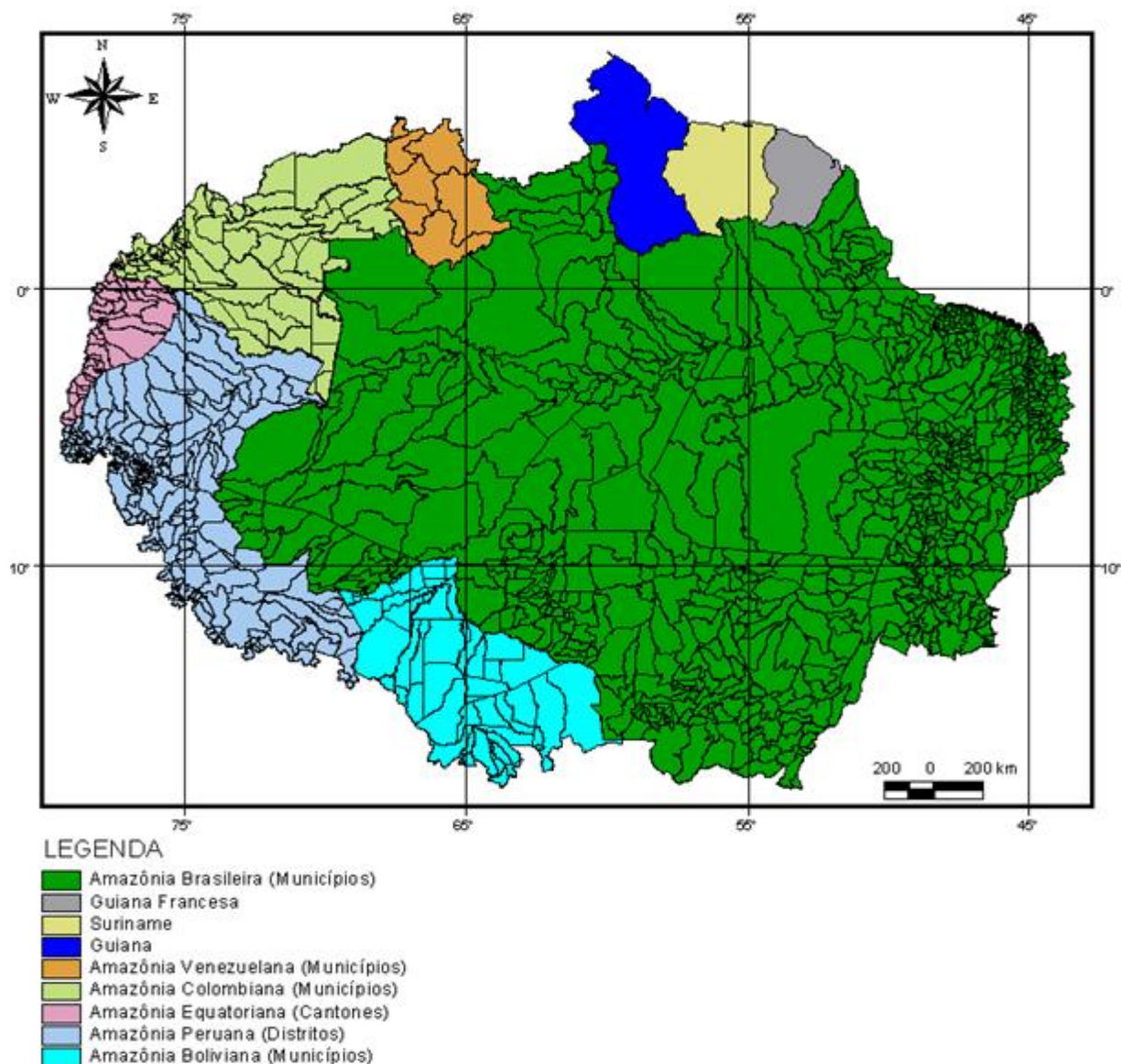
informacional global. Em se tratando de espaços rurais, florestais ou do campo, se privilegia regiões que se destacam por condições econômicas, sociais e ecológico-ambientais - por possuírem produção agrícola, pecuária e silvícola, bem como grandes reservas naturais. Em síntese, a idéia geral é percorrer os espaços-fluxos desde as vias naturais e ou construídas desses fluxos, como sua gigante bacia hidrográfica e a hoje bastante extensa malha rodoviária, que se ligam em um todo de hidro-rodoviária, por onde trafegam grande parte da massa populacional, mercadorias, commodities, culturas e saberes, etc.

Verificar-se-á os fluxos e redes interacionais caracterizando, analisando e relacionando panoramicamente as aglomerações urbanas e espaços não-urbanos relacionados às dinâmicas econômicas e sociais dentro da região, buscando por vezes atingir o nível micro-regional e o que têm de semelhanças e diferenças desde seus aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e ou ecológicos. Quais as relações e tramas envolvem a economia urbana e agrária regional, suas populações desde os centros urbanos e estruturas do universo dos campos e suas relações com os empreendimentos industriais, energéticos, minerais, agropecuários e agroflorestais do capitalismo instalado na Grande Amazônia.

A tentativa é captar quais os elementos do urbano, do agrário e ou florestal indicariam possíveis ameaças e/ou oportunidades às condições de reprodução social das populações, bem como quais seriam as limitações e os desafios impostos diante dos processos de desenvolvimento ditos “sustentáveis” - tentando vislumbrar as possibilidades alternativas e tendências diante da realidade objetiva, face ao desenvolvimento de sua socioeconomia e no que tudo isso implica para as populações mais pobres dos diversos países que formam a Pan-Amazônia - particularmente para os povos da Amazônia brasileira, que aparece com maior ênfase neste capítulo. Parte-se da formação histórica moderna do urbano da Grande Amazônia, que hoje formam gigantes centros populacionais do continente sul-americano¹³⁰.

A Grande Amazônia com seus 7.430.785 Km² está dividida político-administrativamente em 1.214 municípios – divisões administrativas para o ano de 2005 (ARAGÓN, 2005) (Mapa 3).

¹³⁰ Por motivos metodológicos ficarão de fora São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, entre outras grandes e importantes cidades brasileiras e Guayaquil no Equador, uma vez que fugiriam dos critérios de elegibilidade e margem de recorte desse estudo.



Mapa 3 - Divisão político-administrativa da Grande Amazônia – primeira aproximação. Fonte: Luis E. Aragón e José Félix Neto (2005).

A macrorregião abriga a maior bacia hidrográfica do planeta, a do Amazonas (conformada por dez grandes sub-bacias: Ica-Putumayo, Japurá, Juruá, Madeira, Marañón, Negro, Purús, Tapajós, Ucayali e Xingu. São bacias transfronteiras que correm nos seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.), o Tocantins e o Orenoco, formam bacias independentes do Amazonas, mas por relações ecológicas são estritamente comunicantes do ponto de vista do equilíbrio homeostático global da região amazônica e seus diversos recortes ecossistêmicos, possuindo influência planetária.

Em termos de área total da *Bacia Hidrográfica*, a Grande Amazônia se estende por 7.352.112 Km² (Mapa 4). Quando se trata de sua definição enquanto *Floresta Tropical*, os dados apontam para uma área de 6.885.799 Km² de vegetação com diferentes ecossistemas internos, que vai desde a floresta úmida de terra firme, regiões de várzeas, às de cerrados, etc.

(Mapa 5). Outra importante definição é de *Área Total da Amazônia*, segundo a Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, esta perfaz 7.590.083 Km², formando um anel de povoamento principalmente externo à floresta, onde se concentra predominantemente sua população, além da ocupação tradicional de áreas entorno de seus rios interiores e externamente à grande floresta (Mapas 6, 7 e 8). O conjunto chamado de *Amazônia Sensu Latíssimo* corresponde à área total do bioma de floresta amazônica, da bacia hidrográfica (Amazonas, Orenoco e Tocantins) e da planície fora da bacia do Amazonas e Tocantins, formando a totalidade da Amazônia - a *Máxima Amazônia* (Mapa 9).

Impossível não observar a dominância absoluta da região amazônica pela configuração político-administrativa do Brasil. Há municípios da Amazônia brasileira que, por sua extensão geográficas, são próximos e ou até maiores que países da região, como a Venezuela e o Equador. Estes municípios estão concentrados principalmente nos estados do Amazonas e Pará como mostra o mapa 3, com destaque para Altamira (PA) e Itaquiara (AM), entre outros. Geralmente a maior parte dos estados e municípios possuem baixas concentrações demográficas (por exemplo, apesar de ser o maior estado brasileiro, o Amazonas, detém a menor densidade demográfica, com menos de 5% da população do país, 7.652.500 habitantes, onde quase 50% está na Região Metropolitana de Manaus), entretanto é responsável por abrigar os maiores rios, florestas e a gigante planície, tendo junto com o Pará, segundo maior estado do país, grande responsabilidade quanto aos destinos da Amazônia. Principalmente por viver uma situação em que, ao mesmo tempo que é uma região com forte dinâmica de urbanização, mas fundamentalmente ainda possui a maior faixa conservada de floresta do mundo.



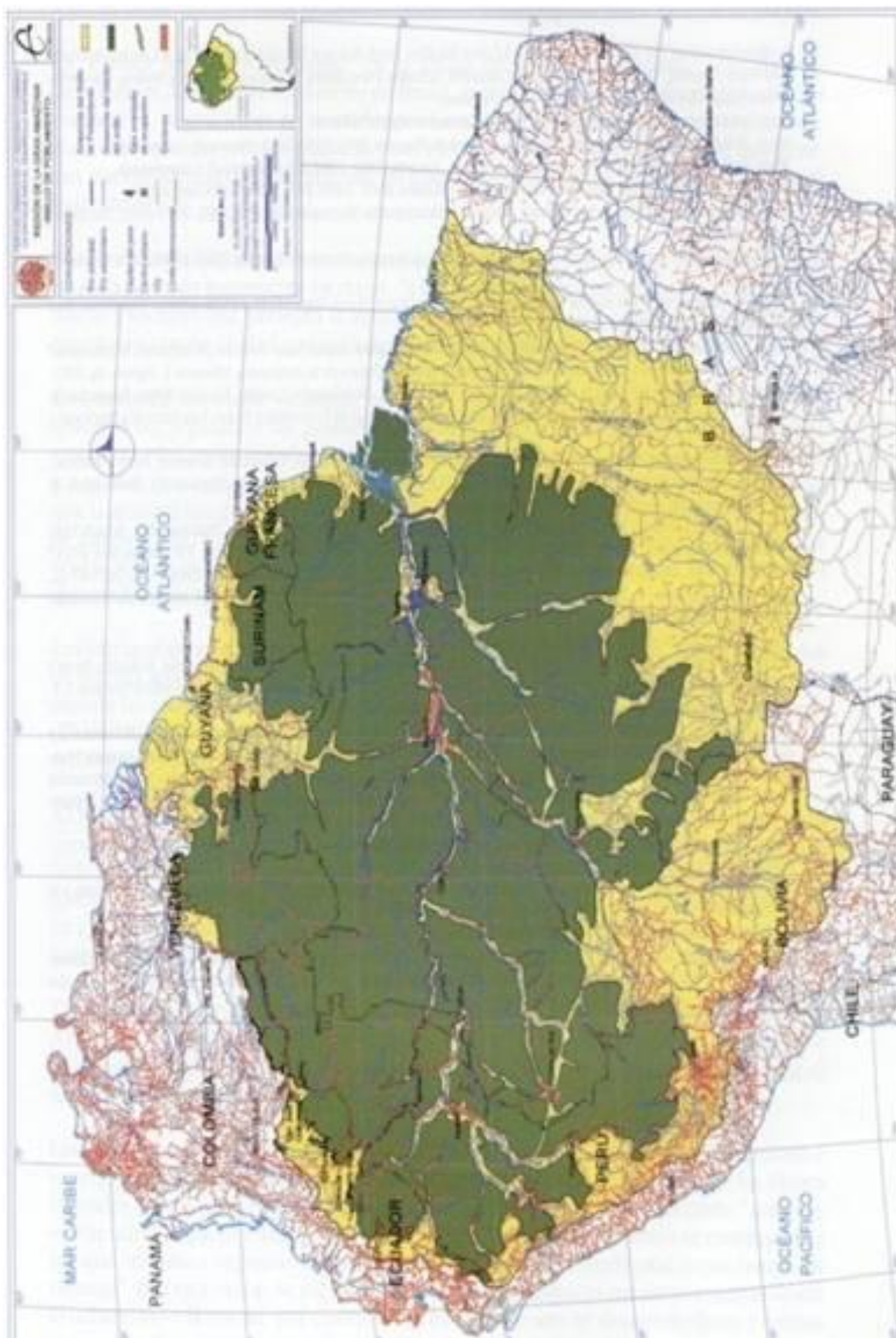
Mapa 5 - Quanto a *Floresta Tropical* os dados apontam para uma área de 6.885.799 Km². Fonte: OTCA (2000).



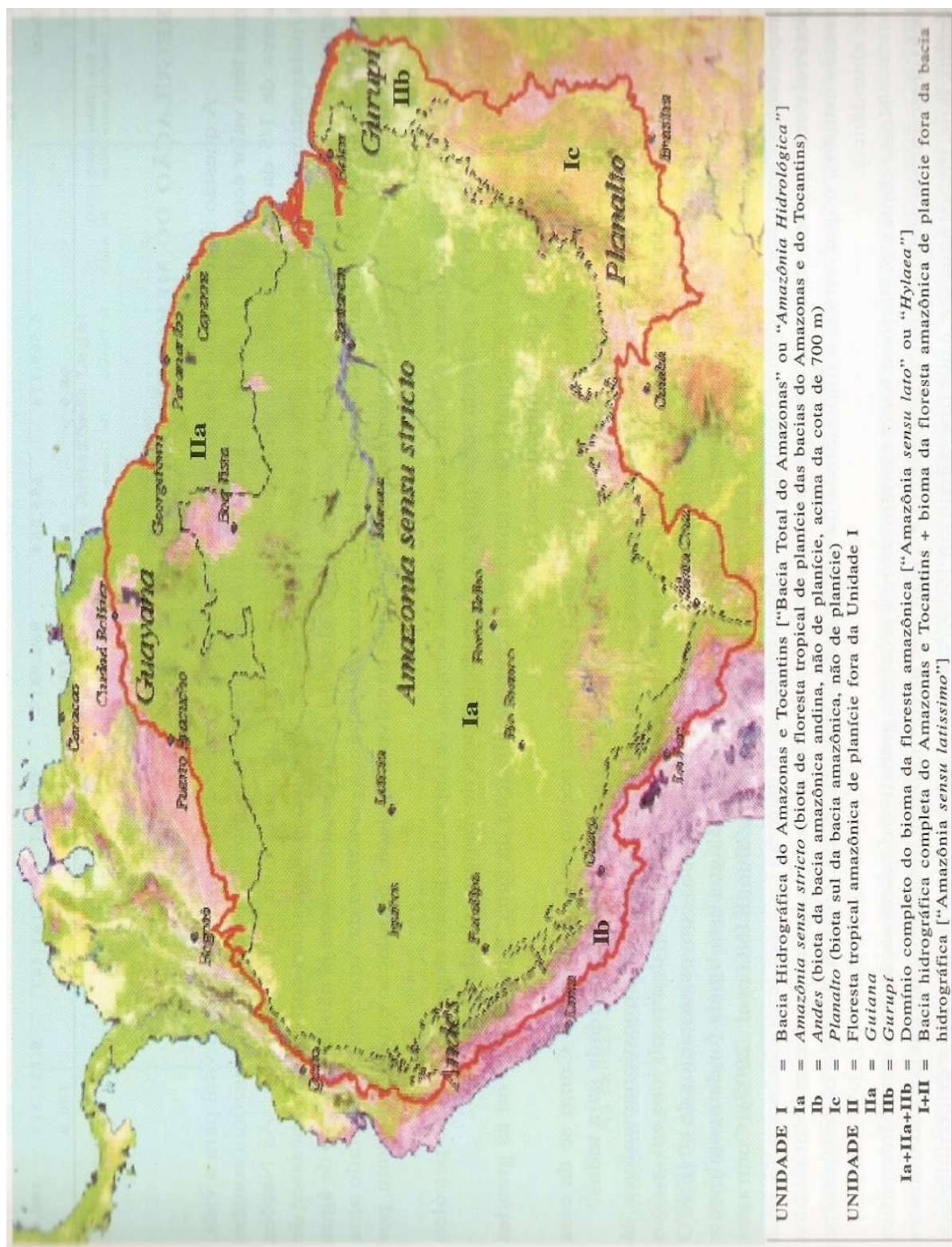
Mapa 6- Grande Amazônia (bacia e floresta, em verde), segundo a OTCA: 7.590.083 Km². Fonte: OTCA (2000).



Mapa 7 - Área total da Grande Amazônia: floresta tropical e a bacia hidrográfica. Fonte: OTCA (2000).



Mapa 8 - Anel de povoamento da Amazônia (pontos vermelhos), externo à floresta. Fonte: OTCA (2000).



Mapa 9 - Amazônia Sensu Latíssimo e sub-regiões. Fonte: Eva e Huber (OTCA 2005, apud Aragón, 2007).

O Brasil, maior país da América Latina e da Pan-Amazônia, cobrindo quase a metade (47,3%) do continente sul-americano, ocupa uma área de 8.547.403,5 Km², sendo o quinto maior em extensão territorial do mundo (depois da Rússia, Canadá, China e Estados Unidos) faz fronteira com dez países do subcontinente: Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa, Suriname e Guiana, ao norte; Uruguai e Argentina, ao sul; e Paraguai, Bolívia e Peru, a oeste. O Oceano Atlântico estende-se por toda a costa leste do país, oferecendo 7.367 Km² de mar, incluindo 200 milhas de sua costa, uma vastidão contendo uma das maiores biodiversidades marinhas do planeta, não o bastante conta ainda com a Amazônia, maior floresta tropical do mundo (com 60% em seu território, os outros 40% dividem-se entre a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia, o Suriname, a Guiana e a Guiana Francesa). No Brasil a bacia apresenta uma área de drenagem Amazônica de 3.850.560 Km², o que equivale à cerca de 63% da área total da bacia, e representa 45% do território Brasileiro - mundo aquático contendo as bacias do Solimões, Madeira, Negro, Xingu e Tapajós (OTCA, 2006c).

A Bolívia tem uma superfície de drenagem da bacia Amazônica da ordem de 733.000 Km², 12% da área total da bacia, o que representa 66,5% do território Boliviano. Suas principais bacias são as do rio Beni e do rio Mamoré. A Colômbia apresenta uma área de drenagem da Bacia Amazônica 348.384 Km², o que equivale à cerca de 5,6% da área total da mesma, o que representa 30,5% do território Colombiano. Suas principais bacias são as do rio Putumayo, Apaporis, Caquetá e Negro. O Equador tem uma superfície de drenagem da bacia Amazônica de 146.688 Km², o que equivale à cerca de 2,43% da área total da bacia, mas representa cerca de 54,5% do território aquático Equatoriano. Suas principais bacias são as do rio Napo, Putumayo, Corrientes, Tigre, Pastaza e Morona. O Peru tem uma superfície de drenagem da bacia Amazônica 997.920 Km², ou 16,3% da área total da bacia, o que corresponde a 76,9% do território líquido de superfície Peruano. Suas principais bacias são as do rio Marañon e Ucayali. A Venezuela apresenta uma área de drenagem da bacia Amazônica 42.784 Km², o que equivale à cerca de 0,7% da área total da bacia, ou 4,7% do território Venezuelano. Sua principal bacia é a do rio Negro (OTCA, 2007).

No contexto hidrográfico apresentado é evidente a dimensão e importância da Bacia Amazônica e todas as suas sub-bacias tributárias – particularmente no Brasil ante o arco de países da Pan-Amazônia, onde há um domínio de seu território desde a vasta floresta tropical e rios da norte da América do Sul, em que só o rio Amazonas drena uma área de 8 países, com vazão média estimada de 209 mil m³s⁻¹, (cerca de 1100 mm em média, o que representa uma vazão de 20% de toda água doce afluente aos oceanos do planeta) que se associa à maior área de floresta tropical do mundo (OTCA, 2006c). Portanto a Grande Amazônia constitui uma

potência ecológica global, fundamental à homeostase da Terra. Nela estão fixadas mais de uma centena de trilhões de toneladas de carbono. Sua massa vegetal libera cerca de 7 trilhões de toneladas de água anualmente via evapotranspiração (BRASIL, 1998). Em um cenário em que as florestas tropicais cobrem apenas 3% da superfície da Terra, mas abriga mais da metade de todas as espécies de plantas e animais¹³¹ - a copa das árvores são especialmente ricas em fauna e flora acompanhantes nos trópicos. Entretanto, contraditoriamente, a grande diversidade das florestas tropicais tem um preço, elas são o ecossistema de equilíbrio mais tênue do planeta, facilmente quebrado pelo homem (PLANETA TERRA, 2005). Este fantástico patrimônio socioambiental chegou ao século XXI com suas características originais relativamente preservadas, apesar de tudo (Fotografia 1). Cabe o desafio de conservá-lo.



Fotografia 1 - Grande Amazônia, a floresta, as áreas desmatadas e o gigante Rio Amazonas empurrando suas águas ricas em sedimentos organo-menerais à muitas milhas da foz. Fonte: World Wind, NASA (2006).

Na Grande Amazônia da era informacional, ainda é possível contabilizar pelo menos 50 grupos indígenas arredios ao mundo exterior. No que diz respeito à biodiversidade, o

¹³¹ Com 12 horas de luz solar por dia durante praticamente o ano todo, espécies vegetais em distintos estratos da arquitetura das florestas, um regime de chuvas e umidade bem distribuído, outra infinidade de insetos - no mundo, 80% de todos os insetos vivem nas selvas tropicais - e pássaros polinizadores, não há de se espantar que as florestas tropicais comportem em média de 100 a 250 espécies vegetais por hectare e em um quilômetro quadrado tenha mais espécies que continentes inteiros como a Europa e o Oriente Médio (PLANETA TERRA, 2005).

Brasil conta com a maior riqueza de animais e vegetais do planeta, entre 10% a 20% de aproximadamente 1,5 milhão de espécies já catalogadas. São cerca de 55 mil espécies de plantas com sementes (22% do total mundial), 502 espécies de mamíferos, 1.677 de aves, 600 de anfíbios e 2.657 de peixes. Respectivamente 10,8%, 17,2%, 15,0% e 10,7% das espécies existentes na Terra. Além dessa riqueza natural, a Grande Amazônia abriga uma fantástica diversidade cultural de povos, etnias que a ocupam desde os Alpes Andinos à planície dos grandes rios como o Amazonas, o Tocantins e o Orenoco territórios ancestrais, onde vivem apenas no Brasil, cerca de 170 povos indígenas, (180 mil nativos), 357 comunidades remanescentes de antigos quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, entre outras (BRASIL, 1998).

Evidentemente que essa “Pátria das Águas”, como a chama o poeta amazonense Thiago de Melo, é para além, lugar, território, mundo de uma constituição endêmica de espécies, ecossistemas, povos e culturas – é um espaço de disputa política e econômica. Expressão de riqueza natural desde seu sub-solo à superfície recoberta pela imensa capa verde, que forma uma gigante termóstato, que além de rios de superfície possui um rio voador em forma de nuvens carregando bilhões de litros d’água que fundamentalmente permite a existência de toda essa diversidade de vida. Compreendendo essa potência, a partir de 1978 Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Suriname e Venezuela firmaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento integrado, sustentável e harmônico desse gigante patrimônio florestal, biológico e ecológico irrigado por mais de mil cursos d’água que formam a Bacia do Rio Amazonas, Tocantins e Orenoco e desde então assumiram um compromisso comum de preservar o meio ambiente e usar racionalmente os recursos naturais da Amazônia - obviamente nenhum dos países do tratado de cooperação vem cumprindo o firmado em 1978.

Então em 1995 os países do TCA decidiram avançar no debate e ações políticas e resolveram criar a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica – OTCA para fortalecer e implementar os objetivos em comuns firmados no tratado anterior (OTCA, 2007). Essa organização e acordo internacional poderiam colocar os países da Grande Amazônia em uma condição política mais favorável frente aos tencionamentos e desafios que pesam sobre a região e suas riquezas naturais e culturais, em um cenário cada vez mais evidente de interesses políticos e econômico, conflitos, disputas, destruições e riscos socioambientais e econômicos em todo o mundo e os desafios que pesam sobre a Grande Amazônia¹³².

¹³² Agências internacionais anunciaram que de 1992 a 2001 os países em desenvolvimento tiveram 20% do total do número de desastres e mais de 50% de todos os desastres com mortes (WWAP, 2005) com cerca de 25 mil

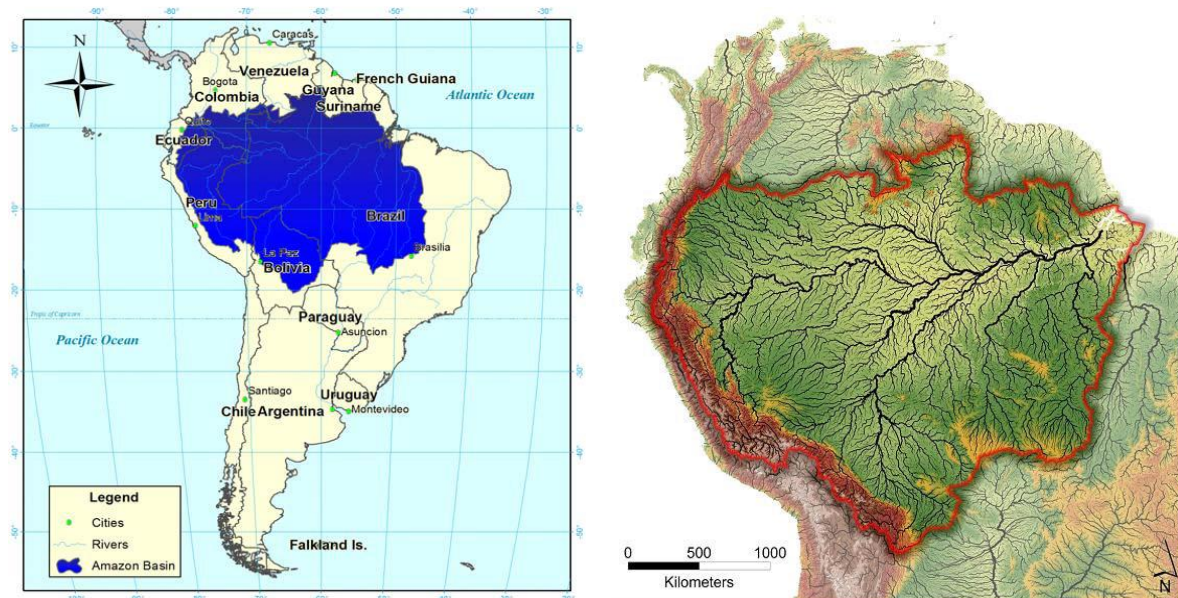
Para se ter uma idéia, apenas no plano econômico, *Relatório Nacional para a Convenção da Diversidade Biológica* do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (BRASIL, 1998) afirma que a diversidade biológica tem importância decisiva para o setor da agroindústria, por exemplo, que se beneficia diretamente do patrimônio genético, um setor que responde por cerca de 40% do PIB nacional brasileiro. O crescente mercado mundial de produtos biotecnológicos, por sua vez, movimenta entre 470 a 780 bilhões de dólares por ano (BRASIL, 1998). Esse crescimento depende de princípios ativos e códigos genéticos existentes nas florestas tropicais da Pan-Amazônia. Os laboratórios mais avançados das multinacionais agregam às suas pesquisas os conhecimentos tradicionais, que permitem a identificação dos princípios ativos guardados na complexidade dos ecossistemas da Amazônia. Foram identificadas e descritas, só no Brasil, 385 áreas prioritárias para a biodiversidade na Amazônia Legal¹³³.

Quando se trata de outro patrimônio fundamental para a vida, as reservas aquíferas, grandemente disputado e explorado pelas empresas do setor mineral, segue a mesma ordem de apropriação e se verifica um viés ainda maior de importância estratégica da Região Amazônica. Conforme se verificou nos mapas anteriores e se pode observar a seguir, a Grande Amazônia está situada no centro-norte do continente sul-americano, em uma região dominada pela maior bacia hidrográfica, a do rio Amazonas, com seus 25.000 km de rios

por milhão de habitantes sofrendo com desastres no período de 1994-2003 (ISDR, 2005). As perdas econômicas foram em média de US\$ 66 bilhões por ano entre 1994 e 2003 (ISDR, 2005). Os primeiros 25 países mais afetados são os ditos “em desenvolvimento” ou “pouco desenvolvido” da África, da Ásia e da América Latina e Caribe. Entre 1985 a 1999 os países menos desenvolvidos perderam 13,4 % do seu PIB em desastres e os países em desenvolvimento 4%. Segundo as agências e os organismos internacionais citados a tendência de aumento nos desastres naturais está relacionada principalmente com o crescimento da população, a ocupação da área de risco (áreas de inundação e costeira); crescimento econômico e sua pressão sobre o meio ambiente e a urbanização; variabilidade e mudança climática. Esses fatores citados se inter-relacionam e os riscos relacionados com os recursos hídricos formam um dos principais desafios para a redução da pobreza junto com a maior busca de sustentabilidade e redução da vulnerabilidade. Estes impactos podem estar relacionados de acordo com o sistema de ocupação, uso e padrão de desenvolvimento pelo seguinte: desenvolvimento urbano (abastecimento, esgoto, drenagem e sólidos totais); energia (demanda e produção); navegação; desenvolvimento rural; desastres naturais relacionados com a água: inundações, secas, saúde, escorregamentos, avalanche, fome; meio ambiente: sustentabilidade ambiental, qualidade da água, desmatamento e fogo, etc. As fontes dos riscos estão relacionadas principalmente com: a pressão que a sociedade exerce sobre o ambiente, devido à variação e mudança climática e a vulnerabilidade socioeconômica. Há vinte anos, 1989, ONU proclamou uma *Década Internacional de Desastres Naturais* (IDNDR, sigla em inglês) seguidos pelo estabelecimento de um Conselho de Alto Nível para tentar controlar esses problemas (OTCA, 2006, p.1-2). Mas como é de ciência notória desde os telejornais, os problemas e desastres socioambientais não pararam de avançar e o Conselho de Alto Nível da ONU para a problemática é impotente diante da tarefa global de combatê-lo.

¹³³ Em termos administrativos brasileiros, a região chamada **Amazônia Legal** é composta dos seguintes estados: Rondônia (237.576,17 Km²), Acre (152.581,39 Km²); Amazonas (1.570.745,68 Km²); Roraima (224.298,98 Km²); Pará (1.247.689,52 Km²); Amapá (142.814,59 Km²); Tocantins (277.620,91 Km²); Maranhão (331.983,29 Km²); Mato Grosso (903.357,91 Km²); perfazendo uma área total de 5.088.668,44 Km², com uma fronteira amazônica de 11,5 mil quilômetros (IBGE, 2000).

navegáveis e bilhões de metros cúbicos de água doce superficial e subterrânea, um manancial que o grande capital ver em cifrões luzidios e coloca a macrorregião sob um cenário futuro de tensões (Mapas 10 e 11).



Mapa 10 e 11: Localização da Bacia do rio Amazonas em relação à América do Sul. (Fonte: OCTA, 2006) e localização da Bacia do rio Amazonas em relação à Grande Amazônia (Fonte: WWF, Hydro SHEDS, 2006).

Avançando em termos da compreensão geográfica, ecológica e socioeconômica da Grande Amazônia, caminhando pelos países, tem-se nitidamente uma constituição territorial complexa, diversa, desigual e por vezes algumas semelhanças nacionais e internamente a essas. A **Venezuela**, por exemplo, com 916.445 Km², apresenta uma população total de 27.460 milhões de habitantes e sua capital Caracas, fundada em 1567 (Fotografia 2 e 3) onde vivem 5,17 milhões de pessoas forma uma grande aglomeração na região (CEPAL, 2007). Existem na Venezuela quatro sub-regiões: as terras baixas de Maracaibo, a noroeste; as montanhas do norte, que se estendem em amplo arco no sentido leste-oeste da fronteira com a Colômbia, ao longo do Mar do Caribe; as amplas planícies do Orinoco, na Venezuela central; e as terras altas na fronteira com a Guiana, a sudeste - os férteis vales entre as serras abrigam a maior parte da população, indústria e agricultura venezuelanas (OCTA, 2006a).

Em uma multidiversa topografia, e complexa formação ecológica-ambiental, ainda pouco protegida¹³⁴, o país faz fronteiras com a Colômbia, o Brasil e a Guiana. O território amazônico (menos de 6% de sua extensão nacional) tem reduzida população, quase toda

¹³⁴ A Venezuela há muito pouco tempo se preocupa com a questão ambiental, não diferente dos demais países da região amazônica, somente surge, de maneira mais clara essa questão, com a promulgação da Lei Orgânica do Ambiente, em 1976, e a criação do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (MARNR), em 1977, no marco do lema “ambiente e desenvolvimento” (SAYAGO, D. A. V., *Entre a norma e a prática: A questão ambiental na Venezuela. S/D*).

indígena (0,04% da população nacional) - quase todo esse território faz parte de área protegida, e se constitui na grande reserva dos índios Yanomami ao sul na fronteira com o Brasil (OCTA, 2006). O que faz da Amazônia venezuelana algo muito específico, distinta dos outros países da região, por ter a menor proporção de ecossistemas amazônicos dos países da OTCA (53.000 Km²) ou 0,7% da extensão da Bacia do Amazonas; sua população concentra-se no litoral, 90% vive em cidades dessa zona, que apresentam uma das maiores rendas per capita da América do Sul, em função da riqueza petrolífera (OCTA, 2006). Entretanto apresenta grandes desigualdades sociais pela concentração dessa riqueza entre a burguesia clássica, direitista e a boliburguesia – a chamada burguesia bolivariana ligada ao Governo Hugo Chavez. (Mapas 12 e 13 e Fotografias 2 e 3).



Mapas 12 e 13 - Venezuela, com destaque para a capital Caracas e os parques de conservação (áreas em verde). Além, uma particularidade da Venezuela é seu território que fica fora do continente: o *Parque Nacional Arquipélago Los Roques*, composto por 48 ilhotas espalhadas pelo mar do Caribe e forma a fronteira venezuelana. Fonte: OTCA (2009).



Fotografia 2 - Caracas – Venezuela rica, prédios modernos e propaganda de marcas. Fonte: Orlando Leiva (2007).



Fotografia 3 - Morro na cidade de Caracas, onde os pobres se empilham em péssimas condições de vida e segurança. Fonte: Domínio Público (2002).

A moeda nacional corrente, o bolívar venezuelano, é fraca, mas PIB da Venezuela foi de 201.280 bilhões de dólares americanos (um crescimento de 8,4 % em 2007), e a inflação de 22,5 % a.a. (no final de 2007). Sua economia é centralmente dependente de produção e exportação de petróleo. No passado a economia venezuelana, até 1914, estava ancorada na produção de café, cacau e gado. Posteriormente, na década de 30, com a descoberta petrolífera, o país passou a ocupar lugares importantes, em nível mundial, como exportador de petróleo. Apesar da queda dos preços do petróleo, no final da década de 1980, o setor representava, ainda, 80% do total de exportações e 57% das receitas do Estado. Hoje a produção petrolífera venezuelana está em de 3,32 milhões de barris diários, exporta 2,85 milhões de barris de crude e derivados e destina ao consumo nacional outros 474.000 barris (Ministério da Energia da Venezuela, 2006). A Venezuela é o maior exportador de petróleo da América Latina e o quarto maior fornecedor dos EUA, o quinto maior produtor mundial, o que, por exemplo, garante uma receita que ajuda a sustentar os projetos sociais do Governo Hugo Chavez.

Há um forte intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela que aumentou em 2008, subindo 12,21%, alcançando os US\$ 5.688 bilhões, segundo a Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela. O intercâmbio comercial mostra o Brasil essencialmente exportador e a Venezuela quase somente importadora: em 2008, o Brasil exportou bens no valor total de US\$ 5,15 bilhões à Venezuela e importou US\$ 538,5 milhões, quase dez vezes menos - apesar de um crescimento de 55,68%, o que representou um superávit de US\$ 4,611 bilhões. No período 2003-2008, o comércio bilateral teve um crescimento de 543,97% quando a Venezuela passou da 29º para 17º principal parceiro comercial do Brasil. Quanto às exportações brasileiras, Venezuela ocupou em 2008 a sétima posição como destino, com um crescimento de 9,02%, atrás de Estados Unidos, Argentina, China, Holanda, Alemanha e Japão (CEPAL, 2007; Agência EFE, 2009; Valor Online, em 13/02/2009). Esses dados são importantes para se perceber a relação econômica regional desse país com o Brasil, com este último cumprindo um papel sub-imperialista, em termos de trocas desfavoráveis.

Segundo a questão ambiental, o relatório sobre *Desenvolvimento Mundial: luta contra a pobreza* do Banco Mundial (2000/2001) aponta que o desmatamento anual na Venezuela, no quinquênio 1990-1995 foi de 5.034 Km², com uma variação média anual de 1.1%. As grandes reservas situadas ao sul do país, têm enfrentado, segundo o Banco Mundial, o problema da exploração das minas de ouro e diamantes, onde os últimos anos, o país tem registrado uma das mais altas taxas de desmatamento da América Latina. Na década de 1970,

as taxas de florestas derrubadas atingiram 245.000 ha/ano. Já, na década seguinte, a taxa subiu até 6000.000 ha/ano. Entre 1980 e 1990, a área destruída foi maior que a extensão da Costa Rica e a taxa de desmatamento, nos anos 1980, chegou ao dobro da taxa de desmatamento do Brasil e ainda, entre 1990 e 1995 o desmatamento conseguiu alcançar a cifra de 503.000 ha/ano, isto é, o equivalente a um hectare por minuto (CENTENO, 2001).

Quanto à questão social, a Venezuela é um país que vive historicamente grande violência, Puig (1994, p. 188) diz que há um processo de “expropriação de vastos territórios indígenas para adjudicá-los à exploração mineira, florestal e para satisfazer os apetites locais de empresários”, o que gera conflitos com a população indígena, que segundo o último censo realizado em 1992, é de 314.772 indígenas distribuídos em 25 etnias. A mais numerosa é a etnia Wayuu (Guajiros) com 179.318 integrantes que representam 57% do total da população indígena. Outras etnias importantes, em população, são os Warao com 24.555 integrantes; os Pemón com 20.607; e os Yanomami com 9.717. Esses últimos um dos grupos mais atingidos por garimpeiros na Venezuela e também no Brasil.

Sobre o urbano, atualmente a capital da Venezuela também enfrenta uma batalha contra a violência. A taxa de homicídios chegou a 107 por grupo de 100 mil habitantes em 2008 em Caracas, um dos maiores índices de violência do mundo: isso representa mais de cinco vezes a taxa registrada no ano 2006 na cidade de São Paulo - que fechou em 19 por cada 100 mil habitantes. Os principais crimes são: seqüestros relâmpagos, assaltos nos semáforos, roubo a bancos, arrastões, assassinatos encomendados, clonagem de cartão de crédito, etc., em um ambiente urbano conturbado, formando um mar de vendedores ambulantes, desempregados e transeuntes que vivem hoje a radicalidade da crise econômica que também assola o país (GUELLI, 2007).

Seguindo a síntese-panorâmica sobre os países da Pan-Amazônia, se tem o **Peru**, que abriga uma das mais antigas, ricas e belas culturas. O país é dividido em departamentos¹³⁵, com uma área total de 1.285.220 Km², incluindo a capital, Lima. Possui uma população de 27.894 milhões habitantes e sua capital foi fundada em 1535, é uma das mais antigas da Amazônia (EMBAIXADA DO PERU, 2008; CEPAL, 2007).

A moeda oficial o Novo Sol é o mais ao oeste da América do Sul. Além da capital, possui outras cidades importantes como Arequipa, Trujillo e Chiclayo (Mapas 14 e 15).

¹³⁵ Formam parte da Amazônia Peruana, total ou parcialmente, os departamentos de Loreto, Ucayali, San Martín, Madre de Dios, Amazonas, Huánuco, Cajamarca, La Libertad, Pasco, Cusco, Ayacucho, Junín, Huancavelica, Puno, Piura e Apurímac. Alguns departamentos se inscrevem integralmente na região de floresta (Loreto, Madre de Dios, Ucayali, San Martín e Amazonas); outros, em contextos predominantemente andinos (Cusco, Cerro de Pasco, Ayacucho, e Cajamarca); e ainda outros (Piura, Huancavelica) em apresentam realidades distintas das demais.



Mapas 14 e 15 - Peru, cidades importantes, fronteiras e o Distrito Federal de Lima. Fonte: OTCA, 2009.

A população total de Lima (6.942.800 habitantes – Fotografias 4 e 5), representa 29,1% do total do país e vive em sua grande maioria em sub-condições humanas. No Perú os serviços de provisão de água potável, deposição, desagues e detritos sólidos, são insuficientes, de muito baixa qualidade, por exemplo, 79 % das áreas urbanas tem sistemas de água potável, mas nas áreas rurais cai para 55 % da população sem serviços dessa natureza. Para os dejetos 49 % da população nas áreas urbanas tem conexões domiciliares, 32 % possuem algumas soluções alternativas (poços sépticos, latrinas, etc.) e 19 % não tem nenhum serviço (OTCA, 2006f). No caso da população amazônica peruana, que se estima em 3 milhões de habitantes, que historicamente ocupam socioculturalmente este território, sumamente complexo do ponto de vista ecológico e cultural, a miséria não é menor, há estimativa de que 44, 5% de sua população viva abaixo da linha de pobreza, a despeito das riquezas naturais (OTCA, 2006f). Evidenciando um quadro geral que não se diferencia dos demais países da região amazônica, atingidos pelo histórico subdesenvolvimento, miséria social que promove maiores riscos à saúde e ao meio ambiente. Vale ressaltar que esse problema atinge fundamentalmente os povos indígenas, camponeses e proletários urbanos.



Fotografia 4 - Vista do centro de Lima – Perú. Fonte: Divulgação Oficial da Embaixada Peru (2008).



Fotografia 5 - Pobreza em Lima, sem diferença com outros países da Amazônia. Fonte: Domínio Público (2008).

O Peru apresenta uma baixa densidade demográfica, de apenas 22 habitantes por Km², que vivem em climas diversos, desde o árido tropical na região litorânea, ao próprio de montanha na região das Cordilheiras dos Andes e ainda o equatorial úmido na região da Floresta Amazônica. O país possui 74,4% do território dominado pelos ecossistemas amazônicos e ocupa 13% da extensão de toda a Bacia do Amazonas em uma área conhecida como região da Selva (dividida em duas subregiões: Selva Alta (600 metros acima do nível do mar), e Selva Baixa (abaixo de 600 m). A população da Selva como um todo é de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (10% da população total do país) (OCTA, 2006).

Os dados culturais, demográficos, sociais e econômicos do Peru apontam que há uma composição da população de 45% de ameríndios, euroameríndios 37%, europeus ibéricos 15%, outros 3%. O idioma corrente é o espanhol, mas ainda se conservou algumas línguas nativas como o aimará e quíchua, que são oficiais. Em termos de religião o cristianismo é absolutamente dominante com 98% da população, distinguida entre católicos 92,5% e protestantes 5,5%, outras 2% (OCTA, 2006). Além, das religiões indígenas que sobreviveram, ainda que em sua esmagadora maioria, suas crenças e rituais tenham sumido.

Este país, tem sido historicamente alvo de exploração no subcontinente por parte das potências colonizadoras do passado (Espanha) e do presente (Estados Unidos e Brasil), o que tem levado a intensos conflitos e disputas entorno dos principais recursos naturais (minérios, petróleo, gás, madeira, etc.). Na região amazônica peruana, existem permanentes conflitos entre setores dominantes da burguesia nacional e internacional, os camponeses e as muitas etnias indígenas que resistiram desde a colonização por cinco séculos de opressões, exploração e espoliações até presente¹³⁶.

¹³⁶ O presidente Alberto Fujimori venceu as eleições de 1990 e impôs um pacote econômico recessivo, aumentando em 3.000% (isso mesmo, *três mil por cento*) as tarifas públicas, além de outorgar aos militares amplos poderes na repressão ao “terrorismo” dos grupos guerrilheiros presentes no país, como o Tupac Amaru e Sendero Luminoso. Em abril de 1992, Fujimori fechou o Congresso Nacional, intervém no Judiciário e suspendeu as garantias constitucionais. Em setembro de 1992, o governo prendeu o líder máximo do Sendero, Alumael Guzman. Em 1994, voltam a se registrar atentados a bomba em Lima atribuídos a setores do Sendero, houve mais conflitos entre os grupos de esquerda armada e as forças direitistas. Demonstrando mais uma vez que essa região (Peru, Colômbia e Equador) é uma das que concentram maiores conflitos: em janeiro de 1995, na fronteira com o Equador houve até declaração de guerra - desde 1942, o Peru ocupou grande parte da Amazônia equatoriana, o Equador contesta os limites na Cordilheira dos Andes. Um cessar-fogo foi estabelecido no Protocolo do Rio de Janeiro (Argentina, Brasil, Chile e EUA foram os mediadores. Em outubro de 1998, em Brasília, o Peru assina um acordo de paz com o Equador). Em setembro de 1994 Fujimori é reeleito e em dezembro de 1996, mais uma vez o país entra em crise, na tentativa de libertar 468 membros do grupo guerrilheiro o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), a partir de um comando do grupo ocupa embaixada japonesa tomando mais de 500 reféns na capital. Em 1997 (depois de 126 dias) a embaixada foi invadida pela polícia, liberando 72 reféns restantes e anililou violentamente os famintos, cansados e doentes guerrilheiros do Tupac. Fujimori foi reeleito para o terceiro mandato, depois de crise de corrupção, renunciou em 2000, fungindo bilionário para o Japão. Mais uma vez as nacionalidades indígenas, camponeses e proletários foram saqueados e o país se arrasta em crise crônica. Em 05 de junho 2009, houve outro grave problema de violência por parte do Estado peruano contra nacionalidades indígenas que protestavam contra decretos (os de nº 1.090 e

A caracterização sócioeconômica e cultural da Amazônia no Perú evidencia heterogeneidade geográfica, social, econômica, agrícola e biológica, em base ao contexto de diversos modelos de desenvolvimento: cumprindo a função provedora de recursos naturais para o mercado nacional e internacional, desde o caucho, pau-rosa, madeira, petróleo, coca, entre outros; a histórica função de receptora de excedentes populacionais da zona andina, estimulada pelo próprio Estado através de implementação de projetos de colonização, convertendo a Amazônia em “válvula de escape” para as pressões geradas pela grande pobreza imposta aos povos andinos, uma política comum entre países da região; segurança de fronteira, por sua condição limítrofe com quatro países (Equador, Colômbia, Brasil e Bolívia), (OTCA, 2006).

Sobre a economia, os principais produtos agrícolas do Perú são: café, arroz, batata, milho e outros cereais. A pecuária mais representativa: bovinos, caprinos, ovinos, aves. Outro setor importante é o de mineração: cobre, chumbo, zinco, prata, petróleo e ouro são os principais. A indústria tem no refino de petróleo, na atividade têxtil, alimentícia, vestuário, bebidas e processamento de gás natural as mais desenvolvidas, o que permite uma renda *per capita* de US\$ 6.715 (estimativa de 2005) (EMBAIXADA DO PERU, 2008). Em termos econômicos geral, o país em 2007, obteve um PIB de 217,5 bilhões de dólares. O PIB *per capita* foi de US \$ 7.600 (obviamente desigualmente distribuído), o desemprego atingiu 7,4%, a taxa de crescimento real chegou a 7,5% e a inflação foi de 3,5%. Seus principais parceiros foram os EUA (24,1%), China (9,6%), Suíça (7,1%), Canadá (6,8%), Chile (6%) e Japão (5,2%) (CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, 2007). O Peru possuía Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,773 em 2005. A agricultura envolvia 31,6% da população peruana. Seus principais produtos são: alcachofra, manga, café, açúcar, aspargos, batata, banana e pimentão e não produz quantidades suficientes de arroz, milho, soja e trigo, razão pela qual tem de importar estes produtos. Duas indústrias merecem destaque na economia peruana, são elas: a indústria pesqueira, o Peru é o segundo país que mais pesca no mundo e o maior produtor e exportador de farinha e óleo de peixe. A indústria da extração de minerais é outro setor muito importante na economia peruana (23% do total das exportações).

Ainda em termos econômicos, a participação do setor agrário representa 1/5 do PIB regional, a despeito que seja a atividade econômica que ocupa a maior superfície do território

1.064, além de mais seis dispositivos legais) que liberam e legalizam a exploração de recursos naturais, além de uso de terras para monocultivos por parte de multinacionais nessa região do país. Os protestos dos povos indígenas foram reprimidos violentamente e acabaram com saldos de mais de 100 assassinatos na província de Bagua, norte do país, devido a truculência das forças armadas. Tudo para atender a demanda do Tratado de Livre Comércio (TLC), assinado pelo governo Alan García com os Estados Unidos.

amazônico, gerando problemas de desflorestamentos, erosão dos solos e perda de biodiversidade, entre outros. As características biofísicas e ambientais condicionadas pela acessibilidade e demanda dos mercados, estão determinando padrões produtivos agropecuários e florestais diferenciados na Amazônia peruana, como: a) *Atividades extrativas* que correspondem mais de 50%, pela exploração de recursos não renováveis como o petróleo, gás natural e ouro aluvial. Mas também se assenta na diversidade biológica, com participação menor, mas ainda influente na extração florestal, na pesca, coleta de frutas nativas, plantas medicinais, ornamentais, fibras, fauna, látex e resinas, entre outras; b) *Atividades agropecuárias* são extensivas e de baixa rentabilidade, orientadas fundamentalmente para o mercado e está baseada na produção de milho, mandioca e principalmente pastagem, onde a criação bovina e de aves são mais fortes. Entre os produtos agrícolas de exportação e regular nível de rentabilidade só figuram o café e o cacau. Entretanto existem grandes extensões de cultivos ilegais, principalmente na Selva Alta, em particular de folha de coca (OTCA, 2006).

Quanto às questões ambientais e hidrográficas, os rios Amazonas e Madre de Dios no Peru são os que transportam o maior volume de águas e também são os mais atingidos pela degradação. O que compromete um dos fatores-chaves da vida desses rios, o pulso de inundação, que é um dos principais elementos condicionantes da biologia e da ecologia dos ecossistemas amazônicos, devido ao dinâmico intercâmbio de nutrientes e energia entre a fase aquática e a terrestre, quando a água transborda estacionalmente o canal principal dos rios e fluem para as zonas adjacentes (OTCA, 2006). Com a intensa exploração mineradora esse processo fica comprometido, uma vez que as águas ficam espessas e formam lodossais que destroem a fauna aquática, a terrestre que depende do rio e a vegetação ciliar, obviamente, atingindo milhares de pessoas nas comunidades dependentes dessas águas para sobreviverem. Madre de Dios está entre os rios mais poluídos e degradados do mundo e sua população engrossa as estatísticas entre os 2 bilhões de pessoas que são atingidas por problemas de falta de água potável, segundo o relatório da ONU (2007).

Ademais, a evapotranspiração da floresta possui um rol substancial de importância para o regime regional de precipitação e balanço hidrológico, visto que a formação boscosa cobre cerca de 90% das áreas naturais, abriga megadiversidade (biológica, ambiental, social e cultural) desde as zonas montanhosas até as planícies e florestas (OTCA, 2006). Em função da Grande Amazônia conter as maiores reservas florestais tropicais e hídricas do mundo, existe uma preocupação crescente sobre os possíveis do ritmo de desflorestamento, a variação do uso da terra, destruição dos rios e o regime hídrico em seu conjunto ao serem alterados de forma mais grave do que se processo nas últimas décadas, pois há um íntimo intercâmbio

entre a terra, a floresta, a atmosfera que podem ser afetadas pela mudança do regime hidrológico desde as Bacias que começam nos Andes e seus efeitos poderão ser nefastos.

Na Amazônia peruana, por exemplo as terras aluviais inundáveis, as várzeas, se encontram na Selva Baixa e representam 2,55% da extensão territorial do país, estando essa região constituída por três formas de uso de terra: 50% são de terras consideradas de proteção, que se caracterizam por suas condições de drenagem muito deficiente; 30% da extensão está representada por terras aptas para a exploração forestal, sendo de qualidade agrícola média; 20% de terras restantes são para cultivos, aproximadamente de 655.400 hectares, de baixa qualidade por deficiências vinculadas ao fator inundações periódicas mas que permitem cultivos importantes como de arroz que corresponde a 40% da superfície agrícola, 37% está coberta por milho, 17% por feijão caupi e 6% de outros cultivos, particularmente nos departamentos de Loreto e Ucayali, onde estão cerca de 80% das atividades agrícolas da região amazônica peruana e se localiza 90% dos pequenos centros populacionais da área rural e minifúndios. A grande maioria da população rural dos departamentos da Amazônia peruana está localizada às margens dos rios, principalmente do Amazonas, Ucayali, Marañón, Napo e Huallaga e possuem basicamente pequenas áreas de cultivos tradicionais, pouco utilizam fertilizantes, pesticidas e maquinaria agrícola e o principal custo de produção é da mão-de-obra das próprias famílias (OTCA, 2006).

Cabe ressaltar ainda que as áreas de bosques da Selva Alta são centros de origem de espécies domesticadas durante o período pré-hispânico, e estão afetados por uma elevada taxa de destruição desde as ações antrópicas, e compõe cerca de 13,9 milhões de hectares de cultivos diversos, particularmente de culturas anuais e frutíferas perenes voltadas para a economia de mercado e exportação, é a região onde predomina os latifúndios do país (OTCA, 2006f). E de disputa e ação das multinacionais que buscam garantir recursos naturais.

Ainda sobre a formação boscosa natural do Perú, esta alcança 74 milhões de hectares, é na América Latina o segundo país em superfície florestal, perdendo apenas para o Brasil. Sendo os departamentos com maior extensão florestal: Loreto com 35,2 milhões (46,64 %) e Ucayali com 9,6 milhões de hectares (12,66 %) do total. A desmatamento em nível nacional para ano 2000 alcançou 9.559.817 hectares. O ritmo de desmatamento durante as três últimas décadas tem sido de 261 mil hectares por ano. Pior ainda, se estima que do total de área que sofreu intervenção, aproximadamente 40 % correspondiam a bosques de proteção, agravado pelo fato de que 32 % eram bosques de colinas e 28 % bosques aluvias. Essas áreas são extremamente frágeis e de importância física e ecológica fundamentais para a manutenção dos ecossistemas e do ambiente seguro à população local e deste total de área desflorestada,

aproximadamente 80 % está em estado de abandono e 20 % em produção (OTCA, 2006f). mostrando quanto é subutilizada e de baixa eficiência econômica e ecológica do uso dessas áreas e recursos – um agravante, em um país de grandes desigualdades sociais e econômicas.

A fronteira agrícola e o desmatamento atingem várias regiões, a Selva Alta é a mais afetada se pode observar com maior ênfase nas zonas de Jaén e San Ignacio (Cajamarca), Bagua (onde houve recente conflito com os indígenas) e Rodríguez de Mendoza (Amazonas), Alto Mayo e Huallaga Central (San Martín), Alto Huallaga (Huanuco), a Selva Central (Pasco e Junín) e no rio Apurímac (Ayacucho e Cusco). Na Selva Baixa o desmatamento se concentra no departamento de Ucayali, em vista da estrada que liga Pucallpa com Lima e facilita o comércio com o pacífico. A expansão da fronteira agrícola e pecuária é claramente o motivo do desmatamento em um ciclo de estrutura econômica deficiente: esgotamento das terras, pobreza rural crescente, crescimento populacional, colonização não planejada e incontrolada, etc. A atual pressão antropogênica na Amazônia peruana (desflorestamento, agricultura, pecuária, mineração, urbanização) estão alterando a condição de cobertura dos solos, que por sua vez modificam e aumentam a vulnerabilidade de áreas, ecossistemas e ciclos climáticos, hidrológicos (CEPAL, 2007; OTCA, 2006).

Outro aspecto ambiental muito importante no Peru: 71% dos glaciares de zona tropical pertence a esse país, e sua superfície estimada é de 2.042 Km² (das 20 cordilheiras existentes, onde se tem 18 glaciares) e a mudança da vegetação influencia diretamente no clima e no degelo. Devido a mudança climática os glaciares nesta região se reduziram de 2.042 Km² para 1.596 Km², isso apenas nos últimos 25 anos, onde se perdeu 22% de água proveniente de glaciares e se estima que os glaciares das cordilheiras que estão abaixo de 5.500m poderão desaparecer em breve pelo processo de deglaciação, aumenta muito o risco de inundações e mortes¹³⁷, em uma situação em que 100% das áreas agrícolas se encontram abaixo dessa zona, entorno dos rios e vales interandinos. Além de tudo 70% da população urbana do Peru se abastece fundamentalmente da disponibilidade de água que atravessa a região andina, isso torna a situação geral dramática (OTCA, 2006f; GEO-4/ONU, 2007).

Enquanto espaço de fluxos a Grande Amazônia sempre utilizou os fluviais e infraestruturas físicas portuárias desde os fortes do período colonial. No Peru os principais

¹³⁷ As consequências são gravíssimas, pelos desprendimentos de massas de gelo, basta lembrar das maiores e mais recentes catástrofes: as avalanches de picos, do nevado de Huascarán, que nos anos de 1962 e 1970 produziram gigantescos desastres e sepultaram os centros populacionais de Ranrahirca e Yungay respectivamente. Neste último morreram 20.000 pessoas, a população total dessa cidade. Desde as cordilheiras Blanca, Huayhuash, Huaytapallana, Urubamba e Vilcabamba se produziu mais de 30 fenômenos deste tipo, observadas de 1950 aos dias atuais (OTCA, 2006).

portos são Iquitos (rio Amazonas), Pucallpa (rio Ucayali), Yurimaguas (rio Huallaga) e Puerto Maldonado (rio Madre de Dios), que permitem o traslado de pessoas e mercadorias, facilitam a saída de produtos da região para as cidades do litoral pelo pacífico. O Peru utiliza entorno de 570 Km do rio Amazonas. O rio Ucayali forma juntamente com o Amazonas uma grande hidrovia de 2.000 Km de comprimento. O rio Marañón, é o segundo afluente mais importante do Amazonas no Perú, e navegável por 790 Km. A navegação sobre o Marañón está relacionada ao escoamento pelo porto Saramiriza, este a 716 Km de Porto Paita (litoral do Pacífico), que é o porto terminal da tramo-fluvial denominada *via bio-oceânica que liga Belém-Manaus-Saramiriza-Paita* - uma mega via intermodal, com longitude total de 5.210 Km, cuja transporte terrestre é uma faixa pequena de 716 Km e o fluvial tem uma extensão de 4.376 Km de vias interoceânicas dentro da América do Sul, e cruza os Andes em sua menor altura (2.144 m) através da *Abra de Porculla* (OTCA, 2006f).

Continuando o roteiro dos países andinos, se tratará da **Colômbia**, que tem enfrentado inúmeros conflitos sociais e profunda espoliação econômica desde o período colonial, com as primeiras explorações na região por parte dos espanhóis ainda em 1499, com Alonso de Ojeda. Cinco séculos depois na capital, Bogotá, vive uma população de 6,77 milhões (2005), em uma altitude de 2.940 m com elevada densidade demográfica de 4.265 habitantes por km², onde suas principais atividades econômicas são a indústria, o comércio e os serviços. A cidade é banhada pelo rio Bogotá e possui uma temperatura média anual de 14°C e um clima de montanha com baixo índice pluviométrico anual (apenas 1.000 mm. Há 36% no território colombiano (403.000 Km²) abrigando ecossistemas amazônicos, o que representa 5,5% da extensão total da bacia do Amazonas. Porém apenas 1,6% de sua população nacional habita a região, e desse total 16% é indígena, compondo mais de 50 grupos étnicos culturais (OTCA, 2006a). O país liga diretamente a América do Sul à Central através da faixa de terra com o Panamá, fazendo ainda fronteira com a Venezuela, o Brasil, o Peru e o Equador, é banhado pelo Oceano Pacífico e possui vasta cordilheira Andina). (Mapas 16 e 17 e Fotografias 6 e 7).

A economia colombiana é baseada principalmente na agricultura e na pecuária, atualmente esse setor respondendo por 75% de seu PIB, o que leva o país a ser considerado o terceiro mais rico da América do Sul, perdendo apenas para o Brasil e para a Argentina. Seus recursos naturais são abundantes e o café é principal produto agrícola, segundo maior produtor e exportador do mundo, o país sofre abalos quando a cotação internacional do café cai, devido à importância de sua exportação (voltada especialmente para a Europa e os Estados Unidos). Outros produtos agrícolas bastante cultivados são: cana-de-açúcar, banana, arroz, milho, cacau, fumo, mandioca, algodão e flores. Embora importe alguns produtos

alimentícios, a Colômbia é auto-suficiente devido a sua alta produtividade. A pecuária do país é favorecida pelas planícies, onde são criados bovinos, caprinos, e eqüinos, onde o agronegócio brasileiro tem expandido para essa zona. A suinocultura e a criação de aves também são importantes para a economia colombiana. A indústria produz alimentos, bebidas, roupas, couro, máquinas e transportes. Ainda figuram importantes a mineração, onde a Colômbia é o maior produtor mundial de esmeraldas. Assim como as maiores reservas de carvão da América Latina estão em solo colombiano. Outros produtos de exportação são o petróleo e o ouro. O Produto Interno Bruto (PIB) da Colômbia, em 2006, foi de US\$ 366,7 bilhões, sendo que cresceu 5,20% em relação ao ano interior. O PIB *per capita* no país foi de US\$ 8.891 em 2007 (CEPAL, 2007).

A Colômbia possui grandes reservas de petróleo e os seus depósitos de carvão são os mais importantes da América Latina, mas o seu desenvolvimento econômico ainda é bastante lento. O país teve um desenvolvimento estável do PIB em média de 4% durante os anos 1980 e 1990 - embora o déficit orçamentário aumentasse devido as despesas de “segurança” para resolver a violência endêmica no país.



Mapas 16 e 17: Colômbia, destaque para Bogotá e a fronteira do país com o Panamá. Fonte: OTCA, 2009.



Fotografia 6- A grande Bogotá se espalhando sobre o horizonte, ao fundo montanhas onde encostas são usadas como moradias pela população pobre, onde há clara segregação social. Fonte: Domínio Público (2008).



Fotografia 7 – Bogotá, modernos prédios, riqueza da burguesia traficante. Fonte: Domínio Público (2007).

A Colômbia ocupa uma posição de destaque indesejada em relação à “exportações” ligadas ao narcotráfico. Nesse ranking de comércio ilegal, o país é considerado o número um em várias modalidades: é o país que mais recebe e processa folhas de coca dos países produtores da folha, como Peru, Bolívia e Equador. É o maior exportador de Cocaína para os Estados Unidos e sulamericano quem mais produz folha de maconha. O narcotráfico, segundo estimativas, movimenta US\$ 6 bilhões ao ano nesse país. O tráfico de drogas é devastador para a economia da Colômbia e os cofres públicos, pois há grande lavagem de dinheiro originado desta atividade (contrabando), resultando em distorções na economia. A atividade dos cartéis aumentaram a concentração de renda e causam cada vez mais o fim de um mercado que era promissor na Colômbia: o turismo (EMBAIXADA DA COLÔMBIA, 2008).

A Amazônia colombiana está dividida em seis departamentos: Amazonas, Caqueta, Putumayo, Guaviare, Guainia e Vaupés. Existindo em seu território dois grandes parques (*Parque Nacional Natural Amacayacu*, com seus 293.000 hectares de florestas pouco densas, com espécies como a caoba (mogno), o caucho, o balsa, cedros vermelho, branco, entre outros. Tradicionalmente habitam esse parque os índio da etnia ticunas. O outro é o *Parque Nacional Natural Cahuinarí*, com floresta mais densa, conformando 575.000 hectares às margens dos rios Cahuanarí e Bernardo (OTCA, 2009). Somadas são 868 mil hectares, consideradas pequenas em relação ao que tinham à disposição originalmente, mas a resistência indígena garantiu que depois de anos de lutas conseguissem demarcar essas áreas de reservas naturais.

A bacia hidrográfica do rio Amazonas na Colômbia tem uma área de drenagem de 339.505 Km², 5%, cerca de 30% do país e compreende as bacias dos rios Putumayo, Caquetá, Apaporis, Vaupés, Guainía-Negro, Puré, afluentes diretos do rio Amazonas. Essa gigante bacia faz parte da totalidade do território dos departamentos de Putumayo, Caquetá, Amazonas e Vaupés, mais de 42% dos departamentos de Guaviare e Guainía, 4.2% do departamento de Meta e 14% de Nariño (OTCA, 2009). O conjunto desses ecossistemas aquáticos compõem importantes áreas de biodiversidade e recursos aquíferos de água doce, manancial fundamental para as populações do país. A bacia amazônica colombiana representa a maior reserva ecológica do país, conta com 61% de dos bosques sendo que 70% dessa área não sofreram intervenções graves, e formam cerca de 25 milhões de hectares de áreas protegidas sob Resguardos Indígenas, Sistema Nacional de Áreas Protegidas e Zonas de Reserva Forestal da Nação, o que diminui a possibilidade de perdas florestais por fatores

como colonização, crescimento indiscriminado, fragmentação e destruição de habitat por serem áreas legais de proteção especial (OCTA, 2007). Mais recentemente essas áreas estão em situação de crise, disputa e sob fortes tensões por parte do Estado e das multinacionais que se enfrentam com as nacionalidades indígenas seu uso.

Há anos que a *Minga Nacional de Resistência Indígena e Popular*, movimento-ação que organiza as lutas de resistência de indígenas e camponeses da Colômbia mobiliza os povos nativos em 17 departamentos, também suas paralisações tem recebido solidariedade dos trabalhadores do setor açucareiro e de proletários do setor público. Há crescente inconformismo e o lema das marchas da Minga tem sido “trabalho coletivo para o bem comum”, e as greves vão se somando para formar um movimento cada vez mais contínuo, tendem a se acirrar os conflitos em função dos resultados econômicos da crise, de leis aprovadas e de políticas do governo do presidente Álvaro Uribe. A luta dos povos indígenas cresce desde 2004. A Minga Indígena na cidade de Cali em setembro de 2004, a consulta popular que rejeitou o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos em seis municípios do departamento de Cauca em 2005, e a liberação da “Mãe Terra” em 20 fazendas de Cauca entre setembro e novembro de 2008, pelo não-cumprimento da reparação integral pelo massacre de 20 indígenas no El Nilo (cometido no dia 16 de dezembro de 1991), foram as causas de maciças mobilizações que sacudiram a região. Também foi a cúpula contra o TLC, de maio de 2006, que novamente paralisou Cauca e seu vizinho Nariño durante cinco dias, expressada ainda em marchas nos departamentos de Huila, Valle del Cauca, Tolima, Caldas e outros lugares em levantes indígenas-camponeses (MONDRAGÓN, 2008).

Esses conflitos e crises entre o Estado, as multinacionais e os povos já dura décadas. Embora os direitos indígenas fundamentais estejam reconhecidos pela Constituição da Colômbia e por convênios internacionais, os povos indígenas lutam porque na prática governamental se desconhece a obrigação de consultá-los sobre a adoção de qualquer medida legislativa ou administrativa que os afete diretamente. Assim ocorreu com a Lei Florestal, declarada inconstitucional pela Corte Constitucional depois de vários meses de vigência, pela falta de consulta aos indígenas e afro-colombianos. Os TLC com os Estados Unidos e o Canadá são considerados pelos povos indígenas lesivos aos seus direitos, pois permitem que árbitros internacionais dirimam seus conflitos com empresas multinacionais, estabelecem normas de propriedade intelectual que ameaçam a propriedade coletiva do saber tradicional e do patrimônio cultural das etnias, e permitem patentear seres vivos. Além disso, esses TLC estimulam as privatizações e priorizam leis aprovadas contra os indígenas, sob a alegação de uma “estabilidade jurídica” que garante indenizações aos investidores se essas leis forem

alteradas e ou desrespetadas pelos indígenas e ou camponeses em conflito com as multinacionais. O governo apresentou projetos de lei e reformas à Constituição para reduzir ou eliminar direitos indígenas. A importação de alimentos, incentivada pelos tratados, afeta tanto os indígenas como aos camponeses¹³⁸ (MONDRAGÓN, 2008).

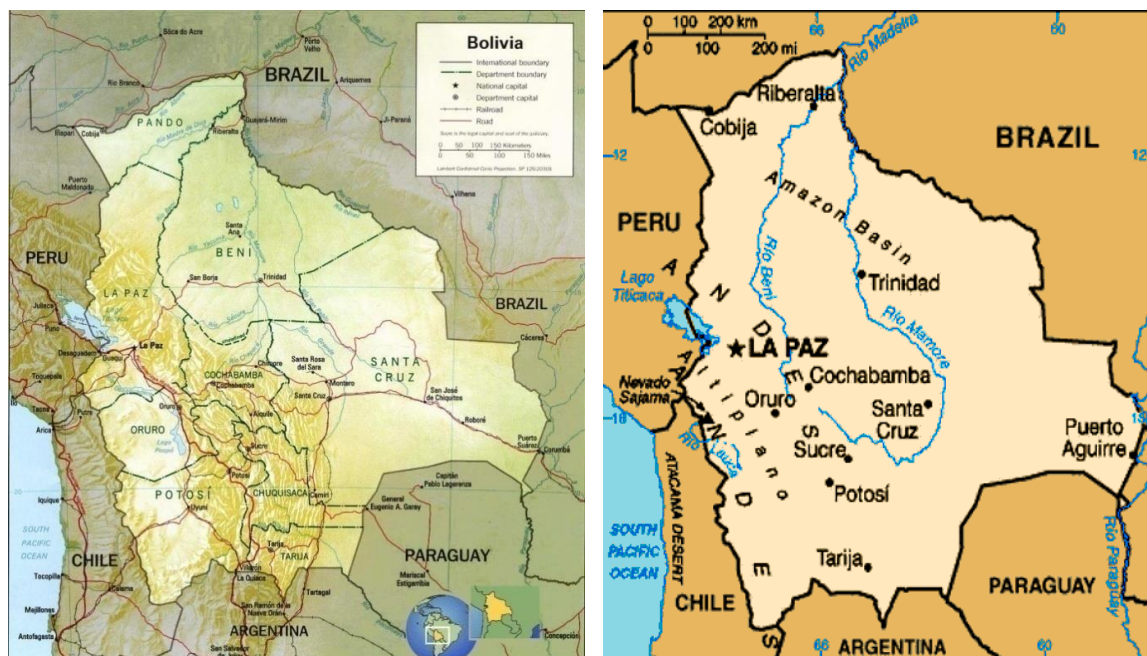
Outras leis baixadas pelo governo, como as sobre mineração ou exploração de hidrocarbonos e aquíedutos e vários projetos sobre águas ou terras também são lesivos aos povos tradicionais. O governo chegou a propor reformas constitucionais para eliminar a ação judicial de tutela dos indígenas, que permite proteger direitos coletivos, e para suprimir o caráter de entidade territorial autônoma que têm todos os territórios indígenas. O governo colombiano é ultra-conservador, foi o único da América Latina que não votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 13 de setembro de 2007. E se somou aos governos dos Estados Unidos e Canadá que votaram contra. Os indígenas protestam porque os TLC com estes dois países e as normas desfavoráveis foram impostas em meio a uma escalada de violência, assassinatos e violações múltiplas de seus direitos humanos. A maior quantidade de assassinatos de indígenas, desde que existem estatísticas, se registrou no primeiro período do governo de Álvaro Uribe (2002-2006). Entre 17 de setembro e 12 de outubro foram assassinados na Colômbia 15 nativos. Desde 2005, as mobilizações são reprimidas com fuzis, com saldos de mortos e feridos a tiros. Isso se repetiu em outubro de 2008. Os assassinatos, que durante anos foram cometidos por paramilitares, guerrilheiros e a força pública, a repressão armada às mobilizações, despojam os indígenas de seus direitos (MONDRAGÓN, 2008).

James Petras (2008) afirma que na Colômbia os camponeses que foram transformados em sem-tetos urbanos, e que se tornaram líderes locais, a seguir foram assassinados pela polícia política secreta do regime (DAS) ou pelos esquadrões da morte. O regime de Álvaro Uribe assassinou mais de 500 ativistas e líderes sindicais desde que chegou ao poder em 2003. Um líder sindical resumiu sucintamente as funestas escolhas políticas dos ativistas colombianos: “Na Colômbia é mais fácil organizar uma guerrilha (movimento) do que um sindicato. Alguém que duvide disso deveria tentar organizar um no seu lugar de trabalho” (PETRAS, 2008). Segundo a União Européia, mais de 300 ativistas de direitos humanos foram assassinados pelo regime de Álvaro Uribe no seu primeiro mandato. Nos primeiros dois anos do seu regime, Uribe foi responsável pelo assassinato ou “desaparecimento” de 6.148

¹³⁸ O Estatuto do governo Álvaro Uribe permite aos municípios e aos departamentos desconhecer o território indígena mediante normas de ordenamento territorial e exige dos povos nômades e horticultores itinerantes uma ocupação “regular e permanente” (MONDRAGÓN, 2008).

civis desarmados em circunstâncias de não-combate (PETRAS, 2008). A utilização de esquadrões da morte paramilitares promovida/financiada e protegida pelo regime Uribe para assassinar e “desaparecer” líderes populares serve vários objetivos políticos estratégicos segundo Petras (2008): permite ao regime reduzir o número de abusos de direitos humanos atribuídos às Forças Armadas colombianas; facilita a utilização generalizada de táticas de terror extremo – amputação pública e exibição de cadáveres desmembrados – para intimidar comunidades inteiras (guerra psicológica); cria o mito de que o regime é “centrista” – oposto à “extrema esquerda” (FARC) e à “extrema direita” (esquadrões da morte, especialmente a AUC). Esta afirmação é particularmente efetiva para favorecer as relações diplomáticas do regime nos EUA e na Europa, proporcionando um álibi conveniente para liberais e social democratas que fornecem ajuda militar e econômica à Colômbia (PETRAS, 2008).

A **Bolívia**, outra nação pertencente à Pan-Amazônia, limitada pelo Peru, Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, é o mais elevado e isolado dos países da América do Sul. Com superfície de 1,2 milhões de quilômetros quadrados, estende-se pela faixa mais larga da cordilheira andina e desce pelas bacias do Amazonas e no Paraná por um labirinto de tortuosas serras e vales, é o único país sem mar do sub-continente (Mapas 18 e 19, Fotografias 8 e 9). Também único país das Américas governado por um presidente indígena, Evo Morales, eleito no final de 2005.



Mapa 18 e 19 - Bolívia, com destaque para La Paz, a capital e suas fronteiras: sem mar. Fonte: OTCA (2009).

O idioma oficial é o Espanhol ou Castelhana (mais falado), mas também se fala no país Quéchuá, Aymará e Tupi Guaraní. Possui uma população de 9,2 milhões de habitantes

(Censo de 2005), com densidade demográfica de 8,4 habitantes por km². A sede do Governo é La Paz e as cidades principais além da capital: Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e El Alto. A moeda é o Boliviano e seu PIB, a preços de mercado: US\$ 9,4 bilhões (em 2005) e PIB per capita: US\$ 1.022 (em 2005).

La Paz, a capital, é considerada a capital mais alta do mundo, protegida por gigantes montanhas (Fotografias 10 e 11), abrigando 17,6% da população do país, a uma taxa de crescimento decenal de 2,6%, é uma das maiores cidades dos países da Pan-Amzônia (CEPAL, 2007). La Paz estende-se ao pé do Ilhimani, um majestoso monte de mais de seis mil metros de altura. Possui templos, monumentos, casas grandes, edifícios antigos e modernos. Impressiona pela magnífica beleza de sua vastidão encravada entre as montanhas de cume nevados durante boa parte do ano – criopaisagem que encontra-se ameaçada pelo problema do aquecimento global, como se verá mais adiante.



Fotografia 8 - La Paz, no inverno ao anoitecer, ao fundo as montanhas geladas. Fonte: Domínio Público (2006).



Fotografia 9 - La Paz, ao amanhecer, ao fundo montanhas descobertas – verão. Fonte: Domínio Público (2008).

Desde a fundação La Paz cresceu sua importância associada ao tráfico de coca, abastecida pelas plantações nos Yungas e riquezas vindas das minas de Potosí. O cultivo da coca é muito importante na economia do país. Uma plantação de coca dura 40 ou 50 anos e rende de 3 a 4 coletas no ano. A coca é o único cultivo que realmente é lucrativo aos camponeses pobres, que vivem de uma economia deprimida, principalmente de sub-extensia agrícola e extativista. Atualmente cultivam-se por volta de 60.000 hectares de coca e, embora seja difícil avaliar o impacto da indústria da coca na economia boliviana, sem dúvida constitui um importante respaldo às atividades econômicas (EMBAIXADA DA BOLÍVIA, 2008).

Na Bolívia atual quase 70% da população vive no Planalto. Os indígenas estão muito acostumados com as terras altas e temem pela saúde caso desçam para outros lugares (entre 60 e 65 % da população é indígena) e seus costumes misturam-se com as tradições indígenas mais ancestrais¹³⁹. Assim como no passado da colonização espanhola, também no século XXI

¹³⁹ Há indícios de que desde o ano 1500 a.C. os índios Aymara, possivelmente das montanhas do centro do Peru, atravessaram os Andes Bolivianos e ocuparam o Altiplano. Posteriormente, no princípio de nossa era, desenvolveu-se a poderosa cultura de Tiahuanaco, que tinha sua sede religiosa e política nas costas meridionais do Lago Titicaca. Com o tempo Tiahuanaco converteu-se em uma sociedade organizada, próspera e ultrapassou as fronteiras de Equador e Chile. Os restos encontrados desta cultura milenar refletem uma perfeição técnica que pode-se apreciar nas relíquias que são descobertas em diversas partes do país e ainda na multi-cultura indígena e camponesa da Bolívia (EMBAIXADA DA BOLÍVIA, 2008).

as nacionalidades indígenas continuam sob opressão e exploração, a despeito de um presidente eleito por essas bases. A Bolívia abriga uma cultura indígena de forte resistência, guardando patrimônios culturais sem igual; país de muitos recortes sociais e culturais, traços nativos e coloridos vistos desde as sub-regiões aos mercados de inúmeros vilarejos e da capital; natureza exuberante, contém importante região amazônica e reservas desde os Yungas; abriga vulcões, com neves antes consideradas perpétuas, hoje derretendo, essas elevações se espalham sobre desertos rochosos no Planalto, próximos às águas do lago Titicaca; a prata em Potosí, ainda em seu ocaso e muitas outras riquezas naturais, em especial os hidrocarbonetos (petróleo e gás) são importantes fontes de riqueza¹⁴⁰, além de variados depósitos de minerais metálicos, como o estanho, prata, cobre, antimônio, zinco, ouro e enxofre, alguns dos alicerces da economia da Bolívia (EMBAIXADA DA BOLÍVIA, 2008).

A Bolívia divide-se em cinco regiões claramente diferenciadas cada uma com um interesse econômico e ecossistema particular: o Planalto, os Vales das Terras Altas, os Yungas, o Grande Chaco e a Selva, esta última abrigam as bacias do Amazonas e do Paraná. O relevo da Bolívia vai desde as altas montanhas a amplos planaltos, até profundos e extensos vales e planícies (possivelmente seu isolamento geográfico seja a causa de ser o país com a maior população indígena do continente, circunstância que faz perdurar melhor a cultura e tradições ancestrais). A parte ocidental da Bolívia é ocupada por duas cadeias andinas que atravessam o país todo, desde o Peru até o Chile e a Argentina. A Cordilheira Ocidental eleva-se como uma muralha entre Bolívia e a costa do Pacífico. A Cordilheira Real, situada ao leste, vai para o sudeste e dirige-se ao sul atravessando o centro da Bolívia. Por causa da topografia Bolívia tem uma ampla gama de padrões climáticos, o que condiciona ampla diversidade da flora e fauna. Assim, em suas fronteiras se acham todas as zonas climáticas, desde a selva úmida e quente, desertos fumegantes até o frio ártico (EMBAIXADA DA BOLÍVIA, 2008).

Desde meados do século XX foram criados na Bolívia áreas para a conservação do seu patrimônio ecológico. Existem no país 8 Parques Nacionais, uma Reserva Rural, uma Reserva Fiscal, dois Refúgios e uma Estação Biológica: o *Parque Nacional de Condodiri*, encontra-se no Departamento da La Paz e protege a fauna andina da região; *Parque Nacional Cerro de Mirikiri*, situado no cantão Caquiaviri da Província Pacajes do Departamento de La Paz; *Parque Nacional Cerro de Sajama*, localizado na Província de Sajama, no Departamento de Oruro e abrange a montanha Sajama, uma das mais altas do país; *Parque Nacional Mallasa*, situado nas proximidades da cidade de La Paz, e foi criado pela necessidade de ser

¹⁴⁰ Registre-se que a Bolívia tem aproximadamente 21% das reservas de gás natural da América Latina, o que constitui um potencial importante para a exportação de energia (CIBERAMERICA, 2008).

um lugar econômico e de utilidade de recreação; *Parque Nacional Tunari*, encontra-se na montanha do mesmo nome (controla leitos de água que afetam Conchabamba e protege os bosques); *Parque Nacional Isiboro-Secure*, considerado o mais importante do país; *Parque Nacional Lagoas de Beni e Pando*; *Reserva Nacional Amazônica de Manuripi Heath*, na província de Manuripi, no Departamento de Pando; *Reserva Nacional de fauna de Yura*, província Quijaro de Potosí; *Reserva Fiscal Cerro Taipilla*, departamento de Potosí; *Refúgio de Vida Silvestre Estâncias Elsner* nas Províncias Ballivián e Jacuma do departamento do Beni (um centro para a conservação e investigação de recursos naturais renováveis, é administrada pela Academia Nacional de Ciências) (EMBAIXADA DA BOLÍVIA, 2008).

Sobre as bacias andinas orientais, estas se estendem do Yacuma ao Piray, onde ocorre a precipitação média de 3.000 mm/ano se constata um valor análogo para a bacia andina do rio Madre del Dios em Perú, com lâmina de 2.941 mm/ano. O contraste é marcado com a bacia andina do rio Grande, donde a lâmina alcança um valor de 750 mm/ano. A bacia andina do rio Beni representa uma transição entre as bacias precedentes, com uma precipitação de 1.750 mm/ano. No que diz respeito ao rio Alto Madeira, a lâmina de precipitação sobre os Andes na Bolívia se estima entorno de 1.580 mm/ano (OTCA, 2007). Por que evidenciar isso e todos esses dados são importantes? Porque dependendo de como esses níveis de água e sua proteção aconteçam e se mantenham em média no tempo ou se mostrem muito díspares ao longo do ano e de décadas, isso tem influência decisiva na Amazônia, para a manutenção das funções básicas dos ecossistemas, das florestas, dos solos, desde a bacia andina que forma o grande Amazonas e seus afluentes até sua desembocadura no Atlântico. A bacia boliviana do Amazonas compreende a totalidade dos departamentos de Pando, Beni e Cochabamba, 65% do departamento de La Paz, 35% do departamento de Chuquisaca, 70% do departamento de Santa Cruz e 10% do departamento de Potosí (OTCA, 2007).

Recuperando um pouco da história do país em 1709 a Companhia de Jesus estabeleceu seu primeiro assento na região, aproximadamente na latitude 13° 15' (OTCA, 2007, p. 13), desta época datam os primeiros estudos sérios sobre os recursos hídricos da bacia. Com a retirada da Bolívia da Companhia de Jesus por ordem papal em 1767, toda a área sofreu involução dos sistemas administrativos, produtivos e sociais instalados desde então. Na época republicana, persistiu a mesma indiferença ante a região durante todo o século XIX. No auge da economia gomífera, começo do século XX, originou-se uma exploração em escala dos recursos da bacia e isso por sua vez provocou uma ocupação desordenada e depredatória do território (OTCA, 2007). A Bolívia tem em sua história uma sequência de perdas territorial, de riquezas naturais (petróleo, gás, minérios, terras, etc.), essa tendência se radicalizou no

século XX até o final e início do XXI, onde conflitos entorno d'água na Bolívia só tendem a se intencificar. A conturbada história política desse país mostra o tamanho do problema de organização do poder e da luta para garantir a soberania sobre seu próprio território¹⁴¹.

Há sérios problemas sociais e ambientais em todo o país. A seca produzida pelo fenômeno El Niño em 1983 ocasionam o colapso da agricultura de subsistência do altiplano boliviano e as consequências foram fortes migrações apressadas, desordenadas e urgentes da população pobre em direção aos centros urbanos, onde enfretam mais miséria - formam o que se convencionou recentemente chamar de *refugiados ambientais*. A população migrante é majoritariamente rural, que vivia de pequenos cultivos e criações. São camponeses e indígenas que promovem fluxos migratórios sem incentivos governamentais, por fatores que afetam a agricultura em função da baixa qualidade dos solos, fragmentação da propriedade agrícola e condições adversas associadas à mudança climática e florestal. Atualmente os departamentos de Cochabamba, Santa Cruz e Pando, todos na Bacia Amazônica, fornecessem 91% do total de migrantes do país (OTCA, 2007). Isso tudo em um cenário em que o impacto da força dinamizadora do capital sobre os recursos hídricos na Amazonia Boliviana tem a ver com a construção de represas no rio Madeira. Os estudos de impacto ambiental das represas na Amazônia mostram alta magnitude e peso negativo, que podem agrupar-se: alteração da organização política e social da população; empobrecimento extremo e alto índice de

¹⁴¹ Em 1781 tentou-se expulsar os espanhóis e restabelecer em vão o domínio Inca. Trinta anos depois Chuquisaca converteu-se no cenário das ações em favor da Independência. Depois de 15 anos de guerra o general Antonio Olañeta resistiria às forças de libertação. Em 1825, Simón Bolívar enviou uma expedição ao Alto Peru (Bolívia) ao mando do general Antonio Jose de Sucre, que derrotou Olañeta na batalha de Tumusla. Assim, no 1825 proclamou-se a independência do Alto Peru transformando-se em República de Bolívia. Bolívar converteu-se em um dos primeiros presidentes da república. Em 1928 Andrés de Santa Cruz alcançou o poder e sob influência de antigos ideais incas, formou uma confederação com o Peru, constituída em 1836. O Chile protestou contra esta situação e o seu exército derrotou a Santa Cruz em 1839, precipitando a Bolívia no caos político. Atingiu o seu ponto auge em 1841, quando três governos estavam no poder simultaneamente. Daquele momento adotou-se um particular sistema de governo no que uma junta de militar opôs e outra arrebataba o poder aos precedentes. No decorrer de 164 anos de vida republicana, 189 governos têm administrado o país, dando origem ao caos econômico posterior. Em meados do século XVIII o descobrimento de ricas jazidas de guano e nitratos na região de Atacama transformou um deserto ermo e desabitado em uma zona de crescente importância econômica e como a Bolívia era incapaz de povoar a costa e explorar os depósitos por seus próprios meios, assinou contratos principalmente com companhias chilenas. Deu-se um conflito grave entre o governo boliviano e as mineradoras do Chile, então este ocupou a costa da Bolívia, então declarou-lhe a guerra. Durante a Guerra do Pacífico, o Chile tomou 350 quilômetros de território costeiro, deixando Bolívia sem a saída ao mar. Embora Chile tenha tentado compensar a Bolívia com uma ferrovia desde Antofagasta à Oruro e com isenção de taxas portuárias sobre as exportações, os bolivianos não aceitaram esta situação e buscam uma saída para o mar. A Bolívia também teve problemas com Brasil por conta da economia da borracha e em 1903 pegou de novo em armas. Anos mais tarde, em 1932, uma nova grande guerra arrastou o povo boliviano. Nesta ocasião contra o Paraguai pelo controle da região de Chaco e pelo petróleo existente nessa área. Novamente por este conflito com Paraguai o país perdeu outra porção territorial e influiu negativamente na economia da Bolívia, desacreditou o exército e semeou o descontentamento entre o povo e os intelectuais iniciando um processo de fermentação social (HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA, 2005).

desagregação cultural e familiar; interferência sobre processos migratórios ambientais da avifauna; supressão de áreas de diferentes formações vegetais específicas da região, perda de biodiversidade; retenção de sedimentos, sólidos de fundo das barragens e em suspensão; aumento na incidência de malária e outras doenças tropicais, etc.

A Bolívia há muito tempo é um dos mais pobres e menos desenvolvidos países da América Latina, fez progressos consideráveis no sentido do desenvolvimento de uma economia capitalista de mercado em 2005. Entretanto, isso gerou enorme contradição socioambiental, a expansão do cultivo de soja na Bolívia durante os últimos 15 anos chegou a 411% o que provocou a destruição florestal de mais de 1 milhão de hectares de bosques (OCTA, 2007). Os solos tropicais podem sustentar os cultivos de soja e outros por 3 ou 4 anos antes de perder a fertilidade natural adicionado de agroquímicos até certo limite quando decai a produtividade e a crise se estabelece quando os empresários buscam novas terras com fertilidade natural ainda intacta, atingindo áreas indígenas, camponesas e florestas bolivianas.

Nos terreno de cultivo de algumas regiões, especialmente nos Yungas, que é extraordinariamente fértil, destaca-se a produção de arroz, batata, folha de coca, banana, café, cítricos e cacau. A agricultura tem uma grande importância na economia boliviana, já que emprega 5% da força laboral do país e representa 14,6% do produto interno bruto anual. A Bolívia é auto-suficiente na produção de açúcar, arroz, soja e carne. Quanto à Silvicultura e Pesca são atividades sem grandes destaques, uma vez que o país não tem saída para o mar e hoje utiliza o porto Chileno de Arica como centro de transporte e armazenamento de mercadorias¹⁴². Quanto à indústria as empresas manufatureiras do país operam em pequena escala mas representam 33% do produto interior bruto (PIB). As principais indústrias do país são de refinado de açúcar, de artigos de pele, fábricas de cigarro e de cimento, produtos químicos, papel, mobiliário, vidro, explosivos e fósforos. Mais de 2/3 das fábricas estão na cidade de La Paz, que também é o principal centro de comércio em nível nacional. Que escoar sua produção por seus 3.163 km de vias ferroviárias. O trem é o meio de transporte que serve para comunicar o país com os portos dos oceanos Atlântico e Pacífico. A principal linha é a que une La Paz com o porto livre de Antofagasta, no Chile. Mais de 53.790 km de estradas

¹⁴² No passado, durante o apogeu do extrativismo da borracha, a Bolívia, por ser um país sem fronteira marítima, precisava encontrar uma alternativa para escoar a produção para os centros industriais da Europa e da América do Norte. Em 1846 o governo da Bolívia buscou meio para construir uma ferrovia costeando os rios Mamoré e Madeira para escoar a produção através do porto de Belém, no Oceano Atlântico. A construção da ferrovia só foi de fato efetivada depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, que cedia o território do Acre para o Brasil e obtinha deste o compromisso formal de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, iniciada em 1907 e terminada em 1912, já no final do ciclo da extração da borracha, tarde demais, a Bolívia não teve sucesso em sua empreitada.

percorrem o país, das quais apenas 7% estão pavimentadas e em muitas zonas só podem ser transitadas na época da seca. A extensão de rios que permitem a navegação de pequenos barcos que transportam cargas e passageiros totaliza aproximadamente 14.000 km (CIBERAMERICA, 2008).

A economia da Bolívia baseia-se na produção e exportação de gás natural, mineração, indústria manufatureira e na atividade agropecuária. A Bolívia também se destaca na produção de soja e seus derivados e faz parte do bloco econômico denominado de Comunidade Andina (CAN) formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Durante a presidência de Sánchez de Lozada (1993-97) a Bolívia assinou um tratado de comércio livre com o México, tornou-se membro associado do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e procedeu à privatização da linha aérea estatal, da companhia telefônica, dos caminhos de ferro, da companhia elétrica e da companhia petrolífera¹⁴³. O crescimento entorno de 4% em 1999, em parte devido a políticas orçamentais restritivas que limitaram os fundos necessários para programas de luta contra a pobreza, e às consequências da crise financeira asiática seguiram declinantes e no ano 2000, as crises políticas de abril a outubro, atingiram o crescimento indo para 2,5%. O PIB boliviano não cresceu em 2001 devido ao abrandamento global do crescimento e à vagarosa atividade doméstica (INFONET, 2008). Entre 2002 e 2005 a economia da Bolívia patinou com baixos desempenhos. Evo Morales, governando a partir de 2006, decretou em 1º de Maio daquele ano a nacionalização dos hidrocarbonetos (petróleo, gás e minérios), que a princípio representou mais do que a inversão de uma lógica excludente e parasitária, por meio da qual as transnacionais se apropriavam de 82% dos recursos desta imensa riqueza natural, propriedade dos bolivianos, que ficavam tão somente com os 18% restantes, o que redundou num salto da balança comercial de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 7 bilhões de dólares, melhorando os índices econômicos para o patamar de 6% de crescimento (SEVERO, 2008).

Para buscar estimular a industrialização do país Evo Morales pensa em reduzir o desemprego, concedendo, através de licitação, a exploração da mina de Mutun à empresa siderúrgica indiana Jindall Steel & Power, com proposta de investir 1,5 bilhão de dólares já e

¹⁴³ A liberalização da indústria petrolífera na Bolívia começou em meados da década de 1990 com a privatização da estatal Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas (YPFB). A desregulamentação do setor separou as atividades de exploração e produção, de transporte e comercialização de petróleo e seus derivados com a criação de um marco regulador que incentivava os investimentos do setor privado. As empresas multinacionais que arremataram suas riquezas foram: BP Amoco, Shell, Total, Respol-YPF e Petrobrás, entre outras; confirmam o potencial petrolífero da Bolívia. Depois da privatização da Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas (YPFB), os investimentos realizados em busca e exploração por estas empresas, no período de 1997 e 2002, foram de cerca de US\$ 2,65 bilhões (CIBERAMERICA, 2008).

mais 2,5 bilhões em 8 anos. Mutun possui reservas de 40 bilhões de toneladas de ferro, 10 bilhões de magnésio (nada menos que 70% das reservas mundiais desse recurso) e se achava sub-explorada. Acordo com o Irã prevê o investimento de 230 milhões de dólares na instalação de uma fábrica de cimento, mais 1,1 bilhão em energia, agricultura e indústria alimentícia. Na área social, Evo Morales anunciou em 2007 uma reforma agrária que seria iniciada com a desapropriação de 14 mil hectares de terras, a maioria não cultivada, concedidas irregularmente como favores políticos por governos anteriores. Pesados investimentos foram realizados na Educação e destinou-se parte do imposto cobrado sobre o gás para os idosos pobres (UCHOA, 2007). Entretanto, entregando reservas minerais para setores industriais burgueses explorarem sob concessões e com tímida Reforma Agrária, o governo não consegue de fato impor um programa de controle de fato das riquezas e com reformas periféricas ainda está muito longe de ser um “Governo Socialista”, como discursa.

Com o fortalecimento do mercado interno, em 2008 a Bolívia apresentou crescimento de 6,7% no PIB, o maior das últimas três décadas, ampliando um pouco mais a distribuição da renda, duramente atingida pela política neoliberal, com suas privatizações, desnacionalizações, arrocho e subemprego. Ainda que com crescente apoio popular Evo Morales enfrenta crises políticas à esquerda e à direita. A esquerda porque não leva à cabo de fato um programa socialista como anunciava em campanha e à direita porque é fascista, organiza boicotes e sabotagens, com ocupações de prédios públicos, fazendo o sangue jorrar em crescentes agressões que redundaram em dezenas de camponeses e indígenas assassinados, como no massacre de Pando (SEVERO, 2008).

Mas há muito politicamente a fazer como atender a histórica necessidade de aprofundar e massificar a Reforma Agrária desconcentrando o campo e derrotar a violência; fomentar a industrialização; impedir a privatização e a concessão dos serviços públicos essenciais; estabelecer normas de proteção aos trabalhadores (reconhecidos como a principal força produtiva da sociedade); subordinar a propriedade privada à função social e ao interesse coletivo; garantir a educação pública, universal, descolonizadora e de qualidade; fortalecer a soberania popular; impedir os monopólios e oligopólios nas comunicações, fomentar a criação e manutenção de meios comunitários “em igualdade de condições e oportunidades”, garantindo o direito à retificação e a réplica, assegurando a liberdade de expressão, opinião e informação, todos elementos do programa que se comprometeu o presidente Evo Morales.

Enquanto isso a medida que avançam as obras do mega-projeto hidrelétrico na fronteira entre Bolívia e Brasil sobre o rio Madeira, começam a se sentir as mudanças na vida cotidiana da população, ocorrem os primeiros deslocamentos forçados. Movimentos sociais

da Bolívia e do Brasil se unem em protesto contra os governos. As atividades organizadas por grupos brasileiros que integram a Via Campesina - MAB, MST e MPA -, contam com a participação de organizações camponesas do departamento boliviano de Pando, onde também haverá impactos pela construção do complexo hidrelétrico Madeira. O empreendimento segue com consequências nefastas: dezenas de famílias já têm sido desalojadas e o rio Madeira está em fase de privatização (AMIGOS DA TERRA - Rádio Mundo Real FM, 2008).

As tensões políticas persistem e não dão sinais de trégua, tanto com a oposição, que quer mais autonomia regional e defende uma economia mais voltada para o mercado, quanto setores que disputam o governo mais à esquerda. Protestos em El Alto em 2008 isolaram o aeroporto internacional e bloquearam estradas importantes, como a que liga La Paz ao Peru. Os protestos foram convocados pela Fejuve, movimento popular que apóia Morales e exige a renúncia do governador da Província de La Paz, de oposição ao governo. O próprio discurso oficial mudou quanto às manifestações de apoio ao governo Evo Morales que afirma: “são legítimas, mas não são legais”, como enfatiza Alex Contreras, porta-voz de Morales. Os manifestantes tomaram o palácio de governo da Província de Cochabamba e criaram um “governo revolucionário” provisório, que não foi reconhecido pelo governo central. O vice-presidente Garcia Linera disse então que o governo respeitava os governadores eleitos pelo voto, “gostando deles ou não” (UCHOA, 2007).

A oposição diz que esses movimentos são manipulados por Morales, que os estimularia. Os movimentos mais à esquerda criticam o presidente por não ser mais célere nas mudanças institucionais. O governo diz que não tem nada a ver com os bloqueios de estradas e com as tentativas de derrubar os governadores opositoristas. Para o cientista político Antonio Miranda, da Universidade de Miami, a figura de Morales, o seu personalismo, suplanta qualquer tipo de análise sobre o governo. “O Estado na América Latina normalmente se apresenta como uma instituição fraca, pela qual não transitam as decisões importantes, tomadas fora de seu controle”, diz Miranda. Por isso, aparecem figuras personalistas, e delas depende o rumo desses governos. Num texto publicado antes da eleição de Morales, o sociólogo brasileiro Emir Sader dizia que “desde 2000, a Bolívia entrou em um processo que pode ser caracterizado como sublevação permanente, em que o Estado perdeu capacidade de governar com legitimidade e o movimento popular gera e desenvolve formas cada vez mais amplas de disputa de hegemonia política” (UCHOA, 2007). O Morales de 2002 dizia: “não importam as eleições. Se não fizerem o que queremos, voltaremos às ruas e bloquearemos as estradas”. Foi assim que ele definiu sua derrota na eleição presidencial para o neoliberal

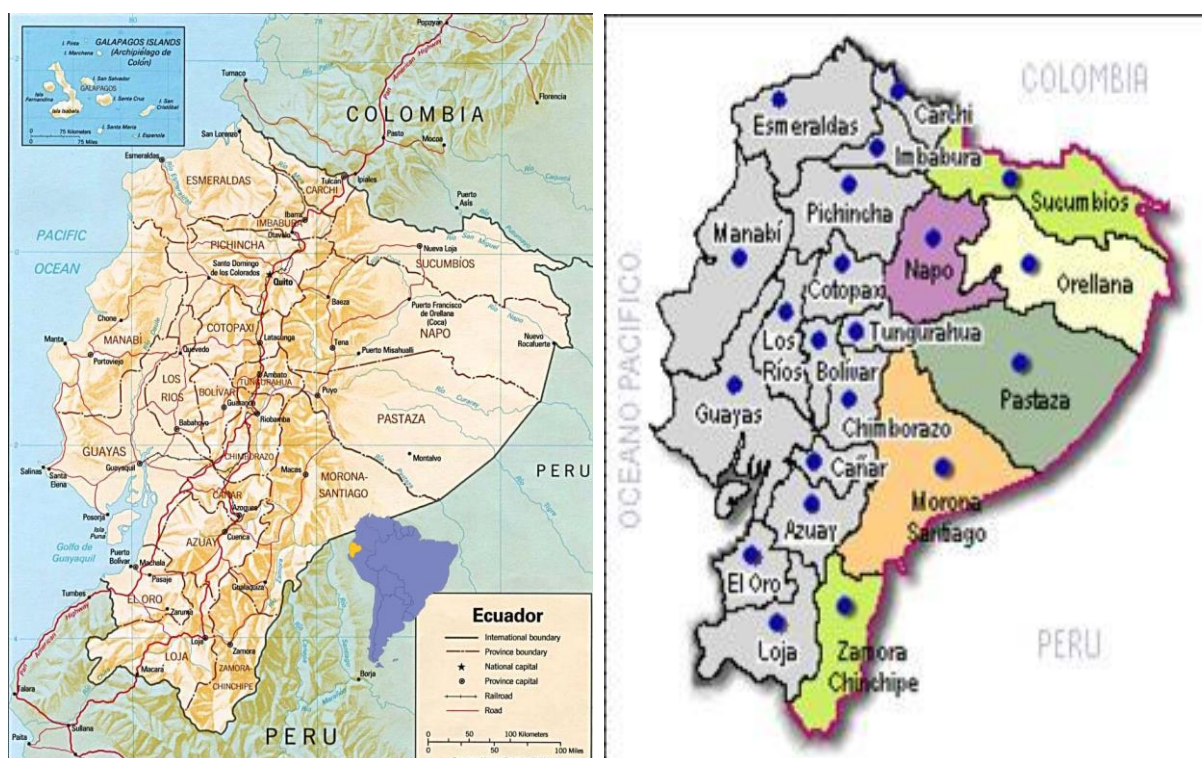
Gonzalo Sánchez de Lozada¹⁴⁴. Não era brincadeira. Sánchez de Lozada ficou no poder pouco mais de um ano, renunciando em meio a uma convulsão social na esteira da qual mais de 50 trabalhadores, indígenas e camponeses foram mortos durante a repressão de manifestações.

Ainda que o intervencionismo de Morales - embora se insira no quadro de um regime misto, onde o Estado ora é sócio das empresas, ora socializa setores mal explorados por elas - tudo isso causa repulsa nas atrasadas classes abastadas bolivianas. Por fim, o fato de Evo Morales ser um presidente índio é repellido pela minoria branca e europeizada - 15% da população -, dominante sobre a maioria quechúa e aymara - 60%. Expressões usadas pelos governadores da oposição para agredir Morales como “macaco”, “índio infeliz” e “índio porco” são reveladoras dessa discriminação étnica (UCHOA, 2007).

Os grupos políticos e econômicos que sempre dirigiram a Bolívia não têm muita autoridade para justificar suas posições. Seguindo fielmente o FMI, eles entregaram ao presidente eleito em dezembro de 2005 uma Bolívia nas seguintes condições: país mais pobre da América do Sul, com 60% dos seus 9 milhões de habitantes abaixo da linha da pobreza e 38% em extrema pobreza; desemprego de 12%, com 40% de sub-empregados; renda dos indígenas 40% inferior a dos não-indígenas. Em seu mandato Evo Morales, tal quadro começou a mudar, ainda que insuficientemente. Primeiro, ele procurou aumentar as rendas do Estado, revendo os acordos de exportação de gás e petróleo com o Brasil e a Argentina, desvantajosos ao país, e estabelecendo o controle estatal sobre a exploração dessas riquezas. As exportações da Bolívia dobraram de 2005 para 2006, chegando a 4,9 bilhões de dólares - o governo conseguiu superávit em 2006 e 2007, algo que não acontecia na Bolívia desde 1940 (UCHOA, 2007). Apesar de tudo, a Bolívia segue em sua crise, uma vez que o governo Evo Morales não decide de fato para quem quer governar - não confia plenamente na força política das massas indígenas e camponesas atrás de si. Faz um governo de colaboração de classes enquanto discursa uma linha socialista, em coro com Hugo Chavez e Rafael Corrêa, formando a tríade de governos que tem o socialismo na língua e o liberalismo nas ações.

¹⁴⁴ Sánchez de Lozada, que está exilado nos EUA, é acusado pela morte de 67 civis durante protestos em 2003. Sánchez de Lozada governou a Bolívia entre 1993 e 1997 e, depois, entre 2002 e 2003. Em 2003, ele foi obrigado a renunciar depois de uma onda de protestos contra a venda de gás natural aos Estados Unidos por meio de um porto chileno. Depois da renúncia de Sánchez de Lozada, a Bolívia ingressou em um período de transição, quando foi governada por Carlos Mesa e Eduardo Rodríguez. Este último convocou eleições gerais, que foram vencidas, em dezembro de 2005, pelo atual presidente, Evo Morales (BBC/Brasil, 2009). A Suprema Corte de Justiça da Bolívia começou a julgar, o ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada e mais 16 membros de seu gabinete pela morte de 67 pessoas durante protestos em 2003. Apenas oito dos 17 réus que enfrentam as acusações de genocídio compareceram ao tribunal. Os outros, incluindo Lozada - que está exilado nos EUA - estão refugiados em outros países (BBC/Brasil, 2009). Depois dos incidentes, Lozada partiu para os Estados Unidos, onde permanece até hoje. Acredita-se que três ministros de seu gabinete também estejam nos EUA e outros três no Peru (BBC/Brasil, 2009).

Seguindo o caminho dos países andinos, agora se tratará do **Ecuador**, país localizado entre os 2º Sul e os 77º Oeste, com a capital Quito, e uma população total de 13,6 milhões de habitantes (2007), superfície 283.561 km². Limita-se com a Colômbia ao norte, com o Peru a leste e ao sul, e com o Oceano Pacífico a oeste. O seu território é banhado pelo oceano Pacífico, e cortado nitidamente por duas cadeias montanhosas da cordilheira dos Andes. O país é dividido pelos Andes em três zonas diferenciadas: a *Serra* (terras altas), a *Costa* e o *Oriente* (Bacia do Amazonas). A Serra é modelada por duas cadeias montanhosas andinas, a Cordilheira Oriental e a Cordilheira Ocidental, que formam dez vales de montanha nos quais os indígenas da Serra vivem em altitudes de 2.200 a 2.800 m. O clima da costa é influenciado pela corrente fria de Humboldt e pelas montanhas oriental dos Andes. No centro predomina o clima semidesértico, como em Manta e Portoviejo. Na fronteira com o Peru, chega a ser desértico, como na península de Santa Helena. Há densas florestas na província de Esmeraldas até a fronteira com a Colômbia (EMBAIXADA DO EQUADOR, 2008). (Mapas 20 e 21).



Mapa 20 e 21 - Equador, com sua capital Quito, cravada entre as montanhas andinas. Fonte: OTCA (2009).

O Equador é o menor país da Pan-Amazônia e tem além de Quito outras cidades importantes como Guayaquil, aliás, maior que a capital em termos populacionais, 1.973.880 habitantes, além de Cuenca, 255.028, Machala 197.350 e Santo Domingo de los Colorados com 183.219 habitantes. O idioma principal é o espanhol (oficial), mas fala-se também quíchua e outras línguas regionais que resistiram à devastação cultural pós-era colombiana. A

religião predominante é o cristianismo 93,4% (católicos), outras 6,6% (1995). Em 2000 a população era composta por euroameríndios 55%, ameríndios 25%, europeus ibéricos 10%, afro-americanos 10% e mantinha um crescimento demográfico de 2% ao ano, fecundidade de 3,1 filhos por mulher e a expectativa de vida masculina de 67 anos e feminina 72,5 anos (1995-2000). Mortalidade infantil com índice de 46 por mil nascimentos (1995-2000) e o analfabetismo em 8,1% (2000). Seu IDH (0-1) era de 0,722 (1998), e a Média Desenvolvimento Humano o situava o Equador em 82º lugar no mundo. Outros dados importantes: PIB de US\$ 31,397 bilhões (66º lugar mundial), e PIB per capita de US\$ 2.255 (101º lugar) para o mesmo ano 2000 (EMBAIXADA DO EQUADOR, 2008). O país se encontra dividido em 22 províncias¹⁴⁵, 215 cantões, 788 paróquias rurais e 367 paróquias urbanas – conta com uma grande diversidade cultural e ecológica em relação à sua extensão territorial com uma gama variedade de nichos ecológicos, que vão desde os ecossistemas de mar, zonas tropicais, semi-tropicais, às cordilheiras dos Andes e aos vales intra-montanhosos, ricas zonas de selva com vegetação densa e alta biodiversidade conservada historicamente desde as nações indígenas¹⁴⁶ (EMBAIXADA DO EQUADOR, 2008).

Quanto às condições naturais, o relevo da Amazônia equatoriana é composto por uma série de colinas que têm sua origem na parte oriental dos Andes, descendendo até as planícies do Amazonas, cuja bacia abrange importantes rios, como o Napo, o Pastaza e o Putumayo, no limite internacional com a Colômbia. Há duas regiões geográficas: Alta Amazônia e Planície Amazônica. Na primeira se encontram as cordilheiras de Napo Galeras, Cutucú e Cóndor. Os relevos mais altos da região se encontram na parte norte, próximo ao vulcão Sumaco, e os mais baixos ficam ao lado oeste. No Equador, como em outros países, as subregiões amazônicas de cinco deles são importantes porções de todos os territórios nacionais (36% Colômbia, 47% Equador, 66% Brasil, 74,4% Perú, e 75% Bolívia), que estão sujeitas a pressões negativas contra seus ecossistemas e sua sustentabilidade ambiental: ocupação colonizadora legal e ilegal destrói a vegetação e solos por parte da população excedente das

¹⁴⁵ Azuay, Bolívar, Canar, Carchi, Chimborazo, Cotopaxi, El Oro, Esmeraldas, Galapagos, Guyanas, Imbabura, Loja, Los Rios, Manabi, Morona-Santiago, Napo, Orellana, Pastaza, Pichincha, Sucumbios, Tungurahua, Zamora-Chinchipe.

¹⁴⁶ Índícios paleoantropológico sustentam que o território do atual Equador é habitado há, aproximadamente, 9.000 anos antes do presente. Desde aquela época, até a chegada dos espanhóis no século XVI, diversos povos se assentaram nas diferentes regiões do país e contaram com uma organização social, crenças, cerimônias e línguas próprias, e com uma economia baseada principalmente na agricultura, no comércio e intercâmbio recíproco entre as tribos e etnias¹⁴⁶. Vestígios de sua existência podem ser encontrados em diferentes partes do país, principalmente nos centros cerimoniais e espaços arqueológicos descobertos por cientistas e estudiosos, paleoantropólogos, que identificaram quatro períodos histórico até a chegada dos espanhóis: Paleoíndio ou Pré-Cerâmico, Formativo, Desenvolvimento Regional e Integração (OTCA, 2006).

subregiões andinas amazônicas que utilizam baixa tecnologia e assistência técnica e administrativa; por atividades auríferas e outros minerais; atividades de exploração de hidrocarbonetos sem completo controle ambiental; atividades de produção e processamento de drogas (OTCA, 2006).

A cidade de Quito, fica situada na cordilheira, possui 2 milhões de habitantes. A cidade divide-se em duas áreas: a *cidade velha*, e a *cidade nova* (Fotografias 10 e 11). Há uma vastidão de residências urbanas que vão desde as encostas ligando o rural e que invadem as montanhas, numa fusão rururbano clássica que vem tomando conta de Quito e de modo geral das grandes cidades andinas. O que evidencia um vertiginoso problema urbano que está muito longe de se resolver, dadas as atuais políticas governamentais e seus baixos investimentos.



Fotografia 10 - Quito, urbano encostando no rural e invadindo as montanhas. Fonte: Domínio público (2008).



Fotografia 11 - Quito histórica, plana, ao fundo a moderna arquitetura vertical. Fonte: Domínio Público (2008).

A região amazônica do Equador representa quase a metade do país, 47% de sua extensão ou 270.000 Km² e abriga 1,67% de toda Bacia do Amazonas. A Amazônia equatoriana de selva baixa também apresenta menor densidade populacional, aproximadamente 600.000 habitantes, o que representa 4,5% da população do país ocupando a metade do território nacional - os censos realizados refletem que mais de 95% habitam a Costa, e a Serra, em 2006, do total da população distribuída por regiões 47,13% estava na serra, 48,38% na costa e apenas 4,50% na planície amazônica (OTCA, 2006d).

Os contrastes geográficos que tem o Equador o fazem um país multi-diverso ecológico-culturalmente. Particularmente nas zonas localizadas da Amazônia, com destaque para duas zonas bem definidas entre terras de mais semelhanças quanto à altitude na Costa e na Amazonia, onde ocorre a maior precipitação, e aparece uma grande diferenciação florística: 50% a mais de espécies arbóreas estão nas terras baixas ocidentais (OTCA, 2006d). Outro importante registro é sobre a região da Costa, uma planície, cortada por serras e três importantes rios aí têm seus cursos baixos: Mira, Esmeraldas e Guayas. Este último permite o acesso ao maior porto do país: Guayaquil. Pela vertente oriental correm os rios que, após longos itinerários, vão alimentar a Bacia Amazônica: Putumayo, Aguarico, Napo, Curaray, Bononaza, Pastaza, Cononaco e Pindo (OTCA, 2006d). Portanto forma uma importante bacia.

O Equador possui diversos elementos de conservação: o Parque Nacional das Ilhas Galapagos - posteriormente, criaram outros parques e distintas áreas de reserva para proteger a biodiversidade, as espetaculares paisagens e as espécies, algumas delas são endêmicas (50% das aves, 25% dos peixes e 32% das plantas dessas ilhas a mil quilômetros do Equador, no mundo só ocorrem ali). Além de Galápagos destacam-se os Parques Nacionais de Sangay, Cotopaxi, Machalilla, Yasuni ou Podocarpus. Quanto a reservas se destacam Cayame-Coca e os Manglares Churute. O país tem razoável cobertura florestal em regime de proteção permanente (EMBAIXADA DO EQUADOR, 2008).

Quanto aos problemas ambientais, o desmatamento apontam para dados comparativos em dois períodos, um de 1965 a 1985 e outro de 1985 a 2000 mostrando proporções que não variam muito: a taxa de desmatamento varia entre 0,54 % e 0,58 %, o que corresponde as áreas ao redor de 600 Km². Um estudo mais recente mostra que a taxa anual de deforestação do Equador está em cerca de 200.000 hectares. Por ano a exploração petroleira representa um problema complexo tanto na exploração que abarca áreas maiores dos poços, quanto pela contaminação que produz ao longo das linhas de oleoduto principal e secundários. Parte dos bosques adjacentes à indústria petroleira estão em áreas habitadas e inclusive em áreas protegidas e há contaminação via esse processo de exploração predatória (OTCA, 2006d).

Não obstante ser algo notável no Equador nos tempos recentes, a abertura de caminhos para a indústria petroleira e a instalação de oleodutos, por outro lado abriu também a possibilidade de uso da terra em muitas regiões, tanto para pastagens extensivas, como cultivos que predominam próximos das linhas de dutos – vê-se muitos mosaicos de vegetação natural em meios aos cultivos, que fundamentalmente estão no entorno dos rios e estradas. Estas áreas de mosaicos de vegetação natural e cultivos anuais ocupam 16,2% da superfície da região amazônica, os pastos ocupam 1,6% e por cultivos permanentes 1% (OTCA, 2006d).

Na região amazônica equatoriana existem altos níveis de pobreza, de acordo com o Sistema Integrado de Indicadores Sociais do Equador. Observa-se um índice por necessidades básicas insatisfeitas da ordem de 78% em sua população, uma calamidade. Outro indicador relevante é a taxa de analfabetismo de 9,35% (Censos de Vivienda - INEC, SIISE, *apud* OTCA, 2006d). Apesar da pobreza da população, a economia da região amazônica equatoriana é de grande importância para o país devido a produção petroleira. Para o ano de 2004 a receita dessa região para a economia do Equador foi de 25,82% do PIB nacional de 44.6 bilhões ancorados e concentrado principalmente no setor petroleiro - 98% da produção sai dessa região, particularmente ao norte, províncias de Napo, Sucumbíos e Orellana. No resto dos setores, a participação da região amazônica na economia, em relação ao PIB, é

muito reduzida. Só a administração pública e o setor agropecuário se elevam à 5% da produção nacional, nas demais atividades e setores os níveis de participação são inferiores a 4% e alguns casos a 3%, devido a concentração da atividade econômica nas províncias Guayas e Pichincha, principalmente (OTCA, 2006d). Não obstante, esta situação permite uma distorção do PIB per capita da Amazônia equatoriana, que para o ano de 2004, por exemplo, foi de U\$ 8.059 dólares frente aos U\$ 2.505 dólares estimados em nível nacional (lembrando que a renda *per capita* média não significa distribuição de renda, por isso é evidente a concentração de renda e riqueza e a distorção entre camadas abastadas e empobrecidas).

O Equador é um exemplo de desastre causado pelas políticas de “livre mercado” impostas na região pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Departamento de Estado dos EUA. Iniciadas em 1980, essas novas políticas - livre movimentação de capital, privatização e cortes drásticos nos programas sociais do governo - tiveram um impacto devastador em setores como educação, saúde e segurança social. Entre 1980 e 2000, o crescimento médio da renda *per capita* foi de 4% ao ano e diminuição de 14% no produto interno bruto (PIB). Desde então, a renda *per capita* cresceu apenas 8% em cinco anos. Resultado, o PIB *per capita* médio em 2005 - U\$ 4.300 - foi menor que o de 1980. Aproximadamente metade dos 13 milhões de equatorianos vivem na pobreza e 30% com menos de um dólar por dia (AZUL, 2006).

A base da economia do Equador está no uso de recursos naturais como petróleo, peixe, madeira, hidro-energia. O uso da terra se situa em aproximadamente 16% de solo arável para culturas de cereais, 10% de cultivos diversos, 18% de pastos permanentes e 56% de florestas. Os principais produtos agrícolas e pecuários são: bananas, café, arroz, batatas, cana-de-açúcar, gado bovino, peixe e camarão. Sendo os principais produtos exportados: os alimentares (bananas, camarão, café, peixe); combustíveis (petróleo), produtos químicos e produtos manufacturados (EMBAIXADA DO EQUADOR, 2008).

Entretanto nos últimos 30 anos de neoliberalismo o empobrecimento da população foi drástico, sobretudo nas áreas rurais, e particularmente na Amazônia equatorial, e entre as populações indígenas. A taxa de pobreza em 2000 já era 30% mais alta do que a de 1993. Mais de 85% dos índios sobrevivem de forma miserável e doentes. A desnutrição infantil chega aos 26% (59% desta estão entre os nativos). Os cortes no orçamento dos programas sociais destruíram o sistema de saúde do país e 22% da população migrou para outros países (AZUL, 2006). Em 2000, o governo substituiu a moeda equatoriana, o sucre, pelo dólar americano, uma medida que colocou o sistema monetário do Equador sob o controle do Banco Central dos Estados Unidos (FED). Isso tirou o controle monetário das mãos do Banco Central do Equador e, de forma combinada com as severas restrições ditadas pelo FMI e pelo

Banco Mundial em relação aos gastos sociais, colocou as políticas fiscais e monetárias nas mãos das instituições financeiras internacionais dominadas por Washington (AZUL, 2006).

A história do país sempre foi dramática para os povos indígenas, como em qualquer país da região. No passado do início da colonização o líder Inca, Atahualpa, foi capturado, executado e o império Inca foi demolido no início do século XVI. Quito resistiu por dois anos, para render-se ao domínio espanhol em 1534. Hoje, só existe uma ruína Inca intacta no Equador, a Ingapirca, ao norte de Cuenca. Apesar da gigante opressão nunca existiram sérios levantes indígenas contra os espanhóis. A brutalidade com que os brancos governaram apavorava as nacionalidades indígenas - a Espanha governou a colônia de Lima - Peru até que em 1739 o domínio da região foi transferido ao vice-reino da Colômbia. Este foi em sua grande maioria rural e conservador, tendo o gado e o cultivo de bananas, ambos feitos através de trabalho escravo, como forma de renda principal. A medida que a classe média crescia, houveram alguns levantamentos que tentaram liberar o Equador do domínio espanhol, e manter a dominação sob o jugo da nova elite que se formava. Mas o poder espanhol se estabeleceu definitivamente. Uma vez realizada a conquista espanhola, foi instaurada a Real Audiência em Quito, onde a minoria européia dominante e a população obovígena se fundiram e produziram uma rica mestiçagem (OTCA, 2006d). O país ganhou soberania constitucional em 1830. Nos últimos 100 anos contínuos assassinatos e instabilidade política e intervenção militar - no século XX houve mais governos militares. Em 1941, o vizinho Peru invadiu o Equador e tomou uma grande parte da Amazônia equatoriana. Este novo limite, mesmo sendo retificado pelo tratado do Rio de Janeiro em 1942, gera disputas entre estes países até hoje. Existem conflitos latentes nestas áreas, o que se observou em anos recentes (de 1994 até 1997) (OTCA, 2006d). No Equador a questão da violência política é muito séria, os conservadores, os líderes indígenas e camponeses seguem o mesmo destino violento do líder Inca – evidenciando uma histórica elite truculenta que promove seqüestros e assassinio.

Atualmente o presidente é Rafael Corrêa, um populista e nacionalista, eleito pela *Alianza País*, burguesa, embora se considere como parte de uma “corrente progressista que está se espalhando pela América Latina e Caribenha que se propõe a libertar o Equador dos 500 anos de exploração”. Sua declaração de princípios, emitida em espanhol e em quíchua (a língua dos inca), faz referências ao pan-americanismo de Simon Bolívar e à luta dos povos nativos do Equador, e chama para a formação de uma “nova ordem” baseada em reformas que buscam igualdade entre as etnias, o desenvolvimento ecologicamente sustentável e a renegociação da dívida externa, etc. (AZUL, 2006). Correa é mais um presidente latino-americano que possivelmente não levará a cabo as mínimas reformas que assumiu

promover¹⁴⁷, e se sustenta num país recortado por grande mosaico de partidos políticos, em sua grande maioria conservadores, que disputam o poder, se revezam por décadas no governo¹⁴⁸ em uma histórica e corrosiva política de submissão à colonização e recolonização.

Rafael Correa faz parte do grupo de líderes de “esquerda” na América Latina que, em diferentes graus, “desafiaram” as exigências dos EUA em relação à abertura das economias dos países para o capital norte-americano e ao corte das despesas com os programas sociais, com o fim de saldar os compromissos com os credores estrangeiros. Nesse grupo encontram-se Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Nestor Kirchner e depois sua esposa Cristina Kirchner (Argentina), Hugo Chavez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia), entre outros. Todos eles chegaram ao governo representando uma grande esperança popular, combinando a demagogia nacionalista com o interesse de empresários, que, por sua vez, buscam proteger seus lucros e suas propriedades (AZUL, 2006). São todos governos de Frente Popular, preventivos de lutas e levantes populares, que ascendem ao poder para garantir por antecipação que nada de substancialmente importante mude – são governos contra-revolucionários em sua essência.

Descendo os Andes se encontra o maior país da América Latina, o **Brasil** (Mapa 22), ocupando aproximadamente a metade da América Meridional, faz frotas ao Norte com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa; ao nordeste com o Oceano Atlântico; ao sul com o Uruguai, Argentina e Paraguai e a oeste com Paraguai, Bolívia e Peru, portanto com quase todos os países da América do Sul, a exceção do Chile e do Equador. A longitude total de suas linhas fronteiras é de 16.400 quilômetros e sua superfície total é de 8.511.965 Km², entre o ponto mais setentrional e o mais meridional tem uma distância 4.772

¹⁴⁷ Correa transmitiu aos seus seguidores, em espanhol e quíchua, uma mensagem populista com doses pesadas de doutrina social católica—vele é devoto do catolicismo evangélico. Ao mesmo tempo, reafirmou à elite do Equador e aos investidores internacionais que não ultrapassará os limites das relações de propriedade capitalistas. A respeito disso, a escolha do vice-presidente, Lénin Morales, um executivo que coordena a Federação Nacional de Câmaras de Turismo, é significativa. Além do que sob a pressão de massivas manifestações de trabalhadores e da população indígena, o legislativo do Equador já depôs seis presidentes nos últimos 10 anos. Correa e o *Alianza País* pretendem organizar um referendo para uma Convenção Nacional que reformaria a constituição, a fim de impedir o congresso de depor os presidentes. Essa medida daria um poder ainda maior ao executivo. Um executivo forte poderá garantir que Estado seja capaz de controlar efetivamente uma convulsão social (AZUL, 2006).

¹⁴⁸ Entre os principais estão: Social Cristão; Unidade Republicana; Esquerda Democrática; Movimento Democrático Popular; Acción Popular Revolucionaria Ecuatoriana (APRE); Coalición Nacional Republicana (CNR); Concentración de Fuerzas Populares (CFP); Democracia Popular (DP); Frente Radical Alfarista (FRA); Izquierda Democrática (ID); Movimiento Independiente para una República Auténtica (MIRA); Movimiento Nuevo País-Pachakutik; Movimiento Popular Democrático (MPD); Partido Comunista Marxista-Leninista de Ecuador (PCME); Partido Conservador (PC); Partido Demócrata (PD); Partido Liberal Radical (PLR); Partido Republicano (PR); Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE); Partido Social Cristiano (PSC); Partido Socialista - Frente Amplia (PS-FA); Fuerza Ecuador (FE); Unión Alfarista-FRA; Grupo de Combatientes Populares (GCP); Montaneros Patria Libre (MPL); Partido Maoísta-Comunista “Puka Inti”. E as principais centrais sindicais são: Unión Nacional de Educadores (UNE); Central General de Los Trabajadores (CGT); Federación Nacional de Organizaciones Campesinas; Indígenas y Negras del Ecuador (EMBAIXADA DO EQUADOR, 2008).

Km e 4.331 Km de leste a oeste, como se convencionou falar é um país continental, tem uma linha contínua de fronteira de 23.102 km, das quais 7.367 Km são marítimas e 15.735 Km são terrestres. Um gigante com aproximadamente 190 milhões de habitantes (sendo que 31% abaixo da linha da pobreza em 2005), possuindo um mosaico cultural singular, as maiores capitais da América do Sul (São Paulo e Rio de Janeiro), um riquíssimo patrimônio em recursos naturais: bauxita, ouro, ferro, manganês, níquel, fosfato, platina, urânio, petróleo, madeira, água, solos, biodiversidade, etc. (GUIA GEOGRÁFICO, 2009). Um país singular em tudo, do litoral gigantesco às diversidades de suas culturas, contraste social, econômico e ambiental.



Mapa 22 - Brasil, o gigante da América Latina (maior território, população, economia, biodiversidade, etc.)

Fonte: Guia Geográfico (2009).

Dados de composição étnico-culturais são importante num país como o Brasil. Comparado a outros censos realizados nas últimas duas décadas, pela primeira vez o número de brancos não ultrapassou os 50% da população - em 2000 os dados apontam que os [brancos](#) compõem 49,5%, os [pardos](#) 42,3%, os [negros](#) 7,4%, os [amarelos](#) 0,5% e [índios](#) 0,3%, portanto a menor taxa da América do Sul, basicamente concentrada na Amazônia (IBGE, 2000).

Quanto à economia, em 2004 o Brasil começou a crescer, acompanhando a economia mundial e no final de 2004 o PIB atingiu 5,7%, a indústria cresceu na faixa de 8% e as exportações superaram todas as expectativas. Porém em 2005 a economia desacelerou, com um crescimento de 3,2%, sendo que em 2006 houve pequena melhoria, com um crescimento de 3,7%, muito abaixo da média mundial para países emergentes, de 6,5% sendo que a China crescia a taxas de 9 a 11% ao ano. Em 2007, superando as expectativas dos especialistas, a economia se mostrou aquecida e voltou a crescer como em 2004, com crescimento previsto de 5,4%, após 4,5% inicialmente, tendo a indústria o maior crescimento. Ainda assim a taxa de investimento no Brasil situava-se em torno dos 17% do PIB, muito inferior ao índice de seus pares emergentes. Em 2006 o PIB atingiu R\$ 2,322 trilhões (US\$ 1,067 trilhão de dólares) (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2007).

O Brasil responde por três quintos da produção industrial da economia sul-americana e participa de blocos econômicos e políticos como o Mercosul e o G-20 e nas duas últimas décadas seu desenvolvimento científico e tecnológico, aliado a um parque industrial diversificado e dinâmico, atrai empreendimentos capitalistas externos. Os investimentos diretos foram na primeira década do século XXI em média de US\$ 20 bilhões/ano, contra US\$ 2 bilhões/ano da década passada. O país comercializa regularmente com mais de uma centena de outros, sendo que 74% dos bens exportados são manufaturas ou semi-manufaturas. O Brasil possui ainda sofisticação tecnológica, desenvolve submarinos e aeronaves e também está presente na pesquisa aeroespacial, possui Centro de Lançamento de Veículos Leves e foi o único país do Hemisfério Sul a integrar a equipe de construção da Estação Espacial Internacional (ISS). Pioneiro ainda em pesquisa de petróleo em águas profundas, de onde extrai 73% de suas reservas, e foi a primeira economia capitalista a reunir as dez maiores empresas montadoras de automóvel em seu território. Os maiores parceiros comerciais são: União Européia (com 26% do saldo da balança); EUA (24%); Mercosul e América Latina (21%); e Ásia (12%). É a mais forte, mais consolidada e mais rica economia da América Latina, entretanto as vantagens ficam por aí.

A despeito de sua sofisticação tecnológica, sobre as questões sociais, como segurança e violência, por exemplo, segundo dados oficiais, é um dos piores do mundo, segundo relatórios internacionais: a polícia matou 538 pessoas no estado de São Paulo nos primeiros seis meses de 2006, um aumento de 87% em relação ao mesmo período de 2005. Os embates entre a polícia e membros do crime organizado causaram a morte de mais de 100 civis e cerca de 40 agentes de segurança no estado de São Paulo por mês. A violência policial também comum no Rio de Janeiro, onde a polícia matou 694 pessoas no primeiro semestre de 2007, não é diferente no resto das capitais – num país onde só as duas maiores cidades somam em média aproximadamente 2.500 assassinatos por ano. Incluindo as mortes por violência doméstica e no trânsito o país destrói entre 25 a 30 mil vidas em média por ano. Estimativas indicam ainda que entre 25 e 40 mil pessoas ainda estão submetidas à situação de *trabalho escravo* no Brasil, principalmente no Nordeste e na Amazônia – a Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU) relatou em 2006 que a impunidade é um dos maiores obstáculos para erradicar essa prática do país. E em relação ao *trabalho infantil* 151 mil novos casos foram relatados em 2006 pela mesma organização (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2007)¹⁴⁹. Essa é só uma parte das faces sociais do Brasil, um país considerado democrático, pacífico e em forte dinâmica de desenvolvimento, um exemplo entre os mais importantes da economia mundial e da nova sociedade informacional que desponta na alta modernidade, compondo o chamado BRICs (grupos de países formados por Brasil, Rússia, Índia e China).

Em 2006, a UNESCO/ONU publicou o relatório anual *Educação para todos* e colocou o país na 72ª posição, em um ranking de 125 países. O grau de educacional da população brasileira é ínfimo perto dos outros países latino-americanos, bem como de outras “economias emergentes”. Enquanto que a escolaridade média do brasileiro é de 4,9 anos, a dos Argentinos é de 8,8 anos. O ensino médio completo no país atinge apenas 22% da população, contra 55%

¹⁴⁹ O trabalho infantil representa um exemplo particularmente aterrador da degeneração do desenvolvimento psíquico humano. Na desesperada busca por mão-de-obra barata, e devido à simplificação extrema das funções no interior da divisão do trabalho, o recrutamento infantil em grande escala tornou-se possível, o que resulta em um desenvolvimento retardado, distorcido ou absolutamente unilateral, ocorrido na idade mais sensível à formação da personalidade humana. O clássico estudo de Marx está cheio de exemplos de “esterilidade intelectual”, “degradação física e intelectual”, “reconversão de seres humanos imaturos em máquinas para a obtenção de mais-valia”; apresentando um vívido quadro de todo o processo que resulta em uma situação na qual “o trabalhador existe em função da saúde do processo de produção, e não o processo de produção em função da saúde do trabalhador.” (VIGOTSKY, 2004).

na Argentina e 82% na Coréia do Sul e de acordo com o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), o Brasil está em último lugar em leitura, matemática e ciências¹⁵⁰.

A Grande Amazônia está 65% no Brasil e que de conjunto corresponde a 40% da América do Sul e a 5% da superfície do planeta Terra. Daí a importância estratégica de se estudar e analisar criticamente os fenômenos que estão associados diretamente aos processos, espaços e fluxos do capital sobre a região. A Amazônia passou por diversos ciclos que a historiografia já se encarregou de estudar e explicar exaustivamente, até a chegada dos anos após a Segunda Guerra mundial. Nesse período os resultados do Projeto Radar da Amazônia (RADAM) revelaram outras riquezas mais, desde a década de 1960 indicaram que 62% do espaço amazônico têm como cobertura a vegetação original composta por florestas densas de terra firme ou de várzea (dois terços) e por florestas abertas, transacionais e estacionais (um terço); 20% de sua área são compostas por cerrados - equivalentes à cerca de 50% da totalidade do cerrado brasileiro e ecossistemas de transição; entretanto hoje 18% de sua área constituem espaços antropizados, onde é possível ver um anel sul de devastação consagrada pelo itinerário da exploração que começou nas regiões entorno dos rios desde o período colonial e depois migrou para as estradas na era moderna, onde se tornou um ato convencional na Amazônia, seguir geralmente o ciclo vicioso que começa com as famigeradas madeireiras, depois com as vastas áreas de cultivos (geralmente soja) e termina anos mais tarde com a pecuária extensiva (pastagem), quando da exaustão dos solos, os latifundiários finalmente colocam as áreas a disposição do governo, vendidas para fins de Reforma Agrária - com os solos esgotados e os rios envenenados, são o que tocam para as famílias sem-terras.

¹⁵⁰ Estudos da Fundação Getúlio Vargas afirmam que 35% das desigualdades sociais brasileiras podem ser explicadas pela desigualdade na escolaridade. Ainda que o país tenha apresentado um grande avanço em relação ao ensino fundamental, caminhando para a universalização (em 2006, cerca de 97,2% das crianças entre sete e catorze anos freqüentavam a escola), entretanto, ainda há um grande déficit de qualidade neste ensino: segundo os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2003, 22% dos alunos da quarta série do ensino fundamental não desenvolveram competências elementares de leitura (ou seja, ainda estão em uma situação de semianalfabetismo). No ensino médio (quinze a dezessete anos) faixa que se preparam os alunos para ingressarem no ensino superior a taxa de freqüência líquida (indicador que identifica o percentual da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária) cai, assim, para 81,7%. A situação é agravada pela desigualdade do acesso ao ensino médio entre negros e brancos, e entre as regiões do país. Enquanto que no Sudeste a taxa de freqüência no ensino médio é de 85%, está é de apenas 79,3% no Nordeste. Da mesma forma, a taxa de freqüência é de 80% entre os brancos, e apenas de 28,2% entre pardos e negros. Quanto ao ensino superior apresenta uma taxa de freqüência de apenas 9,8% do total. É nesta instância que se forma a camada mais importante para a independência de um país, responsável pela administração geral da nação e pelo desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas. As desigualdades regionais e étnicas também são claramente visíveis neste nível. Enquanto a taxa de freqüência é 13,7% na região Sul, no Nordeste esta é de apenas 5,1%, da mesma forma, 15,5% dos brancos entre 18 e 24 anos freqüentam o ensino superior, contra apenas 3,8% dos negros e pardos (FUNDAÇÃO VÍCTOR CIVITA, 2007).

Isso não é tudo, em um cenário em que as áreas de desmatamento, seja pelo movimento contínuo das madeireiras, serrarias e ou fronteiras agrícolas tendem a crescer anualmente, atingindo inclusive e ilegalmente as Reservas Biológicas, Reservas Indígenas, Reservas Extrativistas e Reservas Quilombolas de centenas de comunidades e etnias estabelecidas na região¹⁵¹, o que indica que a Grande Amazônia cada vez mais é destruída pelo “progresso” capitalista, evidenciado muito facilmente quando se identifica a relação direta que há entre o crescimento do PIB da Amazônia Legal e seu desmatamento (há uma correlação direta entre a curva do crescimento econômico com a do desflorestamento¹⁵²).

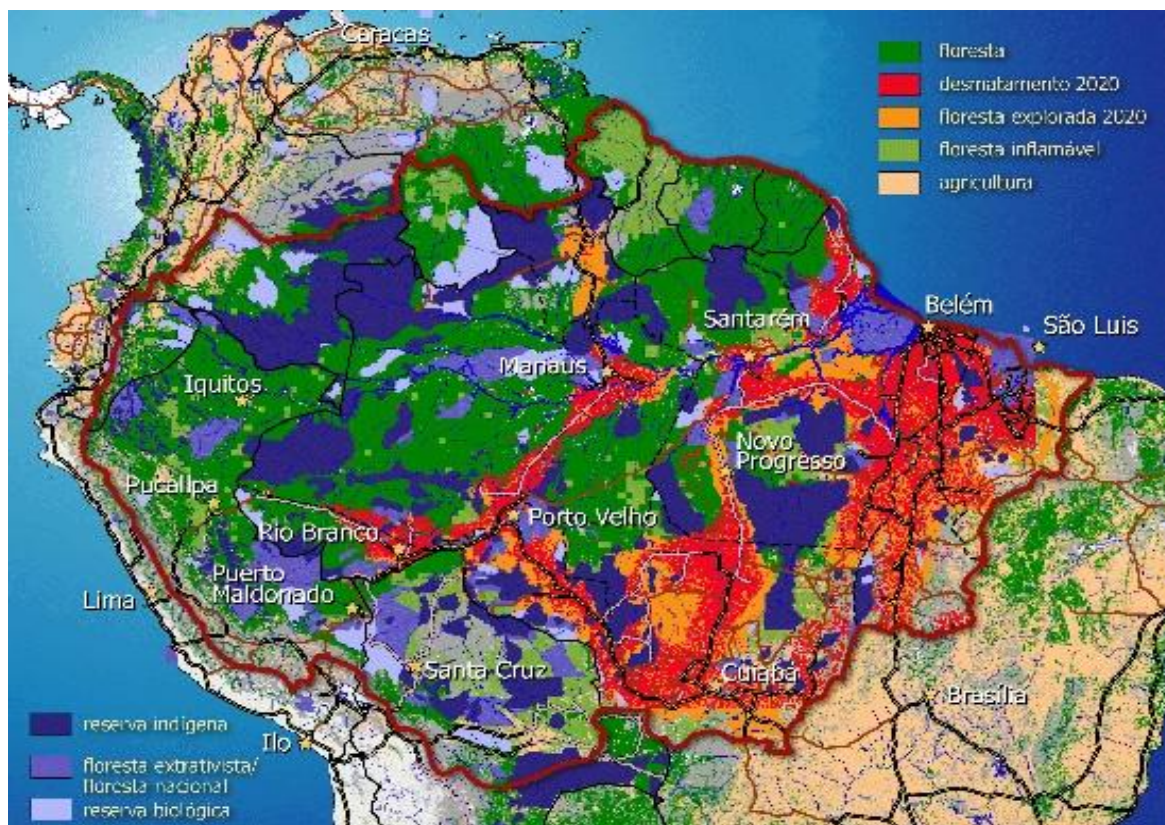
¹⁵¹ O projeto *Nova Cartografia Social Brasileira* mapeou mais de 1000 comunidades quilombolas na Amazônia Legal. São 750 comunidades no Maranhão, mais de 400 no Pará, quase 100 no Tocantins e dezenas no Amapá e no Amazonas, além de Rondônia. Em relação aos grupos indígenas a Funai tem um levantamento que indica um número total de indígenas na Amazônia Legal de 206.685 pessoas distribuídos em distintas etnias desde o *Acre* (Amawáka, Arara, Jaminawa, Kaxinawá, Kulina, Katukina, Nukuini, Nawa, Poyanawa, Yawanáwa, Shanenawa, Ashaninka, Deni, Manxinéri; *Amazonas* (Apurinã, Arapáso, Aripuaná, Banavá-Jafí, Baniwa, Barasána, Baré, Deni, Desana, Himarimã, Hixkaryana, Issé, Jarawara, Juma, Juriti, Kaixana, Kambeba, Kanamari, Kanamanti, Karafawýána, Karapanã, Karipuna, Katawixi, Katukina, Katwená, Kaxarari, Kaxinawá, Kayuisana, Kobema, Kokama, Korubo, Kulina, Marimam, Marubo, Matis, Mawaiâna, Mawé, Mayá, Mayoruna, Miranha, Miriti, Munduruku, Maku, Mura, Parintintin, Paumari, Pirahã, Pira-tapúya, Sateré-Mawé, Suriána, Tariána, Tenharin, Torá, Tuyúca, Waimiri-Atroari, Waiwái, Wanana, Warekena, Wayampí, Xeréu, Yamamadi, Yanomami, Tukano, Tukúna, Zuruahã); *Amapá* (Galibi, Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur, Wayampí, Wayána-Apalai); *Pará* (Amanayé, Anambé, Apiaká, Arara, Araweté, Assurini, Atikum, Guajá, Guarani, Himarimã, Hixkaryána, Juruna, Karafawýána, Karajá, Katwena, Kaxuyana, Kayabi, Kayapó, Kreen-Akarôre, Kuruáya, Mawayâna, Munduruku, Parakanã, Zo'e, Tembê, Timbira, Suruí, Tiriyo, Turiwara, Wai-Wai, Waiãpi, Wayana-Apalai, Xeréu, Xipaya); *Rondônia* (Aikaná, Ajuru, Amondawa, Arara, Arikapu, Ariken, Aruá, Cinta Larga, Gavião, Jabuti, Kanoê, Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Koiaia, Kujubim, Makuráp, Mekén, Mutum, Nambikwara, Pakaanova, Paumelenho, Suruí, Tupari, Uru Eu Wau Wau, Urubu, Urupá); *Roraima* (Ingariçô, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Waiwai, Ye'kuana); *Maranhão* (Awá, Guajá, Guajajara, Kanela, Krikati, Timbira); *Tocantins* (Apinaye, Ava-Canoeiro, Guarani, Javae, Karaja, Krahô, Xerente); *Mato Grosso* (Apiaká, Arara, Aweti, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Enawené-Nawê, Hahaintsú, Ikpeng, Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamayurá, Karajá, Katitaulú, Kayabí, Kayapó, Kreen-Akarôre, Kuikuro, Matipu, Mehináko, Metuktire, Munduruku, Mynky, Nafukuá, Nambikwara, Naravute, Panará, Pareci, Parintintin, Rikbaktsa, Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Waurá, Xavante, Xiquitano, Yawalapiti, Zoró) entre outras.

¹⁵² Estudos sugerem que as taxas de desmatamento na Amazônia brasileira poderiam aumentar rapidamente como resultado dos mais de 40 bilhões de dólares em investimentos no asfaltamento de estradas e na implantação novos projetos de infraestrutura na região. Estes estudos têm sido questionados por ministros e importantes autoridades brasileiras, que asseguram que os melhoramentos recentes na legislação ambiental e no seu cumprimento, e nas políticas e atitudes públicas, têm reduzido fundamentalmente a ameaça sobre as florestas que poderiam ser causadas por estes projetos. Nós testamos a idéia de que os riscos para as florestas da Amazônia vêm diminuindo durante a última década, utilizando dos dados disponíveis sobre as taxas de desmatamento de 1978 a 2000. Embora as altas taxas de perda de floresta de 1978 a 1989 (1.98 milhões de hectares ano⁻¹) tenham tido um declínio em 1990-1994 (1.38 milhões de ha ano⁻¹), as taxas retomaram um nível alto em 1995-2000 (1.90 milhões ha ano⁻¹). Análises de correlação e de regressão revelaram que tanto as taxas absoluta como per-capita de perda de floresta se aceleraram significativamente durante a última década. Estas tendências não sustentam a afirmativa de que a pressão de desmatamento nas florestas da Amazônia tem sido mantida sob controle. Nós sugerimos que o pobre cumprimento das leis ambientais existentes, a rápida expansão de atividades madeireiras e de mineração, o aumento da pressão populacional e outros desafios estão dificultando os esforços para tentar limitar os impactos ambientais das atividades de desenvolvimento na Amazônia Brasileira (William F. Lauranc; Ana K. M. Albernaz; Carlos da Costa. In: *Biota Neotrópica* v2 (n.1), 2002. (BIOTANEOTROPICA, 2009). Isso sem falar nos bilhões destinados ao PAC Agropecuária, florestal, infraestrutura, etc., que o governo Lula desenvolve em favor do Agronegócio e do setor florestal (incluindo a mudança no Código Florestal) que causará novos impactos.

No caso do Brasil, dos mais de 5 milhões km² da Amazônia, aproximadamente 3.370.000 km² são ocupados principalmente por floresta tropical úmida e sazonal, representando 66% da floresta original remanescente no mundo (FEARNSIDE, 1982); um gigante bioma diretamente ligada ao aquático e regime de chuvas, sendo a Bacia Amazônica uma região fundamental no metabolismo do sistema Terra, contribuindo com aproximadamente 10% da produção primária líquida terrestre; a última grande região de relativa conservação, base da mais recente expansão do capitalismo no continente; espaço de disputa entre populações tradicionais (indígenas, camponeses, quilombolas, etc), madeireiras, agronegócio, multinacionais petrolíferas, aquíferas, mineradoras, de fármacos, cosméticos, entre outros agentes da fronteira; ao ritmo que segue até 2050 a floresta estará extremamente fragmentada pela demanda crescente de avanço da fronteira madeireira, agropecuária, mineral e agora também biotecnológica (Mapas 23 e 24).



Mapa 23 - Regiões madeireiras na Grande Amazônia, concentração da exploração. Fonte: IPAM (2005).



Mapa 24 - Demonstração das ocupações e reservas da Grande Amazônia com projeções. Fonte: IPAM (2005).

Juntamente com esse fenômeno de destruição da floresta ocorre uma dinâmica de crescimento populacional com forte tendência de urbanização. Por exemplo, a população da Amazônia Brasileira, segundo a Contagem Populacional pelo IBGE (2005) é de 23,55 milhões de habitantes, correspondendo a 12,83% do total brasileiro, com crescimento médio de 1,64% ao ano desde 2000, quando sua população total era de 21,00 milhões. Embora a taxa de crescimento apresente-se decrescente, ela se mantém 40% acima do crescimento médio nacional, onde há um registro mostrando que entre 1950 e 2007 a população da Amazônia Legal cresceu 516%, um ritmo muito acima da média nacional que foi de 254% (IBGE, 2005). Quanto às terras, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE, 24% do território amazônico brasileiro eram reclamados como propriedade privada — ressaltar-se que nos Censos Agropecuários nesta categoria incluíam-se imóveis não regularizados, inclusive os localizados em áreas protegidas (76% eram terras públicas). Deste total, 29% eram áreas legalmente protegidas, incluindo as unidades de conservação e terras indígenas e 47% se enquadram em outras modalidades de terras públicas e terras devolutas, pela posse das quais se engendra um quadro crônico de conflitos e violência. Que aliado a uma política de exploração acelerada dos “investidores”

e “empreendedores” que se valem de seu rico estoque natural, a Amazônia segue em escândalos múltiplos, dos ambientais aos sociais e irritam ou anestesiam milhões desde os noticiários locais aos internacionais. O conjunto de elementos como os desmatamentos, queimadas, trabalho escravo, assassinatos, grilagem, poluição, hidrelétricas, tráficos de mulheres, de crianças e de drogas, entre outros, contribuem para o quadro geral desolador que tem nas estradas pavimentadas e a serem pavimentadas, assim como seus 25 mil quilômetros de rios navegáveis, as principais vias de acesso ou fuga de seu patrimônio humano, florestal, mineral, biológico, etc., um filme que roda todos os dias na profundidade e vastidão de seus conflitos, crises e dramas sociais, econômicos e ambientais na região.

Quanto aos demais *indicadores sociais* na Amazônia Brasileira, em geral, são muito ruins, situando-se quase sempre abaixo da média nacional. Em relação ao trabalho, por exemplo, segundo o IBGE, enquanto a média nacional de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2006 era de 31,73%, a média na Amazônia Legal foi de apenas 18,35%, sendo que todos os estados da região apresentavam patamares inferiores à média nacional, revelando o amplo predomínio do emprego informal. Excetuando as indústrias de Manaus em algumas manchas internas à macrorregião, particularmente entorno dos projetos multinacionais.

Contudo que se expôs, a Amazônia segue como a reserva não apenas biológica, mas também energética do Brasil. Em relação à energia hidrelétrica, o potencial é excepcional e o capital não tem perdido tempo. Para um potencial hidráulico nacional de cerca de 260 milhões MW, a Amazônia responde por 120 milhões MW, isto é, quase 50% nacional, contudo, a capacidade instalada é de 12,23 milhões MW, o que perfaz 10% deste potencial, enquanto no restante do país a capacidade instalada supera os 50% (capacidade instalada de 76,5 milhões MW para um potencial de 140 milhões MW). A produção de energia elétrica na Amazônia somou, em 2004 51,60 milhões GWh, com destaque para o Pará (31,39 milhões GWh), seguido dos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Tocantins, todos com produção entre 4,6 e 5,5 milhões GWh respectivamente. A principal fonte de energia elétrica é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com capacidade instalada de 8.400 MW. Investe-se hoje na implantação de diversas linhas de transmissão e na construção de duas grandes UHEs no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) com potência conjunta de 6.450 MW e em cinco UHEs no médio Tocantins, além da UHE de Belo Monte (5.500 MW) no rio Xingu. Importa destacar que cerca de 50% da atual produção de Tucuruí são destinados para dois grandes consumidores do setor minero-metalúrgico, a

Albrás/Alunorte no Pará e a Alumar no Maranhão - a preços fortemente subsidiados; cerca de 20% para a Região Nordeste e os 30% restantes da energia produzida são destinadas ao consumo residencial, comercial e indústrias no Pará, Tocantins e Maranhão.

Caracterização mais geral da Região Amazônica, em termos naturais, quanto aos solos, autores como Melfi et al., (1996), afirma que cerca de 80% da bacia Amazônica, no Brasil, é coberta por solo laterítico, caracterizados, por composição mineralógica relativamente simples (quartzo, caolinita, oxi-hidróxidos de ferro e de alumínio), porém apresentam uma extrema diversidade no que diz respeito à sua organização e estruturação. A região possui características climáticas e topográficas extremamente variadas, com elevações a partir do nível do mar na foz do rio Amazonas até 6.500 m na região andina. As temperaturas médias anuais situam-se entre 25° e 29° Celsius em contraste com temperaturas médias anuais próximas de zero na cordilheira dos Andes. O clima da Região Hidrográfica Amazônica é classificado como variando de úmido a superúmido, devido a características muito próprias, dentre outras, aquelas advindas do fato de a região receber uma intensidade média anual de chuva da ordem de 2.460 mm (MOLINIER et al., 1996). Os níveis de precipitação variam entre 200 mm por ano nos Andes até 6.000 mm ano nas cordilheiras e planícies (OTCA, 2006e). Em termos de composição florística a diversidade é ainda maior, indo da floresta tropical úmida, cerrados, à vegetação de montanhas. Quanto à fauna predomina pequenos e médios animais nas regiões quentes e úmidas, na região andina além desses, apresenta algumas espécies de animais grandes, como os camelídeos usados para transporte: guanaco, lhama, alpaca e vicunha.

A ocupação da região amazônica brasileira teve início em 1540, mas apenas quatro séculos após, 1950 houve a abertura das primeiras rodovias de porte, expandidas em 1970, quando deu-se início a um processo intenso e agressivo de ocupação com a chegada de imigrantes do nordeste e sul do Brasil. O período da economia da borracha não afetou significativamente a floresta amazônica. Mas a partir das últimas quatro décadas do século XX, uma conjunção de fatores, como a política de incentivos fiscais do governo brasileiro para instalação de grandes projetos agropecuários e assentamento de colonos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a abertura e pavimentação das estradas, aceleraram o processo de ocupação da área. A fase recente da ocupação da bacia amazônica começada em 1960 com a construção de estradas ligando o Centro-Sul à região Norte acelera nas décadas de 1970 e 1980 o desmatamento, um reflexo do modelo desenvolvimentista e de integração pensado para a região, pautado por políticas de ocupação ligadas a geopolíticas concretizadas por meio da implantação de grandes projetos de

colonização e mineração (Pólo Noroeste, Projeto Carajás, etc.) que se ligavam a construção de usinas hidroelétricas e rodovias que abasteciam, pavimentavam e garantiam a infraestrutura para o capital, especialmente os grandes projetos de mineração e agropecuários, viabilizando a conversão de grandes áreas florestais em pastagens extensivas (MAHAR, 1989; BECKER, B., 1989; SAMPAIO, 1997; NEPSTAD et al., 2000, 2001; CARVALHO et al., 2001, 2002). Como consequência seguiu-se a intensa atividade de desmatamento, nas décadas seguintes, sendo comum a combinação de alguns fatores que agravavam a situação: fiscalização inadequada, crescimento populacional, necessidade de distribuição de terra, desigualdades sociais crescente, ausência de política fundiária, controle e regime de propriedade pelas elites, políticas governamentais negativas, tecnologia inapropriada para a região, relações de comércio internacional de commodities favorável, corrupção no setor florestal, entre outros tão aspectos comuns na Amazônia (MYERS, 1989; BURGESS, 1993, apud LAMBIN, 1994, COSTA, 2000; COSTA, 2006).

Na Amazônia brasileira os principais setores econômicos com forte influência polarizadora regional são a indústria eletroeletrônica situada em Manaus, a agroindústria (soja, arroz, dendê e algodão, mas particularmente em Rondônia, Roraima e Mato Grosso) a pecuária, a exploração mineral, a exploração madeireira e a exploração do gás e do petróleo. Em menor escala o extrativismo vegetal, marcadamente da castanha, andiroba, dendê, etc., a caça e a pesca também merecem destaque, mas ocorrem de forma difusa. Sendo que o setor agrário na Amazônia tem se expandido muito ao longo dos milhares de quilômetros de novas estradas, mas a região ainda é importadora de alimentos, e a renda média anual dos pequenos agricultores é menor que US\$ 1.500 (LIMA e GOULDING, 1998).

O processo de desmatamento na Amazônia brasileira acontece espacialmente concentrado na região da fronteira da Amazônia Legal. Este fato é evidente ao se constatar que para fins de monitoramento de queimadas, o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) definiu uma região denominada “Arco do Desflorestamento”, constituída principalmente pelos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, mas que também atinge Mato Grosso do Sul, Maranhão, Amazonas, e Tocantins (IBAMA, 1997). Porém é importante observar que o desmatamento ou desflorestamento é um fenômeno dinâmico, de consequências das mais variadas naturezas, de causas integradas e complexas, e espacialmente estruturado pelas demandas econômicas, investimentos e créditos nacional e internacional (ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; McGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al., 2004; COSTA, 2006). O que faz desse problema uma

questão de além-fronteira, regulado pelo mercado mundial que preciona o desmatamento da Amazônia.

Hoje a Amazônia encontra-se em uma segunda fase de ocupação, na qual os incentivos fiscais têm um papel mais reduzido e a rentabilidade de atividades extrativistas (extração madeireira) e agropecuárias está impulsionando a expansão e a transformação da fronteira (MATTOS e UHL, 1994; MARGULIS, 2003). Esse processo está sendo reforçado pelos programas governamentais de investimento em obras de infra-estrutura energética e vias de transportes (rodovias e hidrovias), como os registrados no *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC). O programa *Avança Brasil* e recentemente o *Plano Brasil para Todos* visavam e visam, primariamente a integração da região amazônica às economias nacional e internacional (CARVALHO et al., 2001, 2002; NEPSTAD et al., 2000, 2001; BRASIL, 2003).

A Amazônia, que sempre esteve na periferia da economia nacional, está agora na encruzilhada do continente sul-americano. As estradas que cruzam a bacia ligam a região ao Centro-Sul do país, ao oceano Pacífico, ao Caribe e, através do rio Amazonas, ao oceano Atlântico. O que talvez diferencia essa nova fase de ocupação das anteriores é a existência pela primeira vez, de condições econômicas, demográficas e políticas para a ocupação definitiva da região dentro de algumas décadas, só agora relativamente comprometida pela crise econômica que de alguma forma retarda em parte esse cronograma da burguesia. No âmbito regional, embora os haja investimentos governamental, fundamentalmente o desmatamento na Amazônia pode ser encarado como um reflexo da economia nacional atelada à economia internacional. Há um fusão entre a integração da Amazônia a mercados regionais, nacional e internacionais e a dependência de investimentos externos na região têm fusão direta na trajetória do desmatamento. Um bom indicador da ligação entre o desmatamento e a economia tem sido a relação entre a evolução anual do PIB nacional e as taxas de perda de floresta (FEARNSIDE; LAURANCE, 2003). Assim, quanto maior o capital disponível na economia nacional, maior será o número de investimentos na Amazônia que demandam desmatamento. Essa relação pôde ser explicitada quando as políticas macroeconômicas antiinflacionárias, associadas às políticas de restrição de gastos públicos e de redução de subsídios agrícolas, foram implementadas no período de 1987 a 1991, nesse intervalo, houve uma redução significativa das taxas de desmatamento sobre a região (LELE et al., 2000; ALENCAR. A.; NEPSTAD, D.; McGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al., 2004). Assim como no momento atual da crise econômica esse processo está acontecendo, porque há

menor disponibilidade de crédito e contração do mercado consumidor. A racionalidade em que o capital opera na Amazônia sempre foi a da destruição.

A relação entre o PIB nacional e as taxas anuais de desmatamento sugere que grande parte da variação interanual na taxa de desmatamento pode ser explicada pelas atividades desempenhadas pelo agronegócio (ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al., 2004), porque as atividades da pequena produção não sofrem variação significativa em função dos investimentos feitos em atividades que geram desmatamento ou da disponibilidade de capital na economia nacional. Os pequenos produtores da Amazônia, que dependem de sua própria mão-de-obra e produzem para atender as suas necessidades básicas, tendem a abrir áreas do mesmo tamanho a cada ano, sendo, assim, menos dependentes do estado da economia nacional para investimentos na terra, entre outros fatores. Eles contribuem para a taxa básica do desmatamento, mas em um grau muito menor para a sua variação interanual. Em síntese as três principais formas de desmatamento na Amazônia são a conversão de floresta em pastagens para a criação de gado, o corte e a queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar, e a implantação de cultivos de grãos pela agroindústria. Entre elas, a conversão de florestas em pastagens predomina (MARGULIS, 2003).

Vários autores, como (MARGULIS, 2003; ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al., 2004, p. 23) insistam que:

Em suma, nos últimos 500 anos, as grandes florestas do mundo, que vinham se expandindo desde o final da última era glacial, têm sido eliminadas ou transformadas pela expansão econômica e demográfica. No Brasil, mais de 90% da segunda maior floresta do país, a Mata Atlântica, foi destruída na primeira metade do século XX. A Amazônia pode ter o mesmo destino, pois os processos de ocupação da Mata Atlântica e da floresta amazônica são similares (DEAN, 1995). Embora a experiência passada indique que, dificilmente, seja possível frear por completo o avanço do desmatamento na Amazônia, é preciso que se faça, no mínimo, um ordenamento do processo de ocupação para que se tenha chance de conservar de forma qualitativa parte do patrimônio florestal da região. Hoje há condições para que tal ordenamento aconteça. Os meios técnicos e jurídicos, bem como a estrutura institucional e, cada vez mais, a vontade política para disciplinar e guiar o processo de ocupação, estão muito mais presentes do que há 150 anos, quando a Mata Atlântica começou a ser devastada. Nesse contexto, ordenar implica reduzir os desperdícios de recursos e a destruição ambiental desnecessária e, ao mesmo tempo, maximizar os benefícios sociais e econômicos para a população. Do mesmo modo, é preciso que seja assegurada a integridade dos processos ecológicos que sustentam toda a vida amazônica. Essa nova abordagem, que reconhece a inevitabilidade de parte da atual taxa de desmatamento como elemento central do processo de ocupação da bacia amazônica, é fundamental para orientar políticas de controle do desmatamento desnecessário na região. Esta também é uma abordagem sinalizada em outros trabalhos recentes sobre o desmatamento na Amazônia (MARGULIS, 2003).

Tem se mostrado pouco evidente é essa afirmativa, uma vez que os processos de corrupção, legalidade predatória e todo tipo de ataque à legislação vem ocorrendo, buscando apropriá-la para os benefícios e interesses dos madeireiros e do agronegócio, como o mais recente lobbe da bancada ruralista no Congresso Nacional para a liderada pelo Conselho Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), para alteração do Código Florestal¹⁵³ brasileiro, diminuindo a área de conservação/reserva legal das propriedades de 80% para 50%, num claro objetivo de aumentar o desmatamento para a produção de soja, gado, cana, algodão, etc. Logo “Os meios técnicos e jurídicos, bem como a estrutura institucional *e, cada vez mais, a vontade política para disciplinar e guiar o processo de ocupação*” não são necessariamente o que se pode ver na realidade. Assim como é necessário combater a idéia cada vez mais comum de que a “nova abordagem de ocupação dirigida”, que “reconhece a inevitabilidade de parte da atual taxa de desmatamento como elemento central do processo de ocupação da bacia amazônica”, sendo portanto “fundamental orientar políticas de controle do desmatamento desnecessário na região” como saída como apostam (MARGULIS, 2003; ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al. 2004), apoiados na nova abordagem para a análise da distribuição geográfica do desmatamento, utilizado mapas de regiões mais quentes ou *hotspots* do desmatamento a seguir (Mapas 24; 25). Nesse mapa são identificadas as regiões onde a conversão de cobertura florestal tem acontecido de maneira intensa e concentrada e se propõem indicar políticas de ordenamento econômico do desmatamento e de compensações ecológicas.

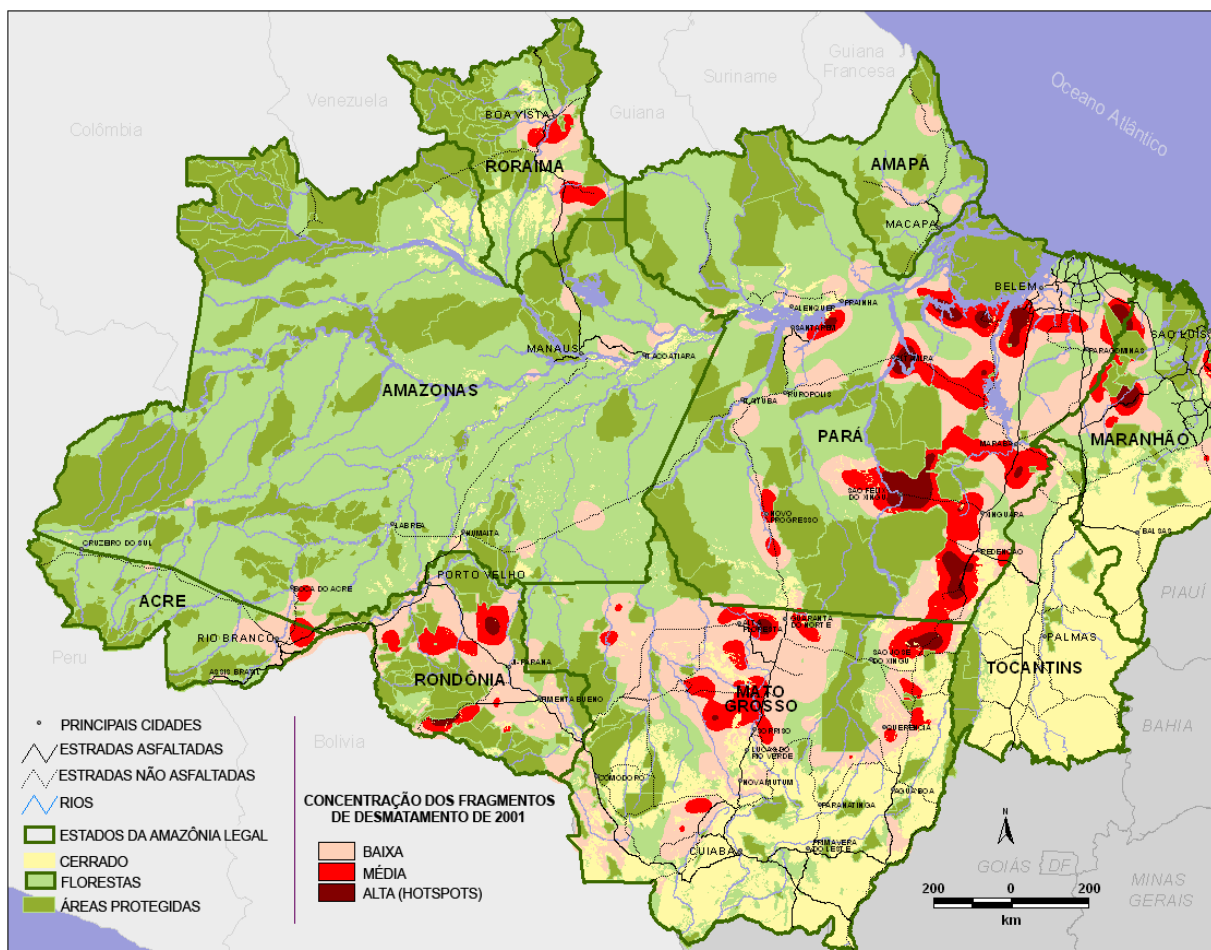
Os resultados de análises recentes da evolução desses *hotspots*, realizadas pelo IPAM com base nos dados de desmatamento fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (período de 2000 a 2001), descreveram a situação na região: em Mato Grosso, os *hotspots* do desmatamento concentraram-se principalmente ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e BR-158, nas regiões central/norte e nordeste, respectivamente. Na Cuiabá-Santarém, os principais focos do desmatamento ocorreram na região de Sinop, onde a expansão da cultura de grãos e da atividade pecuária está motivando a derrubada de florestas. A expansão da agricultura também pôde ser observada na região localizada a leste do Parque Indígena do Xingu, ao longo das rodovias BR-158 e BR-080, uma região antes considerada de conservação (ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al., 2004).

¹⁵³Código Florestal (regula desmatamento e reserva legal e/ou das áreas de proteção permanente, Lei nº. 4.771, de 15 de novembro de 1965) está em processo de votação no Legislativo do Brasil, com grandes chances de aprovação segundo os interesses econômicos do agronegócio.

Na geografia do desmatamento da Amazônia, no Pará, os *hotspots* concentraram-se no sul do estado. Os municípios de São Félix do Xingu, Redenção, e Conceição do Araguaia respondem por grande parte do desmatamento, onde a pecuária já está consolidada e grande parte dos desmatamentos foi destinada à formação de pastagens (MARGULIS, 2003; MERTENS et al., 2002). A exceção é São Félix do Xingu, uma região de fronteira em plena expansão, onde os desmatamentos são decorrentes principalmente da do sistema de especulação e da forte grilagem (ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P. et al., 2004). Grandes áreas desmatadas também foram identificadas nos estudos do INPE/IPAM (2004) na região de Novo Progresso, ao longo da Cuiabá-Santarém, no sudoeste do Estado. Outro *hotspot* do desmatamento no Estado do Pará é ao longo da Transamazônica, próximo da cidade de Altamira na derrubada de florestas do Estado do Pará como se pode ver (Mapas 25 e 26).

O estudo aponta ainda que as áreas no Estado de Rondônia que mais têm sofrido pressão de desmatamento estão ao longo da BR-364, especialmente nos municípios de Ariquemes, Machadinho do Oeste e Vale do Anari. O desmatamento também é acentuado em municípios como São Francisco do Guaporé, ao longo da rodovia RO-377 e em Buritis. No Acre, o principal foco registrado localiza-se no extremo nordeste do Estado, nos municípios de Senador Guiomar, Acrelândia e Plácido de Castro, todos vizinhos a Rio Branco. No Amazonas, Boca do Acre e Lábrea, próximos do Acre, Apuí na Transamazônica e Itacoatiara na beira do rio Amazonas foram os municípios que abrigaram os principais focos de desmatamento do Estado. Em Roraima, a maior concentração de desmatamentos ocorreu nos municípios de Cantá e Mucajaí cortados pela BR-174, próximos de Boa Vista, e nos municípios de São Luiz e São João da Baliza, na BR-210. No Maranhão, os principais focos de desmatamento ocorreram nos municípios de Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim e Bom Jesus das Selvas. Mostrando que, segundo os dados do INPE (2003) e IPAM (2004), Mato Grosso e Pará foram os Estados campeões do desmatamento na Amazônia Legal, ambos foram responsáveis por 71% das florestas derrubadas nos últimos cinco anos (Mapas 25 e 26). Mato Grosso, no entanto, tem ocupado de forma isolada o primeiro posto. Nos últimos anos, foram derrubados, em média, 6.500km² de floresta mato-grossense por ano, o equivalente a 40% do desmatamento total na região. Entre 2001 e 2002, a área desmatada subiu para, aproximadamente, 9.000km², um incremento de 37% em relação à média anterior². Já a média do desmatamento no Pará foi de 5.400km² nos últimos cinco anos. O risco anual de incêndio acidental desencoraja os proprietários a investirem em suas propriedades, o que perpetua o domínio da pecuária extensiva e da agricultura de corte e

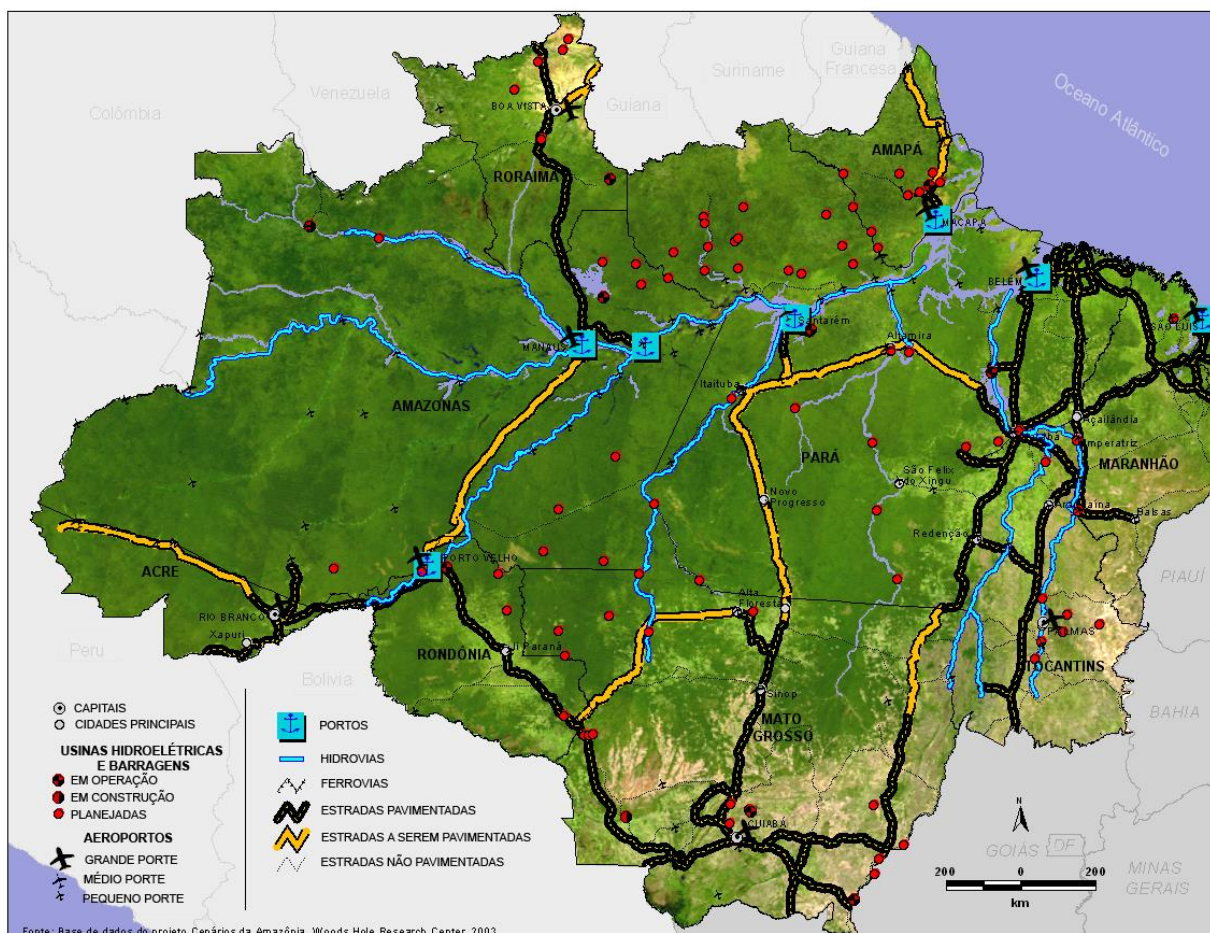
queima em detrimento do estabelecimento de sistemas agroflorestais e do manejo florestal sustentável. (NEPSTAD, D. C., A. MOREIRA, A. A. ALENCAR, 1999; ALENCAR, A.; et al. (2004).



Mapa 25 - Distribuição geográfica e intensidade (“hotspots”) do desmatamento na Amazônia entre 2000 e 2001. Os *hotspots* (áreas vermelhas) indicam as áreas com alta concentração de fragmentos de floresta desmatados. (Fonte: IPAM, 2005).

Autores e instituições de renome da região propõem que o controle do desmatamento na Amazônia só será possível por meio de uma abordagem que vá além do “emergencialismo” das intervenções na expansão das fronteiras agrícolas e como primeiro passo, idicam que será preciso estruturar a expansão das atividades agrícolas ao longo dos novos corredores econômicos que estão surgindo, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), a Transamazônica, a BR-158, a saída para o Pacífico, entre outros (Mapa 25) conforme indicam (CARVALHO et al., 2001; NEPSTAD, D. C., A. MOREIRA, A. A. ALENCAR, 1999; ALENCAR, A., NEPSTAD, D., MCGRATH, D., MOUTINHO, P. et al. 2004). Esses corredores integram em si os planos de desenvolvimento do governo, a lógica dos setores produtivos e os grandes fluxos de migrações para a Amazônia, são, portanto, eixos de desmatamento, cabendo em suas visões ordenar esse processo de forma mais racional, como

se fosse possível garantir e ou colocar um freio ao capital em crescente baixa taxa de retorno e ou crescimento global, agora mais agravado pela crise econômica mundial.

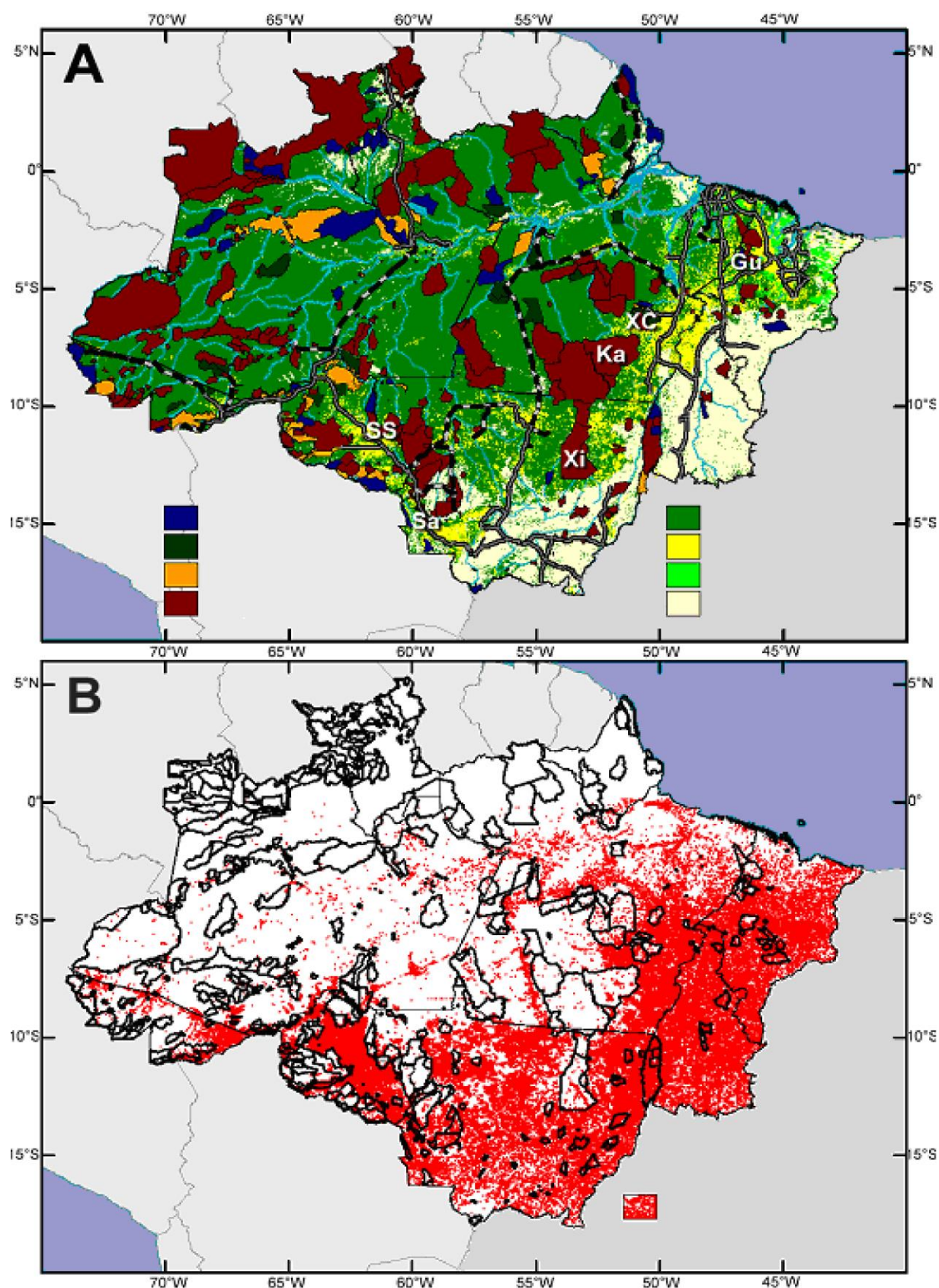


Mapa 26 - Rodovias, hidrovias e barragens existentes e planejadas, na Amazônia. Fonte: IPAM (2004).

As áreas de reservas indígenas são os espaços de resistência (Mapas 27 e 28, áreas marrons). Por ter a sua dominialidade bem definida, as áreas protegidas, que incluem as unidades de conservação e as terras indígenas, desempenham um importante papel na contenção do desmatamento. Entretanto, os efeitos inibidores das áreas protegidas na taxa de desmatamento são muito variáveis, de um modo geral, o desmatamento (e a ocorrência de fogo) é menor dentro das áreas protegidas do que em seu entorno, observa-se o mesmo efeito de inibição do desmatamento nas unidades de conservação de usos mais restritos e ou de conservação. Mas quando se procura sintetizar quais são as forças sociais, econômicas e política que movimentam, ativam e motivam o desmatamento da região? A resposta está na competição entre as economias capitalistas, nos estímulos econômicos poderosos da expansão econômica por todo o globo e pode ser vista pelas estatísticas dos últimos censos agropecuários, florestais e minerais que abrangam a Amazônia.

A causa principal do desmatamento é a pecuária extensiva e de baixa produtividade. A conversão de florestas em pastagens nas fazendas de tamanhos médio e grande é a forma de desmatamento mais comum na Amazônia Brasileira (MARGULIS, 2003; MERTENS et al., 2002) e, muitas vezes, a menos produtiva. A redução do desmatamento para o estabelecimento de pastagens de baixa produtividade, geralmente motivada pela posse e especulação da terra, é o alvo mais importante de uma política para evitar o desmatamento “ilegal ou inapropriado”, uma vez que aproximadamente 70% da área total desmatada até 1995 era coberta por pastagens (FEARNSIDE, 1993; CHOMITZ; THOMAS, 2001). Existem mais de 70 pólos madeireiros na Amazônia Legal, responsáveis por mais de 90% da produção de madeira em tora da região e 80% do Brasil. Esses pólos são centros de produção de madeira em tora a um volume igual ou superior a 100 mil m³ e tais pólos reúnem mais de 2.500 empresas, as quais processam 27,8 milhões de metros cúbicos de madeira por ano (VERÍSSIMO et al., 2001; NEPSTAD et al., 1999b).

O problema do desmatamento da Amazônia não está associado unicamente aos madeireiros e pecuaristas, existem várias estimativas sobre a contribuição de pequenos produtores e agricultores familiares para o desmatamento da região. A mais antiga é baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demonstra que 30% do desmatamento é causado por esse grupo de pequenos proprietários (FEARNSIDE, 1993; NEPSTAD et al., 1999a). Dados mais recentes do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 indicam que proprietários com até 100 hectares, considerado o tamanho padrão para fins de colonização, são responsáveis por apenas 18% do desmatamento. Entretanto, a contribuição da agricultura familiar para o desmatamento pode variar dependendo da região analisada (p. ex. áreas de projetos de colonização, WALKER et al., 2000). Na Amazônia são mais de 750 mil famílias com lotes de até 100 ha vivendo da produção familiar, a qual engloba a lavoura branca (mandioca, milho, feijão, arroz) e a permanente (café, cacau, pimenta, banana, etc) e inclui também a pecuária – corte e leite (IBGE, 1996). Essas famílias representam cerca de 70% da população rural da região, sendo responsáveis por 36% do PIB da Amazônia (IBGE, 1996; VOSTI et al., 2002). Grande parte dos agricultores familiares está distribuída em assentamentos de forma descontínua ao longo dos Estados pertencentes à Amazônia Legal e no curso dos rios.

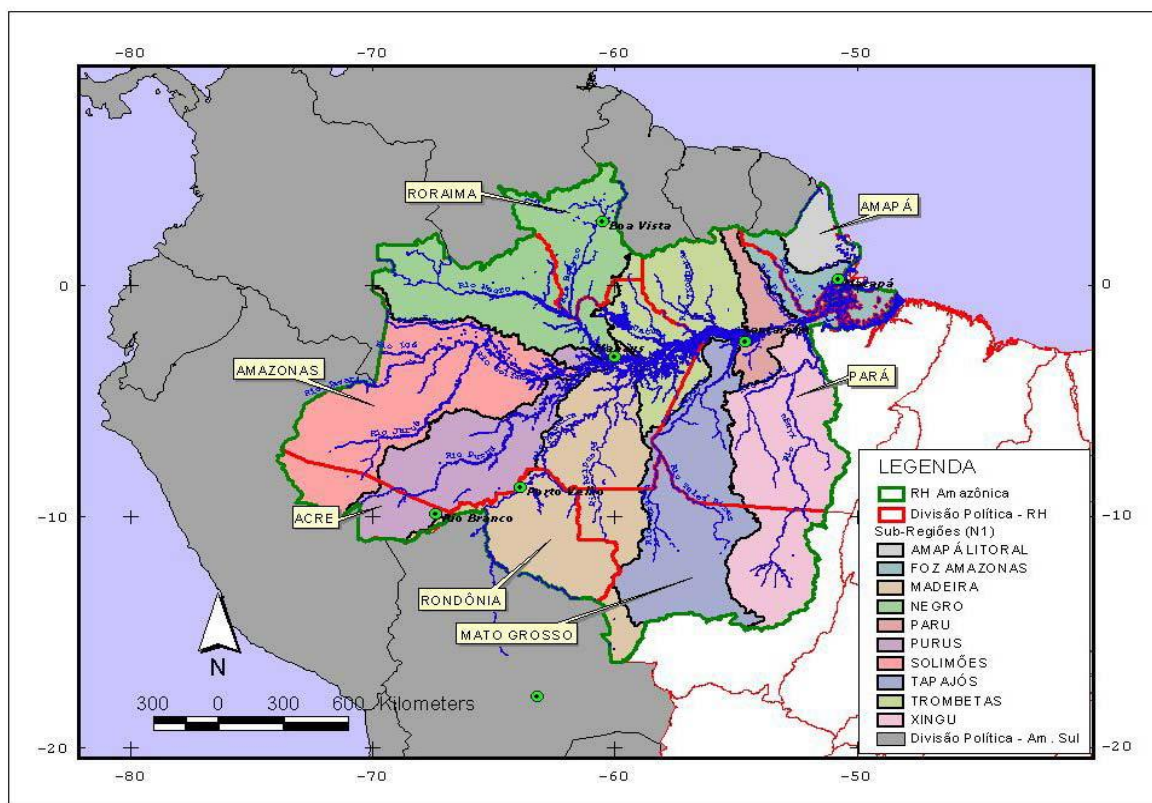


Mapa 27 e 28 - Distribuição do desmatamento e de queimadas (focos de calor) em função dos diferentes tipos de áreas protegidas na Amazônia Legal. Note-se o efeito das terras indígenas como proteros da floresta, sobre a ocorrência de focos de calor. As áreas indígenas conservam a floresta em pé, são barreiras. Fonte: IPAM (2005).

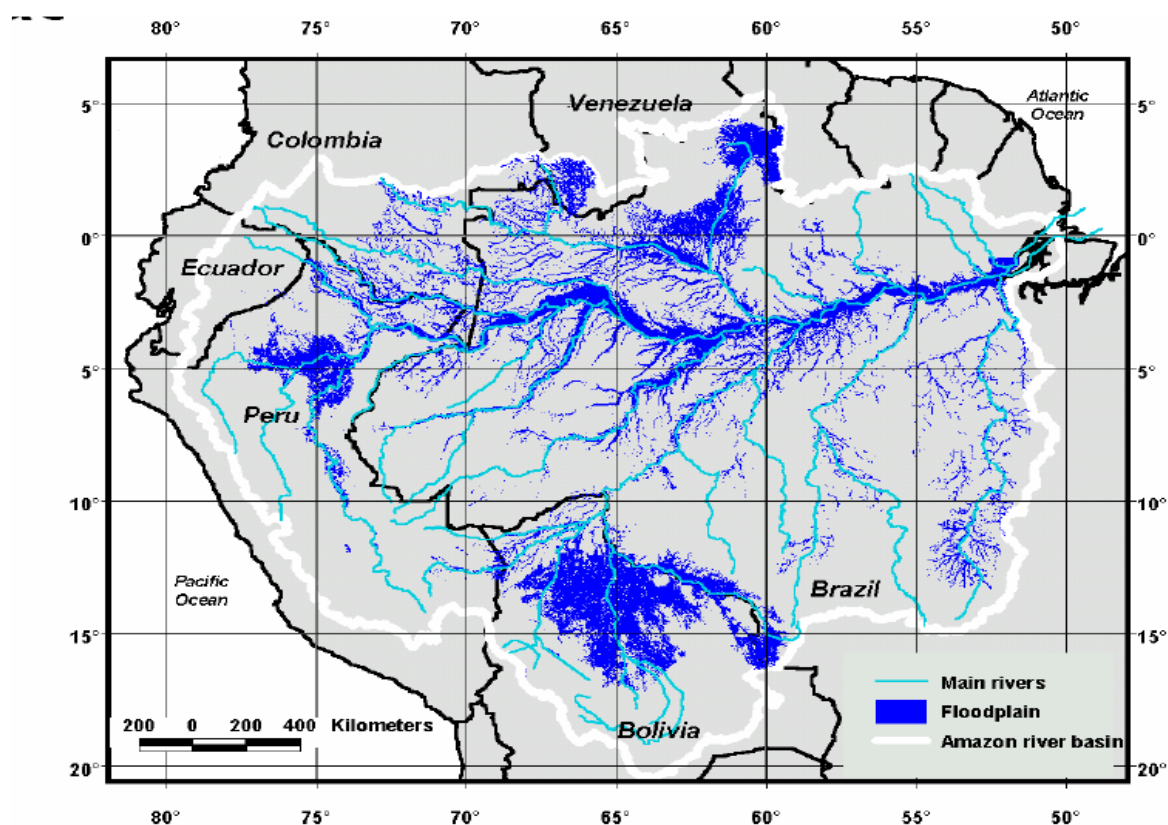
Entre 1990 e 2001, o rebanho bovino da Amazônia Legal praticamente duplicou, passando de 26 milhões para 52 milhões de cabeças, a uma taxa de crescimento média de 6% ao ano. O bioma mais afetado pela expansão da soja e da pecuária na Amazônia tem sido a floresta de transição que ocorre nos Estados de Mato Grosso e Pará, mais especificamente numa zona entre a floresta densa e o cerrado do planalto central. É esta floresta que requer mais cuidados pelo nível de ameaça que vem sofrendo e por sua importância para o clima e a biodiversidade regional. Além da pressão de desmatamento, a floresta de transição é altamente vulnerável ao fogo e tem sido atingida freqüentemente por incêndios florestais. Em uma síntese pode-se afirmar que fundamentalmente quem financia os desmatamentos na Amazônia são os bancos, via crédito aos empresários do agronegócio.

Outros aspetos são relevantes na caracterização do Brasil e da Amazônia, e um dos centrais nesta pesquisa são os recursos hídricos, tanto pelo aspecto ecológico, como econômico e social, sendo um dos espaços de fluxos fundamentais para o capital. O Brasil é dotado de uma vasta e densa rede hidrográfica, a mais extensa do globo com 55.457 km, sendo que muitos de seus rios destacam-se pela extensão, largura e profundidade. Em termos de *hidrografia* A Amazônia é a mais extensa rede hidrográfica do paíse e terrestre que compõe mais de 1.100 rios. A Região Hidrográfica Amazônica tem como o seu principal curso d'água o rio Amazonas, que nasce no Perú com o nome de Vilcanota e recebe posteriormente os nomes de Ucaiali, Urubamba e Marañón e quando entra no Brasil, passa-se a chamar Solimões e, após o encontro com o Rio Negro, perto de Manaus, recebe o nome de Rio Amazonas.

As maiores demandas pelo uso da água na região ocorrem nas sub-bacias do Madeira, Tapajós e Negro, e correspondem ao uso para irrigação (39% da demanda total). A demanda urbana e a pressão sobre a Bacia do Amazonas representa 17% da demanda da região (10,78 m³/s). De modo geral, os consumos estimados são poucos significativos quando comparados com a disponibilidade hídrica por sub-bacias da região. Em termos de descarga, do ponto de vista hidrológico, aproximadamente 65% do total da Bacia que se dirige ao Oceano Atlântico têm origem nas sub-bacias dos rios Solimões e Madeira, as quais começam nos Andes e compõe cerca de 60% da superfície terrestre total da Bacia. Merecem destaques as bacias dos rios Madeira (23%) e Negro com 11% da superfície total, bem como as participações dos rios Tapajós e Xingu, cujo percentual agrupado em termos de área da bacia em relação ao total da bacia Amazônica representa 16% (aproximadamente 8% cada um), segundo os dados da Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica (2006e), como pode ser visto nos mapa 28 e 29 a seguir.



Mapa 29 - Amazônia, divisão política, rios, bacias e sub-regiões hidrográficas. Fonte: PNRH/SRH (2005).



Mapa 30 - Áreas de inundação na bacia Amazônica. Fonte: FREITAS (2006).

Quanto às áreas urbanas, segundo o IBGE (2003) nas cidades da região norte do Brasil, apenas 4,5 % das águas servidas são tratadas. Muitas destas cidades contam com concentrações populacionais próximas e/ou superiores a 500 mil habitantes, com forte tendência de crescimento. Nas cidades da Amazônia ocorre o lançamento direto nos rios, de águas servidas, sem o tratamento adequado. Ou ainda, contaminação das águas subterrâneas como consequência da existência de fossas negras e inexistência de aterros sanitários adequados. Assim, a poluição de origem doméstica na região ocorre de maneira localizada, próxima aos centros urbanos. Segundo levantamentos da ANA (Brasil-ANA, 2005), as baixas percentagens de coleta (10,4 % da população urbana) e tratamento de esgotos domésticos (2,3 % da população urbana) fazem com que sejam relativamente significativas as cargas poluidoras. (OTCA, 2006e). A carga orgânica doméstica remanescente é de aproximadamente 270 toneladas/ (4% do total do País) e se concentra principalmente na Unidade Hidrográfica do rio Negro, onde está situada a cidade de Manaus, e nos principais afluentes à direita do Amazonas: Purus, Madeira, onde está situada PortoVelho, Tapajós, onde fica Santarém e no Xingu em Altamira, entorno de Belém do Pará, assim como nas Rodovia Transamazônica (ANA, 2005).

Ainda quanto a contaminação dos rios, merece destaque a contaminação por mercúrio. O mercúrio é um dos metais mais tóxicos e encontra-se disseminado em rios e solos da Amazônia, em grande parte porque é usado na recuperação do ouro em garimpos, de forma indiscriminada. Estima-se entre 100 a 130 ton/ano⁻¹ o montante de mercúrio introduzidos na Amazônia nos últimos anos pela atividade garimpeira, sendo 40% lançado diretamente nos rios e 60% disperso na atmosfera e transportado a longas distâncias (ANA, 2005). Além do garimpo, atualmente são apontadas outras duas fontes de contaminação por mercúrio na Amazônia: a queima da biomassa florestal e a degradação dos solos. Nesses dois casos, a acumulação do mercúrio seria decorrente de processos naturais de concentração desse elemento. As condições dos rios da Amazônia (baixo pH da água, alta concentração de matéria orgânica dissolvida e baixo teor de matéria orgânica dissolvida e baixo teor de material particulado), que favorecem a metilação do mercúrio, sugerem um cenário de contaminação contínua e crescente. O mercúrio existente nos solos também é uma fonte de contaminação. Com as queimadas e outras formas de devastação das florestas, a terra fica desprotegida. As chuvas intensas que castigam a Amazônia durante pelo menos seis meses ao ano levam o mercúrio para o rio, e daí começa o ciclo que leva o metal a contaminar microorganismos que alimentam os peixes, principal alimento das pessoas que vivem às margens dos rios da Amazônia (OTCA, 2006e). Além do mercúrio, outros metais também

contaminam as águas da região. Em 1997, foram descobertas áreas com solo e água subterrânea contaminadas por arsênio oriundo da mineração de manganês na Serra do Navio, Amapá (FENZL e MATHIS, 2003), onde nesse estado, a poluição das bacias hidrográficas pelas atividades de lavra mineral e garimpeira concentra na região Norte (bacias dos rios Oiapoque, Cassiporé, Calçoene e região dos Lagos), Central (bacias dos rios Vila Nova, Cupixi e Amapari) e região Sul (rio Jarí).

A Região Florestal e a Hidrográfica Amazônica também abrigam unidades de conservação - tanto de proteção integral como as de “uso sustentável”. As unidades de proteção integral, instituídas e definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) incluem parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre, florestas nacionais, reserva particular do patrimônio natural, reservas extrativistas, etc. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, são denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. As unidades de proteção integral têm a conservação da biodiversidade como principal objetivo, sendo admitido o uso indireto de seus recursos naturais, ou seja, que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (MMA/SNUC, 2000). No Brasil 141 unidades de conservação de uso sustentável federais, que totalizam 30.194.984ha (58% do total de unidades de conservação federais instituídas), 58 florestas nacionais (14.471.924ha) foram estabelecidas como finalidade a silvicultura, corte seletivo, proteção de bacias hidrográficas, pesquisa e recreação (MACHADO et al., 2004). A maioria, em número 29 (99%) está na Amazônia. Atualmente são 36 reservas extrativistas federais, 28 estão na Amazônia (98% da área total).

Em termos de espaços de fluxos de produtos o escoamento da produção agrícola e industrial (caso de Manaus) tem nos portos de Porto Velho – PA, Itacoatira - AM e Santarém-PA seus principais suportes. Estas infra-estruturas têm efeito de polarização regional. A mineração tem nos garimpos, bastante dispersos pela região, um atrativo que parece ter se arrefecido nos últimos anos após sucessivas intervenções do governo federal fechando alguns pontos de extração, principalmente de ouro e diamante. No entanto, as bacias do rio Tapajós e o Xingu e algumas regiões de Rondônia constituem ainda províncias minerais importantes da atividade garimpeira, bem como algumas localidades na faixa limítrofe com a região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia. O setor de Óleo e Gás vem tomando grande impulso na região após a descoberta das reservas da Bacia do Rio Urucu. Existe ainda exploração da Bauxita no rio Trombetas, e estanho na bacia do Rio Uatumã (AM). (OTCA, 2002e).

No aspecto infra-estruturas merecem destaque as obras realizadas para geração de energia elétrica, as rodovias e hidrovias, fundamentais para o avanço do capital sobre a selva. Os impactos sobre o meio ambiente foram relevantes, porém muito aquém do imaginado à época da construção das hidrelétricas e estradas na Amazônia. A construção e/ou reforma de algumas rodovias tem causado intenso debate na região, principalmente em vista do potencial de impacto na migração populacional e das possíveis alterações no cenário econômico regional. Exemplos dos eixos de ligação entre os pólos de desenvolvimento regional constituem a hidrovia do Rio Madeira, através da qual é transportada a soja produzida no norte do Mato Grosso, a estrada BR-174 que liga Manaus a Boa Vista e esta ao território Venezuelano, quase que como uma extensão da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, cujos trabalhos de reforma começaram em 2005 (OTCA, 2002e). A Transamazônica, que durante algum tempo nos anos 1970 e 1980 de alguma forma representou forte eixo de “desenvolvimento”, atualmente encontra-se abandonada esperando pelas obras do PAC. As cidades de Altamira e Itaituba, no Pará, são pólos de atração a ela relacionados, bem como o eixo entre as cidades de Lábrea e Humaitá no Amazonas, onde intensificou-se nos últimos anos a atividade madeireira, bem como conflitos fundiários oriundo desse processo de esgarçamento das relações de propriedade.

Avançando nos espaços-fluxos da Amazônia Brasileira se pode evidenciar, fora dos principais eixos de desenvolvimento regional, representados em sua maioria pelas capitais dos estados, que possuem seu território parcial ou totalmente inserido na Região Hidrográfica Amazônica, alguns municípios interioranos merecem destaque dado seu papel relevante nas atividades econômicas regionais. No caso do estado do Pará, Santarém é o município polarizador mais importante, em torno do qual se aglutinam interesses de setores agro-pastoris (transporte de grãos, gado de corte, etc.), extrativismo vegetal e mineral, além de transporte aquaviário. Em Rondônia as cidades de Ji-Paraná e Vilhena têm força no setor agro-industrial, assim como Sinop, Alta Floresta e outras também, pelo mesmo motivo, no estado do Mato Grosso, como se tratou anteriormente no caso dos problemas de desmatamentos. No Amazonas, Itacoatiara e Manacapuru exercem algum efeito polarizador, dada a concentração de serrarias e também de incipiente indústria pesqueira. Itacoatiara merece destaque quanto aos aspectos das vias aquaviárias, uma vez que é por onde escoar toda a soja da região que desce pelo rio Madeira. Um fator de reforço para os aspectos polarizadores regionais no interior da Amazônia pode ser atribuído ao papel desempenhado pelo processo de implantação de usinas hidrelétricas, iniciado na década de 1970, com a criação da Eletronorte. O setor elétrico foi responsável pela implementação de importante infra-estrutura com a

construção das UHE's de Balbina, Samuel, Coaracy Nunes. Os aproveitamentos hidrelétricos tiveram papel relevante no desenvolvimento dos pólos de Manaus, Porto Velho/Rio Branco e Macapá, respectivamente. Manaus, em particular, tem apresentado grande desenvolvimento da Zona Franca, graças ao suporte do suprimento de energia elétrica. No Pará a Usina Hidrelétrica de Tucuruí é soberana, principal fornecedora para o sistema minero-metalúrgico da Albrás/Alunorte da Vale. Toda essa infra-estrutura foi basicamente para atender as demandas do capital no processo de exploração da Amazônia, em detrimento do modo de vida e reprodução de populações originárias, presente na Pan-Amazônia em geral. (OTCA, 2002e).

Invariavelmente as populações tradicionais foram atingidas por projetos de infraestrutura e ou de zona de fronteiras pelo avanço do capital, seja em região ecofisiográficas de terra firme ou de influência dos rios. Na Região Hidrográfica Amazônica existem duas categorias de populações tradicionais: os Povos Indígenas e as Populações Tradicionais não Indígenas. Uma das características básicas dessas populações é o fato de viverem em áreas rurais em estreita dependência do mundo natural, seus ecossistemas e ciclos ligados aos recursos edáficos-florestal-aquático, fundamentais para a manutenção de seu modo de vida. Nas áreas indígenas, cerca de 60% dessa população no Brasil vive na Amazônia. As terras indígenas cobrem uma extensão de 946.452 Km², o que corresponde a cerca de 11,12% do território nacional (FUNAI, 2000).

O Instituto Sócio Ambiental - ISA indica que os 160 povos indígenas da Amazônia dispõem hoje de um conjunto de 377 terras reservadas, sendo que 76% destas áreas gozam de reconhecimento legal em diversos graus (terras delimitadas, homologadas ou registradas)¹⁵⁴. Os rios, riachos, lagos, córregos, poços desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida das populações tradicionais. Eles garantem a água para uso doméstico, para as hortas, pomares e animais, para transporte e navegação, e, para algumas dessas populações, são também fonte de energia. As populações tradicionais indígenas e não-indígenas estão distribuídas por todo território brasileiro e encontram-se associadas aos vários biomas. No entanto, em função do desenvolvimento histórico e das condições ambientais, determinadas regiões que estiveram mais isoladas dos grandes ciclos econômicos agro-industriais brasileiros (madeira, cana-de-açúcar, café, industrial e

¹⁵⁴As demarcações de terras protegidas como a de terras contínuas, da reserva indígena Raposa-Serra do Sol em Roraima. Dados do IBAMA apontam que um total de pouco mais de 51 milhões de hectares de terras na Amazônia Legal, hoje são consideradas como unidades de conservação de âmbito Federal. Este total corresponde a aproximadamente 10% do território nacional. Em termos quantitativos, quanto às áreas protegidas e ou parques nacionais com finalidade voltada para questões ambientais, tem-se na Amazônia, segundo dados do IBGE (2003) cerca de 171 áreas demarcadas (OTCA, 2002e).

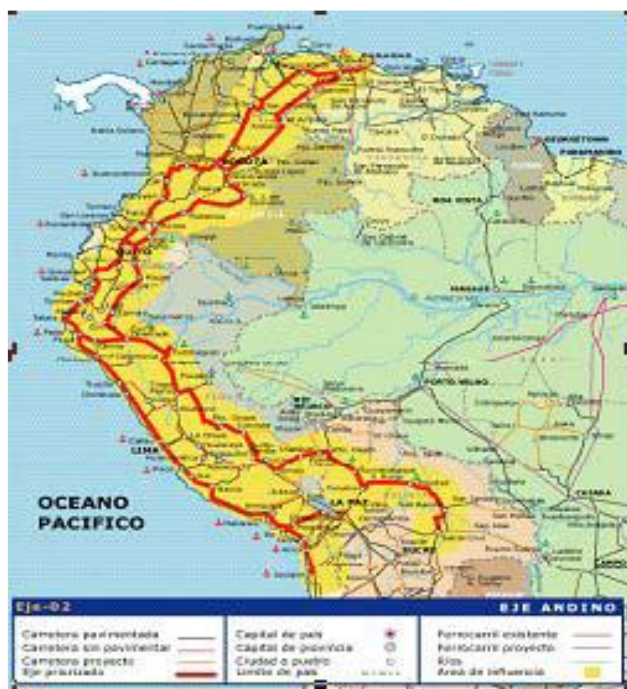
atualmente, soja) puderam conservar uma diversidade e um número maior de comunidades tradicionais. Hoje com o avanço do agonegocio e das fronteiras essas populações foram atingidas, tornando-se importantes desenvolver estudos sobre os impactos socioambientais vivenciados por estas. Ainda que cerca de 60% das populações tradicionais indígenas e não indígenas já tenham passado por algum estudo (DIEGUES; ARRUDA, 2001) e estas vivem basicamente no bioma Amazônico (caboclos-ribeirinhos, povos indígenas, e inúmeros grupos quilombolas, etc), os 40% restantes formam um grosso contingente esperando pela pesquisa social.

Independentemente desse processo de avanço do capital sobre a vida tradicional e dos ecossistemas na Amazônia, até essa primeira década do século XXI, em termos de espaços de fluxos, o capitalismo atravessou irresistivelmente suas últimas fronteiras, desde cidades antes relativamente isoladas, aos campos e florestas de toda a América do Sul. Isso tenderá a se radicalizar, uma vez que desde a primeira cúpula a serviço do capital no novo século, a Cúpula de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília no ano de 2000, estabeleceu um processo de integração física na América do Sul denominado *Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana - IIRSA*. Esta iniciativa é um processo multisetorial, que conta com o apoio técnico-financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) e que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, até 2010 (isso antes da crise econômica, agora esse programa deve ser esticado). Dessa forma foram definidos 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, abrangendo vários países do cone-sul que concentram ou que possuem potencial para desenvolver bons fluxos comerciais (leia-se exploração de recursos naturais) visando formar cadeias produtivas e assim estimular o “desenvolvimento regional”, segundo seus ideólogos. Encontram-se definidos atualmente 10 eixos rodo-fluvial de vai de norte ao sul do continente tendo como objetivo interligar as Bacias dos Rios Orinoco, Amazonas e da Prata, tornando os principais rios da América do Sul navegáveis. Um gigante corredor de escoação de mercadorias, sonho de séculos da burguesia internacional. Este será o derradeiro dilema dos povos tradicionais, suas culturas autóctones, e dos ecossistemas milenares sob sua conservação.

Os Eixos são a “mola mestra” do Plano de avanço do capital sobre a América do Sul: concentram os recursos para a consecução da infraestrutura dentro da respectiva da região, particularmente na Grande Amazônia, estimulando o estabelecimento de cadeias produtivas de commodities estratégicas que abastecem o mercado internacional, além de facilitar o

acesso e o fluxo do grande capital às riquezas da região. A noção de eixos de desenvolvimento no Brasil foi incorporada no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003 ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, conhecido como “AVANÇA BRASIL” e que segue hoje sob o governo de Luis Inácio Lula da Silva via PAC. A pan-Amazônia merece destaque especial por se tratar de área fronteira com um papel fundamental hoje no processo de integração entre seus sete países vizinhos, colocando o Brasil como líder desta integração, ou no exercício de um subimperialista, uma vez que os Estados Unidos é o titular desse exercício. Para se ter uma síntese dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA, observe os seguintes:

1. Eixo Andino (Venezuela-Colômbia-Ecuador-Peru-Bolívia) - Este eixo possui abundantes reservas de gás e petróleo (Bolívia e Venezuela, principalmente); o fluxo intra-regional dos bens e serviços ocorre, principalmente, por via marítima, mas também por rodovias; está previsto para este eixo: a resolução dos obstáculos para otimizar o funcionamento do corredor atual, como o acesso às cidades, portos e capacidade das rodovias; a melhoria das condições de operação nas fronteiras; o desenvolvimento de corredores transandinos leste-oeste, como é possível ver no mapa 31 a seguir. Esse eixo cobre toda a costa da Pan-Amazônia, é estratégico por ser o corredor energético onde serão estorquidas as reservas de hidrocarbonetos e ligar as saídas pelo Oceano Pacífico e pelo Atlântico.



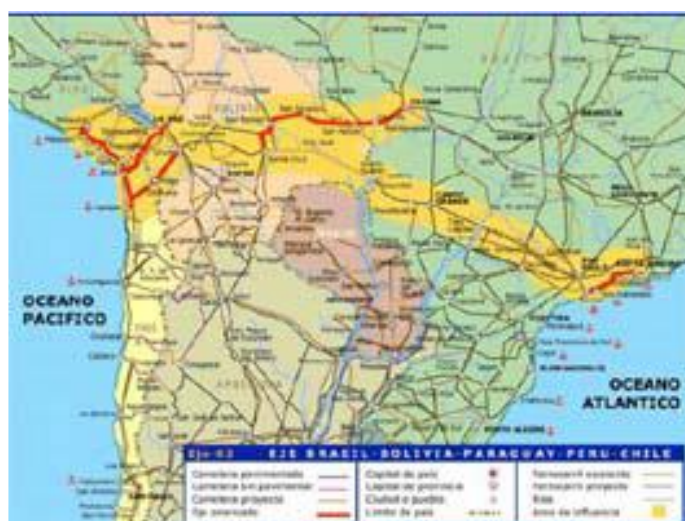
Mapa 31 - Corredor duplo formado pelo Eixo Andino ligando o norte ao centro da América do Sul, toda costa da Pan-Amazônia e os Oceanos Pacífico e Atlântico. Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

1. **Eixo Central do Amazonas (Colômbia-Ecuador-Peru-Brasil)** – Pavimentar todas as rodovias para o acesso da soja proveniente do Brasil; potencial de constituir-se em um corredor bioceânico, só que por outro corredor de exportação; corredores intermodais entre o Pacífico e o Amazonas até o Atlântico mais ao oriente por estradas na Colômbia, Peru e Equador e rios amazônicos; liga a Pan-Amazônia ao mercado Ocidental e Oriental (Mapa 32).



Mapa 32 - Eixo Central do Amazonas . Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

2. **Eixo Interoceânico Central (Peru-Chile-Bolívia-Paraguai-Brasil)** - Articula pólos industriais do Brasil, a região petroleira, algodoeira, canavieira e soja (Bolívia, Brasil) entre o Pacífico ao Oceano Atlântico; entre Bolívia-Brasil-Chile, interior da Bolívia e Paraguai, Bolívia e portos chilenos; Principais conexões a concluir: Santa Cruz-Puerto Suárez (Bolívia); Santa Cruz-Cochabamba (Bolívia); Toledo e Pisiga (Bolívia), Iquique (Chile) (Mapa 33).



Mapa 33 - Eixo Interoceânico Central, rota de escoação de um das regiões mais ricas da América do Sul, ligando São Paulo ao Chile. Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

3. **Eixo Interoceânico de Capricórnio (Antofagasta/Chile-Jujuy/Argentina-Assunção/Paraguai-Porto Alegre/Brasil)** - Infra-estrutura bem consolidada, embora suas barreiras naturais, que incluem os rios Pilcomayo, Paraguai, Paraná e Uruguai, além da cordilheira andina, deverão ser dominadas para acelerar a integração; o elemento articulador será o transporte intermodal; interconexão com a Hidrovia Paraná-Paraguai; prevista a melhoria na malha rodoviária e ferroviária. Esse eixo está em pleno uso e permite grande comércio entre os signatários do MERCOSUL, como pode ser observado no mapa 34.



Mapa 34 - Eixo Interoceânico de Capricórnio, em plena atividade, integra o MERCOSUL. Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

4. **Eixo do Escudo Guayanés (Venezuela-Brasil-Suriname-Guiana)** – outro eixo na Pan-Amazônia que busca o “desenvolvimento regional”; esse eixo envolve a utilização dos recursos naturais (minério de ferro, bauxita, ouro, recursos florestais, entre outros), aproveitamento do potencial de hidroeletricidade; a infra-estrutura de integração necessita ser desenvolvida e o fluxo de comércio ainda é pequeno, mas há grande interesse das multinacionais mineradoras e petrolíferas em sua conclusão; pretende promover o fluxo de comércio e espaços de circulação com nível de desenvolvimento diferentes e sem forte articulação atualmente entre si. É um eixo que liga a costa ao interior, particularmente entre as Guianas, Venezuela e Brasil como se pode ver no mapa 35.



Mapa 35 - Eixo do Escudo Guayanés. Observar a ligação do rio Amazonas e seus afluentes com as rodovias e portos do Atlântico. Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

5. **Eixo Mercosul-Chile (Brasil-Uruguai-Argentina-Chile)** - Este eixo possui o maior intercâmbio comercial da América do Sul; infra-estrutura consolidada, mas necessita melhorias quanto à capacidade das rodovias e à conservação dessas; necessidade de novas opções de transporte entre o Rio da Prata e a Cordilheira dos Andes; facilitação do transporte fluvial nos rios Paraguai e Uruguai; investimento nas conexões elétricas entre os países da região; Modernização dos passos de fronteira para aumentar a competitividade das indústrias da região (Mapa 36).



Mapa 36: Eixo Mercosul-Chile (Brasil-Uruguai-Argentina-Chile). Ligação dos estados do sul e sudeste do Brasil por rodovias e portos do Atlântico e Pacífico (Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil, 2001).

6. **Eixo Interoceânico Meridional (Talcahuano-Concepción/Chile-Neuquén-Bahía Blanca/Argentina)** - A conexão interoceânica através do sul da Argentina e Chile, conectando os portos de Bahía Blanca e Talcahuano; a conexão ferroviária entre Zapala (Argentina) e Llonquimay (Chile), o principal projeto do eixo (Mapa 37).



Mapa 37 - Eixo Interoceânico Meridional. Único que não liga o Brasil diretamente aos eixos, apenas Argentina e Chile. Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

7. **Eixo Amazônico do Sul (Peru-Brasil-Bolívia)** – Rota para o Oceano Pacífico; desenvolvimento da infra-estrutura deve responder às necessidades da demanda, ao potencial produtivo e às considerações sócio-ambientais”, segundo seus idealizadores; construção de rotas para articular Iñapari (Peru - Brasil) e os portos de San Juan, Ilo e Matarani (Mapa 38).



Mapa 38 - Eixo Amazônico do Sul. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001). Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

8. **Eixo da Bacia do Prata (implantação da Hidrovia Paraná-Paraguai)** - A Bacia do Prata é formada pelas bacias dos Rios Paraná, Paraguai, Uruguai e da Prata; possui

aproximadamente 3.200 Km² nos territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esta área corresponde a um terço do continente europeu, é mais uma rota de fluxos que o capital pretende melhor explorar (Mapa 39).



Mapa 39 - Eixo da Bacia do Prata (Hidrovia Paraná-Paraguai), percebe-se a linha direta do escoamento dos produtos do Agronegócio do Mato Grosso ao Mercosul. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil, 2001).

9 Eixo Interconexão das Bacias do Orinoco - Amazonas - Prata (em estudo) – É o maior e mais audacioso, interconecta toda a América do Sul: Anel Ferroviário de São Paulo (Brasil); Complexo do Rio Madeira (Brasil); Ferrocarril Transandino Central (Chile); Eixo Multimodal do Amazonas-Tumucumaco, Puerto Asís e Belém do Pará (Colômbia-Brasil); Eixo Multimodal do Amazonas: Infra-estrutura Portuária Fluvial e Aeroportuária para a Hidrovia Río Napo (Equador); Infra-estrutura ferroviária de Manta-Quevedo; Quito-Francisco de Orellana (Equador); Rodovia Boa Vista (Brasil) - Georgetown (Guyana); asfaltamento do trecho Lethem-Linden (Guiana); Construção do porto de águas profundas em Georgetown (Guiana); Pavimentação do trecho Caazapá - Coronel Bogado da Rota Nacional nº8 (Paraguai); Aproveitamento de Gás Natural (Paraguai);

10 – Eixo interneconexão Rodovia Tarapoto-Yurimaguas (Melhoria do asfalto – Peru); Rodovia Iñapari-Puente Inambari (Melhoria do asfalto – Peru); Linha naviera regular de Paramaribo a Belém do Pará (Suriname); Nueva Palmira: Terminal portuário multimodal e terminal de grãos (Uruguai); Projeto de Infra-estrutura Ferroviária (Uruguai); Planta Carbo-elétrica de Santo Domingo (500MW – Venezuela); Projeto Ferroviário do Estado Sucre até o

Estado Bolívar (Venezuela). No Plano Plurianual (PPA) elaborado pelo Governo Lula (2003-2007) estavam previstos 82 projetos de infra-estrutura para a Região Amazônica que se reforçou com o PAC até 2010. O fato de um projeto estar no PPA e no PAC confirma a aprovação pelo Governo Brasileiro da desejada integração da infra-estrutura física da América do Sul. Entre esses projetos destacam-se os Gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus; o Complexo do Rio Madeira; a Usina Hidrelétrica de Belo Monte; as inúmeras rodovias que estão previstas como a BR 163 (Cuiabá-Santarém), a BR 317 (Rio Branco-Boca do Acre), BR 319 (Manaus-Porto Velho), as linhas de transmissão de energia. Há toda uma mobilização do governo brasileiro para acelerar a integração sul-americana, pavimentando a rota definitiva do capital sobre o continente desde que há 500 anos os espanhóis e portugueses o “descobriram”, a ocupação e uso da terra na Amazônia, até a década de 1950, se limitaram às áreas correspondentes às faixas de terras ribeirinhas dos principais rios navegáveis. Os ciclos de exploração econômica (pesca artesanal, látex, juta, ouro, etc.) pouco alteraram este quadro, já que se tratavam de atividades extrativistas (Costa, 1997; Filizola, 2005). Agora tudo muda.



Mapa 40 - Interconexão Orinoco - Amazonas - Prata. Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).
Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Brasil (2001).

Os dez Eixos de Desenvolvimento da IIRSA, quatro atingem diretamente a região amazônica nos países onde ela está localizada. As obras seguem e com a implementação do décimo eixo (Orinoco-Amazonas-Prata) praticamente toda a floresta será explorada. Segundo o Informe Anual da CAF-2002, dentro do contexto IIRSA, foram identificados cerca de 300 projetos de integração física na América do Sul – sendo que mais de 140 podem ser imediatamente executados e já estão em andamento relativamente acelerado – já em dezembro de 2002, estavam sendo executados 60 projetos relacionados a IIRSA, dos quais 40 eram de transporte, 10 de energia e 10 de telecomunicações. Em 2003, ocorreu um evento do IIRSA: o *1º Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Física Sul-americana*, que aconteceu em agosto, no Rio de Janeiro (Brasil). Esse seminário deu início à implantação do Protocolo de Cooperação assinado entre BNDES e CAF, em dezembro de 2002. Presentes 12 países integrantes da iniciativa. Ao final do encontro BNDES e CAF apresentam 22 projetos a serem executados: Corredor de Integração Regional Zárate-Paso de los Libres-Santo Tomé (Argentina); Hidrovia Paraná-Paraguai (Argentina); Rodovia San Matías-Concepción (Bolívia); Rodovia Guayaramerin-Yucumo (Bolívia).

O capital na América do Sul integra por rios, estradas, aeroportos, ferrovias, telecomunicações e internet seus mercados e interesses e passou o “tempo de demora”. Cientistas e instituições renomadas da região ainda acreditam que parte dos impactos causados pela abertura ou pavimentação de estradas e ou de alargamento, aprofundamento e ou drenagens de rios e pântanos, bem como construções de pontes, dutos, etc., na Amazônia possam ser minimizados se os investimentos forem “acompanhados de apoio governamental”, tiver maior “governança por parte da sociedade civil”, se for “por dentro de fóruns”, e que possam agir sobre “outras áreas que não somente a de infra-estrutura”. Francamente, a abertura de estradas, pavimentação, movimentação de margens e leitos de rios, drenagens etc., causam mudanças estruturais na composição da paisagem, no crescimento populacional e no arranjo e dos usos da terra da região, assim como de seus frágeis ecossistemas. O que esperar de um sistema de destruição histórica como o capitalismo quando alarga seu espaço de influência e acelera a dinâmica de fluxo, interligando rios, florestas, campos e cidades à economia global?

4.3 REALIDADES SOCIOECONÔMICAS-ECOLÓGICAS EM MANAUS E BELÉM

Manaus e Belém, como se sabe, são as maiores cidades da Amazônica brasileira e reproduzem e ou apresentam as mais importantes problemáticas enfrentadas pelas zonas metropolitanas no mundo moderno, particularmente na América Latina e no contexto da Pan-Amazônia, onde estão diretamente inseridas. A idéia dessa seção é exatamente evidenciar elementos destas condições, desde as sociais às econômicas e ambientais. Percorre-se, dentro do escopo desse trabalho, um tempo histórico recente e se pretende ter uma visão mais focada das questões que envolvem a reprodução do capitalismo e a vida concreta, particularmente dos estratos populares. Seguem essa tentativa de sintetizar os efeitos do fenômeno do capital sobre essas distintas e ao mesmo tempo semelhantes grandes cidades no interior da bacia e da floresta pluvial, que sabemos ser seu universo muito mais rico e vasto que pretendemos abarcar.

Manaus – Brasil. Esta é uma cidade histórica na Amazônia, a capital do Amazonas surgiu em 1669 com o Forte de São José do Rio Negro. Foi elevada a Vila em 1832 com o nome de Manaus, em homenagem à nação indígena dos Manaós, sendo elevada a cidade em 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Somente em 1856 foi denominada Cidade de Manaus. Manaus ficou conhecida no começo do século XX, no período áurea da borracha, quando a indústria européia passou a utilizar o látex extraído das seringueiras. No período de 1879 a 1920 a Região Norte brasileira viveu um dos seus grandes ciclos econômicos, Ciclo da Borracha. Naquela época o mundo voltou-se para a Amazônia, e seus seringais nativos. Com o sonho de enriquecer, milhares de imigrantes brasileiros instalaram-se nos seringais, principalmente nordestinos que fugiam das secas. Outros trabalhadores de diferentes nacionalidades, entre eles portugueses, ingleses, espanhóis, italianos, alemães, americanos, gregos, sírios, japoneses e libaneses, faziam o intercâmbio econômico entre Manaus, os seringais e os grandes centros industriais da Europa e dos Estados Unidos. Nesse período Manaus era um dos centros de todo esse processo, enquanto uma pequena parcela dos seus habitantes tornava-se muito rica, os “Barões da Borracha”, e financiavam imponentes construções¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Em 1880 foi inaugurado o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, em 1896 houve a inauguração do imponente Teatro Amazonas que por duas décadas recebeu óperas, orquestras e grandes artistas internacionais (Governo do Amazonas, 2007).

A evolução demográfica de Manaus mostra que em 1849 a cidade tinha aproximadamente 25 mil habitantes e, em meio século, cresceu para 70 mil habitantes (apenas para efeito comparativo em 1900 a cidade de São Paulo possuía cerca de 240 mil habitantes). Nessa época, também, Manaus estava mais próxima dos grandes centros da Europa e dos Estados Unidos do que o Rio de Janeiro e São Paulo. Após o declínio do ciclo da borracha Manaus viveu um período de ruínas que só foi restabelecido em parte só em 1967 quando o governo brasileiro reformulou e ampliou o modelo da Zona Franca de Manaus, que já existia desde o ano de 1957, estendendo seus benefícios fiscais a toda a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e implantou de imediato o Pólo Comercial em Manaus, transformando-o em um grande centro para os brasileiros de todas as regiões, que encontravam ali as “novidades importadas do primeiro mundo” e que ainda não estavam disponíveis no mercado interno. Em consequência dessa corrida às compras a cidade teve uma explosão em todas as atividades, principalmente comercial, tanto que no ano de 1967 foram registradas 1.339 novas empresas, conforme dados da Junta Comercial do Amazonas. Os primeiros projetos industriais foram implantados a partir de 1972 e hoje compõem o Pólo Industrial de Manaus (PIM), com mais de 400 indústrias fabricante de produtos de marcas mundiais, com faturamento anual de 18,9 bilhões de dólares e exportações superiores a 2,2 bilhões de dólares (SUFRAMA, 2005). No Distrito Industrial de Manaus são produzidos eletro-eletrônicos, além de bicicletas e motocicletas, e outros, garantindo cerca de 100 mil postos de trabalho, contabilizando aproximadamente 500 mil empregos diretos e indiretos (SUFRAMA, 2005). Essa era a realidade antes da crise econômica de 2008, de uma economia que se complementa também porque processa e comercializa petróleo e gás natural, extraídos do campo de Urucu, no município de Coari, do PIB advindo do Pólo Agropecuário, que abriga projetos voltados para produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira e outras atividades, e do Pólo de Biotecnologia, que possui o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Levando o Estado do Amazonas e sua capital a um relativo destaque em nível nacional.

Manaus hoje é uma cidade que se elevou à 8ª posição no ranking das maiores cidades brasileiras em população e, em 2004. A Zona Franca tornou-se o Pólo Industrial de Manaus resultando em uma mudança do foco dos incentivos fiscais como se sabe. Até a década de 1990 era possível comprar produtos eletrônicos por um preço muito reduzido, mas desde a migração para o Pólo Industrial o principal objetivo passou a ser a exportação, e as vendas internas não têm redução significativa de preço com relação a outras cidades brasileiras. As indústrias instaladas em Manaus possuem isenção de alguns tributos que compensam os

custos de transporte de insumos e de distribuição no Brasil e para as exportações. Mas não tem garantido a evolução econômica satisfatória na competitividade do mundo do capital, notadamente neste momento de crise econômica global, quando todos os índices da indústria estão em declínio, da produção ao emprego.

A população de Manaus é de 1.612.475 habitantes (IBGE em 2007), o que a coloca na posição maior cidade da Amazônia e a oitava cidade brasileira, perdendo somente para Curitiba, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. A maioria da população encontra-se nas zonas leste e norte da cidade, sendo a Cidade Nova (Zona Norte) o bairro mais populoso, com mais de 250 mil moradores. Segundo os resultados dos últimos censos, a população da cidade elevou-se de 343.038 habitantes, em 1960, para 622.733 habitantes em 1970, quase dobrando sua população em uma década. Daí até 1990 a população cresceu para 1.025.979 habitantes, elevando sua densidade para 90,0 hab./km². Em termos percentuais, o aumento populacional da cidade entre 1960 e 1970 foi de 94% enquanto que de 1970 a 1980 foi de 40%, isso tem a ver com a ZFM. A cidade apresenta índices de IDH-M de 0,774 e de ICV de 0,835, o quarto maior entre as metrópoles brasileiras. A esperança de vida na cidade é de 63 anos; segundo o Governo do Estado 76,9% dos domicílios são atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica, 64,61% pela rede de esgoto e 86,54% são atendidos pela coleta de lixo, ainda 68,61% contam com abastecimento de água.

Manaus fica na porção oriental do Estado do Amazonas, em uma das regiões mais exploradas, é uma metrópole curiosa com uma “*conurbação sui generis*”, pois em sua Região Metropolitana reúne 7 pequenos municípios do estado do Amazonas, em que suas sedes urbanas não estão diretamente interligadas por questões de acidentes geográficos (rios Negro e Solimões, entre outros menores), portanto não podem ser considerada conurbação clássica, mas estão próximos entre si e hoje contam enquanto zona metropolitana com uma população de 1.814.489 habitantes (Fotografia 12). Residem nesta região de Manaus e entorno mestiços (caboclos, mulatos e cafuzos) (58%), brancos (34%), negros (3%), indígenas (4%) e amarelos (principalmente descendentes de japoneses) (1%). Apresentando uma população nativa, com traços marcadamente amazônicos e que tem forte identidade com o rio, no caso os rios, Negro e Solimões, que cortam a frontalmente a cidade em dois lados, onde também ocorre o famoso fenômeno do encontro das águas escuras, do rio Negro e as barrentas ou brancas do Solimões que vêem Manaus crescer horizontal e verticalmente (Fotografias 13 e 14). Entretanto as imagens de Manaus mostram a segregação social, econômica e ambiental. A **segregação ambiental** é uma das faces mais importantes da exclusão social e parte ativa dela. A

dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura se soma a menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, discriminação racial, contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, ao lazer (MARICATO, 2002).



Fotografia 12 - Manaus, rio Negro e Solimões: encontro das águas. Fonte: Landsat (2006).



Fotografia 13- Manaus vista do rio do Solimões em confluência com o Negro. Fonte: Domínio Público (2008).



Fotografia 14 - Manaus industrial e rica, uma cidade que cresceu a partir da ZF. Fonte: Domínio Público (2008).

Em Cinzas do norte, de Milton Hatoum (2005), a cidade de Manaus aparece como síntese dos problemas característicos da vida urbana moderna e civilizada da alta modernidade. *A modernidade – expressão artística e intelectual de um projeto histórico chamado ‘modernização’ e produzido pela transformação capitalista de mundo – dá nascimento à experiência, também histórica, individual e coletiva, do ‘viver em metrópole’* (PESAVENTO, 1999, p.30). A avassaladora “reforma urbana” realizada em Manaus durante os governos militares teve no trinômio “circulação, higiene e estética” seu fundamento e com isso a população pobre foi afastada do centro da cidade (Fotografia 17), posto que, na perspectiva da elite, era “era suja e perigosa” (PESAVENTO, 1999; GOMES, 2007). É a elite branca, rica e douta “higienizando” a população em uma ato de *múltiplas relações* como Michael Foucault (1970) aponta em sua obra *O nascimento da biopolítica*, em análise da *sociedade disciplinar, da segurança, do território e da população*, onde analisa a razão governamental burguesa que impõe o poder sobre o espaço, como mecanismo de normatização institucional e societal da modernidade orientada pelo liberalismo, *silenciando a desrazão* (ou seja a pobreza, os pobres). Entenda-se desrazão a vida, a cultura, o modo de viver transformado em restolho urbanóide, em sucata humana, o subúrbio da cidade como depósitos de miseráveis — lugar dos interioranos da periferia dos grandes centros como Manaus, onde se encontram uma esmagadora maioria de caboclos, ribeirinhos, camponeses, quilombolas, etc. oriundos das beiras dos rios da Amazônia que migraram forçados para a cidade em busca de empregos nas indústrias da cidade moderna.

Enquanto viventes ou sobreviventes da periferia, centenas de milhares empobrecidos se equilibram empalafitas nas zonas alagadas de Manaus (que forma uma vasta capilaridade de rios e igarapés no maior centro urbano da bacia) o período das inundações ribeirinhas dos rios Negro e Solimões neste locais vai de maio a setembro, pelo tempo que leva o hidrograma de descer da montante para jusante, enquanto que o período de chuva em Manaus é de novembro a abril, ou seja em grande parte do ano os moradores da periferia vivem sobre as águas poluídas e o lixo, ante um subdesenvolvimento urbano caótico, doente e destrutivo, agravado porque a cidade tende a sofrer inundações ainda maiores dos igarapés devido a impermeabilização do solo (Fotografias 15 e 16). Isto se agrava porque que nos trópicos úmidos da Amazônia as Intensidades de Precipitação são da ordem de 25% maiores que nas latitudes abaixo de 20° C para o risco de ocorrência e duração (TUCCI, 2001). A seca de 2005 que deixou partes da Amazônia em estado de calamidade e não foi um evento extremo isolado e sim uma amostra do que o futuro reserva para o clima da região e sua população. O processo de secas e estiagens nesta bacia tem características de longa duração e dependem de períodos

interanuais importantes. Ao mesmo tempo que Marengo (2004) analisou a tendência da variabilidade interanual e interdecadal da Planície brasileira da bacia Amazônica com dados de precipitação de 1929 a 1998, com maior detalhe de 1950 a 1998 e concluiu: (a) Tendência de diminuição das precipitações (tendência negativa) para toda a bacia, sendo que na parte Norte da bacia ocorre esta mesma tendência, enquanto que no parte Sul ocorre o sentido contrário; (b) Observou-se ainda variações marcantes em 40 e 70-75mm, com redução de precipitação no Norte da Amazônia, efeito contrário observado na Bacia do Prata e grande parte do Brasil, quando ocorreu aumento. Este efeito tem correlação com a temperatura do Pacífico, que fica mais quente com maiores frequências de El Nino. Este é um indicativo de aumento de secas no Norte da região e cheias maiores ao Sul do Brasil. A potencial modificação climática também pode reservar impactos importantes na bacia para o cenário previsto de duplicação de CO₂ na Atmosfera. As previsões do Hardley Center para o ano de 2.075 quanto a precipitação e temperatura mostrarem aumento de temperatura média de até 5° C e a redução da precipitação no Norte da Amazônica em cerca de 1 mm/dia, tendendo a transformar a floresta em cerrado ou o que se chama de savanização (OTCA, 2006c, p.40-43).



Fotografia 15 - Periferia de Manaus, palafitaização urbana, a cidade dos pobres. Fonte: Domínio Público (2008).



Fotografia 16- Manaus, lixo na periferia, problema urbano crescente. Fonte: Domínio Público (2008).

Em se tratando de cidades amazônicas e sua preservação, por exemplo, em grande parte as zonas urbanas desenvolvidas em meio a floresta são pouco discutidas, enquanto o processo de degradação ambiental se acumula ao longo da história de cada uma delas como Manaus. Exemplo de zona urbana desenvolvida no meio da floresta, atualmente tem pago preço ambiental muito alto por conta da expansão que vem sofrendo nos últimos 20 anos. O modelo de desenvolvimento urbano-excludente é a estruturação de arranjos marcados por um “mosaico” de paisagens reveladoras e geradoras da *segregação sócio-espacial*: erguem-se cidades dentro da cidade - modernizadas, tradicionais, operárias, faveladas, se perdendo a concepção de cidade enquanto totalidade (ARAÚJO, 2004; NOGUEIRA, F.; SANSON, F.; PESSOA, K., 2007).

Segundo Nogueira, F.; Sanson, F.; Pessoa, K. (2007) a expansão demográfica na cidade de Manaus possui duas frentes. Até a década de 70 do século XX se tinha um quadro de ocupação do espaço urbano onde os aglomerados estavam nas zonas administrativas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste. As margens dos igarapés de Manaus, por exemplo, já se encontravam densamente povoados. Com o advento da criação da Zona Franca de Manaus esse quadro sofre importantes alterações, principalmente devido ao contingente humano vindo do interior do Estado, tornando essas zonas hiper-povoadas. Outras áreas começam a surgir

oriundas de ocupações irregulares, como é o caso do bairro do Coroadó, que ocupou parte da área da Universidade Federal do Amazonas. No final de 1970 começa a expansão para as zonas administrativa Leste e Norte da capital, ocupações regulares e irregulares, formando uma cidade marcada pelo nível de renda degradados historicamente dos seus habitantes (LAVIERI; LAVIEREI, 1999, apud NOGUEIRA, et al, 2007).

Ainda segundo Nogueira, F.; Sanson, F.; Pessoa, K. (2007) até a década de 1980, o número de bairros em Manaus era de 37 mais o Distrito Industrial, hoje esse quadro é outro, com 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não são oficialmente bairros, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares e ou desestruturadas. As zonas Leste e Norte que passaram a ser efetivamente ocupadas na década de 1980 são as mais atingidas atualmente pela degradação ambiental. As zonas Norte e Leste sofreram impactos ambientais significativos, ocorridas devido ao intenso processo de ocupação que ocasionou perdas de cobertura vegetal, assoreamento e poluição de igarapés. Enquanto que na década de 1970, boa parte dessas áreas mantinha-se fora do processo urbanização e eram utilizadas freqüentemente como locais de lazer, no início dos anos 1980 o processo se inverte, a zona urbana de Manaus passa a modificar-se por meio de mudanças rápidas e agressivas ao meio ambiente, onde passam a viver a massa da população empobrecida. Assim as condições econômicas, as demandas sociais e as características ambientais de Manaus favoreceram para que ao longo do seu processo de ocupação, sua área urbana perdesse cerca de 65% de cobertura vegetal, sendo que cerca de 20% foram degradadas em menos de vinte anos (1986 á 2004). Nas zonas norte e leste o crescimento demográfico ocorreu e ainda ocorre diretamente sobre a mata circundante e os igarapés ocasionando graves problemas de infra-estrutura, incidência de doenças infectocontagiosas e degradação ambiental por produtos químicos da Zona Franca.

Para Lippi e Siebert (2001) os problemas urbanos têm se agravado nos últimos anos, em virtude das sucessivas crises econômicas que vem sofrendo a Zona Franca, pois, a política de abertura de mercado, contribuiu para a perda de vantagens competitivas que a concessão de incentivos fiscais não podem superar. Isto repercutiu nas atividades de produção industrial, que se tornaram menos competitivas em escala global e mesmo latino-americana. Além, há falta de investimentos no interior do Estado, e o sonho da população de uma vida melhor na cidade incentivou o êxodo rural, provocando inchaço urbano, aumento das desigualdades sociais, etc.

Manaus tem a segunda pior situação de miséria entre as capitais do Brasil, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2008), o IDF de Manaus é de apenas 0,49 o mesmo índice

apresentado por Belém (PA) e Rio Branco (AC). As capitais que apresentaram o pior índice foram as de Porto Velho (RO) e Macapá (AP), com 0,48 de acordo com o ministério. Numa avaliação geral, o Amazonas detém a pior situação de miséria do Brasil (SIPAM, 2008). O que agra ainda mais o problema ambiental, uma vez que miséria e degradação ambiental se associam. As elites da Amazônia ao legar miserabilidade absurda às populações ao mesmo tempo impõem destruição ambiental subjacente. De acordo com Martínez Alier (1998) os estratos mais pobres da população, são os mais atingidos pela degradação ambiental, por não contarem com serviços básicos de estrutura de saneamento e vida digna. Por outro lado, Alier (1998) entende que essas próprias populações “excluídas” contribuem para o aumento da degradação ambiental, exemplificando a conexão entre pobreza e degradação ambiental, em contextos que podem ser tanto rurais como urbanos. Manaus é o retrato desse dilema da baixa qualidade nos serviços de saneamento e a eliminação de resíduos sólidos: são diretamente proporcionais à sua renda local.

Manaus consegue ser ao mesmo tempo cidade da tecnologia industrial, da beleza, da riqueza, onde importantes plantas estão instaladas e o lugar da perversa e decadente sociedade de classes encravada na floresta amazônica, seus “mecanismos sócio-econômicos produtores de pobreza” como diz Mezáros (2001) são o que há de mais explícito, enquanto produtora de riqueza é ao mesmo tempo de miséria, onde de um lado mais evidente da pobreza, se pode ver a fragilidade, vulnerabilidade e periferização que toca em sua maioria às mulheres “viúvas do garimpo” de toda a região, aos indígenas destribalizados e aos negros sem escolarização, de outro estão os barões de ontem, alguns evoluídos da indústria gomífera para a de gerentes e ou franquidores de novas empresas. Aos explorados seringueiros de ontem sucederam-no seus netos saídos das florestas para se amontoarem, em grande parte, entre as favelas e os alagados de Manaus. Para setores do ambientalismo da periferia, associados a movimentos sociais que lutam pelo acesso aos recursos naturais por parte das populações tradicionais, seja em áreas urbana ou rurais a crise ambiental está associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria e à degradação ambiental, fundamentalmente, ao modelo econômico capitalista. Esse “ecologismo camponês” ou dos “povos da floresta” critica o ambientalismo proveniente de países industrializados, que não inclui as questões da pobreza e da má distribuição de renda na relação homem/natureza (VIOLA; LEIS, 1991). Aqui se tem pleno acordo com essas críticas. Os números da pobreza em Manaus são terríveis: a fome atinge 200 mil pessoas (JORNAL A CRÍTICA, 2005) e segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2005) diz que “a Arquidiocese de Manaus aponta que existem 50 mil famílias passando fome na capital do Amazonas. A maioria vive em zonas de invasão, nas Zonas

Norte e Leste da cidade, e sobrevive de bicos e solidariedade. Campanhas como 'Natal Sem Fome' e 'Ame o Próximo' têm como objetivo ajudar pessoas a [...] recuperar a dignidade de poder viver do suor do próprio trabalho". *Dom Luiz Soares Vieira* afirma na para a FVG (2005): "São locais sem água encanada, luz, transporte e esgoto sanitário". No centro mundial da maior floresta tropical do mundo, de um país riquíssimo em recursos naturais como o Brasil, essa destruição social da vida se explica pela força do capital.

Belém – Brasil. A Amazônia, e suas cidades, desde os tempos remotos da colonização sempre estiveram ligadas à periferia dos sistemas econômicos internacionais e de suas etapas, sejam em base ao mercantilismo, industrialismo, ou mais recentemente do informacionalismo. No período da colonização, sob os auspícios, os interesses e disputas das metrópoles européias, foram surgindo os primeiros pólos de aglomeração, como garantia e ocupação territorial dos lusitanos, que então se viam ameaçados pelos rivais espanhóis e até mesmo pela perigosa presença dos franceses e holandeses que faziam suas incursões por estas bandas. Surgiram então as primeiras fortificações e vilas, que posteriormente se transformaram em cidades. Belém, assim como outras cidades antigas da Amazônia é fruto deste longo processo de desenvolvimento urbano que data ainda do século XVII¹⁵⁶.

Belém capital do estado do Pará, é a segunda cidade mais populosa da região Norte, é conhecida como “Metrópole da Amazônia”. A capital paraense, excluindo-se da população metropolitana, conta com cerca de 1.424.124 habitantes. Assemelhando-se a uma península, cercada por água, áreas militares e de proteção ambiental, teve pouco espaço para expansão, ocasionando conurbação com municípios próximos dando origem a Grande Belém que tem população estimada em 2,1 milhões de habitantes. Historicamente, constituiu-se na principal via de entrada na região norte do Brasil, devido a sua privilegiada posição geográfica. Situada às margens do rio Guamá, próxima à foz do rio Amazonas, por sua localização no extremo Norte da malha rodoviária brasileira BR-316 (Nordeste), BR-010 (Belém-Brasília) e PA-150 (Alça Viária) (Fotografia 17).

¹⁵⁶ Embora a partir do século XX tenha ocorrido uma modificação radical na hierarquia das cidades amazônicas¹⁵⁶, especialmente na década de 1960, o evento mais significativo foi o crescimento das principais metrópoles regionais, Belém e Manaus, correspondente ao aparecimento da classe de tamanho de cidades superior a 500.000 habitantes. Nas décadas seguintes, essa tendência foi reforçada pelo crescimento de duas outras capitais, Cuiabá e São Luís (Machado, 1999). Além das capitais dos demais estados da região como Macapá (AP), Roraima (RR), Rio Branco (AC), Palmas (TO), Porto Velho (RO) e da grande importância demográfica, econômica e cultural alcançadas pelas cidades de médio porte como Santarém e Ananindeua no Pará e Tefé e Parintins no Amazonas, respectivamente os dois maiores Estados da região e da federação brasileira.

Santa Maria de Belém do Grão Pará, juntamente com Vigia e Cametá formam os mais antigos municípios do estado do Pará e conseqüentemente da Amazônia. Belém e Vigia datam de 1612 e Cametá de 1635. Além de serem uma das povoações mais antigas da Amazônia brasileira, essas primeiras aglomerações urbanas se tornaram, posteriormente, as principais áreas do conflito armado, ocorrido na primeira metade do século XIX, que ficou conhecido por Cabanagem¹⁵⁷ (COSTA, 2003). Tendo em Cametá sua origem, a Cabanagem se desenvolveu e teve suas maiores glórias em Belém e se constituiu no único movimento revolucionário daquele período e até hoje, a chegar ao poder no Brasil e na Amazônia contra o julgo português e sua derrota se constituiu numa grande perda (LOUREIRO, 1992; COSTA, 2003).



Fotografia 17 - A península de Belém, margeada pelos rios Guamá, Pará e Guajará. Fonte Landsat (2006).

¹⁵⁷ Mesmo depois da independência do Brasil em 1822 e da Adesão do Pará em 1823, a economia e a política regional continuavam sob o domínio conservador de portugueses e brasileiros que formavam os setores dominantes da sociedade, integrado por grandes proprietários de terras, comerciantes, profissionais liberais e representantes do governo e a eles se opunham toda uma população pobre e alijada de quaisquer condições dignas de vida, formada por segmentos de classe que eram oprimidos e explorados pela elite econômica e política: pescadores, índios, caboclos, negros e um parcela de brancos pobres. Estes viviam em cabanas à beira dos rios e igarapés, e revoltados com as condições de miséria e exploração a que eram submetidos, rebelaram-se contra as camadas dominantes e o poder instituído. O movimento por eles liderados entre o período de 1835 a 1840 ficou conhecido como “Cabanagem”, em alusão as habitações onde viviam (COSTA, G. 2003).

Situada nas margens da Baía do Guajará, pertencente à bacia hidrográfica do grande desaguadouro e foz do rio Amazonas, Belém, que era originalmente habitada pelos índios Tupinambás se tornou uma das cidades mais importantes e estratégicas do ponto de vista econômico, cultural e de controle do poder no período colonial. Com o crescimento da importância da borracha (Seringueira - *Hevea brasiliensis*) que gerou o chamado ciclo da borracha, entre o final do século XIX e começo do século XX, Belém atingiu seu grande apogeu comercial. Nesta época áurea da economia gomífera, seu crescimento acelerou vertiginosamente. Sua economia ligada ao extrativismo vegetal, setor dinâmico a quem se deve atribuir o impulso inicial do desenvolvimento da urbanização na região, se tornara cada vez mais evidente a partir da segunda metade do século XIX (MACHADO, 1999), em que a título de ilustração se tem entre 1856 e 1907, um incremento da população de Belém da ordem de 20.000 para um total aproximado de 192.000 habitantes, o que representava à época, 25% da população do estado do Pará, e mais de dez vezes o tamanho populacional de Cametá, a segunda cidade na hierarquia na região. Sua posição de cidade-primaz pode também ser avaliada pelo grau de centralização dos recursos financeiros disponíveis para investimento urbano. Em 1891, o montante de recursos para Belém era 21 vezes maior que à soma de recursos das três cidades seguintes na hierarquia urbana (Cametá, Santarém e Óbidos); em 1907 Belém era 33 vezes maior que Cametá e 65 vezes maior que Santarém (Machado, 1999). Por estes dados demográficos fica muito claro a diferença e distanciamento que a capital já tomara em relação as principais cidades do interior do estado do Pará há um século atrás. Seu desenvolvimento histórico sempre ligado à economia primária e ao comércio, Belém nunca conseguiu o posto de “cidade industrial” propriamente dita e ainda hoje não pode ser considerada como tal, a despeito do crescimento de seu “distrito industrial” a partir da RMB.

Um estudo do Produto Interno Bruto levantado pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) revela que a economia teve melhor desempenho em duas mesorregiões paraenses. No Sudeste¹⁵⁸, o crescimento nominal em 2003 em relação a 2002 foi de 19,47%. O crescimento do PIB no sudeste foi superior em 5,04 % em relação ao crescimento nominal do PIB Pará, que foi de 14,43 % no mesmo período. Outra performance foi a da mesorregião Metropolitana de Belém, que cresceu 16,4%. Por outro lado, a mesorregião metropolitana de Belém, com PIB de R\$ 11,7 bilhões, para o mesmo

¹⁵⁸ Formada por onze municípios, essa mesorregião firma-se como a que concentra maior riqueza no Estado: 40%. As três âncoras econômicas identificadas como fatores de crescimento do PIB no interior são: indústria e serviços (na metropolitana) e a indústria e agropecuária (na mesorregião sudeste) segundo a AGÊNCIA PARÁ (2005).

período continuou ocupando o primeiro lugar em termos de participação, com 40% no PIB total do Estado¹⁵⁹. Os municípios com maiores participações no PIB da mesorregião metropolitana foram: Belém (R\$ 7,3 bilhões), com 62,46%; Barcarena (R\$ 1,9 bilhão), com 16,93%; e Ananindeua (R\$ 1,3 bilhão), com 11,60%. Juntos, estes representam 90,99 % da mesorregião. Apesar da predominância do setor de serviços, quando se fala em "peso econômico" e "função econômica" da cidade, foi a indústria que teve maior crescimento nominal, neste último período com 26,61%, com destaque para a expansão da produção concentrada em Belém, Ananindeua e Barcarena (particularmente nessa última), assim revela-se porque MRB está associada ao maior PIB, pois em Barcarena está instalado o maior complexo de produção de alumina e alumínio do País, onde essas matérias-primas já dão sinais de verticalização (AGÊNCIA PARÁ, 2005) e que emprega uma relativa mão-de-obra residente em Belém.

O Anuário Estatístico do Município de 1998 aponta que 34,36% da superfície do município corresponde à porção continental, e 65,64% insular, constituindo-se de trinta e nove ilhas, circundadas pela Baía do Marajó, ao norte, e do Guajará a oeste, e ao sul onde deságua o rio Guamá, o que contribui para a conformação peninsular da cidade e sua característica de cidade portuária da Amazônia tradicional, aquela ligada pelos rios da região. Como se pode verificar o *hinterland* de Belém é abrangente, visto que sua economia movimenta, além da zona rural própria, outras economias da região entorno, estas formadas basicamente pela microrregião bragantina, marajoara e baixo-tocantina que fornecem a maior parte dos produtos primários advindos do extrativismo, da pesca tradicional, da agricultura e grande parte do aporte de produtos da pecuária. São microrregiões de apoio e muito importantes para o desenvolvimento da capital, com a quais Belém faz trocas materias-mercantins-financeiras e cultural, ao mesmo tempo em que serve como entreposto e intercâmbio de produtos industrializados vindos do Centro-sul do Brasil e/ou do exterior com estas.

A Região Metropolitana de Belém (RMB) foi se formando no contexto da expansão da capital paraense, especialmente em direção interior ao território, melhor área contínua, já que não podia crescer para dentro do Guamá. E com o tempo, dedes a década de 1970 foi encostando nas zonas urbanas limítrofes e incorporando os municípios vizinhos.

¹⁵⁹ No ranking dos 143 municípios, os que apresentaram os maiores valores no PIB do Estado foram: Belém (R\$ 7,2 bilhões); Barcarena (R\$ 1,9 bilhão); Tucuruí (R\$ 1,5 bilhão); Ananindeua (R\$ 1,3 bilhão); Parauapebas (R\$ 1,1 bilhão); Marabá (R\$ 953 milhões); Santarém (R\$ 923 milhões); Paragominas (R\$ 508 milhões); Castanhal (R\$ 423 milhões) e São Félix do Xingu (R\$ 416 milhões), esses são os dados da AGÊNCIA PARÁ (2005).



Fotografia 18- Prédios modernos, desaparecendo a antiga cidade e porto que perderam sua função econômica, apenas resistiu como espaço turístico, passou a ser a “Estação das Docas”. Fonte: Domínio Público(2008).



Fotografia 19- O conhecido mercado Ver-o-Peso em azul, ao fundo as Docas e novos prédios Fonte: Domínio Público (2008).

Há de se destacar que a área mais densamente ocupada representa a conurbação, como anteriormente explicitada, desde a década de 1970 e envolve, já no final da década de 1980 porções urbanas dos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides. O crescimento em direção a Santa Bárbara só ocorre nos anos 1990 (LIMA, 2004) e continua em processo de expansão. Particularmente nas últimas duas décadas, com a nova dinâmica da economia globalizada Belém vem cada vez mais sendo ligada à rede mundial de fluxos de informação e transporte. As redes de ligações informacionais contemporâneas, produto da nova reconfiguração da sociedade capitalista e seu movimento mais geral, juntamente com as formas tradicionais de informações e redes de transportes lhe possibilitou entrar em contato com mercados e fluxos econômicos, materiais e informacionais das mais diversas regiões e continentes, muito mais intensamente do que em qualquer outro tempo histórico. Mas não se pode esquecer que Belém se desenvolveu ao longo da história fundamentalmente por seu caráter geopolítico, era importante centro político e econômico no período colonial. O que lhe conferiu, por muitos anos *status* de grande cidade e um dos pólos de poder político no Brasil dos primeiros séculos, até a ascensão do período republicano, quando seu declínio acelera até se tornar uma metrópole regional, periférica. Como salienta Singer (1987), esses processos todos formam um complexo de situações que influenciam no desenvolvimento das zonas urbanas, que de alguma forma acabam “fixando” sua função, especialização, ao menos por um período. O que vai contribuir ao longo do tempo para o seu ritmo de crescimento, seus *sistemas de trocas*, que, do ponto de vista econômico, configura *a rede urbana* e em última instância, as relações socioeconômicas e socioambientais estabelecidas entre sociedade, espaço urbano e os ecossistemas por ela constrangidos. Assim, Belém é considerada uma cidade de serviços e turística apresenta áreas mais nobres apropriadas pela elite econômica e as grandes empresas, com o processo de modernização e expansão se tornou vertical em sua antiga região portuária e central (Fotografias 18 e 19 anteriores).

Belém apresentou em 2008 um IDH de 0,81, o maior entre os municípios do Pará, estado onde quase a metade dos 7 milhões de habitantes vive abaixo da “linha de pobreza”, com famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita, ou pouco acima de 200 reais. São exatamente 3.491.389 pessoas nessa condição, com renda insuficiente para custear necessidades mínimas biológicas, segundo o último mapa da exclusão social do Estado, de 2004 para 2005. A legião dos pobres cresceu 1,29%, incorporando mais 44.496 pessoas. O PIB per capita do Pará equivale a menos da metade do indicador nacional. Houve uma discreta elevação, de 2%, nesse índice entre 2004 e 2005, mas não mudou a situação: enquanto a participação média de cada brasileiro na riqueza nacional somou R\$ 10,7 mil

reais, ao povo do Pará coube a cota de R\$ 5,3 mil. A concentração da renda no Estado é das maiores do país, chegando a 0,76 na escala GINI¹⁶⁰, Além de não dispor de renda para sair da linha de pobreza, a população paraense enfrenta condições de vida mais adversas do que o cidadão médio porque evolui mais lentamente. De 2005 para 2006 a proporção dos que têm acesso à rede geral de água passou de 47,31% para 48,30%. A média brasileira, porém, é de 83,21%. Se o saneamento básico é ruim, a moradia é pior ainda porque involui: no mesmo período o déficit habitacional subiu de 49,15% para 50,52%. Seguiu tendência inversa do comportamento do índice nacional (PINTO, 2008). Na capital e sua zona metropolitana parte da população sobrevive em condições de pobreza ou mesmo miseráveis, onde comer significa se disputar a sobrevivência com urubus (Fotografia 20).



Fotografia 20- Belém, lixão do Aurá, lugar da reprodução da miséria absoluta. Fonte: Domínio Público (2009)

Belém apresenta pobreza difusa em sua geografia. A pobreza não está localizada só na periferia, cada vez mais o próprio Centro Histórico, por sua infra-estrutura disponível, embora obsoleta para as antigas atividades comerciais do tempo da borracha, tornou-se um recurso

¹⁶⁰ Escala que vai de 0 (a igualdade ideal) a 1 (a desigualdade máxima).

passível de ser explorado pelos mais pobres, segundo a mesma lógica aplicada na ocupação das baixadas de Belém (de exploração do meio ambiente para acesso às localizações privilegiadas na cidade). As ruas do centro histórico de Belém foram rapidamente tomadas por barracas de ambulantes dos mais diversos segmentos (vestuário, eletro-eletrônicos, alimentação), e os velhos edifícios abandonados foram transformados em depósitos para mercadoria, sanitários público ou encortiçados. Assim a habitação retornou ao centro de forma clandestina, muitas vezes sem água encanada. Os edifícios anteriormente renomados como endereço dos melhores escritórios de representação comercial (locais e estrangeiras), e de profissionais liberais, hoje funcionam com metade de sua capacidade, com aluguéis mais baratos. Hotéis foram invadidos, e atualmente colocam suas instalações à venda ou resurgem sob nova administração em um patamar inferior de qualidade. O transporte público que antes permitia o desembarque de centenas de pessoas no Ver-o-Peso hoje circula na área com taxas baixas de ocupação (CARDOSO, D.; NASSAR, S., 2003).

Os movimentos que articulam as cidades na sociedade global da alta modernidade¹⁶¹, estão presentes nas diversas formas de estruturas sociotécnicas e sociometabólicas que as constituem. Belém e Manaus, como cidades amazônicas de alguma forma imprimem na memória cultural sua relação com a floresta, os rios, a condição material e simbólica amazônica. No passado já foram cidades importantes, centros impulsionadores de ciclos extrativistas, hoje diante da nova realidade da sociedade e da economia onde o espaço em constante transformação tenciona e organiza o tempo na sociedade em rede (CASTELLS, 2001a), estas cidades encravadas em uma das regiões sob o impulso das elites locais mais arraigadas e sob seus governos, muitas vezes estruturam-se para competir na economia global, estabelecendo redes de cooperação entre as instituições regionais e as atividades produtivas desenvolvidas distantes¹⁶². Manaus mais que Belém se estrutura em base a esta dinâmica, ainda que de forma subalterna e periférica, como não poderia deixar de ser em se tratando de

¹⁶¹ A despeito das condições e contradições extremas, segundo Sasken (1994), o fenômeno da globalização impôs às cidades a tarefa de tornarem-se competitivas e atraentes para os segmentos da economia atualmente em ascensão. As cidades dos países centrais demonstram maior preocupação com o meio ambiente e tentam se despoluir, enquanto tornam-se centros de negócios e de difusão de informações, beneficiando-se da infraestrutura de comunicação e transporte que acumularam historicamente. Nos países periféricos as cidades procuram atrair atividades produtivas (indústrias) que buscam custos de produção mais baixos, oferecem subsídios e fazem investimentos em infra-estrutura que as conectem à nova rede mundial de cidades (tais como aeroportos e redes de telecomunicações). A exceção de cidades globais (Londres, Nova York e Tóquio, em um primeiro momento, seguidas por cidades como Paris, Los Angeles ou São Paulo), todas procuram um diferencial (HALL, 1995).

¹⁶² No caso da Amazônia se percebe um movimento neste sentido, especialmente entorno da economia do setor primário, seja advindo das atividades agropecuárias ou do extrativismo mineral, florestal ou da pesca regional, via o que se condicionou chamar de *Arranjos Produtivo Locais*.

cidades médias no contexto da América Latina e mesmo podem ser consideradas pequenas dentro da própria macrorregião (São Paulo, Cidade do México, etc.) e ao lado das demais cidades globais (Nova York, Londres, Tóquio, etc).

As noções teóricas ao materialismo dialético colocadas no decorrer deste trabalho fundamentam o que Singer (1987, p. 144) afirma: “é impossível compreender a economia de uma cidade sem situá-la no contexto da rede urbana à qual ela pertence, e sem determinar as funções especializadas que ela exerce”. Sendo que é imprescindível caracterizar e registrar a importância de suas funções, pois estas, em última instância forneçam os elementos que *determinam o tamanho da cidade, vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento*. Entendendo que, em um sentido geral, toda cidade é um “local de mercado” de produção e venda onde se realizam as necessárias relações sociais de trocas econômicas em intercâmbio regular de mercadorias (WEBER, M., 1976), daí se fundamentando a relação entre sociedade e espaço no meio urbano enquanto estabelecimento de mercado na sociedade capitalista global. O desenvolvimento de uma cidade, conseqüentemente está subjacente ao desenvolvimento da sociedade que a compõe e/ou que nela exerce forte influência. Nesta acepção, o poder da sociedade, mais precisamente de sua elite dirigente, enquanto poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os dirigidos, produz as condições de acumulação e reprodução do capital e intervém nas contradições e conflitos sociais do meio urbano. Onde a privatização da terra, da moradia, dos serviços básicos de água, esgoto, energia, saúde, educação, assim como a segregação espacial, é resultante da intervenção reguladora do Estado via política das elites na luta pela apropriação do espaço.

Do ponto de vista mais teórico se fez necessário, estabelecer uma visualização e compreensão mínima dos processos históricos e geográficos em que Belém se constituiu e hoje está inserida. Uma vez que não diferente de qualquer outra cidade, Belém é fruto do movimento da sociedade, dos processos sociais e econômicos que a constitui. Marx e Engels em seus primeiros escritos já registravam que um processo social se diferencia em dois aspectos: história (totalidade) e práxis (prática social). A *história* vai do passado longo ao presente. Onde o historiador deve fazer o caminho inverso, verificando como pode o passado gerar o presente. E a *práxis*, se fundamenta neste movimento, apoiada no presente que constitui, prepara o futuro, encara o possível, no limite, a total transformação do mundo real via revolução total (LEFEBVRE, 1972), em historicidade e práxis. Portanto para além dos dogmas, em bases reais, os indivíduos e suas condições de existência, empiricamente verificáveis. Onde *os homens produzem direta e indiretamente a sua existência material modificando a natureza* simultaneamente física e social em base a reprodução de seu modo de

vida, a maneira que produzem. Logo compreender os atuais estágios do processo de desenvolvimento das grandes metrópoles da Amazônia, ao seguir o caminho metodológico escolhido, requer aprofundar essa breve digressão histórica, especialmente de sua história contemporânea mais recente, que fundamentará a constituição do presente, os desafios e perspectivas socioeconômicas e socioambientais para a cidade em questão e sua população, especialmente as classes sociais materialmente pobres ou empobrecidas, que são as que mais sofrem as consequências da “racionalidade” da expansão urbana ou “inchaço urbano”.

Assim, após o período de crescimento que se seguiu depois da Segunda Guerra Mundial, a sociologia do desenvolvimento, formulada pelos técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), postulava como objetivo o desenvolvimento ou a modernização das sociedades chamadas “tradicionais” ou “atrasadas”¹⁶³, tendo como paradigma de desenvolvimento a sociedade industrializada norte-americana (CARVALHO, I., 1992) pautada nos objetivos políticos estratégicos de abrir espaços para a expansão capitalista em novo estágio de acumulação e de divisão internacional do trabalho; manter a hegemonia norte-americana, ampliando sua esfera de influência política e econômica, ofereci às sociedades periféricas um projeto de futuro que apontava para o ingresso na sociedade do bem-estar e do consumo. Para tanto, se dizia que era preciso crescer economicamente, modernizar-se, mesmo que isso demandasse sacrifícios. Subjacente a este “mito do desenvolvimento”, que vinha “redimir as sociedades do atraso e da pobreza”, se estruturava uma rede de relações de dominação política e econômica entre os países periféricos e os países centrais (CARVALHO, I., 1992) que desde então tenciona globalmente as nações “em desenvolvimento”. Para o Brasil este modelo não foi outro e se replicou na Amazônia este mesmo padrão reprodutivo da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Daí a implantação em regime de urgência dos Grandes Projetos na Amazônia e o desenvolvimento de suas metrópoles regionais, a reboque das quais vieram as cidades medianas da região. Neste contexto macro-político e macro-econômico que se insere Manaus e Belém do ponto de vista da economia global mais recente. E que em grande parte determinaram e determinam hoje seus quadros de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento em base à hierarquia e dinâmica nacional e internacional do modelo histórico da civilização ocidental.

¹⁶³ As *sociedades tradicionais* ou *atrasadas* eram caracterizadas como aquelas de produção limitada, ciência e tecnologia pré-newtonianas, agrícolas, altamente hierarquizadas, sem instrução, sem classes médias, de baixa renda *per capita* e com altas taxas de mortalidade e fecundidade. Em contraposição, a *sociedade moderna* que ra era a que tinha emprego de fontes de energia de alto potencial, permanente criação e inovação de tecnologias, alta produtividade, urbanização, altas taxas de investimento em relação ao PNB, tecnologias poupadoras de mão-de-obra, baixas taxas de mortalidade e fecundidade (CARVALHO I., 1992) entre outros atributos sociais e econômicos.

A partir deste contexto mais geral que a questão urbana na Amazônia do final do século XX e início do XXI deve ser tratada, pois é desse contexto histórico, político, social e econômico, que advêm parte considerável dos atuais problemas de Manaus e Belém, e da urbanização na Amazônia. Que de um modo mais geral não são tão diferentes do quadro econômico que estivera submetida historicamente, desde a decadência do ciclo da borracha e ainda hoje a condiciona, qual seja: uma região ainda subdesenvolvida para os padrões capitalista, com grande inchaço populacional em suas metrópoles, déficit de infra-estruturas sociais e econômicas, aumento do volume de problemas derivados destes, com a agravante da destruição cada vez mais acelerada e profunda de seus ecossistemas¹⁶⁴, ao mesmo tempo em que não se vislumbra política efetiva em termos de geração e crescimento de emprego e renda regional, bem como política efetiva e eficaz de recuperação e conservação ambiental da capital.

De uma forma mais geral, a posição relativa da RMB no cenário amazônico tem sido de perda de importância como se antecipou, em que pese ser marcada por concentração de atividades terciárias e funções públicas, irradiadoras de fluxos e intercâmbios com toda a região, registre-se de grande importância econômica. Modificações na rede de cidades no Pará e na Amazônia como um todo têm sido causadas por modificações na economia regional, não mais dependente de uma única base urbana, provocando perda da supremacia regional de Belém (LIMA, 2004). Manaus hoje pouco tem contato com Belém, diferente de outrora, por onde passava todo o comércio fluvial da borracha e Belém era o portal desse intercâmbio internacional. Assim como cidades médias da região como Marabá, Santarém, Itaituba, entre outras, que mantêm rotas de comercialização, finanças e negócios diretamente com outras regiões do país, sem passar necessariamente pelo controle da capital.

Autores como Lima (2004) registram que o desempenho dos setores econômicos que apontam no sentido de um nítido processo de "terceirização" e uma tendência de "estatização" do emprego formal na RMB mostra que já em 1980, os empregos formais do setor secundário representaram 26,3% do total, caindo para 16,7% em 1990. Quanto ao terciário, o comércio reduziu sua participação de 15,5% para 11,9%; os serviços mantiveram-se por volta de 30%, enquanto a administração pública cresceu substancialmente (25% para 36%). Por esses dados fica evidente que Belém, sofre um processo que pode ser caracterizado como desindustrialização, depois de uma tentativa de o fazê-lo nas décadas de 70 e 80, especialmente com os incentivos financeiros e fiscais da SUDAM e do BASA. Um exemplo

¹⁶⁴ Belém esta situada às margens de um rio tributário do Amazonas e de uma complexa microbacia hidrográfica, conforme indicado na introdução deste trabalho e despeja grande parte de seus dejetos neste.

claro dessa condição está nos espaços industriais em decomposição, representados hoje nos distritos de Ananindeua e Icoaraci, muitos dos estabelecimentos industriais estão fechados, falidos, ou francamente decadentes, especialmente as indústrias de cerâmicas, do setor pesqueiro, naval e madeireiro, entre outras. A cidade volta à sua função tradicional, dominada pelo setor terciário, comércio e serviços, especialmente os públicos, esta aparentemente continua sendo sua força.

A espacialização de dados censitários mais recentes, a exemplo do que já foi feito em outras metrópoles do país, deverá mostrar distinções devido a posição da RMB de Belém em relação a capitais pertencentes ao pólo hegemônico do sul e do sudeste do país. Até que ponto as modificações na estrutura social na metrópole Belém seriam advindas da estrutura econômica e institucional tendo em vista efeitos da globalização na substituição da produção industrial fordista? Poderíamos estar falando de uma estrutura social resultante de uma dualização da estrutura social, caracterizada, em parte, por empregos altamente qualificados e bem remunerados, juntamente com ocupações de qualificação inferior e baixa remuneração? Será que esta situação poderia estar produzindo imagens da cidade, conforme descreve Ribeiro (2000), como “cidade partida, cidade dual, cidade da exclusão, cidade dos enclaves fortificados, cidade do *apartheid social*, expressões de polarização social”?

Mesmo sem esgotar as possibilidades de análise histórica mais recente, os pontos questionados formam uma primeira aproximação para analisar tendências a serem exploradas e processadas para a Região Metropolitana de Belém. Como tendência a ser explorada, em comparação às inicialmente levantadas se poderá verificar mais claramente os efeitos da globalização e modificações causadas pela industrialização, pós-industrialização e/ou desindustrialização em um estudo mais profundo de Belém que possivelmente trará situação distinta, particular no contexto nacional e regional. Pelos poucos resultados do desempenho industrial históricos e a dependência existente com o pólo hegemônico do sul e sudeste, os reflexos das modificações detectadas nos paradigmas da pós-industrialização e aplicáveis a cidades globais, poderão ser testados em um espaço fora do circuito maior do capitalismo, como é o caso da periférica RMB. Problemas de várias ordens poderão ser articulados, como o caso da questão ambiental, utilizando-se os dados sobre da metrópole regional, será possível vislumbrar o papel do urbano na exploração econômica da Amazônia (LIMA, 2004).

Então a problemática da urbanização na Amazônia se inscreve sobre estes signos de desestruturação socioeconômica do espaço em função do modelo histórico de centro *versus* periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento em meio à discussão sobre o planejamento urbano, o fenômeno da migração rural-urbana, etc. Problemas socioeconômicos e ambientais

que, ao não serem resolvidos no passado e seguindo a mesma dinâmica no presente vão acumulando resultados negativos de empobrecimento, marginalização da população mais pobre, além de degradação social e ambiental está em curso maior periferação em termos de poder político e econômico em comparação com outros centros e zonas metropolitanas nacional. Neste contexto a mãe-de-obra, a força muscular e intelectual dos trabalhadores, que nos últimos anos vem sofrendo forte tencionamento e esgarçamento pela dinâmica imposta pela nova realidade da sociedade tecnológica assentada na destruição crescente de postos de trabalho em geral, envolve Belém diretamente, a fragmenta, pulveriza e redimensiona em base à globalização econômica sem fronteira, da forma como a força de trabalho e o mundo do trabalho se movimenta, se processa e reprocessa na contemporaneidade emergindo ou ressurgindo formas precarizadas de trabalho. as transformações que o mundo e o capitalismo passa enlaçam as relações de desenvolvimento das forças produtivas, que se dá por mudanças de alguns elementos, fundamentalmente nas ferramentas da telemática, nas técnicas e nas tecnologias da sociedade informacional que passam, continua e fundamentalmente por uma sociedade produtora de mercadorias.

Como já se adiantou, Belém não faz parte da rede fundamental de fluxos da nova sociedade informacional e ou da comunicação, é apenas metrópole regional, não dominante e hegemônica do novo padrão civilizatório-tecnológico tanto nacional quanto global. Mas porque está localizada em uma região de interesse estratégico para o domínio do capital, a Amazônia, e esta ainda se constituir como uma grande fronteira aberta, está aderida a esta dinâmica muito mais que várias outras capitais brasileiras de mesmo porte e importância como Fortaleza (CE), Recife (PE), Goiânia (GO), Vitória (ES), entre outras. Sobre isso, mais adiante se completará esta discussão, no último capítulo, local mais apropriado, será retomada com maior vigor, quando se fará também a correlação das questões socioambientais ligadas à problemática da urbanização na Amazônia. Uma vez que se compreende que os espaços estão em toda parte, fazem parte da vida em sociedade, é sua expressão social, interligados com as dinâmicas da natureza e da economia. *O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida humana* (CASTELLS, 2001a, p. 401). Sendo a cidade, como espaço, uma complexidade desta dimensão mais evidente aos olhos, muito em função dos padrões de localização das principais atividades econômicas, seus produtos resultantes da interação entre tecnologia, capital, natureza e sociedade. Que para Castells (2001a) vem assumindo uma nova forma, nova lógica espacial, diversa do espaço de lugares, caracterizando-a por *espaço de fluxos, que é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos*. Tendo sua expressão, na sociedade da alta modernidade, na

evolução das cidades, para *cidades globais*, que para aquele autor não é um lugar e sim um *processo na nova economia informacional*, organizada a partir de centros de controle em termos de riqueza e poder, em função das práticas e estruturas sociais dominantes.

Neste contexto se insere tanto Manaus como Belém, enquanto periferias (do Brasil) que se insere na periferia (América Latina) do circuito global da economia e da política internacional. No entanto, vale ressaltar que as metrópoles regionais, Manaus e Belém em particular, vêm adquirindo, ainda que lentamente, crescente importância estratégica tanto nacional como internacional, especialmente quanto, sua biodiversidade, sociodiversidade e potencial turístico, *lócus* privilegiado de projetos científicos e incidência de pesquisas e pesquisadores fazendo com que muitos se voltem para a Amazônia, aportando cada vez mais intensamente na cidade e região. Lembrando e entendendo que: “nas economias capitalistas, a distribuição do poder de compra determina o que será produzido, quem será pago e quem irá usar os bens e serviços da economia. Sem o poder de compra, simplesmente não existem indivíduos no sentido real” (THUROW, 1997 p. 37).

A condição de indivíduo na sociedade capitalista está associada àqueles capazes de consumir e em sua maioria, nas cruas ruas os pobres nas metrópoles vem se tornando miseráveis, mesmo em economias industriais avançadas, mais ainda agora com a grande crise econômica deflagrada em 2008, onde também estão se produzindo mais velozmente aqueles que Marx reconheceria como *lumpen proletariado* – cuja produtividade potencial é tão baixa que eles não são desejados pela economia privada mesmo a salários que pudessem ao menos lhes permitir o sustento em algo parecido com o padrão de vida normal. Hoje estes são reconhecidos como os sem-teto, sem-terra, sem-emprego, sem-nada. O que no caso de Belém inclui, obviamente, além desse extrato populacional extremamente depauperado, outro, de pobres permanentes, em estado estrutural de miséria, os que morrem-vivem com quase nada e nas baixadas, entre pontes, lixos, fome, ratos, e violência, sobrevivendo em meio a toda gama de mazelas subumanas que a periferia presenteia com ares de boas-vindas ao fosso social recoberto de flores podres dominadas pelas fragrâncias-flagrantes da exclusão-exploração-e-opressão que a burguesia e os políticos traidores de sua própria classe os submetem. Estes segmentos empobrecidos subjazem imersos em uma “economia informal”, precarizada, dependente de bolsa de benefícios assistencialistas governamentais do tipo “bolsa família” que nada mais que perpetua sua miséria e desgraça. E ainda se sentem agradecidos por tamanha benevolência-hipocrizante. Não é preciso grande esforço para esta constatação, basta acompanhar os índices e estatísticas eleitorais de 2006 ou 2008, quando se podia ver as mãos ao alto, trêmulas e enrugadas dos miseráveis clamarem por seus “pais-dos-pobres”,

ressuscitados. Ou quando se olha panoramicamente para apenas dois bairros da cidade de Belém, Terra-firme e Guamá, limítrofes das maiores instituições de pesquisas e ensino de nível superior da capital paraense (UFPA, UFRA, GOELDI, EMBRAPA), e se depara como tamanha miséria da população e não se precisa ir muito, para a periferia da periferia da zona metropolitana, como “Águas Lindas” e “Riacho Doce”, entre outras, só a título de lembranças e de tão belos e irônicos nomes para tão grande e trágica miséria e se deparar com a destruição, decomposição de milhares. Em um cenário onde existem ou sub-existem, em Belém, um contingente populacional de *desempregados permanentes*, especialmente jovens, fora os trabalhadores em tempo parcial ou no chamado “bico”, “biscate”, etc. Perfazem uma legião de pessoas que vivem com menos do delimitado enquanto zona de pobreza, os que têm renda *per capita* de 1,00 US\$ dólar por dia, segundo o próprio Banco Mundial, são aqueles indivíduos da sociedade que não podem nem ser considerados consumidores de mercadorias, pois não possuem renda para tal classificação no mundo capitalista.

Afora tudo que foi tratado nos aspectos econômicos e sociais anteriores, Belém está sob forte impacto ambiental causado pela ocupação urbana desordenada em consequência da ausência e/ou parcas políticas públicas de gestão territorial e ambiental. Atualmente, os igarapés que drenam essa cidade, assim como em Manaus, duas das mais importantes cidades da Amazônia, que cresceram entre e ou sobre uma malha de cursos d’água em seu urbano, estão totalmente degradados pelo aporte de efluentes domésticos e industriais (SILVA, 1996; BARRONCAS, 1999; SILVA et al, 1999). Com o avanço da urbanização novas áreas estão em fase de degradação sem que se conheçam as características originais das suas águas superficiais, que são os melhores parâmetros para medir a qualidade, o grau de impacto, entender os mecanismos que controlam a concentração dos elementos químicos e orgânicos nos rios e igarapés locais (SHILLER, 1997; HORBE et al, 2005). Belém, hoje concretamente, vive uma profunda crise ambiental, que rebate nas condições sanitárias e sociais da população, em especial, a de baixa renda. Atingindo o abastecimento de água potável. Mas esta crise ambiental vai além da contaminação de seu manancial aquífero, atinge também os recursos edáficos, florísticos e faunísticos. As áreas verdes da cidade, além dos *défects* atuais estão sofrendo grandemente pela poluição atmosférica e contaminação por fungos e algas, neste particular, o Bosque Rodrigues Alves e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, atravessam graves problemas de ordem ambiental devido à expansão urbana e a crescente poluição atmosférica e sonora que tem trazido danos à fauna e flora remanescentes de pontos e partes da Amazônia. Além de problemas relacionados à introdução e proliferação de espécies exóticas ao ambiente característico das espécies nativas da Amazônia presentes nestas ilhas de

reservas encravadas no urbano. Sem falar no grave problema de transporte e engarrafamento em vários pontos da zona metropolitana, que tem sido um dos principais motivos de *stress*, entre motoristas e pedestres e um caos total na vida cotidiana de mais de um milhão de trabalhadores que lutam para entrar e sair dos coletivos em busca da sobrevivência. Não precisa ser especialista em questão urbana para se notar, vivamente, que do ponto de vista social, econômico e ambiental Belém está doente.

Relação entre Manaus e Belém. Neste século, em plena fase da globalização das atividades econômicas mundiais, a dinâmica regional tende a ter cada vez mais uma *dinâmica urbana*, seja em função do intenso processo de urbanização das atividades rurais, seja em função da gradual e irreversível perda de importância, desde o final do século XIX, das atividades primárias no conjunto das economias. Este processo, que é intensificado após a Segunda Guerra mundial, adquire não só características de intensa concentração urbana, mas também, com o advento da era da informação a partir dos anos oitenta, tende a formar grandes áreas metropolitanas que, aos poucos, vão se tornando *ciudades globais* (SASSEN, 1991). Neste contexto, ao mesmo tempo em que as atividades econômicas concentram-se em grandes áreas urbanas, elas tendem a ser atraídas ou mesmo caracterizadas pelas singularidades destas áreas (MARKUSEN, 1994). Manaus e Belém tendem a se conformar cada vez mais em áreas de grande concentração urbana.

A representatividade das *áreas metropolitanas*, ou *regiões metropolitanas* enquanto unidade de análise, pode ser observada através de duas características que todas, em maior ou menor grau, apresentam: 1) representam espaços regionais que geram significativa parcela da riqueza nacional; 2) são espaços regionais com expressiva capacidade de atração sobre outros espaços. Em outras palavras, a capacidade de produzir e polarizar são características fundamentais que tornam as regiões metropolitanas (RMS), unidades de análise fundamental para o estudo da dinâmica regional segundo LEMOS (2000). Enquanto unidade de análise também as RMS se inscrevem na questão da sustentabilidade. Acserald (1999), diz que uma *cidade sustentável* é aquela que na medida em que é capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, também reduz a desigualdade social, prove a educação e cultura em geral de seus habitantes e busca alcançar um ambiente construído saudável, bem como executar pactos políticos e ações permitindo enfrentar desafios presentes e futuros.

As cidades representam *per si* a modernidade, onde exercem funções industriais, comerciais, de serviços privados e públicos, inclusive religiosos, militares, etc. conforme o seu tamanho e funções distintas. Cidades pequenas do interior são geralmente centros de

comercialização de produtos agrícolas produzidas na circunvizinhança (*hinterland*); cidades médias costumam ser “cabeça de zona”, são mais especializadas, produzem o que as pequenas ofertam em quantidades e graus de incorporação tecnológico agregado, mais sofisticados e fortes economicamente, com prestação de serviços diversos e complexos; já as grandes cidades ou metrópoles são aquelas que, em geral, desempenham muitas das funções mencionadas anteriormente e mais a industrial, ainda que as médias e pequenas cidades possam ter indústrias, as grandes indústrias preferem ocupar as grandes zonas metropolitanas, exceto a indústria extrativista e ou agroindustrial, que em função da rigidez do produto (matéria-prima), preferem se localizar próximo do local ofertante, portanto tendo fortes vantagens estratégicas de se estabelecerem nestas zonas (SINGER,1987). A presença das grandes indústrias nas cidades geralmente é vista como sinal de desenvolvimento econômico, mas podem existir grandes cidades sem função industrial, como é o caso de Brasília e de Washinton, por exemplo, que possuem outras funções não econômicas, mas político-administrativas e ou ainda grandes cidades sem função industrial como Belém e Fortaleza¹⁶⁵, consideradas cidades de baixa atividade no setor secundário da economia (SINGER,1987), no entanto aparecem como grande centro do setor terciário, o comércio e o turismo, sem que aí a indústria tenha se desenvolvido.

A diferenciação apresentada em relação ao tamanho das cidades se deve a fatores históricos que decorrem do processo de povoamento do território. Uma vez estabelecidos os núcleos urbanos, cada um deles tende a se especializar em uma ou várias funções econômicas por sua localização geográfica, rede de transportes, atividades em seu *hinterland*, ou ao acaso histórico mais subjetivos como caráter e proveniência de sua população, incidentes políticos, alterações e ciclos econômicos, etc. (SINGER,1987), que acabam “fixando”, ao menos por um período, a especialização de uma cidade ou zona metropolitana, o que contribui para o seu ritmo de crescimento, seus *sistemas de trocas mercantis*, que do ponto de vista econômico, configura *a rede urbana* e de outro a sua importância sociocultural. Neste sentido as redes urbanas das principais cidades da Amazônia, Belém e Manaus, são distintas e semelhantes ao mesmo tempo. Belém e Manaus¹⁶⁶ são fruto de um longo processo de desenvolvimento urbano, que data ainda do século XVII. O apogeu do ciclo da borracha e fase áurea de Belém e Manaus deu-se entre [1890](#) e [1920](#), época que essas cidades gozavam de

¹⁶⁵ A despeito de seu mais recente impulso industrial, ainda que em baixa escala, especialmente de Fortaleza, ligada à economia têxtil, de confecções e turismo, mas que ainda são consideradas cidades com baixa taxa de industrialização.

¹⁶⁶ Manaus data de [1669](#), criada a partir do Forte de São José da Barra do Rio Negro. No local onde hoje fica Manaus, habitavam várias tribos indígenas (Barés, Banibas, Passés e os Manaós, estes últimos inspiração do nome à cidade).

tecnologias que outras cidades do sul do Brasil ainda não possuíam, tais como bondes elétricos, avenidas construídas sobre pântanos aterrados, porto flutuante (Manaus), edifícios imponentes e luxuosos, como o requintado Teatro Amazonas, o Palácio do Governo, o Mercado Municipal, etc. O ciclo da borracha esgotou com a concorrência dos cultivos asiáticos e a queda do preço no mercado mundial. Mas deixou no espaço rugosidade que até hoje fazem de Belém e Manaus cidades históricas. Com o tempo tanto Belém como Manaus foram tomando feições de grandes cidades regionais decadentes, mas com a migração interna dos que antes se ocupavam na economia gomífera, atraídos pelo novo ciclo de desenvolvimento industrial, via intervenção Estatal com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) esse quadro evolui diferenciando Manaus de Belém. Passado bastante tempo Belém continuou como um importante centro comercial regional, enquanto Manaus se constituiu, a partir da Zona Franca, como um centro industrial e comercial, possuindo maior rede urbana, volume de negócios, população e PIB.

Ainda que, obviamente, como metrópoles regionais Belém e Manaus produzam boa parte de suas necessidades, há um princípio básico na formação da rede urbana: *nenhuma cidade é auto-suficiente, independente, isolada*. Não podendo produzir alimentos e nem matéria-prima, a rede urbana os capta através de seus fluxos, via cidades menores, e estas por sua vez de sua zona rural. A rede urbana obtém os produtos da agricultura e do extrativismo, trocando-os pelos da economia industrializada dos grandes centros, bem como por serviços prestados. Desta maneira os alimentos, matérias-primas, produtos industrializados e serviços vão formando uma cadeia de oferta e demanda entre as pequenas, médias e grandes cidades que em seu longo percurso vão se distribuindo e alcançam o lugar de consumo, de realização da mercadoria (SINGER, 1987), em um complexo sistema circulatório da economia entre núcleos com funções distintas interagindo a partir de seus excedentes agrícolas, extrativos e ou industriais. Que movimentam o seu desenvolvimento endógeno e contribuem para o desenvolvimento exógeno, incorporando em suas rendas, produção bruta e líquida total, em uma permanente circulação de recursos, pessoas e mercadorias. Os chamados fluxos. Belém possui estes fluxos mais complexos que as cidades do interior do estado, por serem mais interacionais entre si, a partir das políticas dos governos nacional, estadual e municipal em maior volume e recursos via orçamento público. O maior Produto Interno Bruto (PIB), Fundo de Participação e arrecadação advindas dos impostos como IPTU e ICMS, entre outros.

Ao se examinar a economia de uma cidade por dentro, Singer (1987), diz que é muito importante distingui-la por atividades econômicas que se destinam ao exterior e as atividades que atendem as demandas internas de consumo. São as **atividades externas** que definem as

funções econômicas de uma cidade. Onde as relações entre as atividades de exportação e internas da economia de uma cidade são bastantes complexas e quase sempre interdependentes por não serem auto-suficientes, sua capacidade produtiva, assim como de importar produtos, serviços e matéria-prima, etc. Sendo que a *capacidade de exportação* de uma cidade é o que vai determinar o valor e ou taxa de consumo interno, porque está submetida diretamente à renda e capacidade de poupança da população, bem como à *capacidade de seu auto-consumo*, assim instituindo um processo acumulativo e rotativo permite o desenvolvimento local e/ou regional.

A cidade que perde mercado externo para seus produtos vê sua economia declinar, em função do encolhimento da renda e seu consumo interno. Assim, ao se analisar o caso de Manaus e Belém, e suas atividades que se destinam ao exterior, ficará mais claro o entendimento de suas funções no quadro da economia regional, nacional e global. Quanto às demandas internas de consumo, seria necessário dados mais específicos para determiná-los com maior precisão, mas é fácil inferir que, por exemplo, em comparação a Manaus, esta tenha um excedente produtivo industrial muito maior que Belém. Pois as atividades externas que definem as funções econômicas especializadas e importância de uma cidade como Manaus¹⁶⁷ são patentes, desde a ZF. Enquanto Belém não conta com esta vantagem competitiva no cenário regional, quanto mais nacional ou internacional. Mas é bom ficar evidente que isso não quer dizer que há jardins floridos na economia de Manaus. Manaus vive uma crescente crise com o advento do neoliberalismo político e econômico, cruzado pelo fenômeno da globalização e do informacionalismo. O ponto de partida diz respeito à inflexão estratégica, no início dos anos de 1990, representada pela política de abertura da economia brasileira como alternativa ao modelo de “crescimento para dentro”, que se tinha como esgotado depois de meio século de relativo sucesso. O novo caminho foi em boa medida imposto pelas circunstâncias mundiais da crise e reestruturação capitalista do último quartel do século XX. Porém, representou também uma opção interna, assumida pelo governo e pela elite econômica nacional submetida pelas regras dos imperialismos estadunidense, europeu e nipônico que assim o exigiam. O conceito de “integração competitiva”, elaborado no âmbito do BNDES no

¹⁶⁷ O número e a importância das funções econômicas de Manaus pode se resumir em seus três pólos (industrial, pecuária e comercial) que determinam o tamanho da cidade, o vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento desde o fim do ciclo da *Hevea brasiliensis*. Enquanto Belém segue não-industrializa, só mais recentemente tendendo timidamente construir esta perspectiva mais industrial com políticas de Arranjos Produtivos Locais – APL que tentam alavancar e diversificar em sinergias os setores da economia da capital paraense. Em função do histórico domínio do setor terciário, Belém e sua complexificação de relações sociais de produção e circulação internas e externas de bens, suas ofertas, demandas e especificidades, tem menor grau de desenvolvimento que a capital do Amazonas.

final dos anos de 1980, forneceu a base intelectual para a mudança de rumo (DULCI, 2002) da economia brasileira. A Amazônia, como parte do país e da dinâmica de reestrutura e submissão ao capital não escapou dessa realidade. Neste contexto se inscreveu os destinos de Belém e Manaus, dos pólos de APL presentes nestas, primeiramente em Manaus. Que não resistindo à tentação, cita-se uma vez mais a ZFM, que gerou inicialmente cerca de cem mil empregos diretos até 1992, hoje enfrenta uma crise de várias proporções; a pior delas, a redução do número de trabalhadores da indústria de 65 para 35 mil e o debate sobre a continuidade de sua institucionalidade como a única política pública para a economia da região financiada pelo Governo Federal. A sua manutenção como pólo de desenvolvimento vem enfrentando inúmeros impasses: desempenho negativo nas exportações em relação ao ano de 1999, guerra fiscal, e mais recentemente, as ameaças produzidas pela Lei de Informática. O que aparentemente pode ser compreendido como uma questão de disputa entre as forças econômicas e políticas da federação, é, na verdade, uma das consequências dos reajustes da economia capitalista internacional na realidade brasileira, que não se esgota nos embates regionais e nacionais (DULCI, 2002). Quanto a Belém idem, com o agravante de ser ainda mais pobre que Manaus, com menor “parque industrial” e menor PIB, menor ICMS, etc.

Belém e Manaus se tornaram **metrópoles regionais** e de algum modo estão ligadas ao todo da sociedade global, seja pelos espaços de fluxos das vias mercadológicas convencionais, seja pela nova dinâmica da sociedade informacional e sofrem as suas consequências negativas no campo do trabalho. Por outro lado, também um segmento minoritário da população, especialmente as classes altas e média desta, tiveram um ganho de qualidade em suas vidas com o advento da globalização e do informacionalismo. Ninguém pode negar os benefícios da informatização, da internet, etc., para quem dela pode usufruir. Mas apesar de ter avançado em termos de complexidade, estas sociedades e cidades amazônicas não podem ser comparadas às megacidades do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, estas fazem parte do entroncamento de fluxos globais da economia, Belém e Manaus a despeito de sua importância regional, não são páreas. Suas redes urbanas ainda são relativamente simples. O que mostra que se deve ter cuidado ao analisá-las sob a visão do desenvolvimento recente do capitalismo mundial e seu rebatimento regional e suas variabilidades e especificidades. Como aqui se tem um recorte específico da metrópole regional Belém, doravante não cabe outras observações a respeito de Manaus, lembrada e comparada aqui apenas a título de exemplo com a situação de Belém no contexto regional e, logicamente, por sua importância para a Amazônia e o Brasil, muito em função de sua Zona Franca e do pólo de turismo que vem se tornando nos últimos tempos.

Assim, particularizando, ao se trabalhar o enigmático mundo da alta modernidade a partir de uma visão do urbano regional, e como tem se fixado, especialmente de Belém, é sempre recomendado observar o que Geertz (2001), assinala quando trata da complexidade de uma sociedade e de um mundo não apenas que se apresenta globalizado e heterogêneo, mas também *em pedaços, de culturas e políticas fragmentadas*, como também de um mundo em que o século XXI será decisivo em vista das crescentes crises políticas, econômicas e ambientais, que a teoria social intenta a todo custo compreendê-lo (COSTA, 2006a). Um mundo de re-divisão, de posturas conflitantes, multi-culturalizado e contraditório, que elevam a importância das reflexões sobre o geral e o local, em que, segundo Geertz (2001, p. 192): “o geral é radicalmente não geral, que provém de um desejo, até de uma aflição de compreender o jogo do poder e aspiração que se encontra girando ao redor, num dado lugar perturbado, num dado momento desarticulado”. Portanto vive-se um mundo global, local, aberto, diverso, disputado, em um tenso jogo de poder político, econômico e de hegemonia cultural, onde há interesses diversos, em que prima de um modo mais geral as incertezas e imprevisibilidades (COSTA, 2006a), mas é bom que não se perca de vista que fundamentalmente, tudo está em função da lógica reprodutiva e como o sistema do capital e sua elite dirigente se apropria das riquezas, informações, e decidem, condicionam e submetem as demais nações e classes sociais destas. Neste feixe de racionalidade, que nesta sessão se intenta continuar a discussão do urbano.

A desestruturação econômica acelerada, o processo de expulsão dos camponeses para as periferias dos centros urbanos e consigo toda a gama de problemas clássicos que acompanham o êxodo, como: a miséria, o desemprego, a prostituição, a violência, a falta de infra-estrutura e saneamento básico - desestruturando as famílias e o espaço rural e urbano. Um modelo que tem se observado historicamente acontecer nas cidades da Amazônia. O que toma maior relevo com o advento dos novos dilemas e desafios da sociedade global¹⁶⁸,

¹⁶⁸ Um caso semelhante entre Manaus e Belém está presente na questão do tráfico internacional de pessoas. As mulheres são a maioria das vítimas, divulgou a ONU em outubro de 2007. A cada ano, mais de 2,5 milhões de pessoas são traficadas no mundo, de acordo com estimativa da Organização das Nações Unidas, cerca de 80% delas são mulheres e desse montante muitas são da América Latina, inclusive meninas do Brasil. Geralmente elas são atraídas por promessas de uma vida melhor, com bons salários e trabalho no exterior em profissões como babás, garçonetes e dançarinas de boate, mas, ao chegar, encontram uma realidade diferente. As mulheres e crianças se prostituem ou são obrigadas a se prostituírem em todas as cidades da Europa e do mundo, sob um forte e feroz controle de gangues, bandidos e traficantes - envolvem banqueiros, aliciadores, traficantes, acompanhantes, "protetores" e encarregados da lavagem do dinheiro que provém do tráfico. Dar números exatos da prostituição e do tráfico de mulheres é impossível: tudo acontece fora da lei. Todavia, é possível ter uma visão da enorme tragédia, consultando os dados fornecidos pelas polícias e entidades que trabalham para proteger as vítimas. As escravas que vivem na Europa, por exemplo, e são obrigadas a se prostituir chegam a 500 mil. Na Itália, onde consegui-se dados mais seguros, as meninas que são obrigadas a se prostituir somam 70 mil, das quais, um terço tem menos de 18 anos, na maioria, imigrantes irregulares ou clandestinas: 59% provém da

4.4 MODERNIDADE, ESTRUTURAS SOCIOTÉCNICAS E SOCIOMETABÓLICAS

O movimento da sociedade é um fenômeno complexo, está subordinado ao modelo hegemônico de sociedade. O processo de urbanização que se deu na América Latina e Caribe mostra o quanto nos últimos cinquenta anos se modificou ecúmeno, se configurou o território ocupado, como se expressou a territorialidade e enraizou a territorialização, verificada na estruturação e alocação populacional dos principais centros da macrorregião (Ver tabela 04).

Tabela 4 - População da área metropolitana principal e ou capital dos países da América Latina e Caribe.

Países e cidades	Porcentagem da população total					
	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Argentina: Buenos Aires e Córdoba	32,3	37,0	39,1	39,2	38,2	36,9
Bolívia: La Paz e Santa Cruz	12,0	...	...	19,3	28,3	30,8
Brasil : São Paulo e Rio de Janeiro	10,0	12,0	15,7	16,4	16,9	16,6
Chile: Santiago e Valparaíso	31,3	34,9	38,3	41,1	40,7	40,8
Colômbia : Bogotá e Medellín	8,7	15,0	21,1	21,9	22,6	21,6
Cuba : Habana e Santiago de Cuba	...	23,8	24,0	23,4	...	...
Equador : Guayaquil e Quito	14,8	19,6	22,2	25,6	27,0	29,4
Guatemala: Guatemala e Quetzaltenango	14,5	18,2	20,6	20,9	20,7	...
Haiti: Puerto Príncipe e Cap-Haitien	5,5	...	12,6	15,6	...	...
México: Ciudad de México e Guadalajara	13,9	17,3	21,5	24,2	26,7	24,5
Perú: Lima e Arequipa	12,0	20,3	26,7	28,5	30,6	-
Venezuela: Caracas e Maracaibo	18,9	24,0	26,6	24,9	22,5	20,5

Fonte: Tratado por Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Nigéria; 14%, da Albânia; 10%, da ex-Iugoslávia; 8%, da América Latina; 3,6%, da África do Norte. Existem também prostitutas européias e outras provenientes das Filipinas, da Somália e Etiópia. Do total, 35% das estrangeiras têm entre 14 e 16 anos. O faturamento global proveniente do tráfico para a prostituição, conforme dados das polícias européias, varia entre 5 e 7 bilhões de dólares, sendo que cada escrava, para ser aliciada, raptada, vendida, transferida ilegalmente para os países onde será obrigada a se prostituir, custaria para a gangue 16 mil dólares, que a vítima deverá reembolsar com seu trabalho. Conforme denúncia da OEA, o Brasil é um dos países que mais exportam meninas para a Venezuela, Bolívia, Guiana e Europa, pela rota de Manaus e Belém. O Centro de Estudos de Referência da Criança e Adolescente - Cecria -, em conjunto com outras organizações não-governamentais da América Latina. (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

Observando a tabela 4 acima não é difícil identificar que houve uma sensível corrida e concentração da população às principais zonas metropolitanas dos países, algumas praticamente até dobrando, como no caso do México, que vai de 13,9% em 1950 para 24, 5% em 2000, mesmo ultrapassando o dobro, como a Bolívia que vai de 12% no mesmo período para 30,8% de sua população vivendo em apenas duas cidades ou então triplicando como no Haiti, que em 1950 apresentava 5,5% de sua população do país concentrada em Puerto Príncipe e Cap-Haitien e três décadas depois representavam 15,6%. Mostrando que a modernidade radicalizada e suas estruturas sociotécnicas e sociometabólica na América Latian e Caribe se configuram, expressam e enraizam na dinâmica de formação de uma “*Sociedade Urbana*”.

Em 1968, Henri Lefebvre através de seu livro *Le droit à la ville* e em 1970 com *La révolution urbaine*, avança significativamente nas formulações teóricas sobre o fenômeno urbano, a urbanização e o urbanismo na presente etapa da modernidade, quando trabalha a hipótese da **Sociedade Urbana** que levaria à “urbanização completa da sociedade”. Henri Lefebvre, à época, dizia que essa sociedade “hoje virtual, manhã real”, caminhava irresistivelmente para a concentração. Lefebvre (2004, p. 15) reconhecia que o conceito de “sociedade urbana” era um tanto “confuso”, “ambíguo”, onde se poderia comparar entre si “sociedades urbanas” que nada tinham de comparáveis. Lefebvre (2004, p. 15), então diferenciava seu conceito, caracterizações e análises das interpretações de ideologias como o *organicismo* (cada “sociedade urbana”, em si mesma, seria um “todo” orgânico), o *continuísmo* (de que haveria continuidade histórica ou permanência da “sociedade urbana”), o *evolucionismo* (onde os períodos, as transformações das relações sociais estariam desaparecendo), reservando ao termo “sociedade urbana”, “unicamente à sociedade que nasceu a partir da industrialização”, ou seja, do nascimento da sociedade burguesa, “que resultava da urbanização completa” que no curso de seu desenvolvimento dominou e absorveu a produção agrícola, explodiu as antigas formas urbanas herdadas das transformações contínuas (situando dialeticamente a descontinuidade em relação às continuidades desse processo). Aqui se afilia esta tese, comungando dessa interpretação teórica, nestes termos quarenta anos depois, tomando como exemplo a América Latina e Caribe, desde os dados demográficos já apresentados, a “sociedade urbana” vem se consolidando, enquanto real, dando razão à assertiva de Henri Lefebvre. Assim a *Sociedade Urbana* por ele definida, hoje não mais virtual, mas real, na alta modernidade radicalizada fagocita, constrange, amalgama, digere e dirige o conjunto da vida societal, onde se instalou a

sede do poder da burguesia, é sob o advento da *Sociedade Urbana* que se reproduz a *Sociedade Informacional Global*.

A reprodução, metamorfose e resiliência do capitalismo na alta modernidade, mais que surpreendente, é apavorante no quadro histórico da *Sociedade Urbana Mundial* e em particular a que nasceu na América Latina: uma vez que todos os dados e índices de destruição social, econômica e ecológica coletados pelos principais organismos, institutos e agências de pesquisas científicas, muitos apresentados nesta pesquisa, asseveram sua capacidade de destruição não só regional, como planetária. Diante de mais uma grande crise econômica de graves conseqüências sociais, econômicas e ambientais - que não se sabe ainda como vai se comportar politicamente, a despeito de outras crises e seus desdobramentos - segue o sociometabolismo do capitalismo a despeito de seu desenvolvimento insustentável. Lembrando que o capitalismo global e sua corrida sem fim em busca do **crecimento perpétuo** se estrutura para além dos meios de produção e muito mais fortemente que antes, em “meios de destruição”, que passa do “consumo produtivo” para o “consumo improdutivo” como já evidenciava Luxemburgo (1974) há quase cem anos atrás, quando falava da capacidade deste sistema e da burguesia em produzir guerras e armamentos desenvolvendo as “forças destrutivas”. Pelo que se passou no século XX e suas conseqüências, no século XXI não há justificativa histórica para a existência e continuação do capitalismo – pois ele destruiu e continua destruindo o planeta, ávida e velozmente. Em três séculos de existência efetiva, o capitalismo invadiu todos os espaços do globo, alcançando todas as latitudes e longitudes – e provocou o caos e a desordem nos ecossistemas, na biota, nas sociedades – desde seu útero – a Europa até as mais longínquas fronteiras tropicais desde a Ásia à Pan-Amazônia. Entretanto: *porque o capitalismo persiste, apesar de ser tão nefasto?* A idéia de discutir a modernidade radicalizada, as estruturas sociotécnicas e sociometabólicas do capital, a sociedade urbana, informacional-global, a alienação, a ideologia e o ceticismo, é se municiar de elementos concretos da diversidade de realidades, desde a América Latina e Caribe, que podem ajudar, em parte, a responder essa pergunta perturbadora subjacente à tese.

A alta modernidade significou em termos gerais o esgarçamento de todos os problemas do capitalismo, bem como sua reflexividade em todas as esferas da vida humana. Ameaças e perigos emanando da atualidade como a *violência humana* a partir da industrialização da guerra, do crime, bem como da ameaça de *falta de sentido pessoal* derivada da reflexividade da modernidade quanto aplicada à vida individual e coletiva (GIDDENS, 1991), resultando no que está presente em *Sociedade do risco*, obra em que aparece a **modernidade reflexiva** formulada por Beck, U. (1997a; 1997b.), que aponta o *risco*

como o fundamento da nova sociedade do século XXI. Trata-se de um processo de **modernização reflexiva** que “significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial” (BECK, U., 1997a, p.16) de outrora. Essa temática é explorada em *Modernidade e ambivalência* por Bauman (1999), indicando entre outros fundamentos, que a ordem e o caos são gêmeos modernos, foram concebidos em meio à ruptura e colapso, em um mundo descuidado e irrefletido que precedeu a bifurcação em ordem e caos que se apresentam profundamente entrelaçados e arraigados agora (BAUMAN, 1999). Esses autores e obras, entre outros podem ajudar a interpretar muitas questões da crise social, econômica, cultural e ecológica e a compreender os problemas derivados da sociedade global de risco socioambiental, socioeconômico, etc. Há um dado alarmante, o desemprego, um fato crônico incontestável na sociedade capitalista e que particularmente explica a miséria social em que se encontra o mundo, e neste especial a América Latina e Caribe (Tabela 5), que apresenta dados antes da grande crise econômica de 2008.

Tabela 5 - Taxa anual de desemprego (em média), entre os países da América Latina e Caribe.

Países	2000	2003	2004	2005	2006
Argentina	15,1	17,3	13,6	11,6	10,2
Bolívia	7,5	9,2	6,2	...	...
Brasil	7,1	12,3	11,5	9,8	10,0
Chile	9,7	9,5	10,0	9,2	7,7
Colômbia	17,2	16,7	15,4	14,0	13,0
Cuba	5,5	2,3	1,9	1,9	1,9
Equador	14,1	9,8	9,7	8,5	8,1
Guatemala	...	5,2	4,4	...	...
Haiti	...	...	...	...	...
México	3,4	4,6	5,3	4,7	4,6
Peru	8,5	9,4	9,4	9,6	8,5
Venezuela	13,9	18,0	15,3	12,4	10,0
Am.Lat/Caribe	10,4	11,0	10,3	9,1	8,6

Fonte - Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Os dados acima não deixam dúvidas quanto a existência do desemprego estrutural na América Latina e Caribe, sob o capitalismo. Cuba, mesmo com todos os problemas do bloqueio econômico que há cinquenta anos os Estados Unidos impôs, é no subcontinente, o

país que apresenta o menor índice de desemprego, apenas 1,9% em 2006, enquanto a média dos demais fica entorno de 10% (registre-se: isso antes da crise econômica que abalou o sistema desde os Estados Unidos). O mundo da **modernidade sociotécnica global** ou da **supermodernidade** que tem como motor os Estados Unidos, não parece dar resposta aos graves problemas como esse, quando grande parte da classe trabalhadora olha para o horizonte e ainda não entende exatamente o que está acontecendo, não se deu conta da clivagem das crises. Quanto mais o que fazer e para onde caminhar, como no poema José de Carlos Drummond de Andrade.

Auge (2005, p. 37), por exemplo, em seu livro *Não-lugares, introdução a uma antropologia da supermodernidade*, diz que: “o mundo da supermodernidade não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar no espaço”. Mais que isso, é preciso construir uma sociedade em que se possa viver de forma sustentável nesse novo espaço. Isso implica pensar e construir alternativas frente a globalidade da vida em uma sociedade hipertrofiada, desde a economia, à questão ecológica, que enfrenta desafios gigantescos como salienta Santos, M. (2003, p. 32) em *Economia espacial: críticas e alternativas*:

[...] deve-se agora recorrer a meios psicológicos e manejar os fatores que afetam a tomada de decisão pelas famílias (de ter filhos, naturalmente), porque a longo prazo pode haver pouca esperança de se solucionarem os problemas de congestão urbana, de desemprego e do meio ambiente, a menos que retardemos os extraordinários índices atuais de crescimento populacional [...].

Isso de uma perspectiva de um *contínua* civilizatório burguês da sociedade é uma forma mecânica e pouco provável de resolução do problema. Contudo, de qualquer forma, pode parecer assustador o controle populacional, que nunca foi um tema sem conflitos ideológicos, mas parece agora, que se deve encará-lo de forma mais complexa, serena. A despeito do problema sempre recorrente da relação populacional com a sustentabilidade do planeta, é certo que a escassez é produzida pelo sistema capitalista: a apropriação privada e desigual das riquezas. Mas isso não significa que não haveria implicações e problemas de sustentabilidade em uma sociedade socialista diante de crescente e preocupante demografia que aponta para 12 bilhões de habitantes até 2050. Hoje muito está em jogo, a própria sobrevivência humana e sob o sistema do capital, com o agravamento de todos os índices sociais e ecológicos, como se pode verificar pelos dados até aqui apresentados, a severidade do problema aumenta.

Na modernidade, por exemplo, as estratégias e matrizes energéticas fundamentais que proporcionaram o grande desenvolvimento capitalista foram: a *fossilítica*, a *nuclear* e a *hidrelétrica*, estas tendem ao esgarçamento da questão ambiental e no caso da *fossilítica* ainda ao esgotamento dos recursos, e conjuntamente aumentam o risco e ou a crise de destruição ecológica planetária¹⁶⁹. São matrizes de desenvolvimento que sustentaram precariamente e de forma desigual e devastadora os ambientes de algumas regiões e tensionam o planeta inteiro. Mais recentemente o sistema busca assentar-se na fonte energética de poluição zero, a *hidrogênica*, uma vez que as demais são problemáticas, assim como as alternativas via agrocombustíveis, ou fonte energética *orgânica* (da biomassa, bioenergia), que também não se mostra favorável socioambientalmente¹⁷⁰. Esse é apenas um dos aspectos mais importantes que desafia a modernidade radicalizada, o conjunto de suas estruturas sociotécnicas e a forma de desenvolvimento sociometabólico global.

As **estruturas sociotécnicas** (exploração da força de trabalho, desenvolvimento da ciência e da tecnologia, etc.) e **estruturas sociometabólicas** (fundamentalmente relações e lutas de classes) nas quais se assenta o desenvolvimento histórico e particularmente o capitalismo, sempre tenderam ao aprofundamento do risco e da crise socioeconômica e socioambiental desde o período inicial de ascensão do capitalismo, porém agora se radicalizou com base na aplicação dos postulados do liberalismo econômico renovado, ou neoliberalismo, para o qual o mercado é o ente fundamental, subordinando toda a sociedade global aos ditames da produção e do consumo desde o padrão estadunidense. A partir desse ponto, a **humanidade trabalhadora** passou a viver um processo de subalternidade nunca antes experienciado, a ditadura do capital globalizado, fundada na relação produção-consumo, opressão-exploração sem precedentes. Leff (2001, p. 133, grifo nosso) lembra que:

¹⁶⁹ Em 2008 [...] cerca de 80% da energia mundial derivava de fontes fósseis: petróleo (33%), carvão (25%) e gás (21%) (UCHOA, 2008). Ou seja, a matriz predominante ainda é a fossilítica e há todo um complexo urbano-industrial e agroindustrial a montante e a jusante das petrolíferas formando um denso e interligado conglomerado altamente poluidor. Essa racionalidade capitalista contemporânea, que vem sendo construída há várias décadas, determinou e determina a forma como se dá e se dará a industrialização e, numa relação de causa e efeito, a composição da matriz energética mundial. Foram diversos os fatores que determinaram a dependência mundial da fonte energética não renovável com base no petróleo após o final do século XIX. O principal, talvez, tenha sido a diversidade de usos que o petróleo proporcionou com o sistemático avanço das ciências e das tecnologias aplicadas para a sua utilização desde o início da sua extração comercial (1859). Foi, no entanto, com o advento da indústria automobilística e da aviação, assim como das guerras, que o petróleo se tornou o principal produto estratégico do mundo moderno, quando as 100 maiores empresas do século XX estavam ligadas ao automóvel ou ao petróleo (CARVALHO, I., 2007).

¹⁷⁰ Os Estados Unidos prevêm que o consumo mundial de energia aumentará 71% entre 2003 e 2030, e a maior parte virá de crescente demanda de petróleo, carvão e gás natural. Para o final desse período (2030) toda a energia renovável (incluído os agrocombustíveis) está estimada em 9% do consumo mundial de energia. Nesse sentido, é relativo e perigoso se considerar como certo que os agrocombustíveis jogarão um papel importante na luta contra o aquecimento global (GRAIN, 2006 apud, CARVALHO, I., 2007).

O processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de *racionalidade econômica e instrumental* que moldaram as diversas esferas do corpo social: os *padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado*. A problemática ecológica questiona os custos socioambientais derivados de uma *racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico*, na eficácia dos sistemas de seus meios tecnológicos.

Evidentemente que “os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado”, assim como a “racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico” contribuem sobremaneira para a persistência do capitalismo e da **humanidade parasita**, como se pode ver nos países latino-americanos aqui analisados. Mas além, observando e refletindo desde o acúmulo da teoria marxista e sob a metodologia do *Sistemismo Histórico Ecológico Cibernético (SHEC)* que sustenta o modelo teórico-metodológico do *Materialismo Histórico Dialético Sistêmico (MHDS)* aqui desenvolvido, na visão deste autor, apoiado nas elaborações marxianas e nos *fluxos de informações econômicas, sociais e ecológicas* que integram o mecanismo de *retroalimentação* ou *retroação* ou *alça cibernética* (“*feedback*”) em que se comunicam, é possível sintetizar pelo menos quatro leis tendenciais fundamentais que devem corroer a existência, reprodução, metamorfose e resiliência do capitalismo na alta modernidade: a primeira é sua *racionalidade econômica e instrumental*, o *cálculo econômico*, que compõe uma complexa rigidez, intocável por parte do capital, sem a qual não pode existir, uma vez que o sistema se apóia exatamente na produção-consumo de mercadorias que lhes garante lucro (porém seus limites sociais, econômicos e ambientais estão cada vez mais evidentes e insuportáveis). A segunda é a *taxa de exploração econômica-instrumental da classe trabalhadora* (dupla tendência de exploração-opressão exacerbada do trabalho pelo processo da *mais-valia* e a *ditadura de classe da burguesia*), a terceira é a *taxa de retornos decrescentes do capital* (tendência à diminuição dos lucros e ao aumento, acúmulo e encurtamento das crises econômicas cíclicas), junto com a quarta lei fundamental, que é a *taxa de utilização decrescente dos recursos naturais* no tempo e no espaço (tendência à aceleração da finitude dos estoques na natureza) formando juntas um *pool* de tendências econômicas, sociais, ambientais negativas, numa expressão, de **reprodução sociometabólica e socioambiental degenerativa do capital**, fundamentalmente imbricadas, abrangentes e incidentes no desenvolvimento do sistema burguês ao ponto de impedir opere de outra forma sem que essa forma implique em um ataque contra o próprio, provando seu inescapável esgotamento enquanto sistema social, ainda que pela via da barbárie extrema ou da extinção. *Enquanto mais o capital cresce mais tende a esgotar-se*. Ainda se deve enfatizar, como bem lembra Mészáros (2002), a despeito dessa tendência destrutiva do capital (intimamente ligadas aos imperativos da expansão do capital)

cumpriu funções muito diferentes em fases distintas de tal desenvolvimento. Isso pode ser visto, por exemplo, desde o fabuloso desenvolvimento científico e tecnológico do século XX e a mundialização, que permitiu o aumento da produção e do consumo, onde, como explicita Mészáros (2002, p. 675): “de fato, tal expansão do consumo, em escala incomparável com os sistemas produtivos anteriores, é um dos aspectos mais significativos e uma conquista real da ‘vitória civilizadora da propriedade mobiliária’, portanto do projeto burguês de consolidação do capitalismo - onde o “modelo civilizacional” são os EUA¹⁷¹.

As manifestações destrutivas dessas quatro leis tendenciais acima descritas — dificilmente visíveis em sua inteireza, inter-relações e complexidade à época de Marx e Engels, não escaparam a eles e inclusive foram seus principais formuladores - levam hoje há reflexões necessárias, contextualizadas e formam um novo conjunto de elementos teóricos e alternativas práticas factíveis, pois, essas tendências, como chama atenção Mészáros (2002, p. 675):

Entraram em cena com ênfase dramática no século XX, particularmente nas últimas quatro, ou cinco décadas e em consequência, a antiga formulação socialista da superação da escassez por meio da produção de uma antes inimaginável abundância, necessita também de um reexame radical à luz dos mesmos desdobramentos.

Portanto, a solução para esses desafios não são apenas a mudança de regime social, econômico e político, o que se acumulou formam a base tecnológica da sociedade moderna, sua estrutura e seus conflitos. Assim as saídas só podem ser concebíveis efetivamente se forem no sentido de ruptura e construção revolucionária de outra sociedade, que por sua abrangência, outra vez Mészáros (2002, p. 675): “têm caráter internacional ou mesmo universal, há perigo sem precedentes pondo em risco nossa existência biológica. Estes, acima de tudo, chamam pela unificação da humanidade, que não pode ser alcançada sem um princípio integrador de organização social”. Delimite-se, entretanto, que a “humanidade” não é homogênea, a **humanidade trabalhadora** é muito distinta da **humanidade parasita** e, portanto não se pode chamar pela “unificação da humanidade” entre desiguais. Portanto a classe trabalhadora e os povos pobres do mundo com forte base coletivista, ecológica e democrática, devem se organizar distintamente da burguesia, fundado no propósito de construção de outra sociedade, cultura e relações mais coerentes entre os sistemas físicos,

¹⁷¹ Uma típica cidade americana de tenha em média 1 milhão de habitantes consome diariamente 568.000 toneladas de água, 8.600 toneladas de combustível, 1.800 toneladas de alimento e despeja no ambiente 454.000 toneladas de esgoto, 864 toneladas de poluição atmosférica, 8.600 toneladas de lixo (Fonte: Environmental Science – Working with the Earth *apud* TEICH, 2002, p. 82).

biológicos, tecnológicos, sociais, econômicos e políticos dada à caducidade do atual modelo de sociedade. Mas esse processo não está desligado em hipótese alguma da relação indivíduo-coletividade, da superação revolucionária da atual sociedade, sendo complexo, uma vez que as consciências são condicionadas e determinadas pela *produção da existência social*, como evidenciou Karl Marx (2007, p. 45, grifo nosso), em uma das passagens mais conhecidas da *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

[...] na *produção social da própria existência*, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. *A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.*

O que significa que na modernidade radicalizada, em base as atuais *estruturas sociotécnicas e sociometabólicas*¹⁷² fundadas na relação produção-consumo de mercadorias, na ideologia burguesa e, portanto, na crescente individualidade, se torna um gigante desafio a construção de alternativas coletivista, uma vez que “a base real sobre a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” e com ela “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”. Portanto o comportamento dos indivíduos, de suas ações, consciência, pois desde Marx é evidente que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Mas é importante relativizar e levar em consideração um problema: *mesmo vivendo em condições de extrema exploração e opressão, não significa que os proletários ou os povos subalternizados e empobrecidos tenham consciência política e social da necessidade histórica e organizativa revolucionária para lutar contra a burguesia e o sistema capitalista que os destroem, os efeitos da ideologia dominante não os permitem alcançar direta e simplesmente essa formulação.* Não há uma mecanização, um automatismo, relação direta entre exploração e opressão com a consciência imediata de organização política e luta revolucionária. Nisto reside uma das grande problemática do crescimento e evolução das

¹⁷² Lembrando que esse novo mundo tomando forma, tendo este se originado mais ou menos do fim dos anos 1960 e meados da década de 1970, na coincidência histórica de três processos independentes: *revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu dos movimentos sociais e culturais, tais como o liberalismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo.* As interações entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; *uma nova economia, economia informacional global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente* (CASTELLS, 2001a. p. 412, grifo nosso).

organizações revolucionárias, que em última instância se processa na relação indivíduo e coletividade que influencia na manutenção ou ruptura da reprodução sociometabólica do atual modelo de desenvolvimento e de sua insustentabilidade na modernidade global e os desafios que estão colocados para a construção da alternativa socialista, ecossocialista¹⁷³.

Sobre essas questões tratam os próximos capítulos, articulando o que se tentou captar de forma mais líquida do movimento da modernidade, da racionalidade, do desenvolvimento e da sustentabilidade na era Global, desde a racionalidade do padrão histórico de desenvolvimento capitalista sobre a América Latina, buscando relacionar ao processo de desenvolvimento e seus espaços e fluxos envolvendo as cidades, campos e florestas na Pan-Amazônia, evidenciando o comportamento do fenômeno do capital e reflexos sócio-econômico-ecológicos mais particular em duas grandes áreas urbanas da região como Manaus e Belém, no contexto da modernidade radicalizada, suas estruturas sociotécnicas e sociometabólicas. Esse longo caminho que se fez neste capítulo, digamos “empírico” da pesquisa, foi necessário para materializar e ligar aos demais, às hipóteses levantadas e que serão tratadas mais adiante e às considerações finais. Muito faltou e certamente ficará para oportunidades seguintes de trabalho e refino da tese e ainda assim, sabe-se será insuficiente, pois tratar de uma vasta e complexa região e temática há que se optar por atalhos, onde sempre ficarão lugares inóspitos – como quando se tratou de alguns aspetos político-institucional, socioeconômico e socioambiental na América Latina.

Em termos gerais, as políticas de reformas e blindagens promovidas pelos Estados, são a possibilidade de impulsionar e proteger ao mesmo tempo os grandes grupos econômicos com investimentos na América Latina, dando ainda mais impulso, segurança e sustentação para o capital produtivo e financeiro de conjunto. Por outro lado, essas políticas têm seus revezes, sociais, econômicos e ambientais, onde, mais uma vez, o ônus é da classe trabalhadora e da juventude, servidores públicos, operários, camponeses, trabalhadores autônomos, professores, estudantes, etc. Estes que a muito sofreram historicamente intenso arrocho salarial, com poucos financiamentos educacionais para a pesquisa, o incentivo à pequena produção, restrições e ou acesso às tecnologias de ponta, etc., agora são novamente e duramente atingidos com um novo desmonte da previdência, da seguridade social, dos direitos trabalhistas e do ensino público, enquanto a burguesia é premiada com uma reforma fiscal que lhe trás competitividade frente a outros grupos concorrentes.

¹⁷³ Questões que se serão discutidas de forma mais apropriada, com volume e densidade nos capítulos seguintes.

5 ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA, CETICISMO E PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE INFORMACIONAL-GLOBAL

Feuerbach resolve a essência religiosa na essência humana. Mas, a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.

(Marx - sexta tese sobre Feuerbach).

Feuerbach, que não entra na crítica desta essência real, é, por isso, obrigado: 1. a abstrair do processo histórico e fixar o sentimento [Gemüt] religioso por si e a pressupor um indivíduo abstratamente - isoladamente - humano; 2. nele, por isso, a essência humana só pode ser tomada como “espécie”, como generalidade interior, muda, que liga apenas naturalmente os muitos indivíduos. Feuerbach não vê, por isso, que o próprio “sentimento religioso” é um produto social e que o indivíduo abstrato que analisa pertence na realidade a uma determinada forma de sociedade.

(Marx - sétima tese sobre Feuerbach).

Não é uma ação orientada unilateralmente, mas a interação, que é a ligação geral, universal das coisas.

(Alexander Cheptulin).

Tratar de *alienação, ideologia, ceticismo e participação* na *Sociedade Informacional-Global* é uma tentativa de ver essa discussão teórico-problemática a partir dos fenômenos presentes e realidades que atingiram e ainda atingem a América Latina e a Grande Amazônia nas últimas quatro décadas, como apresentado inicialmente no capítulo anterior, articulada às noções entorno da Alta Modernidade e da Revolução Socioambiental. Tendo em vista que o escopo geral da tese analisa a reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade, o desafio do desenvolvimento sustentável, bem como a importância do capital social e ação coletiva no contexto da sociedade, cultura, política, economia e meio ambiente neste período histórico que: marcou uma época política de agitação social e cultural de questionamentos diversos, das relações homem-homem e da civilização humana com a natureza; época envolvida profundamente na discussão entre *modernidade, racionalidade e desenvolvimento*, que se preparava para disparar em sua trajetória globalizante, sob o epíteto informacional da reestruturação produtiva do mundo do capital; quarenta anos em que se viu o sonho e revolta da juventude de 1968 se esvaírem (a geração que queria “Mudar o Mundo”, da “Primavera de Praga”, da “Luta Armada”, etc.) em meio ao acirramento das disputas políticas entre os blocos hegemônicos (USA e URSS); anos da “Guerra Fria”, e logo após se presenciou a queda do “Socialismo Real”, o aparato do stalinismo mundial, veio o afã do “Fim da História” em meio a ascensão e depois a queda da plataforma econômica e política

neoclássica, neoliberal; assim como houve a derrota militar do imperialismo estadunidense em dois países da periferia do sistema de Estados (primeiro no Vietnã e trinta anos depois no Iraque), um período em que se processou várias revoltas, insurreições e revoluções sociais na América Latina (Nicarágua, El Salvador, Equador, México, Argentina, Brasil, Peru, Venezuela); período histórico que se alastrou por todo mundo a destruição dos ecossistemas pela avassaladora “Revolução Verde”, que sob o padrão genético-mecânico-químico da produção de alimentos contribui - junto com a industrialização e urbanização acelerada - para o agravamento do problema ecológico global; para fechar o período, a grande Crise Econômica de 2008 que abala a maior economia do planeta, os Estados Unidos e arrasta o mundo. Juntos formam uma síntese de acontecimentos importantes, que deixaram um saldo de caos social, econômico, político e ecológico global para o presente século, entre outros problemas gravíssimos, sejam quais forem as interpretações e características da sociedade atual: *de classes, do espetáculo, do simulacro, de riscos, pós-industrial, em rede, informacional-global*.

Essa é a modernidade radicalizada que se tenta caracterizar, apreender, analisar desde o segundo capítulo, sua racionalidade, desenvolvimento e sustentabilidade na era global enquanto padrão histórico-civilizacional capitalista mundial e macrorregional, latino-americano. Do terceiro capítulo em diante se buscou avançar, focar e associar essas questões às realidades mais precisas da América Latina e Caribe, desde o desenvolvimento dos espaços e fluxos das cidades, dos campos e florestas, mais particularmente caracterizando e analisando social, econômica e ambientalmente a América Latina e nesta a Pan-Amazônia, enquanto evidências concretas do avanço do capital e seus reflexos sócio-econômico-ecológicos sobre a macrorregião, suas populações e ecossistemas e mais precisamente em relação às capitais dos países e ou cidades importantes como Manaus e Belém, onde essa modernidade radicalizada, as estruturas sociotécnicas e sociometabólicas do modelo capitalista se evidenciam e ligam em síntese universal às problemáticas do subcontinente à sociedade informacional-global.

O objetivo deste quarto capítulo no contexto deste estudo é promover a continuação desse debate denso, articulando e tecendo análises sobre o *indivíduo e coletividade* desde a *alienação, ideologia, ceticismo e participação na sociedade informacional-global* e relacionar esses elementos aos problemas subjacentes da América Latina e Pan-Amazônia, em função da problemática da tese que trabalha com a elaboração de que as crises sociais, econômicas, políticas e ambientais historicamente, têm a ver por um lado com a forma e o conteúdo do processo de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista, que nesta etapa da alta modernidade evidenciam sua radicalidade, promovendo, entre outras situações: a

destruição social, econômica e política dos trabalhadores e dos povos ao redor do mundo; ataques severos aos ecossistemas e usos predatórios dos recursos naturais; ao mesmo tempo em que, cada vez mais, se aprofunda a alienação, a ideologia e o ceticismo no âmbito da sociedade desde a ação, reação e relação dialética do indivíduo e da coletividade via participação ou não, nas lutas sociais e ou ambientais contemporâneas, enquanto protagonistas políticos ou apáticos ao processo de mudança social.

A tese destaca ainda que, por outro lado essa crise social e política entre os subalternizados, com a radicalização da alienação, perda relativa do sentimento de pertença de classe, incisão profunda da ideologia burguesa e do ceticismo socialista é produto da contradição histórica do acúmulo de grandes derrotas do campo socialista revolucionário, da clássica crise de direções conseqüentes da luta revolucionária e das manifestações e reflexos desses elementos negativos reunidos que se abate sobre o conjunto da classe trabalhadora e dos povos oprimidos e explorados. Refletindo a não participação de forma efetiva, ativa e diretamente, ou participação passiva, fragmentada e ou indiretamente dos indivíduos na vida política pública e das organizações políticas e econômicas de sua classe, seguindo à margem dos organismos e sujeitos políticos coletivos da transformação social (organizações sociais combativas, sindicatos progressistas e partidos revolucionários). Por esses e outros fatores, geralmente, a maioria mantém posturas mais individualistas, visões mais céticas, “naturalmente” mais conservadoras e ou uma visão no máximo reformistas da sociedade e do sistema socioeconômico. Assim, os proletários e os povos pobres (e cada indivíduo pertencente a esses estratos sociais), a massa como um todo (incluindo operários, camponeses, indígenas, quilombolas, empregados, desempregados, estudantes, etc.), afastadas, distantes e ou isoladas dos organismos e organizações coletivas de sua classe e mergulhados na propaganda ideológica burguesa do “Fim do Socialismo”, nas decepções com as esquerdas e os chamados “Governos Populares” ou de “Frente Popular” vêm como quase impossível ou mesmo impossível, a Revolução Social - uma contradição diante da história, do que se viveu em um século de Revoluções Sociais, que atingiu praticamente todos os continentes, a América Latina está em processo político-social insurreto desde o início da Revolução Mexicana de 1908, e segue um vasto exemplo mundial de revoluções por todo o século XX, e cada vez mais internacionais¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Valério Arcary (2004) em *Esquina perigosas da história*, sintetiza as principais ondas da revolução mundial, que foram se fazendo cada vez mais internacionais, demonstrando vagas revolucionárias que tiveram epicentros irradiadores em: Petrogrado em 1917, Barcelona em 1937, Iugoslávia em 1945, China em 1949, Paris em 1968, Lisboa em 1974, Manágua em 1979, Berlim em 1989, formando eixos de proliferação do processo revolucionário mundial, ainda que desenvolvendo-se de forma desigual, com alternâncias de fluxos e refluxos,

Ainda que as massas manifestem um grau relativamente elevado de indiferentismo, conformismo, resignação e apatia, como é possível perceber - mesmo diante da grave crise econômica global permaneçam absorvidos por seus problemas cotidianos em detrimento da coletividade, a despeito das necessidades históricas da transformação da sociedade - estão ainda mais alienados e submetidos à ideologia burguesa que, concorre, subjetivamente, para a manutenção do *status quo* do sistema social, político e econômico, o domínio do imperialismo e suas mazelas. Entretanto, contraditoriamente, ainda em quantidade e qualidade insuficientes, interpenetrando-se desigual e combinadamente, dialeticamente, é possível perceber que há ao mesmo tempo uma modificação da realidade em diversas partes do mundo através da emergência da Ação Coletiva e do Capital Social indicando um movimento inicial de um processo de fortalecimento da perspectiva de construção da Revolução Socialista e ou Revolução Socioambiental, diante do agravamento das crises (social, econômica, ecológica, etc.), sob os anos das políticas neoliberais, que ameaçam levar a um colapso de proporção planetária em função de suas gravidades, urgências, complexidades, interações e interligações.

inserido em uma dialética de vitórias e derrotas, variando de continentes e países que estiveram na vanguarda ou na retaguarda. A primeira onda de 1917-23, pela surpresa histórica e pela atração irradiada pelo Outubro Russo, expandiu-se na Europa Central sob as ruínas do Império Austro-Húngaro, mas estancou na derrota alemã de 1923 (ARCARY, 2004, p. 135). A última, entre 1989-91, começou em Berlim, vinculou-se a “Revolução de Veludo” na Checoslováquia, estendeu-se a Romênia e culminou nas greves mineiras na Rússia. A primeira vaga revolucionária (1917-23) e a segunda (1930-37) foram essencialmente proletárias, mas a terceira (1944-64) e a quarta (1968-90), predominantemente camponesas e populares, onde o substitucionismo social revolucionário atingiu escalas e proporções improváveis, superando as previsões mais audaciosas (ARCARY, 2004, p. 135). A quarta onda da revolução mundial foi a mais internacional de todas, até hoje, e ameaçou seriamente a dominação imperialista. O interacionalismo desde a solidariedade ao Vietnã na década de 1970 - uma campanha muito mais ampla que o apoio à FLN na Argélia - e o repúdio mundial ao golpe de Pinochet em 1974. A onda revolucionária seguiu na Europa - Maio Francês de 1968 e Outono italiano - e na Ásia (ofensiva no Vietnã e no Camboja, derrota militar portuguesa nas colônias africanas na década de 1970), e uma refração na América Latina, onde o movimento estudantil se levantou pelas liberdades democráticas (no México e no Brasil em 1968), e o movimento operário lançou-se a ações de massas combativas (*cordobazo* argentino em 1969, Chile de 1970-73) (ARCARY, 2004, p. 136). Enquanto evoluía na Europa desfavoravelmente, a quarta onda seguia na América Central com a vitória sandinista em 1979, incidindo em El Salvador e Guatemala. Assiste-se agora, possivelmente, ao início da quinta ou sexta vaga da revolução mundial, com epicentro na América Latina. Ela começou uma década depois da despolarização do sistema político mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, com o fim da “Guerra Fria”. Uma década de ataques regressivos às conquistas da geração do pós-guerra nos países centrais em função dos panos neoliberais e de políticas de restauração capitalista selvagem e de brutal recolonização - que não poupou o recurso às guerras de pilhagem, como no Afeganistão e no Iraque -, demonstrando que o sistema não se pode perpetuar sem elevar as taxas de exploração da classe trabalhadora (ARCARY, 2004, p. 137). Na América Latina, por exemplo, a Venezuela assistiu a uma mobilização de milhões que derrotou um golpe articulado diretamente pela embaixada estadunidense, com o apoio da grande burguesia e das cúpulas militares. Equador, Argentina e Bolívia foram palcos de insurreições populares fulminantes (ARCARY, 2004, p. 137,138). Mas recentemente, Quito 2000, Buenos Aires 2001, Caracas 2002 e La Paz 2003, assim como a situação cronicamente instável na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com a segunda Intifada e a resistência à ocupação estadunidense no Iraque, fazem da América Latina e do Oriente Médio os elos mais frágeis da dominação imperialista (ARCARY, 2004, p. 138).

Neste capítulo se intenta caracterizar a participação e ou a não-participação política do *indivíduo* (pertencente ao proletariado genérico) e da *coletividade* (conjunto da classe trabalhadora ou sociedade trabalhadora) na nova modernidade e seus reflexos na relação capital, trabalho, cultura e natureza, desde seus atos, posturas e ou *práxis* cotidiana correlacionando à perspectiva da sustentabilidade (social, econômica, política e ambiental). Identificando como o processo mais geral de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista na alta modernidade aprofunda a *alienação*, a *ideologia* e o *ceticismo*, que se evidenciam no âmbito coletivo, mas que parte da ação, reação e relação dialética do indivíduo e coletividade via participação ou apatia política. Lembrando que a tese defende: indivíduo e coletividade, sob o sistema capitalista informacional-global estão submetidos às lógicas perversas de reprodução dos interesses da burguesia que aprofundam a alienação, a ideologia e o ceticismo na contemporaneidade, levando a um fenômeno de radicalização destes, transfigurando-se em *hiperalienação* (promovida pela globalização-informacional), *superideologia* (centrada no projeto neoliberal) e *ultraceticismo* (decepção das massas com a esquerda reformista no poder), que juntos dificultam ainda mais a organização e ou reorganização política dos subalternizados na luta contra seus opressores e exploradores. Neste sentido, se retoma a importância da discussão da afirmação da centralidade do trabalho na era globalizada e quão fundamental é a estratégia política e ideológica da Revolução Socialista, desde a América Latina, enquanto espaço social, econômico, político e geográfico onde há tensões, contradições e crises revolucionária que estão latentes, de vez em quando eclodem e perfazem um período de cem anos de revolução e contra-revolução.

Promover esta discussão sobre *alienação*, *ideologia*, *ceticismo* e *participação* avançando e ao mesmo tempo ligando às questões dos capítulos anteriores ao próximo, exige um diálogo com os clássicos como Marx (2002), Engels (2007), Mill (2006), Plekanov (2006), Nietzsche (2007), Luxemburgo (1999), Weber, M. (2002), Simmel (2006), Adorno (1956), Horkheimer (1956) e Elias (1994), Arendt (1991), entre outros, bem como contemporâneos: Hobsbawm (2000), Popkin (2000), Bourdieu (2007), Coleman (1990), Olson (1995), Antunes (2003), Habermas (1987), Gorz (1990), Offe (1989), Mészáros (2006), que debatem a sociedade do trabalho, assim como Miliband (2000), Lowi e Bensaid (2000), Mandel (2001), Lövy (1999), Bensaid (1999), Cheptulin (2004), Fernandes (1995), Moreno (2004; 1989), Bauman (2001, 1999, 1998), Eagleton (1997), Geertz (1978), Debord (1997), Baudrillard (1993), Castells (1999), Chesnais (1996), Lövy (2008), Chauí (1988), Katz e Coggiola (1996), Arcary (2004, 2007), e demais autores. Buscando integrar as discussões e análises aos *princípios de interação, reciprocidade e dialeticidade* enquanto conjunto de

princípios gerais e específicos anunciados no capítulo metodológico, há um esforço nesse e no próximo capítulo, que juntos se ligam os dois primeiros, mais teóricos, e dão ao capítulo três, mais empírico, uma forma-associação entre teoria-empíria, caracterização e crítica, desde as relações interdisciplinares entre história, sociologia, geografia, política, economia e ecologia em visão histórica-dialética-holística-sistêmica que intenta promover conexões particulares e interligação gerais e centrais.

Portanto, nos quarto e quinto capítulos a seguir se trabalha a segunda parte que liga o todo da tese, correspondente ao ponto “b” indicado na introdução: *b) O indivíduo e a coletividade sob o sistema capitalista em sua fase neoliberal-informacional-global, o Capital Social e a atualidade da Revolução Socialista - Revolução Socioambiental*. Como seguimento do debate sobre a Alta Modernidade e a Revolução Socioambiental, se coloca em foco a relação indivíduo e coletividade na construção dos processos políticos-econômicos-culturais que apontem para um novo padrão de reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade, que sejam contra-hegemônicos, diametralmente oposto ao modelo atual, que se assente em valores de uso e não de troca, portanto diverso do mercado. Então interessa estudar e refletir em especial sobre os sujeitos sociais e políticos que tentaram e ou ainda tentam se contrapor radicalmente ao modelo capitalista, e produzir outra sociedade e relações, os *sujeitos revolucionários*, aqueles indivíduos e coletividades, socialmente mediados, que desenvolvem laços de solidariedades e que poderão lutar pelo socialismo.

Esse estudo é importante em vista do macro movimento da realidade, em que ocorre a falência do neoliberalismo, evidenciado na brutal crise econômica que se instalou e seus nefastos desdobramentos tendendo avolumar-se (recessão, inflação, estagflação), que ao mesmo tempo fez “re-surgir a atualidade” do marxismo, com mais vigor, bem como a proposta da Revolução Socialista, o debate político no seio dos movimentos sociais e setores da classe trabalhadora, de forma mais confortável e ou com maior audiência, depois de duas décadas da queda do aparato mundial contra-revolucionário, o stalinismo, que levou ao esfacelamento completo do antigo regime burocratizado e degenerado do Leste Europeu em 1989, a restauração acelerada do capitalismo em Cuba e a completa adaptação da China à economia de Mercado. Quando se abriu também espaço para a alternativa que fora derrotada ou ficou marginalizada anteriormente pela força brutal do aparato stalinista-castrista-maoísta, o trotskismo. Quando também é possível verificar, ainda que inicial, titubeante e timidamente a volta do debate entorno do marxismo, do socialismo e da estratégia da revolução no ambiente político e acadêmico, especialmente após três décadas da implantação do modelo neoliberal e sua evidente crise e dificuldades em dar respostas às demandas socioeconômicas,

sociopolíticas e socioambientais aos dilemas da sociedade. Quando, ao contrário, no bojo de sua mais recente crise estrutural e conjuntural (crise de superprodução de mercadorias e crise financeira global), segue crescentemente questionado, sofrendo resistência de diversos povos ao redor do mundo e particularmente na América Latina e Caribe.

Por todo o exposto se faz necessário tratar da alienação, ideologia, ceticismo e participação no interior da sociedade informacional-global, captando a relação indivíduo-coletividade, tecendo análises sobre a subjetividade, a individuação, o sujeito-indivíduo e o sujeito-coletivo. Onde a racionalização precisa ser tratada em relação direta com a subjetivação, enquanto constituinte do processo de construção e reciprocidade entre indivíduo e coletividade, aqueles que se propõe organizar as massas para a tomada do poder. Articulando reflexões sobre o *sujeito-indivíduo* e *sujeito-coletivo* (sujeito-vanguarda, sujeito-massa); *ser-objetivo*: individualismo; *ser-subjetivo*: individuação. Isso tudo em um processo educativo de construção dos sujeitos sociais e políticos revolucionários, em base ao entendimento e significado teórico e prático dessa construção. Por isso aqui se pretende promover uma polêmica teórica com as correntes de pensamento conservadoras, reformistas, e mesmo revolucionárias, particularmente estas duas últimas, a primeira que historicamente tem travado as lutas sociais do proletariado e a segunda que em parte conserva alguns dogmas ou interpretação dialética mecanicista da realidade e conseqüentemente constroem formulações irrealistas e ou equivocadas para saídas da crise total do capitalismo onde tensões dialéticas e suas contradições estão presentes, mesmo porque o instrumental analítico-metodológico compõe vivamente esse movimento, entendo como na expressão de Poulantzas (1985, p. 11) que “a teoria não pode enclausurar-se em sua torre de marfim”, modifica-se porque a realidade muda e não pode mais explicá-la a contento. Não se trata de “revisãoismo”, mas de atualizações dialéticas do programa socialista revolucionário, portanto de necessidade e resignificação histórica diante do movimento do real que pode ser incorporado ao marxismo.

A partir dos pontos destacados e suas elaborações mais refinadas em diferentes escalas, ao serem analisados, em interações e reciprocidades dialéticas, se espera fornecer importantes pistas para melhor precisar, caracterizar e analisar o fenômeno da *radicalização da alienação, da ideologia e do ceticismo na alta modernidade*, e também o seu contra-fluxo dialético demonstrado na realidade, pela existência e fortalecimento do movimento social esquerdizado dos trabalhadores e povos da América Latina, constituindo o *Capital Social Revolucionário* via participação política, que este pode ser interpretado como importante elemento contra-hegemônico à força do capitalismo e do mercado apontando também para

possibilidades alternativas (políticas, sociais, culturais, ambientais, éticas, etc.) ao modelo vigente.

5.1 INDIVÍDUO E COLETIVIDADE NA ERA INFORMACIONAL GLOBAL

Quando Marx e Engels sistematizaram o programa da Liga dos Comunistas em 1848, que deu origem ao Manifesto Comunista, já ali se manifestava de forma incisiva, fundamental e dramática o problema da relação *indivíduo* e *coletividade* no interior do proletariado, sintetizado na principal e mais famosa palavra de ordem do Manifesto: “Proletários de todos os países, uní-vos”. Marx e Engels lutaram por toda a vida junto aos trabalhadores para efetivar e desenvolver a materialidade dessa palavra de ordem, seja via I Internacional e depois com a II Internacional, seja na fundação do Partido Social-Democrata Alemão. Em Marx, mesmo em suas primeiras obras como *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e *Miséria da Filosofia* de 1847, estava presente a noção de indivíduo e coletividade, mas a temática é abordada com maior intensidade e relacionada ao problema da ideologia e da alienação em *Ideologia Alemã*, que escreve junto Engels em 1846. Todavia, é certo que não há uma obra de Marx ou de Engels exclusivamente tratando do tema em pauta, mas no interior do tecido e conjunto da obra marxiana e posteriormente marxistas, estão contidos elementos imprescindíveis para o desenvolvimento da tradição dessa temática, como, por exemplo, em Valentinovitch Plekanov (1856-1919), em seu livro *O papel do indivíduo na história*, assim como no esforço compilatório e analítico *O Marxismo e o Indivíduo* de Schaff (1967), ou na *Sociologia da Vida Cotidiana*, entre outras obras de Agnes Heller (1999), onde aponta um crise global do indivíduo e da civilização e os desafios futuros que se impõem desde as ações dos indivíduos e coletividades para sua superação ou ainda em *Marxismo e a teoria da personalidade* e *A nova questão comunista*, entre outros escritos de Sève (2001), onde fala sobre o florescimento da individualidade que era para Marx um exaltante fim em si mesmo da história, e claro o continua a ser, num certo sentido, mas tendo-se em conta o processo mais do que iniciado, sob o domínio do capital, tomou imprevisivelmente um aspecto violentamente contraditório, impossibilitando ao indivíduo sua realização. Aqui estão presentes essas e outras obras e autores que se debruçaram no estudo do indivíduo e coletividade, enquanto relação social fundamental.

Contudo é importante salientar que para Marx e Engels (1977), o importante não é o indivíduo abstrato, imaginado ou pensado, antes de mais nada é o ser corpóreo, real e objetivo; um ser que tem existência material concreta e que tem uma atividade vital que não

se reduz à consciência, embora a envolva, visto que é uma característica ontológica do homem o fato de ter uma atividade vital consciente e teleológica. O indivíduo não está separado da sociedade e se educa no interior da coletividade, o homem é um ser social e é na sociabilidade, na interatividade social (forma própria de existência do homem), mediante processo de apropriação do acúmulo histórico, social e culturalmente produzido pelo gênero, que ele se forja verdadeiramente como humano¹⁷⁵. Marx em *Teses sobre Feuerbach in A ideologia alemã* (1977, p. 12) deixa isso bem nítido quando afirma que: “A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado”. Portanto, se educa na relação de alteridade, no intersecto cultural que formam os homens e nesse particular o proletariado e sua ideologia comunal, coletivista. Daí se depreende que a individualidade do singular não é e não pode ser dissociada da sociabilidade, da coletividade. A atividade social dos homens, com sua base material, é o que cria o meio onde o indivíduo vive e é apenas nesse meio, no “médium”, no “intersecto” criado pela clivagem da interatividade social, que ele pode se constituir. É ela que cria as condições e os meios objetivos e subjetivos para a realização da forma própria de ser de cada subjetividade, singularidade, da individualidade e individuação entendida como a vida privada, particular ou espiritual do ser. A partir dessa concepção se discute o papel do indivíduo e da coletividade sob o sistema capitalista informacional-global.

Para Marx e Engels (1977; 1999; 2000) o indivíduo nasce e já encontra postas as circunstâncias sociais, porquanto independentes de sua vontade, ele é condicionado pelas mesmas, residindo aí a importância da consideração, em quaisquer análise sobre o homem, do tipo de sociedade na qual está inserido. Porém, ser condicionado pelas circunstâncias não significa ter uma relação passiva com o preexistente, adaptar-se ou conformar-se ao dado da realidade, como o explicita a terceira tese de Marx à Feuerbach, anteriormente citada. Uma vez que o homem é produto das condições sociais mas, é também, das condições que constrói,

¹⁷⁵ O indivíduo é socialmente mediado porque se constrói na relação com o outro, no meio social e portanto na convivência (ADORNO; HOKHEIMER, 1956, p. 47). Indivíduo, sociedade, individualismo, onde a individuação é necessária ao ser e contrária do individualismo. A individuação é parte indissociável do sujeito, sem a qual não pode ter identidade particular. Assim para a compreensão mais apropriada do que se trata aqui, vale ressaltar que é a tecitura de indivíduos plenos, percepção de processos; individuação. Portanto, o problema da relação indivíduo e coletividade é interpretado a um só tempo com base social-cultural-histórica-bio-psíquica-genética, mobilizando portanto todos os elementos da metodologia do Materialismo Histórico Dialético Sistemico (MHDS) apresentado no primeiro capítulo. Analisar isso, na relação societal da alta modernidade informacional-global, requer ver o conjunto dos processos e elementos envolvidos reciprocamente, por isso o esforço de rodar a tese e os capítulos de forma densa, complexa, buscando construir as pontes de dialeticidade, de sua interpretação.

da criação, já que elas são um produto de seu gênio, como o indicam Marx; Engels (1999, p. 70):

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa.

Portanto, os homens são antes de tudo produtores de si mesmos, de história, da formação social que se apresentam em determinadas épocas, períodos ou eras. Os homens que vivem hoje sob o sistema capitalista informacional-global, são produto dessa força societal, relacional, processual e estrutural que ao longo do tempo foi de forjando de forma desigual e combinada no espaço e no tempo e produziu a contemporaneidade emergente. Das propriedades emergentes social e culturalmente, da forma de produção econômica e reprodução política. Fenzl (2005, p. 11), diz que:

[...] Muitos aspectos determinantes fazem parte da estrutura emergente. Assim, nenhum sistema pode “escolher” as características determinantes de sua substância. Por outro lado ele é capaz de modificar (dentro de certos limites que dependem do grau de liberdade e do seu nível de complexidade) certos padrões organizacionais da matriz estrutural do campo de emergência.

Assim, continua Fenzl (2005, p. 11), apesar de muitas transformações serem induzidas por consciência coletiva “[...] no estado atual da evolução da sociedade humana o que ainda prevalece são transformações induzidas por indivíduos ou grupos que se impõem sobre a maioria de acordo com uma correlação de forças momentâneas”. Isso quer dizer que são as elites políticas, econômicas e culturais que impõem o padrão civilizacional da era informacional-global, dirigida pelas corporações internacionais, o imperialismo globalizado, orientado por suas demandas de mais mercado, criando e destruindo riquezas por necessidade de sobrevivência, a partir da *exploração de materiais, aplicação de capitais e uso de forças produtivas (extração de mais-valia) transmitidas pelas gerações anteriores* como indicam Marx e Engels (1999).

Antes, uma pergunta necessária: *na relação indivíduo e coletividade como aparece a racionalidade, ou a razão?* Primeiramente se pode dizer que a filosofia e a ciência social sofreram uma crise quanto a noção de indivíduo, uma vez que desde René Descartes (1596-1650) o indivíduo era o fundamento e o núcleo central de todo conhecimento. A consciência de si era o fundamento da subjetividade humana. Em segundo lugar ligado a essa noção estava a “razão”, através da qual o homem poderia alcançar todos os seus propósitos teóricos ou práticos sem precisar recorrer ao sobrenatural. Emmanuel Kant também acreditava que o

indivíduo era o fundamento de todo conhecimento e que a “razão” ou a “racionalidade era o núcleo da subjetividade humana. Para ele o indivíduo possuiria as formas ou princípios apriori da sensibilidade e do entendimento, que serviriam para dar coerência e sentido ao todo real e a sua vida. Para Georg Hegel a “razão” não somente era o núcleo do indivíduo como a história universal nada mais era que a manifestação da razão. Karl Marx (1818-1883) também compreendia que a racionalidade movia a história, essa era modificada pela “luta de classes”.

O indivíduo foi entendido pela filosofia moderna como ser “racional e autônomo”. Por outro lado desde Blaise Pascal (1623-1662), cientista e filósofo racionalista por natureza e isso transparece até no título de sua obra *Do espírito geométrico* (2006), ainda assim, ele também compreendia que a “razão” tem suas “razões” que a “razão” desconhece: a consciência humana das “razões do coração”, “da paixão”, ou “da subjetividade”, inclusive “da moral”. Há na razão um dado perturbado, que indica que a razão pode ser uma desrazão, é preciso considerar esse aspecto na relação indivíduo-indivíduo e indivíduo-coletividade. Porque a “razão” participa da construção de uma ponte entre as “coisas” da “paixão”, da “subjetividade”, da “individualização” e as “coisas” da “razão”. Precisa-se também da “razão” para demonstrar que a “razão” não existe plenamente, que possui limites, não é onipotente e pode delirar¹⁷⁶. Se não se pode escapar da “razão”, compete ao filósofo¹⁷⁷ definir as regras de seu bom uso. Porque contrariamente à inteligência, a “razão” não é um dado natural, mas um conjunto historicamente construído de procedimentos, regras e coerções socialmente

¹⁷⁶ A *razão* possui oculta em seu cerne, uma irracionalidade. Quando esta se manifesta, a razão enlouquece. Quando há uma derrocada do humanismo e da virtude crítica, desencadeia-se uma força implacável de ordem e homogeneização. A razão começa a enlouquecer quando passa a instaurar e a justificar uma ordem racionalizadora na qual tudo o que a perturba deve ser considerado como criminoso, demente em função do discurso da lógica e visão binária, formalista, dura, do mundo apenas como “razão”, onde não somente se produz apenas um objeto para o sujeito, mas se produz também um sujeito para o objeto (JAPIASSU, 2000). Agindo dessa forma se cria, se interpreta, se impregna e se rotula ou reproduz imagens estereotipadas, falseamento do real, fórmulas maniqueístas e profundidades aparentes, agudamente destrutivas porque se cria e associa um sujeito para o objeto. Enquanto o sujeito é muito mais complexo do que o objeto. E o objeto é apenas um dado na diversidade de realidades. Então quando se “racionaliza” apressada e superficialmente um problema, sem buscar sua origem e raiz, os fundamentos inscritos não apenas no fato aparente em si, corre-se grande risco de cair na loucura da razão. Pois como diz Japiassu (2000), a loucura se instala quando esses processos bárbaros de racionalização irracional se convertem em processos que conduzem à morte, à falência e por isso, devemos lutar contra toda deificação da “razão”. Mas também deve-se fazer dela nosso mais confiável instrumento de conhecimento, contanto que a tornemos crítica e autocrítica (JAPIASSU, 2000). Portanto, diante dos fenômenos “das realidades”, é preciso deter-se: refletir com mais profundamente, pode ser que o visto seja isso, mas pode ser e muito provavelmente, que seja muito mais, ou mesmo bastante distante daquelas primeiras impressões.

¹⁷⁷ Filósofo no sentido do ser pensante, todos e todas que se detém à *reflexão* de dado problema, de dada temática e ou assunto sobre o qual pretenda tecer análise e ou inferir juízo, portanto, os que refletem cientificamente precisam, antes de tudo, de um método e uma metodologia, de caracterização e análise, que possa mais seguramente embasar suas indagações, reflexões e possíveis respostas ao problema. Um bom filósofo ou boa filósofa é o/a qual trás sempre a tira-colo a ferramenta mais cortante: a *dúvida*!

estabelecidos. Corresponde a uma vontade de possuir uma visão coerente dos fenômenos e do mundo (JAPIASSU, 2000). Nela estão intrínsecos processos culturais acumulados desde nossa ancestralidade¹⁷⁸. A “razão”, portanto, é produto de construção, da cultura e também de desconstrução. Porque, ao estar centrada na cultura é expressão coletiva de uma determinada época, socialmente constituída e estabelecida através das relações sociais, que são tensionadas por conflitos individuais, coletivos, sociais, uma totalidade.

Essa visão coincide com as concepções de Vygotsky (1997), que remetem à *questão cultural*, o processo de construção de *significados* e *representação* pelos indivíduos, ao processo de ***internalização sócio-histórica-cultural***, mas também a *filtragem* e *assimilação* por parte do indivíduo desses processos (de *significação*, *representação* e *internalização*) ao nível de sua psique, são muito particulares. Portanto, da busca da “razão”, socialmente construída, mas que ao final e íntimo é ou será codificada e decodificada ao nível particular-singular-individual, além do *corpus coletivus*, fazem parte do que chamo de uma interação ***individualidade-individação*** que está intimamente ligada às questões da psique, da genética e da cultura ao mesmo tempo e que definitivamente não são monolíticas, separadas ou mecânicas. Portanto *racionalidade* e *emocionalidade* são totalidades e complexidades que devem ser indissociáveis, levadas em consideração na análise entre indivíduo e coletividade, onde a cultura de dada sociedade exerce forte influência sobre essa relação. Neste sentido complexo se compreende e se trata essa temática. No mesmo entendimento de Vygotsky (1997), que propõe uma visão de formação das funções psíquicas superiores como *internalização mediada pela cultura*, que tem uma base material e imaterial. Uma vez que o cérebro é a base biológica onde esses processos ocorrem, e suas peculiaridades definem limites e possibilidades para o desenvolvimento humano (VYGOTSKY, 1997). Essas concepções material e imaterial fundamentam as funções psicológicas superiores (pensamento, linguagem, reflexão, ação, etc.) que são construídas ao longo da história social

¹⁷⁸ Mas o que é cultura afinal? Da Matta (1986, p. 123) diz: “Cultura não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de civilização, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas, se transformam em um grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem, assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes forneceu normas que dizem respeito aos modos mais (ou menos) apropriados de comportamento diante de certas situações”. Da Matta (1986, p. 123), segue dizendo que: a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós. Como regras pré-estabelecidas socialmente, que permitem que os indivíduos possam se relacionar entre si, assim como com o próprio grupo, a sociedade como um todo e o ambiente onde vivem.

do homem, em sua relação com o mundo, com o outro (*zona proximal*). Desse modo, as funções psicológicas superiores referem-se a processos voluntários, ações conscientes, mecanismos intencionais e dependem de processos de aprendizagem. Em outras palavras, de *racionalização* - como já apresentado, essa é culturalmente construída, estabelecida, modificada, codificada e decodificada.

O processo de *internalização* é fundamental para o desenvolvimento do funcionamento psicológico humano. A internalização envolve uma atividade externa que deve ser modificada para tornar-se uma atividade interna, é *interpessoal* e se torna *intrapessoal*, segundo Vygotsky (1997). Que se manifesta no indivíduo e se estende nas relações sociais, no seio da coletividade. Onde a função mental individual refere-se aos processos de: *pensamento, memória, percepção e atenção*. Sendo que o pensamento e as atitudes têm origem na: *motivação, interesse, necessidade, impulso, afeto e emoção* (VYGOTSKY, 1997). Ou seja, na *racionalidade* e na *emocionalidade*. Inseparavelmente. E mais, estão ligados, segundo as neurociências, fundamentalmente, em base às reações bioquímicas ocorridas no cérebro¹⁷⁹, devido a estresses detonados por estímulos externos, que levam os indivíduos a tomarem atitudes, agir em muitos casos por instinto de sobrevivência, não exatamente por racionalidade (VYGOTSKY, 1997; BAUER, 2008), então a análise da relação indivíduo-indivíduo e indivíduo-coletividade se torna ainda mais complexa, em função dos processos e elementos envolvidos reciprocamente nessa relação. Construir as pontes para a compreensão dessa totalidade de dialeticidade, análise e interpretação é um grande desafio.

A tradição das ciências sociais tem ajudado e muito a compreender e interpretar essas relações. Georg Simmel (1858-1918), desenvolveu uma análise *relacional* e *processual*, na qual as noções de indivíduo e de sociedade ou coletividade são redefinidas de forma a expressar a ambigüidade da experiência social da vida moderna. Em substituição ao conceito de *sociedade*, Simmel (2006) propõe o conceito de *interação* – que se volta para as relações mútuas e efeitos mútuos *inter* e *intra* grupos sociais – fundamentando sua sociologia dos *processos*. Guarda portanto relação com a psicologia da *interação* e *mediação* sócio-histórica e cultural de Vygotsky. Assim, para Simmel a questão do *movimento* torna-se central em sua análise, expressando-se ainda no conceito de *socialização*, a partir do qual *o indivíduo é*

¹⁷⁹ São aproximadamente 1 bilhão de neurônios que estão conectados por 1 trilhão de reações elebioquímicas por milissegundos e interagindo com 100 mil tipos diferentes de proteínas, cada qual com papel direto no funcionamento diário do organismo (NURNBERGER JR. e BIERUT, 2008) e em relação direta com as reações dos estímulos externos, como medo, raiva, afeto, etc, que influenciam e transformam o funcionamento do cérebro.

pensado como “um todo em si mesmo” e, ao mesmo tempo, como “uma parte do todo”, reciprocamente. Essas noções simmelianas dialogam com as formulações de Norbert Elias (1897-1990), que desenvolve uma sociologia que se articula com a de Simmel e Vygotsky. Conceitos simmelianos como os de interação e de socialização se assemelham aos conceitos de figuração e de interdependência formalizados na teoria social de Norbert Elias (1994), assim como os já citados de interação e mediação de Vygotsky, que ao serem articulados conjuntamente se busca identificar as correspondências entre as transformações dos modos de se comportar dos indivíduos e as transformações na estrutura da sociedade ou da coletividade – cavados desde obras como O processo civilizador e em A sociedade dos indivíduos (Norbert Elias) e A formação social da mente e em Pensamento e linguagem (Lev Vygotsky) e Sobre a diferenciação social e em Questões fundamentais da Sociologia (Georg Simmel). Obras que fundamentalmente contribuíram para decompôr a noção de “indivíduos separados da sociedade” e reforçaram as posições teóricas e filosóficas de outros autores clássicos que já buscavam demolir a crença dos primeiros iluministas no indivíduo como “ser racional, autônomo e senhor de si mesmo”, sendo abandonadas pela filosofia e ciência social contemporâneas em favor de uma visão dialético-sistêmica em que os indivíduos são envolvidos, submersos, interacionais e reflexivos em relação à sociedade, às coletividades que se relaciona.

Essa demolição se inaugura de forma contundente com Karl Marx, Sigmond Freud e Friedrich Nietzsche (1844-1900), onde a noção de indivíduo entraria processualmente em crise. Marx através do seu conceito de *ideologia* mostrou que a *consciência que o indivíduo tem de si e do mundo é uma falsa consciência*. As representações ideológicas surgem das *atividades humanas* dominando o espírito do homem, assim *não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência*. Por sua vez, a psicanálise freudiana indicou que o indivíduo não é um ser da consciência, mas sim da *inconsciência*: *o ser humano não é um ser da razão, mas sim é governado por um querer cego e irracional, dominado pelas paixões e desejos inconscientes*. Freud, em uma analogia simples e direta comparou o indivíduo a um *iceberg*, onde a *parte mais superficial*, que está fora d’água, seria a *consciência*; e a *parte maior e mais profunda*, que está submersa, é o *inconsciente*. Já com Friedrich Nietzsche o próprio conceito de “eu” fixo e estável perde sentido, pois o homem é uma espécie cujas qualidades não estão fixadas em lugar algum. Contra o atomismo da alma ou espírito, Nietzsche propõe a alma como *pluralidade do sujeito* ou espírito como *estrutura social dos impulsos e afetos*. O sujeito se constitui no terreno dos acontecimentos históricos,

contradições, nas *relações de força, potência e poder* e com isso pode o ser *transvalorizar todos os valores*.

Para Marx (2007) *o indivíduo é determinado por aquilo que ele faz*. O sujeito é determinado pelo seu “ser social”, sendo o comportamento material que fomenta suas representações e pensamento¹⁸⁰. Marx afirma que se examinarmos a maneira pelas quais os homens produzem os bens necessários à vida, é possível compreender as formas de seu pensamento, tais como sua moral, religião e filosofia. “A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens [...]” (MARX, 1976, p.25). Marx analisa o indivíduo a partir de sua ação, a partir daquilo que ele faz. O homem é um ser que produz, trabalha, faz comércio e cria relações a partir de seu trabalho. Dessa forma, o seu pensamento, os seus valores, a sua religião está condicionada pelo seu fazer, ou seja, pelo seu *trabalho*. O indivíduo racional e moral surge através das relações de produção, troca e intercâmbio material entre os homens¹⁸¹.

Já para Friedrich Nietzsche em *A Genealogia da moral* (2007), *Além do bem e do mal* (2007) e *Da utilidade e do inconveniente da história para a vida* (2008), não existe uma origem para o indivíduo, ele foi inventado, uma criação da crueldade das leis penais, religiosas e morais. Em Nietzsche a superestrutura jurídico-religiosa tem um papel muito mais fundamental na formação histórica do indivíduo, não sendo este apenas determinado pela infra-estrutura material da sociedade, sua base econômica como pensa Marx. As leis penais e religiosas são mais importantes culturalmente que as relações econômicas, formam o mundo individual e social no qual o ser transita, se move. Nietzsche mostra em *A genealogia da moral* e *Além do bem e do mal* que a crueldade das leis penais e religiosas domesticaram o homem no interior das práticas sociais formando sua subjetividade, tornando-os submissos,

¹⁸⁰ Marx explicita: “Nosso tema é, em primeiro lugar a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a *produção de indivíduos socialmente* determinada, é, naturalmente, o ponto de partida”. (MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 235). Ou ainda na seguinte passagem: “Quando se trata, pois, de produção, trata-se de produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de *indivíduos sociais*”. (op. cit, 2007, p. 237, grifo nosso).

¹⁸¹ “[...] Em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela idéia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso ao contrario, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2007, p. 46).

escravos, botando a viverem subordinados, eivados e conduzidos por uma *moral dos escravos*¹⁸², da qual não escapam nem mesmo os seres de “espíritos objetivos”, “os cultos”.

Marx em *Manuscritos econômicos-filosófico* reconhece essa pressão que a super-estrutura jurídica, a religião e a cultura de modo geral exercem sobre os indivíduos e as coletividades, fala que: a *moral burguesa* tem relação estreita com o peso da formação judaico-cristã, da *religião como suspiro do ser oprimido*. A compreensão que se adota nesta tese é que tanto Marx quanto Nietzsche estão corretos e longe de seus pensamentos se chocarem, se completam, especialmente em relação à formação do ser, sujeito ou indivíduo, inclusive associadas, essas noções melhor explicam a formação do “ser socialmente condicionado” ou ser “socialmente construído”, sejam pelas “relações de produção” ou “leis penais e religiosas”, digamos pelo conjunto das relações de exploração (objetiva) e opressão (subjetiva), historicamente estabelecidas a qual se chegou na constituição do indivíduo moderno.

No interior das ciências sociais há outras noções entre indivíduos e coletividades importantes a considerar - além das quais se tratou até esse momento, como a rica formulação teórica weberiana – aqui ainda pouco explorada. Para autores contemporâneos que trabalham a relação indivíduo-coletividade em base às noções entorno do capital social, como James Coleman, a totalidade dos comportamentos dos indivíduos - o *sistema social* — é uma *abstração*, embora seja uma “abstração importante” (COLEMAN, 1990, p. 12). Apesar de

¹⁸² Quando observamos um animal domado ficamos impressionados, leões andam com duas patas, elefantes dançam balé, baleias jogam basquete. Apesar de causar nas crianças sentimentos de contentamento e alegria, tal espetáculo exige certo grau de barbárie. O condicionamento do animal para certas ações só é possível mediante a dor e a tortura. A repetição contínua da dor causada ao animal gera um “ato de memória”; basta um gesto ou a pronúncia de uma palavra para que a ação do animal se repita. Quando o domador bate a varinha no chão, o elefante levanta o pé. Tal ação é produto de um longo processo de condicionamento. Ao bater a varinha no chão, o elefante tomou muitos choques até que surgiu um ato determinado causado pela dor do choque. Ele internalizou a dor pela batida da varinha, assim suas ações se tornaram automáticas. Esse exemplo é ilustrativo para se falar da condição humana. A relação entre civilização e o homem é a mesma que o domador tem com seu animal. O homem civilizado, que sabe diferenciar entre o útil e o prejudicial, o bem e o mal, o certo e errado, internalizou as normas e regras da civilização por um longo processo de “domesticação” no interior das práticas sociais. Se estudarmos a história das leis penais e as práticas religiosas em toda história da civilização percebemos que elas formam um sistema de crueldades, que domesticaram o homem para viver em sociedade. As religiões e os impérios foram muito importantes para esse fato. O homem aprendeu a ser bom através da crueldade. Pense nos velhos castigos da antiguidade e da idade média: o apedrejamento, o dilaceramento ou pisoteamento por cavalos, pregar o indivíduo na cruz, a fervura do criminoso em óleo ou vinho, o esquartejamento, a excisão da carne do peito, a prática de cobrir o mal-feitor de mel e deixá-lo às moscas, as fogueiras da inquisição, etc. As leis penais e as práticas religiosas ensinaram aos homens, através da dor, o respeito, a responsabilidade, o dever e a bondade. Tudo o que há de bom, as nossas leis, as nossas instituições democráticas, a nossa moral, todos os nossos bens materiais e intelectuais, somente puderam surgir por meio da crueldade. O homem somente abandonou seus impulsos animais e os transformou em impulsos humanos através da dor, do medo, do terror. O homem foi domesticado a tornar-se bom para viver na civilização. O indivíduo portanto é produzido historicamente pela dor e crueldade (NIETZSCHE, 2007).

considerar que “a principal tarefa das ciências sociais encontra-se na explicação de fenômenos sociais, e não de comportamento de indivíduos singulares”, Coleman (1990, p. 02), considera mais completa uma explicação do sistema social que exponha seus elementos do que uma que se atenha exclusivamente ao próprio sistema¹⁸³. Coleman (1990, p. 4) afirma que: “[...] uma análise interna baseada nas ações e orientações de unidades em um nível mais baixo pode ser considerada mais fundamental, constituindo algo mais próximo de uma teoria do sistema de comportamento do que uma explicação que permanece no nível do sistema”. Esse autor identifica ainda, a existência de três elementos básicos nos sistemas sociais que são importantes: os *atores* e seus interesses, os *recursos* necessários para satisfazer esses interesses e o *controle* sobre os recursos, no caso de uso de bens comuns, na relação indivíduo coletividade. A partir destes elementos, ele constrói os sistemas sociais mais simples possíveis: envolvendo relações de alteridade, autoridade, confiança e reciprocidade entre os atores. Assim, Coleman (1990, p. 242) pergunta-se:

Como as normas podem emergir e ser mantidas entre um conjunto de indivíduos racionais? Como indivíduos racionais, em obediência a uma norma, renunciam voluntariamente a realizar algumas ações que lhes beneficiariam imediatamente ou, vice-versa, realizam ações que beneficiam outros indivíduos?

Em outras palavras, Coleman (1990) se pergunta sobre a *racionalidade do altruísmo* e, ao fazer isso, aborda o clássico problema de produção e ou gerenciamento de bens coletivos naturais ou construídos. Então Coleman (1990, p. 244, grifo nosso) expressa que, para se entender e ou dar respostas às questões levantadas:

É útil começar por localizar o conceito de **norma** (...) no contexto dos três componentes que eu propus como necessários para a teoria social: a *transição macro-para-micro*, a *ação racional no nível micro* e a *transição micro-para-macro*. As normas são construtos situados no nível macro, baseadas em ações racionais no nível micro, mas criadas sob certas condições através de uma *transição micro-para-macro*.

¹⁸³ Registre-se ainda que segundo James Coleman (1990), uma teoria social deve ser composta de três momentos: 1) momento inteiramente situado no *nível micro*, onde se dá a compreensão das ações sociais praticadas por *indivíduos*; 2) momento de *transição do nível micro para o nível macro*, onde se expõe como *eventos individuais* podem resultar em *mudanças sociais* e 3) momento de *transição do nível macro para o nível micro*, ou seja, a influência de *aspectos da sociedade sobre os indivíduos*. Coleman (1990, p. 241) registra que Émile Durkheim (1858-1917), em sua preocupação com a *coercitividade dos fatos sociais* (que poderia ser ilustrada pela existência de *normas sociais que se impõem aos indivíduos*), ocupou-se do terceiro momento. Para Coleman (1990), os *processos que ocorrem no nível micro*, as *ações sociais praticadas por indivíduos*, constituem os nexos causais que ligam os fenômenos do nível macro uns aos outros (HECKATHORN, 1997). Assim, para realizar a passagem de um desses três momentos para outro, uma peça fundamental é a existência de uma *teoria da ação social* que explique o *comportamento dos indivíduos*. A micro análise permite a compreensão do sistema social que não pode ser obtida por uma explicação limitada somente ao próprio nível social (COLEMAN, 1990, p. 4, grifo nosso).

Portanto James Coleman se filia, de alguma forma, à discussão anterior entre Karl Marx e Friedrich Nietzsche, uma vez que reconhece a relação: “as normas são construtos situados no nível macro”, ou seja social. O próprio Coleman reconhece ainda que sua opção pela *Teoria da Escolha Racional* visa aumentar o poder de previsão de sua teoria (1990, p. 18). Vale lembrar que Coleman se encaixa bem na função de continuador de Mancur Olson, que fez um reducionismo ainda maior na análise da produção e uso de bens coletivos¹⁸⁴. Ao longo de *Foundations of Social Theory*, Coleman constantemente considera que os atores sociais estão tomando decisões racionais, mas defende sua posição nos seguintes termos: “[...] muito do que é ordinariamente descrito como não-racional ou irracional o é meramente porque os observadores não descobriram o ponto de vista do ator, a partir do qual a ação é racional” (COLEMAN, 1990, p.18). Na teoria de Coleman, portanto, a racionalidade é entendida de forma ampla. Não são somente as compensações materiais que constituem os fins a serem atingidos por atores racionais: *respeito, amor, honra, glória* etc., podem entrar como ingredientes no momento de escolher, dentre possíveis fins, qual será o objetivo a ser alcançado. Coleman procura encontrar explicações racionais inclusive para ações já satisfatoriamente explicadas como irracionais por outras teorias, como a interiorização de normas. No entanto, ele admite que as normas não são interiorizadas apenas por introspecção e por considerações racionais dos atores (ARRUDA, 2004). A coerção exercida sobre o ator e o hábito de obedecer desempenham um papel fundamental, então fecha bem com Nietzsche, quanto a esse aspecto. Coleman (1990, p. 292), relativiza e pondera: “uma teoria baseada na ação racional tem, portanto, a mesma deficiência no nível individual (considerado como um sistema) que uma teoria que começa com normas sociais tem no nível do sistema social”. Ou seja, ao começar suas explicações pelo nível individual, a teoria da escolha racional não atribui a devida importância à coercitividade dos fatos sociais. Para Coleman (1990, p. 293), no entanto: “é mais grave a falha das funcionalistas que atribuem aos fatos sociais uma racionalidade que não se encontra neles, mas nos indivíduos que compõem a sociedade”.

Outra interpretação sobre indivíduo e coletividade que vale a pena considerar, ainda em relação ao Capital Social e Ação Coletiva, é a do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), que desenvolveu sua teoria como uma proposta de superação da polêmica entre *individualismo metodológico* e *holismo*, ou, como era colocado o problema, entre

¹⁸⁴ Segundo a tradição norte-americana, na qual se insere a teoria social de Coleman (1990), esta pensa a relação entre público e privado como um problema de produção de bens coletivos. Obra clássica nesta linha de pesquisa é *The Logic of Collective Action*, de 1965, na qual Mancur Olson argumenta que indivíduos com objetivos comuns tendem a não se organizar e agir coletivamente se não houver incentivos e *punições individuais* (e não coletivos) que os induza a contribuir para a produção de um bem coletivo (ARRUDA, 2004).

subjetivismo e objetivismo ou, ainda, *fenomenologia e estruturalismo*. Bourdieu (2007), em *Poder simbólico* e outras obras parte da percepção da insuficiência do estruturalismo para explicar a realidade social. Assim como Coleman criticou o funcionalismo por tomar *as normas* como *dadas*, sem problematizar *sua origem e manutenção*, Bourdieu criticou o estruturalismo por sua *aceitação acrítica da existência de estruturas condutoras das ações dos indivíduos*. Assim como pensava Coleman (1990), também para Bourdieu (1972; 1994; 2007), a explicação da realidade social exige não somente o conhecimento do nível macro, no caso, as estruturas sociais, como uma compreensão das ações individuais. Nisso esses autores contemporâneos se assemelham aos clássicos já tratados, com suas devidas críticas e distâncias relativas. Uma vez que quando agem, os indivíduos, mesmo que inconsciente e intuitivamente, comparam as situações por que passam com outras já vividas. Seria extremamente trabalhoso a cada nova situação pensar detidamente sobre o que fazer, na prática, qualquer sujeito age de modo parecido com o que agira anteriormente em situação que, se não é similar, tem semelhanças suficientes com experiências anteriores para permiti-lhe esperar resultados satisfatórios se agir do modo como agira anteriormente, aqui Bourdieu coincide totalmente com Nietzsche.

Bourdieu, ao contrário de Coleman, vê problemas *considerar os indivíduos como atores racionais*, pois os indivíduos não avaliam as chances de suas ações serem bem sucedidas de maneira racional, por meio de cálculos de probabilidade construídos “com base em experiências controladas e a partir de dados estabelecidos segundo regras precisas” (BOURDIEU, 1972, p. 62). Para Bourdieu (1994, p.42, grifo nosso) os agentes sociais não são:

Sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa, conforme acreditam os defensores da Rational Action Theory. [...] Os ‘sujeitos’ são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação.

Assim ao conceito de *estrutura*, Bourdieu contrapõe o conceito de *habitus*. Os indivíduos não agem simplesmente conforme “estruturas objetivas”, mas de acordo com “sistemas de *disposições* duráveis” em parte assimilados das estruturas sociais e em parte como respostas pessoais dos próprios sujeitos a situações ocorridas ao longo de sua vida, novamente nesse caso Bourdieu está mais próximo de Nietzsche que de Marx. Como pensava

Nietzsche, Bourdieu vê que os homens podem ser adestrados, desenvolvido neles “instintos de rebanho”, de “escravos”, ainda que Bourdieu não cite Nietzsche diretamente quanto a isso.

Entretanto, o conceito *habitus* e sua definição em Bourdieu guarda contradições e diferenças com as formulações de Nietzsche (2007; 2008). Para Bourdieu (1972, p. 61, grifo nosso) *habitus* são:

[...]Estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como *princípio gerador e estruturador das práticas e das representações* que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ *sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins* e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, *sem ser o produto da ação organizadora de um regente*.

Bourdieu (1980a, p. 102) diz que *habitus* é primitivo (atribui peso demasiado às primeiras experiências do indivíduo) porque é durável e é durável porque tende ao esquecimento:

O peso particular das experiências primitivas resulta [...] do fato de que o *habitus* tende a assegurar sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança. [...] o *habitus* tende a favorecer as experiências adequadas ao seu próprio reforço (como o fato empiricamente atestado de que se tende a conversar sobre política com pessoas da mesma opinião).

O *habitus* segue a estratégia inconsciente de utilizar as informações que possui para evitar novas informações que possam lhe provocar modificações. Os sujeitos agem em consonância com seus esquemas de percepção, de pensamento e de ação, que não são imutáveis, mas que são arraigados. Um indivíduo avalia subjetivamente as “chances de sucesso de uma ação determinada numa situação determinada”. Completando essa idéia Bourdieu (1972, p. 62-63) enfatiza que o indivíduo decide:

Por meio de todo um corpo de sabedoria semiformal, ditados, lugares comuns, preceitos éticos [...] e, mais profundamente, princípios inconscientes do *ethos*, disposição geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas ‘razoáveis’ ou ‘absurdas’ (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades.

Desde essa percepção se pode afirmar que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo ou a uma mesma classe social têm probabilidades bem maiores de vivenciar as mesmas experiências na mesma ordem que indivíduos pertencentes a uma classe ou grupo diferente, então é possível falar na aquisição de um *habitus de classe* ou *habitus de grupo*. “A homogeneidade objetiva dos *habitus* de grupo ou de classe [...] resulta da homogeneidade das condições de existência” (BOURDIEU, 1980a, p. 98). Pode-se dizer que o *habitus* da classe é o “*habitus* individual no que ele exprime ou reflete a classe (ou o grupo)” (BOURDIEU, 1980a, p.101). Assim é se deixar guiar pelo *habitus*, e não a obediência consciente a normas,

que permite encontrar regularidades no comportamento dos indivíduos. Na medida em que os esquemas de percepção, de pensamento e de ação de um indivíduo são apreendidas da coletividade em que ele vive, os seus *habitus* são estruturas objetivas agindo sobre o seu comportamento, aqui Bourdieu (1980a) se reconcilia com as formulações clássicas de Marx (2007).

Aqui também se busca interpretar a relação indivíduo, coletividade na interação com a natureza, os ecossistemas, como interface entre a *cultura*, a *indivinduação* e a *coletivização*, a *separação e a unidade dialética necessária e a identidade própria do ser e do corpo social e ecológico. Onde há necessidade de ao mesmo tempo se auto-referenciar, diferenciar e se associar*. A idéia é promover este pensamento se unido ao de Luhmann (1990) quando vislumbra no conceito de *autopoiese* a chave para explicar a auto-referencialidade dos sistemas sociais, o processo de *autopoiese dos sistemas vivos* (vida e sistemas vitais), *autopoiese dos sistemas psíquicos* (que se traduz via consciência) e *autopoiese dos sistemas sociais* (que se opera via comunicação) onde cada um desses sistemas se diferencia em relação ao ambiente e constrói seu modo próprio de atuação, suas leis, reduzindo a complexidade do ambiente que o cerca, realizando algumas seleções que são típicas de seu modo de atuar e constituindo-se como sistema fechado sobre si mesmo, só se mesclando mediante interpenetração, desde quando nesse processo não venham perder a identidade. Assim, na relação indivíduo, coletividade, culturas e ecossistemas podem estar presentes desde exemplos com da membrana plasmática - que ao mesmo tempo separa uma célula da outra e une-as formando tecidos, órgãos e corpos num processo íntimo de cultivo da individuação e coletivização – em uma totalidade sistêmica.

Ligando toda a discussão de indivíduo, coletividade, cultura e natureza, sob o movimento atual da modernidade capitalista - onde muitos autores apontam que se vive na “pós-modernidade”, na “segunda modernidade” e ou na “sobremodernidade” – e ao se articular uma dada intuição de uma mudança radical no arranjo do convívio humano e nas condições sociais e ecológicas sob as quais a política-vida é hoje levada ou abandonada, se pode afirmar com algum grau de certeza que a atual conformação civilizacional ao caminhar perdeu-se. Segundo Bauman (2001, p. 17-18) é fato que o longo esforço para acelerar a velocidade do movimento atual chegou ao seu “limite natural” ou suportável. Assim, Bauman (2001, p. 17-18) fala que:

O poder pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico – e assim o tempo requerido para o movimento de seus ingredientes essenciais se reduziu à instantaneidade. Em termos práticos, o poder se tornou verdadeiramente “extraterritorial”, não mais limitado, nem mesmo desacelerado, pela resistência do espaço.

Nesse espaço esgarçado, acelerado, quase “extraterritorial” se reproduz o fenômeno da *Sociedade Informacional Global* e seus rebatimentos na América Latina e Pan-Amazônia, como já apresentado. Onde, conforme o capítulo três há todo um esforço de interligação e interconexão via espaços de fluxos territoriais reais (aero-hidro-rodó-ferroviário) e virtuais (infovias telemáticas) por parte do capital para se apropriar de suas riquezas e sua população.

Como bem salienta Bauman (2001, p. 22): “[...] Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado”. Em outras palavras, qualquer possibilidade de reorganização das lutas e enfrentamentos regionais, nacionais e internacionais dos trabalhadores com a burguesia, buscando formar redes de relações e solidariedades, são consciente e rapidamente destruídas. Ainda Bauman (2001, p. 22): “[...] Os ‘poderes globais’ se inclinam a dismantelar tais redes”. Porque sabem precisamente que podem agir contra seus interesses, isso é muito claro quando se olha as últimas décadas vividas pela América Latina. Os “poderes globais”, ou os imperialismos, formam um bloco gigante e agem em cadeia mundial em proveito da contínua e crescente *fluidez do capital* – a última crise econômica escancara esse fato - principal fonte de sua força e garantia de “invencibilidade”. Assim, os “poderes globais” demonstram uma invencibilidade contraditória, aparente: ao mesmo tempo o imperialismo quer demonstrar, ante os olhos dos indivíduos e da coletividade da classe trabalhadora, ainda muito abalada, desorientada e sem reorganização política de força e fôlego como na etapa histórica anterior às décadas de 1990 - quando as esperanças se desvaneceram com as frustrações com as esquerdas, simbolizadas na derrocada do “Socialismo Real” e na brutal ofensiva burguesa via propaganda da “Morte do Socialismo” – que continua imbatível, reforça posições geopolíticas e militares deslocando por exemplo a *Quarta Frota Naval* dos Estados Unidos para patrulhar a América Latina, ao mesmo tempo que sofre um “empantanamento”, mesmo derrota no Oriente Médio e na Ásia, mas quer evidenciar o contrário. Há montada uma grande farsa, sua insuperabilidade ou invencibilidade militar-tecnológica e inevitabilidade de seu sistema sócio-econômico é apenas parte de uma superideologia econômica, política e militar.

Nesse contexto e dilema se inscrevem o papel do indivíduo e da coletividade sob o sistema capitalista informacional-global. Passadas duas décadas da derrota stalinista e uma do neoliberalismo, e toda a confusão e paralisia relativa que se verifica depois que as massas se depararam com as diversas experiências neoliberais e social-liberais em curso, o ambiente turvo ainda permanece, mas talvez com menos opacidade, ao menos para setores da vanguarda. Mas a própria noção de liberdade e consciência de classe dos subalternizados em geral parece está se afogando e ou se sufocando no reino do conformismo, ceticismo e do

derrotismo relativo que se verifica em termos globais. Ou ainda de outra forma, por uma sensação de *liberdade conformada* ou *falsa liberdade*, como expressa Bauman (2001, p. 24-25, grifo nosso):

[...] Uma dessas questões é a possibilidade de que *o que se sente como liberdade não seja de fato liberdade; que as pessoas poderem estar satisfeita com o que lhes cabe mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser “objetivamente” satisfatório; que, vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentem a necessidade de se libertar e, assim percam a chance de se tornar genuinamente livres*. O corolário dessa possibilidade é a suposição de que as pessoas podem ser juizes incompetentes de sua própria situação e *devem ser forçadas ou seduzidas, mas em todo caso guiadas, para experimentar a necessidade de ser “objetivamente” livres e para reunir a coragem e a determinação para lutar por isso*. Ameaça mais sombria atormentava o coração dos filósofos: *que as pessoas pudessem simplesmente não querer ser livres e rejeitassem a perspectiva da libertação* pelas dificuldades que exercício da liberdade pode acarretar.

As pessoas (leia-se: da *classe trabalhadora, humanidade trabalhadora, subalternizados*), indivíduos e coletividades exploradas e oprimidas sentem a necessidade de sua libertação, entretanto as forças ainda não estão reabilitadas ou reunidas para imprimir a luta. Como lembra Bauman (2001, p. 26): “[...] o escritor norte-americano Herbert Sebastian Agar dizia em ‘A Time for Greatness’, 1942): ‘a verdade que torna os homens livres é, na maioria dos casos, a verdade que os homens preferem não ouvir’. Talvez seja também a verdade que os subalternizados não querem ouvir: *é que para se libertarem é preciso lutar e as vezes morrer lutando*. A segunda verdade é que se pode pensar que “que os homens podem não estar inteiramente equivocados quando questionam os benefícios que as liberdades oferecidas podem lhes trazer” (BAUMAN, 2001, p. 26), sob as condições atualmente existentes. Há grandes medos instalado entre os trabalhadores: desemprego, miséria, fome, prisões, tortura, morte. Talvez porque a própria bancarrota total ainda não ocorreu, apesar das crises financeiras e ecológicas global se agravarem, ainda não se atiram de peito aberto às grandes lutas e enfrentamento com o capital. Por enquanto perdura um clima de ceticismo e derrotismo, qual sugere a assertiva: “[...] É um tipo de sociedade que não mais reconhece qualquer alternativa para si mesma” (BAUMAN, 2001, p. 30). Ainda que haja alternativas, reina uma confusão e apatia geral, tal é a predominância da “*Era do vazio*”, como na expressão e homônimo da obra de Lipovetsky (1989), onde se vive um “simulacro de contradições”, uma “indiferença por saturação”, mesmo com o espasmo revolucionário de 1968 este foi no máximo uma “revolução sem finalidade”, uma “revolução indiferente”, a deserção revolucionária de fato, “sem enquadramento político”, “sem programa”, “sem apontar inimigo comum”, sem busca do poder, uma prova de que há algum tempo uma “vaga de deserção”, não há “motivo para se desesperar do deserto das metrópoles”, da política, e

doravante “o deserto encontra-se diante de nós e devemos inscrevê-lo entre as grandes conquistas do futuro, ao lado do espaço e da energia”.

A época que se vive, tem razão Debord (1997), quando fala em sua obra *A sociedade do espetáculo*, que se produziu um mundo moderno que tende a uma redução em um *espetáculo como relação social permanente*. Produzindo indivíduos da contemplação passiva — e relações sociais medidas por imagens, hedonismo efêmero e relações sem sentidos. Touraine (1998), afirma que a modernidade premiou a humanidade com este vazio e define a modernidade pela separação crescente entre *racionalização* e *subjetivação*. Sendo que um dos principais fundamentos que definem a estrutura da modernidade é exatamente o *individualismo*, o ‘triunfo do indivíduo’ burguês. O que leva à agudização do individualismo. Quase todo mundo está cuidando de si. Unicamente de si, não importando o outro. A relação que pode estabelecer com o outro. Grande parte das relações são construídas em falseamentos do real, são hipócritas, fixadas sob mentiras. Baudrillard (1981, p. 08), diz que o mundo da alta modernidade promove um simulacro total: “um real sem origem nem realidade: hiper-real. Precessão dos simulacros”. Então as pessoas simulam relações? Forjam e sabotam relacionamentos? Em grande medida sim, seja no campo pessoal, profissional, político ou moral, tanto pela dimensão de sua extencionalidade como de sua intencionalidade, e é qualitativa e quantitativamente incomparável a qualquer época anterior. Vive-se um processo frio de modelos e relações sociais onde o cerne é o esmaecimento, a vulnerabilidade e a efemeridade dos afetos, onde se fortalece os simulacros do real, a própria não importância da vida; os teóricos da sociedade são quase unânimes em dizer que a falta de profundidade das relações são evidentes na modernidade tardia. Ao mesmo tempo em que há um esvaziamento do tempo e ou temporalidade nas próprias relações, um “desencaixamento e desligamento geral” — parece que se quer a todo tempo e todo custo apagar o sentido da história construída, transformar tudo em “eterno presente”, “sem história”, viver “paixões momentâneas”, não se olhar para trás, para o que se construiu junto e o que ainda se poderia construir enquanto sonho coletivo. Há um sentido de *descartabilidade nas relações humanas*, como Hanna Arendt (1906-1976) aponta em sua obra *A condição humana* (1991) onde prima: *um desenraizamento e ou raleamento do ser*. Vive-se em um mundo moderno que, politicamente, *se inaugurou com as explosões atômicas* e onde as noções de tempo e espaço se estilhaçaram sob *a furiosa arremetida da velocidade* (ARENDT, 2001). Tendência globalizante que explicam a “natureza fulminante e expansionista da vida social” na intersecção entre “presença e ausência” de “reflexibilidade” de “mecanismo de desencaixe, onde ninguém pode *eximir-se* das transformações provocadas pela modernidade: é assim, por

exemplo, em relação aos riscos globais de uma guerra nuclear ou de uma catástrofe ecológica” (GIDDENS, 2002, p.27, grifo nosso).

A alta modernidade evolui sob os “Choques Benjaminianos”, como indicam o crescente crise dos afetos, arrefecimento da solidariedade, a profusão de riscos, o isolacionismo individual e social magnetizado e transfigurado na perda das relações quentes pelas infovias. Onde já não há mais lugar para o amor quente, de fato, não se tem compromissos, responsabilidades com as relações afetivas, sejam estas em qualquer nível, a própria noção de humano e humanidade é questionada hoje. Reina a substituição da profundidade pela superficialidade, a mediocridade e o vazio. Perda de identidade e noção de profundidade que aceleradamente desaparecem como ao sabor imagético-midiático da realidade instantaneamente massificada, globalizada, banalizada, fria e morta. As relações estão soltas no ar, sem referência – na ausência, o indivíduo gira entorno de si próprio [(DEBORD, 1997; CHESNEAUX, 1995; BAUDRILLARD, 1993)], tentando se diferenciar, tentando não imitar. Mas isso tem sido cada vez mais impossível, quando a moda estatística aponta ao mesmo tempo para perda da diferenciação, da individuação do ser: ao procurar ser diferentes todos ficam novamente iguais. A falta de sentido pessoal, para a grande maioria das pessoas se tornou um problema psíquico fundamental na modernidade tardia como explicita Giddens (2002) em sua obra *Modernidade e identidade*, sintetizando esta crise em uma expressão: “isolamento existencial”.

Há por outro lado, em geral, uma legitimação, uma crença na validade da estética, que tenciona por atender a demanda fragmentadas e delirantes do instante. Vive-se relações transversalmente aceitas nas diversas esferas da vida que se chocam com o chão cinzento de gostos torpes que re-produzem um mundo real insuportável. Pois a dominância profunda da relação é dada pela necessidade frenética do capital, que precisa do individualismo exacerbado para continuar a girar, triunfar e constranger por seu giro tudo a sua volta. Incluindo os revolucionários e as revolucionárias, suas relações, seus afetos, atos e ou atitudes alienadas. Isso explícito em certo ar, ode e triunfalismo em que se exalta certo maravilhosismo e certo experimentalismo, de que “vale tudo” desde as relações afetivas à política. Qualquer coisa para satisfazer a ansiedade e vaidade individual, suas paixões e pulsões, seu apelo ao poder bonapartista, personalista. Um ensinamento conferido pelo primado burguês e a burocracia stalinista à experiência de guiar as decisões por estes aspectos, cumpre fielmente a lógica burguesa: não existe nada mais burguês ou burocrático do que o descartar, usar e descartar o outro, a vida e a natureza em interesse particular. Essa é a relação fundamental da modernidade capitalista elevada a megatons. Não somente é o de cair

num consumismo frívolo de sensações, se convertendo num esteticismo gustativo de realidades que mais destroem que constroem relações de confiança e reciprocidade que se vive na última modernidade, mas na evidente perda de referencial de transformação individual, social e política.

Vive-se hoje sem ou com baixo quadro de referências. Os fatos e os acontecimentos são apresentados ou mostrados de modo bastante fragmentados. São observados de todos os ângulos, mas carecem de uma referência, uma totalidade que lhes dê sentido, uma direção política. Onde, em quase todos os acontecimentos vê-se a superfície turva, a cortiça da realidade. Consome-se milhões de notícias descartáveis sem reflexão. Os efeitos especiais e secundários escondem o fundamental: a dominação política e econômica, a destruição ecológica e moral. Muitas vezes não se sabe mais distinguir o importante do trivial. As redes de comunicação e a mídia convertem-se num grande acelerador de partículas, impede que as pessoas percebam a órbita referencial das coisas. E com a perda do horizonte histórico das vidas pessoais, se perde também o sentido da história geral, passando a viver apenas na imediatez dos momentos e das necessidades de sensações urgentes que são incutidas em cada indivíduo de forma massiva, hedonista e efêmera na “Sociedade em rede” e na “Era do vazio”.

Japiassu (2000) enfatiza: ninguém mais duvida que a racionalidade constitua a marca distintiva de nossas sociedades modernas, como exaustivamente já se discutiu - também é incontestável que possui um valor eminente, seja portadora de um poder eficaz, gozando de prestígio colocando-a praticamente à parte e acima de tudo mais, está em todo lugar. O poeta Pablo Neruda reconhece: “É a razão, base da justiça, que deve governar o mundo”. Assim, nada mais instrutivo que o modo como hoje a sociologia se apresenta: “a garantidora da hegemonia sobre todos os aspetos da vida em comum”, no contexto das ciências sociais, é ela que, “em seus conceitos fundamentais, melhor se vincula à problemática da racionalidade” como ensinam Habermas, Boudieu, Coleman e outros. Neste caso, as relações entre os homens possuem um valor objetivo enquanto são concebidas em função do interesse e do cálculo dos meios e dos fins. Para além, se está no domínio dos fatores psíquicos, dos desejos e das idéias, vale dizer, dos valores como enfatiza Japiassu (2000) - daquilo que é subjetividade e que não tem importância ou parece não ter, mas o tem.

Por tudo que se tratou e dessa condição de vida sobredeterminada pela cultura incutida pela burguesia deriva a importância de uma atitude crítica e política como resposta individual e coletiva - que se mostra ainda mais indispensável na alta modernidade - ainda que a força da ideologia e da alienação seja tão profunda para desgarrar, desprender, libertar as mentes e

atitudes dos indivíduos e das massas do centro atrator-gravitacional da tríade *alienação-ideologia-ceticismo* realmente demande uma tarefa gigantesca, árdua, por vezes exaustiva. Devendo ser para as vanguardas do proletariado e dos povos submetidos um exercício de mobilização poderosa de paciência e espírito abnegado - persistência e luta histórica do marxismo revolucionário, particularmente da corrente trotskysta para não ser derrotada.

Quando se olha para os acontecimentos recentes da modernidade, digo das últimas três quatro décadas, e particularmente se volta os olhos para a América Latina, se percebe que há uma certa contradição do movimento mundial entre a apatia geral e o que se encontra no sub-continente. Como já se expressou, a América Latina é uma região que atravessou o século XX sob o signo de levantes, guerras, revoluções, golpes e contra-revoluções. Os sujeitos da revolução na América Latina: operários, populares, indígenas, camponeses, estudantes, setores da pequena burguesia, formam desigual e combinadamente uma massa contestadora, constituindo uma reserva de *capital social revolucionário* que ora está latente, ora se manifesta através da emergência de poderosas organizações políticas, sindicais e populares que se articulam nacional e internacionalmente, basta lembrar que nestas últimas quatro décadas surgiram organizações ou movimentos como: Farc, Zapatistas, Tupamaros, Sandinistas, MST, CONAIE, vários partidos reformistas, bem como revolucionários de tradição marxista, trotskistas, maoístas, etc., evidenciando as mais diversas tradições e tendências indo do guerrilherismo, às formações de partidos de vanguarda e de massas, mostrando que a revolução na América Latina não acontecerá sem a decisiva participação indígena, camponesa, popular e estudantil - esta continua impregnada no referencial e imaginário histórico presente latino-americano. Ainda que a Sociologia das revoluções e a História das revoluções mais recentes não tenham evidenciado isso na academia, a não ser em raras e honrosas obras, como *O marxismo da América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais* de Mihael Lowy (2006), *As esquinas perigosas da história – situações revolucionárias em perspectiva marxista* de Valério Arcary (2004) e *O encontro da revolução com a história – socialismo como projeto na tradição marxista* (2006), desse mesmo autor. Há um protagonismo revolucionário operário, indígena, camponesa, estudantil, popular na vida dos povos da América Latina que de certa forma desafia a apática sociedade informacional global. Porque na América Latina e Caribe se possui um *habitus*, do qual fala Pierre Bourdieu, que *tende a favorecer as experiências adequadas ao seu próprio reforço* (BOURDIEU, 1980a, p. 102), no caso revolucionário, uma cultura revolucionária. Em que na América Latina e Caribe o *habitus* segue a estratégia inconsciente ou consciente de utilizar as informações históricas que possui, onde os sujeitos agem em consonância com seus esquemas

de percepção, de pensamento e de ação, que não são imutáveis, mas que são arraigados onde os indivíduos e as coletividades avaliam subjetivamente - como ensina Bourdieu (1972, p.62-63):

As chances de sucesso de uma ação determinada numa situação determinada [...] e, mais profundamente, princípios inconscientes do ethos, disposição geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas [...].

Na medida em que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo ou a uma mesma classe, têm probabilidades bem maiores de vivenciar as mesmas experiências, sendo possível falar na aquisição de um *habitus revolucionário* presente historicamente na América Latina, dada as condições de semelhança e existência social, política e cultural. Uma vez que “a homogeneidade objetiva dos *habitus* de grupo ou de classe [...] resulta da homogeneidade das condições de existência” (BOURDIEU, 1980a, p. 98). Assim, as condições de vida e os problema das classes trabalhadoras e povos da América Latina, como se viu, não são tão dispare, particularmente entre os países da Pan-Amazônia – que pode facilitar seu *habitus político* em ações coletivas revolucionárias. Ao se deixar guiar pelo *habitus revolucionários*, *via constituição de capital social revolucionário*, na medida em que os esquemas de percepção, de pensamento e de ação são apreendidas da coletividade sublevada e historicamente em que vive essa região, seus *habitus* são estruturas objetivas agindo sobre o comportamento revolucionário subjetivo das massas, ao mesmo pressionando os indivíduos.

Claro deve estar que estas são hipóteses teóricas exploratórias que se pretende desenvolver mais adiante, indicando que a há possíveis flexibilidade e elasticidade de interpretação e análise das condições e condicionantes político-econômico-sociais da Revolução Socialista e uma memória viva, efervescente, das massas na América Latina e Caribe, ante à solvência e falência do indivíduo e da coletividade descrita pela literatura científica e autores predominantemente europeus e estadunidenses, impactados pelos modelos e vivências de suas sociedades, mas que não necessariamente se pode ter a mesma interpretação, por exemplo, para América Latina. Ainda que suas caracterizações, análises e interpretações sociológicas atinjam, sem dúvida, o modo de vida e reprodução na América Latina, particularmente em se tratando da economia e cultura da Sociedade Informacional Global estejam em muito certos e coincidem com o que se vê na América Latina. Na qual jogam a alienação, a ideologia, o ceticismo e a participação política na contemporaneidade um papel fundamental na manutenção do estado atual de crises, que também atingem brutalmente a macrorregião como se demonstrou no capítulo três, onde estas crises se

processam radicalmente na América Latina e Caribe, incidindo diretamente no processo de reorganização e luta dos subalternizados. Contudo o processo é dialético, que se inscreve nas leis do desenvolvimento desigual e combinado da história e como também no movimento da inter e intra dialeticidade permanente, quando se pode vislumbrar diferenciação e materialidade dessa interpretação aqui esboçada.

5.2 ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA, CETICISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Aqui tratar-se-á da **alienação**, tal como a conhecemos hoje, um fenômeno da modernidade capitalista, da sociedade burguesa, tal como originalmente presente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx (2002a) e depois em outras obras, particularmente em *O capital*. Pois é na sociedade capitalista que a alienação se mostra agudamente pelo processo do *trabalho alienado*, onde o “trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria” (MARX, 2002a, p.110) onde constitutiva do processo de alienação está a *reificação*, o momento em que a característica do ser torna-se uma “coisa”, típica da realidade objetiva. A alienação se processa exatamente no momento da produção de *mercadoria*. Como esta é a alma, e o lucro advindo desta é o corpo do capitalismo, para melhor explicitar o que ela significa, aqui é preciso recorrer diretamente à Marx, em uma longa citação de *O capital* (de 1985, Volume I. Capítulo I. Seção 4. Editora Difel; outra de 2002b, p. 92-94, Editora Civilização Brasileira, grifo nosso) em que Marx diz:

À primeira vista, uma *mercadoria* parece uma coisa trivial e que se compreende por si mesma. Pela nossa análise mostramos que, pelo contrário, *é uma coisa muito complexa, cheia de subtilezas metafísicas e de argúcias teológicas*. Enquanto valor-de-uso, nada de misterioso existe nela, quer satisfaça pelas suas propriedades as necessidades do homem, quer as suas propriedades sejam produto do trabalho humano. É evidente que a atividade do homem transforma as matérias que a natureza fornece de modo a torná-las úteis. Por exemplo, a forma da madeira é alterada, ao fazer-se dela uma mesa. Contudo, a mesa continua a ser madeira, uma coisa vulgar, material. Mas a partir do momento em que surge como mercadoria, as coisas mudam completamente de figura: *transforma-se numa coisa a um tempo palpável e impalpável*. Não se limita a ter os pés no chão; face a todas as outras mercadorias, apresenta-se, por assim dizer, de cabeça para baixo, e da sua cabeça de madeira saem caprichos mais fantásticos do que se ela começasse a dançar. *O caráter misterioso da mercadoria não provém, do seu valor-de-uso*. Não provém tão pouco dos fatores determinantes do valor. Com efeito, em primeiro lugar, por mais variados que sejam os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são, antes de tudo, funções do organismo humano e que toda a função semelhante, quaisquer que sejam o seu conteúdo e a sua forma, é essencialmente um dispêndio de cérebro, de nervos, de músculos, de órgãos, de sentidos, etc., do homem. Em segundo lugar, no que respeita àquilo que determina a grandeza do valor — isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade de trabalho — não se pode negar que essa quantidade de trabalho se distingue claramente da sua qualidade. Em todas as épocas sociais, o tempo necessário para produzir os meios de

subsistência interessou necessariamente os homens, embora de modo desigual, de acordo com o estágio de desenvolvimento da civilização. Enfim, desde que os *homens trabalham uns para os outros, independentemente da forma como o fazem, o seu trabalho adquire também uma forma social.*

Donde provém, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, logo que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, dessa mesma forma. A igualdade dos trabalhos humanos adquire a forma objetiva da igualdade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio da força de trabalho humana, pela sua duração, adquire a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, *as relações entre os produtores, nas quais se afirmam as determinações sociais dos seus trabalhos, adquirem a forma de uma relação social dos produtos do trabalho.* O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes para além deles. É por este quiproquó que esses produtos se convertem em mercadorias, coisas a um tempo sensíveis e supra-sensíveis (isto, é, coisas sociais). Também a *impressão luminosa* de um objeto sobre o nervo óptico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como a forma sensível de alguma coisa que existe fora do olho. Mas, no ato da visão, a luz é realmente projetada por um objeto exterior sobre um outro objeto, o olho; é uma relação física entre coisas físicas. *Ao invés, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho [na qual aquela se representa] não tem a ver absolutamente nada com a sua natureza física [nem com as relações materiais dela resultantes]. É somente uma relação social determinada entre os próprios homens que adquire aos olhos deles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.* Para encontrar algo de análogo a este fenômeno, é necessário procurá-lo na região nebulosa do mundo religioso. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, entidades autônomas que mantêm relações entre si e com os homens. *O mesmo se passa no mundo mercantil com os produtos da mão do homem. É o que se pode chamar o fetichismo que se aferra aos produtos do trabalho logo que se apresentam como mercadorias, sendo, portanto, inseparável deste modo-de-produção.*

Como se viu, Marx mostra sofisticadamente como ocorre a produção e a transfiguração da mercadoria, seu **fetichismo**, através do processo produtivo e do afastamento do produtor do resultado de seu trabalho, de seu produto. É somente na modernidade que se produz um fenômeno pelo qual, na economia capitalista, o trabalho humano se torna simplesmente atributo de uma coisa. Em que o ser que produz e o produto de seu trabalho se tornam coisas (mercadorias). O produtor direto aliena-se no trato de seu próprio trabalho. O trabalhador é separado do que produziu. Este processo está ligado essencialmente ao sistema produtivo e reprodutivo do capital, à propriedade privada dos meios de produção, a separação do trabalho, capital e propriedade, à ação, consciência, valor e desvalorização do homem, monopólio e concorrência, ao sistema do dinheiro e à situação de classes. Por isso “temos agora que entender a *conexão fundamental* entre todo esse **sistema de alienação**” (MARX, 2002a, p. 111, grifo nosso).

Como se viu Marx (2002b) esclarece genialmente como a situação resultante dos fatores materiais dominantes da sociedade, caracterizada, sobretudo, no sistema do capital, produz a **alienação**, em que o trabalho do homem se processa de modo que produza coisas que imediatamente são separadas dos interesses e do alcance de quem as produziu, para se transformarem, indistintamente, em mercadorias. Marx & Engels (2007), afirmam que a alienação, oculta ou falsifica a ligação entre o produtor e o objeto produzido, de modo que apareça o processo (e seus produtos) como indiferentes, independentes ou superiores aos trabalhadores, seus criadores. Em um processo total de objetivação e reificação que ocorre desde a esfera macro-social, onde, em escala maior, o Estado, se tornou condição ou produto de alienação. Assim como está presente em todas as esferas, até nas relações subjetivas do cotidiano entre as pessoas. Assim, a alienação é vista como um processo ligado essencialmente à ação, à consciência e à situação dos homens no mundo, e pelo qual se oculta ou se falsifica essa ligação. Processo esse que contribui fundamentalmente para reforçar e reproduzir a ideologia burguesa e sua dominação de classe.

Marx em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* (2002, p. 110-112, grifo nosso), no capítulo sobre *Trabalho alienado*, diz que, aceitando os pressupostos da Economia Política, sua linguagem e suas leis:

Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente de salário, lucro de capital e renda da terra, assim como a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca, etc. A partir da Economia Política mesma, com as suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador está na razão inversa do poder e da magnitude da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto a restauração ainda mais terrível do monopólio, que finalmente desaparece a diferença tanto entre capitalista e rentista quanto entre agricultor e trabalhador de indústria e que *a sociedade inteira tem que se cindir nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade*.

A Economia Política parte do fato da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Capta o processo material que a propriedade privada perfaz na realidade efetiva em fórmulas abstratas, gerais, que então lhe valem como leis. *Não concebe estas leis, ou seja, não demonstra como emergem da essência da propriedade privada*. *A Economia Política não nos dá esclarecimento algum sobre a razão da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra*. Por exemplo, quando determina a relação do salário com o lucro do capital, o interesse do capitalista lhe vale como a razão última; isto é, ela supõe o que deve desenvolver. Igualmente a concorrência entra em toda parte. É explicada a partir de circunstâncias externas. *A Economia Política nada nos ensina sobre até que ponto estas circunstâncias externas, aparentemente acidentais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário [...]*.

Nós partimos de um fato econômico-político, presente. O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quando mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens. *O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria e isto na proporção em que produz mercadorias em geral*.

Este fato nada mais expressa senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser alheio, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a objetivação do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização.

A alienação é, portanto, um produto do processo essencial de reprodução do capitalismo, a produção de mercadoria. A alienação ataca a consciência, melhor, produz a falta dela. Uma observação ingênua, apressada, vê o mundo constituído de coisas independentes umas das outras, e indiferentes, afastadas. Um sujeito desavisado engana à primeira vista sua própria consciência. Porque a essência das coisas materiais está escondida por trás delas. Não compreendendo que não existe a independência das coisas. Essa mentalidade contribui para a indiferença, que é a indiferença de si. O conhecimento filosófico materialista dialético nega a noção de independência e a indiferença do ser e das coisas por ele produzidas na esfera das relações sociais de produção. Ao contrário, sustenta que são *conteúdo* e *forma* de um mesmo processo. Mas o sistema de produção capitalista, que separa o produtor de seu produto sob a alienação, é um fenômeno tão poderoso capaz de fazer os indivíduos participem do processo social de produção de forma cada vez mais alienado, vazio. Aparecendo na modernidade como alienação radicalizada, enquanto **hiperalienação** (uma vez que no processo de globalização as mercadorias são produzidas “aos pedaços” para serem “montadas” nas “maquiladoras”, resultando na produção cada vez mais afastada, fragmentada do produtor direto).

Na modernidade contemporânea a ideologia vem tomando a forma de uma **superideologização**, calcada no fim (“fim da história”, “fim das ideologias”, “fim das esperanças”, “fim da razão”, “fim do mundo”, etc.), onde nada mais é possível mudar ou transformar para um patamar superior de organização social de reversão política e econômica. Especialmente porque o fenômeno da hiperalienação e da superideologia é tão profundo e absurdo que chega atingir e envolver, mesmo as pessoas mais dotas, esclarecidas - tal o poder e gigantismo dessas gêmeas siamesas. Na alta modernidade a alienação e a ideologia se unificam, interagem e estão subjacentes à ordem de reprodução sociometabólica do capital, a tal ponto que se pode caracterizá-la como estruturantes do modo de dominação cultural do capitalismo informacional global. Como bem lembram Marx e Engels (1977, p. 36): *a produção de idéias, de representações, na consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real*. Ainda que a ciência, o modo de produção e a razão instrumental capitalista tenham evoluído para um tal fenômeno de alienação radicalizada, que eleva em um

patamar nunca visto a cegueira e o ceticismo das massas, é preciso desvelar, desnudar e combater a alienação e a ideologia subjacentes à sociedade capitalista. Marx e Engels (1977, p. 24, grifo nosso), afirmam que:

A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente. Uma vez que os próprios homens começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. Portanto o primeiro ato histórico dos indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzirem seus meios de vida.

Isso quer dizer então: *o que os homens são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, depende das condições materiais de sua produção* (MARX; ENGELS, 1977, p. 24-27). Não havendo portanto, a separação real entre o produtor, seu produto e o sistema sob o qual produzem e se reproduzem. O que há é uma totalidade da vida material, em íntima relação com a cultura, com a vida imaterial, resultando uma “dialética da totalidade”, como nos termos de Lucien Goldman, que busca compreender todo o modo de civilização, processo de formação e cultura de um povo para explicar os fenômenos sociais, para explicar sem ruídos a realidade, ainda que essa seja obscura para os trabalhadores, que estes tenham dificuldades de perceber essa totalidade e se organizar para superar esse estado de alienação profunda e dilacerante¹⁸⁵. Pois como indivíduos determinados, como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. Sendo então preciso que, ao se estudar a realidade de uma determinada época histórica, em cada caso particular, a observação seja empírica e coloque necessariamente em relevo – empiricamente, e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e o modo de produção (MARX; ENGELS, 1977 p. 35-37), partindo-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expondo-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desses processos em suas vidas (daí a necessidade de ancorar a pesquisa na realidade histórica América Latina das últimas quatro décadas), pois, os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam

¹⁸⁵ A partir da *divisão social do trabalho*, a classe trabalhadora passou a ter uma dificuldade bem maior para pensar os seus próprios problemas e para encará-los de um ângulo mais amplamente universal: mesmo quando são sinceros, os indivíduos se deixam influenciar pelo ponto de vista dos exploradores do trabalho alheio, da burguesia, pela “perspectiva parcial inevitável” das classes sociais (conforme a caracterização da *ideologia* por Lucien Goldmann). Para romper essa nebulosidade os marxistas percebem que a única maneira de superar a divisão da sociedade em classes e dar início a um processo de “desalienação” do trabalho é levando em conta a realidade da *luta de classes*, organizar o proletariado e promover a *Revolução Socialista* (KONDER, 2006).

também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Por isso as ideologias estão relacionadas à realidade como vivem as pessoas, os pensadores, o lugar de onde produzem as idéias (sua classe social), estão presentes no resultado de sua produção, suas reflexões - exatamente no sentido de reflexo, naquilo em que se espelha. Assim, Borda (1979, p. 44) afirma: “conseqüentemente, não pode haver valores absolutos no conhecimento porque este irá variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas na formação e na acumulação de conhecimento, ou seja, na sua produção”. Ainda mais, estes conhecimentos estarão relacionados e a serviço de quem hegemoniza o poder e a economia no interior da sociedade mantendo seu *status quo*.

As formulações marxianas e marxistas continuam de uma validade teórica e histórica ímpar e muito poderão contribuir para o entendimento geral do que se mostra neste trabalho. Apesar do conhecimento acadêmico atual absorver a rigidez dos conteúdos, dos estereótipos e formalizações neoclássicas, do neoliberalismo e do que demanda a globalização do capital (agora inclusive esses conteúdos estão abalados em seus pilares pela realidade da crise econômica, se chocando com sua teoria e princípios), se abriu novo espaço, audiência, para o pensamento marxista, para as formulações e interpretações, que ao mesmo tempo podem fornecer os dados adicionais de realidades ricas, diversas e fascinantes, que estão se processando internamente em meio à própria crise. Acabam sendo necessários para alteração fundamental dos paradigmas atuais (KUHN, 1975). Pois a realidade é dialética e o real nem sempre se deixa encerrar num dilema (LEFEBVRE, 1975), assim, os dilemas e disjunções são levados além dos limites estreitos que, precisamente, são aqueles da lógica formal, onde se verifica uma concepção coagulada, estática — metafísica — da verdade, do erro e de suas relações. Quando é preciso conceber que o real, o conteúdo apresenta inúmeras e imprevisíveis matizes, mudanças e transições.

O pensamento, aliás, é perturbador e em determinadas condições “perigoso e subversivo”, é um agente catalisador capaz de perturbar rotinas, desorganizar hábitos romper costumes e solapar crenças, entre outras (MANNHEIM, 1996; COSTA, 2006a). Por isso há uma luta ininterrupta entre capital e trabalho, entre reformadores e revolucionários. A própria busca desesperada por salvar seu sistema político (democracia liberal) e econômico (neoliberalismo) leva a burguesia e seus teóricos demonstrarem suas fragilidade, insuficiência e falência ao tentarem, a todo custo justificar o injustificável, a permanência do capitalismo, por meio da ideologia, enquanto o próprio sistema desmorona-se. Há portanto, neste movimento, uma *dialética dentro da própria dialética*. Uma dialética da dialética, mostrando claramente o esgotamento do capitalismo, a despeito dos anseios, desejos e desespero de seus

adeptos ou defensores, levando a considerar inúmeros elementos que faça sempre estar presente uma simples pergunta: *mas então, como um sistema decrépito, opressor, explorador e altamente deletério para os trabalhadores e para o planeta ainda se sustenta em pé, e pior, em meio a uma gigante clivagem de crises ainda parece tão longe de seu fim? A superideologia, a hiperalienação e o ultraceticismo podem ser parte da resposta, contudo, possivelmente é mais complexa e ainda seja talvez muito inexata* – uma vez que, lembrando e reconhecendo: enquanto a lógica formal, abstrata, intenta fornecer a resposta com um “sim” ou um “não” a todas as questões, apressadamente, crendo que uma idéia é verdadeira ou falsa, que a verdade e o erro são absolutos e separados um do outro, ocorre com frequência, que se deve responder: *sim, porém não! Sim*, porque de fato a ideologia, a alienação e o ceticismo aumentaram em todo o mundo com o advento do neoliberalismo, da globalização e do informacionalismo. *Não*, porque de fato, ainda que os indivíduos e coletividades subalternas saibam dos problemas, riscos e injustiças por que passam, preferem se acomodar, resignados.

É preciso refletir ainda sobre: há verdades e há erros e eles se modificam, o próprio real se move e a verdade pode se tornar um erro e vice-versa, como salienta Lefebvre (1975). Pode-se transformar num imenso erro uma “verdade” relativa de *determinada história, ou momento da história*, como por exemplo, afirmar que a apatia geral liquidou a luta pelo socialismo, “que se vive o ocaso da sociedade do trabalho”, e ainda que haja alternativas na “Era do vazio” de Gilles Lipovetsky (1989) o que predomina na “Era dos extremos” de Eric Hobsbawm (2008) evidencia um “simulacro de contradições”, “indiferença por saturação”, que nesses tempos vicejam “revolução sem finalidade”, “revolução indiferente”, “deserção revolucionária”, “sem enquadramento político”, “sem programa”, “sem apontar inimigo comum”, “sem buscar o poder”, que se vive em um mundo onde não há “motivo para se desesperar frente ao deserto das metrópoles”, da política, e doravante “o deserto encontra-se diante de nós” e que “devemos nos conformar”, etc., pois a época contemporânea produziu um mundo moderno que tende a redução em “espetáculo como relação social permanente” – mas é preciso lembrar que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” como afirma Debord (1997, p. 14).

Há no mundo atual “verdades” que afirmam a produção de indivíduos contemplativos, passivos, hedonistas, vazios, etc., dentro de uma modernidade que separa *racionalização e subjetivação* como indica Touraine (1998), o ‘triunfo do indivíduo’ burguês sobre a coletividade dos trabalhadores. Baudrillard (1981, p. 08) diz: que o mundo da alta modernidade promove um simulacro total, *um real sem origem nem realidade: hiper-real. Precessão dos simulacros*. Os principais teóricos da sociedade globalizada são quase

unânicos em dizer que a há um esvaziamento do tempo, das relações, um “desencaixamento e desligamento geral”, apagando o sentido da história, transformando tudo em “eterno presente”, “sem história”, e “sem sonho coletivo”. Há em geral uma “perda de identidade” e a “noção de profundidade” aceleradamente desaparece diante da realidade instantaneamente massificada – na ausência, “o indivíduo gira entorno de si próprio”, em um processo de “isolamento existencial” (DEBORD, 1997; CHESNEAUX, 1995; BAUDRILLARD, 1993; GIDDENS, 2002).

O que todos esses teóricos da alta modernidade e suas formulações afirmam está em grande medida em acordo com muito que se exterioriza no mundo real, atual, têm grandes razões para assim o interpretarem as diversidades de realidades, mas não estão absolutamente corretos ou não são totalmente verdades e ou as mesmas se mostram em todo os lugares do planeta, mesmo dentro das próprias regiões há diferenciações, contradições, materializadas, por exemplos, no contexto da América Latina e Caribe. Há grandes desigualdades entre a Europa, o Oriente Médio, a América do Norte, a América Latina, a Ásia e a África. Não é possível homogeneizar tudo e afirmar categoricamente que há um “marasmo total”. A alta modernidade, particularmente datada pelo corte atômico da Segunda Guerra mundial e o longo período da “Guerra Fria”, mostrou quanto houve e ainda há revoluções, levantes, insurreições, etc., ainda que estes processos tenham esbarrado em grandes limites e ou não se configurado como os clássicos os prediziam¹⁸⁶. Não se podendo, ainda assim, ver apenas pelo

¹⁸⁶ Como detalhadamente expõe Valério Arcary (2004, p. 98-100), quando discute que: nenhuma revolução confrontou a propriedade privada depois da Segunda Grande Guerra, a excessão dos processos revolucionários que triunfaram e foram até a expropriação, como na Iugoslávia, Albânia, China, Coreia, Vietnã e Cuba, mas estes contrariam três prognósticos do marxismo clássico: 1) *o proletariado* não foi o sujeito social dirigente, predominaram as *revoluções agrárias*, com forte *protagonismo camponês*; 2) a *auto-organização plural* ou a *democracia direta* não existiram, sim a forma de duplo poder territorial, através de exércitos revolucionários ou guerrilhas militarmente centralizadas, e depois da conquista do poder, uma evolução uniforme no sentido de regimes ditatoriais de partido único; 3) a *estratégia internacionalista* não teve maior e mais importância; ao contrário, predominaram intenso nacionalismo, com exceção da Revolução Cubana, nos seus primeiros anos. Verifica-se ainda, que depois do Vietnã do Sul em meados dos anos 1970, ou seja, nos últimos 30 anos, só triunfaram *revoluções políticas*. Ou, em outras palavras, nenhuma revolução avançou até a ruptura total com o capitalismo. Ainda que tenham ocorrido impressionantes revoluções populares, com um engajamento em massa de milhões de pessoas nas ruas e situações de duplo poder, desmoronamento de regimes e governos – como no Irã do xá Reza Pahlevi e na Nicarágua de Somoza, nas Filipinas de Marcos, no Haiti de “Baby” Doc, na Indonésia de Suharto, no Zaire de Motubu, no Peru de Fujimori, na Argentina de De La Rúa –, em nenhum desses processos repetiu-se a experiência da *expropriação da propriedade privada*. Os triunfos democráticos, mesmo quando profundos, não levaram ao poder governos que se apoiassem na mobilização de massas para alterar as relações sociais (ARCARY, 2004). Trinta anos já constituem um intervalo histórico significativo que exige reflexão e explicação teórica sobre esses fatos. Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique chegaram à independência em 1975, como uma das conseqüências da revolução de 25 abril, em Lisboa, que elas provocaram depois de mais de uma década de guerras de guerrilhas contra o Exército português, mas, contraditoriamente ao que se esperava preservaram o capitalismo. Tanto o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), como o Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) inspiraram-se em idéias marxistas e flertaram com a ex-União Soviética, mas, quando chegaram ao poder, captularam despudoradamente ao Estado burguês para favorecer negócios privados.

ângulo da lógica formal, ou de uma dialética muito abstrata, ou mesmo mecânica, que intenta fornecer a resposta com um “sim” ou um “não” apressadamente, como “verdadeira ou falsa” - como se apontou antes, onde a “verdade” e o “erro” são absolutos e separados um do outro, não vendo que há uma terceira forma de olhar a diversidade de realidades, *a dialeticidade contida na própria dialética do ‘sim, porém não’, concebendo margens para a contradição dentro da contradição*. Pois como Lefebvre (1975) indica: os pensamentos que não concebem a contradição, que não levam em conta o tempo, o lugar e o movimento da história, o tático e o estratégico, são abstratos, coagulados, incapazes de expressar o movimento real dos fatos. Isso vale da mesma forma para as interpretações ligadas ao campo marxista revolucionário, como o da corrente trotskysta-morenista, que reduz o problema ou dificuldades do levante e ou triunfo da Revolução Socialista ao clássico problema da “crise de direção revolucionária” ou mais recentemente à nova formulação que se soma a anterior: ao “vendaval oportunista” instalado nas organizações políticas da esquerda mundial após a queda do aparato stalinista. Tanto as formulações dos teóricos desencantados com a última modernidade, como com os intérpretes do campo marxista-trotskyista-morenista, ambos tendem a não ver a diversidade de realidades e a dialeticidade que há dentro dessas, ofuscando ou diminuindo em parte o escopo de suas análises e interpretação. Não mostram a diversidade

Burocratizam-se e afastaram-se de qualquer perspectiva igualitarista, revolucionária. Uma burguesia negra vem sendo construída a partir do controle do aparelho de Estado (ARCARY, 2004). Outro exemplo espetacular: vinte anos depois, numa das revoluções mais heróicas do século XX, a luta contra o *apartheid* triunfou finalmente na África do Sul. A queda da ditadura racista não impediu que uma negociata, preservando não só a propriedade privada da riqueza sul-africana nas mãos da burguesia branca, mas também o controle das Forças Armadas e a manutenção das políticas neoliberais, frustrando a revolução. A revolução tirou De Klerk do poder, levou Mandela e o CNA ao governo, mas não abriu sequer uma janela para diminuir a desigualdade social. Nas revoluções políticas na América Latina que derrubaram as ditaduras militares nos 1980 – Argentina em 1982, depois da derrota militar na Guerra das Malvinas, Brasil em 1984, com a companhia das Diretas, a Bolívia em 1985 –, as mobilizações populares ficaram contidas nos marcos dos novos regimes democráticos instituídos na primeira fase da revolução, e a ordem econômico-social não foram alteradas (ARCARY, 2004). À exceção de Irã e Nicarágua, onde uma oposição mais independente no sistema mundial de Estados foi conquistada, ainda que de forma efêmera – depois a contra-revolução triunfou, permitindo ou a recolonização ou a semi-colonização –, nem sequer a natureza dos Estados, em sua maioria semi-colônias, foi alterada. *Quais as razões históricas deste novo curso? Por que as revoluções sociais ficaram mais difíceis?* A resposta mais plausível é o reconhecimento de uma capacidade e, portanto, de uma força contra-revolucionária mais poderosa. Se esta força não se sustentou em um revigoramento econômico do capitalismo – uma nova fase de crescimento sustentado – como no último quartel do século XIX, ou nos 30 anos do pós-guerra nos países centrais, então ela repousou, necessariamente, em fatores subjetivos. “A experiência histórica favorece a conclusão que sugere procurar na crise de representação das classes exploradas a inesperada vantagem comparativa das classes exploradoras” (ARCARY, 2004, p. 99-100). Acredita-se que com o estudo da *alienação*, da *ideologia* e do *ceticismo político*, se poderá elucidar parte desse problema. Talvez aqui se possa esboçar que algo dessa “*vantagem comparativa das classes exploradoras*” em seus processos revolucionários e ou reorganizativo das lutas revolucionárias, tenha a ver com a *radicalização da alienação na alta modernidade*, com o *aprofundamento da ideologia burguesa* e o *crescente ceticismo político das massas*, a *baixa participação política do proletariado*, além das clássicas formulações trotskysta da “crise de direção”, bem como da já habitual explicação do “*vendaval oportunista*”, que varreu o Leste Europeu depois da queda do “Socialismo Real” e que se abateu sobre as esquerdas do mundo. Indica-se nessa tese que os processos combinados, as formulações clássicas e estas novas, em uma dialética total, possam dar conta de explicar melhor os fatos, conter poder explicativo mais contundente.

dialética dentro das realidades e portanto, perdem o poder explicativo de determinados fenômenos ou fatos sociais ligados ao entrave da Revolução Socialista. Aqui se pretende enfrentar esse desafio temeroso e nada fácil, ainda com muita imprecisão, desde os acontecimentos que se desdobram na América Latina e Caribe.

Contra esse desajustamento de caracterização, interpretação e análise é preciso ir à natureza complexa do problema, usar o Materialismo Histórico Dialético Sistemico (MHDS), aprofundar o olhar, ir ao cerne, buscando ao mesmo tempo relativizar¹⁸⁷ e relacionar, ligar os pensamentos, as idéias, as épocas históricas e os processos reais, concretos, substantivos, materiais, imateriais, empíricos, às análises políticas, econômicas, e filosóficas que estão presentes nas teorias e ao redor das realidades presentes no mundo. Ligar as questões objetivas às subjetivas, holisticamente, apreender, ao menos parcialmente, os movimentos das realidades dotados dos referenciais mais abstratos, teóricos, filosóficos, desde a estrutura interna da sociedade. Dizer “sim”, “isto está correto”, ou ainda “é altamente provável que sim”, mas sob certo sentido, dado momento, situação e ou interpretação; “não”, “está errado”, “é pouco explicativo” em outro sentido, dado momento ou situação. Porque é da compreensão dialética, sistêmica, da contradição própria da dialética, que se promoverá uma maior clareza dessa mesma realidade e o processo de avanço da consciência de classe das pessoas, o modo de ver o mundo dos intérpretes da sociedade. Onde decorre a desnúncia da realidade, elucidação teórica, possibilidades inscritas de mudanças, rupturas, tão necessárias e fundamentais ao mundo da alta modernidade, à classe trabalhadora. Porque, aliás, sendo ligadas ao trabalho e à sociedade que as engendrou, as questões da **alienação**, da **ideologia** e da **consciência**, são dotadas de natureza social, econômica, política e cultural, são um só aspecto de uma dupla situação concreta (material e imaterial), que inclusive não deixa de atacar a mente dos cientistas e os cânones das ciências sociais, por exemplo, se falseando a

¹⁸⁷ O relativismo dialético aceita a relatividade dos conhecimentos, não em razão de uma fatalidade metafísica, mas em relação à etapa efetivamente atingida pelo conhecimento de dada etapa histórica (LEFEBVRE, 1975). Uma verdade científica, portanto, é relativa num sentido; é destinada a transformar-se, a aparecer sob novos aspectos, a ser superada por leis ou teorias mais precisas, de maior aproximação, no entanto, superação não significa supressão. Outra verdade subsistirá em seu lugar, em seu grau de objetividade e de precisão, em certa escala, num plano do conhecimento. Pois, no conhecimento, o que precede encontra sua verdade, também de alguma forma, naquilo que segue. Uma vez que a ciência não é uma coleção ou uma soma de resultados mortos, mas um conjunto vivo, um movimento total, um organismo que conserva em si, depois de renová-lo, todo o passado. Ao contrário, geralmente a ciência feita não se separa da ciência que se está fazendo. A ciência adquirida posteriormente, quase sempre implica, verifica, completa e reformula a ciência anterior (LEFEBVRE, 1975), mas não a faz desaparecer completamente. Daí a necessidade de se preservar alguns elementos do movimento anterior do desenvolvimento científico e teórico. Por exemplo, continua vigente e de grande valia o sistema físico de Newton, no entanto, há um superioridade inquestionável na física quântica proposta por Albert Einstein.

análise do real ainda que inconscientemente. Seu entendimento exige uma necessária compreensão científica, filosófica e metodológica: mais ampla e profunda da forma social do movimento da matéria, das sociedades, das questões objetivas e subjetivas nelas arraigadas. Pois, embora exista nos indivíduos, a *ciência da consciência* a partir da realidade, quase sempre não existe a *ciência da alienação*, que se forma no processo produtivo e nas relações sociais de produção, no seio da sociedade capitalista e que também, obviamente, atinge o conhecimento científico e filosófico.

Com efeito, cada indivíduo, por intermédio da linguagem e comunicação, dos meios de trabalho, dos modos de atividade, assimila experiências acumuladas historicamente pela sociedade humana e transmite sua experiência individual, encerrada em valores culturais e materiais criados, as formas da vida e da ação a outrem (CHEPTULIN, 1982). Mas nem sempre esse saber é filtrado pela compreensão e explicação dialética dos fenômenos no curso da história e do cotidiano. Aliás, o comum são as relações alienadas e as análises dos problemas que afligem as pessoas se efetuarem sob a lógica formal. Assim, o saber é um modo ou uma forma de existência da **consciência alienada**, que segundo Cheptulin (1982), não existe nele mesmo, na medida em que se chega, por meio do saber, à tomada de **consciência** (intelecção, compreensão) de um estado de coisas dado. Como o conjunto da sociedade se reproduz de forma alienada, não é surpresa alguma que as relações e reprodução cotidianas se dêem de forma alienada, fundamentalmente. Marx (2002b) enfatiza que o reflexo antecipado da realidade pela consciência está não apenas na base da fixação do objetivo, na orientação racional do sujeito na realidade ambiente, mas igualmente na base da atividade criadora e transformadora, aspectos necessários ao trabalho. Portanto, ao mesmo tempo que o trabalho aliena o trabalhador ou trabalhadora, o processo do trabalho e em especial o resultado de seu trabalho, dependendo da *atuação militante de elementos revolucionários*, do acúmulo de *capital social revolucionário*, em dada situação, pode funcionar como uma *escola de consciência*, utilizando o trabalho também como *princípio educativo*¹⁸⁸, uma vez que não podendo usufruir do resultado de seu trabalho os trabalhadores se conscientizam desse fato, lhes permitindo graças ao processo evolutivo operado pela *dialética do trabalho*¹⁸⁹, da *dialética da natureza*¹⁹⁰ da qual faz parte enquanto animal

¹⁸⁸ Como Pistrak o entende, exposto em sua obra *Fundamentos da escola do trabalho*: [...] “o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos. Em outras palavras, trata-se aqui do valor social do trabalho [...], da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade.” (PISTRAK, 2000, p. 50).

¹⁸⁹ “Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a

indissociável de seu reino e da própria *dialética da dialética*¹⁹¹, chegar à conclusão que, assim como o criador produz sua criatura, pode também destruí-la. Ou seja, o mesmo trabalho que aliena, pode também libertá-lo, desde que perceba e compreenda a profundidade das impossibilidades de ser verdadeiramente feliz, enquanto perdurar o capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente apropriação da produção pelo patrão. O que exige se organizar politicamente, se juntar aos comuns de sua classe e lutar contra seus exploradores e opressores.

Portanto a **consciência** representa uma forma superior do reflexo que é própria ao homem e que aparece apenas nas relações humanas em sociedade, sobre a base da atividade produtiva transformando a realidade ao encontro dos interesses humanos, por isso que, jogando alguma luz sobre a *essência da consciência*, não se pode ignorar o fato de que ela representa o reflexo da realidade. No entanto, outra coisa é dizer que essas características são insuficientes para colocar em evidência a especificidade da consciência. Indicando ser a consciência *uma forma superior do reflexo da realidade* se deve mostrar as particularidades dessa forma de reflexo, que a distingue das outras formas de reflexo da realidade: existe a **consciência burguesa** e a **consciência proletária**. Essa particularidade reside no fato de que *a consciência é o reflexo consciente da realidade material vivida por cada classe social*, a compreensão pelo sujeito, de seu ser e de seu relacionamento com o todo social que o rodeia (onde trabalha, sua posição no trabalho, seu salário ou remuneração, do que se alimenta, onde reside, se tem acesso ou não à cultura, ao atendimento à saúde, à educação, etc.); ela está ligada à fixação do objetivo e à atividade que desenvolve, tendo em vista realizá-lo e, ao mesmo tempo, transformar a realidade; ou, em outros termos, essa particularidade reside no fato de a consciência ser um aspecto e uma condição necessária da atividade criadora e transformadora do mundo. Nenhum desses traços pertence às outras formas de reflexos

diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, *resulta do trabalho*". (ENGELS, 1876 in: ANTUNES, 2004. p. 28, grifo nosso).

¹⁹⁰ "Por meio da interação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, como também na sociedade, os homens se foram capacitando para realizar trabalhos cada vez mais complicados, [...]. O próprio trabalho se foi tornando mais diferente, de geração para geração, isto é, mais complexo, mais completo". (ENGELS, 2000, p. 221). Em um processo indissociável da evolução humana no conjunto evolutivo da natureza, onde se pode confirmar que [...] "as leis da dialética são as leis reais de desenvolvimento da Natureza" (Engels, 2000, p. 35). Por isso que a natureza contém a dialética total ou nela está presente a *dialética da totalidade*, como nos termos de Lucien Goldmann.

¹⁹¹ Que gera uma contradição em que envolve a própria dialética, onde ela mesma se intra e inter cruza, volta para si. No caso do trabalhador ou trabalhadora, envolvido no duplo movimento da *dialética do trabalho* e na *dialética da natureza* ao está inserido na totalidade recíproca destas, pode pelo movimento total da dialética, pelo processo comunicativo e reflexivo entre seus pares, endender que é preciso se organizar coletivamente para mudar a condição material da sua vida.

anteriores à consciência. A consciência, como dito anteriormente, é uma forma particular, superior do reflexo do mundo exterior e é unicamente por isso que ela pode orientar o homem na realidade ambiente e transformá-la, modificá-la de forma criativa (CHEPTULIN, 1982). Mas de nada vale a um trabalhador ou trabalhadora ter uma consciência burguesa ou aburguesada. Ao não se reconhecer como operário, trabalhador e ou trabalhadora e, portanto, contrário aos interesses dos patrões e seus capachos, nunca vai se organizar e lutar contra seus espoliadores, exploradores e opressores. Daí deriva a diferenciação necessária de *consciência burguesa* ou *consciência proletária*. Restando uma pergunta inquietante: *porque o trabalhador e ou trabalhadora, a alta modernidade, na maioria das vezes já não se reconhece como proletário/a?*

O estudo da *alienação*, da *ideologia* e da *consciência*, ligado ao mundo do trabalho e da cultura, leva a considerar que formam um todo entre causas, efeitos e relações existentes, indissociáveis, que podem dar respostas à questão formulada (melhor tratada mais adiante). Mostrando, em certas condições, que a causa engendra o efeito correspondente, as ligações das causas e dos efeitos possuem um caráter necessário e relacional. Onde a necessidade é, antes de tudo, concebida como propriedade da ligação de causa e efeito, intrínseco ao processo real. Entretanto, no decorrer do desenvolvimento começa-se a considerar como necessários não somente os laços causais, mas também todas as ligações que se manifestam necessariamente em certas condições, e não apenas as ligações, mas as propriedades e os aspectos, próprios ao objeto estudado, por sua natureza, como indica o filósofo Cheptulin (1982).

A teoria marxiana e marxista desenvolveu metodicamente e concretizou a fusão das concepções *particular* e *total*, de *causa* e *efeito*, das relações que existem entre a *alienação* e a *ideologia* e como elas se reproduzem na mente das massas trabalhadoras, concedendo a devida ênfase ao papel do trabalho, da posição e dos interesses de classe na disputa do pensamento. Onde se atribui à prática política, juntamente com a interpretação econômica na história, um significado decisivo para separar ideologia dominante dos elementos do pensamento mais relevantes para a interpretação da realidade. O mundo do trabalho neste contexto então se apresenta de forma multifacetada, no transcurso do desenvolvimento da modernidade, possuindo etapas distintas. No passado distante havia forte disputa e propaganda entre as esquerdas sobre a diferenciação de classe entre burgueses e proletários. Hoje a propaganda sistemática da burguesia via meios de comunicação de massa e a fundamental colaboração de classes impetrada pela social-democracia e os antigos partidos que estavam ao lado da classe trabalhadora dizem, absurdamente, que “não há mais

diferenciação de classes”. Isso reflete a busca consciente das direções traidoras dos trabalhadores em *aprofundar a hiperalienação pelo processo de radicalização da superideologia*, enquanto movimento total de fusão das concepções burguesas e social-democratas em interesses *particulares e total, de causa e efeito*.

Outro aspecto importante é a *consciência do tempo*. Na sociedade industrial há uma afinidade específica com o tempo linear, onde se mede o valor econômico com o tempo de trabalho gasto no processo de produção. Surge então com a sociedade industrial um modo de produção megalomaniaco, que se baseia essencialmente na divisão e cooperação na produção em grande escala de mercadorias, exigindo uma coordenação dos processos parciais indispensáveis sem a realização do princípio: “mesmo lugar, mesmo tempo”. Princípio cuja realização depende do relógio e do tempo linear materializado por ele. A dominação da *consciência linear do tempo* não é um desvio comportamental devido a uma deformação cultural, qualquer, mas a consequência do cálculo econômico do tipo industrial-capitalista (BRÜSEKE, 1996) que tomou conta da sociedade. A minimização dos tempos de produção força a empresa a modernizar permanentemente seus métodos de produção e isso significa um ataque contínuo ao produtor imediato, ao trabalhador, cuja ordem interna de tempo segue uma lógica sócio-cultural, biológica, onde o capitalismo industrial introduz e globaliza uma ordem de tempo que possui mecanismo de auto-aceleração contínua (BRÜSEKE, 1996). Essa condição leva à superexploração da força de trabalho, utilização máxima e consciente do tempo de trabalho alterando a composição orgânica do capital via tecnologização.

Esta economia específica do tempo não era conhecida antes da revolução industrial, onde o processo de valorização do valor, modificando permanentemente os elementos materiais da sua própria realização, multiplica permanentemente a si mesmo e aponta ao infinito. À luz da discussão sobre os sistemas não-lineares o conceito da *valorização do valor* desenvolvido por Karl Marx pode ser denominado como um conceito fractal. A linha de tempo apontando no infinito desenha o caminho futuro da sociedade industrial ganhando cada vez mais velocidade (BRÜSEKE, 1996) e caminha numa direção extremamente perigosa, fatal. Por uma cadeia de simples motivos: ao contrário da lógica específica da ordem do tempo industrial-capitalista, a ordem do tempo humano é não linear e só pode ser acelerado em certas fases e até certos limites físico-biológicos; também não é global, apesar de todo o esforço em assim o transformá-lo, mas é fundamentalmente regional e culturalmente especificada (BRÜSEKE, 1996). Onde a *cultura* participa, essencialmente, na definição da velocidade nas ordens do tempo coletivo humano. No entanto, no decorrer da globalização do capitalismo industrial mais recente, e se pode constatar isso facilmente, este impõe uma

expansão da ordem do tempo característica para seu tipo de sistema sócio-econômico. Esta expansão da ordem de tempo capitalista-industrial não acontece no espaço sem tempo, mas penetra territórios e sociedades que obedeciam até agora a um outro ritmo de produção de vida (BRÜSEKE, 1996). Assim esgarça as relações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas ao mesmo tempo, submete a totalidade das forças produtivas (natureza total, incluindo os homens) às condições insuportáveis, como pode ser visto em exaustivos exemplos até aqui colocados, particularmente ao longo do capítulo três que versa sobre a América Latina e a Pan-Amazônia em especial.

O tempo capitalista, sob o ritmo industrial-informacional-globalizado imposto pela burguesia, ao penetrar os territórios e sociedades tenciona-os e modifíco-os. Domina-os pela ação e movimento do cotidiano sua economia, política e relações sociais, re-processando suas culturas. Reproduzindo a ideologia dominante, burguesa. Mostrando que o tempo do valor no processo da sua auto-valorização desenvolve uma agressividade, que aos outros tempos perturba e finalmente os destroem. O capitalismo industrial, ordena, lineariza, e minimiza o tempo e produziu assim, desde a Europa do Século XIX uma nova ordem mundial, exportando para todos os continentes. A especificidade dessa ordem e o seu caráter superior produziram outras ordens do tempo, com mais elementos contemplativos, onde a desestrutura, e deixa a impressão de que elas se atrasaram no tempo: sociedades inteiras são ditas e ou consideradas atrasadas, só porque não se fundamentam na mesma velocidade da lógica que o capital globalizado exige. O conceito da *industrialização tardia*, por exemplo, é um conceito temporal, que parte inconscientemente ou conscientemente de um conceito de industrialização na hora certa (BRÜSEKE, 1996). Tudo isso se reflete na compreensão da dimensão e entendimento da cultura, dos valores e sentidos por parte dos cientistas e das ciências formais¹⁹² que fazem parte do cabedal ideológico da sociedade burguesa, onde quase sempre estes a reproduzem.

¹⁹² Lévi-Strauss (1976), em sua obra clássica, *O pensamento selvagem*, já no primeiro capítulo, quando trata da *Ciência do concreto*, faz uma discussão epistemológica sobre este fato e articula uma profunda crítica às análises dos cientistas e da ciência tradicional, formal, anti-dialética, que entre outros problemas, guardam em suas interpretações da cultura e do mundo alheio, seus inúmeros pré-conceitos, como por exemplo, invocando “uma suposta inaptidão dos ‘primitivos’ ao pensamento abstrato” e imputando aos “nativos” a condição de que estes denominam objetos e seres apenas em sua estreita necessidade imediata de reprodução de suas vidas. No entanto, em pesquisas de campo mais sofisticadas, preparadas com o máximo rigor e despida de preconceitos, se pode, de fato, verificar que a realidade é mais complexa, construtora de noções diferentes das observações formais apressadas, e ou ideologizadas, mostrando que, quando se compara a riqueza dos detalhes e a diversidade do domínio das palavras, significados e conteúdos apreendidos por esses povos não ocidental-europeus, o que se vê de sua cultura, é o domínio muito superior de conhecimento e pensamento do que seus primeiros observadores puderam e ou quiseram captar. Portanto, provando que o domínio abstrato de conceitos não é uma condição e privilégio de grupos ou sociedades ditas “civilizadas”, pois, “o uso de termos mais ou menos abstratos não é função de capacidades intelectuais, mas de interesses desigualmente marcados e detalhados de cada sociedade

A sociedade burguesa exerce um peso gigantesco sobre o modo de vida e de visão do mundo que impregna incessantemente a mente dos trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo. A tal ponto que o sentido de pertencimento de classe tem sido esvaziado, tirado do trabalhador/a. É mister, portanto que se entende a *cultura* como espaço permanente de disputa ideológica. Um espaço de disputa e compreensão da luta pelo poder, que apenas começa pela apropriação do saber, a reflexão, onde sua extensão se ramifica por todas as estruturas da sociedade e dos distintos setores econômicos, da subordinação social, material, dirigida pelas elites dominantes. Especialmente neste momento da modernidade, produto de uma longa era de desenvolvimento com base ao domínio da burguesia, onde a cultura considerada “civilizada”, “douta” e “complexa” aderiu-se ao conjunto da academia durante um grande período, e ainda está presente, mesmo porque era e em parte é remanescente dos antigos fundamentos filosóficos da Grécia e da Roma antiga, sociedades escravocratas, onde reinava a noção de “civilizado” e “selvagem” ou ainda de “cidadão” e “bárbaro”, “senhor” e “escravo”. E tomou dimensões que atravessaram séculos de dominação material e ideológica, que, em última instância, repousa em uma cultura mais geral e socialmente reproduzida que tende a manter esse mesmo *status quo*, uma vez que é construída, fundamentada e estabelecida historicamente com base aos interesses das elites dominantes. Por isso a burguesia tende a impor seu “modelo”, sua “cultura”, “civilidade” a todos os indivíduos, coletividades, povos e territórios, enquanto racionalidade cultural-ideológica padronizante.

Mas além dessa discussão em torno da *alienação* e da *ideologia* com base ao *mundo do trabalho, do tempo do capital e a cultura burguesa* mais geral, se faz necessário abordar questões relativas ao *ceticismo* e a *participação* na contemporaneidade, são constituintes fundamentais que se articulam para a compreensão e resposta da primeira parte do problema que se desenvolve universalmente na tese: *Como se caracteriza a participação e ou a não-participação política do indivíduo e da coletividade na alta modernidade e seus reflexos na relação capital, trabalho e natureza, desde seus atos, posturas e ou práxis cotidiana na busca e perspectiva da sustentabilidade?; Como o processo mais geral de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista na alta modernidade aprofunda a alienação, a*

particular” em seus diferentes aspectos, mostrando, assim que, na essência há na ciência moderna negligência às diversidades culturais e a postura e ou opção de vida de diferentes povos e regiões. Ao classificar o pensamento de outros povos como “primitivos”, “atrasados”, nada mais fazem os cientistas e as ciências embasadas nas idéias burgueses do que reproduzir suas ideologias. No fundo “cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 21) e a sociedade dita ocidental, branca, douta, cristã, etc., tende a crer que “o selvagem é exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas, econômicas, não reparamos que ele nos dirige a mesma censura, e que, a seus olhos, seu próprio desejo de saber parece mais equilibrado que o nosso” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 21).

*ideologia e o ceticismo que se evidenciam no âmbito coletivo, mas que parte da ação, reação e relação dialética do indivíduo e coletividade via participação ou apatia política? Assim, como constituintes fundamentais na elaboração dessas respostas, **ceticismo socialista** e **participação política** são causa e efeito, estão relacionadas e se interpenetram dialeticamente num diálogo teórico onde surgem questões auxiliares à problemática geral, que visam dar suporte ao entendimento mais complexo: Por que se tenta negar o proletariado, a luta de classes, a vigência da revolução social, quando este resistiu às tormentas da crise neoliberal, da derrocada do stalinismo e a gigante propaganda ideológica conservadora e reformista, via mídia e academia de seu fim? Como se promove saídas estratégicas, é possível e factível construir alternativa de desenvolvimento que rompa com o atual modelo econômico-civilizacional e avance para uma perspectiva de fato sustentável e socialmente justa, ambientalmente saudável, que poderia ser a via socialista, ecosocialista, via revolução socioambiental? Então neste sentido qual programa de transição adotar para atender os desafios e as necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais da nova sociedade na alta modernidade? Como promover e desenvolver capacidades, motivações e mobilizações dos sujeitos revolucionários sociais e políticos com potencial de realizar as mudanças estruturais (sociometabolismo), ou seja, o proletariado, os subalternizados em geral e o partido revolucionário, podem se mover para revolucionar a sociedade (através da política, da economia, da cultura, da ecologia) e buscar garantir resultados positivos, saltos em suas organizações e ações — diante de realidade de profunda alienação, arraigada ideologia burguesa, alto grau de ceticismo político, mas também em face da emergência do capital social revolucionário? Essas são questões importantes que ocupam centralmente este trabalho,¹⁹³ ainda muito parcial, bem incompleto.*

O **ceticismo** aqui trabalhado não se trata daquele que dominou por séculos a mente dos pensadores, enquanto *concepção filosófica*, e ainda hoje alguns se debatem com essa questão - visão dos filósofos “acadêmicos” ou “pirrônicos”, que teve início no mundo antigo, com o helenismo grego, onde haviam disputas “meramente escolásticas”, intermináveis, entorno da questão de que: “nenhuma forma de conhecimento era possível” ou que “não havia evidência adequada, suficiente, para alcançar de fato o conhecimento verdadeiro”; ou ainda que: “por isso se devia suspender juízo sobre todas as questões do conhecimento”. O **ceticismo** nesta tese está relacionado à *política, à ideologia, à participação política, descrédito na*

¹⁹³ Contudo, há nítida compreensão, atenciosamente, que não se poderá fornecer respostas acabadas, no máximo aproximações preliminares, abertas, uma vez que é tarefa de muitos e em tempos diversos para diversas realidades.

transformação social radical ou na reversão da atual situação social, econômica e ambiental mundial. Ceticismo político na construção de saídas socialistas. Portanto está longe dos trabalhos de Popkin (2000), grande estudioso da *História do ceticismo*¹⁹⁴ e muito mais próximo de Miliband (2000), que o estuda enquanto fenômeno de apatia social e política e portanto, com base no materialismo histórico dialético, particularmente em sua obra *Socialismo e ceticismo*, entre outras.

O **ceticismo** - que também pode ser lido como *negativismo político* ou *descrédito político* - é visível entre as massas e mesmo na vanguarda, um estado geral de confusão diante dos graves e históricos problemas causados pelo modo de funcionamento e reprodução da sociedade capitalista e as possíveis soluções para os mesmos encaminhadas pela burguesia e ou pelos considerados governos de esquerda ao longo da história recente, a decepção que foram as tentativas dos governos social-democratas e stalinista, em especial. Como resultado o que prevalece é uma descrença geral da população para soluções sociais de questões como a violência, o desemprego e a pobreza, ou para as questões ambientais como aquecimento global, perda de biodiversidade e poluição edafo-hídrica-atmosférica (para mirar apenas os mais agudos e relevantes problemas socioambientais). Obviamente que, depois de pelo menos três séculos de vigência desse modelo de “desenvolvimento”, não faltam problemas nesta sociedade comandada pelo padrão urbano-industrialista, liberal-burguês e tão graves quanto estes, existem outros.

Entretanto, o **ceticismo político** não leva à alternativas. Uma vez que a **humanidade trabalhadora** ou os **subalternizados globais** ao não se preparar para a luta, não se organizarem, não enfrentarem a guerra e ou não sejam ou pelo menos tentem ser mais fortes que a própria guerra contra **humanidade parasita**, então está fadada a perecer ou covardemente entregar-se (no caso da humanidade subalternizada, diante dos desafios se entregar sem lutar representa a mesma coisa que morrer lentamente). Diante do caos promovido pela burguesia, o grau de liberdade e as alternativas são estreitas, mínimas. Podem ser resumidas basicamente em três: ou se vai a uma rigidez *conservadora* e se permanece no rumo atual, qual seja *capitalista liberal* ou *neoliberal*¹⁹⁵; ou se *reforma o sistema com base à*

¹⁹⁴ Em *História do Ceticismo*, Popkin (2000) afirma que o *ceticismo* de Arcesilau e Carnéades dominou a filosofia da academia de Platão até o século I a.C, depois seguiu entre os filósofos Filo de Larissa e Antíoco de Ascalon. Seus argumentos sobreviveram, sobretudo, no período em que Túlio Cícero (106-44 a.C) promove seus estudos, e faz apresentações deles em suas obras *Academica* e *Sobre a natureza dos deuses* e através de sua refutação no *Contra os acadêmicos* de Santo Agostinho, bem como nos sumários de Diógenes Laércio, entre outros, assim chegaram aos nossos dias.

¹⁹⁵ Basta ver a última crise econômica, em que o conservadorismo neoliberal demonstrou seu completo fracasso e notável disposição à destruição de força produtiva, com gravíssimos problemas para a classe trabalhadora mundial: “A injeção de capital dos governos imperialistas, inédita em seu tamanho, freou a quebra de

social-democracia, o que em mais de cem anos de tentativas não surtiu ou logrou resultados duradouros¹⁹⁶; *ou se revoluciona, promove uma ruptura completa com o sistema do capital e o mundo dominado pela burguesia*. E é pouco provável que no transcurso desse terceiro milênio, e os dados da realidade são pavorosamente perturbadores e alarmantes, se possa apostar nas duas primeiras alternativas. Até porque o reformismo quando chegou ao poder não passou de um neo-conservadorismo. E na altura da modernidade radicalizada, tanto a classe trabalhadora, os pobres e miseráveis que formam a imensa maioria da população mundial já não podem agüentar mais tanta destruição, quanto à própria natureza. Então, segue vigente a luta de classes, a luta social e política mortal, como lembra Marx (2004) em *Miséria da filosofia*. Até então, às vésperas de cada remanejamento geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: ‘*O combate ou a morte: a luta sangüinária ou nada. “Esta é a questão que está inevitavelmente colocada”*’ (MARX, 2004, p. 215).

Quando a primeira década do século XXI se aproxima do fim, o *ceticismo* e o *conformismo* são as duras algemas que prendem os desencantados do desenvolvimento da sociedade, da organização política da classe trabalhadora, do futuro alternativo dos subalternizados de hoje. A histórica construção da confiança num futuro melhor no período moderno esteve inscrita por décadas e décadas, possivelmente dois séculos, nas lutas socialistas. Vinte anos se passaram desde que o “socialismo real” acabou. Muitos revolucionários foram do entusiasmo ao ceticismo, particularmente após a queda do Muro de Berlim em 1989 e seus desdobramentos, como demonstra Hernandez (2008), em sua obra *O veredicto da história - Rússia, China e Cuba da revolução socialista à restauração do capitalismo*. Hernandez (2008), afirma que no final dos anos 1980 e os primeiros da década de 1990 o mundo ficou surpreendido, abalado e confuso com os acontecimentos políticos

bancos. Já foi ultrapassada a soma de US\$ 11 trilhões em ajudas dos governos para salvar os bancos, o que indica a importância do capital financeiro na estrutura de poder capitalista. Isso corresponde a US\$ 1.833 por habitante do planeta. Nem essa gigantesca soma de dinheiro, no entanto, recompõe o fluxo de crédito para empresas e consumidores. O motivo é simples: o buraco é muito maior. O volume de capital fictício que está derretendo (US\$ 160 trilhões) é três vezes superior à produção mundial. Todo o apoio dos governos até agora, ainda que nessa dimensão fantástica e inédita em termos históricos, teve como resultado uma pausa momentânea na quebra-deira, sem recompor o crédito. No entanto, novas ondas de crise já se anunciam com a inadimplência dos cartões de crédito, a falência das sucursais dos bancos imperialistas no Leste Europeu e a crise de pagamentos dos países semicoloniais etc. Por outro lado, essa injeção de capital está provocando uma ampliação brutal do déficit público nos países imperialistas, que já chega a 9% do PIB, seis vezes superior à situação antes da crise. Os EUA acumulam um déficit de US\$ 1 trilhão em metade do ano fiscal de 2009 (o triplo de um ano atrás). A Inglaterra, com previsão para 2009 de uma dívida pública de 59% do PIB, já discute até a hipótese de recorrer ao FMI. (NETO, E. A. *Governos garantem apoio nunca visto aos banqueiros*. Jornal Opinião Socialista, em 06/05/2009).

¹⁹⁶ Basta estudar *Os governos de frente popular na história*, livro de Moreno (2003), para ver como se comportou Salvador Allende no Chile (década 1970) ou François Mitterrand (década de 1980), assim como outras bibliografias que tratam de governos como de Nelson Mandela na África do Sul (década de 1990) e de Lula no Brasil (década de 2000). Nenhum governo dessa natureza resolveu o problema da classe trabalhadora de seu país.

ocorridos na ex-URSS, no Leste europeu, na China e de certa forma em Cuba, *como poucas vezes na história da humanidade, um fato provocou tantas polêmicas e interpretações diferentes*. A direita reacionária adiantou-se em decretar e propagandear ao máximo e em todos os espaços possíveis o “fim do socialismo”. Na esquerda o problema foi maior, muitas dúvidas. Era um momento importante para o movimento de esquerda mundial, nenhuma organização escapou dos debates, provocando euforias, crises, depressões, desesperos, entusiasmos e esperanças. Para os setores ligados ao stalinismo as consequências não foram pequenas, desestruturou mundialmente até hoje suas organizações, para os social-democratas daí em diante foi um momento de total inflexão ao processo de adaptação ao regime burguês, e para o movimento trotskista uma oportunidade de abertura e crescimento político sem precedentes em sessenta anos. Nas palavras de Hernandez (2008, p. 22-24):

Na LIT [Liga Internacional dos Trabalhadores – IV Internacional] as revoluções do Leste europeu provocaram uma espécie de euforia coletiva. As grandes mobilizações que derrubaram os regimes dos partidos comunistas foram vistas como um passo inevitável em direção ao poder dos trabalhadores. Dessa forma, a longa marcha do trotkismo pela regeneração dos Estados operários parecia estar chegando ao fim e a revolução socialista em âmbito mundial parecia estar, agora sim, ao alcance da mão. Mas logo se percebeu que ao invés de Estados operários regenerados, com a expulsão da burocracia, o que havia era, por um lado, um processo de restauração do capitalismo e, por outro, um agravamento da crise de direção revolucionária, e tudo isso ocorria no marco de uma ofensiva brutal do imperialismo contra os trabalhadores e a esquerda no mundo inteiro e em todos os terrenos [...]. Hoje em dia a ampla maioria da esquerda revolucionária – mas não toda ela – aceita que o capitalismo foi restaurado em vários dos ex-Estados operários. Porém no que diz respeito à China, e especialmente a Cuba, a maioria opina o contrário: nesses Estados o capitalismo não foi restaurado [...]. Esta era uma polêmica muito grande naqueles anos, e que se mantém de pé até hoje, dentro de toda a esquerda em nível mundial.

Grande parte do ceticismo existente ainda hoje tem a ver com esses acontecimentos em nível internacional. Arcary (2008, p. 07), na apresentação do livro de Hernandez, diz que:

[...] Diante de grandes acontecimentos existe sempre o perigo teórico de subestimar o seu valor ou, ao contrário, sobredimensioná-los. O perigo político é ainda maior e consiste em ficar apaixonado ou zangado com a realidade, porque o desenlace dos acontecimentos não correspondeu às nossas esperanças, ou contrariou nossas preferências. Uma parcela da intelectualidade de educação marxistas, assim como da esquerda militante, conseguiu cometer estes dois erros. Diminuiu a importância da derrubada das ditaduras burocráticas pela mobilização operária e popular – a quinta vaga da revolução mundial no século passado – e uma das ondas de revolução democráticas mais impressionantes da História. Em coerência, desvalorizou o significado da fragilização das organizações e partidos comunistas, que eram satélites do aparelho de Moscou, para a reorganização de uma esquerda internacionalista para o século 21 liberta das pressões que o stalinismo exerceu durante sessenta anos. Agigantou, por outro lado, as consequências da restauração capitalista, interpretando-a como uma derrota histórica de consequências irreversíveis. Não surpreende, portanto, que o ceticismo sobre as perspectivas da causa socialista tenha adquirido dimensões colossais. [...]

Até o momento - ainda que vários movimentos sociais e políticos honestos dos trabalhadores em diversas regiões do mundo e particularmente na América Latina e Caribe se esforcem para vencer esse desgaste provocado pelo peso desses acontecimentos - o que prevalece é o ceticismo. A maior barreira real para a construção do socialismo continua sendo a subjetiva, a maneira deformada, quase surrealista como é percebida pelas organizações dos subalternizados – inscrita sob o processo radicalizado da alienação, da ideologia e do ceticismo, incluindo aí o “ceticismo organizado” que se estrutura em ONG’s e no movimento popular, etc. – promove uma forma devastadora de ver a realidade e a vida circulando, revirando, desligada da própria noção, função e poder da alienação, da ideologia e do ceticismo enquanto processos conjuntos e justapostos que vão de certa forma anestesiando as organizações coletivas da classe trabalhadora. No entanto, é preciso colocar em relevo, que, felizmente, a questão do ceticismo do indivíduo, das vanguardas ou das massas é mais “fácil” de se resolver ou dissolver, uma vez que o fenômeno do ceticismo tem uma rigidez social menor. O ceticismo é mais movediço, flexível. É mais efêmero. Possui uma inércia social que depende dos acontecimentos conjunturais. Movimentando-se, guiando-se ou dinamizado-se pelo calor dos acontecimentos objetivos. Uma vitória, por exemplo, em uma determinada luta e ou etapa histórica, movimenta o ceticismo para um patamar inferior na mentalidade dos indivíduos e ou das massas. Diferentemente do problema da alienação e da ideologia, que são muito mais arraigadas às formas estruturais de reprodução sociometabólica do capital, pois tanto uma quanto outra estão intrínsecas ao modo de produção capitalista, portanto, só poderão ser separadas pela superação do próprio capitalismo, ou seja, há na alienação e na ideologia um problema de ordem e rigidez estrutural. O que não ocorre com o ceticismo. O ceticismo está submetido a um conjunto de fatores mais objetivos da realidade. Mas também não deixa de estar relacionado aos fatores e ou elementos subjetivos. Está relacionado também com “o moral das tropas”, daqueles que podem ou não entrar na luta. É um estado de consciência política, um momento do espírito do indivíduo ou da coletividade, das massas. Tem a ver com os processos históricos mais imediatos e o movimento geral da realidade. Quando a conjuntura muda, favoravelmente às massas, geralmente, então os indivíduos e as massas diminuem o volume de seu ceticismo, e passam a se mover e a acreditar mais nas lutas, nas possibilidades concretas de vitórias e até mesmo nas rupturas mais radicais. Mas quando os ventos sopram ao contrário, geralmente ocorre o inverso. E até mesmo os elementos mais conscientes da luta revolucionária, os partidos revolucionários, os operários mais abnegados pela luta socialista e os intelectuais mais esclarecidos, doutos e ligados no movimento mais geral da realidade, perdem sua fé.

Setores inteiros de antigos partidos operários, de esquerda e do reformismo e mesmo do antigo campo revolucionário, estão hoje do lado do capital, da burguesia, exatamente porque se tornaram céticos quanto a luta socialista e a transformação revolucionária. Especialmente depois da derrocada do Leste Europeu e do “Socialismo Real” como já enfatizado.

Na interpretação do período histórico atual é preciso ter muita cautela, como afirma Miliband (2000), em sua obra *Socialismo e ceticismo*, respondendo a Francis Fukuyama, que após a queda do muro de Berlin em 1991, lançando *The end of history and the last man*, em 1992, afoita e inadvertidamente, anunciou o “Fim da História”: o capitalismo era “o ponto final da evolução ideológica da humanidade” (FUKUYAMA, 1992, p. 13). Respondendo tão calma e sabiamente, Miliband (2000, p. 261, grifo nosso) diz que:

Em todos os países, há gente, em maior ou menor número, movida pela visão de uma nova ordem social em que a *democracia*, o *igualitarismo* e *cooperação* — valores essenciais do socialismo — venham a ser os princípios prevaletentes da organização social. É no aumento do número dessas pessoas e no sucesso de suas lutas que estão as melhores esperanças da humanidade.

Isso é o que pode denominar de estoque de *capital social revolucionário*. No momento a história continua a ser escrita, aí estão os movimentos anti-imperialismo, anti-capitalismo, anti-globalização neoliberal e a renovação do movimento socialista mundial após a crise econômica e o impasse socioambiental global do capital. O ideólogo Francis Fukuyama teve que reconhecer publicamente, em obras posteriores, que cometeu um equívoco. Vinte anos depois da queda do muro de Berlim, também caiu o muro invisível do neoliberalismo com a grande crise econômica instalada. Fukuyama (1992), havia se esquecido ou não atentou para três fatores irrefutáveis: que a realidade é dialética, a própria dialética pressiona a dialética; que há muito tempo o sistema sociometabólico do capital está em profunda crise estrutural; e que o homem é por si, um animal político inquieto. Mesmo com todo o marasmo ainda reinante não está dado o fim do jogo e se tem praticamente um século inteiro ainda pela frente, onde a América Latina desponta como um dos focos mundiais de possíveis levantes revolucionários, consequentemente de instabilidade do sistema do capital e da ordem burguesa.

Ora o *ceticismo político* tem tudo a ver com seu corolário, a *participação política*. Ligando às discussões anteriores, se pretende colocar alguns elementos em torno dessa discussão da **participação política**, quando até o século vinte, a **participação** era algo restrito. Participação da mulher, dos negros, das crianças, dos idosos, dos trabalhadores, do povo em geral, por exemplo, quase não existia em termos da política. Hoje participação está inscrita

centralmente no processo de desenvolvimento de uma sociedade¹⁹⁷. Participação virou “política oficial”. A história se encarregou de promover algumas mudanças subterrâneas na sociedade conservadora. Claro que empurrada pela pressão dos movimentos sociais e pela dinâmica da própria sociedade capitalista que se remodela continuamente na busca por acomodação de suas crises, geradas pelos conflitos de antagonismo socioeconômico e cultural, através dos acordos de elites entre as classes, na tentativa de conciliação espúrias de classes. Como o fazem o “Governo Bolivariano” de Hugo Chaves na Venezuela, o governo de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil, um “Governo de Todos”, ou o “Governo Popular” de Ana Júlia no estado do Pará. Mas essa é uma questão para ser articulada e destrinchada mais adiante. Voltando à questão da *participação*, esta se inscreveu na crescente crise da modernidade, onde havia uma noção de que a cooperação e a reciprocidade, ou nos termos de Kropotkin, o “auxílio mútuo”, e ou de Darwin, “quem mais se adapta sobrevive”, apontavam para o eixo gravitacional da *participação política* enquanto engendradora do sucesso social. E mesmo para que o capitalismo seguisse existindo, dada a disputa com as idéias socialista e os movimentos operário e popular. Pois era e continua cada vez maior o tensionamento provocado pela polaridade entre os interesses divergentes das classes fundamentais da sociedade: a burguesia e o proletariado.

A estrutura de participação reformista e ou revolucionária da nova sociedade, nascida do iluminismo, precisaria refletir, desde o século dezenove, cada vez mais sobre este fenômeno que batia à porta. Havia uma legalidade burguesa vigente que procurava ansiosa pela legitimidade. A “democracia” estava sendo construída como valor universal, por sob as ruínas e poeiras restantes e soltas pela queda do feudalismo, fundamentalmente na Europa. *Participação no poder!* Exigiu e bradou, a ferro e sangue a burguesia triunfante. Havia agora um caminho novo, uma nova era despertando. A descentralização em curso soterrou a antiga nobreza, a aristocracia agora seria outra. A desestabilização social da ordem, a ascensão da burguesia, após a revolução de 1789 em França, tinha criado uma crise nova, e muitas tensões. Mostrando sempre que ao se movimentarem as estruturas tectônicas da sociedade, o timão econômico muda de mão, de classe social e sistema social-político-econômico, a história dá saltos.

¹⁹⁷ No *estilo de desenvolvimento e na ética* – profundas mudanças políticas e econômicas caracterizaram o cenário internacional no último século, apesar de ter se observado progressos técnicos e científicos inéditos e importantes para a humanidade, estes representam riscos consideráveis para as conquistas políticas e sociais arduamente construídas pelos movimentos sociais, os trabalhadores e as trabalhadoras de todo o mundo frente aos ataques neoliberais, como se verá mais adiante, particularmente no caso do Brasil.

A então convergente e cooperante base do levante contra a monarquia, a massa de trabalhadores e jovens que lutara na grande Revolução Francesa, queria estar no poder, participar, ver-se incluída na nova ordem também. Pois ali tinham aprendido, naqueles dias tão revolucionários, gloriosos e especiais, naquele evento histórico: que *a qualidade essencial do homem na natureza era ficar de pé*¹⁹⁸! Sonhavam ao embalo de: *Liberdade, igualdade e fraternidade!* Mas a burguesia nascente sabia dos perigos políticos crescentes que enfrentaria caso o espaço de *participação política* das massas ativas aumentasse, mudanças estruturais, intestinais ocorreriam. Então tratou de frear os ímpetos revolucionários dos “de baixo”. Ela não podia admitir perder o seu poder. Sabia que mais adiante (a elite tem alguma reserva de poder a conceder), abriria uma fresta para vaziar as tensões. Uma “brisa de democracia participativa” em algum momento seria fundamental, poderia servir para “domesticar os radicais”. Caso medidas de caráter moral, discursos do consenso ou do senso comum não funcionasse, as práticas coercitivas seriam acionadas, estavam todas de plantão. O *reconhecimento da participação estava inscrito na história do futuro*, quando não tivesse mesmo jeito, construir-se-ia uma “agenda participativa”. Haveria algumas concessões como agora se faz, com ponderação, é claro - a elite burguesa é sábia, jamais se deve subestimar sua sordidez - e desde então a participação, vem aos poucos, ganhando algum espaço na sociedade contemporânea.

Mas o que é a participação? A participação tem a ver com a ação política ativa dos indivíduos e coletividades. Um ator protagonista da história social, uma unidade social coletiva, mas sem laço relacional de ligação entre pares de atores (fortes ou fracos) entre seus atributos, características individuais e coletivas, quando isolados são apenas um ator e só um ator. Representa apenas a cena que lhe dão ou indicam, não é uma agente de transformação com peso social e político importante. Ao contrário daquele que age revolucionariamente sobre a realidade, construindo a si e a outrem em *relação, em conjunto* com outros agentes transformadores da história, estes sim são de fatos os agentes de mudanças, que participam incisivamente construção viva e coletivamente a história. Aqueles que não formam *redes multi-relacionais* nas quais existem mais de um tipo de laço, relações direcionais e ou recíprocas, centralizadas e democráticas entre si, com o fim de agir, não podem ser co-agentes da construção da história substantiva de seu tempo, ao menos não de forma conseqüente¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Trecho de uma carta-circular de 1794, na França pós-revolução de 1789.

¹⁹⁹ E quase sempre a história lhes reserva apenas o heroísmo e bravura particular, mas pouco efetivamente poderão e ou puderam fazer e ou ter feito. Vide o caso de figuras como a irmã Doroth Stang, Paulo Fontelles e Quintino. Todos lutadores solitários, assassinados porque se enfrentavam com os latifundiários no interior da

Portanto, para alcançar a eficiência e a eficácia, a participação prescinde de um conjunto que engloba todos os agentes revolucionários para os quais os laços de determinado tipo de ação e ou objetivo convergem e foram mensurados de forma equivalente, adjacente aos seus interesses comuns, em espaços comuns, coletivos ou em coletividade, formando um *cluster social revolucionário*, com partição de subconjuntos de outros agentes (além dos operários, por exemplo os camponeses, indígenas, os desempregados, os estudantes, etc.) construídos a partir de laços e posições ocupadas por estes na rede de uma sociedade de classes, complexa e de disputas políticas, sociais e econômicas encarniçadas²⁰⁰.

A participação política é muito fraca, heterogênea e pouco democrática de fato. Ainda que o discurso e segundo Kliksberg (2000) de que há evidência, que a *participação está no centro do cenário*, é possível aferir que na sociedade de classes, embora continuem participando ativamente do sistema produtivo, a participação das mulheres, dos trabalhadores, das crianças, dos idosos, dos negros, dos camponeses, dos indígenas, da juventude e do povo pobre em geral, ainda hoje, apesar de alguns avanços, está marcada pela sub-valorização, pelo pré-conceito e invisibilidade dessa participação. Isso predominantemente, basta olhar para a composição dos parlamentos e da direção do Estado e de quem nele manda, de fato. Porque ***participação política*** significa antes de tudo estar incluído, fazer parte, tomar parte, interagir, ser reconhecido como agente social, gerir, administrar, estar presente e vivo nas tomadas de decisões políticas coletivas, efetivamente. O que está muito longe da realidade da vida e do cotidiano da classe trabalhadora, da juventude e do povo latino-americano ou amazônida. A elite burguesa e seus colaboradores reformistas são frios e falsos. Dizem, demagogicamente, que estão “abertos ao diálogo”, que graça “a democracia” nos países da macrorregião, hoje se “trata da coisa pública com transparência e em favor da coletividade”. Nada mais falso, como evidenciado pelos dados apresentados no capítulo anterior, a América Latina segue sendo um espaço de corrupção, privilégios da elite e com muito baixa participação política dos subalternizados, para não dizer quase que sua ausência total, apesar da onda de “Governos

Amazônia, um dos lugares da América Latina com maiores taxas de conflitos agrários, particularmente o estado do Pará – Brasil.

²⁰⁰ Como por exemplo, no Brasil, as lutas que se travam no momento para a re-construção do movimento sindical brasileiro através da CONLUTAS e ou do movimento estudantil através da CONLUTE em conjunto e ou em confronto com outras forças políticas e agentes formando uma central além de sindical, popular e estudantil. Essa visão é uma forma superior de organização coletiva das lutas, uma vez que reúne em seu seio o conjunto daqueles que tem interesses comuns (operários, camponeses, indígenas, desempregados, movimento popular, estudantes) para promover os enfrentamentos necessários com os setores opressores e exploradores como os governos, industriais, banqueiros, latifundiários, madeireiros, pecuaristas, mineradoras, sojicultores, patrões da educação, saúde, etc.

Populares” como os de Luís Inácio, Evo Morales, Hugo Chaves, Fernando Lugo, Rafael Corrêa, que se dizem do “campo social”, “democrático-popular”, da “esquerda socialista”.

Entretanto aí está ideologicamente o discurso da participação colocado. Primeira tese da burguesia: *a participação dá resultados*. Agora a falácia reacionária da participação por dentro do sistema do capital dá resultados! É realizável! O Partido dos Trabalhadores (PT) promove em boa parte dos municípios que dirige o chamado “Orçamento Participativo”. No entanto destina apenas entre 8% a 10 % da verba total para a discussão com a população, incrível como se mente tanto sobre a participação! Mas é preciso um olhar profundo. A participação passou a interessar ao capital porque a burguesia tem medo de perder suas maravilhosas conquistas - uma pressão grande sobre as massas pode botar tudo a perder.²⁰¹

A ideologia burguesa precisa funcionar, Kliksberg (2000) salienta que há uma nova “legitimidade macroeconômica e gerencial participativa”, uma busca por “gestão de qualidade, de excelência, de inclusão”. Assim como “há um aumento da confiança, compromissos e cooperação entre os governos e os cidadãos”, posto que são fundamentais para atingir esse objetivo, os números da América Latina não podem sustentar essa tese do representante do Banco Mundial. Além, segue, com a participação “surtem mais idéias, aumenta o conhecimento coletivo, aumenta a eficiência, a eficácia, a produção, a produtividade, os benefícios e a sustentabilidade”²⁰². Mas para isso, segundo Kliksberg (2000), “é preciso que haja engajamento, apropriação por parte dos agentes de todas etapas do ciclo de um projeto coletivo”, do contrário, “se não há apropriação por parte da comunidade ela não participa”. Kliksberg (2000), que é do Banco Mundial, lembrando novamente, demonstra com vários exemplos, na América Latina, na África e na Ásia que “quanto maior é

²⁰¹ A burguesia acumulou privilégios e riquezas quase incalculáveis. Em sua obra *A sociedade em rede*, Castells (1999), mostra claramente isso e para além dos fatos dados de concentração da renda - no caso do Brasil, a participação do 1% mais rico da população no total da renda nacional voltou a aumentar a partir da década de 1980, após sete décadas de queda significativa. Isso não é diferente no mundo - nas duas últimas décadas, por exemplo, a apropriação do 1% mais rico praticamente dobrou nas economias desde as políticas neoliberais conforme indicam as experiências das economias dos países mais ricos: entre os anos 1950 e os anos 1980, aqueles que faziam parte de 1% mais rico de Estados Unidos, Inglaterra, França e Suíça mantiveram uma fatia da renda nacional variando de 5% a 10%. Neste século, a concentração da renda de 1% mais rico americano e a concentração do 1% mais rico inglês saltaram para quase 20% e 15%, respectivamente. Em outras palavras, o peso dos super-ricos na apropriação da renda total dessas economias voltou ao patamar do primitivismo da desigualdade do início do século 20, quando o 1% mais rico ficava com mais de 15% de todo o rendimento nacional. Assim, o crescimento da renda vem sendo acompanhado pela maior participação dos ricos, cada vez mais liberados da tributação progressiva, enquanto os pobres precisam se virar diante da revisão do papel do Estado orientado à focalização dos gastos sociais mínimos (POCHMANN, 2008).

²⁰² Vale notar que, como bem salienta Banerjee (2003), os discursos sobre sustentabilidade estão se tornando crescentemente corporativos, onde cada vez mais as companhias incorporam como parte de suas estratégias de venda de imagem manipuladas e/ou mesmo de produtos “verdes”, “sustentáveis” a partir da ótica do mercado. No entanto não se observa nenhuma mudança radical nas visões de mundo e no comportamento das corporações. O Desenvolvimento Sustentável se assenta sob uma lógica fria e da racionalidade do mundo dos negócios, envolta nas reformas do sistema e do mercado. A educação é só mais um ramo do e para o mercado.

a participação e o envolvimento dos grupos sociais e ou comunidades, maiores e melhores serão os resultados”. Qual então é o problema? Nem sempre os indivíduos, ou mesmo uma coletividade, está ou estão dispostos a colaborar, envolver-se, participar de um projeto que não é seu. Os segmentos mais esclarecidos e conscientes da classe trabalhadora e da juventude não comungam com o projeto da burguesia. E mesmo porque na verdade os dados apontam para uma desigualdade social e econômica crescente, como já se mostrou radical e explícito em vários países do mundo, particularmente na América Latina e Caribe.

Além disso, a ideologia, a disputa, a correria cotidiana dominante da sociedade liberal, individualista, informacional, e sua “ética do bom êxito pessoal” afasta as pessoas da noção de *cooperação*, *auxílio mútuo* e *participação* nos processos político-sociais, tal é a vida dura que a burguesia impõe à totalidade da classe trabalhadora mundial. Indivíduos e massas não têm tempo nem de exercer sua participação política mínima diante das tormentas em busca da sobrevivência. A burguesia esfola, destrói e animaliza os trabalhadores com pesadas jornadas de trabalho - muitas vezes os trabalhadores e trabalhadoras têm que manter duplo ou triplo emprego para poder sobreviver, visto o baixo salário e a miséria em que vivem. Em um cenário quem que o contingente de mulheres exploradas vem aumentando em todo o mundo a cada ano e elas recebem bem menos que os homens, isso é particularmente claro na América Latina²⁰³. A própria classe média vê seus direitos e condições materiais minguarem pouco a pouco²⁰⁴. Tudo isso leva à agudização do individualismo – a grande maioria está cuidando de si, no máximo de sua família - estão envolvidos no turbilhão sociometabólico do capital e não lhes resta tempo para se organizar e lutar. Muitos estudam a noite, trabalham de dia e ainda têm família para sustentar. Ao mesmo tempo que muitos desconfiam de seus líderes, e com razão, a corrupção graça e até se tornou sem efeito repugnante em toda América Latina.

²⁰³ O aumento das mulheres no mercado de trabalho representou, nos últimos três anos, ou vinha apresentando resultados econômicos favoráveis nas taxas de emprego da América Latina e do Caribe (antes da crise econômica). O relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2007 revelava que o crescimento econômico chegou a ter alta de 4% - um aumento de 1,8% em relação à média da última década. Entretanto, cerca de 60% da população em idade para trabalhar estava desempregada. Entretanto a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu de 41,5%, em 1996, para 47%, em 2006 e de acordo com a OIT, a ascensão do trabalho na última década se deveu a essa participação da mulher. Em 1996, a participação feminina era de 46, 1%, enquanto em 2006 foi de 52, 4%. Ao mesmo tempo, a participação masculina diminuiu (LOBATO, 2007).

²⁰⁴ Basta acompanhar o achatamento salarial dos servidores públicos, em especial os dos setores ligados ao executivo e particularmente do setor da Educação. Um professor doutor de qualquer universidade federal brasileira ganha menos que muitos jogadores da terceira divisão do campeonato nacional. Nada contra os jogadores de futebol, muito menos os da terceira-divisão, mas é simplesmente um absurdo que um doutor leve no Brasil quase 25 anos para ser formado e ao final de um terço de sua vida nos bancos escolares e universidades, este professor ganhe menos de R\$ 5.000 ou pouco mais de 2.000 dólares por mês. Enquanto um único jogador da terceira divisão, relativamente famoso e ou tido como bom, chegue a ganhar R\$ 20.000 reais ou US\$ 10. 000 dólares americanos. O que se pode dizer dos demais trabalhadores públicos da educação, da saúde, etc., e muito além dos milhões que recebem salário mínimo, dos sem-empregos ou sub-empregados?

Além, ainda há um grande e geral ceticismo, apatia, inércia e social, dada a adaptação e a traição dos políticos, dos partidos, etc., no mundo. Poucos acreditam e concretizam atos de solidariedade espontânea no cotidiano e a participação coletiva tem se tornado algo difícil, o que é favorável às classes dominantes - assim podem continuar dividindo a classe trabalhadora e permanecer no poder.

Vale dizer: ainda que haja problemas quanto à participação, é lógico que as entidades e organizações dos trabalhadores, dos povos e da juventude devem perseguir esta, pois é fundamental para derrubar o *status quo* burguês. Sem a **participação política coletiva**, orientada por um programa e um partido revolucionário, é praticamente impossível a revolução social e política obter êxito e conseqüentemente a implantação de um projeto de sociedade que possa levar ao socialismo. As vantagens comparativas da participação em relação ao padrão organizativo hierárquico ou paternalista dominantes são incontáveis, obviamente, e dela nasce e cresce a possibilidade da revolução, uma vez que aumenta o **capital social revolucionário** coletivo, desde uma comunidade, um local ou região, às dimensões e escalas nacional e global. Viabiliza uma sociedade civil com ganhos e ativos culturais para empreender ações coletivas para o desenvolvimento (KLIKSBERG, 2000, BANDEIRA, 1999), e pode diminuir em algum grau as possibilidades de desvios como corrupção, burocratização, etc., assegurando de alguma forma a transparência das ações e das políticas. Além, garante o aumento quantitativo e qualitativo, o crescente exponencial do capital social total. Quanto mais existe capital social, mais cresce e mais este se fortalece e se fortalecendo se torna mais combativo, promove a coletividade das classes subalternizadas.

O problema? A cumulação do **capital social revolucionário** é formado em um processo lento, gradual e depende de muito esforço individual e coletivo. Disciplina. Depende de elementos politizados e politizadores conscientes e fundamentais: o partido e o programa revolucionário. Construir a participação política exige o exercício de paciência, de tolerância, de sensibilidade, de esforços e sacrifícios pessoais e coletivos, capacidade de mediar conflitos internos, interesses divergentes entre indivíduos, os líderes ou direção, as massas e as correntes políticas; conseguir mobilizar as pessoas que estão em graus elevados de inércia social e comunitária; construir líderes honestos e que tenham respeito, legitimidade, competência e mesmo carisma. Que vivam e se orientem, por exemplo pessoais éticos, tenham comportamentos coerentes com as causas que defendem, de acordo com o ditado “ações valem mais que palavras”. Que estabeleçam confiança, motivação, desenvolvam as potencialidades latentes, tanto individuais como coletivas. Que sejam polidos, objetivos, tenham aguçado senso tático e estratégico. No dizer de Moreno (2005), que na direção esteja

uma atitude responsável com os indivíduos e o coletivo, que o dirigente *seja um psicólogo!* Que leve a coletividade a ser realista, conseqüente, criativa, responsável. Afinal, as necessidades e os desafios são quase sempre maiores que os recursos disponíveis, e alocá-los a mover revolucionariamente e a contento não é das tarefas mais fácil.

Além de tudo, a participação comunitária e ou coletiva é um processo que implica em profundas mudanças sociais, culturais e políticas. E como tal é fácil que gere resistência, visto que se vive em uma sociedade conservadora, que pouco ou quase nada aceita de reformas culturais, muito menos as propostas de revolução. Eficientismo de curto prazo é seu lema! Mas isto leva à insustentabilidade socioambiental, como está cada vez mais patente. Leva ao reducionismo economicista por parte do capital, com predomínio da cultura organizativa formal, individualista, burguesa, fazendo parte de sua espinha dorsal vital. A tendência de manipulação da comunidade ou coletividade por seus líderes é um forte problema, mesmo entre organizações dos trabalhadores que se dizem mais comprometidas com a causa da revolução. E o problema do poder se inscreve de forma central nestes eventos. Todos esses aspectos em conjunto formam barreiras, limites, para o desenvolvimento do capital social revolucionário que promova a participação efetiva da coletividade.

Obviamente que a participação enfrenta grande resistência, ela é, no capitalismo, sua antítese. A sociedade burguesa, o mercado, no máximo aceita alguns ajustes periféricos, consertos pontuais nos dormentes dos trilhos pelos quais trafega o capital. Valores intangíveis como *amizade, consideração, respeito, cooperação*, etc., não são captados pela economia neoclássica e sua razão economicista. Busca, quando muito, incluir algumas demandas da coletividade em sua agenda e ou formulação, isso depois de muita pressão. No fundo, não atende aos interesses das comunidades, da coletividade, no caso da comunidade, da maioria mesmo. E sim usa o pragmatismo, o oportunismo e a ocasião do cargo e poder em vistas de ganhos futuros perante a sociedade. Então as elites burguesas e ou seus sócios reformista-oportunistas, a exemplo de “Governos Populares” como os instalados na América Latina de hoje, implementam algumas medidas assistencialistas e ou eleitoralistas, que visam assegurar seu poder atual e ou futuro. Asseguram medidas minimalistas que surgem pela pressão da base, mais por prevenção de convulsões, sublevações e tentativas de contenção ou adiamento de crises revolucionárias, do que pela real intenção de atender e incorporar os indivíduos, os subalternizados, as comunidades e ou coletividades no processo democrático concretamente.

A *participação política* de fato e efetivamente por dentro do sistema do capital não se realiza, é apenas uma utopia reacionária ou um meio consciente de enganar os trabalhadores e trabalhadoras, pura ideologia. Longe de promover a igualdade e participação, as classes

burguesas são antes como fungos que se aproveitam para se expandir como se deixou nítido em inúmeros exemplos até aqui, poderia se dizer que são como *Cordyceps burguesis*, tal a violência de seus ataques às camadas subordinadas, que por diversas formas e meios os mantém sob seu controle, tal como aquele gênero violento de fungos são capazes de exaurir, tomar conta completamente e destruir todo o organismo de seus hospedeiros. Quando a burguesia suga toda a força muscular e intelectual, toda a energia material e imaterial das classes trabalhadoras, colocando-as para trabalhar e produzir a ostentação desses parasitas que as exploram desde a infância – milhões de crianças e adolescentes são responsáveis por árduas jornadas de produção em diversos ramos da economia no mundo todo e geralmente ganham os menores salários e ficam com os trabalhos mais insalubres. Todos trabalham para a burguesia – até os adultos, os idosos, as mulheres com deficiência e um contingente enorme de trabalhadores que chegam à velhice empobrecidos e com seus corpos decrepitos, enfraquecidos e doentes, apenas lhes restando alguns anos a mais para consumir mais medicamentos das multinacionais da mesma burguesia. Ou ainda se pode pensar que a burguesia é aquele parasita mortal que coopta dirigentes e partidos da classe trabalhadora para serem seus representantes no projeto de dominação de classe, formando uma associação ou simbiose política altamente deletéria para o organismo social dos subalternizados. *Resta saber por que a burguesia ainda se mantém comandando a vida social, política e econômica global?* Arrisca-se a resposta adiante.

5.3 A HIPERALIENAÇÃO, A SUPERIDEOLOGIA E O ULTRACETICISMO

A alta modernidade elevou a um patamar sem par o triplo fenômeno da *alienação*, *ideologia* e *ceticismo* e conduziu a humanidade para um mundo em que a esmagadora maioria das pessoas se vê envolvida, dissolvida e impotente diante do gigantismo desse processo combinado, que produziu uma radicalidade da individualidade e uma indiferença contaminante, quase paralisante. Talvez se possa assim fornecer uma parte da resposta à pergunta anterior, pois está espalhada por toda parte — o capitalismo produziu um mundo que impõe às pessoas a agudização das diferenças sociais, econômicas e políticas, em que reina a individualidade e a sobrevivência em espaços sociais cada vez mais estreitos e despolitizados entre os operários, camponeses, estudantes e as massas em geral. Seu fundamento básico está intimamente relacionado com o processo de pensamento distorcido da imensa maioria, que garante o conformismo, o cumprimento, o ritmo e o continuísmo da sociedade capitalista pela exacerbação da alienação, da ideologia e do ceticismo sob o mando político, econômico e

social da burguesia. Pelo papel e peso da *alienação-ideologia-ceticismo* no processo de dominação e manutenção social do sistema do capital, este triplo fenômeno, ganha novos contornos o debate dos rumos da civilização neste momento da modernidade. Que se aplicam com força peculiar a mercantilização e instrumentalização das relações sociais e da vida como um todo - ainda maior que nos tempos de Marx e Engels, onde, estes autores observaram que através das mercadorias e à sua produção sob o sistema do capital, o pensamento a que essa forma de organização social dá origem freqüentemente apenas leva a uma relação remota e deformada com as verdadeiras relações sociais que se estabelecem, que são a sua essência em verdade, ou seja, sua doutrina do fetichismo das mercadorias conforme já havia decifrado Marx no século XIX (SWEEZY, 1986). E que hoje se traduz na sua mais funda radicalidade, e assume a forma concreta de **hiperalienação, superideologia e ultraceticismo**, vistos através dos dados objetivos fornecidos pela realidade social, econômica e cultural contemporânea. Podem ser classificadas arbitrariamente de: **ideologia religiosa, ideologia política e ideologia econômica**. Promovendo a *alienação da humanidade, alienação da natureza, alienação da vida* ou como nos clássicos principais aspectos da alienação analisados por Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844: 1) *alienação dos seres humanos em relação à natureza*; 2) *alienação em relação à sua própria atividade produtiva*; 3) *alienação em relação à sua espécie, como espécie humana*; 4) *alienação de uns em relação aos outros*. Todos esses aspectos, juntos, levam à alienação e promovem o ceticismo exacerbado tão presentes na alta modernidade triunfante do capitalismo.

Para o marxismo a **alienação religiosa**, por exemplo, significa, basicamente, a alienação humana no nível superestrutural. O autor apropria-se da concepção de Feuerbach, na qual as divindades religiosas consistem dos atributos humanos magníficos num patamar inacessível ao homem, de modo que este expressa suas potencialidades através de símbolos, ao mesmo tempo em que interdita a si próprio o acesso a uma humanização plena. Os símbolos religiosos desgarram-se de seus criadores, tornando-se potências autônomas que os subjagam. Este *insight* permanece essencialmente o mesmo em Marx e Engels (2007), presentes em *Ideologia alemã*, que apenas recontextualizam, rejeitando a idéia feuerbachiana de uma humanidade abstrata e identificando nas relações de produção, historicamente variáveis, a fonte última da alienação religiosa. Daí que o ataque à religião seja apenas uma tarefa parcial e insuficiente, exigindo a contrapartida de uma investida mais ampla às origens mesmas da alienação religiosa, situadas nas bases materiais da sociedade (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2002). Marx e Engels enfatizam a importância da religião como instrumento de dominação ideológica. Não há propriamente, na perspectiva marxiana, um predomínio dos

motivos econômicos na determinação do comportamento individual. A influência econômica dá-se por intermédio das posições de classes, e estas atuam não apenas de maneira direta, mas também e sobretudo por vias indiretas, através da ideologia, que é uma racionalização dos interesses classistas (BIRNBAUM, 1997). A religião, nesse sentido, é uma racionalização dos interesses dominantes, oferecendo um consolo ilusório, “da divina providência” aos dominados e solidificando a posição da classe dominante. Ela torna viável, enfim, uma base de *consenso social*, definida por Marx (2000) na conhecida expressão: “o ópio do povo”. Embriaga multidões, Parece que esse processo de radicalização dos elementos alienantes e ideológicos da modernidade burguesa, nesta etapa histórica da alta modernidade, tende a se transformar ao mesmo tempo em alienação e ideologia ainda mais unidas e arraigadas do que no tempo dos fundadores do Materialismo Histórico Dialético, uma vez que em média 90% da população dos países da América Latina se dizem pertencer ou praticar o cristianismo católico ou protestante.

A **ideologia religiosa** – cristianismo/criacionismo (católico e protestante em especial) e islamismo em particular, cresceram e duas das maiores religiões do mundo não cederam nas últimas quatro décadas, quando davam sinal de que finalmente iriam entrar em declínio com os “libertos anos 1960 da juventude radical”, ao contrário, houve nova arremetida – a cada ano cresce ou se mantém estável acompanhando a taxa vegetativa da população mundial²⁰⁵, mesmo diante do colossal avanço do conhecimento científico da alta modernidade, do acúmulo do conhecimento histórico da humanidade e da vida sobre o planeta. Nunca em toda a história da humanidade se desenvolveu tanto a ciência e a tecnologia, e ao mesmo tempo se viu crescer tanto o número de pessoas educadas em altas séries de formação escolar ou universitária e mesmo assim sempre está de volta a teoria do criacionismo e histórias bizarras de fanatismo religioso em todo o mundo moderno²⁰⁶ e irresistível penetração das religiões

²⁰⁵ Em fevereiro de 2008, na Cidade do Vaticano, foi divulgado pela agência AFP, que o número de católicos se manteve praticamente estável, em 17,3% da população mundial, em 2007, mas registrou uma leve queda de 0,1% no continente americano - o Vaticano publica tradicionalmente todo ano um resumo dos dados estatísticos sobre os batizados e o clero católico no mundo para a publicação do novo anuário pontifício. Em 2007, havia pouco menos de 1,147 bilhão de batizados, contra 1,131 bilhão em 2006, uma evolução de acordo com o ritmo do crescimento da população, que mantém portanto o percentual de católicos inalterado a 17,3%, segundo o Vaticano. Mas pela primeira vez, o continente americano (norte e sul) perdeu 0,1% de seus fiéis. A hierarquia católica se preocupa com frequência com a concorrência na América das correntes cristãs evangélicas derivadas do protecionismo. A Europa teve aumento de 0,8% do número de fiéis católicos, inferior ao ritmo de crescimento global. Em contrapartida, o dinamismo da Igreja católica é particularmente forte na Oceania (4,7% a mais) seguida da África (3% a mais) e a Ásia (1,7% a mais). Além disso, o número de padres está aumentando apesar da queda das vocações e o envelhecimento do clero na Europa: eles eram 408.024 em 2007 contra 407.262 no ano anterior, graças à contribuição dos africanos e asiáticos.

²⁰⁶ O simples fato de autoridades de um Estado desenvolvido como o do Rio de Janeiro (entre eles Anthony Garotinho e Rosinha Matheus, ambos governadores, evangélicos e adeptos do criacionismo) terem vindo a público fazer reiteradas afirmações para justificar a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas e o

ocidentais entre os povos originários da América Latina. Na Grande Amazônia há índios padres e pastores e comunidades tradicionais inteiras se evangelizando de uma forma surpreendente. Nos bairros pobres de Manaus e Belém, enquanto mais periféricos e miseráveis, mas há igrejas abertas para “salvar” o povo. A miséria econômica é diretamente proporcional à miséria do espírito. As massas empobrecidas desesperadas pela exploração e opressão se agarram em Deus, já que em cada rua e mesmo na mesma rua de um bairro²⁰⁷ há vários escritórios de atendimento aos desesperados e eficientes executivos que intermediam essa relação com o “todo poderoso”, o “senhor dos exércitos”, “aquele que tudo pode” e irá levá-los à “vida feliz”.

Outro indício bem concreto da *superideologia* se encontra na **ideologia política** – conservadora ou liberal que dominou e ainda continua dominando hegemonicamente o mundo, ainda que siga em parte relativamente questionada. A **ideologia política liberal** tomou conta da academia, da ciência política à sociologia política, na mídia e aos governos de todo o mundo, particularmente depois da derrota do stalinismo e a queda de seus regimes. A política mundial do imperialismo nos últimos quarenta anos está fundamentalmente pautada no liberalismo. Como salienta Hunt (1981, p. 429, grifo nosso):

Nos meios políticos norte-americanos, a defesa de uma presença maior do Governo, geralmente, é associada ao liberalismo e a defesa da menor presença do Governo, geralmente, é associada ao conservadorismo. A base econômica de ambas estas tendências, no Partido Democrata e no Partido Republicano, é, principalmente, a comunidade empresarial. As grandes empresas, com o apoio dos burocratas dos sindicatos trabalhistas, geralmente apóiam os liberais dos dois partidos. As pequenas empresas, com o apoio dos profissionais independentes e de outros elementos da classe média, geralmente apóiam os conservadores. Na política norte-americana, nem os liberais nem os conservadores questionam ou criticam as bases institucionais do capitalismo, quer dizer, *ambos são profundamente conservadores*, mas representam grupos diferentes — e, muitos vezes, hostis — dentro da classe capitalista.

No Brasil e no conjunto dos países da América Latina e Caribe, a despeito dos discursos o que se verifica na realidade é a dominância do pensamento e da prática política liberal entre os governantes, sejam mais ao centro, à direita ou à esquerda, não se diferenciando substancialmente, isso indo de Luis Inácio Lula da Silva (Brasil) a Evo Morales

ensino do criacionismo é uma mostra do quanto o Brasil pode ainda decair em termos de cultura, ciência e conhecimento (SANTOS, 2007).

²⁰⁷ No bairro da Terra Firme em Belém, à rua *São Francisco*, há em um perímetro de menos de duzentos metros lineares oito templos religiosos ou casa de culto de uma variedade impressionante de igrejas, entre católicos, protestante e umbadistas. Não é muito diferente no Guamá, Tenoné, Riacho Doce, Jaderlândia, etc. Em uma conta simples, levando em consideração aproximadamente a existência de 100 bairros e ocupações da Região Metropolitana de Belém, se em cada uma houver dez templos, um número claramente rebaixado, só aí serão 1.000 casas, entre grandes matrizes, templos centrais e sua infinidade de escritórios de representação, contato, captação, arrebanhamento e fiscalização nas periferias. Não se pode esquecer ainda que o famoso Círio de Nazaré só faz aumentar o número de promesseiros a cada ano, arrastando uma multidão de 1, 5 milhão de pessoas em procissão.

(Bolívia), de Tabaré Basques (Equador) a Michelle Bachellet (Chile), de Fernando Lugo (Paraguai) a Hugo Chavez (Venezuela), de Daniel Ortega (Nicarágua) a Raul Castro (Cuba), entre outros. O conservadorismo não apenas cresceu, mas se consolida mesmo em tempos de grande crise econômica e depois de anos e anos de lutas dos movimentos sociais e partidos políticos mais ligados aos trabalhadores e povos explorados e oprimidos do continente, derrotando os subalternizados e suas maiores esperanças.

A **ideologia econômica** do mercado, o neoliberalismo, é talvez o mais forte elemento concreto da realidade que demonstra a radicalização da ideologia burguesa e do poder da alienação e submissão política das massas, a **superideologia**. Desde a atual grande crise econômica, em poucas semanas, desabou todos os mitos neoliberais: o mercado como regulador da vida social e um semi-deus com sua “mão invisível” a harmonizar interesses de burgueses e proletários; a retirada do Estado da economia, as privatizações e a desregulamentação, tidas como forma de desobstruir os canais do livre mercado e transferir as empresas públicas para o capital privado por ser este mais eficiente, dinâmico, leve; a iniciativa privada, como operadora do sistema econômico, racional e inteligente, ao contrário das empresas estatais, ineficientes, esbanjadoras de recursos públicos, pesadas e atrasadas; a credibilidade das agências de risco, cujas instituições funcionavam como palmatória do mundo, a dar notas a países e empresas de acordo com os critérios e interesses do grande capital; o pensamento único e o “fim da história” - a ideologia neoliberal era considerada o estágio mais avançado do pensamento, da organização social da economia e o capitalismo neoliberal o sistema modelar de organização da vida total da sociedade, cujo funcionamento desregulado tornaria impossível qualquer tentativa de mudança no modo de produção capitalista. Tudo isso se desmanchou no ar em poucos dias como uma cortina de fumaça. Em menos de um mês desapareceram do cenário econômico grandes bancos de investimentos dos Estados Unidos (Lehman Brothers, Merrill Lynch, Bear Stearns, etc.), as duas maiores empresas hipotecárias do planeta (Fannie Mae e Freddie Mac) pediram concordata, bem como a seguradora IAG e as gigantes automobilísticas (GM e Crysler) e outras empresas.

A crise significou uma derrota econômica, política, moral e ideológica do neoliberalismo, da burguesia mundial, particularmente do bloco de forças mais reacionário e mais parasitário do grande capital, o setor financeiro que desde o final de 1970 subordinou todos os outros setores à lógica da especulação financeira e sugou o mundo. A crise revelou também de forma cristalina o caráter de classe do Estado e do governo, desvelando mais uma ideologia: que se havia arrefecido ou mesmo sumido a “luta de classes” e ou “a extinção das classes na sociedade” como vaticinou Robert Kurz, entre outros que discutiam “o pós-

marxismo”, “o fetiche do trabalho”, a “*contradição histórica na teoria de Marx*”; bem como um fato: quando a economia estava bem, os lucros eram apropriados pela burguesia, agora que a economia vai mal, o Estado socializa os prejuízos com os trabalhadores, “todos devem fazer sacrifícios”; os governos dos países centrais e também os ditos “emergentes” já injetaram até agora mais 13 trilhões de dólares na economia para salvar os banqueiros, empresários e especuladores, logo China, Índia, Rússia e Brasil apressaram-se em socorrer os ricos - o governo do presidente operário, Lula da Silva, chegou até anunciar que era “chique emprestar para o FMI” e repassou 10 bilhões de dólares para o fundo de salvamento dos capitalistas - enquanto pouco esses governos tem feito para resolver os problemas de mais de 250 milhões de trabalhadores que perderam seus empregos ou vivem de sub-empregos, segundo os dados da OIT (2009), que no Brasil já ultrapassa a casa de 1 milhão de demitidos desde 2008.

Valério Arcary (2009) aponta que segue a supremacia dos EUA no sistema internacional de Estados e de sua política econômica aplicada ao mundo, a despeito de toda a crise desencadeada em 2008. A história foi mais complicada do que tinham antecipado os socialistas modernos, pois ao longo do século XX, a revolução e a contra-revolução mediram forças, mas o capitalismo conseguiu preservar-se (em quatro ondas revolucionárias internacionais contra o domínio da burguesia – depois de 1917, depois da crise de 1929, depois de 1944, e depois de 1968 - a revolução mundial desafiou o capitalismo e foi derrotada (ARCARY, 2009; HOBSEBAWM, 1996). O Capital se internacionalizou até os limites máximos do mercado mundial. A capacidade demonstrada pela burguesia, depois de duas guerras mundiais devastadoras, de superar as suas divergências nacionais, surpreendeu os marxistas, mas foi muito estudada. Já, a dificuldade do proletariado de se unir à escala mundial contra o capitalismo, depois do triunfo do stalinismo na ex-URSS, decepcionou-os, mas é menos compreendida (ARCARY, 2009; HOBSEBAWM, 1996). O capital financeiro domina o mundo e o capital financeiro dos EUA domina o capitalismo mundial e essa dominação foi incontrariável até então, e não parece previsível que venha a ser desafiada durante a fase aberta pela atual crise²⁰⁸ (ARCARY, 2009). Esta é mais uma constatação concreta da existência da *superideologia*.

²⁰⁸ Está clara a dominação dos Estados Unidos. A supremacia dos EUA no sistema mundial de Estados não diminuiu depois de 1989/91 com a queda do Leste europeu, ficou ainda maior. Mas, a estabilidade de sua dominação não aumentou, na verdade, diminuiu. O que foi interpretado, apressadamente, como o fim da época aberta pela revolução de Outubro, revelou-se uma virada histórica transcendental, mas não como foi previsto. A possibilidade de reformas durante as décadas de ajuste neoliberal ficou menor. As desregulamentações ultraliberais abriram caminho para uma financeirização do capitalismo que fermentou as bolhas que explodiram em 2000 e agora em 2007 (ARCARY, 2009).

A *superideologia* também pode ser expressa nas sucessivas crises do capitalismo que seus ideólogos buscam explicar de forma falaciosa, nitidamente escamoteando a realidade. Mas a olhos atentos isso não escapa, como Arcary (2006, p. 79) que afirma: “A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) culminou dez anos de ingênuo otimismo sobre o futuro de um capitalismo para além das crises”. Recuperando a discussão que Ernest Mandel (1990, p. 37, apud Arcary 2006, p. 79) fazia sobre a crise de superprodução:

Desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial houve exatamente 20 crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares. São elas: de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961, 1970 e a de 1974 (tomamos para cada uma sua data de eclosão no país capitalista que dominava na época o mercado mundial, isto é, a Grã-Bretanha antes da Primeira Guerra Mundial e os Estados Unidos depois [...]) Supor que uma doença que se repete 20 vezes tenha, a cada vez, causas particulares e únicas, fundamentalmente estranhas à natureza mesma do doente – causas políticas [...] – é claramente inverossímil e ilógico.

Portanto completamente falsa, apenas é uma superideologia. Atualizando os dados das sucessivas crises Arcary (2006, p. 79) acrescenta as últimas quatro: de 1982, 1987, 1992, 2000 e agora se pode também incluir a mais recente de 2008, então teremos 25 crises e uma melhor perspectiva histórica e série estatística para avaliar. Assim o debate sobre o vigor da economia da globalização esteve sempre imerso no impressionismo e na ideologia. O cenário político do início do século XXI parece pouco animador uma vez que o programa reformista contemporâneo se limita as alternativas à crise do programa neoliberal e a formulações que não vão além da defesa de projetos da renda mínima. Bem como o cenário teórico não tem sido mais promissor com a desvalorização da história, reduzida a um gênero literário (ARCARY, 2006, p. 79), o que impede uma análise mais profunda. Arcary (2006, p. 80-81) pormenoriza essa problemática:

Os Estados Unidos e a Inglaterra foram, no século XX, uma retaguarda no terreno da luta de classes e uma fortaleza da ordem. Este processo tem tido inquietantes consequências. Na sua hoje clássica análise sobre o marxismo ocidental, Perry Anderson tinha assinalado que, no pós-guerra, aconteceu um divórcio entre a reflexão teórica marxista e o movimento operário organizado. Suas considerações lúcidas, mesmo se amargas, permanecem atuais. *O divórcio entre o marxismo e o movimento operário não poderia deixar de ter seqüelas profundas. A ausência prolongada de uma disposição revolucionária de lutas dos trabalhadores nos países centrais, no pós-guerra, recorda às novas gerações que as pressões sociais são decisivas para explicar as vicissitudes da produção teórica de inspiração marxista [...]. Este divórcio social da intelectualidade marxista no movimento prático do proletariado ainda não foi superado.* Os anos de 1990 viram, com o colapso da União Soviética, uma nova fase de crise ainda mais séria no marxismo ocidental [...] o profundo *ceticismo histórico-político* sobre o futuro do socialismo continuou predominando. Aconteceu uma evolução inesperada nos ambientes intelectuais. A restauração capitalista na Rússia, no leste Europeu e na China teve efeitos devastadores nas áreas de influência universitária dos dois maiores partidos comunistas do Ocidente, o francês e o italiano, que completaram o *transformismo de social-democratização*. A esquerda de educação stalinista converteu-se à apologia da democracia liberal. Na América Latina, o súbito processo de conversão às

virtudes da democracia burguesa foi ainda mais espantoso: dos tupamaros uruguaios aos sandinistas nicaragüenses, dos salvadorenhos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional aos petistas brasileiros, a maioria das forças de esquerda completou, em menos de uma década, uma integração política aos frágeis regimes democráticos erguidos depois da queda das ditaduras. Esta pressão política avassaladora teve importantes consequências políticas e teóricas.

Destacaremos duas. Primeira: *o programa da esquerda recuou da crítica ao capitalismo para uma crítica ao neoliberalismo*. Reformistas e revolucionários tinham discordado desde a Revolução Russa se era ou não possível reformar o capitalismo, se a democracia era a ante-sala do socialismo ou um regime de preservação do domínio do capital, mas estavam de acordo em defender, com maior ou menor radicalidade, um programa comum que inscrevia no seu centro a extensão da educação gratuita, da saúde universal e da previdência pública. O programa da maioria das forças da esquerda reformista atual sacrificou as políticas públicas que estendiam direitos e desmercantilizavam serviços universais, por políticas focadas de distribuição de renda.

Segunda: *a influência das escolas teóricas burguesas sobre um marxismo vulnerável inspirou trabalhos semimarxistas e semikeynesianos, com uma inclinação metodológica pelo economicismo*. Boa parte da análise crítica da mundialização tem denunciado – correta, mas unilateralmente – a crescente financeirização. A livre circulação de massas imensuráveis de capital, nas especulações com moedas, ações e títulos, foi apresentada como causa fundamental da instabilidade das turbulências que explicariam uma sucessão de ciclos de crescimento mais curtos e ajustes recessivos mais longos. É sempre perigoso, contudo, confundir a superfície do fenômeno com sua substância.

Este erro metodológico, o economicismo, tem na sua raiz a dificuldade de compreender a articulação das transformações econômicas com as flutuações da luta de classes. A globalização dos movimentos de capitais é mais consequência do que causa da depressão prolongada aberta na primeira metade dos anos 1970, depois da vaga revolucionária mundial de 1968. O grande cassino da economia global é mais a expressão da contratação do mercado mundial – e da insegurança dos investidores – do que da sua pujança. Capitais virtuais – uma superacumulação que inflaciona o preço de todos os ativos – são trilhões de dólares que hoje se refugiam em papéis, títulos, moeda e móveis, porque não encontram expectativas de valorização no processo produtivo.

Esta longa citação pode resumir com grande precisão o momento histórico em que se inscrevem a **hiperalienação**, a **superideologia** e o **ultraceticismo** do ponto de vista teórico, político, social e econômico. Assim, independente de todas as suas vinte e cinco crises segue o capitalismo e o domínio da burguesia, sob mais uma gigante propaganda de que a crise está sob controle e que tudo voltará a melhorar, cedendo espaço ainda maior para a alienação política. O processo de alienação, ainda mais forte agora, com o profundo avanço da propaganda e mídia que submerge, cega e afoga as pessoas desde a televisão, passando pela internet ou outdoor que vai desde os espaços urbanos ao rurais, onde muito fortemente se tenta vender a primazia do modo de vida do sistema burguês — ainda que sejam fartas as muitas revelações de corrupção, fraudes, mentiras e enganos dos governos, das empresas e bem como de todo o sistema judicial, que tanto no passado como na contemporaneidade destruíram a confiança de muita gente que acreditava que os governos capitalistas eram ou poderiam ser servidores neutros, benevolentes e democráticos em favor do povo, interessados somente na maximização do bem-estar coletivo e na promoção da paz, da harmonia e da

fraternidade no mundo inteiro (HUNT, 1981). Antes, aí estão todos os escândalos e todas as massacres e as guerras para provar ao contrário. Mesmo assim parece não haver um esboço de revolta mundial, global a tudo isso. Como se houvesse uma mega-paralizia geral. Ou como no dizer de Baudrillard (1993), há uma um hiper-conformismo das “massas silenciosas”. A sociedade burguesa promove a *alienação da humanidade*, perda de controle manifestada na destruição social, econômica, cultural e do meio ambiente. Num processo total que afasta os humanos da própria natureza, *alienação da natureza*, que se radicaliza na própria *alienação da vida, na perda total de seu significado*. Indicando que se já tinha razão Marx (2002), quando escreveu na primeira metade do século XIX em seu *Manuscritos Econômico-filosóficos* que a sociedade capitalista havia implantado e ou aprofundado um “sistema de alienação”: a *alienação dos seres humanos em relação à natureza*, que agora com a busca frenética e irracionalmente sua autonomização dos ditames completos dela; a *alienação em relação à sua própria atividade produtiva (alienação do trabalho)* inclusive substituindo a tal ponto a força e a inteligência humana direta pelas das máquinas; esgarçando a *alienação em relação à sua espécie, como espécie humana*, robotizando e criando homens-máquinas-cibernéticos que se movimentam por espaços reais e virtuais; alicerçando e sedimentando a *alienação de uns em relação aos outros* em um simulacro total de hiper-realidade e surrealismo megalomaniaco de destrutividade.

Baudrillard (1981, p. 08), diz que o mundo da modernidade contemporânea promove um simulacro total: “onde a simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real”²⁰⁹. Onde, por exemplo, “o território já na precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território - precessão dos simulacros”. Mais adiante Baudrillard (1981, p. 08), chama atenção para o fato de que:

O é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias, de modelos de comando - e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí. Já não se tem de ser racional, pois já não se compara com nenhuma instância, ideal ou negativa. É apenas operacional. Na verdade, já não é o real, pois já não está envolto em nenhum imaginário. É um hiper-real, produto de síntese irradiando modelos combinatórios num hiper-espaco sem atmosfera.

O conjunto do que tratou até aqui faz com que se produza o maior grau de alienação jamais visto, tanto pela dimensão de sua extensibilidade como de sua intencionalidade, é

209 Ou como no conceito de Slavoj Žižek de desrealização – tentativa de tornar a realidade privada de substância, de inércia material. Pretende-se sempre “desrealizar” a realidade, alterar a substância do que se vive tentando incutir ao espectador que, por exemplo, o terrorismo está além e não aqui. Por conseguinte, na sociedade consumista do capitalismo avançado, é a própria vida que possui, de certo modo, as características do espetáculo de Hollywood, operando essa desmaterialização da vida verdadeira, como já indicava Guy Debord em sua obra *Sociedade do espetáculo*.

qualitativa e quantitativamente incomparável a qualquer época anterior na história humana. Mostrando que além de tudo na alta modernidade a própria *imagem persegue o real* e o falseia ainda mais, como afirma Baudrillard (1981, p. 9):

A era da simulação inicia-se, pois, com a liquidação de todos os referenciais — pior: com a sua ressurreição artificial nos sistemas de signos, material mais dúctil que o sentido, na medida em que se oferece a todos os sistemas de equivalência, a todas as oposições binárias, a toda a álgebra combinatória. Já não se trata de imitação, nem de dobragem, nem mesmo de paródia. Trata-se de uma substituição no real dos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu duplo operatório, máquina sinalética metaestável, programática, impecável, que oferece todos os signos do real e lhes curto-circuita todas as peripécias [...] hiper-real, doravante ao abrigo do imaginário, não deixando lugar senão à recorrência orbital dos modelos e à geração simulada das diferenças.

Além de tudo, a **hiperalienação**, a **superideologia** e o **ultraceticismo**, do ponto de vista sociocultural, desde sua reprodução sociometabólica, promove uma contraditória realidade de distanciamento e aproximação neste processo frio de modelos e relações sociais mediadas por fios, cabos, linhas, ondas e energia da Sociedade Informacional, onde ocorre o esmaecimento dos afetos e solidariedade; os teóricos como Jean-Paul Sartre, Hanna Arendt, Antony Giddens, Manuel Castells, Gilles Lipovetsky e Jean Baudrillard, entre outros, são quase unânimes em dizer que a falta de profundidade das relações são evidentes na modernidade contemporânea, da crise do ser, também gera uma grande crise social de identidades, incluindo a de classe. Há uma descartabilidade de relações humanas, como no dizer de Hanna Arendt: *há um desenraizamento e ou raleamento do ser*. Ao mesmo tempo em que há um esvaziamento do tempo e ou temporalidade, um desencaixamento e desligamento geral - parece que *se quer a todo tempo e todo custo apagar o sentido da história, tudo se transformar no “eterno presente”, sem história*, não se olha para trás. Os *grandes acontecimentos da história deixam de ter grande sentido*. A própria “esquerda mundial” diz que os exemplos dos bolcheviques, já não servem mais ao presente, quanto mais ao futuro. O que importa é o presente e o aferimento de sua temporalidade que se cria em cima de si mesma. Então se decreta a necrose do social, do político e também do tempo. “Cronos está morto!” Tudo está no campo representacional, instrumental, simbólico. O máximo que existe é a Ética do instante (suspensa, guardada para usar na hora que for preciso, no instante preciso do golpe). Tanto a produção das mercadorias como das relações sociais se processa por um culto ao descartável. Em um intenso frenesi da obsolescência. Sociedade dos descartáveis, e superficialismo, crescente esmaecimento dos afetos. Onde já não há mais solidariedade de classe, não se tem compromissos, responsabilidades com as relações humanas.

No mundo cultural, por exemplo, das artes, também se processa uma chatice de mesmices insossas (música, teatro, pintura, literatura, cinema, etc.) são repetições tediosas.

Substituição da profundidade pela superficialidade. Perda da identidade, força da criatividade, onde a noção de profundidade desaparece, se caracterizando em pulverização e reciclagens pueris. O sujeito foi morto, as pessoas liquidadas, perdidas em sinuosidades de imagens disformes, pulverizadas como expressão e mercantilização da vida e da morte na alta modernidade esfuziante e torpe. As imagens estão soltas no ar, sem referências – giram em torno de si – ausência de raízes (DEBORD, 1997; CHESNEAUX, 1995; BAUDRILLARD, 1993), que leva ao mesmo tempo a perda do um estilo pessoal, da diferenciação, da individuação do ser. Todo mundo se veste igual, dança igual, imitação geral. O ingresso em um show é um abadá, um uniforme. Se não estiver igual não entra. Vive-se em uma Alta Modernidade que esqueceu a criatividade e a politização. A arte está vazia, sem opinião, alienante, na grande expressão já não há mais canções de protestos, pinturas ou cinema revolucionários, o teatro ficou pálido e as esculturas não falam mais nada, acabou a arte-manifesto, a práxis artística da alta modernidade é serviçal, a arte e o artista morreram mudos.

A arte da última modernidade vive eterna imitação de estilos mortos, canibalização de estilos. Há em geral uma legitimação da validade da relação estética, cultural, social, econômica, etc. que esqueceu de criar ou de se recriar. “Ouse saber”, dizia Kant, agora essa filosofia vem perdendo o sentido - ainda em fins de 1960 ela era para uma imensa maioria da juventude algo importante, nestes tempos esvai-se. Aparece nova expressão estética da estupidez, da mediocridade – se poderia talvez construir desde a nova sociedade uma *Teoria da Mediocridade* orientada pela lei menor, pela perda de sentido e legitimidade de uma sociedade que se auto-fagocita e degenera. Que tenciona por atender a demanda fragmentada do momento eterno do consumismo, de seu rei, o capital. As relações são sem cor ou quentura, transpassam transversalmente as mais diversas esferas da vida, se chocam com o chão cinzento de gostos torpes por enlouquecidos jogos eletrônicos que produzem e reproduzem no mundo virtual a violência real e insuportável do cotidiano: duplamente insuportável - real e virtualmente.

Amplamente, há na cultura da **Sociedade Hiperalienada Globalizada** - falta de profundidade nas relações humanas, nas relações sociais, enfraquecendo o vigor da historicidade, tanto na vida pública como privada. Ao mesmo tempo a sociedade contemporânea tem apenas *surtos de solidariedade*, como se fosse instinto de sobrevivência latente que vem à tona - diante do choque de “catástrofes naturais” e ou “graves acidentes”, vêem os sentidos e os sentimentos de solidariedade humana e desperta nas pessoas as estruturas das emoções e da personalidade contida e fragmentada pela alta modernidade promovendo a ligação e ou re-ligação com o outro. Então, se escapa por algum momento ao

menos, da vertigem, da profunda alienação, ideologia e egoísmo. A expressão do reencantamento humanista sofre um ligeiro abalo. Mas tão logo o imediato contratempo passe, tudo volta “ao normal”. Ou seja, cada um veste seu uniforme do nada haver com o outro. Pois a dominância profunda da relação é dada pela necessidade frenética do capital, que precisa da cultura do individualismo para continuar a girar e constranger por seu giro tudo em sua volta. Assim, a um notícia de um grave acidente, massacre ou morte em série apresentada no jornal da televisão, no segundo seguinte se anuncia uma bela jogada de futebol e ou passa um comercial de cerveja com lindas modelos sorridentes. Os sentidos e os sentimentos se afastam, se afogam, dilaceram e passam a não mais chocar, incomodar. Internalizou-se “naturalmente” a banalização de tudo.

A tecnologia. Pólo centralizador, dinâmico, hegemônico da sociedade comandada pelas elites burguesas produziu um exemplo fantástico da esplêndida radicalização da alienação e reforço de sua ideologia. Uma das mais recentes, impressionantes e profundas formas de alienação que a sociedade informacional global produziu na alta modernidade, se apresenta entorno do fenômeno mundial do simulacro total: *Second Life* (*segunda vida*). O fenômeno *Second Life*, o mundo paralelo, o universo virtual da Internet. Só existe na Internet. E só tem paralelo na história quando comparada à tradição das religiões que prometem vida além da morte. Que era, até então, a única forma de *Second Life*. Mas agora há uma *Second Life* concorrente com a dos padres, pastores e monges, e muito mais emocionante, visto que diferentemente das promessas tradicionais das religiões, esta segunda vida pode ser vista na tela do computador. E vivida ao mesmo tempo e durante a primeira vida. Nela há um deslocamento do ser da vida real para um *ciberespaço*. O ser se separa, se desterritorializa do real ou o seu território passa a ser virtual. Na Internet o *Second Life* é um falso real, mas quase real, como se fosse um paraíso visível. Diferente do céu, mas que não existe de verdade. É impalpável como o céu das religiões. No entanto, diferentemente do paraíso espiritual, na *Second Life da web*, a pessoa pode entrar nele, vivê-lo, mas ele não é real. A matéria do ser não pode ser transportada para lá. Mas somente a consciência do ser e ou espírito - no sentido de viver através da parte imaterial do ser humano como se existisse a alma (por oposição ao corpo), a parte incorpórea, inteligente ou sensível do ser humano, aquela que se movimenta e ou existe em e no pensamento, na mente enquanto espécie de inteligência fina, com significação, sentido. Que é mentalmente existente em forma de idéia; em pensamento; sem participação do corpo. Mas como princípio gerador de criações artísticas caracterizadas pela perfeição, harmonia e equilíbrio da forma exterior, espiritual. Espírito no sentido que foi popularizado por Friedrich Nietzsche (2005), em *Sabedoria para depois de*

amanhã, enquanto algo criativo, não metafísico, que elimina toda a sacralização. Princípio gerador da exaltação e embriaguez resultantes da afirmação dos valores ligados à vida real e aos instintos, onde “a vida é a mais bela invenção, e a morte é seu artifício para ter muita vida”. Ainda que não sejam diretamente reais, concretos, posto que são, neste caso, virtuais. Mas contendo a “sensação” do real. Como uma overdose de hiper-real e surrealismo, ao mesmo tempo deixa e ou promove no usuário da Internet “secondlifeana” uma sociedade material, por ter alcançado o que na realidade lhe seria e ou é impossível: uma mansão luxuosa, carros caríssimos, corpo escultural, status e mordomias, etc. Assim como o são em muitos que acreditam que terão uma vida farta, repleta de realizações e lindamente eterna no paraíso prometido pelas mais diversas e tradicionais religiões. A despeito de que aqui na Terra, no mundo real, não tenham a menor possibilidade de alcançar a felicidade, as condições objetivas e materiais de vida confortável.

Para melhor entender o *fenômeno da segunda vida* é preciso recorrer aos clássicos conceitos das ciências sociais. Em particular da psicologia, da sociologia e da antropologia. No primeiro plano surgem o *id*, o *ego* e o *alter-ego*. O ***id*** (do latim *id*, “isso”) um conceito oriundo da psicanálise freudiana, é a parte mais profunda da psique, receptáculo dos impulsos instintivos, dominados pelo princípio do prazer e pelo desejo impulsivo do indivíduo. O ***ego*** é o eu de qualquer indivíduo. Adoração de si mesmo; culto do eu; egotismo, egolatria, narcisismo. É a parte mais superficial do *id*, a qual, modificada, por influência direta do mundo exterior, por meio dos sentidos, e, em consequência, tornada consciente, tem por funções a comprovação da realidade e a aceitação, mediante seleção e controle, de parte dos desejos e exigências procedentes dos impulsos que emanam do *id*. O ***alter-ego*** é o outro ser ou outra pessoa, em relação a determinado indivíduo. Aquilo ou aquele que é percebido ou concebido como uma pessoa ou um ser distinto e separado do sujeito, daquele que pensa, sente, age, se emociona, mas que se mantém separado do sujeito real. Na Antropologia este é qualquer indivíduo, considerado como objeto de um sistema de classificação de relações interpessoais, em particular em uma terminologia de parentesco. O *alter-ego* então seria o parente de si. Na *second life*, na Internet é sua própria cópia virtual. O ser não-real, mas o que a pessoa gostaria de ser e ou ter²¹⁰. E se chama *avatar*. Ou seja, *o seu eu virtual como desejo puro*.

²¹⁰ Já que na modernidade e em especial na alta modernidade, *ser* virou significado de *ter*. Se você *tem*, você *é*, do contrário é como se você *não existisse*. Se você não tem, *você não é* e por isso *não tem importância*. Não conta. Pouco vale para os padrões da sociedade burguesa.

Na *Second Life* o espírito do ser fica “retido”, “capturado”. Enjaulado na geografia da rede, do espaço ilimitado e irreal do universo paralelo. Rendido, “mas não infeliz”, uma vez que pode voar, fazer tudo o que deseja e quer. De certa forma “livre” também. Porque o *espírito se realiza pela realização do irreal: a primeira vida se torna subordinada à segunda*. Já que na segunda vida o ser goza, tem os desejos realizados. *Porque o que é possível realizar está somente no mundo virtual*. Somente através do *avatar* (o alter-ego, o outro não real), o indivíduo *pode ser feliz*. *Ter, portanto, ser*. Na *Second Life* o ser se torna. Dá vazão para a felicidade material inalcançável, inexistente na primeira vida. Porque na vida concreta, real, a vida-realmente-vivida, o ser nunca seria. Porque nunca teria. Para alcançá-la dizem os religiosos que “é preciso primeiro morrer”. É como se você se anulasse, morresse para poder viver, sentir de fato a plenitude da vida através do prazer de ser, ao menos virtual. Que é viabilizado pelo poder de ter. A empoderação que a primeira vida não permite, nem é dada como solução pelas religiões tradicionais é dada pela *Second Life* na Internet. O novo lugar do céu. Um céu renovado, cheio de cores, velocidade, prazer acessível. Ao alcance das mãos e dos olhos pelos fios e ondas. Mas que ao anular-se o indivíduo passa a ser. Mas só perante a condição de anular, completamente *alienar-se*. Deixar o ser real, que o indivíduo passa a existir. Pois na Internet, o *avatar* interage com outros internautas e seus *avatars* e todos vivem como se fosse uma vida de verdade, terrena. Um paraíso no ciberespaço. A realização da vida pela segunda vida, a hiperalienação total “transvalorizando todos os valores” ou reificando-os.

Para os céticos e reticentes, basta lembrar que o processo de civilização do modo de vida do industrialismo capitalista, este muito mais visível e real, permeia a modernidade por pelo menos dois séculos, desde seu centro estadunidense e europeu se desdobrando em pelo menos cinco estruturas reais de “dominação racional-legal” - para lembrar uma das formas de dominação para Max Weber - e está solidamente amparado por um complexo sistema de triplo-poder, que organiza a coerção social, ao mesmo tempo opressor-dominador-explorador, que sustenta a burguesia mundial, quais sejam: o aparato executivo, o legislativo e o judiciário. Essas “*estruturas estruturantes*” do poder - para usar uma terminologia acolhida de Bourdieu - formam juntas e reciprocamente, com tudo que se colocou anteriormente, o sistema integral da dominação moderna do capital sobre o trabalho e a natureza. São as estruturas que promovem pelo domínio político e econômico a clivagem do “sistema de alienação”, já explorado, que é a essência da civilização capitalista moderna. Essas estruturas de dominação estão inscritas assim: a *primeira estrutura*: na valorização da capacidade humana de produzir riqueza através do trabalho, para a acumulação do lucro, do capital, pelo

processo de “mais-valia”, como agora todos sabem, desde Karl Marx, se sobrepõe mundialmente às classes subalternizadas - o proletariado e os povos pobres. Como *segunda estrutura* está a dominação e a valorização da natureza e dos recursos naturais para uso e aplicação industrial pelo capital. A *terceira estrutura* apresenta a sujeição dos subalternizados ao Estado burguês legal, que tem o monopólio do poder e da violência, incrustado na forma de burocracia, polícia e instituições militares. Em *quarto lugar*, como estrutura estruturante, o capital criou a indústria da cultura, da bestialização e alienação das massas. Ela providencia oportunidades de ganhar lucro exorbitantes²¹¹, ao mesmo tempo, que, domina a consciência e, principalmente, o espírito das pessoas, seu poder de crítica e ação, vendendo a ideologia da acomodação, em vez da liberdade e da luta para alcançar outro patamar de sociedade. Enfim, como *quinta estrutura* acontece a auto-dominação dos indivíduos pelos mecanismos internos psíquicos (neurológicos) de opressão, sua paralisação-acomodação por inanição e alienação cultural-ideológica. Produzindo idiotas, que não raramente se orgulham de “não gostar de política, de partido político e da luta”. Vivendo um cotidiano estúpido, uma individualidade umbilical à sociedade burguesa, especialmente contaminando grande parcela da juventude “pós-moderna” e nascida nos fins de 1980, que já nasceu no mundo da sociedade informacional hiperconectada²¹², ajustada aos padrões bestializantes do sistema do capital, aficcionada por computadores, jogos eletrônicos e celulares que se esquecem ou ficam cegos à vida real, vida coletiva, vida viva - do mundo real. Uma geração conservadora em termos de política e participação política, que se orgulha e se sente superior diante dos revolucionários que lutam pela transformação radical do mundo, em uma espécie de “ignorância vaidosa”,

²¹¹ O editorial da revista *Sociologia, ciência e vida*, (2007), informa que só a indústria mundial de jogos eletrônicos deve crescer cerca de 20% nos próximos cinco anos, segundo estudos recentes divulgados pela Informamedia, com um faturamento de 50 bilhões de dólares para abastecer os gamemaníacos ao redor do mundo.

²¹² A Agência de notícias EFE divulgou em Madri - Espanha, em 22 de fevereiro que ¼ da população mundial é usuária de internet e as 3,5 bilhões de pessoas que utilizam celulares todos os dias são números de uma realidade que, advertem os especialistas, mudou o mundo e a maneira de pensar de tal forma que obriga a uma nova *cultura digital*. “Nenhuma tecnologia penetrou tão rapidamente em nossa sociedade como a tecnologia da informação e da comunicação”, segundo Francis Pisani, autor, junto a Dominique Piotet, do livro “L'alchimie des multitudes” (“A alquimia das multidões”, em tradução livre). Pisani contou à Agência Efe que a maior revolução aconteceu no surgimento de novas formas de organização, como as redes, que não existiam há 15 anos e que são uma das maneiras “mais eficientes” de organização humana. “Não só as pessoas conectadas fazem coisas de maneira diferente às do mundo anterior, como relacionar-se com outras pessoas através das redes sociais ou confiar nos comentários de desconhecidos para comprar um produto, mas as não conectadas têm relação com a web através das conectadas”, explicou Pisani. Para o blogueiro, esta mudança de mentalidade deve ser acompanhada do conhecimento e da apropriação das ferramentas digitais, pois adverte de que, “em breve, a maior multidão será aquela que está conectada, mas que não conhece bem as lógicas da rede”. “Temos que ensinar nossos filhos a passar de tribos localizadas e fechadas a translocais e abertas”, especifica. “É certo que o percentual de conectados na África é muito pequeno, mas não podemos ignorar que foi ali mesmo onde se inventou o último sistema bancário da história da humanidade, ao estabelecer um mecanismo pelo qual se paga com segundos ou minutos de conexão via celular”, assinalou. (SAÚDE, 2009).

como disse em um dado momento Leon Trotsky, em um recado aos pequeno-burgueses, em sua obra *Em defesa do marxismo*.

Além de tudo, no caso do Brasil, um dos maiores consumidores mundiais de programas como *Second Life*, *Orkut* e *Facebook*, ocorre um estarrecedor fenômeno de repetência e baixa escolarização desta nova geração, tendo fraco desempenho educacional-escolar como prova o relatório da ONU/Unesco (2008) sobre Educação, em matéria do jornal O Globo de 25/11/2008, lê-se:

O Brasil perdeu quatro posições e caiu do 76º para 80º lugar, entre 129 países, no ranking de monitoramento das metas globais que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divulga nesta terça-feira. O relatório analisa dados de 2006 referentes a matrículas no ensino primário, analfabetismo de jovens e adultos, repetência e evasão e paridade entre gêneros no acesso à escola. Além de países que tradicionalmente aparecem à frente do Brasil nesse tipo de comparação - Cuba, Argentina e México -, o índice brasileiro é inferior ao de Bolívia (75º lugar), Equador (74º), Venezuela (69º) e Paraguai (68º). No topo da lista, está o Cazaquistão, com índice 0,995, na escala até 1, seguido por Japão, Alemanha e Noruega. Os últimos colocados são todos africanos. Na lanterna, com 0,408, aparece o Chade. O relatório destaca que o Brasil é a única nação da América Latina com mais de 500 mil crianças em idade escolar sem estudar. Em 2006, segundo o texto, eram 600 mil. Isso deixou o Brasil no grupo de 17 nações nessa situação. Entre elas, Iraque (500 mil), Burkina Faso (1,2 milhão), Índia (7,2 milhões) e Nigéria (8,1 milhões), que está na pior situação. O Brasil tem a segunda maior taxa de repetência latino-americana, com 18,7% na escola primária. Apenas o Suriname tinha indicador pior, com 20,3%. A média na América Latina era de 6,4%, sendo de 2,9% nos países do Caribe.

Esse quadro demonstra uma realidade contraditória em que o acesso ao mundo da alta tecnologia informacional global é desigual, ainda pouco democrático, muito verticalizado por regiões e não mergulhou de fato na vida cotidiana das escolas enquanto instrumentos tecnológico educacional para a elevação da qualidade de ensino, particularmente na América Latina. Demonstra ainda que é inegável que o processo de dominação e exploração por parte da sociedade burguesa nega ou danifica, dentro do próprio Estado, as instituições que de fato poderiam ser democráticas – e em geral, no discurso, seja político, seja acadêmico, isso tem sido eufemisticamente ajustado aos interesses burgueses. No fundo não há democracia alguma, pois esta tem conexões com as possibilidades materiais objetivas, econômicas: na sociedade burguesa o dinheiro determina o grau de liberdade e democracia que vai do simples poder de circulação no espaço à participação efetiva da vida societal, se alguém não tiver dinheiro para a condução, nem mesmo pode sair do lugar onde está, quanto mais acesso de qualidade à educação. Que sociedade livre e democrática é essa que é vendida às massas do mundo como a mais civilizada? Autores como Mance (1999, p. 4, grifo nosso) são enfáticos:

Politicamente, o mundo assistiu nas últimas duas décadas [*agora três*] um processo de modernização conservadora, uma vez que as transformações que vêm ocorrendo no conjunto dos países conservam as clássicas estruturas capitalistas de organização social, reproduzindo as desigualdades econômicas já consideradas. Neste sentido, o *neoliberalismo torna-se um corpo doutrinário justificador de reformas políticas e econômicas que aparentemente visam promover a liberdade da sociedade civil, mas que, de fato, ampliam a liberdade dos grandes agentes econômicos internacionais*, ao mesmo tempo em que restringem as liberdades públicas em sua dimensão material, seja pelo desmonte das mediações estatais estabelecidas com esse fim, seja pela subtração de mediações materiais a uma grande parcela da sociedade que fica desempregada e marginalizada do processo produtivo e de consumo. Em ambos os casos a liberdade pública fica prejudicada em benefício da liberdade do grande capital.

No capitalismo liberdade e democracia estão inscritas sob o signo do poder econômico, onde os grandes e fabulosos avanços materiais que a sociedade burguesa produziu, no fundo, negam toda a intenção humanista marxiana, porque se restringem aos que tem dinheiro, poder de gozá-la. Assim, uma idéia alta e digna sobre a vocação do ser humano: desenvolver na sua própria história, todo o seu humanismo e criatividade pessoal, única, fica comprometida (THIELEN, 2001). Está subordinada pela ordem sociometabólica do capital, logo é falsa a idéia de uma sociedade livre e democrática sob o capitalismo - como a propaganda imperialista, especialmente estadunidense, tenta impor ao mundo, levando pela força militar da paz armada, a “liberdade e a democracia aos países totalitários ou fechados”, buscando expandir as virtudes da capitalismo. A democracia na sociedade contemporânea é mais um exemplo da *superideologia*.

Com o surgimento da industrialização no século XVIII e a sua intensificação no século XIX, exigia-se a adaptação de mulheres e homens às máquinas, o que nem sempre acontecia. O descompasso entre o ritmo de produção e a capacidade adaptativa dos trabalhadores passou a ser objeto de estudo de Frederick Taylor (1856-1915), cuja corrente de pensamento passou a ser designada *taylorismo*. Este, cresceu com o objetivo de racionalizar a produção a fim possibilitar o aumento da produtividade no trabalho, evitando desperdício de tempo e economizando mão-de-obra e matéria-prima. O trabalho intelectual foi separado do manual e as tarefas foram decompostas em movimentos elementares, reduzindo a complexidade do saber operário e introduzindo o desinteresse e a alienação do trabalhador no mundo do trabalho. Isso tudo aprofundou ainda mais os problemas da relação vital entre capital *versus* trabalho, como fora percebida Karl Marx, ou seja, tirou-se do trabalhador e do trabalho — a atividade consciente e social do ser humano, que visa transformar o meio ambiente em que vive segundo as suas necessidades (OLIVEIRA, 1998) — o controle e o centro do processo produtivo. Após a aventura de um século do taylorismo e do reforço dele através do sistema *fordismo*, quando no fundamento este último busca não só garantir a eficiência do processo

produtivo, como sua máxima distribuição-expansão social do modelo capitalista. O saldo desse processo-modelo no nascente século XXI, cem anos depois, com o neoliberalismo, a derrocada do stalinismo, as derrotas históricas da social-democracia - que não conseguiram dar resposta às crises socioeconômicas e socioambientais em nível global - e sob a sociedade informacional, o resultado geral do capitalismo, foi a ampliação do triplo fenômeno da alienação-ideologia-ceticismo enquanto radicalização da modernidade que se manifesta hoje em *hiperalienação*, *superideologia* e *ultraceticismo* combinados e muito mais poderosos, do ponto de vista da dominação-exploração de amplos seguimentos das massas trabalhadoras do mundo.

A ***hiperalienação*** é um fenômeno da alta modernidade que se materializa nas relações de produção, na reprodução sociometabólica do sistema do capital e no movimento da vida cotidiana. A organização da produção clássica de mercadoria vem se modificando: aquele modelo de uma fábrica que produzia em série num mesmo espaço-tempo-lugar (prédio, galpão, parque, distrito, pátio, etc.) vem tomando outra forma, as grandes indústrias, marcas e corporações fabricam seus produtos despedaçados em inúmeros componentes trabalhados, construídos, reconstituídos e montados em diversas regiões e ou espaços territoriais ao redor do globo. Explorando da melhor forma possível as diferenças nas taxas de mais-valia relativa e absoluta que podem obter; conforme as legislações dos países e Estados, a liberação dos impostos ou sua taxa mínima; o nível de organização política dos trabalhadores e ou ainda das tensões sociais existentes em uma determinada região, zona, lugar, etc. Assim, a antiga rigidez locacional promovida pela rigidez da matéria-prima e ou dos sistemas de transportes já não são nenhuma barreira. Tudo isso faz com que a mercadoria produzida tradicionalmente em um mesmo espaço-tempo-lugar, que no passado já alienava o trabalhador, visto que não acompanhava todas as fases de sua produção, agora que as mesmas são produzidas em diferentes países e ou regiões para depois formarem um conjunto montável em algum outro lugar do planeta e que são espalhadas em uma rede mundial de transporte, comércio e consumo, fica ainda mais difícil ao operário perceber que produziu o que lhe reduziu. A “fantasmagoria” da mercadoria da qual fala Marx (2002) agora é muito mais assustadora e invisível. O trabalhador, por este processo combinado se tornou hiper-alienado no produzir e no reproduzir sociometabólico do capitalismo globalizado e conseqüentemente sua existência, passa a ser ainda mais vulnerável às instabilidades da ***Sociedade Hiperalienada Globalizada***.

As ***super ideologias*** colaboram diretamente, interpenetrando-se dialeticamente, para a construção da *hiperalienação* e esta para o *ultraceticismo*. A *superideologia política* (liberalismo), a *superideologia econômica* (neoliberalismo) e a *superideologia religiosa*

(criacionismo), ou *superideologia científica* (geneticista) juntas, ressuscitadas e promovidas pela sociedade midiática se mostram como o que se pode poderia chamar de **Sistema Ideológico Espetacular Global**²¹³. Isso faz lembrar Guy Debord (1997) e sua obra *A sociedade do espetáculo*, onde diz que a sociedade atual produziu um mundo moderno que tende reduzir tudo em *espetáculo como relação social permanente*. Produzindo indivíduos da contemplação passiva — e relações sociais medidas por imagens. Surgindo uma *sociedade difusa*, ao mesmo tempo, uma *sociedade mista*, que ao se desenvolver se torna uma *sociedade concentrada*, acima da própria sociedade real. *Sociedade espetacular concentrada. Sociedade espetacular integrada* — que está centrada nas imagens, nas mercadorias e nos líderes como mercadoria. Que ao nível do cotidiano das pessoas comuns produz um isolamento e uma solidão em meio a uma mega-multidão na busca desesperada. Quando não se está no isolamento ou na solidão da esfera do individualismo exacerbado, se está plugado na solidão da rede mundial de computadores, ligado a telas, teclados, fios, cabos, ondas magnéticas, etc.²¹⁴.

²¹³ Atualmente, toda livraria tem uma seção de auto-ajuda com centenas de livros. Uma rápida olhada pelos títulos nos mostra os temas mais frequentes se encontra a busca pela felicidade e o enriquecimento fácil, o qual, por sua vez, transportaria ao reino da alegria. O tema da felicidade também está nas universidades - um dos cursos mais populares em Harvard é um ciclo sobre a *Questão da Felicidade*. Segundo pesquisadores de Harvard e de Cambridge, “entre 50% e 80% da variação entre os diferentes níveis médios de felicidade que as pessoas ostentam pode ser explicada por seus genes, e não pelas experiências de vida pelas quais elas passam”. Isto é, a felicidade depende mais de uma estrutura genética favorável do que do esforço pessoal para alcançá-la. O papel dos cientistas seria, então, desenvolver técnicas e remédios para ativar as regiões do cérebro responsáveis pela sensação de felicidade humana. Ótimo para o mercado e corporações de medicamentos. Mas esta discussão não é nova, por exemplo, o escritor russo Fiódor Dostoiévski escreveu no fim do século XIX, em “A sentença”: “Preferiria viver como os animais, que são inconscientes. Parece-me que a consciência, longe de cooperar para a harmonia geral, é causa de cacofonia, visto como me faz sofrer. Olhem as pessoas que são felizes neste mundo, as que consentem sofrer! São precisamente os que parecem com os animais, que se aproximam da besta pelo desenvolvimento limitado da consciência, os que vivem vida brutal, que consiste unicamente em comer, beber, dormir e procriar”. Para o ser humano amargurado descrito pelo escritor, é mais feliz o homem que vive como um animal, satisfazendo-se apenas com as necessidades biológicas básicas e vivendo na ignorância. Pode-se mostrar um exemplo atual e nacional, como o do ex-cineasta Arnaldo Jabor, que fez um diagnóstico da chamada “sociedade de consumo” em um de seus artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele diz em sua matéria que a “felicidade é entrar num circuito comercial de sorrisos e festas e virar alguém a ser consumido. Felicidade é ter um bom funcionamento... Hoje, nós somos extensão das coisas. Fulano é a extensão de um banco, sicrano comporta-se como um celular, beltrana rebola feito um liquidificador. Assim como a mulher deseja ser um eletrodoméstico, um ‘avião’, peituda, bunduda, o homem quer ser uma metralhadora, uma Ferrari, um torpedo inteligente e, mais que tudo, um grande pênis voador sem flacidez e angústias. Confundimos nosso destino com o destino das coisas”. Jabor ao mesmo tempo que é crítico sagaz, se resigna de alguma forma no mesmo sentido que fala Dostoiévski. “Para a felicidade, - diz ele - só nos resta ‘não ver’. Fechar os olhos”. Isto é, também viver feliz na ignorância. Por essas opiniões a felicidade plenamente humana é inalcançável neste mundo, com uma ressalva para os felizardos sorteados na loteria dos genes ou para os transformistas eletrodomesticados. Essas ideologias também consideram que a felicidade é interna ao homem, seja algo concreto (os genes) ou um ideal (um estado de espírito) e que o homem feliz é comparável a uma “coisa” manipulável pela “psicologia positiva” no primeiro caso, uma “coisa” do tipo animal irracional no segundo e um “objeto”, no terceiro. Na visão marxista essas são ideologias de um profundo processo de alienação que guardam relação com a religião, o trabalho e a mercadoria (MARGARIDO, 2009).

²¹⁴ Como já referido no fenômeno mundial da *Second Life*, ou mesmo do *menssager*, do *orkut*, etc. - demonstrando que esses meios comunicacionais da alta modernidade já são hegemônicos, pois assim como os

Não se pode fazer um ataque nuclear à sociedade da alta modernidade. A nova sociedade trouxe grandes vantagens, obviamente. Não há apenas negatividade. A ciência e tecnologia chegam a tal grau de desenvolvimento e velocidade que se pode dizer que dez anos chegam as vezes a ultrapassar um século de avanços em determinados ramos científicos e tecnológicos dinâmicos. As ciências sociais ligadas à moderna psicanálise, por exemplo, vem incorporando e ampliando através de seus estudiosos e teóricos, novas perspectivas de ensino e aprendizagem à noção da alienação como doença da realidade, a perda da noção do real. Os estudos avançam no sentido de incorporar e ampliar o raio de contribuição desta ciência aos fenômenos junto ao entendimento dos indivíduos no seio de uma coletividade cada vez mais pulverizada e doente²¹⁵. Pois ao se continuar na lógica da virtualidade, e seus ritos alienantes se poderá fatalmente chegar ao limite de relações frias, extremamente virtualizadas - produzindo uma espécie esdrúxula de **mega-coletividade-individualizada** através da formação de grupos na rede mundial de computadores onde predominantemente as relações coletivas reais são substituídas e mediatizadas pelas relações virtuais individualizadas.

Mostrando mais do que nunca a urgência também em promover estudos desse fenômeno da *hiperalienação*, no seio de grupos sociais, das práticas institucionais e de fenômenos sociais mais gerais que tem contribuído para o aumento da violência juvenil, da delinquência infanto-juvenil, destruição e alienação coletiva de influência virtual e da adolescência no seio da sociedade informacional global.

No início do século XX, o próprio Freud, em várias obras como em *Mal estar na civilização e Psicologia de massa* entre outras, tratou dos processos e relações sociais e psicológicas que se agudizavam já em sua época, com a marcha da modernidade produzindo uma sociedade angustiante. O fundador da psicanálise buscava compreender o que está mais fundo, além das aparências evidentes no processo histórico civilizacional. Cem anos depois, se pode ver aflorando os resultados radicalizados do que Sigmond Freud viu em seus primórdios: a *hiperalienação* — uma separação quase infinita do ser de seu mundo real, material, consciente, político e social.

O sentido da liberdade, tão almejada pelo ser, leva-o a uma caverna sem fim. Caminha-se para a escuridão, a falsa liberdade no fim do túnel - sem fim - da sociedade burguesa. Em *O mal esta da pós-modernidade*, Bauman (1998, p. 8-10), observa que a

pombos correios desapareceram no século XVIII cedendo lugar às cartas simples postadas nos correios das esquinas das cidades, isso até o início da década de 1990, hoje praticamente desapareceram no início do século XXI.

²¹⁵ Os ciber-maníacos talvez possam ser curados em clínicas de tratamento especializadas, que atualmente crescem vertiginosamente nos Estados Unidos e na Europa. E no Brasil, essas clínicas já começam a se instalar no sul e sudeste (REVISTA SOCIOLOGIA - Editorial, 2008).

liberdade de agir sobre os próprios impulsos dos indivíduos deve ser preparada, pois a coerção do sistema é dolorosa: na sociedade atual “a defesa contra o sofrimento gera seus próprios sofrimentos”. Dentro da estrutura de uma civilização concentrada na segurança, a liberdade significa aparentemente menos mal-estar. Entretanto, dentro dessa própria estrutura de civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, mais ordem significa mais mal-estar: “a compulsão e a renúncia forçada, em vez de exasperante necessidade, converteram-se numa injustificada investida desfechada contra a liberdade individual”. Para Bauman (1998, p. 8-10), a liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um problema para todos os edificadores da ordem, “tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano”, onde não há um mal-estar e sim mal-estares na pós-modernidade que provém de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena e estreita demais, gerando uma contradição: a reavaliação de todos os valores é um momento feliz, estimulante, mas os valores reavaliados nesta sociedade não garantem necessariamente um estado de satisfação. Em outro lugar da mesma obra citada, Bauman (1998, p. 160-165), salienta que na tentativa de ordenar, a sociedade burguesa produziu “fábricas de ordem, instalações industriais produzindo situações em que a regra substitui o acaso e a norma ocupa o lugar da espontaneidade”, para isso utiliza a coerção cultural, civilizacional. Sendo a *cultura* um sistema coerente de prescrições e proscricções, somente podem pertencer ao sistema as normas e artefatos culturais que sejam indispensáveis à auto-reprodução do sistema; ao se deparar com uma norma ou um artefato, se tem então o direito a perguntar que papel isso desempenha no sistema; se não se consegue determinar-lhes uma função, se deve presumir que a norma ou o artefato em questão é um resíduo de um estado anterior do sistema, agora inútil e destinado a desaparecer – ou uma inserção estranha, desintegradora da engrenagem do sistema. Portanto, segundo Bauman (1998, p. 160-165), o *sistema cultural* possui uma “estrutura”, sendo uma variedade impessoal da estrutura encontrada em todas as “fábricas de ordem”: analogamente à mesa de controle ou aos “objetivos da organização”, deve haver um “sistema de valores centrais” no topo do sistema cultural – e tudo no sistema, até a base, deve ser considerado a particularização e aplicação de tais valores, ou seja valores civilizacionais da sociedade que aí se encontra em grande crise. Na luta eterna entre ordem e caos, o lugar da cultura é inequivocamente no lado da ordem. Ao defrontar com a incoerência das normas da atual sociedade, o estado de ambivalência comportamental, a profusão de produtos culturais sem uso óbvio se começa a suspeitar de que as noções que transmitem tais pressuposições não explicam o que está acontecendo, mas ao contrário: elas obstruem a visão e tornam o entendimento mais difícil, se não impossível; tais

noções são mais um passivo do que um ativo cognitivo; e não se tem probabilidade de ir longe se a humanidade não se livrar do lastro que elas se tornaram Bauman (1998, p. 160-165). Esse é, em síntese, o dilema que a hiperaliação na Sociedade Informacional Global promove, radicaliza e a transforma no que se caracteriza como a ***Sociedade Hiperalienada Globalizada***.

Na esteira da *hiperaliação*, trafega lateralmente em passos sincronizados, a ***superideologia***. São duas irmãs inseparáveis, filhas gêmeas paridas e queridas da sociedade burguesa. A união vil de subordinação e dominação do mundo do trabalho, a partir da aliança política no final do século XIX entre os conservadores e os reformistas europeus (a social-democracia alemã e inglesa, em particular), contribuiu para seu crescimento no transcurso do século XX e garantiu sua passagem ao século XXI - sua reprodução segue segura, com a natural paternidade reconhecida geneticamente pelos financistas, industrialistas e controladores das grandes redes de mídia do sistema do capital que dominam a sociedade, a economia, a política e a cultura, hegemonicamente. Iconologia moderna, dos tempos modernos, invadem os espaços micro-macros: *minimalismo*, por exemplo, expresso nas micro-relações pessoais vigiadas eletronicamente através de circuitos e cruzamento de dados e números desde o Cadastro de Pessoa Física (CPF) pelo Estado-informacional, ao controle privado de imagens gravadas a todo segundo em prédios, esquinas e logradouros públicos e privados; ou no *maximilismo*, por exemplo, das políticas neoliberais globalmente aplicadas ao conjunto das nações através do FMI e ou do Banco Mundial - lócus privilegiado dos mercados globalizados, onde atualmente gigantes empresas e conglomerados empresariais são protegidos por seus respectivos estados nacionais e ou imperialismos.

A ***superideologia*** política e econômica, mostra que o Estado ao mesmo tempo se tornou flexível e mínimo, mas flexível e mínimo em diferentes aspectos: para as grandes corporações e grupos capitalistas continua máximo, protegendo seus interesses privados, com legislações e aparatos repressores bélicos. Mas para a grande maioria da população da América Latina e Caribe, por exemplo, o Estado mínimo só serve mesmo para ideologicamente justificar a não aplicação de verbas públicas em favor da população, retirando dinheiro da saúde, da educação, da previdência, da reforma agrária e agricultura camponesa e do bem-estar geral dos seguimentos populares. Retira-se verbas públicas e direitos ao mesmo tempo, que beneficiavam e ou beneficiariam os mais pobres do continente. O Estado é mínimo para os trabalhadores e máximo para a burguesia, esta é uma constatação empírica da ***superideologia***, está presente no conjunto das reformas trabalhistas, da

previdência, sindical²¹⁶, etc., que derrotam e fragilizam ainda mais as massas trabalhadoras da América Latina e Caribe, facilmente visível, em diversas nações, inclusive atingindo como nunca os direitos das massas de nações mais industrializadas.

Em síntese, do que se tratou neste capítulo até aqui e olhando para trás, se pode afirmar que a *superideologia* e a *hiperalienação*, por sua ação conjugada desde a economia, a política, a religião e a mídia ou seja, pelo *mercado*, a *política*, a *fé* e a *comunicação*, se transformou em uma epidemia global; o individualismo e o internacionalismo burguês funciona de forma fantástica, exemplar. Quanto aos proletários? Estes estão como Dom Quixote, lutando contra moinhos de vento e migalhas sob a direção de seus patronos traidores com suas políticas neoliberais de áurea social. Na América Latina e Caribe se pode ver em abundância o pacto social levado a cabo pelos “Governos Populares” submetendo o proletariado, indígena e campesinato às burguesias dos trópicos, numa atualização da demência história da fria social-democracia européia um século depois do genocídio da Primeira Guerra mundial. O resultado não poderia ser outro, a medida que as massas fazem suas experiência com estes governos traidores, advém um sentimento de derrota, frustração e ceticismo – ao menos por enquanto. Todo esse ceticismo interfere negativamente na organização das lutas dos trabalhadores e povos da América Latina e Caribe.

A burguesia, a social-democracia e o stalinismo sabem a importância que tem levar às cinzas as esperanças de transformação radical da sociedade, desde os povos latino-americano e do mundo, propagandeando as impossibilidades de realização de suas utopias socialistas - enquanto um futuro que ainda não chegou, mas que pode ser realizável. Os *ultraceticistas* da alta modernidade são aqueles indivíduos que a despeito de sua condição de doutos, e ou experientes, não conseguem distar seus pensamentos impressionistas das experiências frustradas com o stalinismo e a social-democracia. Querem e insistem em pensar, como os tempos são outros, que tudo mudou e que há hoje no mundo uma impossibilidade de promover rupturas revolucionárias socialistas; segundo suas interpretações, no máximo, a história caminha tão lentamente, que esse futuro, se é que ele possa existir, não vale a pena aplicar energia e se desgastar por ele, não por agora; que lutar pelo socialismo é um anacronismo; ou dizem ainda que as idéias socialistas e ou comunistas “são lindas, mas na prática elas não funcionam ou não vão funcionar”, porque “a *natureza* do ser humano é egoísta”, etc. Esses, são os que se considera *céticos desorganizados*, não se organizam

²¹⁶ O governo brasileiro e vários na América Latina estão promovendo as “Reforma Sindical”, “Reforma Trabalhista” e “Reforma da Previdência”, acelerada ainda mais depois da crise econômica para garantir os lucros da corporações empresariais. No Brasil avança através da Proposta de Emenda a Constituição, a PEC 369/2005.

politicamente em movimento algum. São egoístas, cuidam no máximo de si e de sua família, negócios, dos interesses de seu grupo reduzido. Mas existem os *céticos organizados* politicamente, aqueles que, a despeito de tudo, do desencanto com os partidos de esquerda e inclusive de sua incredulidade, se organizam e lutam em ONG'S, sindicatos, associações, clubes, fóruns, etc., ainda que não acreditem no socialismo e ou na vigência da revolução socialista. Os dois tipos de céticos, formam uma imensa massa de pessoas, especialmente oriunda da classe média esclarecida, desiludida politicamente. O ultraceticismo é um fenômeno social que nasce na dupla relação indivíduo-coletividade e tende a se mover conforme os acontecimentos da conjuntura e guarda uma alguma relação com a estrutura mais ou menos permanente no tempo, é, portanto menos rígido que os fenômenos da hiperalienação e ou da superideologia.

5.4 AFIRMAÇÃO CENTRAL DO TRABALHO NA ALTA MODERNIDADE

Após pesada propaganda ideológica contra as classes trabalhadoras do mundo inteiro, seus planos de ajustes econômicos extremamente nefastos para o proletariado, a burguesia conservadora, neoliberal, seja via mercado, política ou academia, em meio a uma crise agudíssima e derrota de suas propostas econômicas, políticas e ideológicas – vai buscar se recuperar do abalo cíclico de mais momento em que o capitalismo precisa torrar o excedente de mercadorias – em função da crise de superacumulação - ao mesmo tempo que pretenderá novamente alcançar novo ciclo de elevada produção industrial e recuperar suas taxas de lucros, hoje nitidamente negativa²¹⁷. Obviamente essa não é a última crise, apenas a mais séria em muitas décadas, desde a Depressão de 1929, tão próprias da economia capitalista e para além de uma crise financeira como se tentou impor ideologicamente, o que se verifica é uma crise estrutural de superprodução. A despeito de toda falácia da perda de importância do trabalho, o que ocorre é a afirmação da centralidade do trabalho na alta modernidade informacional global.

Em *O Capital*, Marx (2002) construiu uma poderosa análise da sociedade capitalista a partir do processo de **produção de mercadorias**, a forma elementar da riqueza. Desde o início identificou que os **valores-de-uso** constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer

²¹⁷ A redução do PIB dos Estados Unidos, principal país imperialista, nos primeiros dois trimestres (último da crise de 2008 e primeiro de 2009) demonstra que se trata de um processo em queda livre. A redução do PIB dos EUA foi de 6,2% no quarto trimestre de 2008 e de 5,7% no primeiro de 2009. A produção desabou nos EUA 19,1% no primeiro trimestre de 2009, onde a concordata de uma empresa do porte mundial como a GM, uma das mais históricas e gigantes do ramo automobilístico, é um símbolo do retrocesso da indústria típica de uma crise de depressão semelhante à crise de 1929 (ALMEIDA, 2009).

que seja a forma social dela “[...] os **valores-de-uso** são ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca”. E, ainda segundo Marx, *se prescindirmos do valor-de-uso das mercadorias, só lhes resta ainda uma propriedade, a de ser **produto do trabalho***, onde estes produtos aparecem na sua forma social geral como **trabalho abstrato**, *socialmente necessário* para a produção de mercadorias. *As mercadorias seriam então, a cristalização do trabalho*. Portanto, para Marx (2002), a categoria **trabalho** é imprescindível na análise da sociedade capitalista, uma vez que a mesma se fundamenta na produção e venda de mercadorias e como tal, possui no trabalho sua centralidade, sendo a própria força de trabalho (mão-de-obra), uma mercadoria que o sistema do capital compra e coloca em movimento para a produção de outras mercadorias.

Marx (2002), ainda chama atenção para o fato de que *o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso* e que o homem só produz como a própria natureza, ou seja, *mudando as formas da matéria “[...] constantemente ajudado pelas forças naturais”*. Não sendo portanto, o trabalho humano *a única fonte dos valores-de-uso que produz riqueza material* e reafirma a observação de William Petty, *o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra*. Portanto, em última análise, a natureza é a grande geradora de toda a riqueza material, uma vez que o próprio homem dela faz parte, é um dos constituintes gerado por ela, portador de força e inteligência que movimenta em seu proveito e modifica em alguns elementos a própria natureza, ao mesmo tempo, que, por ela é modificado. Com isso está mais do que explícita a função e centralidade do trabalho na reprodução social do homem e de sua relação social para a vigência e reprodução da sociedade humana, através do trabalho. Pois é através deste que modifica, transforma a natureza e com toda a natureza mantém íntima relação, sendo imprescindível tanto em sua forma ontológica como histórica, obviamente, intrínseca à forma como a sociedade se desenvolve. Portanto, como explicita de forma contundente, Castells (2001a, p. 466): *“O trabalho é, e será em um futuro previsível, o núcleo da vida das pessoas”*. Ou seja, se pode sustentar nesta tese e com grande segurança que vive e ainda se viverá sob uma **Sociedade do Trabalho** ou **Sociedade Laboral**. Inevitavelmente. Uma vez que toda riqueza advém da produção líquida conjunta da natureza e do trabalho humano.

A partir das considerações anteriores deste capítulo, quando se discutiu o problema da alienação do trabalhador no processo de produção de mercadoria, seu mistério (“fantasmagoria”) e tendo bem presente a questão objetiva de que se vive e mais que antes, em uma sociedade produtora de mercadoria, que para tanto o trabalho é imprescindível, em

sua produção e por ele mesmo ser uma mercadoria, é possível inferir: ao contrário dos teóricos como Habermas (1987), em sua obra *A nova intransparência*; Gorz (1990), em *Adeus ao proletariado*; e Offe (1989), em *Trabalho como categoria sociológica fundamental?* entre outros teóricos, como bem se pode ver pelos títulos, que sustentam a questão do trabalho como sendo uma “categoria sociológica, econômica e historicamente sem grande importância e consequentemente a luta de classes”; que “o trabalho perdeu a centralidade que tivera no passado”, “já não existiria mais como eixo estruturante da vida social, portanto está ultrapassada para a análise do capitalismo globalizado e da sociedade informacional”; bem como argumentam que “esta sociedade não está assim dividida em classes como insistiu Karl Marx em seu tempo e seus seguidores o fazem até hoje”; que “as lutas sociais já não representam na realidade contemporânea a forma e expressão de lutas antagônicas entre classes distintas”; que “o mundo do trabalho se fragmentou e fracionou em contínua decadência, está invariavelmente derrotado pelo capital”; e que “o proletariado perdeu sua importância enquanto ator social, sujeito histórico da revolução socialista”, etc., este conjunto de veredicto de autores do reformismo e do neoconservadorismo vaticinam em menos de duas décadas não se sustentam - são parte de uma poderosa forma de ideologia que girando em máxima potência, desde a academia, com o auxílio da burocracia sindical, partidos trabalhistas, social-democratas e stalinistas buscou confundir as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo, levou a grandes derrotas, perdas de direitos históricos conquistados e significou uma das maiores traições de classe do século XX. Mostrando, entre outras questões o significado e a importância que tem a teoria social também para a destruição social do proletariado, do povo.

Para os teóricos que levantam as hipóteses já anunciadas, e seus seguidores burgueses e ou reformistas, não se pode dizer outra coisa senão que estavam ideologizando - no sentido marxista - inexoravelmente suas análises. Pois, como salienta Antunes (2003), não se pode concluir pela perda da centralidade da categoria trabalho, no universo de uma sociedade produtora de mercadoria, uma vez que as mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e ou intelectual) decorrente do trabalho humano em interação com os meios de produção (trabalho vivo e trabalho morto, sendo que este último corporifica continuamente o trabalho vivo; capital variável e capital constante foram e são, indissociáveis na produção de mercadorias) e, portanto, continuam formando a base de toda a economia e a contínua relação dos homens entre si e, obviamente, destes com toda a natureza também. Sendo assim, o trabalho constitui-se como uma categoria intermediária que possibilita o salto das formas pré-humanas para o ser social (ANTUNES, 2003). Ele está no centro do processo

de *humanização do homem*. Tão fundamental é o trabalho, que nunca é demais, lembrar da conhecida discussão tratada por Engels (2000, p. 215) em seu texto sobre *A importância do trabalho na transformação do macaco em homem*:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Portanto, o trabalho nunca deixou de ser central, no desenvolvimento histórico, mesmo antes da existência da sociedade capitalista e da hegemonia da burguesia enquanto classe social. Depois de duríssimos ataques políticos, econômicos e ideológicos, sobre o trabalho, vinte anos depois da queda do stalinismo e da crescente crise do neoliberalismo, hoje é menos problemático e mais aceitável se tratar das questões relativas ao mundo do trabalho, do socialismo e da revolução socialista. Mas Arcary (2004, p. 86), lembra que:

A primeira metade dos anos 1990 caracterizou-se por um ataque impiedoso do capital contra a classe operária dos países imperialistas e os povos dos países da periferia. O neoliberalismo conquistou a opinião burguesa mundial e passou a ser o programa internacional dos partidos do capital. O “Não há alternativa” de Thatcher foi o senso comum, e grande parte da esquerda organizada acabou sucumbindo à pressão e se adaptando. Mas, depois da crise mexicana, uma nova situação foi aberta à escala internacional. Revoluções insistiram em continuar acontecendo e derrubar regimes monstruosos: o *apartheid* foi derrubado na África do Sul, e Mobutu no Zaire; na América Latina, caíram Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Collor no Brasil, Fujimori no Peru, Mauad no Equador e De La Rúa na Argentina, na sequência de gigantescas mobilizações de milhões; na Ásia, caiu a ditadura sanguinária de Suharto. No centro do sistema, surgiu um movimento antiglobalização com a capacidade de organizar uma mobilização internacional contra a guerra no Iraque superior ao que foi a solidariedade ao Vietnã no final dos anos 1960.

A ofensiva mundial do capital, recolonizadora sobre a periferia, restauracionista na Rússia, China e Cuba, e histericamente anti-operária nos países centrais revelou, em primeiro lugar, que a crise da economia capitalista exige um novo padrão de relações sociais e internacionais, ainda mais bárbaro que os vistos nas etapas passadas de acumulação. Ainda que a perspectiva histórica recomende prudência e, comparativamente, sugira que a reação dos trabalhadores poderá ser proporcional à nova violência da agressão que os vitimam, é preciso aceitar que a última palavra ainda não foi dada (ARCARY, 2004). Assim, segue o capital em grande e feroz crise e se sustenta porque tem muito a ver com o grau de consciência entre as classes trabalhadoras do mundo: desigual, fragmentada e afastada de um mobilização global generalizada.

Aqui interessa como indica (HOBBSAWM, 2000, p. 34), para o propósito do historiador, mostrar a história “como ela aconteceu” (e, no presente, como ela acontece) – pois em oposição aos modelos gerais e bem mais abstratos das transformações históricas das sociedades - a classe e o problema da consciência de classe são parte da aferição do movimento real e inseparáveis das lutas concretas. Entendendo que uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias e como tal agindo sobre as distintas realidades em lutas sociopolíticas. Então é preciso que globalmente os próprios subalternizados readquiram a capacidade internacional da mobilização e da consciência de classe no processo de enfrentando do capital, que se choque com a consciência burguesa do individualismo e do atomismo social dessas lutas pulverizadas, desarticuladas.

Entretanto cabe, nesse momento, lembrar a distinção entre duas dimensões do trabalho: uma perspectiva *genérica*, como processo ontológico, ou seja, de criação da vida humana e a outra *histórica*, situada na sociedade capitalista como já identificado por Karl Marx e resgatada por Ciavatta (2005), enquanto trabalho distinto: relação criadora, no intercâmbio do homem com a natureza, produzindo a existência humana; o trabalho como atividade de auto-desenvolvimento físico, material, cultural, social, político, estético; o trabalho como manifestação de vida; assim como do trabalho nas suas formas históricas de sujeição, de servidão ou de escravidão, ou do trabalho moderno, assalariado, alienado na sociedade capitalista que agora se radicaliza e se torna mais alienado na sociedade informacional global. Então é preciso fazer relações entre o trabalho concreto que atrofia o corpo e a mente, embrutece, aniquila, fragmenta, parcializa o trabalhador e o trabalho que por seu movimento da sociedade informacional global aumenta ainda mais a distância entre os da própria classe ao ser mais e mais *hiperalienado*.

Considerando que na sociedade capitalista o trabalho tornou-se mercadoria, não sendo o trabalhador dono do produto deste, cabe interrogar em que medida, nessa sociedade: *o trabalho pode ser compreendido como princípio educativo da própria classe trabalhadora em sua luta contra o capital?* Situado historicamente, o trabalho, na sociedade capitalista, manifesta-se de modo alienado, explorado, desumanizante como aponta o próprio Marx (1989a, p. 162, grifo nosso):

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua natureza; portanto, *ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo*, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito [...]. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, *é trabalho forçado*.

Nesse sentido, muitos autores apresentam suas críticas e colocam em dúvida quanto a ser o trabalho também um elemento educador do próprio trabalhador ou das classes trabalhadoras. Por exemplo, segundo Tumolo (2000, p. 23), buscando combater as elaborações da *Escola do Trabalho* de Pistrak²¹⁸ (2000), diz que:

O trabalho não pode ser considerado como princípio educativo de uma estratégia político-educativa que tenha como horizonte a transformação revolucionária da ordem do capital. O trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade baseada na propriedade social, vale dizer, na não-propriedade dos meios de produção que, dessa forma, teria superado a divisão e a luta de classes e, por conseguinte, qualquer forma de exploração social, bem como o trabalho produtivo de capital e o trabalho abstrato, porque teriam sido eliminados o capital e o mercado. Tratar-se-ia de uma sociedade na qual o trabalho, como elemento mediador da relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, teria como objetivo a produção de riquezas para a satisfação de todas as necessidades humanas, do estômago à fantasia. Penso, entretanto, que, se algum dia a humanidade lograr construir uma sociedade nesses moldes, o que, a rigor, é apenas uma possibilidade histórica e não uma condição determinística, talvez o prazer seja princípio educativo e não o trabalho, tendo em vista que, se este não poderia ser eliminado de todo, seria tendencial e acentuadamente minimizado em favor do prazer de viver, ou então, ele próprio, o trabalho, seria dotado de prazer e de pleno sentido vital. Porém, tanto a respeito deste assunto como de outros referentes a tal hipotética sociedade, não é possível, neste momento, oferecer “receitas para as cozinhas do futuro”. Enquanto os seres humanos viverem sob a égide do capital e de seu modo de produção, o capitalismo, o trabalho não pode ser princípio educativo de uma concepção de educação que pretenda a emancipação humana. Se pode falar, neste caso, de um princípio educativo, este deveria ser, dentro da compreensão aqui arrolada, a crítica radical do trabalho, que implica a crítica radical do capital e do capitalismo”.

Quanto a última parte do que Tumolo (2000) defende, aqui se tem acordo, somente sob a crítica radical do capitalismo e da sociedade burguesa se pode falar em trabalho como princípio educativo da própria classe trabalhadora. Mas no interior da formulação de Tumolo (2000), este parece não perceber a relação materialista e dialética que existe na questão do *trabalho como princípio educativo dos próprios trabalhadores*. Assim, para limpar a turbidez desse debate, basta relembrar das formulações dos próprios autores do materialismo histórico dialético, quando combatem em *Ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1977, p. 12, grifo nosso) a filosofia idealista em Feuerbach, em particular a terceira, nona e décima teses, onde Marx é incisivo e brilhante. A terceira:

²¹⁸ Pistrak foi um educador russo do início da Revolução Soviética de 1917, que desenvolveu e sistematizou uma experiência pedagógica de caráter socialista na condução da Escola Lepechinsky. No seu livro, *Fundamentos da escola do trabalho*, trata da pedagogia socialista: uma pedagogia centrada na idéia do coletivo e vinculada ao movimento de transformação social. Pistrak (2000), afirma que não se trata de estudar qualquer tipo de trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias musculares e nervosas, mas sim de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos, uma “educação para além do capital”, como na feliz expressão-título de uma das obras do filósofo de Istiván Mészáros. Em outras palavras, trata-se aqui de observar o valor social do trabalho, isto é, da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade como um todo (PISTRAK, 2000).

A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como praxis revolucionária.

Mais adiante, na nona e décimas teses Marx (1977, p. 12, grifo nosso) dirá:

O máximo que o materialismo contemplativo [*der anschauende Materialismus*] consegue, isto é, o materialismo que não compreende o mundo sensível como atividade prática, é a visão [*Anschauung*] dos indivíduos isolados na “sociedade civil”. O ponto de vista do antigo materialismo é a sociedade “civil”; o ponto de vista do novo [materialismo é] a *sociedade humana*, ou a *humanidade socializada*.

Contraditória e dialeticamente, *o trabalho*, que ao mesmo tempo explora e destrói os trabalhadores, se visto e tratado enquanto *práxis revolucionária* pode construir a educação política necessária de cada indivíduo da “sociedade humana e a humanidade social”, particularmente do que chamo de **humanidade trabalhadora**. O trabalho, pode e deve ser interpretado como educativo e transformador da consciência coletiva em seu enfrentamento com a burguesia, o capital, desde que visto enquanto “*práxis revolucionante*”, enquanto trabalho consciente, construído no interior das organizações e lutas revolucionárias, onde os partidos revolucionários têm aí papel fundamental para a desalienação dos trabalhadores como defendem Leon Trotsky e Nahuel Moreno²¹⁹.

Consciente da vigência ontológica, histórica, política e ideológica do trabalho para a edificação da “sociedade humana” e ou da *humanidade trabalhadora*, então cabe perguntar, onde os teóricos do “novo capitalismo” e seus seguidores reformistas querem chegar? Pois quando se deduz que toda a força de seus argumentos, que negam a centralidade e vigência do

²¹⁹ A completa desalienação só poderá acontecer durante a reprodução sociometafísica da sociedade socialista. Mas se poderia perguntar se existiria, alguma atividade desalienante no capitalismo? Em Mensagem ao Congresso de fundação da Quarta Internacional, León Trotsky aponta um caminho possível: a militância em um partido revolucionário. Trotsky diz: quando “um revolucionário se entrega inteiramente ao partido, encontra a si mesmo. Sim, nosso partido toma conta de nós de forma total. Mas nos dá, em troca, a maior felicidade: a consciência de que participamos da construção de um futuro melhor, de que carregamos nos ombros uma partícula do destino da humanidade e de que não teremos vivido em vão”. Como o historiador Henrique Canary enfatiza, “para o militante socialista a atividade revolucionária é, entre tantas outras coisas, um encontro com sua natureza perdida, uma luta incansável pela manifestação da bondade humana, uma fonte de enorme felicidade”. Ao ter essa ação consciente, os militantes partidários precisam lutar, ainda na sociedade capitalista, com os olhos bem abertos, para controlar seu próprio destino, que vai contra o destino alienado imposto pela sociedade. Segundo Marx, “a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se de seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado”. É esse controle consciente e planejado que buscamos desde já no partido revolucionário, para libertar o homem do véu nebuloso e místico, isto é, da alienação imposta pela sociedade capitalista (ALIENAÇÃO, 2009).

trabalho enquanto fundamento da atual sociedade capitalista, compreendida por uns como “pós-moderna”, ou “pós-industrial”, que o trabalho não pode ser um princípio educativo dentro da própria sociedade capitalista, sua visão se choca e não resiste a uma análise profunda, complexa e concreta da realidade. A única resposta clara que se tem e se percebe, não pode ser outra, senão que, mais uma vez, investem ideologicamente contra os ânimos dos trabalhadores e trabalhadoras em busca de sua organização para mudanças profundas, rupturas radicais, descontínuos históricos que a “*classe-que-vive-do-trabalho*” pode promover através da Revolução Socialista. Com suas interpretações da sociedade globalizada-informacional, tentam demover as trabalhadoras e trabalhadores desta “idéia ultrapassada”, da Revolução Socialista, afirmando: “o trabalho não pode ser considerado como princípio educativo de uma estratégia político-educativa que tenha como horizonte a transformação revolucionária da ordem do capital, ou então abonando que: o prazer seja princípio educativo e não o trabalho”. Até porque, para Tumolo (2000, p. 23) “[...] tanto a respeito deste assunto como de outros referentes a tal hipotética sociedade, não é possível, neste momento, oferecer “receitas para as cozinhas do futuro”. Assim, levam para o futuro, para um talvez, e buscam no fundo afastar os trabalhadores e trabalhadoras do poder transformador-revolucionário contido na terceira tese de Marx contra Feuerbach, proferida em oposição a visões idealistas há mais de 160 anos atrás.

Estes teóricos e setores reformistas do capitalismo forçam e forjam uma “nova ideologia”²²⁰, que tenta imputar na história da disputa de classes, entre o proletariado-oprimidos-explorados contra burgueses-opressores-exploradores, a falsa consciência de que “vivemos em outra era”, em que “o capital venceu, não existe outra saída”, a não ser o “pragmatismo político e econômico neoliberal” através da “inevitável e irresistível necessidade de adaptação a ordem econômica e social vigente” e que “o único caminho é este”. “O que se pode fazer, no máximo, é reformar o capitalismo”. Com isso querem mandar um recado aos trabalhadores de todo o mundo, que o jogo acabou, que foram vencidos, que a história premiou-os como eternos submissos e derrotados e dizem: “acabou, não adianta nada tentar”. “Nadar contra a corrente já cansou; não conseguirão mudar, transformar o mundo e suas vidas”. E que “deixem de tolice, enrolem suas bandeiras vermelhas e abaixem os punhos, pois nem mais sua força de trabalho o capital precisa, porque estão subjugados à nova forma

²²⁰ A propósito, não esquecendo que a ideologia nos termos marxianos está implicada invariavelmente na *dominação de classes, na explicação geral do funcionamento das sociedades*, ainda mais nas sociedades divididas em classes, no *obscurecimento da existência de profundas divergências, em que, os interesses das diversas classes estão em jogo*, em eterna disputa enquanto existirem como tal. Ou seja, como classes antagônicas onde o proletariado deve ter a burguesia como inimiga mortal.

societal, que tomou rumo na Alta Modernidade e isso é um fato irreversível...”. E tantas bobagens mais podem incutir na disputa de consciência das trabalhadoras e dos trabalhadores através de sua ideologia de classe. Pois detêm os meios de comunicação de massa e estão amparados por um forte sentimento e atitudes individualista-egoístas, plantado na mente das pessoas e no seio da população fórmulas bestializadas por meios negativos da sociedade.

Mas bem ao contrário do que a ideologia dominante supõe e tenta impor aos trabalhadores se pode retrucar: a história não acabou e para constatar que as lutas não param, basta olhar para as mais recentes manifestações de diversos povos como os argentinos, bolivianos, colombianos, peruanos, palestinos, haitianos, mexicanos, iraquianos, indígenas latino-americanos de diversas nacionalidades, e no Brasil, a vanguarda dos movimentos sociais e setores revolucionários, entre tantos outros que não abaixaram a cabeça. E mais, para aqueles que acreditam estar ultrapassado a famosa e secular consigna de Luxemburgo (1999), *Socialismo ou barbárie*, basta estudar as estatísticas sociais, econômicas e ambientais do século passado, especialmente das últimas décadas, as que dizem respeito à dinâmica do capitalismo globalizado que chegaram ao presente século (de qualquer parte do planeta, seja entre países e regiões ditas desenvolvidas, em desenvolvimento ou subdesenvolvida) e constatar a aterradora veracidade e atualidade das teses marxianas e marxistas. A despeito do gigantismo do crescimento do desemprego mundial. Basta olhar os dados mais recentes do panorama da economia mundial, segundo o relatório da OIT de 2007. O relatório de janeiro de 2007 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, afirma que mais de 195 milhões de pessoas estão desempregadas no mundo. O relatório “Tendências Mundiais do Emprego”, considera que o número de desempregados, de 6,3%, se manteve nos mesmos níveis de 2006 apesar do desenvolvimento robusto da economia mundial. O relatório afirma também que existem grandes diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Segundo a OIT, cerca de 60% das pessoas em idade produtiva estão desempregadas na América Latina. O relatório da OIT sustenta que a debilidade da maior parte das economias para converter seu PIB em criação de postos de trabalho ou no aumento de salários, junto a uma série de catástrofes naturais e aumento do preço da energia, afetam com particular dureza aos trabalhadores pobres.

O relatório da OIT 2007 demonstra ainda que, apesar do crescimento de 4,3% do PIB mundial em 2005, por exemplo, somente 14,5 milhões dos mais de 500 milhões de trabalhadores do mundo em condições de pobreza extrema conseguiram superar a linha da pobreza de 1 dólar/dia por pessoa. Além disso, dos mais de 2,8 bilhões de trabalhadores no mundo em 2005, há 1,4 bilhão que não ganham ainda o suficiente para elevarem sua situação

e de suas famílias para acima da linha de pobreza de 2 dólares diários, situação que perdura há 10 anos, segundo afirma a OIT. Segundo estimativas oficiais, a taxa de desemprego permaneceu inalterada em 6,3%, depois de haver diminuído por dois anos consecutivos. O número do total de desempregados se situou em 191,8 milhões de pessoas no final de 2005, um aumento de 2,2 milhões em relação a 2004 e de 34,4 milhões diante de 1995. A OIT destaca que apesar de existirem efetivamente mais pessoas “com trabalho”, ou seja trabalho informal, ao mesmo tempo há mais desempregados do que nunca. O relatório da OIT acrescenta que quase metade dos desempregados são jovens entre 15 e 24 anos, com uma probabilidade três vezes maior que os adultos de ficarem sem trabalho. A OIT considerou este indicador “problemático”, já que os jovens representam apenas 25% da população em idade de trabalhar. O relatório destaca ainda que durante a última década foi reduzida a disparidade no emprego entre mulheres e homens que, mesmo assim, continua expressiva. Em 2005, 52,2% das mulheres adultas estavam empregadas, em comparação com 51,7% em 1995. Em 2005, as mulheres constituíam cerca de 40% da força de trabalho no mundo. Segundo o relatório, a porcentagem de mulheres ativas no mercado de trabalho varia de acordo com cada região. Enquanto o número de mulheres ativas na América Latina e no Caribe diminuiu, no Oriente Médio e no Norte da África foi registrado um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mas em níveis ainda baixos. Por outro lado, a tendência de crescimento dos índices de trabalho feminino nos anos 1980 e início dos anos 1990 ficou estável em regiões como o Sul e o Sudeste da Ásia e apresentou uma inversão na Europa Central e Europa Oriental e nos países da CEI, Ásia Oriental e África subsaariana. Quanto às tendências regionais o maior incremento do desemprego foi registrado na América Latina e no Caribe, onde o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão de pessoas aproximadamente e a taxa de desemprego aumentou de 0,3% entre 2004 e 2005 até 7,7%. Além disso, os países que não fazem parte da União Européia e os da CEI tiveram um crescimento do desemprego de 9,7%, superando os 9,5% de 2004²²¹.

O *Relatório 2008 Mundo do Trabalho: Rendimento das desigualdades na era da globalização financeira* produzido pelo Instituto Internacional da OIT para Estudos do Trabalho assinalava também que uma parte significativa do custo da crise financeira e econômica seria suportado por centenas de milhões de pessoas que não tinham compartilhado nos benefícios do crescimento anterior. “Isso reflete o impacto da globalização financeira e

²²¹ A íntegra do Relatório está disponível no endereço www.ilo.org/trends.

uma mais fraca capacidade de políticas internas para reforçar a posição da renda da classe média e baixa renda grupos”. O relatório o rendimento global das desigualdades dos salários e examina o crescimento em mais de 70 países desenvolvidos e em desenvolvimento, afirma que, em nível mundial o emprego havia aumentado em 30% entre o início dos anos 1990 e 2007, mas as crescentes disparidades de rendimentos entre ricos e pobres famílias ampliaram-se significativamente, ao mesmo tempo: “O atual abrandamento econômico global está a afetar desproporcionalmente grupos de baixa renda”, diz o relatório. “em 51 de 73 países para os quais existem dados disponíveis, a parte dos salários no rendimento total diminuiu ao longo das últimas duas décadas. A maior diminuição da parte dos salários no PIB teve lugar na América Latina e Caribe (-13 pontos percentuais), seguida pela Ásia e Pacífico (-10 pontos percentuais) e as economias avançadas (-9 pontos percentuais). Entre 1990 e 2005, aproximadamente dois terços dos países que experimentaram um aumento na renda desigualmente -os rendimentos das famílias mais ricas tiveram um aumento em relação à das classes média e de famílias pobres. Da mesma forma, durante o mesmo período, a diferença do rendimento entre o topo e os 10% de assalariados aumentou em 70% dos países para os quais há dados disponíveis²²².

Outro dado importante é obtido pelo *Índice de Clima Econômico (ICE)* para a América Latina, onde os analistas apontam que para a América Latina, quanto ao futuro da economia na região, ICE de 2008 é um dos piores dos últimos 11 anos. É o que mostra a Sondagem Econômica da América Latina, feita em parceria pelo *Institute for Economic Research at the University of Munich*, ou Instituto IFO, da Alemanha e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo as duas instituições, o Índice de Clima Econômico (ICE) da América Latina, elaborado em parceria entre o IFO e a FGV, atingiu patamar de 3,4 pontos em outubro de 2008 ano, abaixo do resultado anterior da mesma pesquisa, trimestral, referente a julho do mesmo ano (4,6 pontos). As entidades consideram que resultados abaixo de 5 pontos nos índices indicam “clima ruim”. Em comunicado, as instituições informam que o ICE da América Latina está em declínio desde outubro de 2007. Entretanto, as organizações afirmaram que, entre as sondagens de julho e outubro de 2008, o ICE “registrou a sua maior queda”. Em comunicado, as entidades informaram que, ‘na série histórica iniciada em outubro de 1997, o índice está próximo ao valor mais baixo já registrado - 3,3 pontos, em outubro de 1998’. A queda do preço das *commodities*, segundo a FGV (2008), puxou para baixo as expectativas de economias como Venezuela, Chile, Equador e México. Em países como a

²²² Ver mais em *Report 2008* (OIT, 2008).

Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, por exemplo, a baixa da expectativa se deveu em grande parte, na avaliação dos analistas do estudo, à falta de confiança nas políticas governamentais. Diante desse panorama, a FGV aponta que a América Latina sai de um quadro de piora para o de recessão no primeiro trimestre de 2009, seguindo dessa maneira a tendência mundial após a deterioração da situação econômica devido à crise de crédito e as turbulências do mercado acionário²²³.

O cenário alternativo de alto risco para a América Latina indicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) depois da crise econômica prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) caia. Um cenário alternativo de risco, diante do reconhecimento de que aumentaram os riscos negativos para a América Latina em face da incerteza relacionada aos preços de matérias-primas (commodities), em maio a um economia mundial que alcançará o “limiar da recessão em 2009” - o FMI leva em conta o declínio médio dos preços de commodities em recessões passadas, ou seja, trabalha também com a hipótese de queda aguda de 35% em 2009 ante o nível de preços registrado de meados de 2008, para advertir que o PIB da região encolherá no mínimo para 0,7% em 2009, senão negativo, isso sobre o crescimento dos principais países da região - que agrega Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru – como responsáveis por cerca de 80% do produto regional. O FMI alerta que a defasagem na transmissão dos choques financeiros derivados dos Estados Unidos sugere que os efeitos sobre o crescimento na América Latina podem ainda estar a caminho, e piorar segundo o relatório divulgado em outubro de 2008: “Os choques das condições financeiras nos EUA afetam a América Latina com uma defasagem, [sendo que] o pico do efeito ocorre depois de um ano e meio”, avisa o Fundo, ou seja, o pior ainda está por vir. No documento, o FMI acrescenta que um choque de atividade produtivas nos EUA é transmitido mais rapidamente para a América Latina do que um choque financeiro. Segundo o Fundo, “a turbulência global representa uma confluência de choques negativos para a região compreendida pela América Latina e Caribe: congelamento dos mercados de crédito, demanda externa mais fraca e preços mais baixos de commodities”. Há ainda o risco de que a recente aceleração da inflação possa inverter parte dos ganhos sociais na região, segundo o FMI (2008), a inflação mais elevada coloca em risco a perspectiva de crescimento e pode aumentar a pobreza por meio da redução do poder de compra dos salários, fazendo com que a desigualdade social aumente: “Estudos empíricos mostram que inflação é prejudicial para os pobres e para a distribuição de renda.” Desta forma, a desigualdade social pode aumentar, o que não é uma novidade (AMERICA ECONOMIA, 2008).

²²³ Ver mais em (*Fundação Getúlio Vargas, 2008*).

Os dados crise econômica na América Latina e Caribe apontam que no primeiro trimestre de 2009, a taxa de desempregado subiu. O IBGE, no Brasil diz que desde 1975 a produção industrial não caia tanto, agora atingiu a cifra de 13% só no primeiro semestre de 2009, isso no interior da principal economia da macrorregião, o que tem a ver diretamente com o desemprego. No conjunto do subcontinente subiu o desemprego para 8,5% em relação à 2007. A crise financeira global fez com que mais de 1 milhão de pessoas na América Latina se somassem à lista de desempregados apenas no final do primeiro trimestre de 2009, segundo aponta relatório preliminar da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 13 de julho de 2009. O relatório diz ainda que: “Enfrentamos um cenário no qual os dados do emprego e trabalho têm se transformado em números, atrás dos quais há histórias verdadeiras de milhões de mulheres e homens para os quais o futuro, neste momento, é incerto”. A análise realizada pela Cepal e a OIT é contundente: os níveis de ocupação estão piorando. A explicação para esse fenômeno está em dois elementos característicos da atual conjuntura econômica e que se uniram para impactar consideravelmente o emprego. A forte queda da produção industrial, somada à diminuição da atividade do setor da construção, tornou-se o pior inimigo dos trabalhadores na América Latina e Caribe. O relatório demonstra que a maioria dos países registra queda na taxa de ocupação. Os casos mais dramáticos estão no Chile, Equador, Haiti e México, países nos quais se registra redução de mais de 10%. Em um nível moderado encontram-se o Brasil e a Colômbia, país que sofreu queda mais amena entre outubro de 2008 e janeiro de 2009. Ante esses dados, a projeção de ambos os órgãos é que a taxa média anual de desemprego urbano aumentará para um nível que vai de 8,7% a 9,1% no próximo trimestre. “Isso significaria que entre 2,8 e 3,9 milhões de pessoas poderiam se somar aos 15,9 milhões de desempregados existentes em 2008 nas zonas urbanas” da América Latina e Caribe”, segundo o relatório preliminar. Registrando ainda, como nos relatórios passados que o desemprego afete de forma mais intensa às mulheres, a desaceleração tem impactado mais aos homens no começo de 2009, particularmente nas maiores economias da região. Para o próximo relatório da OIT sobre a situação geral do trabalho deve piorar e muito, os dados preliminares apontam para 250 milhões de trabalhadores que foram desempregados até o primeiro semestre de 2009.

Isso tudo em meio a um fato importante e relativamente recente em que vários autores discutiam a questão das dinâmicas do “mundo do trabalho”, como Gorz (1980), Robsbawm (2000), Antunes (2003), Offe (1989), Mészáros (2002), Kurz (1992), Castells (2001), entre outros, tratando especialmente do presente e futuro da relação capital, trabalho e movimento

sindical, têm abordado esta temática enquanto objeto de estudo e análise ligado aos processos políticos, culturais e econômicos advindos da “era da informação”, da “era dos extremos” da hegemonia dos projetos neoliberais, da reestruturação produtiva do capital e dos desdobramentos da globalização em vários setores produtivos e de serviços onde todos são unânimes em afirmar a crise e sua macro - dimensão. Seguem trabalhando na perspectiva de que ela tende a crescer. Por exemplo, para Antunes (2003), as mudanças no mundo do trabalho refletem, exatamente uma dimensão fenomênica desta crise estrutural que se apresenta sob a forma da reestruturação produtiva em suas múltiplas variantes concretas (material, política, econômica e ideológica) no sistema de produção das necessidades sociais e auto-reprodução do capital. Desta dimensão emerge um aspecto estrutural, da crise do capital que resulta no conjunto de respostas mais imediatas à lógica destrutiva do capital e seus efeitos nefastos para o metabolismo social. Antunes (2003) tratando de fordismo, toyotismo e acumulação flexível demonstra que desde fins da década de 1980 presença de profundas transformações no mundo do trabalho, nas formas de inserção na estrutura produtiva, representação sindical e política; novos padrões de gestão da força de trabalho. Onde toyotismo penetra e mescla-se ou mesmo substitui em parte o padrão fordista; onde há dificuldades em assimilar e incorporar essa classe trabalhadora mais segmentada e fracionada pelo fordismo, o toyotismo e a acumulação flexível; sendo o toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 1970. Que diante da nova crise estrutural de superprodução se radicaliza e entra em ciclo de circuitos mais espremidos entre si.

Todas essas formas particulares de técnicas e gestão organizacional do processo de trabalho, neste contexto, trazem como conseqüências imediatas para a classe trabalhadora a sua heterogeneização, complexificação e fragmentação, e como acentua Antunes (2003), a precarização e a intensificação do trabalho, gerando uma espécie de combinação de formas de subordinação real que se apropria de elementos da subordinação formal do trabalho ao capital. E, ainda que o trabalho vivo esteja diminuindo, através da redução de seu tempo físico e do trabalho manual direto, dados apresentados pelo autor mostra a necessidade de contínua recorrência do capital a formas de trabalho precarizadas e intensificadas, também em países desenvolvidos, o que denota uma verdadeira superexploração do trabalho, elemento este vital para a realização do ciclo produtivo do capital na economia informacional global.

Mas quem apropria uma fatia do trabalho dos produtores informacionais? Castells (2001a) responde: sob um aspecto, nada mudou em relação ao capitalismo clássico, são os capitalistas, entretanto, o mecanismo de apropriação do excedente é bem mais complexo. Primeiro, conforme a tendência, as relações de emprego são individualizadas, isto é, haverá

Ca vez mais acordos diferentes com cada grupo de produtores. Segundo, uma proporção crescente de produtores controla o próprio processo de trabalho e entra em relações de trabalho horizontais específicas de forma que, em grande parte, transformam-se os produtores “independentes”, mas submetidos às forças do mercado, praticando estratégias de mercado. Terceiro, com frequência suas receitas vão para o turbilhão dos mercados financeiros globais, alimentados exatamente pelo segmento abastado da sociedade da população global, de maneira que eles também são proprietários coletivos de capital coletivo, ficando dependentes do desempenho dos mercados de capital. Nessas condições, segundo Castells (2001a) não se pode dizer que haja uma contradição de classes entre essas redes de produtores bastante individualizados e o capitalista coletivo das redes financeiras globais. Na verdade, há abuso e exploração freqüente de produtores individuais, bem como de grupos e grandes massas de trabalhadores genéricos por quem quer que esteja no comando dos processos produtivos. Porém, a segmentação dos trabalhadores, a individualização do trabalho e a difusão do capital nos circuitos das finanças globais, em conjunto, provocaram o desaparecimento gradativo da estrutura de classes na sociedade industrial, segundo afirma Castells (2001a). Há (e haverá) intensos conflitos sociais, alguns deles promovidos por trabalhadores e sindicatos, porém, não são a expressão de luta de classes, e sim, de exigências de grupos de interesses e/ou de revolta contra a injustiça (CASTELLS, 2001a). Arrematando, esse autor diz que essas são as divisões sociais realmente básicas da Era da Informação: primeiro, a fragmentação interna da força de trabalho entre produtores informacionais e mão-de-obra genérica substituível. Segundo, a exclusão social de um segmento significativo da sociedade formado por indivíduos descartados cujo valor como trabalhadores/consumidores já está desgastado e cuja importância como pessoa é ignorada. E, terceiro, a separação entre a lógica de mercado das redes globais de fluxos de capital e a experiência humana de vida dos trabalhadores.

Admitindo-se que a inovação seja a fonte principal de produtividade, conhecimentos e informação sejam os elementos essenciais do novo processo produtivo e a educação seja a principal qualidade dos trabalhadores, os novos produtores do capitalismo informacional são esses geradores de conhecimentos e processadores de informação cuja ajuda é valiosíssima para a empresa, a região e a economia nacional (CASTELLS, 2001). Mas a inovação não ocorre de forma isolada, segue o autor, é parte de um sistema em que a gestão das organizações, o processamento de conhecimentos e de informação e a produção de bens e serviços estão interligados. Definida desse modo, para Castells essa categoria de produtores informacionais inclui um enorme grupo de administradores, profissionais especializados e técnicos que formam um ‘trabalhador coletivo’, ou seja, uma unidade produtora formada pela

cooperação entre vários trabalhadores individuais inseparáveis. Nos países da OCDE, por exemplo, eles podem representar por volta de um terço da população empregada - a maioria dos outros trabalhadores talvez esteja na categoria da mão-de-obra genérica, potencialmente substituível por máquinas ou por outros membros dessa mesma força de trabalho. Esses trabalhadores precisam dos produtores para a produção de seu poder de barganha. Todavia os produtores informacionais não precisam deles, o que representa uma divisão básica no capitalismo informacional, levando à dissolução progressiva dos remanescentes da solidariedade de classe existente na tradicional sociedade industrial (CASTELLS, 2001a).

Mais de uma década depois dessas interpretações e diante da grande crise econômica que se abateu mundialmente, parte do que evidencia Castells (2001a) corresponde à realidade, ainda que de forma desigual, com especificidades entre continentes, países e regiões internamente diversas. Em termos de América Latina e Caribe essas características aparecem especialmente diversa nos grandes centros urbanos, mas seguramente é um fenômeno bem menos expressivo que nos países centrais. Ainda está em aberto e em construção uma interpretação mais complexa, consistente, densa e profunda sobre o sociometabolismo do trabalho na América Latina, ainda que um importante esforço tenha sido feito por diversos autores, como Antunes (2000), em *Os sentidos do trabalho*, onde mostra as metamorfoses no processo de constituição do capitalismo contemporâneo, as mudanças estruturais e conjunturais que ocorreram no mundo do trabalho e suas conseqüências mais imediatas para a classe trabalhadora da América Latina. Assim como Santos, M. (2000), em *Por uma outra globalização*, evidencia a tirania do mercado, da informação e do dinheiro e seus resultados nefastos para as massas, enquanto o Estado se torna crescentemente incapaz de regular a vida coletiva em meio à globalização. Também estão presentes autores como Salama (1999), que trata da *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina* e enfatiza nesta obra que houve uma brutal abertura da economia regional ao mercado internacional, tanto de bens quanto de capitais, e a rápida liberalização dos mercados, concomitante à retração do Estado provocando um grande choque no continente, onde os aparatos produtivos transformaram-se profundamente, desde as principais economias como Brasil, Argentina, Chile e México, e afetaram as relações sociais, sindicais e políticas que hoje não são as mesmas. Mudanças também identificadas na obra de Welmowicki (2004), *Cidadania ou classe?* onde o autor registra que há no interior do mundo do trabalho e particularmente no movimento sindical um forte culto à cidadania, à dissolução da natureza classista, abandono da política de classes, etc. No conjunto os diversos autores citados, entre outros, são unânimes em afirmar que a reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a adaptação ao processo de globalização

provocaram mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas que vão desde o aumento de desemprego, da precarização do trabalho, da perda do sentido de classe no interior do movimento sindical, adaptação dos partidos da classe trabalhadora, etc., à desindustrialização de países como Argentina, Chile e México – entre outros fenômenos presentes no continente.

A partir das considerações anteriores, e tendo bem presente a questão objetiva de que ainda se vive e mais do que antes, em uma ***Sociedade do Trabalho*** ou ***Sociedade Laboral*** - a pesar da evidente situação em que os postos de trabalho estejam cada vez mais sendo destruídos - este nunca poderá ser abandonado enquanto categoria central, ultrapassado, porque o trabalho que não é absorvido no mercado formal de emprego industrial aparece na ponta de forma precarizado, de subemprego, de reserva depressiva dos salários, etc. Portanto, o trabalho enquanto categoria sociológica fundamental continua vigente para a análise do capitalismo globalizado, na sociedade informacional, na era da alta modernidade. Pois como afirma Hunt, (1981, p. 26), *o capitalismo mundial não mudou estruturalmente*, na essência não modificou suas características básicas, estruturais:

Ao que se sabe isto não aconteceu até agora, uma vez que o capitalismo é caracterizado por quatro conjunto de esquemas institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada pelo mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico.

As comunicações e posições que dizem o contrário, que o trabalho perdeu na disputa com o capital, trazem ainda hoje em seu conteúdo uma impossibilidade de destruir esta afirmação de Hunt (1981), apesar de ser necessário avançar na elaboração de toda uma nova e complexa reflexão sobre os processos inscritos das relações de poder no seio da sociedade atual - obviamente este poder derivado do sistema econômico do capital. Onde, segundo Bourdieu (1989), do ponto de vista socialógico-antropológico “se vê o poder por toda parte”, como um “círculo cujo centro está em toda parte”, disperso e completamente ignorado, “poder invisível”, que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber se estão sujeitos ou mesmo que o exercem” - reinam os “sistemas simbólicos a partir de uma teia de relações sociais estruturadas e estruturantes” de uma sociedade mantida através da tradição e da crescente e incessante ruptura da tradição que tomam formas através dos instrumentos de conhecimentos e educação através de construções sistemáticas, históricas, das gerações mais antigas sob as mais novas como controle social. A geração mais nova está saindo do controle das gerações mais antigas. E isso se processa em uma velocidade cada vez maior, mais intensa. Assim, as formas de classificação simbólicas deixam de ser transcendentais,

universais e se tornam forma sociais, arbitrárias e socialmente determinadas, que ultrapassam a dimensão e o interesse do indivíduo (BOURDIEU, 1989). Consequentemente da estruturação coletiva.

Sabe-se que a vida econômica dos povos originários, dos camponeses e trabalhadores da América Latina e Caribe está totalmente submetida aos desejos imperiais de reprodução do capitalismo e obviamente não só neste continente²²⁴. Vive-se em uma sociedade subsumida em crescentes riscos sociais, econômicos, ambientais, alimentar, etc. as políticas neoliberais ainda fortemente vigentes no continente são estritamente instrumentais, segregacionistas e ideológicas. Servem apenas ao grande capital e às burocracias políticas e sindicais atreladas ao mesmo que insistem na conciliação de classes - onde é cada vez mais nítido que o grau de liberdade de mudanças sociais substantivas são os menores possíveis por dentro da linha interna do jogo mundializado da burguesia e do gigantismo de sua metabolização política, dominação econômica, produzindo efeitos simultâneos, sistêmicos e devastadores globais. Apesar de tudo, não se pode deixar de ter esperanças na superação da sociedade atual. Mas a luta de classes é complexa, inclui vários elementos que é preciso levar em conta. Ainda há grande atraso na consciência de classes e grande desorganização, confusão e ceticismo entre os trabalhadores e demais subalternizados da América Latina e do mundo.

A globalização provocou inegável mudanças, é um fenômeno que vem provocando a reestruturação em todos os setores da vida social – na economia, nas relações sociais, na política, na cultura, no mundo do trabalho, nas relações interpessoais, etc. Hegemonizada a partir dos países centrais, essa nova dinâmica da alta modernidade na América Latina e Caribe tem se mostrado devastadora. E diante da nova crise cíclica do capital, a maior dos últimos 80 anos, não está dado para onde todo este quadro social, político e econômico vai ou deve seguir, a não ser que pode haver possíveis instabilidades e tensões diante de uma relativa “estabilização”, da “ordem e paz armada” da burguesia. Mas apesar de todas as incertezas é nítida a importância e centralidade que segue tendo o trabalho, a classe trabalhadora e neste sentido os processos revolucionários que podem continuar surgindo na América Latina e Caribe diante da

²²⁴ Manuel Castells (2001a) aponta que a fronteira entre a exclusão social e a sobrevivência diária está cada vez mais indistinta para grande número de pessoas em todas as sociedades, após perder boa parte da rede de segurança, sobretudo no caso das novas gerações da era pós-Estado do bem-estar social (isso para a Europa, basicamente) as pessoas não conseguem acompanhar a constante e necessária atualização profissional (isso no mundo, particularmente América Latina). Assim, ficam para trás na corrida competitiva e transformam-se em prováveis candidatas à próxima rodada de ‘enxugamento’ dessa camada intermediária, que constitui a força das sociedades capitalistas avançadas durante a era industrial, que agora se encolhe cada vez mais. Portanto, os processos de exclusão social não apenas afetam aqueles que estão em “verdadeira situação de desvantagem”, mas também os indivíduos e as categorias sociais que construíram a vida com base em luta constante para não cair em um submundo estigmatizado de mão-de-obra desvalorizada e de pessoas socialmente incapazes (CASTELLS, 2001).

agudização e clivagem das crises (social, econômica, política, alimentar, ecológica, etc.) que atingem o sub-continente.

Arcary (2004), em *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectivas marxistas*, lembra da famosa síntese de crise revolucionária de Leon Trotski no *Manifesto da Conferência de Emergência*, em 09 de maio de 1940, no início da Segunda Guerra Mundial, quando dizia que a crise revolucionária se instalava quando havia: “1) o impasse da burguesia e a conseqüente confusão de classe dominante; 2) A aguda insatisfação e a ânsia de mudanças decisivas nas fileiras da pequena-burguesia, sem cujo apoio a grande burguesia não de pode manter; 3) A consciência de situação intolerável e a disposição para ações revolucionárias nas fileiras do proletariado; 4) Um programa claro e uma direção firme de vanguarda proletária.” (TROTSKY, 1979, p. 297, tradução ARCARY, 2004, p. 67). Estas condições estão difusas hoje, não estão se combinando, pelo menos não agora, mesmo em meio a grande crise econômica do capital, os trabalhadores continuam em estado de choque e relativa paralisação. Ainda é cedo para arriscar qualquer prognóstico político, mas o movimento dialético da realidade, contraditório e imprevisível, pode surpreender, assim como a própria situação revolucionária e seus desdobramentos na América Latina e Caribe.

Arcary (2004) assinala em termos revolucionários que “a crise é um processo político e, portanto, guarda sempre uma relativa autonomia, até temporal, em relação aos processos econômicos. Mesmo quando esses assumem a forma de um cataclismo - a crise econômica pode ser gravíssima - nem sempre uma situação revolucionária se precipita” (ARCARY, 2004, p.69) e cita Leon Trotsky: “[...] Mas não nos podemos esquecer de que a situação revolucionária, nós a definimos politicamente, não só sociologicamente, e aqui entra o fator subjetivo. E este não consiste somente no problema do partido do proletariado, mas é uma questão de consciência de todas as classes” (TROTSKY, 1976, p. 513, apud ARCARY, 2004, p. 69). Há uma batalha ideológica tremenda, de que “o pior da crise já passou”, o grau atrasado de consciência política e de classe do proletariado, dos povos e subalternizados em geral, a ação contra-revolucionária dos partidos, sindicatos e organizações trabalhistas dirigidos pela burocracia e os governos colaboracionistas de frente popular instalados em vários países da região, constituem um grande alívio para a burguesia, ao menos por enquanto.

Olhado para América Latina e Caribe, lócus privilegiado desta pesquisa e no interior da qual se pode extrair elementos indicativos de crises diversas, tensões e mobilizações sociais cada vez mais radicalizadas nas últimas décadas, conforme ficou expresso nas caracterizações políticas e econômicas já evidenciadas, e exatamente neste momento de crise

na América Central, com o golpe militar em Honduras e a forte resistência democrática popular, se pode concluir que este continente é uma vanguarda mundial da esperança de revolução social. Sucessivos governos de Frente Popular tem subido ao poder por força da esquerdização das lutas, mesmo que sejam governos preventivos, contra-revolucionários e ou que subam na onda de mobilizações, para depois se tornarem traidores de suas bases sociais, se anteporem ao ascenso revolucionário, são, contudo, a viva manifestação de que as classes trabalhadoras, os povos e subalternizados em geral do continente apontam para mudanças radicais. Até então, em meio a uma gravíssima crise econômica, as massas operárias, camponesas, indígenas, estudantil e popular estão fazendo experiências eleitorais com os partidos conciliatórios, em meio à uma consciência e subjetividade política confusa, difusa e desigual entre os países, em processos políticos que se combinam, uns mais avançados e outros atrasados no interior do continente.

Para entender esse fenômeno é importante recuperar as caracterizações de Trotsky (1976) e as interpretações de Arcary (2004), que percebem que a ênfase está em duas conclusões fundamentais: primeira, a *disposição subjetiva dos sujeitos sociais para resolver na arena da ação direta*, para além das ilusões eleitorais, a satisfação de suas reivindicações materiais; segundo, um *alerta sobre a articulação complexa dos fatores objetivos e subjetivos*, sempre relativos entre si e exercendo uma mútua e recíproca influência dialética que a clivagem das crises, especialmente a crise econômica, tende a esgarçar. Assim, para Arcary (2004, p.70):

Se a crise econômica é o fundamento objetivo da situação revolucionária e, em última instância, o decisivo para explicar as flutuações de consciência das classes, em uma outra perspectiva, a mudança de humor e disposição das massas - um elemento subjetivo - é também do ponto de vista do sujeito político, um fator objetivo porque exterior à sua vontade.

Em tempos de relativa calma os partidos revolucionários do proletariado, particularmente os centralizados democraticamente, ficam em certo estágio de ostracismo e ou de aparente baixa importância imediata, até podem parecer anacrônicos, mas se estão em uma etapa revolucionária e em uma região como a América Latina e o Caribe, que esteve nos últimos 100 anos em permanente mobilização revolucionária, construindo e acumulando aí capital social revolucionário, logo se evidencia sua importância política e social para os subalternizados, a necessidade de sua existência e fortalecimento institucional, a fortaleza que representa, o comitê revolucionário que é o partido de combate e luta pelo poder proletário. Esses partidos devem se construir e consolidar nas lutas e na viva consciência revolucionária, se enraizando entre as massas enquanto partidos de sua confiança, de combate, a despeito de

uma grande propaganda e resistência anti-partidos ainda prevalecer entre os próprios trabalhadores. Quanto a isso, na mesma obra já citada, Arcary (2004, p.70-71) enfatiza que:

Nenhuma outra forma de organização foi, contudo, tão eficiente para lutar pelo poder em sociedades urbanizadas quanto o partido centralizado de combate. Sua capacidade de impulsionar greves sem se tornar um apêndice do sindicalismo, de disputar eleições sem de curvar diante do eleitoralismo, de atuar na legalidade e na clandestinidade e unir todos os militantes em torno de um centro político vocacionado para apoiar a revolução e preparar e insurreição, fez deste modelo de partido uma máquina política poderosíssima.

O século XX foi, evidentemente, mais “político” que o XIX, porque a dominação burguesa esteve mais de uma vez seriamente ameaçada pela revolução mundial. Nos últimos 150 anos, o movimento operário foi o protagonista social mais importante desta que é a mais decisiva transformação da história humana: a aventura de busca de um controle consciente sobre os destinos da sociedade. A forma de um partido centralizado foi uma imensurável conquista do processo de auto-organização dos trabalhadores, porque materializou a organização permanente em torno do programa da expropriação capitalista, um desafio que nem os sindicatos nem os partidos eleitorais poderiam assumir.

Se não há o reconhecimento da centralidade do trabalho na vida social da sociedade burguesa, da fundamental consciência da classe para si, da sua importância política e social, então o proletariado e o conjunto dos povos subalternizados pelo capital estão fadados a caminhar em círculos e as possibilidades da revolução socialista estarão comprometidas, especialmente se não se organizam e constroem conscientemente um aparato revolucionário como um forte partido de combate, internacionalista, de militantes e massas unidos rumo ao poder. As interpretações e ideologias da perda da centralidade do trabalho e importância dos partidos revolucionários de combate são nefastos prejuízos causados pelas teorias sociais conservadoras e ou reformistas e as ações práticas dos agentes anti-revolucionários, que se somam à visão, o fundamento da ideologia do fim do proletariado e da não vigência da revolução socialista. Mas é a partir do movimento dialético da sociedade, suas contradições e no interior das lutas sociais que a consciência surge e cresce, independente e a despeito das cores das ideologias burguesas e reformistas. Como lembra Arcary (2004, p. 72, grifo nosso):

A situação revolucionária só se dá quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes. Que mudanças? 1) para nossa análise, temos de levar em conta as três classes sociais: a capitalista, a classe média e proletariado. São muito diferentes as mudanças de mentalidade necessárias em cada uma destas classes; 2) [...] mas a situação revolucionária só se desenvolve quando o proletariado começa a buscar uma saída, não sobre os trilhos da velha sociedade, mas pelo caminho da insurreição revolucionária contra a ordem existente.

Daí a importância do aferimento da etapa e situação revolucionária, o estudo das diversidades de realidades sociais das sociedades latino-americana e caribenha, dos processos políticos e dos efeitos da crise econômica que estão se desenvolvendo no continente. Compreende-se que as concepções de história não são imunes à força avassaladora das

premissas que uma visão do mundo estabelece *a priori*: as respostas que se encontram dependem das perguntas que são feitas, por exemplo, se, na longa duração, o foco da investigação desloca-se para o que tem permanência ou, quando muito, transforma-se lentamente em uma escala de tempo que nos esmaga, então é inexorável que o ceticismo triunfe sobre a vontade (ARCARY, 2004, p. 89). E o *ceticismo geral* presente em grande parte dos indivíduos e coletividades subalternizados faz parte das possibilidades de mudanças, dos processos de maior ou menor participação e engajamento político e do nível de consciência de classe. Estes precisam ter dimensões humanas para que a desesperança não seja exasperada: por isso, a contribuição primeira do marxismo para a história tem sido a oferta de uma explicação para a alternância de ritmos das transformações na vida das civilizações e sociedades (ARCARY, 2004). No *Programa de Transição*, Leon Trotsky (1978) afirma que o problema mais fundamental: “A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela **crise histórica da direção do proletariado**”. Persiste. Mas é preciso saber por quê. A história já demonstrou que as próprias massas ultrapassaram em muito momentos à suas direções, mesmo as consideradas revolucionárias²²⁵. Evidentemente que as direções são muito importantes, importantíssimas, fundamentais e por isso arrasta-se a humanidade em grande crise - mas há outros elementos, como a *alienação*, a *ideologia* e o *ceticismo* - que na etapa histórica que se vive se aprofundaram a tal ponto de intervir muito fortemente sobre os indivíduos e as massas, mesmo sobre as coletividades organizadas em partidos revolucionários.

O próximo capítulo e as considerações finais pretendem articular algum esboço de respostas às questões pendentes, aplicando a metodologia do Materialismo Histórico Dialético Sistemático (princípios), recuperando os elementos, problemas e crises colocadas sobre a América Latina e a Grande Amazônia, buscando as hipóteses lançadas na introdução e respondendo às questões que ficaram em aberto até então - isso para o caso particular do período que vai de 1968 a 2008, argumentando sobre os desafios políticos e históricos que os trabalhadores, os povos e as duas ou três gerações de jovens latino-americanos se colocaram; como se formularam as escolhas alternativas que dividiram os subalternizados entre si, ainda

²²⁵ Na história do Brasil, por exemplo, ocorreram muitas mobilizações de massas populares espontâneas. Só para citar algumas, no final dos anos 1910, grandes greves operárias, mais radicalizadas que suas direções gostariam que fossem. Nos anos 1940, manifestações massivas pela participação na guerra contra o fascismo. Durante os anos 1950, grandes greves operárias em São Paulo, mesmo com o freio dos partidos comunistas (contra-revolucionários). No final dos anos 1970, grandes greves operárias no ABC paulista (que ultrapassavam a própria liderança de Lula e do embrião do nascente PT). Nos anos 1990, reação popular contra o apelo de apoio feito por Fernando Collor (se apressou aos partidos).

que seus problemas (social, político, econômico, ambiental, etc.) fossem e ainda permaneçam muito semelhantes; e, por que uma via política reformista e não revolucionária se sobrepõe e em que medida a aventura da mudança do regime social imposto pela burguesia e o imperialismo foi bloqueada e entorno de quais circunstâncias elas se processaram e ainda quais permanecem latentes ou explodem. Quando se procura vislumbrar a potencialidades do capital social, da ação coletiva e a perspectiva de construção do desenvolvimento sustentável neste processo; articular a atualidade da Revolução Socialista e a proposição da Revolução Socioambiental; bem como discutir a Revolução Socialista e Revolução Socioambiental em termos de suas potencialidades, limites e oportunidades em meio à utopia de longo prazo de promover uma sociedade em que haja reprodução sociometabólica harmônica com desenvolvimento pleno e sustentabilidade efetiva para humanidade, e a vida no planeta.

A História segue, portanto, ainda se pode esperar do presente e do futuro que seus cursos se inscrevam numa síntese inspiradora, positiva e visionária como em Hobsbawm (1988, p. 468): “ainda há lugar para esperanças, há lugar, inclusive, para as grandes esperanças” - a despeito de todos os problemas da sociedade global, do grau e peso da alienação, da ideologia, do ceticismo, da inércia social, da apatia, do conservadorismo das massas, da baixa participação política e da traição das direções mais reconhecidas, etc. A forma como a história da luta de classes, a problemática social, econômica e ambiental se processará, seu conteúdo e final, obviamente, não se pode antecipar, pode surpreender os mais visionários. Vale lembrar Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) que soube poetizar a força e a agonia de seu povo. Drummond, desde o irretocável *José*, quase um hino nacional escreve inquieto e triste: “E agora José? A festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu, a noite esfriou [...] o dia não veio, o bonde não veio, o riso não veio, não veio a utopia [...]. E agora José? [...] Se você gritasse, se você gemesse, se você dormisse [...], se você cansasse, se você morresse... Mas você não morre, você é duro, José! [...], você marcha, José! José para onde?” (2006, p. 123-125). Em outra obra, o *Sentimento do mundo* (2007, p. 75-77) fala em *Mundo grande*: “Só agora descubro como é triste ignorar certas coisas (na solidão de indivíduo desaprendi a linguagem com que homens se comunicam). [...] Meus amigos foram às ilhas, ilhas perdem o homem. Entretanto alguns se salvaram e trouxeram a notícia de que o mundo, o grande mundo está crescendo todos os dias, entre o fogo e o amor. [...] Ó vida futura! Nós te criaremos.” Mas Drummond sabe o quanto a luta para alcançar essa vida futura é custosa, o poeta em sua obra máxima, *A rosa do povo* (2006, p. 48-177), em um poema chamado *Passagem da noite* deixa entrever essa escuridão: “É noite. Sinto que é noite. [...] Sinto que nós somos noite, que palpitamos no escuro e em noite nos dissolvemos. [...] Mas salve, olhar

de alegria! E salve dia que surge!”. No poema *Anúncio da rosa* lembra aos céticos: “Imenso trabalho nos custa a flor. [...] começo da hora difícil, a burguesia apodrece”. Mas ela continua mandando, mesmo com todas as crises e crimes, o irrecuperável poeta do povo sabe disso e em *Idade madura*, deixa um sentido poderoso de esperança para os que pensam em desistir: “[...] Dentro de mim, bem no fundo, há reservas colossais de tempo, futuro, pós-futuro, pretérito, há domingos, regatas, procissões, há proletários, condutos subterrâneos, janelas em febre [...]”. Recado sábio poeta.

6 AINDA HÁ LUGAR PARA ESPERANÇAS, HÁ LUGAR, INCLUSIVE, PARA AS GRANDES ESPERANÇAS

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na praxis humana e no compreender desta praxis.

(Marx - oitava tese sobre Feuerbach).

O máximo que o materialismo contemplativo [der anschauende Materialismus] consegue, isto é, o materialismo que não compreende o mundo sensível como atividade prática, é a visão [Anschauung] dos indivíduos isolados na “sociedade civil”.

(Marx - nona tese sobre Feuerbach).

O ponto de vista do antigo materialismo é a “sociedade civil”; o ponto de vista do novo [materialismo é] a sociedade humana, ou a humanidade socializada.

(Marx - décima tese sobre Feuerbach).

As possibilidades, acúmulo, avanço ou retrocesso do capital social revolucionário estão inscritas num continuum do processo histórico, na perspectiva da cultura revolucionária e da luta pelo socialismo. Fazem parte de um emaranhado de condições materiais objetivas e subjetivas que se articulam, em parte, às possíveis respostas para o sistema de hipóteses tratadas no percurso da tese. Obviamente que não se tem a pretensão messiânica de apontar o caminho que dei conta das soluções necessárias aos problemas levantados no conjunto da tese. Apenas se busca tecer um fio de ligação entre os elementos que tratam do desenvolvimento capitalista na alta modernidade - desde o indivíduo e a coletividade frente à radicalização da alienação, da ideologia e do ceticismo na *Sociedade Informacional Global* - refletindo sobre o *desenvolvimento racional* e a *sustentabilidade efetiva*, situando o fenômeno do desenvolvimento a partir de matrizes teóricas presentes e apostas políticas futuras. Esse capítulo trata da atualidade da Revolução Socialista e a perspectiva da Revolução Socioambiental, assim como das potencialidades, limites e oportunidades de um *Programa de Transição ao Socialismo Ecológico, Socioambiental ou Ecosocialista*, dado o processo de reprodução sociometabólica do desenvolvimento societário atual e as tensões entorno da perspectiva real de sustentabilidade. A idéia geral é se debruçar na discussão e reflexão sobre a construção da Revolução Socialista e Socioambiental enquanto estratégia concreta de sustentabilidade que se processa em algum grau na modernidade atual, com base a uma nova visão sociocultural, socioeconômica, socioambiental e político-institucional que começa a surgir e tende a se avolumar nas próximas décadas do século XXI.

Neste capítulo em especial, no Programa de Transição ao Socialismo: *do “socialismo ou barbárie” ao ecossocialismo ou extermínio* há uma reflexão sobre os desafios para os revolucionários que busca avançar teoricamente, incluindo novos elementos ao materialismo ecológico, robustecendo a *práxis* dos sujeitos sociais da revolução socialista o e ou ecossocialista, dialogando e avançando sobre os elementos presentes nos escritos marxiano e de outros marxistas que vem trabalhando neste sentido²²⁶. Há indicativos de reprodução sociometabólica que devem atravessar a nova formação social, a transição histórico-ecológica da *Revolução Socialista-Comunista* enquanto *Revolução Social e Ecológica Permanente*.

A produção científica exige prova de sua materialidade na realidade, o que se articulou até esse capítulo tem um olhar panorâmico sobre o mundo contemporâneo, a América Latina e o Caribe, a Pan-Amazônia e algumas de suas especificidades, em particular elementos importantes de suas grandes cidades brasileiras encravadas na floresta: Manaus e Belém. Portanto, a função e o objetivo desse capítulo final também é avançar na análise, co-relação e reflexão sobre esta engenharia de construção teórica materializada no recorte temporal e espacial já delimitado - com base ao escopo desenvolvido, teórico-empírico, desde o movimento da sociedade global - em busca de uma síntese no conjunto do estudo, dando-lhe coerência, substância e força argumentativa e explicativa mais elaborada. Sendo preciso atentar para a análise do fundamental, para quem utiliza o Materialismo Histórico Dialético Sistemático (MHDS) como base metodológica de pesquisa: a *economia*, a *política*, a *história* e a *ecologia*.

Sobre história, economia e sociedade falou Leon Trotsky, em uma conferência aos estudantes na Universidade de Copenhague (Dinamarca), em 1932, fazendo questão relembrar de alguns princípios sociológicos elementares: *a sociedade humana é o resultado histórico da luta pela existência e da segurança na preservação das gerações; o caráter da economia determina o caráter da sociedade; os meios de produção determinam o caráter da economia*. A classe dominante se sustenta no *poder* e sustentou até o momento, porque detém os meios de produção em suas mãos, desde a acumulação primitiva da riqueza, da propriedade privada,

²²⁶ Foladori; Tommasino (2000, p. 49) dizem que é comum ler que Marx teria uma concepção produtivista da natureza, e que suas preocupações nunca tiveram uma marca ecológica. Ainda de acordo com esta versão, não teria sentido incluir o marxismo como um continuum de concepções sobre a sustentabilidade, não obstante, os recentes trabalhos sobre o pensamento de Marx em relação ao meio ambiente afirmarem o contrário (Ver por exemplo, BURKETT, 1999; FOSTER, 1999, entre outros) que mostram não só a incorporação teórica da questão da natureza em sua teoria do valor e acumulação de capital, mas também a importância do método do materialismo histórico dialético para pensar a atual crise ambiental. Assim, é possível verificar que Foster (2005) e Löwi (2005) evidenciam que Marx e Engels estiveram atentos à sua época ao problema do desgaste da natureza, da destruição dos solos e cursos d'água, etc., da questão ambiental. Seria injusto e não verdadeiro a imputação mecânica e forçada de que não há nos fundadores do marxismo uma tensão ecológica presente e séria.

e isso em diferentes regiões do planeta e entre diferentes sociedades, grupos, gerações, épocas, da antiguidade até sua mais recente sociedade - *Capitalista Informacional Global*.

O **poder econômico** e o **poder político** afetam simultânea e diretamente as dinâmicas da realidade global e local, individual e coletiva, submetendo povos e regiões do mundo inteiro. Por exemplo, podem ao mesmo tempo impor limites e desafios como o processo de recolonização de países, regiões e continentes via dependência e fluxo do capital financeiro, abrindo e fechando mercados, espaços econômicos e sociais. Uma reestruturação produtiva que afeta o mundo do trabalho, como a que está em curso, incide na economia, na vida social, na cultura, fagocita homens, mulheres, crianças, idosos. Avança sobre os ecossistemas e modifica ainda mais o meio ambiente (florestas, rios, solos, atmosfera e o conjunto da vida terrestre), produzindo uma modernidade-mundo, radicalmente destrutiva, assentada na incessante “destruição criativa” ou melhor, “*forças destrutivas*” (produzindo armas, poluição, degradação, extinção, doenças, fome, desemprego, etc.) em sua desesperada corrida por mais lucros, consumidores, mercados, espaços, territórios reais e virtuais. Consumindo espaços, tempos, indivíduos e massas para realizar a mercadoria, em uma reprodução sociometabólica altamente corrosiva, deletéria, irracional e nefasta para a humanidade, os ecossistemas e a biosfera. Isso não é propriamente uma novidade – Nicolas Georgescu-Roegen lançara o alerta sobre o inexorável aumento da entropia promovido pelo sistema econômico atual, em obras como *The entropy law and economic process* (1971) e o demonstrou cabalmente em *Analytical Economics – Issues and problems* (1976). Os economistas e todos os teóricos sabem o que significa manter o sistema do capital. Mas os detentores do poder econômico e poder político não abrem mão de suas benesses. A crise persiste e a luta de classes não acabou.

A crise da sociedade burguesa é insolúvel por meio de reformas por dentro do sistema. Após as grandes e graves crises da economia capitalistas da primeira metade do século XX que levou à Primeira e Segunda Guerra Mundial e no período entre elas, com a quebra da Bolsa de Nova York, seguida de outros mercados e que se alastrou mundialmente, grandes lições o sistema do capital tirou desse período histórico, a prova é sua rápida articulação para estancar a nova crise econômica mundial injetando dezenas de trilhões para evitar o *chash*. Especialmente porque naquele período em meio a toda a crise capitalista despontavam e cresciam regimes e economias com base ao socialismo e ou planejamento estatal, que se implantavam a partir da Revolução Russa de Outubro de 1917. Em pouco tempo demonstraram superioridade em termos de acúmulo e distribuição material e social dos ganhos de produção e produtividade de suas economias nacionais. Assim como serviam de

exemplo político, social e econômico aos países dependentes e ou em processo de descolonização e desde então, nesse período até meados de 1960, totalizavam quase um terço do sistema de Estados do mundo, obrigando os governos imperialistas optar por políticas e reformas sociais em suas próprias economias capitalistas, com base ao programa do *Estado de Bem Estar Social*, através da política econômica distributiva e de incentivos estatais oriundas da “Revolução Keynesiana” – onde o próprio Jonh M. Keynes, sarcasticamente, se dizia ser “um burguês de esquerda”.

Sobre o marco histórico e teórico das matrizes do pensamento econômico se pode lembrar que antes da “Revolução Keynesiana” prevaleciam a teoria e a prática da *Escola Clássica* da economia política²²⁷, que teve seu início ainda a partir dos trabalhos de Adam Smith e David Ricardo no final do século XVIII, que depois foi retomada em outras bases, mas aproveitando muitos de seus fundamentos pela escola neoclássica do pensamento econômico, iniciado no terço final do século XIX, apresentando como principal teórico Alfred Marshall, a partir de sua obra *Princípios de economia*, em 1890 [(HUNT, 1981; VASCONCELLOS; GARCIA, 2003)]. Esta escola desenvolveu a *Teoria do valor da utilidade marginal* (subjativista), também chamada de *Teoria marginalista* (receita marginal, custo marginal, etc.), através do estudo das funções ou curvas de utilidade, de produção. Os economistas neoclássicos ou *Escola Neoclássica*²²⁸ avançam em aspectos microeconômicos

²²⁷ As principais lógicas desta escola e que dominavam mundialmente o sistema do capital eram: visão harmônica do mundo real, no sentido de deixar a livre concorrência atuar (“Mão invisível”). A sociedade chegaria à perfeição se tivesse os agentes econômicos como tomadores de decisões, sem a intervenção do Estado. Portanto esta escola tem o mercado como princípio regulador da economia. Os clássicos dessa escola baseiam seus argumentos na livre iniciativa, no *laissez-faire*. Consideram o trabalho humano corretamente como o criador de valor, de riqueza (*Teoria do valor-trabalho* de Adam Smith e aperfeiçoada por David Ricardo) e a especialização da divisão do trabalho é decisiva para aumentar a produtividade e a produção. Para os clássicos é necessário ampliar os mercados (remoção das barreiras externas e internas) e adotar a política de livre cambismo em favor da iniciativa privada aumentando assim a produtividade, desenvolvendo as forças produtivas e aumentando a riqueza. Dizem os clássicos que “a acumulação de capital” acompanhado com o aumento da população promove a elevação da renda da terra, até o momento em que os rendimentos se tornam decrescentes, diminuem os lucros e tornam a poupança nula – “economia estacionária”. Em relação ao comércio internacional os clássicos da economia política formularam a *Teoria das vantagens comparativas* entre países, que dependeria das dotações relativas de fatores de produção. A escola clássica, de conjunto apresenta uma visão da dinâmica econômica, na qual os elementos decisivos são o princípio populacional de Malthus, a lei dos rendimentos não proporcionais e o princípio da acumulação de capital. Os clássicos elaboram suas teses em função do equilíbrio e ignoram as crises e os ciclos econômicos. Também é caracterizada como a primeira escola a ter consistência analítica, elaborando modelos abstratos e relativamente coerentes da natureza e do funcionamento do sistema capitalista como um todo. Essa escola também é conhecida por dar ênfase a produção deixando em segundo plano o consumo e a procura (HUNT, 1981; VASCONCELLOS; GARCIA, 2003; SANDRONI, 2007).

²²⁸ Esta escola leva em conta as limitações dos fatores de produção (escassez), orçamentária e buscam a todo custo deduzir o equilíbrio de mercado, afastando ao máximo possível a intervenção do estado na economia. Alguns economistas desta escola privilegiam a análise de interação de muitos mercados, equilíbrio geral, enquanto outros aspectos de equilíbrio parcial. Esta escola contribuiu também, com a criação da Teoria quantitativa da moeda e do desenvolvimento econômico, assim como, dos juros. Negam a Teoria do valor trabalho e acreditam que o mecanismo da concorrência (oferta x demanda), explicando a partir de valores subjetivos, psicológicos (a maximização dos lucros pelos produtores e da utilidade pelos consumidores) é a força

em relação aos clássicos quanto ao *consumo* e a *procura*. Trabalham a noção de *fluxos circulares* e o fenômeno fundamental é a *recombinação de forças produtivas* (trabalho, natureza e capital) (HUNT, 1981; VASCONCELLOS; GARCIA, 2003). Mas ainda não incorporavam a dimensão ambiental em seus modelos analíticos - a *Economia Ambiental*, neoclássica, surgiria de forma rudimentar um tempo adiante, no início dos 1920²²⁹.

Tanto a Escola Clássica como a Escola Neoclássica após a bancarrota dos mercados em 1920 e a gravíssima crise econômica instalada fora substituída, predominantemente pelo pensamento econômico liberal de novo tipo que abria e fazia concessão à classe trabalhadora, o sistema de *Economia Keynesiana* ou Escola Keynesiana - fundada a partir da obra marco: *Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda*, de John Keynes, no primeiro terço do século XX promovendo crítica aos neoclássicos e sua “Teoria do equilíbrio” - “o equilíbrio é a penas uma possibilidade entre milhões”, dizia, quase como deboche, Keynes. Através da *Teoria Geral* os keynesianos conseguem mostrar que a combinação das políticas econômicas até então não funcionavam adequadamente (VASCONCELLOS; GARCIA, 2003; HUNT, 1981) e contribuíram a partir de então para a solução da crise do capitalismo entre e pós-guerras através da construção da chamada “demanda efetiva”. Confrontando-se com os neoclássicos (e a Lei de Say, para a qual “toda oferta cria sua demanda”). Para os keynesianos o Estado tem que intervir na economia através dos gastos públicos, uma vez que não existem as forças de auto ajustamento da economia (a famosa “Mão invisível” de Adam Smith). A negação da capacidade do capitalismo para se adaptar naturalmente a utilização mais completa dos recursos econômicos assinala a linha divisória entre a escola keynesiana e a neoclássica (IRINA, 1977). Os keynesianos afirmam que o desemprego é o resultado de demanda insuficiente de bens e serviços e que este pode ser resolvido por meio de investimentos governamentais, o fator dinâmico da economia capaz de assegurar emprego e influenciar a demanda. Esta escola teve papel fundamental na superação parcial das crises do capitalismo

geradora da atividade econômica capaz de garantir o equilíbrio entre a produção e o consumo. Portanto tem como postulado a concorrência perfeita e a inexistência de crises econômicas. A escola neoclássica adotou a defesa intransigente do sistema capitalista em contraposição as teses da economia política marxista (HUNT, 1981; VASCONCELLOS; GARCIA, 2003; SANDRONI, 2007).

²²⁹ No início do século XX a própria Economia Ambiental não existia de fato, havia alguma incipiente preocupação. Os conceitos e fundamentos da Economia Ambiental, particularmente Desenvolvimento Sustentável e os indicadores a ele associados só mais recentemente se desenvolveram: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); IDA (Índice de Desenvolvimento Ambiental); ISA (Índice de Sustentabilidade Ambiental) e foram esforços da ONU, MIT, IICA, e Universidades como a de Yale e Columbia nos EUA, entre outras organizações e centros de pesquisas científicas que buscam quantificar e qualificar os processos produtivos e reprodutivos do sistema socioeconômico através de construção de indicadores do desenvolvimento e sustentabilidade das sociedades, em correlação com a valoração dos bens naturais e a conservação ambiental. Mas ainda são claramente insuficientes.

durante o século XX e garantiu sua sobrevivência até meados de 1970, quando nova crise se abateu sobre o mundo capitalista a partir do choque mundial do petróleo e da dolarização da economia. Período que daí em diante a teoria econômica volta a ser dominada pelos neoliberais, que também ditam a política mundial, a partir de seus estados mais poderosos e forçam todo o conjunto da economia do planeta a girar sob seu comando, particularmente os chamados países “em desenvolvimento”. Neste domínio da economia e política neoliberal se inserem os problemas centrais das atuais reformas neoliberais no Brasil e outros países da América Latina e Caribe.

É importante lembrar e ressaltar que os acontecimentos nacionais não estão decolados da dinâmica mundial, bem como regional do continente. Nas últimas quatro ou cinco décadas vários movimentos sociais se levantavam em diferentes países do globo, desde os anos 1952 - Revolução Boliviana, 1958 – Revolução Cubana e o emblemático 1968 Europeu. Era um momento de ascensão das lutas que tinham quebrado a barreira da primeira metade do século XX e para contê-las à força, as ditaduras militares se instalariam na América Latina, fruto de um processo convulsivo interno e do acirramento da Guerra Fria, da polarização entre as superpotências (à época imperialismo dos USA *versus* burocracia stalinista da URSS) e suas disputas ou pactos pela hegemonia mundial. Contudo, havia um problema que a ditadura no Brasil viria enfrentar: a incipiente, mas ativa consciência política da massa trabalhadora e suas bases sociais mais consolidadas nos sindicatos e organizações revolucionárias. Então os militares tiveram que, inicialmente optar por uma questionável “linha branda”, “menos dura” que em outros países do continente, após, evidentemente, ter expurgado os comunistas e opositores da velha ordem (A Guerrilha do Araguaia dirigida pelo PCdoB e outras Guerrilhas Urbanas comandadas pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Aliança Libertadora Nacional (ALN), entre outras organizações foram dizimadas).

No cenário mundial a economia estava com sérios problemas e de conjunto, a América Latina foi se movendo mais à esquerda. Era chegada a hora de novos movimentos políticos e se processaria em um quadro mundial de uma economia que provava o esgotamento do modelo fordista/keynesiano. Ditaduras estavam se esvaindo na América Latina inteira entre os fins dos anos 1970 aos 1980. Havia uma reorganização do movimento dos trabalhadores em nível regional e mundial. A urbanização da sociedade brasileira e dos países da região era um fato e um razoável esclarecimento geral da população elevava a consciência política tencionando por mudanças, rupturas viriam. A história “parteirava” novos sonhos e horizontes. A sociedade, os trabalhadores em particular, já olhavam para frente, não tinham tanto medo das ditaduras, por mais que estas continuassem. Apesar da anistia aos presos e

exilados políticos, definitivamente ainda não era a “democracia”. Os condutores da ditadura estavam cientes que se aproximava o fim em vários países. Brevemente veriam a multidão dobrando as esquinas das grandes cidades em manifestações com centenas de milhares e algumas mais de um milhão de pessoas exigindo a volta ao quartel dos militares. Era o movimento que no Brasil ficou conhecido por “*Diretas Já!*” - assustava os conservadores, então no poder por um fio. Havia uma conjuntura de grandes greves que estouraram no final da década de 1970, na região do ABC paulista; ao mesmo tempo uma segunda grande crise do “choque do petróleo” ressoava dilacerando a economia nacional que não contava mais com as abundantes inversões de capital internacional; o país caminhava acelerado para a recessão, a inflação e o endividamento externo. Havia um conjuntura política e econômica que enfraquecia o regime.

No final de 1970, no rastro do fim da ditadura avolumava-se um forte movimento operariado, campesino e indígena na América Latina. No Brasil, se fortaleciam as lutas operárias e campesinas, se criaria um movimento que daria origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que seria protagonista junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) de episódios marcantes na história recente do Brasil. Os militares percebiam o clima, evidentemente. Como medida para conter o não virtual, mas real crescimento da oposição, os militares resolveram destruir o bipartidarismo, com o claro interesse de dividi-la e adotaram para tanto uma tática de aguçar suas divergências internas, permitiram então a criação de novos partidos²³⁰. A ditadura ganhou um pequeno fôlego, na prática já havia caído em 1978/79, mas resistiu até em 1984²³¹. Com os processos de abertura política e a saída de cena

²³⁰ Então velho MDB surgiu o PMDB de Ulysses Guimarães e outros segmentos que constituíram o movimento emedebista formaram o Partido Democrático Trabalhista (PDT) liderados por Leonel Brizola, o Partido dos Trabalhadores (PT) tendo como expoente Luís Inácio da Silva, o “Lula” que liderara as greves no ABC e o PTB dirigido por Ivete Vargas. Quanto ao PMDB este viria se tornar o mais forte partido burguês logo após a ditadura e que se manteria no poder associado a outros partidos liberais e reformistas. Por outro lado o PT, no rastro dos acontecimentos da década de 1980 viria se tornar uma expressão nacional de esquerda, única na história do Brasil, ficando desde a eleição de 1989 sendo a segunda legenda mais votada do país com a candidatura de Lula da Silva a presidente. O PDS, ainda que tivesse lutado através de uma “candidatura civil” de Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral de 1984, para se manter no poder central, após ser derrotado e a queda da ditadura se transformou em dois: o Partido Popular Progressista (PP) e o Partido da Frente Liberal (PFL, hoje DEM, Democratas) ambos mantêm forte bancadas no Congresso e postos do Executivo. O PMDB depois das vitórias e crescimento vertiginoso acabou se cindindo e resultando em dois partidos distintos, porém não distantes. Um permaneceu PMDB, herdando a legenda e depois recebendo a adesão de políticos como Itamar Franco, que por ser vice na chapa de Fernando Collor na Eleição de 1989, quando do impedimento deste, assumiu a presidência e José Sarney antigo arrimo da ditadura. O outro setor deu origem ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que acabou por tomar grande força na década de 1990 que culminou com a eleição consecutiva em dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, se constituindo em um tucanato forte em Estados importantes como Minas Gerais e São Paulo, Pará e Ceará, entre outros, mantendo uma grande bancada parlamentar e de prefeitos e governadores.

²³¹ Um governo de “transição democrática”, eleito indiretamente, via parlamento, o do presidente Tancredo Neves com o vice José Sarney, com a morte do presidente eleito antes de assumir o mandato, o vice foi empossado e conduziu a transição democrática burguesa no Brasil.

dos militares da América Latina, aos poucos, novos governos ditos “democráticos” ascenderam ao poder. As elites conservadoras e as elites burguesas consideradas “mais modernas” entraram em uma fase de fusão de interesses, econômicos e políticos internacionais, o imperialismo havia mudado de tática. No Brasil formaram um coalizão em torno de nomes como Fernando Collor, e na Argentina de Raul Alfonsín, no final da década de 1980 e na década seguinte dominam todo o cenário e começam a implantar as reformas neoliberais. Especialmente isso se processou nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso no Brasil e Carlos Menem na Argentina. Com o acirrado e vertiginoso processo de privatizações de empresas estatais, em diversos ramos da economia e da vida social. Entre eles, infraestrutura energética, comunicação, siderúrgica, saúde e educação. Toda a economia nacional desses países e de outros da região foram rapidamente se convertendo aos dogmas neoliberais - monetarismo, Estado mínimo, prioridade aos pagamentos ao FMI via *superávit* primário e submissão total à política imperialista norte-americana.

Em resposta ao neoliberalismo aconteceram levantes populares de resistência protagonizada pelos povos em diversas partes do mundo – Europa, Ásia e América Latina. Na América Latina, dentre os mais significativos estão o caracazo em 1989 na Venezuela, a revolução popular e indígena no Equador em 2000, e as assembléias populares em 2001 na Argentina, os levantes na Bolívia em 2003, greves estudantis no Chile em 2005 e a assembléia popular de Oaxaca no México em 2006. Na seqüência de governos neoliberais houve uma relativa esquerdização da população, surgindo governos alternativos aos da oligarquia conservadora. Lula da Silva no Brasil, Evo Morales na Bolívia e Hugo Chavez na Venezuela são alçados ao poder com promeças populistas e como esperança da esquerda. O desgaste político do sistema levou à vitória em eleições presidenciais de candidatos não totalmente identificados com o neoliberalismo, revestidos de uma face mais “popular”, como os Kirchner na Argentina, Lula no Brasil, essa ressaca alcançou até mais recentemente Barak Obama nos Estados Unidos, entre outros. Mas o resultado foi a adesão ao continuísmo por parte desses governos, permitindo que prosseguissem ainda mais fortes e duros rumo ao modelo neoliberal, prestando um grande serviço ao capital, uma grande fraude política ao povo que os elegeram.

Entretanto, com a vitória desses governos foi divulgado aos operários, negros e negras, aos povos originários das Américas e de todos os continentes colonizados e ou recolonizados, que estes “podem”. O surgimento de governos populares e populistas como de Lula da Silva, de Evo Morales, Hugo Chaves e Barak Obama, tem sido, de fato, uma emblemática forma de concessão, a crise é muito grande, precisa-se de heróis e os USA são fartos em tentar produzi-

los lá e aqui, mas Lula, Chavez, Morales e Obama foram vitórias eleitorais e simbólicas apenas. Fruto obviamente das lutas de milhões de operários, camponeses, indígenas e negros e negras contra a opressão na América Latina e dentro e fora dos Estados Unidos – deve-se lembrar que a “democracia” dirigida pela burguesia não é plena, nem satisfaz. Não se pode achar que muita coisa mudou. Não houve mudança estrutural. Não houve a derrubada da burguesia, das classes proprietárias, a socialização dos meios de produção, da riqueza e a vida social e material do povo do Brasil, da Venezuela, da Bolívia, dos Estados Unidos e de outros do planeta não terão diferenças significativas. Não houve uma revolução política completa, quanto mais social e econômica. E não haverá, desde o reformismo ou social-liberalismo na condução do Estado, nestes anos de lulismo, evolismo, chavismo, obanismo, etc., segue o conservadorismo, o poder do lado da burguesia – confundindo o proletariado, os negros e os indígenas. Que pela ação da superideologia e a hiperalienação, reforçadas pela mídia chegam aos extremos. No máximo são governos e políticas de reformas conservadoras, atendem migalhas periféricas e podem se desenvolver dentro de um escopo de políticas assistencialistas e mantenedoras do regime, da ordem, da exploração vigente na sociedade capitalista - isso é patente, inconteste, irrefutável²³².

A primeira eleição de Lula da Silva foi a expressão brasileira desse processo de esquerdização da população. No entanto, baseado num discurso popular, o Governo Lula foi a prova da impossibilidade da combinação entre desenvolvimento nacional e neoliberalismo na periferia do sistema. O pagamento rigoroso da dívida externa²³³, a continuidade de uma

²³² O governo Hugo Chavez da Venezuela segue pagando o FMI, assim como Evo Morales da Bolívia e Lula da Silva. Este último se comprometeu com um auxílio de US\$ 14,5 bilhões de dólares entre 2008 e 2010 para com o FMI e ainda se diz orgulhoso que “é chic emprestar para o FMI” ou assume abertamente: “sou governante dos ricos também. E tenho certeza de que eles estão muito satisfeitos porque ganharam muito dinheiro no meu governo” (declaração do presidente Lula da Silva – Jornal Valor Econômico, 17/09/2009). Barak Obama simplesmente comprou as maiores seguradoras, imobiliárias e bancos do mundo para salvar o mercado da crise que ameaçava explodir e fazer maiores estragos ainda, endividando o Estado norte-americano na ordem de trilhões de dólares - que agora terá que se pagar com mais esforço de mais-valia, retirada de investimentos sociais e miséria para o povo dentro e fora dos EUA. Por outro lado o número de desempregados, sub-empregados e miseráveis cresceu no continente e segundo a OIT em 2009 pode chegar a mais de vinte milhões, depois da crise de 2008 em todo o continente, e somando no mundo inteiro são mais de 230 milhões de trabalhadores que estão desempregados.

²³³ Em 1964, a dívida externa brasileira era de US\$ 3 bilhões de dólares, em setembro de 2006 era de US\$ 183 bilhões de dólares, no segundo semestre de 2007 estava em US\$ 203 bilhões e segue crescendo, sendo que o país já pagou seis vezes a dívida total atualizada (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2007). Registre-se que, somente no período dos dois últimos governantes, no primeiro mandato de FHC se pagou R\$ 197 bilhões de reais e no segundo R\$ 268,3 bilhões de reais. Somando o primeiro mandato com o segundo de FHC, entre 1994-2002, o Brasil pagou ao FMI R\$ 465,3 bilhões de reais, ou em dias correntes US\$ 232,5 bilhões de dólares em oito anos. Portanto, um montante superior a atual dívida. Durante o primeiro mandato de Lula da Silva se pagou US\$ 145,2 bilhões de dólares e no segundo, mais US\$ 24 bilhões de dólares, pagos entre outubro de 2005 a junho de 2006 ao FMI, Clube de Paris, e Brades. A dívida total paga, até 2006, tendo Lula à frente do governo, se transformada em dólares americanos, equivale a uma soma de US\$ 169,7 bilhões de dólares somente em cinco anos e meio. Somando os valores dos dois mandatos de FHC e os anos de Lula até 2006, chega-se portanto a 14

política econômica centrada na alta taxa de juros e no *superávit* primário, as privatizações via Parceria Público Privada (PPP), e o desmonte da saúde e do ensino superior federal, mantiveram o Brasil no papel que lhe cabe na dinâmica de crescimento comandada de fora (via FMI, Banco Mundial). Onde, o que se esperava do governo Lula e do PT foi duramente frustrante para a esquerda, setores da vanguarda trabalhadora e das massas²³⁴. Pois esse, ao contrário da propaganda, “Governo de Todos”, se propõe administrar a ordem, os negócios da burguesia, e segue a receita neoliberal e de crescimento com concentração de renda em favor dos mais ricos, a abertura de espaço de acumulação para os banqueiros e grandes grupos econômicos transnacionais, em comum acordo com os conglomerados de empresários nacionais e internacionais, às custas de uma miséria crescente do povo, onde, nem mesmo os mais básicos setores sociais, os mais necessários ao atendimento à população e mais sensíveis, como saúde, moradia e educação, não foram poupados à voracidade dos mercados e das privatizações²³⁵.

Em uma observação mais geral, a reestruturação produtiva do mundo do capital está centralmente enraizada na economia e na política global, imperialista. Dominada pelos mega-investidores, as grandes corporações multinacionais e os Estados imperialistas hegemônicos, ainda que em meio às grandes crises econômicas, como a mais recente. Onde os fluxos e as dinâmicas mundiais estão rigidamente ajustados às demandas da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em conseqüência da reorganização do capitalismo especialmente a partir do

anos, sob a era política neoliberal do PSDB e do PT, quando somados os mandatos e as dívidas pagas até o momento, se tem a absurda conta de US\$ 402,2 bilhões de dólares pagos aos banqueiros internacionais (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2007). Isso tudo a despeito do anúncio o Governo do presidente Lula da Silva de já ter pago a dívida, quando de fato ela permanece, apenas renegociou e vem mantendo os compromissos regulares com o FMI.

²³⁴ Ainda que mantenha quase inacreditáveis índices de popularidade, na casa dos 75% a 80% da população acham que o Governo Lula da Silva está entre bom e excelente. Isso tem a ver com os programas compensatórios como o Bolsa Família e possivelmente com o carisma e a vitória em outros campos do governo, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que emociona o povo. Além é óbvio do controle relativo da inflação, da relativa recuperação da economia e de outros índices macroeconômicos.

²³⁵ No Brasil, o Ministério da Educação confirma que há oito milhões de jovens de 15 a 29 anos fora da escola apenas na zona rural. Contando somente os brasileiros analfabetos, a população apontada é de 23 milhões. Outro dado: o que representa, só no caso da educação, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) senão a abertura escancarada ao mercado de um setor social importante, como o setor da educação, a possibilidade de aumentar os lucros das universidades privadas, com financiamento público via isenção de impostos? E na saúde o crescimento e fortalecimento dos planos de saúde privados que formam um imenso bloqueio contra o SUS – Sistema Único de Saúde? O que responde ao fato do Brasil ser um dos líderes mundiais, ao lado da Argentina, em casos fatais da Gripe N1H1, onde já morreram em menos de quatro meses mais de 700 pessoas (oficialmente, em setembro 2009) pela epidemia? E no caso da moradia, o Brasil tem um total de 11, 9 milhões de domicílios inadequados (sem condições básicas de infraestrutura de água e esgoto, segurança, conforto e higiene) e mais um déficit habitacional de 7, 2 milhões de moradias, doutro lado 6,0 milhões de imóveis estão vagos ou fechados? Enquanto isso as construtoras e incorporadoras do setor habitacional garantiram seu crescimento e vendas, assim como o setor de ensino e saúde privados associados aos setores financeiros e bancários são os campeões de lucros. Isso sem falar na Reforma Agrária que refluíu no Governo de Lula da Silva, enquanto 4,5 milhões de famílias sem-terra continuam sem-rumo, sem-dignidade, acampadas ou assentadas precariamente. Só no estado do Pará são mais de 200 mil famílias acampadas segundo o INCRA (2009).

pós-guerra, onde era necessária a inclusão das economias periféricas a uma industrialização retardatária dos países ditos subdesenvolvidos, cujo objetivo era manter a agilidade da acumulação do sistema sem quebrar a subordinação desses países ao imperialismo. E que agora, diante do início - ainda muito débil - da reorganização do movimento dos trabalhadores, dos enfrentamentos como os governos populistas, da crise no processo de reestruturação do capital, da terceira onda mundial da revolução tecnológica e dos graves problemas econômicos e ambientais globais tomam novos significados, desafios e relevância. Inclusive porque, essa nova etapa histórica, impõe, como nunca, a necessidade de resolução de graves conflitos socioeconômicos, sociopolíticos, socioambientais, ético-morais, além da clássica crise de direção do proletariado, entre outros.

Mas longe de seu *débâcle finale*, o capitalismo e mesmo o neoliberalismo, ainda que com fortes abalos, continuam em todo mundo, não tão forte e prepotente como em sua primeira década de expansão ideológica mundial e logo após a queda do stalinismo em fins de 1980 e durante a metade da década de 1990. As reformas neoliberais, hoje, enfrentam grandes desgastes e a oposição crescente das massas em todo o mundo e particularmente desde a crise econômica de 2008 a desnudou como pura ideologia, uma superideologia. Particularmente na Europa e na América Latina os trabalhadores enfrentam sua aplicação e seus governos em diferentes graus de radicalização, ora mais tímidos, ora mais incisivos. As reformas neoliberais do Estado e da Economia no marco do governo brasileiro, por exemplo, são evidências de como se dão as ligações entre o fenômeno mundial da reestruturação produtiva do capital internacional e sua invasão nos países e economias periféricas e ou em desenvolvimento e de como o movimento mais geral dos trabalhadores e das massas subalternas têm dificuldades de reagir, dado o grau de subjetividade colocado no processo, traições de classe, crise de direções e alto grau de dispersão e despolitização do proletariado.

A política internacional materializada nacionalmente entre os países da América Latina, como no caso do Brasil, aprofundou o neoliberalismo no país, e em seu bojo se relacionam com as Reformas da Previdência²³⁶, Trabalhista, Sindical e Universitária²³⁷ - que

²³⁶ Durante a quarta reunião do Fórum Nacional da Previdência Social, realizada em abril de 2007, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), voltou suas baterias contra a Previdência: “*Mesmo com prosperidade econômica, as receitas passaram a não cobrir mais os gastos com benefícios, exigindo parcelas crescentes dos orçamentos públicos*”, afirma o presidente do Ipea, Luiz Henrique Proença Soares, no prefácio do recente estudo *Previdência no Brasil: debate, dilemas e escolhas*. “*A política de bem-estar foi colocada em xeque e ajustes tornaram-se necessários*”, sentencia. Coletânea de artigos sobre a reforma, o estudo busca conceder argumentos “técnicos” à proposta de desmonte das aposentadorias. Ao final do livro, um artigo assinado por Giambiagi e Paulo Tafner, chamado *Algumas propostas para o aprimoramento de nosso sistema*, elimina qualquer dúvida sobre a real intenção da reforma em arrochar as aposentadorias, o artigo é claro e categórico: “[...] A solução estrutural para estancar as pressões observadas até agora é definir na Constituição a vedação a aumentos reais dos benefícios [...]”. Isso equivale a dizer que a reforma da Previdência defendida pelo

fundamentalmente visam garantir jurídica e politicamente o lucro, a competitividade dos setores econômicos na disputa do mercado mundial de produtos e serviços. Assim como, em termos gerais, no Brasil o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento é a possibilidade de impulsionar os grandes grupos econômicos com investimento produtivo no país (em sua maioria com ligações transnacionais), dando ainda mais impulso para o capital financeiro de conjunto. Onde, mais uma vez, o ônus será da classe trabalhadora e da juventude pobre, servidores públicos, operários, camponeses, trabalhadores autônomos, professores, estudantes, desempregados, etc. Estes que vem sofrendo historicamente intenso arrocho salarial, escasso financiamento de estudo, pesquisa, baixo incentivo à pequena produção, agora são duramente atingidos com o desmonte da previdência, da seguridade social, direitos trabalhistas, do ensino público, da redução de financiamentos pelo Estado, etc., quanto todos esses direitos sociais e ganhos econômicos foram conquistas históricas oriundas de décadas de lutas, muitas delas lideradas pelos que hoje no Governo do Estado Burguês as negam, retiram. A despeito do que a mídia e o governo tentam vender, ideologicamente esse conjunto de políticas e medidas visa aprofundar a política neoliberal no país e seus reflexos são visíveis no grau de precarização da vida dos trabalhadores nos bairros periféricos de qualquer cidade brasileira e latino-americana, como se pôde verificar nos exemplos de moradia de capitais de países da

Ipea torna inconstitucional o reajuste real de aposentadorias e demais benefícios da Previdência, aprofundando o arrocho para os milhões de aposentados (CRUZ, 2007). O que na prática já ocorre, uma vez que desde as Reformas de FHC e Lula os aposentados vem perdendo cada vez mais direitos e rendimentos. Essa reforma é um ataque sem precedentes aos aposentados do Brasil, isso comandada por dois ex-sindicalistas e operários da CUT e do PT – presidente Luis Inácio e o ministro Luis Marinho.

²³⁷O ensino superior no país vive uma grave crise. Por um lado, as universidades públicas, que durante todo o período FHC foram alvos de sucessivos cortes de verbas que levaram ao seu sucateamento, com a continuidade da implementação dos planos neoliberais nos país pelo governo Lula, essa situação se aprofundou, e as universidades sofrem com a falta de verbas, professores e técnicos administrativos, assistência estudantil, etc. mais recentemente o PROUNI vem injetando recursos, mas claramente insuficientes. Por outro lado, as universidades privadas, que viveram um processo de expansão desordenado durante toda a década de 1990, sofrem hoje as conseqüências: altos índices de inadimplência causados pelo arrocho salarial e pelas altas mensalidades. Por isso, há uma grande quantidade de vagas desocupadas, chegando a 550 mil em todo o ensino privado em 2007. Essa situação fez com que o governo colocasse em andamento um projeto de reforma que tem claramente duas estratégias: desobrigar o estado no financiamento das universidades públicas, criando mecanismos para que estas captem recursos junto ao mercado e a criação de mecanismos para o envio de dinheiro público para salvar os donos das universidades privadas. Para as públicas o governo aprovou o Decreto das Fundações e a Lei de Inovação Tecnológica, que permitem diretamente o estabelecimento de contratos da universidade com empresas, subordinando-as à lógica do mercado. Para as públicas e privadas o governo apostou no PROUNI – “Universidade para todos” – onde através da isenção de impostos troca vagas ociosas. Além disso, o governo aprovou o projeto das Parcerias Público Privadas, que na educação significa o fim dos limites do público e do privado, fazendo com que a iniciativa privada substitua o papel do Estado na garantia do ensino superior. Essa lógica aplicada à educação superior está a serviço da estratégia geral do governo para a educação que tem, fundamentalmente, a ver com as negociações do Brasil com o imperialismo, que exige que mais este mercado seja aberto para a exploração e lucro das empresas. A Reforma Universitária de Lula/FMI, assim como dos demais Governos de Frente Popular ou Populistas na região, como o de Evo Morales e Hugo Chavez estão a serviço dos planos de recolonização do imperialismo que pode por fim à relativa produção autônoma de conhecimentos e tecnologia nos países da América Latina e Caribe.

Grande Amazônia e em particular de Manaus e Belém, para se expressar a região menos habitada do país e continente.

Mas no embate de forças políticas opostas entre a burguesia e o proletariado, dialeticamente, ocorre um contra-poder da classe trabalhadora aos ataques do capital. Emergem e se fortalecem as novas forças sociais de participação coletiva em um processo de reorganização do movimento social de massas no Brasil e no conjunto da América Latina e Caribe, na medida em que o projeto neoliberal em crise não consegue dar respostas às demandas socioeconômicas, sociopolíticas, socioambientais e culturais à população e as direções e entidades de confiança dos trabalhadores e da juventude traem seus interesses. Há no país uma crescente reorganização sindical e estudantil com o surgimento de novas centrais, como a CONLUTAS, a INTERSINDICAL e a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)²³⁸ - todas oriundas do interior da CUT. Esta última outrora combativa, hoje atrelada ao Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, associado aos partidos burgueses como o PMDB, PTB, PV, PCdo B e PSB, entre outros. Entre os jovens está em curso a construção da Assembléia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL)²³⁹ que representa centenas de entidades de base que se desligaram da União Nacional dos Estudantes (UNE) e buscam alternativas políticas ao lado dos trabalhadores.

Ainda são fenômenos recentes da reorganização combativa dos trabalhadores e estudantes depois da crise de quase duas décadas do movimento sindical, que em fins de 1980 depois do ascenso das lutas e derrubada da ditadura militar já se apresentava em evidente decadência e adaptação de suas direções, abandonando as históricas reivindicações e métodos de lutas diretas. Essa reorganização operária-estudantil ainda é muito parcial, lenta e no Brasil ocorre nos últimos três ou quatro anos, em parte fruto da experiência histórica com o Governo Populista e as antigas direções sindicais e estudantis - formadas nas duas primeiras décadas do horizonte histórico desta pesquisa - onde muitos dos antigos dirigentes de greves, passeatas, piquetes e barricadas estão nos governos e parlamentos. São os comandantes reacionários que deferem golpes e traições sem precedentes na história da luta de classe no Brasil.

²³⁸ Essa central, dirigida pelo PCdoB, disputa tal como a CUT e a Força Sindical os benefícios do aparato legal sindical, como as verbas do Estado. As três são fundamentalmente entidades governistas e a nova central não necessariamente representa diferenças com a CUT e Força Sindical, nem em método, nem em política de alianças com os setores empresariais, governamentais e oligárquicos. Portanto, relativizar as mudanças que são aparentes.

²³⁹ A ANEL se constituiu enquanto ruptura da UNE – União Nacional dos Estudantes (Brasil), em função da adaptação da histórica e combativa entidade dos estudantes ao Governo de Luís Inácio Lula da Silva. A ANEL funciona como assembléia permanente, sem diretoria fixa, apenas uma equipe executiva que pode ser alterada em cada reunião da Coordenação Nacional, que garante a democracia e representatividade, resgata a independência e refunda a democracia interna entre os estudantes e suas entidades de base (ANEL, Edição 01, Agosto/2009).

Independentemente disso há um processo desigual e combinado de inter e intra dialeticidade que se constitui o novo movimento nessa reorganização e mostra que há mudanças positivas no processo de luta da classe trabalhadora e da juventude - pode se aproximar no futuro importantes ondas e embates com o capital e os governos que o defendem.

Assim, se identifica que cada vez mais cresce e se desenvolve a potencialidades do *capital social revolucionário*, da *ação combativa coletiva* entre os subalternizados. Cresce também a consciência ecológica e o debate entorno do *desenvolvimento realmente sustentável*, seja entre os movimentos sociais mais diversos, desde os campos, as florestas e as cidades da América Latina e Caribe – novas tecnologias de lutas sociais estão se reproduzindo – seja na reorganização das antigas entidades, renovadas ou novas, incluindo nesse movimento não apenas sindicatos, mas uma gama variado de setores sociais em enfrentamentos crescentes com os governos considerados “de esquerda” como o de Lula, Chavez, Lugo, Corrêa, Evo, Ortega. Assim como é perceptível que diante da clivagem de crises econômicas e ambientais se abriu um novo e maior espaço de audiência e a revitalização da perspectiva da Revolução Socialista e a perspectiva da Revolução Socioambiental - as quais encerram potencialidades, limites e oportunidades, ressurgem como alternativas mais palpáveis diante dos olhos dos trabalhadores e povos da América Latina e Caribe enquanto horizonte de poder - ainda em uma conjuntura, que em geral, enfrenta problemas como um processo de reorganização relativamente lento, desigual, fragmentado e ressecado pelos anos de inércia - ainda muito confuso, perturbado, débil. Entretanto existente, que se reorganiza em antigas e novas bases programáticas e métodos de lutas e combates diretos. É um movimento novo, com direções ainda frágeis e pouco reconhecidas pelas massas - os anos que virão poderão ser decisivos para as lutas.

Falou-se da *economia*, da *história* e da *política*. Mas há um dado importante nas lutas sociais da América Latina e Pan-Amazônia, o crescimento da consciência e luta pelas questões *ambientais* e ou *ecológicas*. A *ecologia* ganha novo status social, evidenciando que não se pode ter em mente a necessidade da revolução social sem o fundamental elemento ambiental – particularmente em uma macrorregião como essa. São desafios novos para os sujeitos sociais e políticos da Revolução Socialista (o proletariado e seu partido revolucionário), seu Programa de Transição ao Socialismo, que começa com a organização das lutas, segue com a tomada do poder, o enfrentamento com a burguesia, a burocracia, o capitalismo e o imperialismo. E mais ainda na implantação das políticas para os campos, as cidades e os povos originários do subcontinente. Um processo complexo que deve ter em sua marca a fundamental transição ao desenvolvimento realmente sustentável, a participação

efetiva dos indivíduos e das coletividades na produção e usufruto desta, na construção de políticas públicas e sua gestão rural e urbana democrática, eficiente e responsável – isso tudo não é nada fácil.

Este processo toma nova dimensão fundamental dentro de um programa político que tenha a pretensão de mobilizar as massas para um movimento de ruptura que coloque na ordem do dia a construção da Revolução Socialista, Ecosocialista e ou Revolução Socioambiental. Uma estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade com base à nova visão socioeconômica, socioambiental e político-institucional que exige a alta modernidade e os problemas que desafiam a civilização atual. O que demanda uma renovação do movimento revolucionário marxista mundial, com a inclusão dessas novas agendas e necessidades em seu programa. Exige abertura de visão política e científica, holística, complexa, dialética a despeito de toda ortodoxia, neo-ortodoxia herdada de anos de luta contra as burocracias, a social-democracia e o conservadorismo burguês. Portanto, é necessária relativização de posições ortodoxas até então centradas em “forças produtivas” e submissão da ecologia à economia. E seguir pelos sinais concretos das realidades em curso, abrir as vias da e para a Revolução Socialista Mundial, desde um continente explosivo como a América Latina.

Assim, a Revolução Socioambiental ou Ecosocialista se coloca ou vislumbra enquanto desafio aberto a essas novas reflexões, potencialidades, oportunidades e também, obviamente, esbarra em limites para sua construção, especialmente quanto às saídas de curto e médio prazo, como o atraso geral da consciência revolucionária entre os subalternizados o alto grau de individualismo reinante, etc., bem como guarda elementos problemáticos no que se refere ao longo prazo, como por exemplo, o desafio das limitações biofísicas do planeta. Neste sentido, a Revolução Socioambiental está diretamente associada a uma revolução social que rompa com a tradição comum de segmentar o social do ambiental, porque ela mobiliza elementos, extrapola e incorpora a dimensão social clássica da defesa marxista de revolução, mas além, ela exige uma **Revolução Total**: social, econômica, política, cultural, ambiental, moral, ética e estética, que perpassa, se aprofunda na Revolução Socialista, na construção da futura Sociedade Comunista. O século XXI e a clivagem de crises que o encerra deve dar respostas às muitas pressões do presente e que tendem a se radicalizar com o passar das décadas. Não está dado o desfecho destas crises, especialmente a econômica, a política e a ecológica e no horizonte do novo processo de reorganização e realocização social e política das entidades das massas, diante do nefasto problema do desemprego, do aumento da miséria dos povos e da crescente destruição dos ecossistemas e recursos naturais do planeta.

Sabe-se que a política ordena a dimensão universal-determinante das relações sociais, econômicas e ambientais. Aqui segue uma breve reflexão sobre os mais importantes e expressivos processos e ou movimentos de ação dos indivíduos e das massas protagonistas, particularmente na América Latina e Caribe, que tentaram e continuam tentando novas possibilidades de transformação social, que se ligam aos problemas e reflexos da alta modernidade, da cultura-mundo, da economia-mundo e da ecologia-mundo tratados nos capítulos anteriores. Envolvem diretamente o problema da alienação, da ideologia, do ceticismo e da participação na sociedade informacional global. Que atingem tanto indivíduos quanto coletividades, e a difícil construção da alternativa ao sistema capitalista, que se processa na esfera da disputa e conflitos pelo poder, inclusive interno às próprias classes, na forma, no conteúdo, na estrutura política do sistema. Em tal análise a situação será determinada, em última instância pelos tipos de componentes e as relações entre os componentes que constituem o sistema, ou seja, o que quer que aconteça ao sistema será determinado pela sua estrutura conforme indica Maturana (2000): nos sistemas determinados pela estrutura, nos mecanismos ou sistemas que são definidos e constituídos estruturalmente, o que acontece ao sistema, depende da forma como ele é construído. No caso da sociedade capitalista, por ser estruturalmente hierárquica, onde a elite burguesa domina as relações sociais, políticas, culturais e econômicas, então determina o comportamento mais geral e ou coletivo dos indivíduos e massas. Sendo difícil mudá-los se não houver mudança estrutural. Mas as seqüências destas mudanças são determinadas pelas interações políticas e disputas pelo poder, pelo caráter da economia e das instituições do Estado, o nível da mobilização social, da consciência de classe, da participação política, que são atravessadas pela alienação, a ideologia, o ceticismo, o envolvimento ou não dos indivíduos, das massas trabalhadoras e exploradas.

Por tudo que se tratou e se verá mais detalhado adiante se pode afirmar: *ainda há lugar para esperanças, há lugar, inclusive, para as grandes esperanças* e elas podem começar pela mudança na conjuntura mundial e latino-americana, os reflexos da crise econômica e ecológica combinadas, o surgimento e fortalecimento da potencialidades do *capital social revolucionário* e da *ação coletiva combativa* via organismos dos trabalhadores e povos do continente, que foram historicamente subordinados, começam a se reorganizar para novos embates com a burguesia e o imperialismo, desde a necessidade inadiável de realmente construir o desenvolvimento sustentável com produção, distribuição de renda e riqueza justa, planejado em base à economia e política socialista, que não destrua os ecossistemas e suas funções vitais, etc. Apesar de muitas divergências, dúvidas e

confusões entorno da proposta socialista no interior dos movimentos sociais, ambientalistas, etc., assim como da academia e intelectualidade em geral, a utopia socialista continua no horizonte da história, como indica Arcary (2004), pode ter “um encontro com a revolução”.

6.1 CAPITAL SOCIAL, AÇÃO COLETIVA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O planeta Terra é uma *propriedade comum*, ou deveria ser. Quando se trata da utilização dos recursos naturais e dos ecossistemas a partir das reflexões críticas da *Tragédia dos Comuns* levantada por Hardin (2002), para quem o uso comum é um problema que não tem solução técnica essa questão toma grande dimensão. Assim para Hardin (2002) a saída não está nas ciências naturais, mas na mudança dos valores humanos morais, éticos ou filosóficos. Pois a racionalidade do manejo dos bens comuns impõe a cada indivíduo a lógica da maximização do uso do recurso no curto prazo que leva ao colapso do sistema no médio ou longo prazo. Sendo que diante de um mundo limitado, o incremento de cada unidade reduz a capacidade suporte do sistema, isso faz aproximar a crise no curto prazo. A liberdade individual de incremento da produção pode levar, no caso, o conjunto planetário à ruína. Provocando dilemas sociais que deixam os indivíduos e o grupo envolvidos numa situação pior do que antes gerando a tragédia dos comuns²⁴⁰. Os limites ecológicos e as crises ambientais que se vive hoje em termos climáticos, uso dos solos, das florestas, pesca marinha e outros, podem, em uma macro-escala, ser inscritos nessa perspectiva da *Tragédia dos Comuns*.

²⁴⁰Ostrom (2002) critica Hardin (2002) por desconsiderar que os indivíduos são incapazes de criar seus próprios mecanismos que levem à saídas diferentes que não seja a tragédia, o colapso. A “base comum de recursos” (*common pool resources*) conforme usam McKean; Ostrom (2001) estão relacionadas às qualidades físicas de sistemas dos recursos e às instituições sociais a eles associadas. Quando se trata de “propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” não se pode desconsiderar os arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos, onde a base comum de recursos possui as características principais de conferir dificuldades ao desenvolvimento de instrumentos de exclusão dos potenciais beneficiários, como no caso de bens e serviços normalmente denominados bens públicos. Deve ser observado, no entanto, que no clássico ensaio de Hardin sobre *A tragédia dos comuns*, aquele autor aponta para os prejuízos do livre acesso, sem, no entanto afirmar claramente que o problema está na ausência de direitos de propriedade ou de regimes de manejo (a liberdade de acesso), e não o compartilhamento do uso de recursos (de uso comum). McKean & Ostrom (2001) argumentam que em trabalho mais recente, Hardin (1994) retificou essa visão superficial, ao distinguir recursos comuns não manejados (sem proprietários), sujeitos à tragédia, e recursos comuns manejados (com proprietários), em relação aos quais direitos de propriedade podem prevenir usos inadequados. Para Ostrom (2002) os indivíduos e suas organizações são capazes de criar regras especificando direitos e deveres com limites definindo claramente os usos coletivos e individuais em congruência com os objetivos e necessidades do grupo gerenciando a partir de monitoramento, sanções graduais e mecanismos de resolução de conflitos, assim como através de eleições e processos de reconhecimento ao direito de organização e ações concatenadas. E que o centro dos relacionamentos está na *reciprocidade, reputação e confiança* que podem ser cultivados entre indivíduos. Sendo a reputação um histórico de processos e ações, formando valores e a confiança é a expectativa de uma pessoa sobre a decisão de outra que afeta a primeira. Aqui reside a potencialidade do capital social.

Na *Teoria da Ação Coletiva*, o fato dos indivíduos terem interesses comuns – no exemplo planetário, conservar o clima, não é o suficiente para a ação coletiva, muitos não colaboram, o oportunismo existe, assim como há casos de falta de confiança uma vez que a forma como esse processo de “salvamento climático” tem se dado por saídas que envolve especialmente o mercado de carbono. Outra questão está no grande desinteresse dos governos em de fato resolver o problema, a prova disso é que o problema da crise econômica que demandou dezenas de trilhões de dólares em um horizonte de seis meses recebeu uma atenção e quantidade de ativos financeiros impressionantes quando se compara com o que seria necessário para contra-atacar a problemática ambiental global. Fundamentalmente porque em grande parte depende da forma como o sistema do capital e a política que a ele corresponde é organizado, a burguesia não tem interesse em atingir seus lucros e propriedades – faz dos recursos comuns planetário o que lhe convém privadamente. Tudo isso resulta em situações de difícil controle, especialmente sobre ações das empresas e indivíduos oportunistas – há um gigante mercado ambiental que as corporações buscam explorar. Por outro lado são estas empresas que controlam, investem nas campanhas eleitorais dos políticos.

Para Putnam (1999) o capital social possui como principal característica a organização social a partir da construção de confiança, normas e sistemas que promovem uma maior eficiência da sociedade, assim este facilita a cooperação espontânea. Quanto maior for o capital social e a reciprocidade, menor será o custo de transação e maior confiança social tem como base as regras de reciprocidade, a participação cívica e a formação de redes de engajamento cívico. O problema que diante da tragédia dos comuns pensada em escala planetária e os fortes interesses da burguesia em ganhar dinheiro e manter o poder isso torna quase impossível uma luta coletiva, uma campanha e engajamento em que a reciprocidade é falsa, enganosa. Aí está colocado um problema da luta entre as classes sociais que tem interesses distintos – os trabalhadores, povos originários, grande parte do movimento e ativistas ambientalistas, etc., querem salvar o mundo e transformá-lo em um lugar melhor, humanizado, fraterno, limpo, agradável, justo, livre, democrático, coletivo, sem propriedade privada e mando das empresas. Os interesses da burguesia são, obviamente, opostos.

As abordagens sobre *Capital Social* e *Ação Coletiva* feitas por Putnam (1999) e Ostrom (2002), tendo como base a *Tragédia dos Comuns* levantada por Hardin em 1968, tenha sofrido muitas críticas, entre elas, as que são apresentadas por Mehta et al., (2002)²⁴¹. Basicamente as

²⁴¹ Mehta et al. (2002) dizem que as análises de Putnam (1999) e Ostrom (2002) não são amplas o bastante que possam incluir as incertezas ecológicas, econômicas e ambientais globais; as informações são sempre parciais e as incertezas do conhecimento podem limitar a tomada racional de alguma decisão por parte dos indivíduos e ou das organizações. E critica ainda a visão de que os Recursos de Propriedade Comum enquanto instituições são “regras do jogo” e funcionam regulando as ações individuais; bem como faz críticas às visões da Nova Economia Institucional, que reduz os custos de transação pela redução das incertezas. No entanto, afirmam

teorias de Putnam (1999) e Ostrom (2002) têm ignorado questões como diferenças sociais e interesses heterogêneos diversos e muitas vezes conflitantes dos usuários dos recursos, no caso do planeta entre a burguesia e o proletariado, o imperialismo e os povos; assim como tanto as instituições podem aumentar a cooperação entre indivíduos e grupos, quanto elevar os conflitos existentes, criar divisões, facções e relações de poder a partir de interesses divergentes de classes; Mehta et al., (2002) critica ainda as visões economicistas do comportamento humano que maximiza benefícios e diz que há outros valores simbólicos enraizado social e historicamente que são importantes e destoam dessas abordagens na tomada de decisão das pessoas e organizações: nem todas as instituições evoluem para a maior eficiência. A Economia Política, a Sociologia, a Economia e a História já demonstraram fartamente que instituições ineficientes existem e sobrevivem por muito tempo, um exemplo é o capitalismo e sua reprodução sociometabólica, sob altos custos de transação, tem levando o planeta à exaustão, entretanto segue forte e existindo.

Quando os governos enfrentam um novo desafio ambiental, recorrem aos cientistas, ao conhecimento científico para que estes estudem e emitam pareceres, relatórios sobre riscos, impactos e permitam uma avaliação dos tipos de respostas institucional que são apropriadas, o que tem diminuído a importância de outras formas/tipos de conhecimento que não seja oriundo da ciência normal, convencional ou oficial preterindo o conhecimento tradicional indígena, caboclo, e não ocidentais que deveriam ser reconhecidos (MEHTA et al., 2002). Aqui se tem acordo com (MEHTA et al., 2002), pois visualizam a complexidade das relações sociais e dos indivíduos que não podem ser enquadradas em racionalidades dedutíveis e prováveis. Um entendimento que os processos e fenômenos socioeconômicos e ambientais são de natureza local e também global. Os interesses não são homogêneos, nem sempre os indivíduos tendem a uma maior cooperação e ainda que existam maior cooperação, nem sempre podem estas de fato podem levar a uma redução dos conflitos, das incertezas, dos custos de transação. A visão de Putnam (1999) e Ostrom (2002) não leva em consideração os processos desiguais e combinados no tempo e no espaço que atravessa historicamente os distintos grupos, sua complexidade e particularidade.

Portanto, olhando para a América Latina, por exemplo, quando se procura identificar um freio da relação entre ação coletiva, capital social, revolução socioambiental, etc., ao se articular a presente análise, não se trata de qualquer capital social, senão do revolucionário, nem de ação coletiva que visa manter ou reformar o sistema social vigente, tão pouco pensar um desenvolvimento sustentável nos marcos do capitalismo. Antes seu contrário, construir análise que forneça elementos que se some a um programa socialista contra o capital e a

Mehta et al. (2002) a incerteza descreve uma situação que não é possível calcular as probabilidades, onde a rápida mudança ambiental e tecnológica global tem gerado fortes incertezas em nível local. A globalização tem gerado enfoques de gestão em diversos níveis com interconexão entre local e global que não é possível propor uma relação simples entre as instituições e a incerteza.

clivagem de crises que a burguesia instalou no planeta, enquanto alternativa possível, viável. Por isso se relaciona tais questões aos problemas do indivíduo e da coletividade, aos processos políticos, os sistemas e redes sociais de informação e comunicação que estão cada vez mais ligando mundialmente a vida cotidiana das pessoas, das organizações, das comunidades, dos sindicatos, dos partidos, das instituições dos Estados e das sociedades como um todo de aparato da alta modernidade envolvido nas crises e possíveis soluções. Assim isso leva, ao mesmo tempo, observar o processo de agudização da alienação, da ideologia e do ceticismo, além do recrudescimento da xenofobia, da relativa volta ao nacionalismo, etc. Neste marco geral se estuda a verificação das hipóteses lançadas na introdução e se relacionam estas às perspectivas e potencialidades do capital social, da ação coletiva e do desenvolvimento sustentável no processo de construção e fortalecimento da alternativa socialista revolucionária.

Uma vez que na sociedade atual as estruturas ativas e interativas, objetivas e subjetivas operam, moldam e modificam as atividades e ações humanas tanto individuais como coletivas com tanta velocidade nos mundos pessoal, privado e público, funcionando como matrizes criadoras e destruidoras de culturas e hábitos (STOCKINGER, 2003). Tendem a se expandir e dominar mundialmente. Neste contexto há fenômenos tanto mais enviesados para a *dinâmica coletiva e pública* via organizações como partidos, associações, sindicatos, centrais, movimentos sociais, ONGs, etc., em rede, assim como de *isolamento relativo e privado* em rede - isso está acontecendo especialmente com grande parte dos indivíduos e setores da classe média, por terem mais acesso e condições materiais, se ligam e isolam relativamente em grupos ou comunidades, desde suas residências e automóveis confortáveis e equipados tecnologicamente, de onde se ligam via ondas e fios pelos sistemas de desenvolvimento de ambientes de informação e comunicação, pela mídia e multimídia e vem se configurando como novas formas de convívio social, na chamada “sociedade da informação”. Esse “novo mundo” acabou criando uma nova cultura especialmente entre os jovens, estruturada nas relações sociais *vis a vis* mais distantes fisicamente, mais frias, plugadas via conexões eletrônicas individuais formando coletivos cibernéticos, “comunidades virtuais” pela rede mundial de computadores: surgindo então um *homem-máquina-mundo*, que bem se poderia chamar de ***homo ciberneticus*** – o esteriópito do *sujeito social* da *sociedade hiperalinada globalizada* que vive num ambiente bombardeado por fluxos de informação e interações absurdamente conectado. Nessa nova realidade, ao mesmo tempo se provoca dialeticamente: ligação, distanciamento, ganhos e perdas de laços de afetividade entre indivíduos e coletividades. Constituiu-se um mundo ligando seres em comando e ações frenéticas onde as

peessoas são contraditoriamente mais informadas, entretanto mais despolitizadas, individualistas e céticas.

Toda essa nova era de convívio humano colocou tanto para os indivíduos desafios, como por exemplo, promover cotidianamente *micro-revoluções pessoais* - atitudes de pequenas resistências e rebeldias contra o fluxo que o sistema tenta impor, assim como para a coletividade, *macro-relações coletivas* - sem perder a condição fundamental de construir mudanças estruturais no âmbito da sociedade como um todo - onde as massas se organizam tradicionalmente para combater o ritmo forçado de trabalho exaustivo, o prolongamento da jornada de trabalho, etc., que não lhes permitem tempo para viver, construir relações mais humanizadas, etc. Qual seja, ir contra a reprodução sociometabólica do capital, que tenciona como nunca a vida das pessoas e a energia social coletiva para girar completamente em atenção aos seus interesses. Neste sentido a luta é tanto individual quanto coletiva contra o fluxo da ideologia, da alienação, do ceticismo, da despolitização, da apatia, no sentido de não se deixar abater, desumanizar e perder o sentido de comunidade, de utopia revolucionária, de recuperar o humano de dentro de si, a solidariedade de classe entre os subalternizados. Impor-se contra a maquinificação do ser, criar atitudes mais coletivas e generosas, contribuir para a constituição e construção de mais capital revolucionário socialista ao seu redor e que alcance o maior número possível de povos, que ao se somar coletivamente a outras regiões e ações podem repercutir tanto nos hábitos, instituições e tradições, como e principalmente ao nível da psique, da cultura, da economia e da ação política mais coletiva. Elevando o nível de complexidade para apreender, compreender, decodificar, entender e agir sobre as realidades. Juntar-se aos que não desistiram da luta socialista e da vida sem opressão e exploração. Aliar-se aos que não se entregaram e não vão se entregar sem lutar. Ousar sair da inércia social, indo no contra-fluxo, na contra-maré do oportunismo, da adaptação e do pragmatismo, ou seja, comungar da proposta do *construtivo radical*, das saídas de longo alcance estrutural, das profundas revoluções sociais e não se contentar com as superficiais ou periféricas reformas por dentro do sistema. O capital social e a ação coletiva neste sentido são elementos que podem contribuir para acelerar o ritmo da construção e catalisação das saídas profundas e duradoras, onde se inscreve a revolução socioambiental, no interior de uma possível sociedade socialista.

A construção do *capital social revolucionário* se enfrenta historicamente na alta modernidade com as organizações reformistas que se colocam em acordo com fenômenos mundiais como o “capitalismo flexível”, que “reinventa o tempo”, ao “extinguir” a noção de longo prazo e “rompe” com toda a forma diferente da sua própria ordem, decretando a morte

do socialismo. Ao contrário, os proclamadores do “fim da história” tiveram que se retratar diante do poder da realidade. Pois como afirma Niklas Luhmann, o poder está nas relações sociais, por toda parte, como na política, na arte, na ciência, na religião, no mito, na língua, são universos simbólicos que tomam formas através dos instrumentos de conhecimentos e educação através de construções sistemáticas, históricas das gerações mais antigas sob as mais novas. O poder ainda continua guardado no subterrâneo das forças políticas das massas subalternizadas, está com os trabalhadores, os povos, ainda que muitas vezes não o saibam, estejam dispersas e em graus distintos e diferentes de politização e consciência e luta de classe. Tudo está em aberto e em eterno processo de transformação, ultrapassam a dimensão e o interesse do indivíduo, portanto, ganham a dimensão social da coletividade imposta por uma ordem externa, contra a qual os indivíduos tentam se debater ou então se adaptar.

A hipótese da reorganização social das lutas pode ser aferida pela constituição inicial e fortalecimento do *capital social revolucionário* a partir da ação coletiva das massas, desde o surgimento e ou ressurgimento das organizações combativas do proletariado, do campesinato, da juventude e dos povos originários da América Latina, após três décadas de globalização acelerada e ataque neoliberal, e a inicial experiência histórica com os governos de Frente Popular e ou Populistas de Esquerda. Isso aparece expresso via crises e rupturas entre as antigas e novas direções dos movimentos sociais, desde as centrais, sindicatos, partidos, assembléias, associações, ligas, coordenações, etc., como o PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, a CONLUTAS e ANEL no Brasil, o PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores na Costa Rica, PST Partido Socialista dos Trabalhadores do Peru, o PST - Partido Socialista dos Trabalhadores da Colômbia, PT – Partido dos Trabalhadores do Paraguai, a FOS - Frente Operária Socialista da Argentina, ou da revitalização das antigas organizações combativas como a COB - Central Operária Boliviana, a LIT – Liga Internacional dos Trabalhadores e dos movimentos sociais camponeses no interior da América Latina, como ASAGRAPA – Associação dos Agricultores do Alto Paraná, a CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais, a CONAEI – Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, o Parlamento dos Povos da América Latina, este último proposto desde o movimento andino, enquanto alternativas de poder, entre outros exemplos de organizações e reorganizações em cada país e no conjunto do continente, que podem vir representar um salto das lutas sociais e políticas de enfrentamento à burguesia e ao imperialismo e demonstrar o potencial da ação coletiva dessas organizações, que ao se combinarem podem representar no futuro uma ruptura.

Esse movimento aproveita, ainda que timidamente, através, de organizações como o ELAC – Encontro Latinoamericano e Caribenho de Trabalhadores e suas entidades sociais de lutas, e outras organizações de trabalhadores e estudantes que se reuniram em Betim – Minas Gerais em julho de 2008 e em Belém – Pará durante o Fórum Social Mundial de janeiro 2009 para formar uma *rede de organizações* do campo e da cidade com o sentido de se contrapor ao fluxo político diante da crise do neoliberalismo, freando os ataques e colocando a alternativa socialista frente as crises sociais, econômicas, políticas e ecológicas sobre o continente - que só no início do século XXI, muitas das entidades que formam essa rede já participaram, mesmo que não tão articuladas de processo de enfrentamento em grandes mobilizações com os governos da região como no *argentino* que derrubou quatro presidentes no início da década na Argentina, a revolução das águas de Cochabamba na Bolívia, a resistência à direita contra Evo Morales, às forças de ocupação do Haiti, as ocupações de terras pelos camponeses e de reitorias e universidades pelos estudantes, assim como da derrota do golpe imperialista como na Venezuela que tentou derrubar Hugo Chavez e do processo que está em curso em Honduras com a recente crise instalada pelo golpe militar contra o presidente Manuel Zelaya, além de se contrapor ao planos imperialistas de implantar uma Área de Livre Comércio – ALCA. Para isso entidades gerias como a Liga Internacional dos Trabalhadores – LIT busca estimular a reorganização internacionalista dos trabalhadores na América Latina e no mundo sob a perspectiva da reorganização da IV Internacional Comunista, encorajando e contribuindo para que as organizações políticas da classe trabalhadora, a coletividade dos povos e os indivíduos a participarem de forma efetiva, ativa e diretamente da vida política e das organizações sociais revolucionárias de sua classe, se contrapondo conscientemente ao movimento ainda preponderante de acomodação, ceticismo e apatia geral evidente, onde os indivíduos estão ou se mantêm à margem, afastados dos organismos e sujeitos políticos coletivos da transformação social (sindicatos progressistas, partidos revolucionários, etc.), geralmente mantendo postura mais individualistas, conservadoras e ou no máximo reformistas da sociedade e do sistema. O capital social revolucionário e ações coletivas combativas e abnegadas de entidades, movimentos e indivíduos estimulando sua construção pode influenciar positivamente no curso cotidiano dessa situação, combatendo o grau de alienação elevada que se observa e incidindo no sentimento de impotência diante da tarefa de lutar pela transformação radical da sociedade imposta pela burguesia à América Latina e Caribe.

O sistema de hipóteses indicava ainda que a maioria do proletariado, do campesinato e dos indígenas, assim como quilombolas, estudantes, etc., permanecendo afastados, distantes e ou isolados dos organismos e organizações coletivas de sua classe viam como quase

impossível, ou mesmo impossível, a revolução social. Como resultado, esses indivíduos e coletividades ao participam passivamente da história, sem tê-la em suas mãos, sem protagonismo revolucionário, manifestam um grau elevado de indiferentismo, conformismo, resignação e apatia. Permaneciam ainda mais alienados e submetidos a exacerbação da ideologia burguesa - que, sob efeitos da alta modernidade se tornaram ainda mais fortes, tomando a forma de uma ideologização calcada no “fim da história”, “fim das esperanças”, “fim da razão”, “fim do político” “fim do social” e para as religiões fundamentalistas o “fim do mundo”, etc. O que, concorria, subjetivamente, para a manutenção do *status quo* do sistema político e econômico burguês. O que se argumentou em base aos exemplos da realidade mundial e em particular latino-americana e pan-amazônica no conjunto da tese corroboram em grande parte com essa percepção, mas não totalmente, uma vez que há uma mudança de humor, tensão e inquietação no interior das organizações dos trabalhadores do mundo e em particular dos povos do continente latino-americano, demonstrando que há uma crescente luta social e política.

O círculo vicioso da radicalização da alienação e da exacerbação da ideologia conservadora e ou reformista, conseqüentemente da subordinação do trabalho ao mundo do capital segue dominante, inegavelmente, ainda envolve a grande maioria da população mundial, esta aparentemente não se desvencilhou do derrotismo, impotência ou resignação, ainda que estratos significativos da vanguarda tenham claro que são possíveis mudanças profundas, as massas de conjunto não retomaram um movimento sociopolítico sustentado e generalizado. Até o momento conseguem se mover muito parcial e lentamente entorno de grandes lutas políticas radicalizadas, prevalece o descrédito ou frustração com a esquerda, devido a traição histórica do stalinismo e da social-democracia em nível mundial, latino-americano e nacional, minando a força, a consciência e o sentimento de classe trabalhadora. Há grande fragmentação das classes trabalhadoras do campo ou da cidade em diversos setores pulverizados, isolados, divididos, dissolvidos em grupos e grupelhos, onde muitos são rivais, sectários ou oportunistas como resultado de uma intensa crise de direção em função da adaptação da antiga direção ao regime democrático burguês, à estrutura do Estado desde a ascensão dos Governos Populistas e o choque com o surgimento da nova direção. Um exemplo desse processo ocorreu entre as organização dos camponeses no Brasil, como evidencia Maciel (2009, p. 3) em *Movimentos camponeses que lutam pela terra no Brasil contemporâneo*:

No caso do MST, o processo de cooptação política a partir da adaptação ao Estado da antiga direção, não se deu sem crises entre esta e sua base. Em vários estados isso

provocou diversas rupturas como, por exemplo: do Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST surgiu o Movimento Terra e Liberdade – MTL, que é uma fusão dos Movimentos Luta Socialista - MLT e Movimento dos Trabalhadores - MT. Ainda como parte desse processo de fragmentação dos atuais movimentos rurais, do MTL surgiu o Movimento Terra e Liberdade Democrático e Independente – MTL – DI. Nas entidades tradicionais do movimento os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR's estão divididos hoje nas Federações dos Trabalhadores na Agricultura – Fetagres e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF.

Isso observando apenas essa crise e cizões no interior do movimento camponês, sem citar o operário e o estudantil. O desdobramento desta fragmentação incide subjetivamente nas ações dos indivíduos e coletividades das classes subalternas, que por oportunismo ou por não conseguir se livrar até então do ceticismo e do individualismo, introjetam, interpretam e reagem subalternamente diante das dinâmicas políticas-econômicas-sociais-culturais da alta modernidade. Interiorizando-as no cotidiano sem maiores críticas ou com críticas evasivas e adaptação ao sistema ou não se colocando contrariamente de forma efetiva, incisiva e concreta porque se deparam com suposições ideológicas de que o proletariado não seria mais o sujeito social da revolução.

Este processo de movimento circular vicioso e negativo da radicalização da alienação, da exacerbação da ideologia conservadora e reformista, juntamente com o ceticismo, vêm produzindo intensos bombardeios políticos e culturais, levando os indivíduos e as massas submergir em uma *hiper-alienação*, *superideologia* e *ultraceticismo*, que tem a ver com as causas primárias da não participação política dos indivíduos, da não responsabilidade coletiva pelo presente e devir histórico e as perdas de esperanças nas utopias radicais socialistas. Essas caracterizações encontram abrigo na realidade mundial, como se mostrou particularmente no capítulo quatro. No presente há ainda uma grande morbidez política, mesmo que setores das massas e do proletariado em diferentes países e regiões. Mas é possível ver também que neste início de século as massas comessem a se levantar, como se indicou anteriormente - particularmente na América Latina (Equador 2000, Argentina 2001, Venezuela 2002, Bolívia 2003, Haiti 2006, Peru 2008, Honduras 2009), no Oriente Médio (Irake 2004, Líbano 2007) e na Ásia (Afeganistão 2001, Tibete 2008), mas não se pode negar o que predomina ainda é a grande ressaca moral dos abalos políticos anteriores e a impotência geral, a despeito inclusive da gravíssima e recente crise econômica mundial de 2008, que apenas está começando, apesar do recente entusiasmo com a recuperação parcial da economia que os capitalistas, os mercados e governos como Barak Obama e Lula da Silva comemoram e propagandeiam ao mundo como sendo o “fim da crise”, esta que em um ano torrou 24 trilhões de dólares dos Estados, aplicados para congelar a crise e com isso salvar o sistema do capital da quebraadeira, ao menos até então.

As hipóteses apontavam ainda que a morbidez política das massas ocorria porque também não se via soluções para a *grande crise* ou *crise total* da sociedade moderna (econômica, social, política, ecológica, cultural, ética), porque a burguesia aprofundou o nível de exploração, opressão e subordinação econômica, política e militar de uma maneira tão poderosa e sufocante com o advento da globalização, do neoliberalismo, da guerra fulminante e da sociedade informacional, da recolonização imperialista que, em nível micro restringiu o espaço, o escopo e o tempo de participação das pessoas na vida civil, na *polis*, o *homo politicus* está doravante subsumido pelo *homo economicus* desesperado na luta diária pela sobrevivência. Os dados e análises evidenciaram que os indivíduos e as coletividades são cada vez mais e intensamente massacrados, dilacerados, prostrados, lançados, abatidos, derribados, enfraquecidos e fragilizados política e moralmente pela pressão material cotidiana. Essa situação, incessante, nervosa e desesperada se radicaliza em um mundo cada vez mais inseguro, competitivo, veloz, frenético, virtual, caótico, desumano, frio, fugaz, insano, estúpido e insuportável, que promove o distanciamento crescente das relações sociais diretas, pessoais, quentes, vivas.

É possível observar ainda que o mundo da alta modernidade liga e desliga pessoas, espaços, lugares, territórios e relações, estas vão se processando intensamente pelas vias instrumentais, cibernéticas, mais localizadas no âmbito imediato, indireto e objetivo de reprodução do indivíduo e do sistema do capital a partir da ambivalência do ser, do medo, do risco, da perda, do estilhaçamento como produto do movimento das relações sociais, da economia, da política e da cultura. Que produz um ser vazio de si, dominado pelo medo, pela radicalização da incerteza, ansiedade exacerbada, da perda crescente de poder da vida diante da insegurança e sua banalização pela incontrollabilidade dos efeitos das crises, da fluidez do espaço-tempo, na rotatividade do sistema que acumula destrutividade crescente e veloz da saúde física, psíquica e moral dos trabalhadores.

Ao se banalizar a vida pelo uso animal dos trabalhadores e trabalhadoras, na produção de mercadorias e espetáculos, ocorre o aprofundamento dos aspectos intrínsecos da alienação econômica, política, moral, ética, estética e a reificação do humano, ou seja, da objetificação ou objetuação do ser, seu afastamento de si e da natureza, que ora está impregnado em todas as relações onde os escândalos mais diversos não escandalizam mais, há uma exacerbação do *indivíduo-egoísta*, não da *individação*, particularista, esta saudável e necessária, em que cada ser conserva suas características psíquicas, criativas e peculiares consigo ao se relacionar com a coletividade em uma multiplicidade de personalidades, gostos e atitudes que formam a rica sociodiversidade cultural humana. Vive-se em um mundo hegemônico em que a imagem do

ser real, é superior ao *real-concreto-vivido* onde parte considerada das relações sociais, afetivas e sexuais se processam de forma virtual, se viabilizam pela rede mundial de computadores, há uma maquinificação, virtualização do humano, apressamento, um surgimento do pós-humano.

A alta modernidade aprofundou, contraditoriamente, a existência de uma intenso-incisiva propaganda ideológica neo-conservadora, neo-reformista e neo-capitalista, justo num momento em que o sistema e a reprodução sociometabólica, política e econômica do modelo burguês, mostra crescentes sinais de crises em seu regime de produção em função da destruição das forças produtivas e das externalidades derivadas do processo de desenvolvimento urbano-industrial, que entre outros problemas, vem demonstrando ser inviável social e ecologicamente. Ao mesmo tempo em que, ainda ideologicamente, nega em conjunto a existência-reconhecimento do proletariado como sujeito social na luta de classes. Negam a vigência da revolução socialista. Negam a atualidade da força histórica do proletariado, do campesinato e da aliança operária-camponesa-estudantil, a possibilidade da transformação histórica radial, justo para que o proletariado não se reconheça, não tenha identificação, seja um ser comum, sem auto-referência de classe, um “cidadão”, disperso, diluído, sem classe social, sem interesses antagônico-divergentes da burguesia e da pequena-burguesia e conseqüentemente, sem poder de ação, aglutinação, insubordinação e rebelião e conseqüentemente lute pelo poder. Esse movimento de negação é mais visível entre políticos, teóricos e setores que tem sua origem social no proletariado, mas que se debandaram para a direita e hoje estão em estreita associação e alinhamento com a burguesia nacional e internacional, muitos defendendo e dirigindo os negócios dos capitalistas desde o Estado.

É visível que grande parcela do proletariado foi fragmentada, transfigurada, como na expressão de Antunes (2003a), foi “liofilizada”, e hoje se apresenta como um novo tipo de proletariado, solto a seu destino, “sem patrão”, sem trabalho fixo, sem direito algum, ambulante, perambulante, um ser que se tornou “tão livre” que “pode ser o seu próprio patrão”, não se vendo o grau de alienação que há nisso, pois este trabalhador ou trabalhadora “sem patrão”, tem como patrão uma indústria e um comércio genérico, um mercado que o/a explora ainda mais. Parcelados, realizam as mercadorias do sistema produtivo do capital, estão incluídos na ponta, na periferia, sem contudo, ter contrato algum, alguma segurança social, trabalhista e ou previdenciária, neste sentido são incluídos e excluídos pelo mercado. Estes seguimentos da classe trabalhadora, são populares que em sua grande maioria estão desorganizados, formam uma crescente massa urbana vivendo em sub-condições humanas.

Porém, em um processo desigual e combinado uma parcela significativa destes que foram por muito tempo subalternizados vem se aglutinando em diversos movimentos sociais rurais e urbanos em um sinal de que há uma reorganização dos movimentos populares na América Latina. Isso mostra que há uma resiliência histórica da classe trabalhadora e dos movimentos populares em lutas, que são capazes de sofrer grandes derrotas, mas depois de longo tempo se recompõem social e politicamente, ainda que conjunturalmente a variante reformista e a tendência depressiva desses movimentos se mostre preponderantes, já há indícios de fortes e sucessivas inquietações revolucionárias em diversas partes do subcontinente. A relativa calmaria - imposta pelas direções traidoras que travaram as lutas nas últimas duas décadas pós-ditaduras militares e hoje estão no aparelho do Estado em diversos países na América Latina - pode estar terminando. As massas fazem suas experiências e amadurecem.

A despeito da explícita e profunda propaganda ideológica via todas as formas e meios de mídia e também pela academia, por parte da burguesia e do conjunto do reformismo-pragmático, de que a transformação radical da sociedade é coisa do passado distante, é irreal, é anacrônica, não tem sentido e nem faz parte da agenda, da pauta das possibilidades históricas reais do presente da alta modernidade informacional-global, que “os tempos são outros” onde a própria vida e as relações humanas tendem a se “autonomizar” do real, se transfigurando em “hipereal” como na expressão de Baudrillard (1986), ao ponto de se construir relações virtuais, onde falar, pensar e propor a revolução socialista é quase um delírio, vista como impossível. Isto tem a ver em grande parte, com a falta de entendimento dialético do movimento da sociedade, da história, dos sistemas sociais via transformações internas, seus mecanismos e processos complexos de reprodução, mas, fundamentalmente, também, por uma clara opção política dos conservadores e reformistas pela manutenção do *status quo* da sociedade burguesa, assim como pelo baixo grau de consciência política e ou participação e politização das massas trabalhadoras e da juventude, perversamente atingidas e atrasadas pela radicalização da alienação, da ideologia e do ceticismo dominante na vida social, recrudescido pelo mercado e o fenômeno do mundo informacional-global.

Ao mesmo tempo a realidade de vários seguimentos industriais, nas últimas décadas, demonstra que há um crescimento da produção e da produtividade do trabalho, da produção de bens e serviços (mercadorias) sem que se ampliem as vagas de emprego, e o próprio acesso ao consumo das mercadorias, o que desembocou na atual crise estrutural de superprodução. As estatísticas mostram que o sujeito social da revolução socialista, o proletariado, e dentre estes o operariado clássico, industrial, está mesmo reduzindo no mundo todo, e segundo

alguns intérpretes exagerados “desaparecendo irreversivelmente”, “encolhendo positivamente”, ou “está mesmo em vias de morte”, pela ação do desenvolvimento científico-tecnológico da sociedade capitalista, que está ancorada no “trabalho morto” e gera a destruição dos postos de trabalho. Segundo esta interpretação o proletariado ainda existente nem ao menos pensaria mais na revolução socialista, pois os trabalhadores e trabalhadoras estão cada dia mais buscando soluções imediatas para a reprodução de suas vidas e apenas isso e que essas condições são objetivas e a prova de que nada mais é possível pensar, fazer e ou construir diferente do que se tem no presente, a sociedade burguesa, capitalista. Aqui se defende que essa é uma interpretação mecânica, estreita, a-histórica da realidade, uma vez que o fenômeno é mais complexo, cabe pensar dialeticamente: sim, porém não. Sim, o proletariado clássico, operariado industrial, está desaparecendo, foram pelo menos 6,7 milhões de trabalhadores demitidos nos Estados Unidos em um ano desde a crise de 2008, no Brasil os dados apontam para aproximadamente 1,0 milhão de desempregados por conta de crise (NETO, 2009), mas o proletariado não está desaparecendo. O proletariado está sendo empurrado para a periferia, para o sub-emprego, a exclusão, para o nível de sobrevivência mínimo e precário, um fato, e os dados da realidade comprovam, que há uma crescente diminuição da taxa de emprego e uso de mão-de-obra nas indústrias, e isso ainda deve piorar diante de um mercado mundial com forte tensão em busca de recuperação da taxa de lucro desde o centro do sistemas de estados hegemônicos, o imperialismo Estadunidense. Mas é preciso registrar que não se deixa de ser proletariado só porque não se trabalha mais na indústria, o proletariado é o segmento da sociedade que é assalariado, vive de sua força de trabalho, ainda que este não esteja diretamente envolvido no mundo do trabalho formal, ligado ao processo produtivo direto, mas enquanto classe pertence ao proletariado, pode estar arruinado, sobrevivendo precarizado, sub-empregado, desempregado, “viver de bico”, sobreviver miseravelmente. O que ocorre é uma investida incisiva da ideologia burguesa e do conformismo-oportunismo lógico, amplificado pela grande mídia, pelos líderes e organizações políticas e sindicais reformistas e também pelo coro da academia e de intelectuais que tentam reproduzir no cotidiano das massas hiper-alienadas que o proletariado está em vias de extinção e por isso não tem mais peso político, valor econômico, social e histórico como sujeito da Revolução Socialista. Ainda que o proletariado clássico, o operariado industrial esteja encolhendo pela maquinificação, avanço tecnológico, o desenvolvimento da sociedade-informacional, este continua sendo imprescindível para a geração da mais-valia e, portanto para a geração de riqueza, a reprodução e retirada da taxa de lucro do capitalista e sobrevivência do sistema do capital. Além, o proletariado na visão

ampla, são todos os desvalidos, os pobres e miseráveis do mundo e estes se amontoam aos bilhões por todos os continentes, regiões do planeta, desde a América Latina.

A experiência histórica ao longo do tempo tem mostrado que os indivíduos e coletivos da classe trabalhadora que participam interna, ativa e efetivamente de alguma organização social e ou política, possuem ou acumulam ativos de capital social, são teoricamente, mais politizados, tendem a ser mais à esquerda e ou algumas vezes de inclinação socialista, revolucionária, ou simpatizante da causa revolucionária em algum grau. São também os mais tocados pela solidariedade, estão mais propensos a lutar e mais convencidos de que a saída, a alternativa para os limites sociais, econômicos e ambientais da atual crise global do sistema do capital — que se expressa em diferentes escalas desde a local à mundial — está possivelmente numa ruptura revolucionária. Dado que estes indivíduos e coletivos compreendem que na raiz do sistema burguês este inviabiliza desde o nascedouro qualquer possibilidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, o alcance da justiça social e a conservação da natureza, e percebem nitidamente que a saída não está por dentro do sistema do capital. Assim, estes indivíduos, grupos e ou coletivos são mais sensíveis às mobilizações, à participação política em coletivos maiores e às demandas organizativas das lutas políticas mais gerais, estão mais mobilizados para os enfrentamentos, a insurgência contra a dominação burguesa da sociedade e formam o que se convencionou chamar de vanguarda revolucionária e ou elite revolucionária da classe trabalhadora. São estes seguimentos e ou estratos da classe trabalhadora que podem constituir a cabeça e o coração, de uma futura direção revolucionária socialista e que todos os dias ensaiam, em diferentes partes do mundo, sejam nas pequenas ou grandes lutas e mobilizações, pelas mais diversas vias e causas, firmam os passos rumo à construção do socialismo, estejam lutando consciente ou inconscientemente, convictos ou não pela causa socialista.

São indivíduos e coletivos, quadros políticos da classe que podem contribuir para a construção da revolução socialista, revolução socioambiental, a partir do desenvolvimento de seus ativos de capital social, influenciando na ruptura, construção e transição ao socialismo, que pode se dá, entre outras, pela via da participação política dos sujeitos sociais e políticos da revolução através da cultura como expressão coletiva construída em uma determinada época, constituída e estabelecida através das relações sociais de produção, reprodução e apropriação, que, fundamentalmente, giram em torno do poder e disputa entre as classes (especialmente político e econômico). Neste especial, o poder das massas pode ser estimulado e amplificado em base a uma cultura onde o capital social pode ser e ou funcionar como um elemento catalítico de contra-fluxo ao modelo político-ético-moral burguês, pode contribuir

como um substrato sociopolítico que ajuda no fomento, na organização do povo pobre, do proletariado, no sentido coletivo de conquistar bem-estar, promovendo e desenvolvendo a auto-gestão, sua auto-confiança, sua moral política, o sentimento de pertencimento de classe, de comunidade dos explorados, solidariedade-fraternidade, podendo verter maior politização e oportunidade de refletir e buscar saídas coletivas para o conjunto das crises que o sistema de capital instalou no mundo contemporâneo. O desenvolvimento do capital social individual e coletivo pode romper a fragmentação, despolitização, individualismo etc., e criar um ambiente político e cultural revolucionário de debate aberto e democrático das possibilidades e construção da revolução socialista, do socialismo e da futura sociedade socialista, até alcançar o patamar do comunismo.

Obviamente que o tratamento que se faz do *capital social revolucionário* não é a panacéia, nem poderia ser. Mas é um elemento importante no processo de estímulo às lutas sociais, e como capital, precisa ser cultivado. Assim, para maior eficiência é preciso levar em conta como vivem, percebem, incorporam, interpretam e reagem os subalternizados diante das dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas da alta modernidade? De forma geral, a massa trabalhadora mundial pode ser classificada em diferentes estratos de condições materiais de existência, vida, mas fundamentalmente, como proletariado, é universal por vender sua força de trabalho aos capitalistas, aos burgueses, conforme a teoria marxista. Mas é particular em suas estratificações inter-classe, uma vez que há os segmentos de proletários que possuem uma renda *per capita* em patamares significativamente distintos, por exemplo, quando se compara um trabalhador da construção civil e um professor universitário, se poderá facilmente, em qualquer pesquisa direta, saber que há uma grande diferença salarial entre esses segmentos de classe. O que normalmente, não mecanicamente, claro, isso quase sempre se reflete no nível de vida e de disposição política de luta diferentes entre esses indivíduos. Logo, como vivem, percebem, incorporam, interpretam e reagem os subalternizados diante das dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas da alta modernidade tem haver com sua condição material de existência, conforme já o registrava Karl Marx em sua teses contra Feuerbach, bem como com a condição de sua formação cultural. Tem a ver com os acessos ou não aos benefícios, avanços e bem estar conquistados pela civilização. Muito particularmente com seu grau de politização e participação em alguma entidade e ou estrutura coletiva proletária, seu acúmulo de capital social revolucionário. Na alta modernidade, voltando ao exemplo, como antes dela, um trabalhador da construção civil continua tanto quanto antes alijado das conquistas materiais da sociedade informacional-global, salvo talvez que possa ter acesso a um meio móvel de comunicação (celular) e comunicação (televisão), dificilmente

esse trabalhador, assim como a massa trabalhadora da América Latina, da África ou da Ásia tem hoje e teve ao longo desse último período da economia neoliberal oportunidade de ver a transformação tecnológica entrar maciçamente em sua casa e lhe trazer benefícios. A grande massa trabalhadora continua lutando pelo direito mínimo biológico de comer e de continuar em pé par trabalhar e ser explorado. Os baixos salários pagos na América Latina, na África e na Ásia, junto com as estatísticas de desemprego apresentadas anteriormente, calçam irrefutavelmente esta afirmativa.

A ideologia dominante quer fazer crer que não há outra saída ao modelo neoliberal, mesmo este em grande crise. Em meio ao ceticismo geral reinante entre as massas, onde muitos setores da população vivem um pessimismo endêmico, e mesmo os setores mais intelectualizados, essa ideologia tem ampla aceitação se sentem derrotados e ou enfermos, impotentes, em coma social e político diante da realidade de violenta opressão, exploração e alienação promovida pelo sistema social hegemônico pela burguesia, pelos resultados gerais das contradições capitalistas que afeta o mundo do trabalho, a crise do desemprego estrutural, a superexploração com pesadas jornadas para retirar mais-valia, assim como pelas decepções com a esquerda, a social-democracia, os sucessivos e intermináveis escândalos de corrupção, etc. Grandes parcelas das massas estão ignorantes e mesmo que cientes estão perplexas e apáticas diante do bombardeio da crise socioeconômica, socioambiental e civilizacional global, expresso no agudo problema da miséria, do aquecimento global, nos desflorestamentos, das crescentes “catástrofes naturais”, etc. No entanto, vale ressaltar que esse processo é desigual e combinado, diante de um ceticismo geral, como já se falou há uma reação surgindo no horizonte, no subterrâneo social em diversos países e continentes, particularmente no Oriente Médio, na Ásia e na América Latina. Setores, ainda de vanguarda, minoritários, começam a despontar para as lutas políticas de massas. Pode-se perceber um ligeiro movimento de ascensão das lutas. Esse processo é normal, depois de grandes derrotas, quase sempre o retorno às grandes lutas é lento, frágil, gradual. Trotsky (1978, p. 22) a partir de sua longa experiência de luta revolucionária, afirma que: *as massas populares trabalham pacientemente, esperam, perdem a paciência, sublevam-se, combatem, morrem, dão a vitória a outros, são traídas, caem no desalento, submetem-se, voltam a trabalhar... Para mais adiante retomar novo fôlego e novamente, com segurança e firmeza de pensamento enfrentar nova luta.* Então é necessário paciência e persistência, pois a luta é contra um modelo ideológico e alienante gigantesco.

Claro que há uma pesada força ideológica contrária à luta, a organização e à revolução proletária, até se fala abertamente que não é mais possível pensar na revolução socialista. Daí

a grande importância e atualidade que toma se entender como se manifesta e reproduz o fenômeno da alienação, da ideologia, do ceticismo e da participação política na alta modernidade, como parte fundamental de um esforço intelectual de reflexão que se deve fazer sobre a sociedade capitalista do final do século XX e início do século XXI. Especialmente após a queda do aparato stalinista da ex-URSS e do Leste Europeu. Um período recente da história tão impactado pela hegemonia neoliberal e pela evidente destruição social e ecológica planetária promovida pelo sistema do capital. Não admira o fenômeno da grande apatia, morbidez e ceticismo da imensa maioria dos indivíduos na busca por uma saída radical diante de um tremendo aparato contra-revolucionário como a grande mídia burguesa e os setores burocratizados e traidores da antiga esquerda que hoje estão nos governos. Assim, é possível e quase “natural” que poucos vejam soluções de rupturas profundas, radicais para a grande crise da sociedade moderna, apesar de tudo. Provavelmente isso tem a ver com a grande dificuldade de se contrapor ideologicamente ao poder midiático do capitalismo e da burguesia; pelo conjunto dos ataques neoliberais, conforme se destacou e da reestruturação produtiva que elevaram o grau de alienação das massas; assim como o fato de que o grau geral de ceticismo tem contaminado, e em grande parte, anestesiado e continua imobilizando os setores mais expressivos da classe trabalhadora, como o proletariado industrial e o funcionalismo público, que juntos formam o maior contingente da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Sobre o *desenvolvimento sustentável* Sachs (2005, p. 09-10) afirma que em última instância o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto de sociedade no tempo e no espaço. *Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas espaciais distintas.* A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender de sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo. Sachs (2005) chama atenção para os desencantos do desenvolvimento, que apontam o fracasso bastante geral das políticas que se reclamavam do desenvolvimento para justificar o abandono puro e simples do conceito do desenvolvimento, visto por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países periféricos. Esse fracasso é indiscutível, admite, mas como avaliá-lo sem

lançar mão do conceito normativo de desenvolvimento ou, ainda melhor, sem recorrer ao par desenvolvimento/mau-desenvolvimento que configura um contínuo de situações possíveis? Assim era de se esperar, pela defesa do conceito de *desenvolvimento sustentável* ou *sustentabilidade efetiva* como utopia para o século XXI, obviamente que não por dentro do sistema do capital, sim postulando a necessidade de buscar um novo paradigma socioeconômico, político-cultural, tecno-científico, capaz de se substituir o padrão do industrialismo capitalista. O reformismo da social-democracia e a adaptação da antiga esquerda que se dizia revolucionária foi longe de mais na aceitação da *economia de mercado*, embarcando no onda neoliberal um conceito que J. K. Galbraith considera com razão como totalmente inócuo e por isso muito difundido, onde a própria China é uma das mais exemplares – assim se deve superar as barreiras que hoje separam as diferentes disciplinas do saber, assim como suas práticas políticas e econômicas efetivas, caminhando para a *ecossocioeconomia* proposta por William Kapp como indica Sachs (2005).

Veiga (2005, p. 14) em sua obra *Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI* aponta que:

O ideário do desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável talvez à bem mais antiga idéia de “justiça social”. Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade. Ao mesmo tempo, nada assegura que possa ser de fato, possíveis e realizáveis. São partes imprescindíveis da utopia, no melhor sentido desta palavra. Isto é compõe a visão de futuro sobre a qual a civilização contemporânea necessita alicerçar suas esperanças.

Mas a utopia de desenvolvimento sustentável de fato não pode estar alicerçado em um sistema econômico em que a demanda mundial de produtos e serviços de alta tecnologia aumenta 15% ao ano (em poder dos países ricos), enquanto a de matérias-primas não chega aos 3% e a de produtos com baixo grau de transformação não passa de 4% ao ano (esses de origem de países pobres ou ditos em desenvolvimentos) como salienta Rivero (2002) em *O mito do desenvolvimento- os países inviáveis no século XXI*. São as velhas trocas desiguais entre centro e periferia que se arraigaram ainda mais na sociedade informacional global - onde os preços reais das matérias-primas, que já caíram para níveis inferiores aos da depressão de 1932, continuarão a declinar no século XXI e pior, segundo Veiga (2005, p. 24) os preços de produtos manufaturados com baixo ou médio conteúdo tecnológico – como têxteis, roupas, manufaturas de madeira, químicos, maquinário e equipamentos de transportes - caíram 1% ao ano desde 1970, mostrando uma tendência perversa semelhante à apresentadas pelas matérias-primas. Levando à uma situação doentia-contaminante do sistema de perpetuação das

desigualdades e miséria, que Rivero (2002) chama de *vírus da miséria científico- tecnológica*, que vai ao extremo patológico quando coincide com o outro vírus da inviabilidade - *vírus da exploração demográfica urbana*²⁴² - então o não-desenvolvimento é “quase inevitável”, sustenta Rivero (2002, p. 135). Isto porque as minguadas receitas que poderão ser geradas no futuro pelos preços instáveis e pouco rentáveis de minerais, metais, produtos agrícolas, madeiras, têxteis e outros produtos pouco intensivos em tecnologia não poderão assegurar recursos suficientes para a criação de empregos e para a satisfação das necessidades mínimas de populações crescentes nas cidades mais desenvolvidas ou populosas (VEIGA, 2005, p.24). Evidentemente que se deve abstrair dessa noção o malthusianismo, mas também é inegável que é muito preocupante a explosão demográfica – apenas lembrando o que se viu no capítulo três, esse é exatamente o papel e destino dos países da América Latina, especialmente dos que conformam a Grande Amazônia. Onde, num quadro de possível reversão parece ser razoável que se aplique políticas junto aos países vítimas dos efeitos *darwinismo tecnológico* e do mercado globalizado no sentido de buscar reduzir ou moderar sua taxa de nascimento e, ao mesmo tempo, modernizar sua produção para torná-la mais intensiva em tecnologia, em um processo de reversão da desigualdade. “Esse processo vai ser complexo e provavelmente se estenderá por décadas, durante as quais será preciso sobreviver evitando terremotos sociopolíticos”, diz Rivero (2002, p. 183), quando se percebe que: “é urgente alcançar um equilíbrio entre crescimento da população e o de recursos vitais como alimentos, energia e água, de modo a ser viável pelo menos um ambiente sociopolítico estável que viabilize o processo de modernização”. O problema é que será inevitável que a luta contra o poder econômico e o poder político da burguesia não cause “terremotos sociopolíticos” como sonha Rivero e mesmo Sachs e Vieira (2005), quando pensam e propõem um desenvolvimento sustentável que não se enfrente com o capitalismo e a burguesia e sim seja uma espécie de “pacto global pela sobrevivência”. Onde segundo Rivero (2002, p. 15-16), essa meta de equilíbrio físico-social independe de ideologias e por isso pode resultar de um consenso, de

²⁴² Os dados demográficos indicam que a população terá dobrado em quase todos os países que exportam produtos pouco intensivos em tecnologia por volta de 2020. Essa *combinação viral* de exportação de bens com baixo valor agregado e explosão demográfica é grande produtora de pobreza. Se as exportações não forem modernizadas com mais tecnologia e se diminuir a natalidade nos países subdesenvolvidos, a pobreza, que hoje atinge 1,3 bilhão de pessoas, atingirá cerca de 3 bilhões em 2020 (VEIGA, 2005, p. 24). Para Rivero (2002), é essa incapacidade de transferir recursos do mercado mundial para crescentes populações urbanas que impede que os países se desenvolvam e tende a torná-los *Economias Nacionais Inviáveis* (ENIs). É inegável que todos os países chamados “em desenvolvimento” tiveram de sobreviver por quase todo o século XX, com “ajuda internacional”, empréstimos oficiais e financiamentos privados, se tornando ainda mais dependentes, endividados e subordinados. Sempre caíram na inadimplência ou estiveram à beira da falência e muitos, como a foram obrigados como a Argentina a baixaram moratória. E todos vão sobrevivendo, por enquanto, por conta das privatizações e capitais voláteis especulativos do mercado financeiro global (VEIGA, 2005, p. 24-25).

“Pactos pela Sobrevivência”, “celebrados por todos os setores políticos em qualquer país pobre onde a população urbana cresça demais e haja alarmantes sintomas de insegurança hídrica, energética e alimentar”. O próprio Eli da Veiga reconhece: “É irrefutável que as economias periféricas nunca serão *desenvolvidas*, no sentido se similares às economias que forma o centro do sistema capitalista, como alertou Celso Furtado, há mais de 30 anos, em seu livro justamente intitulado *O mito do desenvolvimento econômico*” (VEIGA, 2005, p. 28). Quando Furtado (1974) afere a ideologia ou mito do desenvolvimento como um desvio de atenção para atender de fato tarefas básicas, as necessidades fundamentais da coletividade.

“Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobiliar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75-76).

Contudo Veiga (2005, p. 30-31) salienta que:

Existe evidencia de que a invenção cultural tende a ocorrer em torno de dois eixos: a busca da eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida. A primeira tem sido chamada de racionalidade *instrumental* ou *formal* e segunda de racionalidade *substantiva*, ou *dos fins*. A invenção diretamente ligada à ação supõe a existência de objetivos previamente definidos. Ela gera a *técnica*. Já a invenção ligada aos desígnios últimos gera *valores*, que podem ser morais, religiosos, estéticos etc. O que não se sabe ao certo é a razão pela qual, neste ou naquele momento de sua historia, uma sociedade favorece a criação de técnicas e não de valores substantivos[...]. O gênio inventivo do homem foi canalizado, nos últimos duzentos anos, para a criação técnica, o que explica sua extraordinária capacidade expansiva. E é a esse quadro histórico que se deve atribuir o fato de que a teoria de desenvolvimento tenha ficado circunscrita à lógica dos meios, tendendo a se confundir com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial.

Algo se pôde aprender com as experiências históricas das teorias e planos de desenvolvimento segundo as óticas liberais, neoliberais e keynesiana. Ao final nenhuma dessas teorias e políticas conseguiu livrar a humanidade trabalhadora do jugo da miséria, exploração, subalternidade e a destruição do meio ambiente, antes seu contrário. Assim tem razão Furtado (2000, p. 8) quando afirma que o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade “não só em relação as meios, mas também aos fins”. E os fins que desfilam a humanidade trabalhadora não são os mesmos que preocupam a humanidade parasita. Portanto tudo ainda continuará inscrito na luta de classes.

6.2 REVOLUÇÃO SOCIALISTA E REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O capitalismo, desde a crise mundial da economia que levou ao esgotamento do keynesianismo clássico, do Estado do Bem Estar Social, particularmente na Europa, da crise no Oriente Médio, do choque e da alta do petróleo, seguida pela ascensão e hegemonia do dólar americano nos mercados e bolsas globais durante a década de 1970, despontava para uma nova etapa histórica mundial em meio a uma gigantesca crise estrutural – inaugurando a aplicação do neoliberalismo, um período que seguiria três décadas de violentos ataques conservadores. Que juntamente com o desenvolvimento de um conjunto tecnológico de origem militar do período da Guerra Fria, reconvertidos para uso civil, como foi o caso de muitas tecnologias do mundo da telemática, informática e robótica, permitiu um avanço acelerado e sem par da acumulação e circulação do capital, aumentou o poder mundial da burguesia e enfraqueceu do proletariado. Período que teve seu centro, ao lado da ascensão tecnológica aberta, uma dinâmica política e econômica muito destrutiva, conservadora e de grandes retrocessos sociais num processo que aparece oficialmente, primeiramente, no Chile durante o governo do ditador Augusto Pinochet, aliado incondicional da Inglaterra de Margareth Thatcher, e dos Estados Unidos de Ronald Reagan, em fins da década de 1970 e início de 1980. São o “general sanguinário”, “a dama de ferro” e o republicano da “guerra nas estrelas”, o trio conservador responsável pela marcha nos continentes americano e europeu do mais duro conjunto de medidas econômicas e políticas que atacam os direitos históricos dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro, até então sem precedentes. O *projeto neoliberal global* aumentou profundamente a exploração da humanidade trabalhadora, a desigualdade social e a destruição do meio ambiente, fortaleceu política, ideológica e economicamente a burguesia, particularmente a financeira e as grandes corporações, reforçou o imperialismo e devorou esperanças e sonhos da geração de 1968, que queria mudar a sociedade, a cultura, a vida, o mundo. Foram três décadas de escuridão e perda.

O neoliberalismo, uma doutrina econômica ancorada no monetarismo, que teve em Friedrich Von Hayek (1899-1992), economista da escola neoclássica austríaca e Milton Friedman (1912-2006) da escola neoclássica americana, seus maiores ideólogos, entre outros, que desde o segundo pós-guerra inundou o planeta com suas ideologias, particularmente após a queda do “Socialismo Real”. Hayek e Friedman, ambos discípulos de Alfred Marshall (1842-1924) e sua teoria e escola neoclássica²⁴³ pregam a primazia do Mercado e privilegiam

²⁴³ A Escola Austríaca surgiu com a chamada revolução marginalista ocorrida entre 1871 e 1874, com a publicação de obras de três diferentes autores que desenvolviam suas pesquisas e seus trabalhos em diferentes

o controle da moeda, associado a um baixo grau de intervenção do Estado na economia, evoluindo para um modelo cada vez mais conservador, desembocou, finalmente, na Doutrina Econômica Neoliberal, promoveu um desastre mundial para os trabalhadores e trabalhadoras.

O cerne da hipótese geral desta tese levantada na introdução afirmava que a reprodução sociometabólica do capital na alta modernidade (leia-se a Doutrina Econômica Neoliberal), desde sua opção pelo indivíduo, privilegiando este sobre a coletividade, sob o comando da burguesia, vinha aprofundando a ideologia, a alienação e o ceticismo entre as massas e como resultante desse processo de alienação e apatia da sociedade dificultava a organização política, atingindo e afastando os indivíduos da classe trabalhadora das lutas sociais e ambientais e conseqüentemente da formação de capital social no processo de construção da alternativa socialista; esse processo não motivava as pessoas para engajarem-se em movimentos pela proteção e ou sobrevivência dos ecossistemas e menos ainda do mais importante, das populações humanas mais miseráveis e vulneráveis colocadas em maior risco social e ambiental por conta do novo modelo capitalista, levando o sistema a avançar para um grau de destruição que poderia ultrapassar o poder de resiliência socioambiental e, pela lei dialética da transformação da quantidade em qualidade, este poderia passar de seu atual estágio de barbárie crescente para o extermínio, caso o metabolismo do capital continuasse operando no mesmo nível de destruição; assim como enfatizava que sob o domínio do capitalismo, da burguesia e do imperialismo a vida no planeta corria risco de entrar em

países, sem que cada um tivesse conhecimento do trabalho dos outros. Juntamente com William Stanley Jevons, na Inglaterra, e Leon Walras, na Suíça, Carl Menger, na Áustria, reafirma os princípios básicos do liberalismo econômico (que sofriam na época forte ataque dos autores socialistas, em especial de Karl Marx, que publicara sua obra magna, *O Capital*, em 1867), com uma importante novidade: a ênfase na utilidade para a determinação do valor das mercadorias, o que acentuava o caráter subjetivo do mesmo, em contraposição ao caráter objetivo da visão tradicional, segundo a qual o valor é determinado pela quantidade (tempo) de trabalho necessário à produção de cada mercadoria. Vale destacar, desde logo, que ao contrário das correntes de Cambridge (ou inglesa) e de Lausanne (ou suíça), que enveredaram para a economia matemática, fazendo amplo uso de métodos quantitativos na análise econômica, a Escola Austríaca optou por uma abordagem mais filosófica, procurando colocar ênfase nos fundamentos ou razões que estão por trás das decisões dos agentes econômicos, *indivíduos*. Fica, portanto, evidenciado um antagonismo intransponível entre as duas tradições do pensamento econômico: enquanto a *tradição socialista* faz uso de uma metodologia que sobrepõe o *coletivo* (as classes sociais) ao indivíduo, considerando em suas análises basicamente as relações de classes (dominante *versus* dominada), a *tradição liberal* faz uso de uma metodologia eminentemente individualista, considerando, como foco central de suas análises, as tomadas de decisão de cada agente econômico, seja ele um indivíduo (pessoa física), seja uma empresa (pessoa jurídica). Cada uma dessas correntes surgidas com a revolução marginalista teve continuidade, posteriormente, com sucessivas gerações. A de Cambridge com Alfred Marshall, principal expoente da chamada síntese neoclássica (registre-se aqui uma controvérsia nos manuais de História do Pensamento Econômico: enquanto para alguns autores a Escola Marginalista se confunde com a Escola Neoclássica, para outros, elas devem ser entendidas como duas Escolas distintas), e Cecil Pigou, outro teórico influente dessa escola e corrente; e a de Lausanne, com Vilfredo Pareto. A Escola Austríaca, por sua vez, teve como destaques da segunda geração Friedrich von Wieser e Eugen von Böhm-Bawerk; da terceira, Hans Mayer, Leo Illy e Ludwig von Mises; da quarta geração, juntamente com Hayek, Fritz Machlup, Oskar Morgenstein e Paul N. Rosenstein-Rodin; e finalmente da quinta, que se estende aos dias atuais, Israel Kirzner e Ludwig Lachmann, além de Murray Rothbard, que se tornou o maior expoente do libertarianismo, uma visão ultra-liberal da economia que só teve repercussão nos Estados Unidos (MACHADO, 2007).

colapso, tendo como base os atuais problemas e crises em função dos processos históricos, socioeconômicos e socioambientais acumulados e das propostas e perspectivas de soluções conservadoras ou reformistas insuficientes que surgiram neste último período - que vão desde as apontadas pela “direita progressista” a “esquerda pragmática” hoje no poder em muitos países da América Latina – e foram gestadas e defendidas por amplos setores da social-democracia, do reformismo neoconservador ou populista, indicando saídas de desenvolvimento e sustentabilidade por dentro do sistema, sob o controle do imperialismo, de forma subserviente e colaboracionista.

Os governos ditos socialistas, sociais liberais, de frente popular ou populistas implantados na América Latina e Caribe, como o de Raul Castro (Cuba), Daniel Ortega (Nicarágua), Lula da Silva (Brasil), Rafael Corrêa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai), Evo Morales (Bolívia), Hugo Chavez (Venezuela), considerados mais à esquerda, são resultados eleitorais do rechaço da população aos governos que aplicaram a doutrina neoliberal, contudo, apesar de serem lideranças que ascenderam ao poder por meio de grandes movimentos e lutas populares não aplicaram e ou aplicam políticas favoráveis a esses setores, governam para a burguesia. Não são governos dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa é uma expressão nítida do processo de alienação e ideologia radicalizadas que pesa sobre a cabeça do proletariado, de sua dificuldade histórica de se livrar de modelos social-democratas, populistas, conservadores. Então, pelos dados e análises que se apresentou até então não é difícil admitir que a situação indicada na hipótese central, uma “realidade inconveniente” e muito preocupante, se tornou ainda mais apavorante, quando se constata que os problemas sociais, econômicos e ambientais aumentaram velozmente sob o neoliberalismo e as lideranças dos povos da América Latina e Caribe foram cooptadas pelo capital, são contra-revolucionários. E por outro lado, hegemonicamente os movimentos sociais e políticos estão ainda fracos, fragmentados, muitos de seus líderes entraram e participam diretamente destes governos e as soluções em pauta são parciais, insuficientes, inadequadas, atrasadas, lentas. Em meio a essa constatação e suas contradições internas que se vislumbra a atualidade da Revolução Socialista e a proposição da Revolução Socioambiental, onde mais que antes esta se faz necessária em todos os sentidos: sócio-histórica, socioeconômica, político-cultural e socioambiental.

Ao longo dos capítulos anteriores se apresentou, analisou e demonstrou uma massa razoável de dados, fenômenos e realidades entorno das questões sociais, econômicas e ambientais que justificariam a confirmação da hipótese geral – particularmente no capítulo sobre a América Latina, o Caribe e a Grande Amazônia, onde ficou evidente que a forma como o sistema se organiza e se desenvolve é nitidamente destrutiva para a classe

trabalhadora, os povos da região, assim como para o meio ambiente, incluindo dos ecossistemas ao clima regional e global. Mas ainda é preciso completar a argumentação, no sentido de não deixar margens às dúvidas - o que segue é mais um conjunto de elementos que contribuem com a hipótese central.

Um dado real sobre o neoliberalismo e a crise do capitalismo é que o século XX terminou com agudas crises financeiras, desde a do México, em 1994, que atingiu Rússia, Malásia, Tailândia, Indonésia e Brasil. Concretamente terminou com o fim do ciclo expansivo dos Estados Unidos. O século XXI iniciou com recessão na economia americana, a estagnação instalada no Japão há cerca de uma década, crise nos demais “tigres” e “dragões asiáticos”, assim como crise aguda em vários países latino-americanos, o colapso da Argentina, etc. Mais ainda, o século XXI começou com o núcleo do capitalismo mundial, os Estados Unidos, atingidos em seus centros financeiro, político e militar, pelos problemas nas bolsas, incluindo a nascente Nasdaq, os atentados de 11 de setembro e um forte sentimento anti-imperialista e anti-globalização. Evidenciando o terremoto socioeconômico que viria mais adiante e deve seguir.

Cada vez fica mais evidente que não é possível a sustentabilidade desse modelo de crescimento baseado nos mercados, no indivíduo, na pilhagem de povos e regiões mais pobres. O capitalismo faliu e destrói o planeta. Avançou a ciranda financeira, o fluxo de capitais das bolsas e dos títulos das dívidas externas dos países pobres – que sugou ainda mais a periferia do sistema através do aumento nas taxas internacionais de juros, associadas à desregulamentação financeira e liberalização dos fluxos de capitais²⁴⁴. Assim, após as crises financeiras dos anos noventa, dificilmente o desempenho positivo da economia norte-americana e mundial poderia ser de retomado no século XXI, como ficou claro desde a última crise que abalou o centro do imperialismo mundial – a exuberância do capitalismo é falsa, o que prevalece é apenas propaganda ideológica sobre o sistema.

Quanto à questão da economia latinoamericana, por setor produtivo, esta continua sendo uma região fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra barata para auferir grandes massas de mais-valia ao capital internacional. Olhando para a estrutura da população total ocupada para o ano de 2006, por setor de atividade econômica (Tabela 6), é perceptível que

²⁴⁴ Associado às essas transferências, expandiu-se o *capital fictício*, produzindo as “bolhas financeiras” não só nos Estados Unidos como em todo o mundo, como uma das formas de remuneração do próprio capital fictício (CHESNAIS (2001). Ainda assim os capitalistas tentam voltar à tona agora com o relativo suspiro das bolsas e dos mercados. Mas nada garante que seja uma recuperação sustentada, ao contrário, os Estados se endividaram para salvar os interesses oligárquicos das burguesias financeira, industrial, comercial e de serviços em todo o mundo e levam consigo grande parte das economias dos países a seguirem o mesmo caminho de dívidas.

serviços é dominante em todos os países, chegando a ser mais de 75% da economia da Argentina, 68% na Venezuela, próximo de 60% no Brasil, Colômbia, México; em relação à agricultura, esse setor tem maior expressão na Bolívia com 32%, Guatemala 36% e Peru 37,5%, 18,6% no Brasil. Dados mais recentes – 2008 – apontam que esse setor no país é responsável por 30%, particularmente dominado pelo agronegócio exportador.

A indústria ficou em média com 20% da ocupação da mão de obra total no subcontinente. Evidenciando que a macrorregião é uma plataforma do setor de serviços, de indústria de produtos primários de baixo valor agregado, como minério, madeira, etc., é ainda grande fornecedora de *commodities* agrícolas. Só mais recentemente, após as crises de reprodução da taxa de lucros das grandes empresas multinacionais estas têm transferido suas plantas industriais, especialmente a automobilística, para a América Latina (Brasil, México, Chile e Argentina, basicamente). O problema da crise econômica deve acelerar essa dinâmica.

Tabela 6 - Estrutura da população ocupada total por setor de atividade econômica na América Latina.

Países	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1990	1995	2000	2006	1990	1995	2000	2006	1990	1995	2000	2006
Argentina	0,4	0,4	0,6	0,8	31,6	27,3	22,5	23,7	68,0	72,3	76,9	75,5
Bolívia	...	...	36,8	32,3	...	...	19,5	21,6	...	...	43,7	46,0
Brasil	19,8	24,4	22,8	18,6	23,4	19,8	19,4	21,6	56,8	55,8	57,8	59,8
Chile	17,0	14,9	13,0	12,5	27,5	26,2	24,5	25,0	55,5	58,9	62,5	62,5
Colômbia	25,9	22,1	22,0	20,9	21,6	23,1	19,0	19,8	52,6	54,8	59,0	59,4
Equador	...	...	28,5	29,6	...	...	20,1	18,6	...	...	51,4	51,8
Guatemala	48,0	37,6	36,5	36,2	18,9	23,2	20,5	20,2	33,2	39,2	43,0	43,7
México	25,3	20,3	17,5	13,4	24,7	25,6	28,3	26,8	49,9	54,1	54,2	59,8
Perú	...	31,4	32,0	37,5	...	15,8	14,0	13,4	...	52,8	54,0	49,1
Venezuela	13,1	13,4	10,6	9,1	24,6	23,2	22,8	22,8	62,3	63,4	66,6	68,0

Fonte - Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

A atualidade do socialismo se mostra pela condição concreta de decadência histórica, econômica, social e ambiental do capitalismo. Leon Trotsky (1978) em *Programa de transição* já evidenciava esse fato ainda na década de 1930, dizendo que o sistema havia estuporado, cangrenado. Olhando para os resultados do aprofundamento da crise, é evidente que o capitalismo leva pelo menos três quintos da humanidade para além da barbárie. Verifica-se que não apenas Trotsky tinha razão, como oito décadas depois, incluindo a

falência dos governos e estados de inspiração socialista, isso se tornou extremamente pior, quando se constata os altos riscos para a vida e segurança da humanidade trabalhadora. Os dados sociais da América Latina, por exemplo, evidenciam fortemente essa visão. Quanto à população analfabeta de quinze a anos e acima, de ambos os sexos, na América Latina e Caribe, para o período entre 2000-2010, os dados da CEPAL (2007) e suas projeções mostram que para o ano de 2005 (Tabela 7), o Haiti possuía uma população analfabeta de 45,2% e em 2010 ainda será de 41,1%, a Guatemala apresentou 28,2% e em 2010 ainda terá 25,2% em terceiro lugar a Bolívia que em 2000 possuía 14,6% e deve ficar com 9,4% em 2010 e em quarto lugar o Brasil com 13,1% de analfabetos em 2000 e em 2010 terá 9,6% população de quinze anos e acima analfabeta – e ainda no meio rural apresenta mais de oito milhões de jovens de 15 a 29 anos fora da escola segundo o próprio Ministério da Educação do Brasil.

Tabela 7 - População analfabeta de quinze a anos e acima de ambos os sexos na América Latina e Caribe (%).

Países	Ambos os sexos						
	1970	1980	1990	2000	2005	2010	2015
Argentina	7,0	5,6	4,3	3,2	2,8	2,4	2,1
Bolívia	42,5	31,3	21,9	14,6	11,7	9,4	7,3
Brasil	31,6	24,0	18,0	13,1	11,1	9,6	8,2
Chile	12,4	8,6	6,0	4,2	3,5	2,9	2,3
Colômbia	22,2	16,0	11,6	8,4	7,1	5,9	4,9
Cuba	10,7	7,5	4,9	3,3	2,7	2,1	1,6
Equador	25,7	18,1	12,4	8,4	7,0	5,8	4,8
Guatemala	54,9	47,0	39,0	31,5	28,2	25,2	22,5
Haiti	78,0	69,5	60,3	50,2	45,2	41,1	37,2
México	26,5	18,7	12,7	8,8	7,4	6,2	5,2
Peru	28,5	20,6	14,5	10,1	8,4	7,0	5,7
Venezuela	23,7	16,1	11,1	7,5	6,0	4,8	3,9
Am. Latina e Caribe	26,3	20,0	14,9	11,1	9,5	8,3	7,1

Fonte - Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007)..

Não causa admiração a apresentação desses índices quando se sabe que o gasto público em educação na América Latina e Caribe (Porcentagem PNB - 2000 a 2005), segundo os dados da CEPAL (2007) estão em baixíssimos índices (Tabela 8). Por exemplo, em 2004 México e Colômbia eram os que mais investiam em educação no sub-continente, respectivamente 5,5% e 5,2% do orçamento federal. Enquanto Brasil destinava 4,5%, a Argentina 4% e o Chile 4%. O que demonstra claramente a opção das elites pelo ensino

privado e o não financiamento de fato da educação pública gratuita e de qualidade ao povo (Ver tabela 08). A educação de qualidade, assim como atendimento adequado de saúde são prioridades para o ingresso de uma sociedade no desenvolvimento. No caso do Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram elaboradas e implementadas reformas educacionais que desencadearam na Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Lei 9394/96, no Plano Nacional da Educação de 2001, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Saviani (1987) lembra que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214 determina que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação” e no artigo 211 estabeleça como tarefa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a organização e financiamento de seus sistemas de ensino. Entretanto, os dados mostram nitidamente que a lei não é cumprida. Efetivamente não há compromisso com a educação das classes trabalhadoras.

Tabela 8 - Gasto público em educação na América Latina e Caribe (Porcentagem PNB - 2000 a 2005).

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	4,7	5,0	4,3	3,8	4,0	...
Bolívia	5,6	6,1	6,4	6,6	...	...
Brasil	4,4	4,4	4,3	...	4,5	...
Chile	4,1	...	4,4	4,3	4,0	3,8
Colômbia	4,3	4,6	5,3	5,4	5,2	5,0
Cuba	...	...	...	...	...	...
Equador	1,5	1,0	...	...	...	...
Guatemala	...	...	...	...	...	...
Haiti	...	...	...	...	...	...
México	5,0	5,3	5,4	5,9	5,5	...
Peru	...	3,0	3,1	2,9	3,0	2,6
Venezuela	...	...	...	...	...	...

Fonte: Gilson Costa - Dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Quando se trata da saúde o gasto público na América Latina e Caribe (Porcentagem do PNB 2002 -2006), não ultrapassam a casa de 5%, à exceção de Cuba com 5,1% em 2004 e 6,5% em 2006, os demais países investem muito pouco em saúde pública. Para o ano de 2003, por exemplo, a Argentina gastou 4,3% do seu Produto Nacional Bruto, o Brasil apenas 2,4%, o Equador 2,2%, a Venezuela 1,5% e o Peru 1,2% (Tabela 9). A situação da saúde pública no continente é alarmante: filas gigantes nos postos de atendimento, endemias e epidemias

crescentes, malária, dengue, icterícia, gripe suína - vírus N1H1, onde Argentina e Brasil são campeões mundiais com 439 e 657 óbitos respectivamente, segundo dados do Ministério da Saúde do Brasil em 03 de setembro de 2009. Belém, dezenas de bairros não contam com atendimento básico de saúde à população, muitos não possuem um posto de saúde²⁴⁵, quanto mais estas terem acesso ao saneamento básico, como abastecimento de água potável, esgoto e asfaltamento, fundamentais para baixar os índices de “doenças da pobreza” e mortes por falta de higiene e tratamento adequados de lixo, esgotos e água agravando os problemas socioambientais ²⁴⁶ - tornando a vida dos pobres da periferia praticamente insuportável.

Tabela 9 - Gasto público em saúde na América Latina e Caribe (Porcentagem do PNB 2002 -2006).

Países	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	4,5	4,3	4,4	...	...
Bolívia	1,5	1,6	1,4	...	...
Brasil	2,4	2,4	...	...	...
Chile	3,0	3,0	2,8	2,8	2,8
Colômbia	...	...	...	...	...
Cuba	5,3	5,3	5,1	6,9	6,5
Equador	...	2,2	...	...	...
Guatemala	1,0	...	...	...	...
Haiti	...	...	...	...	...
México	2,7	2,8	3,0	3,0	3,0
Peru	1,4	1,2	1,2	1,2	1,1
Venezuela	1,7	1,5	1,6	...	...

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Enquanto isso os estratos médios e superiores da sociedade de classes têm garantidos seus direitos à educação, saúde e alimentação em função das altas rendas, programas privados e acessos. Pela apropriação desigual da riqueza no interior da sociedade latinoamericana e caribenha é perceptível a crescente distância entre o que significa vida e sobrevivência. Ainda que se trate de um continente que tenha um Produto Interno Bruto - PIB girando entorno de 2,43 trilhões de dólares em 2006 mais de 600 milhões de pessoas sofrem algum tipo de

²⁴⁵ O bairro do Tenoné não tem posto de saúde e sua população de mais de 70 mil habitantes tem que se deslocar para o distrito de Icoaraci para ser atendido, isso enfrentando uma espera de uma a quatro semanas entre o acesso à senha, ficha de saúde, consulta, exame e tratamento.

²⁴⁶ A falta de saneamento ambiental, sobretudo em países pobres, colabora para a contaminação dos mananciais. Em consequência, hoje no planeta, segundo a ONU (2007) 1,2 bilhão de pessoas não têm acesso diário à água potável e 2,4 bilhões não têm acesso ao saneamento. O impacto na saúde humana e no meio ambiente é uma tragédia. As regiões metropolitanas de Belém e Manaus não escaparam dessas mazelas. Cruel e real estatística.

privação ou carência - as elites econômicas e políticas detêm 80% da riqueza para si, deixando a população pobre arrastando-se. O Brasil, com um PIB de 764,5 bilhões de dólares em 2006, seguido do México e da Argentina, com 665,5 e 340,3 bilhões de dólares respectivamente são os mais ricos (Tabela 10) e os mesmos que apresentam taxas baixíssimas de investimento em educação, saúde e alimentos - As elites são conservadoras, mesmo indivíduos ascendentes desde a elite da classe trabalhadora, que também se transformaram novos burgueses, abandonaram os pobres.

Tabela 10 - PIB dos países da América Latina (bilhões de dólares a preços constantes de 2000).

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	271 809,5	242 197,7	263 599,9	287 402,0	313 783,3	340 347,9
Bolívia	8 539,3	8 751,5	8 988,8	9 363,9	9 742,5	10 193,6
Brasil	652 854,6	670 481,7	677 856,9	716 494,8	737 273,1	764 552,2
Chile	78 044,5	79 749,1	82 872,8	87 831,5	92 850,5	96 533,2
Colômbia	96 104,8	98 468,0	103 009,6	107 813,7	113 981,7	121 732,4
Guatemala	17 596,6	18 277,0	18 739,6	19 330,2	19 998,8	20 968,8
Haiti	3 626,2	3 617,1	3 630,2	3 502,4	3 565,5	3 648,0
México	580 600,8	585 082,7	593 216,9	617 901,7	635 215,3	665 522,3
Peru	53 450,2	56 133,5	58 396,9	61 381,8	65 521,9	70 473,2
Venezuela	121 123,9	110 397,6	101 835,9	120 458,3	132 905,2	146 638,0
América Lat./Caribe	2 031 533,2	2 023 248,1	2 067 635,6	2 195 246,1	2 298 386,4	2 426 268,6
América Latina	2 003 867,1	1 994 582,0	2 037 118,2	2 163 305,1	2 264 949,2	2 390 540,5
Caribe	27 666,1	28 666,1	30 517,4	31 941,0	33 437,3	35 728,1

Fonte: Gilson Costa - Dados da CEPAL (Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, 2007).

Ainda sobre a economia se pode ver que a produção de alimentos da região estão voltadas fundamentalmente para a exportação, como se evidenciou anteriormente no capítulo três. A superfície agrícola (milhões de hectares) na América Latina e Caribe de 2000 a 2005, aponta que o subcontinente possui um total de 719.892 milhões de hectares produzindo, basicamente soja, milho, trigo, cana, laranja, banana, café, algodão e dendê, assim como pastagem para o gado bovino e bubalino, além de carnes suínas, avícola e ovina que abastecem os mercados americano, europeu e asiático. Tem no Brasil seu líder regional com 263.600 milhões de hectares, seguido da Argentina com 129.355 e o México com 107.500 milhões de hectares de área explorada. Equador 7.552 milhões, Cuba com 6.597 milhões de hectares, Guatemala com 4.652 e Haiti 1.590 milhões de hectares são os países como menores áreas de produção agrícola (Tabela 11). Isso obviamente tem a ver com o tamanho de seus territórios, mas também com as dificuldades econômicas de operacionalizar maiores produções. Além da oferta desigual de alimentos entre os países, há desigualdade interna aos

países, onde as regiões mais ricas, industrializadas ou semi-industrializadas se apropriam têm maior poder tecnológico, infraestrutura de produção, maior quantidade de crédito e financiamento, etc., como por exemplo, o sudeste e sul do Brasil, que drenam a maior parte da produção agropecuária do centro, norte e nordeste para processamento e consumo, além da exportação - agregando valor à produção e garantindo impostos que são convergidos em benefícios distante da região produtora agravando o quadro geral de pobreza e mazelas, recrudescendo as condições sociais e econômicas.

Tabela 11- Superfície agrícola (milhões de hectares) entre países da América Latina e Caribe de 2000 a 2005.

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	128 770	128 860	128 983	129 055	129 355	129 355
Bolívia	36 962	36 932	37 087	37 087	37 768	37 768
Brasil	261 406	263 465	263 580	263 600	263 600	263 600
Chile	15 254	15 267	15 272	15 276	15 275	15 245
Colômbia	44 859	41 745	41 607	42 051	42 391	42 557
Cuba	6 554	6 656	6 654	6 638	6 528	6 597
Equador	8 066	7 785	7 491	7 250	7 528	7 552
Guatemala	4 567	4 597	4 627	4 652	4 652	4 652
Haiti	1 590	1 590	1 590	1 590	1 590	1 590
México	107 500	107 550	107 550	107 600	107 600	107 500
Peru	21 185	21 200	21 210	21 210	21 310	21 310
Venezuela	21 645	21 648	21 648	21 640	21 690	21 690
Am. Lat.Caribe	717 312	716 840	716 904	717 613	719 708	719 892

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Enquanto a superfície de áreas protegidas e sua proporção em relação à área do país a América Latina apresenta como líderes absolutos o Brasil com 71.247.300 milhões de hectares, que representa apenas 8,3% do total e a Venezuela com 62.852.141 milhões de hectares, que significa 68% de área protegida segundo os dados da CEPAL (2007). Depois destes vem o México com 22.076.113 milhões ou 11,2%, o Peru com 19.084.510 milhões ou 14,8% e a Bolívia com 17.066.902 milhões de hectares ou 15,5%. Não deixam de ser significativos os casos do Chile que possui 14.334.854 milhões de hectares ou 19,0% e da Guatemala com 3.982.606 milhões de hectares representa 36,5% de área total do país protegida (Tabela 12). Mas as áreas de produção e ou conservação estão sendo atingidas pela

expansão das fronteiras agrícolas e minerais como se evidenciou no terceiro capítulo. Em um horizonte de quatro ou cinco décadas a cobertura original de florestas equatoriais e tropicais estarão comprometidas, fragmentadas e ou dizimadas segundo as projeções dos institutos de pesquisas como o INPE, INPA, IMAZON, IPAM, ISA, e Emílio Goeldi entre outros que vêm reiteradas vezes apresentando estatísticas de avanço global do desmatamento. Confirmadas pelas agências internacionais como a NASA, ONU e OEA – uma situação que já está desestabilizando o clima, o regime de chuvas, secas, inundações e as condições ambientais gerais da região.

Tabela 12 - Superfície protegida e proporção em relação à área do país na Am. Latina e Caribe de 2000 a 2006.

(Milhões de hectares)							
Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bolívia	16 700 104	16 700 104	16 700 104	16 973 150	17 004 797	17 004 797	17 066 902
Brasil	38 933 565	42 076 556	49 613 768	49 667 269	55 270 800	57 843 100	71 247 300
Chile	14 125 273	14 125 273	14 125 273	14 123 069	14 125 045	14 334 854	14 334 854
Colômbia	5 248 454	5 248 454	10 098 571	10 098 571	...	...	
Cuba	...	535 280	535 280	535 280	535 300	535 300	538 040
Guatemala	3 835 237	3 843 124	3 850 156	3 889 001	3 897 963	3 967 172	3 982 606
México	16 692 066	17 055 506	17 136 625	17 494 710	17 494 710	18 905 590	22 076 113
Peru	8 496 727	10 693 487	15 668 086	16 377 433	16 582 168	16 582 168	19 084 510
Venezuela	62 629 510	62 777 010	62 783 309	62 783 309	62 783 309	62 820 459	62 852 141

(Porcentagem)							
Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bolívia	15,2	15,2	15,2	15,5	15,5	15,5	15,5
Brasil	4,4	4,8	5,7	5,7	6,5	6,7	8,3
Chile	18,6	18,6	18,6	18,6	18,7	19,0	19,0
Colômbia	8,1	8,1	8,8	8,8	...	...	...
Cuba	...	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9
Guatemala	35,2	35,3	35,4	35,7	35,8	36,4	36,5
México	8,4	8,6	8,7	8,9	8,9	9,6	11,2
Peru	6,6	8,3	12,2	12,7	12,9	12,9	14,8
Venezuela	68,3	68,5	68,5	68,5	68,5	68,5	68,5

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Outra questão fundamental, a energética. A capacidade instalada de produção de energia (MW) é um dado importante para a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade da economia e da sociedade de um país ou região. Assim, entre os países da América Latina e

Caribe, segundo os dados da Cepal (2007), para o ano de 2006, por exemplo, os principais países em termos de produção de energia eram o Brasil com 95.191,9 MW, seguido do México com 48.897,4 MW, a Argentina 28.184,9 MW e a Venezuela 22.215,4 MW, enquanto os que se encontram em situação mais difíceis são o Haiti com apenas 244,0 MW, a Guatemala 2.112,8 MW e o Equador 3.997,8 MW (Tabela 13). Evidenciando mais uma vez a desigualdade interna e as condições gerais de pobreza e subdesenvolvimento na América Latina e Caribe, apesar de produzir um montante de 267.137,6 MW de energia.

Tabela 13 - Capacidade instalada de produzir energia (MW) na América Latina e Caribe - 2001 a 2006.

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	27 558,5	27 843,4	30 599,1	28 184,9	28 184,9	28 184,9
Bolívia	1 227,3	1 387,1	1 313,8	1 420,2	1 378,8	1 402,9
Brasil	76 139,0	82 458,0	86 504,6	90 732,7	93 634,4	95 191,9
Chile	10 269,0	10 503,0	10 738,1	10 738,1	12 192,5	13 537,6
Colômbia	13 462,6	13 852,5	13 653,5	13 782,0	13 432,5	13 318,7
Cuba	4 410,9	3 959,1	3 959,1	3 763,5	4 275,0	5 176,0
Equador	3 136,2	3 268,5	3 301,9	3 330,6	3 567,3	3 997,8
Guatemala	1 697,4	1 512,7	2 009,1	2 015,8	2 090,6	2 112,8
Haiti	244,0	244,0	244,0	244,0	244,0	244,0
México	42 483,5	45 760,6	49 538,2	46 552,7	46 534,2	48 897,4
Peru	5 905,8	5 935,5	5 970,1	6 016,4	6 239,2	6 657,7
Venezuela	21 318,0	20 577,0	20 577,0	22 124,0	22 135,0	22 215,4
Am. Lat./Caribe	231 378,9	241 217,7	253 027,2	253 418,0	259 024,3	267 137,6

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Mas quando se observa o quadro do consumo de energia elétrica por habitante (KW/hora/habitante) na América Latina e Caribe entre os anos de 2001 a 2006 a situação se diferencia e se torna mais absurda, isso tem relação com a produção de energia, com o tamanho da população do país e a distribuição e apropriação econômica da riqueza. Para o ano de 2006, por exemplo, o Chile aparece nos dados da CEPAL (2007) com 3.081,3 KW/hora/habitante, a Venezuela com 2.990,8 KW/hora/habitante, em terceiro a Argentina com 2.515,4 KW/hora/habitante e em quarto vem o Brasil com 1.974,3 KW/hora/habitante e o México com 1.666,1 KW/hora/habitante fecha a lista dos cinco maiores. Em relação aos mais pobres o Haiti é o mais precário na ordem crescente com apenas 36,0 KW/hora/habitante, seguido pela Bolívia com 487,6 KW/hora/habitante, a Guatemala com 526,0

KW/hora/habitante e o Equador com 822,9 KW/hora/habitante (Tabela 14). Essa desigualdade de acesso e consumo de energia elétrica é um dado evidente da diferenciação no processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento perverso internamente no continente e mais ainda se mostra internamente a cada país ao atentar para o detalhe que esses valores são tirados da média, que inclui toda a população que possui e não possui condições materiais (máquinas e aparelhos) para desfrutar da energia produzida.

Tabela - 14 Consumo de energia elétrica (KW/hora/hab.) na América Latina e Caribe - 2001 a 2006.

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	2 043,0	1 968,1	2 126,0	2 319,2	2 100,1	2 515,4
Bolívia	402,2	407,4	406,1	409,6	443,6	487,6
Brasil	1 683,9	1 738,3	1 807,5	1 874,0	1 928,4	1 974,3
Chile	2 527,7	2 589,8	2 630,4	2 723,0	2 953,5	3 081,3
Colômbia	831,6	830,9	837,0	871,1	867,1	892,5
Cuba	1 075,7	1 100,0	1 112,3	1 092,2	1 070,6	1 154,2
Equador	649,5	691,9	724,0	819,0	775,6	822,9
Guatemala	363,2	476,7	480,6	501,8	504,2	526,0
Haiti	33,3	29,0	31,4	35,6	35,7	36,0
México	1 569,5	1 594,7	1 566,8	1 583,9	1 629,8	1 666,1
Peru	702,6	735,2	759,1	789,8	819,9	868,3
Venezuela	2 593,6	2 474,0	2 435,6	2 608,7	2 747,3	2 990,8
Am. Lat./Caribe	1 467,8	1 492,6	1 527,7	1 586,0	1 610,0	1 688,1

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Outro dado importante é da produção e ou oferta total de energia fóssilítica (em milhões de barris de petróleo, que inclui o as reservas próprias e importação) e consumo por habitante (Kg/petróleo) por país na América Latina e Caribe. Quanto à oferta total os dados da CEPAL (2007) apontam que em 2006 o Brasil dispunha de 1.677.841,9 milhões de barris, o México 1.234.443,5 milhões, a Argentina 519.964,0 milhões e Venezuela com 479.066,4 sendo o único país da região auto-suficiente. Novamente Haiti 19.475,7 milhões de barris, Guatemala 61.771,5 milhões, o Equador 81.511,8 milhões e Cuba 82.358,0 milhões de barris, são os que apresentam menores disponibilidades de hidrocarbonetos (Tabela 15). Evidentemente que essa situação se expressa na massa de consumo, na possibilidade interna

de mover a economia, no nível de produção e distribuição da riqueza, tecnologia, etc. portanto não se difere das demais questões tratadas anteriormente. A oferta total de energia entre os países da América Latina e Caribe em 2006 foi de 5.154 039,8 milhões de barris/petróleo, ainda assim há crises de abastecimento entre os países mais pobres e os preços da gasolina e diesel são muito diferenciados entre os países e regiões produtoras – os combustíveis em geral são três vezes mais baratos na Venezuela do que no Brasil e na Argentina, por exemplo.

Tabela 15 - Oferta total de energia (milhões de barris/ petróleo) na América Latina e Caribe de 2000 a 2006.

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	409 739,1	396 544,4	429 206,0	483 114,5	467 855,9	519 964,0
Bolívia	33 788,8	43 585,6	41 502,5	49 454,6	36 819,6	40 365,1
Brasil	1 393 236,1	1 428 104,9	1 449 705,0	1 557 176,4	1 642 310,8	1 677 841,9
Chile	180 242,8	188 177,0	192 346,6	203 556,6	218 725,8	215 251,5
Colômbia	210 623,1	202 667,2	213 557,5	194 467,2	212 801,7	219 270,6
Cuba	80 422,5	80 381,2	82 249,4	80 246,4	84 583,4	82 358,0
Equador	61 785,3	59 043,0	63 118,9	79 622,6	78 509,2	81 511,8
Guatemala	54 407,0	55 448,1	55 756,7	58 448,0	60 545,7	61 771,5
Haiti	15 268,8	15 194,7	15 174,9	18 664,7	19 000,7	19 475,7
México	1 048 339,3	1 093 350,3	1 133 460,9	1 279 312,3	1 263 708,8	1 234 443,5
Peru	90 137,7	91 103,9	87 672,9	100 095,8	104 508,8	110 288,9
Venezuela	502 094,8	463 724,3	511 273,3	514 619,0	455 291,1	479 066,4
Am. Lat./Caribe	4 430 199,2	4 490 984,4	4 655 786,8	4 981 998,0	5 058 833,8	5 154 039,8

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Consumo de hidrocarbonetos/habitante (Kg/petróleo) entre os países da América Latina e Caribe mostra Venezuela e Argentina liderando o grupo de países que mais absorveram em 2006 energia fóssil, com 1.259,3 e 939,2 Kg/petróleo/habitante/ano respectivamente, seguidas de Chile com 752,3 Kg/petróleo/habitante/ano, México com 746,2, Kg/petróleo/habitante/ano, Cuba com 625,0 Kg/petróleo/habitante/ano, Equador 513,3 Kg/petróleo/habitante/ano e finalmente o Brasil com 457,4 Kg/petróleo/habitante/ano. Enquanto o consumo do Peru, para o mesmo ano foi de 250,9 Kg/petróleo/habitante/ano, da Bolívia 228,8 e do Haiti apenas 68,0 Kg/petróleo/habitante/ano (Tabela 16). Evidenciando a brutal desigualdade entre o primeiro e o último país, em função da oferta natural e condições econômicas. Nenhuma dessas desigualdades de apropriação e consumo, excetuando ou

levando em consideração o tamanho da população, seja ela de cunho social ou econômico aconteceria se ao invés de um regime capitalista que divide desigualmente as riquezas entre os países e povos tivesse em curso a União das Repúblicas Socialistas da América Latina e Caribe, onde se poderia então ter acesso diferenciado positivamente, em que os países e povos menos beneficiados por condições de existência naturais de jazidas e rigidez locacional das reservas poderiam ser atendidos e ver superadas pela distribuição solidária dessa riqueza entre nações irmãs. As desigualdades de uso e apropriação persistem justamente porque a condição imperial do capitalismo exige-as.

Tabela 16 - Consumo de hidrocarbonetos/habitante (Kg/petróleo) na América Latina e Caribe - 2001 a 2006.

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	776,8	756,8	772,7	892,3	894,3	939,2
Bolívia	188,7	178,8	194,4	217,4	214,2	228,8
Brasil	464,3	460,2	437,2	456,6	456,4	457,4
Chile	742,3	740,8	752,2	777,8	741,0	752,3
Colômbia	269,3	269,0	273,4	269,1	282,9	282,0
Cuba	492,5	466,8	489,1	518,2	573,3	625,0
Equador	400,5	402,4	399,8	466,8	498,0	513,3
Guatemala	211,6	213,5	222,8	209,4	213,1	212,9
Haiti	53,7	54,4	52,0	67,3	67,4	68,0
México	654,3	664,1	657,4	732,7	723,8	746,2
Peru	243,1	238,2	226,2	235,3	237,7	250,9
Venezuela	1 213,2	1 099,1	1 143,4	1 186,1	1 227,2	1 259,3
Am. Lat./Caribe	522,4	515,5	509,7	546,1	551,5	564,1

Fonte: Gilson Costa – dados da CEPAL - Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (2007).

Nas últimas quatro décadas o Brasil foi líder em perda de áreas florestais, afirma A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO/ONU (2005). A perda anual de florestas em todo o planeta chega a 7,3 milhões de hectares, superfície equivalente a um país como o Panamá, e é na Ásia, África e América Latina onde ocorreram as maiores perdas e destruição por queimadas e desmatamento, sobretudo na Índia, China, Indonésia, Congo e Brasil. A FAO/ONU publicou os dados em um relatório *A Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais 2005*, uma pesquisa apontando que a superfície florestal do planeta se reduziu anualmente em 13 milhões de hectares, mas a perda líquida é atenuada para 7,3 milhões graças ao reflorestamento e à expansão natural das florestas existentes. Entretanto a América Latina, com 924 milhões de hectares, possui 23% da área florestal de todo o

planeta a perda líquida anual constitui 65% do total mundial. O desmatamento anual na América Latina totaliza 4,7 milhões de hectares, mas a FAO adverte que muitos dos países maiores forneceram números de perdas sem levar em conta que muitas áreas devastadas se regeneraram. O Brasil, que, após a Rússia, é o país com a maior área florestal do mundo e possui 52% das florestas da América Latina, é o que sofre a maior perda líquida anual, com o desaparecimento de 3,1 milhões de hectares. O relatório *A Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais 2005* ressalta que “a América do Sul sofreu a maior perda líquida de florestas entre 2000-2005, com 4,3 milhões de hectares, seguida pela África, com 4 milhões de hectares anuais”.

Ainda de acordo com os dados da FAO, que recebeu informações dos governos de 229 países, “as florestas cobrem atualmente cerca de 4 bilhões de hectares, o equivalente a 30% da superfície terrestre”. Dez países concentram dois terços desse patrimônio: Brasil, Austrália, Canadá, China, Congo, Índia, Indonésia, Peru, Federação Russa e os Estados Unidos. Do número total de 4 bilhões de hectares, 36% são florestas primárias, “estão sendo destruídas ou modificadas a um ritmo de 6 milhões de hectares anuais, devido ao desmatamento ou à poda seletiva”. O relatório assinala que a quantidade de carbono armazenado na biomassa florestal é de 283 gigatoneladas de carbono, embora tenha caído em nível mundial em 1,1 gigatonelada anual entre 1990 e 2005. Esse é o quadro mundial recente, sem contar com os dados dos últimos quatro anos que estão sendo compilados para saírem no próximo ano.

Para todas as desigualdades de acesso e ou destruição que se tratou aqui, tanto de recursos naturais como sociais, econômicos e tecnológicos, por exemplo, para a mão-de-obra qualificada, atendimento à saúde, alimentação e educação, entre outros, seria outro se houvesse um sistema socialista se desenvolvendo - um regime social muito diferente do existente, esse que deixa a humanidade trabalhadora de distintos países em condições muitas vezes extremamente precárias e miseráveis²⁴⁷ - se poderia promover a vida um nível material muito superior através da inversão de prioridades dos Estados, da política econômica e ainda incentivar o desenvolvimento do humanismo e da solidariedade entre as pessoas para sanar as carências existentes entre os países e regiões. Por exemplo, as metrópoles latino-americanas sofreriam menores impactos da nova realidade pautada pela globalização ao longo das últimas

²⁴⁷ Dados do INPA revelam que entre as crianças amazônicas, 70% são afetadas pelo nanismo, 18% por atrofia nutricional, 37,5% por anemia, 56,5% por falta de zinco, e 50% por falta de caloria, ferro, vitamina A e outras (CALIARI, 2003 p. 21). Repare que são índices altíssimos, e isso se vivendo em um conjunto de ecossistemas e biomas dos mais ricos do planeta, em uma região de alta produção agrícola, florestal e agropecuária - onde se poderia do ponto de vista ecológico-alimentar presente nutrir pelo menos seis vezes a mais a atual população de vinte e três milhões de habitantes, só na Amazônia brasileira, sem falar na Pan-amazônia, o que elevaria essa capacidade para dez vezes em relação à população total e a produção total ecológica-alimentar da macrorregião.

décadas. Aliás, a globalização poderia ser outra, totalmente em outras bases sociais, políticas e econômicas. Enquanto esse processo histórico não chega e não está dado como líquido e certo que venha ocorrer, é preciso encontrar uma saída de médio prazo, racional, de fato sustentabilista entre as novas possibilidades de desenvolvimento proporcionadas pela globalização e os graves efeitos polarizadores e desagregadores enfrentados pelos trabalhadores e povos do mundo, buscando atenuar o poder negativo de atração/destruição material e cultural promovido pelo atual sistema. O problema: *que fazer?* Uma pergunta já feita outras vezes na história. As saídas de médio e longo alcance não são fáceis, a burguesia jamais deixaria esvaír seu poder político e econômico sem luta encarniçada entre as classes. As saídas de cunho paliativos pela via do reformismo claramente são insuficientes ou inaplicáveis. A terceira via defendida por Antony Giddens, tentado por Tony Blair e outros faliu (assim como antes, ainda da Segunda Internacional Comunista, o atual reformismo se demonstrou impossível, reacionário e trágico). Enquanto isso os problemas e crises chegaram aos extremos insuportáveis, ou seja, é como na velha fórmula trotskista: *as condições objetivas para revolução socialistas estão maduras, prontas, caducam até, o sistema do capital apodrece, mas as condições subjetivas, da consciência, organização, direção e luta das classes trabalhadoras não estão maduras e ou não acompanham o mesmo ritmo da realidade, da necessidade histórica*. Então segue avassaladoramente a destruição socioambiental, socioeconômica e sociocultural das classes trabalhadoras e da natureza em um impasse tremendamente negativo para a civilização e a vida humana no planeta. A crise de ruptura do capitalismo e a construção da alternativa societal socialista-comunista em base socioambiental é a crise histórica-civilizacional fundamental da humanidade na modernidade. O maior desafio do século XXI.

Foster (2005) em *A ecologia de Marx – materialismo e natureza*, salienta que a prática da sociedade capitalista é de uma *ecologia da destruição*, característica essencial da época atual, onde a devastação global acaba por sobrepor-se a outros problemas, *ameaçando a sobrevivência da vida na terra como se conhece*. Portanto, pelas condições objetivas (sociais, econômicas, ecológicas) está dada a atualidade da Revolução Socialista como alternativa ao modelo vigente, esta, segundo a tese, no presente momento histórico, deve ser resultante de um processo de uma dupla revolução: social e ambiental - Revolução Socioambiental. Mas as coisas não se dão de modo abstrato, elas precisam acontecer na realidade, nas ações políticas. E a Revolução Socialista está inscritas no horizonte das lutas sociais dos subalternizados. Obviamente que há grandes potencialidades, limites, ao mesmo tempo oportunidades em seu processo construtivo. A proposição da Revolução Socioambiental faz

parte de uma revisão total, teórica-prática do modo de desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico do homem. Envolve revolucionar a forma e o conteúdo do mundo contemporâneo, seu sistema social e relações com a natureza. A forma como se organiza a vida moderna e sua relação ecológica no processo de racionalização técnico-produtiva presente deve mudar radicalmente. O conteúdo de produção e reprodução econômico-social-cultural atual se transvalorizar. É evidente que a economia, a administração e o planejamento racional tradicional não incorporam fatores contextuais extra-econômicos, mais de abrangência intangíveis, como o campo cultural ou imaterial o que leva no século XXI e a possível alternativa socialista a ter que necessariamente observar essa questão fundamental.

A força da análise crítica aqui tem a chave explicativa na trágica e dolorosa concretude da realidade vista desde a América Latina e a Grande Amazônia. Assim, o desenvolvimento e implantação - caso seja possível - de um futuro projeto ou programa socialista marxista com base em uma de suas correntes como o leninismo e ou o trotskismo - ainda que nos últimos cem anos tenha se desenvolvido de forma desigual histórica, social, cultural e geograficamente no continente – permanece, relativamente, como elemento exótico da cultura e tradição dos povos do continente e pode ser trágico se não dialogar com as condições materiais, ambientais e culturais presentes nesta região – assim como qualquer outro projeto, como o prova o que tem sido o capitalismo ou o stalinismo e o castrismo. Por isso são importantes as discussões sobre cultura e nacionalidades na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, oriundas de Vladimir Lênin, onde deixa claro que deveria se respeitar as culturalidades, particularidades e adversidades entre os diversos agrupamentos, conduzindo tudo em processo democrático. A adesão ao socialismo deve ser livre, saudável e consciente. Uma vontade quista e não imposta.

6.3 REVOLUÇÃO SOCIOAMBIENTAL: OPORTUNIDADES, DESAFIOS, LIMITES

Aqui a questão da Revolução Socialista está ancorada na visão do que fora colocado anteriormente e na estratégica dos princípios sistêmicos apresentados conforme a metodologia proposta da integração do Materialismo Histórico dialético e da Teoria Geral dos Sistemas, através de seu conceito de organização sistêmica, conjunto dos seres vivos (Sistema Biológico), dos seres brutos (Sistema Físico), das associações humanas (Sistema Social e Cultural, inclusive internamente entre as classes, grupos e etnias) e dos instrumentos (Sistema Tecnológico) tomado como um dos alicerces fundamentais do Sistemismo Ecológico Dialético Cibernético. Considerando ainda como princípio da universalidade ecológica que

rege um planeta vivo, a **hipótese gaia** de James Lovelock, onde a abordagem de quaisquer sistemas - físicos, biológicos, tecnológicos e sociais - deverá, necessariamente, abranger a focalização de seus metassistemas e do ambiente como processos vivos e interativos em que se acham inseridos, incluindo as relações de trocas de matéria, energia e informações entre o sistema e seus metassistemas e, de ambos com o ambiente conforme já se evidenciou no primeiro capítulo - focalizando aspectos de abrangência, totalidade, integralidade e de relacionamento entre as partes constituintes em um todo vivo-sistêmico-dialético, que não desassocia sociedade e natureza, sim ver sua totalidade recíproca.

Logo se pensa em uma Revolução Socialista oriunda de um programa, projeto e processo de Revolução Socioambiental que possa mostrar suas potencialidades, limites e oportunidades. Está filtrada por uma visão teórica complexa, sem medo de enfrentar o pré-conceito ortodoxo marxista contra a visão holística, ou o mecanicismo materialista, ao contrário, ela devolve ao marxismo o que o stalinismo enviesou e quase o sufocou à morte: a *dialética da totalidade*. Portanto, aqui, se incluem outros princípios ao materialismo como paradigmas fundamentais, como por exemplo: o *paradigma cibernético* em que o modelo dos organismos vivos e dos ecossistemas naturais são sistemas auto-organizadores, auto-reguladores e auto-reprodutores dotados de mecanismos homeostáticos que objetivam assegurar a constância de composição e funcionamento do meio interno (homeostasia) e o equilíbrio de suas relações com o ambiente, caracterizando-os como sistemas cibernéticos na construção, organização, funcionamento, administração, avaliação e reajustes de sistemas econômicos, tecnológicos e sociais - em sua globalidade e ou em cada um dos seus subsistemas. Onde o ser humano (*sistema humano, indivíduo*) não deve ser visualizado senão em suas relações com o *ecossistema (totalidade, coletividade)*, considerando-se ambos (o *sistema humano e sociossistema*) como resultantes da integração dos seus respectivos *subsistemas*, formando, assim, um novo sistema - **Sistema social e ambiental total**. Nessa compreensão sistêmico-dialética total se tem em conta a Revolução Socialambiental, sob uma ótica que leva em conta o conjunto de seres, coisas e eventos que constituem a natureza ou universo dinâmico, situado na imensidão do espaço/tempo, tendo ainda, o próprio *homem*, a capacidade de utilizar e transformar positiva ou negativamente essa *realidade e meio ambiente*. Atingindo o maior nível de integração nos mais diversos ecossistemas, para consecução da sua teleonomia individual, das comunidades, das sociedades nas mais diversas regiões do planeta, buscando atender as suas necessidades materiais e culturais mais gerais e ou particulares. Onde todas as *necessidades gerais* podem ser sintetizadas sob o entendimento de *necessidades de trocas de matéria, energia e informações* e *todas as utilidades* também

podem ser referidas em termos de *matéria, energia e informações*. E as particulares se ligam a essas e suas especificidades sociais, culturais, éticas e étnicas. Tendo a ver também com um conjunto de *necessidades globais individuais*, que precisam ser tratadas em sua individuação, mas nunca desligadas da coletividade, as quais podem ser traduzidas como *necessidades individuais* de natureza *bio-psico-sócio-cultural* no interior de um corpo social, coletivo.

Aqui se a Revolução Socioambiental a partir das noções de ***dependências e interdependências sistêmicas e dialéticas*** entre todas as esferas e dimensões da vida social, econômica, política, cultural e ambiental. Onde um sistema dependente de outro em relação à satisfação das necessidades de trocas de matéria, energia e informações e se sustentam reciprocamente nas relações necessárias entre o ambiente natural e construído, esse último, na alta modernidade pode ser relativo e ou parcialmente suprido pelo *sistema industrial*. Os produtos finais (*output*) do processo industrial (primário, secundário ou terciário) capazes de satisfazer às necessidades do homem (produtos, bens ou serviços) são entendidos como “*utilitários*” aos metassistemas (comunidade, sociedade) e dos respectivos sistemas ambientais. Nesta visão há necessidade de se promover, manter ou restaurar o maior nível permissível de homeostasia de quaisquer sistemas: físicos, biológicos, tecnológicos, econômicos, sociais e culturais através da ação de dispositivos e ou agentes facilitadores, mediante a utilização contínua e permanente de mecanismos cibernéticos de retroalimentação (“*feedback*”) e mediação, conforme já se evidenciou em diversos momentos.

O nível de otimização da *homeostasia* do processo de intercâmbio de matéria, energia e informações entre o sistema humano - que não se diferencia da natureza total ou qualquer sistema biológico e o *ecossistema* - é diretamente proporcional às forças *antientrópicas* e inversamente às *entrópicas*, onde a *homeostasia dos sistemas* constitui o “*ente*” do *Sistemismo Ecológico Cibernético* e todas as ações de sistema industrial global ou planetário devem ser desenvolvidas no sentido de sua consecução, uso conservacionista dos biomas, litosfera, hidrosfera e atmosfera. Nestas definições estão implícitas a idéia de que a *homeostasia* do processo de trocas envolve não só os intercâmbios entre o *sistema* e o *ecossistema*, mas também as trocas intra-sistêmicas, ou seja, os intercâmbios, entre si, de todos os *subsistemas* componentes de um determinado *sistema* como prescreve o *Princípio da Integração Econômica-Ecológica* que no limite decorrem da resultante dos níveis de interação das forças produtivas total e ou físicas da natureza submetidas invariavelmente à *entropia* e *negentropia*. E como princípio orientador fundamental de *integração intra-sistêmica*: *Sistemismo Ecológico Cibernético* ao *Sistemismo-Econômico Cibernético* se produz e

reproduz a possibilidade de garantir um real desenvolvimento sedimentado em uma equação entorno de um máximo ou *quantum* que aqui se tem em conta como elemento de ***Produtividade com Sustentabilidade Efetiva*** nos processos de *Metabolismo Energético Material – MEM* de dado sistema produtivo.

Visualizando que todos esses princípios fazem parte de ações simultâneas que estão ocorrendo na natureza, em todo o planeta. Portanto, liga a América Latina ao conjunto, obviamente, então por essa condição a Revolução Socialista nesta perspectiva tem sua vocação histórica mundial, conforme afirmam os clássicos do marxismo. Há uma compreensão de que todo operador de sistema/agente, seja de natureza física, biológica, social, econômica ou tecnológica deve, sempre, ao atuar sobre a unidade administrada, local, regional, deve fazê-lo pensando em ações simultaneamente combinadas ao mundial, mesmo que em territórios desiguais e sobre ambientes e ecossistemas diversos e respectivos. A fim de facilitar o processo de trocas de matéria, energia e informações entre ambos e o todo, ainda que aparentemente isso possa ser abstratos e ou muito distantes, como por exemplo, entre uma comunidade andina e outra africana ou asiática - facilitando o equilíbrio das trocas de matéria, energia e informações entre o sistema administrado e o ambiente global do planeta. É neste nível de operação que as ações do respectivo operador/agente do desenvolvimento e ou as políticas econômicas, sociais e ambientais devem ser exercidas na nova formação material resultante da Revolução Socioambiental. Também lembrando que isso vale sempre para a totalidade da vida, no sentido de ajustar o meio às necessidades e aos propósitos da unidade que dirige em um todo de evolução e muitas vezes de relações antagônicas ou contraditórias (dialéticas) que se processam no interior dos sistemas vivos e sociais, desde os ecossistemas - entre a negentropia (tese) que produz, reproduz e prolonga a existência do ser vivo e, a entropia (antítese) que a perturba, resultando destruição, culminando com a completa anulação da negentropia (fenômeno morte) que, conjuntamente com os mecanismos de adaptação, mutação e seleção natural (forma síntese) e constituem o motor do processo de diferenciação no lento curso da continuidade das espécies, incluindo obviamente a humana e a longevidade do processo da vida em todo o planeta²⁴⁸ - e de um possível êxodo interplanetário

²⁴⁸ A vida tem aproximadamente 3,5 a 4,0 bilhões. O senso comum é incapaz de aceitar que a vida tenha evoluído de formas simples até formas mais complexas. Parte dessa incapacidade deve-se a uma ilusão dos sentidos. Acontece simplesmente que temos dificuldades de entender o significado de “4 bilhões de anos”. A nossa intuição capta apenas a significação do “4” e da palavra “ano”. Para se ter uma idéia do que significam 4 bilhões de anos, pensemos o seguinte: em uma hora, existem 3.600 segundos. Num dia, há 24 horas. Logo, em um dia existem 24 x 3.600 segundos. Como em um ano há 365 dias, resulta que em um ano existem 365 x 24 x 3.600 segundos. Pois bem. Em vez de 4 bilhões de anos, pensemos em 4 bilhões de segundos. É uma redução drástica, colossal. Agora vamos começar a contar: 1, 2, 3, 4, 5, etc. Cada segundo representa um ano. Vamos

quando esse processo de negentropia se aproximar do fim, ainda que leve bilhões de anos, ou então à extinção ou morte natural.

Portanto, se pensa a Revolução Socioambiental em profundidade de tempo-espço gigantescos, que vai do agora ao futuro infinito e impalpável, se vê desde os princípios combinados entrópico-negentrópico-dialético-cibernético dos sistemas sociais-ambientais como sínteses provisórias de todos os processos dialéticos de qualquer sistema social e ambiental mais geral: que nasce, cresce e morre em seu curso, resultante de teses e antíteses decorrentes de inspiração na história evolutiva da vida e da sociedade, das idéias, das lutas de classes e sua concretude e em ações entrópicas e negentrópicas em termos de suas consciências individuais e coletivas e das suas condições materiais objetivas pretéritas - eivadas de aspectos subjetivos - acopladas a teses e antíteses decorrentes das idéias e ações negentrópicas e entrópicas das consciências individuais e coletivas atuais exercidas sobre as condições materiais objetivas presentes e as futuras. Tendo em vista paralelos de projetos individuais subjetivos e objetivos, transitórios e permanentes, tudo presidindo o metabolismo e disposição de lutas dos indivíduos – ainda que subsumidos pela coletividade não estão anulados por ela - em suas relações com as coletividades podem ou não colaborar. Mas invariavelmente são parte da matéria social total, trafegam com um *quantum* de energia e informações no interior do sistema total, em decorrência das trocas intra-sistêmicas e dos intercâmbios efetuados entre dado sistema, sob o controle de mecanismos homeostáticos ou cibernéticos sociais e ambientais (“feedbacks”). Os indivíduos tem poder e grau relativos de liberdade socioambiental. Não podem tudo, mas podem muito. Coletivamente podem mais, podem promover as mudanças radicais, vitais. Total.

Essa visão complexa, larga e profunda ajuda a perceber o processo de evolução, mediação e diversificação – em termos e ou caso da natureza: da biorriqueza e biodiversidade de espécies, da manutenção da cadeia alimentar, da tendência ao equilíbrio ecológico e do desenvolvimento do ciclo da matéria, restituindo-a ao estado de indiferenciação, como constituinte do sistema físico. Em termos políticos, sociais e econômicos: da morte dos sistemas que já não cumprem suas funções e fundamentos societais necessários ao bem estar da coletividade, como é o caso do capitalismo. Vale lembrar que, assim como no processo evolutivo da própria natureza, os sistemas sociais não se formam e ou se decompõe seguindo

contar até 4 bilhões. Podemos até usar um computador para fazer a contagem e emitir um som a cada segundo para facilitar as coisas. Quanto tempo levaríamos para contar 4 bilhões de segundos? Mais de um século. Seriam necessários 126 anos para contar até 4 bilhões. Agora voltemos aos anos. São 4 bilhões de anos, não 4 bilhões de segundos. Essa é a idade da vida, a vida que os seres humanos estão destruindo é resultado de 4 bilhões de anos de experimentos, de uma luta incessante pela autopreservação, pela sobrevivência (SANTOS, 2007).

uma lógica linear, sem lutas. No caso humano sem lutas sociais e históricas, que estão inscritos como na descoberta fundamental de Marx, na “luta de classes” - se o contrário fosse verdadeiro, por seu poder letal o sistema do capital já teria sucumbido por si. Mas como construção humana precisa de derribação consciente, racional e conduzida coletivamente.

Aí entram as leis fundamentais da dialética, o princípio da *transformação da quantidade em qualidade e vice-versa* onde os fenômenos engendram-se e condicionam novos aparecimentos refletidos nos conceitos de *causa e efeito*. A burguesia esgotou seu poder revolucionário, é sabido há muito, entretanto insiste em continuar no comando da sociedade. E tem gerado e aprofundado toda a crise civilizacional presente. Mas a transformação da qualidade em quantidade e vice-versa não se processa de forma mágica, o que é engendrado e condicionado reflete-se no conceito de *efeito*, e causa e efeito existem em relações recíprocas permanentes. Ou os subalternizados se organizam e se levantam contra o poder burguês estabelecido ou é altamente provável, segundo os dados da realidade, que a clivagem de crises estabelecidas se radicalizem ainda mais como efeito da não tomada de poder e comando da sociedade por parte do proletariado e dos povos explorados e oprimidos.

A esperança reside no processo de reorganização das lutas dos trabalhadores, povos e juventude da América Latina, no enfrentamento com os setores oligárquicos, conservadores e reformistas já demonstrado em vários momentos ao longo dessa primeira década. Está presente na comunicação entre os princípios históricos-dialéticos-cibernéticos sintetizados no *princípio da interpenetração dos contrários*, da unidade e luta dos contrários que se excluem e, ao mesmo tempo, estão unidos em relações recíprocas pelo sistema, ou seja daquele germe fundamental anunciado por Karl Marx e que agora se mostra ainda mais necessário, da crescente contradição entre burguesia e proletariado que está se gestando e poderá num futuro levar à solução da contradição e à passagem da coisa de um estado qualitativo a um outro, a transformação pela luta dos contrários – ainda que hoje pareça pouco provável ou imperceptível, mas nas camadas geológicas sociais as classes estão se digladiando. Incluindo igualmente, a necessidade de se distinguir as contradições: interiores e exteriores, essenciais e não-essenciais, fundamentais e não-fundamentais, principais e acessórias em um processo de reorganização social dos subalternizados, por exemplo, onde se deve saber quem são aliados dos operários na luta social geral, concernentes a seu papel de sujeito histórico e social e à sua importância no desenvolvimento das formações materiais e, em particular, o fato de que elas terem origem no movimento e desenvolvimento da luta de classes, etc.

Neste sentido não há possibilidades de revolução socioambiental se não se juntarem as forças sociais dos operários, camponeses e indígenas na América Latina. A história tem

mostrado que esses são os atores sociais da revolução no continente. Os conceitos de *negação dialética* e de *negação da negação* ajudam a refletir o reconhecimento dos laços necessários de auto-crítica ou reposicionamento perante a polêmica do sujeito social da revolução que precisa ser relativizado no espaço e tempo, sob o peso de se ter a condição de ver causa e efeito invertidos - com efeito os diversos sujeitos revolucionários ou corpos políticos coletivos ou seus elementos constituem e podem entrar em interação no processo da luta pelo poder, mas eles podem igualmente não o fazerem ou apenas parcialmente; se eles entram em interação, essa acarretará necessariamente neles as mudanças correspondentes e podem se fortalecer conjuntamente. A esfera de existência da contingência não é a correlação de causa e efeito, mas a dos elementos que causam a interação dos corpos e dos elementos que os constituem: a relação político-social entre operários, camponeses, indígenas, populares empregados e desempregados, assim como a gigantesca massa de jovens urbanos e rurais são fundamentais para a Revolução Socialista na América Latina hoje. Talvez a idéia de um sujeito social em particular da revolução social não possa caber ou seguir como único esquema teórico palpável diante da diversidade de realidades e condições culturais latino-americana. E mesmo que se possa dizer que operariado industrial moderno continua sendo o centro da idéia de sujeito social da revolução, até porque muitas indústrias dos países ricos estão instalando suas plantas mais modernas no sul (Brasil, Chile, Argentina), porém este sujeito não está só ou descolado da massa de subalternizados que se arrasta para sobreviver em um continente cada vez mais destruído e assolado pela concentração de riqueza, desigualdade social, miséria, etc.

Mas as esperanças e alternativas não podem ser pautadas em experiências que cabalmente estão provadas que não deram certo, foram inapropriadas e mesmo nefastas, como as da social-democracia. A tentativa de olhar mais amplamente o movimento da sociedade contemporânea tem por objetivo ir além do que Giddens (1992) parte, quando analisa a alta modernidade de forma geral, “da premissa da continuidade da vida social, não do indivíduo ou da sociedade”. Ele abandona a perspectiva da relação indivíduo e coletividade, porque entre outros elementos também abandona o marxismo. Ao se tecer a análise em base à metodologia desenvolvida nesta tese se almeja uma superação da visão das relações sociais que se processa na sociologia da interpretação da alta modernidade e se diferencia da de Antony Giddens, justamente por levar em conta a relação indivíduo e coletividade e os fatores mais complexos no conjunto da análise social, o problema da ruptura revolucionária, combatendo o reformismo dominante na teoria sociológica contemporânea. Presente também na sociologia de Jean Baudrillard, que vê os problemas da alta modernidade de forma apática,

pessimista e derrotista apenas. Isso fica muito claro em obras como *América*, ou em *A sombra da maioria silenciosa*, onde o autor frisa o problema “da resistência ao hiperconformismo” e não avança para uma possível alternativa inscrita nas “esquinas perigosas da história”.

Além, se acrescenta novas interações teórico-metodológica, envolvendo centralmente a questão ambiental-ecológica na relação social indivíduo e coletividade desde uma perspectiva de reafirmamento da ruptura societal socialista e contra o capital na alta modernidade. Enquanto Giddens aposta que “é necessário desconstruir o indivíduo e a sociedade”, defendendo uma visão política reformadora, de uma “terceira via” no interior da atual sociedade, aqui se defende que se deve ir além, não voltar para trás, a social-democracia foi superada pelas experiências e tentativas de conciliação dos interesses da classe trabalhadora com a burguesa. Olha-se indivíduo, sociedade e natureza num único conjunto ou todo estrutural, sistêmico e dialético, em perspectiva revolucionária recuperando seminalmente Karl Marx, inclusive rememorando sua *Crítica ao Programa de Gotha*, quando combate as idéias reformadoras presentes naquele programa²⁴⁹. Então Marx sai em defesa política e teórica do programa histórico revolucionário, selecionando vários trechos do Programa de Gotha apresentado para a reunificação dos partidos operários e considerados por

²⁴⁹ Um documento político e teórico escrito por Karl Marx, apresentado por ocasião do Congresso do Partido Operário Social-Democrata Alemão – POSD de 22 a 27 de maio 1875 em Gotha – que ficou conhecido por *Crítica ao Programa de Gotha* – considerado por F. Engels como “talvez o mais importante de todos - sobre o tema que ia ser posto em discussão”, quando estava em pauta a união do Partido Operário Social-Democrata Alemão com a Associação Geral dos Operários Alemães, que estavam se fundindo para formar um novo partido chamado *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Socialista Operário Alemão). Eram recomendações indicadas por Karl Marx aos seus camaradas do POSD. Quando estavam em disputa um processo teórico, programático e político que levaria à unificação de duas correntes: de um lado os *lassallistas* (seguidores de Lassalle, liderados por Hasenclever, Halsselmann e Tölcke) e de outro os *eisenachianos* ou *marxistas* (dirigidos por Bebel, Liebknecht e Bracke com as críticas de Marx e Engels). Nesse congresso estavam em disputas as principais táticas, estratégias e princípios políticos, econômicos e sociais que deveriam seguir o novo partido e o programa social que defenderia. Marx fez várias observações críticas e precisões teóricas no campo da política proletária e da economia política. O Programa de Gotha era claramente reformador, rebaixado e retrógrado em relação aos documentos historicamente acumulados pelo POSD. A proposta social e política das críticas de Karl Marx ao Programa de Gotha eram combater os equívocos políticos danosos, no sentido de melhor armar teórica e programaticamente o proletariado alemão e contribuir também com as teses da Primeira Internacional, que havia saído recentemente de uma longa disputa com o anarquismo de Proudhon e Bakunin. Portanto era um documento científico que respondia às necessidades históricas e políticas da luta de classes da transição à sociedade socialista e ou comunista. Era a tentativa de Marx de promover um resgate da tradição revolucionária, operária e socialista que estava se esvaindo em termos dos avanços teórico-programáticos anteriores, um programa que vinha desde o Manifesto Comunista, que dava base para uma proposta, um conjunto de estratégias que visavam organizar o partido do proletariado e a sociedade comunista que se gostaria de construir. Esse programa que Marx e Engels defendiam tinha suas origens em *A Ideologia Alemã* (escrito em 1846), perpassava novamente em *Miséria da Filosofia*, de 1847, quando Marx responde à P. J. Proudhon - que antes havia escrito *A filosofia da miséria*, criticando as formulações marxianas em termos da economia política e do programa revolucionário, que depois foram sintetizados no *Manifesto Comunista* (1848). As idéias teóricas, entorno deste programa, avança e se consolida em *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, escrita por Marx em 1859 e finalmente na obra máxima *O Capital* que surge em 1867. Portanto era um programa de consistente base teórica, que se consolidara de crítica e proposição alternativa ao sistema do capital. Em tempo: as críticas de Marx veio ao grande público em 1891 no jornal do partido Social-Democrata Alemão quando publicado por F. Engels (Marx havia falecido em 1883 e Engels morreria anos depois em 1895) - entrou para a História.

ele problemáticos, como a questão das observações sobre: *as relações entre o trabalho, a natureza e a produção da riqueza; os meios de produção, a classe capitalista, a classe operária, a causa da miséria e da escravidão; a emancipação da classe trabalhadora, o trabalho como patrimônio comum da sociedade, trabalho social e “repartição eqüitativa do fruto do trabalho”*; *a classe operária, a pequena-burguesia e “massa reacionária”*; *salário, lucro e a “lei de bronze” dos lassallianos; o nacionalismo e o internacionalismo operário*, entre outros pontos centrais e polêmicos desse documento. Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* [1875] (1961) refuta as visões superficiais, muitas vezes oportunistas, outras sectárias e atrasadas em relação ao programa histórico - incrível como suas críticas de 1875 continuam tão atuais para combater o reformismo do século XXI.

Dentre os elementos que o Programa de Gotha e críticas de Marx ao Programa de Gotha estavam o debate sobre *trabalho, riqueza e natureza*. A primeira parte do Programa de Gotha (1961, p. 211) dizia: “O trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura, e como o trabalho útil só é possível dentro da sociedade e através dela, todos os membros da sociedade têm igual direito a perceber o fruto integral do trabalho”. (Grifo do autor no original). Para Marx a questão do *trabalho* e de sua relação com a *natureza* é central no processo de geração de *riqueza*. Mas Marx (1961, p. 211, grifo de autor) é crítico às visões superficiais, de origem na economia política liberal, que contaminava então o lassallismo e começa chamando atenção para a primeira parte do parágrafo, refutando-o:

O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. Essa frase encontra-se em todas as cartilhas e só é correta se subentender que o trabalho é efetuado com os correspondentes objetos e instrumentos. Um programa socialista, porém, não deve permitir que tais tópicos burgueses silenciem aquelas condições sem as quais não têm nenhum sentido. Na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário diante da natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como possessão sua, seu trabalho converte-se em fonte de valores de uso, e, portanto, em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural; pois precisamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho, tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte, viver, a não ser com a sua permissão.

Mais adiante Marx (1961, p. 212, grifo do autor) registra como essa compreensão da relação do trabalho e natureza como gerador de riqueza, quando enviesada pela economia política burguesa ou pelo reformismo pode ser deturpada e se transformar em “frases ocas” e inclusive contra as classes trabalhadoras. Marx precisa que o Programa de Gotha *acrescenta à*

*primeira oração uma segunda mediante a locução copulativa “**e como**”, para deduzir dela, e não da primeira, a conclusão. E sentencia:*

Na realidade, os defensores de toda ordem social existente fizeram valer esta tese em todos os tempos. Em primeiro lugar, vêm as pretensões do governo e de tudo o que está ligado a ele, pois o governo é o órgão da sociedade para a manutenção da ordem social; detrás dele vêm as diferentes classes de propriedade privada, com suas respectivas pretensões, pois as diferentes classes de propriedade privada são as bases da sociedade, etc. Como vemos, com estas frases ocas podem-se dar as voltas e as interpretações que se queira. (Grifo do autor no original).

Então Marx (1961, p. 212) arremata a questão da relação entre produção, trabalho, natureza:

A primeira e a segunda parte do parágrafo somente guardariam uma certa relação lógica se fossem assim redigidas: “O trabalho só é fonte de riqueza e de cultura como trabalho social”, ou, o que é o mesmo, “dentro da sociedade e através dela”.

Ou seja, o trabalho e sua relação com a natureza como produtor de riqueza só tem sentido lógico se a economia política admitir, como explicita Marx (1961, p. 212): “[...] ainda que o trabalho do indivíduo isolado (pressupondo suas condições materiais) também possa criar valores de uso, não pode criar nem riqueza nem cultura”. Não fora dessa relação, e obviamente de sua unicidade com a matéria, a natureza total. Entretanto, mesmo que em última análise para Marx a *natureza* é a *grande geradora de toda a riqueza material*, ele faz um corte diferencial indicando que isso só faz sentido se estiver associado ao conceito de “valor-de-uso” e “valor-de-troca” e se levar em questão as “*classes sociais atuais*” – a “*ordem social existente*”, “*a propriedade privada*”, ou seja, a sociedade capitalista – fora dessa condição são falácias reacionárias e contra-revolucionárias, visões conservadoras e retrógradas, inscritas, por exemplo, no debate sobre “Desenvolvimento Sustentável” - que hoje autores do porte de Ignacy Sachs, Amartya Sen e Antony Giddens, entre outros, setores do ambientalismo e do reformismo em geral tentam incutir na opinião pública como algo passivo de se alcançar por dentro do sistema e da ordem social existente, bastando para isso que se promovam as reformas sociais e ambientais básicas no limite do capitalismo - inclusive a maioria delas atrasadas em relação ao Programa de Gotha de 1875.

Poder-se-ia perguntar: *Quais as relações dessas críticas e categorias – trabalho, riqueza, natureza contidas na Crítica ao Programa de Gotha com a atualidade do século XXI? Qual a importância desse programa hoje e sua atualidade?* Poderia se dizer que grande, uma vez que as categorias trabalhadas ao longo da tese de Marx contra Lassalle como *trabalho, natureza e riqueza*, continuam centrais aos problemas da atualidade e até mais importantes. Basta lembrar que até bem pouco tempo um problema muito grave em pesquisa nas ciências sociais estava relacionado ao fato de que a categoria *trabalho* e o próprio *proletariado* tenham

reiteradas vezes sido estudadas sob falsas indagações ou entendimento distorcidos e mesmo claramente enviesados ideologicamente. Isso ocorreu desde o final do século XX e início do XXI, particularmente após o processo de reestruturação produtiva do mundo do capital e a queda da burocracia stalinista na URSS e do Leste Europeu em fins de 1980 e meados de 1990, gerando grandes debates, polêmicas e confusões entre intelectuais, partidos de esquerda e o movimento do proletariado em geral.

Como se verificou, já na refutação das teses do programa de Gotha, Marx e Engels se colocavam claramente em oposição a muitos dos elementos “teóricos” das formulações lassalianas no interior do debate da economia política, do partido do proletariado e de seu programa histórico. Passados aproximadamente 135 anos desses escritos de Marx, e praticamente vinte anos depois da queda do “Socialismo Real”, com a atual e gravíssima crise da economia, sociedade e ideologia neoliberal e guardadas as distâncias históricas relativas entre os distintos processos, tempos e conjunturas, as disputas teóricas e analíticas mais contundentes, não se perderam ou desatualizaram de forma que não se encontrem relações concretas entre elas. Pode-se negar a atualidade das análises marxianas e marxistas da sociedade capitalista, da economia política e sociologia política diante da clivagem de crise que o capitalismo e a burguesia levou a humanidade e se aprofunda cada vez mais no mundo contemporâneo? Assim como a esta questão está entranhada outra de dimensões tão ou mais grave quanto o problema da economia, o da crise ecológica e ambiental global diante do modelo industrialista-fossilítico, uso e destruição das *forças produtivas* e a transformação destas em *forças destrutivas* da humanidade e da natureza. Aqui está a atualidade das críticas de Marx ao Programa de Gotha, particularmente quanto categorias e conceitos entorno das noções de *trabalho e natureza enquanto produtores de riqueza*.

Neste sentido o aferimento e acerto de contas teórico que se pode fazer tanto aos conservadores e teóricos do neoliberalismo como do reformismo e a social-democracia de conjunto tem na história passada e recente base concreta de refutação de suas teses programáticas. *Atualidade do programa de transição societal socialista-comunista na alta modernidade se coloca de forma contundente*. A questão do *Trabalho*, como já se disse é uma categoria sociológica e econômica que tem ocupado os teóricos juntamente com a questão da *Natureza*, e agora se reforça a análise ecológica ou ambiental em sua correlação e reciprocidade com o processo produtivo de produção de *riqueza*. Pois bem, essa questão já aparecia nitidamente nesse programa/documento de Gotha e na crítica de Marx. Löwy (2005, p. 23, grifo nosso) não deixa escapar e ajuda a responder aos equívocos ainda hoje existentes e aos que

insistem na “morte do socialismo”, entre eles várias correntes ambientalistas, ligadas aos novos movimentos sociais e à “teoria” do “fim da luta de classes”. Vejamos:

Segundo os ecologistas, Marx, seguindo Ricardo, atribui a origem de todo valor e de toda riqueza ao trabalho humano, negligenciando a contribuição da natureza. Essa crítica resulta, na minha opinião, de um mal entendido: Marx utiliza a **teoria do valor trabalho** para explicar a **origem do valor de troca**, no âmbito do **sistema capitalista**. A **natureza por outro lado, participa da formação das verdadeiras riquezas, que não são valores de troca, mas valores de uso**. Esta tese é muito explicitamente expressada por Marx, na “Crítica do Programa de Gotha”, contra as idéias de Lassalle e seus discípulos.

Muitos ecologistas e outros setores do movimento social acusam infundadamente, até hoje, Marx e Engels de “produtivismo”, “economicistas”. *Esta acusação é justificada?* Pergunta-se Lövy (2005, p. 23, grifo nosso) e ele mesmo responde:

Não, na medida em que ninguém denunciou tanto quanto Marx a lógica Capitalista de produção pela produção, a cumulação de capital, de riquezas e de mercadorias como fim em si. A **idéia mesma do socialismo** - ao contrário de suas miseráveis contrafações burocráticas - **é a de uma produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação das necessidades humanas**. O objetivo supremo do progresso técnico para Marx, **não é o crescimento infinito de bens (“o ter”)**, mas a redução da **jornada de trabalho** e o **crescimento do tempo livre (“o ser”)** (Grifos meus).

Portanto, como explicita de forma contundente, Lövy (2005, p. 23) não pensava a sociedade de forma “economicista”, sem o elemento fundamental *trabalho* associado ao bem estar, produção de riqueza material conjuntamente com a natureza. Castells (2001a, p. 466) o recupera e diz enfaticamente: “O trabalho é, e será em um futuro previsível, o núcleo da vida das pessoas”. Ou seja, se vive e ainda se viverá sob uma **Sociedade do Trabalho**. Inevitavelmente. Sempre, enquanto existirem homem e natureza, enquanto unicidade em produzir riqueza. Quiçá em uma futura sociedade não esteja atada ao “reino da necessidade” e seja finalmente livre, viva no “reino da liberdade”, como na fórmula famosa de Marx.

Marx (1961) registra *incompreensões, falseamentos, citações mal digeridas e ‘ajeitadas’, confusas, imprecisas, frases ocas, etc.*, equívocos teóricos, políticos e programáticos sérios, que poderiam comprometer a luta revolucionária do proletariado. Engels (1961) chega a falar que Gotha era um programa “redigido em um estilo frouxo e vulgar”. As duras críticas de Marx e Engels ao Programa de Gotha foram mal-recebidas tantos pelos lassallianos, como por marxistas e membros da direção do POSD - uma direção burocrática e oportunista, que se manteve reticentes em publicá-las, mesmo quinze anos depois de escritas essas críticas e oito anos da morte de Karl Marx. Hoje mais de um século depois essas críticas aparecem como um documento histórico que guarda nítida precisão e atualidade: os anos mostrariam que Marx e Engels tinham razão e não muito adiante do tempo

de sua publicação (1891), o Partido Socialista Operário Alemão, principal seção da Segunda Internacional Comunista e outros partidos operários faliram ao se associarem às burguesias de seus países, ao votarem os créditos de guerra dando poderes econômicos e financeiros ao governo alemão, viabilizando a invasão e destruição de outros países em que estavam na linha de fogo proletariados de países europeus durante a I Guerra Mundial entre 1914 a 1918. A perda de referências internacionalistas, por exemplo, entre outros problemas que apareciam no Programa de Gotha, levaram a derrotas o movimento socialista e o proletariado. Grandes lições históricas, políticas e teóricas devem ser tiradas daqueles episódios e dos problemas do reformismo atual, quando um programa e teoria podem causar danos gigantescos ao processo de emancipação dos trabalhadores e destruição das classes subalternizadas frente à luta entre o proletariado e a burguesia. “A História demonstrou, inapelavelmente, que os socialistas da Segunda Internacional ficaram prisioneiros de um esquema envelhecido e insatisfatório” (ARCARY, 2004, p. 224). E que já denunciado em *Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão*, a famosa *Crítica ao Programa de Gotha* de Karl Marx (1961). Portanto a recorrente formulação reformista encravada no seio da academia, dos partidos do proletariado, das organizações sindicais e do movimento social em geral, já não encontra abrigo no manto das verdades diante da História.

O que se expôs até aqui mostra que outro princípio dialético fundamental precisa ser resgatado nas análises sociológicas da economia e da sociologia política, o do *desenvolvimento desigual e combinado*, que na história desses últimos 100 anos da América Latina se irrompe enquanto idéias e ações revolucionárias, se contrapõem a visão do evolucionismo cultural, socioeconômico, da ideologia do progresso linear e do centrismo reformador que se instalou no continente. Busca, por exemplo, no caso da análise política e econômica do sistema capitalista macrorregional, dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais vividas pelos países da periferia desse sistema, como os da Pan-Amazônia, dominados pelo imperialismo. Mas nestes anos se evidencia que há um processo de desenvolvimento desigual e combinado, produzindo nas últimas quatro ou cinco décadas, movimentos sociais rebeldes, revolucionários. Em um movimento de *intra e interdialeiticidade permanente*, enquanto dialética total, que se manifesta sobre si, enquanto universo em contínuo movimento, interpretado como natureza total em permanente mudança: movimento que ao se modificar, modifica a si mesmo e tudo em seu campo, em função de sua interação intra e interdialética, não cessa, se fazendo e refazendo infinitamente, afetando e sendo afetado interna e externamente, constituindo, destruindo e reconstituindo sistemas sociais. Em um processo de *revolução permanente*, como nos termos de Leon Trotsky, que na

alta modernidade se mostra ora mais nítida e acirrada, ora mais branda e quase imperceptível, geológica, subterrânea, indicando que é necessária uma revolução dentro da revolução, nessa etapa histórica revolucionária, incluindo desde já o pensamento ortodoxo no seio do marxismo. É preciso manter o que de fato é fundamental, inegociável teórica e programaticamente, mas absorver novos elementos importantes no transcurso histórico atual.

A teoria da revolução permanente caracteriza a própria revolução socialista, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua onde cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam nos últimos quarenta anos na América Latina guardam, necessariamente, caráter político e cultural, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. Assim ocorre profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se culturalmente, formando novas combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pôde e nem poderá chegar a um “estado de equilíbrio”, sim no máximo num “equilíbrio movedisso”. obviamente quando se trabalha a teoria da *Revolução Permanente* isso implica no caráter internacional da Revolução Socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. Compreendendo que o internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes conforme já o definira Trotsky (1978): a revolução nacional em qualquer país não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente, incessante e indispensável para a vitória do proletariado. Portanto, a América Latina não poderá ser livre sozinha, os subalternizados daqui terão que lutar com os do mundo.

Ao se tratar da Revolução Socialista e Revolução Socioambiental, suas potencialidades, limites e oportunidades, como já se expressou, não se pode deixar de fora a discussão do chamado “Desenvolvimento Sustentável” se constitui por agora apenas em uma perspectiva teórica, que dependendo das bases econômicas, políticas, éticas e filosóficas que possa se assentar, este será de fundamental interesse para os desdobramentos da vida no planeta. Deve constituir parte do programa de transição ao socialismo, construído a partir de uma base material e cultural calçada na *Revolução Socioambiental - Revolução Socialista*, que privilegie a problemática ecológica ao lado das questões sociais, com forte componente ambiental, que deve ultrapassar as fronteiras do econômico e do social e incorpore a dimensão

ambiental também como centro das políticas advindas de um processo de ruptura com o regime, a estrutura, o programa e o sistema do capital. Assim como e fundamentalmente, com as experiências do estatismo burocrático das experiências do chamado “Socialismo Real”, que deixaram para trás uma grande destruição ambiental onde vigorou - sob os ares da Revolução Socioambiental, caso venha acontecer, esta teria necessariamente que ser global, não há dúvida. E sob seus efeitos sinérgicos se poderá construir um mundo em que as diferenças socioeconômicas entre as pessoas e as nações possivelmente serão menores (uma vez que as débeis experiências socialistas do século XX já o demonstraram que sim), bem como a lógica do lucro será substituída pela lógica da vida.

Mas é preciso não ser ingênuo, ainda assim, subsistirão a lei do valor e as trocas mercantis, elementos que não desapareceriam por força consciente da direção, através de decretos baixados (como se quis no período stalinista). E que demandariam soluções de médio e longo prazos. A necessidade histórico-ecológica da *Revolução Socialista-Comunista Radical* indica que a relação do homem com a natureza deve ser natural, em acordo com os processos da natureza; a relação dos homens entre si tem que ser expressa numa nova sociabilidade e solidariedade construtiva de novas culturas que se associem o bem estar geral entre sociedade e natureza em simbiose. Então a relação deve estabelecer uma dinâmica sócio-natural ou sócio-ambiental, já que é dessa relação que surge ou se cria ambiente de reprodução sociometabólica entre a economia e a ecologia da sociedade e a economia e a ecologia da natureza encerrada no planeta. Portanto muito distante e diferente da razão burguesa, da civilização presente cristalizada no sistema capitalista-destrutivo da vida, da natureza e da humanidade. Essa orientação histórico-social dominante falhou, sua matriz trabalho-intensivo, capital-intensivo, ambiental-intensivo com alto grau de destruição criou uma brutal-insana patologia civilizatória.

Outro problema ou limite está inscrito, fundamentalmente, na questão energética e no uso dos recursos naturais não renováveis, como os hidrocarbonetos, que poderia no máximo, se dar em um grau menor, menos acelerado e mais racional do que no modelo de exploração capitalista. Contudo, mesmo no socialismo ou comunismo o desenvolvimento sustentável será um desafio complexo, pois não cessarão o uso de energia e dos recursos naturais, estes últimos tendentes a finitude. Além, no programa de transição societal deverá haver grande e profunda necessidade de promover mudança no consumo, hábitos e relações entre as pessoas e o meio ambiente. Como se pode imaginar, a questão não é nada simples. Assim a retórica da sustentabilidade comporta muito mais que teorias, supõem práticas efetivas, ações positivas e conscientes de responsabilidades que deverão ser assumidas por parte de cada indivíduo e

coletividade, grupo social, assim como pelo conjunto dos países e toda a humanidade. Este é um problema e um programa definitivamente de natureza planetário, internacional. A *sustentabilidade efetiva* não é simples de se construir, operacionalizar e sustentar na realidade. Será, portanto, preciso outro sistema social, político e econômico, outros valores, posturas e atitudes distintas do atual padrão, mesmo em uma sociedade comunista. Uma sociedade em base à sustentabilidade de fato, requer culturas e éticas para além do que se tem e pratica hoje. Sistemas de valores coerentes com a vida e o bem comum, mais solidários, são fundamentais para alcançar a sustentabilidade. São ao mesmo tempo desafios e oportunidades para o proletariado, os povos do mundo todo.

Sabe-se que não restam muitas alternativas, é preciso buscar se aproximar do objetivo de concretizar uma civilização realmente sustentável. A partir de um socialismo advindo de um movimento de *Revolução Socioambiental Global*, possivelmente se estaria, em tese, alongando o tempo que a humanidade necessitaria para seguir sua reprodução social, por um período mais extenso, em busca de saídas *realmente* mais *sustentáveis*. Pois como salienta Wilde (2003) em seu ensaio *A alma do homem sob o socialismo*, ao se transformar a propriedade privada em bem público e ao se substituir a competição pela cooperação, e se ter no auxílio mútuo uma ação cotidiana regular e restituir à sociedade à condição de organismo sadio. Assegurando a redistribuição e bem estar material aos seus membros, em boa medida, já se estaria diminuído a pressão social e ecológica sobre o planeta e devolvendo à vida, de fato, sua base e seu meio natural (COSTA, 2006a).

Portanto a fé inabalável no progresso da técnica e da ciência, que também se encontra na tradição ortodoxa marxista, guarda herança do período iluminista, por si só pode não é a saída, ou pelo menos não a única. Talvez seja preciso um “Laissez-faire, laissez-passar” não do mercado, como queriam outrora os fisiocratas e impõem os neoliberais hoje, mas sim “deixando fazer, deixando passar”, conforme a ordem natural da própria natureza, que se combine com uma nova ordem social e econômica a ser construída. Onde possa haver a reconciliação da *primeira ordem* (a da natureza) com a *segunda ordem* (da humanidade) como fala Meszáros (2002). Possivelmente uma saída estratégica que se consubstancia na diversidade cultural - particularmente na concretude da América Latina, Caribe e Grande Amazônia - e destrua todas as formas de opressão e exploração e construa uma economia política dos comuns, sustentada nas pessoas, na sustentabilidade e responsabilidade no uso adequado de energia e dos recursos naturais, conservando e preservando a biodiversidade do planeta, ao mesmo tempo em que promova justiça social e permita a harmonia com a natureza. Pois como se viu ao longo dos capítulos – se viu uma breve incursão sobre os

problemas estruturais, fundamentais do capitalismo, a partir de sua lógica de funcionamento, é pouco provável que a saída esteja em uma renovação/reforma do atual sistema, se adotando um “Capitalismo Natural” tentando humanizá-lo e ecologizá-lo ou nos moldes das experiências equivocadas do “Socialismo Real” ou da Social- Democracia da “Terceira Via”, que historicamente se gestaram e faliram como se sabe muito bem.

A atualidade da revolução socialista se faz pela clivagem de crises impostas pela burguesia e seu sistema e regime social destrutivo, pela necessidade histórica de ultrapassá-lo. Quando se olha o caso particular da América Latina, essa macrorregião está atravessada por uma potencialidade revolucionária que se manifesta há pelo menos um século - como se tem insistido - e no período particular que vai de 1968 a 2008 esse fenômeno social despontou em alguns momentos críticos. É possível verificar que houve muitos desafios políticos e históricos que os trabalhadores, os povos e duas ou três gerações de jovens latinoamericanos se colocaram em diversos países, como as tentativas de tomada do poder na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Colômbia, Bolívia, Argentina, Peru, Equador, Venezuela e Brasil. Movimentos, crises e levantes revolucionários conscientes e semi-consciente que se aventuraram antes, durante e depois das ditaduras militares enfrentando o poder da oligarquia, do imperialismo e em alguns casos indo à tomada do poder. Mas as escolhas alternativas que dividiram os subalternizados entre si, ainda que seus problemas (social, político, econômico, ambiental, etc.) fossem e ainda permaneçam muito semelhantes, quase sempre foram ou estiveram relacionados ao movimento guerrilheiro ou guevarismo, com grande desprezo das ações políticas e sociais das massas, com raras exceções como no caso da Nicarágua em 1978, onde os trabalhadores do campo e da cidade se envolveram fortemente no processo revolucionário sandinista. Mas ainda assim e ali, o poder do proletariado e do campesinato se perdeu por conta da histórica crise e traição das direções, da burocracia.

Um dos limites da Revolução Socialista está presente recorrentemente na história da América Latina - em um século de levantes e sublevações - onde mostrou que apesar de ser um continente insurreto a via política reformista e não revolucionária se sobrepôs, mesmo quando o processo era tipicamente revolucionário, quando houve a tomada do poder pela luta armada e ou combinada com a de massas. A história das últimas quatro décadas, pelo menos, mostrou que as forças revolucionárias foram vencidas pelo imperialismo e a burguesia desde seu interior, pela traição de suas direções, vide o caso da Nicarágua e da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) ou de El Salvador e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). A capitulação dos movimentos guerrilheiros e sua posterior adaptação ao regime democrático burguês evidencia sua falência enquanto movimento revolucionário. Por

outro lado, o reformismo clássico, que se apropria da via eleitoral com matiz de esquerda não resultou em outro caminho a não ser o que está colocado hoje sobre região: governos conciliatório, social-liberais, claramente burgueses e pró-imperialistas como os de Lula da Silva no Brasil e Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Rafael Correia no Equador e Daniel Ortega na Nicarágua, só para citar alguns exemplos destacados onde os representantes dos subalternizados – um operário, um indígena, um padre, um intelectual e um guerrilheiro, respectivamente, foram alçados ao poder pelas massas - um fato inédito e combinado no continente em cinco séculos, desde a colonização nunca houve essa oportunidade – chegaram ao poder pelo processo eleitoral, a adaptação e degeneração extrema. Assim a aventura da mudança do regime social imposto pela burguesia e o imperialismo foi bloqueada e as circunstância em que elas se processaram tem diretamente a ver com a clássica crise de direção revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos, esse é seu principal limite. Um problema que se arrasta e tende a piorar as condições gerais de vida e sobrevivência dos que estão separados das conquistas materiais da sociedade. No caso da América Latina e Caribe, se acredita ter exposto aqui dados suficientes para se convencer de sua necessidade histórica, econômica, social, política e ambiental para uma solução revolucionária conseqüente. Até porque permanecem ainda latentes ou explodem quando em vez em agudas crises revolucionárias no continente, em meio à utopia de promover uma sociedade em que haja reprodução sociometabólica harmônica com desenvolvimento pleno e sustentabilidade efetiva.

Os movimentos protagonistas dos conflitos e crises socioambientais - autoridade moral, política e histórica – na América Latina passa pelos operários, indígenas, camponeses e proletariados em geral – pela ação conjunta dos movimentos sociais, ambientais e partidos revolucionários. A crise do capitalismo não é só social, econômica e política, é também ambiental. Por outro lado isso exige que os subalternizados coloquem a questão ambiental em um mesmo patamar de importância na agenda de luta histórica pela revolução socialista. Ainda que se entenda que o proletariado industrial seja teoricamente o mais propenso a desencadear a luta revolucionária, na América Latina não foi historicamente quem esteve à frente das lutas revolucionárias. Então uma direção operária, revolucionária e socialista não pode jamais prescindir ou menosprezar os indígenas e camponeses num continente em que esses são sujeitos históricos determinantes para o sucesso ou derrota do processo revolucionário. Enquanto potencialidade são forças que convergem para um mesmo espectro de interesse social, econômico, político e ambiental, demonstrado, por exemplo, na construção de organizações sindicais, populares e partidárias que operam sob essa nova visão

que incluem os novos sujeitos da luta contra o capital que vai desde os movimentos da juventude, dos estudantes, das mulheres, dos negros e das negras, etc.

Claro deve estar que não se deve subestimar a capacidade do capitalismo em sair e ou adiar suas crises e transformar problemas em solução – da crise ambiental surgiu, por exemplo, um “novo mercado” – o do carbono, com bolsa, crédito e tudo²⁵⁰ que busca extrair lucro dos serviços ambientais²⁵¹ proporcionados pela natureza e seu manejo. Essa é a prova da expansão globalizada do capitalismo contemporâneo atribuindo novos significados e valor à natureza (BECKER, 2001) e ampliando em múltiplas possibilidades a sua utilização e reprodução.

Por outro lado também, mesmo que no momento atual não se verifique no horizonte imediato uma revolução socialista em curso e sim crises revolucionárias que de vez em quando eclodem, mesmo, ainda e apesar de Cuba de Fidel e Raul Castro ou da Venezuela de Hugo Chaves que proclamou o “Socialismo do Século XXI” através da “Revolução

²⁵⁰ *Serviços ambientais e empreendedorismo ambiental* são dois novos conceitos da economia neoclássica, ao mesmo tempo temas e ou problemáticas distintas, intimamente relacionadas que foram incorporadas ao escopo geral dessa escola pela necessidade do presente e para incluir a dimensão ambiental ao modelo de mercado via *empreendedorismo ambiental* – que é a capacidade de desenvolver atividades econômicas de forma que organiza a produção de bens e serviços (mercadorias), incorporando novas tecnologias, aliando usufruto e conservação dos bens materiais, naturais, sociais e culturais ao mesmo tempo em que pretende valorizar, mantém e potencialize os *serviços ambientais* ofertados pela biosfera, atmosfera, hidrosfera e litosfera e o conjunto dos ecossistemas terrestres em favor de uma ótica de desenvolvimento que intenta incorporar a problemática da sustentabilidade, a valoração do meio ambiente. Neste sentido, os *serviços ambientais* para a escola neoclássica estão associados ao *empreendedorismo ambiental* e deve ser compreendido como a busca concreta da efetivação da perspectiva inscrita no ideário do Desenvolvimento Sustentável por dentro do sistema.

²⁵¹ *Serviços ambientais* são aqueles fornecidos pela natureza, os ecossistemas e a biosfera com base nas funções dos ecossistemas como produtores de alimentos e armazenamento de energia, que ao mesmo tempo captura, armazena e seqüestra carbono, forma estoque e retenção de água para os períodos de secas, manutenção da diversidade genética, produção de madeira e de produtos não madeireiros, manutenção do ambiente natural, do clima, das interações e reproduções ecológicas entre as espécies, onde todos esses serviços são ofertados pelo conjunto da biosfera e ecossistemas e de alguma forma utilizados pelos homens. Há fortes relações, por exemplo, entre serviços ambientais e biodiversidades, uma vez que estes interferem nas mudanças nas interações biológicas entre espécies podem provocar alterações irreversíveis e negativas nos processos dos ecossistemas, as interações incluem: polinização, vínculos entre plantas e comunidades do solo (fixadores de nitrogênio), vínculos entre plantas, herbívoros e dispersores de sementes, interações diretas que envolvem mais de duas espécies (predadores superiores ou parasitas que controlam os herbívoros); os serviços ambientais podem ser alterados pela introdução ou remoção de organismos no ecossistema; a relação entre biodiversidade e serviços de apoio depende da composição, abundância relativa, diversidade funcional e diversidade taxonômica. Mesmo quando as perdas de biodiversidade tenham pequenos impactos imediatos sobre a função do ecossistema, podem reduzir a capacidade de adaptação a mudanças ambientais (estabilidade ou resiliência, resistência e segurança biológica). No caso particular dos serviços ambientais ligados à produção agrícola e pecuária, existem aqueles serviços ambientais mais particulares como: a conservação de parte da propriedade com reservas legais ou áreas de preservação permanente (APP) - capital empatado, mas necessário para preservar a bioriqueza e biodiversidade dos ecossistemas; redução do efeito estufa: (i) seqüestro de carbono, (ii) menos consumo de energia por tonelada produzida, (iii) menos emissões de metano (biodigestores, bovinocultura em regime precoce), (iv) uso de mais N fixador biologicamente (pastagens consorciados, inoculação de feijão, soja, etc.); eliminação dos efeitos de assoreamento e erosão dos solos dentro e fora da propriedade; reciclagem de embalagens de defensivos ou pesticidas; incremento da biodiversidade no ambiente da unidade produtiva (recuperação de reservas, áreas degradadas, produção de peixes, aves, vida do solo, fauna em geral, etc.); manutenção dos recursos hídricos (água limpa, farta e disponível), entre outros importantes serviços ambientais promovidos pela agricultura e pecuária.

Bolivariana”, de fato e concretamente não existe nenhum estado operário e ou socialista na América Latina em termos teóricos e práticos em base ao programa marxista. Ainda assim, é preciso afirmar que a Revolução Socialista não pode ficar fora de perspectivas e análise histórico-sociológica uma vez que a crise da alta modernidade é total, radical, evidenciada na fome, miséria, desemprego, destruição ambiental, violência, barbárie crescente, etc., e isso cria uma contradição forte, uma dialeticidade importante no interior do movimento social dos trabalhadores do continente. Vive-se um momento histórico excepcional – o stalinismo foi derrotado mundialmente há vinte anos e não se recuperou mais, o projeto neoliberal esgota-se a cada dia, o imperialismo americano vive uma grande crise e as frentes populares estão no poder na América Latina. É uma oportunidade histórico-conjuntural que nunca houve. Aí reside a perspectiva concreta da Revolução Socialista e da construção de uma nova sociedade em bases socioambientais sustentáveis de fato, que tem diretamente a ver com a participação política dos indivíduos e da coletividade, do capital social revolucionário, etc.

Mas o problema da Revolução Socialista e Socioambiental vai além da oportunidade, da conjuntura, da esfera do indivíduo, está no marco do conjunto da luta de classes, na coletividade, na estrutura da sociedade, desde a economia, o problema do Estado e das relações de poder, na forma como o sistema econômico, político e jurídico funciona, se fundamenta e reage. No nível de organização e disposição de lutas dos proletários e povos submetidos. Por isso é necessário mais que o avanço da consciência dos indivíduos isolados, é preciso o avanço da consciência coletiva e organização política das classes oprimidas e exploradas rumo à **Revolução Socioambiental Global**. Socialista, conforme a tradição marxista em termos políticos, econômicos e sociais, mas também que deve primar profundamente por construir mudanças efetivas, radicais e conseqüentes em termos culturais e ambientais. Promovendo um movimento de transição programática radical do capitalismo para o socialismo, rumo ao comunismo em mudança sistêmica, total e permanente em seu modo de produção, apropriação e distribuição das riquezas advindas do trabalho, da natureza, cuidando da conservação do conjunto da vida, da relação sociedade-natureza e se contrapondo permanentemente à burocratização, ao oportunismo e às adaptações próprias de quem comanda e tem o poder.

6.4 DESENVOLVIMENTO RACIONAL E SUSTENTABILIDADE EFETIVA

Não é aceitável que uma região de longuíssima trajetória histórico-geológica que resultou na Grande Amazônia, iniciada há cerca de 400 milhões de anos, quando todos os

continentes formavam um único bloco, chamado Pangéia, até atingir a configuração atual, há cerca de 10 ou 20 mil anos - época que formou-se a planície amazônica - a formação da planície é parte recente da história geológica da região - possa ser destruída em tão pouco tempo de uso e exploração, basicamente em um século e particularmente em sua segunda metade. Se os 400 milhões de anos fossem comprimidos nas 24 horas de um dia, a zero horas teríamos a Pangéia e às 23h59m55s a formação da Planície Amazônica (CALIARI, 2003, p. 20). Entretanto o capitalismo pode destruir essa gigante região em apenas meio século de sistemática exploração, o que é praticamente nada nessa escala do tempo geológico. Mas representa um caos em termos ecológicos globais, porque o clima mudará, os ciclos naturais das chuvas podem ser alterados negativamente, poderá haver uma perda gigante de biodiversidade e bioriqueza, etc. Por outro lado não há razão material para se manter o estado de caos e miséria social e cultural entre bilhões de pessoas do mundo. A burguesia e o sistema do capital impõe essa condição de sobrevivência aos trabalhadores. Assim como não há explicação justificável para a destruição ambiental global pela mesma lógica, pois é possível construir soluções para o desenvolvimento com resultados sustentáveis e efetivos de produção com conservação. Então como, desde a América Latina, a Grande Amazônia promover esse novo desenvolvimento com racionalidade e sustentabilidade efetiva, de fato?

A resposta a essa pergunta terá que se processar pela via histórica, pela luta de classes. Em uma era em que se tratar da questão ambiental é, antes de tudo e será cada vez mais, uma questão social de grande disputa política de classes, especialmente pela apropriação e defesa dos recursos naturais e estratégicos, como água, terra, florestas e hidrocarbonetos, além de alimentos, biodiversidade, etc., portanto, está em jogo a possibilidade de bem estar e sobrevivência, o que impõe aos indivíduos e coletividades da classe trabalhadora entrar no circuito desse debate e construir políticas para tamanho desafio. Urge esta incorporação da questão ambiental definitiva no debate sistemático, programático e cotidiano das organizações dos trabalhadores e povos. Em um programa, propaganda e luta socialista é evidentemente fundamental, porque a burguesia já está se articulando (bancos, empresas, etc.), possuem meios e recursos muito maiores e eficientes que as organizações dos proletários em termos de influência (mídia, dinheiro) para disputar a consciência das massas e ganhá-las para sua política de “mudar” o mundo do ponto de vista socioambiental, para no fundo nada mudar. Os reformistas, burocratas e oportunistas são os aliados de primeira hora da burguesia também na questão ambiental. Estão se integrando e buscando soluções por dentro do sistema do capital para os graves problemas ambientais, econômicos e sociais derivados da crise ecológica global. Vide os governos social-liberais ou social-democratas que se integram a projetos

como: matriz energética de geração dos biocombustíveis, co-gestão ambiental em processos de preservação, conservação e reposição de recursos naturais²⁵², alimentos orgânicos e ou transgênicos, etc.²⁵³.

Sabe-se que a sustentabilidade está ligada ao estoque de capital. Sendo este capital: 1) *natural* (renovável e ou não-renovável disponível pela natureza); 2) *produzido* (riqueza através do trabalho); que estão intimamente associados ao 3) *humano* (capaz de não apenas construir riqueza, mas de moldá-la à sustentabilidade ou não); e ao 4) *social* (coletivo, no

²⁵² O Governo de Ana Júlia Carepa (PT) do Pará insufla uma propaganda: “plantar um bilhão de árvores de espécies amazônicas” em seu programa ambiental. Para produzir as mudas necessárias para um projeto dessa escala seriam preciso, só em termos de sementes: 1, 5 bilhões de sementes (nem todas germinam, as que germinam não chegam à condição de mudas saudáveis e as mudas plantadas em grande parte se perdem – 30% aproximadamente - e precisam de reposição). Um problema fundamental tem a ver com a oferta de sementes que a natureza fornece, mogno por exemplo, por todo o esforço que se faça não se consegue, em toda a Grande Amazônia uma coleta de 10 milhões de sementes ao ano - isso vale para muitas outras espécies. Assim obter 1,5 bilhões de sementes não é real em um horizonte de 4 anos de governo. Fazendo-se as contas se observa facilmente a impossibilidade e ou demagogia desse projeto. Enquanto isso o governo não implementa uma política consequente de uso racional da floresta, o desmatamento segue e o Pará figura entre os estados de maiores índices.

²⁵³ O Governo de Lula da Silva, por exemplo, foi quem aprovou a lei dos transgênicos, a lei de concessões de florestas públicas para a iniciativa privada e liberou a transposição das águas do rio São Francisco. Só para se ater à questão dos transgênicos: No Brasil deu-se início às discussões referentes aos transgênicos apenas em 1995, com a edição da Lei de Biossegurança (Lei no 8.974/95). Esta, por sua vez, liberou o plantio dos transgênicos para a realização apenas de testes científicos: a soja Roundup-ready, o milho Bt e a canola Higt-Olaic. Doze anos depois o Brasil já se encontrava, em 2007, em terceiro lugar no quadro de produtores no mundo - em 2007 havia um total 100 milhões hectares plantadas: USA 54,6 milhões ha; Argentina 18 milhões ha; Brasil 11,5 milhões ha; Canadá 6,1 milhões ha; Índia 3,8 milhões ha; China 3,5 milhões ha. Houve um aumento da plantação de OGMs entre 1996 e 2006 de 60 vezes, o maior índice de adoção de qualquer tecnologia na agricultura registrado até hoje (Fonte: Conselho de Informações em Biotecnologia (CIB, 2007). Todo esse processo de crescimento se alterou vertiginosamente a partir da Medida Provisória no 131, de 25 de setembro de 2003, que estabeleceu normas para o plantio e a comercialização da soja transgênica para a safra de 2004. Tal Medida Provisória foi convertida na Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, conhecida como Lei dos Transgênicos. A lei fere nitidamente o Princípio da Precaução, bem como alguns dispositivos legais importantíssimos do nosso ordenamento jurídico relacionados ao estudo prévio do impacto ambiental para qualquer atividade potencialmente danosa ou de grande risco para o meio ambiente, como: a Resolução do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que tem força de lei; a Convenção da Biodiversidade, fruto da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (ECO 92), que também tem força de lei, uma vez que foi ratificada pelo Congresso Nacional; a Lei de Biossegurança (Lei no 8974/95); a Lei da Biodiversidade; a Lei de Cultivares (Lei no 9456/97) e até mesmo a Constituição Federal, que em seu artigo 225, inciso IV, que ressalta a importância do estudo prévio para que se evitem danos catastróficos ao meio ambiente. Este novo dispositivo jurídico manifesta a agressão ao meio ambiente; à sociedade civil, uma vez que esta foi excluída das discussões acerca do assunto; à segurança alimentar; aos pequenos produtores e ao direito de informação dos consumidores, etc. Por outro lado, a lei beneficia a bancada ruralista do Congresso Nacional, os grandes proprietários rurais e a Multinacional Monsanto - A Monsanto é a maior produtora de herbicidas do mundo. No Brasil, após a aprovação da Lei de Cultivares, que instituiu o monopólio privado da propriedade das variedades vegetais no país, a Monsanto comprou, dentre outras, a empresa Paraná Sementes e a Agrocere. Formou, ainda, uma *joint venture* com a Cargill, consolidando sua supremacia entre as empresas produtoras de sementes no país. A Monsanto investiu em 2000 US\$ 18 bilhões na compra da multinacional Delta & Pine Land, proprietária da patente da tecnologia “Terminator” nos EUA e solicitante da patente mundial desse gene. O gene batizado de “Terminator” (exterminador) torna estéril a segunda geração de sementes usadas na agricultura. É uma técnica que incapacita geneticamente a germinação de uma semente. A eficácia da nova técnica já foi demonstrada em sementes de algodão e fumo, sendo que entre as culturas prioritárias para seu desenvolvimento estão o arroz, o trigo, o sorgo e a soja. O principal interesse industrial nessa técnica é impedir que o fruto ou grão de uma variedade comercial se torne uma semente, exterminando assim o potencial reprodutivo da planta e garantindo assim o monopólio da produção de alimentos.

sentido de comunidade local-global). Assim, quanto ao *capital natural* se sabe da importância estratégica dos serviços ambientais dos ecossistemas, que estão avaliados (estimativa do valor anual dos serviços dos ecossistemas) em U\$ 54 trilhões/ano (COSTANZA et al, 1997). Este compõe o ***Capital Natural Crítico*** - estritamente não substituível, capital cuja perda seria irreversível, teria custos incomparáveis devido ao seu papel vital, ou seria de demanda aniquilante considerada não-ética e extremamente perigoso para a continuidade da vida²⁵⁴. O que coloca um limite na escala das atividades e desenvolvimento humanas a um nível máximo daquele que será ou poderá ser compatível com a capacidade de sustentação do capital natural. Isso significa que cada vez mais o progresso tecnológico deve ser orientado para aumentar a eficiência, ser intensivo em vez de ser extensivo no uso de energia e matéria capaz de destruir o planeta e a vida humana. Portanto isso significa que se deve investir no capital natural renovável - explorado de forma a maximizar o benefício líquido numa base sustentável (taxas de extração não devem exceder taxas de regeneração; emissões de resíduos não devem exceder a capacidade assimilativa do ambiente) e o capital natural não renovável – deve ser explorado a uma taxa igual (ou inferior) à da criação de substitutos renováveis e ou sintéticos (COSTANZA; DALY, 1992).

Quanto ao *capital produzido* é patente que a humanidade trabalhadora é quem é responsável diretamente pela produção de riqueza através de sua força física-biológica e o nível de sua exploração anual ultrapassaria certamente em muitas vezes os U\$ 54 trilhões de dólares dos serviços ambientais associados aos ecossistemas – basta uma conta simples e hipotética: 4 bilhões de trabalhadores ativos no mundo podem produzir em 1 hora média de trabalho, com o atual nível tecnológico e produtividade para fabricar, por exemplo calçados (30 pares/hora/trabalhador) ou produzir grãos (100 kg/hora/trabalhador), um montante de riqueza da ordem de U\$ 120 bilhões de pares de sapatos e U\$ 400 milhões de toneladas de

²⁵⁴ Uma vez que as *Funções de Regulação* dos ecossistemas são: proteção contra influências cósmicas perigosas e ou negativas a vida na Terra; regulação do balanço energético local e global; regulação da composição química da atmosfera; regulação da composição química dos oceanos; regulação do clima local e global; regulação do escoamento e proteção de cheias. E as *Funções de Suporte* são: fornecer espaço e substrato para habitação; cultivo (agricultura, pecuária, aquíicultura); conversão energética; recreio e turismo; proteção da natureza; retenção de água e recarga de aquíferos; prevenção da erosão dos solos e controlo da sedimentação; formação de solo e manutenção da fertilidade; fixação da energia solar e reprodução de biomassa; armazenamento e reciclagem de matéria orgânica; armazenamento e reciclagem de nutrientes; armazenamento e reciclagem de resíduos humanos; regulação de mecanismos de controlo biológico; manutenção de habitats de migração ; manutenção da diversidade biológica (e genética). Suas *Funções de Produção* estão associadas a garantir: oxigênio; água (para consumo humano, irrigação, indústria, etc.); alimentos e bebidas; recursos genéticos; recursos medicinais; matéria primas para vestuário e tecidos; matérias primas para construção e uso industrial; bioquímicos; combustíveis e energia; forragens e fertilizantes. E por fim, os ecossistemas possuem as *Funções de Informação*, tais como: informação estética; informação religiosa e espiritual (para grupos que acreditam em lugares sagrados); informação histórica; inspiração cultural e artística (estética para a arte); informação científica e educacional. Por todas essas funções os ecossistemas são vitais e sua destruição significa a destruição da possibilidade de se viver na Terra.

grãos, isso em 1 dia – sobriam pés humanos e estômagos de homens e animais para vencer tal produção. Esse gigante capital humano, força de trabalho e produção quando relacionado ao *capital social* local-global e aos recursos disponíveis pelo *capital natural* representa uma força material, natural e cultural praticamente impossível de quantificar. Logo poderia resolver ou sanar completamente o problema das chamadas “carências” e “escassez”, que na verdade são ideologias da burguesia, de todos os 7 bilhões de seres humanos atualmente vivendo na Terra.

Entretanto essa gigantesca energia e capacidade geradora de riqueza, fundamentalmente precisa de outra ordem social. É um metabolismo que não pode se processar sem a necessária tomada do poder das mãos da burguesia por parte do proletariado. Também não se processa sem a correta ampliação de um programa socioambiental, racional, sustentável. Para isso será preciso uma Revolução Socioambiental Global; gestão democrática através de assembléias e comitês de produção e do meio ambiente rural e urbano; que se forme fundo e reservas aplicáveis em pesquisa, geração de tecnologias e produtos que possam substituir os recursos não-renováveis que estão se esgotando; mudança cultural e participativa, etc. Mas obviamente que tudo isso está inscrito primeiro na condição de poder e autoridade, na apropriação e uso das riquezas por parte da maioria, da classe trabalhadora, sob um programa racional de gestão de fato pelo soberano, o povo organizado, a massa trabalhadora. Do contrário, é muito pouco provável – a história já o demonstrou invariavelmente - que sob o comando de uma elite burocrática e ou da burguesia se promoverá de fato um desenvolvimento socioambiental satisfatório e que atenda aos bilhões de trabalhadores do mundo.

Quando se observa as questões das ***Necessidades Humanas Totais de Materiais***, se diga assim, cada vez mais crescentes - a soma do *input* direto de materiais e dos fluxos escondidos de uma economia, incluindo todos os recursos naturais domésticos e importados (*input* direto de materiais) – de extração de recursos para processamento posterior (que entram na economia); mais os fluxos escondidos - porção das necessidades de materiais que não entram no cálculo da economia convencionalmente (inclui materiais escavados, auxiliares). Assim como quando se analisa as variáveis relativas à ***Integridade Econômica-Ecológica***, de dada sociedade em relação aos ecossistemas que impacta e se compara ao pouco tempo relativo de uso, se reflete as condições gerais da situação da biodiversidade, da bioriqueza, da conservação/preservação dos rios e das florestas, assim como da composição, conservação ou erosão dos solos, etc., todos esses aspectos juntos, em investigações científicas sérias e

profundas se verifica facilmente o nível de insustentabilidade do atual modo de reprodução sociometabólico.

Portanto a reprodução sociometabólica com desenvolvimento racional e sustentabilidade efetiva provavelmente só poderá ter algum grau de sucesso se atentar para essas e outras condições objetivas e subjetivas. Uma vez que a problemática existente entre ambiente e desenvolvimento econômico, atividades econômicas (produção, distribuição e consumo) crescentes, requer maiores *inputs* de materiais e energia e gera maiores quantidades de resíduos. A crescente extração de recursos naturais, acumulação de resíduos e concentração de poluentes pode ultrapassar em pouco tempo a capacidade de sustentação da biosfera e resultar num decréscimo de bem-estar, apesar dos rendimentos crescentes da produção material e do avanço tecnológico. Assim a degradação da base de recursos põe a própria atividade econômica em risco, mesmo em uma sociedade socialista-comunista.

Apropriação da Produtividade Primária Líquida (PPL) - quantidade de energia (sobretudo solar) fixada biologicamente deduzida da respiração dos produtores primários (majoritariamente plantas). PPL - base para sustentação, crescimento e reprodução de todos os organismos heterotróficos; base de alimentação total da Terra está cada vez mais sendo esgarçada e chegando ao limite conforme apontam os indicadores de *Pegada Ecológica Humana* conforme já se apresentou.

Pelas discussões e análises socioambientais, apreendidas por exemplo, em uma pesquisa por Costa (2006a) na Amazônia paraense, mais precisamente da região atingida pela Hidrelétrica de Tucuruí, se pode observar que a partir das variáveis e dos indicadores-chave das condições ambientais elencadas no estudo, aliados às **características sociais** pesquisadas - onde o autor estudou as *condições de saúde e nutricionais* das famílias e o alto grau de precariedade em seu atendimento; quanto à educação: os níveis de *escolaridade e acesso à informação* muito baixos; as *relações sociais que se estabeleciam nas comunidades*, ainda que solidárias, demonstram ser insuficientes quanto à participação social das famílias em organizações associativas, sindicais e partidárias, portanto demonstrando reduzido capital social coletivo; a situação do *trabalho e nível de renda per capita* eram muito ruins, não permitiam uma condição de reprodução social e material digna; que, ao lado das variáveis relacionadas à **identidade cultural** e seus indicadores tais como a *manutenção da cultura tradicional* local, entre outras; incluindo ainda as variáveis consideradas para análise da sustentabilidade, como a **capacidade produtiva** de seus agroecossistemas e indicadores-chave como: a disponibilidade de terra agricultável; produtividade e viabilidade econômica dos cultivos e criações; uso de insumos externos necessários à produção; assistência técnica

recebida e tecnologia de cultivos e criações adotada, a pesquisa concluiu que as condições concretas de sustentabilidade estavam seriamente comprometidas nesta região do estuário do Amazonas-Tocantins. Essa realidade não é tão diferente em muitas outras regiões e comunidades que se tem pesquisado na Grande Amazônia, ainda que se possa, obviamente, ter resultados positivos em termos de sustentabilidade em outras regiões pesquisadas por outros autores e instituições. Mas o que dominantemente se expressa e ao longo do terceiro capítulo isso ficou evidente, é que está em curso na Grande Amazônia um dilacerante processo de devastação, destruição e empobrecimento de suas zonas urbana e rural (particularmente na periferia de Manaus e Belém), das florestas, rios, ecossistemas, sua população humana e de outras espécies, como evidenciam muitas pesquisas publicadas na primeira década deste século e exploradas aqui, desde as produzidas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA; Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON; Instituto Socioambiental – ISA; Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM; Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA; Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, entre outros.

O que requer diante dessa constatação de crescente devastação e destruição a constituição de um ***Programa de Transição Socioambiental – Agro-urbano-florestal-ecológico***. Assim, no caso do agrário é preciso construir e efetivar políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural, no sentido de combater a miséria no campo viabilizando e democratizando o acesso a terra com infra-estrutura energética, captação de água, assistir as comunidades com equipamentos públicos de saúde e tecnologia de educação, assim como crédito e assistência técnica social e agrônômica. Da mesma forma que é mister ampliar e distribuir renda, proporcionar a reprodução das pequenas unidades familiares e comunitárias, em base agroecológicas, promovendo com isto a conseqüente fixação do homem no campo; contribuindo para o desenvolvimento do extrativismo em bases realmente mais sustentáveis através do manejo florestal comunitário e agroecológico, respeitando as peculiaridades e especificidades próprias de cada unidade, na lógica do uso responsável dos recursos naturais e dos ecossistemas. A política para o agrário regional precisa ater-se em suas peculiaridades, procurando construir um desenvolvimento que possa estar em consonância com sua complexidade cultural, econômica e ecológica. Os limites de tal estratégia estão provavelmente colocados em função da precária condição social e particularmente educacional do campo, uma parcela considerável da massa camponesa regional, aproximadamente 28% vive no mais cruel analfabetismo (COSTA, 2006a).

Para o urbano das cidades grandes e médias da Pan-Amazônia, que somadas são aproximadamente 50 cidades abrigando 70% da população total dos países da macrorregião, é necessário uma ação coordenada de políticas sociais, econômicas e ambientais que façam frente à calamidade de problemas como o caos instalado nas periferias por questões como o desemprego, a violência, miséria, o *déficit* habitacional, de saneamento básico e transporte coletivo. Assim como o não atendimento à saúde e educação, além dos graves problemas ambientais, na compreensão de que uma coisa ou evento não pode estar descolado da outra quando se pensa em termos socioambientais. Os problemas sociais, econômicos e ambientais andam juntos, conectados. Sachs (2009) faz questão de frisar que “os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais” e há acordo nisso. Mas tanto problemas sociais como ambientais precisam urgentemente ser sanados conjuntamente, são e estão altamente relacionados. Não é possível resolver grande parte dos problemas de saúde, por exemplo, sem atacar as sub-condições sociais e ambientais em que vivem bilhões de pessoas em todo o mundo e em particular entre os trópicos, particularmente em alguns países mais pobres da América Latina, África e Ásia onde doenças de fácil tratamento levam à morte milhões de pessoas da classe trabalhadora porque não possuem condições dignas de vida material, de atendimento à saúde e saneamento básico. Na América Latina, mas particularmente nos países da Grande Amazônia, por exemplo, como se viu no capítulo três, mais da metade da população vive ou sobrevive junto a ambientes altamente insalubres, apodrecidos, fétidos, contaminados, tomados por verminoses, bactérias e vírus perigosos à saúde, sem água encanada e rede de esgoto, etc. A Região Metropolitana de Manaus e Belém puderam ser exemplos, esta última, desde bairros como: Terra Firme, Guamá, Tenoné, Pratinha, Águas Lindas, Jibóia Branca, entre outros pelo menos trinta nessas condições.

Obviamente não é porque os pobres prefiram viver sub-humanamente e ou sejam imundos e desleixados, sim porque são obrigados por sua sujeição econômica a sobreviver nas piores e insuportáveis condições de vida impostas pela burguesia, e com isso habitam os piores lugares e zonas das cidades, sofrendo privações e riscos socioambientais que a classe média e a burguesia nem fazem idéia real de seu significado – se um burguês ou pequeno-burguês da classe média vivesse apenas um dia nas condições materiais de uma família das periferias alagadas, lamacentas, inundadas de lixo e sujeiras, cheias de valas e buracos, apodrecidas ambiental e ecologicamente, despedaçada socialmente pela violência e necrótica economicamente pelo desemprego e miséria de uma cidade como Manaus e ou Belém, não suportaria mais voltar a esse lugar nunca mais. Haveria nesse indivíduo repugnância, medo e nojo. Um burguês treme diante da violência urbana da periferia. Um pequeno-burguês se

martirizaria se tivesse que viver assim, diante da falta de seu conforto doméstico. Mas não sabem o que é viver a vida toda nessas condições, se reproduzir cercado por bactérias, vírus, fungos, vermes, piolhos, baratas, ratos, esgotos, lixo, doença, desemprego, fome, dor, analfabetismo, miséria. Viver em cômodos apertados com até mais de uma dezena de pessoas por casa, essas feitas de tabiques, latas, papelão, ou tijolo não rebocado, onde se caminha sobre vielas, caminhos, pontes, até pântanos, e se pode ver inúmeras casas com telhado de amianto apodrecido, lata, plástico remendado, furado, sem janela, sem portas, apenas tapadas por farrapos enegrecidos de panos ou sacas de mica, sem dignidade alguma. Um burguês ou ser da classe média não sabe exatamente que é a vida de um operário ou doméstica depois de dormir num lugar desses ter que levantar 4, 5, no máximo 6 horas da manhã e enfrentar todos os dias duas conduções e duras condições de aperto, calor, imundície, sacrifício, desconforto, poluição dentro dos coletivos urbanos das periferias - vida em que um trabalhador/a ou estudante da periferia pobre tem que ser obrigado a se submeter e se engalfinhar desesperadamente para chegar ao trabalho ou escola – em um, dois ou mais trabalhos que lhe explora, recebendo salário miserável ou indo a uma escola decadente, com falta de professores, sem laboratórios, as vezes nem bebedouros com água potável, incapaz de promover um ensino de qualidade, etc. Sem falar na saúde pública para quem depende do atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, que é um verdadeiro escândalo: crianças e idosos sofrem mais e muitos morrem sem atendimento depois de padecerem sob filas de espera. Somente quem vive a materialidade desse sofrimento sabe a exata destruição pessoal que isso causa, a dor e revolta que se instala, o sentimento de lixo e abandono humano que lhes trás.

Em termos ecológico-ambientais e o uso dos recursos naturais vivos ou renováveis, um programa socioambiental deve também atentar para a instabilidade de populações e espécies exploradas, a permanência de seus estoques seguros na natureza, que são também afetados por problemas naturais como o El Niño e artificiais como as queimadas, poluição, contaminação, etc., provocando altas flutuações das condições ambientais, além da super-exploração de determinado recurso, a pressão sobre algumas espécies de muito valor econômico em particular, presentes em biomas aquáticos e florestais como: bagres, pirarucu, mogno, castanheiro, etc. As condições ecológicas e ambientais são sensíveis demais para que fiquem frouxas e sem monitoramentos científicos, mas principalmente sem apoio financeiro e político. Num processo de revolução socioambiental é fundamental que se atente firmemente para essa problemática. Obviamente que o autor não tem ilusões. Mesmo este *Programa Mínimo Transição Socioambiental* está muito difícil de ser realizado nos marcos e ótica da

atual estrutura social, econômica e política dirigida pela burguesia, por dentro do autofágico sistema do capital. Necessitando assim de um programa estratégico de longo alcance e projeto societal que vá além do capital, compreendendo e de acordo com Ollagnon (1997, p. 177) que:

A ação do homem em seu meio como uma realidade viva pressupõe a adoção de um enfoque sistêmico. Isto significa reconhecer na complexidade, na globalidade e na interatividade do meio natural e humano a existência de “sistemas”, ou seja, de “conjuntos de elementos em interação formando entre eles uma totalidade, e isto de um ponto de vista dado”. Isto significa dizer que, para o próprio observador, para os olhares universalistas, e para os atores, o que está em jogo são sistemas. Deste ponto de vista, não seria possível deixar de colocar no cerne do procedimento a interrogação sobre as relações entre “elementos” (elementos físicos e seres vivos, atores e decisões elementares) e “totalidade” (ecossistemas, sistema de ação). Esta interrogação nos permite fazer emergir as relações e as interações, isto é, “a organização” e sua dinâmica, ao mesmo tempo fonte de problemas para os atores e contexto de ações empreendidas para solucioná-los.

Os sistemas, relações e interações em jogo são correlacionados. O sistema e regime econômico dominado pela burguesia não deixa alternativa às classes trabalhadoras se não enfrentá-la duramente em luta política e social para demover os atores ou agentes exploradores e opressores do mando e poder político e econômico da sociedade. Assim é sobre as trabalhadoras e trabalhadores do mundo, os povos da América Latina e Caribe, que junto com os de outros continentes formam esses bilhões que sustentam a ostentação da burguesia, é sobre eles que resta a esperança de um dia conduzirem suas vidas rumo ao poder da maioria, socialista, depois comunista. Quem sabe possam construir a sociedade realmente desenvolvida, sustentável, justa, culta, livre, fraterna, igualitária, mesmo. Não se deixem comandar, e sim tenham o poder para si, por si, em si e construam seu ***Programa de Transição Ecosocialista*** com base em *na Participação Política Socioambiental*, através de suas organizações levem a luta o mais conseqüente possível e venham colher bons resultados via participação nas decisões políticas públicas - rurais e urbanas - para equacionar ou diminuir os problemas econômicos, sociais e ambientais que os atingem. Na ciência, recuperando os escritos de Karl Marx, de que os problemas dos trabalhadores e sua libertação enquanto classe serão os próprios trabalhadores que irão resolvê-los. A função política de seu partido operário ou proletário, seu programa social, econômico e ambiental é de se colocar à disposição e a favor da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo, dos povos subalternizados em todo e qualquer lugar, servir como uma base de apoio na construção da nova sociedade.

Não se tem ilusões e menos ainda a pretensão de se ter fornecido a solução para a clivagem das crises e problemas, nem é essa o centro geodésico desta tese - aqui apenas se

esboçou alguns elementos, reflexões e referências ou inferências aos mesmos. A seguir, as considerações finais, onde se pretende evidenciar como o estudo contribui para melhorar o entendimento do problema desenvolvido. Indicar as lacunas e os desafios que ficaram para um debate aberto e em construção para outras etapas de construção científica, teórica. Faz-se registros da resistência socialista revolucionária que se manteve ao longo de um século como fagulha de rebeldia política, socialista e internacionalista e segue no século XXI relativamente organizada - como uma das poucas reservas teórica, material, organizativa e moral que busca a transformação revolucionária da sociedade e a construção da Revolução Socialista Mundial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.

(Marx - décima primeira tese sobre Feuerbach)

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica mais avançada, a propriedade privada dos indivíduos na Terra parecerá tão absurda como a propriedade de um homem sobre outros homens. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, ou mesmo todas as sociedades existentes num dado momento, em conjunto, não são donos da Terra. São simplesmente os seus possuidores, os seus beneficiários, e têm que a legar, num estado melhorado, para as gerações seguintes, como *boni patri* famílias (bons pais de família).

(Karl Marx, in O Capital.)

Fazer política é passar dos sonhos às coisas, do abstrato ao concreto. A política é o trabalho efetivo do pensamento social: a política é a vida. Admitir uma quebra de continuidade entre a teoria e a prática, abandonar os realizadores a seus próprios esforços, ainda que concedendo-lhes uma cordial neutralidade, é renunciar à causa humana. A política é a própria trama da história. A vida, a história, fazem-na os homens possuídos e iluminados por uma crença superior, por uma esperança sobre-humana; os demais constituem o coro anônimo do drama.

(José Carlos Mariátegui)

A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo mal, de toda opressão, de toda a violência e desfrutem dela plenamente.

(Leon Trotsky)

Ao longo desta reflexão sociológica, digamos assim, sobre a alta modernidade, seus problemas e desafios se tratou de alguns dos problemas mais agudos, realidades mais complexas e dificuldades de superação da crise civilizatória. Dado os limites, delimitações e a compreensão natural de ser impossível abarcar toda a rica realidade em um ensaio teórico que tem a América Latina, Caribe e a Grande Amazônia como fundo, obviamente que muito escapou do olhar, ouvir, observar e refletir do autor. Mas, partindo do melhor esforço possível desde a visão sócio-histórica dos fenômenos destacados, observando a racionalização da *modernidade-mundo*²⁵⁵, essa expressão máxima de nosso tempo, se buscou mergulhar nas caracterizações e análises, na essência, na raiz e internalidade dos fundamentos que se materializaram em *atos sociais* como na indicação clássica de Émile Durkheim. Mas tentando ir além, observando a história dos últimos quarenta anos em uma nítida intenção de desvelar a realidade, ir ao âmago dos *atos históricos* que marcaram o processo civilizacional na *alta modernidade* e a perspectiva da *Revolução Socioambiental*.

²⁵⁵ Para o leitor(a) interessado(a) vale a referência, desde o título da obra, do livro de Jean Chesneaux (1995).

Não é novidade que com o neoliberalismo o capitalismo tomou uma dimensão ainda mais global, belicosa e destruidora. As medidas de desregulamentação da economia, a saída do Estado da direção dos negócios com a conseqüente transferência de empresas estatais pelo processo de privatização às corporações empresariais multinacionais e aos fundos privados, as quebras das barreiras alfandegárias impostas às nações da periferia do sistema do capital pela Organização Mundial do Comércio (OMC), os ajustes estruturais nos principais fundamentos da economia dos países pobres promovidos pelo fundo Monetário Internacional (FMI), o atrelamento direto e a subordinação incondicional de suas economias nacionais à economia global, associadas às intervenções militares “humanitárias” das Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), se lançou uma ofensiva política-econômica-bélica sem precedente na história da modernidade. Que aliado a uma gigante propaganda ideológica em escala planetária, hasteando no panteão neoliberal uma bandeira do “crescimento econômico”, outra com o propósito da “paz e estabilização de crises” e ainda a outra com ameaças de guerra ou da própria “guerra aberta contra o terror”, com precisão localizada (vide a guerra civil na Nicarágua entre os sandinistas e os contra, estes últimos apoiados pelos Estados Unidos; a invasão do Panamá pelos Estados Unidos para derrubar o general Noriega que endurecia pela disputa e controle do canal com o imperialismo iaque; as ilhas Malvinas dos argentinos dominada secularmente pela Inglaterra e a guerra colonial; a disputa entre o Irã e o Iraque e a guerra pelo petróleo no Oriente Médio; a crise bélica da Bósnia que dilacerou a Checoslováquia; a sangrenta guerra de extermínio de Israel contra a Palestina que combate supostamente “os terroristas”; assim como as guerras de invasão e também de “combate ao terrorismo” no Afeganistão e no Iraque pelos Estados Unidos; além das dezenas de guerras de guerrilhas entre diversos grupos e etnias no continente africano incentivadas pelos imperialismos americano e europeu e; mais recentemente a ocupação do Haiti liderada pelo Brasil, a mando dos Estados Unidos, são, apenas, alguns exemplos dos últimos 30 anos mais sangrentos da história (“sem guerras” e do pacifismo do capitalismo globalizado). Mostrando irrefutavelmente, de conjunto, que durante a vigência do neoliberalismo, os ataques econômicos, sociais, políticos e militares aumentaram e formam a mais expressiva ofensiva imperialista contra os povos, as massas trabalhadores e a juventude do mundo desde o pós-guerra, que pela via dos organismos internacionais, ditos de “paz”, “humanitários”, etc., tem levado o mundo a uma profunda destruição, miséria, desemprego, sub-emprego, precarização e alienação, o que revela claramente que os cânones neoliberais, longe de levar o desenvolvimento amparado pelas mãos do mercado, não passam de pura ideologia, escancarado na última grande crise

econômica do sistema - *hiper-ideologia*, que ganhou força extra com o advento da sociedade informacional global com o novo liberalismo, ou neoliberalismo²⁵⁶ e que acaba de ruir em seus principais fundamentos!

Como se viu depois de três décadas de projeto neoliberal, o capitalismo e seus teóricos continuam não respondendo pela crise social crescente. Paralelo à crise social co-existem as crises ambientais advindas do modelo industrialista. Somando as crises formam uma gigante crise sócio-econômica-ambiental, donde se pode vislumbrar um contexto desesperador, que não vai ocorrer, já ocorre, onde milhões de pessoas estão desempregadas, postos de trabalhos estão sendo fechados a uma velocidade assustadora, o aumento da miséria é visível, a periferização urbana uma calamidade, aumento das doenças e contaminações letais são o comum, assim como o aumento das violências em todas as suas variações, da destruição dos ecossistemas (dos principais componentes destes: edáficos, florestais, hídricos, base biofísicas sob os quais se estruturam toda a vida no planeta) e a pressão sobre o equilíbrio geral dos ecossistemas, da globalidade dos biomas da Terra (aquecimento global, chuvas ácidas, buraco na camada de ozônio, efeito estufa, poluição atmosférica, aumento das catástrofes “naturais”, etc.) e a conseqüente perda de biodiversidade, bioriqueza e sociodiversidade. A vida na Terra esvai-se.

Pior ainda, a crise está em um momento da história da civilização humana em que o novo foi *experimentado, desfigurado, deformado, traído e abominável*, como o demonstrou cabalmente Trotsky (1979), em seu livro *A revolução desfigurada*, discutindo a natureza do stalinismo e a realidade da impossibilidade do projeto da social-democracia, que prega a conciliação de classes (aplicado desde a Europa por um século e sem nenhum resultado de superação da crise, ao contrário, a mantém e acelera) cumprindo, tanto o stalinismo como a social-democracia um papel devastador contra os trabalhadores e trabalhadoras. Contribuindo para a derrota histórica e mundial do proletariado e seu projeto de sucessão societal, enquanto classe dirigente da sociedade. Ou seja, a crise se tornou muito mais grave e mais difícil de superar com a traição do stalinismo e da social-democracia mundial. Que junto com mídia burguesa contribuíram para o fortalecimento da ideologia neoliberal-global, como também para o ceticismo geral das massas a partir das sucessivas frustrações com as experiências da União Soviética de Stalin, da China de Mao, da Cuba de Fidel, da França de Blum e

²⁵⁶ Vale a pena ler o curioso trecho a seguir, quando Machado (2007) relata que, em 1989, um comentarista econômico francês perguntou a Von Hayek como ele se sentia sendo tão tardiamente reconhecido pelo valor de seu trabalho, uma vez que recebeu o Prêmio Nobel no ano de 1974, em grande parte graças ao acerto de suas previsões feitas trinta anos antes quando da publicação de *O caminho da servidão*. Com muita calma, ele respondeu: “Na economia as coisas são assim mesmo: quando eu era novo, o liberalismo era velho; agora que eu estou velho, o liberalismo é que voltou a ser novo” (MACHADO, 2007).

Miterrant, do Chile de Salvador Allende, da Polônia de Walença, da África do Sul de Mandela, do Brasil de Lula, da Venezuela de Chavez, etc. que formaram grandes expectativas e desilusões.

Ainda que a queda do stalinismo tenha sido uma vitória mundial do proletariado e para o avanço da revolução socialista, passados duas décadas ainda é forte a ressaca ceticista. Portanto, matar o velho e fazer nascer o novo para a superação da crise geral não era há muito uma tarefa fácil, desde as comunas de Paris do século XIX, quanto mais agora, quando as massas do século XXI, estão ainda mais destruída de direção política revolucionária. E há uma pressão maior pelo individualismo em detrimento ao coletivismo.

Os limites sociais da fome, da miséria, do desemprego e da violência endêmica em diversos países e regiões do mundo como evidenciados na América Latina e Caribe são fatos. Um dado sintomático é que no coração do capitalismo mundial, os Estados Unidos, existem, melhor, sub-existem 4 milhões de mendigos em suas 100 principais cidades, ou seja no mínimo entram nesta conta todas as capitais dos estados e todas as principais regiões industriais deste país, o mais rico do mundo, dominante em todos os setores de tecnologia de ponta. No Brasil, os dados são estarrecedores, há 54 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza (ou seja, demograficamente falando, existe uma população inteira de dois Chiles e uma Argentina de miseráveis só no Brasil). Isso em um país líderes na desigualdade social, em prostituição infantil, em analfabetismo e doenças tropicais, que só perde no continente americano para o miserável e minúsculo Haiti - essa situação toma dramaticidade absurda. Desespera-se ainda mais pelo fato do Brasil ser a décima segunda maior economia do mundo. Um país de população economicamente ativa ampla, composta de jovens. Uma potência em biodiversidade, riqueza mineral, possui 65% do território da Pan-Amazônia, é ponta mundial na tecnologia de produção de petróleo, etanol, produção de alimentos, etc., e possui um dos maiores litorais do mundo e pelo menos 50% de suas terras agricultáveis sem uso. Ao mesmo tempo o povo miseravelmente se arrasta nos grandes centros urbanos, em sub-condições humanas, entulhados nas periferias, restando o trabalho precário, informal, degradação, etc.

7.1 ELEMENTOS PARA EVITAR CONFUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

Olhando para trás, se pode ver que no interior de cada capítulo apresentado se travou uma densa disputa de idéias com autores e teorias. Porque se entende como Chesneaux (1995, p. 9), que há uma nova era e um grande espaço para travar polêmicas políticas-teóricas:

Uma nova história que começa, uma história inscrita na moldura finita do planeta — ao mesmo tempo, porque o mercado capitalista já governa a Terra inteira e porque seu “desenvolvimento” põe em perigo os equilíbrios macronaturais da Terra inteira. É, portanto, no interior dessa modernidade-mundo que se deve doravante compor com ela, contestá-la e já esboçar os contornos diversos e fragmentários dum novo projeto histórico.

Um novo projeto histórico que seja questionador do modelo, mas não só isso e sim que edifique e construa outro, revolucionário, que ao longo da tese se defende, seja socialista. Mas a verdade da realidade no interior da hegemonia das direções dos movimentos sociais das classes trabalhadoras e dos povos submetidos é que há grande confusão, oportunismo e burocratização, apesar das experiências históricas demonstrarem a falência da conciliação de interesses do proletariado com a burguesia, essa noção segue dominante. Por isso como um dos feixes de perguntas colocadas na introdução era: não está cada vez mais explícito, óbvio, evidente que as reformas por dentro do sistema são ineficazes, incoerentes, absurdas? Então, por que, no campo da esquerda, ainda há uma dominância do pensamento e da ação política reformista, que tenta humanizar o capitalismo a mais de um século, e sem sucesso algum? E por que a transformação radical da sociedade é vista por amplos setores da sociedade, das massas e dos intelectuais como ultrapassadas, distantes, utópicas (no sentido pejorativo), impossíveis? Será mesmo que o projeto social e político, assim como o sujeito social da revolução socialista está mesmo desaparecendo, está morto ou há uma clara intenção ideológica de assassiná-lo, sepultá-lo vivo? São algumas perguntas que se tentou dar resposta ao longo dos capítulos, particularmente do qual trata da alienação, da ideologia, do ceticismo e da participação política, onde de alguma forma se esboçou um reflexão a respeito.

Mas é preciso compreender que mudanças acontecem porque são necessárias, mas não significa exatamente quando são necessárias - a história não tem pressa e explicar essa lentidão da história seria impossível sem avaliar a imaturidade ou atraso dos fatores subjetivos, as dificuldades da representação política do proletariado (ARCARY, 2006). Obviamente que as reflexões promovidas ainda estão em aberto, são insuficientes e serão melhor tratadas em trabalhos posteriores, pois, lembrando do que tangencia Jean Baudrillard (1993), em sua obra *À sombra das maiorias silenciosas*: a história recente da coletividade humana, tem caminhado do abismo de sentido à grandeza e da decadência do político, à resistência ao hiperconformismo das massas, dos signos e significados dos sistemas implosivos e sistemas explosivos da alta modernidade à perda de rumo, interesse, da perda da esperança à uma leve revitalização do projeto utópico socialista — é preciso investigar esses fenômenos e sua dialeticidade mais a fundo. Em meio, ainda segundo Baudrillard (1993, p.

20-21), e se tem acordo com ele, ao fato que o político e o social parecem inseparáveis, constelações gêmeas sob o signo (determinante) do econômico, pelo menos desde a Revolução Francesa de 1789, mas que, hoje, isso provavelmente só é verdadeiro para o seu declínio simultâneo: *a autonomia do político é inversamente proporcional à crescente hegemonia do econômico*. O poder do capital, desde o centro do imperialismo, determina a saúde e a doença, o bem estar e o mal estar, a vida e a morte sobre a Terra²⁵⁷. Em questões de meses os governos do mundo liberaram aproximadamente 20 trilhões de dólares e em dinheiro e isenções fiscais e socorreram os grandes bancos, indústrias e companhias que estavam falindo, enquanto demandas históricas entorno de gravíssimos problemas das classes trabalhadoras como desemprego, miséria, violência, e o problema da crise ambiental, etc., nunca receberam tamanha injeção de dinheiro.

Neste contexto se formaram as inquietações do autor expressas no problema central e no feixe de perguntas apresentadas desde a introdução, tais como: porque a consciência, a participação política e o sentido de pertencimento de classe, a identidade de classe proletária das camadas trabalhadoras da sociedade, neste novo século é tão débil, inconsistente, por vezes conservadora, retrógrada? Mesmo com outras questões já abordadas cabia desde o início indagar, para o entendimento geral do problema e da clivagem das crises: *como — sob a nova era e ou ordem econômica e social com base à informação e a comunicação, os espaços de produção e fluxos do capital — se processa a alienação, a ideologia e o ceticismo na alta modernidade? Neste contexto, qual a natureza de suas relações culturais, socioeconômicas e políticas?* Talvez a resposta mais aproximada seja a que se articula desde as formulações de Baudrillard (1993): porque houve no último período, desde os acontecimentos de 1968 um *enfraquecimento do político*. Verificou-se uma apatia geral das massas. Uma baixa participação política dos indivíduos, insuficiente, decrescente, paralelo ao pico neoliberal, demonstrando uma curva descendente da primazia do político. Período reacionário identificado, aqui, como de *ultraceticismo*. Onde os intelectuais, a juventude e massas do mundo se afastaram da utopia socialista revolucionária e mesmo hoje diante da clivagem das crises têm dificuldades de absorver a necessidade histórica de se tratar efetiva e concretamente dessa visão e perspectiva.

²⁵⁷ Sobre a crise muitos se pronunciaram, uma visão interessante: “Marx nunca teve tanta razão como agora”, ressaltou José Saramago, conhecido escritor português, acrescentando que “as piores conseqüências ainda não se manifestaram” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

Para entender esse processo de ***Esmacimento Político Utópico Socialista***, também se procurou indagar: *como se manifesta na espacialidade e temporalidade do cotidiano das pessoas essa modernidade radicalizada, ofuscante, alienante, ideologizada, produtora de ceticismo e baixa participação social e política, particularmente do proletariado? Que, mesmo diante das graves crises, socioeconômica e socioambiental, e a pesar delas não houve, ainda, uma grande mobilização mundial, generalizada e unificada das lutas das massas para derrubar o capitalismo?* Não se pode deixar de afirmar que não há de fato perspectivas de desenvolvimento e sustentabilidade da sociedade contemporânea sob o domínio do capital. A atual sociedade caminha hegemonicamente para ser cada vez mais globalizado, informacional, excludente, desagregadora, miserável, com crescentes perdas de segurança e aumento dos riscos econômicos, sociais e ambientais como se demonstrou ao longo da tese - ainda que esses processos se materialize e sejam desiguais e combinados entre os continentes e países, multi-culturalizado e não muito nítido para a esmagadora maioria da população mundial - são questões pouco explicadas ante o poder de resiliência social do capitalismo. E ainda assim, o que se interpretou é claramente insuficiente para dar conta das realidades que levam à manutenção do capitalismo e bloqueio da alternativa socialista. Tentou-se ler que um dos problemas é a *hiperalienação* combinada a *superideologia* que se radicalizaram na etapa histórica atual e juntamente com o patente ceticismo socialista materializado no *ultraceticismo* promove o estado de letargia contemporâneo. Obviamente que essa interpretação-tese de radicalização da combinação entre alienação-ideologia-ceticismo não pode explicar tudo, o movimento de apatia geral, de acomodação, etc., das massas contem outras causas - mesmo porque se evidenciou concretamente que ela é relativa e parcial entre os continentes e regiões do mundo e no interior das regiões, países e locais - daí os inúmeros exemplos e o tratamento da América Latina - portanto, não há nesta tese um sentido de panacéia arrogante e de certezas.

Outras inquietações do autor estavam relacionadas à questão da relação entre os indivíduos e as coletividades das classes trabalhadoras: estas, de fato, sabem exatamente o que está acontecendo do ponto de vista da clivagem das crises em sua dimensão, extensão e profundidade e mesmo assim não estão realmente preocupados? Possivelmente sabem, mas não em profundidade ou nível de consciência que os coloquem em marcha política para a luta pelo poder e contra a destruição planetária promovida pela burguesia, porque ocorre um fenômeno desigual e combinado entorno dessa compreensão, os pobres permanecem muito subsumidos pelo cotidiano, o imediato - fatalmente as condições materiais objetivas, luta pela sobrevivência - e o esgarçamento provocado pela reprodução sociometabólica do capital

impõe aos subalternizados um processo e ritmo alucinante de reprodução, elevando grau de individualismo na luta pelas condições mínimas biológicas de sobrevivência como a alimentação diária, lugar para morar e emprego, afastando a grande maioria dos indivíduos dos processos mais coletivos e de solidariedade de classes, dos organismos de luta política como o partido revolucionário. O internacionalismo proletário se mostra muito mais esvanecido, desarticulado, débil há muitas décadas, como se viu desde as crises entre guerras e pós-guerra.

Ao lado das questões anteriores que se tentou responder ao longo dos capítulos, estão: *quais os limites, desafios e oportunidades para as parcelas empobrecidas da população diante da emergência da sociedade informacional, dos crescentes problemas sociais e econômicos como o desemprego e os riscos a que ficavam expostos como a insegurança econômica, alimentar, habitacional, etc., diante das crises do sistema? Como os subalternizados percebem e reagem a essas crises?* Buscam solucionar seus problemas submetendo-se à precarização ou subemprego e ao biscoite, meios e submundo de sobrevivência como se evidenciou ao longo do texto sobre a América Latina e Caribe. Nos grandes centros urbanos ou cidades globais como Cidade do México, São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, entre outras metrópoles regionais como La Paz, Bogotá, Lima, Caracas, Manaus, Belém, etc., os subalternizados sobrevivem em alto grau de pobreza, miséria e destruição social e econômica como se pode ver pelos fatos dados expostos ao longo da tese. Os pobres vivem segundo um padrão material baixíssimo, evidenciado no atendimento de suas demandas em saúde, educação, moradia, emprego, segurança, etc., quase sempre reprimidas e deprimidas pela imposição do projeto neoliberal comandado pelo imperialismo, administrados pelas elites ricas, quando não pelas burocracias oriundas dos estratos subalternos que traíram a causa operária, aplicam as políticas neoliberais.

Quando se questionou se de fato era possível e factível construir alternativa de sociedade e desenvolvimento que rompa com o atual modelo e assuma uma perspectiva de fato sustentável e socialmente equânime foi articulado que uma das saídas estava na constituição e crescimento do *Capital Social Revolucionário* através da ação coletiva das massas exploradas. Ancorada em um *Programa de Transição Socioambiental* adotado para atender as necessidades sociais, econômicas e ambientais impostas pelas consequências nefastas deixadas pelo sistema do capital. A resposta mais dura se condensa na proposição da *Revolução Socialista* em base à *Revolução Socioambiental* e ou *Revolução Ecosocialista* e suas perspectivas diante do cenário de recrudescimento da via conservadora neoliberal e do

enfraquecimento das propostas do reformismo social-democrata. A *Revolução Socioambiental* guarda em si grandes lacunas, visto que é uma proposição complexa e nova, ainda em seu nascedouro e que precisa de maturação teórica e passar pelo teste da realidade concreta, a aplicabilidade política conseqüente. Pois, além de tudo: *como desenvolver ações e mobilizações dos sujeitos sociais e políticos com potencial de realizar as mudanças estruturais do organismo e de seu meio — ou seja, da sociedade e da economia, da política, da cultura e do meio ambiente — diante de uma realidade de profunda alienação, arraigada ideologia burguesa e ceticismo político geral das massas?*

A resposta a essa última pergunta, com base na história, sendo o mais coerente e honesto possível com os elementos estudados, foi: através da participação e o engajamento político em correntes de pensamento e práxis revolucionária, na coluna da *Filosofia da Práxis* como Gramsci chamava o marxismo. No engajamento, luta e tomada do poder por parte do proletariado e seus aliados diretos. Na necessária transformação coletiva, no aumento do *capital social revolucionário*, no sentido de formação de *comunidades socialistas*, sensibilização para a *ética comunal revolucionária*, em *organismo de resistência, luta e poder proletário-indígena-popular-estudantil*. Que busca dar lugar ao fundamento inicial que repousa na noção de que, nenhuma ordem político-institucional pode existir no vazio, portanto, na ausência de poder. O “vácuo de poder” é uma ideologia, não existe. O poder pode estar concentrado, disperso, difuso, confuso, em crise, mas ele está presente na natureza em forma de *biopoder* e está nos seres humanos, no indivíduo, nas elites e massas, na coletividade, nos proletários e desvalidos quando organizados, entorno de um programa, política e direção revolucionária séria, honesta, abnegada e conseqüente. Que possa levar a cabo uma revolução consciente rumo ao socialismo. Isso é possível? Sim. Evidentemente uma formação material não é eterna, ainda que hoje pareça muito distante e praticamente impossível uma mudança, ruptura societal radical ela poderá ocorrer no futuro. A história já demonstrou que a sociedade humana está em permanente mutação e a perspectiva da sociedade socialista se encontra neste horizonte. Em *Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx (2007, p. 46) salienta:

[...] As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana.

Obviamente essas contradições no interior da sociedade burguesa que geram as condições para sua superação e a construção da alternativa socialista-comunista enquanto nova formação social não são mecânicas: a sociedade burguesa precisará ser derrubada. Significa, ainda que a dialética continua operando, pois, como salienta Hobsbawm (1988, p. 469):

A função da busca da sociedade perfeita não é pôr um ponto final na história, mas abrir suas possibilidades desconhecidas e incognoscíveis a todos os homens e mulheres. Neste sentido, a estrada que leva a utopia não está interrompida, felizmente, para a espécie humana. Mas, como sabemos, ela pode ser bloqueada: pela destruição universal, por uma volta a barbárie, pela dissolução das esperanças e valores a que o século XIX aspirou. O século XX nos ensinou que isso é possível. A história, divindade que preside a ambos os séculos, já não dá aos homens e mulheres acostumados a pensar a garantia inabalável de que a humanidade tomará o rumo da terra prometida, qualquer que seja a maneira como esta foi concebida; menos ainda o modo de alcançá-la. Contudo, embora não possamos mais acreditar que a história nos assegura o resultado certo, também sabemos que não nos garante o errado. Ela nos oferece a opção, sem nenhuma estimativa clara da probabilidade de nossa escolha. Os indícios de que o mundo será melhor no século XXI não são negligenciáveis. Se o mundo conseguir não se autodestruir, a probabilidade será bastante grande. Mas não chegará a certeza. A única certeza que podemos ter em relação ao futuro é que ele surpreenderá até mesmo aqueles que puderam ver mais longe.

O poder está com os trabalhadores, eles precisam saber e mover esse poder. Recordando os clássicos da ciência política que afirmavam: o poder está na *sociedade civil*, na *sociedade política*. Esta se constitui quando os homens cumprem os pactos, as leis conjuntamente por eles construídas, se entram em comum acordo entorno dessas leis através do contrato social, que é “a transferência mútua de direitos”, sob o domínio do Estado (HOBBS, 1993). Neste mesmo sentido, quando Locke (1983) trata das *sociedades políticas*, fala também da noção do *corpo político*, sob o qual se constitui um governo que assume a obrigação para com os membros da sociedade e especialmente, que esse deva se submeter às resoluções da maioria, conforme esta o desejar ou pelo menos assim o deveria ser. Indicando que o fundamento da *sociedade política* consiste no *pacto civil* que existe, firmado entre os indivíduos que constituem um *corpo social*, que entra em comunidade ou a formam livremente. Com isso, Locke (1983), reafirma Hobbes (1993), quanto ao *pacto social*. E com estes dialoga Rousseau (1993), dizendo que o soberano é o *povo*, a vontade geral, *pessoa moral coletiva* e *corpo político de cidadãos*. Onde os indivíduos reunidos criam a si como povo. Assim, o governante não é o soberano e sim o representante da *soberania popular*. **O soberano é o povo**. Onde o indivíduo aceita perder a liberdade civil, sua posse natural, para ganhar a individualidade civil. Submetendo-se às leis e autoridade do governante que o representa está a coletividade e a individualidade juntas, respeitando a individuação dos

sujeitos - quando este soberano o representa de fato - mantendo compromissos recíprocos entre o público e os particulares (indivíduos) que o delegaram poder, quando são respeitados os acordos entre o corpo político e o soberano, este não existindo senão pela integridade do contrato socialmente firmado com a coletividade, em seu favor. Essa visão apesar de subjacente à ciência política liberal, ainda assim não é aplicada na prática pelo sistema da democracia burguesa, como se sabe e se pode verificar ao longo de inúmeros exemplos tratados no decorrer desta tese, particularmente quando se versou sobre a América Latina e Caribe - o que prevaleu predominantemente no período histórico estudado foram golpes e imposições militares e civis conservadoras, os pactos que ocorreram foram para derrotar as massas e sustentar a burguesia.

Quanto ao trato transversal da relação indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade que se articulou no interior da tese, se pode dizer em síntese: foi uma modesta tentativa de trazer para frente e atualizar a discussão empreendida por Marx (2007, p. 37) sobre o desenvolvimento social, a relação de produção e reprodução econômico-ecológica no interior da sociedade burguesa e de sua superação, observando: “[...] Quando se trata, pois, de produção, trata-se de produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. E ainda a noção: [...] Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2007, p. 241). Portanto, a relação indivíduo e coletividade no interior da sociedade continua sendo fundamental no processo de desenvolvimento, particularmente na alta modernidade e numa perspectiva futura de crise e Revolução Socialista – Revolução Socioambiental, será decisiva na nova construção societal.

Mas é preciso evidenciar que o marxismo ensina que toda teoria só tem validade na prática. São ainda necessários grandes ajustes e refinamentos teóricos no conjunto, nos rudimentos teóricos aqui expostos, conforme se faz questão de frisar. Porque se sabe que é indispensável e fundamental que as noções e categorias de análises da extensa obra marxiana e dos marxistas, dos autores clássicos e contemporâneos trabalhados, e as novas construídas pelo autor, carece aqui de um vasto caminho a percorrer para sua lapidação, decodificação na promoção de novas e melhores elaborações. Bem como dialogar com várias outras teorias e escolas de pensamento, como por exemplo, citando uma delas, a chamada “Teoria das Elites”, desenvolvida pela Escola Italiana da ciência política, a partir dos clássicos Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Roberto Michels (1876-1936), entre outros que

não foram explorados, como Antonio Gramsci. Esses autores e escolas são importantes e ajudam esclarecer com maior precisão o que ocorreu e está em processo na alta modernidade.

7.2 CONTRIBUIÇÕES PARA MELHORAR O ENTENDIMENTO DO PROBLEMA

Esta tese pode ter algumas contribuições para o debate teórico entre acadêmicos, movimentos sociais dos trabalhadores, partidos proletários e intelectuais do campo marxistas. Possivelmente mereça ser valorizada, entre outras razões, porque há necessidade - depois das teses sobre a pós-modernidade, em que se deixou se promover elaborações teóricas entorno de grandes sínteses - de se voltar a tecer ensaios audaciosos. Castro (2008) enfatiza: “deve-se novamente promover e fazer abstrações mais gerais. Sentimos um vazio de interpretações, um limo na literatura. Torna-se necessário uma roda de interpretações. Deve-se desenvolver estudos mais macro e os autores devem se colocar no mundo”²⁵⁸. Recado dado e seguido.

A tese pode ter alguma valia entorno das interpretações das crescentes crises do capitalismo, da necessidade histórica de críticas audaciosas, em um momento em que as utopias socialistas parecem dormentes e toma conta das academias e organizações dos trabalhadores num sentido de longa dormência/acomodação como frisou Edna Castro. Enquanto a burguesia dos países imperialistas, agora se juntando em um “novo bloco hegemônico, o G- 20”, se reúnem para moverem do vermelho a taxa decrescente de rendimentos do capital, ressuscitaram o relativo esgotamento do modelo de produção calcado no fordismo-teylorismo, na reconstituição de alguns motes do neokeynesianismo depois da ascensão e colapso do neoliberalismo, da globalização, das demandas e ajustes estruturais na agenda e taxa de retorno do capital, da produção flexível, etc., e enfrentarem a maior crise econômica das últimas oito décadas. Processa-se e radicaliza-se o sistema de produção toyotista²⁵⁹, impondo a condição multifuncional, criando o trabalhador polivalente que atenda em quantidade, qualidade e precisão do trabalho, exigido produção intensiva, pressionando

²⁵⁸ Fala de Edna Castro durante a avaliação da banca examinadora do projeto de doutorado em 30 de abril de 2008, no NAEA/UFPA.

²⁵⁹ Que eleva ainda mais o grau de alienação, uma vez que o neoliberalismo-toyotista-globalizado produziu uma espécie exdrúxila de trabalhador-indivíduo-coletivo (trabalho em célula). O sistema do capital, impõe para cada “célula de trabalho” do sistema toyotista uma micro-organização coletivo-individualizada. A participação que está no centro desse novo modelo produtivo é a participação não apenas como força muscular, mas como uso da inteligência, do trabalho intelectual, mas em favor não do interesse coletivo, mas dos interesses, ganhos, rendimentos e eficiência do capital, da burguesia. Onde o operário entra como parte da tarefa, cada indivíduo é cobrado em função da equipe. A estrutura interdepartamental, interdisciplinar, times de trabalho semi-autônomos, criatividade e experiências exitosas, ideologia do fazer parte, estar incluído, etc., está na nova centralidade da relação capital-trabalho. A nova participação inventada por parte da atual dinâmica do mundo do capital, e este é o mundo real dominante-hegemônico é o núcleo central da gestão atual.

coletivamente os trabalhadores do mundo, arrochando a jornada de trabalho, retirando direitos sociais (décimo terceiro, férias, salário maternidade, aposentadorias, etc.), perseguindo, criminalizando e estreitando organizacionalmente as classes operárias e camponesas. Enquanto isso algumas explicações buscam, através da economia institucionalista, por exemplo, meios de atenuar os efeitos (de algum modo) do processo de reestruturação produtiva promovido pelo imperialismo, indicando possíveis saídas através da necessidade adaptativa, inovativa e tecnológica, que no fundo não passam de fórmulas teóricas requentadas e ideológicas de manutenção do sistema de dominação - reformismo sem reforma. Essa crítica esteve presente transversalmente na tese.

Aqui se buscou reafirmar e desenvolver o conceito disperso, mas já presente nos escritos Marx e Engels, sintetizado na formulação ***Sociedade do Trabalho ou Sociedade Laboral*** – tendo em mente a compreensão da produção de riqueza como oriunda da relação ***trabalho-da-natureza e trabalho-humano*** a um só tempo - porque a natureza humana é uma natureza fabril ou fabricante, criativa, industriosa, onde os homens se relacionam uns com os outros através e pela produção dos meios de vida e na relação direta com a natureza e, portanto, se vive numa ***Civilização do Trabalho*** constituída pelo *homo faber*. A sociedade do trabalho existiu e existirá sempre, até o desaparecimento do homem. Não obstante vivermos em uma sociedade alienada, onde a alienação explícita imposta pelo capitalismo na alta modernidade, em base ao seu elevado crescimento com o advento da ***Sociedade Informacional Global***, muda de qualidade e se torna agora hiperalienada, ou seja, transforma um homem social em apenas um animal social embrutecido pelo trabalho superalienado. Onde a automação aliena ainda mais os trabalhadores porque estes passam a considerar a máquina como produtora da mercadoria, fora dele. A mercadoria-informação o aliena ainda mais, porque o trabalhador não a vê como mercadoria. Hiperalienado porque esse mesmo trabalhador não leva em conta o trabalho indireto cristalizado, pretérito na maquinaria-tecnológica que maneja para produzir novas mercadorias. Assim como o *trabalho flexivo* aliena ainda mais os trabalhadores, a velocidade inescapável da alta modernidade aumenta a alienação com a ajuda da mídia global-instantânea e redefine, amplia e aprofunda a ideologia capitalista, o triunfalismo do capital.

Outra contribuição da tese talvez se inscreva nas tentativas de resgate teórico e novas interpretações de categorias clássicas fundamentais no interior das ciências sociais, como: *indivíduo, coletividade, alienação, ideologia, ceticismo e participação política*, além das noções de *classes sociais* fundamentais como *burguesia* e *proletariado* envolvendo a relação entorno das lutas e conflitos sociais e políticos contemporâneos, da *consciência individual e*

coletiva. Articulando análise, debate e reflexão crítica da reprodução sociometabólica do sistema do capital no diálogo travado com autores e teorias conservadoras, reformistas e revolucionárias, tendo uma visão básica de que a tendência em sociedades complexas é o aprofundamento do individualismo. Bem como houve uma nítida intenção de entrar no debate das crises e realidades latino-americanas, da reprodução sociometabólica do capital em seu interior e da Grande Amazônia em particular, buscando estudá-las desde seus sistemas sociais, economias, ecossistemas, cidades, campos e florestas, entender a relação entre economia-ecologia, a problemática socioambiental enfrentada por sua população subalternizada, etc. Espera-se que essa revalorização das categorias clássicas das ciências sociais em base a essa perspectiva interpretativa do Materialismo Histórico Dialético Sistêmico tenha sido de algum valor teórico, sociológico e político.

Houve ainda uma tentativa de entrar na teoria social e ambiental, inclusive na interpretação do campo teórico marxista revolucionário destas, incidindo em críticas que afirmam “certa confusão nos escritos ecológicos de Marx e Engels” entorno das questões econômicas, fundamentalmente na relação entre categorias e conceitos como *natureza*, *trabalho* e *riqueza* no processo de produção. Assim como se mobilizou conceitos centrais de análise da sociedade como: *modernidade*, *desenvolvimento*, *sustentabilidade*, *capitalismo*, *socialismo* e *revolução*, fundamentados em profunda inquietação com as turbulentas transformações do capitalismo e a necessidade de revisão do modelo de desenvolvimento, superação da atual sociedade, em meio a construção de identidades locais e globais que apontem para a superação da alienação, ceticismo dos indivíduos e coletividades humanas - preocupação de ordem política na reflexão sobre a formulação de uma possível Revolução Socioambiental no interior de uma Revolução Socialista. Tentando-se absorver na tese grandes debates, ver as fronteiras, os limites e as críticas da crista teórica social e ambiental, em um esforço de revisão bibliográfica e diálogo com inúmeros autores e ainda buscando formular contribuições teóricas, como nas interpretações sobre o: *desenvolvimento e sustentabilidade efetiva; intra e inter dialeticidade permanente; materialismo histórico dialético sistêmico; socialismo ou extermínio; hecatombestagflação; hiperalienação; superideologia; ultraceticismo, capital social revolucionário*, entre outras.

Ao longo da tese se procurou formular uma reflexão crítica da dimensão espacial e temporal da sociedade, dos rumos do desenvolvimento, da sustentabilidade, da relação e responsabilidade dos indivíduos. E desde o olhar sobre a América Latina e a Pan-Amazônia se evidencia que na alta modernidade são os proletários, os operários, camponeses, a juventude e os povos subalternizados os atores sociais fundamentais da revolução

socioambiental. Estes devem formar redes de lutas revolucionárias, envolvendo desde as sociedades e lutas mais locais, regionais e às mobilização e movimentos internacionais, planetário. Que possa vencer a reestruturação produtiva do capitalismo – onde a *Revolução Energética* ganha significado estratégico de sobrevivência e a “Civilização da Biomassa” (Ignacy Sachs), é, nos moldes atuais, e se continuar assim, extremamente reacionária e insustentável, porque juntamente com a *Civilização Fossilítica* é também uma nova *economia da poluição-despoluição*: a nova face da “destruição criativa” (Shumpeter) do sistema do capital, que primeiro ganha dinheiro destruindo a natureza, depois ganha mais dinheiro ainda tentando despoluí-la – esse é o sentido e significado do mecanismo do “mercado de carbono”, do “crédito de carbono”, por exemplo - desde mega-fusões entre capital financeiro e industrial na “expansão perfeita” dessa economia.

Portanto, na *alta modernidade*, não houve uma superação à *época imperialista* definida por Vladimir Lênin. Antes, o seu contrário, quase um século depois, houve a mais terrível exacerbação do imperialismo. Os dados desta pesquisa sobre o mundo, a América Latina e a Grande Amazônia não deixam dúvidas. Portanto quando os autores, partidos e movimentos sociais trabalham com os “novos conceitos” (desenvolvimento sustentável, capital social, alta modernidade, etc.) tendem a negar a centralidade do proletariado, do trabalho e do partido e a própria revolução socialista, estão tentando escamotear a realidade, assassinar a história do século XX - cometem uma fraude intelectual. “Então, diante disso qual a localização do partido revolucionário? Como ele se relaciona com as “novas perspectivas”? Qual diálogo promover com esses setores e teorias? Se poderia perguntar Revolução Socialista e Revolução Socioambiental, porque esta separação, se só pode haver (e não certeza) perspectiva de verdadeira conservação ambiental com Revolução Socialista”²⁶⁰. Em primeiro lugar não há uma separação entre Revolução Socialista e Revolução Socioambiental, ao contrário, são interconectadas, sistêmicas, dialeticamente constituídas. Daí porque a localização do partido e dos teóricos revolucionários deva se processar sob a crítica, o combate e a denúncia da perspectiva conciliatória ou de rebaixamento teórico-programático e mesmo o abandono da perspectiva de luta revolucionária e a transformação social. Agora esses devem incluir, sob uma nova visão e compreensão dialético-sistêmica elementos importantes dos novos processo, movimentos e realidades que estes “novos conceitos” buscam trazer. Em síntese foi toda a tentativa desta tese - uma vez que se observa que na literatura do Brasil, da América Latina e mesmo no mundo, desde as condições de refluxo das

²⁶⁰ Fala Gilberto Marques durante a avaliação da banca examinadora do projeto de doutorado em 30 de abril de 2008, no NAEA/UFPA.

lutas da segunda metade dos anos noventa, houve um processo de dispersão da esquerda de inspiração marxista e muito reduzido ainda é o debate sobre questões socioambientais.

Arcary (2007) indica que a redução da esquerda de inspiração marxista aconteceu em uma escala espantosa, numa adaptação às pressões do regime democrático-liberal que garantiu a alternância eleitoral nos últimos vinte e cinco anos na América Latina, no Brasil. Em um país com as características do Brasil, em que a luta política na esquerda – dentro e fora da universidade - sempre foi grande, mas a polêmica teórica tem sido raquítica, é sempre bom lembrar que nada é mais prático que uma boa teoria: economiza uma montanha de possíveis erros (ARCARY, 2007). “Reinventar a roda”, ou seja, diminuir o lugar da investigação e controvérsia teórica, partindo da premissa que o programa socialista herdado das gerações anteriores seria suficiente ou, na versão simétrica, superado, corresponderia ao elogio do empirismo (ARCARY, 2007). Abandonar a perspectiva de inspiração marxista devido aos acontecimentos de um período histórico dado é parte de uma visão míope e pouco científica, uma vez se chegou apenas na primeira década do novo século e milênio e existe um vasto caminho prático-teórico-analítico encoberto por curvas, esquinas, trevas e turvas lacunas da história social recente que necessitam da visão e interpretação crítica do campo marxista. Essa tese se engajada neste resgate.

Houve ainda um esforço quanto a necessidade de entender os *factos políticos* e os elementos culturais com base científica mais a fundo, portanto, para além da aparência ou dado primeiro, quase sempre superficial, incompleto, eivado de pré-noções e pré-conceitos, reproduzidos, relativamente, entre amplos setores da própria comunidade acadêmica e esquerda socialista, quanto mais da sociedade em geral, em torno dos acontecimentos históricos mas recentes das últimas décadas, do marco inicial relevante do ano de 1968, que vão das revoluções às descobertas em torno da engenharia genética, a chegada do homem ao espaço sideral, a vastidão de novas possibilidades e a revolução tecnológica informacional - quando se abriu uma nova era social, política, econômica, científica, tecnológica e cultural de inflexão profunda dentro da própria modernidade, emergindo a alta modernidade. Quando surge a *sociedade do espetáculo*, conforme Debord (1997, p. 14-15), onde:

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade [...] o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada [...] uma visão do mundo que se objetivou [...] ao mesmo tempo como o resultado e o projeto do modo de produção existente. Que submete indivíduos e coletividades ao modo e ritmo do capitalismo corrosivo pela mundialização do sistema - a absorção irresistível dos indivíduos, explodindo as coletividades.

O problema que ocupava centralmente a pesquisa afirmava em seu início que as crises sociais, econômicas, políticas e ambientais historicamente, tinham forte relações, por um lado, com a forma e o conteúdo do processo de reprodução sociometabólica da sociedade capitalista, que nesta etapa da alta modernidade evidencia sua radicalidade, promovendo, entre outras situações: a destruição social, econômica e política dos trabalhadores e dos povos ao redor do mundo; ataques severos aos ecossistemas e usos predatórios dos recursos naturais; por outro lado, cada vez mais aprofunda a alienação, a ideologia e o ceticismo no âmbito da sociedade desde a ação, reação e relação dialética do indivíduo e da coletividade via participação ou não, nas lutas sociais e ou ambientais contemporâneas, no protagonismo ou apatia política dos indivíduos e das massas, o que agravava ainda mais a clivagem de crises social, econômica, política e ambiental entre os subalternizados, levando à radicalização da alienação, perda do sentimento de pertença de classe, incisão profunda da ideologia burguesa e do ceticismo socialista, desde o produto histórico do acúmulo de grandes derrotas do campo socialista revolucionário, da clássica crise de direções conseqüentes na luta revolucionária e das manifestações e reflexos negativos de todos esses elementos reunidos no interior e conjunto das classes trabalhadoras e dos povos oprimidos e explorados da América Latina e Caribe. Acredita-se que após a leitura e reflexão dos capítulos, a tese tenha alcançado a assertiva - a hipótese central, uma vez que não é preciso, inclusive, grandes esforços para verificar no “mundo real”, os efeitos concretos e nefastos da vida e da sociedade em caos e convulsão geral. Entretanto, também se verificou que, contraditoriamente, ainda em quantidade e qualidade insuficientes, interpenetrando-se desigual e combinadamente, estão em curso ao mesmo tempo, modificações e realidades em diversas partes do mundo através da emergência e crescimento da *ação coletiva radical* e do *capital social revolucionário* indicando um movimento inicial de um processo de retomada do ascenso revolucionário e fortalecimento da perspectiva de construção das lutas coletivas e da retomada do ideário da Revolução Socialista que podem se dar em termos e entorno de novos movimentos sociais e da Revolução Socioambiental, diante do agravamento, sob os anos das políticas neoliberais, das crises sociais, econômicas e ecológicas, que se não forem contidas, poderão levar a um colapso de proporção planetária em função de suas gravidades, urgências, complexidades, interações e interligações. Essa perspectiva de levantes, revoltas, protestos e revoluções está presente, concreto na América Latina e o Caribe.

Tratou-se extensamente das particularidades da América Latina e Caribe, que são hoje a região em que está ocorrendo veloz urbanização no mundo “em desenvolvimento”. Segundo os dados da ONU, entre 1987 e 2005 a população urbana passou de 69% para 77% do total de

habitantes. Este número chega a 87% no caso do Cone Sul. Entretanto quase 40% das famílias urbanas estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivem com menos de US\$ 2 por dia (GEO4, 2007). Em um cenário econômico-social de crise que se arrasta, em meio à demagogia dos dirigentes políticos como o presidente Lula da Silva que minimizou a gravidade da crise formando coro com outros presidentes, como Felipe Calderón do México ou Alan Garcia do Peru, que também sustentavam que tais problemas não chegariam a seus países, e que, se isso acontecesse, de toda maneira contavam com ferramentas para enfrentá-la. Alguns davam um passo a mais, como Cristina Kirchner, da Argentina, quando, em sua última visita às Nações Unidas, assegurou que seu país “não necessitava de correções; eram os outros que deveriam mudar”. Como se viu com o avanço e estilhaçamento da crise global essa tese do descolamento ou a ilusão da blindagem se desfez em quase todos os casos. Rebaixaram-se as projeções de crescimento econômico médio da América Latina a menos de 3% em 2009 – nesse período as bolsas caíram em média não só em São Paulo, mas também na Cidade do México, Buenos Aires e Santiago, e mesmo com alguma recuperação ainda são claramente decadentes em relação ao início da década (GUDYNAS, 2008). As moedas nacionais se desvalorizaram frente ao dólar, enquanto em vários países se registra um aumento na fuga de capitais (na Argentina foram mais de 16,3 bilhões de dólares entre janeiro e setembro de 2008), da mesma maneira que no Brasil algumas fábricas reduziram ou suspenderam sua produção, Argentina e México também o fizeram (GUDYNAS, 2008). Portanto o cenário geral não é de forma alguma confortável, a crise é estrutural. Assim, segue o capital rumo a uma nova crise, quando já anuncia, apressadamente nova fase de arremesso.

Ao se articular reflexão teórica sobre a relação indivíduo e coletividade na alta modernidade e a reprodução sociometabólica do capital se fez um breviário, uma introdução. É uma discussão ampla e profunda que necessitaria de anos e muito mais páginas (faz parte do programa de pesquisa do autor para os futuros anos). Na alta modernidade, mais que no tempo de Marx e Engels, essa relação e reprodução se esgarçam na compulsividade mercadológica - se vestem pela iluminura do tempo mágico e velocidade de consumo do capital. Radicaliza-se na sociedade burguesa em um “esforço cultural civilizador” que intenta justificar a “eternização do capitalismo” após as saídas de cada crise cíclica, pela supremacia, o primado da ação, poder e força do imperialismo que tem um princípio selecionador neo-darwinista: o capital e sua eficiência-individual e global. Que se materializa ainda nas relações interpessoais: entre aqueles que resistem as tempestuosidades, onde soçobraram os mais aptos, os que provaram adaptabilidade ao ambiente ácido-árido-áspero da corrosão do capital colocado à prova da realidade de cada ser. Porém, sobrevém um novo ciclo no horizonte, um

dilema básico-intrínseco do capitalismo: superprodução, subconsumo e consumo autofágico, condição civilizadora da sociedade burguesa. Uma vertigem altamente insuportável por mais um século. Até porque, como se viu ao longo da tese, em vários exemplos, a clivagem das crises tem levado ao aumento da *pegada ecológica* global, a biocapacidade planetária.

7.3 RISCOS, LACUNAS E DESAFIOS – UMA TEORIA EM CONSTRUÇÃO

Há muitos problemas socioculturais que mereciam mais atenção nesta pesquisa, particularmente os que dizem respeito às populações tradicionais da Grande Amazônia, seu modo de vida e reprodução social que foi pouco explorado. É uma dívida cara, que o autor se compromete retomar em outro trabalho, dando um fio de continuidade nesta linha de estudo. Porque tem acordo com autores como GONÇALVES; HAGE (2009, p. 3-10, grifo nosso) que afirmam:

[...] Em meio à construção da infra-estrutura para ligar a Amazônia ao Mundo; ao processo de povoamento, que incentivou a migração de muitos brasileiros (em destaque os nordestinos) e estrangeiros para a região e a tantas outras medidas que objetivavam primordialmente a exploração dos recursos naturais, *pouco se discutia sobre a riqueza humana presente na Amazônia*. Assim, o *potencial humano da região ficou por décadas escondido* nas casas de palafitas dos ribeirinhos, nas ocas dos indígenas, e em tantos outros lugares da imensidão da Floresta Amazônica. *Estas várias populações que vivem, criam e se recriam no ambiente amazônico tiveram por anos seus saberes ocultados, seus direitos negados, e mesmo assim resistiram e resistem até hoje* em situações muitas vezes de miséria, porém, com um olhar atento se pode perceber o potencial que lá reside. [...] Os ribeirinhos *[por exemplo]*, além da pesca desenvolvem outras atividades econômicas como a agricultura, a caça, o extrativismo vegetal e ainda, a criação de animais, atividades que estão voltadas ao abastecimento do mercado dos centros urbanos de Belém. [...] Este envolvimento comercial com a cidade de Belém viabiliza um movimento de troca entre a cidade e as ilhas, que não se restringe à troca entre valores monetários por produtos da floresta, mas valores culturais, sociais, religiosos, trocas que se excluem e podem ocorrer simultaneamente, e que inevitavelmente produzem transformações. Um exemplo destas trocas é observado através de uma transformação histórica da relação do ribeirinho com a natureza, antes da intensificação comercial entre ilha-cidade os ribeirinhos se relacionavam com a natureza norteado por um tipo de comunismo primitivo - após a intensificação das relações comerciais, a natureza, além de principal fonte de alimento, passou a representar fonte de renda. Logo, percebe-se que o movimento de troca comercial, proporcionou simultaneamente uma troca cultural indicada pela transformação da relação do ribeirinho com a natureza. [...] *[assim como]* [...] As comunidades ribeirinhas amazônicas representam um mosaico de práticas, de costumes, de identidades, de crenças e de sujeitos que contribuem para a diversidade da região, e, portanto, *têm direitos e valores que devem ser respeitados e incluídos nos mecanismos de planejamento de poder*.

Apesar dessa discussão permear transversalmente o capítulo três, certamente ainda precisaria ser detalhado em sua relação intercultural e socioeconômica com o urbano das grandes cidades, como Belém e Manaus, conforme indicam GONÇALVES; HAGE (2009).

Assim como em termos de *Programa de Transição* ainda há uma vasta lacuna e pouco se dialogou autores como Leon Trotsky, Nahuel Moreno, Martin Hernandez, Alejandro Iturbe e Valério Arcary, entre outros, no que diz a esse respeito, a teoria política e o partido. Assim como seria preciso discutir ainda mais com outros autores e visões sobre a América Latina e a revolução socialista como Noam Chomsky, Perry Anderson, Robert Dhal, Atílio Borón, Eduardo Viola, Michel Löwy, James O'Connor, Alain Lipietz, André Gorz, Herbert Marcuse, Amartya Sen, Zigman Bauman, Emmanuel Wallestain, J. Petras, F. Chesnais e Emir Sader, entre outros. Com quem se tem acordos e desacordos teórico-programáticos sobre a sociedade contemporânea e as questões políticas, econômicas, sociais e ambientais, as organizações das lutas dos subalternizados e de seus organismos políticos, etc. Sader (2006, p. 125-128), por exemplo, afirma que:

O essencial é que o partido assuma seu papel de direção teórica e política, que se traduz em capacidade de desvendar a realidade em que se encontra, de compreender as forças sociais que se chocam, de captar as modalidades de hegemonia e, em base a isso tudo, elaborar estratégias e táticas e propor linhas de ação. A isso se somam funções de formação teórica e política, de ação propagandística e de agitação, de proposta de linhas de pesquisa investigativa sobre a realidade, entre outras na mesma direção. Em suma, muito mais um partido no sentido gramsciano da realidade, do que aqueles propostos pelas concepções da Segunda e da Terceira internacionais. Mantém-se o caráter de vanguarda, pensada como direção teórica e política, acentua-se mesmo essa função, especialmente no que tange à luta ideológica e política. Revolução se identifica em nosso tempo necessariamente com o movimento de superação do capitalismo pelo socialismo. Se esse sentido permanece inequívoco, as formas que deve assumir contemporaneamente estão por ser redefinidas. Isto, nos dois sentidos que se pode dar ao termo revolução: o do processo de luta pelo poder e o da construção da nova sociedade. No primeiro sentido, mesmo nos países que mais de perto se assemelhavam às condições, por exemplo, de vitória da revolução cubana em 1959 que se valeu, como se sabe, do chamado fator surpresa, como a Nicarágua, El Salvador e Guatemala, não conseguiram reproduzir as condições insurrecionais de assalto ao poder ou, quando o lograram inicialmente - caso nicaraguense - não puderam dar continuidade ao novo poder. No segundo, o fracasso das chamadas economias centralmente planificadas coloca em discussão a possibilidade de, nas condições de complexidade econômica e social crescentes, construir uma economia desse tipo, com os riscos de burocratização, falta de democracia e de eficiência, colocando-se em debate alguma nova função do mercado, em condições de um tipo de sociedade pós-capitalista. A primeira das discussões se situa no marco da afirmação clássica do marxismo de que somente depois da tomada do poder seria possível a construção da hegemonia proletária ou anticapitalista, dado que esta prevalece inequivocamente dentro da sociedade capitalista. Os termos colocados por Gramsci, do processo de construção duma contrahegemonia já dentro do capitalismo recolocou o problema, embora tivesse sido reinterpretada em termos estritamente reformistas pelo eurocomunismo dos anos 70, tirando o forte conteúdo anticapitalista que Gramsci lhe imprimia. A segunda, no da possibilidade de construção de uma economia pós-capitalista com a presença de relações mercantis. Um tipo de sociedade que, sendo pós-capitalista, não seria socialista, nos termos do que foi formulado por Marx na Crítica ao Programa de Gotha, isto é, uma sociedade do trabalho, em que já não haveria exploração do trabalho, tendo sido abolida a mercadoria e todas suas consequências. São temas abertos que, somente quando a esquerda conseguir recolocar o socialismo na agenda histórica contemporânea, poderão voltar a ser discutidos, como problemas teóricos e práticos de atualidade histórica.

Do que Sader (2006) diz, ao menos um registro é necessário se contrapor imediatamente: independente da “agenda histórica contemporânea”, ou do “esforço da esquerda” em “recolocar o socialismo” na ordem do dia, para a sociologia o debate sobre a sociedade, o mundo atual e o socialismo são parte da interpretação e da teoria científica, portanto não precisam “esperar” para serem “recolocados somente quando se abrir uma oportunidade histórica”. Por isso aqui se enfrentou sem medo esse debate teórico, ainda que não se tenha tido a oportunidade de avançar ainda mais. Assim como faltou ir a fundo no diálogo e crítica a Bauman (2001, p. 12), quando observa as categorias analíticas amplamente exploradas nas ciências sociais clássicas, quando fala da realidade contemporânea:

[...] Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluída, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de coletividade humanas de outro [...] a fase marcada pela modernidade “voltando-se sobre si mesma”, a era da assim chamada “modernização da modernidade” fala de “categorias zumbi” e “instituições zumbi”, que estão “mortas e ainda vivas”.

Indivíduo, coletividade, desenvolvimento, capitalismo, socialismo, imperialismo, burguesia, proletariado, revolução, etc., tudo isso está morto, são “categorias zumbi” ou “mortas e ainda vivas”? E a última crise econômica global que derreteu e ainda destrói milhões de empregos e retirou dos Estados nacionais e consequentemente do bem estar dos *indivíduos e coletividades proletária* trilhões de dólares para salvar alguns *burgueses* não está mais viva que nunca? E o desafio civilizacional do *desenvolvimento* com sustentabilidade diante da crise socioambiental imposta pelo *capitalismo*, não é um problema gravíssimo? E a pulverização e decadência da sociedade capitalista que anula e arrebenta com o sentido vivo de *liberdade, igualdade, fraternidade* que todos sabem intentou hipocritamente a própria revolução burguesa? E a luta de classes no interior da alta modernidade, na era mais extrema do *imperialismo*, acaso é uma miragem? E o domínio imperialista econômico-militar estadunidense, que ao entrar em crise arrasta o planeta inteiro? As definições de *imperialismo* e *revolução* elaboradas por Vladimir Lênin no início de século XX estão mais vivas que nunca, o exemplo mais concreto e radical não poderia ser outro e ainda está quente diante da crise econômica e financeira global. E o que dizer das mais heróicas *revoluções socialistas* e o sonho de construir o *socialismo* que ocorreram desde o segundo pós-guerra em vários países e estão ainda hoje tencionadas na América Latina e Caribe? Vive-se em uma etapa revolucionária em meio a uma grande propaganda e ideologia contra-revolucionária – que atingiu a sociedade, as organizações e a academia, não se pode esquecer que as pautas,

interpretações e elaborações da teoria nas ciências sociais estão tomadas de ideologias (no sentido tratado por Marx e Engels).

Entretanto Anderson (2004, p. 44-46) em *A Batalha das Idéias na construção de alternativas*, não deixa escapar essas questões e em um artigo muito interessante na obra do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO: *Nova Hegemonia Mundial*, produto de sua XXI Assembléia Geral em Havana – Cuba, falando sobre a situação social, política e cultural em geral e mais focado na crise revolucionária na América Latina, afirma:

Na América Latina encontra-se uma combinação de fatores muito mais forte e promissora que na Europa ou no Oriente Médio. Aqui, e somente aqui, a resistência ao neoliberalismo e ao neo-imperialismo conjuga o cultural com o social e o nacional. Quer dizer, comporta uma visão emergente de outro tipo de organização da sociedade e outro modelo de relações entre os Estados com base nestas três diferentes dimensões. Dos três traços decisivos que distinguem esta região das anteriores, este é o primeiro a destacar: Em segundo lugar, a América Latina – e este é um fato que freqüentemente se esquece – é a única área do mundo com uma história contínua de transtornos revolucionários e lutas políticas radicais há mais um século. Nem na Ásia, nem na África e nem na Europa encontramos equivalentes da cadeia de revoltas e revoluções que marcaram especificamente a experiência latino-americana. O século XX começou com a Revolução Mexicana que teve lugar antes da Primeira Guerra Mundial [...]. Entre as duas guerras há uma série de levantamentos heróicos e experiências políticas que foram derrotadas, mas que merecem ser lembradas: o Sandinismo na Nicarágua, a revolta aprista no Peru, a insurreição em El Salvador, a revolução de 1933 em Cuba, a intentona no Brasil, a breve república socialista e a frente popular no Chile. Com a Segunda Guerra Mundial, no entanto, começa um novo ciclo, com o primeiro peronismo em sua fase jacobina na Argentina, o Bogotazo na Colômbia e a revolução boliviana de 1952. No final da década irrompe a Revolução Cubana. Segue-se uma onda de lutas guerrilheiras pelo continente, e finalmente não podemos deixar de mencionar a eleição do governo de Salvador Allende no Chile.

Todas estas experiências foram esmagadas com o ciclo de ditaduras militares que começaram no Brasil em 1964 e mais tarde espalharam-se à Bolívia, ao Uruguai, ao Chile, à Argentina, nos assim chamados “anos de chumbo”, os anos 1970. Em meados da década, a reação parecia vitoriosa em quase todas as partes. De novo, entretanto, se acendeu o fogo da resistência com o triunfo da revolução sandinista, a luta dos guerrilheiros salvadorenhos e a campanha massiva pelas eleições diretas no Brasil. Também esta onda de insurgência popular foi desmontada ou destruída impiedosamente. Na metade dos anos 1990, reinavam em quase todos os países latino-americanos versões vernáculas do neoliberalismo estadunidense, instaladas ou apoiadas por Washington: os governos de Carlos S. Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Salinas de Gortari no México, Sánchez Losada na Bolívia, etc. Finalmente, com uma democracia estável restaurada e políticas econômicas excelentes, o Departamento de Estado acreditava que a América Latina se convertera numa retaguarda segura e tranqüila do império global. Contudo, logo a paisagem política se radicalizaria outra vez. O ciclo popular mais recente, que começou com a revolta zapatista em Chiapas, já viu a chegada ao poder de Chávez na Venezuela, as vitórias de Lula da Silva e de Néstor Kirchner no Brasil e na Argentina, respectivamente, a derrubada de Sánchez Losada na Bolívia e as explosões sociais repetidas no Peru e no Equador.

Resta-nos mencionar o terceiro traço distintivo do cenário latino-americano: aqui, e somente aqui, encontramos coalizões de governos e de movimentos numa frente ampla de resistência à nova hegemonia mundial. [...] Vê-se uma série de governos que, em graus e campos diversos, tratam de resistir à vontade da potência hegemônica, e um conjunto de movimentos sociais tipicamente mais radicais que lutam por um mundo diferente, sem inibições diplomáticas ou ideológicas; aí se

encontram os zapatistas no México e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil (MST), os cocaleros e mineiros da Bolívia, os piqueteros da Argentina, os grevistas do Peru, o bloco indígena no Equador, e tantos outros. Esta constelação dota a frente de resistência de um repertório de táticas e ações e de um potencial estratégico superior ao de qualquer outra parte do mundo.

O acúmulo e tamanho da crise total que se instalou, demonstra nitidamente que a burguesia e seu modelo civilizacional não podem mais dar conta das soluções para esses graves problemas que ela e seu modelo produziram. Os inúmeros dados e exemplos que ao longo deste trabalho são demonstrados indicam que o lugar histórico da burguesia e seu sistema deve ser o passado. Mas isso não quer dizer que à necessidade corresponda à realidade organizativa, de consciência de classe e política dos subalternizados, na contraposição que hoje exige a própria luta de classes. Ainda que os fatos demonstrem concretamente que se agudiza a contradição do padrão de racionalidade e desenvolvimento do sistema capitalista, a ineficiência, a incontrollabilidade e impossibilidade do capital e da burguesia continuarem dirigindo a humanidade por mais tempo, dada a falência evidente de seu modelo histórico, político, social, econômico, ambiental e cultural, esta classe segue muito forte no comando, ainda que este modelo e suas conseqüências sejam cada vez mais claramente insanos, destruidores e simplificadores em diversas escalas, esferas, desde espaços e territorialidades locais, à dimensão planetária. O capitalismo está vivo e segue, a despeito de tudo, obviamente busca se adaptar às novas realidades e desafios para continuar.

O mundo da alta modernidade não deixou de ter levantes, revoltas e revoluções, o que demonstra a evidente necessidade teórica de formulações e interpretação sociológicas, históricas e políticas desses processos na América Latina e Caribe em particular. Portanto se constitui num grande desafio dos cientistas sociais formadores de opinião e dos revolucionários manterem a disputa da consciência do proletariado, assim como dentro e fora da academia, contra a mentalidade torpe, necrótica e neo-colonizadora expressa pela ideologia de muitos intelectuais e dos antigos dirigentes da classe trabalhadora, que ao chegarem ao governo promoveram conciliação com a burguesia e traíram as antigas aspirações, elaborações, lutas e programas das massas trabalhadoras como é visível entre vários intelectuais ex-marxistas ou marxistas acadêmicos e tantos dirigentes políticos em vários países da América Latina - sendo suas maiores expressões o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o operário Luis Inácio Lula da Silva, ambos presidentes eleitos por dois mandatos cada um, particularmente aclamados dentro e fora do país, um como um grande intelectual latino-americano e o outro como o maior líder operário do continente, mas governaram para os ricos, se juntaram ao neo-imperialismo. Assim os cientistas e lutadores da classe

trabalhadora devem buscar dar passagem ao alvorecer da mente nova, não-colonizadora, não-traidora, mas sim buscar trabalhar pelo ideário revolucionário e confiante na força da “classe-que-vive-do-trabalho”, no interior da *Sociedade Laboral*. Nesse especial vale lembrar que a coletividade trabalhadora e os intelectuais orgânicos devem se apropriar e utilizar das categorias e ferramentas científicas e tecnológicas desenvolvidas pela alta modernidade, desde os meios convencionais aos mais modernos meios informacionais, para se comunicar, criticar, produzir e se contrapor ao sistema e sua cultura alienante que faz parte das relações interdependentes e dinâmicas no interior do sistema do capital, seus aspectos mais relevantes e ligações, travando batalhas para decompô-las a partir de seu interior. Onde entra em pauta a questão da discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade, indivíduo e coletividade, neoliberalismo e neo-imperialismo, etc., articulando isso tudo à crítica da alienação, da ideologia, do ceticismo, mas também, de alguma forma, verificando um possível caminho alternativo às crises como se viu pela via da participação, da ação coletiva, do acúmulo do capital social, inclusive para a superação da própria alienação, a partir de um processo de avanço da consciência política da classe trabalhadora e dos povos oprimidos e explorados e da reorganização e nova preparação da luta pela transformação revolucionária da sociedade através da Revolução Socialista. Essa ainda é a utopia mais racional, inteligente e conseqüente na alta modernidade. Ainda que não se tenha tido oportunidade de tratar mais a fundo de todas essas e outras questões levantadas, dos acordos e diferenças com as diversas interpretações de Sader (2006), Bauman (2001), Anderson (2004) e de outros, ao menos ao longo da tese se delineou seus contornos, esperando que se possa avançar sobre elas em outros trabalhos. Por agora, os limites, tanto do autor como do espaço remeteram a estas apresentadas.

7.4 RESERVA MATERIAL, TEÓRICA E MORAL REVOLUCIONÁRIA

Ernesto Guevara na Assembléia da ONU (1964) discursava: *Já soou a última hora do colonialismo e milhões de habitantes da África, Ásia, e América Latina levantam-se, buscando uma nova vida e impondo seu direito irrestrito à autodeterminação e ao desenvolvimento independente de suas nações*. Infelizmente Che Guevara e os povos foram derrotados pela contra-revolução burguesa. Desde então e até agora. O Haiti está ocupado pelas tropas da ONU há cinco anos, e renovou a ocupação, houve tentativas de golpe apoiado pelos EUA na Venezuela e o golpe militar em Honduras sob o qual há até então permissividade do imperialismo. A Quarta Frota Naval dos Estados Unidos voltou a patrulhar a América Latina depois de cinco décadas, isso mostra para os povos da região e o mundo um

novo ataque e retrocesso. Onde o imperialismo por um lado mantém sua estratégia de dominação com duas táticas distintas: ocupação militar direta (Iraque, Afeganistão) e ou indireta (Colômbia e Haiti) e diplomacia persuasiva (Venezuela, Honduras). Entretanto há o outro lado dessa história sendo escrita pelas forças sociais dos subalternizados como se evidenciou nesta tese.

Ainda que o espaço social de navegação do capital sob condições políticas vigentes na alta modernidade pareça provocar uma paralisia sufocante em um horizonte imediato e deformado - promovendo uma combinação, conjugação e falsificação convincente de equação política e engenharia ideológica pela via da clivagem comunicativo-midiática distorcendo o âmago da falência múltipla das políticas da burguesia, do neoliberalismo e projeto civilizacional burguês – há outras perspectivas e alentos. Hoje, mais do que ontem, faz-se premente a necessidade de combater o simplismo, as imposturas intelectuais, o desencaixamento do conhecimento de suas bases ontológicas; combater as névoas do idealismo, da neutralidade científica, da convivência pacífica entre antagônicos – num mundo onde não existe paz social - e são forçosamente ocultadas às classes antagônicas, enquanto se força a eternidade do capitalismo, se discursa a falência do socialismo, o fim do proletariado, o fim da luta de classes, a perda de referências históricas, conforme sustentam as teses do fim da história e as teses da pós-modernidade (SOKAL e BRICMONT, 1999; ANDERSON, 1999; ARCARY 2006; MÉSZÁROS, 2003; LESSA, 2007; COSTA 2007). Tudo isso combateu-se. Colocando em evidência a luta de classes e a perspectivas da revolução socialista. Sabe-se que indivíduos e coletividades subalternizados vivem em meio ao denso caldo alienante, ideológico. E que uma revolução é um processo complexo do movimento da sociedade, gestado em dinâmicas e tempos distintos. Um processo revolucionário se multiplica e desdobra por anos, mas há um momento de intensidade revolucionária. Trotsky (2007, p. 10), afirma que:

[...] A dinâmica dos eventos revolucionários é *diretamente* determinada pelas mudanças rápidas, intensas e apaixonadas na psicologia das classes, já formadas antes da revolução.

A questão é que a sociedade não muda suas instituições na medida de suas necessidades, como um mecânico muda seus instrumentos. Pelo contrário, a sociedade toma de fato as instituições que a dominam como algo eterno. Por décadas a crítica de oposição não é nada mais do que um escape para a insatisfação das massas, uma condição da estabilidade da estrutura social [...]. Condições inteiramente excepcionais, independentes do desejo das pessoas e partidos, são necessárias para libertar o descontentamento das travas do conservadorismo e levar as massas à insurreição.

As bruscas mudanças de opinião e sentimentos das massas numa época de revoluções derivam, portanto, não da flexibilidade e mobilidade da mente humana, mas do que seu exato oposto, de seu profundo conservadorismo. O atraso crônico de

idéias e relações sociais em relação às novas condições objetivas, até o momento em que as últimas se abatem sobre as pessoas na forma de uma catástrofe, é o que cria num período de revolução aquele movimento de salto nas idéias e paixões que parece à mente policial um mero resultado das atividades de “demagogos”.

A América Latina vive ***cem anos de ebulição***. A história recente mostra que após um ciclo de ditaduras e em meio a governos conservadores e centristas, surgiram mais de uma dezena dos que se reivindicam de esquerda e ou de frentes populares - são mudanças desiguais e contraditórias, etc. mas de conjunto se mantém uma esquerdização das massas. Enquanto se abre espaço e audiência maiores para o socialismo. O marxismo nesta região segue enquanto filosofia, o materialismo histórico dialético enquanto epistemologia e o socialismo enquanto projeto histórico, social e político de inspiração revolucionária - estão cada vez mais recolocados, com mais força após vinte anos de queda do stalinismo, trinta anos da derrota das ditaduras militares e a explosão das políticas, fundamentos econômicos e ideológicos do neoliberalismo. Num processo de reorganização do movimento dos trabalhadores e povos. Tudo está em aberto na América Latina e Caribe, as forças de esquerda se rearticulam, cresce o movimento da Quarta Internacional Socialista e as de direita também se reposicionam, incluindo a Quarta Frota Naval Americana. Obviamente, não se sabe o que poderá acontecer, mas nada ficará igual como está. “Cem anos de solidão” podem explodir em menos de um, dois, três. Apesar de tudo, de Bauman (2001, p. 12) dizer, em *Modernidade líquida*, que:

[...] Ninguém ficaria surpreso ou intrigado pela evidente escassez de pessoas que se disporiam a ser revolucionários: do tipo de pessoas que articulam o desejo de mudar seus planos individuais como projeto para mudar a ordem da sociedade [...]. A tarefa de construir uma ordem nova e melhor para substituir a velha ordem defeituosa não está hoje na agenda – pelo menos não na agenda daquele domínio em que se supõe que a ação política resida.

Mas crescem a indignação, os enfrentamentos com os próprios governos ditos de esquerda na América Latina e Caribe. Também se movimenta positivamente a esperança daqueles que estão “fora da agenda”. Muitos jovens latinoamericanos, especialmente entre os militantes dos partidos da Quarta Internacional (QI), e da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) estão aceitando o desafio de construir o projeto de mudar suas vidas, seus “planos individuais como projeto para mudar a ordem da sociedade” – ainda que seja, claramente, um número pequeno destes indivíduos abnegados que se submetem a sacrifícios e altruísmo extremos em favor da coletividade. São a vanguarda, a nova geração de combatentes capazes de enfrentar tudo, até privações biológicas, torturas e sabem que isso pode incluir sua própria morte. São jovens que se constroem na relação dialética das lutas, desde as experiências dos acertos e erros dos veteranos. São nestes que se acende a esperança,

os carregam a centelha socialista revolucionária. São os inveterados, aqueles que não venderam suas consciências, não se entregaram ao “vendaval oportunista” que varreu a esquerda mundial, ao ceticismo socialista e acomodação - sonham e buscam a liberdade junto com as massas de oprimidos e explorados.

Sabe-se que na relação indivíduo e coletividade há uma exigência de um grau de sacrifícios e disposições muito elevados para a desconstrução do sistema do capital, a destruição da burguesia, do imperialismo e a construção do socialismo. Que muitas e muitas vezes exige do militante da causa revolucionária pesados sacrifícios, inclusive pagar com a própria vida. Há momentos que o indivíduo, mesmo o revolucionário mais convencido, quer se descolar dessa dor e peso que é enfrentar as forças reacionárias, pensa em abandonar o coletivo, ir para uma zona de conforto pessoal, lugar particular da paz, de prazer imediato em detrimento da coletividade, numa palavra: não está disposto a penosidade da vida revolucionária, sacrificar o seu hoje individual pela construção altruísta do amanhã coletivo. Essa crise do indivíduo rebate no coletivo, na construção do partido e da causa da revolução socialista. Muitos abandonam a luta - talvez não sem remorsos ou crises existenciais. Contudo, a sociedade, o proletariado e os povos ao longo da história sempre dispuseram daqueles indivíduos “que lutam a vida toda”, dos “indispensáveis” como no poema de Bertolt Brecht (1898-1956), os indivíduos abnegados e que se colocam no caminho da luta revolucionária até o fim, na construção da liberdade coletiva estão aí e continuam lutando pelo socialismo. Eles estão espalhados por todo o mundo e em todos os tempos. No século XX os trotskysta cumpriram esse papel fundamental. Os jovens revolucionários dessa corrente estão seguindo essa tradição. No prefácio de *Documentos de Fundação da IV Internacional*, Eduardo Neto (2008, p. 08) registra:

Neste ano, comemoramos 160 anos do Manifesto Comunista e 70 anos da fundação da IV Internacional. Duas datas históricas, uma mesma tradição. Existe um fio de continuidade entre o *Manifesto Comunista* e o *Programa de Transição* votado na Conferência de Fundação da IV. O Manifesto foi o primeiro programa do movimento operário moderno, o primeiro programa da revolução socialista. É a referência que se mantém até hoje de um movimento operário consciente que aponta suas tarefas imediatas e históricas. Encomendado a Marx e Engels pela Liga dos Comunistas (que antecedeu a I Internacional) em 1848, refletia o primeiro programa de um movimento operário que já assumia posturas revolucionárias em um momento em que o capitalismo ainda vivia a transição de sua fase ascendente para a etapa imperialista.

A I Internacional desapareceu em consequência da derrota do primeiro ensaio de luta pelo poder do proletariado, a Comuna de Paris. Mas o Manifesto Comunista seguiu como a referência programática mais importante de toda a história do movimento revolucionário mundial. O Programa de Transição é o Manifesto Comunista da fase imperialista do capitalismo. Compreendendo o significado de um programa como “a compreensão comum dos acontecimentos e tarefas”, o Programa

de Transição segue sendo o guia programático de nossa época. É a síntese dos primeiros quatro congressos da II Internacional – antes da burocratização estalinista – e da estratégia da revolução contra o domínio burocrático do Estado Operário Russo pela burocracia stalinista.

A IV internacional se dividiu e dispersou em distintas correntes, mas o Programa de Transição continuou como o guia programático para o movimento operário revolucionário sob o imperialismo. O século XXI traz um novo desafio. Com novas levas de lutas revolucionárias não só ficou para trás a situação reacionária da década de 1990, como começam a aparecer com mais clareza os benefícios da queda do aparato mundial do stalinismo. Podemos afirmar que estão se abrindo as melhores condições em muitos e muitos anos para dar passos concretos para a reconstrução da IV. A palavra-de-ordem do Manifesto: “Proletários de todos os países, uni-vos!” tem hoje uma concretização na reconstrução da IV Internacional.

Mas que antes, Marx (2007, p. 274) está com a razão simples e direta quando diz que:

[...] todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as idéias teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais; essa tese foi uma descoberta que revolucionou não apenas a Economia, mas também todas as ciências históricas (e todas as ciências que não são naturais são históricas). “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social o que determina sua consciência”. É uma tese tão simples que, forçosamente, teria de ser a própria evidência para todos aqueles que não se encontram atolados no pântano das armadilhas idealistas.

Marx (2007, p. 281), sábia e tranquilamente diz também que:

[...] Encontramo-nos com contradições que exigem uma solução. Porém, como aqui não seguimos um processo de reflexão abstrato, que se desenvolve exclusivamente em nossas cabeças, mas uma sucessão real de fatos, ocorridos real e efetivamente em algum tempo ou que continuam ocorrendo, essas contradições também estarão determinadas na prática, onde provavelmente, também será encontrada sua solução. E, se estudarmos o caráter dessa solução, veremos que se consegue criando uma nova relação, cujos dois lados opostos teremos agora que desenvolver, e assim sucessivamente.

As relações entre os homens possuem um valor objetivo enquanto são concebidas em função do interesse e do cálculo dos meios e dos fins – para além, estaríamos no domínio dos fatores psíquicos, dos desejos e das idéias, vale dizer, dos valores subjetivos (JAPIASSU, 2000). E eles existem e a princípio parece não ter importância. Mas o tem. Onde surge a necessidade de uma atitude crítica da relação moral entre indivíduo e coletividade no interior da atual sociedade neoliberal-global, e das próprias organizações revolucionárias: se não se deve aceitar esse projeto e ou teoria, é porque não se acredita que essa gigantesca corrente da modernidade esvaziante, a pós-modernidade” constitua uma fatalidade fazendo com que tudo se torne insignificante, sem valor e que só prestemos culto ao efêmero, ao descontínuo, ao empírico e pequenas sínteses; ao se perder de vista o projeto de autonomia individual e coletiva, individuação-coletivização em reciprocidade dialética-dialógica, nas utopias

radicais, então se perde mesmo o sentido do que foram as lutas do passado, o que significam as do presente e obviamente se pode abandonar as do futuro; se os indivíduos proletários, as organizações (partidárias, sindicais e populares) e suas lideranças honestas abandonarem a capacidade crítica, de resistência e luta pela emancipação da humanidade trabalhadora. E pior, se passarem para o lado da dominação demencial do capitalismo da alta modernidade que tantas vezes entra nos poros da esmagadora maioria das pessoas de forma invisível, assumindo a fisionomia de um verdadeiro tiranismo de desejos ultra individualistas, egoístas e assoberbados: possivelmente junto esvair-se-á o sonho coletivo de emancipação da humanidade. Mészáros (2002, p. 896) lembra que: *à luz das decepções históricas do século XX, seguir a linha de menor resistência só pode resultar na revitalização do capital em crise e na autoparalisia de sua alternativa histórica*. No fundo não há muitas alternativas, concretamente se poderia dizer, apenas uma interessaria à libertação da humanidade. Mészáros (2002, p. 983) é enfático: *A humanidade necessita de unidade para sua simples sobrevivência; onde poderá encontrá-la se não no socialismo?* Quando um indivíduo ou uma sociedade perde sua capacidade de contestação interna e de indignação, o senso de se auto-criticar e se auto-referenciar, de questionar suas atitudes, seus valores, suas instituições, seus dogmas, suas próprias idéias e paradigmas; quando deixa de ser aberta, se fossiliza e passa a admitir uma espécie de dogma último-formal, mecânico, a-histórico e principalmente deixa de lutar por seus sonhos, etc., se está diante de uma forma de uma civilização pobre, covarde e doente.

Contudo, ainda que em uma paisagem bastante caótica se pode vislumbrar a alternativa socialista. Ainda que um fator, o tempo, tenda a tornar mais desesperadora e dramática a situação do proletariado e dos povos entorno da clivagem das crises por um lado, mas também de outro, pode estimulá-los a investir em saídas. Lembrando que o tempo adquire história uma vez que a velocidade do movimento através do espaço se torna uma questão do engenho, da imaginação e da capacidade humana em lançar mãos às alternativas, criá-las e desenvolvê-las (BAUMAN, 2001). Particularmente se a isso se inclui a visão em termos dialéticos, da lei do desenvolvimento desigual e combinado e da inter e intra-dialeiticidade permanente. Portanto, há esperanças no quadro geral do desespero. Essas alternativas, apesar de todas as crises organizacionais e de direções estão presentes na realidade do mundo contemporâneo como rugosidade persistente nas lutas dos movimentos sociais, particularmente nas lutas operárias, populares, camponesas e indígenas na América Latina e Caribe, que persistem no tempo desde há décadas, e no caso dos indígenas e camponeses por séculos - desde a latina-colonização e nunca deixaram de incomodar a

monarquia de outrora e agora a burguesia, justo porque os sinais anunciadores e crescentes das demandas econômicas, sociais, política e ambientais reprimidas das massas das florestas, dos campos e das cidades — que a cada ano/década/século atinge maior grau de crise e vulnerabilidade — nunca foram atendidas. Por outro lado tem sido pedagogicamente decisivo e tenciona o sistema sociometabólico do capital e sua contradição: a impossibilidade de atender essas demandas e continuar vivo como sistema explorador, assentado em taxas de lucros e propriedade privada, como todos sabem. Isso não é difícil observar no mundo, na América Latina, na Pan-Amazônia, um mergulho nas sociedades desse subcontinente, e se poderá ver estampada a natureza urbano-rural da macrorregião atravessada por aspectos históricos de lutas sociais que vão do passado longínquo ao recente, que desnudam problemáticas socioeconômicas e ambientais diretamente ligadas à exploração da população pelo capital, tanto no urbano como no rural. O atual quadro tem a ver com os processos econômicos, político-institucionais históricos que se acumularam, o modo como as elites políticas saquearam e continuam a fazê-lo com o continente e seus povos, isso já bem demonstrado em *As veias abertas da América Latina*²⁶¹, de Galeano (2007), entre outras obras científicas, jornalísticas e literárias²⁶².

²⁶¹ Um inventário dos 500 anos da história do continente retratando suas principais bases: a economia agrícola e mineradora dominada pelo mercado internacional, com o objetivo de gerar lucros para a potência dominadora; a pobreza social como resultado de um sistema econômico externo e excludente, que privilegia uma minoria financeiramente capaz de integrar-se aos padrões de consumo; a opressão de governos centralizadores contra as minorias, produzindo genocídios e o caos social; a exploração do trabalho e as péssimas condições de sobrevivência para a grande maioria da população. O continente foi e é peça importante no enriquecimento de poucas nações, e o preço que paga por isso é o seu subdesenvolvimento crônico, suas crises sociais, econômicas, ambientais e seu status de colônia ou neocolônia.

²⁶² O escritor paraense Inglês de Sousa (1853-1918), introdutor do realismo-naturalismo no Brasil, fez dos problemas humanos - que afligiam à sua época os povos da Amazônia - uma das preocupações fundamentais de sua escrita, onde aparecem os modismos, a cultura popular, o modo de vida, o vocabulário, a linguagem peculiar, as lendas e costumes dos amazônidas... que podem ser vistas em obras como *O cacaulista* (1876), *História de um pescador* (1876), ou em *Contos amazônicos* (1893), entre outras. Nesta última, fala de Acauã, ave cuja o canto é considerado pelo povo da região como de mau-agouro, descreve a vida pacata, a solidão e o sossego da vila São João Batista de Faro, onde o capitão Jerônimo Ferreira, morador antigo da vila, velho caçador, após a morte da mulher, que o deixara apenas com um filha de dois anos de idade, deu-se a esmero observador, à vida de solidão, habituado que estava à melancolia da vila Batista Faro. Antes andarilho, o capitão, agora era um sedentário, solitário, viúvo, que vê a vida e a vila pela descrição de Inglês de Souza (2006, p. 57-58): “talvez o mais triste e abandonado dos povoados do vale do Amazonas [...]. Faro é sempre deserta. A menos que não seja algum dia de festa, em que a gente das vizinhas fazendas venha ao povoado, quase não se encontra viva alma nas ruas. Mas se isso acontece à luz do sol, às horas de trabalho e passeio, à noite a solidão aumenta [...], só se houve na povoação o piu agoureiro do murucututu ou o lúgubre uivar de algum cão vagabundo, apostanto queixumes com as águas múrmuras do rio.” Podia-se dizer isso, descrever essas cenas típicas até talvez cem anos depois do lançamento de *Contos amazônicos*, mas não mais depois da década de 1970, quando muitos dos Grandes Projetos perturbaram irreversivelmente a rotina pacata de tantos povoados da Amazônia e mesmo as lendas praticamente já desapareciam renunciando, como o canto do murucututu, pássaro escuro que voa cantando “acauã, acauã!” os tempos que viriam, desde 1980 deram lugar para a televisão, depois em fins de 1990 ao celular e de 2000 em diante à internet. Isso é bom? Sim, porém não. A “civilização informacional-global”, trouxe grandes facilidades, obviamente, por outro lado construiu novas lendas na cabeça do povo, agora ilusões da alta modernidade: as meninas querem ficar famosas, virar modelos e os meninos atores, ganhar o oscar. São novas formas de solidão, povoada de sonhos, barulhos, luzes, mas que estão noutro mundo, inalcançáveis até então,

O grau de desenvolvimento forças produtivas: trabalho, capital, ciência e tecnologia quase sempre tem a ver com o padrão de produção e reprodução de dada sociedade, suas elites, seus programas e seus ajustes estruturais, incluindo as forças militares de coerção – no caso atual, com a hegemonia do imperialismo e do capital – tem acelerado a tendência a destruição da vida das massas trabalhadoras no mundo inteiro e como salienta Mészáros (2002, p. 13):

[...] A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente será o século do “socialismo ou barbárie”.

A topografia da desigualdade social e destruição ambiental na América Latina é brutal aos olhos, não é preciso ser geógrafo social para ver a secção, está na epiderme a expressão dessa grossa lanhura exposta. Trinta anos depois da clássica obra de Eduardo Galeano, se pode afirmar sem exageros, que depois do vendaval das políticas neoliberais “as veias” viraram rios “abertos”, colmatados, assoreados, devastados sócio, econômico, cultural e ambientalmente. Tem sido cada vez mais evidente que para haver a concreta libertação dos povos da América Latina, e a construção de uma nova ordem, de fato sustentável, se deva dar razão à necessidade da violência revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos do continente contra a burguesia, inclusive muito clara na fala de Josué de Castro, transcrita por Galeano (2007, p. 15): *“Eu, que recebi um prêmio internacional de paz, penso que, infelizmente, não há outra solução que a violência para América Latina”*. Daí está na ordem do tempo histórico e dentro de uma etapa revolucionária, a construção da Revolução Socialista, Ecosocialista - uma estratégia de sustentabilidade - visão socioeconômica, socioambiental, sociocultural e político-institucional na alta modernidade que tem como premissa fundamental a compreensão de que é parte de uma necessidade de caráter muito superior, de totalidade da revolução socialista-comunista; que se manifesta enquanto desafios, potencialidades, oportunidades e limites dentro de um tempo histórico atravessado pelas diversidades de realidades, sociedades e culturas; que pensa alternativamente a fato do curso atual levar a consigna de Rosa Luxemburgo “socialismo ou barbárie” para além do que se vive de barbárie. Busca ampliar essa consigna para *ecosocialismo ou extermínio*: uma visão estratégica radical que envolve indivíduos e coletividades em sua construção, reprodução

talvez distantes demais dos amazônidas. Onde muitos vivem em povoados conectados à rede global, com energia elétrica, mas desposuídos de muitas das benesses de fato da sociedade moderna. O outro mundo é virtual para os povos pobres da região, tal como as lendas, como as de Acauã, não existe.

sociometabólica, efetivando um desenvolvimento sustentabilista-internacionalista, para todos os povos do planeta ou seu contrário, *extermínio*²⁶³.

É possível ser otimista? Sim. Há esperança, há inclusive grandes esperanças no futuro da humanidade, da América Latina e Caribe, da Grande Amazônia. É preciso confiar na classe trabalhadora, na energia social dos povos em mover a história e trabalhar pela revolução. Porque não? Tudo está em aberto. Como se diz: “a história não está do lado de ninguém”. Então poderá acontecer que, num futuro, finalmente, sob o socialismo, como escreve Wilde (2003, p.78) se poderá ver que: *O homem terá a alegria na contemplação da alegria de seu semelhante*. E na América Latina não existirão grandes cidades com imensas periferias miseráveis, onde as classes trabalhadoras convivem com desemprego, lixo, violência, doenças e desespero, nem pequenos povoados ainda mais miseráveis, como a fictícia Macondo - a não ser na literatura. Metrôpoles e Macondos miseráveis serão vistas apenas em obras de ficção. Situações hoje reais em grandes urbanos e povoados, tão inspiradores para os escritores regionais - como milhares de outros recantos na imensidão da América Latina – aproveitados por gênios como Eduardo Galeano ou Gabriel Garcia Marques. Quando os descrevem se pode mesmo ver o estalo, o barulho da realidade através de seus personagens e cenas – como em *Cem anos de solidão*, de Garcia Marques, contando a saga da família Buendía, por exemplo²⁶⁴.

²⁶³ Evolução das consignes: *Socialismo ou barbárie* (LUXEMGURGO, 1999); *Socialismo ou morte* (MANDEL, 2001); *Socialismo ou extinção* (Mézáros, 2003); *Socialismo ou extermínio* (Gilson Costa, 2008).

²⁶⁴ Em *Cem anos de solidão* (2003, p. 56), ele relata a chegada de um agente do Estado, o Sr. Apolimar Mascote, o delegado de polícia, que veio não para garantir de fato o bem-estar, mas exatamente o seu contrário. Em seu primeiro ato oficial, ordenou que todas as casas fossem pintadas de azul para celebrar o aniversário da “Independência Nacional” – tão comum engodo da burguesia em qualquer país da região. Mas os moradores de Macondo formaram resistência imediata, expressa na atitude de José Arcadio Buendía, perguntando ao delegado “com que direito?” ele ordenava: “neste povoado não mandamos com papéis [...] não precisamos de nenhum delegado, porque aqui não há nada pra delegar”. Entretanto, José Buendía disse ao Sr. Apolimar Mascote que poderia ficar, seria bem vindo “como cidadão comum, corrente”, mas se viesse “implantar a desordem, obrigando o povo a pintar as casas de azul” poderia “juntar os trapos e voltar pro lugar donde veio”. Porque as casas e tudo mais “iria continuar como o povo queria”. O delegado resistiu e foi expulso, uma semana depois voltou com soldados, a família e mudança completa. Instalou-se novamente em Macondo e novamente foi interpelado pela população, através de seu porta-voz Arcadio Buendía, desta vez dizendo que poderia ficar, graças e respeito à sua esposa e filhas. Mas sob duas condições: “a primeira que cada um pinte a casa da cor que quiser e a segunda que os soldados vão embora imediatamente. Nós garantiremos a ordem.” O delegado responde perguntando: “palavra de honra?”. Buendía retruca: “palavra de inimigo [...] porque uma coisa eu quero lhe dizer: o senhor e eu continuamos inimigos”. Os soldados foram embora e as casas continuaram coloridas. Essa passagem do livro de Garcia Marques lembra um fato histórico: há quase três décadas os militares foram embora para o quartel, mandados pelo povo da América Latina, a despeito de tudo, de sua ditadura, violência, perseguição, assassinatos e truculência em geral, sob a desculpa de manter a “ordem e segurança nacional”, em sua auto-determinação, os povos do continente continuam lutando, inclusive com os militares em Honduras e seus inimigos civis. A despeito de tudo, inclusive dos traidores saídos do interior das próprias lutas, o povo latino-americano segue alegre, colorido e lutador, apesar de tantas derrotas, opressão, exploração, decepção, da existência inimiga dos que insistem em pregar a farsa da independência, ou da colaboração de classes, dos que vendem a riqueza, a honra e a vida dos povos e trabalhadores da região. Assim se pode ver em Eduardo Galeano (1940-), conhecido mundialmente por *As veias abertas da América Latina*,

Parceiro de Pablo Neruda (1904-1973), que desde o Chile, encantou a América Latina, e assim como Carlos Drummond em muitas vezes superou mais de um cientista social famoso - ao versar sobre a realidade do sub-continente, o mundo dos oprimidos e explorados através de imagens, linguagens e construções poderosas como em *Canto geral* (1950), *Geografia infrutuosa* (1972), *Rosa separada* (1972), *O coração amarelo* (1974) e em suas memórias - autobiografia - *Confesso que vivi* (1974). Por isso aqui gostaria de concluir com suas palavras. As duas últimas obras publicadas depois da intensa e emocionante vida Pablo Neruda figuram entre outras importantes, que tratam do viver do povo de seu continente e em verdade, do mundo. Em *Elegia* (2007, p. 67), por exemplo, Neruda faz um elogio à Rússia, seu povo, seus heróis, seus poetas e sua revolução - que era também a revolução dos trabalhadores do mundo. Ainda que o stalinismo a tenha golpeado de morte, e isso o poeta não perdoava: “Stalin [...] aquele sagaz, calmo georgiano, conhecedor do vinho e de muitas coisas [...]. A terra se encheu com seus castigos, cada jardim tinha um enforcado.” Sobre a América Latina são muitas as passagens que trata de sua vida, morte e ressurreição. Em *A rosa separada* (2005, p. 19-95) pode-se ler: [...] Chegamos de ruas diferentes, de idiomas desiguais, ao silêncio [...]. Chegamos cheios de conflitos, de divergências, de sangue, de pranto, de digestões, de guerras, [...], somos os mesmos e os mesmos diante do tempo, diante da solidão: os pobres homens que ganharam a vida e a morte trabalhando de maneira normal [...] nas estações de metrô, nos barcos, nas minas, nos centro de estudo, nos cárceres, [...]. Voltamos apressados a esperar nomeações, exasperantes publicações, discussões amargas, fermentos, guerras, enfermidades, música que nos ataca e nos golpeia sem trégua, entramos novamente em nossos batalhões, ainda que todos se unissem para declar-nos mortos [...]”. Mas o maior poeta latinoamericano sabe que seu povo é guerreiro, forte e não morre fácil, encarnado no

escreveu muito sobre o continente (dos Pampas aos Andes, dos litorais Atlântico e Pacífico à Amazônia, etc., em seus livros escancara as mazelas, pilhagem, opressão e exploração de seu povo e riqueza) entre muitas obras como *Memória do fogo* (1982), *Mulheres* (1997) e *Bocas do tempo* (2004), difunde a cultura e a história da América Latina. Há uma passagem lendária, sobre “o riso”, muito interessante. Eduardo Galeano em *Mulheres* (2007, p. 09), conta que um “morcego, pendurado em um galho pelos pés, viu que um guerreiro kayapó se inclinava sobre o manancial. Quis ser seu amigo. Deixou-se cair sobre o guerreiro e o abraçou. Como não conhecia o idioma dos kayapó, falou ao guerreiro com as mãos. As carícias do morcego arrancaram do homem a primeira gargalhada. Quanto mais ria, mais fraco se sentia. Tanto riu, que no fim perdeu todas as suas forças e caiu desmaiado. Quando se soube na aldeia, houve fúria. Os guerreiros queimaram um montão de folhas secas na gruta dos morcegos e fecharam a entrada. Depois, discutiram. Os guerreiros resolveram que o riso fosse usado somente pelas mulheres e crianças”. Rir muito era visto como *mulherice* ou *criancice*. Fraqueza. Qual a importância cultural dessa história? Essa lenda vai além das aldeias, atravessa a sociedade burguesa conservadora, que insiste em empalidecer a vida, em seu comportamento cultural que condena a alegria, às vezes com violência, quer fazer calar o riso largado, as folganças populares, a crítica bem-humorada. Apesar disso o povo latinoamericano é farto de *mulherice-criancice*, a lenda não vingou sobre a vida real e a burguesia tem que suportar o riso dos pobres, a festa alegre, a música, o ritmo dançante, o deboche do povo nos carnavais de rua e nas passeatas, greves e lutas com suas imensas faixas, seus bonecos e cariaturas. Os povos da América Latina riem e se fortalecem abraçando lutas junto com outros povos.

José de Carlos Drummond, apesar de todo desfortúnio. Então arremata essa idéia em *O coração amarelo* (2004, p. 09-79) premunindo: “Por incompleto e fusiforme me entendi com as agulhas [...] porque minha história se duplica quando em minha infância descobri meu depravado coração, que me fez cair no mar e acostumar-me a ser submarino [...] desmedidamente ditoso em minha insurgente desmesura [...]”. Mais adiante diz como sábio e esperançoso historiador/sociólogo: “O ar está mudo ainda [...] e há um rio perto de um rio e crescem juntos dois vulcões [...]. Na noite do terremoto, quando no terror da terra se juntam todas as raízes e ouve-se soar o silêncio com a música do espanto [...] e entre suas pedras pavorosas pode marchar com quatro pés e quatro lábios, a ternura [...] a cavar no solo duro até encontrar na dureza o mesmo lugar que buscava [...]”. Este lugar do futuro, Neruda sabe bem: “Este é o estilo das profundezas, do manifesto submarino [...]: bom, aquele dia com aquela hora chegará e deixará tudo mudado [...] e dispostemos de um poder satânico: voltar atrás ou acelerar as horas, chegar ao nascimento ou à morte com um motor roubado ao infinito [...], não há medida para contar o que não podia acontecer-nos.”

No desfecho de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, escrito em 1904, Max Weber afirma que todo o “poderoso cosmo da moderna ordem econômica” é como “um cárcere de ferro”. Essa ordem inexorável, capitalista, legalista e burocrática “determina a vida dos indivíduos que nasceram dentro desse mecanismo [...] com uma força irresistível”. Essa ordem “determina o destino do homem, até que a última tonelada de carvão fóssil seja consumida”. Além de Weber, antes, Marx e Nietzsche – e Tocqueville e Carlyle e Mill e Kierkegaard e todos os demais grandes críticos do século XIX – chegaram a compreender como a tecnologia moderna e a organização social condicionaram o destino do homem. Porém, todos eles acreditavam que os homens modernos tinham a capacidade não só de compreender esse destino, mas também de, tendo o compreendido, combatê-lo. Assim, mesmo em meio a um presente tão desafortunado, nos séculos XIX e principalmente no XX, dadas as grandes guerras mundiais e crises econômicas e ecológicas, eles puderam imaginar uma brecha para o futuro. Os críticos da modernidade, no século XX, e principalmente no século XXI, carecem, quase inteiramente, dessa empatia com a classe trabalhadora, com os povos oprimidos e explorados do mundo todo, em acreditar em seus camaradas, homens e mulheres modernos, que continuam a lutar pelas grandes revoluções, agora, mais que nunca, a Revolução Socioambiental - que não pode ser outra, senão nos marcos da transição do capitalismo para o socialismo e depois para o comunismo – A Revolução Ecomunista Mundial.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas, n.1, maio, 1999.
- ADORNO; HORKAEIMER. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar 1985.
- AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <<http://www.direitos.org.br>>. Acesso em: 4 jan. 2009.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BBC/BRASIL. **Bolívia começa a julgar ex-presidente pela morte de 67 pessoas**. Rio de Janeiro, 19 mai.2009.
- AGÊNCIA PARÁ. **PIB tem maior crescimento nas mesorregiões sudeste e metropolitana**. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/noticias2005/11_2005/18_02.asp>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Disponível em: <www.ana.gov.br>. Acesso em: 23 dez. 2008.
- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: O novo papel do local. In: CASSIOLATO, E.; LASTRES, M.(edt.). **Globalização e inovação localizada**. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 181-198.
- ALIENAÇÃO - Especial no Portal. Disponível em: <www.pstu.org.br/ <http://www.litci.org.>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- ALENCAR, A. et al. **Uso do fogo na Amazônia**: estudos de caso ao longo do arco de desmatamento. Brasília, DF: Relatório para o Banco Mundial, 1997.
- _____. **Desmatamento na Amazônia**: indo além da emergência crônica. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTVATER, E. Ilhas de sintropia e exportação de entropia: custos globais do fordismo fossilístico. **Cadernos do NAEA**. Belém, n. 11, p. 3-56, 1993.
- _____. Realidades possíveis na sociedade global. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 40/41, p. 5-30, 1997.
- AMARAL, P.; AMARAL, M. **Manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira**: situação atual, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2000.
- AMÉRICA DO SUL. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo, v. 2, p. 358-370, 1994.
- AMÉRICA DO SUL. In: NOVA enciclopédia ilustrada Folha. São Paulo: Folha de São Paulo, v. 1, p. 42-43, 1996.

AMERICA ECONOMIA. Para FMI, queda de commodities deve encolher PIB da América Latina. Disponível em: <Americaeconomia.com.br>. Acesso em: 22 out. 2008.

ANASTASIA, F. ; MELO, R. ; SANTOS, F. **Governabilidade e Representação Política na América do Sul**. São Paulo: UNESP;Fundação Konrad Adenauer, 2004.

ANDAKU, J. A. O poder e o Estado na teoria sistêmica de Niklas Luhmann. Teresina, n. 1124, ano 10, 30 jul., 2006.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-28.

_____. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 2003a.

_____. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez. 2003b.

_____. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, S. M. Ação coletiva: equívocos interpretativos. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2006.

ARCARY, V. **As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. **O encontro da revolução com a história: Socialismo como projeto na tradição marxista**. São Paulo: Xamã, 2006.

ARENDT, H.. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo e Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARRUDA, J. M. O Dilema do Prisioneiro e suas implicações éticas. **Revista. Humanidades**. Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 67-73, jul./dez. 2004.

ARTAXO, P. **Revista do Instituto Humanitas Unisino** on line, edição 287, 19 jan. 2009.

ASSOCIACIÓN MUNDIAL PARA EL ÁGUA / Comité de Consejo Técnico. **Manejo Integrado de Recursos Hídricos**. Santiago de Chile: Global Water Partnership/TAC, 2000.

ATKISSON, A. **Desenvolvimento de indicadores de comunidades sustentáveis – Lições do Seattle sustentável**. Curitiba: Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana; Universidade Livre do Meio Ambiente, 1993.

AUGÉ, M. **Os não-lugares**: uma introdução à antropologia de supermodernidade. Campinas, Papirus, 1994.

AYRES, J. M. et al. **Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1997** – O Estado num mundo em transformação. Washington: Banco Mundial, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento sustentável 2000/2001**: luta contra a pobreza. Washington: Banco Mundial 2001.

BANERJEE, S. Quem sustenta do desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. e Guerra, L. (Org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Unamaz, 2003, p. 75-130.

BARBOSA, E. M. Estudos urbanos e crise dos paradigmas: a emergência de um campo de pesquisa interdisciplinar. In: OLIVEIRA, N. e Barcellos, T. (Org.) **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990.

BASBAUM, L. **História e Consciência Social**. 2. ed. São Paulo: Global. 1982.

BAUDRILLARD, J. **À Sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, U. **Risk society**: Towards a new modernity. Londres: Sage Publications, 1992.

_____. **Ecological enlightenment. Essays on the politics of the risk society**. New Jersey: Humanity Press, 1995.

_____. A Reinvenção da Política. In: GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S.: **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997a.

_____. Autodissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso significa? In: GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S.: **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997b.

_____. **The brave new world of work**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BECKER B. K. Geopolítica da Amazônia. Dossiê Amazônia brasileira I, **Estudos Avançados Estudo**. São Paulo v.19, n. 53,2005.

BECKER, B. Grandes Projetos e produção do espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 230-254, 1989.

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. **Ecologia**: de indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BELL, D. **El Advenimiento de la Sociedad Post-Industrial**. Madri: Alianza Ed., 1991.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. ; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec e ANPUR, 1996.

_____. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (Séculos XIX e XX). Tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERGER, P. L. A realidade da vida cotidiana. In: BERGER, P. L.; LUCKMAM, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 35-46.

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. **Estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A filosofia de Karl Marx. In: A FORÇA das idéias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, F. Alto estoque eleva dívida da indústria. **Jornal Folha de São Paulo**, p. 2-15, 03 ago. 1997.

BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

BEVILAQUA, A. **A Crise do Capital e o Fim da Hegemonia Mundial dos EUA**. Rio de em janeiro. Disponível em: <<http://www.inverta.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2008.

BIRD. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial**. Brasília: BIRD, 2003.

BIRNBAUM, N. Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber. In: GERTZ, René E. (Org.). **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BIOTANEOTROPICA. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v2n1/pt/abstract?article+BN00102012002>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BLACKBURN, R. **Ideologia na ciência social**: ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOJOWALD, M. Relatos de um universo oscilante. **Revista Scientific American**, n. 78, ano 7, p. 30-35, 2008.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 42-62.

BOURDIEU, P. "The Forms of Capital". In: RICHARDSON, J (edt.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**,. New York: Greenwood, 1985.

_____. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: _____. **Sociologia**.. São Paulo: Ática, 1994, p. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 67-69.

_____. et al. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORJA, J. et al. **Las grandes ciudades en la decada de los noventa**. Madri: Editorial Sistema, 1990.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOTELHO, G. Brasil supera EUA no uso de agroquímicos. **Jornal Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados**. São Paulo, p. 9, 20 jan 2009.

BRAGA, J. C. S. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio-Ambiente. Agência Nacional de Águas (ANA). **Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil**. Cadernos de Recursos Hídricos. Brasília: ANA, 2005.

_____. **Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil /Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos**. Brasília: TDA Desenho e Arte, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Brasil de Todos**: PPA 2004-2007. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2003.

BRINDLEY, B. **Geneflow**: uma publicação sobre os recursos genéticos vegetais da Terra. Roma: Comitê Internacional de Recursos Genéticos de Plantas, 1992.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: NAEA, 2001.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Rainforest Cities**: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Press, 1997.

BRÜSEKE, F. J. **A lógica da decadência**: desestruturação sócio-econômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1996.

_____. **Risco social, risco ambiental, risco individual**. In: ALTVATER, E. et al. Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento. Belém: UFPA/NAEA, p 122 – 174, 1999.

BUARQUE, C. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. O pensamento em mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUNGE, M. **Philosophy of from explanation to justification**. London: Transaction Publisher, 2002.

BURSZTYN, M. Alguns temas da questão setentrional: contribuições ao debate sobre um projeto para a Amazônia brasileira. In: SAYAGO et al. **Amazônia**: Cenas e Cenários. Brasília: UnB, 2004, p.263-294.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34;Edusp, 2000.

CALIARI, T. Improvisos e esperanças na Amazônia Ocidental. **Revista Reportagem**. ano V, n. 40, jan. 2003.

CAPOBIANCO, J. P. R. et al (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001.

CARDOSO, A. C. D. ; NASSAR, F. S. **Pobreza urbana e o centro histórico de Belém**. Belém: UFPA, 2002.

CARDOSO, R. C. I. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

CARSON. R. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**. 2. ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

_____. **O Poder da identidade**. 3 ed. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001b.

_____. O processo de urbanização: relações históricas entre sociedade e espaço: problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa: Editorial Presença, 1965.

CARVALHO, I. Desenvolvimento Sustentável: da economia à política. In: SOARES, M. C. C. **Dívida externa, desenvolvimento e meio ambiente**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992, p. 94-102.

CARVALHO, D. F. Industrialização tardia e perspectiva de desenvolvimento da Amazônia. In: **Revista do Centro Sócio-Econômico**. Belém: Universidade Federal do Pará, ano 2, n. 1, 1995.

_____. Globalização econômica, políticas públicas e exclusão social. **Novos cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, 1999. Belém, NAEA;UFPA, 1999, p. 51-73.

CARVALHO, G.; BARROS, A. C.; MOUTINHO, P.; NEPSTAD, D. Sensitive development could protect Amazonia instead of destroying it. **Nature**, n. 409, p. 131, 2001.

CARVALHO, G. et al. Frontier expansion in the Amazon, balancing development and sustainability. **Environment**, v. 44, nº 3, p. 34-45, 2002.

CASSIOLATO J. E. ; LASTRES H. M. M. Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Nota Técnica**, v. 21. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

CASTRO, E. O papel do Estado. In:_____. **Internacionalização da Amazônia e integração de mercados**. Belém: Cejup, 1998.

CAVALCANTI, B.; SALETE, J. Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1993.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

CENTENO, J. **Deforestación fuera de control en Venezuela**. Universidad de los Andes, Mérida. Disponível em: < <http://ciens.ula.ve>>. Acesso em: 22 out. 2001.

CHACON, S. S. Reflexões sobre a crise ambiental: uma viagem até suas origens e um encontro com as soluções. **Rev. Cent. Ciênc. Admin.** Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 66-75, ago. 2003.

CHAUI, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHEPTULIN, A. **A Dialética Materialista: categorias e leis da Dialética.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** Rio de Janeiro: Xamã, 1996.

_____. A “nova economia” uma conjuntura específica à potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 9. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.

CHOMA, J. Chile: vitória da continuidade neoliberal. **Jornal Opinião Socialista**, jan. 2006.

CIBERAMERICA. Disponível em: <www.ciberamerica.org>. Acesso em: 12 jun. 2008.

CONSULTORIA ECONOMÁTICA. 2007 Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/01/10/ult4294u931.jhtm>>. Acesso em: 10 jan.2008.

COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental (des) integrada dos recursos minerais na Amazônia oriental. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. (orgs.). **Estado e políticas públicas da Amazônia** – Gestão dos recursos naturais. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

COGGIOLA, O. Governo Lula: **da esperança à realidade.** São Paulo: Xamã, 2004.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory.** 1994. Disponível em: <<http://www.britannica.com/>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA - CEPAL/PNUMA. **Ecosistemas:** conceitos fundamentais. Santiago: Comércio exterior, vol. 40, n. 12, p.1131-1134, 1990.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____. **Anuário Estatístico da América Latina e Caribe.** Chile, 2007.

CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DO PSTU. **Teses programáticas para a revolução proletária.** São Paulo: Xamã, 1994.

CONSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Org.) **Geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. O futuro da classe operária. **Revista Internacional**. São Paulo, n. 101, 1990.

COSTA, G. da S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: NAEA/UFPA, 2006a.

_____. **Reprodução sociometabólica do capitalismo na Amazônia**. Originalmente apresentado como texto de apoio à formulação de tese de doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2006b.

COSTA, F. de A. Amazônia: Modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, E; MOURA, E; MAIA, L (Org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

_____. Anotações para uma agenda das ciências da sociedade. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços, lacunas e prioridades**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1996, p. 152-161.

_____. Fundamentos sociais, limites e perspectivas da C&T na Amazônia. In: CIÊNCIA, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1998.

_____. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-Especial no Estado do Pará. In: TURA, L. R.; _____. **Campesinato e Estado na Amazônia**. Brasília: Brasília Jurídica;FASE, 2000a.

_____. Agropecuária política pública e desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação prospectiva. In: FORMAÇÃO agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA/UFPA, 2000b.

COULON, A. As origens. In: A ESCOLA de Chicago. Campinas: Papirus, 1995, p. 7-27.

COUTINHO, M. Democracias Andinas: chegando tarde à festa?. **Dados**, v. 49, n. 4, p.795-832, 2006.

CRUZ, D. Remessa de lucros de multinacionais ao exterior bate recorde em 2006: Governo Lula pagou R\$ 404,1 milhões por dia de juros da dívida pública. **Jornal Opinião Socialista**, 07 mar. 2007.

DADOON, R. **A violência: ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DAHRENDORF, R. **The Modern Social Conflict: An Essay on the Politics of Liberty**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1988.

DALY, H. E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CLÓVIS, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 179-192.

_____. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 1., n. 2, jul./dez, 2004.

DANTAS, M. **A Lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

DARWIN, C. **Origem das Espécies**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

DE JANVRY, A. Social differentiation in agriculture and the ideology of populism. In: BUTTEL, Frederick H. e Newby, Howard (Org.) **The Rural Sociology of the Advanced Societies**. Montclair: Allanheld, Osmund & Co., 1980.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, P. **Introdução a metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1983.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DIAS, F. N. **Sistemas de comunicação, cultura e conhecimento**: um olhar sociológico. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

DIAZ, M. C. V. et al. **Prejuízo oculto do fogo**: custos econômicos das queimadas e dos incêndios florestais da Amazônia. 2002. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br>>. Acesso em> 13 jan. 2007.

DINIZ, C. C. (org.). **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001.

DOMINGUES, J. M.. **Os movimentos sociais latino-americanos**: características e potencialidades. Brasil: En publicacion: Análise de Conjuntura OPSA, n. 2. fev. 2007.

_____. Reorganizando a modernidade. **Lua Nova, revista cultural e política**. n. 45, p. 205-229, 1998.

DUMENIL, G. e LÉVY, D. **Le triangle infernal. Crise, mondialisation, financiarisation**. Paris: PUF, 1999.

DURKEIM, E. Pedagogia e sociologia. In: **EDUCAÇÃO e Sociologia**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978, p. 75 – 91.

_____, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret 2002.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Tradução de Silvana Vieira; Luís Carlo Borges. São Paulo: UNESP; Boitempo, 1997.

ECHEVERRI, R.; RIBERO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**: visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília: IICA, 2005.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Cultrix, 1988.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Escritos & ensaios** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ENGELS, F. Carta a Kautsky de 23 fevereiro de 1891: Crítica ao Programa de Gotha. In: Marx e Engels. Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Vitória, v. 2, 1961a, p. 234- 236.

_____. Prólogo de 06 de janeiro de 1891: Crítica ao Programa de Gotha. In: Marx e Engels. Obras Escolhidas. . Rio de Janeiro: Vitória, v. 2, 1961b, p. 207-208

_____. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A importância do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1984.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico..** São Paulo: Sundermann, 2004. Coleção Cadernos Marxistas.

_____. **A Revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENZENSBERGER, H. **Contribución a la crítica de la ecología política**. México: Universidad Autónoma de Puebla, 1976.

FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia: quem tem razão nos cálculos – o INPE ou a NASA? **Revista Ciência Hoje**. n. 16, p. 6-8, 1993.

_____. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 314-344.

_____. **A Globalização do meio ambiente: o papel da Amazônia brasileira**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2002.

_____. Controle de desmatamento no Mato Grosso: um novo modelo para reduzir a velocidade da perda de floresta amazônica. In: SEMINÁRIO APLICAÇÕES DO SENSORIAMENTO REMOTO E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NO MONITORAMENTO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Brasília: Anais, 2002.

_____. A água de São Paulo e a floresta amazônica. **Ciência Hoje**. n. 34, p. 63-65, 2004.

_____. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências familiares. **Revista Megadiversidade**. v.1, n. 1, jul. 2005.

FENZL, N. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. **Poemotropic**, v.1, n.1, jan/jun 1998.

_____. **Sistemas Complexos: Conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2005

FERNANDES, F. **O que é Revolução.**: Abril, Brasiliense, 1984.

_____. **Em busca do socialismo:** último e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FILIZOLA, N.; Guyot, J. L.; Molinier, M.; Guimarães, V.; de Oliveira, E.; de Freitas, M. A.V. Caracterização Hidrológica da bacia Amazônica. In: Rivas; Freitas (Org.) **Amazônia uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2002, p.33 –53.

_____. O fluxo de sedimentos em suspensão nos rios da Bacia Amazônica. In: _____. **Caderno Regional** – Região Hidrográfica Amazônica. Relatório Técnico 2. Programa de estruturação institucional para a consolidação da política nacional de recursos hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2005.

FIORI, M. Fórum Econômico Mundial recomenda investimento em etanol. **Agência Brasil**, 29 jan. 2009.

FISHLOW, A. **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina:** Uma perspectiva histórica. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. In: DESENVOLVIMENTO e meio ambiente: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba: UFPR, n. 1, 2000, p.41-56.

_____. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro**, São Paulo: Xamã, n.5, 2001, p. 117-125.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u461015.shtml>. Acesso em: 27 out. 2008.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx** - materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 12 ed. Tradução Lígia Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em defesa da sociedade.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, J. **Juventude ribeirinha:** identidade e cotidiano. 280 f. 2001. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

FREIRE. P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, I. A. de. Novas formas de turismo no Rio de Janeiro: o exemplo da rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002, p. 87-95.

FREITAS, M. de. **Amazônia: A natureza dos problemas e os problemas da natureza.**, Manaus: EDUA, 2005. v. 1.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRUGOLI, H. **Centralidade em São Paulo, trajetórias, conflitos e negociações da metrópole**. São Paulo: Cortez; Edusp; Fapesp, 2000.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Max contra Marx. **Folha de São Paulo [online]**. Caderno Mais! São Paulo. 27/03/2005. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2703200518.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Expectativas para América Latina são as piores em 11 anos**. Agência Reuters de informação, 2008.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Geografia, Mundo, Continentes, América do Sul. In:_____. **Almanaque Abril**. São Paulo Abril, 2007.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALEANO; E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCIA, M. G. **Cem anos de solidão**. Coleção Folha de São Paulo, São Paulo, 2000.

GAZETA MERCANTIL.. **Anuário brasileiro da soja 2003**. 2003. Disponível em: <<http://www.anuarios.com.br/port/2003/soja/default.php>>. Acesso em: 12 abr. 2007.

_____.Disponível em:
http://www.gazetamercantil.com.br/GZM_News.aspx?parms=2354862,498,15,1>.
Acesso em: 23 fev. 2009.

GEERTEZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Nova luz sobre a antropologia. **Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.**_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 2001b.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Política, sociologia e teoria social.** São Paulo: UNESP, 1998.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GOMES, G. M. A Manaus de Milton Hatoum em *Cinzas do norte*. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas:** Dossiê: a cidade no romance. PPG-LET-UFRGS.Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./jun. 2007.

GÓMEZ, S. **Dilemas de la sociologia rural frente en la América Latina.** Cadernos de Sociologia, vol. 6. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS), 1994.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 135-161.

GONÇALVES, M. S. N.; HAGE, S. A. M. **Retratos de realidade das escolas ribeirinhas da cidade de Belém:** estudo da relação entre currículo e cultura em uma escola da Ilha de Cotijuba. Relatório Técnico - Científico - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq . Belém: UFPA, 2009.

GOODMAN, D. **Da lavoura às biotecnologias - agricultura e indústria no sistema internacional.** São Paulo: Campus, 1990.

GORZ. A. **Adeus ao proletariado.** Rio de janeiro: Forense, 1982.

_____. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

GRAIN. **¡No a la fiebre de los agrocombustibles!** 2006. Disponível em: <<http://www.grain.org/go/agrocombustibles>>. Acesso em: junh. 2006.

GRASSA, G. La. O capitalismo contemporâneo e o papel da teoria marxista. **Revista Crítica Marxista.** São Paulo, nº1, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova economia.** Belo horizonte. n. 7, v. 1, p. 43-81, maio 1997.

_____, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. l. n. 43, p. 43-50, 2001.

GROSSI PORTO, M. S. O campo revisitado. Cadernos de Sociologia: Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1993.

GUATTARI, F. **Revolução molecular.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: 34, 1992.

GUDYNAS, E. **Submersa na globalização, América Latina mostra-se cada dia menos blindada à crise.** Buenos Ares: ALAI, América Latina en Movimiento, 2008.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, R. Modernidad, medio ambiente y eica: um nuevo paradigma de desarrollo. **Revista Ambiente e Sociedade**, Curitiba, ano I, n. 2 p. 5-24, 1998.

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, abr., p. 95-112, 2001.

HABERMAS, J. A nova intransparência. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 18, 1987.

_____. **Teoría de la acción comunicativa II: Critica de la razón funcionalista.** Madrid: Taurus, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, P. **Cidades do Amanhã.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARDIN, G. La tragedia de los bienes comunes. In: Smith, R. C. & Penedo, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía.** Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002, p. 33-48.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. **Deleuze: uma vida filosófica.** Rio de Janeiro: 34, 2000. p. 357- 372.

_____; NEGRI, A. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo - SP, Editora Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

HATOUM, M. **Cinzas do norte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HAYEK, F. A. Von. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural – Criando a próxima revolução industrial.** São Paulo: Cultrix, 1999.

HAYWARD, T. **Ecological thought: an introduction.** Cambridge: Polity Press, 1994.

HEILBRONER, R. **A formação da sociedade econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HELD, D.; MCGREW, A. **Global transformations: politics, economics and culture**. Stanford, Stanford University Press, 1999.

_____. Models of democracy. London: Polity, 1993. Part I. KRAMER, Paulo. “Aléxis de Tocqueville e Max Weber: respostas políticas ao individualismo e ao desencantamento na sociedade moderna”. In: SOUZA, J. (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UNB, 2000.

HERNÁNDEZ, M. Da moral revolucionária ao “vale tudo”. **Revista Marxismo Vivo**, São Paulo: Sundermman, n. 13, 2006.

_____. **O veredicto da história**. São Paulo: Sundermman, 2008.

HERRERA, A. A crise da espécie. In: BURSZTYN, M. et al (Org.) **Que crise é essa?**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HERRERA, R. (Org.) **L’empire en Guerre**. Paris: Les temps des cerises, 2001.

HERVÉ T. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Dossiê Amazônia brasileira**. São Paulo: IESTUD. v.19, n. 53, 2005.

HINKELAMMERT, F. **Crítica da razão utópica**. São Paulo: Paulinas, 1984.

HOBBSAWM, E. **A Era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A era dos impérios**. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mundos do trabalho: Novos Estudos sobre a História Operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A era das revoluções**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era dos Impérios**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HORBE, A. M. C e Al. Contribuição à hidroquímica de drenagens no município de Manaus – AM. **Acta Amazônia**. Manaus, v.35, n.2, abr./jun. 2005.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

HOYT, E. **Conservação dos parentes silvestres das plantas cultivadas**. Tradução Lídio Coradin. Delaware: IBPGR, IUCN, WWF, 1992.

HÜHNE, L. D. **A ciência e o poder**. In: _____. **Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

HUGILL, P. **Technology and geography in the elaboration of capitalism**. Baltimore: Johns Hopkins University. Press., 1993.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Tradução de José Ricardo Brandão de Azevedo. Rio de Janeiro: Campos, 1981.

HURTIENNE, T. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. **Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão de Recursos Naturais**. Belém CEJUP, 2000.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. A cidade global. **Revista Cultura Vozes**. Petrópolis: Vozes, ano 88, n.2, mar./abr., p.25-39, 1994.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/HUCITEC/Annablume, 2002, p. 77-84.

IBAMA. **Ecossistemas brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, 2006.

IBGE. **Censo demográfico: Brasil (1980-1991)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. ;UNICEF. **Indicadores sobre crianças e adolescentes - Brasil 1991-96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. **Censo agropecuário 2000**. Rio de Janeiro. v.1, p. 89-96, 2000.

_____. **Censos Agropecuários 1970 e 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em> 5 dez. 2002.

_____. **Base de informações municipais para uso com Estatcart**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, CD-ROM.

INFONET. Disponível em: <www.infonet.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS-INPE, 1999. **Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite 1997-1998**. São José dos Campos: Separata, 1999.

_____. **Monitoring of the brazilian Amazonian forest by satellite, report 1999-2000**. PRODES, 2001. Disponível em: <<http://sputnik.dpi.inpe.br:1910/col/dpi.inpe.br/lise/2001/05.16.09.55/doc/html/capa.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2001.

_____. **Monitoring of the Brazilian Amazonian forest by satellite, report 2000-2001.** Disponível em : <http://sputnik.dpi.inpe.br:1910/col/dpi.inpe.br/lise/2002/06.12.13.16/doc/capa.htm>. Acesso em: 06 dez. 2002.

_____. **PRODES Digital.** Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/Prodes.html>. Acesso em: 8 jul. 2003.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE -IPCC - **Climate Change 1995. The Science of Climate Change.** Contribution of Working Group I to the Second Assessment Report of the. Cambridge: Cambridge University Press, , 1996a.

_____. **Climate Change 1995. Economic and Social Dimensions of Climate Change.** Contribution of Working Group III to the Second Assessment Report, 1996b.

_____. **Climate Change, The IPCC Scientific Assessment.** Report prepared for IPCC by Working Group I, . Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

IPEA; PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desenvolvimento humano e condições de vida:** indicadores brasileiros. Brasília: PNUD, 1998.

_____. ; IBGE ; NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil.** v. 1 e 2. Campinas: UNICAMP, 1999.

IRINA, O. **De Keynes à síntese neoclássica:** uma análise crítica. Lisboa: Prelo, 1977.

JACOBI, P. A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados. In: COELHO, V. E; NOBRE, M. **Participação e Deliberação.** São Paulo: 34, 2004.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro:** ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

JAPIASSU, H. F. O mito da neutralidade científica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS. Santa Maria: CBICCA, UFSM, 1996.

_____. **A crise da razão no ocidente.** São Paulo: Eletrônica 2000.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

JORNAL DO DCE DA UNICAMP. Campinas. ano 1, n. 1, mar. 2007.

JORNAL A CRÍTICA. Manaus, 28 nov. 2005.

JORNAL VALOR. Disponível em: jornalvalor.com.br. Acesso em: 9 fev. 2009.

KAIMOWITZ, D.; ANGELSEN, A. **Economic models of tropical deforestation.** A Review. Bogor: Center for International Forestry Research, 1998.

KATZ, C; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

KECK, M. e JACOBI, P. **Bacia Hidrográfica do Alto Tietê**. São Paulo: Relatório de Pesquisa, Projeto Marca D' Água, 2002.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 1994.

KLEIN, J. T. **Interdisciplinary: History, theory e practice**. Detroit: Weyne State University Press, 1990 .

KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Bueno Ares: BID, 2000.

_____. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Cortez; Brasília, UNESCO, 2000.

KLINK, C. A.; MACEDO, R. H.; MUELLER, C. C. De grão em grão, o cerrado perde espaço. Cerrado: Impactos do processo de ocupação. In: MARTINS, E. S.; ALHO, C. J. R. (Ed.). **Documento para discussão**. Brasília: WWF & PRO-CER, 1995. 66 p.

KOCKA, J. Objeto, conceito e interesse. In: GERTZ, R. E. (Org.). **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 32-69.

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1978.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Cicilização Brasileira, 1978.

KRISHNA, A. **Creating and Harnessing Social Capital in Dasgupta e Serageldin "Social Capital, a Multifaceted Perspective"**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2000.

KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LAHIRE, B. **L'homme pluriel: les resorts de l'action**. Paris: Nathan, 1998.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. Ciência e conhecimento científico. In: _____. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LANG, R. E.; DHAVALA, D. **America's megapolitan areas**. Boston: Lincoln Institute of Land Policy, v. 17, n. 3, 2005.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LATAILLE, Y. et al. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEIS, H. **A modernidade insustentável.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

LESSA S. **Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva.** Universidade Federal de Alagoas, s/d.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Companhia Nacional, pp. 19-55, 1976.

_____. **Tristes trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: 34, 1999b.

_____. **O que é o virtual.** São Paulo: 34, 1997.

LIN, N. **Social Capital: A Theory of Social Structure and Action.** London: Cambridge University Press, 2001.

LIPIETZ, A. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. **Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, n. 7, 1982.

_____. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano. **Revista Pólis 27: Anais do Seminário Políticas Públicas para o Manejo do Solo: Experiências e Possibilidades.** São Paulo: Pólis, 1996.

_____. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, n. 38, 1994.

LIPPI, V. M.; SIEBERT, C. **Amazonas.** São Paulo: FTD, 2001

LITTLE P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de ação política. In:_____. **A difícil sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOBATO, B. Participação feminina eleva taxas de trabalho na América Latina, diz OIT. **Agência Brasil**, 25 jan. 2007.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **A revolução informacional**. São Paulo - SP, Editora Cortez, 1995.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Crítica Marxista**, n. 18, 1995.

_____. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. BENSAID, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.). **O Marxismo na América Latina**. 2 ed. Tradução de Claudia Schilling; Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUHMANN, N. **Sociologia do direito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Ecological communication**. Tradução John Bednarz. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

_____. **Introducción a la teoría de sistemas**. México: Anthropos; Universidad Iberoamericana, Javier Torres Nafarrate, 1996.

_____. **Sistemas sociales. Lineamientos para una teoría general**. México: Anthropos, Universidad Iberoamericana, 1998.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1998.

MANDEL, E. **O Lugar do Marxismo na História**. São Paulo: Xamã, 2001.

MANIFESTO DAS AMÉRICAS EM DEFESA DA NATUREZA E DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL. Disponível em: <<http://www.PetitionOnline.com/campes50/petition.html>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

MANHHEIM, K. A. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferências da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, n. 30, p. 71-81, jan. - abr. , 2001.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Portugal: Presença, 1977.

_____. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 20 ed., Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATURANA, R. H. ; VARELA, G. F. J. ; ACUÑA, L. J. **De máquinas e seres vivos: autopoiese, a organização do vivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MATURANA, H. O que se observa depende do observador. In: THOMPSON, W. I. (Org.) **Gaia: uma teoria do conhecimento**. São Paulo: [s.n.] 2000, p. 61-76.

MATHIS, A. **A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. 1999. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MAYER, W. V. A. Geografia humana e o espaço social. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Introdução às ciências sociais**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1998, p. 89-96.

MENCONI, D. De volta para o futuro. **Revista Istoé**, n. 1711, 17 jul. 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Unicamp e Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Lupa, **Revista Versus**. Brasil, ano I, n. 03, p. 06, nov. 2009.

MILIBAND, R. **Socialismo e ceticismo**. Tradução Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2000.

MORENO, N. **As revoluções do século XX**. Câmara dos Deputados, Brasília, 1989.

_____. **O Partido e a Revolução**. Traduzido por Maria Cecília Garcia. 2 ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2004.

MORIN, E. **A epistemologia da complexidade**: Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

NAVES, M. B. Marx: ciência e revolução. Campinas: Moderna; UNICAMP, 2000.

NETO, E. A. 2008: a crise chegou. O que virá em 2009?. **Jornal Opinião Socialista**, n. 364, de 11 dez. 2009.

NORGAARD, R. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda Ltda, 1988.

_____. **Introdução à lógica marxista**. Traduzido por Anderson R. Félix. São Paulo: Unstituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

ODUM, E. **Ecologia**. Tradução de Christopher Tribe. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: TRABALHO e sociedade, problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais. Enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P. & WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997, p.171-200.

OLIVEIRA, R. C. de. O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, ano 1, n. 35, 1996, p. 13-37.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/PNUD. **GEO-4 Global Environment Outlook**. Malta: PNUD, 2007. Disponível em: <<http://www.unep.org/geo/geo4/media/>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZONICA – OTCA. **Relatórios da Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília, 2000-2008.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**: Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Brasília: ONU, 2008.

_____.; OIT. **Relatório mundial sobre salários 2008/2009**. Brasília: ONU, 2010.

_____.; PNUD. **Perspectivas do Meio Ambiente Global - Global Environment Outlook**. Brasília: ONU, 2007.

OIT. **Report 2008**: lucro e desigualdades na era da globalização financeira. Genebra: Instituto Internacional de Estudos do Trabalho, 2008.

PÁDUA, J. A. **História ecológica global**: uma visão a partir da América Latina. Belém: Seminário NAEA/UFPA, 2000.

_____. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PAIM, N; PAIM. **Sistemismo ecológico cibernético**. São Paulo, 2004.

PARSONS, T. **Sociedade, perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Pioneira, 1969.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança**. Brasília: UNB. 1984.

POCHMANN, M. O neoliberalismo aumentou as desigualdades. **Folha de São Paulo**, 30 jul. 2008

PUTNAM, R., et. al. **Making Democracy Work**: Civic Traditions in Modern Italy. 1993

REED, J. **10 dias que abalaram o mundo**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

REDCLIFT, M. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Unamaz, 2003, p.47-74.

SACHS, Ignacy. Prefácio, In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução Vera Lúcia M. Jocelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, I. Prefácio, In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANTOS, B. **Globalização: fatalidade ou utopia?** Portugal: Edições Afrontamento, 2003.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. As tensões da modernidade. **Revista do Programa Avançado de Cultura da UFRJ**. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/pacc/z/ensaio/boaventura.htm> em 22/08/2005.>. Acesso em: 22 ago. 2005.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOYO, M. J. Antropólogos, Projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ARANTES, A. A; RBEN, G. R; DEBRET, G. G. (Orgs.) **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: UNICAMP, 1992.

SAWYER, D. R. Campesinato e ecologia na Amazônia. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Coleção momento Campinas: UNICAMP, 1995, p. 211-227.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMONIAM, L. T. L. Política Públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. (Org.).

Estado e políticas públicas da Amazônia: Gestão dos recursos naturais. Belém: NAEA;UFPA, 2000.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIPAM. Disponível em: http://www.sipam.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=981>. Acesso em: 26 nov. 2008.

SHENG, F. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 165-178.

SOARES, J. R. **Ciclo básico de formação marxista:** Curso I: As classes sociais no capitalismo, São Paulo: Secretaria Nacional de Formação e Propaganda do PSTU 2005a.

_____. **Ciclo básico de formação marxista:** Curso II: Estado e revolução. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação e Propaganda do PSTU, 2005b.

STOCKINGER, G. **A sociedade da comunicação:** O contributo de Niklas Luhmann. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.

SZTOMPKA, P. Modernidade e além da modernidade. In: _____. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 131-156.

SWEEZY, P. M. O problema do valor qualitativo. In: **Teoria do desenvolvimento capitalista:** princípios de economia política marxista. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 31-43.

TAVARES, J. Alienação: conformismo ou reflexão? **Revista Sociologia – Ciências e Vida** nº 2, ano 1 – São Paulo: Escala, p. 71-77, 2006.

TAVARES, M. da C. Globalitarismo e neobobismo. **Jornal Folha de São Paulo**. p. 2-5, 30 mar. 1997.

TAYLOR, P. J. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. In: **Eure - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**. Santiago: Universidad Católica de Chile, v. XXIV, n. 71, 1998.

TCHOUMBA, B. **Nossos bens naturais não estão à venda**. Entrevista para Rádio Mundo Real FM, 20 mai. 2008.

TEIXEIRA, A. O risco dos emergentes. **Revista Época Negócios**, n. 20, p. 56 – 63, out. 2008.

THÉRY, H. Pesos e medidas da Amazônia. In: SAYAGO, D.; TOURRAN, J.F. e BURSZTYN, M. (Org.). **Amazônia, cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003, p. 9-15.

THOMPSON, P. História e comunidade. In: _____. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 20-44.

THUROW, L. C. **O Futuro do capitalismo**. Rio de Janeiro – RJ, Editora Rocco, 1997.

TOLOSA, H. C. A reestruturação produtiva do Rio e São Paulo e a viabilidade das cidades mundiais brasileiras. In: REZENDE, F. e LIMA, R. (Org.). **Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades**. Brasília: IPEA, 1999.

TORO, J. B., WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos; Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS; UNICEF, 1997.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da; ROCHA, M. de. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: **CIDADE e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TROTSKY, L. **O Programa de transição**. Portugal: Antídoto, 1977.

_____. A moral deles e a nossa. **Revista Marxismo Vivo**. São Paulo: Sundermman, n. 13, 2006.

_____. **A história da revolução russa**. São Paulo: Sundermman, 2007a.

_____. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

TUMOLO, P. S. **O trabalho como princípio educativo e o trabalho na forma social do capital**. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 9 abr. 2009.

UCHOA, R. Morales celebra dados da economia, mas Bolívia vive sob tensão política. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 23 jan. 2007.

UNCHS. **United Nations Conference on Human Settlements: the Istanbul Declaration and the Habitat Agenda**. Nairobi: UN Centre for Human Settlements, 1997.

UN-HABITAT. **The state of the world's cities – 2001**. Nairobi: UN-HABITAT, 2001.

_____. **The state of the world's cities – 2004/2005: globalization and urban culture**. Nairobi: UN-Habitat; London: Earthscan, 2004.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALEZA. **Género y desarrollo sostenible: memoria de una experiencia de capacitación en centroamérica**. Costa Rica: UICN, 1992.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

VEJA. **A lei, ora a lei...** Rio de Janeiro: Editora Abril, ed. 210, n. 21, p. 60-61, 30 mai. 2007.

VÉRAS, M. P. B. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade.** São Paulo: Studio Nobel – EDUC, 2000.

_____. **Tempo e espaço na metrópole breves reflexões sobre assincronias urbanas.** Revista São Paulo em perspectiva. **n.15, ano1, 2001.**

VERÍSSIMO, A.; ARIMA, E.; LIMA, E. 2001. O diagnóstico do uso da terra na Amazônia: exploração madeireira, agricultura e agropecuária. In: CAPOBIANCO, J. P.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I.; PINTO, L. P. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

VIGEVANI, T. e OLIVEIRA, M. F. de. América Latina: vulnerabilidade social e instabilidade democrática. In: DUPAS, G. (coord.). **América Latina no início do século XXI: perspectivas econômica, sociais e políticas.** Rio de Janeiro; São Paulo: IEEI/Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp, 2002, p. 193 a 253.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M.A. et al (Org.). **Metrópole e globalização.** São Paulo: Cedes, 1999.

VIOLA, E. J. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: _____. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** Campinas: UNICAMP, 1991.

VIRILIO, P. **O espaço crítico.** São Paulo: Editora 34, 1993.

VOSTI, S. A.; WITCOVER, J.; CARPENTIER, C. L. **Agricultural intensification by smallholders in the western Brazilian Amazon: From deforestation to sustainable land use.** Research Report 130. Washington: International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2002.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: _____. **Uma nova fase do capitalismo?** Unicamp: Xamã e Cemarx/IFCH/, 2003.

_____. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000.

WANDERLEY, M. N. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. N. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002, p. 39-52.

WATZLAWICK, P. et al. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1985.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nambuco, 1997, p.115-146.

WEBER, M. Conceitos e categorias de cidade. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 68-113.

_____. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.). **Max Weber**. São Paulo: Ática, 1979.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1979.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WELMOVICKI, J. Fórum Social Mundial: morte ao capitalismo ou capitalismo cidadão? **Revista Marxismo Vivo**, São Paulo: Sundermman, n. 3, 2001.

WIKIPÉDIA. **Enciclopédia livre on-line**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

WILDE, O. **A alma do homem sob o socialismo**. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2003.

WILHEIM, J. **Tênue esperança no vasto caos**: questões do proto-renascimento do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WILKINSON, R. **Pobreza e progresso**. São Paulo: Zahar, 1974.

WOLFF, S. **Estatuto da cidade**: a construção da sustentabilidade. Princípio da precaução, v. 1, Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 13-27.

WONG-GONZÁLEZ, P. Globalización y virtualización de la economía: impactos territoriales. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional**: respostas regionais aos desafios da globalização. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

WORLD BANK. **World development report 2000**: attacking poverty. Washington: Oxford University Press, 2000.

WRIGHT, R. **The logic of human destiny**. New York: Vintage Books, 2000.